00100.063033/2025-07

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 44, QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 6

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 27

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 79

1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 123

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2025 141

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 167

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2025 181

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2025 220

1.3 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 01ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 274

Ata da 02ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 302

Ata da 03ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 359

Ata da 04ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 392

Ata da 05ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Março de 2025 432

Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de Março de 2025 (em conjunto com a 5ª Reunião da CRA)**(Vide item 1.7)**

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 472

1.5 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.063033/2025-07

Ata da 01ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 481

Ata da 02ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2025 502

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 531

1.6 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 585

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2025 592

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 608

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2025 662

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2025 690

1.7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 713

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 732

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 774

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 786

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de Março de 2025 (em conjunto com a 7ª Reunião da CDH) 847

1.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 892

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 896

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Março de 2025 905

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 922

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 948

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 995

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Março de 2025 1002

1.11 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 1042

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 1054

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 1077

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Omar Aziz, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Humberto Costa, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Hamilton Mourão, Mecias de Jesus, Wellington Fagundes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Magno Malta, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Eleição da Mesa da Comissão para o biênio 2025-2026. **Resultado:** O Senador Otto Alencar foi eleito Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2025-2026. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Eu, como o mais experiente depois do Presidente Otto, vou conduzir a sessão, porque o mais experiente aqui é ele, mas, como ele é candidato, não fica bem ele conduzir a sessão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente da Comissão para o biênio 2025-2026.

Tendo em vista a apresentação de indicação única, pela liderança do PSD, do Exmo. Sr. Senador Otto Alencar para a Presidência, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Calma, ainda não... Ô Dr. Otto, eu ainda não o declarei eleito, não... É agora. (*Risos.*)

Declaro eleito por aclamação o Sr. Senador Otto Alencar para a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o ilustre Senador para ocupar seu lugar à mesa e, em seguida, usar a palavra. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero agradecer ao Senador Jaques Wagner, que presidiu a eleição, e também agradecer a todos que confiaram essa missão, que é uma missão muito importante, uma responsabilidade maior ainda, mas, de todas as oito eleições que eu disputei em minha vida, essa foi a mais fácil, porque foi por aclamação. Eu não tive que correr trecho, viajar de avião, de helicóptero, por estrada de barro, para conseguir chegar até o Senado Federal. E quero agradecer ao povo da minha terra, da Bahia. E o meu compromisso com a Bahia é meu compromisso também com o Brasil.

Devo dizer que hoje, pela manhã, a primeira leitura – aliás, é uma leitura que eu tenho na minha vida, a de sempre lembrar disso, não precisava nem abrir o livro sagrado –, a Bíblia, em Mateus, 17, diz exatamente que Cristo não veio revogar a lei, mas veio cumprir a lei que foi escrita pelos profetas. Então, eu estou aqui exatamente para isto: para o cumprimento da lei, por respeito a todos, nos encaminhamentos, nas suas mensagens e no tempo de discussão, sempre me pautando por uma coisa que eu sempre gostei muito de fazer e também respeito, que é o Senador ou a Senadora, com a posse da palavra, ser respeitado, não ser interrompido absolutamente, para que as discussões sejam feitas com clareza e cada um possa colocar as suas posições com liberdade e também com aquilo que é fundamental, que é o cumprimento da lei. A lei existe exatamente para revogar o poder – o poder do Senador, do Presidente da República, do Governador... A lei existe exatamente para circunscrever o poder. E é esta Comissão, sobretudo ela, exatamente ela, que estuda, que aprova e que encaminha a lei para a deliberação do Senado Federal.

Portanto, muito obrigado a todos.

Eu só gostaria de fazer uma modificação, respeitando, claro, o ex-Presidente Davi Alcolumbre, que contribuiu muito nesse período de oito anos, fazendo uma referência também a um Senador que presidiu o Senado Federal já por quatro anos, o Senador Rodrigo Pacheco, que não está presente, do nosso partido, que honra muito o nosso partido, ao ex-Vice-Presidente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, a todos que contribuíram nesse período, e procurar, da melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma possível... Pronto, chegou o Presidente do Senado. Há pouco me referi a V. Exa. como grande Presidente aqui...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... da Comissão de Constituição e Justiça.

Para assumir um cargo dessa responsabilidade, é claro que discuti e conversei com vários Líderes, conversei com o ex-Presidente Rodrigo Pacheco e conversei sobretudo com o atual Presidente, o Davi Alcolumbre, para que aconteça, entre esta Presidência de Comissão e a Presidência do Senado, sintonia, discussão, encaminhamento, para que as matérias possam chegar, ouvindo todos aqueles que são Líderes e podem contribuir perfeitamente para a produção do nosso trabalho à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, Presidente, nós estaremos unidos, discutindo, claro, poderemos ter divergências do ponto de vista da interpretação ou do encaminhamento, mas jamais tomaremos uma decisão que não seja dentro da ética, da lealdade e da fidelidade com aquilo que é fundamental nas relações políticas.

Há pouco eu conversava com o Senador Eduardo Braga – um dos Senadores que teve a grande responsabilidade de relatar a proposta de emenda à Constituição da reforma tributária, depois a lei complementar, que também já foi aprovada pelo Senado e também pela Câmara dos Deputados, a outra legislação, a outra lei já está encaminhada para o Senado Federal –, o Senador domina já essa legislação e deu uma contribuição muito grande. Eu acompanhei perfeitamente o trabalho do Senador Eduardo Braga, o seu esforço, a sua capacidade de ouvir, de audição, de fazer várias e várias reuniões, audiências públicas. Portanto, Presidente, não há nome melhor para relatar a complementação da lei que está no Senado Federal do que do Senador Eduardo Braga.

Portanto, minha primeira decisão é passar à responsabilidade do Senador Eduardo Braga, que ele possa complementar e ser o Relator da nova lei que fala sobre fundos de equalização e conselhos que o Senado precisa apreciar e aprovar. Portanto, V. Exa. já começa com trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sem prejudicar – que o Presidente não leve a mal –, eu vou fazer uma grande modificação, Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça. Ao contrário de começar às 10h, como era antes, nós vamos começar às 9h, para ganhar tempo. Eu sou do sertão da Bahia, cedeiro, e acordo cedinho, chego aqui às 9h, serei o primeiro a chegar e o último a sair.

Portanto, quero agradecer a todos, deixar o meu abraço e dizer que vou tentar corresponder à expectativa de fazer o melhor, como fez o nosso Presidente, o Senador Davi Alcolumbre, todo sorridente que esteve lá agora, levou as terras para o domínio do seu estado, que é uma coisa importante, fundamental para o Estado do Amapá.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu queria primeiro cumprimentar V. Exa. pela eleição, por aclamação, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, saudar a presença do nosso querido Presidente Davi Alcolumbre, que ontem fez uma grande reunião de Líderes do Senado, na qual sacramentou a implantação de todas as Comissões permanentes no dia de hoje, e desejar ao nosso querido Otto Alencar muito sucesso, muitas bênçãos, muita sabedoria nessa quadra que será uma quadra desafiadora, pois o Brasil precisa de reformas importantíssimas para entregar ao povo brasileiro um país que possa voltar a ter um crescimento estável, a ter uma democracia cada vez mais constitucionalizada, cada vez mais respeitada nas suas instituições, para que nós possamos fortalecê-la. Aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, é onde nós faremos esse grande debate.

Portanto, desejo a V. Exa. muito sucesso. Sei que V. Exa. acabou de colocar mais meia tonelada de desafio nas minhas costas, o que não estava muito combinado, mas vamos lá! Missão dada, missão cumprida! E vamos enfrentar mais esse desafio. Desejo a V. Exa. muito sucesso, e a Bancada do MDB estará aqui para apoiar as decisões em favor do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Efraim Filho solicitou a palavra antes.

Depois, o meu estimado amigo e Líder, Senador Omar Aziz.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Uma rápida saudação, Presidente, até porque é uma mesa com bastante envergadura: o Presidente da Casa, Davi Alcolumbre; o Líder do Governo, o seu conterrâneo, Jaques Wagner; e você, como disse, uma referência de serenidade, de equilíbrio.

Tenho certeza de que a CCJ terá na condução uma pessoa com conhecimento vasto, experiência política e uma capacidade de conduzir este Plenário da melhor forma possível, até porque, como sertanejo, tirador de leite, que acorda de manhã cedinho, tenho certeza de que essa mudança vai permitir que a gente possa trabalhar muito mais.

Então, receba meu abraço e o desejo de que possamos juntos fazer um grande ano de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Efraim as palavras e passo a palavra ao meu amigo e Líder Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento o Presidente Davi Alcolumbre e o parabenizo pelo tempo que passou à frente da Presidência da CCJ. É um cargo muito difícil, e com muito equilíbrio o Presidente Davi Alcolumbre conseguiu conduzir nos últimos anos. Daqui nós tiramos importantes decisões em favor do país. Eu, nessa convivência aqui no Senado de dez anos com V. Exa., sei da responsabilidade, do equilíbrio e, principalmente, do companheirismo que V. Exa. tem com todos os Senadores e Senadoras não só do nosso partido, mas de modo geral dentro do Congresso.

Líder Jaques Wagner, eu quero desejar muita sorte. E eu não me oponho a que o Eduardo seja o Relator – eu não me oponho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Da lei complementar da PEC. Já é um grande negócio para ti – viu? – eu não me opor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando o Amazonas está em paz, o Brasil está em paz. (*Risos.*)

Essa pacificação é fundamental. Está faltando o Plínio. Cadê o Plínio?

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero, primeiro, começar cumprimentando e parabenizando o Presidente Davi, que ontem, na reunião de Líderes, conduziu muito bem e apresentou como vai funcionar o Senado Federal, a relação do Senado com a Câmara. Foi muito importante restabelecer os ritos constitucionais do funcionamento do Congresso Nacional – isso foi muito importante. E cumprimento o Senador Otto Alencar. Ao longo desses seis anos de convivência, eu tenho muita admiração e respeito pela sua forma de se conduzir e pela sua maturidade nos momentos de tensão, construindo a mediação, para que a gente possa fazer avançar os processos. Todos os momentos em que eu estive com V. Exa. sempre foram momentos de aprendizagem para mim e de muita importância para a definição dos rumos, das decisões aqui da CCJ, do Congresso Nacional, do Senado Federal. Portanto, tenho certeza de que V. Exa. vai cumprir com muito esmero essa função de Presidente da Comissão, que é a Comissão de maior relevância do Senado da República.

Parabéns e estamos juntos nessa empreitada, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho e passo a palavra ao Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu também quero enfatizar aqui a nossa satisfação de ter V. Exa. como Presidente desta Comissão importante no Senado da República. Eu tenho certeza de que, com sua experiência, com sua envergadura e com a colaboração de todos aqui, que o têm em excelente conta, eu acho que você tem tudo para fazer uma gestão exitosa – e certamente o fará à frente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu querido amigo, colega, desejo a você que Deus o proteja, guarde e que lhe conceda aí muito sucesso nessa responsabilidade, que é do tamanho do nosso país. Deus o abençoe. Um grande abraço, querido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meu estimado e querido duplamente colega, médico e Senador, Senador Hiran, eu agradeço. Pode ter absoluta certeza de que vou me dedicar muito a fazer um trabalho que possa corresponder à expectativa dos Senadores, das Senadoras e também do nosso país, do nosso estado, do seu estado também, que você defende tanto no Senado Federal.

Eu pergunto se tem algum outro Senador ou Senadora que queira usar a palavra.

Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, é só para cumprimentá-lo e dizer da satisfação da sua indicação, por aclamação, para a CCJ. Eu não podia não estar aqui porque você deixou de ser o nosso Líder, agora é o Omar Aziz, mas a gente vai continuar fazendo as nossas parcerias, porque é aqui que tudo começa e termina: na CCJ. Então, boa sorte! E estamos sempre juntos contigo, meu Líder.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço à Senadora Margareth Buzetti e quero parabenizá-la também pelo trabalho, pelo desempenho no seu mandato em defesa do povo do Mato Grosso. Tem feito muito trabalho, apresentou projetos que já foram aprovados no Senado, na Câmara dos Deputados. Então sua passagem aqui contribui muito para o Brasil e também para o estado que V. Exa. representa.

Como não há nenhum outro Senador ou Senadora que deseja...

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Senador Otto, gostaria de cumprimentá-lo. Fico muito, muito feliz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Imagina.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Presidente, se eu sair daqui sem lhe fazer um elogio, vai ficar parecendo que a gente brigou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não tem condição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Senador...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, você está com a palavra, desculpe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor quer a palavra? Eu lhe dou.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, pelo amor de Deus. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O grande e sempre Líder, sempre Líder Jaques Wagner, habilidoso, respeitoso, retorna.

Senador Otto – Presidente, quer dizer –, fico feliz com a sua eleição – fui sua eleitora. Agora não vai poder dizer que eu nunca fui sua eleitora – e estou muito animada para trabalharmos.

A equipe vai me dizer se é ou não, mas, segundo apuração da minha assessoria, há cerca de 1,5 mil projetos de lei esperando designação de relatoria, enfim. É muita coisa, é muito trabalho, por isso a importância de começarmos mais cedo.

E eu gostaria de destacar o meu Líder Carlos Viana e agradecê-lo, porque me deu a titularidade aqui como membro desta Comissão.

E eu gostaria de dizer para V. Exa. – vou falar apenas dos meus correligionários, dos meus amigos Senadores de partido – que o Senador Zequinha Marinho tem 17 projetos de lei aqui aguardando designação de relatoria; o Senador Carlos Viana tem 22 projetos de lei; o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson Valentim, 49; o Senador Marcos do Val, 62; e eu, Soraya, 32 projetos de lei aguardando designação de relatoria. E um deles, inclusive, que tramita aqui, é o projeto de lei que o Governo Federal... A Presidência destacou os projetos de lei em que eles têm interesse que andem. E em terceiro lugar está um projeto de lei meu, que é o projeto de lei da desjudicialização. Um projeto de suma importância. Se eu não me engano, parece-me que está nas mãos do Senador Marcos Rogério, mas é importante que ele tramite, que ele caminhe, porque vai ser um grande marco para desafogar os nossos tribunais, e a economia que faremos será impressionante. Esse projeto de lei tem o apoio do Ministro Barroso, tem o apoio do Ministro Fux, tem o apoio da Febraban, tem o apoio do Ministro Fernando Haddad e vai simplesmente desafogar o Poder Judiciário, majoritariamente nas ações de cumprimento de sentença e nas execuções, em que não há necessidade de decisão jurisdicional. O.k.? Enfim, é de suma importância que esse projeto de lei tramite. Vai ficar no marco da sua história ter desafogado o Poder Judiciário, com o apoio desse quadro de pessoas de escol.

Então, peço para V. Exa. todo o carinho para o andamento dos nossos projetos.

Muito obrigada! Parabéns e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Soraya, representante do querido Estado do Mato Grosso do Sul, com seu trabalho destacado aqui no Senado Federal ao longo do período em que representa o seu povo. E tomarei as providências, inclusive conversando com o Relator, para que essa matéria possa ser apreciada no tempo regimental.

Eu gosto de trabalhar e estarei aqui sempre às quartas-feiras, 9h da manhã, para que possamos, de alguma forma, entregar ao povo brasileiro aquilo que é importante na modificação da legislação, sobretudo nesse caso, que é um caso que vai ao encontro do Código Penal, essa questão de desjudicialização, que é muito fácil para alguém do direito, mas para um ortopedista causa uma dificuldade de falar até a palavra.

Vou procurar ser aquele que será justo, não é? Porque ser bom é fácil, difícil é ser justo. Então, vou procurar ser justo com todos os Senadores e Senadoras para que as matérias possam ter andamento natural aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O importante é o mérito das matérias, não quem as propõe, enfim. O que importa é isto: o Brasil andar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Cumprimento aqui V. Exa., Senador Otto Alencar. Quero parabenizá-lo por esta missão que você vai ter à Presidência desta Comissão, da CCJ, e quero dizer para você, Presidente, que nós temos duas pautas... diversas, todas as pautas que vão chegar aqui, na CCJ, são importantes, mas nós temos duas pautas muito importantes.

Uma que vai chegar aqui é o marco temporal. V. Exa. sabe desse destaque. Nós precisamos é pacificar o campo, nós precisamos dar dignidade aos povos indígenas, mas precisamos dar segurança também aos nossos produtores rurais que estão nas propriedades brasileiras.

E também a outra demanda importante é o seguro rural, que é um projeto da Tereza Cristina. Esse seguro rural é de suma importância para os produtores no Brasil, principalmente para os pequenos e médios produtores.

Então, são pautas importantes. Eu sei que V. Exa. tem conhecimento e sabe desses gargalos que nós temos no Brasil.

De mais a mais, parabéns, sucesso por essa missão que o senhor vai ter à frente nesses dois anos. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Bagattoli.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, meu colega da Bahia, que presidiu esta sessão. Eu fui eleito aqui, por aclamação – agradeço a ele. Pela quarta vez, nós participamos... pela quinta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez, participamos juntos de uma eleição – não é? Na Bahia quatro, e agora a quinta – em que V. Exa. preside e me dá essa vitória por aclamação; eu quero agradecer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inscrevo-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom cabo eleitoral.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só para me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – É só para parabenizar V. Exa. Para mim é um prazer, um orgulho, como seu amigo e caminhante, junto com V. Exa., lá na Bahia. Quero dizer da minha alegria. Eu sei que V. Exa. não terá nenhuma dificuldade de desempenhar bem essa tarefa, principalmente naquilo que V. Exa. acabou de falar: fazer justiça, ter equilíbrio, ter bom senso.

Eu até digo, Senador Otto, que o fato de nós estarmos caminhando juntos – sendo que já caminhamos em caminhos diferentes – é um símbolo do que a política pode fazer. Quando as pessoas estão dispostas a dialogar, ouvir, conversar, o pensamento político pode migrar, e eu acho que a gente é testemunha disso – assim como os do outro lado do Jordão também podem se unir se quiserem.

Mas boa sorte! Que Deus o abençoe, lhe dê muita luz, tranquilidade e sabedoria para tocar esta Comissão-mãe do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço, Senador Jaques Wagner. Muito obrigado por suas palavras.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu fiz questão de, presencialmente, vir cumprimentá-lo. Tenho certeza de que esta Comissão está em boas mãos. V. Exa., com a experiência que tem, sempre representando, de forma muito honrosa, não só o povo da Bahia, mas a sua bancada, com toda a construção que você tem aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do Senado Federal – eu tenho certeza de que uma das Comissões mais importantes do Senado Federal –, V. Exa. e o seu partido aqui, liderado pelo Líder, Senador Omar, dois bons Senadores experientes, cabeças brancas – a única diferença aí é a questão da pintura –, tenho certeza de que o tempo está consolidado e tenho certeza de que V. Exa. vai ajudar muito neste momento, que é um momento desafiador aqui do nosso país.

Então, esta Casa tem sido protagonista – esta Comissão também – em temas relevantes e em assuntos importantes, que têm ajudado muito o Brasil. E à frente aqui, agora, com o seu trabalho, com a sua condução, eu tenho certeza de que nós vamos continuar na mesma pegada e dando resultados e respostas concretas.

Então, mais uma vez, parabéns, Senador Otto Alencar. Tenho orgulho aqui de ser presidido por V. Exa. nesta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço, Senador Weverton, e sei que vou contar com a sua colaboração.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Paciente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. já relatou tantos projetos importantes e vai dar uma contribuição muito grande nesse período.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Quero aqui parabenizar nosso querido Otto Alencar, que, como se falou aqui, tem experiência, e dizer que, muitas vezes, Líder Omar, a população acha que as decisões são só de Plenário, e a gente sabe da importância das Comissões Permanentes. É por aqui que passam projetos importantíssimos, na CCJ, e é preciso alguém experiente como o senhor para assumir uma Comissão dessa, porque aqui, muitas vezes, passam projetos terminativos. Então, a importância das Comissões é igual à importância do Plenário, porque, muitas vezes, Weverton, as pessoas acham que é só o Plenário. As Comissões são fundamentais.

Parabéns, Otto. E vamos que vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado.

Eu quero agradecer pelas palavras. V. Exa. também vai contribuir muito com o nosso período. Eu estarei sempre à disposição.

Passo a palavra à Senadora Tereza, nossa representante do Mato Grosso do Sul.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Senador Otto, parabéns pela Presidência desta Comissão. Como disse o Líder Jaques Wagner, é a Comissão-mãe desta Casa, onde os debates mais aprofundados, mais, enfim, importantes acontecem e, muitas vezes, terminam, para depois, já praticamente prontos, irem para o Plenário.

Eu quero aqui me somar ao que disse o Senador Jayme sobre o projeto do marco temporal, a PEC, que já está aqui, sob relatoria do Senador Amin, que nós vamos precisar discutir e colocar em votação muito rapidamente; outros projetos – seguro rural –, enfim, todos aqui são importantes – eu estou aqui também puxando a brasa para a minha sardinha.

E, quanto à reciprocidade, que é um projeto que estou relatando, ainda está na Comissão de Meio Ambiente, mas certamente vamos precisar de um regime de urgência. Refiro-me ao projeto da reciprocidade, que é o projeto que vai nos proteger contra outros países que queiram abusar, de alguma maneira ambiental, sobre o emprego, enfim, a área social, na exportação de produtos brasileiros. Então, é uma salvaguarda para o nosso mercado internacional.

Esse projeto vai ser lido em breve na CMA e, depois, ele virá para cá e será um projeto muito importante e que precisa de uma rapidez, para que os produtos brasileiros estejam salvaguardados de algumas barreiras sanitárias, ambientais, enfim, o que quiserem colocar nesse mundo, hoje, em que, em 30 dias, nós estamos vivendo aí uma grande confusão.

Então, era isso, parabéns, conte com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço as palavras de V. Exa., Senadora Tereza.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero ser muito breve, mas sou obrigado a pontuar tanto a fala da Senadora Tereza Cristina... Não existe nada mais importante do que um país se atualizar diante de um mundo que está mudando.

Os Estados Unidos agora estão se lembrando da reciprocidade. E nós temos que incluir a reciprocidade, de uma maneira, só acrescentando o seguinte: coordenando justiça, assuntos econômicos e relações exteriores, para não dizer defesa nacional. Então, acho que, como a matriz, a mãe está aqui, acho que é uma pauta realmente muito importante, só para endossar o que disse a Senadora Tereza Cristina.

Quanto a essa questão do marco temporal, já dispensando... A Secretaria pode lhe fornecer a situação em que se encontra esta PEC. O Senador Davi Alcolumbre, corretamente, sustou o debate da PEC porque o Ministro Gilmar Mendes constituiu uma comissão no começo de agosto de 2024. Eu, pessoalmente, aplaudi a decisão dele para tentar chegar a um acordo.

As notícias que nós temos hoje, Senadora Tereza Cristina, Senador Jaques Wagner, que fizeram parte desta comissão, a Advocacia do Senado fez parte, é que ela entrou no limbo. O fato é que nós paralisamos o debate da PEC do marco temporal em homenagem à tentativa de acordo presidida pelo Supremo Tribunal Federal. Neste ínterim, em que as coisas deveriam estar sustadas, o Governo Federal editou dois decretos homologando demarcação de terras indígenas. Bom, dois no meu estado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não... No meu, vários.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é. Então, com um detalhe – e eu queria que a Secretaria tomasse nota –: essas demarcações, Senador Omar Aziz, foram feitas de acordo com a regra estabelecida em 1996, sem ouvir nem a comunidade, nem o ente federado, município ou municípios e estados. Ou seja, o Presidente da República, a meu ver, sem saber – é o que eu posso dizer, em nome da presunção da inocência –, subscreveu o que levaram para ele. Mas na Bahia também tem problemas desse tipo, não estou dizendo que tenha acontecido agora, mas, em dezembro, dia 4 de dezembro, o Presidente da República assinou a homologação de demarcações de terra que foram feitas – as demarcações – sob a guarda de uma lei, de um decreto revogado, porque a lei que está em vigor é a lei do marco temporal. Ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi considerada inconstitucional e jamais será considerado inconstitucional esse dispositivo que obriga que a União consulte estado, município e comunidade, até porque esse é o princípio geral do direito, e isso vale, por exemplo, para a demarcação de terra de marinha. Ou seja, por analogia, quando você faz a demarcação de terra de marinha, você tem que notificar o indivíduo que supostamente tem aquela ocupação, além dos estados. Então, veja bem, nós paramos em respeito a um processo de negociação. O Executivo – não vou falar do Presidente – avançou o sinal, e nós não podemos ficar esperando a próxima.

Um detalhe só para agravar, e eu queria que a Secretaria tomasse nota disso: um dos dois decretos sobre Santa Catarina que o Presidente Lula assinou já foi suspenso pela Justiça. Por quê? Por outras alegações. Não houve consulta às comunidades. Esse é um princípio geral de direito. Você não pode, quer dizer, a União não pode chegar e dizer: "O seu título não vale", administrativamente, sem lhe dar oportunidade de argumentar.

Então, em nome da harmonia, para não facilitar desintrusões que depois serão sustadas, nós vamos ter que dar sequência a essa apreciação, tanto do PDL – e aí eu vou falar sobre isso no Plenário hoje – 717, que também já foi objeto de uma discussão... de uma solicitação feita ao Senador Rodrigo Pacheco, quanto deste que o senhor herda, um rito estabelecido, a meu ver, corretamente, pelo Senador Davi Alcolumbre. Só que a coisa caducou, não é? O Governo Federal está procedendo a homologações ao abrigo de uma lei já revogada. Então, para que isso não continue a ser disseminado, é que eu endosso o pedido feito tanto pelo Senador Jaime Bagattoli quanto pela Senadora Tereza Cristina.

Peço desculpa se me alonguei nesse particular. Muito obrigado.

Desejo sucesso. Sou seu torcedor, só não posso dizer que torço pelo mesmo time de futebol, evidentemente, mas torço pelo seu sucesso. Estarei aqui para contribuir para o seu trabalho, que certamente será profícuo e bom para o país.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço, Senador Esperidião Amin, pelas palavras. Certamente essa é uma matéria importante e precisa realmente de uma decisão do Congresso Nacional. E nós vamos, dentro do possível, discutir isso com os Líderes e tomar as decisões que sejam corretas no encaminhamento da matéria. Portanto, eu agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao meu estimado amigo Carlos Portinho, um grande representante do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar. Parabéns pela sua aclamação à Presidência, porque V. Exa. nos representa aí e tenho certeza de que vai desempenhar um papel colocando agilidade na Comissão e colocando os temas, esse como outros, sem tabus, colocando para o debate, para a discussão, e buscando, com o seu perfil conciliatório, uma mediação nos interesses que, no final das contas, são interesses que convergem aos interesses do país.

E, com relação à pauta, eu tenho alguns projetos – já recebi dos Senadores do meu partido, como Líder do PL – que encaminharei à sua assessoria, porque muitos são para a designação de Relator. Eu tenho, pessoalmente, um pedido que é a PEC 55, que confere a mínima previsibilidade para o orçamento das Forças Armadas. É um tema para que o Ministro da Defesa Mucio contribuiu bastante na formulação, inclusive num ajuste que ele propõe, e comentei com o Senador Jaques Wagner a respeito. Diz o Ministro Mucio que a PEC é também um desejo do atual Presidente da República, como é, sem dúvida nenhuma, de todos os chefes das Forças Armadas. O Brasil tem uma indústria de defesa que gera muitos empregos e gera muitos recursos para o país.

O Brasil e as Forças Armadas especialmente têm um papel e o dever de socorro nas tragédias que, infelizmente, vez ou outra assolam, como foi no Rio Grande do Sul, em Petrópolis e nas cidades serranas do meu estado, e elas sempre estiveram presentes. As Forças Armadas têm um papel, junto com a Polícia Federal, fundamental nas fronteiras do nosso país. Não só no caso das Forças Armadas apenas na ajuda humanitária na fronteira com a Venezuela, por exemplo, mas principalmente para coibir a entrada de tantos fuzis que chegam lá nas favelas do Rio de Janeiro. E já estão nas ruas de toda cidade; há pessoas circulando armadas até os dentes à luz do dia em vias públicas, colocando terror e dominando territórios. Esses fuzis, como disse o Governador Cláudio Castro, não brotaram do Rio de Janeiro; não há nenhuma fábrica de arma no Rio de Janeiro. Eles vêm de diversas nacionalidades e entraram pelas nossas fronteiras. Então, quando a gente pensa no orçamento mínimo para as Forças Armadas, o que está na minha proposta da PEC 55, a gente pensa em tudo isso e também no que orgulha o nosso país: o desenvolvimento de tecnologia, no caso dos satélites, no caso da indústria naval, do submarino nuclear, que já deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados para a agricultura, por exemplo, para a medicina nuclear, por exemplo, fruto justamente da inovação, do estudo e da pesquisa que desenvolvem as Forças Armadas do Brasil.

Então, neste momento, meu pedido pessoal – e fiz ontem ao Líder Jaques Wagner, do Governo, por ser uma proposta que tem inclusive a adesão, Senador Nelsinho Trad, que sei que é um incentivador também das nossas Forças – é que seja despachada a um Relator e que a gente possa discutir, trazer os números de que eu falo aqui e que a gente possa chegar a um texto que permita um orçamento mínimo.

Para concluir, tão importante quanto a educação e a saúde no nosso país é a defesa do nosso território, porque sem as Forças Armadas e sem o orçamento necessário para isso, não havendo território, não há um país, não há educação, não há saúde, não há uma nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço, Senador Carlos Portinho.

Inclusive o nosso Ednaldo aqui passou a PEC, está na minha mão. Vou conversar com V. Exa., discutir a indicação de um de um Relator. O tema será debatido. Eu concordo com V. Exa. que a fiscalização da nossa fronteira é fundamental para coibir a entrada de drogas, e não só a fronteira de terra, mas de mar e de ar também. E as Forças Armadas podem dar uma contribuição muito grande na prevenção da entrada de drogas, que, inclusive, não são produzidas no Brasil; são drogas que vêm de outros países. Portanto, concordo plenamente com V. Exa., e vamos debater o tema e encontrar logo um Relator que possa estudar a matéria e debater a matéria aqui no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Parabenizo V. Exa. Penso exatamente assim: não há menor condição de controle da violência sem controlar a entrada de drogas, seja ela de países vizinhos ou drogas que vêm da Europa. E agora há a entrada das drogas mais graves, inclusive do tipo Fentanil, que é uma droga que realmente leva a óbito; é usada dentro dos centros cirúrgicos para sedação de pacientes em doses homeopáticas e hoje já entra pelo Brasil afora e em outros países – os Estados Unidos já estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupados com essa questão. Fiscalizar e não permitir a entrada de forma desordenada – ou controlar completamente isso – é fundamental para que os Governadores tenham condição de executar a segurança com as suas polícias, mas sem essa adição de componentes que agravam muito a questão da segurança pública no Brasil.

Então, parabenizo V. Exa.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Senador Otto, mesmo não estando formalmente indicado para compor essa honrosa e privilegiada Comissão, gostaria de manifestar aqui a minha satisfação em ver que o nosso Líder Omar Aziz o indicou como membro para poder ser ungido pelos colegas e presidir a Comissão mais importante desta Casa.

V. Exa. tem, na sua personalidade, algo que o inspira e que o caracteriza, que tem como forte marca da sua forma de ser, a principal vertente de virtude que alguém que se senta nesse lugar tem que ter: o senso de justiça. Eu tenho o privilégio de ter convivido com V. Exa. esse tempo todo e vou carregar para o resto da minha vida as lições que, através dos seus gestos, através das suas atitudes, dos seus posicionamentos, V. Exa. sempre soube passar para nós.

E eu já lhe confidenciei algumas vezes, e eu quero tornar público isso, que todas as vezes que converso com V. Exa. sobre algum assunto, sobre algum tema, V. Exa. tem uma personalidade que lembra muito o meu saudoso pai. E eu fico realmente muito satisfeito em poder olhar para V. Exa. e sempre lembrar dele. Então eu quero dizer que, mesmo não estando formalmente aqui, eu estarei no momento em que V. Exa. precisar para ajudá-lo a conduzir esse difícil e laborioso cargo de conduzir uma Comissão cheia de conflitos. Mas V. Exa., com a sapiência que tem no seu caráter, vai saber colocar sempre à frente o senso da justiça.

Parabéns e conte com esse simplório Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Nelsinho Trad, eu (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradeço muitas as suas palavras. Já conversamos sobre isso. Fico muito orgulhoso da comparação que V. Exa. faz com o seu saudoso pai, que foi também Parlamentar, que participou aqui do Congresso Nacional, que deu uma grande contribuição ao seu estado, Estado de Mato Grosso do Sul, como V. Exa. dá. Tenho certeza absoluta de que contarei com o seu apoio, como sempre contamos, na nossa convivência no PSD, que eu espero que seja duradoura.

E quero parabenizar também V. Exa. por presidir uma das Comissões importantes do Senado Federal, que é a Comissão de Relações Exteriores, que está em boas mãos. V. Exa. conhece bem o nosso país, conhece também as relações que o nosso país tem com outros países do mundo e vai dar uma contribuição muito grande. Pode contar comigo também na CRE, estarei à sua disposição.

Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não posso deixar de registrar que, profissionalmente, o doutor, médico Nelsinho Trad e V. Exa. como médico, ortopedista, traumatologista... Em alemão, trauma quer dizer sonho, aqui quer dizer outra coisa. Mas eu não posso deixar de registrar o desempenho extraordinário, de uma eficácia nunca vista... A simples presença de ambos, emparceirados, curou o nosso colega Cid Gomes.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando chegaram, quando chegaram...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... por instinto de sobrevivência, por legítima defesa e estado de necessidade, ele se levantou e foi embora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, tanto eu como o Senador Nelsinho somos médicos e fizemos o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juramento, e o juramento é salvar vidas. Em qualquer oportunidade que houver, temos que exercitar a preservação da vida. Portanto, só foi um ato médico, foi exclusivamente um ato médico.

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira usar a palavra, eu declaro encerrada a presente reunião. Agradeço a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e doze minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Marcos do Val, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Humberto Costa, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Romário, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Marcos Rogério, Rogerio Marinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1241, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para modificar a composição da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação**: Aprovado requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4872, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 223, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a gratuidade da justiça não compreende a remuneração do conciliador ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediador pelo trabalho nas audiências que excederem o percentual referido no § 2º do art. 169 do Código de Processo Civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 469, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda 4-CEsp, nos termos da Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 6; pela rejeição das Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN; e pela prejudicialidade da Emenda 5-CEsp. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2083, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 50, 52 e 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, e a Emenda nº 2-CCJ. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o relator, Senador Eduardo Braga, acata a sugestão do Senador Sergio Moro para denominar o Projeto como “Lei Bárbara Penna”. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental para abertura, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de cinco itens.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1241, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para modificar a composição da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto.

De autoria da nobre Deputada Federal Rosangela Moro, do União, de São Paulo, e relatoria do Senador Sergio Moro, a quem passo a palavra para que o relatório seja apreciado pelos Srs. Senadores e Senadoras.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, bom dia a todos!

Antes, só, de fazer o relatório, eu queria registrar aqui, já que é a primeira sessão depois da eleição, o desejo de sucesso de V. Exa. na condução dos trabalhos desta CCJ.

E quero fazer um registro pessoal de agradecimento, porque tive a oportunidade de conversar com V. Exa., antes de assumir esse cargo de Presidente, conversei sobre este projeto, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., como até um especialista na área, achou um projeto positivo e assumiu um compromisso gratuito, sem qualquer espécie de contrapartida, mas dando importância a este projeto para pautá-lo. Registro aqui os meus agradecimentos e, igualmente, os da minha esposa, que é autora deste projeto que ora nós votaremos.

Eu também quero aqui fazer só um contexto, porque a minha esposa é Deputada Federal hoje e atua muito nessa área da saúde, mas ela, antes, foi Procuradora Nacional da Federação Nacional das Apaes, que lida muito com esse tema das pessoas raras, com necessidades especiais, por mais de dez anos. Então, é um tema que ela trabalha muito. Foi também advogada de muitas dessas entidades que envolvem pessoas com doenças raras.

Então, vou ao relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei 1.241, de 2023, de autoria da Deputada Federal Rosangela Moro, que altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar a composição da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

A proposição determina a inclusão de um representante de organização da sociedade civil na Conitec, assegurando-lhe direito a voto.

Estabelece como requisitos para a participação que a entidade tenha mais de dois anos de constituição, abrangência nacional e atuação na especialidade ou patologia em análise. O projeto define, ainda, que o assento será rotativo, ocupado por entidade vinculada à condição de saúde em discussão.

Por fim, estabelece que a Conitec terá 180 dias, contados da publicação da lei, para adequar seu regimento interno e definir os critérios de representação.

Em suas razões, a autora defende que a proposição busca aprimorar a composição da Conitec, promovendo a ampliação da participação social nos processos de incorporação de tecnologias, bem como de elaboração e revisão de protocolos clínicos e de diretrizes terapêuticas do Sistema Único de Saúde.

Na Câmara dos Deputados, o PL 1.241 foi aprovado pela Comissão de Saúde e pela CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, o projeto foi distribuído à análise da CCJ, antes de seguir ao Plenário.

Passo à análise.

Compete à CCJ pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das proposições que lhe forem submetidas, bem como sobre o mérito de matérias sob competência da União.

No que se refere à constitucionalidade, a proposta de integrar a sociedade civil aos processos decisórios da Conitec insere-se no âmbito das políticas públicas do setor saúde, tema sob competência legislativa concorrente. Além disso, ao regulamentar essa representação, o projeto não cria órgão ou entidade administrativa, tampouco modifica atribuições institucionais da comissão. Trata, essencialmente, de concretizar o direito constitucional à participação comunitária na gestão do SUS, previsto no art. 198, inciso III, da Constituição. Não há, portanto, vícios de competência ou de iniciativa.

Superados os requisitos formais, o PL também se mostra materialmente constitucional, ao conferir voz e voto a organizações que representam interesses e demandas específicas dos usuários do sistema de saúde. Tal medida reforça, como vimos, a diretriz constitucional da participação comunitária, premissa que orienta as ações e serviços no SUS.

Quanto à juridicidade, a proposição está em harmonia não apenas com as normas jurídicas mencionadas, mas também com os princípios gerais do direito. Destacam-se os princípios democrático, da proporcionalidade e da razoabilidade. Exemplos disso são a garantia de voto aos representantes da sociedade civil e a exigência de critérios objetivos, como tempo mínimo de constituição e atuação na área de especialidade.

No mérito, o projeto versa sobre um dos principais desafios da gestão de tecnologias em saúde: assegurar a efetiva participação das pessoas e grupos afetados no processo decisório. Embora haja consenso sobre a relevância de incluir a sociedade nos processos de avaliação dessas tecnologias, a literatura especializada destaca as dificuldades atuais em tornar essa participação realmente significativa, alertando para o risco do "tokenismo" – prática em que a inclusão popular é meramente simbólica, sem impacto real nas decisões do colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese a comissão ter avançado na promoção da participação social, os progressos ainda são insuficientes. Os normativos vigentes limitam-se a institucionalizar mecanismos de caráter opinativo, como consultas públicas, chamadas para Perspectiva do Paciente e audiências públicas, cuja implementação apresenta fragilidades significativas. Segundo artigo publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva* em 2017, em até um terço dos processos relacionados a medicamentos, as consultas públicas nem sequer foram realizadas.

Promover a participação vai além de convidar a população a expressar opiniões ou perspectivas; é assegurar que as diversas vozes de fato influenciem as decisões que moldam as políticas públicas e o acesso aos cuidados da saúde.

Sob essa ótica, destacamos o mérito do PL ao criar um espaço de participação social efetiva na Conitec.

A garantia de direito a voto para organizações da sociedade civil diretamente ligadas aos usuários representa avanço concreto na democratização do acesso às tecnologias em saúde e na corresponsabilização entre Estado e sociedade. Essa medida aproxima o processo decisório das realidades vividas por grupos diretamente impactados, contribuindo para recomendações mais efetivas.

As vozes das pessoas diretamente afetadas pela inclusão ou rejeição de novos medicamentos, produtos e procedimentos no SUS precisam ser ouvidas, com garantia de voto pelas associações representativas.

Incluir ou rejeitar uma nova tecnologia no SUS representa uma decisão impactante para os usuários do sistema de saúde, envolvendo não raramente questões de vida ou morte, sendo assim imprescindível assegurar a participação no processo decisório de representantes das pessoas e grupos diretamente afetados para garantir a legitimidade da própria política pública.

A medida é especialmente relevante para enfrentar questões de saúde atinentes às doenças de alta complexidade, inclusive doenças raras.

Lembro aqui aos pares de que, nessa mesma data, na Câmara, está tendo uma sessão conjunta do Congresso em homenagem ao Dia das Doenças Raras, que não foi possível fazer na data própria, no dia 28 de fevereiro, porque o Congresso não estava funcionando nessa data, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi transferida para essa data. Então, a votação e aprovação desse projeto nessa data ainda tem um simbolismo, porque nessa mesma data estamos homenageando as pessoas com doenças raras ali no Congresso.

Em momento no qual cresce a demanda da população por serviços de saúde, o presente projeto, apresentado pela Deputada Federal Rosangela Moro e aprovado pela Câmara dos Deputados, merece ter continuidade e aprovação perante este Senado Federal.

Por fim, cabe mencionar que a atual composição da Conitec reserva assento ao Conselho Nacional de Saúde nos comitês do órgão. Embora o conselho desempenhe papel basilar no controle social do SUS, sua composição diversificada – que inclui trabalhadores da saúde, gestores e prestadores de serviços – restringe a representatividade direta dos usuários. Essa estrutura limita a expressão de demandas específicas dos pacientes, o que reforça a relevância de se assegurar maior protagonismo à sociedade civil na formulação das decisões da comissão.

Passo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.241, de 2023.

Aproveito para rogar aqui aos nossos pares, Senadores. É um projeto bastante simples: a Conitec decide, Senador Bagattoli, pela inclusão ou rejeição de medicamentos ou de tratamentos no protocolo do SUS, medicamentos e tratamentos já aprovados anteriormente pela Anvisa, e aqui o projeto visa a apenas dar às associações representativas dos usuários do sistema de saúde, ou seja, as pessoas que precisam dos medicamentos, sejam para doenças raras, sejam para doenças complexas, sejam para doenças comuns, uma voz e um voto na deliberação da Conitec.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório e coloco a matéria em discussão.

Inscrito para a discussão o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela Presidência da CCJ e dizer que tenho certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absoluta de que, da forma democrática como V. Exa. vem conduzindo esses anos que nós estamos juntos aqui no Senado, dessa mesma forma V. Exa. vai presidir esta Comissão.

O projeto é simples, como disse o Senador Sergio Moro, mas eu queria que os Senadores e as Senadoras levassem em consideração alguns pontos que eu vou falar sobre o que é a Conitec. Absolutamente nada contra a proposta. Aliás, a proposta é muito boa: incluir alguém da sociedade civil para fazer... porque, lá atrás, Senador Moro, nós tivemos um sério problema com a Conitec, porque nem tudo que a Anvisa aprova... Ela aprova um tipo de medicamento para alguma coisa e depois... Na pandemia, se criou o *kit* covid que a Conitec se negava a dizer que não era... Ela foi favorável ao *kit* covid. Ela era favorável à cloroquina. Quer dizer, a forma, o mérito de como são escolhidos esses membros é que está errado, porque é conforme a posição política e ideológica do Governo, seja agora ou seja antes. Nada, absolutamente nada, Senador, contra o projeto. Sou favorável a se incluir a sociedade, e deve ter mérito para estar dentro desse comitê, porque nós sofremos isso na pele aqui. Senador Alessandro Vieira se lembra bem, Senador Contarato, Senador Rogério, Senador Otto e outros Senadores, porque, na época, Senador Sergio Moro, como a composição é feita exclusivamente pelo ministro de plantão, é nomeada pelo ministro de plantão a Conitec, ela não tem critérios técnicos, e muitas vezes...

Aí entra um grande problema dos medicamentos que são colocados no SUS: o *lobby* dos laboratórios, porque é o maná você colocar medicamento para o Governo Federal comprar, porque não compra em quantidade pequena. Após o projeto, quando foi Ministro da Saúde, do Senador Serra, à época, que criou o genérico, os laboratórios aqui ficaram bilionários. E, na covid, Senador Moro, eles pagavam uma página nos principais jornais para dizer que cloroquina e ivermectina salvava da covid. Nós sofremos muito com isso. E foi provado cientificamente... Existem ainda os caras que acham que a Terra é plana, que ficam com o mesmo discurso, mas a realidade é que o que salvou – e hoje nós estamos aqui sem máscara – foi a vacina. Foi isso que salvou. Então, nós tivemos muito problema com a Conitec.

O projeto da Deputada Rosangela Moro é ótimo, mas nós temos que ir além. E aí eu proponho a esta Casa – eu não vou pedir vista, porque não é esse projeto – que analise como é feita essa escolha, não desse membro da sociedade civil, que eu tenho certeza de que será tecnicamente uma pessoa preparada, mas a escolha exclusiva do Governo que estiver de plantão, seja de esquerda, de direita, de centro, não interessa. É um órgão técnico! Não é um órgão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação política. A gente já sofre isso com agências reguladoras no país. A gente não pode sofrer numa área tão sensível como a saúde, que, como bem disse no seu relatório, é um problema que está no dia a dia.

Esse comitê é a palavra final se o Ministério da Saúde vai integrar um medicamento ao SUS. Você imagina: um medicamento desse é integrado no SUS e são comprados milhões e milhões de medicamentos para distribuir para o Brasil todo. Então, é esse comitê, a Conitec, que decide. E ele, na forçação que fizemos aqui, demorou a decidir para dizer que não servia cloroquina e ivermectina para covid. Então, nós já tivemos um problema.

Estou dizendo do momento por que passamos. E eu espero que a gente não tenha que passar por esse outro momento.

Mas, além da incorporação de um membro da sociedade civil, eu acho que esta Casa deveria discutir a indicação dos outros membros, como é que deve ser feita e não deve ser feita apenas pelo ministro ou ministra que estiver de plantão ali.

Eu quero parabenizar a Deputada pela iniciativa do projeto.

O voto é favorável, mas acho que nós temos que ir além na discussão da Conitec como um todo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem foi solicitada pelo Senador Rogério Carvalho, que foi o primeiro; depois o terceiro, Senador Alessandro; e depois o Senador Bittar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu aqui, Senador. Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, após a manifestação, eu passo a você.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, só me inscreva para discutir a matéria, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Contarato e Senador Esperidião Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Inicialmente, eu quero cumprimentar o Presidente Otto Alencar, aqui na função agora de Presidente da CCJ, nesta primeira sessão ordinária com pauta. Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que nós teremos um ano de muito trabalho e, com certeza, com uma condução à altura da importância da CCJ.

Sobre esse tema, eu queria falar aqui para todos os colegas Senadores e Senadoras que, em 2009, nós escrevemos e aprovamos em Sergipe... Na época, o Governador era o Marcelo Déda Chagas, que foi Parlamentar, foi Deputado Federal, Governador, Prefeito. Na época em que ele era Governador, nós criamos o Comitê de Incorporação Tecnológica para ampliar a carteira de ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde de Sergipe. Em 2011, através de um decreto da Presidente Dilma, essa comissão virou... Na verdade, com um novo arranjo proposto para o Sistema Único de Saúde para criar um espaço de gestão sistêmica, foi criada, à luz do que nós tínhamos feito em Sergipe, a carteira nacional de ações e serviços de saúde individuais e coletivos, porque dialoga diretamente com o princípio da integralidade.

O princípio da integralidade, que é um princípio constitucional, trabalha com a ideia de que, para atender a necessidade de saúde, você deve fazer desde a vigilância sanitária de um salão de beleza até o transplante de órgãos, ou seja, todas as ações estão embutidas dentro da integralidade. Mas é impossível você garantir isso como um direito se não tiver um grau de objetividade, inclusive para lidar com a judicialização excessiva, que passou a interferir no planejamento dos sistemas municipais, estaduais e nacional, ou seja, a judicialização passou a representar um gasto de 5% a 10% de todo o gasto com saúde na compra de tecnologias terapêuticas, geralmente medicamentosas ou de órtese ou prótese, que são de altíssimo custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, essa comissão tem um papel de avaliar a tecnologia do ponto de vista da sua eficiência e da sua eficácia e se ela deve ou não ser incorporada à carteira nacional...

Queria pedir licença aqui aos Senadores e às Senadoras, porque senão a gente não consegue fazer um debate à altura desta Casa, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Porque agora virou uma confusão: para a gente conseguir ter direito à fala, a gente tem que reivindicar o ambiente de silêncio e de conversa; ainda que não queiram ouvir o colega, pelo menos o respeito no momento da fala.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério, eu, inclusive, determinei que cada Senador trouxesse um assessor e aqueles que forem convidados que fossem levados à parte posterior da Comissão. Isso tem que ser visto pela segurança, até porque quem está usando mais a palavra são os assessores e os que foram convidados do que os próprios Senadores. Então, essa é uma decisão que eu vou tomar, e vou exaurir a minha paciência até o momento de proibir que nenhum dos convidados penetre mais aqui, a não ser o seu assessor. Realmente, V. Exa. tem razão. O Senador Davi passou muito tempo falando sobre esse assunto. Eu acho que é uma falta completa – mas completa – de educação um Senador, um Parlamentar ou qualquer que use a tribuna estar falando com vários outros falando sobre temas de interesse pessoal. É uma falta de educação muito grande. Eu sou muito contra isso. Inclusive gosto de respeitar o colega quando está usando a palavra, não interfiro – jamais interfiro – e gostaria também que ninguém interferisse, para que o debate seja produtivo e todos possam ouvir com atenção as razões apresentadas pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Então, eu determino que ouçam em silêncio, para que eu não tenha que tomar a decisão de mandar esvaziar e saírem aqueles que foram convidados ou até mesmo assessores.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Presidente.

Nós estamos tratando, Presidente, de um tema da mais alta sensibilidade, que vem aqui pela relatoria do Senador Sergio Moro, um projeto de autoria da Deputada Rosangela Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse tema é um tema extremamente importante, mas não é simplesmente a inclusão de uma pessoa: é sobre, como disse o Senador Omar Aziz, um órgão que define o que deve ser incorporado como parte da carteira nacional de ações e serviços de saúde individual e coletiva, que passa a ser uma obrigação do Estado brasileiro a ofertar como forma de assegurar o princípio da integralidade, que é um princípio constitucional do dever do Estado, que é garantir a saúde como um direito.

Neste caso, o que eu quero chamar à atenção é que aqui, pela composição, são os representantes dos diversos órgãos do ministério, mais o Conselho Federal de Medicina, mais o conselho de secretários estaduais e municipais e mais um núcleo técnico de avaliação de tecnologias em saúde. Recentemente, numa propositura nossa, foi incorporada a Associação Médica Brasileira, que representa as especialidades médicas de uma maneira geral. Agora está sendo proposto um membro além do Conselho Nacional de Saúde, que a gente sabe que já representa a sociedade – que está aqui representada – e que tem um âmbito técnico para fazer a avaliação da eficiência e da eficácia, para ser apresentado a todos que são responsáveis pelo ordenamento de despesa e sobre o planejamento da saúde pública no Brasil. E está sendo proposto um nome que vem de entidades representativas da população.

A questão aqui é o seguinte: é de todas as entidades de portadores de patologia? Vão estar participando os que são renais crônicos? Vão estar participando aqueles que representam os mutilados? Ou só representantes de entidades de usuários ou possíveis usuários de medicamentos de alto custo? – que a gente chama medicamento de nicho.

Tem que ser amplo a todos, porque senão a gente vai criar um ambiente para tensionar a incorporação só de determinadas tecnologias diagnósticas, que são importantes, são fundamentais, mas é importante também pensar na abrangência do que vai ser incorporado e do quanto de pessoas serão assistidas na hora em que você incorpora uma determinada tecnologia.

Só para concluir, eu acho que é pertinente, eu acho que faz sentido, mas a gente precisa aqui deixar essa escolha a cargo do órgão que é o responsável pela participação popular – certo? –, que são as entidades da sociedade civil que compõem o Conselho Nacional de Saúde, onde ele possa coordenar. Não é ele definir, mas coordenar uma eleição entre todas as entidades que representam os usuários do Sistema Único de Saúde, que têm associações organizadas, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa representação não fique focada exclusivamente naqueles que representam determinadas tecnologias terapêuticas de altíssimo custo, geralmente alguns medicamentos específicos. Só isso para que a gente possa proteger o princípio da incorporação de tecnologia à carteira nacional de ações e serviços de saúde individuais e coletivas.

Era isso que eu queria deixar como contribuição, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela sua interferência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Relator pede a palavra, e eu a concedo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, só um esclarecimento aqui.

Primeiro, eu concordo com as ponderações de ambos os Senadores, Senador Omar e Senador Rogério.

Eu fiz aqui uma ênfase, talvez, no relatório por conta da origem do que é a preocupação, principalmente com as pessoas com doenças raras, mas a redação colocada no texto, de fato, não restringe a esse setor específico. Então, ele faz uma menção a ser atuante na área da respectiva especialidade ou patologia.

Então, essa preocupação legítima de V. Exa., Senador Rogério, eu creio que está coberta, porque não são só medicamentos ou procedimentos para as pessoas com doenças específicas, mais complexas, mas é em geral. A ideia é que tenha uma representatividade...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Porque V. Sa. não retira "doenças raras", porque "doenças raras" restringe.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, mas não tem a expressão "doenças raras" no texto. É só no relatório que eu fiz uma menção por conta da origem do projeto.

E concordo também com a ponderação do Senador Omar Aziz, porque existe uma preocupação grande sobre o trabalho da Conitec, de como esses medicamentos são incluídos ou não incluídos. E creio que incluir um representante da entidade que é dos usuários até pode ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um efeito desejável de diminuir a judicialização, já que, pelo menos, há uma voz de participação e – quem sabe, né? – o setor esteja se sentindo contemplado por estar participando do assento e aceite como legítima uma eventual rejeição.

Mas concordo que este Senado deverá – ou deveria – adiante fazer uma discussão mais ampla sobre a Conitec, em geral.

Então, perdão, Presidente, mas é só esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – S. Exa. o Senador Alessandro Vieira; e, em seguida, o Senador Bittar e depois o Senador Fabiano Contarato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E depois...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

E, depois, o inesquecível...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois uma entidade do Senado: Esperidião Amin.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exatamente.

Bom, Sr. Presidente, parabenizo a iniciativa da Deputada e o relatório do Senador Sergio Moro, mas tomo a liberdade, Senador Moro, de apresentar uma sugestão de emenda de redação, para que, no art. 3º, deixe-se claro: onde se lê "para estabelecer os critérios e requisitos..." Leio integralmente o art. 3º: "A Conitec adequará seu regimento interno no prazo de 180 dias, contado da data de publicação desta lei, para estabelecer os critérios e os requisitos para a representação da organização da sociedade civil referida no art. 19-Q..."

A sugestão que eu apresento, Senador Moro, é que a gente faça a inclusão, deixando claro que são os critérios de desempate e os requisitos para a indicação da representação da organização da sociedade civil, que era, inclusive, a ponderação feita pelo Senador Rogério Carvalho. Assim, deixamos mais claro, porque, como vamos ter composição par, vai ter um risco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanente de empate e congelamento das decisões. Então é bom que se tenha a definição de um critério para desempate de qualquer votação. É a sugestão que apresento. Como é emenda de redação, não vai retardar a validade da legislação que ora vamos aprovar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está propondo uma emenda de redação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só levando para áudio aqui a conversa que está aqui em paralelo, a ponderação do Relator é que, embora concorde com o mérito, tem o risco de não ser entendido como emenda de redação, e me parece que é claramente uma emenda de redação, porque especifica, qualifica o termo já utilizado, né? Mas talvez a Secretaria possa fazer essa avaliação com mais densidade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro, é importante que V. Exa. encaminhe aqui à Secretaria da Mesa para avaliar se é emenda de redação ou não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou fazer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que... E combinar com o Relator, o Senador Sergio Moro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Se me permite, Presidente, eu faria a apresentação em Plenário para não retardar o processo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pronto, pode ser. Isso é uma posição correta. Nós acatamos.

A palavra vai para o Senador Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa. por assumir um cargo tão importante na Comissão por onde passam todos os projetos que falam de Constituição brasileira. Então, parabéns pelo cargo. É um prazer tê-lo aqui à frente dessa Presidência. A sua característica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstra que nós teremos, nesses próximos dois anos, a possibilidade de debater todas as matérias, independentemente do mérito, o que muitas vezes a gente pede. Não é que o Presidente da Comissão ou o Presidente do Senado se comprometam com o mérito, mas, sim, com o ritual. E claro que, ao final, ao cabo, vamos à votação de todas as matérias. Então, eu quero cumprimentá-lo, saudá-lo por esse cargo.

E o projeto em pauta eu acho meritório e vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço as palavras de V. Exa. e estarei me esforçando o máximo para corresponder às expectativas dos colegas Senadores e Senadoras.

Passo a palavra ao Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também vou ser bem rápido, direto e objetivo.

Eu quero parabenizar V. Exa. por estar à frente desta tão importante Comissão de Constituição e Justiça. Eu não me canso de falar para V. Exa. que uma das coisas boas que a política me deu foi o meu relacionamento com V. Exa., porque V. Exa. dignifica a boa política, com serenidade, sobriedade, equilíbrio. Falo isso publicamente, porque eu tenho orgulho de estar, nesta legislatura, ombreado com V. Exa., que muito bem desempenha o papel. E eu tenho certeza de que aqui vai conduzir também, de forma serena, pacífica e conciliadora, esta Comissão.

Eu quero só ratificar aqui a fala do Senador Omar. Eu acho de fundamental importância... Esses conselhos não podem violar, Senador Omar, aquele princípio constitucional: um dos princípios da administração pública, expresso no art. 37, é a impessoalidade. E o que nós vemos não é isso. Nós vemos que, de acordo com o Governo de plantão, você mapeia esses órgãos colegiados para atender o critério de um campo ideológico, hoje no lado A, amanhã no lado B e assim sucessivamente. Eu acho que, efetivamente, a participação da sociedade civil... E aí eu quero parabenizar a propositura da Deputada Rosangela Moro e a relatoria do Senador Sergio Moro e falar que é de fundamental importância a participação da sociedade civil, mas eu acho que nós temos que caminhar mais além para dar uma efetividade a todos os princípios destinados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública, dentre eles, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Parabéns pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Contarato. De igual forma, é uma contribuição muito grande conviver com V. Exa., pelo seu trabalho, pela sua seriedade e também pela capacidade política e de conhecimento das leis. A sua contribuição nesta Comissão tem sido muito grande. Eu agradeço.

E passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que veio me agradecer, porque eu o tratei como uma entidade, tipo Oxalá.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É um faraó.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Faraó? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vocês fizeram música para ele lá na Bahia: "Ê, Faraó...".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Posso falar?

Eu quero, em primeiro lugar, explicitamente, manifestar aqui meus cumprimentos, Senador Otto Alencar. A nossa amizade permite essa relação bem-humorada, que me alegra muito. Primeiro, eu quero cumprimentar o nosso decano... Aliás, é decano até visualmente – visualmente, cabeça branca, como o chama o povo baiano, não é assim? "Vou votar no cabeça branca." Antigamente, cabeça grande era sinal de inteligência; agora, cabeça branca é sinal de inteligência e trabalho. Então, quero cumprimentá-lo por assumir...

Não é assim que eles o chamam? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Cabeça branca é o dono da lancha agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu queria cumprimentá-lo de maneira séria e absolutamente sem qualquer traço humorístico, como muitas vezes a nossa relação permite. Eu acho que nós estamos muito bem servidos como Senado, como entidade, como órgão, como instituição, com a sua Presidência. Tenho certeza de que, independentemente de posicionamento político, o senhor sempre levará em conta o interesse do Senado e o interesse público.

E queria me dirigir ao Senador Sergio Moro só para dizer o seguinte: Senador Moro, só queria frisar e enaltecer aquilo que foi já objeto da manifestação do Senador Contarato e do Omar Aziz.

Eu fui Relator de um projeto de lei, do Deputado Paulo Teixeira, que versava sobre sentença judicial em casos de provisão de remédios. Isso sempre foi uma questão muito controversa. E quem, como nós que estamos na vida pública, já não conviveu com pedidos dramáticos diante de uma doença rara? Quem não recebeu já pedidos dramáticos para que fosse atendido um paciente, às vezes uma criança, sempre doloroso, cujo medicamento não consta do rol dos medicamentos já acolhidos?

Eu acho que a presença de um profissional, indicado – pelo que eu li – pela Associação Médica Brasileira, mas representando o sentimento do usuário, vai humanizar muito essa questão, que tem que respeitar os aspectos técnicos, evitar a predominância da ideologia ou do partidarismo político, para que, acima de tudo, se leve em conta que essa é uma questão absolutamente humana. Você tem a tecnologia, tem a aplicação e tem o drama pessoal da família e da pessoa que está precisando de um atendimento excepcional. E tem também a contingência financeira e econômica do Governo. Então, humanizará muito o Conitec se tivermos um profissional que responda pelos usuários, digamos. Eu acho que esse aperfeiçoamento do projeto, muito bem lançado pela Deputada Rosangela, vem ao encontro de uma necessidade institucional brasileira.

Quero dar o meu voto favorável e cumprimentar, porque acho que é uma decisão que vem ao encontro de um sentimento que eu já testemunhei várias vezes. E acho que a maior parte dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores aqui já foi solicitada, instada a contribuir. Eu acho que isso é uma contribuição institucional, legal, formal que nós estaremos aprovando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

E passo a palavra ao Senador Magno Malta para discutir a matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Moro e a Deputada Rosangela Moro.

Faço coro com tudo o que ouvi, desde a palavra do Senador Otto, do Senador Omar, do Senador Rogério – todas as ponderações têm um excelente significado –, do Senador Contarato e de todos os que se pronunciaram.

A ponderação de Amin... A vida é feita da regra para a exceção; de igual modo, a lei é feita da regra para a exceção. A inclusão de um civil qualificado, conforme propõe o Senador Sergio Moro ou a Deputada Rosangela Moro... E aí a ponderação de Amin... Minha mãe dizia que há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei, e essa proposta não está tratando... Amin não falou de regra, ele falou de exceção. Excepcionalmente aparece alguém em desespero, como uma criança, com uma doença raríssima, e a possibilidade de se mobilizar a sociedade civil é tamanha, dado o valor... E, quando a gente vê valores escorrendo, por exemplo, em *shows* e vidas nababescas de dinheiro, por exemplo, do Ministério da Cultura, a gente fica pensando por que não subsidiar um medicamento de uma criança que está à beira da morte e que nasceu com uma doença rara sem pedir? Isso não é regra, não é toda criança que nasce assim, não é todo cidadão que nasce assim, isso é exceção. Então, é preciso que essa exceção seja analisada e essa pessoa da sociedade civil com qualificação represente esse sentimento da sociedade.

Eu acho que é um complemento... E todas as falas aqui colocadas – e penso esse ser o sentimento da autora e do Relator...

Eu concluo a minha fala com base na fala do nosso... É faraó o que V. Exa. falou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Entidade?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, ele melhorou, ele tirou de entidade, porque tem entidade que é muito ruim. Então, ele botou faraó. Não, faraó também não, pois era um perseguidor... É o Esperidião Amin, o nosso conteúdo mor, não é? Um homem que nasceu... Além de ter formação, ele é um empírico por natureza em qualquer assunto.

Por isso, eu darei meu voto favorável, entendendo que há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama para discutir a matéria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente...

Vou ficar aqui, pois o meu amigo Alessandro está brilhantemente aqui nesta Comissão, aqui na minha frente. (*Risos.*)

Aliás, um grande Líder o meu colega Alessandro.

Presidente, eu queria cumprimentá-lo inicialmente pela condução desta Comissão, a Comissão mais importante do ponto de vista da presença das matérias aqui, e V. Exa., com toda a sua bagagem, toda a sua experiência, está à altura desta Comissão ao presidi-la. E eu quero parabenizá-lo e dizer que é uma honra muito grande para o nosso partido tê-lo como nosso Líder, sempre Líder e Presidente desta Comissão.

E cumprimento o Senador Sergio Moro – e, da mesma forma, a Rosangela Moro – pela iniciativa.

Destaco no relatório um ponto que é muito importante. O que é que nós temos acompanhado, inclusive nas ações protocolares que ocorrem desde a elaboração de projetos de iniciativa do ponto de vista público? Você às vezes faz uma audiência pública, Presidente, e chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sociedade civil; vem a audiência pública, ela se realiza, você faz uma ata e você encaminha; e não tem, às vezes, do ponto de vista concreto, um resultado de fato de valorização dessa sociedade civil, porque às vezes é uma opinião que pode ser aceita ou não, que pode ser admitida ou não. Então, essa ação protocolar que às vezes ocorre fica bonita na foto, mas, do ponto de vista realmente de participação, de representatividade, de resultado concreto, isso, infelizmente, às vezes, não ocorre. E é muito bonito às vezes você dizer assim: "Olhe, eu me reuni com a sociedade civil, eu ouvi A, B, C ou D". Agora, aquilo que foi proposto às vezes só está de fato no papel. E essa questão simbólica, que tem lá a sua importância, às vezes, não tem um resultado prático.

Aqui, Presidente, no Senado Federal, quando criamos a Bancada Feminina, o então Presidente desta Casa, Rodrigo Pacheco, admitiu essa Bancada Feminina com direito a voto, com direito a encaminhamento de Plenário e com direito a destaque. A nossa bancada tem direito a destaque, Soraya, da mesma forma como um outro bloco. Então, a nossa Bancada Feminina no Senado não é protocolar, não é simbólica; ela é, de fato e de direito, uma conquista das mulheres e uma conquista dos homens que também apoiaram essa iniciativa, através do Presidente Rodrigo Pacheco.

E o Senador Moro coloca exatamente isto: a sociedade civil no Conitec tem direito a voto. Ela está lá presente e tem, de fato, a sua participação. Então, eu queria trazer os meus cumprimentos a ele. Eu acho que é essa presença da sociedade civil com direito a voto, com direito à participação, com direito a dar as suas ideias e as suas opiniões, que engrandece e torna ainda mais importantes essa comissão que é histórica no Brasil, sobretudo pelo que representa o SUS não apenas para o Brasil, mas para o mundo, pelo destaque e pela representatividade que ela tem na sociedade brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço à Senadora Eliziane Gama.

Não há nenhum outro Senador ou Senadora...

Ah, há o Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também não poderia deixar de desejar a V. Exa. muito sucesso aqui nesta Comissão. Tenho certeza de que, com a sua competência, V. Exa. irá conduzi-la muito bem.

Eu gostaria só também de parabenizar o nosso querido Sergio Moro e também a sua esposa, Rosangela, pela iniciativa. Acho que a sociedade civil precisa cada vez mais participar das decisões e das audiências, principalmente com relação às agências, com relação a esses órgãos de composição coletiva. Então, parabéns pela iniciativa!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

E retorno à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – É só para fazer um pedido a V. Exa.

Nós estamos com um projeto muito importante da Soraya, e, se for possível haver uma inversão de pauta, eu pediria isso a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Será feito como V. Exa. pede.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O Senador Braga já está aqui em Plenário, parece...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está vindo, está a caminho... Já chegou? (*Pausa.*)

Chegou o Senador Braga, que é o Relator da matéria e um grande amigo.

Encerrada a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco o relatório do Senador Sergio Moro em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, por unanimidade, pela decisão da Comissão de Constituição e Justiça, e nós vamos encaminhá-lo para a votação no Plenário do Senado Federal, com a redação que foi aprovada sem nenhuma alteração. Portanto, a matéria vai ao Plenário.

Eu passo a palavra ao Senador Sergio Moro, se ele quer se manifestar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Duas coisas, Senador.

Primeiro, quero agradecer de novo a sensibilidade de V. Exa., que deu prioridade a este projeto absolutamente suprapartidário e que visa apenas a dar voz e voto aos usuários do sistema de saúde sobre um tema tão importante que é a inclusão de medicamentos.

Quero também agradecer a generosidade dos Senadores e Senadoras que se manifestaram, de maneira unânime, em favor do projeto, com as suas respectivas ponderações.

E queria pedir urgência, Presidente, do encaminhamento, além de tomar a liberdade de cumprimentar aqui a autora do projeto, que está do meu lado, a Deputada Rosangela Moro. Como eu disse, no fundo é a experiência dela de anos trabalhando com esse tema da saúde – com foco, sim, na questão das doenças raras, mas igualmente isso abrange todos os usuários do sistema de saúde – que tem todos os méritos em relação à autoria e aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Há uma proposta de requerimento de urgência, indicada pelo Senador Sergio Moro.

Eu pergunto ao Plenário se há alguma objeção, algum Senador que se manifeste ao contrário. (*Pausa.*)

Se não há quem se manifeste em contrário, eu coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria ser encaminhada ao Senado.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada ao Senado.

Parabenizo o Senador Relator, Sergio Moro, e também a sua esposa, a Deputada Rosangela Moro, pela iniciativa dessa alteração, que eu acho significativa para a atuação de representantes da sociedade civil na Conitec.

Vamos agora ao item 2.

Foi solicitada a retirada de pauta pela ausência do Relator, Senador Marcelo Castro, do projeto que altera o Decreto-Lei 2.848. Tem inclusive apresentadas emendas, emendas do Senador Alessandro Vieira, uma emenda do Senador Kajuru, uma outra emenda do Senador Contarato, são quatro emendas que poderiam ser apreciadas se o Relator estivesse aqui. Não estando presente, essas emendas serão encaminhadas ao Relator, e nós marcaremos uma outra reunião para apreciação desse item 2, que fica prejudicado pela ausência do Relator.

De igual forma, foi pedida a retirada do projeto do item 3, que é um projeto sobre a Lei 13.105, de março de 2015. O Relator, Senador Cid Gomes, pede a retirada.

Também pede a retirada o Relator, Senador Kajuru, de um projeto do Senador Alexandre Silveira, que não está entre nós, hoje é Ministro das Minas e Energia.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4872, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- Na 54ª Reunião Ordinária, realizada em 18/12/2024, a Presidência concedeu vista do relatório ao Senador Sergio Moro, nos termos regimentais;

- Em 11/03/2025, foram recebidas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato; e Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Jorge Kajuru (dependendo de Relatório);

- Em 12/03/2025, foram recebidas as Emendas nº 4, de autoria do Senador Magno Malta; e Emenda nº 5, de autoria do Senador Sergio Moro (dependendo de Relatório).

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 223, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a gratuidade da justiça não compreende a remuneração do conciliador ou mediador pelo trabalho nas audiências que excederem o percentual referido no § 2º do art. 169 do Código de Processo Civil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alexandre Silveira (PSD/MG)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda 4-CEsp, nos termos da Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 6; pela rejeição das Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN; e pela prejudicialidade da Emenda 5-CEsp.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte;

- Foram apresentadas as Emendas nº 1-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 2-PLEN, de autoria do Senador Rogério Carvalho; e nº 3-PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana;

- Em 18/12/2024, foi apresentada a Emenda nº 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Votação nominal.)

Portanto, vamos ao item 5, que é um projeto de autoria da nobre Senadora Soraya Thronicke, do União, do Mato Grosso do Sul.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2083, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 50, 52 e 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

É relatado pelo nobre Senador Eduardo Braga, a quem eu concedo a palavra, e é um projeto que vem em sintonia com o mês de março, que é o mês da mulher, é um projeto que reforça a proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga para relatar a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, eu gostaria de exatamente destacar, como V. Exa. acaba de fazer, que este projeto, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, chega exatamente na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Tenho a honra de relatar o projeto de lei de autoria da Senadora, que tem como objetivo reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

A proposta é mais do que oportuna e se faz necessária diante da constatação de que a Lei Maria da Penha não tem sido suficiente para que as mulheres sejam efetivamente protegidas pelo Estado brasileiro e também diante de dados assustadores revelados pela pesquisa do Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicando que mais de 21 milhões de brasileiras, o que representa 37,5% do total das mulheres do país, sofreram algum tipo de agressão nos últimos 12 meses.

Como pai de três filhas e avô de duas netas, não teria como não apoiar uma iniciativa como esta. Precisamos garantir a segurança das mulheres, dos brasileiros, sejam do norte, do sul, do leste, do oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nossa função como legisladores, não só felicito a iniciativa da Senadora Soraya Thronicke, como apresento agora o meu relatório a favor da presente proposta.

Eu gostaria de pedir permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A matéria se reveste de constitucionalidade tanto no aspecto formal quanto no material.

Ademais, não há violação a quaisquer cláusulas pétreas constitucionais explícitas ou implícitas.

O projeto inova no ordenamento jurídico, apresentando generalidade e abstração, e respeitou os trâmites regimentais até o momento.

No mérito, entendemos que o projeto é oportuno e valoroso.

O texto constitucional garante, ainda que implicitamente, a denominada discriminação positiva no tratamento jurídico aos indivíduos. Nesse sentido, não basta garantir-lhes a igualdade formal, mas também, de modo inescapável, a igualdade material, tratando os desiguais na medida de sua desigualdade.

A violência contra a mulher não é recente. Devido a histórico tratamento desfavorecido, o legislador ordinário criou a Lei Maria da Penha, que garante diversos mecanismos protetivos às mulheres, protegendo-as de violência doméstica e familiar.

Apesar de necessária, a Lei Maria da Penha não tem sido suficiente para que as mulheres sejam efetivamente protegidas pelo Estado brasileiro, devendo o legislador prever novas medidas protetivas – ainda que em leis diversas.

Nesse sentido, o PL 2.083, de 2020, cria hipótese de falta grave no art. 50 da Lei de Execuções Penais, punindo com o devido rigor aquele indivíduo que se aproxima da residência ou do local de trabalho da vítima ou de seus familiares durante o cumprimento de pena em regime aberto ou semiaberto, ou ainda no gozo de qualquer benefício que autorize a sua saída do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimento penal, nos casos de condenação por crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Apesar da nobre intenção, consideramos que a previsão genérica de proibição de aproximação dos referidos locais, destinada ao autor do crime, ainda que no âmbito de crime cometido nos termos da Lei Maria da Penha, pode ser desproporcional, considerando que nem todo delito dessa natureza exige afastamento contínuo.

Desse modo, consideramos mais adequada a restrição prevista no PL apenas quando houver a real necessidade da medida, no caso de imposição prévia de certas medidas protetivas de urgência, já previstas no art. 22 da Lei Maria da Penha.

Quanto à alteração proposta no art. 52, §1º, da Lei de Execuções Penais, o indivíduo que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares é merecedor de total reprovação penal, pois demostra total desprezo pela condição feminina.

Portanto, sua sujeição ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) nos parece adequada e razoável.

Entretanto, Sr. Presidente, entendemos que é tecnicamente mais adequado, do ponto de vista da técnica legislativa, inserir a alteração proposta em novo parágrafo do mesmo artigo, apartado do §1º, já que trata de hipótese de RDD punitivo, e não cautelar.

A alteração proposta pelo PL no art. 86 da Lei de Execuções Penais merece acolhimento em seu núcleo essencial. No entanto, consideramos mais adequado que a transferência do preso ocorra, necessariamente, para outra unidade federativa, visando, assim, proporcionar maior segurança para a vítima e seus familiares

Por isso, consideramos a previsão existente no §5º do art. 86 da Lei de Execuções Penais desnecessária, pois apenas repete situação que o projeto de lei já abarca em outros dispositivos anteriormente discutidos.

Eu, antes de proferir o voto, Sr. Presidente, quero aqui registrar que recebi a emenda do eminente Senador Fabiano Contarato, que apresentou a emenda ao PL agora aqui em plenário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que... Apresentou a emenda para que acrescentássemos na Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, onde couber:

> Art. 1º Constitui crime de tortura:
> .....
> II-A submeter a mulher reiteradamente a intenso sofrimento físico ou mental, no contexto de violência doméstica, sem prejuízo das penas correspondentes a outros crimes.

Ele apresenta aqui a justificação, dizendo inclusive que:

> A tortura, [...] definida pela Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU, é qualquer ato intencional que cause grande sofrimento físico ou mental a uma pessoa, com o objetivo de punir, intimidar ou obter informações. No contexto da violência doméstica, especialmente quando é praticada de forma contínua e repetitiva, como nas formas psicológica, física e sexual, é possível perceber que a vítima sofre um sofrimento constante, humilhações e ameaças, frequentemente em um ambiente de controle e dominação [por parte do agressor]. Essas características são semelhantes às da tortura, tornando a violência doméstica uma forma de sofrimento prolongado e sistemático, com graves consequências para a vítima.

Sr. Presidente, eu entendo que no mérito a emenda é correta, mas entendo também que, para acatá-la...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Entendo também que, para acatá-la, Sr. Presidente, era preciso fazer alguns ajustes e gostaria de submeter isso ao autor da emenda.

Na condição, portanto, de subemenda à emenda de V. Exa.:

> Inclua-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 2.083, de 2022, renumerando-se o art. 2º atual como art. 3º, alterando também a ementa, que passa a se traduzir da seguinte forma:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera os arts. 50, 52 e 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos à prisão provisória, e altera a Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, para definir como tortura a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico e mental".

[E aí sim:]

"Art. 2º Inclua-se na Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, o seguinte inciso III no art. 1º [portanto, adicionaríamos o inciso III]:

III - Submeter a mulher reiteradamente a intenso sofrimento físico ou mental, no contexto de violência doméstica, sem prejuízo das penas correspondentes a outros crimes."

Desta forma, se o autor da emenda concorda, acato, na forma da subemenda, a emenda proposta pelo eminente Senador Fabiano Contarato.

Portanto, diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.083, nos termos da seguinte emenda – aí eu acabo de ler a emenda, porque tivemos que fazer a alteração. O art. 50 ficaria assim:

Art. 50. .....

.....

IX – se aproximar da residência ou do local de trabalho da vítima ou dos seus familiares durante todo o cumprimento de pena em regime aberto ou semiaberto, ou ainda no gozo de qualquer benefício que lhe autorize a saída do estabelecimento penal, uma vez estabelecidas as medidas protetivas previstas nos incisos II e III do "caput" do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nos casos de condenação por crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

..... (NR)

Art. 52. .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 8º Também estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do "caput" deste artigo, aquele preso que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares. (NR)

Art. 86. .....

.....

§ 4º Será transferido para estabelecimento penal, localizado em outra Unidade Federativa, inclusive da União, o condenado ou preso provisório que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares durante o cumprimento da pena. (NR)

E acrescento a subemenda já lida, portanto, não vou repetir, em função da emenda apresentada pelo eminente Senador Fabiano Contarato, que entendo seja pertinente, porque classifico como uma das piores violências a tortura permanente que se pode efetivamente fazer em ambiente controlado, seja de forma psicológica, física ou sexual, contra a mulher. Já li o artigo como ficaria, portanto, não necessitaria repetir.

Portanto, este é o meu voto, Sr. Presidente, pela aprovação, com as referidas alterações.

E aqui faço mais uma vez o devido reconhecimento e a devida homenagem às mulheres, não só brasileiras, mas do mundo inteiro, tendo em vista que, efetivamente, esse é, lamentavelmente, um dos crimes mais recorrentes na sociedade brasileira e na sociedade mundial.

E repito o que disse na introdução de minha fala: o número é alarmante, Sr. Presidente. Como naquele momento não havia a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, dos assessores e daqueles que nos acompanham, eu quero repetir o número que foi apresentado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicando que 21 milhões de brasileiras, o que representa 37,5% do total das mulheres deste país, sofreram algum tipo de agressão nos últimos 12 meses. Em homenagem a essas mulheres, creio que a CCJ mais do que pertinentemente aprova este projeto de autoria da Senadora Soraya Thronicke, com as alterações apresentadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero agradecer ao Senador Eduardo Braga e parabenizá-lo pela relatoria, pela maneira sempre competente com que analisou a emenda colocada pelo Senador Fabiano Contarato, e também a Senadora Soraya pela iniciativa, no mês da mulher. Sem dúvida nenhuma, esta Casa, o Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, tem que endurecer pena para corrigir e inibir essa ação, que, acima de tudo, é uma ação covarde contra as mulheres.

São vários Senadores que estão inscritos. Pela ordem de solicitação: Senador Sergio Moro, Senadora Soraya, Senador Alessandro, Senador Contarato, Senadora Eliziane Gama, Senadora Margareth Buzetti e Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Sergio Moro, como primeiro solicitante.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu só quero aqui fazer uma rápida intervenção. Primeiro, a concordância integral com o projeto. E quero elogiar o trabalho do Relator, o eminente Relator Eduardo Braga, e elogiar a autora do projeto, a Senadora Soraya Thronicke.

Nós participamos, junto com a Senadora Soraya, da discussão desse projeto, e o caso surgiu para nós, até mencionado na justificativa do projeto, envolvendo a Barbara Penna, que foi uma mulher selvagemente agredida, Senadora, pelo seu marido. Ela teve os dois filhos assassinados pelo marido, no corpo dela o marido jogou álcool, jogou fogo. Foi uma história daquelas mais tenebrosas possíveis. E tanto eu como a Senadora Soraya tivemos o privilégio de conhecer a Barbara Penna, porque ela sobreviveu, apesar disso tudo. Ela nos relatou algo que era para nós, assim, inconcebível, porque, a duras penas, depois de muita dificuldade, o marido foi condenado pela agressão, e era uma pessoa influente na cidade onde vivia, e infelizmente a nossa Justiça é muito falha – todos nós sabemos disso –, mas, preso, ele continuava enviando ameaças de prática de violência.

Então, a Senadora Soraya teve a sensibilidade de acolher esse projeto, ver essa situação e apresentar uma proposta para resolver estas questões relacionadas: alguém que foi condenado, alguém que foi preso, mas, mesmo assim, continua sendo uma ameaça à vítima agredida.

Eu até sugeriria, Senador Braga, se houver essa possibilidade e for pertinente, talvez até denominar o projeto como Barbara Penna, porque, como foi com a própria Maria da Penha, às vezes, o simbolismo de uma pessoa que sofreu na pele esse mal que o projeto visa a remediar talvez seja interessante para chamar mais atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu acolho plenamente a sugestão de V. Exa., porque reconheço que esse crime foi um crime bárbaro e referendou ainda mais esta estatística tenebrosa: além da Sra...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Barbara Penna.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... Barbara Penna, 21 milhões de mulheres brasileiras sofrem violências anuais neste país. Lamentavelmente, como V. Exa. mesmo disse, a Justiça brasileira ainda tem falhas, e essas falhas possibilitam que o agressor seja reincidente e acabe fazendo atitudes bárbaras, eu diria até monstruosas, como essa que aconteceu no caso.

Portanto, acolho a sugestão de V. Exa. para denominar a lei como Barbara Penna.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E só para finalizar, Presidente, mais uma vez quero reiterar todo o mérito da sensibilidade da Senadora Soraya Thronicke, que fez o projeto. Eu apenas, na época, participei lateralmente dessa sugestão, mas todo o mérito é da Senadora Soraya, e é próprio também que a autoria seja de uma Senadora que tem defendido aqui sempre os direitos das mulheres, e, entre esses direitos, nenhum mais valioso do que não ser vítima de violência, principalmente vindo de alguém próximo, como é a violência doméstica.

Registro o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Moro e passo a palavra à Senadora Soraya, que é a autora do projeto, que vem em defesa das mulheres, um projeto superimportante, no mês das mulheres, na defesa das mulheres, e a valorosa Senadora tem prestado grandes serviços nesse sentido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero iniciar elogiando a designação de um homem para relatar um projeto de extrema importância. Os homens precisam participar, esse não é um assunto de mulheres, esse é um assunto de direitos humanos.

Quero agradecer a colaboração impecável do Senador Fabiano Contarato e a maestria também das modificações feitas, Senador Eduardo Braga, que são absolutamente pertinentes.

Eu gostaria de relatar aqui que eu e Sergio Moro conhecemos Barbara Penna na campanha de 2022. E lá, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, ela nos narrou essa história naquele momento – eu, Senadora; o Moro, ainda candidato. E nós trocamos ideias acerca do texto, Rosangela Moro também colaborou, então tenho que dar o mérito: foi construído praticamente a seis mãos.

Para ilustrar melhor, Barbara Penna, aos 19 anos, com dois filhos, foi acordada aos socos pelo ex-marido. Ele ateou fogo nela, ela pulou do 3º andar, foi salva por uma árvore. As crianças faleceram por conta da fumaça, as duas crianças do casal, e um vizinho, um senhor de idade que foi ajudá-la lá no prédio, também faleceu. Barbara Penna entrou em coma, foi para o hospital, não enterrou seus filhos. Hoje Barbara já fez cerca de 200 cirurgias – 200, 200 cirurgias! – para recuperar o seu rosto, seu cabelo, tudo. E eu faço questão, na data da sanção... Vamos esperar, vamos torcer para que passe muito rápido pela Câmara, peço a todos que, que envidem esforços nesse sentido.

E o problema é que, mesmo depois de condenado, preso, este cidadão continuou a ameaçando, foi uma tortura diária. Hoje ele já obteve êxito na progressão de regime e está fora, na saidona – não é nem na saidinha.

Então, o agressor mora na cidade dela e, no ano passado... Se eu estiver errada, se eu não estiver atualizada sobre alguma informação, me avisem. Ele, segundo eu saiba, já está na progressão de regime. Enfim, é uma tortura a vida dela. Ela, dias atrás, me pediu para ajudá-la encontrando um emprego fora do Estado do Rio Grande do Sul, porque ela não tem paz. Portanto, há necessidade realmente de agilizarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entrei com um projeto de resolução aqui no Senado Federal para determinar prioridade para os projetos de lei que tratem de violência contra a mulher, em todos os sentidos. Nós precisamos de prioridade porque isso não espera.

A vida dela é um capítulo triste da história aqui no nosso país – mais ainda na vida dela. Hoje ela tem um marido, casou de novo, tem uma filhinha, mas a Bárbara vive nesse terror. Para vocês terem uma ideia... É porque... Dói demais quando a gente escuta, porque parece que são números; e não, são vidas. Quando a gente fala 21 milhões, Senador Eduardo, elas viram números.

A Bárbara, quando saiu do hospital, acordava no meio da noite desesperada pensando que seus filhos estavam passando frio e levava travesseiro e coberta para o cemitério. E a família do agressor fez de tudo, tudo para protelar o julgamento. Foi algo muito emblemático.

Eu agradeço imensamente a sensibilidade, a maestria, a tecnicidade dos colegas e peço...

Agora é terminativo, Sr. Presidente? É terminativo aqui e vai direto para a Câmara? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então que possamos envidar esforços nesse sentido!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Será terminativo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga. Muito obrigada, Senador Fabiano Contarato. Muito obrigada, Senador Moro e Deputada Rosangela Moro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Srs. Senadores e Sra. Senadora, a votação será feita em cada um dos computadores que estão à frente dos Senadores e serão necessários para aprovação mais de 14 votos na hora da votação.

A palavra está concedida ao Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Uma sugestão a V. Exa., Presidente.

Presidente Otto, uma sugestão a V. Exa.: que já abra o painel para a votação e que a gente possa continuar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Acato a sugestão do Senador Alessandro Vieira e determino a abertura do painel para a votação da matéria de iniciativa da Senadora Soraya e que foi relatada pelo Senador Eduardo Braga.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo a autora, Soraya, por mais uma iniciativa de alta relevância; a emenda, o jabuti do bem do nosso Fabiano Contarato, muito efetivo; e o trabalho técnico de Eduardo, sempre brilhante.

Agora, faço um registro aqui, Presidente e colegas, da morosidade que nós temos no processo legislativo e na execução finalística dessas leis que aprovamos. E dou exemplos. Em 2019, o Senado aprovou iniciativa da Bancada Feminina de que eu fui Relator: uma PEC transformando o feminicídio em crime imprescritível. Até hoje dorme na CCJ da Câmara dos Deputados.

Que esse projeto não seja mais um, mais um, porque não existe dúvida técnica com relação a isso, não existe dúvida ideológica com relação a isso. Nós estamos vivenciando uma epidemia de violência contra a mulher e discursos se repetem, oportunistas, eleitoreiros, mas ação concreta, nenhuma. Então, que essa seja uma iniciativa que tenha consequência e que a gente consiga que a Câmara dos Deputados participe desse processo. O MDB tem força e poder para fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria me colocar, inclusive, Senador Alessandro – e evidentemente não só o MDB do Senado, mas o MDB da Câmara –, numa articulação com o Presidente Hugo Motta, que tenho certeza de que será sensível a essa matéria. Eu acho que, agora, finalmente, se restabeleceu o diálogo entre as duas Casas. Assim, nós teremos como fazer com que projetos como este, que não tem nenhuma – nenhuma – dúvida técnica, não há nenhuma pendência técnica e não há nenhuma disputa ideológica sobre uma questão tão pertinente como essa, possa avançar na Câmara dos Deputados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu passo a palavra ao próximo orador, o Senador Contarato, Senador Fabiano Contarato.

Devo esclarecer, antes da participação de V. Exa., que consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto, para as emendas e para a subemenda, nos termos do parecer elaborado pelo Senador Eduardo Braga.

Se os Senadores concordam, nós vamos fazer dessa forma então. (*Pausa.*)

Todos concordaram.

Então, será feito como foi proposto aqui por esta Presidência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a sensibilidade do Relator. Apresentei essa emenda hoje, porque eu achei que é o momento. É aquilo: não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega.

Se a gente está colocando como falta grave na Lei de Execução Penal essa prática reiterada, como muito bem teve a sensibilidade a minha querida Senadora Soraya... Soraya, você não tem ideia da minha admiração e respeito por você. Falo isso em todos os lugares a que eu vou. Quando eu vejo essas mulheres aguerridas aqui, eu falo: nossa, esse é o momento. Eu fico muito orgulhoso quando vejo que você teve essa sensibilidade de fazer a divisão entre a Lei de Tortura e a Lei de Execução Penal, porque confesso que não tive tempo para fazer isso, mas muito obrigado por ter acatado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria aqui fazer só um registro, Senador Eduardo Braga. Eu fui Delegado de polícia por 27 anos, na época em que nós não tínhamos Lei Maria da Penha, na época em que nós não tínhamos delegacia especializada. E era comum, ainda, como é hoje, a mulher se sentir revitimizada, porque o crime de feminicídio não acontece só naquele fato último e final. Há todo um histórico que é banalizado, que é permeado por uma sociedade sexista e misógina. Ele primeiro a hostiliza, depois ele ofende, depois ele pratica um crime de injúria, depois ele pratica um crime de ameaça, depois ele pratica uma lesão corporal para, aí, sim, efetivar aquele objetivo nefasto que é o feminicídio.

Então, o que nós estamos prevendo aqui é, se há reiteração dessas condutas no ambiente, no contexto familiar, que isso já vai caracterizar o crime de tortura, previsto no art. 1º da Lei 9.455, acrescentando lá que constitui crime de tortura constranger alguém a intenso sofrimento físico ou mental, e aí colocando lá "se há prática reiterada de violência doméstica familiar".

Eu acho que esse é um momento que... Eu estou muito orgulhoso hoje – não por vaidade por ter sido minha a emenda, porque essa foi uma ideia que foi abraçada por todos os meus colegas Senadores e Senadoras. E aqui eu volto a falar da sua sensibilidade, Soraya, e da sensibilidade do meu Líder Eduardo Braga.

E eu queria aqui... Todos os colegas sabem, Senador Otto, que eu sou do direito, mas eu amo literatura. E eu sei que eu não tenho a procuração de nenhum dos familiares de vítimas de feminicídio, mas eu queria fazer uma homenagem singela a todas as famílias vítimas de feminicídio, declamando um poema de que eu gosto muito de um poeta inglês. É como se o Estado fizesse uma chamada que não há ninguém para responder, porque o Estado falhou. Marta, Joyce, Jamile, Rita, Maria, Sofia, Sandra: ninguém está aqui para responder. Em homenagem a elas, eu ouso dizer o que o poeta inglês disse:

> Parem os relógios, cortem o telefone,
> Impeçam o cão de latir,
> Silenciem os pianos e com um toque de tambor
> Tragam o caixão, venham os pranteadores.
>
> Voem em círculos os aviões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escrevendo no céu a mensagem '[...] [Elas estão mortas]'.
Ponham laços nos pescoços brancos dos pombos,
Usem as polícias luvas pretas de algodão.

[...] [Ela] era meu norte, meu sul, meu leste e oeste,
Minha semana de trabalho e meu domingo de descanso
Meu meio-dia, minha meia-noite, minha conversa, minha canção;
Pensei que o amor fosse eterno: enganei-me.

As estrelas são indesejadas agora; dispensem todas,
Embrulhem a lua e desmantelem o sol,
Despejem o oceano e varram o parque;
Pois nada mais tem sentido

Obrigado. E parabéns a este Senado Federal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar o Senador Contarato e me associar a ele.

Senador Contarato, agora eu tenho um parceiro, porque, de vez em quando, V. Exa. pede para eu cantar ou para recitar uma poesia. Nós vamos fazer agora uma dupla: Alencar e Contarato. (*Risos.*)

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Presidente, eu queria, inicialmente, cumprimentar a minha querida Senadora Soraya pela iniciativa – ela que, como todos já falaram, é uma brava lutadora pelos direitos da mulher nesta Casa – e cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela sensibilidade no relatório.

Quando o Senador Eduardo Braga citou as milhares, milhões de mulheres – 21 milhões de mulheres hoje infelizmente foram vítimas de algum tipo de violência –, dentro deste número gigantesco, nós temos o que o Senador Contarato com muita precisão coloca na sua emenda nesta proposta, que é exatamente a violência emocional, mental, a tortura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu acho que ele colocou uma coisa muito bem colocada, Soraya: o assassinato, o feminicídio – e agora, em 2023, nós tivemos 1.467 mulheres que foram assassinadas, na verdade vítimas, apenas por questões de gênero... elas não morreram de uma forma imediata. Nenhum marido, companheiro, namorado mata a mulher "hoje", eu digo assim: hoje chegou, acordou e "vou matar aqui essa mulher". Não ocorre assim. É um processo que é antecedido, de uma forma muito intensa, por essa violência emocional, essa violência física reiterada, que é o ponto central do seu projeto de lei. Começa com uma agressão emocional, às vezes um palavrão, depois um puxão de cabelo, jogada na cama e vai nisso, indo até, infelizmente, o assassinato.

E eu comentava, agora há pouco, ali no gabinete, com a minha assessoria, sobre a complexidade desse crime. Não é uma coisa muito simples, primeiramente, de se punir, porque a gente está vendo aqui esses números, Braga, mas nós temos um alto número de subnotificação. Então, infelizmente, este número aqui ainda não é a realidade da quantidade de casos de violência na sociedade brasileira, porque é pelo medo, pelo pânico, que se diz: "Olha, eu não vou denunciar meu marido, porque ele é o provedor da casa. Eu não vou denunciá-lo, porque meus filhos vão sofrer, vão padecer, e aí como é que vai ficar o dia seguinte?". E aí ele ameaça da mesma forma: "Olha, você vai me denunciar e quem que vai sustentar essas crianças? Eu vou ser preso..." e começa a fazer chantagem, inclusive com as crianças. E essa violência, essa tortura que acontece com a mulher atinge também os filhos dessa mulher. Então, de fato, há uma presença intensa da violência dentro do ambiente familiar. Não é apenas de uma pessoa, e os números de fato são estarrecedores.

Eu acho que a gente precisa buscar mecanismos outros. Hoje inclusive eu pedi para a minha assessoria buscar na Consultoria da Casa um instrumento de como a gente mitigar esse impacto financeiro, Soraya, nessa família. Por quê? Porque, quando o marido às vezes está lá preso, a mulher diz assim: "Olha, e agora, como é que eu vou ficar?". E essa mulher fica desguarnecida, desprotegida. Então, o aparelho do Estado precisa priorizar o atendimento social, de fato, dessas mulheres e dessas famílias brasileiras. E eu acho que o projeto de V. Exa. vem exatamente nesta linha: evitar o primeiro palavrão, evitar o primeiro ataque para evitar o feminicídio.

Veja, desde que nós tivemos a tipificação penal do feminicídio criada no Brasil, nós tivemos, no ano passado, o maior número de casos de violência e de assassinato de mulheres. Isso é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sério. Quer dizer, o que é que nós estamos fazendo enquanto poder público? Quais as ações sincronizadas e de forma transversal nós estamos fazendo?

Eu falei recentemente com o Presidente Lula, e a Janja, a Primeira-Dama, estava fazendo uma ação transversal, envolvendo todos os ministérios do Governo para que se fizesse o acompanhamento dessas mulheres na área da saúde, na área da educação, na área da assistência, ou seja, essa mulher vítima de violência tem que, de fato, ser a prioridade.

Soraya, parabéns a você pela iniciativa! Seu projeto de lei chega em boa hora, num momento muito oportuno, que é do grande debate nacional por esta semana; e ao Senador Eduardo Braga pela grande sensibilidade. Aliás, Braga, você tem sido assim em todas os desafios que você pega em relação às mulheres desta Casa. V. Exa. tem a sensibilidade com a causa feminina, até pela família que tem. Tive a honra de estar na sua casa e ver o trato que você dá, a atenção que você dá à sua família. Isso é um espelho, porque quem trata bem dentro de casa também trata bem fora, trata na sociedade como um todo. Então, parabéns a você, V. Exa., é um exemplo, começando na sua própria casa, passando aqui pelas colegas do Parlamento e, é claro, na sociedade brasileira como um todo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Eliziane, você me deu a honra de visitar a nossa casa lá em Manaus e você viu que eu vivo sobre o regime da casa das mulheres. O.k.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu tenho a minha esposa, três filhas e duas netas. Eu e os meus netos somos absoluta minoria, e os genros não têm direito nem a voto. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu acho que isso traz a você, nesse exercício diário, a sensibilidade que você tem no dia a dia.

Parabéns a você pelo grande relatório; à Soraya, queridíssima, pela iniciativa do projeto de lei; ao Contarato pela emenda; e ao nosso Presidente Otto por pautar uma proposta tão importante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra a Senadora Margareth Buzetti; em seguida, o Senador Esperidião Amin; e, depois, a Senadora Zenaide Maia e a Senadora Augusta.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizar a nossa colega Soraya Thronicke pela sensibilidade; o Senador Eduardo Braga pelo brilhante relatório; o Contarato pela emenda, que foi muito acertada. E o Eduardo Braga conseguiu colocar de uma forma que ficou acertada.

Eu e o Senador Alessandro Vieira tivemos a oportunidade de – eu, autora, e ele, Relator – votar o projeto do antifeminicídio, pacote antifeminicídio, que trata de todos os casos e penas que antecedem o feminicídio, porque nós temos que punir a lesão corporal, a agressão, a tortura psicológica para que não se chegue ao feminicídio. Quando um feminicídio acontece, já aconteceu tudo isso antes. E é isso que nós estamos falando.

Essa exposição que está ali embaixo dos sapatos vermelhos, com o nome das mulheres mortas e das crianças, é impactante quando você olha. Não é uma homenagem; é uma reflexão que a gente tem que fazer enquanto sociedade.

A gente teve a honra de ter essa lei sancionada e nós já tivemos a primeira condenação, aqui no Distrito Federal: um caso em que o cara assassinou brutalmente a sua companheira, na frente dos filhos, e foi condenado a 43 anos, a maior pena do Código Penal.

Também aqui no Distrito Federal, um cara descumpriu a medida protetiva, Soraya, e o juiz simplesmente, pela lei, prendeu esse cara, porque ele descumpriu a medida protetiva. A lei tem que ser clara. Ele está preso, ele está guardado.

Agora vem você com o regime diferencial disciplinar, diferenciado. Isso é o que nós temos que fazer. Nós falhamos enquanto Estado, nós falhamos enquanto família na educação. Nós temos que punir de alguma forma, porque a impunidade é um convite à criminalidade.

Eu quero repetir o que eu disse no meu discurso, ontem, na abertura da exposição: são os homens que nós escolhemos um dia amar que estão matando a nós mulheres. Isso é muito triste. Vale a pena uma reflexão de toda a nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Senadora Margareth Buzetti e passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Considerando que a Senadora Margareth Buzetti é nascida na cidade de Concórdia, Santa Catarina – este nome bonito: Concórdia –, eu quero concordar com todas as palavras que foram aqui proferidas.

Quero compartilhar os cumprimentos ao Relator, nosso querido Senador Eduardo Braga.

Quero compartilhar os cumprimentos ao Relator, o nosso querido Senador Eduardo Braga.

Sou eu aqui que estou falando, viu?!

E cumprimento a Senadora Soraya pela autoria e todas as manifestações. Não quero ser repetitivo, mas quero dizer que vou votar a favor.

O Senador Contarato confirmou o que eu vou dizer, sabendo que é pouco.

Eu tive o privilégio... Não, eu tive a obrigação de criar, Senador Alessandro, a primeira delegacia da mulher, que nós criamos em Santa Catarina, em 1983. E eu achava muito estranho aquilo. Eu tinha 35 anos de idade e era Governador. O Secretário de Segurança era um delegado de polícia exemplar, era o Heitor Luiz Sché. A Secretária da Justiça era uma promotora de Justiça, era a Heliete Filomeno Leal, que foi a primeira secretária de estado, mulher, nomeada em Santa Catarina. Eu achei muito estranho: "Mas precisa de uma delegacia da mulher?". Eu não tinha debatido esse assunto na campanha, uma campanha que durou nove meses. Ninguém me falava sobre isso, ou seja, a subnotificação, que foi mencionada hoje, ainda é grande. Agora, vocês imaginem a subnotificação histórica que nós temos...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – A da época.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, histórica, porque a mulher se envergonhava de ter que dizer isso. E ainda se envergonha: "O que meus irmãos vão dizer? O que vão dizer minha mãe, meu pai e meu avô?". Ainda existe esse constrangimento. Então, é pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu dizia para o Senador Contarato – que tem muito mais experiência, assim como o Senador Alessandro – é que, quando há um ataque bárbaro que vem à tona, que explode, como é o caso da mencionada Barbara, pode dar certo... Eu vou inverter aqui, porque ela não é primária – invertendo do réu para a vítima, ela não é primária –: aquilo já foi feito uma vez, ela já reclamou, já pediu proteção, tomou algum cuidado, e a coisa piora. É esse o sentimento do pouco, é pouco, porque deveria haver... Poderíamos experimentar por isso. Nesse caso, a progressão da pena não pode estar escrita num livro; ela tem que ser objeto de uma reunião presencial, de alguma forma de audiência que permita saber o grau de recalque que a pena aplicada produz no réu, porque, se ele ainda está envenenado, ele vai atacar pior ainda – não tenha dúvida. Agora, se a coisa passou... Isso é uma questão psiquiátrica, psicológica, não dá para escrever.

De forma que eu sugiro, especialmente à Frente Parlamentar da Mulher... Eu me disponho a ajudar, acho que o Alessandro, os que temos alguma experiência... Nós temos que inovar na Lei de Execução Penal e, se for necessário, no Código Penal, para dizer o seguinte: em determinados casos, neste em particular, a progressão da pena fica contingenciada à verificação, à aferição da redução da periculosidade. Se isso não está escrito ainda... Primeiro, se não está escrito no Código Penal, temos que escrever. Se precisa mexer na Constituição, mexe na Constituição, porque só a execução penal não é um mecanismo legislativo para instaurar esse tipo... Não é um julgamento, mas é uma avaliação se a progressão da pena vai cumprir o seu... O que quer dizer progressão da pena? Quer dizer reinserção do condenado à sociedade.

E concluo relembrando um ensinamento do primeiro filme que saiu sobre a biografia do Papa. Um jesuíta lá em Buenos Aires disse o seguinte, nas encrencas políticas em que se viviam na época: só pode haver perdão – no caso, um perdão gradual – se houver a confissão do pecado e se houver alguma espécie de ato de contrição. Na Igreja, existem dois tipos. O ato de contrição perfeito é quando eu me arrependo... Eu encrenquei imprudentemente, briguei com o Alan... Vejam qual é a chance que eu tenho. Eu me arrependo de ter agredido o pobre do Alan. Olhem a desproporção! (*Risos.*)

Isso vale para dizer o seguinte: se eu me arrependo, o ato de contrição é perfeito. Agora, se eu não tenho esse ato de contrição, eu tenho o ato de contrição imperfeito, eu pelo menos tenho medo do castigo, tenho medo do inferno, tenho medo de uma pena mais severa. E, nesse caso, eu não vejo outro jeito. Por quê? Porque nós evoluímos juridicamente, legislativamente, mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é pouco, porque o número de 21 milhões e o grande número de reincidências.. E o que é pior: é uma reincidência com acréscimo de violência. Então, eu acho que poderíamos refletir sobre isso.

E é claro que o meu voto é a favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra à Senadora Zenaide e, em seguida, à Senadora Augusta.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu queria aqui parabenizar a nossa colega Soraya Thronicke, o nosso Senador Eduardo Gomes, que...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É Eduardo Braga, desculpe, desculpe aí! É Eduardo Braga.

Isso mostra que, nessa violência contra as mulheres, a gente tem que unir homens e mulheres, gente. Se formos nós, sozinhas, que não ocupamos lugares de poder, vai ser difícil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Nós estamos incondicionalmente unidos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria dizer aqui da minha experiência como médica em pronto-socorro. Não tem um plantão – eu desafio – de sexta, sábado e domingo em que não venham mulheres espancadas e em que dificilmente não venham os filhos junto para a gente suturar. E olhem que só chegam ao serviço de urgência aquelas que precisam de assistência médica imediata.

É aquela história: nós sabemos que tem uma coisa urgente... E elas, na grande maioria: "Dra. Zenaide, eu não posso denunciar, porque eu dependo economicamente do meu agressor". Por isso é que Eliziane mostrou bem: a subnotificação é assustadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como foi falado aqui, pedindo urgência para os projetos em defesa da vida das mulheres, que a gente aprova aqui, que vão para a Câmara – como falou aqui Alessandro – e que não voltam, nós votamos aqui e encaminhamos para a Câmara uma coisa de curto prazo para tirar essas mulheres da dependência econômica de seus agressores: é justamente que aqueles 5%, que não acrescentam despesa ao Estado brasileiro, das empresas terceirizadas contratadas pelo Governo Federal, administração direta e autarquias, sejam para essas mulheres vítimas de violência. Pelo menos a gente vai amenizar e tirar uma quantidade grande, porque a gente sabe que a violência tem em todas as classes sociais, mas a gente sabe também que a grande maioria são mulheres pobres, negras e de periferia. Então, nós temos que cobrar com urgência isso.

E, ao mesmo tempo, quero dizer o seguinte: que bom que se vai transferir o agressor para outro estado, porque, no caso da mulher do Rio Grande do Sul, a Barbara, é ela que está pedindo emprego em outro estado, quer dizer, ela é a vítima e está sendo punida. Então, transferir...

E eu acho que, para feminicídio, esse arrependimento... Viu, meu colega Esperidião Amin? O cara matar e depois pedir perdão... Isso é difícil para a família. E eles matam os filhos, gente, também. É uma coisa assustadora isso!

Eu acho que nós aqui estamos fazendo o papel, apoiando a Soraya Thronicke, nossa Margareth Buzetti, que mostrou "Sapatos vermelhos", que, ali, Margareth, se mostraram de todos os tamanhos. E eu presenciei muito isto: criança de dois, três anos estuprada, com perfuração de fundo de saco de Douglas, ele estar ali, e esse cara se safar! Isso é uma coisa muito louca! Quem tem que fugir do seu estado é a mulher?! Ela tem que se mudar?! Eu sou contra. Ele é que é o agressor. Só falta agora dizer que ela é culpada por isso.

Parabéns, Eduardo Braga! Parabéns, Alessandro e todos que se uniram e tiveram esse olhar diferenciado para ver isso aí!

E essa história de progressão de pena para quem mata sua esposa e seus filhos, o ex, é difícil a gente acreditar numa recuperação dessa.

Já votei "sim" e votaria cem vezes "sim".

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Um aparte só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem mais progressão de pena no feminicídio, só depois de cumprir 55% da pena em regime fechado – 55% –, mas foi a 40 anos, que é a maior pena.

O daqui do Distrito Federal foi condenado a 43 anos, ele vai cumprir 23 anos em regime fechado para começar a progredir, e ainda tem 20 anos a cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – São 55% da pena, não é?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Exatamente.

Não tem direito à visita íntima, não tem direito a cargo público e perde o poder familiar. Ponto.

E olhe, Zenaide: eu relatei, em setembro de 2023, o auxílio-aluguel aqui, que foi aprovado e que até hoje não está regulamentado. Não foi! Veio da Câmara, passou na Câmara e não está regulamentado. Eu acho isso um absurdo! A gente aprova as leis, nós temos a Câmara para nos preocupar, nós temos veto para nos preocupar e daí depois nós temos a regulamentação para nos preocupar. Então, é um caso que nós temos que pensar e trabalhar nisso!

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Exatamente.

Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra a Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Aqui, de uma forma rápida, eu quero também parabenizar a autora, a Senadora Soraya, e quero dizer da imensa importância de este projeto estar sendo aprovado aqui.

Quero também parabenizar o Relator. E eu gosto de me referir a ele como o Relator, porque ele tem consideração não só em projetos que falam sobre violência contra nós mulheres diretamente, violência doméstica e familiar, mas, sobretudo, quando ele acata também as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas que são apresentadas por mulheres, especialmente na reforma tributária, de último minuto se convencendo e dando oportunidade para a gente poder também discutir e fazer com que ele também acatasse não só a do Contarato hoje... Estou me referindo à boa relação que nós temos. Então, isso mostra também que você – estou assim me referindo a você pela intimidade, pela amizade que eu já considero que tenho – tem considerado as apresentações, os projetos, as emendas; quando ele é o Relator, ele considera também o que vem de nós mulheres.

Eu quero aqui, como eu disse que é de uma forma rápida, minha querida Margareth, dizer que vários projetos são apresentados, são aprovados, e a nossa grande preocupação, minha amiga e autora, que eu parabenizo mais uma vez, Senadora Soraya, é fazer com que eles sejam efetivados. Leis nós temos. Nós temos a Lei Maria da Penha, considerada a terceira melhor lei mundial sobre violência doméstica familiar, e a gente precisa efetivá-la em todos os seus artigos, porque não existe só o artigo da punição, existe um artigo também que vem para prevenir que aconteça o feminicídio. Eu acho que é de suma importância que a gente se debruce nas leis que já estão aqui aprovadas.

Quero dizer que eu tenho um pedido de relatoria nesta Comissão de várias relatorias que têm a ver também com projetos especialmente voltados ao combate à violência contra nós mulheres e apresentei também vários que estão esperando para serem designadas relatorias. Estou com a relação aqui e queria muito pedir ao nosso Presidente para que ele pudesse designar, especialmente aproveitando o mês de março, visto que a gente sempre tem uma prioridade no mês de março, para que a gente possa aí dar também encaminhamento a esses projetos que estão parados já algum tempo.

Volto a dizer da importância do projeto da Senadora Soraya Thronicke e não só desse como de tantos outros. Quero dizer que, quando a gente vê essas mulheres e homens juntos e reunidos e unidos em prol realmente do que é nossa responsabilidade, chamando a atenção para qualquer tipo de combate à violência, qualquer tipo de violência contra nós mulheres, a gente pensa que vale a pena estar neste espaço, compartilhando com pessoas que estão buscando fazer o seu papel e, além do seu papel, fazer com que saiam do papel essas leis que estão sendo elaboradas aqui.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Augusta Brito.

E passo a palavra ao nobre Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Cumprimentando o Presidente e os demais Senadores e Senadoras, parabenizo a Senadora Soraya Thronicke por uma matéria extremamente importante do ponto de vista da proteção das mulheres, dos filhos, dos entes queridos que ficam à mercê de novas ameaças cometidas por homens que cometeram violência, que praticaram feminicídio, que abusaram do seu poder, muitas vezes, como mantenedores da casa.

Cumprimento o Senador Eduardo Braga pelo relatório e parabenizo pela fala a nossa querida Senadora Margareth Buzetti e as demais mulheres presentes aqui na CCJ, neste dia tão especial.

E eu digo mais, a violência contra a mulher e a reiterada violência praticada por aqueles que já cumprem pena, seja no regime fechado, seja numa situação cautelar, isso é tão dramático porque, como bem mencionaram aqui anteriormente, as crianças, a esposa, a companheira, a mulher acabam sendo punidas, tendo que se afastar da sua convivência pelo medo novamente da agressão ou de um reiterado crime cometido pelo agressor violento. E é um papel de homens e mulheres combater a violência contra a mulher.

Nós temos aprovado, Senadora Margareth, reiteradas matérias que defendem a mulher contra agressões. E é preciso também dizer que mulheres em condição de poder, que ocupam espaços de poder, não podem aceitar também a convivência com homens violentos. E muitas das vezes, mulheres em situação de poder, em algum espaço político ou público, acabam aceitando uma condição para não exposição. Isso é muito grave! Isso é muito grave! E nós precisamos ser solidários com aquelas que são agredidas e com aquelas que podendo atuar, deixam de atuar quando estão em condição de poder. Podendo atuar, deixam de atuar e muitas vezes com conivência. Então isso é importante.

O Brasil precisa acabar com esses índices de feminicídio, de agressões, de violência contra a mulher e dar uma resposta verdadeira. Quanto mais severa a lei, quanto maior a certeza da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punibilidade, menos o crime será cometido. Quanto mais o agressor souber que será afastado, que sua pena será cumprida na extensão do dano causado e na sua completude, nós teremos a diminuição desses crimes contra a mulher.

Portanto, parabenizo mais uma vez a Senadora Soraya, parabenizo mais uma vez o Senador Eduardo Braga. Matéria meritória, nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Alan Rick.

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

Eu encerro a discussão.

O Senador Izalci vai votar, Senador? Vamos aguardar o Senador Izalci votar para a abertura do painel. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação, com o voto do Senador Izalci.

Determino a abertura do painel para verificar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – São 24 votos favoráveis. (*Palmas.*)

Eu quero parabenizar a Senadora Soraya Thronicke e quero, acima de tudo, parabenizar o nosso Relator, sempre muito competente em todas as áreas em que ele tem assumido as relatorias, inclusive agora com a relatoria da complementação da reforma tributária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Muito bem, só dando trabalho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda de redação nº 1 da CCJ e a Emenda nº 2 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.063033/2025-07

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião extraordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Cid Gomes, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Augusta Brito e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 164, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, de 2022, e do PLS nº 284, de 2017–Complementar, na forma da Emenda nº 3–CTFC, e, no mérito, favorável ao PLP nº 164, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017–Complementar. **Resultado:** Lido o relatório. **Observação:** Aprovados os Requerimentos nºs 2/2025-CCJ e 3/2025-CCJ, de autoria dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Ciro Nogueira, respectivamente, de aditamento ao Requerimento nº 10, de 2023-CCJ, para inclusão de convidados na Audiência Pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 223, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a gratuidade da justiça não compreende a remuneração do conciliador ou mediador pelo trabalho nas audiências que excederem o percentual referido no § 2º do art. 169 do Código de Processo Civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorável ao Projeto, e à Emenda n° 1, nos termos da Emenda n° 2-CCJ (Substitutivo). **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 4/2025-CCJ, de autoria do Senador Cid Gomes, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 469, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda 4-CEsp, nos termos da Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 6; pela rejeição das Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN; e pela prejudicialidade da Emenda 5-CEsp. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 2, de 2025** que: "Requerimento de Aditamento ao REQ n° 10/2023-CCJ, de Audiência Pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 3, de 2025** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do RQS 10/2023, com o objetivo de instruir o PLP 164/2022, que "regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência" sejam incluídos convidados" **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 4, de 2025** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 223/2023 que "acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a gratuidade da justiça não compreende a remuneração do conciliador ou mediador pelo trabalho nas audiências que excederem o percentual referido no § 2º do art. 169 do Código de Processo Civil"" **Autoria:** Senador Cid Gomes (PSB/CE). **Resultado:** Aprovado. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 3.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 2022

- Não terminativo -

Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, de 2022, e do PLS nº 284, de 2017 – Complementar, na forma da Emenda nº 3–CTFC, e, no mérito, favorável ao PLP nº 164, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017 – Complementar.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor;

- Em 10/05/2023, foi aprovado o Requerimento nº 10, de 2023-CCJ, de iniciativa do Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a realização de Audiência Pública;

- Em 31/05/2023, foi aprovado o Requerimento nº 13, de 2023-CCJ, para inclusão de convidado na Audiência Pública, de iniciativa do Senador Magno Malta;

- Em 06/12/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ciro Nogueira, ao PLP 164/2022;

- Em 18/03/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Sergio Moro, ao PLP 164/2022.

[Tramita em conjunto: Projeto de Lei do Senado 284, não terminativo também, que regula o art. 146 da Constituição Federal, de autoria da Senadora Ana Amélia e

Relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.]

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do Relator Senador Veneziano Vital do Rêgo para a dispensa de realização de audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 2, DE 2025

Requerimento de Aditamento ao REQ nº 10/2023-CCJ, de Audiência Pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam esse requerimento de dispensa de audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse é um tema que já está há muito tempo na Casa – eu entendo –, mas eu sou contrário a esse requerimento de dispensa dessa audiência. Eu acho que é um tema muito importante e sensível e que seria muito importante, até para o próprio Relator determinar o seu relatório, a audiência que já foi aprovada por esta Casa. Eu acho que é importante para que nós tenhamos a oportunidade de discutir com os convidados que estão aí. Eu estou até sugerindo mais dois convidados: o Presidente do Cade e o Sr. Igor, em nome da Fiesp, até para que o setor produtivo seja ouvido nessa audiência.

Eu faço um apelo aqui ao nosso querido amigo e grande Relator Senador Veneziano para que a gente faça essa audiência pública o mais rapidamente possível para que, logo depois, a Comissão tenha subsídios suficientes para votar e deliberar sobre esse projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Ciro Nogueira, o Relator Senador Veneziano entregou o relatório, que já consta na Comissão de Constituição e Justiça. Cabe ao Relator aceitar ou não a proposta da audiência pública. Caso ele não aceite a proposta da audiência pública, será levado a voto para o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça definir isso.

Senador Veneziano Vital do Rêgo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria fazer um apelo para que a gente pudesse fazer esta audiência pública. Existem vários textos tramitando e talvez o Relator pudesse finalizar o projeto aqui com todas as iniciativas e apresentar um relatório já contemplando outros e a gente deixar a marca do Senado nesta matéria definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero lembrar também que foi constituída Comissão Especial para tratar do Código de Defesa do Contribuinte; também são dez matérias e foram feitas várias audiências, sob a minha Presidência e a relatoria do Senador Efraim, que tratam também deste assunto. Então foi feito a Comissão de juristas. Fizeram uma proposta de alteração e fizemos aqui, debatemos e foi apresentado um relatório, que inclusive está para ser votado aí também a qualquer momento. Então é importante dar uma olhada também, porque esse foi o tema que fez com que nós adiássemos a votação, já era para ter sido votado. Foi exatamente a questão do devedor contumaz, por isso que foi adiado. Mas é importante também analisar essa proposta feita pelo Senador ainda Presidente, Rodrigo Pacheco.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Sergio Moro... Eu vou ouvir o Senador Sergio Moro, depois passo a palavra a V. Exa..

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, isso é um projeto muito importante, porque todos sabem que existe uma série de proteções jurídicas aos devedores que acabam sendo abusadas por pessoas de má-fé, e é um pleito inclusive do setor produtivo a aprovação dessa legislação.

O texto do Senador Veneziano é muito bom, é um excelente texto, não obstante, talvez alguns ajustes... Até fiz umas sugestões, gostaria de conversar com ele e tal, mas realizar eventualmente a audiência pública, desde que tenha o compromisso de votar em seguida, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aí poderíamos definir... Talvez V. Exa. pudesse definir assim de fazer a audiência pública, mas já marcar também para a votação, em seguida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Porque assim, o setor produtivo do Paraná, que me procura, quer a aprovação do texto, mas também tem algumas sugestões pequenas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. O Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho a tranquilidade de falar que quando teve um projeto similar a esse, eu fui o Relator. Inclusive a Senadora Ana Amélia era a autora desse projeto. Esse é um projeto de extrema importância. Esse assunto já tem sido debatido, mas é necessário que esta Casa tenha a altivez de pautar esse assunto.

Nós temos empresas que agem de forma contumaz como devedoras e que isso atinge, viola a livre concorrência, a igualdade, a isonomia. Então, eu sou a favor da audiência pública com uma condição, efetivamente que imediatamente seja votado esse projeto, porque já houve um movimento anterior lá atrás para não pautar o projeto quando eu apresentei o relatório, que estava na Comissão de Transparência. Agora nós temos que fazer um enfrentamento desse tema, que eu reputo de fundamental importância.

Nós temos aí empresas que ficam sonegando, sendo devedores contumazes no tabaco, na cerveja, no combustível, e que estão matando... Aí nós temos avanços inclusive significativos, pelo próprio Supremo Tribunal Federal, até mesmo para cassar a licença dessas empresas que assim o fazem. Então, nós temos que ter esse compromisso.

Eu concordo com o Senador Sergio Moro que, em havendo a audiência, que seja pautado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa. Cumprimentos matinais a todos os companheiros e demais companheiras.

Eu pediria apenas a informação do nosso competente Ednaldo, só para trazer-me à memória: qual foi a data de aprovação do pedido de audiência?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A data? (*Pausa.*)

Dia 10/05/2023.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para encaminhar.) – Pronto. Então, partamos daí, Presidente. Partamos daí. O senhor imagine que, passados quase dois anos – quase dois anos! – de um simples pedido, que é o mesmo que, a mim me parece, o Colegiado, através dos nossos queridos companheiros, expõe ao requerer a audiência, ele nos foi negado. Foi tacitamente negada a audiência que este Colegiado hoje requer que seja feita. É evidente que todos nós, e não diferentemente dos meus companheiros e das minhas companheiras, sabemos que o instrumento de audiência pública promove, tanto para quem relata como para quem debate e vota, condições de acesso a melhores informações, a melhores dados. Isso é inquestionável, isso é indubitável.

Mas o que eu quero dizer a V. Exa. e aos meus companheiros – e serei voto vencido, até porque todos assim, praticamente, demonstram o desejo de tê-la e de fazer a audiência pública – é o meu inconformismo, Presidente. E, de já, ao traduzir esse inconformismo, eu quero lhe agradecer penhoradamente, porque V. Exa., em menos de três semanas de condução dos trabalhos da CCJ, chamava-me, como deve ter chamado a todos os demais outros que estão com incumbências de relatar os diversos e inúmeros processos legislativos na CCJ, e dizia: "Veneziano, você está em condições de defender o seu relatório?". E eu disse: "Presidente, estou". O relatório está pronto – relatório que teve a participação do Governo Federal e de outros tantos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

puderam trazer iniciativas e sugestões que dessem a esse Relator a condição de poder fazer a apresentação do relatório.

Presidente, nós não estamos tratando de um assunto qualquer. Nós estamos falando sobre uma escabrosa... um verdadeiro escárnio que vem assolando a economia nacional, que vem assolando o princípio mercadológico da livre concorrência, que vem sendo um nicho preferencial do tráfico de drogas.

Quando você identificava, Senador Fabiano Contarato...

E aí as justas homenagens tanto à Senadora Ana Amélia como ao Senador Jean Paul Prates, um e outro merecem as nossas referências, porque a Senadora trouxe uma proposta legislativa ordinária e o Senador Jean Paul Prates deu robustez, amplitude através de um projeto de lei complementar, que é exatamente esse sobre o qual nós nos debruçamos a apresentar o substitutivo.

Quando nós falávamos, Presidente, há alguns anos, há uma década, sobre os sonegadores, sobre os fraudadores, aqueles que perpetravam crime contra o Estado, contra a economia nacional – nada a justificar –, hoje não são apenas estes maus empresários, maus cidadãos; se soma a esses indivíduos a presença do crime, Senador Sergio Moro.

E dizia, logo cedo da manhã, quando nós nos comunicávamos, que qualquer Relator, e não diferentemente nessa condição, deve se apresentar e deve estar afeito às sugestões que qualifiquem o seu trabalho, não diferente da sua proposta através de emenda.

Hoje o crime encontrou, não apenas no setor de combustíveis, mas das bebidas, do tabaco e de outros nichos dos jogos – sim, Senador professor Esperidião Amin –, aquilo que lhes favorece.

O universo é um universo não de milhões, Presidente Otto Alencar; o universo é superior a 140 bilhões movimentados com fraudes, com sonegações, com usos de laranjas e que beneficiam diretamente facções criminosas. Então eu peço encarecidamente... Nada justifica, Presidente, nada justifica que a Casa, o Senado Federal, tenha dois anos ou esteja há dois anos sem tomar, de fato, efetivamente, medidas que possam enfrentar uma situação como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero salientar ao meu querido e estimado amigo, Senador Izalci Lucas, que, historiando o calendário dessa discussão, é anterior, inclusive, à própria Comissão Especial. É também anterior à proposta complementar do 165 de S. Exa. Senador Rodrigo Pacheco, cuja abordagem é mais simples. Portanto, ela não contempla aquilo que foi apresentado pelo PLP 164 e que está também no substitutivo.

O Governo Federal tem culpa, tem responsabilidade, eu o integro, o integro, mas nada justifica, de certa forma, a sua omissão, porque só há poucos meses apresentou-se interessado ao remeter à Câmara Federal e lá dormita. E por que dormita, Presidente? O senhor já fez essa pergunta? A quem interessa que os devedores contumazes continuem a sangrar a economia nacional e a praticar a má concorrência? A quem atende? A quem pode atender? Será que nós estaremos sendo vistos aos olhos da nossa sociedade como Senadores e Deputados que estão submetidos ou estão sujeitos a pressões? Porque daqui a pouco nós haveremos de estar sendo expostos a dizer: "Vocês estão a proteger quem não deve ter essa proteção".

Então, encarecidamente, atendendo às ponderações feitas pela oposição, pelo próprio Governo... Conversava com o Senador Jaques Wagner, eu dizia a V. Exa. ontem, V. Exa., entreolháva-nos e perguntava: "Veneziano, você faz a leitura?" Aqui estou para fazê-la. Inclusive sobre a perspectiva de poder, na próxima ou na segunda semana depois dessa, acolher as sugestões dos Srs. e Sras. Senadoras e apresentar o relatório final. Seria uma opção. Mas se é desejável legitimamente que tenhamos a realização de uma audiência pública, eu encareço a V. Exa. e ao sentimento participativo e preocupado do Colegiado da CCJ, que esta audiência seja feita na semana próxima e que, logo em seguida, tenhamos condições de poder apresentar o relatório e enfrentar a matéria com uma decisão que não é terminativa, porque V. Exa. já fez chegar ao nosso conhecimento, porque passará também pela análise da CAE e da outra temática.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria não é terminativa, passará pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência. Vai passar por mais duas Comissões e, certamente, nessas Comissões poderia se realizar inclusive a audiência, né?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se saísse aqui da Comissão de Constituição e Justiça... Eu não vou... Eu vou emitir juízo de valor sobre esse assunto no Plenário. Como Presidente, não vou fazer meu juízo de valor, eu vou reservar para o Plenário do Senado Federal, quando for a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um instante só.

Mas eu creio que essa é uma lei que o Congresso Nacional deve ao Brasil. Não tenho a menor dúvida disso.

Senador Rogério Carvalho e Senador Eduardo Braga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, diante da manifestação do Senador Veneziano, eu quero dizer que o Governo é favorável à aprovação dessa matéria. Ela é de fundamental importância para que a gente sane este sangradouro que são esses vários setores que são representados pelos contumazes devedores e sonegadores. E, se for o caso, Veneziano, a gente abre vista hoje, faz a discussão com V. Exa. e, na próxima sessão, a gente... porque dá tempo para que todos possam dar suas contribuições. Com certeza, o Relator estará aberto para ajustes no projeto. E a gente pode também ser uma alternativa. Não tenho nenhuma objeção a esse caminho, para que a gente possa aperfeiçoar alguns pontos no projeto, certo? Então, queria dizer que também pode ser esse caminho, que é um caminho que nos contempla da mesma forma.

Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Margareth solicitou, o Senador Eduardo Braga e, depois, o Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Eu faço coro ao que o Senador Veneziano falou, porque esse projeto, Presidente, faz justiça a quem anda legal no país.

O que acontece com os sonegadores contumazes é que eles não têm interesse nenhum em pagar imposto no Brasil. Isso é uma concorrência desleal. E não é só no combustível, é em vários segmentos – em vários segmentos. O Governo deveria ser o principal motivador e incentivador desse projeto, porque ele faz justiça a quem paga, a quem está legal.

Quando fazem o Refis, qual é o sentimento de quem paga em dia – fala para mim, Senador –, de quem paga em dia? Você faz das tripas coração para pagar em dia todos os seus impostos e daí vem o Refis dando incentivo, tirando juros, abatendo...

Uma vez na vida, em 40 anos de empresa, eu tive que fazer uso do Refis e juro para você que, para mim, foi horrível, porque eu não acho certo com quem pagou em dia.

Então, Senador, conte com o meu apoio. Sou favorável à matéria. Esse projeto vem lá de trás, da Senadora Ana Amélia. Ela apresentou esse projeto e nós estamos ainda pedindo audiência pública. O que é isso? Não precisa de audiência pública para saber que nós temos devedores contumazes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, primeiro quero cumprimentar o nosso eminente Relator, Senador Veneziano... (*Pausa.*)

Eu vou aguardar porque acho importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a atenção do nosso eminente Líder, Senador Esperidião Amin, porque, veja, Sr. Presidente, esta é uma matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tramita desde 2017 – veja, desde 2017. Não são 17 dias, 17 semanas, 17 meses. Desde 2017, esta matéria tramita.

E o que é mais incoerente é que nós estamos diante de uma crise fiscal em função de falta de arrecadação por parte do Estado brasileiro, não é apenas da União, é do Estado brasileiro. E, todas as vezes em que é pautada uma lei que trata de uma questão fundamental como a do devedor contumaz, de alguma forma, tentamos procrastiná-la.

Eu gostaria de endossar a proposta do eminente Líder Rogério Carvalho: que façamos a audiência pública, mas que, ao mesmo tempo, concedamos vista coletiva para que, entre a sessão de hoje e a audiência pública, seja finalmente assegurado que vamos deliberar esta matéria. Esta é uma matéria já debatida sobremaneira. Esta é uma matéria já analisada sobremaneira. Esta é uma matéria cujo relatório do eminente Senador Veneziano Vital do Rêgo evoluiu com relação ao texto original. Portanto, nós estamos prontos para votar. Quem é a favor vota a favor; quem é contra vota contra. É assim que funciona na democracia. Na democracia, funciona assim, está certo?

Então, eu gostaria de deixar aqui a sugestão a V. Exa. para que a gente conceda a audiência pública, mais uma vez, para demonstrar a absoluta boa vontade desta Comissão para com o diálogo, mas, ao mesmo tempo, que se estabeleça uma data fim, para que nós possamos deliberar esta matéria. É nada mais, nada menos, Presidente, do que desde 2017. Então, nós estamos falando de sete anos em que esta matéria vem sendo debatida nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para endossar o que já foi dito várias vezes, não há interesse público na realização de uma audiência, não há como você apontar uma necessidade técnica de uma audiência, considerando toda a tramitação do projeto e, mais ainda, a tramitação futura, porque nós teremos outras Comissões, teremos Plenário... Então, é apenas uma providência que retarda o andamento de uma entrega que é fundamental, porque é uma entrega justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos justamente enfrentando, neste momento, esse dilema fiscal no Brasil, como bem falou o Líder Eduardo Braga. Esta é uma ferramenta para enfrentamento justo do dilema fiscal, e tenho absoluta convicção de que todos os Senadores e todas as Senadoras já firmaram o seu convencimento, já têm pleno conhecimento da matéria e estão aptos, inclusive, a votar, Sr. Presidente, mas aguardo o encaminhamento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaques Wagner.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Bom, deixem-me só falar em nome do Governo. O Governo colocou esse tema como prioridade dele, pelo que já foi dito aqui: pela questão fiscal e pela questão da sonegação, evidentemente, que é, como já foi dito pela Senadora Margareth, desestimulante para quem paga. Eu fui Governador e não fazia Refis, porque acho que o Refis acaba deixando quem pagou em dia parecendo um abestalhado. Ele paga em dia, e o outro leva vantagem para... O cara paga, paga, paga, e, de repente, quem não paga espera cinco anos e faz outro Refis. Então, eu preferiria baixar a alíquota a ficar toda hora fazendo Refis. Mas com o desespero do caixa, muitas vezes, a pessoa faz.

Deixe-me explicar. O Governo tem prioridade disso. Eu conversei ontem com o Secretário-Executivo da Fazenda. Só vou dar o detalhe, por que eu acho importante dar mais, sei lá, 10 dias, 15 dias, e podem fazer a audiência e tal: porque tem o nosso projeto muito bem relatado pelo Veneziano, que é, eu diria assim, o guarda-chuva do combate à sonegação. Depois nós vamos entrar, falei até com o Relator ontem, em um projeto que ainda está na Câmara dormindo também, que é o Projeto nº 15, que detalha como é que você vai caracterizar o que é devedor contumaz. Ninguém aqui é ingênuo – estou vendo aqui o Oriovisto – e sabe que nessas coisas também tem muita guerra comercial por trás. Concorda? Tem muita guerra comercial por trás. Uma forma de você acabar com um concorrente é você acusá-lo disso ou daquilo. Então, a única coisa que eu falei com o Dario foi: "Por que não pega...". Falei com ele: "Pega um projeto, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é, que teria que estar no projeto dele, mas não na forma como está lá, que o Governo acha ideal, e bota no projeto" – o que pode ser feito nesses 10 ou 15 dias de que se falando aqui para aprimorar. É só isso. De tal forma que sai daqui para a CAE já mais fechado, para a gente não mandar para a Câmara, que aí vai de novo atrasar. Chega lá, muda, volta para cá.

Então, na verdade, repare, hoje a gente tem um problema a mais – é por isso que eu estou dizendo que, cada vez que demora, entra um problema a mais. Está claro que as milícias e o tráfico estão entrando em distribuição de postos de gasolina. Há quem diga que 10% da distribuição de São Paulo são de tráfico, e eu digo com tristeza que eu conheço o pessoal que comprou mais de 200 postos de gasolina na Bahia. Então é um processo em que eles estão entrando na economia formal e muitas vezes sonegando. Então é óbvio que a gente tem que caçar esses caras. Eu só acho que tem que ser uma coisa precisa para não ter subjetividade na hora de acusar quem é contumaz, senão vai dar uma confusão. De qualquer cara que é devedor vai-se dizer "não, esse é devedor contumaz, etc. e tal". Por mim é só para proteger a iniciativa, mas eu quero deixar claro que isso é prioridade, está na pauta de prioridade do Governo Federal.

Então, é só para avisar.

Eu falei com o Veneziano hoje pela manhã, e ele disse: "Tudo bem. Então eu vou ler e se deem dez dias à Fazenda para ela aprimorar ou juntar os dois projetos". Só para não ter dúvida sobre a posição do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, quero deixar aqui muito claro o meu posicionamento em relação a esses projetos. Eu sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço às assessorias... Estou me dirigindo aos dois rapazes ali. Eu peço silêncio enquanto o Senador estiver falando, por favor, às assessorias dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, sou totalmente favorável ao projeto. De fato, precisamos cobrar de quem deve mesmo e quem sonega. Eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, denunciei por diversas vezes no Plenário um estudo que foi feito pela Fundação Getulio Vargas que fala exatamente isso, sobre os postos de gasolina. Eram quase 25 bilhões só de São Paulo e Rio de Janeiro de sonegação. E nós sugerimos na reforma tributária que fosse tributado o etanol no sistema monofásico, que ainda não é e que poderia evitar realmente essa sonegação.

Agora eu aprendi aqui no Senado também o seguinte: nada de nós sem nós. Então não... A própria Receita Federal... Eu tenho aqui, porque eu sou contador, e quem vai operar isso são os contadores, é a Receita Federal.

Nós discutimos isso em várias audiências públicas no PL dos juristas, no 125. Então é só adequar o texto, porque senão daqui a pouco a gente aprova uma lei aqui, e um outro diferente estará na pauta já, no Plenário.

Então, concordo plenamente, o relatório é maravilhoso, acho que o projeto é importante e necessário, mas vamos só ajustar essa questão do contumaz, que ainda tem dúvida com relação a... Porque quem vai aplicar isso é a Receita Federal, e aí dá uma série de dúvidas com relação a isso.

Portanto, eu concordo de fazer a leitura e até marcar na próxima reunião, mas ajustando o que já foi fruto de várias reuniões e audiências públicas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, na audiência pública parece que só tem quem está interessado em que se faça uma fiscalização e não quem é contra isso.

Segundo, estão muito específicos aqui: bebidas, cigarros e combustível. Veja bem, não vou entrar aqui em algumas questões, mas já tem alguns setores aqui que estão esmagando os pequenos através disso. Você tirar a concorrência através de uma lei em que a gente não possa ter um critério... E aqui diz fiscalização ininterrupta. Veja bem, fiscalização ininterrupta quer dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a toda hora, todo dia, todo momento, né? Então, Presidente, há uma preocupação em relação a isso.

Agora, eu tenho um receio de que os pequenos, que não têm o mesmo poder de um grande, possam ser esmagados nessa lei. E aí a gente sabe muito bem quem são os grandes distribuidores de combustível neste país, inclusive tentaram esmagar lá a refinaria de Manaus. Então, eu acho que é audiência pública – não lê agora, não, Senador Izalci –, para a gente debater essa questão aqui com mais profundidade e esclarecer, porque no sentido... Ninguém é a favor aqui de sonegação, pelo contrário, e quem sonega não é pobre, quem sonega não é servidor, porque servidor paga o imposto dele na fonte – na fonte. Agora, tem muita coisa aqui por trás disso que nós temos que analisar com certo cuidado. Para quê? Para que mesmo que esteja desde 2017, se não foi votado ainda desde 2017, lá se vão oito anos – se você for contar de 2017 a 2025 –, é porque alguma coisa tem de estranho nisso aqui.

Sinceramente, você especificar três segmentos de distribuição, como bebidas, cigarros e combustível como está aqui, é uma coisa que nós temos que analisar com cuidado. Eu não quero citar nomes aqui, eu sou de citar nomes, tá? – eu sou de citar nomes. Eu não tenho muitas papas na língua para citar nomes, não, e empresas e coisas. Está acontecendo isso na carne, pô! Os pequenos agora são obrigados a vender para duas grandes empresas para exportar. Na carne está acontecendo isso. A J&F e a Minerva tomaram conta do mercado. Os pequenos foram todos fechados, tudo. Ou vendem para eles ao preço que eles querem ou não têm exportação.

E aqui, no Brasil, essa questão é mais séria ainda. Nós estamos falando sobre narcotráfico, nós estamos falando... Isso é uma questão de polícia; não é de Receita. A polícia que tem que investigar isso. O que nos cabe aqui é tentar fazer com que as empresas que, por uma razão ou outra – e cada caso é um caso –, não puderam pagar seus impostos... Que a gente não faça uma perseguição e cerceie o trabalho dessas pessoas.

Isso que é o meu entendimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Veneziano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Jaime está inscrito, mas o Senador Veneziano me parece que tem uma contestação a fazer; eu passaria depois a V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Nessa questão, Sr. Presidente, V. Exa. sabe que eu nutro – e não pode ser diferente – respeito e honestidade intelectual por todos os que fazem o Senado e por todos aqueles e aquelas que estão a nos assistir. Eu pergunto ao Senador Otto: V. Exa. leu integralmente? Omar?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nem eu, nem ninguém.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, não diga isso. V. Exa., então...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nem eu, nem ninguém. Não diga isso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não. Então, V. Exa...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ninguém leu isso integralmente aqui.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, não responda pelos outros companheiros.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, nem eu, nem ninguém.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Omar, não responda pelos demais outros companheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou pontuando aqui... Eu estou pontuando...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – V. Exa. vai garantir a minha fala?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar, V. Exa. falou...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Garanta a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que nós temos que seguir este Regimento Interno e eu me bato muito com isso. Se um Senador está com a palavra, não pode ser interrompido absolutamente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – V. Exa. respondeu. O Líder não leu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não pode ser interrompido.

Eu, depois, passarei a palavra ao Senador Omar. V. Exa. pode contestar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, perfeito.

Veja bem, Senador – veja bem –: o Senador Omar Aziz assume o microfone, fala como se tivesse lido e responde honestamente que não leu. Então, ao não ler, V. Exa. não poderia dizer que esse projeto, que tem sido, ao longo dos últimos anos, motivo de discussão dedicada de muitos que aqui estão, e, afinal de contas, não seria diferente por força das apresentações de emendas... V. Exa. dizer que é um projeto que se refere a três setores, Senador Omar... Em nenhum momento se fazem menções por força da grandeza e do volume no setor de combustíveis, de petróleo, de gás natural – menções –; mas esse é um projeto para todos aqueles maus cidadãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros, maus empreendedores e criminosos contumazes provenientes do tráfico, das facções que estão a identificar o bom nicho operacional, Senador Omar Aziz.

Quando V. Exa. também se refere a esse projeto, de iniciativa de Ana Amélia, do Senador Jean Paul, que teve a colaboração do Fabiano Contarato, a minha modesta colaboração, e põe sob dúvidas que nós estejamos a fazer uma proposta que pode ensejar prejuízos em perseguição a pequenos, é porque V. Exa. não leu, e aqui está o diferencial entre o que é contumácia daquilo que é a sonegação eventual e que não estará sob o olhar de perseguições quaisquer, Senador Omar.

Por gentileza, se nós quisermos fazer a audiência, bem, a façamos, mas nós estamos falando aqui a milhões, e eu não posso – até porque honestamente me dispus a colaborar com este debate – ouvir colocações dessa natureza, de que aqui esse projeto vai ensejar perseguição a menores. Não, esse projeto, que detalha o que é, Senador Jaques Wagner, já o devedor contumaz e aquele que é o sonegador eventual, que estabelece quais são os graves cometimentos, os cometimentos de nível médio, está aqui. Não significa dizer que outras sugestões provenientes do Governo Federal, da Fazenda Pública e dos nossos companheiros do Colegiado senatorial não venham a abastecê-lo, robustecendo-o da melhor forma.

Agora, eu peço desculpas, mas eu precisava aqui... Afinal de contas, sob dúvidas está o trabalho não apenas nosso, mas de todos os outros companheiros e companheiras que se deram ao dever. Eu nunca peguei o microfone aqui para tecer quaisquer comentários se não tivesse o cuidado de ler, se não tivesse o cuidado de saber o que a matéria professa.

Se V. Exa. achar conveniente, atendendo à maioria, que façamos audiência, a única coisa que eu lhe peço, Senador Presidente, é que a façamos na próxima semana, para que, quiçá na outra subsequente, tenhamos condições de votar, aprovando ou não, como disse o Senador Eduardo Braga. Quem desejar desconhecer o fulcro dela vota contra; quem entender que já passamos da hora de enfrentar esse estarrecedor cenário no Brasil vota favorável. É o único pedido que eu lhe faço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Inclusive, dentro do projeto do Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Senador contumaz é o devedor acima de R$15 milhões, e, então, não pega...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein? Do quê?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Do devedor, do devedor!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Do devedor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Do devedor contumaz. Senador contumaz...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Devedor contumaz. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador contumaz é Senador vitalício, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O devedor contumaz é acima de R$15 milhões. Não é isso? Eu acho que é o primeiro... (*Risos.*)

Eu quero pedir desculpas ao Senador Rogério Carvalho pelo lapso verbal. Ninguém deve nada absolutamente a ninguém! (*Risos.*)

Senador Jaime Bagattoli...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu vou ouvir primeiro o Senador Jaime para depois tomar a decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – V. Exa. me interrompeu... É porque ele me fez uma pergunta direta. E V. Exa. me chamou a atenção para que, quando um Senador estivesse...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. quiser fazer a réplica, está concedida a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Não, veja bem. V. Exa. até me chamou a atenção. Eu só respondi, porque ele me fez a pergunta diretamente: "V. Exa. leu o projeto?". Não. Nem eu, e muitos Senadores não leram.

O que eu estou colocando aqui é... E fala especificamente sobre três setores, não é que não tenha outros setores, mas, se você for ler, e você deve ter lido mais do que eu, fala especificamente sobre três setores: bebidas, cigarros e combustível. Está aqui, feito por quem fez a redação. Quando eu digo todos... E V. Exa. não está colocando só esses três setores, é lógico, é bem mais amplo.

E longe de mim questionar a sua idoneidade e o seu conhecimento, longe de mim, até porque eu o conheço não é de hoje, V. Exa. está aqui convivendo comigo há muito tempo e sempre teve um comportamento e uma postura de respeito aos colegas e meu respeito mútuo. Agora, dizer que todos os Senadores leram o projeto? Com certeza não, tenha certeza de que não. Muitas coisas são votadas aqui, e a gente vota sem ter conhecimento, vamos ser sinceros. Não é só aqui, não. Em qualquer lugar do Brasil, se votam muitas matérias sem ter conhecimento. Agora, quando a gente tenta debater, é para que tenha esclarecimento. Não estou acusando ninguém aqui, não, Senador. Longe de mim acusar V. Exa., ou o Contarato, ou quem quer que seja ou outro Senador, muito menos a Senadora Ana Amélia, que nem está aqui para se defender.

O que eu estou dizendo é o seguinte... A minha preocupação – e eu vou colocar claramente a minha preocupação – é que alguns pequenos possam ser prejudicados com isso. Eu não sou contra você ir para cima de sonegador não, longe de mim, longe de mim. Eu sou a favor. Agora, questionar se eu li o projeto ou não, V. Exa. pode questionar dos 81 Senadores, tenha certeza de que 90% não leram o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Otto Alencar.

Eu quero parabenizar aqui o Senador Veneziano e quero dizer para vocês o seguinte: esse setor de combustível... Quando se fala em combustível, cigarro e bebidas, geralmente é onde tem as maiores fontes de arrecadação deste país. De produtos que têm a maior fonte, o combustível nós sabemos que é quase 50%, atribuídos os impostos. Ele é oriundo de impostos na origem e não lá no posto de gasolina. Não é o posto de gasolina que vai cobrar e que vai pagar imposto, ele já pagou. É um ramo que eu conheço, e esse setor do combustível não é para estar discutindo hoje. Essa história começou mais de 25 anos atrás, quando houve a desregulamentação do combustível. Naquele momento, no ano 2000, para quem se lembra, nós tínhamos quatro companhias, era a Ipiranga, a Esso, a Texaco, a Shell e a Petrobras. Eram cinco, seis companhias no máximo que nós tínhamos no país. Chegou a ter quase 200 companhias – para vocês entenderem –, quase 200 chegamos a ter no Brasil. Eu sou do ramo, eu estou na Shell Brasil, trabalho com a Shell há mais de 30 anos. Então, eu posso falar de conhecimento sobre essa situação do combustível.

Realmente, é uma vergonha o que aconteceu no nosso país. Vocês sabem o que aconteceu com diversas companhias com liminar? Trabalharam anos com liminar e trabalham até hoje. Tem empresas importando com liminar, tem juízes dando liminar, é uma vergonha o que acontece neste país! Aí, depois, nós estamos aqui discutindo para ter uma audiência pública? Não, gente! Aqui não tem que ter audiência pública nenhuma. Isso aqui é para ir direto para votação.

Quem é sonegador – me desculpe, Senador Omar Aziz –, quem está sonegando dessa forma neste país não tem condição de ter... É uma concorrência desleal. Eu conheço todas as companhias de petróleo deste país, sou transportador de multinacional, no transporte existe sonegação. Agora, claro, com uma Petrobras, com uma Shell, com uma Ipiranga, com essas companhias maiores, realmente eu concordo com V. Exa. quando diz que daí há um tipo quase que fosse um cartel. Realmente é o caso. Eu sou do ramo do agronegócio, eu sei o que estou sofrendo na pele como grande produtor de bovino, eu sei o que nós estamos sofrendo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem razão, JBS e Minerva, mas por quê? Porque nós tivemos governos incompetentes que colocaram o BNDES na mão, à disposição da JBS e da Minerva, da Sadia, da Perdigão, por isso que aconteceu isso. Aí esmagaram realmente os pequenos. Os pequenos não têm condição mais.

E aí concordo com V. Exa., ficamos... Eu mato 30 mil bois por ano, eu sei o que nós estamos passando com a JBS e Minerva, são dois só. Quando nós falamos... Aí vocês vejam bem. Olhem o acordo feito aí: Cargill, Pajeú, Bunge, ADM, os grandes fizeram acordo. Aí entraram também JBS, Minerva; foram lá, fizeram até a moratória da soja, não respeitando o Código Florestal brasileiro. Isso é o maior absurdo, é uma vergonha o que acontece neste país. E em tudo nós tivemos que voltar aqui, começar a discutir e partir do zero de novo.

Então eu vou dizer para vocês: nessa história, nós temos que... Não há necessidade disso aqui, gente, não há necessidade de fazer audiência pública. Não tem audiência pública, não. Tem que ser votado mesmo e acabar com isso aí, porque é impossível... Só para eu terminar minhas palavras, eu quero dizer que teve companhias que ficaram devendo mais de R$100 milhões, R$200 milhões, e a companhia desapareceu. Aí eu digo para vocês: vamos continuar com isso?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e pergunto ao Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo: V. Exa. concorda com a audiência pública...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ou deveremos votar o relatório hoje? Até votar o relatório hoje e fazer a audiência pública na próxima semana...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, permita-me aqui uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Eu creio que nós estamos misturando, Senador Omar e Senador Jaime, temas que são semelhantes, mas não são os mesmos. Veja, a questão do monopólio, do cartel, que é algo pernicioso à economia, precisa ser enfrentada pelo Congresso Nacional, mas o que nós estamos discutindo aqui é o devedor contumaz. E aqui está dito com todas as letras:

> Assim, de acordo com o § 1º do art. 6º do substitutivo, a inadimplência reiterada e substancial caracteriza-se pela existência de débitos em situação irregular por período igual ou superior a um ano:
> I – em valor igual ou superior a R$ 15 milhões;
> Ou
> II – [...] [o equivalente] a 30% do faturamento do ano anterior, com valor igual ou superior a R$ 1 milhão.

O que eu digo é que talvez possa haver ajustes no texto, mas esse texto já foi sobejamente debatido, esse texto já foi sobejamente discutido. O que nós não podemos compactuar é com a permanência de situação de devedores contumazes que... E me perdoe o Jaime, não são 100 milhões, não: nós estamos falando da casa de bilhões de reais – nós estamos falando da casa de bilhões de reais. E mais, agora, essa sonegação não é apenas por iniciativa de empresas, mas também por facções criminosas que estão lavando dinheiro em atividades legais e que não estão pagando impostos, se transformando em devedores contumazes. Portanto, essa questão precisa ser enfrentada do ponto de vista institucional e legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Eduardo Braga.

Está sobre a mesa aqui um pedido de aditamento do Senador Veneziano Vital do Rêgo ao Requerimento nº 10, de 2023, para que seja convidado um auditor, um relator; e outro também do Senador Ciro Nogueira, com dois nomes para audiência pública.

Eu vou marcar a audiência pública, mas vou pedir ao Senador, vou determinar ao Senador que possa ler o seu relatório hoje. Faremos a audiência pública na próxima semana e, na outra semana, votaremos o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordam?

O Senador Ciro Nogueira concorda, né? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Senador Marcos Rogério.

Ficam aprovados os aditamentos.

Os nomes serão encaminhados aos convidados para essa audiência.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu até faria algumas ponderações em relação a esse projeto, mas, como V. Exa. já anuncia o entendimento, o acordo, eu vou deixar para falar quando da discussão em si, porque nós temos um outro projeto.

Senador Contarato...

Obrigado.

Nós temos um outro projeto que trata desta matéria – inclusive do Senador Rodrigo Pacheco –, que está pronto para o Plenário. E nesse caso, como é uma matéria que regulamenta texto constitucional, a tramitação caminha em desprestigio à Comissão que deveria ser aquela a discutir justamente o mérito desse projeto. Ele termina, salvo engano, na CTFC, na Fiscalização e Controle – um projeto que regulamenta a Constituição. Qual é a Comissão que deveria fazer justamente esse debate mais técnico, de mérito? Justamente a Comissão de Constituição e Justiça.

Mas V. Exa. já anunciou o entendimento.

Eu não tenho nenhuma objeção. Eu acho que a audiência pública vai aclarar as ideias, e quem sabe até lá haja a possibilidade de construir um entendimento com relação a essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esse despacho lá para a Comissão de Transparência foi feito, se eu não me engano, pelo Presidente Rodrigo Pacheco. Foi ele quem encaminhou para lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi, foi. Foi um equívoco da Mesa. É isto que eu estou ressaltando, foi equívoco da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi um equívoco...

Senador Veneziano, para a leitura do relatório.

Depois disso, marcarei a audiência pública, e, logo em seguida, marcaremos a votação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Perfeito, Presidente.

Agradecido a V. Exa. e a todos os que querem tão somente colaborar para que nós, enfim, enfrentemos, examinemos e venhamos, quiçá, a dar um fim a todo esse cenário escabroso.

Eu peço a V. Exa. que façamos a leitura a partir da análise, até para dar maior celeridade.

Como já anotado, o Projeto de Lei Complementar 164 é derivação do Projeto de Lei 284, de autoria de S. Exa. a Senadora Ana Amélia. A complementação foi necessária ante a decisão do Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária de 18 de dezembro do ano de 2019, que, no julgamento de recurso ordinário em *habeas corpus* ainda não transitado em julgado, fixou, por maioria, a seguinte tese: "O contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990". Assim, o STF decidiu que é crime contra a ordem tributária declarar e não recolher o ICMS se o devedor for considerado contumaz.

O autor do projeto de lei complementar, S. Exa. o Senador e ex-colega Jean Paul, direcionou o escopo do art. 146 da nossa Constituição aos desequilíbrios concorrenciais provocados pelo contribuinte, deixando de fora os causados pelo Fisco ou pela norma tributária. Também fez incidir os critérios especiais de tributação sobre os chamados "tributos indiretos", em que o ônus do gravame é suportado pelo adquirente do produto ou serviço, afastando os tributos incidentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a renda, o lucro, a movimentação financeira ou patrimonial. Como se sabe, os principais tributos indiretos são o ICMS, o ISS, o IPI, Cofins, os três últimos de competência da União; e sua unificação é objeto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que foi a da reforma tributária.

Essas escolhas feitas pelo autor têm a nossa chancela. De fato, o art. 146-A da Constituição não se vocaciona ao controle de atos dos Poderes Legislativo ou Executivo, pela singela razão de que a instituição de tributos é matéria sujeita à edição de lei – ordinária – no âmbito da competência legislativa de cada ente político.

Assim, se houver... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Assim, se houver desequilíbrio concorrencial, motivado pela legislação, esta deverá ser alterada pelo órgão competente, ou submetida ao controle do Poder Judiciário. De outro lado, não compete à lei complementar prevista no art. 146-A fixar normas de indução tributária com a finalidade extrafiscal de estimular o contribuinte a adotar comportamento desejado pelo poder público.

Portanto, a premissa utilizada na elaboração do Projeto de Lei 164, de 2022, no sentido de que o seu objeto deva ser a criação de instrumentos que permitam neutralizar práticas tributárias engendradas pelos contribuintes, das quais possam resultar desequilíbrios concorrenciais, parece ser a única compatível com a letra e o espírito do art. 146 da nossa Constituição.

O PLP 164 fornece a moldura dentro da qual a União e os entes subnacionais vão escolher, em lei específica, os critérios especiais de tributação que melhor reflitam sua legislação e a concorrência no seu mercado.

Reconhecemos o esforço e parabenizamos, sim, a iniciativa dos autores já citados, Senadora Ana Amélia e Senador Jean Paul Prates, mas entendemos que há ainda espaço para aperfeiçoarmos o texto da matéria, motivo pelo qual apresentamos substitutivo.

Conforme adiantado, para facilitar a interpretação da nova lei complementar, sugerimos a divisão do texto em capítulos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º do PLP, com adaptação da redação, corresponderá ao Capítulo I, que trata sobre o objeto.

Os arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do PLP, de 2022, foram agrupados no Capítulo II do nosso substitutivo, denominado – abrimos aspas – "Dos Critérios Especiais para o Adequado Cumprimento das Obrigações Tributárias" – fechamos aspas. Nesse Capítulo II, o substitutivo introduz duas alterações nos arts. 3º e 4º, abaixo anotadas.

Acrescemos ao inciso IV do *caput* do art. 3º do PLP "agência reguladora setorial", tal como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, entre os órgãos e entidades legitimados a requerer a inclusão de outros produtos e serviços no campo de aplicação dos critérios especiais de tributação.

Em relação aos sete critérios especiais de tributação relacionados no *caput* do art. 2º do PLP 164 e do nosso substitutivo, identificamos três de natureza material, que são aqueles a interferir com os elementos estruturais da obrigação tributária, a saber: primeiro, antecipação ou postergação do fato gerador; segundo, concentração da incidência dos tributos em determinadas fases do ciclo econômico – a monofasia também para IPI e ISS –; por fim, a terceira, adoção de alíquota específica sobre preço do produto constante em pauta de valor mínimo.

Os outros quatro critérios especiais de tributação têm natureza formal, Sr. Presidente, isto é, criam deveres instrumentais adicionais para acompanhamento específico de determinados contribuintes. Destes, três são de aplicação individual ao sujeito passivo na forma de regime diferenciado, a saber: manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento; controle especial do recolhimento do tributo, de informações e de documentos; e, por fim, regime de estimativa.

O art. 4º, III, assegura a não aplicação dos critérios especiais de tributação ao devedor eventual ou ao devedor reiterado cuja inadimplência não implique desequilíbrio concorrencial. Esses dois tipos de devedores atuam licitamente no mercado e devem se submeter ao procedimento normal de cobrança de dívidas – inscrição em dívida ativa, execução fiscal, arrolamento de bens, medida cautelar fiscal, protesto de certidão da dívida ativa, entre outras –, não podendo sofrer quaisquer restrições à liberdade de iniciativa tendente a forçá-los a cumprir as suas obrigações tributárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, na vigência do regime diferenciado, se a empresa incorrer em qualquer uma das quatro – incisos I a IV do *caput* do art. 5º – infrações de grau médio no cumprimento de obrigações tributárias, o art. 5º do PLP e do substitutivo autoriza que a autoridade administrativa do ente tributante, quando da aplicação individual dos acima citados três critérios especiais formais, respeitado o devido processo legal, suspenda a inscrição da empresa no cadastro de contribuintes. Dessa forma, será obrigada a parar temporariamente suas atividades de comercialização, porque estará impedida, enquanto perdurar a suspensão, de emitir nota fiscal eletrônica.

Independentemente de regime diferenciado, se a empresa ou a pessoa física for enquadrada em qualquer uma das cinco situações graves – que envolvem fraudes, laranjas, contrabandos – listadas no *caput* do art. 8º do substitutivo e ainda for caracterizada como devedor contumaz, poderá, respeitado o devido processo legal, ter sua inscrição no cadastro do ente tributante cancelada, sem prejuízo das sanções impostas pela própria condição de devedor contumaz.

Como acima anotado, senhores e senhoras, as situações graves que ensejam o cancelamento são listadas no *caput* do art. 8º do substitutivo, sendo que o novel inciso III aglutina as disposições dos incisos III e IV do *caput* do art. 6º. O novel inciso III é especialmente voltado a organizações estruturadas para evitar a constituição ou cobrança dos créditos tributários, sendo o exemplo mais corriqueiro o de empresas "noteiras" – nós abrimos aspas e as fechamos –, ardil por meio do qual se estruturam vários CNPJs fictícios para emissão de documentos fiscais frios.

No art. 6º do substitutivo, o devedor contumaz continua a ser considerado "aquele cujo comportamento fiscal se caracteriza pela inadimplência reiterada, substancial e injustificada de tributos", consoante a magistral definição do tributarista Humberto Ávila. O substitutivo altera os critérios para caracterizar a inadimplência reiterada e substancial e propõe critérios específicos para a inadimplência injustificada.

Assim, Presidente Otto, de acordo com o §1º do art. 6º do substitutivo, a inadimplência reiterada e substancial caracteriza-se pela existência de débitos em situação irregular por período igual ou superior a um ano:

I – de valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – em montante superior a 30% (trinta por cento) do faturamento do ano anterior, com valor igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Para completar a caracterização do devedor contumaz, a inadimplência será considerada injustificada quando não houver motivo plausível que a fundamente, cabendo ao devedor, no âmbito do processo administrativo, demonstrar os motivos que afastem a configuração da contumácia.

O piso de R$15 milhões de valor do crédito tributário em situação irregular, que é considerado requisito para a caracterização do devedor contumaz, equivale ao valor mínimo para considerar o contribuinte grande devedor para com a Fazenda Nacional. No substitutivo, suprimimos, no cômputo desse valor, a exclusão das penalidades decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias; e também a previsão de correção anual pela variação da taxa Selic.

No substitutivo, o prazo de duração da situação irregular é trocado pelo "igual ou superior a um ano". A anterior previsão de prazos variados, consecutivos ou alternados, tornaria a redação demasiadamente complexa, uma vez que haveria tributos de apuração mensais, trimestrais e anuais.

No substitutivo, suprimimos o §2º do art. 6º do PLP, que acresce norma especial de responsabilidade tributária, em adição ao que já prevê o art. 135 do nosso Código Tributário Nacional. O art. 7º – já partindo para a finalização do nosso relatório – do nosso substitutivo amplia as medidas sancionatórias ao devedor contumaz que não está envolvido nas cinco situações graves listadas no art. 8º do substitutivo.

Ao impedimento de fruição de quaisquer benefícios fiscais, agregamos impedimento de formalização de vínculos com a administração pública. O devedor contumaz poderá também ser alvo de provocação de entidades públicas competentes para nele decretar intervenção, liquidação extrajudicial, ajuizamento de insolvência civil ou de pedido de falência, independentemente de preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 73 e 94 da Lei de Falências e Recuperação Judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 9º do nosso substitutivo reproduz as condicionantes mínimas do processo administrativo que almeja enquadrar o devedor contumaz, já assentadas nos incisos II, III e IV do parágrafo único do art. 3º do PLP original, do Senador Jean Paul Prates.

O art. 10 do substitutivo reproduz o §4º do 6º artigo do PLP original, para prever a possibilidade de o devedor regularizar a sua situação fiscal e assim rever as restrições eventualmente aplicadas.

O Capítulo IV do substitutivo é intitulado "Das Disposições Específicas para a Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis" – é aí onde se faz a menção, tão somente, Presidente Otto, e por quê? – e composto pelos novos arts. 11 e 12. O setor merece esse tratamento específico próprio, tendo em conta o alto impacto concorrencial decorrente da sonegação fiscal e dos elevados valores de endividamentos tributários.

O art. 11 do substitutivo altera a lei do petróleo para imputar à ANP a promoção da fiscalização das atividades econômicas de combustíveis e biocombustíveis. Assim, a alteração proposta acresce ao art. 68-G, cujo inciso I do *caput* passa a exigir regularidade fiscal em todos os âmbitos federativos, regularidade junto à ANP e regularidade trabalhista como condições para a autorização do exercício das atividades a que se referem.

Só falta uma lauda e meia, Presidente.

Por sua vez, o inciso II do *caput* do novel art. 68-G estabelece, como requisito para a obtenção de autorização, que o interessado não seja parte relacionada de devedor contumaz, ao passo que os §§1º e 2º do citado artigo estabelecem a necessidade de colaboração e boa-fé do interessado na prestação de informações à ANP.

O art. 12 do substitutivo altera a Lei nº 9.847, do dia 26 de outubro do ano de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para, em primeiro lugar, acrescer o inciso XXI ao *caput* do art. 3º contendo a pena de multa a ser aplicada pela ANP. A multa proposta deverá variar entre R$5 mil e R$5 milhões.

Em segundo lugar, acresce ao rol previsto no inciso III do art. 5º o citado inciso XXI, para estabelecer que, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, a fiscalização da ANP poderá, a seu critério, como medida cautelar, interditar total ou parcialmente as instalações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade outorgada, no caso de não comprovação de regularidade fiscal ou trabalhista.

O art. 14 do substitutivo, tal qual o art. 7º do PLP original, prevê que a lei complementar em que se converter o substitutivo entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao final, sendo o PLP 164, de 2022, uma versão aperfeiçoada do projeto de lei do Senado de autoria da Senadora Ana Amélia, na forma da Emenda nº 3-CTFC, a prejudicialidade deste último, por força de regras meramente processuais do trâmite legislativo, em nada afetará o seu intento.

Voto.

Ante o que nós expusemos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, do ano de 2022, e do Projeto de Lei do Senado Federal nº 284, do ano de 2017 – Complementar, na forma da Emenda nº 3-CTFC, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 164, na forma do substitutivo abaixo, e prejudicado o PLS nº 284, do ano de 2017.

Sr. Presidente, eis o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano, e o parabenizo pelo seu trabalho, pela sua dedicação, como conhecedor dessa matéria.

Vou marcar audiência pública para a próxima quarta-feira; e, na outra quarta, nós votaremos.

Não vou colocar a matéria em discussão, até porque deverá ser discutida no dia em que ela for a voto. Então, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras terão todo o direito de discutir a matéria.

Então, audiência pública na próxima quarta-feira; e, na outra quarta-feira, nós votaremos essa matéria. Essa é a decisão da Presidência.

Vamos ao item 2. O Relator...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só fazer um pedido ao senhor.

Daqui a pouquinho, às 11h30, nós estamos recebendo aqui no Senado Federal o Fórum Nacional da Enfermagem. São várias representações de entidades que estão aqui vindo para fazer um pedido, que eu quero me antecipar e trazer ao senhor: é a pauta da PEC 19, que é a PEC da enfermagem, da carga horária de 30 horas, que é uma luta histórica, de mais de 20 anos. E o Presidente Rodrigo Pacheco, então Presidente, teve um compromisso com a categoria de andar, na verdade, esses projetos. Ele andou de forma bem significativa o piso salarial – e V. Exa. inclusive nos ajudou nessa pauta como profissional da área médica – e, agora nós estamos com essa outra PEC, que eu pediria a V. Exa., já tem relatório do Relator Fabiano Contarato, que a gente pudesse agilizar para colocar na pauta o quanto antes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senadora, eu estarei à disposição aqui no meu gabinete para receber os representantes do setor de enfermagem.

Senador Cid Gomes com a palavra para relatar o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 223, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a gratuidade da justiça não compreende a remuneração do conciliador ou mediador pelo trabalho nas audiências que excederem o percentual referido no § 2º do art. 169 do Código de Processo Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

- Em 19/03/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Rogério Carvalho (dependendo de relatório).

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o item 2 é o Projeto de Lei nº 223, de 2023. Este projeto estava até cinco minutos atrás sem emenda, e o relatório foi feito a partir dessa análise.

Agora há pouco o Senador Rogério Carvalho apresentou uma emenda, e nós já tivemos o cuidado de apreciá-la, analisá-la e acolher no projeto. O relatório não faz referência, mas já ao final eu concluo pela sua inclusão.

Então passamos à análise.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ainda no que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto.

Portanto, todos os critérios são cumpridos pela proposta.

No mérito, inicialmente deve ser ressaltado que o teor do disposto no *caput* do art. 169 do Código de Processo Civil, o conciliador e o mediador devem ser remunerados em consonância com tabela fixada pelo respectivo tribunal, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), salvo se se tratar de trabalho voluntário ou se o tribunal optar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela criação de quadro próprio de conciliadores e mediadores, a ser preenchido por concurso público de provas e títulos.

Esse mesmo diploma legal também estatui, no §2º do referido art. 169, que os tribunais devem determinar "o percentual de audiências não remuneradas que deverão ser suportadas pelas câmaras privadas de conciliação e mediação, com o fim de atender aos processos em que deferida gratuidade da justiça, como a contrapartida de seu credenciamento".

Depreende-se desta análise que, ainda que o legislador tenha previsto uma sistemática própria para a remuneração dos conciliadores e mediadores que lhe tenham assegurado, de forma inequívoca, essa remuneração, como regra geral, deixou lacuna no que concerne à gratuidade da justiça, em especial ao prever um limite de "audiências a serem suportadas pelas câmaras privadas de conciliação e mediação, com o fim de atender aos processos em que deferida a gratuidade da justiça, como contrapartida pelo seu credenciamento", sem, contudo, definir as condições e critérios para remuneração dessas câmaras quando esse limite for ultrapassado.

É importante notar que essa imposição – audiências a serem suportadas com o fim de atender aos processos em que deferida a gratuidade da justiça – é clara e exclusivamente dirigida às referidas câmaras privadas de conciliação e mediação, pessoas jurídicas, não às pessoas físicas que atuarem como conciliadores e mediadores.

Além disso, há outro detalhe importante: essa imposição está justificada expressamente no texto da lei como forma de “contrapartida de seu credenciamento”, ou seja, “se uma câmara privada tem o benefício de atuar em certos casos mediante remuneração, deve suportar certo percentual de atuações gratuitas como contrapartida de seu credenciamento”.

Portanto, o PL em comento, que teria por intento preencher lacuna no sentido de propiciar a remuneração para esses casos excedentes dos limites percentuais estabelecidos pelos tribunais em casos de gratuidade de justiça, acabou propondo solução imperfeita, pois se refere ao “conciliador e ao mediador”, omitindo qualquer menção às câmaras privadas de conciliação e mediação, verdadeiras e exclusivas destinatárias da norma, a teor do disposto no §2º do art. 169 do Código de Processo Civil, segundo o qual tão somente essas câmaras têm o ônus de atuar nessas audiências não remuneradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí porque optamos por apresentar emenda substitutiva com redação que tem o condão de, além de corrigir o equívoco apontado, justamente preencher essa mesma lacuna, prevendo que a remuneração relativa às audiências que eventualmente venham a superar aquele percentual seja suportada com recursos públicos alocados no Orçamento da União, Estado ou Distrito Federal, conforme o caso, de acordo com a tabela fixada pelo tribunal, de que trata a parte final do *caput* deste artigo.

Como se vê, o nosso intuito é aprimorar a matéria, a fim de ser apresentada uma solução mais adequada para essa questão, mediante emenda substitutiva contendo disposição na qual fique claro que, nos casos em que a mediação ou a conciliação não seja realizada como trabalho voluntário, a remuneração devida à câmara de conciliação e mediação – não ao conciliador e ao mediador, pois esses não têm a obrigação de suportar esse encargo – relativa ao beneficiário da gratuidade da justiça será arcada com recursos públicos alocados no Orçamento da União, Estado ou Distrito Federal, conforme o caso, de acordo com a tabela fixada pelo tribunal, a que se refere a parte final do *caput* do art. 169 do Código de Processo Civil.

Dessa maneira, as câmaras de conciliação e mediação não deixarão de receber a devida remuneração, ainda que a sua atividade se dê em processos nos quais uma ou mais partes sejam beneficiárias da gratuidade da justiça, resolvendo-se por completo o problema ora aventado.

Vale frisar que a grande vantagem da presente proposta em relação ao projeto originalmente remetido ao Senado é que, naquele texto, havia sido feita menção errônea aos conciliadores e aos mediadores e, por outro lado, não havia previsão de como seria suportado o custo da remuneração dessas câmaras, e nele ainda se impunha a continuidade da situação em que o trabalho não voluntário poderia ser prestado sem remuneração alguma, problemas esses corrigidos com o substitutivo que apresentaremos a seguir.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 223, de 2023, nos termos do seguinte substitutivo:

Dê-se ao Projeto 223, de 2023, a seguinte redação:

Emenda Nº – CCJ (Substitutivo)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta §§3º e 4º ao art. 169 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar a remuneração de câmaras privadas de conciliação e mediação para casos excedentes ao percentual de audiências não remuneradas fixado pelos tribunais, e assegurar remuneração de conciliadores e mediadores em caso de gratuidade da justiça.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altere-se o art. 169 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), nos seguintes termos:

Art. 169. .....

.....

§ 3º A remuneração a ser prestada à câmara privada de conciliação e mediação em razão de eventuais casos excedentes ao percentual de audiências não remuneradas fixado em prol de beneficiários da gratuidade da justiça, de que trata o §2º, será suportada com recursos públicos alocados no orçamento do Poder Judiciário da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, observada a disponibilidade orçamentária e de acordo com a tabela fixada pelo Conselho Nacional de Justiça, a que se refere o *caput* deste artigo. (NR)"

§ 4º Nos casos de gratuidade de justiça, os conciliadores e mediadores terão sua remuneração assegurada por recursos alocados no orçamento do Poder Judiciário da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, de acordo com parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A presente emenda...

Bom, essa é a emenda que é incorporada ao nosso texto original.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Cid Gomes e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Não é uma matéria terminativa, porque vai ao Plenário, e eu a coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

E será encaminhado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Pergunto ao Senador Cid Gomes se deseja encaminhar requerimento de urgência para a tramitação da matéria.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa questão tramita nesta Casa há quase dois anos. Então, acho que é razoável que nós peçamos a urgência para que V. Exa. a submeta à consideração dos integrantes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação o requerimento de urgência para a matéria, encaminhado pelo Senador Cid Gomes.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência para a matéria seguir ao Plenário do Senado Federal.

O Senador Jorge Kajuru pede a retirada de pauta do item 3 por questões de saúde, e eu acato o encaminhamento do Senador Jorge Kajuru.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alexandre Silveira (PSD/MG)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda 4-CEsp, nos termos da Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 6; pela rejeição das Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN; e pela prejudicialidade da Emenda 5-CEsp.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte;

- Foram apresentadas as Emendas nº 1-PLEN, de autoria do Senador Eduardo Girão; nº 2-PLEN, de autoria do Senador Rogério Carvalho; e nº 3-PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana;

- Em 18/12/2024, foi apresentada a Emenda nº 6, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Em 19/03/2025, foi recebida a Emenda nº 7, de autoria do Senador Eduardo Girão (dependendo de relatório);

- Votação nominal.)

Senador Marcelo Castro, que é o Relator da matéria mais importante que vai tramitar este ano, que é a alteração do Código Penal, pergunto se deseja a palavra ou quer que marque a discussão e a apreciação dessa matéria.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que a gente marcasse essa votação para quarta-feira próxima, porque o código já está aqui há mais de três anos, é uma matéria que já foi muito discutida, muito debatida e foi aprovada na Câmara. O relatório já está pronto, e estamos disponibilizando hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos os colegas Senadores. Eu acharia que seria oportuno que a gente pudesse fazer a votação na próxima semana, na quarta-feira, se V. Exa. estiver de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, eu tinha marcado a audiência pública do projeto do devedor contumaz para a próxima quarta; vou alterar para terça-feira a audiência pública, inclusive, pedindo ao Secretário da Mesa, o Agnaldo, que possa encaminhar. A audiência pública fica para a próxima terça-feira, e nós vamos pautar para votar na próxima quarta essa matéria que é de alto interesse do Brasil, a alteração do Código Eleitoral. O Senador Marcelo Castro pode trazer o relatório que nós vamos colocar em votação na próxima quarta-feira. E fica para a próxima terça-feira a audiência pública, às 9h, para o debate a respeito do projeto do devedor contumaz.

Portanto, acato a proposta de V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Petecão, deseja falar ou propor?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Não, era só para fazer um questionamento ao Deputado Marcelo a respeito desse projeto que ele prorrogou para a próxima quarta-feira. É esse que trata sobre a situação das empresas? É isso, Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é o Código Eleitoral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está bom, está bom. Marcelo, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. deve estar se referindo ao que o Senador Veneziano relatou, não sei se é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Do Senador Kajuru, a matéria foi retirada de pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas é um outro projeto de que ele pediu que eu pedisse vista e de que o Marcelo iria pedir extrapauta, mas, já que ele não pediu, então na quarta-feira a gente resolve.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Não está pautado aí o Projeto de Lei 4.872, de 2024?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Porque estava pautado para a sessão anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Qual projeto?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A questão de roubos de cabos de fios.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Exatamente! É desse que eu estava falando, viu, Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. desejar...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Desejo sim!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Podemos pautar para a outra quarta-feira.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Pode ler e pede vista na quarta-feira.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Exatamente. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não está na pauta de hoje.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Não está na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está na pauta de hoje o projeto do Senador Kajuru que foi retirado de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então fica tudo para quarta-feira? É isso?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Próxima quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e nove minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a presidência da senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos senadores Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Alan Rick, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Leila Barros, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos senadores Alessandro Vieira, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Weverton e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Educação e Cultura e eleição do presidente e do vice-presidente para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Instalada a comissão e eleita a senadora Teresa Leitão como presidenta da Comissão de Educação e Cultura. A senadora Zenaide Maia passa a presidência da reunião à presidenta eleita. Fica adiada a eleição do vice-presidente da comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela senhora presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia
Presidenta Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de fevereiro de 2025.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente – aqui, no caso, da Presidente – para o biênio 2025-2026.

Foi registrada até o momento a seguinte indicação para Presidente: a Senadora Teresa Leitão, PT, de Pernambuco.

Não tendo sido registrada outra chapa, consulto as Sras. e os Srs. membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Coloco em votação por aclamação o nome da Senadora Teresa Leitão para Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleita, por aclamação, a Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão.

Convido a Presidente a ocupar seu lugar à mesa. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bom dia a todas, a todos, em especial às nossas Senadoras aqui presentes, Senadora Zenaide, Senadora Augusta, a todo o corpo técnico da Comissão de Educação, assessores, imprensa.

Eu estou bastante emocionada com este dia, pela minha trajetória na educação e pela identidade firmada, na minha vida pública, com essa temática.

Estou honrada pela minha bancada, pelos Líderes e o Colegiado, com a condução da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, da qual também fui membro no primeiro biênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Comissões são espaços colegiados estratégicos, que debatem, mobilizam a sociedade e aperfeiçoam proposições legislativas que devem se destinar aos verdadeiros e principais anseios da população.

Paro um pouquinho para saudar o Senador Humberto Costa.

Com diálogo e união com meus pares, atuaremos por políticas públicas fortes, orientadas pela pactuação política e social. Vamos fazer um biênio de trabalho por políticas perenes, com pactuação social, diálogo, e com esforço de coordenação federativa, com muito mais para a educação e para a cultura.

Políticas públicas permanentes de Estado exigem muito do Parlamento. Temos os planos nacionais de educação e cultura para encaminhar. Por eles, devem mobilizar todo o país, porque são ansiados, são esperados pelo segmento da educação e da cultura, pela própria sociedade, e são fruto de duas conferências nacionais, a da educação e a da cultura. Portanto, são legislações que chegam a esta Casa com uma carga de legitimidade muito importante.

Saúdo e me sinto honrada com a presença do Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre, para a instalação dos trabalhos.

Já estou no meu discurso, viu, Presidente?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já estou aqui agora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Acabei de ser eleita. (*Risos.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E fala bem. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O Plano Nacional de Educação, grande desafio para este biênio, é o articulador do Sistema Nacional de Educação, que também necessita de regulamentação, tema que o Senado encaminhou para a Câmara, da qual aguarda deliberação. Vamos atuar nesse sentido também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devemos dispor de uma proposta de atualização do Plano Nacional da Cultura, um instrumento necessário para refletir a diversidade, a pluralidade e a riqueza da cultura brasileira, garantindo acesso a todos e fortalecendo o desenvolvimento cultural. Ambos, PNE e PNC, bússolas de gestão para todo o país, são frutos de conferências e da participação social. E, neste sentido, vamos valorizar muito a interação com as entidades representativas do campo educacional e cultural em nossos trabalhos nesta Comissão.

Precisamos reforçar e valorizar muito iniciativas como o Pé-de-Meia, que visa apoiar estudantes de baixa renda, para que concluam o ensino médio. Vários Parlamentares já estivemos no Tribunal de Contas da União para contribuir com a garantia de um financiamento adequado que vem avançando após essa decisão, e nós esperamos que, no prazo de 120 dias, tenhamos tudo bem resolvido e definido.

Temos o desafio da primeira infância, que deve articular várias políticas, assistência social, educação e saúde.

Em um contexto de extremos climáticos, devemos focar também em educação comprometida com o desenvolvimento socioambiental sustentável, inclusive à luz da 30ª Conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a COP 30.

Nosso país tem um enorme potencial no campo da economia criativa e, na nossa Comissão, podemos encaminhar ainda mais estímulos à leitura e ao mercado editorial e livreiro, ao fortalecimento dos mais variados equipamentos culturais.

Temos o desafio de aperfeiçoar as funções de supervisão, regulação e avaliação das instituições de educação superior e cursos de educação superior, assegurando a qualidade da oferta em todo o país.

Com redes e plataformas e a emergência da inteligência artificial, vamos trabalhar com diálogo e cuidado na linha da educação midiática digital, preparando, esclarecendo, mobilizando gestores e especialistas.

Quero saudar também o Senador Laércio, que se faz presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos enfrentar a desinformação e a disseminação de conteúdos falsos e discursos de ódio em nosso país. Precisamos de paz e união.

Precisamos de igual modo mobilizar nossos esforços por segurança integral nas escolas e na sociedade, protegendo nossas instituições educativas, nossos estudantes, nossos educadores e educadoras, todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação. A educação e a cultura são compromissos meus e, tenho certeza, dos membros deste Colegiado.

Ao longo da caminhada, vim me afirmando durante toda a campanha. O Senador Humberto sabe disto, que o nosso *slogan* era "Vai ter Professora no Senado", não por uma dimensão individual de Teresa professora, mas por uma dimensão coletiva de uma categoria que se doa todos os dias, nas salas de aula, de uma categoria que é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, que precisa de uma formação adequada, de condições de trabalho adequadas, enfim, de uma valorização que a gente espera que um dia chegue. Já foi pior, eu acredito que as políticas públicas de piso, de carreira, de formação têm melhorado. Então, para mim isso é um fato muito importante. Como professora, sindicalista, com muito orgulho, estou muito honrada por termos esta Presidenta – repito, não por uma dimensão individual, mas pelo que isso representa –, uma Presidenta professora, ex-sindicalista, presidindo este importantíssimo Colegiado. Conheço os desafios que permeiam o chão de nossas escolas, universidades e institutos.

Eu me lembro do recente discurso de posse da Presidenta Claudia Sheinbaum no México:

> É tempo de transformação, é tempo de mulheres. Durante muito tempo, as mulheres fomos anuladas, nos contaram desde que éramos crianças uma versão da história que buscou nos fazer acreditar que os avanços da humanidade eram protagonizados por homens. Mas, pouco a pouco, essa visão se reverteu – disse a nova presidente mexicana, que aproveitou para defender a utilização do termo “presidenta”: – É presidenta, com a no final, como advogada, científica, soldada, bombeira, professora, engenheira. Porque, como nos ensinaram, apenas o que é dito existe.

Que digamos nossos sonhos, que expressemos os desafios que vamos encontrar, mas que tudo isso seja regado pela esperança de um novo mundo, de um novo Brasil, onde a educação seja prioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos e a todas. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero, inicialmente, Senadora Teresa, dizer da minha alegria, não só como integrante da bancada de Senadores do Estado de Pernambuco, mas também como pela minha condição de Senador do PT, partido que nos abriga como Parlamentares, a mim e a V. Exa., pela eleição de V. Exa. como Presidenta da Comissão de Educação e Cultura.

É um reconhecimento de um trabalho que, apesar de ter tido pouquíssimo tempo para se manifestar, se manifestou da melhor maneira possível, com competência, com compromisso, com assiduidade. V. Exa. fez parte da Comissão de Assuntos Sociais nesse período em que eu fui Presidente e sempre foi uma integrante daquele Colegiado altamente dedicada, preparada, assumindo tarefas difíceis, como a relatoria de alguns projetos complexos e altamente polarizados do ponto de vista de visão e noção. Tenho a convicção e a certeza de que V. Exa. vai fazer um grande trabalho.

E quero aqui me colocar à disposição de V. Exa. Sou integrante desta Comissão na condição de suplente, mas espero, na medida do possível, poder secundar esse trabalho importante que eu sei que V. Exa. vai fazer como Presidenta.

Muito obrigado. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa, de maneira muito especial, também representando o PT, porque a primeira indicação partiu da nossa bancada. Fico muito honrada com as suas palavras e, ao mesmo tempo, com a sua participação nesta Comissão.

Registo a presença do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, e passo a palavra para a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu quero aqui parabenizá-la, de uma forma também rápida, mas quero dizer que o Pernambuco realmente tem que se orgulhar de uma Senadora professora, uma professora Senadora, que hoje também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Educação. Então, hoje tem uma professora Senadora Presidente da Comissão de Educação.

Com certeza a educação do nosso país, hoje, sabe da grande importância que tem o papel que V. Exa. vai desempenhar, que já desempenhava, agora, à frente desta Comissão, importante Comissão, para que a gente crie expectativas, e, com certeza, o país cria expectativa, sobretudo os professores e professoras, nesse novo comando aí desta Comissão.

Quero registrar também que o trabalho foi muito bem-feito pelo Senador Flávio Arns, que também presidiu aqui, no biênio passado, todos da assessoria, todos que estiveram aqui. Eu estive presente também nesta Comissão, mas desejo sucesso, boa sorte. Vou estar aqui também para contribuir, com certeza, com os trabalhos que serão comandados, designados pela sua Presidência.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Augusta, também membro suplente desta Comissão, que fez uma menção muito pertinente da condução, no biênio anterior, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, com quem eu aprendi muito durante os dois anos em que aqui estive, tanto na condução tranquila, serena, quanto no respeito a cada um dos Senadores e Senadoras membros desta Comissão.

Registro à presença do Senador Vanderlan, membro titular desta Comissão, e do Líder do Congresso, que nos honra também com a sua presença, Senador Randolfe.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu quero aqui parabenizar nossa colega, Senadora Teresa, professora, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, gente. Imagina a importância!

Eu sempre falo: na maioria das vezes, as pessoas acham que, neste Congresso, o que chama a atenção é só votação em Plenário. Estas Comissões permanentes têm uma importância fundamental, porque, muitas vezes, os projetos de lei são terminativos nas Comissões. Teresa, você ser Presidente da Comissão de Educação e Cultura... Ou seja, a educação é a base de tudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a cultura, gente, é a digital de um povo. É pela cultura que nós sabemos de onde viemos, onde estamos e aonde queremos chegar.

Parabéns, Teresa, e conte com apoio. E mais sendo uma mulher, não é, gente? A gente tem que aqui... Nos locais de poder, eu digo que, para nós, mulheres é um degrau a cada dia. E ter uma mulher presidindo uma Comissão de uma importância fundamental como é a da Educação, que – estou vendo aqui Flávio Arns, que foi o anterior – é a base de tudo, inclusive para a redução da violência...

Então, parabéns, minha amiga, e conte com nós todos aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Zenaide.

Registro a presença do Senador Wellington Fagundes, também membro desta Comissão.

Com muito orgulho, fiz menção a V. Exa. agora há pouco, Senador Flávio Arns, à presença do nosso ex-Presidente desta Comissão, agora Presidente já eleito da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Passarei a palavra para o Senador Vanderlan, que estava inscrito, e, em seguida, para o Senador Flávio Arns.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Meus cumprimentos à nossa Presidente da Comissão de Educação.

Fiz questão de vir aqui, Teresa, até mesmo para testemunhar a sua competência aqui no Senado Federal, principalmente como membro ali da Comissão de Assuntos Econômicos durante a minha Presidência.

Quero cumprimentar o nosso ex-Presidente pelo trabalho belíssimo que fez aqui. Atendeu a todos com maestria, era um grande Presidente, e tenho certeza de que V. Exa. vai dar continuidade a esse trabalho brilhante, pela pessoa que V. Exa. é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nosso Líder aqui no Senado Jaques Wagner, a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Senadora Teresa, eu tenho muito a falar de V. Exa. Aliás, as mulheres que faziam parte da Comissão de Assuntos Econômicos... Todas as matérias importantes que chegavam, principalmente da educação, eu dizia: "Senadora, essa matéria tem a sua cara para a senhora relatar". E é impressionante, Senador Wellington, como ela pega a matéria e não fica enrolando, Senador Jaques. Ela relata e devolve, para pautar. E, assim, vários projetos foram aprovados.

E eu tenho certeza de que, aqui nesta Comissão, com essa dinâmica que V. Exa. tem em trabalhar, em dar resultados pelo nosso país, vai ser um sucesso.

Eu fiz questão de vir para a Comissão e permanecer, porque, com V. Exa., eu quero participar desta Comissão, porque ela é muito importante, mas também ajudou muito a Presidência de V. Exa.

Parabéns!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Vanderlan.

O meu primeiro biênio foi um biênio de muitas aprendizagens – do meu primeiro mandato. Então, ter Presidentes de Comissão que nos ajudaram bastante, como V. Exa., como o Senador Flávio Arns, como o Senador Humberto, que foram das Comissões das quais eu participei, também a Leila Barros, na Comissão de Meio Ambiente, certamente é muito importante para a gente continuar fazendo aquilo, espelhado em quem já sabe fazer. Então, foi, para mim, também um aprendizado que não se joga fora. Pelo contrário: a referência dessas Presidências certamente me servirá para conduzir os trabalhos aqui nesta Comissão.

Então, passo a palavra para o Senador Flávio Arns e, em seguida, para o Senador Jaques Wagner.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa., mas só quero aproveitar aqui, porque sei que o Senador Vanderlan está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percorrendo comissões, e todos nós estamos fazendo isso no dia de hoje, para agradecer ao Senador Vanderlan, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, todo o apoio emprestado para a Comissão de Educação e para todas as iniciativas relevantes, com um espírito de muito acolhimento, atendimento. E parabéns pelo trabalho desenvolvido lá na Comissão e no Senado Federal. Somos admiradores da sua trajetória.

Quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner e o Senador Wellington Fagundes, que está aqui ao meu lado, que era e continua sendo, acho, membro titular...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Sim, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... desta Comissão, mas quero cumprimentar especialmente V. Exa., que tem todo o histórico, o perfil, a trajetória de vida para presidir de maneira extraordinária esta Comissão, a que eu sempre me referi como a mais importante do Senado Federal e do Congresso Nacional. Tem 27 membros titulares, 27 suplentes, 54 Senadores e Senadoras.

E, se a gente olhar para a sociedade, eu diria: olha, se houvesse, assim, um cuidado extremo para atender a criança, o adolescente, do zero aos 18 anos, com tudo que fosse necessário – eu até uso a expressão que o Rodrigo Pacheco usou uma vez lá no Paraná: nessa faixa etária, nada poderia faltar: transporte, merenda, acesso, tecnologia, professores, escola bonita, acolhedora, em tempo integral, com apoio, políticas públicas para a família –, o país mudaria em 18 anos, porque, do zero aos 18 anos, mais ou menos, é uma nova geração, e apoiando os adultos também, lógico, os jovens e adultos, com profissionalização, faculdade, universidade.

Mas V. Exa. tem todo o perfil. A gente deseja muito sucesso. Eu diria que foi um período, para mim, muito bom esses dois anos, com muito trabalho, mas um trabalho extremamente gratificante, sempre muito feliz, muito realizado por tudo aquilo que acontecia.

Realizamos umas 200 reuniões no decorrer do período, audiências públicas. V. Exa. presidiu, inclusive, Subcomissões. Então, é um ambiente muito adequado para essa caminhada ser cada vez melhor, acho que é isso que a gente deseja, cada vez mais eficiente, que dê tudo certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar que V. Exa. tem aqui na assessoria da Comissão pessoas extraordinárias, que trabalharam muito, sob a coordenação da Andréia também, todo o grupo é muito qualificado, muito bom e, particularmente, muito dedicado – às vezes três reuniões numa semana, quatro reuniões, relatórios, a pauta. V. Exa. vai ver aí. Não havia dúvida alguma naquilo que eu recebia de orientação para a reunião, uma orientação segura, os meios de comunicação.

Então, a gente deseja amplo sucesso. Sou membro titular desta Comissão e estou à disposição para colaborar, ajudar, vamos fazer juntos, porque na educação a gente tem que construir bastante convergências, consensos, para que todo mundo puxe a corda para o mesmo lado. Isso é que é importante.

Parabéns, sucesso, e estamos juntos!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Que bom que V. Exa. continua membro titular desta Comissão! Com certeza vai nos ajudar bastante com a sua experiência, não apenas desse mandato, desse primeiro biênio, mas por outras experiências também que V. Exa. teve. E vai dar para a gente fazer algumas casadinhas com a Comissão de Ciência e Tecnologia em determinados assuntos.

Quero reforçar que eu também sou testemunha do trabalho, da dedicação e da eficiência do corpo técnico desta Comissão.

Passo a palavra agora para o Senador Jaques Wagner e, em seguida, para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Bom dia, Senador Flávio Arns e Senador Wellington Fagundes.

Senadora Teresa, eu a parabenizo por estar assumindo esta Comissão, V. Exa. que é uma educadora – tanto pelo depoimento aqui do Senador Vanderlan como do próprio Senador Flávio Arns acerca da sua dedicação, do seu aprofundamento nas coisas – que tem um pensamento desenvolvimentista e que sabe da importância da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero que este quadriênio será extremamente produtivo, porque nos dois primeiros anos foi o Senador Flávio Arns, que também é um educador, tem tradição nessa questão da educação, da ciência e da tecnologia. E eu concordo, porque se fala tanto de educação e se está precisando que a gente efetive muito o investimento. O Presidente da República, com o investimento do Pé-de-Meia, acredita que nós poderemos reduzir, vamos dizer, a saída de alunos no meio da caminhada e dar um grau de estímulo para essas pessoas. E, efetivamente, sem essa formação, o país não anda. Eu vejo outros países que deram o salto, exatamente os que começaram a investir profundamente tanto em educação quanto em ciência e tecnologia.

Então, eu desejo a V. Exa. muita tranquilidade. Eu acho que esta Comissão é uma Comissão onde obrigatoriamente o debate e a busca de consenso são fundamentais, e eu tenho certeza de que V. Exa. tem toda a capacidade para conduzir bem.

Boa sorte!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, meu Líder. É um prazer renovado a presença de V. Exa. aqui, com essas palavras tão estimuladoras.

Passo a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes, membro titular desta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom dia, nossa Presidente Teresa, o animal mais forte, leão, não é? Então, olhe a força desse nome, não é? (*Risos.*)

Eu quero também aqui, como todos os companheiros, o Senador Flávio Arns, que é o nosso aqui professor em todos os aspectos de vida, de experiência, aqui nesta Comissão, sempre extremamente atuante... Com certeza, então, V. Exa. terá aqui esse grande companheiro, e todos nós nos colocamos à disposição para estar aqui fazendo com que a gente possa cada vez, claro, melhorar a educação.

Educação e saúde eu acho que são desafios. Quando a gente vê o Japão agora fazendo uma revolução na educação básica daquele país, imagine nos outros países também o desafio, porque cada dia mais a tecnologia está evoluindo e às vezes querendo substituir o homem, não é? Então, isso às vezes é um perigo danado, e a gente não pode transformar as nossas crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em reféns dessa tecnologia que às vezes pode inclusive evitar com que as pessoas tenham o desempenho e o desenvolvimento do seu raciocínio.

Ontem eu ouvia uma entrevista de um grande empresário da área e ele dizia que a IA pode ser pior do que a bomba. Assim, tem outras teses no mundo com que a gente, então, tem que tomar muito cuidado, mas V. Ex., como pedagoga, professora, com certeza vai nos levar para o melhor caminho aqui para a gente enfrentar os desafios da educação.

Eu tenho cinco irmãs, todas professoras também. A mais velha, inclusive, freira franciscana, Iranides. E, claro, fui formado também com as irmãs sempre cobrando da gente ali para que melhorasse a nossa qualidade de aprendizado. Então, eu quero aqui também, como mato-grossense – aqui o Vanderlan já falou –, dizer que nós sempre continuamos com o desafio das supernovas universidades que precisam de apoio.

Na minha cidade, criamos a Universidade Federal de Rondonópolis, que agora completa sete anos. Vamos ter um grande evento e me parece que já está confirmada a presença do Ministro da Educação, Camilo, também do Ministro Fávaro e de outras autoridades, para participar dessa cerimônia. E aqui eu vou fazer também esse convite para a nossa Presidente, para a nossa Comissão. O Flávio Arns está me devendo, porque foi convidado para estar lá no Pantanal também, e não foi possível ele ir, mas continua aqui firme o convite.

A nossa Secretária... Eu cumprimento aqui a todos. Parabéns pelo trabalho dessa equipe aqui. E aí eu posso referenciar bem a nossa Secretária, porque nós tivemos a oportunidade de fazer uma pós-graduação na UnB e ela é muito dedicada, sempre foi muito séria, competente e trabalhadora. Então, eu tenho certeza de que aqui a senhora terá uma equipe sempre também com experiência.

E eu gostaria muito realmente de que a gente pudesse fazer com que a Comissão... Não sei, no papel ainda, se vai dar tempo, porque não votamos o orçamento, mas, principalmente – não é, Flávio? – os recursos da Comissão... porque às vezes as Comissões são deixadas sempre em segundo plano.

Mas me coloco à disposição, Presidente. Que Deus a abençoe, que a ilumine mais ainda, que a proteja, para que a gente tenha aqui dois anos de muito trabalho e muito produtividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Wellington.

Eu acho que V. Exa. fez menção a um aspecto muito importante que nós vamos observar – vamos ter toda a atenção a isto –, que é a questão do diálogo, da união. Todas as Comissões são compostas pelos blocos, sejam de oposição, sejam de Governo, e aqui a gente sempre teve uma conduta suprapartidária exemplar, zelando pelo que é correto, zelando pelo que a lei aborda, mas, sobretudo, zelando por um diálogo proativo, seja entre nós, seja com o Ministro Camilo, que V. Exa. citou, tantas vezes, Senador Flávio, presente aqui – ou ele ou algum membro da sua equipe –, discutindo conosco. Está aqui o Aspar (assessor parlamentar) Leo de Brito, para poder facilitar justamente a tramitação de projetos, facilitar a aprovação daqueles projetos que não são importantes apenas para o Governo, são importantes também para a sociedade e precisam passar pelo nosso crivo, pela nossa leitura, pelas nossas posições.

Saúdo a chegada do Senador Izalci Lucas, a quem passo a palavra por pedido de inscrição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Senadora Teresa, desejo a V. Exa. muito sucesso na Presidência desta Comissão.

Eu entrei na política pela educação, mas, de certa forma, um pouco decepcionado com todo esse período. São quase 20 anos de vida pública e a gente não viu a educação transformar realmente a vida das pessoas.

Nós temos questões que precisamos resolver, porque, sem isso, nós não vamos resolver, e uma questão é a base da educação. A base da educação é a primeira infância, é a alfabetização. O Brasil constrói a casa de cima para baixo. Quem tem recurso, que é a União, cuida do ensino superior, então, tem recurso. Depois o ensino médio vai para os estados. E aqueles que não têm dinheiro nenhum, que estão quebrados, a maioria dos municípios, é que cuidam da educação infantil, que é a base da educação. Quando você não tem uma criança alfabetizada, bem alfabetizada, ela carrega essa dificuldade a vida toda. Faz o ensino fundamental ruim, depois o médio. É o que está acontecendo no Brasil hoje: 70% dos jovens saem do ensino médio sem saber matemática. As faculdades estão encerrando agora, não estão conseguindo preencher as vagas de engenharia. Acredito que seja exatamente pela dificuldade da matemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei ativamente, eu discuti no Brasil todo o Plano Nacional de Educação, que ficou num plano de intenções. De fato, se a gente não tiver consequência pela não execução das metas, não vai resolver nunca, vai ficar sempre nas intenções. Nós precisamos resolver definitivamente a lei de responsabilidade educacional para que a gente possa, de fato, colocar a educação como prioridade. Esse novo plano de educação precisa realmente estar bem fundamentado e também respaldado, no sentido de dar condições para que o gestor possa fazer a boa gestão, mas a gente precisa dotar as escolas de infraestrutura. Não tem lógica uma escola que não tem hoje mais esporte, que não tem cultura, que não tem laboratório, que não tem internet. Cara, o aluno vai fazer o que na escola? Não adianta dar o Pé-de-Meia só, não vai resolver o problema. O jovem vai receber os R$200 e não vai evoluir muito, por quê? Porque a escola ainda depende muito disso.

Temos que investir muito na formação de professor. Não tem lógica o que está acontecendo no Brasil hoje. Dos nossos professores, grande parte deles sendo formada agora por EaD, curso de 1,99, e vai direto para as salas de aula, sem nenhuma experiência. E são eles que vão formar os novos profissionais. Que profissionais são esses que nós teremos daqui para frente se a gente não cuidar da formação de professor? E formação, evidentemente, passa pela valorização. A gente vê os questionamentos salariais, mas, como o número de professores é muito grande, quando chega na educação, o impacto é maior e, consequentemente, os resultados não são aqueles que nós desejamos.

Eu sei que o desafio é grande, as obras paradas... Quantas obras nós temos no Brasil pela metade, faltando concluir, muitas creches, muitas escolas. Então, o desafio é grande, mas nós estamos aqui para ajudar. No que eu puder contribuir, acima dos interesses partidários nós temos o Brasil e a educação.

Parabéns e sucesso a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Izalci. Eu comungo com as preocupações externadas por V. Exa. Fiz menção a elas e destaco a primeira infância. O Senado faz parte da frente parlamentar que está tratando desde o marco legal da primeira infância e de que ações decorrem desses cuidados. Ao mesmo tempo, o cuidado da educação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente eu participei da entrega de premiações aos estados e municípios que conseguiram Selo Ouro no programa de alfabetização na idade certa, um programa vital para a continuidade dos estudos – V. Exa. tem razão: às vezes, se deixa a escola porque não se aprendeu a ler, a escrever e a contar, como se dizia algum tempo atrás –, e, ao mesmo tempo, o Plano Nacional de Educação.

Nós fizemos, ano passado, várias audiências. O Senador Flávio Arns presidiu quase todas as audiências públicas. O projeto chegou, nós prorrogamos a vigência até o final deste ano e a nossa expectativa é que, até o final deste ano, nós tenhamos um novo plano que não só abarque essas preocupações como metas e estratégias, mas também aponte caminhos – como, justamente, o financiamento, sobretudo – para a gente alcançar essa excelência de educação que está sendo construída, é bem verdade, a duras penas. Não é todo mundo que valoriza. A nossa tarefa, como Senadores e educadores, é justamente esta: dar visibilidade, avançar com as políticas que nos chegam, porque educação não dá fruto imediato. Então, a gente tem que regar para poder colher o fruto maduro e saudável. Eu acho que esse é o processo que nos desafia.

Então eu quero, não havendo mais nenhum orador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, antes de a senhora concluir... É porque eu recebi aqui uma mensagem lá do meu estado. Eu falei da nossa universidade, e eles me pediram para destacar o trabalho do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, que é um dos que têm o melhor resultado de aplicação de recursos...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... também em volume de alunos: mais de 30 mil alunos em 19 regiões do estado, com obras bem avançadas. Eles têm feito muitas parcerias também, buscando recursos, além dos do orçamento do Governo e das emendas também. A bancada de Mato Grosso este ano colocou um recurso recorde, quase 100 milhões para o instituto federal. Agora foi já licitada a nova sede da cidade de Canarana, no Araguaia, bem como a de Água Boa, de que se vai concluir agora a licitação. São projetos extremamente bonitos, benfeitos, competentes. Então, o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso tem sido um destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu enfatizo a educação profissional também, porque eu acho que isso é importante. O jovem, quando tem uma profissão, já começa também a se desenvolver, a ajudar a sua família, enfim, a fazer outros cursos também. Então, por isso, eu destaco aqui, na pessoa do Reitor Júlio César, que foi reeleito, algo inédito também, inclusive como candidato único – e eu acho que isso também é muito importante... E aqui está nossa Reitora Analy Polizel, de quem já disse aqui do aniversário. Eu quero lhe apresentar a nossa Reitora e aqui também, mais uma vez, destacar esse trabalho das duas instituições, claro, da Universidade Federal de Mato Grosso também, que é tradicional; destaco aqui o papel dela.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada por lembrar, porque é uma política que dá certo. Assim como o Mato Grosso, vários estados têm a excelência dos institutos federais. Eles foram ampliados, o número de *campi* subiu, nós estamos em 800 *campi*, um pouco mais do que isso. É uma política que tem dado resultados muito positivos na formação do jovem, e o ensino médio integrado, o ensino médio profissional, a profissionalização técnica. É, de fato – como é que eu diria? –, um exemplo de que o investimento em educação dá certo.

O Senador Flávio Arns também quer um complemento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria só de complementar, já me manifestei agora há pouco – V. Exa. nos lembrou –, do Selo Ouro, Selo Prata e do Selo Bronze, em termos de alfabetização, que é a base, antes da alfabetização e até da própria educação infantil.

Eu me referi agora pouco à Andréia, que é Secretária, mas quero me referir também à Camila, que é Secretária Adjunta – eu não havia feito isso anteriormente –, e, de uma maneira muito feliz, inclusive, porque o marido dela, o Thiago, já foi secretário, anterior à Andréia, e fez um trabalho, durante a pandemia, inclusive, de muita qualidade, de muita dedicação, sempre com o grupo. Eu quero destacar sempre esse coletivo, porque ninguém, nenhuma andorinha faz verão sozinha. Todos nós temos que trabalhar em conjunto, articuladamente, mas temos que ter lideranças para isso, para que a coisa funcione.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem lembrado, Senador: a equipe, à qual eu renovo a menção honrosa que já fiz, não apenas é uma equipe competente e dedicada, como também muito atenciosa. É uma equipe que, assim como o seu assessor, que ali está, Diogo, sempre nos tratou com extrema atenção, extrema delicadeza. Isso para mim é um exemplo que espero com certeza seguir durante este biênio. Muito obrigada pela lembrança.

De acordo com o encaminhamento da Mesa Diretora, a escolha dos Vice-Presidentes ficará para próxima reunião.

Não havendo mais ninguém inscrito nem nada mais a tratar, quero agradecer muito a presença significativa de praticamente todos os membros, titulares e suplentes, desta Comissão. Tivemos um bom início de trabalho com essa presença e, além disso, de representantes da Mesa Diretora, assim como do Presidente Davi Alcolumbre; como do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner; do Líder do Congresso, Senador Randolfe. Isso é um indicativo muito positivo de que a Casa dá valor à educação. Então, nós vamos fazer o nosso trabalho referenciados por essa confiança, referenciados por essa presença, para mim, tão significativa nesta primeira reunião da Comissão.

Muito obrigada a todos.

Declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão - substituída na presidência pelo Senador Flávio Arns nos projetos de sua relatoria - reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Leila Barros, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 4937, de 2024** que: "Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – Compromisso." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas nº 1- PLEN, nº 2-PLEN, nº 3-PLEN e nº 4-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável às Emendas nºs 1 a 4-Plen. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2005, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CRA com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas nº 1- CRA/CE e nº 2 – CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 286, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, para fortalecimento das bibliotecas públicas e dos bibliotecários." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 nos termos da Emenda nº 2-CE (Substitutivo). **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4682, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conversão do projeto em Indicação ao Poder Executivo, na forma do art. 224, I, e do art. 227-A, II, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, em articulação com a Comissão de Meio Ambiente, os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a eliminação do trabalho infantil, da fome e da pobreza, do desemprego e outras mazelas e o papel da educação e da articulação intersetorial." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado com aditamento (REQ 7/2025-CE). **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, de acordo com o formato definido." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 4, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater um Plano Nacional de Educação (PNE) para reeducação das relações étnico-raciais e com equidade." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado com aditamento (REQ 6/2025-CE). **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Violência nas Escolas"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com inclusão de convidado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 6, de 2025** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 4/2025 - CE, da Senadora Teresa Leitão, seja indicado um representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, como expositor na audiência pública que tem como objetivo debater um Plano Nacional de Educação (PNE) para reeducação das relações étnico-raciais e com equidade." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: a senhora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC); e o senhor José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Educação e Cultura n° 10, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CE seja incluída a seguinte convidada: a Senhora MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA, SECRETÁRIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - MDHC." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 12, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CE seja incluída a Senhora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de março de 2025.

Com muita honra para mim, é primeira sessão a ser por mim presidida.

Antes de começarmos a pauta propriamente dita, eu gostaria de chamar a atenção de todos os presentes para o relatório final que está impresso e colocado aí no lugar de cada um dos Senadores, cada uma das Senadoras, com a síntese do profícuo trabalho que foi realizado neste primeiro biênio, tendo à frente o nosso querido Senador, que continua membro titular desta Comissão, nosso querido Senador Flávio Arns.

Pelo índice, a gente já vê que deve ser. Senador, um rico material, com as mensagens do Presidente e da Vice-Presidente, com três subcomissões que nós fizemos acontecer, a do ensino médio, a da alfabetização na idade certa, a de educação de jovens e adultos, com as políticas públicas que foram monitoradas por esta Comissão: em 2023, a qualidade da educação em foco e, em 2024, a promoção da igualdade racial na cultura. Um capítulo dedicado à nossa alta produtividade, com um balanço das atividades, com as leis, com os PLs enviados à Câmara dos Deputados e um rol de audiências públicas que trouxeram aqui para a Comissão, podemos dizer, toda a comunidade educacional do nosso país: entidades sindicais, entidades estudantis, entidades acadêmicas, entidades de pesquisa, entidades governamentais, sempre atendendo às nossas sugestões como também contribuindo bastante para instruir alguns projetos, para debater algumas questões fundamentais desta Comissão.

Então, quero parabenizar o Senador Flávio Arns, a Senadora Dorinha Seabra, que foi a nossa Vice, por esse brilhante trabalho que eu tenho certeza de que será muito útil, tanto para nós – não é, Senador Kajuru? – quanto para os demais Senadores. E ele fica disponibilizado aqui na nossa Comissão. Parabéns, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente... Se o Senador Kajuru me permite.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu iria falar de ti, mas que você fale primeiro, meu ídolo Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, mas eu quero agradecer a toda a Comissão novamente, porque isso é fruto da Comissão. E V. Exa., inclusive, sempre foi membro muito ativo desta Comissão, relatando, discutindo, presidindo.

Mas também agradecer novamente a toda Secretaria, à Andréia, à Camila e a todos que fazem parte do grupo de apoio; à Consultoria; a todos que participaram aqui também, porque todas essas audiências públicas significaram dezenas de pessoas, lideranças no Brasil que vieram para esta Comissão para refletir, discutir, encaminhar; e aos meios de comunicação do Senado, que fizeram com que esses debates pudessem se espalhar aí pelo Brasil. Então é um trabalho, como a gente procurou deixar na mensagem claro, coletivo, de equipe, de grupo, todos juntos, puxando a corda para o mesmo lado. Aliás, deveria sempre ser assim, ir dialogando, conversando, chegando a conclusões, convergindo para que o melhor para o Brasil aconteça.

Mas eu sempre quero repetir aquilo que eu falava: esta Comissão é a mais importante do Senado Federal. Se um Governo chegar e disser, como o Senador Rodrigo Pacheco colocava, se de zero a 18 anos – porque é educação infantil fundamental e médio – nada a faltar, em 18 anos o Brasil é diferente. Só que não pode ser para o ano que vem; em 18 anos, educação em tempo integral, escola bonita, acolhedora, professor valorizado, acesso e assim por diante. Mas agradeço.

E parabéns para todos nós, né? Todo mundo merece os parabéns.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nosso Líder está aqui presente.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu queria, antes de mais nada, me lembrar aqui do exato primeiro dia da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação na gestão do exímio do Senador paranaense Flávio Arns, um homem público acima da média, quando eu disse categoricamente – me lembro e tenho o vídeo no arquivo de minhas redes sociais – que ele iria fazer história no ministério... Poderia inclusive ser ministro também! Na Comissão de Educação. Eu nunca vi faltar uma vez sequer Flávio Arns. Foi a Comissão que mais atuou, que mais teve quórum, Senadora Teresa. Porque tem Comissão aqui, *à la* Kajuru, que é uma brincadeira; tem dois Senadores e o Presidente, nunca tem quatro. E tem razão o Arns quando fala da importância desta Comissão de Educação. E ele entrou para a história em função de tudo que foi discutido, da maneira sensata de aceitar e promover as audiências públicas.

Eu tenho a mais certeza absoluta – e vou repetir aqui hoje – de que você, pernambucana, guerreira, também acima da média como Senadora da República, fará história nesta Comissão. E, mesmo não pertencendo a ela, eu quero estar sempre aqui para aprender e para estar contigo. E aproveito aqui já, para expressar – em função do meu glaucoma, eu não posso ficar muito tempo em local com ar-condicionado – a minha sincera gratidão à Senadora Teresa Leitão por relatar, daqui a pouco, o meu Projeto de Lei 4.682/2019, que altera a Lei nº 10.861/2004, responsável por instituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Essa proposta que apresento visa incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado, fortalecendo o compromisso das instituições de ensino superior com a inclusão educacional.

Agradeço ainda por encaminhar essa relevante matéria ao Poder Executivo, contribuindo para a valorização da educação no Brasil. Não poderia deixar de estar aqui para junto contigo, olhando para ti e te agradecendo muito... E sabendo que o seu relatório será irretocável.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço, Senador... (*Fora do microfone.*) fez uma prévia do que será o nosso relatório. Vai seguir exatamente essa linha, por conta da relevância e da contribuição que certamente dará ao Ministério da Educação.

Vou passar, antes de aos projetos, a um breve comunicado que diz respeito ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que versa que as Comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades meio que suportam sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

execução. Agora há pouco eu fiz menção às duas que nós avaliamos no primeiro ano e no segundo ano do biênio anterior.

Os trabalhos para a seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação e Cultura serão conduzidos da seguinte forma: 1) está aberto o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício; 2) as sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão; 3) o prazo se encerrará no dia 28 de março às 18h e serão escolhidas sugestões entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no mês de abril; 4) o Relator designado para a avaliação selecionada terá o prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e a apresentação do relatório. É o de conforme, não é?

Então, antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata, a leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2025.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias já publicadas e requerimentos apresentados à Comissão.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos, que exigem votação nominal.

Então vamos passar ao primeiro projeto, que é o item 1 da pauta, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4937, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – Compromisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Educação e Cultura

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação das Emendas nº 1- PLEN, nº 2-PLEN, nº 3-PLEN e nº 4-PLEN.

A relatoria estava designada para o Senador Cid Gomes.

Consulto o Senador Flávio Arns sobre se pode ser o Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa.

Se V. Exa. me permitir, eu passo diretamente à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque os relatórios já são de conhecimento também da Comissão.

O PL nº 4.937, de 2024, traz uma abrangente consolidação normativa das regras que regem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, submetendo-as ao crivo do Congresso Nacional e inscrevendo-as no arcabouço da legislação educacional do país. Nesse sentido, as emendas oferecidas ao projeto fazem importantes ajustes para aperfeiçoar a consolidação prevista, trazendo especificações e detalhamentos alinhados ao espírito do projeto.

Assim, a Emenda nº 1, de Plenário, acertadamente especifica que o Selo Alfabetização deve tomar em conta o incremento do percentual de crianças alfabetizadas no ente federativo entre um ano e outro, além de evitar a criação de novas despesas e burocracias associadas a esse instrumento de reconhecimento de boas práticas. Deve, portanto, ser acatada.

Da mesma forma, as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário, especificam que a avaliação diagnóstica do compromisso é o mecanismo a ser utilizado para aferir as melhorias de resultados na alfabetização, enfatizando também que essa melhoria deve considerar aspectos fundamentais da equidade de raça e gênero. Trata-se de ajuste extremamente meritório, por trazer a preocupação com a equidade para o cerne da política a ser criada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, a Emenda nº 4, de Plenário, inclui uma diretriz fundamental no compromisso: a garantia de alfabetização ao longo da trajetória escolar para aqueles alunos que demandarem ações de recomposição da aprendizagem e de acompanhamento individualizado. É justamente esse tipo de atenção individualizada aos alunos com maiores dificuldades que permitirá que o Brasil possa avançar, de uma vez por todas, na garantia dos direitos de aprendizagem de todas as crianças, tendo como pilar inicial a alfabetização, que é essencial para o sucesso escolar futuro dos nossos alunos. Desse modo, somos favoráveis também a essa emenda.

O voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Emenda nº 1, de Plenário, da Emenda nº 2, de Plenário, da Emenda nº 3, de Plenário, e da Emenda nº 4, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei nº 4.937, de 2024.

Esse é o relatório, Sra. Presidente, como já dito, do Senador Cid Gomes, que eu relato como Relator *ad hoc*.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável às Emendas nº 1, de Plenário; nº 2, de Plenário; nº 3, de Plenário e nº 4, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

O segundo projeto, o segundo item e o quarto item são de minha... Aliás, o segundo e o quarto item são de minha relatoria. O terceiro é de relatoria do Senador Veneziano. Eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

propor inverter a pauta, porque aí, como eu vou ceder a Presidência, eu cedo de uma vez só para dar os dois relatórios que a mim competem, está certo?

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 286, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, para fortalecimento das bibliotecas públicas e dos bibliotecários.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 29/10/2024.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3. Em 11/03/2025, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES).

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, os meus cumprimentos, nossas saudações nesse início de terça-feira. Igualmente são cumprimentos extensivos ao nosso extraordinário companheiro, ex-Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns, já não estando entre nós, mas tendo tido a oportunidade de ter seus justos e merecidos comentários a respeito do trabalho que foi desenvolvido e desse arrazoado, um resumo ilustrativo e que muito a nós facilita e fundamentalmente permite também dar conhecimento de uma forma mais generalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não é demais, acho que inclusive, por maiores que fossem os nossos esforços, sempre saudar a presença do Presidente Flávio Arns à frente desta Comissão. V. Exa. de fato, sem exageros, é orgulho desta Casa, é orgulho do povo paranaense e em todas as missões que lhe são conferidas, sempre vemos e identificamos o seu denodo, o seu envolvimento, a sua competência, a sua dedicação, e não foi distinta da sua passagem durante esse período de dois últimos anos como nosso Presidente.

Aqui nós estivemos como auxiliares, contribuindo para que a produção da Comissão se desse da forma como hoje a população brasileira, que a acompanhou durante esses 24 últimos meses, pôde constatar. E a nossa maior ventura é de que à sua saída assuma uma não menos competente pessoa envolvida, ao longo da sua história. Minhas saudações à Senadora Damares.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Faz aniversário?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Hoje.

Nossos cumprimentos. Saúde e muita paz! Cuidado com a catapora, viu? Está jovem. Parabéns, minha amada, tudo de bom.

E dizia eu que penso que esse é o sentimento comum que nos levou à condição de podermos consagrá-la, aclamá-la nossa Presidente nesses próximos dois anos de trabalho. Então, minhas mais sinceras, transparentes, efetivas, verdadeiras homenagens ao ex-Presidente e a S. Exa. a Presidente Teresa Leitão.

E já peço a sua anuência e, evidentemente, a anuência dos integrantes da Comissão para que nós passemos, querido Senador Mecias, à análise do projeto de cuja ementa V. Exa. já fez a leitura. Se V. Exa. me permite, vou à análise.

Nos termos do art. 102, I, do nosso Regimento, compete à nossa Comissão opinar sobre proposições que versem sobre educação, cultura, ensino e instituições educativas, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão manifestando-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, senhoras e senhores, não há nada a nos opormos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposição respalda-se nos arts. 24, IX; 48 e 61 da nossa Constituição, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

No que diz respeito aos aspectos materiais de constitucionalidade, deve-se destacar que a proposição está em consonância com os direitos e garantias fundamentais e com os objetivos e princípios da República.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância também com as determinações da Lei Complementar nº 95, do ano de 1998. Contudo, sugerimos algumas alterações, Presidenta Teresa Leitão, em forma de emenda substitutiva, a fim de melhor integrar os novos dispositivos à lei posta, promovendo maior coesão e coerência à norma e aprimorando sua ordem lógica.

No mérito, o projeto deve ser acolhido, pensamos nós.

Com base nas diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições, reconhecemos que o alicerce de uma sociedade próspera e democrática reside na capacidade de seus cidadãos de acessar livremente informações que potencializem o exercício de direitos e a participação ativa no tecido social.

Nesse cenário, as bibliotecas públicas emergem como centros para a democratização do conhecimento, não há dúvidas, oferecendo não apenas um espaço para educação e cultura, mas também como fontes de acesso a informações confiáveis. O presente projeto de S. Exa. o ex-Senador Flávio Dino tem esse escopo. Existem algumas modificações propostas na Lei nº 13.696, do ano de 2018, com o objetivo de ampliar e fortalecer as diretrizes que norteiam a Política Nacional de Leitura e Escrita, com um foco especial nas bibliotecas públicas e em seus principais agentes, os bibliotecários.

A proposição adiciona como diretriz da Política Nacional de Leitura e Escrita o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades tanto públicas como privadas, incluindo instituições internacionais e bancos federais, para a promoção, o acesso e a valorização da leitura, escrita e literatura. Além disso, enfatiza a importância da modernização e revitalização das bibliotecas públicas, adaptando-as às demandas contemporâneas por meio da inclusão de tecnologias digitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dentro desse contexto, o papel do bibliotecário é ampliado e valorizado, reconhecendo sua função essencial como mediador no acesso à informação, tanto em formatos físicos quanto digitais. Nesse sentido, incluímos, por meio de emenda substitutiva, a garantia de participação de representantes de bibliotecas públicas no processo de elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Ademais, acatando a Emenda nº 1, promovemos alterações pontuais relativas às diretrizes sobre *fake news* e combate à desinformação, por entender que tal matéria seria mais apropriada para ser tratada em regulamento ou legislação própria. Também adequamos o texto às regulamentações já existentes sobre o assunto, como na substituição do termo – abrimos aspas – "o currículo e ementas de disciplinas" – fechamos aspas – por "diretrizes curriculares".

A evolução das tecnologias de informação e comunicação reforça a necessidade de adaptar a formação desses profissionais, de modo que possam antecipar necessidades, adaptar-se a mudanças e combater a disseminação de informações falsas. Para tanto, a proposição prevê a atualização periódica das diretrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia, garantindo a preparação adequada dos futuros profissionais para trabalhar efetivamente com novas tecnologias e metodologias.

Dessa forma, a aprovação deste projeto de lei não é apenas um passo para o aprimoramento de nossas bibliotecas públicas, mas um compromisso com a educação, a democracia e o bem-estar social, refletindo a importância do acesso ao conhecimento como um direito fundamental para todos os cidadãos.

Voto, senhores e senhoras.

Ante o que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 286, do ano de 2024, e da Emenda nº 1, na forma da emenda substitutiva que nós aqui expomos e que é do conhecimento das senhoras e dos senhores para o julgamento e a aprovação – esperamos nós – desta proposta.

Eis o nosso relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, nossa aniversariante do dia, a quem eu saúdo desejando muitas felicidades. Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Obrigada, Presidente. É uma alegria tê-la nessa cadeira. Estamos em uma expectativa muito grande da condução desta Comissão. E pode contar com os membros aqui. Nós teremos dois anos de grandes desafios.

Eu quero cumprimentar o Relator pelo voto e o autor, o nosso atual Ministro Dino.

A gente traz hoje a discussão sobre o bibliotecário, e eu queria mais é fazer uma palavra para os jovens brasileiros que, quando olham para o curso de Biblioteconomia, acreditam ainda que é uma pessoa que fica atrás de uma estante com os livros empoeirados, e a gente não tem visto muita gente sendo atraída para essa profissão. A nossa Universidade Federal de São Carlos é mestre, é a melhor do país nessa área. Eu tive a honra de ter uma ex-futura-sogra que era diretora do curso, e o amor que ela tinha pela biblioteconomia me fez me apaixonar pela área. E hoje, Senador, como o senhor traz aqui, esse profissional é o responsável por dados e informações. Eu acho que os jovens precisavam entender isto: a importância do bibliotecário. E este projeto de lei vem fortalecer esse profissional na proteção de dados, na captação de dados, na produção de dados e informações. Esse profissional detém conhecimento, esse profissional organiza conhecimento. E com a forma como o projeto foi trazido eu fico muito contente.

A minha única preocupação, Relator – eu não sei, talvez nem precise –, é a participação das instituições.

A gente não trouxe a previsão – pelo menos eu não vi no seu voto – de instituições internacionais, mas fica subentendida também a participação das instituições também não nacionais, as nacionais e não nacionais, em todo esse processo. Mas eu acho que dá para a gente lá na frente dar uma melhorada. Parabéns pelo voto, parabéns ao autor pela iniciativa. A gente começa a Comissão com uma matéria tão importante, tão importante, que é leitura, conhecimento, dados e informações.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. (*Fora do microfone.*)

A matéria continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só destacar, Senadora, aproveitando o seu pronunciamento, que isso também seja um novo papel das bibliotecas, não só a figura do bibliotecário, mas a biblioteca como um espaço também de cultura, um espaço comunitário, um espaço de promoção do hábito da leitura, da pesquisa, e passa a ser um equipamento cultural muito importante nas comunidades, vinculado às escolas. E, como a gente sabe, a Lei 13.696 é a lei de uma Política Nacional de Leitura e Escrita. Então, acho que o relatório... Parabenizo o Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo relatório, realmente sem retoques.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Vamos passar agora para os dois projetos da minha relatoria. Eu solicito ao Senador Flávio Arns que venha matar a nossa saudade e retome aqui como Presidente eventual, para eu poder relatar o item 2 e o item 4.

Bom dia, Senador Petecão. Seja bem-vindo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão.

Passamos, então, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2005, DE 2023

- Terminativo -

Altera o art. 14, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e dá outras providências.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1 - CRA com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 10/12/2024 e 17/12/2024.

3. Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Passo a palavra, então, a V. Exa., Senadora Teresa Leitão, para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Eu peço a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Uma vez que a Comissão de Educação tem decisão terminativa sobre o projeto, cabe a ela pronunciar-se também a respeito da constitucionalidade e da juridicidade da matéria, bem como da adequação de sua técnica legislativa.

O PL trata de educação, tema de competência comum entre a União e os entes subnacionais, segundo rezam os arts. 23, inciso V, e 24, inciso IX, da Constituição Federal, e sobre o qual o Congresso Nacional tem a prerrogativa de dispor, nos termos do art. 48 da nossa Lei Maior. Ao mesmo tempo, não constatamos a ocorrência, na proposição, de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal. Igualmente, nenhum óbice de inconstitucionalidade material e de injuridicidade afetam o acolhimento do projeto.

Ressalte-se que o PL busca aperfeiçoar ação fundamentada no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, que dispõe sobre o dever do Estado de atender aos estudantes da educação básica pública por meio de programas suplementares, entre os quais o de alimentação.

No que se refere ao mérito educacional, cumpre inicialmente lembrar que, consoante o art. 4º da Lei 11.947, de 2019, o Pnae, tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Na linha de promover alimentação saudável e de apoiar o desenvolvimento sustentável, o art. 14 da Lei 11.947, de 2009, estabelece que, do total dos recursos financeiros repassados pela União aos entes subnacionais no âmbito do Pnae, pelo menos 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, com prioridade aos assentamentos da reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas, às comunidades quilombolas e aos grupos formais e informais de mulheres. Ademais, de acordo com a lei de 2023, essa modalidade de aquisição de gêneros alimentícios, quando comprados da família rural individual, deve ser feita no nome da mulher, em no mínimo 50% do valor adquirido.

Sabemos que, infelizmente, o aludido índice de 30% não tem sido cumprido em muitas localidades. Para ficarmos com dois exemplos: pesquisa de Aragi & Bandoni, de 2023, que abrangeu 171 *campi* dos institutos federais, localizados em todas as regiões do Brasil, revelou que, em 2019, somente 48% deles adquiriram alimentos da agricultura familiar; por sua vez, Anjos, Lopes & Horta, em trabalho publicado em 2022, identificaram que, no ano de 2017, apenas pouco mais da metade dos municípios em Minas Gerais alcançou a meta de adquirir 30% de produtos desse segmento produtivo.

Ainda que avanços tenham ocorrido desde então, permanece significativo, embora em medida imprecisa, o descumprimento da norma que beneficia ao mesmo tempo a agricultura familiar e a saúde dos estudantes de educação básica pública.

A Lei 11.947, de 2009, estipula que a observância do índice mínimo de 30%, conforme regulamentação do FNDE, pode ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias: i) impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; ii) inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; iii) condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Com efeito, é preciso que se fiscalize a efetividade dessas circunstâncias, para eventualmente identificar se outros fatores, como uma avaliação apressada, a desídia de gestores locais ou a interveniência de interesses diversos, impedem o respeito do índice mínimo de 30% de compras junto à agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, afigura-se relevante, como prevê a proposição, que, no nível municipal, as entidades de representação legal dos trabalhadores rurais sejam informadas da dispensa do cumprimento do referido percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares, pelas razões previstas na legislação, para que tais entidades possam ter a oportunidade de contestar a decisão e eventualmente obter sua reconsideração.

Quanto à técnica legislativa, o projeto observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, uma vez acolhidos os reparos feitos pela Emenda nº 1, da CRA, e por emenda que apresentamos, para tornar a ementa da lei mais precisa e informativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.005, de 2023, da Emenda nº 1, da CRA, e da emenda apresentada a seguir.

> EMENDA Nº 2-CE
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 2.005, de 2023:
> "Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a participação das entidades de representação dos trabalhadores rurais no cumprimento da aplicação do percentual mínimo dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinados à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 4 da pauta.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4682, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 11/07/2023.

A votação será simbólica em virtude da conclusão do relatório pela conversão do projeto em indicação, de acordo com o art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo, então, a palavra novamente a V. Exa., Senadora Teresa Leitão, para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

No início da reunião, ainda com a presença do Senador Jorge Kajuru, ele próprio fez algumas ponderações, alguns destaques da importância do projeto, acatando totalmente o nosso encaminhamento, que eu vou ler formalmente aqui no relatório.

Passo, portanto, à nossa análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão de Educação opinar sobre o mérito de proposições atinentes à área educacional, mormente normas gerais da educação. Em adição, por força do disposto no art. 91 do próprio Regimento Interno, deve este Colegiado oferecer juízo quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposta. Dessa forma, fica evidenciada a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, sabe-se que o analfabetismo constitui problema crônico na sociedade e na educação brasileiras. Intimamente associado a indicadores sociais de atraso social, como a pobreza, o analfabetismo impede grande parcela da população de usufruir os avanços da tecnologia e da ciência e de participar do mundo do trabalho.

Ainda que a taxa de analfabetismo tenha recuado de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, cerca de 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não sabem ler e escrever em nosso país, concentrando-se a maior parte delas entre os idosos, com 54,1%, ou entre os que vivem no Nordeste, com 59,4%.

Feitas essas ponderações, parece-nos irrefutável a compreensão da medida proposta como contribuição oportuna para a superação do atual quadro de negligência com a educação dessas gerações, com quem o Brasil e a sociedade brasileira mantêm uma dívida que não pode se perpetuar. Dessa maneira, a proposição se mostra social e educacionalmente relevante.

No que respeita à constitucionalidade, registre-se que a iniciativa interfere tanto na competência privativa do Presidente da República, como na autonomia universitária, prescrita pelo art. 207 da mesma Carta. Ademais, vale lembrar que a Lei 10.861, de 2004, que a presente proposição busca alterar, foi fruto da conversão da Medida Provisória nº 147, de 2003, enviada ao Congresso Nacional pelo Chefe do Poder Executivo.

Assim, nos termos art. 224, inciso I, combinado com o art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, concluímos pelo encaminhamento de indicação ao Poder Executivo para incluir a alfabetização de jovens e adultos como um dos indicadores de responsabilidade social que devem nortear a avaliação das instituições da educação superior.

Diante do exposto, o voto é pela conversão em indicação do Projeto de Lei 4.682, de 2019.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo, na forma do art. 224, inciso I, e do art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Retorno a Presidência a V. Exa.

Obrigado pela deferência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu agradeço ao Senador Flávio Arns.

Voltando à nossa pauta, teremos agora a votação nominal, em bloco, dos itens aqui já relatados.

O item 2 e o item 3 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL nº 2.005, de 2023, do Senador Beto Faro, e PL nº 286/2024.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Aguardo, portanto, a manifestação de V. Exas. no painel. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, Senadora Teresa Leitão.

A senhora me permite me ausentar? Porque vou cumprir a agenda na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não. Já votou, Senador?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, pode. Já relatou, já votou, já contribuiu bastante.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com licença, muito obrigado pelo carinho e a confiança ao conferir-me a condição de relatar projeto que, penso eu, haverá de ser acolhido pelos companheiros e companheiras.

A todos os demais senhores e senhoras os nossos cumprimentos.

Com licença.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. (*Pausa.*)

Senadores e Senadoras, enquanto concluímos a votação, para ir adiantando, eu vou passar à leitura dos requerimentos; quando concluirmos uma votação, passaremos à outra.

É o item 5 da pauta.

Itens 5, 6, 7, 8 e 9, todos são requerimentos.

Eu vou lendo, adiantando.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, em articulação com a Comissão de Meio Ambiente, os desafios para uma educação comprometida com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

É de nossa autoria, com o aceite já previamente combinado com a Presidência da Comissão de Meio Ambiente.

Eu vou aguardando... (*Pausa.*)

Ah, já temos quórum. Então, as duas matérias de votação nominal foram aprovadas. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação, e obtivemos o quórum necessário.

Fica, portanto, aprovado o projeto de lei nos termos de relatórios apresentados: o PL 2.005, de 2023, e o PL 286, de 2024. O substitutivo ao PL 286 será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos, portanto, dar consequência aos outros requerimentos.

Pergunto se alguém quer se posicionar sobre o Requerimento nº 1? (*Pausa.*)

Vou votar em blocos. Se não houver nada contrário, vamos apresentando. Não havendo destaque, eu vou lendo, e a gente vota em bloco.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a eliminação do trabalho infantil, da fome e da pobreza, do desemprego e outras mazelas e o papel da educação e da articulação intersetorial.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Solicita-se a inclusão dos seguintes convidados: José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho; e Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, de acordo com o formato definido.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Já fizemos um ciclo de debate no ano passado, restando alguns assuntos a serem debatidos. O plano, nesse primeiro semestre, deve ser apreciado pela Câmara dos Deputados, e nós iríamos, então, acumulando temas e conteúdos.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater um Plano Nacional de Educação (PNE) para reeducação das relações étnico-raciais e com equidade.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Ainda tem um? (*Pausa.*)

Tem um do Senador Paulo Paim, que eu subscrevo, para apreciação dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Violência nas Escolas".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

A autoria é do Senador Paulo Paim, e eu subscrevo.

Solicita a inclusão da seguinte convidada: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

São esses os requerimentos que passo agora a sintetizar para a posição de V. Exas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – No requerimento que a senhora traz, sobre a igualdade, as relações étnico-raciais e equidade, eu não vi o Ministério dos Direitos Humanos participando, pelo menos, com um convidado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – V. Exa. pode acrescentar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Posso acrescentar?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foi um pedido do pessoal da área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Acho interessante eles estarem presentes, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No mais, eu vi que a senhora acrescentou também a Secretaria da Criança no requerimento sobre a fome, a pobreza e o trabalho infantil. Foi muito bom ter acrescentado a Secretaria da Criança. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

Então, fica acrescentada entre os convidados para esta audiência sobre relações étnico-raciais a representação citada pela nossa Senadora Damares.

Passaremos agora à votação em bloco dos requerimentos lidos anteriormente.

Em votação os Requerimentos nºs 1, 2, 3, 4 e 5, com os temas aqui expostos.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos eles.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Os nossos parabéns pela condução da primeira reunião sob a sua batuta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Eu agradeço a contribuição de todos e de todas também.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Cid Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Leila Barros, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Angelo Coronel e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 286, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, para fortalecimento das bibliotecas públicas e dos bibliotecários." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 114, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Prorroga o prazo de execução da LCP nº 195/2022 e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4424, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir as semanas nacionais de ciências e de literatura." **Autoria:** Senador Siqueira Campos (DEM/TO). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 9, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: a Doutora Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho - Ministério Público do Trabalho - MPT; representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN; e o senhor Otávio Augusto Mota, jornalista e autor do documentário "Carlos Mota - Entre arquivos e lembranças"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 11, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2025 - CE seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo os Senadores Cid Gomes, Zenaide Maia e Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de março de 2025.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: carta encaminhada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) contendo reivindicação de acréscimo ao orçamento para as universidades federais na Lei Orçamentária Anual 2025.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, está disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação dele nesse período.

Informo que daremos início, na próxima terça-feira, dia 25 de março, ao ciclo de 12 audiências destinadas a debater o Projeto de Lei nº 2.614, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, de acordo com o formato definido conforme Requerimento nº 3, da Comissão de Educação.

Seleção de política pública da Comissão de Educação para a avaliação em 2025.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área da sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades-meio que suportam sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação serão conduzidos da seguinte forma:

I - Está aberto, desde o dia 11 de março de 2025, o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

II - As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão, o prazo se encerrará no dia 28 de março, às 18h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - Serão escolhidas sugestões entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no mês de abril.

IV - O Relator – ou Relatora – designado para a avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de março.

Os senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Vamos, então, à nossa pauta de hoje.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Eu observei aqui que o Senador Veneziano, que é o Relator do primeiro item da pauta, não se encontra ainda na sessão. Então, em função disso, eu rogaria a V. Exa. que alterasse a pauta no sentido de antecipar o item 2, para ser feito no início da deliberação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador Cid Gomes. É da sua relatoria o item 2, que trata do PLP nº 114, de 2022.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 114, DE 2022

- Não terminativo -

Prorroga o prazo de execução da LCP nº 195/2022 e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA) e outros

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 17/12/2024.

A autoria é conjunta dos Senadores Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Paulo Paim, Zenaide Maia e Senador Jean Paul Prates.

Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

O item 2 é o Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2022, subscrito pelos Senadores Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Humberto Costa, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Zenaide Maia e Jean Paul Prates, integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

A proposição contém três artigos.

Consoante os autores do PLP nº 114, de 2022, a intenção das modificações à Lei Paulo Gustavo é sanar lacunas ou esclarecer pontos dela. Em particular, seria preciso ampliar o prazo para que os entes executassem adequadamente os recursos da mencionada lei.

Ainda não houve a apresentação de emendas à proposição, a qual, após a deliberação na Comissão de Educação, tramitará na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo agora a discorrer sobre o mérito das alterações legislativas à luz do breve histórico da Lei Paulo Gustavo.

A Lei Complementar nº 195, de 2022, representa a continuidade do esforço de se prover ajuda emergencial a milhares de empresas e trabalhadores da cadeia produtiva da cultura, iniciado com a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc). Apesar de a pandemia da covid ter se encerrado, os efeitos sociais e econômicos dela decorrentes permanecem e justificam o socorro vislumbrado pela Lei Paulo Gustavo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O apoio financeiro desta lei toma como ponto de partida a experiência exitosa daquela, como a democratização do acesso a recursos da área da cultura ao nível municipal, com a correção de suas deficiências práticas, como a falta de liberdade de escolha por parte dos municípios sobre qual bloco de recursos requerer, dadas as suas caraterísticas locais, e a ausência de ações afirmativas em prol de públicos historicamente desfavorecidos na sociedade.

Quando da apresentação do PLP nº 114, de 2022, em 16 de agosto daquele ano, a Lei Paulo Gustavo necessitava de ajustes para maior efetividade no seu cumprimento, sobretudo porque o prazo para execução dos recursos recebidos pelos entes subnacionais já estava vencendo em dezembro de 2022 e sequer tinha sido realizada a transferência de qualquer valor a eles. Lembre-se que havia a previsão de repasse de R$2 bilhões aos estados e ao Distrito Federal e R$1,8 bilhão aos municípios.

Em 2023, primeiro ocorreu a regulamentação da Lei Paulo Gustavo, por meio do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023. Depois, com a publicação da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2023, houve, principalmente, a extensão do prazo para que os entes subnacionais possam executar os valores recebidos da União até 31 de dezembro de 2024, com a previsão de eventual devolução de recursos não executados em até dez dias úteis seguintes à última data, sem prejuízo da ampliação de prazo motivada pela legislação eleitoral.

A princípio, o prazo para a execução dos recursos por parte dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estabelecido até o final de 2024 seria adequado para o atingimento dos objetivos almejados com a edição inicial da Lei Paulo Gustavo. Todavia, a ocorrência de calamidades públicas no território nacional neste ano, em especial os eventos climáticos de chuvas intensas que castigaram o Estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre, justifica ampliar para a data-limite de 31 de dezembro de 2025 o citado prazo. Só não é adequado definir que tal prazo tome como parâmetro o empenho de despesas em vez do pagamento, como propõe o PLP nº 114, de 2022. Nesse caso, se existisse cancelamento de empenho após 31 de dezembro de 2025, haveria lacuna no tocante à devolução dos recursos à União.

Além das modificações no *caput* e no §2º do art. 22 da Lei Paulo Gustavo nos termos descritos, são apropriadas, ainda que com ajustes, as alterações do §5º do art. 3º, do inciso IV do art. 5º e do *caput* do art. 29 da referida lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alteração do §5º do art. 3º tem por intuito tornar evidente o entendimento de que o consórcio público intermunicipal pode aplicar os recursos da mencionada lei e cumprir as obrigações acessórias que dela decorrem. Em rigor, a redação proposta está incorporada indiretamente no Decreto nº 11.525, de 2023, visto que o consórcio público intermunicipal está apto a conduzir chamamentos públicos (inciso V do art. 8º do Decreto). Em todo caso, a nova regra eleva a segurança jurídica dos municípios do nível infralegal ao nível legal. Apenas sugiro a divisão do teor do §5º do art. 3º proposto em dois incisos para fins de clareza textual.

Por seu turno, a regra de distribuição dos recursos exclusivamente aos estados e ao DF para aplicação em atividades específicas do setor audiovisual (20% segundo o Fundo de Participação dos Estados e do DF e 80% proporcionalmente à população), de que trata o inciso IV do art. 5º, está incorporada diretamente no Decreto nº 11.525, de 2023 (incisos I e II do §2º do art. 5º). Mais uma vez, a nova condição eleva a segurança jurídica dos estados e do DF do nível infralegal ao nível legal.

A dilatação do prazo para prestação de contas em mais 12 meses, proposta para o *caput* do art. 29, tem por finalidade assegurar tempo adicional para a comprovação do cumprimento de obrigações por parte dos entes subnacionais. Essa proposta é compatível com a extensão do prazo de execução dos recursos.

Entendo, entretanto, que a nova redação do *caput* do art. 4º e o acréscimo de §9º ao art. 6º da Lei Paulo Gustavo não deveriam prosperar.

No primeiro caso, conforme a justificação, o propósito é “deixar claro que a Lei Paulo Gustavo não exige uma prévia implantação dos sistemas de cultura estaduais, distrital e municipais”. Ocorre que a atual redação da Lei Complementar nº 195, de 2022, já não condiciona o repasse de recursos à implantação prévia do sistema próprio de cultura, mas unicamente exige que o ente recebedor de recursos federais se comprometa a implantar ou a consolidar tal sistema. Na verdade, a inovação trazida pelo PLP tão somente explicita que o fortalecimento do sistema estadual, distrital ou municipal de cultura existente ou os eventuais conselhos, planos e fundos a serem implantados terão de obedecer ao regulamento do respectivo ente federado. Trata-se de uma inovação desnecessária, pois o regulamento terá de ser obedecido de qualquer forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No segundo caso, o uso de recursos da Lei Paulo Gustavo no restauro, na manutenção ou na modernização de cinemas públicos com a dispensa de lançamento de editais, chamadas públicas ou outras formas de seleção pública pode prejudicar a transparência e a impessoalidade nas contratações de equipamentos. Não é cristalino o motivo pelo qual o processo licitatório convencional não deveria ser seguido nesse caso.

Assim, os pontos meritórios do PLP nº 114, de 2022, são consolidados em uma emenda substitutiva, a qual também incorpora outros dois ajustes. O primeiro ajuste diz respeito à alteração do parágrafo único do art. 9º da Lei Paulo Gustavo, para ampliar o período para enquadramento de gastos dos espaços culturais custeados com valores oriundos da lei como "despesas de desenvolvimento do espaço ou das atividades culturais", de 31 de dezembro de 2024 para 31 de dezembro de 2025. A modificação decorre da ampliação do prazo para execução dos recursos, a fim de manter sintonia com a solução adotada na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2023.

O segundo ajuste concerne à revogação do §2º do art. 3º da Lei Paulo Gustavo, haja vista que o prazo máximo de 90 dias após a publicação da lei complementar para o repasse federal de R$3,862 milhões expirou antes de qualquer transferência de valores aos demais entes. Saliente-se, porém, que esse prazo vencido não impediu que a quase totalidade dos recursos previstos fosse repassada aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios nos meses de julho e agosto de 2023.

Passo, Sra. Presidente e Srs. Senadores, ao voto.

Em conclusão, encaminho voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2022, na forma da emenda substitutiva que apresento.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Cid Gomes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, como substitutivo,

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Voltemos ao item 1, que é o turno suplementado, substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 286, de 2024.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 286, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, para fortalecimento das bibliotecas públicas e dos bibliotecários.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Observações:

1. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O item nº 3 está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4424, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir as semanas nacionais de ciências e de literatura.

Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação)

O item nº 4 e o item nº 5 são requerimentos.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: a Doutora Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho - Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público do Trabalho - MPT; representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN; e o senhor Otávio Augusto Mota, jornalista e autor do documentário "Carlos Mota - Entre arquivos e lembranças".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Portanto, são duas inclusões na audiência.

É de autoria do Senador Paulo Paim, e estou subscrevendo.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento é também para inclusão de nomes ao ciclo de audiências públicas.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2025 - CE seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Em discussão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Então, os dois requerimentos constantes da pauta foram aprovados.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, reitero a informação de que daremos início na próxima terça-feira, dia 25 de março, ao ciclo de 12 audiências públicas destinadas a debater o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei 2.614 de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024/2034, de acordo com o formato definido, conforme o Requerimento nº 3, de 2025.

Agradeço a presença de todos e de todas, ressalto a pontualidade e a assiduidade... (*Pausa.*)

Pela ordem, antes de terminar, eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, considero as audiências públicas sempre muito importantes.

O projeto de lei ainda está na Câmara dos Deputados. O Presidente da Casa já disse que quer estabelecer prioridade para a apreciação desse projeto.

Só quero lembrar que foram realizadas, no ano passado, dez audiências públicas, já com a proposta do Governo que foi enviada, mas, no ano anterior, foram realizadas também dez audiências públicas, com uma avaliação do plano anterior e uma apreciação do que deveria acontecer no novo plano, e depois em função do novo plano...

O debate tem que continuar porque é um assunto muito importante – eu concordo com ele.

Suponho que as memórias das reuniões estejam também no *site* aqui da Comissão de Educação – aliás, até no relatório a gente fez isso. Então, aproveitar todo o debate que aconteceu e prosseguir, lógico, porque é um assunto para os próximos dez anos da mais alta importância para o país: termos um plano.

Eu, inclusive, recebi justamente um convite do pessoal da Câmara para ver o relatório do Sistema Nacional de Educação, porque já o aprovamos aqui faz três anos mais ou menos. Eu sempre penso que, para que o Plano Nacional tenha sucesso, o Sistema Nacional deveria antecedê-lo, no sentido de que qualquer item do plano a gente sempre pense que é uma atitude compartilhada no âmbito federal, estadual e municipal, por exemplo, para que o acesso à creche aconteça, à educação infantil, à educação integral, ao ensino profissionalizante, enfim, todos os desafios que são colocados no plano. Então, não ter o sistema me parece sempre uma ênfase que a gente poderia dar, o que facilitaria muito a execução do plano, porque senão o Prefeito nunca vai saber com que apoio que pode contar do estado, do Governo Federal, o estado também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe. Então, tem que ser uma ação muito bem articulada, mas, de qualquer forma, só para lembrar e parabenizar pela iniciativa de termos um novo ciclo de audiências públicas. Parabéns!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada. V. Exa. tem toda razão. É importante que essas novas audiências públicas sejam complementares, aprofundem algum aspecto que o relatório julgar necessário.

Sobre a relação com a Câmara, eu faço parte da Frente Parlamentar da Educação, é uma frente mista, e o que está pensado é exatamente o que o Presidente da Câmara tornou público: haverá uma Comissão, uma Comissão Especial, presidida pelo Presidente da Frente, não sei ainda de quem será a relatoria, e, como as Comissões na Câmara ainda não estão formadas, instaladas – salvo engano, vão ser instaladas esta semana –, eu estou justamente, Senador, aguardando que se defina o Presidente da Comissão de Educação para a gente tentar tanto discutir o seu projeto de lei do Sistema Nacional, que já foi para lá, como também fazer uma dobradinha, digamos assim, em relação ao debate do Plano Nacional, que começa por lá, mas é bom a gente também acompanhar para que, este ano, possa ser um ano proativo, um ano de deliberação, que a gente possa concluir este ano com um plano aprovado, e aprovado com debate, aprovado com participação. Acho que amanhã – no máximo depois de amanhã –, a gente saberá quem será o Presidente ou a Presidenta da Comissão de Educação da Câmara.

Muito obrigada, mais uma vez, pela presença de todos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, a gente está com requerimentos incríveis para esse ciclo de debate. A minha pergunta é: até a semana que vem, a gente pode apresentar o requerimento para a avaliação de uma política pública?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Até o final do mês.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, até o final do mês. A senhora tem uma orientação, quer seja uma política que já faça diálogo com o ciclo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de debate para a gente fazer tudo bem sincronizado ou pode ficar à vontade do Parlamentar apresentar qualquer política? A senhora já pensou em alguma coisa?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pessoalmente sim, mas eu vou aguardar também as sugestões.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dos outros.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – No biênio passado, nós tivemos duas políticas bem amplas, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E os relatórios foram também bastante consubstanciados, Senadora. Como a gente vai fazer um ciclo de audiências públicas, o debate especificamente do plano pode ser totalmente contemplado nessas audiências. Se achar que pode algum desses pontos ser objeto, eu acho que a ação do MEC nos enseja um rol de possibilidades... Foram muitas medidas, foram muitos programas do ano passado para cá, e acho que a gente tem uma possibilidade de escolha bastante diversificada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, V. Exa. pode ficar à vontade. Até o final do mês, obedecendo o nosso cronograma, a gente definirá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Leila Barros, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Flávio Arns, Magno Malta e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta da reunião: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Vivian Katherine Fuhr Melcop, Assessora de Políticas Educacionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Sr. Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e Sr. Armando Amorim Simões, Secretário Substituto de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete ao plenário da comissão a inclusão extrapauta de requerimento, que é aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 18, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior, em comemoração aos seus 7 anos de criação." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/25

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de março de 2025.

Cumprindo o rito, quero fazer um lembrete, da seleção de política pública da Comissão de Educação para a avaliação durante o ano de 2025.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades-meio que suportam sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação serão conduzidos da seguinte forma: primeiro, está aberto, desde o dia 11 de março de 2025, o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

Segundo, as sugestões devem ser encaminhadas, na forma de requerimento, à Secretaria da Comissão. O prazo se encerrará no dia 28 de março, às 18h.

Serão escolhidas sugestões entre as apresentadas, em reunião deliberativa a se realizar no dia 1º de abril de 2025. O Relator designado para a avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório.

Esta sessão de hoje será destinada ao início do ciclo de audiências públicas aprovado na 1ª e na 2ª Reunião deste Colegiado. Não estamos partindo do zero. Nós tivemos, no biênio passado, também debates sobre o Plano Nacional de Educação, que é o objeto das nossas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É importante fazer, portanto, um rápido histórico, para que todos e todas que nos acompanham e que estão atentos ao tema do Plano Nacional de Educação possam se situar.

Foi realizado, na Comissão de Educação, o primeiro ciclo, em 2023, que discutiu estratégias e diretrizes para nortear a elaboração do novo plano; e, em 2024, o segundo ciclo, já após a apresentação do Projeto de Lei 2.614, de 2024, pelo Poder Executivo, já para debatê-lo.

Foram processos muito bem conduzidos pelo então Presidente, Senador Flávio Arns, a quem agradeci e agradeço pela inclusão de várias sugestões que também fizemos e pelas resultantes de tais oitivas.

É importante lembrar, de igual modo, que o PNE em vigor, prorrogado até dezembro de 2025, foi muitíssimo debatido na Câmara e no Senado, com 2.916 emendas na Câmara e 84 emendas no Senado, processo concluído em 2014, com a sanção da lei. Contudo, após o legítimo resultado do processo eleitoral de 2014 e com o inconformismo de alguns setores, o PNE foi deixado de lado desde 2016 e praticamente ao longo de toda a sua vigência.

Portanto, é muito importante este momento em que se inicia o debate das audiências públicas, pois três dimensões, ao menos, são estratégicas para a efetiva implementação do PNE e dos planos a ele articulados, os planos estaduais e os planos municipais: o exercício da pactuação federativa, fazendo com que o plano mobilize, de fato, todos os entes federados no cumprimento das metas; segundo, a existência de metas claras, indicadores e, sobretudo, sistemas de monitoramento e avaliação, para o que o trabalho do Inep é muitíssimo importante.

Cumprimento os vários servidores, qualificadíssimos, do Inep e do Mec, já estando aqui, inclusive, o seu Presidente, que será um dos participantes da audiência pública de hoje. O Presidente da Associação dos Servidores do Inep (Assinep), Márcio Alexandre, já esteve aqui na Comissão, já conversamos também a respeito do que é o trabalho realizado pelo Inep.

E terceiro: o exercício de engajamento e de participação da sociedade em todos os processos, tendo em conta, especialmente, o Fórum Nacional de Educação e os fóruns estaduais.

Nessa direção, além do trabalho do Inep, o trabalho da Sase na assessoria técnica para a elaboração dos planos de educação pelo país tem muitíssimo valor na sensibilização e motivação de gestores e de toda a sociedade, para tornar o PNE um efetivo instrumento de gestão e de mobilização da sociedade, para impulsionar e garantir mais direitos educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Convido, portanto, já iniciando nossos trabalhos e agradecendo demais a presença, para tomar lugar à mesa o Sr. Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo, Presidente do do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o nosso Prof. Manuel Palacios. Convido também o Sr. Armando Amorim Simões, Secretário Substituto de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC) – agradeço muito a presença, Armando –; e, em sistema *online*, remoto, já presente na nossa tela, a Sra. Vivian Katherine Melcop, Assessora de Políticas Educacionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Informo também que foi convidado o representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), mas não pôde comparecer a esta audiência e justificou a sua ausência.

Justifico também a ausência da Senadora Zenaide, que esteve aqui, mas foi rapidamente à CAE e retornará ao longo da audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, portanto, 15 minutos – sem pressão, só temos três, dá para fazer com calma. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

E eu lerei também o que já nos chegou antecipadamente do e-Cidadania e abriremos também para a continuidade da interação com os nossos internautas.

Então, passo a palavra ao Sr. Manuel Palacios para sua intervenção inicial.

O SR. MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer muito o convite para participar desta audiência pública, agradecer em especial à Senadora Teresa Leitão pela oportunidade de dar início ao debate sobre uma medida legislativa tão importante quanto o Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como a Senadora já mencionou na sua fala de abertura, cabe ao Inep um papel importante nesse processo, que é o de monitorar a execução do Plano Nacional de Educação. É um plano que é um projeto de lei, que ainda está em discussão e provavelmente deve sofrer muitas emendas e muitas alterações até a sua aprovação final, mas algumas atribuições que já estão previstas nesse projeto de lei, para o Inep, merecem um comentário, mesmo que antecipado com relação ao texto final, porque é provável que as atribuições do Inep permaneçam as que foram vigentes durante o último plano, ou seja, de monitorar a execução do plano e estabelecer algumas referências para que o plano possa ser avaliado ao longo da sua execução.

Eu queria agradecer mais uma vez o convite e dizer que é um prazer estar aqui com o Armando da secretaria responsável por todo o suporte à elaboração da proposta do PNE – se eu cometer alguma imprecisão com relação aos termos em que o projeto de lei foi elaborado, o Armando está aqui para me corrigir.

O primeiro comentário que eu gostaria de fazer é que a história de elaboração dos planos nacionais de educação também é uma história de aprimoramento nas formas como o país vem tratando as suas ambições, os seus projetos na área educacional. Se nós observarmos essa trajetória, nós temos uma capacidade cada vez maior de especificar, com precisão, quais são os objetivos, quais são as metas da educação brasileira.

No caso do projeto em curso, nós temos 18 objetivos. Estes 18 objetivos são uma síntese especialmente bem elaborada, com a coordenação do Ministério da Educação, com a coordenação da Sase, mas com uma participação muito significativa: nós tivemos, ao longo do processo da Conae, uma grande participação de profissionais, de representantes de toda a educação brasileira, que levou a um conjunto de insumos que se traduziu nessa proposta que está em debate. Estes 18 objetivos cobrem todas as etapas e modalidades da educação e aspectos importantes, como o financiamento e gestão democrática.

Eu queria aproveitar a oportunidade para me fixar em alguns pontos em que o Inep vem trabalhando.

Os leitores do PL observarão muito rapidamente que a proposta tem uma ênfase importante nas questões relativas à equidade, a uma série de metas relacionadas ao tema da promoção da equidade, à diminuição das desigualdades educacionais no país e também a uma apreciação do aprendizado alcançado pelos nossos estudantes, considerando as referências curriculares em vigor no país, em especial a Base Nacional Comum Curricular. Então nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma ênfase grande em aprendizagem, em direitos de aprendizagem e, certamente, associado aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, na questão da equidade.

Nesse território cabe ao Inep um papel extremamente importante, e eu aproveitarei para falar do que estamos fazendo no momento para dar conta desses encargos que o projeto de lei assinala e que precisam do suporte imediato do Inep.

Se observarem bem na leitura do PL, há uma proposta de percentual de estudantes, ao final de cada uma das etapas, que alcançam o aprendizado considerado desejável para aquela etapa da educação fundamental e média. Nós temos, para a alfabetização, uma meta de 80% das crianças alfabetizadas na idade certa, ao final do segundo ano do ensino fundamental – podemos assim especificar –; temos 70% das crianças com desempenho desejável, com nível de aprendizagem associado às propostas de ensino do país, ao final dos anos iniciais do ensino fundamental; 65% ao final do 9º ano do ensino fundamental e 60% ao longo do ensino médio, em especial ao final do ensino médio.

O que há de novidade nesta proposição? Ela supõe que o país seja capaz de estabelecer um entendimento amplo, portanto, uma proposta que seja objeto de concertação interfederativa, de entendimentos com diferentes atores relevantes no processo educacional, para que se estabeleça qual é o nível de aprendizagem adequado ao final de cada uma dessas etapas que eu mencionei.

O Inep vem trabalhando nisso com muito afinco. No ano passado, ou melhor dizendo, já foi em 23, portanto não é mais um ano passado, há dois anos passados, nós, no contexto do programa Criança Alfabetizada, lançado pelo Ministro Camilo Santana, logo que tomou posse no ministério, o Inep trabalhou com o objetivo de estabelecer parâmetros para o entendimento do que caracteriza, do que seria uma criança alfabetizada ao final do segundo ano do ensino fundamental. Esse trabalho envolveu professores de todo o país. Essa é uma pesquisa conduzida pelo Inep, com a participação dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuavam na alfabetização naquele momento, e conseguimos fixar e descrever com clareza importante quais são as características, quais são as habilidades e os conhecimentos desenvolvidos por uma criança ao final do segundo ano do ensino fundamental que nos levam a poder afirmar que completou o ciclo de alfabetização, ou segundo ano, alcançando os objetivos de alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse trabalho é o de fixação, de estabelecimento de parâmetros de qualidade para a educação. Quando o Plano Nacional de Educação, ou melhor dizendo, o projeto em discussão no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação estabelece a meta de 80% das crianças, ao final do segundo ano do ensino fundamental, alfabetizadas, ele mobilizará o parâmetro de qualidade, o padrão estabelecido pelo Inep, com o objetivo de se transformar em um padrão nacional a ser adotado pelas redes de educação básica, em especial os nossos municípios, que são as instâncias de Governo responsáveis pela oferta de educação nos anos iniciais. E nós temos feito um trabalho muito intenso com os municípios, com as secretarias de educação, endereçado à opinião pública de modo geral, para que esse padrão de desempenho, esse objetivo de alfabetizar todas as crianças na idade certa seja alcançado.

Os 80% se devem, obviamente, a um tratamento estatístico da questão, porque nunca nada, por mais esforço que se faça, alcança a totalidade. Então, 80% das crianças alfabetizadas é uma tradução correta da meta de todas as crianças alfabetizadas na idade certa.

Faço menção a esse ponto porque o Inep estende esse esforço agora para o ensino fundamental. Nós concluímos, no final do ano passado, as pesquisas necessárias para a proposição de níveis de aprendizagem que sejam adequados, ao final do 5º ano e do 9º ano, em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. E estamos, no momento, organizando uma série de debates regionais com o objetivo de fazer com que essa proposta se torne uma proposta discutida, aceita e incorporada aos níveis de gestão da educação básica, que são realmente os responsáveis pela oferta de ensino fundamental – as secretarias municipais de educação, as secretarias estaduais de educação e as escolas brasileiras.

Então, esse processo de discussão se inicia agora. No dia 16 de abril, devemos fazer um primeiro encontro regional com as secretarias e os profissionais da educação nordestinos – será realizado em Fortaleza – e temos uma programação que deve, ao longo do mês de abril e da primeira quinzena de maio, concluir esse ciclo de debates sobre os parâmetros de qualidade da aprendizagem ao final do ensino fundamental, anos iniciais e anos finais, nas quatro áreas do conhecimento.

Faço menção a isso e a esse processo de entendimentos e de concertação, de adoção desses parâmetros de qualidade, para que demonstre, ou pelo menos torne público, o esforço que o Inep faz para dar suporte às propostas que estão no Plano Nacional de Educação, no projeto de lei ora em debate no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As metas... O plano, na proposta, tem uma mudança na terminologia: ele qualifica como objetivos, enfim, as proposições de alcance geral de progresso da educação brasileira, e trata como meta diferentes indicadores que qualificam esses objetivos – é um tratamento mais adequado até da terminologia que estava presente no Plano Nacional que ora se encerrou. Então, algumas metas relacionadas a objetivos relacionados à qualidade já estão conhecendo esse necessário esforço do Inep para que sejam fixadas, e sejam tratados concretamente esses objetivos.

Quero dizer que 60% das crianças – eu chamo todos de "crianças" porque são crianças – concluírem o ensino médio com um desempenho adequado em Ciências, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Língua Portuguesa e Matemática pode parecer um objetivo simples, mas trata-se de uma proposta extremamente audaciosa, e quero crer que demandará os esforços de todos: professores, gestores e todos que trabalham na educação básica, para que isso seja alcançado no decurso do Plano Nacional de Educação.

Eu não sei se eu falei já há muito tempo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tem o tempo ali...

O SR. MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO – Ah, muito obrigado, Senadora! Eu estou olhando para lá e não estou vendo que tem um relógio ali. (*Risos.*)

Bom, esse é um dos pontos importantes da produção de referências de que o Inep é responsável. Tem um artigo no projeto de lei que especifica a responsabilidade do Inep em estabelecer os parâmetros que servem de referência para a análise da execução do Plano Nacional de Educação, e este talvez seja o principal ponto: qual é o nível de aprendizagem considerado adequado na alfabetização ao final dos anos iniciais, dos anos finais e do ensino médio?

Para o ensino médio, a pesquisa ainda está em curso – na verdade, está se iniciando agora, nós aguardamos a aprovação da lei que finalizou o processo de discussão sobre a reforma do ensino médio e, a partir da resolução também do Conselho Nacional de Educação, que se fez ao final do processo legislativo, nós vamos também trabalhar com o objetivo de especificar qual é o nível de desempenho considerado adequado ao final do ensino médio. Esperamos que até o mês de junho tenhamos uma proposta do Inep para qualificar esse nível de aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trata-se, portanto, de uma importante contribuição. Claro, como fiz questão de salientar, ela resulta da adoção, por parte dos estados, desses padrões de desempenho, sem o que evidentemente não terá o efeito necessário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO – Eu também não poderia deixar de mencionar uma outra realização bastante importante: o Inep deu início às atividades de sua Diretoria de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica há poucos meses. Há um espaço bastante significativo no Plano Nacional de Educação para a expansão da educação profissional no país e há uma necessidade de estabelecimento de parâmetros de qualidade para a oferta dos programas de formação profissional, dos cursos técnicos e suas diferentes modalidades.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO – O.k. Eu sei que é automático, mas eu obedeço às máquinas, se elas dizem alguma coisa eu vou logo... (*Risos.*)

Mas eu queria só acrescentar uma palavrinha sobre esse início de atividades da Diretoria de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica. É uma área muito importante, é uma área em que há uma carência de referências de qualidade, de referências para a avaliação do sucesso dos programas, e o Inep pretende este ano, até o fim do ano, ser capaz de propor ao debate, também subsidiando as decisões aqui do Congresso Nacional, parâmetros de qualidade para a formação profissional e uma série de outros tópicos sobre os quais poderíamos conversar muito, mas eu deixo para as próximas etapas da nossa conversa.

Muito obrigado pela oportunidade. Estamos sempre, no Inep, à disposição de todos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço ao Sr. Manuel Palacios.

Aproveito esse rápido intervalo para anunciar a presença das Senadoras Augusta Brito e Damares.

A Damares já pede pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Hoje está um dia complicado, né? Eu vim para cumprimentar os nossos debatedores e agradecer, Presidente, pela colaboração nesse ciclo de debate, para parabenizar pela fala e dizer que a gente vai precisar muito do senhor e do Inep do nosso lado nesse ciclo de debate. Você não tem ideia da necessidade que temos.

No ano de 2023, a Comissão, já nesses atos, todos preparatórios, com a Teresa liderando uma Subcomissão, se debruçou sobre a avaliação do índice. Acho que o senhor sabe, o Inep participou bastante desse debate. Inclusive, Presidente, a gente deveria encaminhar o relatório da avaliação para os novos membros da Comissão que não tiveram acesso ainda ao relatório da avaliação.

Mas quero dizer, Presidente, mesmo que vocês não possam estar presentes pessoalmente no ciclo de debate, que sempre tenha alguém do Inep acompanhando, porque a Senadora Teresa organizou de forma tão extraordinária esse ciclo... Já, desde 2023, que a gente vem trabalhando, então, a gente precisa muito.

Não se tem um bom plano sem uma boa avaliação. Não se tem um bom plano sem um bom índice acompanhando a execução do plano.

A gente não vai conseguir dar as respostas de que o Brasil precisa tão somente com a Comissão, com o texto que vai vir. A gente vai precisar de mais, e eu sei que a gente vai poder contar com o Inep.

Parabéns pela fala.

A Comissão está aqui à disposição.

Nós vamos ficar entrando e saindo hoje, durante o debate, porque o dia hoje está complicado. Estamos com poucos Senadores na Casa.

Eu cumprimento os demais debatedores desta audiência pública.

Parabéns, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Nós vamos, oportunamente também, divulgar como organizamos esses ciclos, porque nós temos as entidades representativas do MEC, tanto as diretamente ligadas à estrutura do MEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como, no caso do Inep, entidades vinculadas. Nós temos um outro ciclo que vai envolver os conselhos, um outro ciclo que vai envolver os fóruns, um outro ciclo que vai envolver os movimentos. Estamos organizando de acordo com a demanda, com as sugestões também que nos chegaram de Senadores, de Senadoras e daqueles que, ao longo destes anos, têm contribuído muito com as nossas audiências públicas. Isto foi um marco do biênio passado – à frente, o nosso querido Senador Flávio Arns – : ouvir a sociedade. E nós queremos manter esse ritmo.

Tem muita figurinha carimbada que a gente chama e chega aqui em nossa Comissão.

Muito obrigada, Senadora Damares.

Vou passar, sem mais delongas, ao Sr. Armando Amorim Simões, Secretário Substituto de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC).

Muito obrigada, Armando, pela presença. Não se aperreie com a nossa campainha, que é automática. É o que a gente combinou no início: 10 minutos iniciais com mais cinco, se forem necessários, sem pressão.

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Teresa Leitão.

Na pessoa de V. Exa., eu cumprimento as demais Senadoras aqui presentes e os demais Senadores e Senadoras que eventualmente estejam acompanhando a sessão pelos canais institucionais do Senado.

Gostaria de cumprimentar o querido Manuel Palacios, Presidente do Inep, instituição fundamental dentro do arranjo institucional da educação no âmbito do Poder Executivo federal, os colegas do Inep aqui presentes, os demais participantes da Consultoria Legislativa, os demais participantes e todo o público que acompanha esta audiência.

Primeiro, cumprimento pela iniciativa. Eu já tive oportunidade de estar, no ano passado, aqui, com o Senador Arns, na convocação das dez audiências públicas de 2024. Este é um espaço de debate público fundamental para que a pauta do PNE avance na sua qualidade de elaboração e de discussão dentro do Parlamento.

Inicialmente, faço uma rápida consideração sobre o processo de elaboração deste projeto de lei que chegou à Câmara dos Deputados na forma do PL 2.614, de 2024.

Os planos nacionais de educação são o principal instrumento de política educacional de longo prazo do Brasil e a sua elaboração segue o comando do art. 214 da Constituição, que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obriga, como Poder Executivo, como nação, a apresentar ao Congresso Nacional, a cada dez anos, um plano que, de um lado, busque a definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o país para os próximos dez anos e, ao mesmo tempo, que articule os atores do Sistema Nacional de Educação – Governo Federal, governos estaduais e municipais – assim como os demais atores da política educacional brasileira, para que esses objetivos e metas possam ser alcançados.

É importante dizer que a LDB também estabelece o comando de elaboração de planos de educação aos estados, no seu art. 10, bem como a Lei do Plano Nacional de Educação em vigor também atribui aos municípios a necessidade de elaboração de planos de decenais de educação.

É nesse sentido que o Ministério da Educação vem priorizando, desde o início da gestão do Ministro Camilo Santana, em 2023, um esforço muito grande para que nós conseguíssemos dar consequência ao comando da Constituição, no seu art. 214, fazendo um processo de discussão pública sobre a elaboração do novo Plano Nacional de Educação, através das conferências de educação municipais, estaduais e nacional, ao mesmo tempo em que um processo de discussão técnica dentro do Ministério da Educação, através da instituição de um grupo de trabalho que buscou dar fundamento à análise dos principais problemas identificados na educação nacional.

Há uma premissa, um pressuposto de todo o trabalho realizado até aqui, apresentado, expresso no PL, que parte do princípio de que alguns elementos básicos são necessários em todo e qualquer plano de educação de longo prazo. Primeiro, a necessidade de um diagnóstico da educação. É óbvio que nós não partimos do zero. Nós temos um plano em vigor, um plano que estabeleceu 20 metas, um plano que foi acompanhado sistematicamente pelo Inep em relação ao alcance das suas metas nos últimos dez anos e que sinaliza, obviamente, para os avanços que a educação nacional obteve.

Ao mesmo tempo, é necessário trabalhar na perspectiva de levantamento de novos desafios e problemas que surgem e emergem ao longo das dinâmicas social, política e econômica do país e que apresentam novas questões a serem tratadas no plano que virá a suceder o atual plano em vigor. Nesse sentido, a definição e a identificação dos principais problemas e desafios, não só a sua identificação, mas a sua descrição do ponto de vista dos seus indicadores mais sensíveis, assim como a análise das principais causas geradoras desses problemas.

Eu costumo dizer que a política pública não atua sobre os problemas; ela atua sobre as causas do problema para que ela possa ser eficaz. Essa é uma dimensão importante da metodologia de trabalho que foi adotada para que a gente possa chegar a uma formulação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grau de fundamentação, a um diagnóstico que possa dar a entender de onde saem os objetivos, metas e estratégias apresentadas no projeto de lei. Então, o diagnóstico foi fundamental.

Nós tivemos também o marco da estrutura de financiamento da educação nacional. Ela tem que estar presente nos planos, assim como o sistema de governança. Uma das principais dificuldades que nós identificamos na avaliação do atual plano é a inexistência, no próprio PL, de um sistema de governança que articule os entes federativos na gestão do plano, na sua execução, na articulação e integração das ações federativas e na consecução das suas estratégias.

Quanto ao sistema de monitoramento e avaliação, nós já tivemos uma grande vantagem no atual plano em vigor, porque ele já nasce com o sistema de monitoramento em funcionamento por parte do Inep.

Eu acho que o aprendizado do atual plano é levado para o novo plano, porque essa foi uma experiência de sucesso a partir da experiência de monitoramento do Inep. E pretende-se que a ela se dê continuidade ao longo dos próximos dez anos, a partir da aprovação da lei do novo PNE.

É importante a gente entender que o processo de elaboração teve dois movimentos. Como eu mencionei, no ano de 2023, foi reunido um grupo de trabalho, através da Portaria Ministerial nº 1.112, que juntou não só todas as secretarias do MEC, mas todas as autarquias a ele vinculadas bem como o Fórum Nacional de Educação, com as suas 64 organizações vinculadas: o Conselho Nacional da Educação, o Consed, a Undime, o Foncede (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação) e a UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) bem como representações da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Esse grupo de trabalho era consultivo e propositivo e tinha como proposta a elaboração do diagnóstico, com a análise dos principais problemas da educação nacional, e a proposição de um conjunto inicial de diretrizes, objetivos, metas e estratégias que deveriam ser observadas para o novo PNE.

Foram realizadas mais de uma dezena de reuniões, que tiveram a participação de mais de 100 técnicos e especialistas não só do Ministério e das autarquias, mas também de entidades da sociedade, representações de entidades acadêmicas como a ANPEd, a Anpad, a Anfope, a SBPC. Tivemos participação de representantes e especialistas de diversas universidades, assim como representantes também de movimentos sociais dentro do processo de discussão do GT através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também da representação do Fórum Nacional da Educação. E esse esforço culminou num documento de diagnóstico, cujo anexo apresentava um conjunto de proposições.

Paralelamente, nós tivemos, a partir do Decreto 11.697, de setembro de 2023, a convocação das conferências de educação. É necessário que os planos de educação – isto é uma dimensão fundamental – tenham legitimidade social. A legitimidade social se dá a partir do debate público. E o debate público é necessário, primeiro, por uma apropriação dos avanços que a educação nacional conquistou ao longo dos anos, mas também é o debate que bota à luz do dia as demandas, as necessidades e a agenda de problemas que se tornam relevantes sob a perspectiva dos atores sociais. É isso que a conferência nos traz. E as conferências municipais foram realizadas em outubro de 2023; dando sequência, as conferências estaduais, em novembro de 2023; culminando, então, com a Conae, aqui em Brasília, entre 28 e 30 de janeiro, reunindo mais de dois mil delegados.

Essas conferências discutiram um documento base elaborado pelo Fórum Nacional de Educação, que culminou num documento final da Conae, em 2024. Esses dois insumos foram entregues, no caso do documento do GT, no final de dezembro, início de janeiro de 2024; e o documento da conferência foi entregue ao Ministério da Educação no dia 5 de março de 2024. Esses dois documentos foram base, insumos para que o Ministério da Educação, então, elaborasse o seu projeto final. E esse projeto final foi apresentado com 10 diretrizes, 8 objetivos, 58 metas e 252 estratégias.

Foi um esforço de sistematização grande no ministério, porque nós tivemos que cotejar o documento da conferência com o documento do grupo de trabalho, fazer convergências e verificações de redações, etc. E foi encaminhado ao Palácio do Planalto em 15 de maio, que encaminha, então, ao Congresso Nacional exatamente na data de aniversário do Plano Nacional de Educação em vigor, dia 26 de junho. A partir daí, inicia a tramitação como PL 2.614.

Hoje, nós temos o projeto de lei e até uma edição pequena que está sendo utilizada no trabalho de cooperação técnica que vai iniciar já agora em abril com os estados e municípios. Nós estamos levando já esse PL para um debate junto aos atores municipais e estaduais. E nós temos o resultado, que também já foi encaminhado em caráter preliminar, fruto de um requerimento de informação da Deputada Adriana Ventura, da Câmara dos Deputados, mas nós temos hoje já a versão final do diagnóstico, que vai ser encaminhado. Posso até deixar uma cópia com a senhora aqui, preliminar. Ele está sendo impresso pelo Ministério da Educação e será entregue a todos os membros da Comissão de Educação da Câmara e do Senado, da Comissão Especial quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

constituída, para que a gente possa dar os subsídios que fundamentam as escolhas feitas e o que foi apresentado no projeto de lei.

O documento de 290 páginas, que faz análise dos 18 problemas e que fundamenta o projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional, é um documento importante. Nós estamos levando esse documento para o debate também com os estados e municípios, na cooperação técnica, assim como uma orientação metodológica de como os processos estaduais e municipais podem ser conduzidos a partir da referência do PL.

Eu vou voltar à questão da cooperação mais adiante.

O projeto de lei teve uma preocupação, que a atual Lei 13.005 não apresenta, que é definir alguns conceitos. Por exemplo, as leis de PPA federal têm definições de conceitos quando são apresentadas ao Congresso. A gente entende que é importante definir o que são diretrizes, objetivos, metas e estratégias para que a própria propositura de emendas também observe essas referências. Nós temos hoje, no atual plano, algumas estratégias que, de fato, são metas. Às vezes, as metas foram elaboradas na formatação de objetivos. A gente acha que, do ponto de vista metodológico, o atual plano, como apresentado na forma do PL 2.614, avança neste sentido de dar maior clareza conceitual e metodológica ao processo do plano.

O plano também apresenta um conjunto de diretrizes. São dez diretrizes. Acho importante mencionar as diretrizes e os objetivos. Depois, a gente passa aos destaques do plano para a gente não se deter muito.

Trata-se da visão sistêmica de que o planejamento é uma diretriz importante, superando uma visão fragmentada do olhar para a educação e entendendo que a educação se relaciona com outros aspectos do desenvolvimento social, econômico, ambiental e que os desafios da educação, muitas vezes, exigem uma coordenação de políticas no território, pelas prefeituras, pelos governos estaduais, que leve em consideração outras dimensões do desenvolvimento, para as quais a educação contribui, mas também das quais a educação recebe contribuições.

Então, a visão sistêmica do planejamento é uma diretriz importante e dela decorre a perspectiva da intersetorialidade como uma abordagem para o enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território. A intersetorialidade também aparece, nós temos uma cooperação técnica hoje organizada no âmbito do MEC...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES – ... pela Sase, que trata das ações e projetos intersetoriais; a promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico; a pactuação federativa; o equilíbrio entre as responsabilidades federativas e o fluxo adequado, equitativo e sustentável de recursos para o sistema de ensino; o respeito ao pluralismo de ideias e concepções; a qualidade e a equidade como orientações na formulação e implementação de políticas; o uso de evidências, a gente tem cada vez mais que fazer um esforço de buscar evidências. Este foi um esforço feito no diagnóstico, na análise dos problemas: evidência dos problemas, evidência das causas, evidências das estratégias que são propostas, evidências em relação aos resultados que se conseguem do plano. As evidências devem estar sendo buscadas em todo o ciclo da política pública. A integração do monitoramento e da avaliação aos processos de planejamento e implementação – e obviamente que há uma disposição da própria Constituição –; a promoção dos direitos humanos, do respeito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental.

E aí o projeto de lei anuncia um conjunto também de objetivos gerais da educação, que seria o fortalecimento dos princípios do Estado democrático de direito, com ênfase na promoção da cidadania; a consolidação da gestão democrática do ensino público; a proteção e o desenvolvimento da primeira infância; a garantia do direito à educação, com ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis; a superação do analfabetismo de jovens e adultos; a superação de desigualdades educacionais; a universalização do atendimento escolar à população de quatro aos 17 anos, como determina a Constituição; a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, etapas e modalidades; a valorização de profissionais da educação e o fortalecimento da profissionalização docente no Brasil; a democratização do acesso ao ensino superior e à pós-graduação; e o aumento do investimento público em educação, em consonância com que dispõe hoje o novo §7º do art. 211 da Constituição e o inciso VI do art. 214.

Bom, eu não vou entrar em todas as dimensões do projeto de lei, em função do tempo, mas eu queria saltar rapidamente aqui para o elenco dos 18 objetivos.

Vejam que nós temos não só a questão do acesso na educação, mas a qualidade entrou com muita força no novo plano. Então, existe um objetivo de acesso à educação infantil, por exemplo, e existe um objetivo de qualidade da educação infantil. Existe um objetivo de alfabetização e um objetivo relacionado a acesso, trajetória e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Portanto, veja que acesso está associado à trajetória e à conclusão. Não há acesso real à educação básica se não há trajetória regular e não há conclusão de educação básica. A matrícula inicial não é suficiente para caracterizar o acesso universal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A educação integral em tempo integral, há uma diferença fundamental aqui: o atual plano fala em tempo integral apenas, e o novo plano chama para a educação de natureza integral a ser ofertada nas escolas de tempo integral; uma novidade: o objetivo de conectividade, educação para as tecnologias e cidadania digital; a educação escolar indígena, do campo e a educação escolar quilombola ganham objetivo específico, com metas específicas para essas populações dentro do novo plano – isso é uma novidade do projeto de lei –; a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a educação bilíngue de surdos, já acompanhando as alterações feitas na LDB, que reconhece a especificidade da população surda; educação de jovens, adultos e idosos; acesso, permanência e conclusão na educação profissional; e veja também o objetivo específico de qualidade da educação profissional e tecnológica – a ampliação institucional promovida pelo Inep recentemente será fundamental para que esse objetivo possa ser acompanhado ao longo do próximo decênio –; acesso, permanência e conclusão na graduação; também o objetivo específico da qualidade da graduação – veja que a qualidade vai entrando todo tempo nos objetivos do novo plano –; pós-graduação *stricto sensu*, com objetivos de ampliação da titulação de mestres e doutores, os profissionais da educação entram aqui com uma dimensão fundamental em torno da profissionalização – esse é o objetivo do novo PNE com o maior número de metas apresentadas, nós temos um desafio gigantesco na área de professores no Brasil e no mundo e o diagnóstico traz esse problema de uma forma muito detalhada –; participação social e gestão democrática, com metas específicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES – ... de ampliação de fóruns; financiamento e infraestrutura da educação como duas dimensões fortemente articuladas, com metas específicas de ampliação do investimento público por aluno na educação básica. Pela primeira vez, a gente traz meta de equidade na capacidade de financiamento e de ampliação do financiamento público em educação básica por aluno, além da manutenção da vinculação de um percentual do PIB como investimento na educação.

Então, são estas as principais inovações do novo PNE – eu acho que a gente já mencionou a maioria delas –: a dimensão da qualidade e da equidade, a educação escolar indígena, a educação do campo e a educação quilombola, a educação integral que também já mencionei e a dimensão do financiamento. São esses aspectos novos no novo PNE que eu acho que merecem atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar nos meus cinco segundos, quero agradecer a oportunidade e dizer que agora, a partir de abril e até o mês de agosto, nós estaremos em todos os estados da Federação não só apresentando o PL 2.614, mas fazendo já a primeira formação dos técnicos das regionais de ensino, do estado, das Undimes, das Uncmes, dos fóruns de educação para que os processos de elaboração dos planos decenais de estados e municípios possam ganhar tração. A gente sabe que a lei está propondo um ano para estados e municípios elaborarem os seus planos. O MEC não teria tempo de, nesse um ano, coordenar uma cooperação ao mesmo tempo em que os estados e municípios deveriam cumprir esse prazo. Então, nós estamos já iniciando neste ano com a expectativa de que até o final deste ano a gente consiga a aprovação do PL 2.614 e que a gente consiga ter os estados e municípios já engajados no processo de seus planos decenais.

Muito obrigado a todos.

Estamos aqui à disposição para perguntas, dúvidas e comentários.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu é que agradeço ao Sr. Armando Simões, Secretário Substituto da Sase.

Quer falar agora Senadora?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não. Você é que manda.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Falta uma intervenção. Dá para aguardar?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Dá.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, está bem. Muito obrigada.

Vou passar a palavra, de forma remota, para a Sra. Vivian Melcop, Assessora de Políticas Educacionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que está nos acompanhando desde o início da nossa audiência.

Vivian, muito obrigada pela sua presença. São dez minutos iniciais com mais cinco de prorrogação. Fique à vontade.

A SRA. VIVIAN KATHERINE FUHR MELCOP (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senadoras presentes, Senadores.

Quero agradecer em nome... Bom dia Palacios e Armando.

Bom dia também para os assessores e para os ouvintes que estão acompanhando pelo YouTube também.

Primeiramente, além de agradecer o convite para participar desta audiência, quero justificar a ausência do Prof. Alessio, porque nós estamos em período de realização dos fóruns das nossas seccionais, e, neste momento exatamente, ele está falando no fórum da Undime Espírito Santo. Por isso, ele não pôde se fazer presente. E eu estou participando virtualmente porque estou acompanhando, antes e depois da audiência, outra reunião do MEC, da CIF e do Fundeb. Só para justificar por que eu não estou presencialmente no Senado.

Antes de começar, quero fazer minha autodescrição: eu sou uma mulher de 50 anos, loira, cabelos curtos, olhos azuis, alta, vestindo uma blusa colorida, e, atrás de mim, um sofá em que vocês vão ver daqui a pouco o meu cachorro, porque ele fica passeando.

Eu vou ver se já liberaram aqui o compartilhamento da... Já deu.

Vou compartilhar aqui a apresentação. (*Pausa.*)

Vocês estão vendo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está exposto, Vivian.

A SRA. VIVIAN KATHERINE FUHR MELCOP (*Por videoconferência.*) – Não está na tela cheia, não é, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não.

A SRA. VIVIAN KATHERINE FUHR MELCOP (*Por videoconferência.*) – Pois é. Esperem aí só um pouquinho. Eu vou parar e vou tentar acessar de novo. (*Pausa.*)

É, não... Agora, eu vou ver se mudou. Mudou agora para tela cheia?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agora sim.

A SRA. VIVIAN KATHERINE FUHR MELCOP (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, essa lâmina... A gente gosta de mostrar todas essas imagens porque demonstram o que o PNE deve representar na sua totalidade – todos esses sujeitos que estão representados nas imagens: as crianças pequenas, os bebês, as crianças, os adolescentes, jovens, profissionais da educação, crianças com deficiência, quilombolas do campo, ribeirinhos das comunidades tradicionais, dos povos originários, os brinquedos e materiais didáticos que precisam também constar do processo da educação, bem como alimentação e transporte escolar. Então, essa lâmina meio que resume tudo o que deve ser considerado na discussão do PNE.

Antes de entrar no PNE propriamente dito, nós acrescentamos aqui uma apresentação da realidade dos municípios, já que a Undime fala pelos municípios, para o Senado ter a dimensão do trabalho que os municípios, como o Prof. Armando mencionou, estarão realizando na discussão dos seus planos decenais. A discussão do PNE também tem que considerar essa realidade dos municípios.

Então, nós temos quase 2,5 mil municípios com até 10 mil habitantes. Isso corresponde a quase 45% dos municípios brasileiros. E esse fato de ter até 10 mil habitantes pode representar a existência de equipes técnicas pequenas, a ausência de profissionais, entre outros desafios dos municípios nesse processo de discussão e implementação dos seus planos decenais.

Aqui as matrículas. Como é que são distribuídas as matrículas públicas e privadas da educação básica? Nós temos 49% nas redes municipais e, se nós considerarmos apenas as matrículas públicas – federal, estadual e municipal –, os municípios alcançam 61% das matrículas da educação básica, no caso, pública.

Aqui a distribuição de como se dão as matrículas, que majoritariamente estão na zona urbana, quase 89%, sendo que a rede municipal é a que apresenta maior proporção de matrículas em escolas rurais, que são 18%.

Aqui o tamanho das escolas. Quase 19% são escolas com até 50 alunos. Então, só para ter a dimensão de qual a instância que vai implementar as ações também do plano. Os municípios têm quase 60% das escolas. São 106 mil escolas, sendo que são 66 mil – arredondando – com até 200 alunos, o que corresponde a 62% das escolas municipais. Então, só para ver a dimensão, porque são estruturas pequenas.

Aqui para ver como é que se dá a distribuição das escolas em todas as regiões. As escolas de pequeno porte estão concentradas nas Regiões Norte e Nordeste. São essas pintadinhas de vermelho; de verde são as escolas maiores. Aqui a distribuição das escolas rurais e urbanas. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rurais são os pontinhos verdes; as urbanas são os pontinhos laranja, também para se ter essa realidade do país.

O total de docentes é 2,3 milhões, sendo que 49% estão vinculados às redes municipais.

Entrando no PL propriamente dito, o PL tem pontos positivos e tem avanços, mas também tem retrocessos e lacunas que vão ser tratados, certamente, pelo Congresso Nacional nesse processo de escuta do Governo Federal e da sociedade civil organizada, como está sendo neste ciclo agora de seminário.

Eu vou falar, no caso, Senadora, de uma análise geral da Undime sobre o projeto de lei. Nós estamos elaborando uma análise detalhada das metas e estratégias e, após a deliberação do colegiado ampliado da Undime, nós encaminharemos para o Senado.

Como o Prof. Armando mencionou, o PL do PNE foi essa confluência dos resultados do GT do PNE e das deliberações da Conae 2024, principalmente, mas o documento da Conae 2024 também considera o acúmulo das conferências nacionais anteriores.

Nesse processo da análise do PNE e das contribuições ao PNE, nessa conjuntura, o que precisa ser considerado, a nosso ver? Como as metas e estratégias do atual PNE foram cumpridas, houve desafios, impedimentos, dificuldades que levaram até o final da implementação do atual PNE, instabilidades que aconteceram na implementação – houve um período em que o pacto federativo deu uma estremecida –, e aí o PNE acabou ficando um pouco de lado na sua implementação.

A ausência do Sistema Nacional de Educação, o que atrapalha bastante a implementação do Plano Nacional de Educação, a prorrogação desse PNE, como o Prof. Armando mencionou, da prorrogação, e aí o impacto que isso vai ter nos planos estaduais e nos planos municipais de educação, porque muitos terminam este ano, e, com isso, fica aquela dúvida de se tem que ser prorrogado, se não tem que ser prorrogado, e isso, certamente, será tratado nos encontros que o Prof. Armando mencionou.

E a elaboração dos próximos planos municipais e planos estaduais, até por conta da existência dos microdados, do acesso aos microdados, e também porque o processo, como vai iniciar este ano, vai se iniciar durante a tramitação do atual PNE. E aí fica aquela dúvida de o que os municípios e os estados devem considerar como as metas e estratégias, já que o PL ainda estará em tramitação no Congresso Nacional. E também considerar as lacunas e equívocos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atual PNE, do que está sendo implementado. Então, verificar o que não deu certo e ajustar na próxima.

Na questão do artigo, do corpo da lei mesmo, como não sei se o Armando ou o Prof. Palacios mencionou, vai ter um ano, está determinado no PL que os municípios terão um ano para elaborar os seus planos municipais e os estados, os planos estaduais. Só que, ao mesmo tempo em que dá um ano para os municípios elaborarem, os dados nacionais que precisam ser desagregados por município só estarão disponíveis em seis meses. Então, como ajustar esse prazo de um ano dado aos municípios para a execução de seus planos?

Na questão aqui... É preocupante que, quando se discute padrão nacional de qualidade, não se mencione o CAQ, que está num inciso em separado, e, nas demais metas e estratégias, o CAQ não consta, e ele teria que perpassar, a nosso ver, toda a educação básica, e não apenas a meta do financiamento. E, quando tem essa vinculação entre repasse financeiro e resultado de aprendizagem, avaliar como é que isso vai acontecer, como é que isso vai se dar.

Esse eu já mencionei.

Na questão do Sistema Nacional de Educação, o impacto, nós já estamos no terceiro PNE, e ainda sem Sistema Nacional de Educação.

Eu vou acelerar um pouquinho por causa do tempo.

Aí alguns comentários sobre o PL, o anexo do PL.

Como o Prof. Palacios e o Prof. Armando mencionaram, o atual PL dá, realmente, mais relevância ao enfrentamento às desigualdades e à promoção da equidade. Isso fica mais explícito do que no PNE atual.

Alguns prazos do atual PNE são mantidos, foram esticados no PL do PNE por igual período e sem fazer a devida atualização e adequação. De repente, esses prazos têm que ser menores, até porque já se passou e não foi cumprido e está se estendendo mais ainda.

Algumas metas e estratégias... Em algumas metas e estratégias não são definidos os prazos intermediários, e isso repercute no processo de monitoramento, avaliação e controle social da implementação do PNE.

O enfrentamento às emergências climáticas – faltou o "climáticas" aí – e a educação ambiental também, a nosso ver, devem perpassar todas as metas e estratégias, não apenas na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menção que tem da educação ambiental na meta da educação integral – e integral em tempo integral. E aí, quando se trata também da infraestrutura, também tratar da questão climática e do meio ambiente em si, justamente pelas dificuldades que até foram vividas pelas escolas, agora neste início de ano, com as ondas de calor.

Em algumas estratégias, fica vago como será a implementação, quem será o responsável, como é que ela vai se dar. O Prof. Palacios mencionou a questão do nível adequado de aprendizagem. Isso consta nas estratégias, mas não se menciona quem vai elaborar, como vai se dar a discussão. Então, de repente, fazendo esses ajustes, esses acréscimos, fica mais clara a responsabilidade.

De igual modo, a assistência técnica e financeira também fica no geral; em alguns pontos, ela deveria ficar mais explícita.

Como eu mencionei, o CAQ deve perpassar todas as metas, e não apenas a do financiamento. E, em algumas estratégias, menciona-se que tem que instituir uma política ou instituir um programa, sendo que já existe a política em andamento, então teria que fazer ajustes entre o que aconteceu durante a elaboração do PL e agora, posteriormente, para incluir as políticas e os programas, bem como pareceres, decisões e resoluções do Conselho Nacional de Educação, como o Parecer 50, que trata do transtorno do espectro autista.

Bem, a apresentação já se encerra nesse tópico.

E nós temos, depois, alguns comentários sobre o nível adequado de aprendizagem, como eu mencionei.

Na educação infantil, há essa extensão do prazo para a oferta da pré-escola, quando ela pela Constituição já é obrigatória e teria que estar totalmente universalizada até 2016.

A questão das parcerias com as entidades sem fins lucrativos: nós preferimos usar a terminologia do Fundeb, que são as entidades comunitárias, confeccionais ou filantrópicas.

Na educação integral, o que nos preocupa é a vinculação das 7 horas diárias e 35 horas semanais, porque alguns municípios organizam as horas diárias e, de repente, um dia tem menos horas do que sete e outro tem mais, então não engessar – isso nós falamos também no Conselho Nacional de Educação, quando a resolução foi apresentada e discutida. Então, não engessar tanto a organização da educação em tempo integral, até para ajustar como ela está sendo implementada no momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, Senadora, quero agradecer pela Undime. E, no momento agora, estou à disposição para responder o que for necessário.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Vivian, representando a Undime.

Numa rápida passada pelas apresentações, eu posso dizer que foram apresentações muito complementares em relação à abordagem típica de cada instituição ou representação que aqui esteve presente. Com certeza vão nos enriquecer bastante.

Vou deixar os comentários para mais adiante, porque já está inscrita a nossa Senadora Augusta Brito para fazer as suas considerações.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Bom dia, bom dia aos nossos convidados e à convidada.

Quero primeiro parabenizar a nossa Presidenta, que já vem há algum tempo à frente desta Comissão, eu não digo como Presidente, mas sempre atuante, e agora, de uma forma muito acertada, eu diria, muito própria da Senadora, fazendo estas audiências públicas, hoje a primeira, e como já foi dito aqui, trazendo exatamente apresentações que se completam.

Eu quero aqui parabenizar os que estão apresentando, tanto o Inep como o MEC, como a Undime, e quero dizer que eu tenho uma imensa confiança em que este plano, da forma como está sendo tratado, da forma como vem sendo construído, não é de um dia para o outro, é com muita responsabilidade, muita responsabilidade não só do MEC, muita responsabilidade também aqui do Senado Federal, desta Comissão, de todos os entes que estão envolvidos realmente para que aconteça, mas, sobretudo, com a participação também da sociedade.

Então, eu acho que vai ter uma validade. Eu não quero assim tirar nenhum mérito dos planos passados, mas acho que vai ter uma validade assim e uma fundamentação bem mais aprofundada do meu ponto de vista, e também de uma forma bem mais acertada, fazendo com que esse plano, verdadeiramente, possa ser cumprido em tudo que ele está se propondo, desde as igualdades que aqui estão sendo botadas, desde o acompanhamento, que não é só garantir a vaga do aluno, mas de garantir também a permanência para que ele conclua aquele ensino. Enfim, vários pontos que eu pude ver aqui, eu vou fazer de tudo para acompanhar todas as audiências, para que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possa ver se eu também posso contribuir com alguma coisa como Parlamentar, mas era mais para registrar a importância desse debate, por isso, fiz questão de estar presente.

E todos que aqui estão apresentando eu quero parabenizar pela grande responsabilidade, por ter certeza de que, através da educação, a gente sabe que pode realmente construir e mudar vidas, então a responsabilidade de cada um que se apresenta hoje nesta audiência pública é para além de uma apresentação na audiência pública do Senado Federal: mudança. E nós estamos falando e tratando aqui de mudanças que poderão acontecer verdadeiramente para, eu diria, incluir as pessoas que ainda não conseguem ter o acesso tão eficiente à educação no nosso país.

Muito obrigada e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Augusta. Sempre uma presença muito marcante aqui na nossa Comissão. Fortaleza pelo visto vai ser palco de um dos debates. A Senadora é Senadora pelo Estado do Ceará, e vai me representar lá muito bem.

Antes de eu passar para a parte seguinte, que é a socialização do que veio no e-Cidadania, quero dar um informe também sobre como está organizado o debate lá na Câmara e sobre a nossa última reunião, que foi um almoço-reunião, na última quarta-feira, da Frente Parlamentar Mista da Educação.

A Secretaria-Geral da frente é representada – a Secretaria-Executiva, na verdade – pelo Todos pela Educação, que nos ofereceu um almoço. E lá já nós pudemos dar notícias da Câmara, que foi mais retardatária do que a nossa, mas lá já está eleito o Presidente, e a Câmara vai funcionar primeiro com uma Comissão Especial, criada pelo Presidente da Casa, o Deputado Hugo Motta. A Comissão será presidida pelo Coordenador-Geral da Frente Parlamentar da Educação, Deputado Rafael Brito, do Maranhão.

Vai se escolher um Relator, e esse debate vai alimentando paulatinamente, e ao final do processo também, o relatório da Comissão de Educação.

Nós estamos pensando em tentar verificar a possibilidade de isso ser concluído até o final do primeiro semestre, ou pelo menos até o mês de agosto, para poder vir para cá e a gente ter o restante do ano legislativo para concluir os debates aqui no Senado. Não sei se vai dar certo, mas esse foi mais ou menos um acordo tácito feito lá entre nós. Estávamos eu e o Senador Flávio Arns e vários Deputados Federais presentes nesse almoço, e o tema foi exclusivamente o Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação, que sem dúvidas é a nossa pauta central este ano, como disse a Senadora Augusta Brito.

Eu vou passar a ler as perguntas do e-Cidadania. Algumas já foram respondidas, mas depois retorno para os nossos três convidados, para fazerem alguma consideração ao final.

Thamara, de Alagoas: "O novo Plano Nacional de Educação mantém a meta de investimento de 10% do PIB em educação? [...] [Caso contrário], qual é a nova proposta?".

Jéssica, da Bahia: "Como o Plano Nacional de Educação pretende garantir que os educadores estejam preparados para lidar com as necessidades de [alunos] autistas?".

Diego, do Pará: "Quais medidas são propostas para reduzir as desigualdades educacionais entre diferentes regiões do Brasil, [como] zonas rurais e periféricas [...]?".

Ana, de São Paulo: "Como pretendem alinhar o novo ensino médio com a preparação dos alunos para o ingresso nas universidades?".

Anielly, do Paraná: "Como o novo Plano Nacional de Educação pretende garantir [...] [o cumprimento das metas], considerando que várias metas do plano [...] anterior não foram atingidas?".

Cecília, de São Paulo: "Quais medidas serão tomadas para [...] a valorização dos profissionais de magistério e o combate à erradicação do analfabetismo?".

Laiana, de Sergipe: "Como o novo Plano Nacional de Educação [...] abordará a educação ambiental?", tema levantado por Vivian.

Edna, do Paraná: "[...] o que será implantado para alunos com autismo [...] [em sala de aula sem o acompanhamento de professores especializados]?".

Adriana, de São Paulo: "Há alguma estratégia específica para a valorização da educação no campo das comunidades quilombolas?".

Darlan, de Minas Gerais: "Hoje a tecnologia é uma disciplina fundamental para o convívio social. Quando está [...] [prevista sua inserção] na grade escolar?".

Temos também alguns comentários, que eu vou passar a ler.

Willian, do Paraná: "No próximo plano, devem ser estabelecidas metas que evidenciam a busca pela valorização do professor".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carlos, da Bahia: "O Plano Nacional de Educação só [...] [precisa ser colocado] em prática, [...] [garantindo educação de qualidade] para todos os brasileiros, sem nenhum custo".

Ana, de Goiás: "Defendemos a liberdade escolar, sem imposições ideológicas [e] com foco em ensino acadêmico de qualidade, sem doutrinação. Respeito à liberdade!".

Letícia, de São Paulo: "É crucial que o novo Plano de Educação não atrapalhe ainda mais os estudantes de escolas públicas".

Queremos agradecer essa participação tão rica, tão ampla de todos que se pronunciaram no e-Cidadania e voltar a palavra para os nossos convidados e para a nossa convidada.

Pode ser por cinco minutos ou por dez minutos no máximo?

Então vamos começar pelo Prof. Manuel Palacios.

O SR. MANUEL FERNANDO PALACIOS DA CUNHA E MELO (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a participação de todos que nos ouvem.

As perguntas apresentadas eu vou separar em alguns tópicos.

O primeiro deles diz respeito a algumas inovações que nós estamos realizando – e algumas já estão sendo colocadas em prática neste ano no Censo Escolar – com o objetivo de atender a produção de dados que criem as condições necessárias para o acompanhamento de alguns objetivos firmados na proposta de Plano Nacional de Educação em algumas áreas que são especialmente relevantes nesse esforço.

Primeiro, a produção de informação sobre as escolas rurais, as escolas quilombolas e as escolas que atendem as populações indígenas e a provável inclusão de condições de determinação de quais são as escolas que atendem as populações ribeirinhas – é um tema que vem sendo demandado de forma muito intensa – para que políticas específicas possam ser direcionadas para o atendimento em especial das populações amazônicas.

Sobre as questões apresentadas aqui a respeito das crianças com deficiência e a sua adequada inclusão nas escolas de educação básica, assim como as escolas quilombolas e rurais, da nossa perspectiva, o principal esforço é o aprimoramento dos dados que permitem a formulação de políticas focalizadas nessas populações. E este ano já teremos novidades, atendendo a uma série de demandas importantes do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à educação ambiental, faço também um reforço no fato de que esse é um tema também que esteve um pouco ausente nos questionários do Inep, e nós estamos fazendo um esforço significativo de modo a produzir uma informação de detalhes sobre a inclusão do tema nas diferentes propostas de ensino.

Bom, tem uma questão aqui diretamente relacionada com as atividades do Inep, que diz respeito ao acesso à educação superior e ao novo ensino médio. O novo ensino médio foi aprovado recentemente e deu origem a uma comissão do Conselho Nacional de Educação que procurou disciplinar os itinerários formativos propostos pela legislação. Essa comissão elaborou uma proposta que entrou recentemente em discussão e deve ser aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Com base nessa estrutura normativa, tanto a que foi objeto de apreciação do Congresso Nacional e de sanção presidencial, a nova lei do ensino médio, como também na sua tradução numa resolução do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes do ensino médio – essas já aprovadas – e uma nova diretriz que fale especificamente dos itinerários, o Inep encontra as informações necessárias para levar o processo de discussão sobre o Enem.

Nós temos até o final do ano para apresentar uma proposta de reformulação e de ajustes no Enem, de modo que, até 2028, se tenham condições de um ajuste pleno do Enem às novas referências normativas.

Esses são os prazos que o Conselho Nacional de Educação deu para o Inep, e então, repetindo, até o final do ano nós teremos uma proposta. E a implantação dessas novas referências serão realizadas até o final de 2028, período durante o qual, em especial, os estados brasileiros – as redes, de modo geral –, que oferecem ensino médio, terão condições de se adaptarem e implantarem os termos da reforma.

Então, essa é uma questão que diz respeito diretamente às atividades do Inep e esses são os prazos com os quais estamos trabalhando. Algumas reuniões, alguns debates serão realizados proximamente, tratando já dessa proposta, mas o nosso prazo é de, até o final do ano, chegarmos a uma proposta sobre o tema.

Bom, eu acho que tem outras questões aqui que o Armando pode responder com mais precisão, mas, com relação ao tema da valorização dos profissionais, talvez esse seja um dos pontos altos da proposta do Plano Nacional de Educação. Ela se estende sobre o tema e propõe não só metas – eu tenho um objetivo, mas além disso metas – bastante importantes e relevantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o país, e estratégias que resultam de uma reflexão bastante cuidadosa sobre os caminhos que nos levariam à realização desse objetivo de valorização da profissão docente.

Quero também lembrar que o lançamento recente do programa Mais Professores também introduziu uma série de novidades. Eu sei que este não é o fórum adequado para a discussão dessas atividades, temos outro foco para a discussão, mas há muitas iniciativas importantes, inclusive iniciativas que envolvem o Inep, na área de formação de professores, na área de avaliação dos cursos de licenciatura, que merecem a atenção de todos nós.

Bom, eu acho que os temas poderiam ser... As respostas poderiam ser complementadas pelos demais participantes desta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sem dúvida, eu acho que, do que veio de perguntas – e muitas já tinham sido respondidas ao longo da apresentação inicial –, eu vi que tem algumas perguntas sobre autismo e algumas perguntas sobre escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas, e todos esses dois assuntos serão temas de audiências públicas. Temos uma audiência cujo foco é educação e inclusão, e temos um foco específico também sobre os profissionais da educação, tanto na leitura das pesquisas acadêmicas que nós temos até hoje feitas, notadamente no capítulo da formação de professores, como também na perspectiva de quem luta pelo direito à valorização profissional, que são as entidades de classe e de categorias profissionais.

Então, acho que a gente vai conseguir abranger o máximo possível de ideias e de temas.

Mas, sem mais delongas, eu devolvo a palavra também para o nosso convidado da Sase, o Prof. Armando.

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES (Para expor.) – Bom, muito obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Eu gostaria de corrigir uma falha minha: não ter cumprimentado, de início, a Vivian Melcop, da Undime, que está virtual, não é? Então, cumprimento-a, agradeço muito a sua apresentação. Acho que a Undime vai ter um papel importante – assim como as demais entidades – em sinalizar aspectos do projeto de lei que possam, inclusive ainda, passar por melhoras, adequações e ajustes. Por isto que o debate do Parlamento é importante: o debate do Parlamento é fundamental justamente para que, nas audiências, nas oitivas com as demais entidades e todos que tenham contribuições a fazer sobre esse projeto de lei – os Parlamentares, Senadores, Deputados –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

possam fazer com que ele seja aprovado em um formato melhor ainda do que daquele que foi apresentado ao Congresso.

Então, acho que, quanto a eventuais lacunas, eventuais melhorias, é esperado que sejam sanadas no processo legislativo. Essa é a nossa expectativa também enquanto Ministério da Educação.

Acho que tem várias questões que foram levantadas; creio que todas são muito relevantes.

A questão ambiental é um grande desafio. Corretamente a Vivian apresenta para a gente esse desafio da articulação de aspectos e estratégias relacionadas à oferta educacional e infraestrutura escolar com as questões ambientais. O projeto, como apresentado, já traz, no corpo das estratégias, dez estratégias que tratam do desafio da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável, da educação ambiental, das questões relacionadas ao clima. Obviamente, pode-se avaliar que aquilo que se apresenta ainda não é o suficiente, e, nesse sentido, pode ser aprimorado.

Acho que com relação à questão do financiamento, há uma questão aí perguntando claramente sobre a meta de financiamento. A meta de financiamento está desenhada lá no objetivo 18 – são apresentadas quatro metas. A primeira delas fala justamente do investimento público em educação, com percentual do PIB, mantendo a disposição que está atualmente na Meta 20 do atual PNE, mas a novidade é que se acrescentaram outras três metas: uma meta específica de ampliação do investimento público por aluno da educação básica, como percentual do PIB *per capita*, ou seja, de forma que a gente consiga...

O Brasil hoje investe em torno de entre 20% e 21% do seu PIB *per capita* por aluno da educação básica. A média dos países da OCDE está em 24%; ou seja, em relação à nossa riqueza é possível avançar um pouco mais em relação ao investimento por aluno. Acho que o próximo decênio pode trazer esse foco com relação ao investimento por aluno da educação básica.

O nosso desafio é que a gente possa, ao longo dos próximos meses e anos, chegar a uma formulação sobre a estimativa do Custo Aluno-Qualidade e que essa estimativa do Custo Aluno-Qualidade possa passar a ser uma orientação com relação ao investimento público por aluno da educação básica, do ponto de vista do esforço federativo de investimento.

A gente nunca pode esquecer que o esforço de investimento na educação pública brasileira é um esforço federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre lembro lá da Emenda 14, de 1996, que tinha um dos seus dispositivos, quando ela foi promulgada, que previa, nos próximos dez anos, um esforço de municípios, estados e da União de ampliar o investimento público em educação, ou seja, a Emenda 14, lá de 1996, já previa esse esforço federativo. E hoje, aqui nas estratégias do PL, esse esforço federativo é recuperado como uma estratégia. Há uma estratégia clara de que haja um esforço federativo.

Então, por exemplo, é muito preocupante se a gente tiver movimentos em estados ou municípios reduzindo o percentual de vinculação da educação. Vamos pegar o exemplo dos estados. Os estados têm oferta de ensino superior. A vinculação constitucional é a vinculação da educação, mas ela é a vinculação da educação nas áreas de atendimento prioritárias definidas no art. 211. Então, quando a gente fala dos estados, por exemplo, é preciso que os estados façam esforço de vinculação à educação além dos 25%, em função da sua atribuição também de oferta e de mantenedores de educação superior. Então, é preocupante se a gente vir movimento de recuo de alguns estados que às vezes tem 30% ou mais de 30% de vinculação de recursos de impostos com educação, porque esse recuo, muitas vezes, compromete o esforço federativo de aumentar exatamente o investimento da educação pública por aluno.

Também há uma meta específica com relação à equidade na capacidade de financiamento, ou seja... E aí o CAQ está novamente referenciado. Veja que o CAQ aparece aqui explicitamente na meta de financiamento, coisa que hoje não existe. A Meta 20 simplesmente fala da vinculação global dos 10% do PIB. Mas eu acho que o foco que as metas atuais trazem do ponto de vista do investimento exigirá uma coordenação federativa específica em relação a isso.

E, por último, a redução das desigualdades das condições de oferta e da infraestrutura, de modo a atender o padrão nacional de qualidade.

Então, assim, o corpo da lei – aí tocando no ponto que a Vivian levanta –, de fato, o corpo da lei situa lá algumas diretrizes no campo do financiamento, mas é óbvio que o padrão nacional de qualidade está vinculado ao Custo Aluno Qualidade por força do §7º do art. 211. Então, o que nós temos discutido no MEC é que a elaboração de uma metodologia de estimativa do Custo Aluno Qualidade tem que ser precedida de uma pactuação de padrões nacionais de qualidade que ofereçam parâmetros para uma estimativa de um Custo Aluno Qualidade. E eu costumo dizer que o principal parâmetro da estimativa de um Custo Aluno Qualidade é o parâmetro que a gente pode dizer do custo docente, do profissional de educação, porque esse é o maior custo da educação. Não é à toa que o Fundeb tem uma subvinculação de 70% para o pagamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissionais de educação, e a gente sabe que em muitas redes isso ultrapassa a própria totalidade de recursos do Fundeb com as folhas de pagamento.

Então, um primeiro desafio é, com o olhar do que diz a lei do piso nacional salarial dos professores, com o olhar do que fala esse plano, essa proposta de novo plano em relação à valorização dos docentes; considerar isso um dos parâmetros de estimativa de um Custo Aluno Qualidade. Nós precisamos caminhar nessa direção.

Então, há uma precedência dos padrões nacionais de qualidade pactuados na forma prevista no §7º do art. 211 da Constituição para que você possa chegar a uma estimativa responsável do ponto de vista de um Custo Aluno Qualidade.

E um outro ponto que eu queria ainda mencionar... Eu falei do investimento, não é? Ah, sim, com relação à questão que tem sido... Eu tenho escutado muito, isto tem sido muito forte: a forte preocupação com a população de alunos autistas que estão na sala de aula, que chegam às escolas e precisam ter o acolhimento adequado. Eventualmente, pode-se identificar isso como uma possível lacuna nas estratégias do plano como proposto.

Existe obviamente aqui um objetivo ligado à educação especial, à educação bilíngue de surdos e às metas. No entanto, nas estratégias, é preciso que se atente a essa demanda específica que vem sendo um desafio muito grande das escolas, dos diretores de escola, dos professores e dos gestores de sistemas de ensino. É preciso que haja aí uma atenção também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO AMORIM SIMÕES – ... no acolhimento dessa demanda específica. E é preciso se verificar como e de que forma o Plano Nacional de Educação pode vir de fato a contemplar essa dimensão importante, porque ela é uma dimensão que trata da inclusão, é uma dimensão que trata do direito público à educação a todos. Então, é preciso ver as melhores estratégias e como os especialistas que discutem essa temática enxergam isso, que perspectivas eles enxergam do ponto de vista de um plano que é de caráter estratégico.

E aí, para finalizar, nós precisamos entender que os planos nacionais e decenais de educação, tanto da União quanto dos estados e municípios, são planos estratégicos de longo prazo. Eles não traduzem, *stricto sensu*, a política e o programa que será implementado, porque isso é da esfera de decisão dos governos, mas ele orienta, as estratégias orientam as tomadas de decisão em relação às políticas e aos programas que serão implementados. Então, ele precisa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

observado do ponto de vista tanto da elaboração dos planos plurianuais e das leis orçamentárias quanto da elaboração das próprias políticas e programas.

E o desafio... E o MEC tem, através... Hoje nós estamos tendo, a partir de agora de manhã, uma das reuniões ordinárias da instância de pactuação e negociação que envolve o Ministério da Educação, a Undime e o Consed, discutindo as políticas que estão em curso e como essas políticas tanto da União quanto dos estados tocam os desafios do Plano Nacional de Educação atual. Então, eu acho que esse é um alerta importante, porque todos os gestores – Prefeitos, Governadores, Ministro de Educação – precisarão, ao longo do próximo decênio, desenhar suas políticas e propor seus programas de forma também a corresponder ao conjunto de objetivos, metas e estratégias que estão desenhados na proposta do Plano Nacional de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Armando.

Essa questão do autismo não foi à toa que veio em tantas perguntas do e-Cidadania, porque ela está muito presente, sim, como uma das principais demandas que chega aos Prefeitos. Nos municípios, isso está muito presente. Eu digo porque também está chegando para nós em termos de colocar emendas para ter uma casa de apoio, que chamam Casa Azul, que é um projeto que está ganhando muita força. E a gente tem sempre alertado que autismo é um espectro; então, ele precisa de um laudo que caracterize e minimamente diga onde aquela criança está incluída.

Eu acho que o plano vai ter que olhar para isso, sim, porque é um dado de realidade muito forte e uma demanda que está vindo principalmente dos municípios. Não sei no que Vivian pode nos ajudar nessa análise.

Já passo para você, Vivian, para fazer as suas considerações finais e se posicionar sobre as perguntas feitas.

A SRA. VIVIAN KATHERINE FUHR MELCOP (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Eu vou responder, conforme eu anotei as perguntas.

Na pergunta da Thamara sobre os 10% de PIB, o Prof. Armando já mencionou...

Na questão da Edna e da Jéssica sobre os alunos do transtorno do aspecto autista, realmente o atual texto do PL não se aprofunda no TEA. Por isso, eu tinha mencionado que precisa ser atualizada a proposta do PL com políticas, pareceres e resoluções que já estão em andamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– no caso, ajustar com o Parecer 50 do Conselho Nacional de Educação. E, sim, Senadora, a Undime teve uma participação intensa na discussão da segunda versão do Parecer 50, e os municípios, sim, têm uma grande demanda por parte da sociedade, dos pais, para a questão da inclusão dos alunos com TEA. Mas precisa realmente ser ajustado o texto e ser aprimorado.

Nas questões que o Diego e a Adriana levantaram sobre zonas rurais, diversidade, equidade, quero mencionar, como eu tinha dito que um ponto positivo é justamente esse tratamento da equidade, que, nesse PL do PNE, nessa proposta de PNE, existe uma meta específica tratando do campo indígena, quilombola, comunidades tradicionais, povos originários... Então, dessa vez, existe uma meta específica com as suas estratégias, só que esse assunto perpassa outras estratégias também e outras metas. Ele está bem referenciado na proposta do PL.

A Anielly pergunta sobre o cumprimento do PNE, como garantir... O PNE tem que ser visto e respeitado como uma política de estado, que vai repercutir nos estados e nos municípios que farão os seus respectivos planos de educação. E, na questão do cumprimento do atual, por exemplo, a ausência do Sistema Nacional de Educação repercutiu na sua implementação, bem como algumas fragilidades que aconteceram no exercício do pacto federativo. Isso impactou realmente na implementação do atual PNE. Aprendendo com os erros e com os acertos do atual PNE, fazer essa alteração e adequação no próximo PNE ou fortalecimento de determinadas instâncias e de como monitorar o andamento do plano. Da mesma forma, além do Sistema Nacional de Educação, a questão do regime de colaboração entre os entes federados, horizontalmente ou verticalmente, e a assistência técnica e financeira. Isso tudo impacta no cumprimento das metas estratégicas do PNE.

Sobre a pergunta do Darlan sobre tecnologia, também existe uma meta específica tratando desse assunto, Darlan, tratando não só da inclusão digital, da oferta de internet às escolas e alunos, mas também da própria educação no âmbito da tecnologia.

A Cecília pergunta sobre valorização dos professores, existem as metas e as estratégias, mas acho que uma inclusão que poderia ser feita é justamente tratando da política nacional de valorização dos profissionais da educação, que precisa ser instituída e fortalecida.

Os pontos eu acredito que são esses, Senadora, agradeço novamente, pela Undime, o convite e agradeço por terem aceitado a minha representação. A Undime está à disposição e, assim que tiver o documento fechado, nós encaminharemos para o Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a fala de Vivian, representando a Undime, nós terminamos essa fase inicial da nossa reunião.

Eu quero agradecer muito aos nossos três convidados – os dois convidados e a convidada –, sem sombra de dúvida trouxeram elementos muito importantes para o debate aqui na Casa, quando chegar a nossa vez de nos apropriarmos de toda a tramitação. Quero dizer que as outras audiências seguirão nesse roteiro: numa semana, deliberação; na outra semana, audiências. Nós estamos tentando cobrir uma abrangência de todos os temas trazidos por esse projeto de lei que, sem sombra de dúvida, tem uma importância fundamental para o Brasil, não só para nós educadores e educadoras, mas para todos os brasileiros e brasileiras.

Agradeço, portanto, a presença do Prof. Manuel Palacios, agradeço a presença do Prof. Armando Simões e agradeço a presença mesmo remota, mas de grande contribuição e valendo pelo esforço de Vivian Melcop.

Encerro essa fase da audiência para passar à segunda parte da reunião. (*Pausa.*)

Daremos início à segunda parte da reunião, destinada à liberação de requerimento extrapauta.

Primeiramente, consulto os Srs. Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 18, de 2025, de autoria do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 18, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior, em comemoração aos seus 7 anos de criação.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, quero agradecer a gentileza de V. Exa. colocar também o requerimento extrapauta.

Esse requerimento, Sra. Presidente, é exatamente para a realização de uma audiência pública, se possível, se puder também, se aprovada, a gente poderia fazer amanhã, com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais do interior do país – são seis universidades, aí entram Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco –, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamentos dessas instituições de ensino superior, em comemoração também aos sete anos de criação dessas universidades.

Eu quero, inclusive, aproveitar, Sra. Presidente, para entregar um exemplar aqui, que é do jornal *A Tribuna* lá da minha cidade, em que nós fizemos um encarte e que conta toda essa história bem-sucedida da Universidade Federal de Rondonópolis, na minha cidade natal, e que, aos seus sete anos, com toda a sua autonomia, com toda a sua também independência de criação de novos cursos e administrativa, também hoje é uma grande realidade de sucesso. Eu quero aqui registrar o papel da nossa Reitora Analy Polizel. Inclusive ela perpassou pelos dois mandatos do Presidente Bolsonaro, bem como também foi nomeada agora pelo Presidente Lula, quando teve 74% dos votos na sua concorrência, ou seja, na sua eleição como reeleitora, eleitora... Vou aqui corrigir o eleitora, nós estamos dizendo tanto, como reitora eleita, agora, sim, não mais como reitora *pró-tempore* e, sim, definitiva.

Então, está aqui um *case* de sucesso e eu acredito que todas essas supernovas universidades também.

Seria o momento de a gente discutir aqui, poder também comemorar esses sete anos dessas universidades, pois foi um trabalho de todos nós aqui nesta Comissão, a qual eu agradeço imensamente o apoio que tivemos através da Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa. e coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O resultado é pela aprovação.

Conforme a sua sugestão, informo que a reunião objeto do requerimento aprovado será realizada amanhã às 14h, neste Plenário 15.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu que agradeço.

Antes de encerrarmos o nosso...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, tem mais algum assunto ainda?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, nós já vamos encerrar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria pedir a V. Exa., se possível, aqui já como encerramento da nossa sessão, para passar um vídeo, porque é exatamente o que aconteceu lá, um vídeo pequeno.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Se for pequeno, eu vou permitir, mas se for muito grande...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, acho que são só uns quatro minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quatro minutos, está bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Seria, assim, para conhecimento geral...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O senhor não quer deixar esse vídeo para amanhã não, para abrir a sessão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu acho oportuno hoje, porque eu gostaria e amanhã, quem sabe, a senhora não está... (*Risos.*)

... e eu quero...

Mas mesmo se a senhora tiver que sair...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não, está certo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se for o caso, eu assumo...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode passar o vídeo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para não perturbar a sua agenda também.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está certo.

Eu tenho dez minutos ainda.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluído o vídeo do nosso Senador Wellington.

Eu estava vendo no vídeo o período de implantação da universidade. Faço menção também a uma questão que V. Exa. destacou: a Reitora teve vários mandatos – acho que dois – durante o Governo de Bolsonaro, mas foi reconduzida com expressiva votação de 70% e nomeada, porque isso é uma prerrogativa do Presidente, mas é também uma posição político-pedagógica de nomear aqueles mais votados. Então, acho que é importante esse destaque.

Essa universidade, eu diria, Senador, tem muitos indicativos de democracia, porque ela foi criada pela Presidenta Dilma...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Isso mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso daí indica coisas tão importantes na educação, que é essa visão também suprapartidária, essa visão ampla, de que a gente tem posições, tem concepções, mas o nosso foco é o direito à educação.

Então, eu quero parabenizar V. Exa. e quero parabenizar toda a população de Rondonópolis por ter um instrumento tão importante de educação.

Já vou encerrar a reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está vendo, Presidente, como foi importante a sua presença?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Pois é.

Encerramos a reunião, encerramos os nossos trabalhos.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião – era para ter feito no início, mas eu esqueci –, realizada em 18 de março.

Quem aprova permaneça como está. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

A seguinte será amanhã em formato de audiência pública, às 14h, neste Plenário.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Romário, Teresa Leitão, Paulo Paim, Leila Barros, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Lucas Barreto, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Efraim Filho, Eduardo Girão, Wilder Morais, Jorge Seif, Weverton e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 18/2025 - CE, de autoria do Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior, em comemoração aos seus sete anos de criação. **Participantes:** Analy Castilho Polizel de Souza, Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis; João Paulo Sales Macedo, Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba; Christiano Peres Coelho, Reitor da Universidade Federal de Jataí; Roselma Lucchese, Reitora da Universidade Federal de Catalão; Airton Sieben, Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins; e Airon Aparecido Silva de Melo, Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de março de 2025.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o papel social, econômico, cultural, de inovação tecnológica e produção de conhecimento das supernovas universidades federais no interior do País, bem como a estruturação administrativa, provimento de cargos e necessidades de financiamento dessas instituições de ensino superior, também em comemoração aos sete anos de suas criações, em atenção ao Requerimento 18/2025, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Convido para estarem presentes conosco – já estão todos aqui, mas faço questão de registrar as presenças: Analy Castilho Polizel de Souza, Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis, à minha direita; João Paulo Sales Macedo, Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, à minha esquerda; Christiano Peres Coelho, Reitor da Universidade Federal de Jataí, ali na ponta – um Super-Reitor –; Roselma Lucchese, Reitora da Universidade Federal de Catalão; Airton Sieben, Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins; e também Airon Aparecido Silva de Melo, Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Antes de passar a palavra aos convidados, quero comunicar que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania – e faço questão de registrar que foi um projeto meu a criação desse portal, que hoje é o mais acessado do Brasil –, ou também pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida também aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, mas esta Presidência, compreendendo aqui também o dia de hoje, a tribulação... Os Parlamentares presentes que quiserem usar a palavra podem se manifestar entre a fala de um ou outro Reitor, porque têm outros tantos compromissos também, e às vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não dá para esperar a conclusão de todos. E fica registrado, porque aqui a gente sabe do compromisso de cada um.

Eu tenho que, então, para abrir, dizer que é com muito prazer que abro, nesta quarta-feira, dia 26 de março de 2025, esta audiência pública nesta Comissão, a nossa Comissão de Educação, que é um espaço para celebrar a força da educação superior brasileira.

Neste mês de março, comemoramos o aniversário de universidades que nasceram de uma visão estratégica para o desenvolvimento do nosso país, instituições que não apenas ampliam o acesso ao ensino superior, mas também fomentam a pesquisa, a inovação e o crescimento regional.

A criação dessas chamadas "universidades supernovas" representa um marco na descentralização do ensino de qualidade, permitindo que jovens, de regiões antes desassistidas, tenham a oportunidade de se qualificar sem precisarem deixar suas cidades natais. Isso fortalece não só a educação, mas também estimula a economia local, gera empregos e promove inclusão social.

Por isso, antes de começar a nossa audiência, fiz questão de fazer uma visita à Presidência do Senado, com todos os nossos Reitores, com os Parlamentares, em que hoje está, em exercício, nosso companheiro Eduardo Gomes, que nos recepcionou de forma bem calorosa. Ele e os outros Parlamentares, cada um do seu estado, tiveram um protagonismo cada um no seu trabalho. Eu vou, inclusive, pedir aqui à minha assessoria, porque eu preciso registrar o nome de todos os Senadores, inclusive o do Senador Marcelo Castro, que foi um Senador que nos ajudou muito, mas eu gostaria de ter o nome de todos aqui.

Neste momento, celebramos os sete anos de seis importantes universidades federais. A Universidade Federal de Rondonópolis conta hoje com modernos laboratórios de pesquisa, biblioteca atualizada, hospital veterinário, clínicas, escola e estrutura voltada para as áreas de saúde, agrária e tecnologia. Sua autonomia permitiu a expansão de cursos e a consolidação de parcerias regionais estratégicas. (*Pausa.*)

O filme será depois? (*Pausa.*)

Eu quero, então, inicialmente chamar um vídeo que foi feito exatamente dessa nossa visita ao Eduardo, o nosso Presidente em exercício – Eduardo Gomes, Senador de Tocantins.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Até merece os parabéns, viu, gente? (*Risos.*) (*Palmas.*)

E agora então, já para abrir, eu quero convidar aqui e registrar que a Universidade de Catalão também possui uma infraestrutura extremamente moderna para o ensino e a pesquisa, com destaque para os seus laboratórios interdisciplinares, centro de convivência acadêmico, biblioteca com acervo ampliado e também projetos de inovação tecnológica. Tem também atuado fortemente em iniciativas ligadas à sustentabilidade e à inclusão social.

Por isso, eu convido aqui a nossa Reitora Roselma Lucchese, para que ela faça a primeira exposição em nome então da nossa instituição Universidade Federal de Catalão.

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (Para expor.) – Muito boa tarde.

Agradeço imensamente esta oportunidade, incentivada pelo nosso Senador Wellington Fagundes, um dos padrinhos das supernovas universidades. Para além disso, a presença de todos e todas que estão aqui nos assistindo e os que nos acompanham nas redes sociais, na Câmara também, mas... No Senado.

Mas é um momento de muita alegria para nós, porque como foi dito, nós existimos, nós estamos aqui de fato. E como nós não fazemos nada sozinhos e sozinhas, nós temos muito a agradecer, a muitos Parlamentares, a muitas pessoas que trabalharam em prol da nossa existência.

Temos aqui hoje a presença do nosso Deputado José Nelto, do Estado de Goiás, mas também foi convidada a bancada goiana, que muito trabalhou nesse projeto. Eu quero, na pessoa do Deputado José Nelto, agradecer a todos os nossos Parlamentares. Também quero citar a presença do Senador Vanderlan, que também atuou muito fortemente nesta Casa, no Senado, para que a gente pudesse estar aqui existindo.

Bem, dito... Eu não quero nominar mais as pessoas que participaram desse projeto porque a gente acaba correndo o risco de se esquecer alguém porque, de fato, foram muitos trabalhos e muitos momentos para que nós chegássemos, hoje, a esses sete anos.

Mas, vamos lá. Nós somos, sim, universidades diferenciadas, nós fomos criadas para que a gente pudesse desenvolver o interior e o centro do nosso país. Nós fomos criados em regiões onde nós já existíamos enquanto *campus* das nossas universidades-mães, matrizes, mas nós estamos estrategicamente no interior do país para que a gente trabalhe as características

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

específicas, cuide e preste atenção para a nossa cultura, para o nosso meio ambiente, para a biodiversidade, para as nossas comunidades vulneráveis e para que a gente possa ali fazer a diferença e desenvolver social, econômica e culturalmente a nossa região.

Nós estamos há sete anos realizando esse projeto e fazemos, sim, a diferença. Tanto nós existimos que muitos de nós conseguiram melhorar substancialmente as nossas notas dos cursos de graduação. Nós temos muito a comemorar, mesmo com dificuldades de implantação, em períodos muito difíceis. Vivemos uma pandemia nesse período. Foram três anos que nos atormentaram muito por colocarem a vida das pessoas em risco, mudaram as nossas estratégias de ensino. E o fato de sermos novos, o fato de sermos, de fato, uma universidade que tem leveza para se transformar, nós conseguimos sobreviver e fazer a diferença num momento que exigia das universidades mudanças até da estratégia de ensino.

Bem, nós comemoramos, este ano também, a avaliação do recredenciamento institucional. Apenas uma de nós ainda será avaliada, mas nós tivemos, na maioria, nota máxima, nota 5. Considerando todas as dificuldades que nós tivemos, nós estamos mostrando para a nossa comunidade, para os nossos Parlamentares, o que nós temos de melhor e que nós temos potencial para estarmos em destaque entre as 69 universidades deste nosso país.

Estamos aqui em um momento de comemorarmos esses sete anos de existência, de comemorarmos os nossos avanços. A diferença que fazemos na vida das pessoas, especialmente na dos mais vulneráveis, com projetos de acessibilidade de vanguarda, projetos de inclusão social... Nós modernizamos a inclusão social em todas as seis supernovas universidades e isso impactou, nessa ótima avaliação que tivemos no recredenciamento institucional.

Estamos comemorando esses avanços, mas aqui estamos falando também das dificuldades que persistem na nossa implantação, e pedindo continuidade do apoio ao Senado e também à Câmara dos Deputados Federais, aos nossos Parlamentares, para que a gente possa continuar esse processo diferente, que faz a diferença na vida das pessoas de onde nós estamos.

Então, é um dia de comemorar e também dia de contar com a colaboração e contribuição de todos e todas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer imensamente à nossa Reitora Roselma Lucchese. Tenho certeza de que Catalão hoje também está comemorando.

E eu quero, inclusive, chamar a atenção aqui de que é possível, quem quiser fazer as perguntas pode fazê-lo através, quero aqui registrar, do e-Cidadania. Inclusive já temos algumas perguntas que já chegaram.

Carlos, de Goiás – eu queria que cada um fosse anotando, porque vocês responderão depois: "Qual o maior entrave no reajuste das bolsas de pesquisa? E por que não ampliamos os números de bolsas distribuídas?".

Lucas, de Santa Catarina: "Com a evolução tecnológica e o novo comportamento social [...] da geração Z, como as universidades pensam em adequar novos métodos?".

João, do Paraná: "Como fica a [...] Universidade Tecnológica Federal do Paraná em converter as vagas de docentes EBTT em docentes do Magistério Superior?".

Ronildo, do Ceará: "Como a integração de tecnologias de inteligência artificial [a famosa IA] nas novas universidades federais brasileiras pode ser equilibrada?".

Júlia, do Distrito Federal: "É preciso discutir com profundidade a disseminação de cursos superiores à distância em nosso país".

Alan, de São Paulo: "Sou contra o modelo de universidade federal atual, pois a universidade pública deveria ter mais acesso prioritário para os mais pobres".

Eu quero agora convidar o Deputado Federal José Nelto, de Goiás, que está aqui conosco. Ele então pediu a palavra, conforme eu combinei aqui, a cada um que falar, quem quiser depois pode se inscrever. Então o Deputado Federal José Nelto, de Goiás.

O SR. JOSÉ NELTO (UNIÃO - GO. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, por propor esta reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado da República, fazendo esta audiência pública para fazer uma homenagem, uma homenagem à ciência, uma homenagem também à tecnologia e prestar uma homenagem às supernovas universidades que foram criadas há sete anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, depois da palavra da reitora nossa de Catalão, da UFCAT, Reitora Roselma Lucchese, na pessoa dela eu quero cumprimentar todas as reitoras aqui presentes e também os reitores de outros estados, o Airton, que é da Universidade Federal do Norte do Tocantins, com sede em Araguaína, e também o Airon, que é da Universidade do Agreste de Pernambuco, em Garanhuns. Quero dizer a você, reitor, que eu conheci, tive a honra de conhecer Garanhuns, que é a suíça lá do Agreste de Pernambuco, cidade muito bonita, um clima gostoso lá, na sua cidade.

Também à Analy, que é de Rondonópolis, parabéns pelo seu trabalho e por ser a Reitora dessa universidade; também o João Paulo, que é do Delta do Parnaíba e, numa luta muito grande, esteve ao meu lado; o Deputado Átila Lira, que foi meu companheiro naquela época; e também o Christiano, que é de Jataí, faz um trabalho belíssimo na universidade e tem o nosso respeito. Nós iremos ainda ajudar muito essa universidade, Christiano.

Senador Wellington Fagundes, hoje é um dia de comemoração mesmo, porque sete anos da criação de sete supernovas universidades. Nós temos aí pouco mais de 5,5 mil municípios no Brasil e temos 67 universidades federais no Brasil. Então, é uma honra e um privilégio muito grande para um município do interior do Brasil poder ter uma universidade federal, significa o quanto o nosso Brasil poderá melhorar muito mais, dando oportunidade a essa juventude.

O cidadão fez uma pergunta sobre a juventude Z, que não está sabendo muito bem qual o melhor caminho a ser escolhido. Isso me deixa muito preocupado, mas eu sei que o melhor caminho para um jovem é o da educação. Esse caminho liberta uma geração. Esse caminho muda a vida de uma família. Daí a importância das sete supernovas universidades, que foram criadas num período muito difícil.

Os senhores reitores não estavam em Brasília, também o Christiano não estava, naquela época, como Pró-Reitor ou Diretor. A Profa. Roselma, a nossa Reitora da UFCAT de Catalão, por ser a cidade mais próxima de Brasília e o estado dentro de Brasília, o Estado de Goiás, acompanhou a nossa luta, juntamente com o Senador Wellington Fagundes. A primeira luta nossa foi para conseguir o CNPJ. Não foi fácil. Quantas audiências nós fizemos na Câmara Federal, quantos chás de cadeira nós levamos lá no Palácio Planalto, lá no Ministério da Educação, mas não desistimos. Teve dia em que a Profa. Roselma saía de Brasília chorando, sem esperança, e eu dizia para ela: "Minha amiga Profa. Roselma, não perca a esperança. Nós vamos lutar até o fim". Lutamos. Estavam ao nosso lado a bancada goiana e o Senador Vanderlan Cardoso, que trabalhou muito, dedicou grande parte da sua luta no Senado da República ajudando as supernovas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

universidades. O Senador Wellington Fagundes, que é hoje uma referência não só no estado, mas para todo o Brasil, o quanto ele dedicou a sua luta e o seu trabalho para arrumar orçamento lá no Senado.

O Relator do orçamento das supernovas foi o Senador Vanderlan Cardoso, do nosso Estado de Goiás, eminente e ilustre Senador da República. E coube a mim ser o Relator desta matéria tão importante na vida do nosso povo brasileiro, do interior, de todo este Brasil afora, lá de Pernambuco, lá do Piauí, lá de Mato Grosso e também do Tocantins.

Hoje, quantos jovens estão estudando em universidade? Os pais têm alegria em dizer que o filho deles estuda numa universidade pública, e isso depois de muito trabalho. E nós sabemos que essas novas universidades têm sido também motivo de muito orgulho pelas notas que têm hoje... Tem sido motivo de muita alegria para nós a dedicação de todos os reitores, a dedicação de todos os professores universitários e também dos nossos estudantes.

Vou fazer uma referência aqui, Senador Wellington Fagundes: depois do CNPJ, esse foi o presente de Natal que nós conseguimos no final de 2019 – naquela época, ainda ninguém imaginava o que era uma pandemia, o sofrimento. No Natal de 2019, o grande presente que nós conquistamos para essas universidades foi o CNPJ, umas se desligando da universidade-nave, como é o caso nosso de Goiás, da UFG, e também outras sendo criadas.

Então, o CNPJ deu àquela casa lá uma vida, uma vida da criação de uma universidade. E, hoje, veja a importância de quando a gente acredita numa universidade federal, num instituto federal: o caso nosso de Catalão. Se não fosse a UFCAT, o hospital que foi construído pelo Prefeito Adib Elias... Quero deixar registrada a coragem do Prefeito Adib Elias de construir um hospital de 217 leitos. Esse hospital só hoje virou realidade – será hospital federal –, porque nós temos a UFCAT. Se não tivesse a Universidade Federal de Catalão, Goiás não teria ganhado um hospital universitário regional com 217 leitos, com 1,2 mil trabalhadores da área – nesse novo hospital – e R$35 milhões sendo investidos para atender a região do nosso Estado de Goiás, de Minas Gerais e de todo o Brasil, porque a Universidade de Catalão, de Jataí, do Tocantins é a universidade do povo brasileiro, ela pertence ao Brasil.

Por isso, Catalão vai dar esse exemplo de muito trabalho e de muita perseverança, entregando o primeiro hospital universitário no Governo do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha homenagem, homenagem mais do que justa, é para quem trabalhou, para quem lutou, para quem acreditou na força do ensino superior, no ensino federal, porque, quando se fala que tem universidade federal em um município, essa universidade muda a vida de uma população.

Então, Senador, esta é uma homenagem mais do que justa. Isso vai fazer com que V. Exa. continue trabalhando lá no Senado, juntamente com Vanderlan; eu, na Câmara Federal, cumprindo também o meu papel, ajudando todas as universidades do Brasil. E a gente poder falar: daqui a três anos, dez anos, iremos fazer uma nova homenagem. E eu quero fazer essa proposta lá na Câmara Federal: sendo reeleito Deputado Federal, quero fazer essa homenagem na Comissão de Educação e cultura da Câmara Federal. E quero convidá-lo, porque também será reeleito Senador da República, por mais quatro anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ NELTO (UNIÃO - GO) – Então, a minha missão é mais difícil que a sua.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas tem a missão de Governador ainda, agora, quem sabe?

O SR. JOSÉ NELTO (UNIÃO - GO) – Melhor ainda. Se for Governador do Mato Grosso, ganhará muito o Mato Grosso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, com as bênçãos de Deus, ainda temos seis anos aí, juntos.

O SR. JOSÉ NELTO (UNIÃO - GO) – Pela sua luta, não é?

Então, muito obrigado. Parabéns por uma homenagem tão justa à ciência, à tecnologia, ao saber e ao conhecimento.

Viva as supernovas universidades!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero aqui registrar o trabalho dos três Parlamentares, do Senador Jorge Kajuru, especialmente do Vanderlan, que esteve presente, o Vanderlan Cardoso... Não sei se ele é um bom cantor também, mas trabalhador ele é. Muito trabalhador. E, realmente, tudo o que V. Exa. falou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relação ao Vanderlan... Mas eu registro também aqui o Wilder Morais, que fez um trabalho presente, comigo. É importante que cada um deles seja reconhecido.

E eu quero agora aproveitar e convidar aqui o Deputado José Nelto porque nós queremos fazer uma homenagem a ele, para que ele se sinta também dentro desse trabalho.

Aqui estão as duas universidades federais, de Catalão e de Jataí.

Pode ser aqui. Aqui na frente, pode ser. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos lá. (*Pausa.*)

O SR. FLORENTINO NETO (PT - PI) – Presidente, eu vou ter que sair para uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não. (*Pausa.*)

Eu quero anunciar então, conforme tínhamos combinado, o Deputado Florentino Neto, do Piauí, com a palavra.

O SR. FLORENTINO NETO (PT - PI. Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, eu queria primeiro parabenizá-lo por esta iniciativa de estar aqui nesta discussão que valoriza, que engrandece a educação e essas universidades.

Uma saudação ao Reitor da Universidade Federal do Norte do Tocantins, o Prof. Airton; ao Reitor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, o Prof. Airon; à Profa. Analy, Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis; à Profa. Roselma, Reitora da Universidade Federal de Catalão; ao Prof. João Paulo, Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, que fica lá na minha terra, em Parnaíba, no Piauí; e ao Prof. Christiano Peres Coelho, Reitor da Universidade Federal de Jataí. Olha, o que nós vivemos aqui é algo muito importante, é reconhecer o esforço dessas seis universidades em superarem todas as dificuldades e poderem estar aqui demonstrando a excelência que representa a educação no país hoje. Eu falo, de forma muito particular, da casa que me formou. Eu falo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, porque eu sou um daqueles formados pela Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Reis Velloso, que hoje é a Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa universidade tem sua origem no esforço de homens abnegados, homens e mulheres abnegados da minha terra que fundaram a Faculdade de Administração do Piauí, Faculdade Piauiense de Administração, sediada em Parnaíba. E eles – era uma entidade privada – lecionaram, por vários anos, gratuitamente, se doando ao futuro da juventude e acreditando que um dia nós estaríamos na situação em que estamos hoje.

Eu lembro aqui, por exemplo, Lauro Correia, que foi Prefeito da minha cidade, administrador, advogado, que foi lá o primeiro diretor. Lembro de Cândido Athayde e tantos outros que se doaram durante anos gratuitamente no mister de ensinar nesse múnus público de ser professor. Digo a vocês que depois vem toda uma história da incorporação dessa Faculdade de Administração à Universidade Federal do Piauí. E aí o esforço de muitos, e eu gostaria de citar o ex-Diretor Douglas Fernandes, Marco Antônio Correia, Israel Correia e tantos outros.

Digo aos senhores e às senhoras que eu participei do processo de transformação de um centro universitário do *Campus* Ministro Reis Velloso na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. E não posso deixar, aqui, de reconhecer o esforço de um Parlamentar que, durante oito mandatos, esteve na Câmara dos Deputados e que agora fez 88 anos, o Deputado Paes Landim, que foi quem foi lá no Palácio do Planalto pedir à Presidenta Dilma a transformação do centro da Universidade Federal em Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Deputado Florentino, eu quero também registrar a sua fala, confirmá-la, porque também fui companheiro...

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) – Do Deputado Paes Landim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... do Deputado Paes Landim por muitos mandatos e vi nele a persistência mesmo nesse trabalho.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) – Fico feliz com a sua lembrança, Senador Wellington.

Nós fazemos aqui, eu e o senhor, justiça a um homem que completou 88 anos domingo, está ativo, pensando no Piauí, trabalhando como advogado e pensando no Brasil.

Digo aos senhores que eu quero também ressaltar a importância do meu colega aqui José Nelto, que lutou pela autonomia financeira, desvinculando essas universidades das signatárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anteriores. Quero dizer que ele aqui reconhecia comigo o esforço do nosso querido Deputado Átila Lira, que não está mais na Câmara, mas está lá seu filho, Átila Lira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Outro grande companheiro, viu? Inclusive, foi Secretário de Ensino Tecnológico.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) – Foi e foi Secretário de Educação por duas oportunidades no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Esteve conosco em Mato Grosso lá. Muito trabalhador e competente.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) – Então, Senador Wellington, grato pelas suas contribuições à minha fala. Eu quero dizer que eu reconheço também o grande papel de todos aqueles que contribuíram para que a UFDPar se erguesse.

E aqui reconheço o trabalho do Prof. João Paulo, o primeiro Reitor eleito dessa universidade, que está fazendo um excelente trabalho.

Digo aos senhores e às senhoras que eu fui líder estudantil. Foi onde eu comecei a minha vida política, foi nessa universidade. E eu não poderia deixar de citar outros líderes estudantis, antes da minha época, um pouco depois da minha época e contemporâneos, como o primeiro Presidente do Diretório Acadêmico 3 de Maço, o Prof. Renato Santos. Queria lembrar Danilo Melo, queria lembrar o Prof. Juriti, queria lembrar Márcio Tadeu, queria lembrar o Meireles, tantos outros que fizeram a história do movimento estudantil naquela casa.

Hoje a UFDPar é pujante. A UFDPar é sinônimo de desenvolvimento, sinônimo de crescimento da nossa cidade e de desenvolvimento para toda a região norte do Estado do Piauí e de parte do Ceará e parte do Maranhão.

Lá nós temos cinco cursos nas áreas das ciências biológicas e da saúde. Nós temos quatro cursos em ciências sociais aplicadas. Nós temos um curso das ciências de educação, o curso de Pedagogia. Em ciências exatas, nós temos dois cursos. E nós temos lá três cursos de especialização, ou seja, cursos de especialização *lato sensu*. Nós temos três cursos de pós-graduação. Nós temos, na pós-graduação *strictu sensu*, mestrado, nós temos seis cursos e nós temos dois doutorados. Isso mostra a pujança da universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu, que sou oriundo daquela casa, que fui Vice-Prefeito da minha cidade, que fui Prefeito e que, na minha cidade, tive 21 mil votos para, somados com os votos do estado, ser eleito Deputado Federal, tenho obrigação com aquela terra. E o meu mandato está dedicado também e integrado com a Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Com eles, sonhamos o projeto do Hospital Universitário da UFDPar. Com eles, elaboramos o projeto do Hospital Universitário da UFDPar. Com a bancada, como Coordenador da bancada do Estado do Piauí, semeamos, e a bancada, pelo segundo ano, coloca emendas de bancada para o hospital. No ano passado, foi R$1 milhão, e eu coloquei, e a bancada, junto com a bancada, R$3 milhões ao todo. E neste ano, R$25 milhões.

E hoje nós tivemos uma reunião lá na Ebserh. E saímos de lá certos de uma próxima reunião, na próxima semana, com toda a bancada, com representação da Ebserh, com representação do Ministério da Saúde, com representação do Ministério da Educação, já para a apresentação do projeto, e nós haveremos de ter o início da construção desse hospital até o final do ano.

Então, eu quero dizer para os senhores e para as senhoras que esse hospital, de 120 leitos, representará um incremento na qualidade dos serviços de saúde para toda a região; representará um acréscimo na capacidade de formação médica; representará um aumento qualitativo na nossa capacidade de especialização médica; representará a possibilidade de atendimento em várias especialidades que nós não atendemos ainda hoje; mas representará também oportunidade de emprego para 2 mil pessoas na minha região – um investimento só na construção de R$150 milhões.

E eu quero aqui dizer que a bancada do Piauí, a classe política do Piauí é uníssona em defender o Hospital Universitário da UFDPar. Então, essa será a maior bandeira da minha vida. E, se realizada essa bandeira, eu poderei, assim, olhar para os meus filhos e netos e saber que eu cumpri com minha responsabilidade, porque, efetivamente, esse hospital vai ser muito importante para a saúde, para a empregabilidade, para a geração de oportunidades, para a formação da nova geração e para a saúde das pessoas.

Por tudo isso, Senador Wellington Fagundes, eu louvo a sua iniciativa.

E, como o senhor já lutou ao lado do Deputado José Nelto, ao lado do Deputado Átila Lira, ao lado do Deputado Paes Landim, quero dizer que sou apenas um soldado nessa luta, ao seu lado, junto a esses Reitores e Reitoras, pela educação do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Deputado Florentino Neto, a partir deste momento o senhor vai se sentir um general, porque aqui a universidade faz questão também de homenageá-lo, e nós o convidamos para estar aqui à frente conosco.

Também queremos registrar os nomes da bancada do Piauí: a Senadora Jussara Lima; o Senador Ciro Nogueira, que foi extremamente importante, com a sua liderança, acompanhando nas reuniões; bem como – já citei – o Senador Marcelo Castro, que é referência para todos nós aqui, mas, também nesse aspecto, por ser o Relator do Orçamento, pela influência que tem, foi fundamental o trabalho também do Senador Marcelo Castro.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI) – Senador, se o senhor me permite, eu divido, inclusive, essa homenagem com os três Senadores do Piauí, com o Ministro Wellington Dias e com os outros nove colegas Deputados Federais, porque os dez Deputados Federais do Piauí e os três Senadores têm, assim, em cada um o fortalecimento da UFDPar, e a criação desse hospital, na sua gênese, tem o DNA de cada homem e mulher dessa bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está registrado.

Convidamos, então, o Deputado Florentino Neto para estar aqui à frente conosco. (*Pausa.*)

Pois não, Reitora Roselma.

A SRA. ROSELMA LUCCHESE (Para expor.) – Eu preciso fazer um registro.

Eu sou Vice-Presidente da Andifes, e este é um momento muito importante, porque hoje eu aqui, além de ser Reitora da Universidade Federal de Catalão de uma supernova, estou representando o nosso Presidente Daniel, da Andifes, que é a associação nacional dos reitores das 69 universidades federais em nosso país.

O fato de eu estar hoje como Vice-Presidente representa mais ainda, fortalece mais ainda o que nós temos como avanço nas seis supernovas universidades, porque hoje uma supernova universidade faz parte da diretoria de uma associação tão importante dos 69 reitores e reitoras do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É mais um avanço, mais um passo e mais um reconhecimento da relevância de nossas seis supernovas universidades.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está registrado também mais esse adendo da Reitora Roselma.

Nós queremos, então, agora, convidar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba e registrar que ela vem também se destacando com os seus modernos laboratórios de ciências da saúde, centro de convivência universitário e *campus* planejado com acessibilidade e sustentabilidade, é referência na área de biotecnologia marinha e pesquisa em ecossistemas costeiros.

Com a palavra, então, o nosso Reitor João Paulo Sales Macedo.

O SR. JOÃO PAULO SALES MACEDO (Para expor.) – Eu queria dar muitíssimo boa tarde a todos e todas.

E quero cumprimentar, com muito agradecimento, o Senador Wellington Fagundes pela ideia e pelas felicitações com esta audiência em comemoração aos sete anos das supernovas universidades, aqui muitíssimo bem representadas pelas suas histórias, pelas suas conquistas, pela excelência no ensino, na pesquisa, na extensão, na inovação, pela capacidade de internacionalização e inserção social por meio dos seus projetos, mas, sobretudo, pela sua capacidade de resiliência e, ao mesmo tempo, de entrega com os seus objetivos e missão para o desenvolvimento social, econômico, com inclusão em nossas regiões para as nossas populações nas cidades e nos estados onde estão localizadas.

Cumprimento os meus colegas Reitores e Reitoras das supernovas universidades pelo trabalho que desenvolvem, que estão em festa com as nossas comunidades acadêmicas e que certamente nos acompanham hoje com esta importante audiência, que comemora os nossos sete anos.

Quero cumprimentar os Deputados e os Senadores de cada um dos nossos estados, das nossas bancadas, naturalmente, aqui, na pessoa do Deputado Florentino Neto, que me antecedeu e teve que sair para outro compromisso.

Quero dizer da importância das bancadas ao longo desses sete anos e, na verdade, anterior aos sete anos, numa história muito árdua para que nós possamos conquistar a autonomia das nossas comunidades acadêmicas, transformando-se, então, em universidades e pelo trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realizado e, ao mesmo tempo, pelo esforço de manutenção das nossas universidades para futuras conquistas.

Sem nenhuma sombra de dúvida, as nossas regiões, as nossas comunidades são completamente outras, totalmente transformadas pelas histórias que as nossas universidades têm realizado. Vejam, o Deputado Florentino Neto trouxe algumas informações importantes da UFDPar. Eu vou trazer outras em complemento, mas certamente são histórias que se assemelham muito em cada uma das regiões em que estamos localizados, em cada um dos estados onde estamos localizados.

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba hoje introduz R$110 milhões anualmente na cidade de Parnaíba e na região. Isso é um impacto, do ponto de vista de contribuição ao desenvolvimento econômico e social, para os nossos municípios e para as nossas cidades circunvizinhas, de um modo completamente transformador. Esses R$110 milhões envolvem naturalmente pagamento de pessoal, dos servidores, do quadro da nossa universidade, mas também a contratação de serviços e, ao mesmo tempo, de bolsas e assistência estudantil para os nossos estudantes, contribuindo com o desenvolvimento econômico, sobretudo, tornando pujante o mercado imobiliário das nossas cidades e o setor de serviços e abrindo novas frentes, seja na área da saúde, seja na área da educação, seja na área do turismo, seja na área principalmente do aspecto produtivo das nossas cidades e das nossas regiões.

No nosso caso, na UFDPar, nós inclusive adotamos uma política, na contratação dos processos licitatórios, de que houvesse aí, dentro dos ditames da Lei de Licitações, também a valorização de empresas que possam ser contratadas via processos licitatórios, que fossem da região, contribuindo inclusive com esse processo de desenvolvimento locorregional.

E ao mesmo tempo, também contribuindo com as pesquisas, com as atividades de extensão e, sobretudo, de inovação que temos realizado.

Na UFDPar, Senador Wellington, dos 12 cursos de graduação que nós temos, nós temos uma representação de estudantes da escola pública de uma maneira impressionante: 67% dos nossos estudantes são oriundos da escola pública. Percebam o impacto que isso traz na realidade locorregional em que nos encontramos.

E mais, muitos desses estudantes, cerca de 76% desses estudantes, são autodeclarados pessoas pretas, pardas e indígenas. E isso está completamente condizente com a nossa realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Estado do Piauí, que é a maioria da nossa população, de modo então que a universidade, de fato, representa muitíssimo bem toda a população que pertence ao nosso estado.

Mas a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, que tem uma contribuição regional importante, também contribui com o desenvolvimento não só do estado como um todo, da Região Nordeste, mas também do Brasil, pois nós contamos com estudantes de todas as unidades da Federação do país. E essa é uma realidade que certamente se coloca nas demais universidades aqui, que compõem as supernovas.

Percebam que, no caso dos nossos estudantes do curso de Medicina, há uma fixação desses estudantes depois de formados na UFDPar. Das três primeiras turmas graduadas na UFDPar de Medicina, 68% se fixaram em Parnaíba e na região.

Esse é um dado importante hoje do que contribui e representa a fixação de profissionais médicos com as residências médicas que passam a funcionar depois da instalação dessas universidades, porque certamente, com a vinda do nosso hospital universitário, que é uma luta conjunta da nossa bancada – e novamente eu agradeço a toda a bancada do Piauí, uníssona em torno desse projeto –, nós estamos avançando muitíssimo, inclusive com, neste ano, a previsão do início das obras para que a gente possa então tornar esse hospital uma realidade.

Além disso, a nossa universidade tem contribuído com ações inovadoras importantes fazendo, então, jus ao nome de supernovas. Nós temos contribuído não só na área de biotecnologia, como já foi comentado com o Senador Wellington Fagundes, mas também na área da educação, contribuindo com um curso de especialização junto à Secretaria de Educação, com ações de gestão inovadora para capacitar, Reitor Christiano, 42 diretores de escola do ensino médio da planície litorânea dos 11 municípios que fazem parte, então, da nossa área de abrangência mais imediata no Estado do Piauí, no norte do Piauí.

E, além disso, naturalmente, com residências médicas, além disso, naturalmente, com as ações de extensão voltadas para o setor produtivo, para o setor de serviço, para o setor de saúde, mas, também, sobretudo, valorizando a inovação social com comunidades tradicionais, ribeirinhas, pescadores artesanais, da reserva extrativista que a gente tem na Resex, no Delta do Parnaíba, que convido a todos que conheçam, o único Delta das Américas, de uma beleza encantadora.

Senador Wellington, vale a pena conhecer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Universidade tem uma contribuição com essa biodiversidade, com a manutenção dessa biodiversidade, pensando nos efeitos das alterações climáticas, pensando exatamente na questão de como a gente pode equilibrar o desenvolvimento com sustentabilidade. E esse é o papel da universidade, de produção de ciência, produção do conhecimento, difusão de ciência, difusão do conhecimento, mas, sobretudo, de extensão das tecnologias, de inovação tecnológica, inovação social, para que a gente possa contribuir com esse desenvolvimento do tamanho que a necessidade da população brasileira e a necessidade da população piauiense merecem.

Esse é o carinho da universidade, essa é a missão da universidade, mas a gente precisa, Senador, de gestos como o seu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO SALES MACEDO – ... e dos demais Parlamentares da nossa bancada para concluir exatamente fortalecendo o compromisso e o papel que o Senado Federal tem feito, juntamente com a Câmara, para que essas universidades tenham mais aporte financeiro, mais aporte de recursos, de modo que possam ter mais pessoal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO SALES MACEDO – ... servidores, técnicos administrativos e docentes, e também a possibilidade de se implantar, com a sua concretude, a sua capacidade inovadora de cumprir o papel da educação e da ciência no Brasil.

Muitíssimo obrigado, mais uma vez, Senador, demais Parlamentares de todos os nossos estados e todas as nossas comunidades acadêmicas pelo trabalho que desenvolvem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Prof. João Paulo, eu entendo que V. Sa. fez aqui um convite, não é? (*Pausa.*)

E esse convite eu vou, então, oficializar aqui na Comissão de Educação, para que a Comissão de Educação possa fazer uma visita em todas as universidades.

Claro, os reitores de uma têm que prestigiar a outra, não é?

O SR. JOÃO PAULO SALES MACEDO (*Fora do microfone.*) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E seria assim uma visita oficial nossa, da Comissão de Educação do Senado. É uma visita então programada, claro.

E eu quero até fazer uma sugestão aqui a vocês, Reitores. Uma iniciativa lá no Estado do Mato Grosso, nós criamos lá, aliás, as universidades criaram, todas elas, as universidades criaram então uma entidade. É um Conselho de Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior de Mato Grosso, que se chama Cripes, que envolve a Universidade Federal de Rondonópolis, a Universidade Federal de Mato Grosso, o Instituto Federal de Educação Tecnológica e a Universidade Estadual do Mato Grosso.

E eu gostaria que a Reitora Analy, em dois minutos, pudesse explicar o que é isso, como já está sendo. Inclusive eu sei que agora, pelo aniversário da Universidade Federal de Rondonópolis, foi feita uma reunião. E ela poderia sintetizar aqui. E eu creio que seria uma proposta com que passa a ter uma representatividade de todas. Como eu disse hoje na reunião com o Presidente em exercício Eduardo Gomes, as universidades supernovas hoje trabalham conjuntamente.

E elas estão pedindo inclusive, como foi falado lá, praticamente um "enxoval de orçamento", para que seja como um enxoval mesmo, para atender de forma diferenciada essas supernovas. E que seja inclusive igualitário, uma verba suplementar, fora, digamos, do orçamento normal das universidades, dos critérios, porque elas estão cumprindo esse papel da interiorização, da inovação, da regionalização.

Eu gostaria de passar aqui à Reitora Analy, para que ela pudesse explicar como funciona o Cripes.

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Wellington Fagundes. E na pessoa do nosso Senador, eu cumprimento todos aqui da bancada, assim como todos os presentes.

O nosso conselho – eu vou ter uma fala posterior, Senador, para falar sobre a Universidade Federal de Rondonópolis; mas já colocando em relação ao Conselho de Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior de Mato Grosso – é congregado por quatro instituições públicas que visam ao fortalecimento do ensino superior.

Essas quatro instituições, coletivamente, na segunda-feira, nós tivemos uma reunião, dentro do aniversário da Universidade Federal de Rondonópolis, de alinhamento estratégico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

planejamento estratégico, quais ações que essas instituições coletivamente podem fazer para o avanço do ensino superior. Então, é para ensejar o ensino, a pesquisa, a extensão, novos métodos de ingresso dentro do ensino superior, atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, projetos de pesquisa especialmente e de extensão que podem ser feitos com essas quatro instituições, contemplando o Estado do Mato Grosso, porque uma universidade fica mais na Região Sul, tem o Instituto Federal, que fica em diferentes regiões, a Unemat e a UFMT.

Então nós pegamos todas as regiões do Estado do Mato Grosso para desenvolver projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação que beneficiem a comunidade, trabalhando desde quais os cursos de graduação são essenciais para cada instituição, para que não haja um sombreamento, as ações fortaleçam as atividades de ensino superior no Estado do Mato Grosso. Esse é o objetivo primordial do Cripes (Conselho de Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior de Mato Grosso).

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E com isso, podemos inclusive trocar informações para ações inovadoras de uma com outra.

Eu inclusive quero registrar que eu fui Relator setorial do Ministério da Educação, dois anos atrás, quando tivemos a oportunidade de colocar os recursos, não só para as supernovas, mas também forçar para que as nossas universidades e os nossos institutos federais de educação tecnológica pudessem ter mais recursos para investimento.

Inclusive no nosso Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, que é hoje muito bem gerido pelo Professor e Reitor Julio César, ele foi reeleito como candidato único, foi a primeira vez na história, na nossa instituição lá. Inclusive o instituto federal é mais antigo do que a universidade federal – a Escola Técnica Federal de Cuiabá tem mais de cem anos; e também a Escola Agrotécnica Federal de São Vicente, que também está ali nos Municípios de Santo Antônio e Cuiabá, onde eu estudei, fui aluno lá; e essa escola é a maior escola do mundo, que tem hoje também mais de 70 anos. Então também são duas instituições extremamente respeitadas, com trabalhos que hoje, se o agronegócio no Mato Grosso é muito forte, com certeza, deve muito à Escola Agrotécnica de São Vicente, que hoje é o instituto, na formação das nossas crianças, dos nossos jovens.

Eu quero aproveitar aqui para pedir para projetar um vídeo aí, porque representa uma inovação também que a Universidade Federal hoje já implantou, que é um projeto que se chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo a Diferença na Vida das Pessoas. Vamos lá. O aluno Euter Jesus da Silva é essa pessoa aí, de 62 anos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso é a surpresa dele, recebendo a notícia de que ele entrou nesse programa da universidade, com 62 anos, no curso de Medicina.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, eu quero trazer um testemunho, enquanto passa aí o vídeo, de que a minha mãe também, bem avançada em idade, voltou a estudar. E era um problema, porque ela só queria tirar dez. Estudava noite e dia sem parar, até que o meu pai ficou muito bravo. (*Risos.*)

Aí, vamos lá?

O.k. Isso é inovação, acho que são oportunidades, porque isso é criar oportunidades. E, isso, você vai estimulando as pessoas, inclusive lá também, os indígenas, de acordo com os setores da sociedade que, às vezes, não têm oportunidade nem de pensar numa universidade federal. Lá são 50 vagas, é isso?

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – São 50 vagas para idosos e 50 vagas para indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – São 50 vagas para idosos e 50, para indígenas, em todos os cursos da universidade. Então duas vagas em cada curso aproximadamente. Isso perfaz 50 vagas para os indígenas e 50 vagas para os idosos em todos os cursos.

Eu quero convidar agora então, da nossa Universidade Federal de Jataí, o nosso Super-Reitor, com um *campus* então bem estruturado em Goiás. A UFJ abriga centros de pesquisa avançada, auditório, laboratórios de excelência nas áreas de biociências, engenharias e ciências humanas. A universidade conta ainda com fazenda-escola, clínica odontológica e uma forte atuação em projetos de extensão rural e urbana.

Com a palavra, então, o Reitor Christiano Peres Coelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHRISTIANO PERES COELHO (Para expor.) – Senador Wellington Fagundes, muitíssimo obrigado por este momento.

Há 69 universidades federais no Brasil, e nós estamos aqui hoje comemorando sete anos das últimas universidades criadas: seis supernovas universidades; universidades essas – essas 69 – que muitas vezes são atacadas de forma injusta. E estar aqui neste momento hoje nos enche o coração de tanta força, de tanta vontade de mostrar a potência que é a universidade pública no Brasil.

Cumprimento aqui os meus Magníficos e Magníficas Reitoras dessas supernovas universidades do Brasil. Só nós sabemos o desafio que temos por sermos as últimas universidades, muitas vezes vistas de uma forma quase esquecida com todo esse desenvolvimento.

É importante destacar que todas as seis supernovas universidades federais do Brasil estão no interior do país, o qual muitas vezes foi negligenciado. Nós temos determinados estados que chegam a ter 11 universidades federais, e muitos desses estados que aqui estão representados com essas novas universidades, essas supernovas universidades, tinham apenas uma única universidade e passaram a ter duas, três universidades. Então, isso demonstra a importância dessa interiorização, pela possibilidade de nós termos jovens qualificados para a transformação do nosso país.

A universidade traz segurança social, traz transformação regional, traz inovação tecnológica e inovação social. É impossível pensar em um país desenvolvido, um país rico de saberes e de economia sem você ter uma qualificação de alta qualidade dessa população. Então, as universidades têm este papel: o papel de levar esse conhecimento e essa qualificação para aquele que muitas vezes dificilmente vai conseguir alterar a sua história social sem essa qualificação. Nós estamos falando de universidades que estão em cidades com cem, cento e poucos mil habitantes; universidades que já transformam a vida desse local só por existirem em si.

Eu trago aqui um número que chega a ser assustador, só que mostra a potência que nós somos. Nós temos cidades... A média de doutores no mundo não ultrapassa oito doutores a cada 100 mil habitantes. A maior média que nós temos nos países é na Grã-Bretanha, que tem em média 34 doutores a cada 100 mil habitantes. Todas as cidades que estão aqui representadas por essas supernovas universidades federais do Brasil ultrapassam dez vezes a média mundial de número de doutores a cada 100 mil habitantes. Nós estamos falando de alta qualificação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. Isso gera transformação regional, isso gera riqueza, isso gera patente, isso gera novos conhecimentos científicos.

A UFJ é uma dessas universidades; uma universidade que tem 25 cursos de graduação de várias áreas do conhecimento, incluindo ciências da saúde, agrárias, exatas, humanas, sociais, biológicas. Nela você pensa na produção agropecuária, mas também você pensa na sustentabilidade ambiental; você pensa na formação de médicos, mas também você pensa principalmente na formação de professores, já respondendo a um dos questionamentos que chegou até nós falando sobre a questão da evolução tecnológica e citando a geração Z. Nós temos neste ano a geração beta. A geração beta nasce este ano; uma geração mergulhada na inteligência artificial. E eu posso dizer que, até o final deste ano, a UFJ sai de 25 cursos de graduação para 27 cursos de graduação, recebendo o curso de Inteligência Artificial, bacharelado, e também o curso de Ciência de Dados para o Agronegócio, pensando exatamente na capacitação para essa nova realidade que nós temos, que é inteligência artificial.

Mas não só isso: nós formamos professores, dez desses cursos que temos no interior do Brasil são para formação de professores de alta qualificação, para que possam ensinar a toda essa juventude, a todas essas crianças que estão nessa geração beta, geração Z, para atuarem nesse mercado que muda tão rápido. E, nessa formação de professores, nós já estamos pensando numa capacitação deles, dentro dos projetos de cada curso, em que nós vamos ter inteligência artificial mergulhada nesse processo. Então é incluir tudo isso dentro dessa formação, para eles terem essas ferramentas como as principais ferramentas que nós podemos ter hoje.

Importante destacar a importância dessas universidades sob o ponto de vista econômico. O Reitor João Paulo citou a UFDPar, e eu cito a UFJ: mais de R$140 milhões despejados na economia local e regional anualmente, a partir principalmente dos estudantes. E nós temos que falar deles, sim, a universidade existe para essa juventude, que tem que ser a mais diversa possível, para que todas as possibilidades possam ser ofertadas a eles.

O movimento estudantil faz e fez com que a universidade possa crescer cada vez mais. Temos que reconhecer essa força também, temos que identificar neles muitas vezes as demandas necessárias. Nós somos universidades que têm que ter casa do estudante, moradia estudantil, para possibilitar que aquele estudante que não consegue pagar aluguel possa estudar também. Temos que ter lá dentro o maior número de Bolsas Permanências possível, para que a gente tenha redução dessa evasão. Temos que ter diferentes formas de ingresso, e aqui eu cito a Profa. Analy,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

revolucionando o ingresso da UFR e servindo como exemplo para todos nós, possibilitando uma entrada muito maior de estudantes na universidade. Ainda temos muitas vagas ociosas, esse é um desafio que nós temos que ter. Para esse desafio acontecer a gente precisa ter muito apoio dos Parlamentares, sim, mas também de todos, de toda a comunidade.

Cito aqui a presença do Vereador Guilherme Alves, lá de Jataí, que vem nos apoiando, fortalecendo e mostrando para toda a sociedade a importância que a universidade tem.

Outra questão que eu quero destacar aqui: nós temos uma formação continuada de professores e gestores para a educação inclusiva. Eu estou falando de um curso, um único curso na UFJ, que está capacitando mais de 3 mil professores e gestores de todo o Brasil, de forma remota. O principal professor desse curso é um professor cego, que tem na sua existência toda a dificuldade desse processo inclusivo. Então a universidade tem esse papel de pensar nessa inclusão também.

Destaco aqui também a importância do desenvolvimento tecnológico e científico: 90% da ciência produzida no país hoje nasce das universidades federais e de cursos de pós-graduação. A UFJ tem doze cursos de mestrado e três cursos de doutorado. E agora, com o parque tecnológico e a nossa incubadora de empresas, a gente pega toda essa área de inovação tecnológica e de patentes, o que acaba sendo algo extremamente significativo aqui também.

Senador, aproveitando que o senhor falou de ter a Comissão visitando as supernovas universidades federais do Brasil, eu deixo aqui o nosso convite. Em setembro, nós teremos o terceiro encontro das novíssimas e supernovas universidades federais do Brasil para discutirmos o futuro dessas instituições que foram as últimas dez – nós, enquanto supernovas, de 2018, e as novíssimas, de 2013, somando as dez últimas universidades.

Esse encontro vai acontecer na Universidade Federal de Jataí. O Ministro Camilo Santana, previamente, já confirmou a presença dele, de 20 a 23 de setembro, quando, sem dúvida, a presença da Comissão de Educação do Senado vai engrandecer enormemente esse evento, e todos os reitores estarão presentes ali, para que a gente possa assumir novos compromissos, novos desafios e fazer com que a gente possa demonstrar para a sociedade o poder e a potência da universidade pública brasileira.

Com isso eu encerro a minha fala dizendo: viva o ensino superior gratuito público de qualidade do Brasil; viva as supernovas universidades federais do Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu também digo: viva!

Eu quero registrar a presença aqui conosco do nosso companheiro do IBL, Sérgio Paulo Perrucci de Aquino – a gente o chama de Sérgio Aquino.

Poderia levantar-se aí, Sérgio, para que todos possam vê-lo?

Também a da Maria Marques Soares, que é assessora parlamentar da Fenop. A Fenop é a Federação Nacional das Operações Portuárias. Eu sou Presidente da Frenlogi, que é a Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura; o IBL é o nosso Instituto Brasil Logística, que funciona lá na Confederação Nacional dos Transportes; e a Fenop é uma das mantenedoras do nosso IBL.

Eu agradeço a presença. Com certeza, isso é um grande incentivador também da nossa educação, seja ela universitária, profissionalizante ou de base. Agradeço muito as suas presenças aqui, a presença de vocês: do Sérgio Paulo Perrucci de Aquino e da Maria Clara Marques Soares.

Bom, vamos à sequência.

A universidade... (*Pausa.*)

Ah, pediu aqui a palavra... Pelo menos ele está aqui, e vou conceder rapidamente.

O Deputado Zaeli, de Rondonópolis, Mato Grosso – Deputado Federal –, falou: "Não, primeiro vai falar o Vereador" – porque ele também foi Vereador. (*Risos.*)

Então, eu, como não fui Vereador ainda... Mas quero terminar minha carreira como Vereador da minha cidade, viu?

Eu quero apresentar aqui o Vereador Guilherme Alves, Vereador de Jataí, Goiás.

O SR. GUILHERME ALVES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, pela oportunidade.

Obrigado também, pela deferência, Deputado – muito obrigado.

Em rápidas palavras, eu gostaria de aproveitar para agradecer pela oportunidade, parabenizar todas as supernovas e fazer também menção ao nome do nosso Magnífico Reitor, Prof. Christiano, que muito bem vem conduzindo os trabalhos nessa universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só pedi a palavra para registrar o seguinte: desde quando eu fui eleito e de quando eu entrei na vida política, eu aprendi que a política é a arte de transformar a vida das pessoas. É por meio da educação e da política que a gente consegue fazer isso; não dá para fazer só por meio da política, nem só por meio da educação. Nós temos que andar juntos.

Quando eu falo isso, eu quero fazer referência ao trabalho de parceria que a Câmara de Vereadores de Jataí e a Prefeitura Municipal têm com a universidade, há muitos anos. Nós Vereadores destinamos à Universidade Federal de Jataí recursos por meio das nossas emendas impositivas. E eu quero também fazer referência ao ex-Prefeito de Jataí Humberto de Freitas Machado, que foi responsável pela criação do Centro de Ciências Agrárias e pela solicitação ao ex-Governador Maguito Vilela da doação da fazenda onde hoje está a cidade universitária.

Ele construiu aquele lindo pórtico de entrada, que vocês viram, e também destinou R$10 milhões de recursos do município para o começo do parque tecnológico.

É por isso que eu fiz questão de pedir a palavra, Senador, para falar disso, da importância que a gente sabe que têm o Senado, o Congresso Nacional, a Presidência da República. Mas nós, nas esferas inferiores – na Câmara de Vereadores, nas prefeituras –, também precisamos apoiar e continuar apoiando essas universidades para que nós possamos, juntos, continuar transformando a vida das pessoas no social, na economia, na cultura, na inovação.

Tudo isso que o Prof. Christiano falou é muito importante, e nós já temos, inclusive, nos projetos de extensão, a presença firme e incisiva da prefeitura, dos serviços públicos municipais na universidade. Tenho certeza, Professor, de que essa parceria vai ser continuada.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado e parabéns a todas as supernovas. Em setembro, nós vamos aproveitar a oportunidade para outorgar ao Prof. Christiano o título de cidadão jataiense. Então, também será uma oportunidade e já foi protocolada na Câmara a moção de aplausos à Universidade Federal de Jataí pelo seu aniversário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos ao Vereador e queremos aqui, então, convidar a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape). Ela se consolida como um polo de ensino superior, com ênfase nas ciências agrárias, oferecendo uma infraestrutura robusta, como laboratórios agropecuários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazenda experimental e clínicas para formação em medicina veterinária, além de estruturas que apoiam a inovação e o empreendedorismo.

E aí, eu quero registrar, claro, o papel também dos Senadores de Tocantins, todos eles sempre trabalhando conjuntamente aqui conosco – de Tocantins, não, de Pernambuco, mas Tocantins também já registrei – e faço questão, mais uma vez de registrar: Eduardo Gomes, o Senador Irajá, de Tocantins, e a Professora Dorinha Seabra, que é uma referência para nós aqui também na educação. Ela é nossa fonte de inspiração e orientação.

Eu registro também aqui o Senador Fernando Dueire. Ele está em viagem, mas fez questão de me ligar e registrar a impossibilidade de estar aqui, mas, mentalmente, ele está presente. E ele pediu que registrasse todo o seu apoio e seu entusiasmo pelo ensino superior, principalmente aqui pela nossa Ufape.

O Senador Humberto Costa, que também é uma referência – foi Ministro da Educação –, e a Senadora Teresa Leitão, que é a Presidente da nossa Comissão, portanto, a referência maior e que, hoje, nos preside aqui na Comissão de Educação – a Teresa Leitão.

Ela fez, inclusive, questão de dizer, quando eu registrava as supernovas e dizia que a nossa Reitora, Analy Polizel, foi nomeada pelo Presidente Bolsonaro e também foi nomeada pelo Presidente Lula, porque ela ganhou a eleição com mais de 70%, 74% dos votos da comunidade: alunos, servidores, professores. A Senadora Teresa me lembrou e fez questão, e eu repito aqui, de que isso perpassa, porque a criação das universidades federais, as supernovas, também começou no Governo da Presidente Dilma.

Portanto, aqui não tem nada de um trabalho ideológico, "foi esse, foi aquele", não!

No caso da Universidade Federal de Rondonópolis, nós lutamos mais de 20 anos para que ela pudesse chegar, e hoje ela já está completando seus sete anos. Portanto, isto aqui é um trabalho que, como eu sempre digo, é uma política de Estado, não pode ser nunca uma política de Governo; é uma coisa para as futuras gerações. E nós, aqui, estamos cumprindo o nosso papel.

Eu passo a palavra ao nosso Reitor Airon Aparecido Silva de Melo.

Com a palavra.

O SR. AIRON APARECIDO SILVA DE MELO (Para expor.) – Quero saudar o Senador Wellington Fagundes, já lhe agradecendo, Senador, por esta audiência, por todo o trabalho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o senhor tem feito por todas as supernovas e desde antes do nascimento das supernovas, por esse trabalho continuado, que é muito importante. As pessoas, geralmente, criam algo e depois abandonam, largam. Esse não é o caso do Senador Wellington Fagundes, que tem trabalhado diuturnamente com todos nós.

O Senador Wellington tem compromisso direto com a Universidade de Rondonópolis, mas nem por isso largou a mão nenhuma das supernovas dos outros estados. Então, na sua pessoa, Senador, eu quero saudar todos os Parlamentares do Congresso Nacional e desta Comissão de Educação. Quero deixar um grande abraço para a nossa Senadora Teresa Leitão, que é a Presidente da Comissão. Ela não está presente, mas tem trabalhado conjuntamente com todos nós da Educação do Estado de Pernambuco, uma vez que ela é professora de formação lá no nosso estado.

Quero saudar nossos colegas reitores, saudando a nossa Reitora Analy. Na sua pessoa, Analy, quero saudar todos os outros colegas que estão aqui nesta bancada, todos os senhores e senhoras. Quero saudar a população que está em suas casas e seus trabalhos a nós assistindo nesta hora, e dizer que eu sou Airon Melo, sou lá do Agreste de Pernambuco, da cidade de São Bento do Una, bem próximo lá da cidade de Garanhuns.

A nossa universidade, assim como as demais que aqui já se apresentaram, nasceu de uma grande luta: a luta da interiorização do ensino superior no Brasil. Lá em Pernambuco, nós tínhamos o ensino superior na capital, e todos que iam para a capital... Só iam aqueles que tinham condições, aqueles que tinham uma certa condição de sair do seu interior e ir até a capital, e aí nós perdíamos grandes nomes, grandes futuros profissionais que não tinham essas condições. Eu fui porque eu fui trabalhar em uma empresa do Governo do estado que dava a oportunidade de você estudar, mas muitos da minha geração não tiveram essa oportunidade.

Como o Senador disse, em 2005 foi criada, lá em Garanhuns, a primeira unidade da expansão do Governo Federal no Brasil. A primeira unidade, o *campus*, foi criada em São Bento do Una, em Garanhuns, assim como, em 2005, foi apresentado o projeto de criação da Universidade de Rondonópolis. Então, é uma luta longa, uma luta de muitos anos, e foi só em 2018 que nós conseguimos, através de um projeto, na época, do Presidente, do Ministro da Educação e de tantos políticos que nos ajudaram a criar as supernovas universidades do Brasil.

Desde lá, nosso trabalho vem sendo um trabalho diuturno. Como já foi dito aqui, nós nascemos num período em que não tínhamos grandes volumes de recursos; tudo foi direcionado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para uma grande pandemia que aconteceu naquele ano seguinte. Assim, nós vivemos, até hoje, necessitando de grandes apoios, e é isto que nós estamos fazendo aqui hoje: trazendo as nossas necessidades, trazendo as nossas conquistas. Não foi porque faltaram recursos, Senador, que nós deixamos de crescer, de desenvolver as nossas regiões.

Lá em Garanhuns, nós somos conhecidos como a Suíça pernambucana, pelo clima diferenciado que nós temos lá no Nordeste do Brasil e na Suíça. Quando nós falamos em produção de uva, nós pensamos no Rio Grande do Sul, nós pensamos em Petrolina... Mas lá em Garanhuns, hoje, se produz uva, se produz vinho – e graças ao esforço, aos trabalhos dos nossos pesquisadores.

Um dos nossos professores pesquisadores tinha conhecimento da produção da cultura da uva, introduziu o trabalho científico junto com outras parcerias da Embrapa e do Instituto Pernambucano de Pesquisas, e hoje nós somos produtores de uva e de vinho. Está convidado para ir tomar, saborear o nosso vinho de Garanhuns.

Garanhuns também já foi uma grande produtora de café. Quando a gente fala em café, a gente pensa em Minas Gerais. Hoje, nós estamos também já retornando o café de Garanhuns.

E, mais importante do que tudo isso, talvez seja uma cultura que nós temos no Nordeste que é a criação de jumentos. Os jumentos ficam espalhados pelas estradas e muitas vezes provocam acidentes.

Hoje, nós temos um projeto lá chamado de "produção de leite de jumentas". E aí, o que é que se faz com o leite de jumenta? Marinha, um litro de leite importado pelo Instituto Materno Infantil lá de Pernambuco, que cuida das crianças com necessidades especiais, custa US$50 – um litro. O leite de jumenta tem a mesma composição desse leite que é importado da Itália.

E é isto que nós estamos fazendo: estamos recolhendo, junto com a Polícia Rodoviária Federal, os animais das estradas, estamos criando cientificamente e produzindo leite de jumenta para fornecer ao Instituto Materno Infantil e outras instituições.

Então, é isso que nós estamos fazendo lá em Pernambuco. É nisso que nós estamos transformando a realidade do nosso estado, que antes só era transformado lá nas capitais.

Para finalizar a nossa fala, existe um projeto hoje chamado de Projeto Pé-de-Meia, para jovens estudantes. E agora foi lançado um Projeto Pé-de-Meia para os alunos de graduação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ciências da Educação – Letras, Pedagogia e tantas outras. Para entrar nesse projeto, para receber a bolsa do Governo Federal, a média de entrada no Sisu tem que ser acima de 650 pontos. Nós temos apenas dois cursos na Universidade do Agreste de Pernambuco: Letras e Pedagogia. Dessas ofertas de cursos, nós vamos receber agora 30 bolsas. Os alunos ganham essa bolsa do início ao final do curso, porque tiveram média superior a 650.

Finalizando mesmo agora, lá na cidade de Garanhuns, nós temos um curso de Administração, que me parece que é a formação do Deputado Florentino, de Administração. Há mais de 50 anos nós temos esse curso na cidade de Garanhuns. E resolvemos abrir o primeiro curso, pós-Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, o curso de Administração. Eu achei que não ia dar certo.

Para vocês terem uma ideia, nós estamos ofertando, no ano de 2025, 80 vagas para o curso de Administração. Inscreveram-se no Sisu 2.350 cidadãos do Agreste de Pernambuco. Nós preenchemos as vagas na segunda chamada. E agora as universidades particulares, as universidades privadas que estão em Garanhuns estão todas abrindo o curso de Administração, para pegar esses alunos que se inscreveram para estudar na Universidade do Agreste de Pernambuco.

Isso é só um exemplo, para vocês terem uma ideia da transformação que essas universidades estão fazendo nas nossas regiões, Deputado.

E eu queria finalizar agradecendo todo o Agreste de Pernambuco, todo o Pernambuco, pelo apoio que tem dado para que a gente possa construir e terminar o nosso projeto de implantação da nossa universidade federal, porque o nosso projeto consta de 30 cursos presenciais, 600 novos professores e 893 técnicos – o que está aprovado em lei.

Com isso, nós passaríamos a investir no Agreste de Pernambuco mais de R$400 milhões anuais, transformando a nossa região.

Por isso nós estamos aqui hoje, Senador, agradecendo ao senhor e todos aqueles que contribuíram para a nossa criação, para o nosso futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na sequência, então, nós queremos convidar a Universidade Federal do Norte do Tocantins, que em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

julho completará seis anos e que tem investido em espaços de formação voltados às ciências da natureza, engenharias e saúde.

Possui biblioteca moderna, laboratórios interdisciplinares e um *campus* em constante expansão, com foco no desenvolvimento sustentável da região norte do Tocantins.

Com a palavra, então, nosso Reitor Airton Sieben.

O SR. AIRTON SIEBEN (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e todas.

Quero cumprimentar em especial aqui o Senador Wellington Fagundes, que sempre nos apoia, que é uma liderança dentro das ações, dentro das universidades supernovas.

Este é o segundo momento em que nós temos condições de apresentar as nossas universidades numa tribuna como esta. Então, Senador, muito obrigado. O senhor é uma referência, uma liderança para nós dentro das universidades supernovas.

Quero cumprimentar aqui também os nossos colegas, os nossos reitores, as nossas reitoras, as guerreiras e os guerreiros em prol da implantação das seis universidades supernovas do Brasil, as últimas criadas recentemente.

Quero cumprimentar o público, a plateia em geral e quero destacar aqui que, junto conosco, Senador, também nos acompanharam nesta viagem para Brasília os nossos diretores e vice-diretores de centros: o nosso Vice-Diretor o Prof. Marco Aurélio, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde, em Tocantinópolis; a nossa Vice-Diretora Ana Kelly, do Centro de Ciências Agrárias; o nosso Diretor Antero, do Centro de Ciências Integradas, e o Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde, o Taídes, que estão junto conosco nessa jornada aqui em Brasília e estão nos acompanhando nas nossas agendas.

Quero agradecer também... Desde o início da luta pela criação da Universidade Federal do Norte Tocantins, nós sempre contamos com apoio político muito importante, em escala local – o Vereador. O início da nossa luta foi dentro da Câmara de Vereadores de Araguaína. Buscamos apoio político em nível estadual e também, sobretudo, federal, que tem, inclusive, aportado recursos para a instituição, uma vez que nos falta muito. E a UFNT foi construída a várias mãos, desde 2015: por professores, técnicos administrativos e também estudantes.

Quanto à nossa localização geográfica, ela é uma universidade da Amazônia – Araguaína, Tocantins, um estado do Norte do país. Nós temos uma estrutura multicampi, Araguaína e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tocantinópolis, fruto do desmembramento já da UFT, os dois *campi* ao Norte do Tocantins, com futura expansão para dois novos *campi*, Guaraí e Xambioá, tão logo tenhamos condições para isso.

Então, é uma universidade localizada na Amazônia, na Amazônia Legal, que completa seis anos. Então, é a caçulinha das universidades federais do Brasil, e também, quando é a caçulinha, precisa um pouco mais de atenção e cuidado, e parabenizo também os colegas que estão completando sete anos. Estaremos com vocês, assim como também vocês estão sempre conosco.

A Universidade Federal do Norte do Tocantins, quando foi iniciada a discussão pela sua criação, obviamente desejava essa autonomia administrativa, financeira, orçamentária e acadêmica da sua tutora, mas também teve um projeto local, voltado para o centro-norte do Tocantins, que é diverso, que é complexo, falando em termos ambientais, econômicos, culturais, sociais e políticos. Então, a UFNT está em uma seara muito complexa, muito diversa, com muitas comunidades tradicionais. Nós temos muitos alunos quilombolas, indígenas, que são oriundos dessa Região Norte do Brasil.

Também quero destacar aqui que o nicho inicial da UFNT se concentra em duas áreas principais: educação, grande parte dos nossos cursos de graduação são voltados para as licenciaturas; e também para as agrárias, em que temos dois cursos e também programas de pós-graduação. Dos 13 programas de pós-graduação, nós temos quatro doutorados, que são voltados para essas áreas. E aí, mais recentemente, uma expansão na área da saúde, também com os cursos de gestão. Dentro da nossa perspectiva de expansão, já este ano iniciamos dois novos cursos, que é inclusive o de pedagogia e o de engenharia biomédica. Estamos com outros desafios. É óbvio também que não dando um passo maior que a perna, uma vez que também nós trabalhamos com inúmeras dificuldades.

A UFNT, em termos econômicos, junto com o Hospital de Doenças Tropicais, que é uma unidade nossa, de gestão da Ebserh, faz um aporte de mais ou menos R$140 milhões, R$150 milhões dentro dessa região centro-norte do Tocantins, sobretudo em Araguaína, onde fica a sede da reitoria. Então, isso causa um impacto orçamentário também extremamente importante, lembrando que são recursos oriundos da esfera federal destinados localmente e que, com certeza, dinamizam, contribuem para a dinamização dessa economia localizada nessa região.

Muitos dos nossos alunos são oriundos da escola pública, de comunidades tradicionais, como já falei. Também temos uma preocupação voltada para o desenvolvimento econômico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

daquela região, como já falei, dos cursos de agrárias, e também estamos indo para a inovação tecnológica, tentando ampliar inclusive a área da saúde, que é extremamente carente nessa região centro-norte do país, como falei já destacadamente, no Tocantins.

Nós estamos com muitos desafios que nos penalizam, muitas vezes, nas avaliações dos nossos cursos, que penalizam as avaliações da própria universidade. Um desses desafios é a questão da acessibilidade. Estivemos com a Secretaria da Sesu, com a própria Senadora Dorinha, também uma grande parceira dentro da UFNT, e com o Senador Eduardo Gomes, aí obviamente estendendo a todos os demais Parlamentares do Tocantins, a solicitação de recursos, de aporte para atender a nossa inovação tecnológica e a questão da acessibilidade, que muito nos penaliza.

Temos também um desafio, sobretudo nessas regiões localizadas nessa interiorização, que é com relação ao ingresso e à permanência de estudantes das nossas instituições. Nós sabemos que o aporte de recursos na matriz ao CC das universidades é feito a partir dos estudantes na nossa instituição, e muitas vezes não conseguimos preencher todos os códigos e vagas existentes na nossa instituição por problemas nos métodos de ingresso e pela própria questão da permanência, pois muitos alunos são carentes. São alguns dos nossos desafios. Inclusive, nós tivemos reunião há poucos dias estabelecendo as nossas grandes macrodiretrizes para essa situação.

Esta é uma questão que talvez não se pudesse colocar aqui: a universidade carece de rever seus contratos a fim de que sobrem recursos para que possamos investir mais em bolsas, mais nas áreas finalísticas, porque grande parte do recurso que nós recebemos é estendido a contratos, inclusive para contratação de pessoal.

Para finalizar a minha fala, eu solicito, Senador Wellington e todos os Parlamentares de outros estados, inclusive dos estados onde tem as universidades supernovas, esse cuidado com o fortalecimento da nossa força de trabalho, de professores e também, sobretudo, com relação à área técnico-administrativa e ainda aporte de recursos de custeio e capital para que possamos atender, cada vez melhor, esses locais distantes onde nós estamos inseridos, especialmente a UFNT, localizada na Região Norte do Brasil, na Amazônia.

No mais, colocamo-nos à disposição.

Inclusive, reforço ao e-Cidadania que nós estamos à disposição para fazer esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que possam existir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No mais, é só agradecer, parabenizar e também conte conosco, Senador Wellington Fagundes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos, mais uma vez, ao Airton, da nossa universidade.

Faço algumas perguntas que foram feitas também pelo e-Cidadania.

Cláudio, do Rio de Janeiro: "de que forma os legisladores pretendem apoiar a construção de um ecossistema de inovação acadêmica [...]?".

Eu vou responder: o que nós estamos fazendo aqui é exatamente colocar recursos no orçamento. Por isso falei aqui muito sobre a questão de ter tido a oportunidade de ser da Relatoria da Educação na Comissão de Orçamento. E, claro, é a luta de cada um de nós. É importante que cada interessado procure o seu Parlamentar, do seu estado, da sua região, porque é a melhor forma para a gente fazer essa construção.

Sérgio, de Minas Gerais: "quais são os principais obstáculos enfrentados pelas novas universidades federais no que diz respeito ao financiamento e à infraestrutura?". Falta de dinheiro. Eu vou responder essa também, porque o Brasil não tem recurso, hoje, para atender todas as demandas. Então, nós temos que procurar, aí eu respondo pelas universidades, buscar as parcerias também.

Nos Estados Unidas, qualquer universidade... Eu fui lá e estive na inauguração de um hospital veterinário e de um grande laboratório. O investimento foi só de US$350 milhões – US$350 milhões – nessas duas unidades, metade doada pela comunidade, metade pelo Governo do Estado. Então, há essa consciência. É importante que a sociedade nos ouve...

Inclusive, nós tivemos uma primeira experiência em Rondonópolis: uma família doou, no seu testamento, uma fazenda para a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis. Parece que há até um litígio lá agora. Você, que foi Vereador, pode, depois, dizer. É importante esse aspecto da consciência de que nós, todos os brasileiros, temos que fazer um pouco para ajudar, porque é o futuro das nossas crianças, dos nossos netos, dos nossos filhos.

Maxiliano, do Amazonas: "a proposta pode ser estendida aos IFs com graduações e licenciaturas, sobretudo nos temas de provimento de cargos e desafios financeiros?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Taniele, do Rio Grande do Sul: "quais medidas estão sendo adotadas para garantir financiamento e permanência de estudantes de minorias nas universidades federais?"

Ainda, Diogo, do Rio Grande do Sul: "as universidades são os principais núcleos de inovação e pesquisa. Sem incentivo [...], o Brasil não avançará tecnologicamente." Aqui não é uma pergunta, é uma colocação.

E aqui repasso todas essas perguntas aos Reitores e, claro, não vai ser possível a resposta a todas neste momento, mas gostaria que eles pudessem fazer essa resposta pela internet, para não deixar ninguém sem resposta – e pode ser enviada, inclusive, aqui para Comissão, que faria esse papel.

Quero passar um vídeo rapidamente, de um minuto, que também é uma matéria que saiu de uma indígena – é um minuto só – lá do Xingu.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Uma universitária indígena que mostra o deslocamento, de 48 horas, para frequentar as aulas lá em Rondonópolis. Saiu lá do Xingu para chegar em Rondonópolis. Esse é o trajeto que ela fez, olha, com seu filhinho. E tive a oportunidade, inclusive, de conhecê-la, lá em Rondonópolis, em um evento que fizemos, exatamente, desse chamamento... Como se chama? O edital dos indígenas. Hoje temos 50 vagas para os indígenas em todos os cursos dentro da Universidade Federal de Rondonópolis.

Olha o trajeto dela. É de barco, de carro, de ônibus, e com o filhinho junto. Essa reportagem é bem ampla, depois vocês podem procurar inclusive nos *sites*. Aí é só um compilado. E ela chega, finalmente, a Rondonópolis.

Quero então, agora, passar a palavra à nossa Reitora Analy Polizel. Já li, inclusive, um pouco sobre a universidade. Imediatamente, a Reitora Analy Polizel, da Universidade Federal de Rondonópolis.

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Na pessoa do Senador Wellington Fagundes, cumprimento novamente todos os Reitores aqui presentes. Na pessoa do nosso Deputado Federal Rodrigo da Zaeli, cumprimento a todos que estão aqui neste Plenário. Cumprimento também os nossos servidores, os nossos técnicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

administrativos em educação, o nosso corpo docente e o nosso corpo acadêmico, o nosso corpo discente – de estudantes –, que fazem a universidade acontecer.

Nesses sete anos de existência, foram muitos desafios e avanços institucionais. Por isso que celebramos, agora no dia 20, com várias atividades a semana inteira, o Celebra UFR, confraternizando, por todos os avanços significativos, a expansão do ensino superior no Mato Grosso. Sabemos dos inúmeros desafios quanto ao financiamento, à necessidade de estruturação, de espaços físicos, de reformas, de assistência estudantil, entre outros desafios que a universidade passa diariamente.

Em 1972, foi criado um *campus* pertencente ainda ao então Estado do Mato Grosso. Nós só tínhamos um estado, não tinha a separação entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, então nós éramos um *campus* e, após, pertencíamos à Universidade Federal do Mato Grosso. Com o projeto de criação de autoria do Senador Wellington Fagundes, em 2018, foi possível a emancipação da universidade federal, transformando-se na Universidade Federal de Rondonópolis.

Foi todo um contexto, uma luta de emancipação. Aí nós temos o Senador Wellington envolvido, que encabeçou essa proposta de emancipação, entendendo a importância para o desenvolvimento socioeconômico da região com a criação da tão sonhada UFR. Então, a nossa gratidão a todas as entidades organizadoras do movimento comitê pró-UFR, que culminou na emancipação da Universidade Federal de Rondonópolis.

A nossa lei de criação foi sancionada em 20 de março de 2018 e, de lá para cá, foram inúmeros os desafios, como temos ainda diversos desafios. Nós ficamos – nós, seis reitores – de direito, mas não de fato; nós não éramos nomeados, só fomos nomeados em dezembro de 2019, após todos os pró-reitores e secretários, graças a um projeto de autoria do Senador Wellington Fagundes, que liberava. Por causa da covid-19, os nossos cargos foram todos bloqueados. Então, o Senador Wellington Fagundes propôs um projeto de lei que liberou todos os cargos e funções, dando possibilidade de nomeação de toda a equipe *pro tempore* para a implantação efetiva de nossa universidade.

Após também, o maior desafio eram servidores técnicos administrativos, como ainda é o principal desafio dessas instituições. Então, o Senador também propôs uma emenda de texto. Com isso, foi possível que cada universidade contratasse 70 técnicos administrativos em educação, um número ainda que precisa de muito avanço, em função da dimensão que essas seis universidades têm no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação. Por isso, hoje nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tivemos articulada com o Senador Wellington Fagundes uma agenda, juntamente com o Presidente do Senado, solicitando o apoio nesse avanço quanto à liberação de cargos para concurso público e inserção na Lei Orçamentária Anual, para que possamos ter mais servidores dentro das instituições, aumentando o seu rol de atuação.

Essas universidades – exceto a de Jataí, que não passou ainda – passaram pelo recredenciamento institucional. E, nesse recredenciamento institucional, a média nossa foi tudo nota de excelência, mostrando o papel e a importância dessas instituições e o que elas vêm fazendo dentro de cada região. A Universidade Federal de Rondonópolis teve, numa escala de um a cinco, 4,42.

Durante esse período de sete anos, foi possível também um avanço nos cursos de graduação. Nós avançamos em oito novos cursos de graduação, cursos esses essenciais em que há uma carência de profissionais, como a fonoaudiologia, a terapia ocupacional, a agronomia, a engenharia de *software*, a licenciatura em educação especial inclusiva, a licenciatura intercultural indígena e a tecnologia em agrocomputação. Só que a universidade não ficou restrita a Rondonópolis. Ela levou o ensino de graduação para outras cidades do estado, por meio da oferta de tecnologia em agrocomputação, a cinco cidades do Mato Grosso, não apenas em Rondonópolis, fazendo o processo de inserção regional.

Entendendo a importância dessas seis universidades na fixação de profissionais e no desenvolvimento socioeconômico da região, a Universidade Federal de Rondonópolis implantou a bonificação estadual. O estudante que cursou integralmente o ensino médio no Mato Grosso tem 15% a mais de aditivos sobre a nota do Enem, e isso beneficiou muito. Neste ano, especialmente, nós saímos do sistema unificado para o sistema próprio de seleção para a manutenção da bonificação. Com isso, houve um avanço substancial no número de inscritos: passamos de 4.196 inscritos, no sistema anterior, para 11.719, um avanço substancial.

Quanto às matrículas efetivadas – além da inscrição, nós tivemos a matrícula efetivada –, nós tivemos 18% a mais de matriculados quando comparado ao ano anterior, mostrando realmente a efetividade dessas ações e políticas dentro da universidade.

Como falado pelo Reitor Airon, nossas universidades fazem um incentivo forte às licenciaturas e formação de professores. Nós conseguimos ficar na primeira colocação em nível nacional, obtendo, no caso de Rondonópolis, 254 bolsas para os estudantes. Isso aí é um programa de incentivo à docência nas universidades, por meio do programa da Capes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além da graduação, nós trabalhamos com ensino de graduação e pós-graduação. Nós também conseguimos evolução no ensino de pós-graduação nesses sete anos de existência. Foram seis novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, com a abertura do primeiro doutorado em Rondonópolis – Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia –, além de diversos mestrados profissionais que incentivam e desenvolvem a região, como o de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, o de Ensino de Computação, o de Saúde da Família, o de Biociências e Saúde e o de Matemática – o Profmat – também.

Todos esses avanços substanciais também ocorreram em nível da pesquisa. Então, nós temos lá quatro eixos: ensino, pesquisa, extensão e inovação. Enquanto universidade dependente, nós tínhamos 30 bolsas; e, após a autonomia, passamos de 30 bolsas, anualmente, tendo uma evolução, para 207 bolsas. Hoje, nós temos 207 projetos de pesquisa e estudantes fazendo pesquisa dentro da universidade.

A universidade pública é responsável por 90% de toda a pesquisa gerada em nível de Brasil. Então, houve um avanço substancial de 30 bolsas para 207 bolsas.

A extensão também é notória, e esses dados nos mostram a importância da universidade com a comunidade. Se vocês olharem esses dados, em 2021 foi a pandemia, o momento da covid-19. A universidade era o segundo local de realização do teste de PCR – ou era em Cuiabá ou era em Rondonópolis, dentro da universidade, com os nossos servidores, com os nossos profissionais. A vacinação *drive-thru* dentro de Rondonópolis era na universidade e realizada pelos nossos acadêmicos e pelos nossos estudantes. E, com isso, nós tivemos, então, no total, nesses anos de existência, mais de 80 mil pessoas atendidas diretamente pelos projetos de extensão. Teve esse avanço grande em 2021, em função da covid-19.

A inovação e empreendedorismo também é um grande eixo da universidade. Fomos classificados como a universidade mais empreendedora. Essas universidades nasceram com um rol de empreendedorismo muito forte. Então, nós somos classificados como a universidade mais empreendedora de Mato Grosso. Lá dentro, formamos o ecossistema de inovação, empresas juniores, disciplinas, especificamente para todos os cursos de graduação, de inovação e de empreendedorismo.

A internacionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Wellington Fagundes esteve conosco nos Estados Unidos, trazendo oportunidade para que nossos estudantes vão para outros países, assim como também recebam estudantes.

Então, recentemente, nós participamos de diversos projetos e programas e, hoje, temos diversos estudantes do exterior fazendo uma graduação e pós-graduação dentro da universidade, em parcerias estratégicas para o pleno desenvolvimento do ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aí eu quero interromper, Reitora, e testemunhar que foi muito importante essa minha visita lá, com as universidades.

Eu me referi aqui, inclusive, à inauguração do...

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA – Hospital.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... hospital universitário, uma coisa magnífica, e também tem uma fábrica de ração, escola e também indústria, na qual eles fabricam a ração específica para galinhas de alta linhagem de postura. E lá a gente pôde ver exatamente essa parceria, onde é feita na comunidade... Muitos professores desenvolvem a pesquisa, e esse é outro detalhe importante, porque, no Brasil, nós temos o costume, a tradição de as pesquisas que eram desenvolvidas ficarem nas prateleiras, e nós tínhamos um...

Eu vou dar mais tempo para mim mesmo aqui. (*Risos.*)

Eu já tinha falado para a Reitora que teria um tempo a mais.

Então, nós tínhamos muito isso, um certo prurido, uma certa dificuldade de que a academia não poderia estar próxima das empresas. Isso foi uma cultura que tivemos no país, e eu lembro, quando o Ministro Marcos Pontes assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia, que a luta era exatamente para vencer esse dogma.

A pesquisa tem que servir à sociedade, por isso quem normalmente vai fazer o desenvolvimento industrial são as indústrias, é quem está no mercado. Por isso, hoje, inclusive, fala-se tanto nas *startups*, em buscar as novas ideias, para que se tenha investimento, para poder desenvolver aquilo que foi pesquisado, aquilo que foi sonhado, aquilo que foi trabalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essa experiência, para mim, foi muito grande, de estar lá com a universidade. E aí fico feliz de ver aqui a Reitora Analy dizendo, inclusive, da importância que representou tudo isso, inclusive para os avanços que nós estamos tendo na Universidade Federal de Rondonópolis, porque as supernovas têm exatamente, a meu ver, essa característica – como eu sempre falo – da interiorização, mas também do desenvolvimento regional, de acordo com a sua característica... Como falou aqui o Reitor, do desenvolvimento de alguma coisa, do leite do jumento, de que viviam lá com acidentes nas rodovias – algo que é extremamente rico – e também do desenvolvimento da pesquisa junto à Embrapa, para levar a uva, para transformar uma economia da região.

Então, acho que esse é o papel e a importância da pesquisa que a gente quer, cada dia mais, seja com o Ministério da Ciência e Tecnologia... Aliás, temos que, inclusive, agrupar mais o Ministério da Ciência e Tecnologia com o MEC, com os nossos institutos federais, com as nossas universidades, porque, realmente, é importante que esse trabalho seja junto, inclusive, com a iniciativa privada, o que é o caso lá. Muitos professores desenvolvem as pesquisas, ganham dinheiro dentro da universidade desenvolvendo a pesquisa, chamam o mercado, o investidor, e depois são os grandes doadores para as universidades.

A SRA. ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA – Dando continuidade, a Universidade Federal de Rondonópolis é inclusão, é diversidade, é permanência.

Como colocado aqui já nos dois vídeos, nossa universidade tem inovado quanto às formas de ingresso, com editais como o indígena e o idoso, em que tivemos vagas em todos os cursos de graduação – sobrevagas, em que eles concorreram entre eles mesmos –, entendendo a importância da inserção deles dentro da universidade, olhando nossos indicadores, porque esses indígenas e os idosos não estavam conseguindo alcançar a universidade. Então, em virtude disso, nós abrimos o edital específico para incluí-los na universidade.

Para a inclusão, nós precisamos da assistência estudantil muito fortalecida. Hoje, nós temos recursos que estão aquém das necessidades institucionais e precisamos ter esse avanço quanto aos recursos para atendimento à assistência estudantil.

Nós somos a primeira universidade no país a reajustar 100% das bolsas e dos auxílios, e, com a emancipação, foi possível a criação de novos auxílios, como o auxílio-creche, a monitoria inclusiva, entre outros, que nós não tínhamos enquanto universidade que era regida por outra instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A universidade é ensino, pesquisa, extensão e inovação, mas, além disso, ela é arte, cultura, esporte e lazer. Semana passada, nós tivemos a apresentação cultural da Orquestra Sinfônica da UFMT, *show* com Cleber e Cauan, a Corrida Celebra UFR, diversas atividades. É a comunidade interagindo com a comunidade universitária, a universidade mostrando arte, cultura, esporte e lazer. Tivemos também os Jogos Universitários Pé na Areia, com o apoio do Senador Wellington Fagundes, recurso destinado para o desenvolvimento desse JUMs Pé na Areia, entre diversas atividades que são realizadas de arte e cultura dentro da instituição.

Como colocado, um grande desafio, mas, ao mesmo tempo, que nós conseguimos, em 2023, e que desejamos que em 2025 tenhamos essas novas vagas: concurso público. Foi o primeiro ingresso de novos servidores, ocorreu em 2023, os técnicos administrativos em educação. Por meio de uma lei, de uma emenda de texto de autoria do Senador Wellington Fagundes, as universidades foram contempladas com mais 70 servidores.

Hoje nós estamos aqui, apresentando ao Presidente do Senado Federal em exercício, iremos entregar também uma carta ao Senador Wellington Fagundes, pedindo a inclusão de recursos da lei orçamentária anual para provimento de cargos que estão previstos em cada lei de criação das universidades; a reestruturação das leis de criação dessas universidades supernovas; e a destinação de recursos para a implantação e consolidação dessas seis instituições.

Um outro papel também, muito importante, é a quanto à eficiência. Nós tivemos 99,95% de despesas discricionárias executadas, os recursos orçamentários executados de forma eficiente.

Até colocado pela CGU, quanto ao aspecto de transparência, nós conseguimos atingir, de 49 itens, a excelência em 48 itens, demonstrando a transparência, a responsabilidade nos recursos públicos, que são aplicados por meio da bancada federal, do Governo Federal nas instituições.

Graças ao apoio da bancada federal, especialmente do Senador Wellington Fagundes, agora do nosso Deputado Federal Rodrigo da Zaeli, e demais Senadores – Senador Jayme Campos, Senadora Margareth –, os demais Deputados Federais também, foi possível a finalização de obras que, enquanto *campus*, estavam paradas, como o Bloco D, que era uma obra parada; o Bloco F, o Bloco da saúde, era uma obra também que estava há muito tempo parada, e foi possível a conclusão por meio de emenda parlamentar de autoria do Senador Wellington Fagundes e do Deputado Federal José Medeiros. Nós estamos inaugurando também o Bloco G, bloco de laboratórios, que foi também por meio de emenda de bancada, construímos laboratórios que abrigam diferentes cursos de graduação, 19 cursos de graduação; são diversos laboratórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estamos atualmente com obras em andamento, também com recursos da bancada federal, especialmente do Senador Wellington Fagundes e do Senador Jayme Campos, que é o prédio operacional e o prédio administrativo, para abrigar todos os servidores que trabalham na parte administrativa institucional, além dos servidores terceirizados, que não podemos esquecer, que eles precisam de um ambiente desejável para o desenvolvimento das suas funções.

Por meio do PAC, nós fomos contemplados pelo Governo Federal, entendendo a importância, a evolução do número de alunos dentro da instituição, com a ampliação do nosso restaurante universitário; e, para abrigar todos os cursos também, um bloco didático de salas de aula e um centro de eventos.

Em Rondonópolis, o nosso maior auditório é para 180 pessoas, e constantemente a gente tem que alugar ambientes fora da universidade, o que gera um custo. Pensando, então, em economicidade, um centro de eventos para mil pessoas, que está na fase de contratação. Irão iniciar em breve as obras desses três ambientes.

Novamente, eu gostaria de agradecer, Senador, pelo empenho, pelo trabalho e liberação de recursos orçamentários para a universidade. Nós somos a primeira universidade a reajustar todas as bolsas de auxílio graças à economicidade gerada na produção de energia. Nós somos 100% sustentáveis e só foi possível isso porque o senhor colocou uma emenda de bancada dentro da universidade e nós colocamos uma usina. Com a economicidade da usina, nós implementamos ações para os nossos estudantes, investimos nos nossos estudantes.

Diversas outras atividades foram feitas, como reformas de acessibilidade externa. O Bloco A é um bloco muito antigo que carece de inúmeras reformas ainda. Foi possível o avanço, mas nós carecemos de mais e mais. Novamente eu peço aqui à bancada, Rodrigo da Zaeli e ao nosso Senador, mais recursos para que a gente consiga realmente adaptar esses ambientes, que são ambientes muito antigos e precários.

O Bloco B também passou por um processo de reforma; o Bloco C; os laboratórios também, com a adequação dos laboratórios; o nosso restaurante universitário – tem todas as fotos do antes e depois, o que ocorreu durante esses sete anos de existência –; o nosso centro de vivência; a nossa biblioteca; a nossa Casa do Estudante. Então, essas foram algumas das ações, uma síntese de todas as ações nesses sete anos de transformação da Universidade Federal de Rondonópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que esperamos após esses sete anos? Nós esperamos, por meio de apoio aqui dos Deputados e Senadores, um avanço institucional. Um avanço no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação, visando ao desenvolvimento de nossa região.

A criação de novos cursos, a evolução da instituição e a consolidação dos cursos existentes só são possíveis por meio de investimento, investimento na gestão de pessoas, em novos concursos públicos, assim também como investimento na infraestrutura dos nossos estudantes e dos nossos servidores presentes dentro da universidade.

Por isso, eu clamo aqui pelo apoio, como sempre tivemos, para continuarmos com esse apoio dessa bancada de Mato Grosso e demais para a Universidade Federal de Rondonópolis, como para todas as supernovas aqui presentes, que precisam dessa inclusão. Novamente: inclusão de recursos na LOA para o provimento dos cargos que já estão previsto na lei de criação, a restruturação de cada lei de criação de cada universidade supernova e a destinação de recursos para a implantação e consolidação dessas instituições de suma importância no país.

Para finalizar minha fala, eu não poderia deixar de agradecer ao nosso Senador Wellington Fagundes. De maneira unânime, no nosso conselho universitário, em reunião no ano de 2024, foi conferido ao Senador Wellington Antonio Fagundes o título Emérito Universitário, então, eu gostaria de entregá-lo aqui uma réplica, uma cópia desse título. (*Palmas.*)

Além disso, em nome de todos os reitores das supernovas, nós entregamos também ao Senador Wellington Fagundes uma carta de agradecimento por todas as proposições pela defesa do ensino superior do nosso Brasil, por defender essas seis instituições em todos os aspectos, em todo momento, para o crescimento da educação no país. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Para finalizar a minha fala, eu gostaria, então, de entregar o pedido reforçando a necessidade de inclusão dos recursos na LOA, a reestruturação das leis de criação e a destinação de recurso e enxoval para realmente consolidar essas seis instituições que fazem a diferença no nosso país, as supernovas universidades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como disse aqui a Reitora, esse mesmo documento foi entregue também ao nosso Presidente em exercício, Eduardo Gomes, do Tocantins. Está aqui mais um registro. E, claro, isso aqui será também entregue a todos os Senadores Parlamentares dos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Temos, ainda, a fala do nosso Deputado Rodrigo da Zaeli, que eu apresento com muita satisfação, meu companheiro de Rondonópolis que assumiu como Deputado Federal e já está fazendo um trabalho brilhante. Mas, antes de passar a palavra ao Deputado Rodrigo da Zaeli, eu quero também registrar e agradecer aqui a toda a minha equipe que está aqui me acompanhando, primeiro, da nossa Comissão de Educação. A gente nunca faz um trabalho sozinho, ninguém faz nada sozinho, mas, claro, para um trabalho aqui, principalmente no dia a dia, nós temos aqui os melhores, os mais competentes assessores, eu diria, do Brasil. Pelo menos, são extremamente preparados, assíduos. Muitas vezes, as pessoas falam: "Ah! Esse povo lá do Senado é tudo vida boa", mas, olha, eles trabalham e trabalham muito, e às vezes não têm hora. Às vezes, uma sessão aqui fica várias e várias horas, e eles estão aqui, como a gente diz, no pé com o pé no eito.

Então, eu quero agradecer aqui à equipe da Secretária da Comissão de Educação e Cultura, Andréia Mano da Silva Tavares.

É possível, pelo menos, fazer um foco aí para que se registre a presença deles, não sei como fica aqui o vídeo.

Ela, inclusive, foi minha colega de faculdade. Nós fizemos uma pós-graduação aqui na UnB. Eu sou formado em Medicina Veterinária e fiz pós-graduação em Ciência Política. E a Andréia é uma pessoa – olha o jeito – muito séria, competente, trabalhadora, e aqui também, na Comissão, ela desempenha dessa forma o seu trabalho.

A Camila Moraes Bittar, que está ali ao lado. Da mesma forma, tudo que eu falei aqui da Andréia vale para todos eles.

E aqui o nosso Bill Gates Soares de Pontes – está aí. Falei correto? Porque aí pode pronunciar abrasileirado. Se quiser falar de forma diferente... Mas é o Bill Gates.

Quero, também, agradecer à minha equipe do gabinete, liderada aqui pelo Eurípedes Alencar, chefe de gabinete, também concursado do Senado da República: à Marinha Raupp, minha colega, Deputada Federal de seis mandatos na Câmara dos Deputados, aqui, em Brasília, ela é de Rondônia, esposa do Senador, Governador, Deputado Raupp, que todo mundo conhece por Raupp; também ao Deputado Edinho Bez, que trabalha conosco na assessoria, como relações institucionais, da nossa Frenlogi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estão aqui também conosco o Pedro Rodrigues, Alexsandro Junio, Adriana Garcia, Tiok Shimoda – ela é filha de japoneses, mãe e pai japoneses. Eu estive no Japão com ela, ela é casada, o marido fica lá. Ela vai uma vez por ano vê-lo. Gente, não tem problema nenhum, uma vez por ano não está bom? (*Risos.*)

Um mês ela fica lá, andando para baixo e para cima no Japão. E tem filho também, o filho dela está lá. É um filho só, Tiok?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Três filhos. Eu achei que era pouco, era muito. (*Risos.*)

Mas é um marido só. A cultura japonesa é muito forte, a irmã dela também mora lá no Japão, o pai dela morava em Hiroshima – já faleceram o pai e a mãe. Ela está comigo há muito tempo na assessoria, na área de orçamento.

A Luzia Figueira estou vendo ali – competente lá no bloco, muito religiosa. O Francisco Edson também está lá atrás – cuida mais da Marinha do que de mim... (*Risos.*)

Nelio Ferreira, Jurandir Santos – estão todos aí –, Marcos Bricio, Denis Aragão, Isabela Holanda, Antônio Gomes, Gláucio Duarte, Viviane Ferraz. O João Lopes está aqui, bem ali para aparecer – ele veio estrategicamente para ver onde ele pode aparecer no vídeo. (*Risos.*)

E o Fernando Damasceno, porque eu sou o Líder do Bloco Vanguarda, e aqui a assessoria é do meu gabinete e também do Bloco Vanguarda – o Fernando também é servidor da Casa, concursado e é o chefe de gabinete do bloco.

Estou vendo ali a Olga. Não está aqui o nome da Olga por quê? E o Antônio. O Antônio está servindo ao bloco e ele, na verdade, é um terceirizado, que é um injustiçado, porque, como terceirizado, ganha muito mal. O terceirizado, como é da forma, é contratado... Traga aqui o nome, não posso me esquecer de nenhum, porque eu não quero perder o voto de ninguém. (*Risos.*) E eu quero depois que você registre o nome do seu filho. E a Daniela também está lá. E o Antônio, como terceirizado – então, é uma empresa que contrata e coloca aqui a mão de obra –, já está há quantos anos, Antônio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, ao todo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – São 14 anos. E ele inclusive servia ao Líder do bloco, que era o ex-Senador Presidente Collor.

Inclusive, eu quero agradecer aqui ao Presidente Collor, porque foi ele que transferiu, então, a Liderança do bloco para que eu pudesse assumir. Inclusive, ele, como ex-Presidente, tinha a primeira poltrona na frente do Presidente do Senado e, claro, do Congresso, e eu a ocupei de forma tão gentil, educada. O Presidente Collor é um lorde, é uma pessoa extremamente educada, gentil e leal. Então, eu quero aqui deixar o meu agradecimento também ao ex-Presidente Collor e ex-colega do Senado da República.

Agora, com a palavra, Rodrigo da Zaeli. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT. Para expor.) – Quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, que preside esta sessão em comemoração aos sete anos da supernovas. Quero cumprimentar o Reitor Christiano, da Universidade Federal de Jataí; o Reitor João Paulo, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba; a Reitora Roselma, da Universidade Federal de Catalão; o Reitor Airton, da Universidade Federal do Norte do Paraíba...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT) – Aliás, do Tocantins – aqui pega o reflexo da luz (*Risos.*); o Airon, da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; e a nossa Reitora Analy, da Universidade Federal de Rondonópolis.

Poderia falar da universidade, dos trabalhos da universidade, logo depois dessa apresentação da Analy, e repetir o que todos nós vimos, mas posso falar um pouco da Analy, da pessoa que lidera essa universidade.

Toda vez que nós procuramos a universidade, a universidade estava às ordens para nos atender, com toda a cortesia, com toda a explicação. Eu estou iniciando um trabalho como Deputado Federal, é praticamente o meu terceiro mês, mas eu fui Vereador em Rondonópolis por oito anos e sempre tive a universidade como parceira. Fui também Secretário do meu município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e sempre coloquei a secretaria em que eu estive à frente à disposição da universidade, porque a gente acredita no trabalho.

Quando a gente vê uma apresentação como essa que fez a Analy, do quanto é que avançou a Universidade de Rondonópolis depois que se emancipou da Universidade Federal de Mato Grosso, a gente imagina que as outras universidades também tenham crescido bastante, pela autonomia, pela liberdade de orçamento, pela liberdade de criar cursos mais voltados às suas próprias regiões, que vão atender os anseios dos alunos, e pelo avanço também do atendimento a esses alunos, como creche, como melhoria na alimentação, como bolsa, como nós vimos acontecer aqui em Rondonópolis.

Então, a gente cada vez mais entende que foi assertivo, e essas universidades têm muito a crescer ainda porque são novas, estão em um novo momento, com dificuldade de orçamento, com dificuldade de pessoal, e nisso nós temos condições, agora, de ajudar, com esse orçamento de 2025. E, também, nas ações que precisam do voto dos Senadores e dos Deputados, nós estaremos lá encampando essa militância para ajudar essas universidades, porque o que vale para uma, vale para todas. Então, nós vamos procurar atendê-las, juntamente – é lógico – com os Deputados de todos os estados que serão atendidos.

Vale ressaltar também aqui a atuação do nosso Senador Wellington Fagundes. Nós temos vários Deputados, três Senadores do estado, que ajudaram já a universidade, mas, em todo o tempo em que eu circulo no meio político, desde 2000, que foi a primeira vez em que eu comecei a militar na política, conversar e participar desses encontros, eu ouço falar do Deputado Wellington Fagundes, agora Senador Wellington Fagundes, na construção desse projeto, que é essa Universidade de Rondonópolis, que começou em 2005 e foi consolidado em 2018.

Eu tive a satisfação e a oportunidade de estar em 2018 na sessão do Senado em que foram aprovadas as universidades. Eu estava lá acompanhando, como Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis, e tive a satisfação de estar ali, sentindo essa emoção de um novo ciclo na educação da nossa cidade, da nossa região, agora expandindo-se também para mais cidades para as quais a Universidade de Rondonópolis a está levando.

Então, eu queria agradecer imensamente ao Senador Wellington por acreditar na educação, por acreditar na Universidade de Rondonópolis e nessa equipe que dirige a UFR e em todas essas universidades supernovas. A gente fala mais de Rondonópolis porque vive esse momento, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem oportunidade de estar presente, mas acredito que tenha sido o dilema e o objetivo de todos vocês.

Eu não vejo... Toda vez que a gente encontra a Analy, no supermercado, ela fala da universidade; eu a encontro numa festa, ela fala da universidade; encontro-a no *réveillon,* ela fala da universidade. Ele vive isso o tempo todo – e acredito que vocês sejam assim também –, pela paixão àquela instituição, pela paixão de ensinar e, além disso, pelo amor, pela vontade de ver a nossa sociedade se educar, de ter conhecimento, de ter melhores oportunidades na vida e ver cidadãos que tenham orgulho do que fazem. É só através do ensino, da universidade é que nós podemos ter um Brasil mais culto.

Então, Senador, obrigado pelo convite de estar aqui hoje, de poder participar deste momento importante para a educação do nosso país, de um momento que... Sabemos da responsabilidade que vocês têm, mas também estamos vendo e colhendo os resultados do que vocês estão fazendo.

Parabéns a todos os seis editores que estão aqui! Que continuem com essa força, com essa garra, para transformar a educação do nosso país!

Senador, pode contar conosco nas emendas de bancada. A Universidade Federal de Mato Grosso, de Rondonópolis especialmente, terá o nosso carinho especial. Eu acredito, tenho convicção, que sem o apoio incondicional do Senador Wellington Fagundes a realidade da nossa universidade no Estado de Mato Grosso seria outra – no curso de Medicina, na transformação do curso para a UFR, da universidade para a UFR. Então, acho que não é querer ficar aqui falando do Senador como se ele não tivesse feito nada. Ele fez, fez muito e tenho certeza de que vai continuar fazendo.

Obrigado pela oportunidade de estar aqui, Senador.

Um abraço a todos vocês. Que levem no coração o nosso sentimento de gratidão ao que vocês fazem pela educação do nosso país! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero ainda fazer um registro para agradecer também o trabalho da minha equipe lá no Mato Grosso, porque esses vídeos que foram aqui exibidos foram produzidos pelo trabalho deles lá, da Luzia Aparecida do Nascimento, que inclusive é esposa do meu suplente no Senado no mandato anterior; também do Felipe Godoi. Ele, junto com o Elvio Couto, fez a edição desse material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E ainda quero apresentar a vocês aqui este suplemento do jornal *A Tribuna* que foi também todo ele trabalhado, as pesquisas, lá com a minha assessora – já tem muitos anos que trabalha comigo – Justina Fiori, uma jornalista muito tradicional do meu estado.

E aqui eu gostaria, inclusive, de fazer uma homenagem ao jornal *A Tribuna*, porque o jornal *A Tribuna* é do interior do Brasil, fundado em 1970. E aí eu me lembro do Aroldo Marmo de Souza, que foi o Vereador mais votado da história de Rondonópolis. Ele, juntamente com a sua esposa, minha Profa. Maria Janice Lograd... Ela é professora lá na Escola La Salle, em Rondonópolis.

Juntamente com o Samuel Lograd e toda a família Lograd, eu faço uma homenagem a esse jornal que ainda mantém a resistência, o jornal impresso, diário, no Município de Rondonópolis. Isso aqui é um encarte do jornal, mas também o jornal *A Tribuna* foi fundamental nessa luta pela emancipação da nossa Universidade Federal de Rondonópolis.

Eu faço, em nome de toda a imprensa de Rondonópolis: rádio, televisão, a TV Cidade de Rondonópolis, que é retransmissora da Record; a Rádio Clube, que não existe mais, com o Deputado J. Barreto, o Antônio Carlos, tantas pessoas que se envolveram em toda a comunicação, ajudando a mobilização da cidade.

Há também o movimento, a comissão pró-emancipação da nossa universidade. Eu falo em nome de todos, inclusive os professores, o Tati, que já faleceu, e outros tantos. É difícil a gente ficar aqui lembrando o nome de todos, mas não posso deixar também de falar aqui, de registrar a Lindalva Novaes, minha amiga de infância, também nascida em Rondonópolis, da família Novaes; todos os professores, alunos, profissionais, trabalhadores e a cidade como um todo; a Associação Comercial, de que eu fui Presidente; o Sindicato Rural; enfim, todos aqueles...

O Sindicato Rural, inclusive, tem um parque de exposições praticamente ao lado da universidade – ao lado, na verdade – bem próximo à universidade. É uma área muito grande, de 50ha, e em que nós queremos também trabalhar, para que lá seja também o *campus* da universidade na área de ciências agrárias. É um trabalho que estou desenvolvendo – insistindo, persistindo –, e quero ver isso também transformado.

Então, Samuel Lograd, fica aqui a nossa homenagem a toda a imprensa de Rondonópolis, na pessoa do jornal *A Tribuna*, pelo seu papel de levar informação, de entrar nas lutas da cidade. Inclusive também, lembro-me, logo no começo, do que foi a luta pela implantação do curso de Medicina Veterinária, que estava criado na universidade, e não conseguimos; mas, agora, daqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais um tempo – já temos curso de Zootecnia, Agronomia –, logo, logo, vamos ter também o curso de Veterinária.

A nossa reitora Analy Polizel é agrônoma, então ela deu prioridade para o curso de Agronomia. Sempre é assim, né? (*Risos.*)

Tem lá as áreas, mas eu vou também ter um sonho meu realizado, de ter o curso de Medicina Veterinária, logo, logo, lá.

Eu penso que o Sindicato Rural, no parque de exposições, que é muito grande e que é pouco usado, pode servir muito ainda à nossa sociedade, sendo ali também junto, concomitante... Não precisa deixar de existir a nossa exposição tão tradicional, a Exposul, de que eu fui também um dos presidentes, ainda na Vila Operária, e que depois transferimos para o maior parque de exposições do Centro-Oeste, totalmente planejado.

Bom, temos ainda um vídeo, para encerrar; e ainda, ao encerrar, temos aqui a entrega dos ofícios, inclusive ofícios em que eu quero aqui fazer também a minha homenagem a todos os nossos reitores, a todas as universidades.

Não vou ler os ofícios; eu acho que é mais importante a gente tirar a foto aqui. Peço para, então, enquanto a gente faz a entrega, fazermos as fotografias.

Já vamos passar o vídeo e depois a gente vai fazer o encerramento.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

(*Procede-se [] *)

(*Procede-se [] *)

A SRA. ROSELMA LUCCHESE – Bem, para continuar, também, as cartas de agradecimento, como foi dito aqui, citado várias vezes o nome do nosso Senador Vanderlan Cardoso, nós temos aqui a presença da assessora Anna Paula Borges para receber esta carta e transmitir ao nosso Senador os nossos agradecimentos, das seis supernovas universidades, em relação ao trabalho do Senador.

(*Procede-se à entrega de carta de agradecimento à Sra. Anna Paula Borges, representante do Sr. Vanderlan Cardoso.*) (*Palmas.*)

A SRA. ANNA PAULA BORGES (*Fora do microfone.*) – Obrigada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA CARLOS TEIXEIRA VENEGAS – Só para a gente finalizar, não são só os nossos Magníficos Reitores e Reitoras que fazem uma homenagem aqui ao Senador: o Senador também quer entregar, um a um, aos Reitores e Reitoras uma homenagem pelo trabalho realizado em cada uma das universidades.

Então, a gente vai chamar; o Senador entrega; e a gente faz aquela fotozinha de registro final, o.k.?

Reitora Roselma Lucchese.

(*Procede-se à entrega de homenagem à Sra. Roselma Lucchese.*) (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA CARLOS TEIXEIRA VENEGAS – Reitor Airton Sieben.

(*Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Airton Sieben.*) (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA CARLOS TEIXEIRA VENEGAS – Reitor Airon Aparecido Silva de Melo.

(*Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Airon Aparecido Silva de Melo.*) (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA CARLOS TEIXEIRA VENEGAS – Reitor Christiano Peres Coelho.

(*Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. Christiano Peres Coelho.*) (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA CARLOS TEIXEIRA VENEGAS – Reitor João Paulo Sales Macedo.

(*Procede-se à entrega de homenagem ao Sr. João Paulo Sales Macedo.*) (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA CARLOS TEIXEIRA VENEGAS – E Reitora Analy Polizel de Souza, de Rondonópolis.

(*Procede-se à entrega de homenagem à Sra. Analy Castilho Polizel de Souza.*) (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Olha, fica um compromisso, que nós vamos transformar isso aqui numa obra de arte, depois, para entregar...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, agora já boa noite a todos, e desejando realmente uma boa noite a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois de um longo dia de trabalho, ainda temos outras reuniões por acontecer, mas acredito que tenha valido muito a pena esta reunião aqui, a oportunidade para cada um colocar o seu sentimento, inclusive a realidade de cada universidade.

Acredito muito que a gente precisa trabalhar muito essa unidade, a união de ações que vocês têm desenvolvido, porque é importante que as pessoas conheçam o que representam as supernovas universidades, porque, claro, quando você implanta algo novo, principalmente a maioria, que é a transformação de uma universidade que era um *campus* universitário...

Então, a expectativa é que aí: "Bom, agora transformou na universidade, vai resolver todos os problemas", mas, claro, isso é uma conquista sempre duradoura, sempre um desafio novo, a cada dia, a cada ano.

E aqui...

Você registrou o nome do seu filho?

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Breno Costa Lugli.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Breno Costa Lugli.

O Breno está com quantos anos?

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Vinte e dois.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vinte e dois anos. Está fazendo universidade onde?

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Mineiros...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mineiros. Medicina. Por que foi fazer em Mineiros? Já estava há algum tempo, já tinha Medicina em Rondonópolis?

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Tinha, tinha, mas...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, o importante é que... A juventude quer isso, oportunidade de estudar, para crescer na vida. E é o papel nosso, o compromisso nosso com as futuras gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero aqui, ao encerrar, dizer que falo com convicção: não tenho dúvida de que estamos no caminho certo. O caminho do maior patrimônio que qualquer ser humano possa ter, que é exatamente uma educação de qualidade.

E aí, eu repito aqui o que eu sempre afirmo...

Aliás, quero, antes de falar isso, essa semana eu vi uma notícia, que o Prefeito Abilio, de Cuiabá, vai colocar as escolas de Cuiabá para funcionarem no final de semana. Eu sempre defendi isso. Todas... Inclusive, pedi para que fizesse um projeto de lei... Quero ainda, continuo com a minha assessoria cobrando isso, porque acredito que o espaço das escolas funcionarem no final de semana é fundamental. A escola funcionando no final de semana, com a comunidade, com a família, passa a ter muito mais um trabalho no sentido de valorizar o que representa aquela escola.

E eu quero lembrar do meu projeto de lei aqui, quando tivemos os problemas, daquelas situações de agressão dentro da universidade, com matança inclusive, e hoje ainda com muito desrespeito aos nossos professores, a rebeldia de ver às vezes quebrar uma escola, depredar uma escola.

E aí qual é a situação? Ter que colocar aquelas cercas em cima dos muros, as concertinas que chamam? Aquilo, já numa cadeia, numa prisão, é algo que choca um pouco, imagina numa escola.

Eu sempre entendi que a escola não tinha que ter muro, no máximo uma tela ali. Eu acho que a escola tem que ser algo que a própria comunidade tem que cuidar. Por isso, eu defendo que as escolas funcionem no final de semana com a associação de pais e mestres, enfim.

Eu sempre repito, e quero aqui dizer mais uma vez, a função da escola é educar. A função... vamos aqui corrigir. A família tem que ter o papel de educar, a escola é o de ensinar. Muitas vezes as famílias entendem o seguinte: "Não, eu vou entregar para a escola porque a escola tem que educar o meu filho". Não, educar é a família, é o papel da família. A escola é ensinar, é esse o papel, temos que ter bem essa diferença, e não pode a escola querer assumir o papel de família e nem a família querer transferir para a escola esse papel.

Então, por isso, eu entendo que aqui, ao encerrar esta sessão, eu sempre falo, porque muitas perguntas dizem para mim: "Mas universidade, isso não dá voto". Mas eu acredito que, acima de tudo, principalmente para nós da classe política, nós temos o compromisso e a obrigação de usar o voto de confiança. Eu sempre falo, o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a melhor forma de a gente retribuir essa confiança é o trabalho. O nosso trabalho aqui, hoje, e trabalhamos muito, é exatamente na busca incessante de fazer essa construção dessas instituições que são tão nobres.

E, por isso, o papel das nossas novíssimas, além de fazer o ensino, a pesquisa, é também fazer a extensão, ir ao encontro da sociedade. A universidade tem que estar de portas abertas. A universidade tem que fazer com que a comunidade venha ou ela vá ao encontro da universidade. Eu sei que todas as nossas novíssimas têm cumprido esse papel, inovado muito por isso. Eu acho que está valendo essa comemoração!

Está encerrada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 15 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 01ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Ivete da Silveira e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Flávio Bolsonaro, Beto Faro, Eduardo Braga, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Wellington Fagundes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2025-2026. Às nove horas e quarenta e seis minutos a Senadora Ivete da Silveira passa a presidência à Senadora Damares Alves. Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitas para Presidente a Senadora Damares Alves e para Vice-Presidente a Senadora Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esclareço que tenho a honra de presidir esta reunião nos termos do §3º do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2025-2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

A indicação, até o presente momento, é a seguinte chapa: Presidente, Senadora Damares Alves; Vice-Presidente, Senadora Mara Gabrilli.

Consulto os Parlamentares se haveria outras indicações para preenchimento dos referidos cargos. (*Pausa.*)

Considerando a indicação de chapa única e havendo a concordância de V. Exas., gostaria de propor que a eleição ocorra por aclamação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovada esta eleição. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Foram eleitas, por aclamação, para Presidente, a Senadora Damares Alves e, para Vice-Presidente, a Senadora Mara Gabrilli. (*Palmas.*)

Convido as eleitas para usarem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar... (*Pausa.*)

Desculpe, eu já estava lendo coisa da... (*Risos.*) (*Pausa.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia! Meu primeiro bom-dia como Presidente: bom dia!

Primeiro, eu quero chamar a atenção de vocês para esta mesa. Esta mesa é composta por três mulheres – desculpem a falta de modéstia –, três mulheres incríveis e lindas.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esta mesa mostra o que é o Senado Federal: é a Casa da diversidade, é a Casa de todos, é a Casa da maturidade. Esta mesa mostra isto: a maturidade.

Esta Casa, sim, sustenta a democracia no país. E a minha eleição hoje é uma amostra de que a nossa democracia é madura e de que a nossa democracia não é relativa.

Eu fico muito contente pela indicação e muito contente por ter sido eleita na forma de aclamação. Quero agradecer aos Senadores que estão presentes e quero agradecer à senhora, Senadora Ivete. Foi um momento histórico a senhora estar presidindo esta Comissão. Aqui é a Casa das mulheres, esta é a Comissão que discute a pauta da mulher. Ter sido aberta esta primeira reunião, de eleição, pela senhora, para todas nós, foi extremamente significativo. Como nós a amamos, como nós a admiramos!

Minha Vice-Presidente Mara, meu Deus, que sonho! Para quem não sabe, eu tenho uma parceria com Mara de muitos anos, muitos anos. Como assessora, eu ficava nos corredores, admirando a Deputada Mara, quando chegou como Deputada, lá na outra Casa. Ela me permitia participar dos debates com ela. Ela não me via apenas como uma assessora nos corredores, me via como uma parceira de luta. Depois, Mara veio para esta Casa, aí, eu fui ser Ministra e a gente teve uma outra relação. Como Mara nos ajudou na pauta de direitos humanos enquanto eu era Ministra! Mara acreditou no meu trabalho, me deu apoio no Congresso, foi minha voz e a minha interlocução no Congresso Nacional. Nós lutamos juntas. Nós temos pautas em comum, lutamos juntas. Quatro anos depois, eu venho ser Senadora, colega de Mara. Que honra! Nós estamos em diversos ciclos juntas, de formas diferentes. No ano passado, Mara era minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente na Subcomissão de Doenças Raras, eu era Vice-Presidente dela. Hoje a gente está aqui: eu, Presidente da Comissão; Mara, Vice. E a Mara ser Vice-Presidente é também um recado ao tom que nós vamos dar a esta Comissão.

Senadora Mara e Senadora Ivete, estão no plenário diversas instituições de pessoas com deficiência. Elas estão aqui, algumas vieram de longe. Eu posso citar a D. Olga Kos, a Presidente do Instituto Olga Kos, que veio de São Paulo. Há outras instituições aqui. Nós temos mães de crianças com microcefalia de diversos lugares, instituições locais. Nós – e não faremos isso porque eu e Mara somos Presidentes, é porque é a atribuição desta Comissão – continuaremos fazendo desta Comissão a casa das pessoas com deficiência, aqui é a casa de vocês, aqui é o espaço de vocês.

E nós vamos discutir direito e proteção da pessoa com deficiência, de todas elas, inclusive das que estão invisibilizadas, daquelas que estão longe: das pessoas com deficiência da região ribeirinha, que não conseguem chegar até esta Casa; das pessoas com deficiência nos quilombos; das pessoas com deficiência nas aldeias indígenas, nas comunidades tradicionais. Nenhuma pessoa com deficiência ficará para trás nesses dois próximos anos em que eu e Mara estivermos conduzindo os trabalhos desta Comissão. Esta é a casa de vocês, e eu estou muito feliz que todos vocês estejam aqui, hoje.

Como nós estamos neste momento em processo de eleição e está acontecendo eleição em todas as Comissões, antes de eu terminar a minha fala e de passar a palavra para a Mara, eu vou franquear a palavra aos Senadores que estão presentes, porque eu sei que eles precisam sair.

Então, aos Senadores que tiverem interesse de falar e quiserem falar eu já vou, neste momento, franquear a palavra e depois eu fico, porque aí eu faço um discurso um pouquinho maior, mas, se puderem ficar também, eu tenho algumas informações, Senadores, para apresentar da forma como nós vamos conduzir o trabalho nesta Comissão.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, primeiro quero só registrar que eu vou ter que ficar aqui porque também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos tomar posse daqui a pouco, neste mesmo plenário. Quero dizer da minha alegria, da minha felicidade, a Comissão não poderia vir para mãos tão adequadas quanto de V. Exa. e da Senadora Mara. São duas pessoas que, para mim, são uma referência no tema aqui no Senado Federal e – por que não dizer? – em todo o Congresso Nacional.

Parabéns, Deus a ilumine com muita sabedoria. Salomão, quando jovem, a sua preocupação era fazer um governo que não viesse tropeçar ou se embaraçar. E, numa oração, numa revelação divina, Deus disse: "Pede o que tu quiseres". E ele não pediu riqueza, não pediu poderio, pediu sabedoria. E, ao dar sabedoria, Deus deu o resto de tudo que ele precisava. Que Deus lhe dê sabedoria e graça para continuar na luta e para fazer um grande mandato à frente desta Comissão, juntamente com a Senadora Mara.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Zequinha, muito obrigada.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Senadora Ivete, que presidiu a sessão, Senadora Mara, Vice, e também Senadora Damares, é muito importante a Damares e a Mara Gabrilli presidirem esta sessão. Estamos juntos. No que precisarem de nós, contem com a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Bom dia.

Primeiro, Vice-Presidente Mara, sou suspeito porque é uma amiga querida, é uma admiração de muito tempo. E, Presidente Damares, quero manifestar confiança na qualidade do trabalho que a senhora vai exercer aqui. A senhora conseguiu, ao longo desse início de mandato, confirmar sua postura, estabelecer relações, sem abrir mão da sua ideologia, do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento. Isso é muito importante e eu tenho certeza de que será fundamental para o trabalho.

Então, parabéns. Estou aqui à disposição para colaborar no que a senhora precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Alessandro.

Eu comecei chamando a atenção dos senhores para a diversidade da Mesa. A Mara com a pauta dela, mas nós temos a Senadora Ivete. E para aqueles que estão vindo numa Comissão a primeira vez, ao abrir a reunião, ela citou um artigo do nosso Regimento Interno, e eu vou traduzir esse artigo. Esse artigo diz o seguinte: na abertura dos trabalhos, o Senador que está presente e que tem um pouquinho mais de idade é que preside a reunião. E ela disse: "Estarei lá porque eu quero presidir". E aí, gente, por que eu faço esse chamamento? Esta é a Comissão dos idosos. Esta é a Comissão que tem como atribuição a discussão dos direitos das pessoas idosas. E nós vamos de fato fazer uma discussão sobre o direito das pessoas idosas. Nós vamos priorizar a discussão dos direitos das pessoas idosas.

E, nesse sentido, eu quero informar que o Senador Paim ligou nesse instantinho, porque ele está lá na outra Comissão e, na outra Comissão, ele é o mais antigo na Casa. Ele é o mais velho, mais idoso, com mais idade, terceira, linda, grande e especial idade, quinta, sexta... Ele está lá presidindo. Ele era o Presidente desta Comissão até poucos minutos, ligou e vai fazer o possível para estar aqui. Também o Senador Flávio Arns estava aqui. Foi chamado porque ele tinha que presidir. Então, Senadora Ivete, ninguém melhor para presidir esta reunião inicial do que a senhora.

E ali, gente, eu quero fazer um chamamento. Eu vou fazer a minha fala mostrando algumas imagens. As atribuições desta Comissão estão no art. 102 do Regimento Interno do Senado. E começo dizendo que o que vai nortear esta Comissão é a Constituição Federal, o Regimento Interno, os tratados internacionais de direitos humanos, com destaque à Declaração Universal dos Direitos Humanos. O que vai nortear esta Comissão é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que vai nortear esta Comissão é a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), o Estatuto do Idoso. Nós vamos ter norte e nós vamos trabalhar tão somente o que a legislação nos determina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os debates aqui serão amplos? Serão. Nós temos diversos temas para serem discutidos nesta Comissão? Sim, teremos. E começo dizendo: dentro do Regimento Interno, o que o Regimento me obriga a fazer? Eu quero informar que nenhum assunto será negligenciado. Todos os temas que forem trazidos para esta Comissão por um Senador, por um membro da Comissão vêm para a mesa. Nós não vamos deixar nenhum tema na gaveta por ideologia, por uma questão partidária ou porque a gente está sem tempo de discutir. Todos os temas serão trazidos para a mesa. E o Plenário é soberano, e quem vai decidir, se for para votação, é o Plenário.

Eu, como Presidente, assim como a Mara trabalhamos tendo como norte a democracia. Nós somos de correntes políticas diferentes – eu e Mara –, mas sempre trabalhamos no consenso e nós vamos trabalhar nesta Comissão com o consenso, mesmo que seja um tema extremamente delicado e talvez algumas pessoas acreditem que nós não vamos ter a coragem de tocar. Nós vamos trazer o tema para a discussão e nós vamos respeitar a deliberação do Plenário. Vai ser dessa forma que nós vamos trabalhar. Nós não vamos ser conduzidos por ideologia A ou ideologia B. A nossa condução vai estar aqui no Regimento Interno.

E, olhando para o Regimento Interno, estão lá, gente, quais são as nossas atribuições. Sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe. E aí quero lembrar a todo mundo que esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – e uma participação da sociedade. A sociedade pode apresentar aqui propostas legislativas, que chegam a esta Casa como sugestão. Esta Comissão aprecia e, se ela for aceita, se transforma em projeto de lei. Então, atenção, sindicatos, organizações da sociedade civil, partidos políticos com representação política no Congresso Nacional: mandem suas sugestões. Grandes ideias já chegaram aqui, já se transformaram em projeto de lei – não é, Mara? – e já se tornaram lei. A sociedade tem um espaço no Senado e o espaço é esta Comissão. A gente quer fazer um apelo à sociedade: participem desta Comissão, segundo o Regimento Interno.

Esta Comissão também tem como atribuição os pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas lá no inciso anterior. Queremos ouvir a ciência, queremos ouvir a área da cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por falar em cultura e esporte, já quero anunciar a todos: no dia 23 de março, teremos a primeira grande Corrida pela Inclusão em Brasília. A Olga Kos vai fazer aqui, Mara. Já faz em São Paulo, vai fazer aqui e quero todo mundo lá com a gente correndo. Esta Comissão vai apoiar o nosso primeiro grande evento da Comissão, nós vamos estar lá dizendo naquela corrida: nenhum direito a menos, nenhum retrocesso para as pessoas com deficiência no país.

Continuando, aqui também é a Comissão que discute a garantia e a promoção dos direitos humanos. E aí eu preciso dizer a todos os senhores: eu sou universalista. E essa é uma resistência que alguns da imprensa e alguns outros segmentos têm a mim. Eu defendo a corrente universalista, eu defendo o direito de forma universal. Eu não aceito o relativismo de alguns direitos; por exemplo, a vida não pode ser relativizada. O direito à vida, na minha concepção e da forma como eu defendo direitos humanos, não pode ser relativizado. Vida é vida, em qualquer cultura, em qualquer raça, em qualquer situação. (*Palmas.*)

Então, esta é a minha forma de conduzir, esta é a minha forma de trabalhar na pauta dos direitos humanos, a universalização. Direitos humanos para todos, com todos, ouvindo todos. Então, esta é uma Comissão que vai trabalhar. Nós não vamos segmentar os direitos humanos, não. Nós vamos ouvir segmentos, nós vamos ouvir setores, nós vamos ouvir movimentos, mas nós vamos trabalhar nos próximos dois anos trazendo como foco a universalidade. E vocês vão perceber que não é tão ruim falar de direitos de uma forma geral e direitos para todos. Então, é dessa forma como nós vamos trabalhar.

Direitos da mulher: esta aqui é a casa da mulher. E aí, gente, eu quero dizer que nós vamos dialogar com o Ministério das Mulheres, nós vamos conversar com a Ministra das Mulheres; nós temos uma outra Comissão Mista na Casa, que é a Comissão que enfrenta a violência contra a mulher, vai ser com diálogo com aquela Comissão, mas, como o tema é transversal, nós vamos conversar com todas as Comissões. Nós temos muitas matérias tramitando aqui sobre direitos da mulher e nós vamos discutir o direito de todas as mulheres. A mulher indígena vai estar nesta Comissão. A mulher cigana vai estar nesta Comissão – faz tempo que eu não vejo uma mulher cigana no Senado. A mulher quilombola vai estar nesta Comissão. A mãe atípica, que está aqui, agora, estará nesta Comissão. As marisqueiras estarão aqui – faz tempo que eu não vejo uma marisqueira no Senado, uma quebradeira de coco, faz tempo que eu não vejo uma castanheira. Todas as mulheres estarão nesta Comissão, e nós não vamos admitir nenhum direito a menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nenhuma mulher no Brasil. Se precisar, nós vamos atrás de todas elas. Se precisar que as reuniões da Comissão aconteçam lá num quilombo, a gente vai para um quilombo. Se precisar que esta Comissão faça diligência lá em aldeias indígenas, nós vamos para lá.

E, quando eu falei que nós vamos trabalhar a universalidade, nós vamos trabalhar a corrente da universalidade dos direitos, deixe-me dizer uma coisa para vocês: nós não vamos aceitar, não nesta Comissão – vamos fazer a discussão com seriedade –, estupro como manifestação cultural. Estupro é estupro; violência contra a mulher é violência contra a mulher. Não importa a cultura, a raça e o local, nós vamos trabalhar a universalidade dos direitos para todas as mulheres. Não vamos relativizar o direito das mulheres em nome de cultura nem em nome de ideologia. Todas as mulheres serão protegidas nesta Comissão. (*Palmas.*)

Poucas pessoas sabem que esta também é a Comissão da proteção à família. Está lá, ó, não fui eu que escrevi, não: "Lá vem a Damares, a mulher da família"... Ó, me deram a Comissão da família, está lá, vou ser obrigada a proteger a família. E quero falar que serão todas as famílias, todas, todas as configurações familiares! Nós vamos trabalhar o fortalecimento de vínculos.

"Dê um exemplo, Senadora!". Vou dar o exemplo da minha família. Eu sou uma família atípica. Eu sou mãe socioafetiva de uma menina indígena e mãe solo – somos mais de 50% no país de famílias lideradas por mães solo –, eu sou uma mãe solo, socioafetiva de uma menina indígena! Tem família mais atípica que a minha? Eu não consegui a adoção da minha filha. Ela está com 26 anos, inclusive está aqui. Levante a mão, filha! Para quem não a conhece, essa é a minha filha. É a cara da mãe. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu e Lulu. Ninguém vai tirar de nós o direito de sermos uma família. Nós somos uma família! E o que o Estado tem que fazer? Fortalecer o meu vínculo com Lulu. Então, todas as configurações familiares estarão presentes nesta Comissão. E nós vamos trabalhar o fortalecimento de vínculos, porque nós acreditamos que família forte é sociedade forte. Nós acreditamos que família protegida é nação soberana. Então, todas – deixe-me repetir –, todas as configurações familiares serão protegidas nesta Comissão.

Continuando, aqui também é a Comissão da proteção e a integração social das pessoas com deficiência. E aí eu não preciso repetir, aqui vai ser o lugar dos debates. Pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiências e pessoas com doenças raras, vocês agora têm uma casa: essa casa é a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

À juventude e aos idosos – já falei sobre os idosos –, nós vamos discutir juventude... Está tramitando na Casa um projeto de lei que institui a Política Nacional de Juventude, precisamos discutir. Nós precisamos dialogar com a juventude brasileira, precisamos entender as mudanças, as novas mudanças. Discutir juventude, dez anos atrás, era de uma forma, hoje é de outra. Nós temos novos desafios, e esta Comissão vai se debruçar em torno disso.

E a gente tem ali fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos.

Nós vamos seguir o Regimento Interno, mas, como esta é uma Comissão de todos os direitos, eu preciso informar aos Senadores que agora é tarde. Eu já estou nomeada, já sou a Presidente e eu quero informar que lamento, mas os senhores transformaram o Senado num grande *playground*. Esta vai ser a Casa das crianças. E eu já falei com Mara: nós vamos lotar este Senado de criança. Agora, não tem mais jeito, eu já sou Presidente. Nós vamos colocar fraldário nos corredores – eu quero ver Senadores trocando fralda de criança nos corredores –, nós vamos ter chocalho no Plenário, nós vamos ter brinquedo nas Comissões. As crianças vão invadir o Senado!

Atenção, atenção, imprensa: as crianças vão invadir o Senado Federal! Damares e Mara estão presidindo a Comissão, que é a Casa das crianças. Preparem-se! Quero brinquedo nos gabinetes, quero Senadores contando historinha, cantando música infantil. As crianças terão prioridade. E faremos isso tão somente porque a Constituição Federal fala que criança e adolescente são o quê?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prioridade o quê?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é só prioridade, é o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Serei uma Presidente ditadora! As crianças vão mandar nesta Comissão! (*Palmas.*)

E é de verdade, gente. Nós precisamos discutir a primeira infância com seriedade. Nós precisamos discutir a proteção da criança. Nós precisamos discutir o direito da criança e do adolescente. E, no Senado Federal, por ser esta Casa em que nós temos um pouquinho mais de idade, que exige de nós uma idade por dizer que nós somos uma Casa da maturidade, às vezes, a gente se afasta da criança, mas a gente vai fazer um exercício: nós vamos trazer as crianças para o Senado, nós vamos trazer as crianças para esta Comissão, nós vamos ouvi-las.

E lamento dizer: elas estão sob ataques e estão sob risco. Nunca as crianças estiveram sob ataque como estão no Brasil hoje.

No ano passado, eu tive que sair de Brasília para visitar uma criança em Manaus. O Brasil, no ano passado, bateu um recorde mundial: a criança mais jovem do mundo, com registro, que foi estuprada foi no Estado do Amazonas e tinha simplesmente cinco dias – cinco dias – de vida! Nós não vamos tolerar mais isso. Nós vamos discutir a violência contra a criança de uma forma muito séria, mas não é só discutir, não. Nós queremos que esta Comissão seja propositiva também.

E aí eu finalizo, gente, dando um panorama. Olhem só: nós estamos com 66 matérias, Mara... Tem 409 proposições no total para serem apreciadas por esta Comissão – a gente já começa com muito trabalho –, e 66, Mara, estão aguardando designação de Relator. Inclusive, das 66, 4 são minhas. Nós vamos designar Relator para todos os projetos de lei, Mara. Nenhum projeto de lei vai ficar parado, mesmo aquele com que a gente não concorda. Será designado um Relator, vai ser colocado em votação, e quem vai decidir é o Plenário. Nós temos, Mara – olhe que tristeza –, 318 matérias com os Relatores que não foram entregues ainda. Nós vamos fazer uma busca e ver se esses Relatores continuam na Comissão, se eles vão querer continuar sendo Relatores, mas a gente vai fazer um trabalho com os gabinetes deles para a entrega dos relatórios. Nós queremos limpar as gavetas, a gente quer apreciar todas as propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós só temos para a próxima reunião já 17 matérias prontas para a pauta. E nós vamos começar com as 17 e com os requerimentos que vão chegar, mas a gente vai lutar muito, Mara, para que as 66 já venham para a pauta e para que a gente tenha um primeiro semestre com muita deliberação na Comissão.

E nós temos sete matérias que estão aguardando audiência pública. São projetos complexos que têm que ser discutidos em audiência pública. Nós vamos priorizar – a Secretaria está aqui – essas sete audiências públicas para a gente já deliberar essas matérias. Nenhuma matéria vai ficar na gaveta. Posso repetir? Nenhuma matéria vai ficar na gaveta. Todas serão apreciadas, o.k.? Vejam só, das 402 matérias aguardando Relator, ou com Relator, ou prontas para pauta, 60 dizem respeito à criança e ao adolescente. Então, criança já é prioridade aqui; sessenta matérias falam sobre os direitos das crianças e dos adolescentes; cinquenta, sobre direitos das mulheres e das pessoas com deficiência. Outras trinta referem-se ao direito das pessoas idosas.

E aí, Mara, a gente vai discutir muito, priorizar o direito das pessoas idosas, não em detrimento dos outros direitos, mas a gente não suporta mais tanta violência contra a pessoa idosa. Nós vamos fazer uma visita ao Estatuto da Pessoa Idosa no Brasil. Nós temos mais de 40 matérias relativas a direito à saúde, direito ao trabalho e à promoção de justiça no caso de violações de direitos.

E aqui, Mara, com relação ao direito de trabalho, nós precisamos elogiar a forma como o Senador Paim conduziu a Comissão nos dois últimos anos.

Eu sou uma Senadora apaixonada pelo Senador Paim. Todo mundo sabe disto: como eu admiro, como gosto do Senador Paim, e ele conduziu esta Comissão, nos últimos anos, de uma forma brilhante. Nós vamos continuar o trabalho do Senador Paim, especialmente com relação ao direito do trabalho, que é uma matéria do coração dele. Ele é membro da Comissão, e a gente vai continuar o trabalho iniciado pelo Senador Paulo Paim.

Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, gente, a prioridade do mandato, eu já falei, é o direito à vida, e vida com dignidade. A gente vai falar sobre dignidade da pessoa idosa, dignidade dos povos tradicionais, dignidade dos povos indígenas, dignidade das pessoas com deficiência, o direito à vida, a vida para todos.

Direito à liberdade é claro. Todo mundo esperava que eu falasse sobre isso. Eu falei que eu sou universalista e eu vou ler a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Lá está dizendo que o direito à liberdade, que a liberdade é um direito humano, e eu vou falar sobre liberdade. Lá também está dizendo que saneamento básico é direito humano. Por que ninguém fala de saneamento básico como direito humano? Está na Declaração Universal. Na Declaração Universal está dizendo que casamento é direito humano. Está dizendo que nós temos o direito à propriedade. Nós vamos fazer o debate sobre todos os direitos. Eu anunciei que seria de uma forma universal. Vou falar sobre direito à liberdade? Vou, gente. Se eu for provocada, vou, e sobre todos os outros direitos. Eu quero lembrar que a Presidente vai trabalhar com o que está chegando na Comissão, mas o direito à liberdade será discutido. Por último, direito à igualdade, direito à justiça, esse vai ser o norte de nossa Comissão, sem nenhuma polêmica. Tinha gente com medo de que eu fosse a Presidente por causa da polêmica. Não, eu trabalho com consenso.

E aí, gente, essas são as minhas palavras iniciais. Sejam bem-vindos, venham participar da reunião, de todas elas.

E, claro, a gente não pode terminar esta reunião, este nosso primeiro encontro sem a gente ouvir a nossa Vice-Presidente.

Ali, Vice-Presidente – você já viu –, nós vamos trabalhar em parceria com os foros internacionais. Eu quero muito, Mara, que os nossos membros participem das reuniões internacionais. Nós vamos ter a CSW agora, nós vamos ter reuniões em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos. Quero muito que esta Comissão participe de todos os debates internacionais junto com você, porque você já participa, você já está lá, representando o Brasil.

Dessa forma é que vamos conduzir a Comissão.

Obrigada por estarem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos agora ouvir, com muito carinho, a nossa Vice-Presidente, a Senadora Mara Gabrilli. (*Palmas.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, primeiro eu quero agradecer a presença de todos. Sem vocês aqui... Como a nossa Senadora Damares, nossa Presidente, já disse, esta é uma Comissão que também tem a característica da participação da sociedade, e isso é matéria-prima para o nosso trabalho. É fundamental. Então, em nome da Olga e do Wolf Kos, eu quero agradecer a presença de todos vocês.

Quero agradecer a presença da nossa Senadora Ivete, que presidiu a sessão, que, para nós, é um ícone aqui, e é muito importante você participar junto com a gente, porque você só vai agregar ao nosso trabalho com o seu lindo trabalho.

E, agora, falar de Damares. Como falar de Damares, que minha vida fica entrecruzando a vida da Damares... Querendo ou não, nós estamos unidas, e, assim...

Eu a admiro muito, Damares, porque você pode ter suas crenças, suas vontades, mas você tem uma virtude: você sabe ouvir e você sabe respeitar a vontade e o direito do próximo. Sem isso, você não poderia ser uma Presidente de qualidade como você será, como você já é, como você tem demonstrado no seu trabalho aqui no Congresso. Você falou de tantos temas importantes que a gente tem que trabalhar... São temas básicos para a sociedade.

Às vezes a gente não imagina, por exemplo, que a gente passa a vida inteira, desde a hora em que a gente nasce, se preparando para ficar idoso, e é todo esse preparo que vai definir a qualidade da nossa vida quando a gente for idoso, e a gente precisa desse olhar.

E sabe uma coisa que eu estava pensando aqui, Damares? A gente vai fazer até uma exposição sobre trabalhos invisíveis. Geralmente, esses trabalhos invisíveis cabem às mulheres, e são muitos esses trabalhos, mas tem um... E aqui eu já quero pedir uma homenagem à Eula, que está segurando meu microfone, à Késia, que é a minha cuidadora, porque esses são trabalhos invisíveis. Eu só consegui chegar aqui por conta do trabalho invisível de todas essas mulheres que estão aqui perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Damares, eu acho que um dos nossos principais objetivos, um dos nossos principais desejos e vontade é construir a Política Nacional de Cuidados. A gente tem que fazer isso, porque toda mulher é cuidadora, ela já nasce cuidadora, e esse serviço acaba sendo nosso.

E a gente tem que discutir e tem que valorizar essas mulheres cuidadoras, que não têm aposentadoria, que não têm o olhar do Estado e que não têm o valor que elas deveriam ter, porque elas fazem de um tudo para conseguir dar conta. É trabalho em casa, é trabalho fora, é cuidar, é observar se o alimento está ficando mais caro, é observar o que é que a família vai comer.

Então, assim, a gente tem um trabalho muito grande para fazer com as mulheres, para fazer com as mulheres com deficiência, para fazer com as crianças, com os jovens, e a gente vai somando tudo. Então, está tudo interligado, não é? Se a gente tiver crianças e idosos aqui, e as crianças puderem ouvir os idosos, olha que mudança que a gente já faz na forma de a criança criar o respeito pela pessoa idosa, que um dia ela será. A gente nunca pode esquecer que todos nós seremos idosos – a gente quer ser, a gente não quer morrer antes disso. Então, nós seremos idosos, a gente vai ouvir menos, a gente vai enxergar menos, a gente vai ter mobilidade reduzida, a gente vai raciocinar de forma mais lenta. Então, quando a gente fala de idoso, quando a gente fala de jovem, quando a gente fala de criança, a gente está falando de levar humanidade para todas as etapas da vida.

E o Brasil tem que aprender cada vez mais a valorizar a primeira infância, porque na primeira infância a gente está construindo a personalidade – não é, Senadora Tereza? –, está construindo caráter, a gente está construindo a nossa capacidade de construir amor. E a gente pode ter o que a gente quiser na vida... Pode ter uma doença rara, pode ter uma deficiência, pode ser criança, pode ser jovem, pode ser jovem em crise de trabalho, pode ser jovem em crise existencial, pode ser quilombola, pode ser indígena, pode ser estrangeiro. Eu vi que estava escrito lá. Então, a gente também tem uma responsabilidade, inclusive com refugiados e pessoas que vêm para o nosso país. A gente também tem essa responsabilidade nesta Comissão. Esta Comissão abraça. E uma coisa que ninguém perde, que ninguém nunca vai perder e para a qual a gente tem que trabalhar para contribuir é a capacidade de amar, porque é a capacidade de amar que faz a gente querer produzir e querer produzir para o próximo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, quando a gente consegue fazer uma pessoa melhorar de vida, é a humanidade que dá um salto de qualidade.

Então, eu só tenho que te dizer da minha gratidão de continuar do seu lado e de podermos fazer visitas externas, como fizemos na Comissão de Doenças Raras, e explorar este país e tentar amenizar a desigualdade que a gente vive.

Muito obrigada, Damares.

Muito obrigada, Ivete. Muito obrigada, Senadores e todos que estão aqui colaborando para a gente fazer desta Comissão a comissão do povo do Brasil, a Comissão do Senado. Muito obrigada pela presença de vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, que alegria! Eu estava pensando, Mara, em a gente apresentar um projeto de resolução, e esta Comissão se transformar na Comissão do amor, não só dos direitos, mas do amor.

E, quando Mara falou das diligências, nós vamos fazer diligência, sim, tá, gente? Nós vamos aos presídios. Nós precisamos ver como é que está a situação carcerária no Brasil. E esta é a Comissão, em parceria com a Comissão de Segurança.

Por exemplo, Mara, como é que estão as pessoas com deficiência no cárcere? Como é que estão os idosos no cárcere? Nós vamos fazer essa discussão, e todos os temas de forma transversal. Nós vamos ao campo. Nós queremos ver como é que está a situação no campo.

Tem direitos violados no campo, Tereza. Nós vamos ao campo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Damares, será que eu posso falar mais um pouquinho?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Porque, já que você tocou nesse assunto, esse sempre foi um tema que me intrigou, e eu comecei a fazer palestras em presídios. Comecei a ir em presídios fora de São Paulo, e cheguei a ir em presídios aqui e acompanhei muito a vida das pessoas com deficiência aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Papuda. E teve um dia... Porque as pessoas que entram no presídio com deficiência acabam perdendo o BPC, elas ficam... Elas são obrigadas a comprar a medicação delas. E, pior, um cadeirante não pode ir para o pátio porque ele volta sem a cadeira, se arrastando, porque os outros pegam as cadeiras para que elas virem arma.

Então, assim, é uma realidade que às vezes a gente não pode imaginar, em que numa cela de 11m^2 – não, acho que menos que isso – cabem mais de 20 pessoas esmagadas, umas em cima das outras, e pessoas com deficiências que eu consegui enxergar. E um recém-preso... Eu cheguei, fui levar a Primeira-Dama para ver, e ele levantou o pé e falou assim: "Um rato comeu o meu dedão essa noite". É assim que vivem as pessoas com deficiência dentro de um presídio.

Então, eu fico muito feliz de você tocar nesse assunto. Nós vamos fazer essas diligências sim. E vamos olhar a fundo, porque direito humano é direito humano, entendeu? Não importa qual a situação. Todas as pessoas têm capacidade de aprender, e todas as pessoas têm capacidade de se transformar.

Eu fiz psicologia por causa disto, porque eu tive a oportunidade de ser cuidadora. E eu fui cuidadora de uma menina tetraplégica – isso é uma ironia muito grande do destino. Também cuidei dois anos de um senhor de 90 anos, e esse senhor fez eu me transformar, porque quando eu cheguei para cuidar dele... Nossa, Ivete, ele era tão bravo, ele era ranzinza! Eu não podia fazer nada, eu abria a boca e ele xingava; eu me mexia e ele xingava. Tudo que eu ia fazer, cuidar da planta, ele falava: "A planta viveu assim a vida inteira, não precisa mexer". E aí ele foi vendo que eu estava lá porque eu queria, que eu queria colaborar, que eu queria ajudar. E, no final das contas, esse homem virou um grande amigo meu. Quando eu fui embora do país que eu vivia com ele, ele até faleceu. E eu aprendi com ele que uma pessoa de 90 anos se transforma: ela se transforma, ela passa de brava a boazinha; ela pode enxergar coisas que ela não enxergou a vida inteira.

Por isso, o valor de nós aprendermos com os idosos e sabermos o quanto nós e todo mundo temos capacidade de melhorar e de nos transformar para um ser humano melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Maravilha, Mara! O nome da Mara é Maravilha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos às ILPIs também, Mara, visitar os abrigos, as casas de acolhimento de idosos e as casas de acolhimento de crianças. E a gente vai apresentar relatórios sobre tudo isso.

Eu quero informar que já passaram aqui no plenário 27 Senadores – 17 membros, os demais não são membros. E nós temos aqui a Senadora Tereza que está pedindo para falar.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Minha querida amiga, Senadora Damares, e Senadora Mara Gabrilli, esta Comissão não poderia estar melhor do que nas mãos de duas mulheres que são exemplos nessa área de direitos humanos, que sabem onde os problemas estão.

Você falou aí das crianças, você falou do jovem e você falou do idoso, e, neste país, nós estamos precisando de uma palavra que se chama respeito. As pessoas esqueceram; as pessoas estão precisando reaprender. Como, com 90 anos, a gente se transforma, eu acho que o Brasil está precisando se transformar.

E ontem eu fiquei muito feliz: conversando com o Senador Davi, Damares, ele falou que nós precisamos de três palavrinhas aqui, respeito, liturgia e mais uma... Foram três palavras muito importantes. Mas eu estou muito feliz, porque eu tenho certeza de que, com esta Comissão sob a batuta de duas mulheres tão especiais como vocês e com todos os membros que vão poder colaborar, enfim, com os projetos que aqui vocês vão votar, a sociedade brasileira vai ganhar muito.

Então, eu não poderia deixar de vir aqui dar os meus parabéns e desejar muito sucesso a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora. Obrigada!

Senador Jaime também, Rondônia – eu lutei para ele vir para esta Comissão!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Damares, eu queria me inscrever, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Quero cumprimentar aqui V. Exa., Senadora Damares, por estar à frente da Comissão de Direitos Humanos, a Mara Gabrilli; cumprimentar aqui também a Senadora Ivete da Silveira, do meu estado de origem, lá de Santa Catarina; e dizer para vocês a suma importância dos direitos humanos para a criança, o adolescente, os idosos, os hospitais, enfim, nós temos uma série de problemas hoje dos direitos humanos no Brasil.

Eu queria deixar aqui uma ênfase muito importante: lá no meu Estado de Rondônia, aconteceu um episódio daquela situação do dia 8 de janeiro que eu gostaria que fosse analisado com muito carinho por esta Comissão: aqueles pais de crianças... porque tem um caso lá, que é aquele caso do Ezequiel. São oito crianças – oito crianças –, Senadora Mara Gabrilli. O mais velho tem dez anos, até um de um ano de idade. Seis crianças. Eu peço que nós possamos ver algo junto ao Supremo Tribunal Federal para que esse pai dessa família possa voltar para casa. Ele é uma pessoa que não cometeu nenhum crime para trás. Não existe nenhum crime. Se aconteceu alguma coisa, tem que pagar pelo seu erro, mas nós temos que levar essas pessoas... É impossível você ver... Eu pessoalmente estou ajudando essa família, porque ficou a mãe isolada, inclusive perdeu o emprego em que trabalhava no estado, não pode receber. Então, eu gostaria muito... Tem esses casos e tem muitos casos pelo Brasil afora de injustiças que, às vezes, são feitas com as famílias. E nós precisamos dar prioridade, sim, a nossas crianças, porque é difícil para qualquer família ficar longe do pai, longe do seu ídolo, como é o pai para uma criança.

Obrigado, Senadora.

Sucesso para vocês nessa missão. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Apresente como requerimento a sua solicitação. E, como eu disse, nenhum requerimento será ignorado. Nós vamos trazer todos os requerimentos para a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir o Senador Mecias de Jesus. Para quem não sabe, ele é o meu Líder, é o Líder do meu partido. Foi o Senador Mecias que brigou por esta Comissão. O Republicanos tem discutido direitos humanos de uma forma muito madura dentro do partido. Nós temos excelentes experiências dentro do partido. Ele brigou por esta Comissão e brigou para que eu fosse a Presidente. E quero lhe agradecer, Líder, por ter confiado, acreditado no meu trabalho. Houve, no início, algumas resistências e o senhor se manteve firme. E a minha responsabilidade aumenta. Eu vou ter que honrar a sua indicação. Obrigada, Líder.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Senadora Damares, minha querida amiga e Presidente desta Comissão, eu não tenho dúvida de que V. Exa. honrou e honrará mais esta missão, como vai honrar todas aquelas missões que lhe forem confiadas na sua vida. Tem sido assim a sua história de vida, de honrar, respeitar e trabalhar para defender, sobretudo, os menos favorecidos do nosso Brasil. A senhora é Senadora pelo Distrito Federal, mas a senhora é amada em todo o Brasil. Portanto, o Republicanos se sente orgulhoso de V. Exa. A Presidência desta Comissão é, sem dúvida nenhuma, algo que o nosso partido Republicanos defende, pelo qual luta e trabalha, que são os direitos humanos. Portanto, eu quero parabenizá-la, desejar-lhe boa sorte e sucesso, em nome do nosso partido. Trago-lhe o abraço do Presidente Marcos Pereira, Presidente Nacional do nosso partido. E, mais uma vez, quero dizer que o Republicanos se sente muito bem representado por V. Exa. nesta Comissão. Parabéns a V. Exa., parabéns à Senadora Mara Gabrilli, que é uma pessoa queridíssima por todos nós e que vai acompanhá-la nessa missão de defender os direitos humanos no nosso país.

Senadora Ivete, parabéns pela condução dos trabalhos para a eleição das nossas duas queridas amigas: as três mulheres aí. Olha que paredão bonito está ali.

Então, a todos, muito obrigado, um abraço e a gratidão do nosso partido pelo trabalho que a senhora faz em favor do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Líder. Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hiran, também Roraima, amigo. O Senador Hiran é médico, já é membro da Comissão. A gente vai discutir o direito à saúde, como o senhor sempre discute nesta Casa, Senador. Obrigada por estar com a gente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senadora Damares, a senhora não imagina a honra, a alegria, o orgulho que nós todos temos – manifestados aqui na palavra de todos que me antecederam – de tê-la como Presidente desta Comissão tão importante da Casa, juntamente com minha querida amiga. Trabalhamos juntos desde a Comissão de Seguridade Social, lá da Câmara de Deputados. Eu sei, querida Mara, do seu compromisso de vida em garantir acesso àquelas pessoas que mais precisam, no que tange à acessibilidade, à saúde, a terapêuticas inovadoras, que às vezes são cerceadas às pessoas mais pobres. Então, eu acho que a senhora vai fazer também um grande trabalho aqui.

E quero dizer para a Senadora Damares que eu e o Mecias, certamente, estamos aqui muito esperançosos de que a senhora tenha um olhar muito especial para o nosso estado, que vive uma imigração, a maior imigração do nosso país, se nós considerarmos o século passado e este século, um dos maiores êxodos da história da humanidade, que é o êxodo causado por aquele Governo tirano da Venezuela. Aliás, o Governo atual recebe aqui aquele Presidente com honras e circunstâncias.

Eu acho um absurdo porque aquele Governo causou e causa sofrimento de cerca de 8 milhões de pessoas que vagam em situação de absoluta vulnerabilidade pelo mundo. E lá no nosso estado, que a senhora conhece muito bem, nós temos já 10% da nossa população de venezuelanos, que são acolhidos por todos nós, mas que sobrecarregam nosso sistema de saúde, de educação, de segurança, sem nenhuma contrapartida do Governo Federal, apesar de decisão já prolatada pelo Supremo Tribunal Federal para que nos ajude, para que compartilhe conosco essa despesa. Mas nós não somos ouvidos pelo Governo, e isso gera também sofrimento aos nossos roraimenses.

E, para a senhora ter uma ideia, nós lá já temos organizações criminosas que se associaram com o PCC, com o Comando Vermelho. O Trem de Aragua é uma organização criminosa extremamente violenta da Venezuela, que passa para o nosso país e fomenta violência, fomenta insegurança no seio da nossa comunidade do Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, há a nossa questão dos nossos ianomâmis. Quando nós entramos aqui, nós tivemos uma Comissão Especial para avaliar toda a atenção às comunidades indígenas. Dizia-se que era culpa do Governo anterior, do Presidente Bolsonaro, mas, na realidade, nós provamos, através do nosso trabalho, da nossa relatoria naquela Comissão Especial, que aquele modelo que se estabeleceu de atenção às comunidades indígenas é um modelo inadequado, e nós precisamos aperfeiçoá-lo. E conte com o nosso trabalho, o meu, o do Senador Mecias, do Senador Chico aqui, que também conhece muito a realidade do estado, para que nós possamos fazer diligências, trabalhos e proposições que possam mitigar o sofrimento daquelas pessoas.

Um grande abraço para a senhora e para a Senadora Ivete também. Parabéns pela condução dos trabalhos de eleição dessa Presidência da Comissão!

Contem conosco que certamente faremos um grande trabalho em prol do nosso país e, principalmente, daqueles mais desfavorecidos e que mais precisam do nosso olhar comprometido, como é o de vocês.

Um grande abraço e que Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Hiran.

Ele traz dois assuntos importantes: o fluxo migratório e a questão ianomâmi.

Senador, apresente requerimento. Eu acho que uma das primeiras diligências, Mara, deve ser a Operação Acolhida. Nós estamos com notícias de crianças atravessando a fronteira sozinhas. Nós temos notícias de pessoas com deficiência na Operação Acolhida já há algum tempo morando lá nas tendas da Operação Acolhida. E também, Senador, sugiro que apresente o requerimento para uma diligência à área ianomâmi, para a gente ver o que está acontecendo, para a gente trazer os avanços do atual Governo e em que mais precisamos de melhorar em área ianomâmi. Eu acho que seriam duas diligências muito importantes.

Na sequência, a gente tem aqui o Senador Laércio, de Sergipe. Vocês não se assustem com a forma como ele se dirige à Presidente – o Senador Laércio é um amigo antigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também chegou o Senador Vanderlan, de Goiás, que, até alguns instantes atrás, era o meu Presidente na CAE. Eu fui membro da Comissão, com um grande Presidente, e eu tenho a honra de ele agora ser membro desta Comissão.

Depois vocês olhem a composição da Comissão. Esta Comissão está incrível, gente! A composição está incrível. Entre os que estão entrando e cumprimentando aqui, já passaram agora, nós estamos contando que 32 Senadores já entraram nesta reunião.

Senador Laércio, de Sergipe.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Tia Damares, bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tia!

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Bom dia, senhoras e senhores e a todos que aqui estão, Senadoras, Senadores! Senadora Ivete, obrigado pela condução da eleição da Presidente desta Comissão de Direitos Humanos.

Meninas, Mara, Damares, Senadoras queridas, amigas, talvez eu seja a pessoa com maior emoção neste momento. Eu sei que já teve muita emoção aqui hoje a partir de você, mas eu vim aqui, Damares – e vou tirar todo o formalismo que forma a nossa rotina aqui –, para dizer que, talvez há 30 ou 40 anos, nos nossos trabalhos lá no nosso Estado de Sergipe, fazendo uma política social, um trabalho social que você sempre fez, numa comunidade lá no meu estado, no interior, um povoado existe na condição que existe hoje por causa de você. Foi você que fez isso há mais de 40 anos talvez, num povoado chamado Siririzinho. E, naquele momento, naquelas andanças da gente, jovens, sonhadores, só Deus para promover um momento como este. O tempo passou, nos nossos destinos, cada um seguiu a construção da sua vida, da sua história, e a gente se encontrou aqui. Eu cheguei aqui como Deputado Federal, você era assessora lá na Câmara dos Deputados também. E a gente se reencontrou depois de tantos anos de trabalho no nosso Estado de Sergipe. Você também saiu do estado, cumpriu sua missão, foi para outro lugar.

Eu estou fazendo esse relato porque é importante que as pessoas saibam da história, porque encontrar você aqui hoje como uma Ministra de Estado, encontrar você aqui hoje como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Senadora da República, as pessoas conhecerem você a partir daqui é muito legal, mas eu quero falar da Damares que eu conheci jovem, como eu. Enxergar a sua trajetória, ver você chegar até aqui e hoje assumir a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal é bênção merecida. Você está aí porque você merece, pelo que você fez, pelo que você é, mas principalmente pelo que você fará pelo Brasil. Os direitos humanos, você respira isso dia e noite, e a sua vida, o seu cotidiano e a sua rotina respiram isso.

Então, eu me ofereci para vir para a Comissão de Direitos Humanos por você, para ajudar você a levar adiante todos os seus sonhos. Porque, se há 40 anos, a gente sonhou com uma vida melhor para as pessoas que estavam no nosso entorno, hoje a gente tem condições de continuar sonhando e continuar fazendo. Então, esse testemunho eu queria deixar aqui registrado nos *Anais* desta Casa.

E, mais uma vez, quero dizer a você do meu carinho enorme por você. De vez em quando, trago do nosso Estado de Sergipe as iguarias de que você tanto gosta, que tanto ama, e que sempre fará parte da sua vida pelo carinho também que você tem por aquele cantinho do Brasil.

Portanto, meu amor por você, meu respeito, a minha admiração. Infelizmente – infelizmente –, eu não consigo deixar de chamar você de Tia Damares. Obrigado. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Laércio.

Esta será a casa dos pescadores artesanais, das nossas marisqueiras do Nordeste, das nossas castanheiras, que estão sem a impressão digital, quebrando castanhas, às vezes por centavos, para chegar tão caro nas nossas mesas. Nós vamos ouvi-las. Nós vamos ouvir as mulheres do campo. E a gente sonhou, Laércio, e olha onde o nosso sonho nos trouxe. Éramos dois jovens, sem nada, que sonhávamos nas comunidades rurais por dias melhores para eles. E a gente está aqui, a gente deve essa obrigação. Nós vamos lutar juntos. Obrigada, tio Laércio. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vai indo para o encerramento ouvindo o nosso Senador Vanderlan. Ele será o último a falar, e eu queria fazer um ato simbólico e, depois, eu encerro. E nesse ato simbólico eu queria convidar Bernardo para sentar na mesa comigo. Vem cá, Bernardo. (*Palmas.*)

Bernardo é um jovem autista. Vem cá, Bernardo. Esta é a sua casa, Bernardo.

E eu quero convidar uma mulher que mostra a diversidade, e a gente vai parar de tanta briga neste país. Esta vai ser a Comissão do amor. Nós não vamos colocar segmentos contra segmentos. Eu tenho nesta Comissão Senadores do agro que respeitam os povos indígenas. Eu quero chamar a Aureni para sentar aqui na mesa comigo. (*Palmas.*)

E a gente vai terminar esta reunião com esta mesa diversa: a Mara; a Senadora Ivete, uma idosa; a Damares, a mais bonita do Brasil, mãe solo, solteira, querendo casar; o Bernardo representando todas as pessoas com deficiência. É simbólico você estar aqui. Bernardo um dia vai ser nosso Deputado nesta Casa. Tenho certeza disso. E a Aureni representando as mulheres que ainda estão invisibilizadas – ainda –, mas essas mulheres terão lugar nesta Comissão, nesta Casa. Todas elas. Nós vamos ver esta Casa cheia de ciganas, cheia de imigrantes, cheia de mulheres quilombolas. Esta Comissão é delas.

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Meus cumprimentos à Senadora Ivete, que está presidindo esta reunião.

Senadora Mara, meus cumprimentos.

E meus cumprimentos, Senadora Damares, a você. Eu tive o maior prazer de presidir, deixar V. Exa. presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos por algumas vezes, mas eu já tinha um plano, que era treinar V. Exa., porque ia assumir uma Comissão importante como esta. E o fez com muita maestria.

Eu não poderia, Senadora Damares, Senadora Tereza Cristina, deixar de vir aqui. Quando foi para nós escolhermos, meu Líder Omar Aziz passou as Comissões para nós escolhermos, eu disse: "olha, estou sabendo que a Senadora Damares vai para a CDH". Eu quero participar, quero estar nesta Comissão, porque ela me ajudou muito como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos a conduzir aquela Comissão, juntamente com os outros Senadores. Tudo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passava para a Senadora – e aqui eu quero deixar meu testemunho, viu, Laércio? –, tudo que passava para ela, ela relatava, não enrolava, devolvia e conseguia, Tereza, convencer o Governo, conseguia convencer a todos e nós aprovávamos. Por isso que aquela Comissão, Senadora Damares, teve aquela produtividade, porque era uma Comissão em que todos eram unidos.

E aqui também, Senadora Damares, quero fazer um agradecimento de público. A gente conhece as pessoas é nos momentos difíceis que a gente passa.

Então, no momento difícil por que eu passava, V. Exa. pegou o microfone e o usou ali, transmitido para todo o Brasil a sua solidariedade e dizendo: "Eu o conheço". Então, isso daí a gente não esquece, Senadora. Fiz questão...

E outra coisa, o Senador Jaques estava correndo nas outras Comissões, que ele quer vir aqui. Então, a senhora conquistou a todos. O nosso Líder do Senado quer vir aqui ainda, chegar a tempo para dar um abraço em V. Exa.

Então, eu desejo aqui, como seu amigo, como seu colega, êxito, sucesso, como em tudo em que V. Exa. passa e põe a mão. Deus abençoa, por quê? A senhora só tem bondade no coração, sempre é para ajudar, nunca para prejudicar. Deus a abençoe nessa cadeira de Presidente, que a responsabilidade é muito grande. Nosso país está precisando, Senadora Damares. Beijo no coração. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu eterno Presidente, foi Presidente de uma Comissão durante a reforma tributária. Vocês têm ideia do trabalho que foi aquela Comissão e a forma como ele conduziu, como eu aprendi com o senhor? Tentarei ser uma Presidente aqui como o senhor foi lá. Muito obrigada.

Senadora Mara quer mais uma palavra e a gente já vai para o encerramento.

Sim. (*Pausa.*)

Eu falo com você, só um instante.

Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Primeiro, eu dizer: que lindo! Emocionei-me aqui. E você sabe, Senador Vanderlan,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Damares também me salvou. Na Comissão, Subcomissão de Doenças Raras, muitas vezes em que eu precisei, ela nem titubeou em me ajudar. Então, eu tenho muita gratidão, viu, Damares? Quero que você conte comigo.

E só dizer de um público – a gente falou de tantos públicos, mas tem um que é tão negligenciado, que sofre tanto, e a gente não tocou no tema – que a gente tem que trabalhar nesta Comissão, que são as pessoas em situação de rua. E isso tem que ser um tema de impacto aqui. A gente tem que trabalhar isso a fundo, porque isso está completamente fora de qualquer direito humano, que é morar na rua. Então, é um tema que a gente tem que abordar também.

E parabéns, Damares! Parabéns a todos. Estou muito feliz de estar aqui, é um orgulho. E vamos lá. Vamos ver qual a próxima surpresa da nossa Damares. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Gente, é uma sessão diferente. Nós estamos com um horário corrido, vai ser instalada uma outra Comissão aqui. Quem está aqui para acompanhar apenas essa, quando sair, saia em silêncio, já vai começar uma outra Comissão. Mas como eu disse que essa é a casa do povo, nós temos um representante da comunidade cega, ele está ali.

Pastor Edvaldo, ajude-o com o microfone. Um minuto, em nome de todos que estão aqui.

O SR. BERNARDO MARTÍNEZ – Senadora, primeiro cumprimento os Senadores aqui presentes, cumprimento a senhora, Senadora. Quero que a senhora olhe nos meus olhos aqui. Eu não posso olhar nos olhos da senhora, mas a senhora pode olhar nos meus, junto com a Mara Gabrilli. É extremamente relevante a posse da senhora nesta Comissão de Direitos Humanos, acompanhada pela Mara Gabrilli de um lado, cadeirante querida, nossa Senadora, e pela sua assessora Carol. A senhora é mãe e filha da diversidade, Damares. E a senhora já fez, faz e fará a diferença no Brasil.

Assim como temos Deputados Distritais com deficiência em Brasília que cuidam da causa, como o Iolando, a senhora cuida da causa da pessoa com deficiência no Brasil. Eu a admiro, eu amo o trabalho da senhora e tenho muito respeito pela senhora e pela Mara Gabrilli. As pessoas com deficiência e as pessoas com deficiência visual estão gratas, felizes e contentes com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversidade, com a pluralidade de ideias e com a chegada da senhora para fazer justiça e para fazer aquilo que a sociedade merece por meio da sua representação.

Muito obrigado. Que Deus seja louvado, acima de tudo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senhores, nada mais... Antes, eu quero apresentar o Secretário da Comissão. Christiano, vem cá. A gente continua com o Christiano como Secretário desta Comissão. O Christiano fez um trabalho incrível com o Presidente Senador Paulo Paim, e ele continua como nosso Secretário nesta Comissão. E a equipe, é claro, toda a equipe da Secretaria, obrigada pelo apoio na primeira reunião. Que Deus abençoe vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 02ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e três minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Paulo Paim e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2343, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para vedar a adição de qualquer quantidade de açúcares ou adoçantes nos alimentos para lactentes." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5562, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos que deixarem de adotar as medidas previstas em lei para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4781, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 478, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou outros locais de apoio à mulher vítima de violência e sobre a possibilidade de encaminhamento do agressor, no âmbito de programa de reeducação e recuperação, para prestar serviços em locais de apoio à vítima de violência doméstica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 499, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 92 do Decreto-Lei nº 2.8484, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo de quem pratica crime sexual contra criança, adolescente, pessoa com deficiência ou mulher, bem como impedir, nessas hipóteses, a sua assunção no prazo de até cinco anos após o cumprimento da pena." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 01-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3272, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 2, de 2025 que: "Requer a criação de Subcomissão Temporária, para debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 3, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 35/2024 - CDH sejam incluídos os convidados que especifica." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros. Resultado: O Senador Magno Malta subscreve o requerimento, que em seguida é aprovado pela Comissão. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 4, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 96-B do RISF (Resolução n. 44), que a CDH avalie o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Resultado: Adiado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 5, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os direitos e desafios da pessoa com deficiência no setor de transporte aéreo, à luz da Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências, sobretudo quanto aos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e com doenças raras." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros. Resultado: A Presidente Damares Alves subscreve o requerimento, que em seguida é aprovado pela Comissão. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 6, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o diagnóstico e o tratamento da Síndrome do Nariz Vazio (SNV)." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros. Resultado: A Presidente Damares Alves subscreve o requerimento, que em seguida é aprovado pela Comissão. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 7, de 2025 que: "Requer ciclo de debates sobre os direitos humanos e o desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 8, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 9, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de audiência para debater sobre crimes transnacionais e direitos humanos." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 10, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre violações de direitos humanos e crimes contra a dignidade da pessoa humana." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 11, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos humanos fundamentais, com foco no direito à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros. Resultado: O Senador Magno Malta subscreve o requerimento, que em seguida é aprovado pela Comissão. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 12, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre empresa e direitos humanos." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 13, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos da família." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 14, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos humanos das mulheres." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 15, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 16, de 2025 que: "Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos das pessoas idosas." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 17, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos presídios, com o objetivo de visitar os presos políticos do dia 08 e 09 de janeiro." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros. Resultado: O Senador Magno Malta subscreve o requerimento, que em seguida é aprovado pela Comissão. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 18, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 222, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Clube Cerro Porteño do Paraguai, em relação do ato racista ocorrido na partida entre o Cerro Porteño e Palmeiras pela Copa Libertadores Sub-20, bem como o envio de cópia deste voto para o presidente do Club Cerro Porteño, situado à Avenida Quinta 284, Barrio Obrero, Assunção, Paraguai." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 19, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no dia 14 de maio, data que marca o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre este importante tema para toda a sociedade brasileira." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. A Presidente faz leitura de proposta de acordo para adoção de procedimentos a serem adotados pela Comissão e concede prazo de uma semana para o envio de sugestões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de começarmos, eu preciso informar que da pauta publicada nós temos três itens que – dois a pedido dos Relatores e um a pedido do autor – foram retirados de pautas: os itens 1, 2 e 9.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2343, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para vedar a adição de qualquer quantidade de açúcares ou adoçantes nos alimentos para lactentes.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5562, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos que deixarem de adotar as medidas previstas em lei para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do RISF (Resolução n. 44), que a CDH avalie o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR))

Com relação ao item 9, é um requerimento do Senador Mecias de Jesus em que ele apresenta uma política para ser avaliada. O art. 96-B do Regimento Interno diz que as Comissões podem e devem avaliar uma política pública temática relacionada à Comissão ao longo do ano e que os membros da Comissão podem apresentar requerimentos indicando qual política pública precisa ser avaliada. O Senador Mecias apresentou requerimento solicitando que fosse avaliado o Programa Nacional de Direitos Humanos 3, lembrando que é uma política instituída já há alguns anos, e o mundo mudou. Ele entende que essa política precisa ser avaliada para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esta Comissão participe com indicações, sugestões e também para a gente fazer uma avaliação, observando dados, números, alcance, metas alcançadas, estratégias alcançadas, objetivos alcançados, o que não foi possível alcançar. Mas, como o Regimento Interno nos dá a opção de que essas políticas sejam apresentadas, esses requerimentos para avaliação sejam apresentados até o final do mês de março, alguns Senadores também querem apresentar políticas públicas para serem avaliadas. Então, o Senador Mecias entendeu que era melhor ele retirar o requerimento dele para a gente aguardar se algum outro Senador quer apresentar requerimento para avaliar uma outra política. E nós vamos colocar em votação os requerimentos de qual política será avaliada. Então, nós vamos aguardar até a última reunião deste mês. Nós não vamos aguardar até 30 de março; vai ser na última reunião do mês de março que nós vamos colocar em votação os requerimentos de avaliação de políticas públicas. Portanto, não será na próxima reunião, mas na última reunião do mês de março aqui.

Eu peço que as assessorias falem com os seus Senadores para que apresentem o mais breve possível os requerimentos. E o Plenário é soberano, o Plenário vai escolher qual política pública será avaliada pela Comissão. É possível mais de uma política pública, mas é claro que nós vamos tentar levar a condução de um acordo para que seja uma única política, porque é muito trabalhoso, gente.

Eu fui avaliadora, no ano passado, da política pública de busca de pessoas desaparecidas, e nós tivemos várias diligências, inúmeras audiências públicas, inúmeras coletas de dados, nós tivemos que ir a órgãos públicos, nós tivemos que falar com ministros. Não é fácil fazer avaliação de uma política pública. Então nós vamos tentar ficar com uma política pública, mas o Regimento nos garante que podemos ter até duas políticas públicas sendo avaliadas ao mesmo tempo pela Comissão.

Na última reunião deste mês, nós vamos colocar em votação os requerimentos dos Senadores, quais políticas públicas desejam que a Comissão avalie ao longo do ano de 2025. Lembrando que esta Comissão tem um leque imenso, eu costumo falar que é uma Comissão tão extraordinária, Senador, que ela vai realmente do alfinete ao foguete. O leque desta Comissão é muito grande, então nós vamos aguardar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assessorias, nos ajudem conversando com seus Parlamentares. Na última reunião do mês, nós vamos colocar em pauta, dia 26 de março, os requerimentos de avaliação de políticas públicas.

Senhores, esta é uma Comissão que tem na sua atribuição direito da mulher, o cuidado da mulher, a proteção da mulher. E nós priorizaremos, no mês de março, trazer para a pauta todos os projetos de lei que estão nesta Comissão prontos para a votação, todos os projetos de lei prontos que se referem à proteção e à garantia de direitos das mulheres, inclusive alguns de forma transversal.

Nós vamos hoje apreciar um projeto de lei que fala sobre o direito da criança e do adolescente. E aí eu quero lembrar da mulher menina, da mulher adolescente, e esse projeto, inclusive, vai nos garantir que a menina e a adolescente, vítimas de violência, tenham prioridade absoluta, como a Constituição Federal determina, nos serviços de atendimento, nos serviços públicos de atendimento.

Então, nós vamos trazer propostas, mesmo aquela proposta que não está lá escrito violência contra a mulher, proteção da mulher, mas aquela proposta que está falando sobre amamentação, essa proposta vai ser colocada. Durante o mês de março, nós vamos priorizar pautas de cuidado, proteção e garantia de direitos das mulheres.

É um mês especial para nós, mas todos vocês sabem que nós não temos muito a comemorar. Tem sido dias difíceis para nós, da Bancada Feminina, termos que abrir o jornal todo dia, abrir o nosso celular, as redes sociais e nos depararmos com o aumento da violência contra a mulher, todas as violências. E a violência hoje não escolhe mais lugar.

Há duas semanas, no sábado, aqui no meu Distrito Federal, para a tristeza minha, no mesmo horário, no mesmo instante em que uma mulher grávida de 17 anos era assassinada dentro do templo da Igreja Assembleia de Deus, aqui numa região administrativa – o ex-companheiro a mata e mata o bebê gerado em seu ventre, dentro de um templo, num lugar em que essa mulher, com certeza, ia lá para buscar acolhimento e proteção –, no mesmo momento em que ele matava essa mulher dentro de um templo, dentro de um veículo do outro lado do Distrito Federal, uma mulher era estuprada por um motorista de aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A violência não escolhe mais lugar, não escolhe data, não escolhe idade, não escolhe religião. As mulheres estão sofrendo violência em todos os espaços.

Para a nossa tristeza, três dias depois, para uma ironia e para arrancar lágrimas da gente, uma mulher motorista de aplicativo – agora não é mais a passageira; é a motorista de aplicativo – é assassinada dentro do seu carro enquanto estava trabalhando. A gente não aguenta mais!

Esta é uma Comissão que tem na sua atribuição a proteção e a garantia de direito das mulheres, e nós vamos fazer este debate de forma muito séria aqui. Tem muita gente que acha que nós estamos enxugando gelo, tem muita gente que acha que nós não vamos avançar, tem muita gente que acha que a Bancada Feminina só fala disso. Eu falei na tribuna ontem e vou repetir: nós vamos continuar falando disso, sim, enquanto estivermos sendo agredidas nas ruas, nos templos, dentro dos carros, nos lares, nos nossos locais de trabalho. Nós vamos continuar falando, sim, sobre isso. Como seria bom que não precisássemos mais falar sobre isso. Mas nós vamos continuar falando. E a nossa preocupação: a mulher de todas as idades.

Senador Alessandro, há seis meses, eu peguei um avião e fui ao Estado do Amazonas conhecer a mulher mais jovem do Brasil que foi estuprada. Infelizmente o Brasil novamente bateu um recorde mundial. E essa mulher tinha cinco dias de vida. Eu fui conhecer a criança. No dia em que cheguei, ela já tinha 16 dias. Ela sobreviveu ao estupro. Ela ainda estava com um cordão umbilical, senhores. O médico que fez o parto dela cinco dias antes, em lágrimas, nos contou que, cinco dias depois, ele estava no IML fazendo a perícia na neném. Ela sobreviveu por um milagre. Mas eu tive a tristeza de ver as imagens e as fotos da perícia. Não queiram ver o que eu vi. Era uma bebezinha, uma mulher bebê, recém-nascida, agredida de forma cruel pelo esposo da avó. A avó tinha 39 anos; o marido, 41 anos; a mãe da bebê, 17 anos. Essa é a realidade do meu país.

Foi tão grave que a mãezinha, quando pegou a bebê no colo, com a fraldinha cheia de sangue, achava que ela tinha nascido daquele jeito. E a mãe e o paizinho jovem vão ao hospital dizendo: "Ó, a bebê nasceu com esse problema. Olha, o órgão sexual dela está para fora. Aconteceu alguma coisa". Eles não acreditavam que poderia ter sido um estupro. Quando o exame foi colhido, houve a presença de esperma e foi comprovado o estupro de uma criança, de uma mulher de cinco dias. Entramos novamente no livro dos recordes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas também a gente já está aí sendo pesquisado para entrar no livro de recordes com a mulher mais idosa estuprada no país, cem anos de idade, em Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande.

E aí, senhores? Temos que nos silenciar como Bancada Feminina, como Comissão? Na ponta, deste lado, quem deveria cuidar – o pai, a mãe, o avô e a avó – estupra uma bebê de cinco dias; do lado de cá, quem deveria cuidar – o filho, o neto, o sobrinho, o cuidador – estupra uma mulher de cem anos de idade.

Esta Comissão não vai se omitir. E eu sonho que o mês de março, nos próximos anos, possa ser mês de março para a gente celebrar avanços, mas, infelizmente, nós não temos muito o que comemorar.

Somos, segundo pesquisas de instituições, o pior país da América do Sul para se nascer menina, mas nós vamos trabalhar muito, para a gente ser a melhor nação do mundo para se nascer mulher.

Nós estamos trabalhando muito para isso. A Bancada Feminina tem se dedicado, Parlamentares estão se dedicando nesta Casa, e nós vamos, neste mês de março, priorizar projetos de lei de proteção, projetos de lei de garantias de direitos de cuidado para com todas as mulheres, mulheres de todos os povos, mulheres de todas as línguas: a mulher imigrante, a mulher ribeirinha, a mulher escalpelada, a mulher cigana – todas as mulheres. Essa é a atribuição desta Comissão.

Eu quero muito contar com a colaboração de todos os Senadores, e nós temos aqui parceiros. Eu quero agradecer aos Senadores que são parceiros nessa nossa luta em defesa e proteção dos direitos das mulheres. Que Deus abençoe vocês!

Vamos para a nossa pauta. Aos Senadores que chegaram agora, três itens foram retirados de pauta, mas, antes de a gente começar a votação, eu trago aqui um acordo de procedimentos de como nós vamos trabalhar aqui, na Comissão. É uma proposta de acordo.

Eu vou ler a proposta que nós estamos elaborando, e eu gostaria de que, até a próxima semana, os Senadores apresentassem sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos como objetivo colocar esta Comissão no protagonismo. Esta é a Comissão da transversalidade; tudo deve passar por esta Comissão.

Quando eu falei que eu vou atrás dos projetos de lei que falam sobre saneamento básico para pedir que eles sejam redistribuídos para esta Comissão, eu vou, porque, na Declaração Universal dos Direitos Humanos está lá: saneamento básico é direito humano, e precisa passar por esta Comissão.

Então, nós queremos, sim, fazer um trabalho diferente nesta Comissão, fazendo uma discussão dos direitos universais e não deixando outras Comissões tirarem de nós a atribuição de fazer a discussão de matérias muito importantes.

A proposta de acordo que eu trago, eu gostaria de que os senhores ouvissem, e aguardo sugestões até a próxima semana.

Buscando uma adequada organização dos nossos trabalhos nos próximos dois anos, buscando sempre a clareza e a transparência na condução dos trabalhos desta Comissão, buscando a ordem e a efetividade das discussões e deliberações nas reuniões que realizaremos semanalmente, submeto aos Srs. Senadores as seguintes medidas para a condução dos trabalhos desta Comissão.

As pautas das reuniões serão publicadas normalmente às sextas-feiras e extraordinariamente até o dia anterior à reunião. Nós vamos lutar muito para que sejam publicadas na sexta. Nós queremos trabalhar com transparência nesta Comissão.

Abertas as reuniões, não serão aceitos requerimentos, pedidos extrapauta, tais como convocação de ministros de Estado.

Senadores, eu quero muito que esta Comissão seja propositiva, e a gente vê muito em outras Comissões especialmente convocação de ministros chegando extrapauta. Nós não vamos aceitar – e quero ouvi-los, temos uma semana para discutir sobre isso – requerimentos extrapauta de convocação de ministros. Se houver a necessidade, se for uma coisa urgente e tiver que entrar um requerimento para que um ministro venha à Comissão, nós vamos transformá-lo em convite e não em convocação extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidente buscará, sempre que possível, dialogar e considerar interesse e afinidade com o tema das matérias antes de designar seus Relatores. Contudo, sendo oportuno e conveniente, esta Presidente realizará a designação *ad hoc* de matérias para que não haja prejuízo aos trabalhos da Comissão. O que é isso, senhores? Às vezes, o projeto fica três semanas na pauta e o Relator não vem três semanas. Nós vamos conversar muito com esse Relator e com a assessoria, e eu vou, com o apoio dos demais pares, designar Relatores *ad hoc*. Uma matéria, por exemplo, gente, que vai salvar a vida de crianças e o Relator não vem em três reuniões – a não ser que seja, assim, um motivo muito justificável –, nós vamos, na terceira reunião em que estiver na pauta, nomear um Relator *ad hoc*.

Também nesse sentido e considerando o prazo regimental, matérias que estiverem com o Relator por período maior que nosso Regimento prevê poderão ser avocadas e/ou redistribuídas, claro, após o diálogo com o Relator designado e com sua assessoria.

Teremos ainda um cuidado e um olhar especial para as denúncias que chegam a esta Comissão. Todas as denúncias serão analisadas e respondidas, considerando-se as atribuições desta Casa e a legislação brasileira. E nós vamos estabelecer um fluxo, senhores. Não podemos receber uma denúncia de uma criança que foi traficada, eu tão somente ler "chegou uma denúncia" e não tomar nenhuma atitude, não tomar nenhuma posição. E uma das sugestões que nós estamos trazendo para a Comissão é de que todas as denúncias que envolvem vida, risco de vida, nós vamos imediatamente encaminhar para o Ministério Público Federal – para a 6ª Câmara, quando se tratar de povos tradicionais, e para a comissão que cuida dos direitos dos cidadãos do Ministério Público, mas nós vamos dar encaminhamento; em alguns casos, inclusive para a Ouvidoria de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. É possível que algumas denúncias eu não possa esperar a reunião para ler e dar conhecimento aos senhores. Com algumas denúncias, tomarei a iniciativa de fazer o encaminhamento, informando aos senhores na primeira reunião.

Por fim, gostaria de acordar com os Srs. Senadores membros que nossos requerimentos de convocação de ministro sejam aprovados, como regra, como convites. Estou certa de que os atuais ministros comparecerão a esta Comissão sempre que convidados, mas, caso isso não ocorra, a Comissão, que é soberana, decidirá pela convocação em vez de convite. Nós temos três, quatro ministérios que fazem o diálogo com esta Comissão: o Ministério dos Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas e também o Ministério da Assistência Social. Esses são os quatro ministérios que fazem diálogo diretamente com esta Comissão, mas o Ministério da Saúde também faz diálogo com esta Comissão, doenças raras, pessoas com deficiência.

Mas nós vamos procurar trabalhar que os requerimentos sejam em forma de convite, contando com a assessoria dos ministérios, contando com os Senadores da base do Governo, que nos ajudem – nos ajudem! – no diálogo com os ministros, para que eles compareçam, em forma de convite.

Para o Senado... Essas são as nossas propostas de um acordo de procedimentos. Eu estou aguardando sugestões até a próxima reunião. E, na próxima reunião, a gente traz, em forma de ata, o acordo de procedimento de como nós vamos trabalhar na Comissão.

Aos Senadores que chegaram agora, informamos que 3 itens foram tirados de pauta... (*Pausa.*)

Mais um?

Do Senador... aliás, da Senadora Dorinha, é um projeto de lei que fala sobre custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou outros locais de apoio à mulher vítima de violência. A Professora Dorinha também retira de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 478, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou outros locais de apoio à mulher vítima de violência e sobre a possibilidade de encaminhamento do agressor, no âmbito de programa de reeducação e recuperação, para prestar serviços em locais de apoio à vítima de violência doméstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.)

Vamos para a nossa pauta, vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4781, DE 2023

- Não terminativo -

Altera os arts. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro, para a leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, Senadora Damares, já é a primeira sessão que se faz com a produção legislativa, depois da eleição; então, novamente tomo a liberdade de cumprimentá-la pela eleição de V. Exa. e desejar que sejam um amplo sucesso os trabalhos desta Comissão. Tenho certeza de que, pelo empenho de V. Exa. e pelo dinamismo, teremos um ano bastante proveitoso.

E, na esteira do que foi ali já mencionado, uma sugestão seria uma avaliação da política pública sobre proteção de testemunhas, que é um tema bem delicado; talvez até algo pudesse ser feito junto com a Comissão de Segurança Pública. De todo modo, vou encaminhar formalmente essa sugestão no prazo aí sugerido, até o final do mês.

É esse projeto que me coube relatar com muita honra, é projeto de autoria do Senador Carlos Viana. E antes de entrar aqui na leitura do relatório específico e do voto... É muito simples, né? É aquela velha ideia de que o que mais dói é o bolso, com a previsão de pena de perda de bens e valores a autores de crimes graves contra mulheres.

Então, passo ao relatório.

Vem a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para exame, com base no art. 102 do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 4.781, de 2023, do Senador Carlos Viana, que altera o art. 213 do Código Penal e acrescenta artigos na Lei nº 11.340, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher

O projeto contém três artigos.

Eu vou direto aqui à análise...

Posso ir direto à análise?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A análise de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade caberá à CCJ, por força do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, entendo que o projeto é de grande importância no combate à violência contra a mulher e merece aprovação nesta Comissão.

Na minha vida profissional, sempre tive clara a importância de infligir sanções de natureza patrimonial sobre os criminosos. Vi a relevância disso em 22 anos de magistratura e depois como Ministro da Justiça. Como Juiz Federal, nas diversas sentenças condenatórias que proferi, invariavelmente tive o cuidado de determinar, quando cabível, o confisco de produtos e proveitos dos crimes reconhecidos.

Tratando-se do crime de lavagem, sempre reconheci que privar o criminoso do produto de sua atividade ilícita é provavelmente mais eficaz para prevenir e reprimir o crime do que privá-lo de sua liberdade.

Quando ocupei o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, ao apresentar o anteprojeto de lei anticrime, destaquei que a sanção econômica é vital no combate ao crime para fundamentar a introdução, no direito brasileiro, da figura de confisco alargado, ferramenta eficiente de combate à corrupção e outros crimes graves. A proposta na época foi acolhida e está prevista hoje no artigo 91-A do Código Penal. Reputo, portanto, que devemos constantemente buscar novos instrumentos, especialmente de natureza patrimonial, para prevenir e reprimir o crime.

O presente projeto possui uma peculiaridade. No confisco, em geral, dá-se a perda do produto ou proveito do crime, dos lucros ilicitamente auferidos pelo criminoso. Aqui, o que se pretende é confiscar bens integrantes do patrimônio lícito do criminoso, como forma de, a um só tempo, puni-lo pela prática criminosa e oferecer uma reparação econômica à vítima.

O projeto vem em boa hora. Apesar da consistente evolução da legislação protetiva, a violência contra a mulher resiste como um problema crônico em nosso país, que atinge todos os estados brasileiros e de forma significativa o Paraná. Segundo dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, o Paraná teve 1.557 casos de estupros registrados, praticamente empatado com o Rio de Janeiro, na segunda posição, atrás apenas de São Paulo em números absolutos, ali com 3.227 casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na linha do que sempre defendi, a pena privativa de liberdade deve ser conjugada a sanções econômicas, de modo a oferecer um fator a mais de dissuasão do crime. Ao mesmo tempo, ao atingir o bolso do criminoso, são obtidos valores para conferir um alívio financeiro à mulher vítima da violência em momento tão delicado de sua vida.

Embora seja, de certa maneira, uma novidade uma previsão específica de sanção de perda de patrimônio para crimes praticados contra mulheres, agrego aqui que o nosso Código Penal já prevê, como pena alternativa a delitos, a perda de valores. Então, embora seja uma novidade, não é uma novidade de todo extravagante ao nosso sistema, que já conhece esse tipo de sanção.

Faço aqui o necessário elogio primeiro à Presidente da Comissão, por colocar esse projeto, nessa semana tão emblemática, e igualmente ao autor, Senador Carlos Viana, pela inovação trazida ao ordenamento.

Passo ao voto.

Diante do exposto, por acreditar em seu potencial para diminuir as taxas de crimes violentos contra a mulher, o voto é favorável ao projeto. E rogo aos pares o apoio integral ao PL nº 4.781, de 2023.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro de tudo, quero cumprimentá-la pela iniciativa de ajustes no modo de proceder da Comissão. Parabéns. Vai num excelente caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço vista do projeto, embora concorde absolutamente com o mérito, mas acho que é possível fazer algum aprimoramento. Comprometo-me a trazer já na próxima reunião, para que, dentro do mês de homenagem às mulheres, a gente tenha a possibilidade de votá-lo e aprová-lo no Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista coletiva concedida.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Era exatamente isto que eu ia pedir também, vista para poder apresentar uma emenda, mas já também considerando o mérito do projeto e parabenizando.

Aproveito para parabenizar agora o seu comando nesta Comissão muito importante, visto que eu não pude estar no dia da votação da sua eleição, mas fico muito feliz por você estar aqui hoje presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Cumprimento aqui a nossa Presidenta, Senadora Damares Alves. Eu a parabenizo mais uma vez pelo seu aniversário de ontem. Dizem que você fez 16 anos agora, né? Está novinha, 16 anos.

Quero parabenizar aqui o Relator Sergio Moro por essa relatoria. Quero parabenizar aqui o Carlos Viana por esse PL 4.781, que altera essa Lei nº 2.848, que é de 7 de dezembro de 1940. Quero dizer para vocês que nada mais justo, com todo respeito aos que pediram vista. Eu acho que eles vão pedir para alterar alguma coisa que nós sabemos que vai ser para melhorar mais ainda esse PL. Nada mais justo que uma pessoa que fez uma maldade... Isso é mais do que uma crueldade, uma pessoa que faz isso com uma mulher tem que pagar por essa pena, tem que pagar inclusive com o patrimônio, tem que reparar esse dano que fez a essa pessoa. Não é com dinheiro que a gente vai dizer que vai reparar o acontecido. Mas essa pessoa tem que ser punida realmente com os bens que ela tem, para ela pelo menos saber que o que ela fez não é digno, não é de Deus e não é justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Eu só queria cumprimentar o Senador Moro pelo relatório e fazer um destaque, Senadora Augusta. O autor é um Senador homem, o Relator é um Senador homem, quem primeiro pediu vista para melhorar a matéria foi o Senador Alessandro – e o Senador também aqui agora se manifestando –, o que mostra que o Senado está se debruçando sobre a pauta. Isso para nós é um avanço – não é, Jussara? –, quando no passado éramos só nós que apresentávamos as propostas, só nós é que relatávamos. Então eu estou, de fato, muito feliz por ter colocado essa matéria, a primeira matéria, colocada em votação, de proteção da mulher nesse nosso novo ciclo.

E nós vamos aguardar as contribuições para a próxima semana. Seria interessante vir mesmo na próxima semana para a gente fechar esse debate ainda no mês de março. Parabéns ao Relator e ao autor!

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 499, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo de quem pratica crime sexual contra criança, adolescente, pessoa com deficiência ou mulher, bem como impedir, nessas hipóteses, a sua assunção no prazo de até cinco anos após o cumprimento da pena.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa. Quero parabenizá-la, inclusive, pela apresentação do PL.

Passo diretamente à análise, se V. Exa. permitir.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matéria relacionada aos direitos da mulher e à proteção da pessoa com deficiência e da infância, o que torna regimental esta análise.

No que tange ao mérito, o PL alinha-se com as normas legais já vigentes e reforça a posição da sociedade e do Parlamento brasileiro de que a proteção de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e mulheres é prioridade, sobretudo no que diz respeito à violência sexual, cuja severidade muitas vezes causa danos permanentes e, no caso de menores, compromete o próprio desenvolvimento de sua personalidade.

Nossa legislação já prevê, como efeito da condenação, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo para algumas hipóteses. No entanto, a condenação por crimes sexuais pode, por vezes, não se encaixar nos casos já elencados no Código Penal e, quando isso ocorre, as vítimas de violência sexual são forçadas a observar seus agressores retornando a cargos públicos ou assumindo novas funções, responsabilidades ou mandatos, como se nada tivesse acontecido. Esse cenário desmotiva as vítimas de denunciar e retira das autoridades o respeito social, enfraquecendo, assim, as instituições, a governabilidade e a confiança da população nos agentes públicos.

Nesse contexto, a proposta do PL, de prever não somente a perda, mas também a vedação temporária de ingresso em cargo, função ou mandato eletivo representa uma forma de demonstrar respeito e proteção tanto às vítimas quanto às instituições democráticas.

Propomos, a pedido da autora, apenas uma emenda redacional, para substituir a expressão “contra criança, adolescente, pessoa com deficiência ou mulher” por “contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerável", pois o que concerne à vítima mulher já está regulamentado de forma específica na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Ademais, o termo "vulnerável" abrange crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas enfermas que não têm o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa não possam oferecer resistência.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 499, de 2023, com a emenda de redação que a gente já colocou:

> EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, na alínea "c", do inc. I, do art. 92, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 499, de 2023, a expressão "contra criança, adolescente, pessoa com deficiência ou mulher" por "contra vulnerável".

É o voto, Sra. Presidente, pela aprovação.

Parabenizo V. Exa. por esse cuidado que tem que ser tomado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria.

Senador Sergio Moro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora, depois eu quero... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Augusta?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – É só para parabenizar realmente a autora e dizer da importância desse projeto. Eu já tinha apresentado anteriormente, quando fui também Deputada Estadual lá no Ceará, um projeto exatamente com o mesmo conteúdo, dessa mesma forma. E parabenizo pela preocupação da emenda, para que a gente não repita o que já tenha sido aprovado em outra lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para ressaltar e dizer que terá meu voto, com muito prazer e muito orgulho, nesse projeto, que é muito importante para que nós mulheres que estamos no poder possamos garantir um pouco mais de justiça também para as que não estão ocupando esse mesmo espaço.

Obrigada.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Cumprimento a Senadora Damares por esse projeto tão importante, que só vem nos fortalecer. Também quero parabenizá-la pelo seu aniversário, que foi ontem – já lhe dei um abraço –, e dizer da importância de ter uma mulher aqui nesta Comissão. Você – permita-me dizer – é uma grande mulher, e tenho certeza de que vai fazer um trabalho muito bonito, juntamente com todos nós aqui.

Quero cumprimentar o Senador Flávio Arns pela importância do projeto e falar que nós gostaríamos muito de ter os homens do nosso lado, não atrás e nem na frente, mas do lado, principalmente os Senadores que aqui se encontram, que ocupam espaços de poder e que têm voz – essa voz pode chegar a todos os lugares, através aqui da Rádio Senado –, para que eles estejam nos defendendo, apoiando as nossas causas, porque o que a gente quer é isto: que eles tenham voz também com relação às mulheres do nosso país. E nós estamos precisando, Senadores, de homens com espaço e voz no nosso país, para que estejam irmanados com todos nós nessa luta que é tão árdua e tão triste ao vermos, a cada dia, acontecendo no nosso país tantas mortes, tantos crimes, tantos estupros, tanto feminicídio.

Então, eu faço aqui um apelo a todos os Senadores para que estejam, juntamente com todas nós, Senadora Damares, nessa luta que enfrentamos há tantos e tantos anos, séculos, e que até agora... Parece até que a gente está iniciando essa caminhada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – É só para elogiar o projeto também.

Surgiu uma dúvida minha aqui sobre a questão da suspensão de cinco anos da possibilidade de exercer o novo mandato eletivo por conta de eventual necessidade de lei complementar que trate de inelegibilidade. Consultando aqui o normativo, fiquei um pouco na dúvida disso. E já que o projeto vai ainda para a CCJ, eu vou deixar para fazer essa ponderação, se for o caso, oportunamente lá. Mas em nada também modifica o teor do projeto que, no fundo, é a mesma lógica do projeto anterior no sentido de criar sancionamentos adicionais.

Infelizmente, a gente tem visto, Senadora Damares, que a pena privativa de liberdade não tem tido o efeito necessário de prevenir esses crimes. Nós estivemos agora, na própria CCJ, discutindo casos de criminosos que reiteram práticas violentas ou ameaças contra mulheres, mesmo depois de condenados, porque hoje a pena privativa de liberdade, com essas regras generosas de progressão de regime, acaba fazendo com que até agressores violentos em pouco tempo estejam nas ruas.

Então, o processo é meritório e tem o meu assentimento. Tenho essa ponderação, mas vou me aprofundar no tema antes de trazê-lo a discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Senadora Damares, muito bom dia para a senhora.

Primeiramente, eu quero dizer da minha alegria, da minha felicidade por a senhora ser a Presidente desta Comissão. E digo isso com a tranquilidade de quem teve a sorte e a oportunidade de trabalhar com a senhora no Governo do Presidente Bolsonaro. A senhora é uma das maiores lutadoras, militantes, que colocam o coração na chuteira em prol das nossas crianças, em prol dos indígenas, em prol dos vulneráveis, em prol das mulheres. Por isso, é inconteste, meritório e louvável que hoje a senhora, como Senadora da República, esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupando essa cadeira numa Comissão que é tão importante e que trata justamente de temas tão sensíveis no nosso Brasil.

A segunda questão que eu quero dizer para a senhora é que, ainda que tardiamente, fico feliz que esse projeto seja de sua autoria, de relatoria do Senador Flávio Arns. Esse projeto chega com muito atraso, nós precisamos reconhecer. Quem leu e quem acompanhou a CPI da Pedofilia, que aconteceu lá atrás, viu que homens públicos, com mandato eletivo ou indicados em altos cargos da nossa República ou dentro dos estados ou dentro dos municípios, utilizavam o poder justamente para que essas facções criminosas de uso, abuso, estupro, comércio de crianças, comércio de órgãos, abusos reiterados, crimes sexuais, escravidão sexual, tudo isso... Essas pessoas utilizavam seus cargos, que a República e o povo davam como oportunidade para brasileiros como nós, utilizavam essas posições para justamente lutar contra a nossa sociedade, especialmente os mais vulneráveis.

Então, quero parabenizar a senhora, parabenizar o Senador Flávio Arns pela relatoria e dizer que tenho certeza de que nenhum dos colegas aqui pode ser contrário a uma matéria tão meritória, ainda que em atraso – tão meritória. Quero parabenizá-la, de todo o meu coração, pelo orgulho que tenho de a senhora ter feito uma proposição de lei tão maravilhosa. Parabéns, Senadora Damares!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

Senador Walter...

Pediu? Pode falar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero parabenizá-la, Senadora Damares. Igual falou o Senador Jorge Seif, não poderia ter outra pessoa neste momento – claro, respeitando todas as mulheres que estão aqui, as nossas Senadoras, mas não podia ter outra pessoa – para nos representar tão bem nesta Comissão.

E, quanto a esse projeto, que é de sua autoria, com a relatoria do Senador Arns, eu só tenho a parabenizá-los e a dizer que, dentro da minha cabeça, esse cidadão não devia perder só esses cinco anos; ele nunca mais poderia exercer nenhum cargo público – nenhum! –, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um cidadão que faz algo parecido com isso não pode mais... Ele devia até ser extinto da sociedade ou ir para uma reabilitação muito profunda.

Mas outra coisa pela qual eu quero parabenizá-la é quando você fala sobre o saneamento básico. Você falou de saneamento básico, que ele vem ligado diretamente com a saúde. Esse é um problema gravíssimo também que nós temos no nosso país. Eu moro no Estado de Rondônia, em uma capital que tem mais de 500 mil pessoas dentro dela, e é praticamente zero a rede de saneamento básico. A rede de saneamento básico nós temos que tratar com muita responsabilidade, e não só colocarmos no papel e não agirmos. É uma questão dos governantes, independentemente de quem esteja à frente do governo.

Obrigado e parabéns, Senadora, mais uma vez!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Para quem está acompanhando, o projeto diz o seguinte: não toma posse no serviço público, nem concursado, nem nomeado, quem respondeu por crimes sexuais contra mulheres, crianças, adolescentes, vulneráveis, até cinco anos depois do cumprimento da pena, de que cumpriu a pena. Por quê? Tem alguns agressores sexuais que ficam presos seis meses, saem da cadeia, fazem um concurso público para professor, passam, vão para a sala de aula. O agressor sexual, na sua grande maioria, é reincidente. Então a gente acaba com o poder público pagando-o para estar próximo de vítimas. Então o projeto de lei é: não toma posse no serviço público.

Gente, e essa matéria Vereadores no Brasil inteiro estão aprovando nos municípios. Então está uma onda nos municípios, e é uma onda que eu e o Senador Magno Malta construímos há quatro anos, para os municípios já terem a lei. E agora ela vem como lei federal.

Inscrito para falar, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Bem, gente, este momento eu poderia chamar de momento ímpar, mas é um momento ímpar meu, nesta Comissão, de que sempre fiz parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São duas Comissões ao longo deste terceiro mandato meu: CCJ e CDH. E quando alguém me pergunta: "Magno, eu sou novato aqui, cheguei e... Sou suplente"... Vá para a CDH. Esta é a mais importante Comissão de mérito da Casa. Por quê? Porque aqui passam as questões que envolvem a vida, o princípio, o valor, o nascituro. Nós só estamos aqui porque nascemos. Aqui começam essas questões que envolvem criança.

E aqui estou do lado da Presidente, a Senadora Damares, que um dia já me chamou de chefe, e eu sempre a chamava de Dra. Damares. Para quem não sabe, a Dra. Damares foi minha assessora por sete anos, e eu era tão empolgado que ela fosse para um Parlamento – permita-me contar – que eu a peguei pelo braço um dia, levei-a ao PL e falei com o Valdemar: "Filia a Damares hoje." "Quem é ela?" "Ela é minha assessora." "Ô Magno... Será?". Eu falei: "Ela vai ser eleger, ela tem nas mãos a bandeira da vida". E já um pouco antes, mas agora muito mais, daqui para a frente quem quiser se manter na vida pública tem que ter bandeira, tem que defender bandeira, porque um homem será carregado e levado sempre pelo vento da bandeira que ele defende.

Quando alguém me pergunta como são as minhas eleições, normalmente são todos contra um, mas não tem Prefeito, não tem Governador, não tem Vereador, não tem nada disso, eu não me preocupo com nada disso. Eu sou carregado pelo vento da bandeira que eu defendo. E essas bandeiras... Ainda mais uma militante, vê-la Presidente da Comissão... Ela foi, se filiou e ficava me questionando, e eu dizia: "Vai, vai". Era aqui no Distrito Federal, para ser Deputada Federal, mas tudo é no tempo e na hora de Deus.

E, lá dentro da Comissão, nós tínhamos a Frente Parlamentar da Família, que era metade do meu gabinete. A gente tinha o Girão, que era um militante que ficava sentado ali atrás com os cartazes: "Não às drogas", "Não à maconha", "Não ao aborto". Vivia lá com a Damares.

Nada é por acaso na vida. Por que eu estou contando essas histórias? Um dia, Damares falou: "Olha, tem uma pessoa, um militante muito forte, um homem de alma nisso, na vida. Ele queria muito ter um tempo para conversar", porque eu atendia as pessoas, ao Senador, e eles ficavam ali, dentro da movimentação, pensando coisas, Damares pensando com eles e tal. Na verdade, ela já os pastoreava politicamente. "Ele quer te encontrar." Eu falei: "Aí, no Senado, fica essa doideira. Mande-o vir aqui ao Espírito Santo". Ele foi. Ele chegou lá, se assentou comigo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversou. Eu já o vi demais no meu gabinete, mas nem sabia quem era direito. Depois, quando eu tomei o conhecimento, a gente o juntou no gabinete e falou assim: "Ó, você precisa ser candidato a Senador". Ele falou: "Você está doido. Eu sou do Ceará. O Ceará tem duas famílias. O Presidente do Senado é candidato à reeleição; do outro lado, tem os Gomes". Aí a gente dizia: "Mas você tem bandeira". E nós lançamos o Senador Girão candidato a Senador. E o vento da bandeira o levou, e é um dos melhores Senadores.

Essa pauta que, hoje, aqui está, Senadores e Senadoras, do abuso de criança tem sido a nossa grande guerra, a nossa grande luta. Quando os senhores leem operação da polícia civil, operação da Polícia Federal prendeu em tantos e tantos estados, com mandados de busca de apreensão, isso só é possível por duas coisas: a criminalização da posse, que é uma lei da nossa autoria, e a lei da infiltração, que também é da nossa autoria e é chamada Lei Joanna Maranhão – foi uma sugestão da Damares para que eu colocasse o nome da Lei Joanna Maranhão, que tinha sido abusada pelo seu técnico na época e é de Recife, uma nadadora laureada.

Pois bem, é muito importante a proposição da Senadora Damares – é importante –, porque eu tenho um convencimento de que não há recuperação para o pedófilo. Quando o pedófilo é pego, ele foi revelado. Faz-se uma investigação e vai descobrir um rastro de sangue, sofrimento e lágrima na vida desse indivíduo. Ele só é revelado. Eu lembro aqui, Senadora, que, na época da CPMI, com a Senadora Damares sentada ali, de vez em quando, alguém que não ama essas pautas fazia uma gracinha e dizia assim: "Ah, porque fulano que foi pego já foi do ministério da ex-Ministra Damares". Eu me lembro de que eu tomei a palavra, Senador Alessandro, e disse o seguinte: "O chefe de gabinete da Ministra Gleisi, quando ela foi Ministra no Governo Dilma – ela foi Ministra da Casa Civil –, foi preso por pedofilia".

Agora, eu pergunto: o que ela tem a ver com isso? Nada. É um pedófilo. O pedófilo é um enigma. Ele é uma sombra. Ele é tão bonzinho que qualquer pessoa o defende. Quando você vai inquirir um pedófilo, se você não tiver cuidado, você fica com pena dele – você fica com pena dele.

Então, com o fato de essa medida, de essa iniciativa ser aprovada nesta Casa é nós estarmos protegendo milhares de crianças para o futuro, milhares de adolescentes para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa gente não tem jeito.

Por que o pedófilo, quando é preso, o juiz sempre solta por bom comportamento? Porque não tem criança na prisão. E eles, então, são presos com segurança, eles são privilegiados, eles ficam numa cela especial, o que sou contra para caramba.

Se eu tivesse o poder de mudar tudo isso, ele ficaria preso junto com todo mundo, teria que ir para o pátio junto com todo mundo. Ele não foi homem para poder abusar de uma criança, de um adolescente? Tem que ser homem para ficar no meio dos homens.

Eu penso que esses cinco anos...

O projeto vai para a CCJ. Até pedi à Damares para, lá na CCJ, eu poder fazer uma emenda para que essa pessoa *ad aeternum*, não depois de cinco anos... porque ele vai continuar abusando. É compulsividade, juntamente com o demônio.

Tem gente que trata como "doentinho". Viram o Drauzio Varella, no Fantástico, entrevistando um pobre coitado que foi jogado numa cela? Depois, descobre: um estuprador que estuprou, matou.

Então, essa gente está a serviço de destruir a infância.

Quando eu quebrei o sigilo do Google, a gente via médicos, religiosos.

Se a gente pudesse, estenderia, Senadora Damares, essa medida para religiosos também; não é só para qualquer pessoa. Religiosos foram pegos abusando de criança. Que, de onde ele professa sua fé como sacerdote, ele seja expulso e nunca mais assuma qualquer outro lugar!

Havia uma prática no sacerdócio, aqui, no Brasil, de que todos os sacerdotes que eram pegos em pedofilia, Senador Alessandro, fossem transferidos para um outro município que não o conhecia. Daí a pouco, ia para outro município, quando ele se revelava, Senador Jorge. E isso em todas as denominações e confissões.

Eu sou de confissão evangélica e prendi muito pastor na CPI da Pedofilia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa medida vem – quer dizer, nunca é tarde – num momento importante da vida da nação brasileira, em que a violência corre solta, em que o bandido tem autorização para praticar aquilo que ele quiser.

Parabéns, Damares! Parabéns aos senhores. Eu estava ouvindo pela televisão a fala de cada um que se manifestou nesse momento.

Eu só vou emendar, lá na CCJ, Senador Jorge, para que seja *ad aeternum*, não tão somente cinco anos, porque eles nunca vão parar.

Tem pessoas que vibram: "Ah, agora vai ter a castração química". A pessoa pensa que a pedofilia é no órgão genital, que o cara vai ser castrado, mas tem mulher que é pedófila. A pedofilia está aqui. Se ele não puder fazer com órgão genital, ele vai fazer com qualquer coisa. Vai usar qualquer instrumento, qualquer coisa. O lance é a doença do abuso.

E muitos fazem para devolver o sofrimento, porque foram abusados na infância e se tornaram pedófilos. Isso é muito complexo.

Então, quando as pessoas vibram com castração química, castração química é dar ao cara um remédio que é a mesma coisa de redutor de apetite. O que se faz com a pessoa que está fazendo uma dieta? Ela toma um redutor de apetite para reduzir o apetite dela, para ela emagrecer. Quando ela para de tomar, o apetite volta dobrado. Toda pessoa que faz dieta sabe que, quando ela para e volta, ele volta mais forte ainda. Volta mais forte ainda, engorda mais ainda. É porque a Bíblia diz que o segundo estágio é pior do que o primeiro, não é?

Então, redução de apetite – ou seja, castração química – é um remédio. O cara toma, ele reduz o apetite sexual dele por criança, mas, com 60 dias, o corpo dele está limpo quando ele para de tomar, e ele está pronto para fazer isso dez vezes mais. Por isso, a gente precisa explicar essa questão de castração química, porque a sociedade fica tão alegre, tão feliz, e não são essas bolas todas, não. É dar um remédio só para reduzir o apetite sexual do indivíduo.

Parabéns, nobre colega!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava com muita vontade de dizer: para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Você?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fazer isso com meu chefe. (*Risos.*)

Senador, obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu tenho um defeito muito ruim, Senador Alessandro. Sabe o que é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É uma boa sugestão para as normas e procedimentos que a senhora está definindo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu tenho um defeito muito ruim e quero declarar aqui. Quando eu vou dar entrevista, o erro da pessoa é não me parar, porque faz a primeira pergunta, e eu não sei parar mais, aí eu vou, eu vou, eu vou, eu vou... Mas, da próxima vez, eu garanto que, em um minuto e meio só, mais ou menos, eu vou ultrapassar o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O próximo projeto é seu.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, só pela ordem.

V. Exa. está também muito por dentro de toda a discussão do item 7 da pauta, que é justamente sobre a Convenção de Haia e os aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

Eu fiz esse requerimento, mas V. Exa. também tem acompanhado muito de perto todo o processo.

Se V. Exa. permitir uma inversão de pauta, já que eu tenho que atender um compromisso ao meio-dia também...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Todos concordam? (*Pausa.*)

Do Senador Flávio Arns, Requerimento nº 2.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a criação de Subcomissão Temporária, para debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É um requerimento nesse sentido. Já fizemos audiências públicas no ano passado, e V. Exa. participou ativamente. Eu, inclusive, penso que V. Exa. deveria conduzir esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo, apesar de a gente ser o autor do requerimento, mas nós estamos para colaborar também, e que seja uma prioridade desta Comissão. Por isso, uma Subcomissão temporária para chamar as famílias, as mães, a Advocacia-Geral da União, os órgãos, o Ministério das Relações Exteriores, e termos um encaminhamento adequado e que seja prioridade.

Esse foi o compromisso que a gente assumiu no ano passado, na audiência pública, e V. Exa. teve uma atuação muito importante naquele debate.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador, me permita mandar um abraço a todas as mães – todas – que estão nos assistindo agora. Havia uma expectativa de todas elas na aprovação desse requerimento – mães que perderam os seus filhos, mães que tiveram que voltar para o Brasil depois de um divórcio e perderam, de forma violenta, os seus filhos. Desde a audiência pública, nós alimentamos uma expectativa tão grande na sociedade, Senador... E elas estão nos assistindo agora.

Parabéns pela iniciativa! Parabéns aos pares por terem entendido a grandiosidade desse requerimento! Parabéns, Senador!

Senhores, nós temos mais um projeto de lei para discussão, do qual o Senador Magno Malta é Relator. Na sequência, nós vamos aprovar os requerimentos em bloco, com exceção do requerimento que o Senador Flávio Arns fez questão de destacar.

Então, vamos para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3272, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CSP.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, essa proposta de lei da Senadora Rosana Martinelli é altamente meritória. Fico à vontade para relatar esse projeto, até porque sou armamentista. É dever do Estado dar ao cidadão, conforme a lei, segurança, educação... Tudo isso é dever do Estado, mas, na ausência do Estado, o cidadão fica despido na chuva sem saber a quem recorrer.

Eu passo a ler o projeto, o que será rápido. Vou dar o meu relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei 3.272, de 2024, da Senadora Rosana Martinelli.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei 3.272, de 2024, de autoria da Senadora Martinelli.

O PL é apresentado sob a forma de dois artigos.

O art. 1º do PL altera o art. 6º do Estatuto do Desarmamento para prever o porte de arma para mulheres que estejam sob medida protetiva de urgência, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006). Por sua vez, os §§ 8º e 9º trazem desdobramentos para essa disposição. O §8º estabelece que o porte de arma de fogo para mulheres atendidas por medidas protetivas de urgência será condicionado à comprovação dos requisitos previstos nos incisos I, II e III do *caput* do art. 4º do Estatuto do Desarmamento. Já o §9º dispõe que, uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revogada a medida protetiva, a proprietária da arma de fogo deverá mantê-la exclusivamente em sua residência ou domicílio, ou em dependências desses locais, ou, ainda, em seu local de trabalho, caso ela seja a titular ou responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

Por fim, o art. 2º do PL dispõe que a lei que resulte da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora da iniciativa enfatiza que a medida se justifica pelo princípio da legítima defesa e pelo direito à vida, ambos garantidos pela Constituição Federal. Argumenta, ainda, que em situações extremas, em que a ameaça à integridade física é clara e presente, a possibilidade de portar uma arma pode funcionar como um dissuasor para o agressor, além de fornecer à mulher um meio de defesa eficaz em um momento de emergência.

A matéria foi despachada a esta CDH e, posteriormente, seguirá para análise terminativa da Comissão de Segurança Pública.

Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PL 3.272.

Em relação ao mérito, trata-se de uma proposição digna de acolhida, pois permite o porte de armas de fogo para mulheres sob medida protetiva de urgência.

A violência doméstica é um problema persistente e alarmante no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, no ano que antecedeu o estudo, foram concedidas 540.255 medidas protetivas de urgência e o Disque 190 da Polícia Militar registrou impressionantes 848.036 chamadas relacionadas à violência doméstica. No entanto, apesar desse apelo por socorro, 1.448 mulheres foram mortas em 2023 e outras 1.459 em 2024, vítimas de feminicídio — uma média de quatro mulheres por dia.

O que observamos é, mesmo com toda a rede de proteção e os esforços do sistema de justiça para proteger as mulheres de seus agressores, isso ainda não se mostra suficiente. Muitas das vítimas de feminicídio já possuíam medidas protetivas de urgência contra os agressores. Ocorre que essas medidas, embora importantes e necessárias, por si só não impedem que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressor descumpra a ordem judicial e tente novas investidas contra a vítima. Por isso, o porte de arma possibilitará que essas mulheres tenham uma ferramenta concreta para se proteger diante de uma ameaça real e iminente.

Outro ponto fundamental levantado pela autora do PL, Senadora Rosana Martinelli, é o efeito dissuasório da medida. O simples fato de o agressor saber que a vítima pode estar armada pode levá-lo a reconsiderar antes de desrespeitar a medida protetiva de urgência.

Outro aspecto relevante é que o direito à legítima defesa deve ser assegurado de maneira efetiva às mulheres que enfrentam ameaças concretas à sua integridade física. Muitas dessas vítimas vivem em constante estado de alerta, temendo novas investidas de seus agressores, que, não raramente, descumprem medidas protetivas sem que o poder público consiga intervir a tempo.

O acesso ao porte de arma, portanto, não é uma concessão arbitrária, mas uma forma de corrigir essa lacuna na proteção estatal, permitindo que a mulher tenha um meio legítimo e proporcional de defesa em situações de risco iminente. Trata-se, em última instância, de garantir o direito fundamental à vida.

Ainda assim, é possível que surjam questionamentos, baseados em uma visão preconceituosa, sobre a capacidade de as mulheres operarem armas de fogo e sobre o risco adicional que isso poderia representar. No entanto, essa visão ignora a autonomia e a competência das mulheres em situações de defesa pessoal.

A proposta, nesse sentido, foi cuidadosa ao condicionar o porte de arma ao cumprimento dos requisitos legais exigidos pelo Estatuto do Desarmamento –, requisitos esses que não se baseiam em gênero –, garantindo que apenas mulheres devidamente capacitadas e treinadas possam ter o porte de arma de fogo.

Por fim, propomos uma emenda de redação apenas para ajustes textuais, sem qualquer interferência quanto ao mérito da proposta.

O meu voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.272, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, eu penso que o Brasil todo, todos os cidadãos brasileiros, quando a violência no Brasil está institucionalizada e nenhum cidadão brasileiro está seguro em nenhum lugar, visto que as organizações criminosas têm tido a vênia até das autoridades... Eles têm chamado a atenção do Brasil para que pequenos crimes, assim denominados, sejam humanizados. Eu nunca vi humanizar um crime de alguém que lhes subtrai um valor fruto do seu esforço, do seu suor, da sua luta de vida e deixa a sua vida absolutamente exposta.

Eu tenho feito uma analogia com relação à arma – a arma não mata ninguém; quem mata é o homem – e tenho dito que nós todos, cidadãos brasileiros, somos como bicicletas na calçada, sem cadeado. Vagabundo vem e não pensa dez vezes. A bicicleta está lá, não tem cadeado, ele monta e leva. Assim acontece com o cidadão brasileiro. Somos como uma bicicleta sem cadeado. Ora, se tiver um cadeado, a gente dá a ele a possibilidade de pensar pelo menos dez vezes se vai levar a bicicleta ou não, mas, se não tem cadeado, ele leva.

Uma mulher que sofria uma agressão – e eu sei disso, a gente vem lutando há anos –, no começo, ia à delegacia e fazia o registro, mas ela podia tirar o registro. O marido dizia: "Eu não vou beber mais, fique tranquila, estou arrependido, não vou mais bater em você, não vou mais agredir você", e a mulher retirava. Ele fazia de novo a mesma coisa.

Eu me lembro de uma cena no Brasil Urgente: o Datena mostrava uma imagem de uma mulher que tinha três medidas protetivas, tinha retirado – acho que estava na quarta medida protetiva –, e o sujeito entrou... Essa imagem ficou no Brasil inteiro. Ela era dona de um salão de beleza, estava escovando o cabelo de uma mulher, ele adentrou o estabelecimento e assassinou a mulher. Esse não é um caso isolado. Quero lembrar esse porque foi exposto lá no Brasil Urgente, e falou-se muito nisso quando se tomou a iniciativa de mudar. Eu já estava aqui, nesta Casa, e ajudei nessa proposição para que, uma vez a denúncia e o pedido de medida protetiva sendo feitos, a mulher, ainda que o homem implore, não volte atrás, e eles sigam para o Ministério Público, para que o Ministério Público entenda se sim ou se não, ou se faz a denúncia.

Foi-se criando uma rede de proteção, mas as pessoas têm medo de falar nesse tema que foi colocado pela Senadora Rosana de forma muito corajosa. Vê-se aqui que há um cuidado para que essa mulher, sob iminente risco de atentado contra a sua vida com a medida protetiva,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receba a posse e o porte de arma enquanto vigorar a medida protetiva, mas ela precisa, conforme o Estatuto do Desarmamento, ser preparada. Claro, ela não vai sair da delegacia, e vão dizer: "Tome, leve sua arma, é um presente que você ganhou como um botão do pânico". É diferente. Ela vai para o treinamento psicológico. Ela precisa ter laudo psicológico, precisa ter treinamento. As pessoas não sabem, mas, quando você tem um treinamento, aquele alvo em que você vai fazer um teste de atirar é um para cada um e é carimbado com um carimbo de marca d'água da Polícia Federal para não se forjar nem o alvo de papel. É um expedido para a Damares, é um expedido para mim, é um expedido para o Moro; não é assim aleatoriamente. Então, há todo um processo para que você tenha a posse e para que você tenha o porte. Eu sei disso porque fiz tudo isso, e todo mundo que tem sabe que é preciso. Não existe essa história – para que não se tenha conversa fiada – de que, então, a mulher vai chegar lá, vai registrar e vai pegar uma arma. Então, a lei é feita da regra para a exceção; não é da exceção para a regra.

Os que são contra – de repente, quem é contra vai para as redes sociais, quem sabe? – serão justamente aqueles que são agressores, porque um sujeito que tem coragem de dar um tapa no rosto de uma mulher, dar um chute em uma mulher, espancá-la, é claro que tem disposição para fazer uma outra vez – é claro que ele tem disposição para fazer uma outra vez! Agora, se ele souber que essa bicicleta que ele usou da forma que quis tem um cadeado a partir de agora, ele vai pensar dez vezes antes de tomar atitude. Por isso, Sra. Presidente, Srs. Senadores, o meu voto é favorável.

Não adianta, no Dia da Mulher, fazer discurso, falar em feminicídio. O número de mulheres mortas está aqui – o número de denúncias e o número de mortas que fizeram a denúncia!

É igual ao Disque 100 – não é, Senadora Damares? –, que a gente questiona desde o princípio de tudo. Disque 100! Disque 100! O Disque 100 não funciona não, gente, pelo amor de Deus! Eu vou falar alto. O Disque 100, eu já dizia – a Senadora Damares foi Ministra e constatou isso ao chegar ao ministério –, é uma terceirizada, é uma empresa terceirizada. A pessoa que disca 100, corre lá, sabe que tem um pedófilo ali na esquina que está abusando de criança, tem uma movimentação errada, corre e disca 100 no orelhão – não é orelhão mais não, não é? –, vai lá e disca o número. Tudo anônimo? É. A polícia corre e fica esperando: "Está denunciado, a rádio patrulha vai chegar". Não vai chegar. Aquela empresa terceirizada recebe, envia para o Ministério Público; o Ministério Público manda para o estado de onde veio a denúncia, que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o promotor do município. Se o promotor do município tiver coragem e disposição, ele começa uma investigação. E, se ele não tiver disposição nem coragem, ele recebe na quinta e joga na sexta, e não acontece nada! Gente, vai para a delegacia primeiro.

Hoje o Conselho Tutelar nem pode operar porque o crime organizado está tão solto que, se você for do Conselho Tutelar, por mais boa vontade que você tenha, você vai subir o morro como? Para intimar quem, não é? Não tem como, Senador Jorge. Então, vá para o Ministério Público de uma vez, vá para a delegacia de uma vez e deixe o Disque 100 para o final – deixe o Disque 100 para o final.

Então, sou perfeitamente favorável. Acho que esta é a grande contribuição: oferecer um cadeado para mulheres que são agredidas todos os dias e correm risco de vida na sua integridade. Meu voto é favorável.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Senadora Damares, eu não quero aqui cometer nenhuma heresia e nem falar nada, mas tem uma propaganda antiga da indústria Colt, nos Estados Unidos da América, que diz o seguinte: "Deus fez os homens diferentes, Samuel Colt os tornou iguais". Foi uma propaganda de um revólver, isso aí é amplamente conhecido no mundo inteiro, porque Deus fez um mais magrinho, um mais gordinho, um mais alto e normalmente o homem tem um porte físico mais forte, até pela sua composição biológica, o homem tem mais músculo, é mais forte. Normalmente, há algumas exceções, logicamente.

E o que acontece é que esse projeto... A senhora sabe que eu sou um defensor das armas de fogo na mão de cidadãos de bem, eu não sou a favor na mão de traficante, na mão de bandido, na mão de vagabundo. Agora, na mão de pessoas de bem, é a forma de elas se defenderem. E aqui esse ditado, feito lá pela indústria Colt, reforça o conceito de que a arma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fogo nivelou o poder entre indivíduos, permitindo que até os mais fracos pudessem se defender contra os mais fortes.

E esse projeto é meritório, Senadora Damares, porque hoje comprar uma arma de fogo no Brasil... diferente do que foi no tempo do Presidente Bolsonaro, só em ter interesse numa arma de fogo, você já é suspeito de ser um vagabundo, de ser um criminoso! Um Governo que defende desencarceramento, um Governo que quer relativizar pequenos crimes, que diz que pode roubar celular para comprar cerveja, um Governo em que o cara que senta na Presidência já é um ladrão, logicamente, quer sensibilizar a todos de que se pode roubar e que não tem problema nenhum. Então, é um Governo que é aliado do crime organizado. É um Governo que é votado por bandido, por vagabundo, que é comemorado e celebrado dentro das delegacias.

Então, a mulher que já é atacada pelo ex-marido, por ciúme, por honra ferida, por orgulho, seja lá o que for, se ela for atrás da atual legislação, infelizmente, do atual Ministério da Justiça, para comprar uma arma para tentar se defender, ela vai morrer. O cara começa dando um beliscão, depois dá um peteleco, depois dá um empurrão, depois joga no chão, depois é tapa na cara, depois é soco no rosto e, por fim – é uma escalada, isso as estatísticas demonstram, comprovam – ela vai morrer; vai morrer na mão desse infeliz, desse desgraçado, por assim dizer.

Então, o projeto é meritório, lembrando à senhora e a todos que estão nos assistindo que a mulher que é vítima de violência doméstica, que fez medida protetiva, não é obrigada a comprar arma, tá, pessoal? Porque isso aí, a esquerda vai falar: "Ah, está obrigando a ter arma". Não! A mulher que entender que está em risco – o cara chega na casa dela –, até que ela ligue 190 e chegue uma patrulha, já era, ela vai perder a vida. Porque é um cara que está louco, um cara que está desvairado, que está obcecado por essa mulher. Então, é um projeto meritório para facilitar a proteção de mulheres que já têm um histórico de perseguição dos seus ex-companheiros.

Eu preciso parabenizar a nossa querida Senadora Rosana Martinelli, que foi autora desse projeto, e a relatoria do nosso longânimo falante explicadinho, Senador Magno Malta. E quero só fazer uma observação do que está escrito na Bíblia Sagrada: a árvore se conhece pelo fruto. O fruto, segundo o depoimento do Senador Magno Malta há pouco, do trabalho do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magno Malta é termos aqui hoje um Senador Eduardo Girão e ter uma Senadora Damares defendendo a nossa pátria amada Brasil.

Parabéns, Magno, parabéns, Senadora Damares. Estamos juntos. Vamos embora!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

Esta é uma Comissão dos direitos. O voto do Senador Magno Malta foi apenas com base no direito. A mulher que está com medida protetiva tem ou não direito de ter uma arma? O voto dele foi "sim". Essa matéria vai seguir para a Comissão de Segurança, onde com certeza será aperfeiçoada. Mas vamos ouvir o nosso Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Antes de tudo, registro que no mérito sua favorável à matéria, mas peço vista, porque é necessário fazer uma série de ajustes técnicos no texto. E aí vamos fazer alguns esclarecimentos, porque uma das funções primordiais do Parlamento é informar o cidadão, a gente tem que informar o cidadão de forma técnica, correta, verdadeira.

Começando pelo Disque 100, de trás para frente. O Disque 100 não tem função de atendimento de urgência e emergência. Para isso você liga para o 190 ou para o telefone de urgência da polícia no seu estado. O Disque 100 tem a função de captar dados e denúncias, gerar, enfim, uma série de protocolos e políticas públicas, como a senhora muito bem exerceu quando foi Ministra. Então, por favor, as pessoas que tiverem informação, continuem utilizando o Disque 100. Eu, como delegado, sou testemunha de que essa informação chega para a gente, mas ela não é uma informação para pronto atendimento, ela é uma informação para política pública, para investigação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exatamente, como disse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Permita-me, Senador Alessandro. Eu só quis dizer que a população não sabe disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA - SE) – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E aí vai lá no orelhão, liga e fica esperando a radiopatrulha. Ela não vem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA - SE) – Pois é, mas é muito importante a gente deixar bem claro para o cidadão, porque aí a gente não desvaloriza uma ferramenta que é muito importante. Não são poucos os casos gravíssimos que tiveram início de investigação através do Disque 100. E novamente elogio a atuação, na época, da Senadora Damares, como Ministra. Não foram poucos os casos. E o Ministro Moro – o ex-Ministro Moro e hoje Senador – também sabe disso. Primeiro ponto.

Segundo ponto...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Eu também sei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas não foi o que o senhor verbalizou. É só algum ajuste na verbalização, que há uma emenda de redação na longa fala de V. Exa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A população...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu peço a vênia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A população não sabe. Então, vamos propor uma campanha de esclarecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu me somo ao senhor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque nem a ex-Presidente sabia onde estava esse Disque 100, como funcionava, nem a Ministra atual, que era a Maria do Rosário. É por isso que eu estou citando fatos e coisas de que eu participei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas V. Exa. está correto, é preciso informar à sociedade...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... para o cidadão não fazer a denúncia e correr, ficar na porta de casa esperando a polícia chegar, que não vai chegar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA - SE) – E vamos seguindo aqui na nossa necessidade de ajustes e esclarecimentos para poder explicar para o cidadão por que pedir vista de um projeto, já que eu já manifestei o voto favorável no mérito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quando a gente trata de arma de fogo, na questão da autorização para porte e para posse, existe uma série de requisitos na lei. O que este projeto faz, com muita felicidade? Ele excepciona a exigência da demonstração de necessidade, porque, no final das contas, uma mulher que é vítima de violência já tem a necessidade expressa. Ela não deveria ter dificuldade de obter o porte de arma, caso ela preencha os outros requisitos e tenha o interesse, mas, como na prática nós sabemos que existe uma confusão, por conta das autoridades que têm esse poder discricionário – de fato, se tenta às vezes criar dificuldade para a concessão do porte, isso é uma realidade, tem que ser enfrentado –, então, é muito importante que a gente já dê a presunção de necessidade. Agora, como está escrito no texto, a gente está colocando a mulher vítima de violência topograficamente junto com as Forças Armadas, por exemplo, como um policial civil, um guarda municipal, e não é essa a posição. Então, é só um ajuste técnico que a gente precisa fazer.

Por último, a defesa dos interesses da mulher, da segurança da mulher e de qualquer outra vítima não passa pelo armamento individual. Não é essa a solução, não devemos vender essa panaceia para o cidadão. A obrigação é que o poder público ofereça assistência suficiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção suficiente, repressão dura o suficiente para que esse criminoso não tenha a possibilidade de voltar a violentar essa mulher.

Acabamos de aprovar na CCJ legislação muito firme nesse sentido, já em votação terminativa, para a Câmara dos Deputados. A arma de fogo... Poder ter porte ou possuir uma arma é um direito individual, na minha leitura da legislação e da compreensão geral do tema, e esse direito deve ser assegurado para todos que querem e preenchem os requisitos. Então, a gente tem que parar de tratar isso ideologicamente. Eu recebi várias críticas prévias a este projeto, e nenhuma delas é procedente – faço questão de deixar isso claro –, várias pessoas de organizações, enfim, de várias partes: "Olhe, este projeto é perigoso". Não, não é, o projeto é muito meritório. Ele só está tecnicamente com alguns problemas, que vamos corrigir, eu tenho certeza de que o Relator vai compreender as correções, e vamos avançar.

O avanço verdadeiro se dá com a colocação da proteção da mulher no orçamento público. Essa mulher precisa de assistência econômica para poder sair de casa, porque, senão, a senhora sabe bem, ela não sai, ela sequer faz a denúncia, porque ela tem uma dependência emocional e econômica. A gente precisa das delegacias e das varas especializadas equipadas e em quantidade suficiente, com o plantão 24 horas, porque a lei já exige isso, mas elas não existem na vida prática. Senão, a gente vai ficar só fazendo discurso, Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – ... importante... Na CCJ agora.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato, exato. Então, a gente tem que transformar isso em realidade. Aquilo que não entra no orçamento é só discurso, é só palavra.

Vamos nos somar. Eu estou aqui à disposição para colaborar para que a gente tenha cada vez mais uma política verdadeira de proteção à mulher no Brasil.

Obrigado, Senadora, pela compreensão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sugiro vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Moro.

Em discussão ainda a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Embora tenha sido pedida vista, tomo liberdade aqui de adiantar também o meu voto favorável no mérito e de elogiar a autoria da Senadora Rosana Martinelli e também o relatório do Senador Magno Malta.

De fato, pode-se ter várias compreensões sobre essa questão do armamento, alguns mais liberais no tema, outros mais restritivos, mas o ponto que é inegável e que ninguém discute é que há necessidade de uma mulher ameaçada poder, em querendo, ter acesso ao porte de arma. E o projeto vem colocar isso, com muita felicidade, e ainda ressalva que, é claro, precisa ter aptidão técnica, precisa ter aptidão moral, isso não pode ser prescindido. Então, é um pouquinho diferente, de fato, do que está previsto na Lei 10.826 em relação ao porte de arma, que normalmente é focado em agentes de segurança, agentes relacionados à segurança pública, mas é uma inovação bem-vinda, porque aqui é aquela situação: presume-se a necessidade. É claro, ninguém vai obrigar uma mulher a ter uma arma. Se ela quiser – há a necessidade, é inegável –, tendo aptidão técnica e moral, ela vai ter o acesso. Então, eu vejo com muita naturalidade este projeto.

E quem sabe até isso seja um passo necessário para tomarmos em relação a outras pessoas que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade, com risco de ameaça, para diminuir um pouco essa discricionariedade da área de segurança de poder definir quem precisa e quem não precisa ter arma.

Com a vênia do Senador Alessandro, que pediu vista, no seu direito, evidentemente, para buscar um aprimoramento técnico, eu também tomo a liberdade de adiantar no mérito o meu voto favorável e elogiar o trabalho de autor e Relator do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., vista coletiva concedida.

Nós vamos agora para a votação dos requerimentos em bloco.

Da maioria eu sou autora, e aqueles cujos autores não estão presentes estão subscritos por Parlamentares presentes.

Lembro que um requerimento foi retirado de pauta e que um já foi defendido pelo autor, o Senador Flávio Arns.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 35/2024 - CDH sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Subscrito pelo Senador Magno Malta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os direitos e desafios da pessoa com deficiência no setor de transporte aéreo, à luz da Resolução nº 280, de 11 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2013, da Agência Nacional de Aviação Civil, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências, sobretudo quanto aos direitos das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e com doenças raras.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Subscrito por mim.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o diagnóstico e o tratamento da Síndrome do Nariz Vazio (SNV).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Subscrito por mim.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requer ciclo de debates sobre os direitos humanos e o desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de audiência para debater sobre crimes transnacionais e direitos humanos.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre violações de direitos humanos e crimes contra a dignidade da pessoa humana.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos humanos fundamentais, com foco no direito à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre empresa e direitos humanos.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos da família.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos humanos das mulheres.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de debates sobre os direitos das pessoas idosas.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa nos presídios, com o objetivo de visitar os presos políticos do dia 08 e 09 de janeiro.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.

Eu queria chamar atenção do Senador Magno Malta para esse requerimento.

Autoria: Senador Eduardo Girão, subscrito pelo Senador Magno Malta.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Clube Cerro Porteño do Paraguai, em relação do ato racista ocorrido na partida entre o Cerro Porteño e Palmeiras pela Copa Libertadores Sub-20, bem como o envio de cópia deste voto para o presidente do Club Cerro Porteño, situado à Avenida Quinta 284, Barrio Obrero, Assunção, Paraguai.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no dia 14 de maio, data que marca o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre este importante tema para toda a sociedade brasileira.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Em discussão os requerimentos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já está aprovado. Eu ia pedir a palavra a V. Exa. antes que...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, deixe-me colocar em votação.

Em votação em bloco.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os requerimentos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu queria incluir – eu devia ter feito isso antes de fechar, mas eu quero verbalizar, até porque é um requerimento verbal que nós estamos colocando no papel. É que nós tenhamos uma audiência pública para ouvirmos a família Bettim aqui no Senado, na Comissão dos Direitos Humanos, ouvir o Incra, representante do Incra, do Espírito Santo, do Brasil e os advogados da família Bettim.

Ressalto que o Deputado Lucas Polese, esse jovem que é um Deputado do meu Estado, que é geração Calebe, geração Josué, e que tem sido um guerreiro. Esse jovem, que, a exemplo do Nikolas, ainda não chegou aos 30 anos de idade, e que tem orgulhado muito a nós, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade do nosso estado, tem sido um grande arauto desse crime, dessa maldade cometida pelo Incra, arrastando uma família centenária, produtiva, de algo que lhes pertence e que tomou corpo nacional.

É possível que V. Exa. já tenha lido, e a *Revista Oeste* está acompanhando todos os dias esse desenrolar. Que nós possamos trazer para cá esse assunto, para que a gente possa ajudar o Brasil como um todo, porque o que está ocorrendo lá, que a gente conseguiu verbalizar e colocar para o país, existe com outros anônimos pagando pelo mesmo crime.

Então, saúdo a presença do Lucas, que é um garoto, e do Dinho Souza, que é um Vereador lá da cidade de Serra, que é da geração Calebe, geração Josué, essa geração que vai nos substituir nestas Casas. Eu até pedi que eles se sentassem aqui para eles tomarem gosto e sonharem, porque só realiza quem sonha. Todo mundo que foi chamado de sonhador um dia virou um grande realizador. Então, cumprimento os dois aqui, são daquele procedimento que nós sempre usamos de fazer discípulos, de fazer discípulos para a vida pública, não é? Então é fruto das tantas iniciativas que fizemos há tantos anos, e nos orgulham muito na Câmara de Serra, o Dinho Souza, guerreiro valente de verdade, e também o Lucas Polese, um menino destemido que responde processo desde 16 anos de idade, enfrentando os roubadores do dinheiro público no nosso estado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu dou boas-vindas ao Deputado estadual Lucas Polese e ao Vereador de Serra, o Pastor Dinho. Sejam bem-vindos! Tomem gosto por esta Comissão, venham mais a esta Comissão, que Deus os abençoe.

Senador Magno Malta, o Requerimento 11 que nós acabamos de aprovar é para realizar um ciclo de debates sobre os direitos humanos fundamentais com foco no direito à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança. O.k.? Direito à propriedade é um direito humano. Então eu lhe convido para subscrever esse requerimento, porque a gente pode começar o início desse debate trazendo a família do Espírito Santo, junto com o Incra, e fazer um debate sobre o direito à propriedade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Requerimento 11, de 2025, subscrito pelo Senador Magno Malta, o.k.? E o senhor propõe os convidados na época da realização da audiência, o.k.?

Eu só queria fazer um encaminhamento à Secretaria, e eu quero fazer este anúncio publicamente. Nós temos no Brasil um Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Um comitê composto por diversos organismos. E eu não vi o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura se posicionar com relação aos presos do dia 8 e 9 de janeiro.

Mas nós temos também, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, um mecanismo de prevenção e combate à tortura. Esse mecanismo é composto por 11 servidores, que recebem um salário de mais de R$10 mil, mais auxílio-moradia de mais de R$3 mil, mais diárias e passagens, que têm que viajar o Brasil, como mecanismo, observando as denúncias de tortura. Não vi nenhum trabalho do mecanismo de tortura com relação aos presos dos dias 8 e 9 de janeiro.

E agora o Plenário aprovou que esta Comissão de Direitos Humanos vai a todos os presídios visitar os presos, em forma de diligência aos presos dos dias 8 e 9 de janeiro. É a primeira instância de direitos humanos do Brasil que vai fazer isso. Demorou dois anos, mas eu quero pedir à Secretaria que, em todas as diligências, o comitê nacional de enfrentamento à tortura, bem como o mecanismo de enfrentamento à tortura sejam comunicados e convidados para acompanhar a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Nos estados a que nós chegarmos, mesmo Senadores que não são membros dessa Comissão serão convidados para nos acompanhar aos presídios, para a gente ver como é que está um idoso de 68 anos, que ainda está sem condenação, preso há muitos meses. Ontem completamos 87 dias de prisão do General Braga Netto, que completou ontem 68 anos de idade, preso sem nenhuma condenação. Se o Mecanismo de Combate à Tortura e o Comitê de Combate à Tortura não entendem que isso é tortura, nós vamos ter que rasgar a legislação brasileira.

Então, eu acho que nós demos um passo importante hoje, no Senado Federal, para a garantia dos direitos humanos de todos. Direitos humanos não podem ser seletivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos Senadores que estiveram presentes na reunião. Eu acho que a gente aprovou importantes matérias. Muito obrigada.

A gente vai continuar o mês de março ainda com o foco na mulher. Ao longo desses dois anos, cada mês será temático; vamos trazer matérias temáticas para a Comissão.

Quero agradecer a presença da ex-Ministra da Mulher, que veio acompanhar a sessão, a Dra. Cristiane Britto, que tem uma preocupação muito grande com a proteção e o direito das mulheres. Obrigada por estar nos acompanhando e venha o resto do mês acompanhar, na Comissão, importantes matérias de proteção da Mulher.

Srs. Senadores, eu agora vou para a leitura do expediente. Não há deliberação. Os senhores fiquem à vontade, mas eu preciso fazer a leitura dos expedientes. O.k.?

Expediente.

A Secretaria da Comissão de Direitos Humanos recebeu os seguintes documentos:

- do Deputado Federal Emanuel Pinheiro Neto, MDB, Mato Grosso: solicita a instauração de procedimentos de investigação cível e criminal para apurar a falta de repasses do Governo Federal ao Município de Cuiabá para a saúde pública. Ele denuncia que essa omissão deliberada visa prejudicar a gestão municipal devido a conflitos políticos entre o Governador e o Prefeito, comprometendo o atendimento no SUS e colocando vidas em risco;

- do Conselho Nacional de Justiça: encaminha nota técnica por meio da qual se manifesta favorável à ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção 29 da OIT, sobre trabalho forçado ou obrigatório, e recomenda a aprovação do Decreto Legislativo nº 323, de 2023, garantindo a adesão do Brasil ao protocolo facultativo, fortalecendo o combate ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas;

- expediente recebido da Associação Nacional das Entidades Representativas de Militares e Bombeiros: ofício que solicita o acompanhamento dos Inquéritos Policiais Militares nºs 2024.01.08251 e 2024.01.08252, instaurados pela Polícia Militar de Goiás, alegando ausência de justa causa e indícios de materialidade, além de possível prática de abuso de autoridade, conforme a Lei 13.869, de 2019;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- expediente da DII Brasil: solicita apoio junto ao Ministério da Saúde para obter informação e orientação clara sobre os locais credenciados pelo SUS para a realização das infusões do medicamento infliximabe;

- expediente da Câmara Municipal de Taubaté: encaminha a Moção nº 357, de 2024, de autoria do Vereador Alberto Barreto, manifestando repúdio à Comissão de Ética Pública da Presidência da República pelo arquivamento da denúncia de assédio sexual contra o ex-Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida;

- expediente do Conselho Nacional de Direitos Humanos: encaminha relatório do conselho que trata da tortura e desaparecimento forçado de Rubens Paiva, destacando a necessidade de justiça e reparação para as vítimas da ditadura militar do Brasil, a importância do cumprimento de tratados internacionais de direitos humanos e da responsabilização dos agentes envolvidos nesses crimes; e recomenda a continuidade das investigações e políticas de memória, verdade e justiça para evitar que violações semelhantes ocorram no futuro;

- da Câmara Municipal de Jaguarão, Rio Grande do Sul: encaminha a moção de repúdio à aprovação da PEC 164, de 2012, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, que dá nova redação ao *caput* do art. 5º da Constituição para estabelecer a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Eu vou repetir: a Câmara Municipal de Jaguarão encaminha moção de repúdio à aprovação da PEC que garante a inviolabilidade da vida desde a concepção;

- da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo: encaminha moção de repúdio à aprovação do PL 4.614, de 2024, que afeta o direito ao benefício de prestação continuada.

De cidadãos:

- denúncia sobre graves violações de direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro, como superlotação, negligência, maus-tratos e falta de assistência;

- denúncia sobre violências e violações enfrentadas pelas comunidades indígenas no Brasil, destacando ataques recentes, como os sofridos pela comunidade Yvy Okaju, e o cenário persistente de invasões, conflitos e violações de direitos, que solicita medidas imediatas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção, assistência e destinação de recurso às comunidades indígenas, além da abertura de procedimentos administrativos e criminais para apurar os casos de violência;

- denúncia sobre a perseguição política e violações de direitos humanos sofridas por cidadão e sua família relacionadas à denúncia de atos de corrupção, mencionada a possibilidade de acionar o TPI;

- denúncia sobre racismo e homofobia em grupo do aplicativo Telegram da PRF;

- denúncia sobre possíveis crimes de nepotismo, peculato, enriquecimento ilícito e improbidade administrativa da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Nova Friburgo;

- denúncia de cidadão que afirma viver em uma família disfuncional e ter buscado ajuda do Ministério dos Direitos Humanos, mas diz ter sido humilhado e ignorado, inclusive pela Ouvidoria. E critica a Prefeitura de Marília, alegando que mantém salários muito altos para certos cargos, enquanto a população carente segue desassistida;

- solicita atenção e apoio para melhorar as condições de vida de trabalhadores petroleiros aposentados e pensionistas que enfrentam graves dificuldades financeiras, chegando a situações de fome e extrema vulnerabilidade;

- apresenta o livro *Filhos da Misericórdia*, uma narrativa baseada na história real sobre a injustiça de uma prisão indevida no Estado de Goiás;

- solicita apoio para colocação no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas;

- solicita apoio da Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana do Senado Federal para a inclusão de empreendimento no novo PAC, com foco de valorização do Patrimônio Cultural e Histórico da Favela do Papa (Vidigal), Rio de Janeiro;

- denúncia sobre sequestro e violação de direitos humanos no setor audiovisual;

- solicita apoio financeiro para expandir o projeto Sem Silêncio, Sem Segredo, que capacita profissionais da Rede de Proteção Infantil para a identificação, prevenção e intervenção em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- solicita providência urgente dos Poderes da República diante da recorrência de desastres climáticos no Brasil, destacando a falta de planejamento e investimentos públicos para mitigar os impactos;

- denúncia sobre racismo religioso praticado pela gestão municipal de Apucarana, Paraná;

- denúncia sobre discriminação e perseguição judicial perpetrados por ministros de tribunais superiores.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da Comissão de Direitos Humanos para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando os prazos, os documentos serão arquivados.

Nesses termos, comunico que os documentos lidos na 53ª Reunião do ano de 2024 serão arquivados.

Eu avisei no início que nenhuma denúncia será ignorada. Nós vamos aguardar a manifestação dos membros da Comissão, mas vamos tomar alguns procedimentos imediatos. Por exemplo, há um documento que eu li aqui de uma pessoa que precisa ser incluída no Programa de Proteção. Nós já vamos providenciar um encaminhamento desse pedido, inclusive, ao Ministério de Direitos Humanos, porque é lá que fica o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. Essa já será uma providência imediata da Secretaria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Agradeço a presença de todos, feliz porque o primeiro projeto aprovado foi para cercar, fechar o cerco contra os pedófilos. Não tomará posse no serviço público quem cometer crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O primeiro passo foi dado nesta Comissão. Parabéns a todos os membros desta Comissão!

Obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 03ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Wilder Morais, Beto Faro e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Paulo Paim e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Debater o Dia Internacional da Síndrome de Down, como parte do Ciclo de debates sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras". Participantes: Eduardo Pedrosa, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa do Distrito Federal; Flávio Pereira dos Santos, Secretário de Estado da Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência do Governo do Distrito Federal; Maria de Lourdes Marques Lima, Presidente Diário da Inclusão Social - DIS; Maria Clara Machado Israel, Secretária Parlamentar da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa do DF, assessora do Dep. Distrital Eduardo Pedrosa e Diretora da Associação DF Down; Elenilva Solidade da Silva Coutinho, Representante da Associação DF Down; Sra. Nyedja Genari, Contadora de histórias; Paloma Cristina Rodrigues Pediani, Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD; Senador da República Romário; e Senadora da República Mara Gabrilli, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 15, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down, como parte do ciclo de debates sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone: 0800 0612211.

Neste momento eu quero compor a primeira mesa.

Quero chamar para estar comigo o nosso Deputado Distrital Eduardo Pedrosa. (*Palmas.*)

Quero também chamar, para compor a mesa, o Secretário dos direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, Secretário Flávio. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todas as pessoas que estão conosco neste auditório, neste plenário, nesta manhã. É uma alegria enorme receber todos os senhores.

Este é um ato diferente, é um ato de celebração, é um ato que o Senado Federal faz em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down. E nós estamos muito felizes.

Eu preciso informar que este grande evento aconteceria no Plenário geral do Senado. Estava tudo muito organizado, seria um grande evento, mas nós tivemos um problema de conflito de agendas, mas o Senado não podia deixar passar em branco essa data.

Então nós estamos nesta Comissão, celebrando, fazendo este ato tão especial.

O Senado não podia deixar de participar das celebrações que vão acontecer ao longo do mês em diversas casas legislativas, inclusive na Câmara dos Deputados. Então, esta Comissão fez questão de abrir as portas para a gente aqui fazer a nossa celebração, informando que é esta Comissão a Casa de todos vocês. Nós temos como atribuição nesta Comissão a discussão sobre os direitos da pessoa com deficiência – essa é uma das atribuições desta Comissão. Então, nós estamos, Deputado, na Casa certa. Essa é a Casa das pessoas com síndrome de Down, esta é a Casa das pessoas com deficiência, esta é a Casa da mulher, esta é a Casa do idoso, esta é a Casa do vulnerável. E me desculpem os Presidentes de outras Comissões, Secretário, mas esta é a Comissão mais extraordinária que o Senado Federal tem! (*Palmas.*)

Eu quero cumprimentar com muito carinho todas as instituições que estão presentes. Nós temos aqui, Deputado, inúmeras instituições. O senhor conhece a maioria delas – o nosso Deputado é um Parlamentar dedicado à causa. Eu quero cumprimentar as instituições que estão presentes.

E quero cumprimentar também as famílias que vieram ao nosso chamamento. Muito obrigada às famílias.

Quero cumprimentar os nossos jovens com síndrome de Down que estão neste ato trabalhando. Eu quero que vocês observem quem está trabalhando hoje: os nossos fotógrafos, o nosso garçom, o nosso DJ... Então, eles estão trabalhando nesta sessão que é deles, e aqui nada sobre eles sem eles. Esta é a Casa deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E confesso aos senhores da minha expectativa, Deputado, Secretário, pais, de, logo, logo – e eu falo isto com muita emoção, porque o Brasil é deles –, quem sabe, a gente não dar posse a um Deputado ou a um Senador, nesta Casa, com síndrome de Down. Por que não? Por que não? (*Palmas.*)

Sou Presidente desta Comissão e tenho a alegria de ter como Vice-Presidente a nossa Senadora Mara Gabrilli, que não pôde estar conosco, pois está em agenda oficial, mas nós, neste momento, vamos ouvir a nossa Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal por meio de um vídeo.

Eu peço à Secretaria que, por favor, transmita o vídeo da nossa Vice... Ela está ao vivo? (*Pausa.*)

Não está ao vivo. (*Pausa.*)

Daqui a pouco, o vídeo da nossa Vice-Presidente será exibido.

Na sequência, nós ouviremos o nosso Deputado Distrital Eduardo Pedrosa, que, lá na Câmara Legislativa, tem sido voz, que, na Câmara Legislativa, tem feito um trabalho extraordinário. E nós trabalhamos em parceria – o gabinete do Deputado Eduardo com o meu gabinete –, e tem sido uma parceria extraordinária. Obrigada, Deputado. Ele deixou todas as atividades dele – está presidindo trabalhos lá – e veio correndo para participar deste ato, para cumprimentar todas as pessoas e participar desta sessão. Vai ser só esta que o Senado terá este ano. E, com certeza, participaremos da sua lá.

Muito bem-vindo, Deputado.

O SR. EDUARDO PEDROSA (Para expor.) – Senadora, em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos, desejando um bom dia a todos e a todas.

Gente, fala sério: a Senadora falou aqui da Comissão mais extraordinária desta Casa, mas a gente tem que falar aqui da Senadora mais extraordinária desta Casa! (*Palmas.*)

Eu não podia deixar de falar isso, porque eu tenho uma admiração pela Senadora Damares que é enorme. Só gratidão, Senadora, pelo convite, pela oportunidade de poder estar aqui no dia de hoje, por ver seu trabalho sendo desenvolvido na Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos. Não poderia estar em melhores mãos, porque a gente sabe que nós precisamos de pessoas humanas, que se colocam no lugar das pessoas, pessoas que têm sentimento, que fazem a política do sentimento. E você faz isso. Então, eu queria parabenizá-la antes de mais nada, agradecer, falar dessa admiração, cumprimentar por esta sessão maravilhosa que muito nos orgulha e nos deixa muito felizes por toda a preparação, pelos detalhes, com o pessoal trabalhando, todo mundo recebendo a gente com tanto carinho aqui. Realmente a gente vê que tudo foi feito com muita atenção para todos nós. Então, Senadora, muito obrigado. Obrigado de coração. Queria aqui cumprimentá-la, já agradecendo.

Quero agradecer também ao Secretário Flávio, Secretário da Pessoa com Deficiência aqui no Distrito Federal, Secretaria criada no Governo do DF, por ter feito também um trabalho muito bacana, se dedicado em prol de diversas causas, se movimentado pelo DF todo aí, né, Flávio? Onde pode, ele está, ouvindo, propondo, discutindo. Então, eu queria também cumprimentá-lo.

Quero falar um pouquinho do nosso trabalho, gente, cumprimentando cada um de vocês: as pessoas com síndrome de Down que estão aqui, as famílias, aquelas pessoas que trabalham em prol das causas, aqueles que se dedicam diariamente para estar defendendo pessoas que precisam do nosso suporte.

Eu me lembro muito de quando, Senadora, eu fui convidado, no ano passado – a minha amiga Paloma que me convidou e nós fomos lá – à ONU para falar sobre essa causa. Eu tive a oportunidade de participar de uma Assembleia na ONU na qual a gente debateu alguns temas. Ouvimos algumas indicações que eles tinham e voltamos com uma sugestão para Brasília. Aqui em Brasília a gente tem um CrisDown, que é o nosso centro de referência em síndrome de Down, que não era, até então, institucionalizado. A gente fez um pedido, voltamos com a ideia de lá e, com duas semanas, a gente tinha institucionalizado o nosso CrisDown aqui do Distrito Federal, que hoje é um serviço que, aconteça o que acontecer, entre o governo que entrar, não vai acabar, a população vai continuar sendo atendida. (*Palmas.*)

Agora a gente está lutando para conseguir mais profissionais, a gente tem batalhado para conseguir aumentar esse atendimento, mas ainda existem muitos desafios, gente, e eu não posso deixar de falar dos desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente encomendou aqui no Distrito Federal, Senadora, uma pesquisa amostral. Foi a primeira pesquisa que foi feita com relação à população com síndrome de Down no DF. A nossa ideia foi: vamos tentar entender onde nós estamos e quais são os principais gargalos para, a partir daí, a gente começar a trabalhar. É difícil a gente ver o horizonte, aonde a gente quer chegar se a gente não sabe onde a gente está. Então, a gente fez essa pesquisa, uma pesquisa que trouxe algumas informações, e eu gostaria até de detalhar aqui nesta reunião no dia de hoje de maneira bem breve.

No ensino ou educação, os dados revelaram que 66,7% das pessoas com síndrome de Down estão matriculadas em escola ou instituição de ensino, 11,8% ainda não estão estudando, 17,7% não estão em idade escolar, 3,2% nunca frequentaram a escola. No mercado de trabalho, os dados revelaram que apenas 3,3% das pessoas com síndrome de Down trabalham ou já trabalharam.

Então, eu queria aqui chamar a atenção, neste dia de hoje, para dois temas em específico. Primeiro, a gente vê que existe uma grande quantidade de pessoas com síndrome de Down estudando nas escolas, mas, mesmo assim, a gente ainda carece de suporte nas escolas para essas pessoas: a gente carece de monitores, carece de capacitação profissional, carece de suporte dentro da área de educação para as pessoas com síndrome de Down. Isso tem que ser dito, porque esse é o ambiente no qual eles vão ter acesso à inclusão, vão ter acesso a toda a parte de educação, que vai poder moldar suas vidas. E, Senador, sem a gente conseguir fazer isso, realmente a gente vai ter muita dificuldade de avançar. Então, acho que é um pilar daquilo que a gente tem que trabalhar para ajudar a melhorar, essa questão da melhoria do suporte às pessoas com síndrome de Down dentro das escolas do nosso país e daqui do nosso Distrito Federal.

E, com relação ao mercado de trabalho, vocês veem: 3,3% já trabalharam ou trabalham. Gente, esse é um dado também que nos chamou muita atenção. Eu acho que é uma coisa que a gente precisa levar como reflexão. Eu vi aqui o que a Senadora fez, o pessoal trabalhando e tal. No nosso gabinete também tem uma servidora com síndrome de Down que trabalha, que é cobrada como todos os outros servidores e entrega resultado como todos os outros servidores. A gente precisa quebrar esses mitos, alguns mitos, e tentar mostrar, realmente, que a gente precisa dar esse exemplo – não é, Senadora? –, abrindo essas portas, mostrando que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento, o Governo, a gente tem um olhar de fato para essas pessoas. Mas não é só um olhar, a gente tem ações práticas que mostram, para outras empresas ou para outras instituições, que elas podem seguir o exemplo que a gente está fazendo dentro dos nossos trabalhos.

Então, gente, eu não vou me prolongar muito. Eu queria aqui parabenizar a Senadora, me colocar à disposição, colocar a nossa frente parlamentar aqui do Distrito Federal à disposição. São muitas coisas que a gente tem trabalhado para avançar, mas são muitas dificuldades para serem vencidas.

Graças a Deus a gente tem uma Senadora maravilhosa conduzindo um trabalho aqui no Congresso Nacional, trazendo uma luz para nós, trazendo um alento para nós. Num dia como hoje, por exemplo, em que a gente vê essa solenidade, isso é um gesto muito importante. É um gesto de atenção, é um gesto de carinho, é um gesto de reconhecimento, é um gesto de disposição de ouvir e de construir junto com todos vocês.

Então, Senadora, parabéns. Parabéns a todos vocês que vieram. Do fundo do meu coração, eu fico muito feliz de ver essa sala lotada, e me coloco à disposição para ajudar naquilo que a gente puder também aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos e fiquem com Deus.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado.

Nós sabemos que a sua agenda está apertada. O senhor fique à vontade na hora que precisar sair. Agradecemos por ter participado deste ato que, para nós, é muito importante.

Que Deus o abençoe.

Obrigada. (*Pausa.*)

Na sequência, nós vamos ouvir o Secretário da Secretaria Extraordinária – agora ela é uma extraordinária – da Pessoa com Deficiência do Governo do Distrito Federal, meu amigo Flávio Pereira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO PEREIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia, pessoal. Tudo bem?

Quero inicialmente parabenizar a Senadora Damares por este evento e, por tabela, parabenizar a todos que fazem parte desse processo de inclusão, de desenvolvimento social, enfim, de todo esse processo que busca mudar a vida das pessoas.

Em uma data como essa em que vai ser comemorado... Dia 21, se eu não estou enganado, acho que é 21 ou 22 o dia mesmo oficial. Todas as vezes que nós temos uma data que trabalha essa alusão da pessoa com deficiência, eu vejo sempre como uma data muito especial para que possamos refletir sobre o contexto em que estamos inseridos dentro dessa temática. E, muitas vezes, a gente começa a perceber que, mesmo com todo esse processo evolutivo de participação política e social dentro do segmento, ainda temos muito a avançar. Isso mostra a necessidade constante de termos eventos como este, em que temos, no Senado Federal, em que temos, na Câmara Distrital, em que temos, na Câmara Federal, pessoas que têm essa sensibilidade de trazer essa reflexão, para que haja continuamente mudanças.

E nós sabemos, porque muitos aqui são pessoas resilientes, são familiares, que têm vivido o seu dia a dia dedicado ao crescimento das pessoas com deficiência, dos seus parentes. E eu, particularmente, por ser uma pessoa com deficiência desde a infância, vindo de uma família carente, de uma comunidade humilde lá no Nordeste, ali em Recife, sei muito bem da grande dificuldade que uma pessoa com deficiência tem para poder ultrapassar barreiras, vencer limites e avançar, crescer e superar tudo isso para chegar a um patamar de equilíbrio e de igualdade social.

Então, que esse dia seja um dia em que a gente possa pensar nisso, naquilo que precisamos ainda avançar. Nós temos, como eu falei, graças a Deus, no processo evolutivo, tantas pessoas que têm essa sensibilidade de lutar, de brigar realmente, de fazer com que a pessoa com deficiência possa transpassar as barreiras que muitas vezes a impedem de chegar ao seu objetivo.

Temos aqui a Senadora Damares, temos no Distrito Federal vários Deputados. Temos aqui o Deputado Eduardo Pedrosa, que é um grande defensor da causa da pessoa com deficiência, também muito ligado, muito focado no trabalho com as pessoas com síndrome de Down. Temos o Deputado Iolando Almeida, que trabalha em prol também das pessoas com deficiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive criando a Secretaria da Pessoa com Deficiência junto com o Governador Ibaneis. Então, temos hoje... Eu, que venho de 60 anos nessa, como pessoa com deficiência... Esperei alguém dizer assim que nem parece, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, obrigado.

Vivendo tantos anos e tantos anos, a gente pode observar que hoje temos realmente avançado, mas ainda precisamos avançar muito. Então, tanto no Governo Federal quanto nos governos estaduais, como no distrital, ainda temos muitas barreiras, muitas conquistas, e isso se faz com unidade, isso se faz com sensibilidade, com empatia, com reciprocidade.

Então, que nesse dia tenhamos essa visão de saber que a estrada ainda é longa, o caminho com certeza ainda vai ser árduo, mas, com certeza, no final dessa estrada, tem uma palavrinha chamada "sucesso" e outra palavrinha chamada "vitória". É nisso que a gente se baseia para continuar nossa missão, e que vocês estejam junto conosco nessa caminhada.

Que Deus abençoe, Senadora, que Deus abençoe cada um aqui. Contem conosco, estamos aqui à disposição, porque a Secretaria da Pessoa com Deficiência e o Governo do Distrito Federal existem por você, para você e com você.

Então, estejam conosco na caminhada.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretário. Sucesso no seu trabalho.

Secretário, nós temos aqui no plenário, também, pessoas de outros países que vieram para esta sessão. Eles estão com intérpretes ali ao lado deles.

Temos a presença de uma igreja que veio de Belo Horizonte que está realizando, aqui no Senado, uma exposição sobre o Holocausto, e todos os senhores sabem o que aconteceu lá, naquele período. Eu quero agradecer à Igreja Verbo Vivo por estar com conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às pessoas que estão ligando a televisão ou estão vendo pela internet, que começaram a nos acompanhar agora, eu preciso lembrar que, no dia 21 de março de cada ano, é celebrado o Dia Nacional e Internacional da Síndrome de Down. No Brasil, a data foi instituída em 3 de março de 2022 – agora, recente –, por meio da Lei 14.306, determinando, Secretário – é por isso que estamos aqui –, que "os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação de políticas [...] voltadas à pessoa com síndrome de Down [...] [têm a missão] de promover a realização e divulgação de eventos que valorizem [...] [a família e as pessoas com Down no Brasil]".

Para além de um cumprimento de uma lei, o que estamos fazendo aqui é com muito amor. O que estamos fazendo aqui é, de verdade, com muita vontade de mandar um recado para o Brasil: que o Brasil é deles e que as pessoas com síndrome de Down precisam e merecem cada vez mais respeito em nossa nação.

A conquista dos direitos das pessoas com síndrome de Down tem um histórico repleto de muitos desafios e lutas que permanecem até os dias atuais. Vejam que somente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi inserida em nosso arcabouço legal a previsão do respeito à dignidade da pessoa humana. Da mesma forma, a nossa Carta Magna diz que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, Secretário, o dever do Estado de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Vejam a importância desses dois dispositivos e como eles se traduziram depois em diversos dispositivos legais criados especialmente para as pessoas com necessidades específicas.

Em 25 de agosto de 2009, por meio do Decreto 6.949, o Estado brasileiro promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, consolidando a proteção e promoção dos direitos humanos e a autonomia de todas as pessoas com deficiência.

Na mesma linha, Secretário, em 6 de julho de 2015, vimos ser instituída a tão sonhada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura e promove, "em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência". Foi um verdadeiro marco da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão social, mas eu queria informar aos nossos visitantes internacionais que essa lei tramitou nesta Casa por mais de 13 anos. Foi um projeto de lei discutido por mais de 13 anos! Eu era apenas uma assessora nos bastidores e me incomodava em ver discussão, discussão, discussão – e a gente não entregava lei. E a gente precisa questionar por que, Secretário, às vezes a gente demora tanto para fazer uma entrega para as pessoas com deficiência no país. Nós vamos ter que fazer algumas revisões de prioridades no nosso país, nesta Casa e em todas as Casas de lei. (*Palmas.*)

Hoje, nós temos no Parlamento inúmeros projetos que tratam dessa matéria, especialmente para a pessoa com Down – todos muito recentes. O Projeto de Lei 910, de 2024, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Down. Nós temos o PL 3.411, de 2023, que dispõe sobre a contratação de pessoa com síndrome de Down pelos prestadores de serviços da administração pública direta e indireta da União. Nós temos o PL 1.695, de 2019, que obriga a realização de teste cardiológico por meio de ecocardiograma nos recém-nascidos com síndrome de Down, de autoria do Deputado Federal Rogerio Teixeira Junior. Nós temos o PL 1.723, de 2023, que isenta a cobrança de PIS-Pasep e Cofins nos medicamentos destinados a pacientes diagnosticados com síndrome de Down.

Observem que tem muitas propostas tramitando e nós vamos encerrar esse ato hoje, deixando registrado em ata que esses projetos recebam imediatamente uma atenção das duas Casas e que eles possam tramitar de uma forma mais célere e quem sabe, no ano que vem, possamos estar nesta Comissão comemorando a aprovação de importantes matérias legislativas destinadas às pessoas com síndrome de Down.

Neste momento, depois da fala das autoridades, eu quero desmontar essa mesa, convidar o Secretário para estar conosco ali na bancada, deixando o senhor também, Secretário, muito à vontade. Eu sei que é uma semana de muitas atividades, especialmente para as pessoas com síndrome de Down. Se precisar sair, fique à vontade. Nós vamos encerrar essa primeira mesa e nós vamos dar abertura a uma segunda mesa.

Neste instante, eu convido para compor a mesa – saem as autoridades e entram os protagonistas dessa festa –: Maria de Lourdes Marques Lima, mãe de Lia (*Palmas.*) , Coordenadora do Diário da Inclusão Social – Maria de Lourdes e Lia sempre estiveram conosco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todas as nossas atividades, tão presentes; Maria de Lourdes, que alegria te receber, seja bem-vinda. Quero convidar para compor esta mesa a nossa querida Maria Clara Machado Israel (*Palmas.*) , Secretária Parlamentar da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa, Assessora do Deputado Eduardo Pedrosa, que acabou de nos deixar – Maria Clara, muito obrigada por você vir, seja bem-vinda. Quero convidar para participar da mesa, para compor a mesa Elenilva Solidade da Silva Coutinho, representante da Associação DF-Down. (*Palmas.*)

A Paloma já chegou? (*Pausa.*)

E quero convidar para compor a mesa conosco também Paloma Cristina Rodrigues Pediani, representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. (*Palmas.*)

Neste momento, chamo a atenção de todos os senhores para um momento muito especial da nossa sessão. Ouviremos uma linda história da menina Lia, na voz da contadora de história, a nossa querida Nyedja Genari. (*Palmas.*)

A SRA. NYEDJA GENARI – Bom dia, gente linda.

Eu sou a Nyedja Genari, sou uma mulher de 49 anos, loira, com os cabelos curtos um pouco abaixo da orelha. Estou usando um chapeuzinho na cabeça com uma fita rosa, também estou com uma flor violeta, estou com um vestido lilás, que era o vestido preferido da Lia, todo em recorte de figurinhas que remetem a contos de fadas, uma sapatilha bem baixinha amarrada no tornozelo dourada, sim, e sou bem branquinha.

Eu vim contar uma história para vocês de um livro que eu acabei de escrever chamado *Os Chapéus da Inclusão!* Eu dedico esse livro para todas as pessoas com síndrome de Down que entraram na minha vida e a pintaram com novas cores, ampliando a minha paleta de afeto, aprendizado e pertencimento.

E esse livro é um livro especial. Ele quer contar uma história cheia de cores, sorrisos e descobertas. A história de Lia, uma menina que nasceu com uma característica única. Lia tem síndrome de Down. E sabe o que isso quer dizer? Significa que, quando Lia veio ao mundo, chegou com uma característica especial: um cromossomo extra. Em vez de ter dois cromossomos no par 21, ela tem três. E esse cromossomo a mais é o que faz de Lia quem ela é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a sua personalidade cativante, cheia de luz e alegria. E cada cromossomo é como um capítulo de livro de instrução que determina como o corpo deve crescer e funcionar. As pessoas têm 46 cromossomos, que vêm de seus pais, com 23 de cada um, formando pares. Os cromossomos ajudam a fazer cada pessoa ser quem ela é.

Essa característica não limita Lia em nada. Na verdade, isso ajuda a colorir o mundo com a sua autenticidade. Lia é uma artista, uma dançarina, uma amiga e uma sonhadora. Ela adora usar chapéus coloridos, cada um com uma cor e um significado especial.

O chapéu verde representa a esperança. Lia e sua mãe acreditam que o futuro será melhor, mais inclusivo e repleto de oportunidades iguais para todos, independente das diferenças. Elas anseiam por um mundo onde cada pessoa possa brilhar.

O chapéu rosa simboliza a alegria. O sorriso de Lia é contagiante. Ela nos mostra que a felicidade está em pequenas coisas, num abraço apertado, numa dança ou em uma conversa cheia de risadas com os amigos. Lia sabe celebrar a vida de uma maneira vibrante.

O chapéu azul traz a empatia. Lia olha para os outros com o coração aberto e ouvidos atentos. Lia ensina a importância de compreender e acolher as diferenças. Ela e sua mãe promovem o respeito, lembrando a todos que a bondade transforma o mundo.

O chapéu amarelo representa a coragem. Lia é destemida. Não tem medo de tentar coisas novas e desafiadoras, como aprender a pintar, desfilar na passarela, dançar ou se apresentar diante de uma plateia. Ela sabe que o importante é não desistir e se superar.

O chapéu roxo simboliza a criatividade. Lia é uma artista de primeira: pinta com cores vivas e cria obras que falam ao coração. Suas pinturas, fotos e chapéus coloridos nos mostram que a arte está em tudo que fazemos com amor.

O chapéu laranja traz a inclusão. Lia luta para que ninguém fique de fora, seja na escola, no trabalho ou nas brincadeiras. A mãe de Lia também ajuda a esclarecer que é importante combater o capacitismo, uma ideia distorcida de que algumas pessoas não podem ou não conseguem fazer certas coisas, pois cada um sempre tem algo valioso para oferecer, mostrando que o respeito e a inclusão transformam o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O chapéu branco reflete a paz. Lia é uma construtora de pontes em vez de muros, sempre buscando espalhar harmonia, porque ela sabe que o mundo mais justo e acolhedor é feito com respeito e diálogo e em que todas as vozes são ouvidas.

Ah, e ainda há mais chapéus coloridos, todos com valores preciosos, mas o mais especial é o chapéu vermelho, que representa o amor. Lia ama profundamente, com abraços intensos e um carinho que aquece qualquer coração. Ela nos ensina que o amor nos une e nos faz mais forte.

Lia é uma inspiração incansável, sempre sonhando com um mundo mais inclusivo, mais colorido e mais feliz. Com seu exemplo, nos mostra que as pessoas com síndrome de Down têm talentos e capacidades únicos e que podem estudar, trabalhar, amar, criar, sonhar e viver plenamente, assim como qualquer pessoa – cada uma no seu ritmo e no seu jeito.

Lia nos presenteia com a missão especial: que a gente nunca pare de colorir o mundo com esperança, coragem, empatia, inclusão e amor, porque o mundo tem uma paleta de cores infinitas.

Esse livro nasceu para lembrar que cada tom faz a diferença. Vamos todos juntos espalhar essas cores e construir um futuro cheio de respeito e possibilidades para todos?

O livro traz ainda duas páginas especiais, cheias de curiosidades e descobertas sobre a síndrome de Down para pais, professores, mães, famílias, amigos, adultos, crianças, velhinhos; para todo mundo aprender mais e para quem deseja um mundo mais inclusivo. Fala um pouquinho sobre os cromossomos, a síndrome de Down, sobre a trissomia 21 e, sobretudo, sobre a inclusão.

E ele foi escrito por mim.

Eu conheci a Lia quando ela tinha quatro anos. Ela foi ouvir histórias no meu primeiro dia de contadora de histórias no Terraço Shopping. E eu me apaixonei completamente por ela. Adotei a Lia como minha filha do coração. Lia conviveu comigo até os 19 anos. Esse não é o final das pessoas com síndrome de Down, foi um acaso. Quando a Lia partiu, um pedacinho do meu coração foi embora. Mas eu já tinha tantas outras pessoas com síndrome de Down que faziam parte da minha vida que eu precisava representar isso. E saí esparramando pelo mundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cada canto que eu estivesse, contando histórias contra o capacitismo, contra o preconceito e a favor da inclusão.

Esse livro é um presente para a Lourdes, para a Lia, para mim, para a minha família, mas também para cada um de vocês: para você, Gabriel; para você, Matheus; para você, Dudu; para você, Maria Clara; para todos vocês que fazem parte da minha vida.

Desculpem-me a emoção, mas é a primeira vez que eu conto essa história. (*Palmas.*)

O livro acabou de sair da gráfica. E eu não podia deixar de prestar essa homenagem para todos vocês. (*Palmas.*)

Senadora, esse é o seu presente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. NYEDJA GENARI – E a senhora merece muito mais! A senhora tem um coração lindo. Além de ser uma profissional competente, a senhora é uma pessoa linda, a senhora é uma pessoa de Deus. Deus lhe deu essa missão. E a senhora tem honrado cada capítulo da sua história.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A SRA. NYEDJA GENARI – Eu sei o quanto a senhora é uma trabalhadora incansável, mas sobretudo eu sei o quanto de amor a senhora carrega no seu coração.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Nyedja. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Lia não está conosco, mas quem é da causa sabe que ela esteve tanto nesta Casa, em todas as casas, lutando para a garantia dos direitos das pessoas com Down. Lia foi embora, mas a Lourdes está aqui com a gente.

E neste instante nós vamos ouvir a mãe de Lia, que é Coordenadora do Diário da Inclusão Social, Maria de Lourdes Marques Lima. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA DE LOURDES MARQUES LIMA (Para expor.) – Superemocionada, estou com um olho meio inflamadinho, por isso que eu estou de óculos escuros, eu tenho um entupimento no canal lacrimal para não ficar chorando o tempo todo, né? Porque a Lia não gostava de ver a mãe dela chorando.

Então, assim, bom dia a todos, é uma alegria estar aqui, é uma alegria falar um pouquinho da Lia para vocês, o que me encorajou. E é por isso que eu estou aqui até hoje, firme e forte, trabalhando com os meninos. Conheço um monte deles e é uma alegria muito grande poder compartilhar a minha vida com eles.

Eu vou ler um textinho aqui para vocês porque eu não vou dar conta de falar sem chorar. E eu prometo me comportar feito uma mocinha como a Lia gostaria, tá, gente? Que a Lia não gostava de me ver triste.

Então, quero cumprimentar a todas as pessoas e autoridades na pessoa da Senadora Damares. Resolvi escrever minhas palavras porque eu sei que a emoção iria me tomar e eu realmente queria deixar uma mensagem para vocês baseada em tudo que vivi na minha experiência como mãe de uma pessoa com síndrome de Down.

Eu queria começar este momento com um abraço bem apertado. Um abraço em cada mãe, em cada pai, em cada família que está aqui hoje. Um abraço em todos aqueles que conhecem de perto o que é construir caminhos, abrir portas, insistir e acreditar. E principalmente um abraço apertado em todas as pessoas com síndrome de Down – vocês sabem que eu amo demais vocês –, que fazem deste mundo um lugar mais bonito, mais justo e mais humano.

Eu sou Lourdes, sou a mãe da Lia Luíza, uma menina que chegou a minha vida para revolucionar tudo ao seu redor. A gente fez muita coisa, acreditem. Lia não aceitava limites. E vocês podem perguntar, mas por que você está usando chapéu e por que a Lia usava tantos chapéus? A Lia, aos 5 anos de idade, desenvolveu uma alopecia. E eu me vi diante da Lia sem cabelos e pensei: "O que que eu vou fazer para a Lia não ficar triste?". E aí me veio a ideia de usar chapéus, comprar chapéus. E ai de mim quando esse chapéu não combinava com a roupa, gente. Ela dizia para mim: "Ô Lourdes – não me chamava de mãe –, ô Lourdes, essa roupa está combinando com o quê?". Então era necessário que combinasse. Imaginem como era a Lia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lia não aceitava limites que não fossem os de seu próprio desejo. Lia não esperava o convite para participar. Ela ia, chegava e conquistava seu espaço. Lia não pedia permissão para brilhar; ela brilhava. E foi assim que juntas, ao lado de outras mães, criamos o Diário da Inclusão Social, quando a gente viu que é muito complicada a vida de jovens com síndrome de Down, que enquanto são pequenininhos, as pessoas ainda convidam, eles ainda vão para alguns lugares; e depois, quando eles viram adolescentes, fica muito complicado. "Então, vamos criar um grupo onde esses meninos possam se divertir?". A gente faz passeio de barco, a gente faz passeio, a gente faz inúmeros acontecimentos com eles. Porque as pessoas com síndrome de Down, os jovens, as crianças, todas as pessoas têm o mesmo direito que todas, não é verdade? Por que um jovem com síndrome de Down não pode estar em uma balada? Não pode fazer um passeio de barco? Não pode estar onde todos estão, não é? Então nós criamos esse grupo exatamente para isso. Dia 19 de abril, a gente já tem uma balada dentro de um barco com 120 jovens com síndrome de Down, porque nós somos desses!

Porque a inclusão não é uma ideia bonita no papel, é prática, é compromisso, é atitude, é atitude diária. Criamos esse espaço para que nenhuma mãe – o espaço da inclusão social, onde a gente leva para passear, vai lá, enfim – precisasse lutar sozinha, até porque a gente discute também – a vida não é só dança, a vida tem assuntos sérios e eles precisam ser discutidos –, para que nenhuma criança, no caso, precisasse crescer sentindo que não pertence, para que cada jovem com síndrome de Down pudesse se olhar no espelho e ver todas as possibilidades refletidas ali.

Mas quando Lia chegou à adolescência, percebemos que esse desafio, como eu estava falando para vocês, da inclusão não acaba na infância. A gente encontra algumas dificuldades, muitas dificuldades na infância, mas na adolescência, eu posso garantir para vocês... Lia faleceu com 17 anos, e nós já encontrávamos muitas dificuldades para sermos convidadas.

Então criamos o diário, porque a necessidade de socialização, pertencimento e construção de identidade continuam em todas as fases da vida. Afinal, a filha de um digital não tem idade. A inclusão precisa ser contínua, permanente, respeitando cada etapa do seu desenvolvimento e garantindo que todas as pessoas com síndrome de Down tenham oportunidades reais de participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Lia viveu essa inclusão, viveu com intensidade, com alegria, com o coração batendo forte por cada conquista. Lia desfilou, Lia dançou, amou, porque teve um namorado – o Matheus Humberto, que é aqui um dos nossos fotógrafos. Ela nem o pediu em namoro, ela o pediu em casamento, para vocês verem como é que Lia era. (*Risos.*)

Chegou para o *boy*, olhou de cima a baixo e disse: "Matheus Humberto, você é lindo! Eu quero me casar com você". Não restou mais nenhuma... O Matheus disse: "Lia, você também é linda, eu também quero". Eu falei: "`Pare, universo! Essa menina já tem um namorado e está tudo lindo". Então, um dia ela partiu.

Lia partiu no dia 17 de outubro de 2022, de uma leucemia. A leucemia levou a Lia em 20 dias. Nós nos internamos no Hospital da Criança e no 20º dia Lia partiu. Mas não há palavra do mundo que possa descrever essa dor. Vocês imaginam o quanto foram difíceis para mim esses 17 anos vividos intensamente. Foram muito difíceis, mas eu aprendi que o amor que fica é maior do que a dor que chega. A Lia pode ter partido, mas a sua luta, não; o seu legado, não; o seu brilho, não. E estou aqui porque sigo nessa luta.

Gente, o texto é bem grandão. Sigo nessa luta. O Diário da Inclusão segue vivo. Os encontros continuam. Os passeios seguem acontecendo – as conversas, os abraços, as trocas de experiências. Seguimos juntos como sempre estivemos, porque a inclusão não se faz sozinha. Ela se fortalece no coletivo, no pertencimento, no caminhar lado a lado.

Estou na Apae. Hoje eu sou uma das voluntárias na Apae, porque eu precisava continuar recebendo muitos abraços. E lá eu sou fortalecida, a cada dia, com muitos abraços, muito carinho. E isso me dá força para que eu possa continuar nessa luta. E é por isso que hoje, neste lugar de decisões, eu faço um pedido a todos: não deixem a inclusão ser só um discurso bonito, façam dela uma realidade. A valorização das pessoas com síndrome de Down deve ser uma prioridade.

Cada espaço do debate, cada sessão solene, cada evento que fortalece essa causa é um passo essencial para garantir direitos, visibilidade e respeito. Encorajar todas as mães, fortalecer a rede de apoio e construir pontes de inclusão são formas concretas de transformar a sociedade, porque toda pessoa com síndrome de Down merece ser vista, ouvida e reconhecida em sua plenitude; porque cada pessoa com síndrome de Down tem o direito de estudar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar, de amar, construir sua história, ocupar o espaço que quiser, sem limitações impostas por ninguém; porque a inclusão não pode depender da dor de uma mãe – jamais –, ela precisa ser um compromisso de toda a sociedade; e porque, enquanto houver alguém lutando por esse direito, a Lia estará presente em cada passo dessa jornada. E sei que de algum lugar ela me vê e sorri, sei que continua desfilando, celebrando, porque ela nunca soube ser pequena. Lia sempre foi grandiosa, e a sua grandeza agora ecoa em cada um que acredita que um mundo mais justo não é um sonho, é uma necessidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho a alegria de anunciar que está no plenário conosco o nosso grande Senador Romário. (*Palmas.*)

Não, não, é muito pouco. Essas palmas são muito pouco.

Senador Romário, o senhor sonhou com este ato no Senado este ano e sei como o senhor preparou tudo isso. E, na verdade, eu fui lá e sequestrei sua programação e trouxe para cá, mas eu preciso, Senador, fazer uma coisa.

A Bíblia fala: "dê honra a quem tem honra". Os direitos das pessoas com síndrome de Down têm história antes e depois do Senador Romário. O Brasil reconhece. O Brasil, que, em todos os estádios, se levantava para aplaudir o maior artilheiro do mundo – eu estive lá algumas vezes –, neste ato esta Comissão se levanta com todo este povo para aplaudir o maior artilheiro nos direitos das pessoas com síndrome de Down: Senador Romário. (*Palmas.*)

Senador, obrigada por ter vindo. Esta é a sua Casa. Sei que o senhor está com uma agenda corrida. Nós vamos passar a palavra para o senhor e obrigada. Eu fiz exatamente o que o senhor queria fazer, mas lá no Plenário grande.

Obrigada, Senador, por estar conosco.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadora e amiga Damares. Já comecei o dia emocionado. Obrigado pelas palavras. Fico muito feliz, principalmente honrado, em saber que as pessoas têm esse reconhecimento em relação ao meu trabalho. Todos realmente sabem da minha luta em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a essas conquistas, não só das pessoas com síndrome de Down, mas em geral das pessoas com deficiência, doenças raras.

Eu estou na política há 14 anos e, nos últimos 20 anos da minha vida, eu comecei a entender as dificuldades que as pessoas com deficiência, principalmente com síndrome de Down, e suas famílias, principalmente essas que realmente têm pouca condição financeira, elas têm para poder dar aos seus filhos, aos seus familiares uma condição melhor de vida. E eu entendi, há 14 anos, que eu poderia ser uma das pessoas que lutaria, que seria a voz, os olhos e os ouvidos desse segmento. Então eu decidi entrar na política para defender essas pessoas.

E, ao longo desses 14 anos, eu tenho bastante consciência de que a luta tem sido grande. Encontrar aqui no Senado pessoas como V. Exa. para defender essa causa também é muito importante. É bonito saber que tem pessoas que não têm parentes com síndrome de Down ou talvez com outras deficiências, mas têm consciência de que essas pessoas precisam de guerreiros, precisam de pessoas que na política possam mudar sua qualidade de vida, através das políticas públicas.

Então eu quero aqui continuar me colocando sempre à disposição, dizer que vocês aqui podem ter certeza de que vocês têm um guerreiro a defender as pessoas com deficiência hoje, o que é bem diferente do que acontecia há 14 anos, quando eu cheguei aqui. Brasília e o Congresso em geral estão muito mais abertos a receber políticas públicas que realmente podem mudar a vida dessas pessoas. Eu tenho lutado, assim como a Senadora Damares, assim como a Senadora Mara Gabrilli, assim como vários outros Senadores e Deputados que temos aqui em Brasília, para que nós possamos a cada dia poder tomar melhores decisões e solucionar melhor algumas situações para que vocês possam ter e ser aquilo que vocês quiserem.

Eu hoje tenho uma princesa que tem 20 anos, ela já foi escritora, já foi modelo, já foi *influencer*, apresentadora, youtuber, e hoje ela quer ser atriz, ela vai começar a fazer faculdade no final desse mês ou no começo do mês que vem. E, para mim, isso é um orgulho muito grande, porque essas pessoas lá trás, por mais que elas quisessem fazer alguma coisa, por mais que elas quisessem ser alguma coisa, elas infelizmente não conseguiriam. Mas hoje, graças a todo o trabalho que vem sendo feito, não só aqui no Congresso, como eu acredito que em todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil, no mundo em geral, as pessoas com síndrome de Down podem sim hoje, posso afirmar, ser o que elas quiserem ser e que elas devem ser o que elas quiserem ser.

Então, para mim é uma honra, é um orgulho muito grande poder estar aqui no dia de hoje. Depois de amanhã, a gente vai comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, aqui em Brasília assim como lá no Rio de Janeiro, no Brasil afora, teremos vários eventos comemorando essa data importante, que é para marcar e dizer para o mundo que essas pessoas vivem, vivem felizes, que essas pessoas realmente fazem parte da nossa sociedade, que essas pessoas com síndrome de Down têm muita, mas muita coisa para ensinar a gente, que não tem síndrome de Down e que não tem nenhum tipo de deficiência.

Fiquei muito comovido e emocionado com o depoimento da D. Maria de Lourdes, da sua filhinha, parabéns! A gente que tem filhos com síndrome de Down vive o que quem não tem não vive: um amor puro e verdadeiro.

Eu tenho seis filhos, e uma veio... Papai do céu colocou esse... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

... anjinho que é a Ivy no meu colo e eu aprendi a ser uma pessoa diferente, menos ambiciosa, mais tranquila, aprendi a prestar atenção em coisas que eu não prestava e hoje eu posso dizer para vocês todos que a Ivy me fez uma pessoa e um pai mais feliz.

Não quero me estender muito aqui, mas quero, mais uma vez, parabenizar a nossa brilhante Senadora, Presidente da CDH, Presidente desta Comissão, por este evento maravilhoso, e dizer para vocês que aqui vocês têm um guerreiro.

Beijo no coração de todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Sabemos que a sua agenda está lotada, fique à vontade, mas foi uma honra, uma alegria ter o senhor conosco neste ato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir Maria Clara Machado Israel, Secretária Parlamentar da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down na Câmara Legislativa.

Maria Clara, obrigada.

Pode falar, Maria Clara, está ligado.

A SRA. MARIA CLARA MACHADO ISRAEL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer à Senadora Damares e a todos que trabalharam para a realização deste evento em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Sou Maria Clara Machado, Clarinha – podem me chamar assim. Tenho 32 anos e nasci com síndrome de Down, mas essa condição não me impede de viver plenamente e ser feliz, podem acreditar.

Vou fazer minha autodescrição: sou uma mulher de pele clara, uso óculos, tenho cabelos curtos com "moreno iluminado". (*Risos.*)

Estou usando blusa branca com brilho e calça azul clara.

Hoje estou aqui para falar sobre a importância do suporte para quem precisa e como todos juntos podemos apoiar a inclusão.

Como todo bebê, assim que nasci, precisei de cuidado, atenção, carinho, muito amor e estimulação.

No meu caso, como nasci com síndrome de Down, precisei de mais estimulação que a maioria dos bebês, e essa estimulação começou bem cedo. Então, meus pais logo procuraram apoio de profissionais preparados para trabalharem comigo. Aos 20 dias de idade, comecei a estimulação precoce e tive minha primeira sessão de fonoaudiologia. Com quatro meses foram incluídas sessões de fisioterapia e terapia ocupacional. Todo bebê com síndrome de Down precisa desse suporte nos primeiros anos de vida para não atrasar o seu desenvolvimento.

Desde pequena, sempre participei de tudo com minha família. Meus pais nunca me privaram do convívio familiar, social e escolar. A inclusão aconteceu em minha vida desde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nasci. Quando meu pai anunciou meu nascimento para a família, foi logo avisando: "Ela é de todos nós. Contamos com o apoio de todos vocês". Assim é até hoje. Minha família é grande. Minhas tias e tios, primas e primos são nossa rede de apoio, assim como foram também meus avós. Tenho muita sorte por isso.

Comecei a andar com um ano e meio e, pouco tempo depois, recebi alta da fisioterapia, mas, como não podemos parar com exercícios físicos, comecei a fazer natação para manter os músculos fortalecidos. Continuei com a fonoaudiologia e, à medida que fui crescendo, fui experimentando outras atividades: fiz balé, *jazz*, musicalização, pintura, canto e cursos de teatro. Essa é a minha maior paixão. Também brinquei muito. Meus pais sempre me incentivaram a explorar minhas habilidades.

Com quatro anos comecei minha escolarização na rede pública de ensino, em salas de aula regulares inclusivas e assim continuei até concluir o ensino médio. Importante ressaltar que sempre estudei em escolas que tinham salas de recursos. Aprendi a ler com oito anos e concluí o ensino médio com vinte e dois. Esses anos em que frequentei a escola foram muito importantes para mim. Aprendi a me desenvolver, me senti valorizada, fiz amigos, me preparei para o futuro. Espero que meus colegas também tenham aprendido com a nossa convivência e tenham desenvolvido mais empatia, compreensão, tolerância, respeito e sensibilidade em relação às diferenças. E hoje, quem sabe, alguns estejam em redes de apoio à inclusão.

O ensino médio despertou em mim um imenso desejo de trabalhar e também de entrar numa faculdade. Quando terminei, em 2014, fui conhecer a Apae, que é uma associação de pais e amigos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, uma organização não governamental que trabalha para promover a inclusão social dessas pessoas. E lá ingressei após passar por algumas entrevistas. Fiz algumas oficinas, como oficina de administração e informática. E, no ano seguinte, fiz o curso Meu 1º Emprego.

Em 2016, a Apae me inseriu no mercado de trabalho. Minha primeira experiência foi como auxiliar de vendas na loja de joias Vivara, trabalhei por quase um ano. Em seguida, trabalhei como auxiliar administrativo na Câmara dos Deputados durante três anos. Depois fui para o Tribunal Superior do Trabalho, lá trabalhei por dois anos como cerimonialista e também como auxiliar administrativo. Atualmente, sou funcionária da Câmara Legislativa, sou assessora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar do Deputado Eduardo Pedrosa. Sou autodefensora nacional, com formação em Advocacy para Autodefensoria, palestrante, atriz e modelo do Fashion Inclusivo.

E vocês querem saber de uma coisa? Adoro trabalhar. Tenho paixão por teatro, filmes e novelas. Já fiz cursos de teatro, apresentei oito peças e fiz uma participação no filme de longa-metragem Colegas e o Herdeiro. E o meu próximo passo é fazer vestibular para um curso de Arte Cênicas. Então, nem preciso dizer que meu maior sonho é ser atriz.

Ah, acho que posso dizer que já sou uma influenciadora digital. Nas minhas redes sociais, falo da importância da inclusão tanto na educação e na vida social quanto no trabalho e como isso é bom para a sociedade como um todo.

Quero, com minha voz e mensagens, inspirar mudanças em pensamentos antigos sobre as pessoas com síndrome de Down e promover uma cultura de aceitação e respeito para com as pessoas com deficiência. A deficiência não é um obstáculo para sermos produtivos, integrados e felizes. Juntos, podemos romper preconceitos e construir um mundo mais inclusivo. Eu quero e vocês também querem um mundo melhor para todos, não é mesmo?

Agradeço à minha família, aos terapeutas que me estimularam e aos que ainda me estimulam, às escolas inclusivas em que eu estudei, à Apae, aos órgãos em que trabalhei e àquele em que estou trabalhando agora por todo suporte e oportunidade que recebi e ainda venho recebendo.

Obrigado pela oportunidade de compartilhar com todos vocês um pouco da minha história. Vamos juntos apoiar a inclusão.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

E também quero convidá-los para o dia 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down. Lá na Câmara Legislativa, vai ter uma sessão solene.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Clara, muito obrigada.

Na sequência, nós vamos ouvir Elenilva Solidade da Silva, representante da Associação DFDown.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELENILVA SOLIDADE DA SILVA COUTINHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada, Senadora, pelo convite. É uma honra estar aqui nesta reunião hoje.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite da Senadora Damares e cumprimentá-la e a todos os presentes na mesa.

Meu nome é Elenilva. Sou mãe, cidadã e trabalho como voluntária para a causa das pessoas com deficiência, em especial, com síndrome de Down.

Estou aqui hoje porque acredito profundamente que a inclusão não é apenas uma escolha ou uma política pública, mas um direito humano fundamental. Todos merecem ser respeitados, valorizados e incluídos, independentemente de suas diferenças. No entanto, essa ainda não é uma realidade para muitas pessoas em nossa sociedade.

No meu trabalho, vejo de perto as barreiras que tantos enfrentam para participar plenamente da vida em comunidade. Acompanho histórias de pessoas com deficiência que muitas vezes passam despercebidas. Isso é um problema estrutural. A exclusão ainda é uma realidade para muitos: exclusão na escola, no trabalho, nas relações sociais, entre outras. É por isso que precisamos agir.

Cada um de nós tem um papel na construção de uma sociedade mais justa e acessível. A inclusão não pode depender apenas de leis, embora elas sejam essenciais, mas precisa ser um compromisso de todos nós. Precisamos de apoio do poder público para que a legislação feita seja cumprida. Não podemos deixar de ter a mediação nas escolas, permitir atitudes capacitistas nos espaços de convívio, descumprir cotas para as pessoas com deficiência nas empresas. Podemos e devemos escutar e valorizar as histórias de quem enfrenta dificuldades diariamente, promover acessibilidade em nossos espaços, sejam públicos ou privados, oferecer apoio e recursos para quem mais precisa, combater ativamente o preconceito e a discriminação, seja no trabalho, na escola ou em qualquer outro ambiente, fazer cumprir a legislação vigente, promover mediação para as pessoas com deficiência intelectual, usar a linguagem simples, proporcionar acolhimento às mães de pessoas com deficiência, dando a elas condições de cuidar de seus filhos e delas próprias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando apoiamos a inclusão e damos suporte a quem precisa, não estamos apenas ajudando o indivíduo; estamos fortalecendo toda uma sociedade.

Uma sociedade inclusiva é mais forte, mais igualitária e, acima de tudo, mais humana. Por isso, peço a cada um aqui presente que olhe para essa causa com seriedade. Que possamos, juntos, criar políticas públicas mais eficazes, garantir direitos e transformar a realidade, que não pensemos em retroagir direitos já adquiridos, como, por exemplo, a escola inclusiva, mas que, juntos, busquemos fortalecê-la e, para além disso, que possamos agir no dia a dia na forma como tratamos e acolhemos o outro. A inclusão é uma responsabilidade de todos nós, e, juntos, podemos fazer a diferença.

Eu quero agradecer ao Senador Romário, que estava aqui, que todo ano busca esse evento, e a tantos outros que lutam e que estão ao nosso lado, às instituições e às pessoas que dedicam o seu tempo para garantir os direitos da pessoa com deficiência. Mas eu quero também deixar registrado aqui aquele por quem eu luto, Luiz Eduardo Silva Coutinho, que está lá atrás, meu filho, por quem, há 21 anos, eu sigo caminhando e buscando o melhor para a sua vida. E quero deixar registrado também um projeto do qual eu faço parte, de que também sou voluntária, além da associação DFDown, o Fashion Inclusivo, um projeto que tem mais de 70 modelos que são pessoas com deficiência, as mais variadas deficiências, e que este ano fará 15 anos. E o Luiz Eduardo faz parte desde o primeiro desfile, que aconteceu lá em Sobradinho. Esse projeto foi idealizado pela Profa. Angela Ferreira, e hoje nós temos toda essa quantidade aí, Senadora, de pessoas com deficiência fazendo parte desse projeto.

Muito obrigada pela oportunidade. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Elenilva.

Neste instante, nós vamos ouvir a Paloma.

Paloma, é uma honra ter você conosco aqui, representando esse grupo enorme que tem feito um trabalho incrível no DF e no Brasil. Muito obrigada por estar com a gente.

A SRA. PALOMA CRISTINA RODRIGUES PEDIANI (Para expor.) – Obrigada, Senadora. É uma honra estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora tem sido uma parceira muito importante na nossa luta.

Eu e a Senadora Damares temos uma história de antes de ela ser Senadora, porque eu fui Presidente do Conselho Distrital de Direitos Humanos por quatro anos, e, na época em que eu era Presidente, a Senadora estava como ministra, e a gente, como conselheiros, precisava de um carro para poder fazer as diligências, verificar os casos de que a gente recebia as denúncias. A gente bateu lá no ministério e falou "Senadora, ajuda a gente, precisamos de um carro". E aí a Senadora doou dois carros para o conselho para poder fazer as diligências e verificar as denúncias. Então, eu nunca me esqueço, e agora temos a sorte de tê-la aqui, no Senado Federal, representando a nossa pauta, uma parceira muito importante.

Eu estou aqui, então, representando a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Nós temos representação nacional, estamos nas cinco regiões do país, com mais de 60 filiadas, e fazemos esse trabalho diário aqui, no Congresso, lutando pelos direitos das pessoas com síndrome de Down. Temos muitos projetos em tramitação que são do nosso interesse, que visam garantir mais direitos, além, também, de um trabalho que a gente faz para manter esses direitos que já foram tão dificilmente conquistados até aqui.

Então, essa parceria que tem a sociedade civil junto com o Parlamento é extremamente importante porque nós somos parceiros em diversos momentos para melhorar projetos, para ser consultivo, para verificar onde está faltando alguma coisa e como a gente pode entrar com algum projeto de lei, alguma atuação mais eficaz.

Sempre tenho uma fala que trago comigo assim: a pauta da síndrome de Down e da deficiência entra na nossa vida por dois motivos: um quando ela nos escolhe e quando a gente tem algum familiar, algum parente com deficiência, então a gente passa a atuar na pauta; e outra quando a gente a escolhe. Eu escolhi essa pauta quando tinha 15 anos, então tem 15 anos que eu atuo na pauta da pessoa com deficiência. E digo que não tenho nenhum parente de sangue, mas o tanto que eu tenho no coração por este Brasil afora é incontável. Então, quando estou aqui vendo tantas pessoas que estão no meu dia a dia, eu fico emocionada porque é uma luta diária.

E eu vou trazer algumas informações. A gente não tem dados efetivos do número de pessoas com síndrome de Down que a gente tem na sociedade, e isso é importante para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente na hora de pedir políticas públicas. Então a gente tem trabalhado para conseguir esses dados, fazendo parceria com o Ministério da Saúde também, para melhorar a declaração de nascidos vivos. Ano passado a gente lançou, em parceria com o Ministério da Educação, uma rede nacional de autodefensores – a gente tem a Clarinha aqui, que é a autodefensora nossa, da federação –, que tem o papel de levar país afora a importância da educação inclusiva e a luta contra o capacitismo. O capacitismo é um preconceito contra as pessoas com deficiência que está enraizado na nossa sociedade, é quando você olha para uma pessoa com deficiência e você já pensa que ela não é capaz de realizar determinada ação por causa da deficiência que ela possui. Então a gente tem feito um trabalho muito grande contra o capacitismo para abrir os espaços.

E a gente também tem a questão das cirurgias cardíacas. As pessoas com síndrome de Down, cerca de 40% a 50% delas nascem com algum tipo de cardiopatia e precisam fazer as cirurgias logo nos primeiros, numa janela que é até os 18 meses. Se não fazem, depois ficam com um problema cardíaco que podiam ter resolvido logo que nasceram. A gente tem uma fila muito grande para a realização dessas cirurgias. Em conversa com o ministério a gente soube que tem um déficit de 12 mil cirurgias por ano. Então a gente precisa resolver isso, a gente não pode deixar uma pessoa conviver com um problema cardíaco que poderia ter sido resolvido logo ali nos primeiros meses da vida.

E a gente tem outros projetos, inclusive um projeto de autoria da Senadora Damares, que é o do emprego apoiado, que a gente está lutando para aprovar aqui e tornar lei, que visa ajudar na implementação no mercado de trabalho das pessoas com deficiência intelectual, trazendo um novo profissional para dar um suporte para essa pessoa, para chegar no ambiente e verificar como ela pode ser incluída. Então estamos trabalhando para aprovar isso e vários outros projetos.

Quero agradecer a oportunidade, não vou me estender muito. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Paloma, muito obrigada por ter vindo. Leve um abraço a todos, leve o abraço desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu registro que está conosco o Bruno Carneiro, que é o fotógrafo do STF, que está cobrindo esta audiência, o Bruno está andando aqui pelo plenário; nós temos o DJ Dudu, que vai fazer uma apresentação agora; Karol Cruz, Presidente do Fashion Inclusivo – gente, a Karol é Miss Brasília Cadeirante, e tenho a alegria de ela ser minha assessora no meu gabinete.

Nós temos o Augusto Bravo, representante da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down, lá da Câmara Legislativa; Gabriel Barbosa, garçom indicado pelo DIS; Carolina Teixeira, também uma garçonete indicada pelo DIS; Sara e Nahum, organizadores da exposição do Holocausto; Nazaré, representante do Cromossomo do Amor; Maria do Perpétuo Socorro, representante da Apae – obrigada por estarem aqui –; Gabriel Lima, também fotógrafo do DIS – obrigada, Gabriel. Nós temos a Loni, assessora do Senador Romário, que nos ajudou; e a minha querida amiga, Andréa Pontes, representante da UNA, canoagem, esporte – obrigada por estar aqui. E quem também, Maria? O Matheus Humberto, nosso fotógrafo, lindo, maravilhoso – obrigada, Matheus Humberto.

E agora nós vamos assistir a um vídeo rapidinho da Senadora Mara. Paloma, eu queria lhe pedir uma gentileza, se você puder sentar-se à bancada, eu já quero pedir para sentar-se aqui, no lugar de Paloma, o nosso DJ Dudu, para ir se preparando. E nós vamos assistir ao vídeo da Senadora Mara Gabrilli.

Dudu, venha para a mesa. Vamos aplaudir o nosso DJ. (*Palmas.*)

E, enquanto o nosso DJ se senta, nós vamos assistir ao vídeo com a palavra final da nossa Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Mara Gabrilli. Para as pessoas que estão nos visitando de fora do Brasil e que não a conhecem, a Senadora Mara Gabrilli é tetraplégica, ela é o símbolo da luta pela inclusão. Eu não sei se, em um outro Parlamento do mundo, nós temos uma Senadora tetraplégica, mas o trabalho que ela faz no Brasil e fora do Brasil... Ela tem cadeira na ONU, ela nos orgulha, e eu tenho a honra de ter a Senadora Mara Gabrilli como amiga. Fui assessora, hoje sou colega dela como Senadora.

Vamos ouvir a nossa Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por vídeo.*) – É uma grande honra participar, mesmo que à distância, dessa importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública sobre o Dia Internacional da Síndrome de Down, que é celebrado na próxima sexta-feira, 21/03, marcando a data da trissomia do cromossomo 21.

Cumprimento a nossa querida Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Damares, e é uma alegria ser sua Vice, Damares, nesse Colegiado tão importante que carrega nosso coração. Quero estender também os cumprimentos a todos os Parlamentares presentes, aos convidados e às pessoas que estão acompanhando a audiência pela internet. Muito obrigada pela audiência, vocês são importantíssimos para o nosso trabalho.

E, antes de iniciar a minha fala, eu farei uma audiodescrição. Eu sou uma mulher branca, com olhos verdes, cabelos castanhos claros, na altura do ombro. Eu estou sentada em uma cadeira de rodas, o meu cenário é um dos auditórios grandes da Organização das Nações Unidas, a ONU de Genebra, e eu estou toda em tons de preto.

Bom, para explicar o que eu estou fazendo aqui, eu estou cumprindo com muito orgulho e compromisso as minhas atribuições como perita independente no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu fui eleita como membra indicada pelo Brasil. E saibam que meu coração, a minha mente também estão aí no Brasil, pois eu sigo acompanhando e trabalhando muito por nossas pautas no Senado.

A verdade é que a gente não para nunca, porque trabalhar pela inclusão é um exercício diário, e já faz parte da gente trabalhar inclusão no dia a dia, na conversa com alguém, conhecendo alguma coisa. A gente sabe que, globalmente, as pessoas com deficiência enfrentam desafios que vão muito além das barreiras físicas. Nós lidamos com preconceitos enraizados, como o capacitismo, a exclusão social e muitas vezes a falta de oportunidade para que a gente possa demonstrar nossas habilidades, nossas contribuições.

E quando a gente fala de deficiência intelectual, o preconceito é algo ainda muito evidente. Infelizmente, algumas empresas ainda têm resistência em contratar pessoas com deficiência intelectual. Eu aproveito a oportunidade aqui para reforçar a importância de se cumprir a nossa Lei de Cotas e a nossa Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que eu tive a honra de relatar e ser autora do texto final quando ainda era Deputada Federal. Foi por meio da LBI, inclusive, que nós conseguimos alterações importantes no Código Civil, com vistas à adequação do procedimento judicial de curatela, que deixou de ser restritiva em direitos e se tornou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

protetiva, sobretudo quando a gente está falando de patrimônio e questões de cunho econômico.

É por nossa legislação que as pessoas com deficiência intelectual não precisam mais da autorização da Justiça para colocar em prática o direito ao matrimônio, assim como o direito de voto, o direito de ser votado, o direito à saúde sexual e reprodutiva, ou seja, gente, o direito ao amor! Quem é que pode tirar esse direito de alguém? A gente precisa reforçar que os direitos civis, políticos, sociais, sexuais, reprodutivos das pessoas com deficiência intelectual são os mesmos de qualquer outro cidadão. Privar alguém de exercer esses direitos só fortalece o preconceito da sociedade sobre a deficiência intelectual, que entre todas as deficiências ainda é a mais discriminada. E nós, tenho certeza que vocês também, atribuímos isso muito à falta de informação, à falta de familiaridade, à falta de convivência com o tema, à falta de empatia.

Eu lembro ainda que as pessoas com síndrome de Down, poucas décadas atrás, tinham uma expectativa de vida muito curta. Mas agora, com tanta informação chegando, com uma revolução na saúde e com as próprias pessoas lutando para formalizar sua maturidade, exercendo o direito ao matrimônio, tudo isso tem mudado. E as pessoas que têm síndrome de Down fazem isso de maneira consciente, sem perder a espontaneidade, a candura, tão características de seu jeito de encarar a vida. Eu vou dizer: a gente tem muito a aprender com as pessoas com síndrome de Down, que conseguem enfrentar o dia a dia e têm uma capacidade tão grande de liberar amor, de liberar essa candura, a doçura, mesmo em momentos tão difíceis.

E quando eu falo disso, de amabilidade, doçura, eu falo de todas as pessoas com síndrome de Down, que são capazes de mudar qualquer ambiente, que são capazes de provocar reflexões importantes sobre a forma como cada um lida com supostas limitações. E eu posso falar disso com propriedade, porque o meu assessor Edgar Episcopo, que está em nossa equipe há mais de 15 anos, já mudou muito a forma de muita gente ver o mundo. Não só dentro do meu gabinete, que é um pequeno grande mundinho, mas no mundo mesmo, porque isso vai se espalhando, esse jeito de amar vai se multiplicando. Eu costumo dizer que o Didi – apelido carinhoso que ele carrega desde criança – é capaz de dar um *upgrade* em muita gente.

Didi, meu parceiro, nossa equipe é transformada por você a cada dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o Didi não é só um funcionário que está lá para bater cartão, sabe? Ele nos ensina a fazer com que a gente tenha que aprender como ele aprende, como ele pode prosperar, como ele pode evoluir no trabalho. É a gente que vai adotando formas que vai fazendo-o crescer no trabalho dele, porque, se a gente estaciona, ele vai estacionar junto. Então a gente tem que estar sempre se recriando para o Didi também se recriar, se reinventar. Então, assim, eu tenho muita gratidão de ter o Didi no gabinete para nos ensinar a cada dia a nos inventar.

E, neste ano, o tema adotado no mundo para o Dia Internacional da Síndrome de Down é sobre a urgência em melhorar as redes de apoio e oferecer suportes adequados às necessidades de cada um. É muito apropriado e envolve todos nós.

O Didi, por exemplo, e tantos outros profissionais, atletas, estudantes com síndrome de Down, se desenvolvem porque tiveram oportunidades e receberam apoios. Quem acredita no potencial de uma pessoa investe nela. E é isso que devemos fazer sempre. E, quando a gente vê uma pessoa que abriu o coração, a outra deu oportunidade, e ela cresceu, todos nós crescemos. As pessoas com síndrome de Down estão cada vez mais sendo protagonistas das suas próprias vidas, fazendo suas escolhas, buscando suas oportunidades. E é nosso dever contribuir para tornar a nossa sociedade cada vez mais inclusiva e não permitir qualquer retrocesso nos seus direitos.

Eu vou ficando por aqui, com o coração cheio de orgulho. Que esta audiência pública sirva para que a gente siga derrubando preconceitos e acrescentando cada vez mais políticas públicas para melhorar a situação da inclusão no nosso país.

Poxa, eu estou aqui na ONU. Um dia, um grupo de jovens veio aqui apresentar um trabalho feito por eles, que foi divulgado pelo mundo inteiro.

Muitas vezes a gente tem que mudar o nosso falar para que eles possam mudar o ouvir deles, e vice-versa, muitas vezes a gente tem que mudar o nosso ouvir para que o outro mude o seu falar. Então a gente está intimamente ligado uns com os outros, e nós vamos trabalhar juntos para crescer juntos.

Quero dar um beijo em todo mundo que está aí nos assistindo e um beijo especial na nossa Presidente Damares. E que seja um evento, como sempre, transformador para melhor para a vida de todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como não amar a Senadora Mara Gabrilli?

Nós vamos para o final da nossa sessão, só que a gente vai encerrar esta sessão celebrando, porque nós temos, sim, que celebrar. O mundo não seria o mesmo sem eles. Eles vieram para fazer o nosso mundo mais colorido, o nosso mundo melhor. Nós temos que celebrar, sim. Nós temos famílias espetaculares – vocês, famílias –, famílias incríveis. Nós temos que celebrar as nossas famílias. Nós temos, sim, motivos para celebrar a rede de apoio que nós temos no Brasil. A vocês, instituições que estão aqui, obrigada por tudo o que fazem. Nós temos, sim, o que celebrar. Nós temos Parlamentares espetaculares nesta Casa, que estão o tempo todo atentos para que nenhum direito da pessoa com síndrome de Down seja violado. Nós, sim, temos o que celebrar. Nós temos que celebrar o sorriso, a alegria desses meninos e meninas que estão aqui, que estão chegando à faculdade, que são atrizes, que são trabalhadores e que serão Parlamentares – quem sabe Presidentes do Brasil um dia? (*Palmas.*)

Eu quero convidar todos vocês para curtir agora, com o nosso DJ Dudu...

Só queria dizer o seguinte: tão logo acabe a apresentação dele, eu preciso que o auditório, o plenário, seja desocupado, porque imediatamente – já estamos atrasados – nós vamos começar uma reunião deliberativa. Vou declarar o final da sessão, mas vou pedir à TV Senado que tenha coragem de continuar transmitindo a nossa celebração!

Eu declaro encerrada a sessão.

E é com você, DJ Dudu! Som na caixa e todo mundo de pé! (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação musical do DJ Dudu, com a execução da música Vou Deixar.*)

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 04ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Paulo Paim e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da primeira a terceira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4781, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto e à Emenda n° 1. Observação: Em 19/03/2025, foi recebida a Emenda nº 1 do Senador Alessandro Vieira. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3272, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva de urgência." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 478, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira ou outros locais de apoio à mulher vítima de violência e sobre a possibilidade de encaminhamento do agressor, no âmbito de programa de reeducação e recuperação, para prestar serviços em locais de apoio à vítima de violência doméstica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatora. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5781, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5710, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda de Redação n° 1-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5562, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos que deixarem de adotar as medidas previstas em lei para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 301, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Laércio Oliveira, em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei n° 309, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Laércio Oliveira, em seguida, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 19, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no dia 14 de maio, data que marca o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre este importante tema para toda a sociedade brasileira." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Laércio Oliveira, em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 20, de 2025 que: "Requer a realização de um ciclo de debates de audiências públicas sobre a SUG 12/2018 - Estatuto do Trabalho." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 22, de 2025 que: "Requer diligência externa aos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Laércio Oliveira, em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 23, de 2025 que: "Requer realização de diligência externa às instalações da Operação Acolhida no Estado de Roraima para acompanhamento das ações do Poder Executivo Federal em relação aos migrantes da Venezuela." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Laércio Oliveira, em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 24, de 2025 que: "Requer diligência externa no Território Yanomami, no Estado de Roraima." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Laércio Oliveira, em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 25, de 2025 que: "Requer Convocação da Ministra de Estado SÔNIA GUAJAJARA" Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Resultado: Aprovado o requerimento, na forma de convite, para realização de audiência pública conjunta com a CRA. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Projeto de Lei n° 2343, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para vedar a adição de qualquer quantidade de açúcares ou adoçantes nos alimentos para lactentes." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta, em seguida, é aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 01- CDH. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente anuncia que ficam adotadas as regras lidas na reunião deliberativa anterior para a organização e condução dos trabalhos desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª à 3ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam adotadas as regras lidas na reunião deliberativa anterior para organização e condução dos trabalhos desta Comissão. Nós lemos as regras na semana anterior, aguardamos por uma semana sugestões e vamos dar por aceitas as regras lidas com as sugestões que chegaram. Nós vamos encaminhar aos gabinetes dos Parlamentares as regras de condução da Comissão de Direitos Humanos nos próximos dois anos.

Nós vamos fazer uma inversão de pauta.

Nós tivemos um dia especial hoje na Comissão. Nós estamos acabando de terminar uma celebração incrível em comemoração ao Dia Nacional e Internacional das Pessoas com Síndrome de Down. A Comissão de Direitos Humanos marcou presença nas celebrações, foi essa forma que nós encontramos para que o Senado Federal também fizesse essa celebração. Esta Casa não podia ficar ausente das celebrações que estão acontecendo no Brasil e no mundo, e a nossa Comissão foi o palco dessa celebração, que foi emocionante, foi linda, foi alegre, foi divertida.

Eu quero agradecer aos Senadores a compreensão pelo atraso do início da nossa reunião.

Nesse sentido, para dar celeridade ao trabalho nesta manhã, vamos fazer uma inversão de pauta.

Nós já vamos direto para o item 5 da pauta, que é o Projeto de Lei 5.710, de 2023.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5710, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, de que trata a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise do projeto e depois ao voto.

Da análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e à promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 5.710, de 2023, por este Colegiado.

No mérito, a proposição é oportuna e extremamente necessária no atual cenário legislativo brasileiro. Ainda que a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a partir da redação dada pela Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022, tenha consagrado o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, nas ações pertinentes às políticas de segurança, enquanto instrumento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, é necessário expandir a dimensão dessa política pública para além da segurança pública e assegurar uma abordagem mais abrangente e integrada.

Nesse sentido, Presidente, o PL nº 5.710, de 2023, regulamenta com maestria os princípios, as diretrizes, os eixos estruturantes, os objetivos e os mecanismos de avaliação do Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A precisão da proposição em abordar esses temas de forma estratégica, multifacetada e com escopo interfederativo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

balizando a proteção das mulheres e a primazia da família, tem potencial de fortalecer as estruturas jurídicas e administrativas para a prevenção da violência.

Considerando que a proposição não se limita ao escopo delineado na Lei nº 13.675, de 2018, propomos emenda de redação para ajustar sua ementa, de forma a conferir mais clareza ao seu conteúdo normativo.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.710, de 2023, na forma da seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 5.710, de 2023 a seguinte redação [é lá no *caput*, né?]: "Dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher".

Era essa a emenda e também o nosso voto pela aprovação do projeto.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

O projeto segue para análise terminativa na Comissão de Segurança Pública.

Senador Zequinha, eu quero agradecer-lhe e cumprimentá-lo pelo voto. Que bom que aprovamos rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez algumas pessoas perguntem, Senador, por que instituir por lei um plano nacional de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Tem políticas públicas que nós vamos ter realmente que transformar em lei por causa da continuidade. Algumas políticas públicas, tipo o Bolsa Família, será que, se não fosse uma lei, teria tido a continuidade que ela tem até hoje? Então, ter um plano instituído por lei vai obrigar qualquer gestor de qualquer partido que assumir o poder a desenvolver o plano de enfrentamento à violência contra a mulher.

Que bom que o senhor entendeu e que bom que esta Comissão entendeu.

Urge a necessidade de a gente ter uma política clara de enfrentamento à violência contra a mulher. E nós hoje demos um passo importante, nós demos um passo importante na proteção da mulher. E, no mês da mulher, esta Comissão priorizou projetos de lei de proteção e de garantia dos direitos da mulher.

E eu fico muito feliz em ter o meu amigo, companheiro de anos, relatando essa matéria que eu considero... Eu estive lá como Ministra e eu sei a necessidade de a gente ter essa política instituída por força de lei para que ela tenha continuidade e sustentabilidade, inclusive para a gente vir aqui ao Congresso brigar por orçamento. Nós precisamos de dinheiro. Não tem proteção da mulher sem dinheiro no Brasil.

Obrigada, Senador; obrigada aos pares pela aprovação dessa importante matéria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, me permita, rapidamente, uma consideração. Não é só essa questão da gestão pública para fazer valer, mas nós estamos sendo bombardeados com tanta violência que eu não sei simplesmente... Claro, se eu for analisar isso do ponto de vista espiritual, nós cristãos sabemos que isso não passa de uma ação maligna, grosseira, mas, do ponto de vista social, é inexplicável por que tanta crueldade, por que tanta morte, por que tanta falta de compreensão, de tolerância, de tanta coisa. É assustador!

Então, V. Exa. tem toda razão não só quando propõe, mas também quando enfrenta essa situação que o Brasil lamentavelmente está vivendo. E a gente precisa ampliar isso por tudo quanto for necessário para que se chegue à causa mãe de tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, houve a questão da menina, da adolescente Vitória. Para que se faz um crime como esse?! Por que se mata um outro ali por não querer terminar o relacionamento?! Por quê? Por quê? Por quê? Por quê? A sociedade precisa acordar, não só o Governo; o povo, a sociedade como um todo precisa saber que isso é um problema seu e que tem que ser trabalhado de forma estratégica.

E, se a gente perceber que esta geração não tem mais jeito, nós temos que nos preocupar com a próxima, preparando nossas crianças, nossos filhos, porque, amanhã, serão eles, e que sejam mais, digamos assim, educados, humanos, compreensíveis, tolerantes, para que a gente não veja a continuidade desse quadro de tamanha dificuldade que se vive no Brasil hoje.

Muito obrigado.

Parabéns pela sua iniciativa. Foi um prazer poder colaborar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Item 1 da pauta...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria entrar nessa discussão.

É claro que eu concordo com tudo que foi dito. O Senador Zequinha acabou de fortalecer o que eu vou dizer. Nós temos uma lei, ainda da época do Presidente Bolsonaro, que não foi implementada – é uma lei de minha autoria, eu não decoro o nome, é catorze mil alguma coisa –, que coloca na grade transversal do ensino brasileiro o tema da violência contra a mulher. O Zequinha acabou de dizer que, se não tem jeito em cima, tem lá na origem, e a origem é na educação. E eu fico encantado... Por que até agora não implementaram? É uma lei! Eu já tentei com o Ministro, e a resposta que veio de lá é que tem a Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha pune, e a gente quer evitar, e só se evita na educação. Portanto, o meu pedido – e quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que concordo com o seu projeto, com o relatório – é que a senhora e nós da Comissão possamos fazer visitas, pedir lá para que o ministério implementa essa lei. Nós já perdemos quatro anos! Numa nova geração, nós precisamos de 25 anos, 30 anos para essa geração mudar o pensamento, porque é na escola, na educação que está a solução. E a gente só fala – e deve falar sempre – em feminicídio e violência contra a mulher. Sim, mas vamos evitar lá na origem, na educação. Portanto, é um pedido que eu lhe faço, Presidente: que possamos fazer incursões e ingerências junto ao ministério para que essa lei seja implementada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É simplesmente pedir que a lei seja cumprida.

Eu vou pedir à Secretaria que a gente transforme a solicitação do nosso Senador Plínio Valério em uma indicação, transformamos em uma indicação e trazer na próxima reunião e aprovar como indicação. E, aprovando, acho que seria interessante a gente levar em mão, Senador Plínio, a indicação. A gente não vai resolver o problema da violência contra a mulher se a gente não cuidar da próxima geração – eu concordo com o senhor.

E eu tenho que informar que lamentavelmente – e esse é o tema da minha vida – a idade do agressor tem diminuído. Cada vez mais o agressor é mais jovem. Nós estamos com adolescentes em namoros abusivos, nós estamos com meninas em relacionamentos agressivos, namorando. E aqui pais que nos assistem: deem uma olhadinha no namoro da sua filha para ver como estar. Como é que a sua filha chega depois que saiu para o cinema com o namorado? Como é que está o comportamento dela depois do início desse namoro? Há adolescentes agressores de meninas, há jovens, cada vez mais jovens, agredindo mulheres.

A gente vai ter, sim, que ir para a escola. Parabéns, Senador Plínio, pela intervenção. E nós vamos transformar seu pedido numa indicação e vamos levar pessoalmente às mãos do Ministro da Educação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É a Lei 14.164, de 2021, acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estava lá no dia da sanção, lembro muito bem, muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4781, DE 2023

- Não terminativo -

Altera os arts. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Na 2ª reunião (realizada em 12/03/2025) após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva.

Em 19/03/2025, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Favorável ao projeto e à emenda.

Em 19/03/2025, foi recebido o novo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para a leitura do relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, eu já li o relatório na oportunidade anterior, um projeto, apenas para relembrar, do Senador Carlos Viana, que estabelece perda de bens e valores como uma sanção adicional a crimes praticados contra a mulher em violência doméstica ou crimes sexuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na oportunidade, já houve um consenso desta Comissão quanto ao mérito do projeto e foi apresentado um pedido de vista do Senador Alessandro Vieira e foi apresentada uma emenda. Eu vou me limitar, então à apreciação da emenda.

Com relação à Emenda nº 1, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que propõe que o valor da sanção de perda de bens e valores seja indexado ao salário mínimo e montante não inferior a um salário mínimo, nem superior a 100 salários mínimos. Estamos de acordo, por entender que a proposta visa a evitar que a quantia relativa à perda de bens sofra desvalorização inflacionária.

Eu não sou muito fã da indexação, não, mas eu reconheço que o atual cenário de descontrole do Governo Lula tem causado a perda do poder aquisitivo da moeda e, de mais a mais, a técnica do Código Penal de fato, quando fixa a pena de multa, utiliza a referencial dos salários mínimos. Então estamos mantendo um padrão.

Por esse motivo, eu acolho a emenda do Senador Alessandro Vieira com essa alteração que, no fundo, mantém a sanção, não diminui a sanção, apenas preserva o valor no decorrer do tempo.

Então, o voto, Presidente, é pela aprovação do PL 4.781, de 2003, e da Emenda nº 1, CDH.

Como eu disse, o projeto é meritório.

Antes só de encerrar a palavra, eu só tomo a liberdade de cumprimentar aqui o Prefeito de Kaloré, do Paraná, o Sr. Washington, que está aqui me acompanhando nessa Comissão.

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto e à Emenda nº 1 que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Direitos Humanos.

E me permitam cumprimentar o autor, o Senador Carlos Viana, e o Relator, Senador Sergio Moro – eu fiz esse destaque semana passada e vou fazer novamente – e ao Senador que pediu vista, o Senador Alessandro. Nós temos um Relator juiz, um Senador delegado, que trouxe aí um aperfeiçoamento ao relatório do Senador Sergio Moro, e a gente entrega hoje uma proposta aprovada neste mês da mulher, que eu acho que vai contribuir muito. Vai pesar no bolso do agressor.

Eu acho que a gente deu um passo importante.

E o destaque que eu quero fazer: homens discutindo a violência contra a mulher. Há uma máxima que só nós Senadoras, mulheres, temos que discutir a violência contra a mulher. Eu tenho um projeto de lei extraordinário, de autoria de um Senador, relatado por um outro Senador, aperfeiçoado por um outro Senador, e tenho a honra de ter na Comissão hoje quatro Senadores, homens, que estão aqui presentes para apreciar essa matéria. E a gente entrega para o Brasil hoje, aprovada nessa Comissão e torcendo, porque ela agora segue em caráter terminativo para a CCJ, para que, na CCJ, a gente faça a apreciação de forma imediata, já siga para a Câmara e a gente já entregue para o Brasil uma legislação extraordinária.

Parabéns, colegas!

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu não costumo e nem gosto de pedir inversão de pautas, então tenho duas sugestões. Pelo andamento aqui, eu não vou conseguir ficar; pelas circunstâncias, pelo PSDB só tem três Senadores, acabei ficando com 11 Comissões. Era pedir a inversão de pauta, para que o nosso requerimento fosse analisado e, caso não seja possível, retirar de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não tenho como ficar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Algum Senador?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma observação aqui também rapidamente: somos quatro Senadores, homens, mas sob o comando de uma Senadora, mulher.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Parabéns, Sra. Presidente, pela condução.

Apenas uma observação com relação a item 14, que é o Requerimento 25, de autoria do Senador Plínio Valério, que requer a convocação – me parece que já foi convertida convite – não é? –, como será nossa regra aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... da Ministra Sonia Guajajara. E ela estará presente já na Casa a convite também da CRA, salvo engano, o pessoal do Governo pode confirmar, dia 26.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então a sugestão é que se fizesse uma audiência conjunta, Presidente, para que a gente possa otimizar o tempo de todos nós. Como o Plínio muito bem falou, a gente tem que se desdobrar em várias Comissões. Não faria sentido fazer em duas vezes....

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu falei ao Alessandro que eu não concordo, mas aqui é a maioria, é o Parlamento. Eu adoraria ver duas, porque eu já sei como é. Eu fui Vereador e estou aqui há seis anos e meio. Então, a prática política, os meandros, a navegação, me diz que seria bom depois uma outra, mas eu quero a maioria, não tenho nada... Eu só votaria contra, mas, se a senhora colocar em votação, e eles decidirem que vai ser conjunta, conjunta será.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Vamos colocar primeiro o requerimento em votação.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Convocação da Ministra de Estado SONIA GUAJAJARA

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Vai querer defender ainda o requerimento ou já podemos ir direto?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode ir direto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos transformar o requerimento de convocação em convite, o.k.?

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos decidir, Senador Plínio, que audiência seja em conjunto. Por quê? Eu tenho entendido que a Ministra Sonia tem demorado vir a esta casa. E o que está acontecendo, que é a sua mesma necessidade, a de todos nós? Explodiu a malária na região ianomâmi. Nós estamos sem os dados da região ianomâmi. Se ela já vem dia 26, eu vou sugerir, eu vou propor, se os colegas aceitarem, que a gente faça esta audiência em conjunto, mas que a gente esteja presente lá, de fato, Senador. Eu estarei lá. Eu estarei lá, e vou conversar com o Presidente da CRA que a gente tenha, que os nossos membros da Comissão de Direitos Humanos, fazendo em conjunto, que a gente tenha voz naquela audiência e que a gente faça as indagações que nós estamos querendo fazer. Nós estamos preocupados com a questão da política indígena no país.

Nós temos muita coisa a perguntar à nossa ministra; depois à Funai também. Nós vamos ter que trazer a Sesai e a Funai, todos eles aqui para se explicarem.

Mas eu entendo que, dada a gravidade do que está acontecendo na área ianomâmi, seria interessante a gente fazer em conjunto, porque já está marcado para o dia 26.

Os colegas concordam?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu concordo, mas quero var maioria, porque imagine só: duas Comissões tendo tanto assunto para tratar com uma só pessoa. Aí vamos entrar naquela de faz em conjunto, três, em grupo, ela responde em grupo.

Essa mesma questão ianomâmi tem três contratos com o ministério, que beiram R$500 milhões, sem licitação, para fornecer alimento para os ianomâmis, para levar, e o outro é a Ambipar.

Então, imagine só o que seríamos, quantos Senadores a indagar à ministra. A minha prática me diz que não vai dar em nada – me desculpe, não vai dar em nada. Estarei presente, mas estarei presente sabendo que... Sabe, o Governo vai se mobilizar, mas eu quero ter maioria – eu quero ter maioria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos fazer, então, um compromisso, Senador Plínio – vamos fazer um compromisso com o senhor. Nós vamos para essa audiência, vamos fazer em conjunto, e, se a gente observar que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respostas não foram todas dadas nessa audiência, eu me comprometo, na sessão seguinte, a trazer um novo requerimento, inclusive assinado – por mim e pelo senhor –, para trazer a ministra só para esta Comissão, para a gente fazer as indagações a ela só nessa Comissão.

Os colegas concordam?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Permita-me, Presidente, só uma contribuição – e aí está dentro da condução de V. Exa.

Seria muito produtivo se se garantisse a prioridade para o autor do requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... porque daí você evitaria a preocupação, que é justa, do Plínio, de as indagações dele ficarem perdidas numa multidão de perguntas. Prioriza o primeiro perguntar, juntamente com a Presidência, e aí o fluxo continua.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou inclusive conversar com o Presidente da CRA, para ver se ele não me autoriza conduzir essa audiência lá, e com a gente trazendo a prioridade ao autor do requerimento.

Posso colocar em votação a sugestão que estamos trazendo aqui? (*Pausa.*)

Aprovada.

Que fique registrado em ata. (*Pausa.*)

Nós vamos aproveitar os Relatores que estão presentes.

Depois, Senador Alessandro ou Senador Laércio, eu tenho duas relatorias importantes – meu voto é muito simples. Depois, queria que a gente trocasse, que um dos dois assumisse a Presidência, para a gente hoje esgotar o máximo possível a nossa pauta.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5562, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos que deixarem de adotar as medidas previstas em lei para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira, para a leitura do Relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Damares Alves. Meus cumprimentos a todos que aqui estão, a toda a equipe da Comissão. Cumprimento o Senador Alessandro Vieira.

Com a sua permissão, Sra. Presidente, eu gostaria de ir direto à análise e ao voto.

Crimes como abandono de incapaz, abandono material, pornografia infantojuvenil, maus-tratos e exploração sexual infantil apresentaram aumento no número de casos entre 2022 e 2023, conforme dados do Anuário de Segurança Pública de 2024. Além disso, outras violações aos direitos de crianças e adolescentes ainda permanecem presentes, como o trabalho infantil, que, mesmo em queda, em 2023 ainda atingiu mais de 1,6 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos no Brasil.

Nesse sentido, é inadmissível que agentes do Estado, responsáveis pela proteção de nossas crianças e adolescentes, ajam de forma negligente em relação a suas obrigações funcionais de adotar as medidas previstas no ECA ou em outras normas para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, vemos a proposição com bons olhos, pois, embora toda conduta de agentes públicos que viole o bem comum ou preceitos legais deva ser punida, entendemos que, em casos de violações dos direitos de crianças e adolescentes, a responsabilização deve ser ainda mais rigorosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a proposta é acertada ao prever a responsabilização, inclusive penal, dos agentes públicos no âmbito do ECA, o que demonstra o compromisso do Estado com a correta aplicação do estatuto e, por conseguinte, com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Por fim, apresentamos duas emendas. A primeira para adequar a redação da matéria ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o qual dispõe que o primeiro artigo do texto legal deve indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação; a segunda, para ajustar a referência feita pelo §1º do novo art. 73-A, pois, conforme justificação da matéria, acreditamos que a intenção era se referir ao novo art. 258-D e não ao atual art. 258-C do ECA.

Nesse sentido, Presidente, eu vou ao voto.

Conforme as razões expostas, o voto é pela aprovação do projeto de lei com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH

Inclua-se no Projeto de Lei nº 5.562, de 2023, o seguinte art. 1º, renumerando-se como art. 2º o atual art. 1º, e como art. 3º, o atual art. 2º:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos que deixarem de adotar as medidas previstas em lei para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes."

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 73-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.562, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 73-A.....

§1º A responsabilidade administrativa será apurada nos termos da legislação do ente federativo a que estiver vinculado o agente, sem prejuízo do que prevê o art. 258-D.

....."

É o relatório, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Carlos Viana e cumprimentá-lo pelo projeto apresentado, na minha opinião extremamente importante; e eu quero agradecer a V. Exa. pela indicação para a relatoria.

Eu queria pedir a V. Exa. para um projeto extrapauta – é o PL 2.343, de 2024, em que eu sou Relator –: se a senhora estiver de acordo, eu fico à disposição para, no momento que a senhora achar oportuno, fazer a relatoria dele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador, esse projeto estava na pauta semana passada, ele foi retirado de pauta a pedido acho que do autor e do Relator, nós retiramos. Então, portanto, essa não é uma matéria surpresa para esta Comissão. Eu tinha dito que nós não traríamos nenhuma matéria extrapauta que fosse surpresa. Ele foi retirado da pauta na semana passada e nada impede que ele realmente entre na pauta nesta sessão.

Nós vamos fazer a inclusão dele, não sem antes a gente ler os dois projetos que estão na pauta anterior, e eu o convido, Senador, a presidir porque eu sou a Relatora dos dois próximos projetos. Os votos são simples, a gente já coloca em deliberação, e na sequência a gente lê os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos em bloco – inclusive, há um requerimento do Senador Paulo Paim, ele não está presente, mas eu vou subscrever, dada a importância do requerimento. A gente aprova os requerimentos em bloco e a gente volta para o projeto extrapauta.

Senador Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Inclusive, Sra. Presidente, o autor do projeto que eu pedi, o extrapauta, está aqui, que é o Senador Petecão – está aqui conosco também nesta reunião.

Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 301, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

A autora é a Deputada Federal Celina Leão.

Neste momento, eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, antes quero registrar a minha alegria de estar relatando um projeto de lei da autoria da minha Vice-Governadora e minha próxima Governadora do Distrito Federal, minha querida amiga Celina Leão.

Eu vou direto à análise, me permita.

Quanto à admissibilidade, verificamos que a proposição foi parcialmente prejudicada em face da superveniência da Lei nº 14.994, de outubro de 2024, que torna o feminicídio crime autônomo e agrava sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. A prejudicialidade incide sobre o aumento das penas dos crimes contra a honra e do crime de ameaça cometidos contra a mulher em contexto de violência doméstica e familiar e sobre a atribuição de prioridade de apuração à prática de crime no âmbito doméstico e familiar contra a mulher.

Observa-se que a nova redação do Código Penal, em seus arts. 141, §3º, e 147, §1º, passou a prever a aplicação da pena em dobro para ambos, quando cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. Nesse sentido, a qualificação da pena dos referidos crimes abarca a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher, nos termos do art. 121-A do Código Penal, de forma que abrange o escopo do PL nº 301, de 2021, quanto ao aumento das penas dos crimes contra a honra e do crime de ameaça.

Ainda que a pena proposta pelo PL 301 para o crime de ameaça seja superior àquela adotada no bojo da Lei 14.944, de 2024, entendemos que o Congresso Nacional se manifestou recentemente de forma conclusiva sobre a matéria.

Ocorre que, ainda que seja necessária a atribuição de maior reprovabilidade ao crime de ameaça cometido por razões da condição do sexo feminino, a maior severidade das penas não necessariamente implica a redução desses crimes ou em maior grau de pacificação social. A esse respeito, conforme apontado pelo ex-Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, Dr. Renato De Vitto, a população carcerária brasileira saltou 575% entre 1990 e 2014 sem que isso refletisse na redução da criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justamente em razão da insuficiência da perspectiva punitivista para reduzir a criminalidade e, em especial, quebrar o ciclo da violência de gênero, a Lei Maria da Penha contempla medidas protetivas voltadas à recuperação do agressor, tais como o comparecimento a programas especializados e acompanhamento psicossocial, numa compreensão de que mais vale investir em medidas que assegurem à mulher viver livre de ameaça, agressão e de crimes contra sua vida.

No mérito, ao excetuar os crimes contra a honra da regra de procedimento mediante queixa, caso cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, as ações penais correspondentes passam a ser de natureza pública incondicionada. Com essa alteração, ressalta-se o interesse social na repressão dos crimes contra a honra que são utilizados como instrumentos para desmoralizar a mulher em contexto de especial vulnerabilidade. Por representarem uma forma específica de violência contra a mulher, a repressão desses crimes...

Não poderia ser diferente. Dados da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado em 2023, indicam que 74% das mulheres brasileiras percebem que a violência tem aumentado. Em especial, os índices de violência moral contra a mulher quase duplicaram de 2021 para 2023.

A esse respeito, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.424, que a ação penal relativa à lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada. Essa decisão considerou a alarmante realidade, ilustrada por dados estatísticos, de que, na maioria dos casos, a vítima afastava a representação formalizada ou sequer realizava a representação.

Em relação às alterações nas normas processuais penais, a proposição prevê que, na prisão em flagrante que envolva a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, não sendo caso de conversão em prisão preventiva, o juiz deverá determinar a monitoração eletrônica do autor, sem prejuízo de outras medidas cautelares.

No que se refere à alteração do art. 22 da Lei Maria da Penha, a proposição inclui, como medida protetiva de urgência, a monitoração eletrônica do agressor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, apresentamos emenda substitutiva com o propósito de sanar as prejudicialidades supervenientes, decorrentes da promulgação da Lei nº 14.994, de 2024, assim como para compatibilizar a redação da proposição em análise aos conceitos empregados pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 301, de 2021, na forma da seguinte emenda substitutiva, que já está devidamente publicada.

Este é o voto, e eu peço apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Lido o relatório, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável a projeto, na forma da Emenda nº 1 CDH-Substitutivo. O projeto segue para análise da CCJ.

Parabéns, Senadora.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 309, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a capacitação das equipes de todos os níveis de atenção à saúde em procedimentos especializados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria é da Deputada Federal Maria Rosas.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu também peço permissão para ir direto à análise, inclusive de forma resumida.

No que diz respeito à constitucionalidade material, a proposição também está em harmonia com as disposições da Lei Maior, inscrevendo-se entre as medidas adotadas pelo Estado brasileiro destinadas à defesa e promoção dos direitos da mulher.

O projeto de lei atende também ao requisito de juridicidade, por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico. Também atende ao requisito de técnica legislativa, da forma que propõe a Lei Complementar 95, de 98.

No mérito, consideramos plenamente justificável a iniciativa.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa uma das piores disposições no *ranking* global de assassinato de mulheres, sendo superado apenas por El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Quando comparado a países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil apresenta taxas de feminicídio 48 vezes superiores – que vergonha, Senador –, 48 vezes superiores às do Reino Unido, 24 vezes maiores às da Dinamarca e 16 vezes superiores às do Japão.

Diante dos altos índices de violência contra a mulher no país, torna-se imprescindível e urgente que este Parlamento adote medidas para aprimorar a legislação referente ao enfrentamento da violência contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os serviços de saúde, ao realizarem o atendimento de mulheres vítimas de violência, frequentemente o fazem imediatamente após a ocorrência da agressão, sendo comumente responsáveis pelo primeiro acolhimento da vítima pós-violência. São, portanto, serviços essenciais não somente para a contenção de danos e recuperação física da vítima, mas também para evitar a sua revitimização.

A presente proposta, Presidente, busca aperfeiçoar a legislação vigente. Garante atenção individualizada às mulheres vítimas de violência ao assegurar a educação continuada dos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), capacitando-os para um atendimento especializado, qualificado, acolhedor e humanizado.

Ante o apresentado, entendemos que a proposição se encontra digna de acolhida e representará melhoria na qualidade da atenção prestada às mulheres vítimas de violência no seu atendimento pós-agressão.

Meu voto. Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto 309, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Cumprimento V. Exa. pela relatoria do projeto, Senadora Damares Alves.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais.

Nós temos alguns relatórios e vamos fazer a leitura deles. São cinco... Relatórios, não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – São cinco requerimentos.

Nós vamos fazer a leitura e, ao final, votaremos em bloco.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no dia 14 de maio, data que marca o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre este importante tema para toda a sociedade brasileira.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de um ciclo de debates de audiências públicas sobre a SUG 12/2018 - Estatuto do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

A autoria é do Senador Paulo Paim, mas está subscrito pela Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer diligência externa aos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de diligência externa às instalações da Operação Acolhida no Estado de Roraima para acompanhamento das ações do Poder Executivo Federal em relação aos migrantes da Venezuela.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer diligência externa no Território Yanomami, no Estado de Roraima.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outro requerimento na pauta, mas ele já foi lido e aprovado.

Eu gostaria de consultar a Senadora Damares Alves se ela quer fazer um relato sobre esses requerimentos ou se partirmos para a votação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Votação.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, coloco em votação, em bloco, os Requerimentos nºs 22, 23, 19, 20 e 24.

Em votação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Eu devolvo a palavra à Presidente desta Comissão, minha querida amiga Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Laércio.

Só justificando aos Senadores presentes que nós estamos aprovando uma série de diligências. Na semana passada, nós aprovamos a visita aos presos dos atos do dia 8 de janeiro e já vamos começar, na semana que vem, as visitas por Brasília. Todos os Senadores da Comissão são convidados, inclusive os Senadores do Distrito Federal. As outras diligências, como, por exemplo, a visita ao Arquipélago do Marajó... Nós estamos com crianças desaparecidas lá e o foco desta Comissão é a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Todos os membros da Comissão serão convidados, mas os Senadores do Estado também, assim como em Roraima. Haverá duas diligências em Roraima: uma para a área ianomâmi e uma para a Operação Acolhida. Os membros da Comissão serão convidados e os Senadores do estado também. Nós vamos informar com antecedência a data de todas as diligências.

Eu agradeço aos Senadores que aprovaram os requerimentos e prestaram apoio a eles, especialmente aos de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 2343, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para vedar a adição de qualquer quantidade de açúcares ou adoçantes nos alimentos para lactentes.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para leitura do relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Com a sua permissão, Sra. Presidente, eu vou direto à análise e ao voto.

Antes, cumprimentando o autor do projeto, o Senador Petecão, aqui presente conosco.

Como se vê, a proposição do Senador Petecão está em total sintonia com a Organização Mundial de Saúde. E a ideia acima, tampouco é desconhecida pelo bom senso – tanto a incapacidade nutricional dos adoçantes quanto a desnecessidade do açúcar adicionado.

O que a proposta faz, de modo, como dissemos, tão simples quanto eficaz, é incorporar tais ideias à lei, de modo a reduzir os problemas que a ingestão de açúcar ou a de adoçantes acarreta aos lactentes e, por extensão, às crianças, às famílias e à própria sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição faz esse gesto normativo, ao mesmo tempo em que respeita o direito de escolha das mães, que seguem à vontade para oferecer e consumir açúcar adicionado ou adoçante.

A proposição o que faz é assumir a correta posição de quem não quer oferecer aquilo que alguém deseja, mas, sim, aquilo de que alguém precisa. Ou seja, trata-se da posição de quem prepara, forma e zela pelo lactente, pela mulher mãe e pela própria sociedade. É exatamente o papel do Estado e da lei o de oferecer as melhores condições possíveis para a formação dos indivíduos. Isso inclui deixar inequívoco que, no que depender do Estado, as condições da primeira infância estarão sempre próximas das condições ideais. E mais, não deve o Estado fazer em uma sociedade livre.

Essa, portanto, é a nossa visão integralmente favorável ao mérito da proposição e à sua aprovação. Contudo, atentos às minúcias da técnica legislativa, iremos oferecer emenda para incluir um art. 1º com a delimitação do escopo da proposição, de forma a adequá-la às determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988.

Vou ao voto, Sra. Presidente.

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.343, de 2024, com a emenda apresentada ao projeto.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Senadora, eu gostaria só de fazer uma observação. Como autor da proposta, eu queria primeiro agradecer ao Relator. O relatório é claro, é explicativo. A nossa intenção já foi dita aqui no relatório, é para que nós possamos seguir uma orientação da Organização Mundial de Saúde e também uma recomendação do Ministério da Saúde em 2019.

Então, no Governo passado, o Governo já orientava nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso objetivo aqui é que nós possamos, através desse projeto, dar uma condição de vida mais saudável para nossas crianças.

Era isso, só isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador!

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Eu gostaria de cumprimentar o autor e o Relator. Eu sei que não é um tema fácil e sei que vocês precisaram conversar – por isso é que tiraram da pauta semana passada. Vocês ajustaram as dúvidas que tinham, mas vocês tiveram a coragem de tocar num assunto delicado que envolve, sim, interesses econômicos, que envolve, sim, a indústria, mas que, além de tudo, para acima de tudo, está a saúde da mulher, está a saúde da criança. Eu parabenizo o autor e o Relator por terem chegado a um relatório que foi consenso e que a gente aprovou aqui por unanimidade.

Parabéns! É desta forma que o Parlamento é feito: quando existem as dúvidas, as partes se sentam, as partes se entendem, e a gente consegue aprovar o que é possível. Parabéns ao autor e o Relator pelo trabalho que vocês fizeram esta semana!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Senadora, na verdade o projeto agora vai ser encaminhado à CAS, né? E, se tiver que fazer algum ajuste, não tem nenhum problema. Agora, sempre deixo bem claro que a prioridade é a saúde das crianças. É lógico que nós sabemos que tem um *lobby* fortíssimo por trás disso, né? Fomos questionados, até, por isso, mas a nossa preocupação é seguir uma orientação da Organização Mundial de Saúde – não é qualquer pessoa que está falando. No Governo passado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, é uma questão política deste Governo!". Não, essa recomendação foi feita em 2019. Então, conversando com alguns especialistas da área, foi que nós encaminhamos esse projeto.

Então era isso.

Quero só lhe agradecer também pela sua gentileza em botar o projeto para votação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Petecão.

Nós vamos para o item 4 da pauta, o Relator está presente.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5781, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que o juiz, de ofício, decrete medidas cautelares, inclusive prisão preventiva, e converta a prisão em flagrante em preventiva, nos casos de crime praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria é do Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério, para a leitura do relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente Senadora Damares, eu agradeço a V. Exa. pela oportunidade da designação para relatar essa matéria que é tão importante.

Com a permissão de V. Exa., eu vou direto ao voto.

Compete à CDH opinar sobre matérias relativas à garantia e à promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 5.781, de 2023, por este Colegiado.

No que se refere ao mérito, entendemos que a proposição é oportuna. Parece-nos que a Lei nº 13.964, de 2019, ao modificar o Código de Processo Penal e manter intactas as disposições da Lei Maria da Penha quanto à prisão preventiva, criou uma distinção intencional. Um dos mais célebres princípios de lógica jurídica é o de que a norma específica prevalece, no respectivo contexto, sobre a norma geral. Assim, ainda que em âmbito geral tenha sido retirada do juiz a faculdade de decretar medidas cautelares de ofício, a legislação especial de combate à violência contra a mulher ainda prevê essa possibilidade para a prisão preventiva. Esse foi, inclusive, o entendimento do Centro de Inteligência da Justiça do Distrito Federal na Nota Técnica nº 5, de 2021. Essa previsão especial decorre das peculiaridades dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, que exigem uma atuação mais célere do Poder Judiciário para evitar o agravamento da situação de violência no caso concreto.

Contudo, temos observado que uma parcela do Poder Judiciário não tem aplicado essa interpretação sistemática, recorrendo ao frágil argumento da revogação tácita. De fato, começam a proliferar entendimentos de que, com o advento da Lei nº 13.964, de 2019, o processo penal brasileiro não admite mais a decretação de medidas cautelares de ofício pelo juiz, ainda que em subsunção à norma especial.

Diante da lei vigente aprovada pelo Parlamento e sancionada pela Presidência da República, não há margem para arguir omissão ou revogação tácita. Trata-se, nitidamente, de uma afronta à separação dos Poderes, o que não pode prosperar. Assim, para reforçar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade legalmente expressa de decretação de prisão preventiva de ofício pelo juiz no contexto de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, entendemos que a proposição em apreço é pertinente e adequada.

Além disso, para além da hipótese da prisão preventiva, disposta no art. 20 da Lei Maria da Penha, a proposição estende a possibilidade de decretação de ofício para outras medidas cautelares. Também essa medida é meritória e torna mais robusto o sistema de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar.

Isso posto, o voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.781, de 2023.

É como voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto. O projeto segue para análise da CCJ.

Senador Marcos Rogério, quero cumprimentá-lo pelo voto. Mais um projeto de lei aprovado hoje, neste mês tão importante para nós mulheres. Inclusive, eu quero pedir à Secretaria que comunique à Bancada Feminina sobre as matérias já aprovadas, nessas duas semanas, de proteção e garantia de direitos das mulheres.

Eu já vou para o final da reunião, mas eu... Nós lemos na semana passada a forma como nós vamos proceder aqui na Comissão. Nós temos projetos de lei que já vieram pela segunda vez para a pauta, e o Relator não pôde estar presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informamos que não faremos isso pela terceira vez. Se o Relator não estiver presente na terceira reunião, a não ser que o motivo seja extremamente justificável – saúde, missão oficial –, nós vamos manter o projeto na pauta e vamos designar Relator *ad hoc*.

Por que, Senador Marcos Rogério? Nós temos matérias extremamente importantes. Sei que o horário desta Comissão é extremamente complicado, é entre uma Comissão e outra, mas não acho justo que matérias que vão, lá na ponta, beneficiar milhões de brasileiros, fiquem na gaveta porque o Relator não está conseguindo vir.

Vou conversar com o Relator, mas, na terceira vez – peço que as assessorias avisem os seus Senadores –, nós não vamos deixar a matéria na gaveta.

Eu tentarei avocar a relatoria *ad hoc* da maioria, dando honra e glórias ao Relator, mas não deixando paradas, aqui na Comissão, matérias tão importantes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, se me permite apenas um comentário, essa situação é uma situação que acaba sendo recorrente em todas as Comissões.

Fiz um encaminhamento semelhante lá na Comissão de Infraestrutura e não sei se é o caso aqui da CDH, mas tem uma outra situação em que estou também encaminhando uma medida na Comissão. É o fato de que, às vezes, tem um projeto que tramita na Comissão e um colega parlamentar pede a relatoria desse projeto – e a Presidência entrega a relatoria –, mas o interesse, o *animus*, a vontade não é de apresentar um relatório e sim apenas de tirar de tramitação aquela proposta. Isso acaba sendo um expediente que não é correto com o colega, com quem apresentou a proposta.

Por mais que você tenha uma posição contrária, se você tem uma posição jurídica contrária sobre aquela matéria, que apresente o relatório pela injuricidade, pela inconstitucionalidade e, no mérito, contra, mas pelo menos dê a oportunidade à Comissão de poder debater aquele assunto porque alguém teve o trabalho, a iniciativa de apresentar a proposta.

Então, estou ouvindo V. Exa. fazer essa advertência aqui, também estou fazendo isso lá na Comissão de Infraestrutura, e observando que a gente precisa ter um prazo estabelecido para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatoria. Esgotado esse tempo, acho que a Presidência tem que fazer a redesignação de Relator para que as matérias tramitem regularmente, até em homenagem à participação dos Parlamentares na proposição de temas para debate, para o aperfeiçoamento das regras, das normas.

Então, quero cumprimentar V. Exa. pelo cuidado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, destaco também o desperdício de dinheiro público. Um projeto de lei é construído pela Consultoria, na grande maioria das vezes. O relatório é feito pela Consultoria. São homens que estão usando a inteligência, o conhecimento, em um voto. Gastamos o tempo deles e gastamos dinheiro público para a matéria ficar na gaveta.

Realmente, não vamos nesta Comissão deixar nenhuma matéria engavetada. Se o Relator não concorda, que venha para a discussão e traga quem não concorda e ganhe no voto aqui, mas não ficar na gaveta.

Eu o cumprimento, não esperaria nada diferente do senhor, e vamos, também, adotar a mesma regra nesta Comissão.

Agradeço aos Senadores presentes e, agora, vou para aquela parte protocolar, que é a leitura do expediente. Os Senadores fiquem à vontade se precisarem sair, sei que o nosso horário já está bem avançado.

Com relação aos documentos lidos no expediente da segunda reunião deliberativa da CDH, realizada em 12/03, informo que serão realizados os seguintes encaminhamentos:

- Do Deputado Federal Emanuel Pinheiro Neto: solicita a instauração de procedimento de investigação cível e criminal para apurar a falta de repasses do Governo Estadual ao Município de Cuiabá para a saúde pública, o que compromete um atendimento no SUS.

Procedimento: encaminhar o ofício ao Ministério Público do estado para averiguação e providências cabíveis; o documento também será enviado à Câmara dos Deputados, com sugestão para que o Parlamentar, no uso de suas atribuições parlamentares, acione o Ministério Público nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Da DII Brasil: solicita apoio junto ao Ministério da Saúde para obter informação e orientação claras sobre os locais credenciados pelo SUS para a realização das infusões do medicamento infliximabe.

Encaminhamento: encaminhar o pedido ao Ministério da Saúde.

- Da Câmara Municipal de Taubaté: moção de repúdio à Comissão de Ética Pública da Presidência da República pelo arquivamento da denúncia de assédio sexual contra o ex-Ministro dos Direitos Humanos, Dr. Silvio Almeida.

Encaminhamento: ofício à Comissão de Ética da Presidência da República.

- Solicita apoio para colocação no programa de proteção a vítimas e testemunha.

Encaminhar ofício ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania para análise.

Informo ainda que a Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

- Nº 40, de 2025, da Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho, Minas Gerais: moção de apoio ao Conselho Federal de Medicina em relação à Resolução do Conselho Federal 2.378, que proíbe o médico de realizar o procedimento de assistolia fetal. A moção pretende privilegiar o direito à vida e solicita ao Congresso que delibere o projeto de lei no sentido de proibir este procedimento.

- Denúncia nº 41, de 2025, documento encaminhado por advogado: relata que uma senhora idosa com depressão e histórico de pensamento suicida está presa desde o dia 8 de janeiro de 2023, e sua defesa já ingressou com reiterados pedidos para liberdade provisória, bem como requerimentos para a substituição da prisão preventiva de liberdade por pena restritiva de direitos. No entanto, tais pedidos são negados pelo Ministro Alexandre de Moraes. A outra situação é de um senhor alvejado por bala de borracha, durante a manifestação de 8 de janeiro, que atingiu seu olho e o deixou cego.

Quanto a estes relatos, informo que estes dois senhores já se encontram com seus nomes incluídos na lista de presos políticos a serem visitados por esta Comissão em diligência nas próximas semanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Denúncia nº 42, de 2025: solicita a este Colegiado que encaminhe pedido de anulação ou revisão de processo administrativo disciplinar do Conselho Nacional de Justiça, que condenou a juíza à censura. Segundo relata, a decisão é incongruente, pois os fundamentos da decisão não condizem com os fatos.

- Denúncia nº 43, de 2025: descaso na saúde em cidade do Pará, onde pessoas estão morrendo por falta de UTI.

- Denúncia nº 44, de 2025: relata abuso de autoridade cometido por oficial de justiça do TRF2 e por policiais federais no Rio de Janeiro.

- Denúncia nº 45, de 2025: encaminha relato de violações de direitos humanos que enviou ao Ministério Público com cópia a esta Comissão, à Comissão da Câmara dos Deputados, bem como à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Corte de Direitos Humanos e ao Tribunal Penal Internacional.

- Denúncia nº 49: denuncia violação dos direitos da pessoa com deficiência no Concurso Nacional Unificado, cargo de auditor fiscal do trabalho.

Solicitações:

Solicitação 46, de 2025: solicita intervenção junto à Petrobras para obtenção de Certidões e LTCATs, documentos essenciais para reverter o indeferimento de sua aposentadoria especial como petroleiro e/ou eletricitário pelo INSS.

Solicitação 47: solicita à Comissão a realização de uma audiência pública para debater aspectos críticos do Projeto de Lei nº 2.474 em análise neste Colegiado visando aprimorar a proteção de crianças e adolescentes.

Solicitação 48: solicita à Comissão a realização de uma audiência pública para debater a realização de um plebiscito em 2026 para que a população brasileira decida entre a manutenção da República presidencialista e a adoção de uma monarquia parlamentarista como sistema de governo no Brasil. Inclusive, nós temos uma SUG que versa sobre isso, e eu já falei que vou indicar Relator a essa SUG para que seja debatido na Comissão a volta ou não da monarquia parlamentarista no sistema de governo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no Portal da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados, e nós daremos encaminhamentos que acharmos necessário de ofício, encaminhamentos que eu já li aqui, de documentos lidos na reunião anterior.

Nada mais havendo a tratar, nós vamos declarar o encerramento desta sessão, agradecendo aos assessores, aos Parlamentares. Mesmo correndo, mesmo com a sessão anterior tendo avançado o horário, nós cumprimos a finalidade desta sessão, nós deliberamos, nós entregamos para o Brasil hoje importantes matérias aprovadas.

E assim eu declaro a sessão encerrada.

Muito obrigada.

Secretaria, muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 05ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Romário, Fabiano Contarato e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 10/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Violações de direitos humanos e crimes contra a dignidade da pessoa humana". Participantes: Daniel Zohar Zonshine, Embaixador de Israel no Brasil; Andrii Borodenkov, Conselheiro para questões econômicas da Embaixada da Ucrânia no Brasil; Clarita Maia, Consultora de Assessoramento Legislativo do Senado Federal – Núcleo de Direito e Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF; Marcos Freire, Representante do Instituto Baluarte; Oleksandra Viatcheslavivna Matviitchuk, Prêmio Nobel da paz em 2022, e ativista Ucraniana dos Direitos Humanos; e Andrea Vainer, Advogada Criminalista - Diretora da Confederação Israelita do Brasil – CONIB. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 10, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para debater violações de direitos humanos e crimes contra a dignidade da pessoa humana.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Nós teremos a participação virtual de três convidados, inclusive convidados que estão fora do país; e, presencialmente, nós temos três convidados que vão compor a mesa conosco agora.

Eu convido para compor a mesa o Exmo. Embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zohar.

Seja bem-vindo, Embaixador! (*Palmas.*)

Tenho a alegria de convidar para compor a mesa o Conselheiro para questões econômicas da Embaixada da Ucrânia no Brasil, representante da Embaixada da Ucrânia, Andrii Borodenkov – acertei. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Com alegria, eu convido para compor a mesa também a Dra. Clarita Maia, Consultora de Assessoramento Legislativo do Senado Federal – Núcleo de Direito, e Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF.

Doutora, que alegria tê-la! (*Palmas.*)

Participará *online* e já está conectado, diretamente do Congo, da fronteira: Marcos Freire, representante do Instituto Baluarte. Vai participar conosco, também *online,* a advogada, Dra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andrea Vainer, advogada criminalista, Diretora da Confederação Israelita do Brasil (Conib). E nós temos a alegria de receber também nesta audiência, de forma *online*, Oleksandra Matviitchuk – acho que acertei. Ela é Prêmio Nobel da Paz, em 2022, e ativista ucraniana dos direitos humanos.

Agradeço a presença de todos que estão no plenário conosco. Eu sei que tem muita gente ainda se identificando nas portarias, para entrar, para subir, e a gente vai recebendo todos os convidados com muito carinho. Eu agradeço.

À medida que eu soube o número de pessoas que estavam interessadas nesta audiência, eu entendi que a Comissão de Direitos Humanos acertou, Dra. Clarita, em fazer esse debate.

A Comissão de Direitos Humanos está fazendo um ciclo de debates sobre violações de direitos humanos. A Comissão decidiu que o primeiro debate desse ciclo seria para discutir a violação de direitos humanos em tempo de guerra, seria para discutir as violações de direitos humanos em áreas que estão, neste momento, em conflitos armados. Nós trouxemos para a mesa os representantes de três países que estão em conflito armado, que estão em guerra. Nós trouxemos, para a mesa, Israel – e eu tenho a alegria de ter o nosso Embaixador –; nós trouxemos, para a mesa, a Ucrânia; e nós trouxemos, para a mesa, o Congo. Nós vamos ouvir esses três representantes sobre o que está acontecendo em seus países. Eles vão trazer para nós o foco, o enfoque, das violações de direitos humanos.

E por que esta Comissão está fazendo esse debate? Porque nós entendemos que não cabe mais a neutralidade desta Casa, que não cabe mais a neutralidade do Parlamento brasileiro. Os países que têm relacionamentos diplomáticos com o nosso país e que estão em conflitos – e nós estamos daqui observando as violações de direitos humanos... No mínimo, um posicionamento claro o Brasil precisa ter, no mínimo um posicionamento claro o Parlamento brasileiro precisa ter.

Eu tive a oportunidade, em dezembro passado, agora no final do ano passado, de ir à Ucrânia. Eu passei alguns dias na Ucrânia e eu informo aos senhores que a minha vida nunca mais será a mesma depois da minha viagem à Ucrânia, em dezembro do ano passado. Alguns colegas achavam que eu não deveria ir, especialmente por ser mulher, para uma área de conflito, e uma mulher já idosa. "Como é que a senhora vai correr?" Sim, eu fui para uma área de conflito, fui recebida com muito amor, com muito carinho, na Polônia, Doutora. Eu tive todo o apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram comigo o Senador Magno Malta e o Senador Sergio Moro, com o apoio de nossos assessores. Foi fácil? Não. Fomos recebidos com amor na Polônia, mas teve um trecho em que tivemos que seguir de trem por mais de nove horas, de uma fronteira para outra. Passamos por estações que já tinham sido, inclusive, atacadas. Havia medo porque éramos Parlamentares do continente aqui, da América do Sul. Nós fomos não apenas pelo Brasil, mas nós tivemos outros Senadores de outros países do continente que queriam entender o que está acontecendo lá. Havia risco? Sim. Mas nós fomos.

E o que vimos lá? Um povo determinado que ama seu país. O que vimos lá? Nós vimos soldados feridos. O que vimos lá? Vimos crianças que foram arrancadas dos braços de seus pais. O que vimos lá? Famílias destruídas. O que vimos lá? Dor. O que vimos lá? Violações de direitos humanos.

O que vi, especialmente, foram 20 mil crianças ucranianas sequestradas pela Rússia, e seus pais as querem de volta. E eu passei uma tarde da minha viagem à Ucrânia em um abrigo em que crianças foram trazidas de volta, inclusive com uma participação muito grande do Catar – o Catar estava trabalhando nessa mediação de trazer as crianças de volta. Eu estive num abrigo onde essas crianças são recebidas, e elas não podem voltar para casa quando chegam à Ucrânia. Elas precisam passar por um lugar antes, entender que são amadas pelo seu país, porque, no período em que elas ficaram fora, disseram tanto para elas que seus pais eram monstros e que os ucranianos eram monstros, que elas tinham medo de voltar para o seu país.

O que vi? Vi lavagem cerebral. O que vi? Vi dor. Eu vi um menino que já estava de volta à Ucrânia há três meses e não podia voltar para casa ainda. Ele tinha em torno de 15 anos e ele estava extremamente perturbado, extremamente deprimido. E a mãe dele largou tudo e foi trabalhar como voluntária no abrigo só para ficar de longe vendo o filho, até o filho entender que ela e ele eram vítimas de uma guerra cruel.

Nós sabemos que, durante o período de guerra, as primeiras vítimas são mulheres e crianças. O que nós sabemos? Mulheres sendo estupradas no Congo, mulheres sendo estupradas na Ucrânia, mulheres estupradas em Israel. O que nós vimos? Corpinhos das crianças, da família Bibas, recentemente, sendo devolvidos para Israel, e o grupo terrorista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celebrando a entrega de dois corpinhos e de uma mãe sob uma festa. Isso não é violação de direitos humanos?

Então, o Senado Federal hoje abre essa roda de debate sobre violações de direitos humanos em tempo de guerra. E a gente não vai, tão somente, fazer uma audiência pública, é um círculo de debate. E nós temos no Senado uma especialista, a Dra. Clarita, que está aqui nos bastidores para nos dar norte, para nos orientar.

Mas a gente não vai encerrar nesta audiência pública. Nós vamos ter um círculo de debates, mas não vai ficar apenas num debate. Esta Comissão fará encaminhamentos. Esta Comissão terá a ousadia de se posicionar e provocar o Senado, como um todo, por um posicionamento; provocar o Congresso Nacional, como um todo, por um posicionamento; e provocar o Governo brasileiro e a nação brasileira a terem um posicionamento. Se nos omitirmos hoje, poderemos ser, no futuro, as vítimas.

Que esta reunião, que esta sessão possa alcançar o objetivo proposto, o objetivo inicial!

É uma alegria ter os senhores aqui conosco!

Nós vamos receber de forma *online* o Marcos Freire, e eu quero que os senhores entendam se ele não conseguir falar, tomado pela emoção. Acho que os senhores sabem das crianças no Congo que estão sendo degoladas, e o nosso Marcos Freire está lá, vendo isso de perto. Neste exato momento, ele está trabalhando com uma instituição para retirar, de uma cidade que está cercada por rebeldes, 200 crianças – 200 crianças estão sendo salvas pelo trabalho de um jovem brasileiro que ousou estar no Congo, e ele está gritando, pedindo ao Brasil que se posicione. Então, a participação do Marcos Freire... Por ele estar na fronteira neste momento, não foi fácil ele se organizar, porque eles estão atravessando as crianças. Eu só espero que todos tenham compreensão se ele não conseguir falar, porque ele está, desde ontem, tomado de muita emoção.

Vamos ao debate.

Vamos ouvir primeiro o nosso querido Embaixador de Israel, amigo desta Casa, amigo do Brasil, Sr. Daniel Zohar. Muito bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado por esta oportunidade de estar aqui e falar sobre um assunto que é importante aqui e no mundo todo.

Muitas vezes, quando falam sobre direitos humanos no contexto de Israel, a parte de Israel, a parte de violação dos direitos humanos no âmbito de Israel não é mencionada. Quero falar um pouco sobre algumas violações, algumas maneiras de violações, especialmente desde o dia 7 de outubro do ano de 2023.

Nessa data, nesse dia, mais de 3 mil terroristas do Hamas invadiram Israel e atacaram os cidadãos e os soldados que estiveram lá perto da Faixa de Gaza. Durante esse dia, a ideia deles era matar, estuprar, humilhar e tentar matar qualquer ideia de Israel. Os testemunhos que temos desse dia não são de nós, mas dos terroristas do Hamas, que filmaram o que eles fizeram, filmaram parte das coisas, como matar pessoas, mulheres, crianças, animais. Também temos testemunhas da ONU: uma comissão que foi lá para verificar o que aconteceu lá – *sexual violence in conflict*, uma violência sexual durante o conflito. Era uma comissão do ONU que estava lá alguns meses depois do ataque, e as conclusões dela, depois de uma visita lá na área perto da Faixa de Gaza, dizem que, de toda as informações que eles conseguiram coletar e... (*Pausa.*)

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE (*Tradução simultânea*.) – Há razões para acreditar que a violência sexual relacionada ao conflito ocorreu em várias localidades na periferia de Gaza, incluindo algum tipo de estupro coletivo durante o ataque de outubro. (*Pausa.*)

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE – Há razões para acreditar que o que aconteceu lá foi uma violência sexual, estupros, estupros por grupo, também para humilhar as pessoas que estiveram lá, mulheres e homens, e humilhar Israel de uma maneira geral. Algumas mulheres foram sequestradas para Gaza, e vemos lá também como foram humilhadas, em corpos delas ou ainda vivas, nas ruas de Gaza.

Então, isso é uma coisa que nem sempre está conhecida no mundo.

Foram 250 pessoas sequestradas, algumas delas foram sequestradas já mortas, como corpos que foram sequestrados para a Faixa de Gaza, e 59 pessoas ainda estão lá. E, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testemunhas que ouvimos, pessoas que foram libertadas recentemente, sabemos sobre torturas, sobre condições inumanas, sobre condição de fome, e violações dos direitos humanos em todos os campos da vida.

Temos também israelenses que tiveram que sair das casas deles por causa de bombardeios, seja no sul de Israel, seja no norte de Israel. Meu sobrinho teve que... Já há um ano e meio está fora da casa dele, porque está embaixo de perigo de bombardeios.

Mas não só os israelenses foram humilhados e violados nas viagens deles. O uso do Hamas, o uso que ele fez dos palestinos como escudos humanos, também é uma coisa que nem sempre é bastante conhecida. Deixaram os palestinos lá em cima da terra, então o Hamas estava lá abaixo. Souberam que Israel está procurando os terroristas do Hamas, mas deixaram lá os palestinos como escudos humanos, contra qualquer ataque israelense, e, infelizmente, muitos deles foram atingidos durante esta guerra.

A guerra não é uma coisa estéril, é uma coisa em que – vamos ouvir depois também sobre outros lugares – pessoas não envolvidas, pessoas inocentes também sofrem isso.

Israel opera sob leis internacionais, lei humana internacional. Tentamos manter distinção, digamos, entre as pessoas que lutam contra Israel e pessoas que não são envolvidas – nem sempre é possível dentro de campos de conflito, lá em Gaza e em outros lugares também.

Então, essas violações de direitos humanos, esses crimes contra a dignidade humana durante a guerra são uma coisa que nem sempre recebe bastante atenção e conhecimento no mundo. Acho que também aqui no Brasil nem sempre foi bastante conhecido.

Espero que o Brasil, o Brasil oficial possa não só mencionar isso, mas também atuar e definir os grupos terroristas como são. Grupos terroristas que atuam contra seres humanos, contra o bem-estar de pessoas dos dois lados, violam quase diariamente os direitos humanos, seja em Israel, seja em Gaza.

Então, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui e falar com vocês.

Bom dia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Embaixador. Obrigada pela sua participação.

Eu quero registrar que está no plenário conosco a Vereadora Fernanda Barth. Ela é de Porto Alegre, da Câmara Municipal de Porto Alegre, Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Israel na Câmara de Vereadores. Registro também a presença dos membros da Igreja Verbo Vivo e da Escola Verbo Vivo. Eles são de Minas Gerais e são, Embaixador, os organizadores da exposição que está acontecendo aqui no Senado sobre o Holocausto, desde ontem. Inclusive, durante a exposição, foi inaugurada uma escultura em homenagem às crianças da família Bibas.

Muito obrigada por estarem nessa audiência.

Esse debate está fazendo diálogo com a exposição e eu estou sabendo que há um movimento no Senado, de muitos Senadores, Embaixador, para a exposição não se encerrar e continuar nos próximos dias, porque a procura tem sido muito grande, estão ligando no Senado para que a exposição continue – eu acho que, inclusive, já há uma autorização, estão vendo a questão de logística.

Mas parabéns pela exposição!

Na sequência, nós vamos ouvir, por dez minutos, o Conselheiro para questões econômicas da Embaixada da Ucrânia, Andrii Borodenkov – acertei.

Nós vamos cronometrar a fala dele porque, às 10h45, exatamente, a nossa Oleksandra, Prêmio Nobel da Paz, que está conectada, precisa entrar – exatamente às 10h45.

O senhor tem dez minutos, e, se precisar, depois a gente dá mais cinco minutos para considerações gerais.

Muito obrigada por estar conosco.

O SR. ANDRII BORODENKOV (Para expor.) – Exma. Sra. Presidente da Comissão Damares Alves, estimados Senadores, Exmos. Embaixadores, prezados amigos, agradeço esta oportunidade de me dirigir a vocês hoje, em nome da Embaixada da Ucrânia no Brasil e pessoalmente do Embaixador, Sr. Andrii Melnyk. Infelizmente ele não pode participar desta reunião devido a problemas urgentes de saúde e transmite suas sinceras desculpas. Em seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome, quero expressar a mais profunda gratidão à estimada Sra. Senadora pelo seu apoio fundamental e pela atenção que dedica a Ucrânia, especialmente quando se trata da defesa dos direitos humanos, das crianças e das mulheres, durante a bárbara agressão da Rússia contra a Ucrânia. É altamente simbólico que esse tema esteja sendo debatido entre as primeiras audiências desta Comissão.

Em novembro do ano passado, a Sra. Senadora teve a coragem de ser uma das primeiras a aceitar viajar à Ucrânia como parte da primeira delegação histórica do Congresso Nacional desde o início da guerra. Mais uma vez, expressamos nossa gratidão à Sra. Damares como coautora do voto de solidariedade à Ucrânia, que foi aprovado por maioria absoluta no Senado Federal. Esse gesto simbólico é de enorme significado. Foi um sinal claro para o mundo inteiro: o Brasil apoia o direito internacional. Mas na Ucrânia hoje está sendo decidida a sorte desse direito internacional. A Ucrânia está defendendo não apenas sua integridade territorial, mas também a ideia do direito internacional da dignidade humana e dos direitos fundamentais, que são os pilares do mundo civilizado.

Há mais de três anos, desde o início da agressão russa em larga escala, a Ucrânia tornou-se o epicentro de crimes que não podem ficar impunes. Os números falam por si: há mortes e sequestros de civis ucranianos, cerca de 60 mil pessoas desapareceram, outras 16 mil estão mantidas em prisões russas. Há torturas e execuções. Quase 200 civis foram executados, enquanto 6 mil pessoas conseguiram sobreviver e denunciar as torturas a que foram submetidas. Há deportação forçada de crianças ucranianas para a Rússia. Foram 20 mil casos oficialmente registrados, mas mais de 1,5 milhão de crianças continuam em áreas controladas pela Rússia; estupros sistemáticos – mulheres, homens e até crianças foram vítimas desse tipo de violência por parte dos ocupantes russos. Você pode imaginar que tudo isso está acontecendo neste exato momento, enquanto estamos aqui? Temos estatísticas oficiais e elas são horríveis. Essas são apenas as atrocidades que conseguimos documentar com grande esforço. Sabemos que, na realidade, os números são ainda mais horríveis. Porém, o mais importante a lembrar é que, por trás dos números, estão vidas humanas reais: são crianças, mulheres, civis que todos os dias enfrentam o terror imposto por Moscou.

Prezados amigos, o mundo não tem o direito de permanecer em silêncio. Se os crimes contra a humanidade não forem punidos, eles se repetirão. Se o mundo não reagir ao que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acontecendo na Ucrânia hoje, amanhã isso poderá ocorrer em qualquer outro lugar do mundo. Para isso o direito internacional existe, tribunais foram criados, convenções foram assinadas. Mas esses mecanismos só funcionam quando os países que defendem os valores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos unem forças.

Desde o início da guerra, três anos atrás, o Brasil expressou oficialmente seu apoio à integridade territorial e à soberania da Ucrânia. Se, desde então, o Brasil pudesse, pela primeira vez na prática, ajudar a trazer de volta pelo menos uma criança deportada pela Rússia, esse já seria um primeiro passo crucial na reconstrução da justiça e da confiança no direito internacional.

Acreditamos profundamente no apoio e na ajuda do Brasil. Este é um momento crítico para a Ucrânia e para todo o povo ucraniano.

Muito obrigado pela atenção.

Glória à Ucrânia!

Viva o Brasil! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Conselheiro, muito obrigada.

Para quem está ligando a televisão agora ou que está nos acompanhando via internet e chegando agora, esta é uma audiência pública que faz parte de um ciclo de debates sobre violações de direitos humanos. E o tema específico desta audiência pública é violação de direitos humanos em tempos de guerra.

Estão na mesa, como convidados, o Embaixador de Israel, o representante da Ucrânia e um grupo de brasileiros que está no Congo neste momento. E temos outras autoridades que vão debater o assunto.

A nossa audiência é interativa, e nós estamos recebendo perguntas, que estão vindo de vários lugares do país. Nós já temos a participação do João, de Alagoas. Inclusive, Doutora, eu vou solicitar que a senhora anote as perguntas. Eu acho que elas estão mais direcionadas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora: "Quais as medidas tomadas pelo Governo com relação às violações de direitos humanos [em tempos de guerra]?".

Isabella, de São Paulo: "Há projetos que oferecem apoio psicológico, social ou financeiro a familiares de vítimas de violência [...] [em período de guerra, no Brasil?]" – posso ajudar?

Milena, do Rio de Janeiro, pergunta: "Seria correto afirmar que a parte mais desafiadora deste tema é o correto entendimento e definição dos termos 'humanos' ou 'pessoa humana'?".

Temos outras participações, e a gente vai passando ao longo da audiência.

Marcos Freire agora? (*Pausa.*)

Nós estamos com problema de conexão com a Ucrânia.

Então, nós vamos ouvir agora, direto do Congo, o Marcos Freire, ativista por direitos humanos, apaixonado por criança, um jovem amado pelo Brasil que está dando sua vida, neste momento, lá no Congo, junto com seu time, para ajudar as crianças vítimas de violação de direitos humanos em período de guerra.

Muito bem-vindo, Marcos Freire!

O SR. MARCOS FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Eu cumprimento, com muita honra e muita gratidão, a nossa querida Senadora Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e toda a bancada presente.

Parabenizo também toda a Comissão de Direitos Humanos por esta iniciativa e por poder me permitir agora, representando o Instituto Baluarte, a ser voz e não apenas voz, mas uma voz ouvida, uma voz ouvida, segundo a Unicef, de mais de 26 milhões de pessoas aqui na República Democrática do Congo que precisam de ajuda humanitária urgente. Mais da metade deste número de 26 milhões são crianças. Totalizam-se mais de 15 milhões de crianças que estão tendo, diariamente, os seus direitos roubados, violados. E não compreendo, nós não compreendemos, como o mundo ainda não tem ouvido esse choro de mais de 15 milhões de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando da terrível guerra da República Democrática do Congo, onde existem mais de 5 milhões de mortos, ao longo desses 30 anos, porque não acabou em 1994. Nós estamos aqui, exatamente agora, neste exato momento, em uma travessia extremamente delicada, complicada, porém debaixo de muita coragem, debaixo de muita força – e reconhecemos a força do povo brasileiro. Estamos realizando a travessia das nossas crianças que outrora já foram resgatadas em meio a esta terrível guerra.

Nós nos deparamos com o grupo rebelde M23, que, desde dezembro, tem realizado a tomada da principal cidade aqui do Congo, em termos de recursos naturais e minérios, que é o grupo M23, e outrora havíamos resgatado, há um ano e meio, essas crianças, 120 crianças, resgatadas em meio à guerra, crianças que foram forçadas, dentre tantos milhões de crianças, a assistir à morte dos próprios pais e até mesmo ocasionar a morte dos pais, uma vez que os grupos rebeldes invadem as suas casas e recrutam essas próprias crianças de apenas 10, 11, 12 anos de idade para serem os seus rebeldes, soldados rebeldes armados.

E neste exato momento temos dois representantes brasileiros, o João Paulo Costa Queiroz, que é meu irmão e Presidente do Instituto Baluarte, juntamente com outro brasileiro, o Pedro, fazendo uma travessia de 28 crianças.

Nós enfrentamos a barreira, encontrando o grupo M23, que tem feito todo esse genocídio – eu não sei determinar outro termo a não ser genocídio –, um genocídio em que, do mês passado para este mês, morreram mais de 7 mil pessoas, além desses 6 milhões ao longo de tantas décadas.

Estamos falando de um país extremamente rico – o principal minério, o chamado coltan. Estima-se que 80%, até 80% da reserva mundial desse minério, se concentram na República Democrática do Congo. E, sem o coltan, não existe o avanço da tecnologia mundial.

Então, hoje muitos se perguntam, mundo afora, o que eu tenho a ver com a guerra do Congo? Nós usufruímos da riqueza do Congo. Só há tecnologia, informação, e avanço da tecnologia, por causa desse principal minério chamado coltan, entre outros, como o diamante, o ouro e o cobalto. E o Congo possui a maior concentração de cobalto do mundo. Porém, não conseguiríamos fazer esse intenso trabalho aqui, ao longo desses anos, de salvar crianças sem o apoio de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu abro aqui, pessoalmente, e agradeço à Senadora Damares, que foi a primeira autoridade que me ligou, do Brasil, enquanto estávamos orando, crendo muito para entrar aqui, um país extremamente fechado – não se tem essa abertura, e a encontramos graças a parceiros. E a Senadora se propôs a fazer com que a causa seja mais ouvida.

E outras pessoas estão envolvidas, como também o Governo do Brasil – e quero agradecer aos Embaixadores, representados pelo Embaixador Roberto, aqui em Kinshasa, onde nós já estamos, que tem prestado um suporte para a gente; e pelo Embaixador Silvio Albuquerque também, que tem nos dado suporte, ele cuida da região do Quênia e de Ruanda, onde nós teremos essa travessia. Até chegar aqui em Kinshasa, serão longas horas. Estamos acompanhando o nosso time, neste exato momento, com as nossas mães sociais.

E fica aqui o meu apelo a todo o povo brasileiro e a você que, de algum modo, está assistindo a esta transmissão e a esta audiência pública. Se a internet hoje nos permite ter comunicação mundial, é graças também à riqueza da República Democrática do Congo. Por que não nós fazermos algo juntos? Estamos aqui com o Instituto Baluarte. Hoje, neste exato momento, reitero: 28 crianças numa primeira travessia extremamente difícil, burocrática e – por que não dizer? – cheia de desafios em corrupção como em um país extremamente desse modo. Para todo bom entendedor, fica claro aqui.

Nós estamos aqui com muita fé. Contamos com o apoio e com a divulgação de vocês, e que mais projetos sejam levantados como o do Instituto Baluarte, onde o nosso maior papel é proteger crianças, levantá-las e vê-las tendo um futuro, um futuro preparado como hoje, com educação, com esporte, com dignidade, com o básico. Em um país como o Congo, não tem educação pública, acesso público, e nós estamos aqui também para trazer essa dignidade mínima às nossas crianças.

Fica aqui um apelo pelas mais de 15 milhões de crianças que estão sofrendo em meio à terrível guerra na República Democrática do Congo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Marcos, a gente agradece-lhe a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não ter o risco de a conexão com você cair, eu queria fazer uma pergunta. Você sempre se intitula pai dessas crianças. Você pode explicar a questão jurídica? Você tem a adoção das crianças? Você já tem conseguido a guarda dessas crianças? Como você está atravessando essas crianças de um lado para o outro?

O SR. MARCOS FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Nós temos uma equipe jurídica internacional e também local, aqui no Congo, trabalhando com todos os órgãos competentes. Nós somos um orfanato hoje, chamado centro de acolhimento, onde nós já acolhemos, só aqui na República Democrática do Congo, 120 crianças, crianças vulneráveis, com casos de tantos abusos sociais, físicos, psicológicos.

Hoje nós estamos aqui com o Instituto Baluarte, não só aqui na República Democrática do Congo, mas em Angola, onde nós temos uma escola gratuita também com 500 crianças; no Nordeste do Brasil, também, onde totalizamos mais de mil crianças assistidas através do Instituto Baluarte.

Eu sou um dos fundadores, e hoje todo o nosso time coopera, entre professores, psicólogos, profissionais e todo esse corpo jurídico, para que nós consigamos legalmente, obviamente debaixo de lei e de proteção para com a criança, realizar esse trabalho de salvação, de resgate.

Nós, literalmente, resgatamos comprando essas crianças dentro de todo esse campo de refugiados, onde nós nos deparamos com rebeldes que estipulam valores de US$100, de US$200, senão podem matar todos que estão diante deles. Então é um trabalho extremamente arriscado. Uma vez que a criança é resgatada, ela é transferida para o hospital e, consequentemente, para o nosso centro de acolhimento, que hoje integra mães e pais sociais que desenvolvem essas crianças.

Então, como um porta-voz e também como um fundador, eu acabo sendo reconhecido como pai de mais de mil crianças. Agora mesmo, nós estamos aqui no Congo, e essa tutela jurídica é do próprio Instituto Baluarte.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvir você falar que crianças são vendidas em tempo de guerra e que vocês estão comprando crianças, como é que a gente escuta isso e fica em silêncio?

Que Deus o abençoe, Marcos!

Marcos tem imagens muito fortes. Eu vi imagens muito fortes. A gente pediu para ele não exibir nenhuma imagem, porque nós estamos num horário livre, está sendo transmitido ao vivo, mas, se vocês quiserem conhecer o trabalho e ver algumas imagens, vão lá, depois, nas redes sociais do Instituto Baluarte.

Muito obrigada, Marcos.

Que vocês tenham sucesso nessa primeira travessia dessas 28 crianças, que vocês consigam atravessar todas as crianças, e que vocês consigam salvar não apenas as crianças que estão sob a tutela do Instituto Baluarte, mas todas as crianças do Congo, que merecem proteção.

Eu estive com o Embaixador do Congo aqui no Brasil, pedindo pelas crianças do Instituto Baluarte, e o Embaixador me fez um desafio: "Mas só essas crianças que a senhora quer salvar? Só as 200?". Eu me senti desafiada. Não são só as 200. As 200, 120, 128, esses números todos que o Marcos fala, estão sendo cuidadas por um instituto brasileiro, mas nós estamos aqui hoje para pensar o que fazer por todas as crianças do Congo.

Obrigada, Marcos, obrigada por sua participação!

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo, mas depois ela fica sendo reprisada, e nós vamos divulgar muito o *link* desta audiência, inclusive para que as igrejas brasileiras o ajudem a comprar crianças... É muito forte. (*Manifestação de emoção.*)

Obrigada, Marcos. (*Palmas.*)

Na sequência, vamos ouvir a ativista dos direitos humanos, Prêmio Nobel da Paz em 2022, que está falando direto da Ucrânia, Oleksandra Matviichuk – eu acho que eu acertei. É difícil o nome dela.

Oleksandra, seja muito bem-vinda a esta audiência! Obrigada pela participação, por seu tempo e por nos trazer informações. A tradução está nos nossos aparelhos, no Canal 19, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem estiver com o aparelho e puder acompanhar. Aos demais – eu acho que não tem para todos –, mas a gente vai passar depois algumas informações do que ela está falando.

Bem-vinda, Oleksandra!

A SRA. OLEKSANDRA VIATCHESLAVIVNA MATVIITCHUK (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigada por me dar essa plataforma. É uma honra falar com vocês hoje. Eu estou aqui para defender pessoas e dignidade humana, mas no momento estou numa situação onde a lei não está funcionando.

Tropas russas estão acertando prédios residenciais, escolas, museus e hospitais. Eles estão atacando os corredores de evacuação. Eles estão sequestrando as crianças russas e levando-as para a Rússia. Estão queimando as terras e a cultura ucraniana. Estão matando, estuprando e mutilando civis.

O sistema de paz das Nações Unidas não está funcionando. Quando a guerra começou, nos unimos a dezenas de organizações de diversas regiões, construímos redes nacionais e cobrimos o país inteiro, inclusive a parte ocupada. Juntos, por três anos desta guerra, conseguimos documentar mais de 81 mil episódios de crimes de guerra.

Enquanto esta guerra transforma pessoas em números, o que estamos vendo é que estamos devolvendo às pessoas seus nomes, porque não somos números. A vida de cada um importa. Deixe-me compartilhar com vocês uma história do nosso banco de dados, a história de um menino de dez anos chamado Ilya. Quando os russos atacaram a cidade dele, não permitiram que a Cruz Vermelha entrasse e criasse um corredor verde, então, Ilya e a mãe dele, como outras pessoas na cidade de Mariupol, tiveram que se esconder na garagem dos seus prédios residenciais. Eles derretiam neve para ter água e faziam fogueiras para cozinhar. Mas, quando os suprimentos acabaram, eles foram obrigados a sair dos seus esconderijos e se viram atacados pelo bombardeio russo. As pernas dele foram rompidas por uma bomba. A mãe levou o filho para o hospital, mas não tinha assistência médica, porque os russos já haviam destruído as maternidades e hospitais de criança e toda a infraestrutura médica da cidade. Então, eles ficaram deitados no frio, se abraçando. Ficaram assim por muitas horas. E esse menino de dez anos virou para minha colega e disse que a mãe morreu e congelou abraçada ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como uma advogada de direitos humanos, eu pergunto: quem são as pessoas, no século 21, que vão defender as pessoas, as suas liberdades? E a resposta à pergunta é importante não só para a Ucrânia, mas para todos. Podemos depender da lei ou a lei do mais forte vai definir a nossa cultura?

Trabalho indiretamente com vítimas da invasão russa e deixo assegurado que as pessoas da Ucrânia querem a paz mais do que todos, porque a guerra é horrível, mas a paz não vem quando o país que foi invadido para de lutar. Isto não é paz, isso é ocupação, e a ocupação russa é guerra, só que de outra forma. A ocupação russa não é só mudar a bandeira do país de um para o outro. Isso quer dizer que, primeiro, vamos ter estupros, desaparecimento de pessoas, negação da sua identidade, sequestro das crianças, campos de detenção e valas comuns.

Deixe-me dar um outro exemplo sobre um autor infantil, Volodymyr Vakulenko, que conta histórias sobre crianças ucranianas, e muitas crianças leram os livros dele.

Durante a invasão russa, ele desapareceu. Eu conheço a família dele. E a família dele torceu, rezou até o último dia para que ele voltasse. Mas, como milhares de outras famílias civis, foram sequestrados e estão capturados pelos russos. E, quando a Ucrânia revidou e conseguiu empurrar os russos para trás, encontramos essas pessoas mortas na floresta, com valas comuns, com mulheres, crianças e homens. Numa só, tinha mais de 319. E achamos o corpo desse autor infantil ucraniano.

Então, perguntamos: por que os russos mataram, torturaram um autor infantil? E a resposta é muito simples: porque eles podiam, porque é disso que se trata a invasão russa.

A Rússia está fazendo uma experiência muito cruel na Ucrânia, para tentar destruir a identidade da Ucrânia e erradicar os ucranianos que não são leais ao Putin. E as crianças são o principal alvo dessa nova política, por isso que, em 2023, a Corte Internacional decretou a prisão do Presidente Putin e a Ministra dele, pelo sequestro de mais de 20 mil crianças ucranianas. E agora, quando falamos que o Presidente Putin é o maior sequestrador de crianças, eu tenho certeza, porque tem uma condenação da Corte Internacional.

Mas eu não estou aqui para falar só das 20 mil crianças que foram separadas das suas famílias e deportadas para a Rússia, para serem adotadas por famílias russas que vão criá-las

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como russos. De acordo com dados estimados, pelo menos 1,6 milhão de crianças vivem na região ocupada, estão vivendo sob pressão, têm que estudar de acordo com os livros didáticos russos. E, nesses livros, a Ucrânia não existe, não existe o Estado ucraniano. E a repressão à Rússia nunca aconteceu e o imperialismo russo é estimulado. E, já que não existem professores suficientes para ensinar isso, professores da Rússia estão vindo para a Ucrânia ensinar isso. Então a cultura e a história ucraniana estão sendo ensinadas de forma velada.

O serviço secreto russo lida com esse trabalho secreto de forma muito violenta. Então os ucranianos têm medo de falar sobre isso, porque eles têm visto a tortura e a prisão dos seus colegas. E o serviço secreto russo pratica tortura e prisão por qualquer motivo, por mais simples que seja. Então as crianças estão num estado emocional de tensão muito forte, constante. As crianças que voltam dessa ocupação russa nos disseram isso. Primeiro você constrói uma parede emocional, mas, com o tempo, essa parede emocional o pressiona e com isso você desaparece. A Rússia desenvolveu um sistema complexo de como militarizar essas crianças. Lá os soldados vão à escola para dar aula, para falar e convencer as pessoas sobre isso. Temos campos de ocupação onde as crianças usam miniuniformes para aprender como é a vida militar. E vemos fotos nos jornais russos de crianças em campos de verão, em forma militar, comportamento militar. E, depois dos 18 anos, eles têm o serviço militar obrigatório. Algumas das crianças ucranianas que estavam no segundo grau, em 2015, na primeira invasão russa, agora estão no exército russo lutando contra a Ucrânia.

É importante também que essas crianças cresçam com obediência completa, e o que os russos estão tentando fazer é reprogramá-los psicologicamente com um *software* autoritário. Isso é impossível de impedir, porque, quando você é um adulto, você pode lutar contra isso, mas a criança não tem como lutar contra essa programação psicológica.

Então, para encerrar, gostaria de dizer que as crianças que foram sequestradas têm uma data de expiração, porque a infância tem uma data de expiração, e eu imploro que nos ajudem a proteger as crianças ucranianas na área ocupada. Peço que nos ajudem a recuperar as 20 mil crianças ucranianas que foram deportadas de forma ilegal. Os americanos e os russos começaram a conversar sobre paz, falaram sobre minérios, sobre territórios, interesses geopolíticos, mas não falam sobre pessoas, sobre crianças. Então, peço que, por favor, nos ajudem a falar novamente de humanos nessa conversa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Nós vamos autorizá-la a se desconectar. Para quem não acompanhou, os prédios estão sendo cercados, e eu vou torcer muito para que a vida dela não corra mais risco por ela ter participado desta audiência. Foi muita coragem a dela.

E, para quem não estava ouvindo a tradução simultânea, ela nos lembrou que o Presidente Putin está com uma ordem de prisão desde 2023. Ele já foi condenado em cortes internacionais como o maior sequestrador de crianças do mundo, pelas 20 mil crianças sequestradas. Isso não é só um discurso da Ucrânia, ele já foi sentenciado. E, em todas as vezes que a gente ouve falar de um possível acordo de paz, fala-se da riqueza, fala-se da fronteira, fala-se dos acordos comerciais, mas eu não vi nenhum líder mundial falando de criança, e o apelo dela foi este: criança, porque a criança tem prazo, a infância passa, e elas estão perdendo a sua infância em campos, lá na Rússia. Falam para elas que seus pais foram assassinados pelos ucranianos, e essas crianças estão sendo recrutadas para serem soldados do exército da Rússia para matar os ucranianos. Tem ironia maior que essa? Então, pela emoção dela, eu acho que vocês entenderam. E, nesses últimos dias, a situação se agravou na Ucrânia.

E eu só vou fazer mais uma fala sobre a Ucrânia, porque eu vivi isso, eu estive lá. Tem muita gente que – até autoridades aqui no Brasil – fala: "Entrega, Ucrânia; entrega o território que a Rússia quer. É só um território". Não é só um território; é o jeito ucraniano de viver. Não é só um território!

Eu quero lembrar ao Brasil que a Ucrânia é um país cristão. A maioria da Ucrânia é cristã, são católicos, ortodoxos. Eu fui aos templos. Os templos mais antigos da Europa estão na Ucrânia. E como é que vivem os cristãos na Rússia? Eu só vou trazer este aspecto. Entrega o território para eles perderem o jeito cristão de viver? Como vivem os pastores e padres na Rússia hoje? Vocês se lembram da cortina de ferro.

Então é muito fácil a gente assumir uma postura e dizer "entrega a Ucrânia, acaba logo com essa guerra, entrega o território". Não é entregar um território; é o jeito ucraniano de viver, é ser ucraniano, é escolher ser cristão, é escolher ser ucraniano. E ninguém tem o direito de tirar isso deles. Isso é uma violação de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Glória à Ucrânia!

Na sequência, nós vamos ouvir a Andrea Vainer, advogada criminalista, diretora da Confederação Israelita do Brasil (Conib), também por videoconferência. Bem-vinda, Dra. Andrea.

A SRA. ANDREA VAINER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Muito obrigada, Senadora. Gostaria de agradecer a todos os membros da Comissão aqui presentes pelo convite, especialmente à Senadora Damares e à sua assessoria.

É uma honra muito grande estar aqui hoje, e eu vou trazer uma perspectiva um pouco diferente da dos colegas que já foram ouvidos sobre a repercussão do conflito, da guerra entre Israel e o Hamas aqui no Brasil, para a comunidade judaica brasileira.

Eu sou Diretora Jurídica da Confederação Israelita do Brasil (Conib). A Conib é o órgão responsável pela coordenação e representação da comunidade judaica no Brasil, e nós fazemos um monitoramento do antissemitismo, tanto *online,* nas redes sociais, quanto por meio de um canal de denúncias. Nós temos um canal de denúncias numa plataforma que se chama combateaoantissemitismo.org, e por meio desse canal de denúncias, nós recebemos reportes da sociedade em geral, não só da comunidade judaica, sobre atos antissemitas ocorridos tanto via internet, pelas redes sociais, *online*, quanto atos físicos, que ocorrem no nosso ambiente real de convivência.

A Conib faz o monitoramento também proativo das redes sociais. E aí, eu posso dizer que houve, entre 2023 e 2024 – e aqui eu vou trazer os dados de 2024, parciais, porque os dados do ano completo serão divulgados agora no início de abril –, nesse período aqui que eu citei, após o início da guerra, nós identificamos 119 mil menções antissemitas nas redes sociais, que têm um alcance de pelo menos 95 milhões de pessoas. Então, são 95 milhões de pessoas consumindo esse conteúdo de ódio contra judeus.

O antissemitismo nada mais é do que o ódio contra judeus, e nós costumamos explicar que o antissemitismo é um vírus que se modifica ao longo do tempo. Ele tem uma característica primordial de imputar ao judeu tudo aquilo de ruim que acontece num determinado momento histórico. O que tem de mais odioso numa determinada sociedade é imputada ao povo judeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

historicamente. A peste negra, já disseram que judeus mataram Cristo, que poluíram a raça ariana. E hoje nós temos a situação em Israel.

Israel se tornou alvo de todas essas críticas, é o responsável hoje, de acordo com as teorias antissemitas, por todos os males da humanidade. Ele se tornou o judeu entre as nações. E aí, nesse cenário de guerra, como já foi muito bem colocado pelo Embaixador de Israel aqui presente, os antissemitas veem uma oportunidade de se manifestar nesses contextos, tanto o*nline* quanto de forma presencial.

Então, não é que o antissemitismo surge agora, por causa do conflito; o antissemitismo sempre existiu, mas o conflito, a guerra entre Israel e o Hamas, se torna uma desculpa para que esses antissemitas se manifestem e ataquem os judeus, com teorias antissemitas que eles carregam e que sustentam desde os primórdios da humanidade.

Aqui, no nosso monitoramento via canal de denúncias... Já falei um pouco do que a gente captou *online*, mas no monitoramento do nosso canal de denúncias, só para dar alguns exemplos para vocês, nós recebemos postagens das redes sociais que dizem, por exemplo, que os judeus são uma raça maldita; que são uma raça do demônio; que Hitler deveria ter completado o seu trabalho e exterminado todo o povo judeu; que chamar os judeus de ratos é uma ofensa a ratos, e coisas piores. Então, é desse tipo de manifestação que nós estamos falando.

De 7 de outubro de 2023 até agora, nós tivemos um recorde histórico de casos de antissemitismo recebidos pelo nosso canal de denúncias: são 2 mil denúncias entre outubro de 2023 e outubro de 2024, e é um número sete vezes maior do que no mesmo período, anteriormente ao conflito. Entre 1º de outubro de 2023 e dezembro de 2023, nós tivemos um aumento de 800% de denúncias de antissemitismo, foram mais de 1.119 denúncias.

Se nós compararmos a quantidade de denúncias que recebíamos em 2022 e em 2023, quando começa o conflito, é visível que o conflito traz esse ambiente em que os antissemitas se sentem confortáveis para se manifestar e atacar os judeus, aqui no Brasil e também no mundo. Por exemplo, em janeiro de 2023 e de 2022, nós tivemos números semelhantes: recebemos 42 denúncias em janeiro de 2022 e, em janeiro de 2023, 25 denúncias. Recebíamos um número que nunca foi zero, sempre existiu antissemitismo no Brasil, mas recebíamos um número razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir de outubro, nós temos esse salto muito grande. Por exemplo, em outubro de 2022, recebemos 33 denúncias, mas em outubro de 2023, após os ataques terroristas do Hamas, esse número já pulou para 388 denúncias. Em novembro de 2022, recebemos 73, em novembro de 2023, após o conflito, 539 denúncias, e por aí vai. Então, realmente há um aumento exponencial do número de casos.

Temos, como citei no início da minha fala, denúncias que ocorrem no ambiente *online*, nas redes sociais, e também na vida real. O aumento nas redes sociais especificamente identificado por meio do nosso canal de denúncias – que é diferente do monitoramento proativo que a gente faz nas redes sociais – é um aumento, em comparação de outubro de 2022 para outubro de 2023, de 961% de casos; e, no período todo do ano de 2023 para 2024, é de 419% o aumento de antissemitismo nas redes sociais.

Então, são números que realmente são preocupantes, são alarmantes. E nós temos aqui nas nossas estatísticas o Instagram como a plataforma em que mais foram identificados discursos de ódio.

Com relação ao antissemitismo no ambiente real, no mundo real, no mundo *offline*, digamos assim, nós tivemos 86% de aumento dos casos de denúncia, que também é um número bastante relevante, um número de quase 100% de aumento. Nós temos relatos de situações que nada têm a ver com o conflito, de famílias retornando da sinagoga que são abordadas e atacadas com os dizeres de "sinagoga de Satanás" por exemplo; uma outra família retornava do *Shabat*, na sinagoga, e foi abordada por um indivíduo que fez uma saudação nazista. Há um outro caso, no Norte do Brasil, em Manaus, em que um rabino foi ameaçado de que iria ser morto, de que iriam matar a família dele. E tivemos, também, um caso, em Minas Gerais, de uma professora que recebeu um papel sulfite escrito com "Viva o Hamas". Então, nós temos as mais diversas situações, também, de ataques a comunidades. Citei aqui alguns poucos exemplos, pelo nosso tempo exíguo, de ataques a pessoas que são membros da comunidade judaica nesse ambiente de conflito.

Nós levamos as denúncias que têm maior gravidade e que têm maior alcance e repercussão às autoridades. Temos casos de sucesso, de condenações de pessoas por racismo antissemita que foram, inclusive, mantidas pelo Supremo Tribunal Federal, pelo STJ. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma jurisprudência muito positiva no sentido de repressão dos casos de racismo contra judeus, mas também, infelizmente, enfrentamos muitas dificuldades ainda, porque há muito desconhecimento sobre o que é antissemitismo.

Existem mais ou menos 120, 150 mil judeus no Brasil, é um percentual muito pequeno da população. Então, muitas vezes, quando nós levamos uma denúncia ao conhecimento das autoridades, é a primeira vez que aquele delegado, que aquele procurador, que aquele promotor, tem conhecimento de um caso de antissemitismo. Realmente, não sabem lidar com o assunto e, muitas vezes, são contaminados por essas visões antissemitas que se arrastam ao longo dos séculos. Então, nós temos algumas dificuldades por conta disso, por desconhecimento, e, às vezes, por uma visão de racismo estrutural mesmo que acaba se apresentando. Felizmente, os tribunais superiores têm revertido e concedido condenações que são muito importantes para a nossa comunidade e para o Brasil como um todo, para mostrar que racismo, seja ele qual for, não será tolerado no Brasil.

Eu agradeço a sua atenção. Obrigada, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Andrea, obrigada. E obrigada pela abordagem que a senhora trouxe. (*Palmas.*)

O reflexo da guerra não fica apenas no território que está em conflito, o reflexo está aqui. A comunidade israelita do Brasil está sendo atacada aqui. Isso é um reflexo de guerra, é violação de direitos humanos como um reflexo da guerra. Então, nós vamos precisar falar sobre isso.

Eu vejo muita gente questionando: "Por que esse debate? A guerra está lá". Está lá não, está aqui. E a gente vai ter que se posicionar. Nós vamos ouvir agora...

Muito obrigada, Dra. Andrea, pela sua participação. Foi incrível.

Nós vamos agora ter a alegria de ouvir a Dra. Clarita Maia, Consultora de Assessoramento Legislativo aqui do Senado Federal, do Núcleo de Direito, e Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB, palestrante. Acompanho o trabalho dela, é incrível.

Dra. Clarita, tem muita gente dizendo: "Mas guerra é guerra. As pessoas morrem, são estupradas". Eu queria que a senhora começasse dizendo: estupro é arma de guerra? Pedofilia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arma de guerra? A gente tem que se conformar e se calar, achando: "Não, estão estuprando mulheres, matando crianças, degolando crianças porque é guerra?". Isso é arma de guerra? Existem regras para a guerra? Existe, posso falar, um código de conduta para a guerra?

O que nós estamos debatendo aqui é pertinente? Nós temos violações de direitos humanos, nós temos pactos internacionais sendo violados com tudo o que nós ouvimos aqui hoje?

A senhora tem 20 minutos, é a nossa última oradora, e, depois, como nenhum Senador esteve presente para fazer perguntas, nós já vamos para o encerramento da audiência.

A SRA. CLARITA MAIA (Para expor.) – Senadora Damares, muito obrigada pelo convite.

Eu já inicio respondendo que claro que não. Estupro é considerado, e todos os crimes de gênero que violam a dignidade sexual, um dos mais ignominiosos crimes internacionais. Eu vou contemplar na apresentação que se segue.

Então, agradeço à Senadora Damares, Presidente deste Colegiado, pelo convite para integrar esta importante mesa de debates. Estendo os agradecimentos à Senadora Mara Gabrilli, Vice-Presidente, a todos os membros titulares e suplentes da Comissão. Destaco também, ao risco de algumas indelicadezas, mas premida pelo reconhecimento, alguns Senadores que fazem parte deste Colegiado: Senadores Paulo Paim, Fabiano Contarato, Magno Malta, Sergio Moro e Senadora Tereza Cristina. Saúdo as autoridades aqui presentes e os companheiros de bancada virtual.

O tema dos crimes contra a humanidade e a dignidade da pessoa humana no curso de conflitos armados é de alto relevo para a consciência jurídica e civilizacional. O exercício de compreensão que temos nesta manhã é pertinente, é imperioso, mas somente, e tão somente, se dele extrairmos as consequências políticas e práticas para o cidadão brasileiro, para os jurisdicionados, seja pela propugnação de um freio de arrumação na nossa política externa, que espelhe com maior fidedignidade os anseios da sociedade brasileira em peso como um todo, e não de um nicho ideológico, seja no levantamento do impacto desses conflitos no exercício dos direitos humanos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a Dra. Andrea Vainer aquilatou, com maestria, uma importante dica de agenda prática: que esta Comissão ajude os operadores do direito e as instituições a terem um adequado letramento racial e antissemita.

Em ao menos sete episódios profundamente traumáticos da história contemporânea, os crimes sexuais foram cometidos como atos de genocídio – ouçam: genocídio, essa palavra ultimamente tão falada e tão pouco compreendida –: massacre armênio; estupro de Nanquim; holocausto judaico; guerra na ex-Iugoslávia; primeiro e segundo conflitos da República Democrática do Congo; assalto às mulheres yazidis pelo Estado Islâmico; e o massacre do Hamas nos kibutzim de Kfar Azza e Be'eri, na *rave* Supernova, que ocorreu em Re'im, Israel. Se eu estiver falado errado os nomes, por favor, sejam condescendentes.

Desde o ataque terrorista do Hamas a Israel, havido no dia 7 de outubro de 2023, e o estupro de idosas, mulheres e crianças judias como instrumento de guerra, também de homens, alguns coletivos feministas têm denunciado a omissão de suas contrapartes e de organizações internacionais na condenação categórica e incondicional desses crimes.

O silêncio, tanto eloquente quanto ensurdecedor, é também, Senadora Damares, desta Casa e, infelizmente, também da Procuradoria da Mulher desta Casa, que não se furta, todavia, a abordar diversos outros temas dos conflitos em curso.

A manifestação havida por parte da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) foi considerada tardia e insuficiente. Até o momento, o movimento mais contundente para tratar dos crimes sexuais cometidos pelo Hamas foi a coletiva de imprensa liderada pela missão dos Estados Unidos e do Estado de Israel junto à ONU, durante o Governo Biden.

Esse silêncio causa espécie porquanto o Direito Internacional dos Conflitos Armados, como eu disse, considera particularmente ignominiosos os crimes sexuais.

A guerra cultural que, de imediato, se sucedeu aos ataques a Israel, polarizando os espectros políticos já em movimento longevo de radicalização, empobreceu ainda mais o diálogo público. Uma das vítimas foi o direito penal internacional e os seus tipos penais, que, sem um tratamento escrupuloso, viraram peças de retórica. Quem, no passado, propugnou pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatidão e pelo garantismo penal, hoje usa as categorias do direito internacional penal de forma canhestra.

O direito da Haia e de Genebra e seus protocolos trouxeram padrões protetivos de gênero. Contudo, somente a partir da década de 90, com a evolução da jurisprudência dos tribunais penais internacionais *ad hoc*, é que os crimes quase tipicamente de gênero ganharam contornos mais claros. O impacto desproporcional dos conflitos armados sobre mulheres e meninas foi a razão dessa evolução, em face também do que o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu pela publicação de uma série de dez resoluções temáticas, a principal delas sendo a Resolução 1.820, de 2008, que, em seu primeiro parágrafo, diz:

> 1. Salienta que a violência sexual, quando [...] [usada] ou encomendada como uma tática de guerra [...] [a fim de visar] deliberadamente civis ou como parte de um ataque [...] sistemático contra populações civis, pode [...] [exacerbar] significativamente situações de conflito armado e [...] [pode] impedir [...] [o restabelecimento] da paz [internacional] e [da] segurança [...];

Uma afirmação que é repetida pela Resolução 2.242, de 2015.

De acordo com a resolução primeira que citei, ainda, em seu parágrafo quarto:

> 4. [...] [A violação] [...] e outras formas de violência sexual podem constituir um crime de guerra, um crime contra a humanidade [...] [e até mesmo um] genocídio[...];

Nos *consideranda* da Resolução 1.888, de 2009 – uma terceira resolução –, a possibilidade de enquadramento dos crimes sexuais como atos de genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra é reafirmada. Os mesmos termos são repetidos pelas Resoluções 1.960, de 2010, e 2.467, de 2019.

A Resolução 2.106, de 2013, no seu parágrafo segundo, observa que a violência sexual pode constituir um crime contra a humanidade e – novamente, repete – um crime de genocídio.

Essas resoluções são importantes peças político-jurídicas que demonstram o consenso e a constância da interpretação de que os crimes sexuais, a depender dos elementos do crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos, podem ser enquadrados como genocídio (art. 6º, *caput*, a, b, c), como crimes contra a humanidade (art. 7º, g) e como crimes de guerra (art. 8º, II a VI, XXII).

O Tribunal Penal Internacional *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e o para Ruanda convergiram no sentido de reconhecer estupro e outras formas de violência sexual como potencialmente constitutivas do crime de genocídio.

Para Claudia Card, uma especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados,

> [...] há mais de uma maneira de cometer genocídio. [Uma delas] é destruir a identidade de um grupo, dizimando laços culturais e sociais. O estupro faz as duas coisas. [...] Onde o genocídio por dizimação cultural é o objetivo principal, o massacre universal de cativos é desnecessário.

Em todos os episódios mencionados – que mencionarei adiante, na verdade –, o estupro das mulheres como simbologia de destruição da identidade do grupo foi usado.

Isso ocorreu no genocídio armênio: o estupro e a crucificação de mulheres cristãs armênias pelo Império Otomano – crucificação, sim, uma alusão clara ao Messias da religião cristã, que é a religião daquele povo – foram usados como um vilipêndio, uma humilhação, sinalizando o desejo de humilhação, subjugação, dizimação religiosa e cultural.

Aconteceu na China: na constância da ocupação japonesa em Nanquim, também conhecida por Estupro de Nanquim. Em pouco menos de dois meses, de 20 mil a 80 mil mulheres chinesas foram estupradas, torturadas, estripadas, havendo notório elemento de ódio civilizacional.

Aconteceu durante o holocausto. Aconteceu durante o primeiro e o segundo conflitos na República Democrática do Congo: a política de estupro, genocida, foi uma constante.

Aconteceu no Iraque. Ao encontro da pressão internacional à lei sobre sobreviventes yazidis promulgada pelas autoridades iraquianas em 2021, reconheceu as violações do Isis contra mulheres e meninas das minorias Yazidi, Turkman, Cristã e Shabak como genocídio e crimes contra a humanidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aconteceu em Israel: os estupros cometidos pelo Hamas nos kibutzim, contra idosas, jovens e crianças, também contra homens. No documento intitulado Convenção do Hamas de 1988, o Pacto do Movimento de Resistência Islâmica, arts. 7º, 13, 15, constam exortações ao genocídio judaico. Essa intenção é reforçada pelas manifestações de lideranças do Hamas que se sucederam aos ataques.

O crime de genocídio não se caracteriza apenas quando há um grande número de pessoas vitimadas. Ele tampouco deixa de se configurar quando o número de vítimas de um conflito armado é relativamente pequeno em relação a casualidades médias de guerra. E, como qualquer tipo penal, ele não é retórico, ele não é aplicado por analogia. Para que ocorra, é preciso que haja o encontro de seus elementos objetivos e subjetivos, tampouco bastando a existência de um deles.

Seriam os elementos objetivos do crime de genocídio: morte de membros do grupo; lesões graves à integridade física ou mental de membros do grupo; sujeição intencional do grupo a condições de existência destinadas a resultar na sua destruição física total ou parcial; medidas destinadas a prevenir nascimentos dentro do grupo; transferência forçada de crianças.

O elemento subjetivo tem que existir, que é a intenção de destruir, no todo ou em parte, o grupo nacional, étnico, racial e religioso.

O Hamas confessa suas intenções.

Perante o direito internacional dos conflitos armados, configura-se clara a ação genocida do Hamas nos assassinatos cometidos e, em particular, nos crimes sexuais barbaramente perpetrados, constatando-se a existência dos elementos objetivos e dos elementos subjetivos do crime.

O romancista polonês Nobel de literatura, poeta e diplomata, Czeslaw Milosz, na obra *Mente Cativa*, denuncia o que, para ele, configurava a suscetibilidade do pensamento crítico a doutrinas sociopolíticas que pregam o terror totalitário por concessão à uma reação ao ocidentalismo. Referia-se, à sua época, à sedução do stalinismo. Talvez sua tese não tenha ficado anacrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade internacional que se autointitula portadora do pensamento crítico e progressista tem romantizado perigosamente o Hamas, grupo que foi considerado terrorista por toda a Liga Árabe durante muitos anos e que, nos últimos anos, ainda o é, pelos principais membros dessa Liga, juntamente com o Hezbollah, mas patrocinados por outros membros, como o Qatar e o Irã.

Para Milosz: "O conhecimento popularizado caracteristicamente cria um sentimento de que tudo é compreensível, [tudo é] [...] explicável, [tudo é justificável.] É como um sistema de pontes construídas sobre precipícios. É preciso olhar para baixo, mas isso, oh, meu Deus, não muda o fato de que [o precipício] existem".

O precipício que representa a ideologia do Hamas, a *jihad* islâmica, do Isis, entre outros, não deixa de ser profundo e perigoso porque entre suas pontas foi lançada uma frágil e inconsistente ponte de cordas, que é uma ideologia precária e precipitada, formada por remendos de escolhas morais, agendas políticas ocultas, distante do verdadeiro pensamento progressista.

Essa era a minha contribuição.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Doutora, a senhora trouxe uma aula, a senhora trouxe uma aula de pós-doutorado em direitos humanos nesse instante.

Eu até vou pedir que o nosso assessor Radar, que tem feito um trabalho de interlocução da Comissão com as universidades e faculdades, envie o *link* da fala da Dra. Clarita para os cursos de Direito e Relações Internacionais.

A Sra. tirou o fôlego da gente, Dra. Clarita.

Muito obrigada.

A nossa sessão está tendo uma grande audiência: Suzanne, do Distrito Federal, participando; Laianny, do Pará; João, de Santa Catarina; Maria, da Paraíba; nós temos Evandro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Pará; Geovane, de Rondônia; Lorena, do Mato Grosso; Antônio, do Ceará; Jairo, de Santa Catarina. Pessoas de todos os estados do país estão mandando perguntas. Eu vou algumas perguntas dessas encaminhar por *e-mail* aos senhores, se puderem responder, para a gente ganhar tempo aqui na audiência.

Nós vamos para o final desta sessão. Os nossos convidados têm três, quatro minutos para fazer o agradecimento final, a consideração final, e eu fui comunicada agora de que os nossos três que estão *online* conseguiram se manter conectados. Nós vamos, então, começar por eles, antes que a conexão caia.

Eu vou, neste instante, retornar a palavra para a Oleksandra, para ela fazer os agradecimentos finais, e nós estamos registrando, Oleksandra, que ficamos muito felizes com a sua participação. Mais três minutos para você, e quero dizer o seguinte: se você tiver alguma perseguição ou represália por ter participado desta audiência, esta Comissão está à sua disposição. Se precisar, nós a traremos para o Brasil, cuidaremos de você aqui no Brasil. Mas eu sei o quão gloriosa é a Ucrânia e como tem protegido, feito tudo para proteger o seu povo.

Oleksandra, para agradecimento final, três minutos, e, logo depois, você pode deixar a conexão.

A SRA. OLEKSANDRA VIATCHESLAVIVNA MATVIITCHUK (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigada por esta oportunidade de participar e compartilhar essas histórias que nós documentamos durante essa guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Eu gostaria de enfatizar novamente que nós não temos tempo porque milhares de civis detidos estão sendo sujeitados à tortura e abuso sexual todos os dias. Nós não temos tempo porque as crianças estão perdendo a sua infância e a infância tem um período para acabar. E não temos tempo porque a guerra é algo horrível e gostaria de finalizar dizendo que estamos lutando por algo que não tem limite e nem fronteiras racionais: é a liberdade que envolve a solidariedade humana. E a liberdade e a solidariedade humana só com elas tornaremos o mundo um lugar mais seguro.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Oleksandra. Muito obrigada.

Na sequência, ouviremos as considerações finais do Embaixador Daniel Zohar.

O SR. DANIEL ZOHAR ZONSHINE (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado a todos os palestrantes e pessoas que trabalharam aqui.

Temos um grande desafio: voltar e construir a dignidade que foi perdida, seja na Faixa de Gaza, na área de Israel, perto da Faixa de Gaza. É difícil falar sobre números: 1,2 mil pessoas morreram no dia 07 de outubro, 364 pessoas estiveram na festa Supernova. Vou mencionar o nome de uma senhora para que talvez se dê uma ideia sobre o que enfrentamos lá.

A Dra. Vivian Silver morava no Kibutz Be'eri. Ela trabalhava em muitas organizações que ajudaram os palestinos da Faixa de Gaza a chegarem em hospitais em Israel para tratamentos de saúde. Ela criou grupos de mulheres, dos dois lados da fronteira, para tentar promover a cooperação nas condições de paz. No dia 7 de outubro, a Dra. Vivian Silver e o marido dela estiveram na casa deles. A casa deles – dentre outras casas no Kibutz Be'eri, que perdeu mais de 100 pessoas, mortas ou sequestradas – foi queimada, e Vivian Silver e o marido dela foram queimados, lá perderam a vida deles. Espero que junto com Vivian Silver não percamos também a esperança para um futuro melhor, para um futuro de cooperação, para um futuro de conhecer as necessidades e a esperança para a convivência, para o respeito de um povo de uma sociedade para outra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Embaixador.

Eu faço ainda um destaque à sua fala inicial, quando o senhor lamentou a morte de crianças palestinas, a morte de mulheres palestinas, quando o Hamas coloca as crianças como escudo humano. Eu vejo muitas pessoas exaltando o Hamas, mas esquecendo que o ódio do Hamas a Israel é tão grande que eles colocam em risco a vida de crianças e de mulheres palestinas tão somente porque odeiam Israel.

Muito obrigada, Embaixador, por sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos sentimos honrados com a sua vinda a esta Comissão.

Na sequência, nós vamos ouvir o nosso Conselheiro da Embaixada da Ucrânia, para as considerações finais.

O SR. ANDRII BORODENKOV (Para expor.) – Obrigado, Sra. Senadora.

No final, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer por esta oportunidade de estar aqui.

Agradeço à Sra. Oleksandra Matviitchuk, laureada com o Prêmio Nobel de Paz de 2022.

Eu quero, mais uma vez, chamar a atenção para os enormes desafios que a Ucrânia enfrenta e novamente pedir a todos que possam ajudar a resolver pelo menos um desses problemas que temos agora. Isso já será um grande sucesso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Conselheiro.

Conselheiro, eu só queria fazer uma pergunta.

Eu estive na Embaixada da Polônia recentemente, no dia, na semana em que nós estávamos fazendo menção aos três anos da guerra, e nós assistimos ao filme Pessoas.

Esse filme está disponível? Os brasileiros podem ter acesso a esse filme?

Trata-se de um filme extremamente emocionante. Depois que – nós estávamos no auditório – assistimos, ninguém conseguia levantar e falar nada quando o filme encerrou.

O filme está disponível? Onde nós podemos assistir ao filme? Está no cinema? Está em alguma plataforma?

O SR. ANDRII BORODENKOV – Qualquer pessoa pode enviar uma carta por *e-mail* ou WhatsApp ao nosso endereço da embaixada, que você pode achar na internet, e nós podemos enviar o *link* sem problemas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu recomendo a quem puder assistir ao filme. É a primeira obra de ficção cinematográfica sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a guerra da Ucrânia, com base em histórias reais, mas já vou avisando a vocês: é de tirar o fôlego.

Quem tiver interesse pode enviar um *e-mail* para a Embaixada da Ucrânia.

Recomendo que as igrejas se reúnam em grupos, as universidades, as faculdades, e assistam a esse filme e se preparem para chorar muito.

Eu fui impactada com essa obra de arte, que retrata, a primeira obra cinematográfica que retrata o conflito, a guerra da Ucrânia e Rússia.

Muito obrigada, Conselheiro.

Na sequência, vamos ouvir palavras finais de Andrea Vainer, por três minutos.

Dra. Andrea.

Caiu a conexão?

A SRA. ANDREA VAINER (*Por videoconferência*.) – Estava com problema no áudio.

A senhora me ouve, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Ouvimos.

A SRA. ANDREA VAINER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Agradeço novamente a oportunidade.

Enfatizo que é muito preocupante para nós, como comunidade judaica, esse aumento vertiginoso nos casos de antissemitismo no Brasil.

Aproveito este tempo extra para dizer que nós não temos observado apenas casos de racismo contra judeus, que já são muito graves, como aqueles que eu citei, mas também de promoção do terrorismo no Brasil.

Lembro que a nossa lei penal define o que é organização terrorista e o que é terrorismo para fins penais – independentemente de uma lista do Executivo ou de qualquer outro órgão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse sentido – e que fazer promoção das atividades desses grupos, que para fins penais são considerados grupos terroristas, é crime no Brasil.

A despeito disso, nós temos observado, tanto nas redes sociais quanto em manifestações nas ruas e tal, apologia a grupos terroristas como Hamas, Hezbollah, Houthi e outros grupos, que também são muito preocupantes não só em termos de violações gravíssimas de direitos humanos, como foram citadas pela Clarita e pelo Embaixador, mas também por uma questão de segurança para a comunidade judaica no Brasil.

Temos esse momento muito desafiador destas duas perspectivas, do racismo antissemita e da apologia e promoção de atos terroristas, e também da importância, como a Dra. Clarita também salientou, do letramento das nossas autoridades sobre essa questão do antissemitismo.

Como eu disse na minha fala – apesar de bons resultados que nós tivemos na Justiça e de o Judiciário brasileiro terem-se mostrados, principalmente nas cortes superiores, intolerantes à intolerância, que é algo muito importante –, nós ainda temos muita dificuldade, principalmente nas primeiras instâncias. Eu já ouvi de juízes, por exemplo, que não tem antissemitismo no Brasil, porque existe o Hospital Albert Einstein, dentre outras coisas extremamente impertinentes e completamente dissociadas da realidade.

Então, é muito importante trabalhar no sentido de conscientizar todos a respeito desse tipo de ódio.

Agradeço, novamente, a oportunidade e a iniciativa desta Casa e desta Comissão de trazer esse tema para discussão.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Andrea.

Muito obrigada.

Ouviremos a Dra. Clarita para as considerações finais e agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARITA MAIA (Para expor.) – Quero apenas agradecer a oportunidade, Senadora Damares, de trazer, ou de tentar contribuir para trazer um pouquinho mais de sanidade e clareza moral ao debate público.

O Parlamento é o DNA da democracia e, no entanto, ele tem servido, às vezes, como caixa de ressonância de ódio. É uma decepção! Nós temos que voltar a trazer dignidade ao debate público, extirpando dele, ou procurando extirpar, não no sentido policialesco, mas no sentido da assertividade moral, da assertividade de debate, aqueles que, no fundo, querem pregar o ódio por trás de críticas políticas, por trás de vernizes civilizados, mas que sabemos, só coçando um pouco esse verniz, só arranhando um pouco a superfície, o quanto é eivado de ódio civilizacional, de ódio étnico e de ódio religioso.

Nós precisamos fazer com que essas pessoas que querem trazer, importar o ódio para o Brasil, não encontrem aqui terreno fértil. O Brasil tem os seus problemas, tem problemas de racismo estrutural, sim, e precisa enfrentá-los, mas, em relação a vários países do mundo, nós temos um paradigma até razoável de convivência pacífica entre civilizações e religiões. Em São Paulo, as comunidades libanesas e judaicas convivem harmoniosamente. Não precisamos do ódio no Brasil. Não é esse o fundamento do nosso tecido social.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Clarita, desafiadora, provocadora a sua fala. Muito obrigada.

Mas eu tenho alegria de tê-la perto, e nós vamos demandá-la, vamos chamá-la para uma missão nesta Comissão. Acho que a gente dá início a um novo momento de debates nesta Comissão de Direitos Humanos. Obrigada, Dra. Clarita. Que Deus a abençoe grandemente!

Vamos para a última fala.

O Marcos Freire vai se despedir de vocês e pediu permissão para mostrar uma imagem emocionante, não é uma imagem chocante, é uma imagem emocionante. Nós permitimos, foi permitido, mas antes de o Marcos Freire falar, eu preciso comunicar que o Presidente do Senado e a Diretora-Geral do Senado prorrogaram a Exposição Holocausto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei como é que o grupo vai fazer, para se virar, para ficar mais uma semana. E quero registrar que está no Plenário a Diretora do Memorial do Holocausto lá dos Estados Unidos. Ela está aqui, sentada com a gente. (*Palmas.*)

É uma honra. Na verdade, ela passou a semana com a gente, com esse sorriso, nos encantando. E a exposição que está aqui, para quem não sabe, é uma exposição que tem participação de crianças, crianças da escola de lá de Minas Gerais participaram da construção das peças, são peças incríveis.

A exposição, gente, não é uma exposição qualquer. Tem tecnologia, é uma exposição com a qual você pode interagir, mas também tem uma mentoria histórica, historiadores participaram da construção dessa exposição, inclusive com participação do Memorial do Holocausto lá dos Estados Unidos.

A exposição fez tanto sucesso. Eu nunca vi uma exposição tão visitada. No dia da abertura dela, até o ex-Presidente da República estava presente. Então, por conta da procura, a exposição está sendo convidada para permanecer mais uma semana. As pessoas de Brasília sabem que o Senado é aberto para visitação durante a semana e no final de semana. Então, venham e assistam.

Obrigada, obrigada, Igreja Verbo Vivo, que fez e se dedicou. Foram dois anos preparando para trazer a exposição para o Senado e coincidiu com este ciclo de debates. Muito obrigada à nossa diretora, ao nosso pastor, líder. Obrigada, pastor, pela dedicação. Obrigada à esposa Sara e a todos vocês por estarem aqui.

E agora nós passamos a palavra...

Temos um Deputado presente no auditório.

Deputado, é regra da Casa, quando um Parlamentar chega, a gente abrir o microfone. Deputado, nós estamos encerrando a nossa audiência, em que discutimos hoje violação de direitos humanos em tempo de guerra, em áreas de conflito. Nós estamos com o Embaixador de Israel, com a Embaixada da Ucrânia e com especialistas. Nós temos pessoas que participaram, da Ucrânia e do Congo. O senhor está aqui conosco. É uma alegria recebê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem a palavra, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Para expor.) – Prezada Deputada Damares, nossa querida Presidente desta Comissão, quero cumprimentar todos os convidados e todos os presentes.

Deputada, eu estava na Comissão Mista de Orçamento. Eu fui o Relator-Geral da receita, ao lado do Senador Angelo Coronel, mas eu me empenhei para chegar a tempo aqui, primeiro, para parabenizá-la e desejar-lhe muito sucesso.

Acho que foi uma bênção – não tem coincidência, tem providência – V. Exa. assumir a Presidência desta Comissão num momento tão grave na história mundial, num momento grave no mundo, mas que também, infelizmente, o nosso país já está sendo vítima de violações graves de direitos humanos, com presos políticos, com ambientes de exceção, mas obviamente nada se compara ao sofrimento do povo judeu.

Quero parabenizá-la e a todos que contribuíram para essa exposição, que, por mais dolorosa que seja, tem a beleza da sensibilidade humana daqueles que são capazes, inclusive com a produção da arte, de demonstrar toda a selvageria, toda a crueldade que se cometeu contra milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, para estarmos mantendo acesa e viva essa memória para que isso nunca mais aconteça na história da humanidade e estarmos ao lado de Israel neste momento terrível, em que não foi apenas uma provocação de guerra, mas de terrorismo, porque até as guerras têm alguma regra, embora as guerras sempre sejam, a meu ver, hediondas e não há, para mim, nada que as justifique. Infelizmente, elas ocorrem, mas ainda elas têm algumas regras, e o que a gente viu contra Israel continua, porque o terrível é que a gente percebe que aqueles que tomaram aquele tipo de iniciativa não se curvam aos princípios civilizatórios do respeito ao povo de Israel e do respeito à soberania de Israel.

Então, eu trago também aqui a minha solidariedade total e, acima de tudo, os meus cumprimentos, os meus parabéns a V. Exa. e o desejo de que aqui a gente possa ter – e eu tenho certeza disso – e ser uma resistência através do Senado. Nós precisamos dessa resistência em favor das pessoas de bem, da civilidade, dos nossos princípios e valores cristãos de que V. Exa. tão bem faz a defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado por ter me dado essa oportunidade. Desculpe-me por ter chegado no final e ainda tomar algum tempo, mas eu precisava fazer esse registro. Parabéns pela iniciativa!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deputado, que alegria, mas eu preciso de três minutos do senhor para a gente encerrar.

O Deputado Domingos Sávio e eu – nós temos uma história juntos, lá atrás, quando eu era apenas uma assessora nos bastidores, às vezes incompreendida, gritando pelas crianças – mudamos a Lei de Adoção juntos, fomos nós dois juntos. O senhor me ouviu, o senhor acreditou naquilo, e nós entregamos juntos, Deputado. Era uma assessora e um Deputado que sonhavam com uma melhor Lei de Adoção no Brasil. E olha o que Deus fez hoje, eu estou Senadora, o senhor está Deputado, e estamos na mesma causa, trabalhando juntos.

Por sua dedicação à Lei de Adoção, eu pedi para o senhor ficar. Vai falar, vai finalizar a nossa audiência, por três minutos, Marcos Freire, que está neste exato momento no Congo. Marcos Freire é pai de mil crianças, é um brasileiro que está salvando crianças no Congo, crianças que seriam mortas, decapitadas. Ele está comprando as crianças no Congo e atravessando a fronteira. Hoje está em uma missão de atravessar 28. Ele vai dar a palavra final, já fez a exposição dele e pediu para mostrar uma imagem emocionante. A gente já observou que não é nenhuma imagem com sangue, nenhuma imagem aterrorizante.

Então, o Marcos Freire tem três minutos para encerrar, mostrar a sua imagem, e o senhor vai aproveitar para conhecer um brasileiro guerreiro, que está no Congo neste momento de conflito, fazendo o enfrentamento das violações de direitos humanos lá.

Antes de Marcos Freire falar, eu só quero lembrar ao Brasil que a ONU nomeou, como líder da Missão de Paz no Congo, um brasileiro, o General Ulisses Mesquita Gomes. Então, nós temos um brasileiro liderando 14 mil militares da Força de Paz da ONU. O Brasil está presente, sim, no Congo, de formas diferentes. Eu quero desejar ao General Ulisses Mesquita sucesso, sabedoria. Que Deus o conduza, General Ulisses, nesta missão.

Eu estou disposta a ir ao Congo, eu não estive no Congo ainda – já fui à Ucrânia, a Israel –, estou disposta a ir, ajudar no que for preciso, poder fazer uma colaboração com as missões de paz. Quem sabe a gente lota um avião com Senadores desta Comissão? Eu acho que alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ver, Dra. Clarita, a guerra de perto, para entender o que nós estamos discutindo aqui hoje.

Marcos Freire por três, quatro minutos.

O SR. MARCOS FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, mais uma vez, Senadora.

Antes de mostrar uma imagem tão emocionante que eu acabei de receber, eu preciso agradecer à senhora por ser uma voz, a toda a sua bancada, a todo o seu time, por acreditarem e sobretudo levantarem a causa das nossas crianças, em proteção ao direito de cada uma delas. Neste exato momento, eu me lembro de um texto em que a Bíblia diz – eu peço permissão a todas as religiões aqui presentes –, que está escrito que se o povo orar e buscar o Senhor Deus, Ele ouvirá dos Céus e sarará a Terra. Eu estou exatamente agora aqui na República Democrática do Congo, vivenciando a guerra, vendo, resgatando as crianças, juntamente com o Instituto Baluarte, e nós acabamos de receber um vídeo das crianças conseguindo fazer a travessia, neste exato momento, com o nosso time. São 28 crianças que estão saindo da zona de guerra de uma cidade tomada por um grupo rebelde, onde elas estavam sentenciadas a serem futuros soldados rebeldes, algumas viram a morte dos pais e tantas sequelas de guerra, e elas estão saindo agora, elas estão saindo para um futuro digno aqui na capital Kinshasa.

Vale a pena nós estarmos aqui durante esses dois anos – agora, são 40 dias que completamos. A gente está debaixo de muita lágrima, mas também muito grato a Deus, porque essa é a realidade do nosso dia a dia. Nós oramos, nós cremos que Deus está levantando um povo brasileiro, o qual vai, sim, fazer o papel do que é ser igreja: é amar pessoas, é resgatar vidas, é fazer o que está escrito na Bíblia, que diz que nós não levamos a nossa vida por preciosa, mas vale a pena vir para um país em meio à guerra, como a República Democrática do Congo, para ver isto aqui. Crianças que eram órfãs hoje dizem: "Nós não somos mais órfãs porque nós temos paternidade. O Deus do Céu é o nosso pai". E o Deus do Céu usa pessoas da Terra. Ele usa o povo brasileiro, ele usa pessoas comuns como a senhora, Senadora Damares, para que nós venhamos falar, defender, dar voz e proteger, porque a Bíblia diz que, se nós não tivermos o coração como o dessas crianças, nós não herdaremos o reino dos céus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigado. Obrigado, e continue nos acompanhando. Este é o primeiro resgate de lá do leste do país aqui para a República Democrática do Congo, obviamente em Kinshasa, mas nós queremos validar: vale a pena ser voz; vale a pena se colocar em um lugar de proteção pelo outro. Isso é o que nós acreditamos ser o Evangelho, ser o amor de Cristo Jesus.

Muito obrigado.

Louvado seja Deus! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Deputado, é um momento histórico para a Comissão, porque, quando a gente começou – ele está lá emocionado por isso –, eles não sabiam se iam ter sucesso em atravessar a fronteira. Enquanto a gente fez audiência, as crianças atravessaram. É um momento histórico para esta Comissão. A gente participou de um ato histórico.

Eu só tenho que louvar a Deus e agradecer a todos vocês. Eu sei que muita gente ficou aí no cantinho orando pelas crianças do Congo.

Deputado, para sua alegria, ele é do seu estado, é de Minas; esse instituto é de Minas. Esse grupo que está sentado aqui e que fez a exposição também é de Minas, Minas Gerais dando aí lição de respeito, de amor a todos, em todos os lugares.

Eu agradeço a presença de todos, a participação de todos.

Desculpa o excesso de emoção. Disseram-me que, quando eu assumisse a Presidência da Comissão, eu tinha que me portar, mas não tem como se comportar, não tem como não chorar diante dessas imagens.

Obrigada, Dra. Clarita, Conselheiro, Embaixador, todos os nossos convidados *online*.

Cumprida a finalidade desta sessão, nós declaramos encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Beto Faro, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Weverton, Flávio Arns, Zenaide Maia, Laércio Oliveira, Tereza Cristina e Alessandro Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação**. **Finalidade:** Instalação e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Comissão instalada. Eleito Presidente, por aclamação, o Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) para o biênio 2025-2026. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o biênio 2025-2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico que foi registrada apenas a candidatura do Sr. Senador Nelsinho Trad, do Partido Social Democrático, do Mato Grosso do Sul, para o cargo de Presidente.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos eleger o indicado por aclamação, tendo em vista haver apenas a sua candidatura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Havendo a concordância de todos, declaro eleito, por aclamação, para a Presidência desta Comissão, o Sr. Senador Nelsinho Trad.

Senador Nelsinho, o senhor tem a honra de ocupar a tribuna. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito bom dia a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos aqui os trabalhos, de volta a uma Comissão que, em 2019 e 2020, eu também tive o privilégio, indicado que fui pelo meu partido, o PSD, de presidi-la.

Gostaria de agradecer a presença dos Senadores Hamilton Mourão e Fernando Dueire, e dizer a V. Exas. que essa é uma função que nós vamos exercer com muita responsabilidade, com muito zelo e principalmente dividindo com V. Exas. as pautas, os debates e as conclusões inerentes dos problemas que nós estamos enfrentando, não só no nosso país como também no mundo afora.

Eu não poderia deixar, Senador Mourão e Senador Fernando, de fazer alguns agradecimentos neste momento. A gratidão revela a alma do ser humano, é a maior e a mãe de todas as virtudes, e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procuro sempre exercer essa característica da minha personalidade lembrando daqueles que marcaram a nossa trajetória e que nos fizeram ser credenciado a ocupar novamente esse posto.

Eu não poderia deixar de mencionar o Presidente Davi Alcolumbre, que, num primeiro momento, sem a devida experiência na condução da Presidência do Senado, me designou a essa honrosa função e que novamente, após a efetivação do seu nome como Presidente, chegou para mim e falou assim: "Nelsinho, você vai ser a pessoa certa para o lugar certo, no momento certo" – eu nunca mais vou esquecer isso. Aumenta a responsabilidade da gente quando a gente vê uma pessoa que foi eleita com mais de 70 votos, num Colegiado de 81, colocar da forma como foi colocada.

Eu também não poderia deixar de mencionar os Ministros das Relações Exteriores com os quais eu tive o prazer de compartilhar os problemas desta Comissão – e sem misturar, porque na diplomacia isto não deve ser misturado, as questões ideológicas que muitas das vezes persistem em temas no nosso país. Eu não poderia deixar de mencionar os Chanceleres Ernesto Araújo, Carlos França e Mauro Vieira, três pessoas por quem nutro o maior respeito, em função de todas as tratativas que tive para com eles terem tido êxito na conclusão dos seus respectivos resultados.

Embaixador Bruno – que foi designado pelo Itamaraty para essa honrosa função, substituindo também um que foi marcante nessa nossa trajetória, o Embaixador Marcos Arbizu, que está em Nova Zelândia –, leve também a ele o nosso abraço e transmita ao Chanceler Mauro Vieira essa consideração que agora expus.

Também não poderia deixar de mencionar a grande contribuição – e eu sinto falta de vê-lo aqui – do Embaixador Adalnio Senna Ganem, que hoje ocupa a honrosa função de Cônsul de Nova York, ele que ficou dois anos conosco aqui enfrentando os problemas.

Gostaria de agradecer ao Senador Humberto Costa e saudar sua presença, ativo nesta Comissão, desde 2019 conosco aqui, e da Senadora Tereza Cristina, uma verdadeira referência para nós nas questões não só executivas como também do Legislativo. Para nós é um privilégio ter a sua presença e a sua contribuição, que a gente espera que deva ser decisiva.

Algumas pessoas que passaram por aqui também nos marcaram. Eu não poderia olhar para aquela cadeira ao lado do Senador Mourão e deixar de lembrar do Ministro Antonio Anastasia. Era o primeiro que chegava, o último que saía e com o conteúdo daquele para a gente poder ver quem que mais sabia de cultura humanística entre ele e Esperidião Amin. Então as sessões eram realmente muito ricas no debate e na construção das ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim agradeço à nossa assessoria, que sempre esteve ao nosso lado nas pautas internacionais: a Bruna, a Thaisa, a Sheyla, a Samyra. A gente teve o prazer de conduzir temas importantes não só no Parlasul, onde também ocupo uma função importante, como também no Parlamento Amazônico. Nós estamos diante de vários desafios mundo afora. O tema da questão do mercado global, na nossa avaliação, vai ser predominante em debates, em discussões, em audiências nesta Comissão e nós temos que preparar para poder dar a melhor resposta possível, resguardando os interesses da nossa nação.

No mais, mais uma vez agradecer a presença de todos – Senador Flávio Arns, que ora chega – e dizer a V. Exas. que ninguém faz nada sozinho. Esse é um princípio que eu tenho na minha vida. Aqui é uma engrenagem que tem que funcionar, cada um com o seu mister, com o seu conhecimento, com a sua contribuição, porque somente assim nós vamos conseguir chegar a um resultado positivo.

Termino da forma como comecei, agradecendo a Deus esta oportunidade e à minha família, que sempre foi suporte para os momentos difíceis. Espero que possam compreender a minha ausência neste momento em que esta Comissão vai precisar muito de mim.

Aos assessores desta Comissão, muitos que eu já conheço, o meu agradecimento também por tudo que já fizeram durante esse período todo e aos ex-Presidentes que também já sentaram exatamente onde hoje eu sento. Eu me recordo do Presidente Collor, foi difícil substituir o Presidente Collor, era uma referência aqui na Comissão de Relações Exteriores, principalmente com a interlocução internacional; do ex-Senador, hoje Vice-Governador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo; da Senadora Kátia; da Senadora Margareth Buzetti, do Senadora Esperidião Amin e, por último, do Senador Renan Calheiros.

Que venham as demandas, nós estamos prontos para poder enfrentá-las. Problemas existem para serem enfrentados e serem resolvidos. Vamos juntos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Consulto se algum Senador quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Parabéns, meu querido amigo, conterrâneo e preparado Senador para esta Comissão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que eu acho que nesta Comissão, Senador Nelsinho, nós teremos neste ano muito trabalho, um debate aqui muito importante, porque nós estamos vendo uma mudança muito rápida no cenário internacional – principalmente vamos falar de comércio – tanto na política e também na geopolítica, mas também no comércio, e o Brasil tem que estar discutindo e inserido nessa pauta, neste debate tão importante para os rumos que o mundo está tomando nesse novo formato da geopolítica em que assistimos muito rapidamente às mudanças globais que acontecem. Então, parabéns! Conte comigo. E eu tenho certeza de que nós faremos um bom trabalho pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Obrigado pelas colocações, Senadora Tereza.

V. Exa. está relatando um projeto muito importante nesse contexto, a questão da reciprocidade, e eu imagino que V. Exa. já deve ter feito uns cinco relatórios. Cada vez que tem uma declaração dali ou daqui, ela tem que mudar para proteger os interesses nacionais, mas, com certeza, com toda a bagagem que V. Exa. tem e principalmente com seu senso de responsabilidade, haverá de chegar ao melhor relatório possível.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Senador Nelsinho Trad, também quero parabenizá-lo pelo cargo de Presidente desta Comissão, que é, sem dúvida, uma das mais importantes do Senado Federal, particularmente no contexto atual, e reforçar o que a Senadora Tereza Cristina já colocou em termos da rapidez com que novos cenários vêm sendo discutidos e montados no mundo. Mas para o enfrentamento disso, como V. Exa. colocou, o diálogo, o entendimento, o debate, o chamamento de muitas pessoas para a construção coletiva de respostas adequadas que interessem para o Brasil é essencial. E V. Exa. tem esse perfil, o que é importante; o perfil da negociação, da escuta, do diálogo, da busca de convergências.

Então, parabéns pelo trabalho" E todos nós estaremos sempre à disposição para colaborar com esses objetivos. Parabéns, Nelsinho Trad!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Flávio, a V. Exa., que tem como marca na sua personalidade o caráter humano extremamente ético e sensato, muito obrigado pelas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Tereza Cristina, em primeiro lugar, me associo às palavras da Senadora Tereza Cristina e do Senador Flávio Arns, parabenizando-o. É uma honra muito grande um Senador de sua qualidade, com os seus valores, com seus predicados estar à frente de uma Comissão relevante no momento em que o mundo está conflagrado.

É preciso reunir consensos e, ao mesmo tempo, ter coragem. E essas virtudes, Senador Nelsinho, o senhor tem. Nós estaremos aqui prontos para colaborar com V. Exa. Mais uma vez, digo e repito: é uma honra muito grande estar aqui nesta Comissão, sendo ela presidida por V. Exa. Pode contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado, nobre colega Senador Fernando Dueire.

Com a palavra o Vice-Presidente do Senado, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, eu queria me somar às manifestações que aqui foram feitas em relação ao papel que V. Exa., com toda certeza, irá exercer nesta Comissão. Eu acho que o PSD não poderia ter feito uma escolha melhor, não somente pelas qualidades pessoais que V. Exa. tem, pelas qualidades políticas, mas especialmente porque é uma pessoa adequada ao momento que nós estamos vivendo.

Em outros períodos, a Comissão de Relações Exteriores, sem entrar no mérito, terminou se transformando num espaço de disputa político-ideológica, com repercussões, inclusive, na relação do Brasil com outros países. Uma pessoa equilibrada, moderada como V. Exa. vem no sentido de que, de forma alguma, nós venhamos a ser simplesmente caudatários da política de Governo, da política de estado do Itamaraty. Obviamente que não. E não podemos também ser um espaço de incêndios com outros países por uma condução político-ideológica que eu acho que não nos ajuda como um país que tem, historicamente, uma política de relações internacionais que é um exemplo, além dos próprios desafios que temos hoje, como disse a Senadora, que nós entendemos que precisam ter, aqui no Parlamento, uma voz, um posicionamento predominantemente de equilíbrio.

Então, conte com o nosso voto e com a nossa ajuda para um bom trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Senador Hamilton Mourão. (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Meu caro Senador Nelsinho Trad, Senador Mecias de Jesus, que compõe a mesa, colegas Senadores e Senadoras, V. Exa. assume hoje esta importante Comissão do Parlamento aqui no Senado, Câmara Alta do país, com todas as qualidades que tem, com equilíbrio, com experiência.

Vivendo o mundo hoje uma quadra muito difícil da história da humanidade, precisa ter, na verdade, um grande equilíbrio para que nós possamos refletir, no Governo, acerca de quais são as linhas de conduta que o Parlamento deve ter em relação a essas grandes questões internacionais inicialmente, porque vivemos hoje num mundo absolutamente complexo, com os Estados Unidos, com o novo Presidente Trump, com uma política ainda indefinida.

Obviamente que, há menos de dois meses, assume o comando da maior nação do planeta e, mais, os conflitos bélicos internacionais por interesse – na verdade, o ser humano destrói a si mesmo. É sempre necessário que tenha realmente a mão visível da diplomacia.

Como já foi dito aqui anteriormente, a composição desta Comissão hoje é muito importante, porque é de Senadores e Senadoras que têm experiência e que podem, na verdade, bem contribuir sob a coordenação de V. Exa.

É necessário que nós olhemos, obviamente, para dentro do nosso país, para os interesses nacionais, que são importantíssimos no cenário das grandes nações em que nós vivemos hoje. Sabemos de pressões gigantescas que nós temos, inclusive na economia em que vivemos. Nós temos que conviver com este mundo globalizado, mas sempre de uma forma altruísta, sabendo do nosso tamanho, sabendo da nossa potencialidade, não querendo medir forças com países gigantescos no cenário das grandes nações, como, por exemplo... Tem números que as pessoas às vezes não percebem, não sabem. Por exemplo, quando você analisa o PIB dos Estados Unidos, que chega a aproximadamente US$70 trilhões... O PIB dos Estados Unidos chega a US$70 trilhões; vem em seguida a China, com aproximadamente US$55 trilhões; e nós, humildemente, chegamos talvez aos US$4 trilhões. Então, é uma diferença abismal. No entanto, a importância da economia brasileira, obviamente, vai na transversalidade das negociações, dos acordos, dos acertos, etc., com números que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são importantes para o Brasil nas grandes negociações. Nós somos o maior produtor de proteína do planeta, por exemplo, que é o que alimenta o ser humano – quase um bilhão de pessoas dependem da nossa produção. Então, todas essas articulações partem exatamente de um instrumento poderosíssimo, que é a diplomacia.

Esta Comissão de Relações Exteriores tem esse condão de oferecer agora, repito, sob o comando de V. Exa., uma grande contribuição para o Brasil neste momento tão difícil da história da humanidade em que nós nos encontramos.

Portanto, parabéns a V. Exa. Tenho certeza de que, ocupando esse cargo, poderá trazer para si toda essa coordenação, mas, mais do que isso, dar uma contribuição, com todos os colegas Senadores e Senadoras, para o atual Governo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as manifestações do Senador Chico Rodrigues.

De pronto, passo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Nelsinho, Srs. Senadores, Senadoras, quero dizer da minha alegria de vê-lo voltar ao comando desta importante Comissão do Senado Federal, importante para o Congresso Nacional e importante para os brasileiros, para todas as tratativas internacionais que são feitas a partir desta Comissão.

V. Exa., Senador Nelsinho, tem o preparo, a capacidade e o equilíbrio necessário para o comando desta Comissão. V. Exa. é um líder e, como líder, representando tão bem o seu estado aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal, certamente fará, mais uma vez, um grande trabalho em prol do Brasil e dos brasileiros. Parabéns a V. Exa., ao Senado Federal e a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a manifestação de todos os colegas Senadores.

Compreendemos que hoje temos que estar em vários lugares ao mesmo tempo, sendo assim, e relembrando que as nossas sessões habitualmente ocorrem às quintas-feiras, 10h da manhã, um horário que muitas vezes é difícil a gente organizar um quórum, nós vamos sempre avisá-los

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previamente – vamos já formar um grupo com a presença de todos – para que V. Exas. possam nos ajudar a estabelecer o melhor debate possível aqui dentro.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrada, cumprida a finalidade, a presente sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 01ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Sergio Moro, Efraim Filho, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Leila Barros, Mecias de Jesus e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Alessandro Vieira, Paulo Paim e Eduardo Girão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho e Luis Carlos Heinze. Presente ainda o Senador Davi Alcolumbre. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de presidente e vice-presidente para o biênio 2025-2026. **Resultado:** O Senador Marcos Rogério (PL/RO) é eleito Presidente da Comissão para o biênio 2025-2026. Fazem uso das palavras os Senadores Espiridião Amin, Marcos Rogério, Eduardo Braga, Laércio Oliveira, Weverton, Mecias de Jesus, Leila Barros, Sérgio Moro, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Davi Alcolumbre, Otto Alencar, Cid Gomes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente da Comissão para o biênio 2025-2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido o Senador Marcos Rogério para prestigiar a mesa.

Foi registrada, até o momento, a seguinte chapa para o Presidente: Senador Marcos Rogério, nosso querido amigo do PL de Rondônia.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de elegermos os indicados por aclamação, tendo em vista que não há outras indicações. (*Pausa.*)

As Sras. e Srs. Senadores...

Agora, com o Plenário enriquecido pela presença, que eu convoco para vir à mesa, do nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo...

Aprovada a eleição por aclamação.

As Sras. e os Srs. Senadores favoráveis à chapa apresentada permaneçam como se encontram.

Mandrake, Mandrake! Não podem se mexer. (*Pausa.*)

Proclamo eleito, por aclamação, para o biênio 2025-2026, o Senador Marcos Rogério para Presidente.

Convido o Senador Marcos Rogério para assomar à sua cadeira, fazendo votos de sucesso, mais uma vez, na sua jornada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não houve estragos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não houve estragos! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sem danos, sem danos!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bom dia a todos.

Eu quero iniciar esta fala fazendo um registro de agradecimento: agradecendo a meus colegas Senadores e Senadoras que confiaram o seu voto à condução deste Senador pelo Estado de Rondônia para presidir esta Comissão de Serviços de Infraestrutura; agradecer ao meu partido, PL, a quem coube a presidência de duas Comissões do Senado Federal nas tratativas que foram feitas com o Presidente Davi: a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Segurança Pública, então, eu agradeço a confiança dos meus pares, Senadores do PL, mas, de modo muito especial, quero deixar um registro de agradecimento aos Senadores que confirmam essa indicação, que é um processo de eleição, e me colocar à disposição como Presidente.

Eu tive a honra de presidir a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal quando eu cheguei ao Senado, Senador Veneziano, nos primeiros dois anos; no primeiro ano, numa dinâmica de trabalho, Senador Laércio, bastante intensa, e, depois, a gente já começou, naquele período, com a pandemia e com as dificuldades inerentes.

A pandemia acabou impactando também os trabalhos desta Comissão, mas conseguimos fazer um trabalho intenso, com o debate de temas relevantes para todos os segmentos da infraestrutura. Nós discutimos aqui, na época, Senador Líder Eduardo Braga, o marco legal das ferrovias, avançamos com essa matéria. Tivemos a oportunidade, naquele momento, de discutir aqui o novo marco legal do setor elétrico, que eu tive a honra de relatar, um projeto amplo, complexo, mas que avançava muito nos mais diversos setores dessa cadeia. E nós conseguimos um feito que era, para mim, bastante marcante. Eu me recordo muito bem, quando nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começamos a discutir esse tema, que os vários atores dos segmentos mais diversos da cadeia do setor elétrico tinham dificuldade para falar entre si: o segmento da geração, com as suas dificuldades de tratar com a transmissão, distribuição, comercialização. Eram universos, porque, quando você vai discutir um tema estruturante como esse, há suas dificuldades, pois quando você vai reformular o modelo, todo mundo tem medo de perder, e o medo de perder faz com que todos acabem perdendo, sobretudo aquele que paga a conta e, muitas vezes, não vem à mesa para discutir, que é o consumidor. E nós conseguimos, com um diálogo franco, um diálogo aberto, honesto com todos eles, compreender as demandas, compreender as dificuldades e, ao final, no esforço colaborativo conjunto dos Senadores, nós conseguimos aprovar nesta Comissão aquele Projeto de Lei 232, que era o novo marco legal do setor elétrico, à unanimidade. Para mim, esse foi um fato extremamente relevante e, ao mesmo tempo, gratificante, porque deu justamente a indicação, o sinal de compreensão do conjunto dos Senadores, das Senadoras e dos integrantes de cada uma das entidades que compõem a representação desses segmentos e que estabeleceram o diálogo aqui. Então, para mim, foi um momento muito especial aquele avanço.

É com essa mesma disposição, com esse mesmo entendimento, com essa mesma compreensão que eu volto à condição de Presidente desta Comissão para tocar essa agenda que é uma agenda tão importante.

E faço aqui um apelo muito especial aos meus colegas Senadores que compõem as bancadas da Comissão de Infraestrutura: que todos nós façamos aqui um esforço colaborativo no sentido de dar ao setor, nas suas mais diversas áreas, justamente o ambiente mais favorável para ajudar o Brasil, ajudar o brasileiro no campo da infraestrutura.

Minha gratidão sincera a cada um dos Líderes, que foram absolutamente importantes na configuração de todo esse entendimento que foi feito e com que no dia de hoje são consagradas as indicações por aclamação, ou seja, é um ambiente realmente de convergência, bem construído, com respeito a cada um dos partidos que compõem esta Casa. Eu agradeço imensamente a compreensão de todos, a atenção de todos, o respeito de todos e me coloco à disposição para servir na condição de Presidente, para ser um soldado do país nesse tema.

Senador Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela eleição e dizer que nós do MDB estamos muito satisfeitos com a composição que foi feita, porque V. Exa. tem uma experiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, que já presidi esta Comissão, na condição de ex-Ministro de Minas e Energia, digo a V. Exa. que, em que pesem os grandes desafios que ainda temos na infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária do Brasil, um dos grandes desafios que o Brasil terá – e creio que terá que enfrentá-lo este ano – é exatamente uma revisão estrutural no setor elétrico. A conta de subsídio não aguenta mais, ela explodiu, ela não fecha. A conta do consumidor brasileiro, que é quem subsidia a conta de vários programas que estão dentro da tarifa de energia elétrica, não é mais suportável. Há algumas distorções gravíssimas nesse setor. E nós temos esperanças de que, sob a Presidência de V. Exa. nesta Comissão, neste ano, nós possamos enfrentar esse tema, porque é um tema que, sem dúvida, todo o setor produtivo brasileiro e todo cidadão brasileiro hoje se perguntam por que, num país que tem uma base de energia que é hidráulica, que é eólica, que é solar, a conta de energia é a conta mais cara do mundo, seja na vertente residencial, domiciliar, seja na vertente comercial, seja na vertente industrial.

A energia é insumo básico do setor produtivo brasileiro, além de impactar de forma instantânea a renda do nosso povo, principalmente daqueles mais humildes. Tanto é que na reforma tributária nós tivemos a sensibilidade de colocar de forma inovadora o *cashback* para a conta de energia elétrica. Eu creio que esse será um dos grandes debates que nós teremos nesta Comissão.

Eu quero aqui cumprimentar V. Exa., que tem já uma experiência do marco do setor de energia elétrica, sem dúvida nenhuma, um tema desafiador, que mostra a capacidade de articulação, de diálogo e de construção que V. Exa. tem no Parlamento. Todos nós estamos muito animados e esperançosos. Portanto, quero cumprimentá-lo, desejar sucesso e que, nessa quadra desafiadora, nós tenhamos aqui, na CI, avanços importantes para o povo brasileiro. Cumprimento V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador, Líder Eduardo Braga. Com a sua experiência de ex-Ministro, ex-Presidente desta Comissão também, eu tenho certeza de que vai contribuir muito com os trabalhos desta Comissão nesse desafio de modernização, que continua absolutamente atual. Todos os avanços que foram feitos não foram, obviamente, o bastante para dar a resposta de que o Brasil precisa do ponto de vista daquele que paga a conta. Eu uso muito essa frase aqui – para quem me ouviu lá atrás, quando eu era Presidente, eu falava muito isso. A gente discute muitos temas do setor elétrico. Obviamente que a Comissão de Serviços de Infraestrutura trata de aviação, trata de navegação, trata de muitos temas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – De rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... de rodovias, de ferrovias, de tudo, mas o tema talvez mais sensível para o consumidor brasileiro é o da energia elétrica. Esse é um tema que continua muito presente, e a conta de luz está cada vez mais cara. Eu acho que a gente precisa discutir isso com todas as variáveis de composição de custos, de subsídios. E uma variável que aí, com o reflexo da reforma tributária que foi feita, a gente vai ter que medir é como isso vai acontecer na prática, porque um dos vilões da conta de luz continua sendo também a questão tributária. Na composição de custo que chega para o consumidor final, o fator tributário é um fator realmente preocupante.

Então, V. Exa. tem razão. Nós estaremos juntos nesse bom debate.

Senador Laércio Oliveira, ouço V. Exa. com muito prazer.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Bom dia a todos que aqui estão presentes, meus colegas Senadoras e Senadores.

Quero cumprimentar o novo Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Marcos Rogério, e dizer da importância desta Comissão.

V. Exa. tem exatamente a dimensão dos temas que serão tratados, discutidos aqui, que alcançam a sociedade, seja de uma forma direta ou indireta. Certamente, como já foi dito aqui pelo Senador Eduardo Braga, os temas são os mais variados possíveis, e V. Exa. complementou muito bem a fala do Senador Eduardo. A gente precisa ter em mente que alcance a gente quer dar ao país. Esta Comissão, aqui dentro do Senado Federal, eu reconheço como uma das mais importantes, Senador Marcos Rogério. Então, quero trazer o meu apoio incondicional às pautas que serão discutidas aqui. Certamente nós teremos temas importantes, de um largo debate, mas o final de tudo isso, pela habilidade que V. Exa. tem, vai conduzir a um projeto que terá, sim, uma dimensão de grandeza, de qualidade e de alcance que certamente a sociedade espera e deseja de cada um de nós.

Portanto, quero dizer que nós estamos prontos para o trabalho e quero deixar aqui um agradecimento muito especial ao Presidente que antecedeu o senhor, o Senador Confúcio Moura, que conduziu esta Comissão muito bem, fez um excelente trabalho, tivemos participações importantes aqui, e quero celebrar este novo momento trazendo a experiência que o Senador Confúcio Moura emprestou a esta Comissão. Esse destaque precisa ser oferecido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com muita alegria, com muita satisfação, passei aqui para vê-lo ser eleito Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Meus parabéns! Meus cumprimentos. E vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Laércio, agradeço a V. Exa. pelas palavras generosas, mas sobretudo pela capacidade de ser um grande Senador, um estudioso também desse tema. Já relatou matérias extremamente importantes para o setor, e tenho certeza de que a contribuição de V. Exa., aqui no âmbito da Comissão de Infraestrutura, vai colaborar muito com as pautas que nós teremos pela frente.

Repito: é um setor desafiador – Senador Weverton Rocha, muito bem-vindo! – e num momento desafiador. A fala do Senador, do Líder Eduardo, sintetiza esse sentimento.

Agora, não é uma tarefa simples, não é uma tarefa fácil você oferecer uma resposta que estabeleça resultados que, lá na ponta, satisfaçam o interesse do consumidor, porque o interesse do consumidor, primeiro, é ter energia de qualidade, mas o interesse secundário é o do quanto ele paga na conta. Esse é um desafio que incumbe a todos nós, uma missão realmente desafiadora, mas eu tenho certeza de que não faltarão esforços por parte de cada um dos Senadores, aqui, no âmbito desta Comissão, de sorte que agradeço a V. Exa.

Senador Weverton, muito bem-vindo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já falou, e V. Exa. é o próximo, caso queira, a fazer uso da palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Claro. Fiz questão de, presencialmente, vir cumprimentá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito honrado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... dar os parabéns.

Fiquei muito feliz ao saber que o nome indicado para presidir esta importante Comissão seria o de V. Exa., que já conheço desde a Câmara dos Deputados. Sei do seu potencial de construção, de diálogo, de bom senso. Claro que passo a ser até suspeito em fazer referências a V. Exa. pela amizade que tenho e consideração. Então, quero lhe dizer que aqui pode contar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conosco. Como soldado desta Comissão, estaremos juntos, tenho certeza, nesse bom trabalho que a Comissão de Infraestrutura sempre fez e vai ter aí, com os bons desafios, bons temas e debates que nós teremos este ano.

Então, Senador Marcos Rogério, parabéns. Tenho certeza de que o estado de V. Exa., Rondônia, está bastante feliz. E todos nós aqui somos testemunhas de que não é só para o Estado de Rondônia, mas para o Brasil. V. Exa. tem sido de uma utilidade muito grande e tem tido um papel fundamental. Mesmo que, ideologicamente, em vários pontos, possamos vir a discordar, mas tem um ponto que nos une muito, que é a responsabilidade e o compromisso com o Brasil. Isso faz com que esta Comissão e todos nós possamos continuar construindo e fazendo com que o Senado Federal, a política como um todo seja totalmente construída com o verdadeiro P maiúsculo. Então, nós temos aqui esse desafio.

Eu fiquei muito satisfeito ontem, na reunião do Colégio de Líderes, com a já prestação de contas do Presidente Davi Alcolumbre dos primeiros dez dias úteis já da sua administração aqui como Presidente. E um consenso entre todos – Líderes da oposição e da situação – é de que nós temos hoje um Presidente muito mais maduro e muito mais focado, sabendo de verdade os desafios que ele tem nesta Casa. E, sem dúvida nenhuma, com a experiência que ele teve ao presidir a Casa há três anos e agora retornando a ela, passando pela CCJ e vivendo esses momentos dos bastidores dos últimos dois anos, nós temos certeza de que ele veio muito mais maduro a esta Presidência, muito focado, com vontade de ajudar o Brasil, de acertar. E, para que isso aconteça, obviamente, a Casa tem que funcionar como um todo, plenamente: as Comissões, as pautas, os Líderes.

E quero pedir, fazer este apelo para que a gente possa ajudar de verdade o Brasil. E eu sei que você vai fazer isso aqui nesta Comissão de forma muito responsável.

Então, mais uma vez, parabéns, Presidente Marcos Rogério. Não sei se o Presidente Davi já passou aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Está vindo. Ele disse que faria questão de vir para lhe dar esse abraço, dar abraço a esta Comissão. E tenho certeza de que, nesse novo ritmo, Líder Mecias, nós vamos continuar dando as respostas e continuar trabalhando a favor aqui do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Senador Weverton Rocha, eu agradeço a V. Exa. e agradeço a menção que faz. O sentimento é recíproco. Quando eu cheguei à Câmara dos Deputados, como Deputado, eu e o Senador Weverton chegamos juntos à Câmara dos Deputados e tivemos uma convivência muito boa. E, quando eu me candidatei ao Senado Federal, ele também, e acabou vindo um conjunto de Deputados na época que...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Senador Mecias, ele era da bancada dos "coxinha" e eu era dos "mortadela". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Até hoje. Até hoje tem essa... Mas o Senador Weverton é um Senador com capacidade. Embora tenhamos posições realmente ideológicas distintas em muitos momentos, é um Senador de diálogo, de entendimento e que, em outros tempos, ajudou na construção de soluções políticas importantes para o país, e hoje da mesma forma. Então parabenizo V. Exa., e sua presença nesta Comissão certamente vai enriquecer o debate e nos ajudar muito na condução dos trabalhos aqui. Agradeço de coração a presença de V. Exa.

Presidente Davi. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Pela ordem.) – Dr. Mecias e Líder Weverton, que saudade de V. Exas.! Bom dia! (*Risos.*)

Meu Brigadeiro querido!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olhe lá! Todo mundo aí...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Nós fizemos aqui já os cumprimentos ao Presidente Marcos Rogério e já falamos aqui da... Fiz aqui o testemunho da prestação de conta dos últimos dez dias úteis da Presidência de V. Exa. e o papel fundamental que ele, junto com as Comissões desta Casa, terá para a boa condução do trabalho.

E também – não tinha falado ainda, porque a reunião ontem demorou, mas produtiva – o quanto que o Presidente Davi voltou à Presidência da Casa muito mais maduro, firme e sereno, e, o melhor de tudo, com a Casa unida, não é? Não estamos tratando de oposição e de situação, e sim do Senado Federal, e esse papel e a condução que você teve ontem naquela reunião, assim como a com os ministros do Governo para tratar das pautas econômicas, junto com todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Senadores, inclusive os Líderes da oposição, ela foi fundamental e nós estamos bastante animados.

E, aqui, o Presidente Marcos Rogério vai fazer um grande trabalho com a experiência, com a juventude e a altivez que ele tem. Não podemos mais – estamos todos proibidos – falar "protagonismo"; então, com a "dianteira" que V. Exa. vai conduzir esse trabalho – e depois eu lhe explico o porquê. (*Risos.*)

A gente vai conduzir esse trabalho, eu tenho certeza de que ele vai fazer um excelente trabalho à frente desta Comissão, Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Líder Weverton.

Eu acho que o protagonista deste momento deve ser o Brasil – o Brasil deve ser protagonista neste momento. Eu acho que, se nós trabalhamos para servir ao Brasil, a gente dá protagonismo ao Brasil, que neste momento sofre com os desafios que tem, e são desafios que incumbem a todos nós. E aí, quando eu digo "todos nós", é cada um com a sua responsabilidade e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal, o Parlamento, o Executivo e o Judiciário. Se cada um atuar dentro dos limites estabelecidos pela norma constitucional, cumprindo a sua missão, o Brasil vai ser um país cada vez melhor. E aí, sim, o Brasil será protagonista. O protagonismo que se verifica muitas vezes aqui ou acolá é um protagonismo que acaba se distanciando do ideal da Constituição, porque a Constituição estabeleceu três Poderes independentes e harmônicos entre si. Por isso, o protagonismo deve ser daquele que é o detentor do Poder, e o Poder emana do povo.

Quero cumprimentar aqui o ex-Vice-Governador de Rondônia, Dr. Miguel de Souza, e, em sua pessoa, quero deixar uma saudação ao ex-Presidente desta Comissão, o Senador Confúcio Moura, que presidiu esta Comissão nos últimos dois anos, discutindo temas importantes para o país, e deixou também aqui a sua marca, o seu legado como Presidente desta importante Comissão.

Transmita a minha saudação e reconhecimento a ele.

Eu quero passar a palavra ao Líder Mecias e, na sequência, dada a honra de receber aqui o Presidente da Casa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só me permita que eu lhe dê um abraço, porque eu estou indo nas Comissões...

(*Interrupção do som.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... aclamação mesmo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder, um beijo e obrigado pelas palavras!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente! Obrigado ao Presidente Davi.

E, apenas, Presidente Davi, que está saindo, quero aqui reiterar – creio que o Mecias também – a fala que o Senador Líder Weverton fez aqui em relação à condução de V. Exa. – e não apenas no dia de ontem. Eu acho que o dia de ontem foi, assim, a parte visível e prática daquilo que já vinha sendo tratado há muito tempo. V. Exa. ontem, num gesto, numa atitude de grandeza, de liderança, de maturidade, conseguiu, numa mesa composta por ideias diferentes, pensamentos diferentes, unificar a Casa em torno daquilo que é importante para o Senado Federal e para o Brasil. Então, parabéns a V. Exa. pela condução. V. Exa. começa os trabalhos desta Casa realmente trazendo um novo ambiente. Eu acho que esse novo ambiente é um ambiente muito saudável ao papel que tem o Legislativo brasileiro. E, sobretudo, acredito que aquilo que a gente viu ontem acontecendo ali, que foi uma convergência de ideias e de opiniões tanto de quem está num espectro da política quanto de quem está de outro, vai repercutir para um ambiente favorável para o Brasil como um todo. Eu acho que não existe ganhador num cenário em que as disputas ficam maiores do que os interesses daqueles que estão lá na ponta, sofrendo, pagando uma conta cara, às vezes não tendo até o que comer dentro de casa. Eu acho que é o papel de todos nós, independentemente de oposição ou base, não só pensarmos, mas defendermos o Brasil que realmente queremos. Agora, para o Parlamento cumprir a sua missão, primeiro ele precisa estar organizado e unido naquilo que é essencial. E a V. Exa. está conduzindo o Parlamento nessa direção. E ontem foi a prova cabal disto: praticamente... alguns temas até espinhosos, mas unanimidade naquele ambiente.

Parabéns a V. Exa. pela condução e conte conosco nessa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Mecias de Jesus, V. Exa. tem a palavra. É muita alegria tê-lo conosco aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Marcos Rogério, colegas Senadores, eu gostaria de fazer das palavras do Senador Weverton com relação à reunião de ontem presidida pelo Presidente Davi as minhas. Foi uma grande demonstração que ele nos deu ali e faz isso a cada momento em que ele se posiciona. Não só ele é preparado para isso, mas ele busca o consenso, ele busca a união de todos. E, principalmente, o Presidente Davi tem o apoio da maioria absoluta dos Senadores da República; e o Senado, com o Presidente Davi, fica muito mais forte.

E esta Comissão, sob a sua Presidência, terá, sem dúvida nenhuma, um homem aguerrido, preparado, equilibrado e determinado a fazer o máximo que pode pelo Brasil. Tenho muito orgulho da sua amizade, tenho muito orgulho da sua forma de defender o seu estado, de defender a Amazônia, de defender o Brasil. Portanto, eu não poderia estar distante neste momento em que V. Exa. assume uma Comissão importante para o desenvolvimento regional do nosso país.

Presidente Marcos Rogério, parabéns! Estou aqui, sou seu comandado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Mecias. Eu agradeço a sua presença aqui, o prestígio; mais do que isso, a sua amizade. A gente que representa estados que são menores, mas com a mesma importância de cada estado desta Federação, tem desafios maiores. Então, parabéns a V. Exa. pelo trabalho reconhecido por todos nós, por sua experiência, por sua visão de Brasil, de Norte do Brasil, de uma região tão desafiadora. Vai ser importante para a gente fazer o encaminhamento das matérias mais importantes desta Comissão.

Muito obrigado, conte comigo nesta Presidência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Leila, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Não, Senador, se eu sou a próxima a tomar posse, que é pela Comissão de Esporte... Mas, sou suplente, estou suplente na Comissão de Infraestrutura.

A reunião de ontem, de Líderes, foi uma importante reunião para sentirmos o termômetro da Casa, sob a condução do nosso Presidente Davi Alcolumbre. Sentiu-se uma forte tendência da Casa de pacificação, de diálogo. Claro, nós temos inúmeras divergências ideológicas, de pontos de vista, mas, nós queremos avançar, todos querem muito avançar.

Então, de coração, quero desejar a você... A Comissão de Infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento do nosso país, então é uma grande missão, é uma grande missão que você tem pela frente, Marcos, e tenho certeza de que está preparadíssimo e que fará um belíssimo trabalho, junto com todos os membros daqui desta Comissão, para dar o melhor, não só para os nossos estados, mas para o nosso país.

Então, desejo a você um profícuo trabalho nesse próximo biênio. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadora Leila Barros. Desejo também sucesso a você à frente da Comissão. Vamos contar também com a sua experiência aqui. Aqui, Senador titular, Senador suplente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Há seis anos estamos nós todos aqui. (*Fora do microfone.*) Nós já estamos aqui há seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É verdade! Verdade!

Então, conte conosco aqui também e, da mesma forma, vou procurar ter uma atuação lá na Comissão que V. Exa. vai presidir.

Senador Sergio Moro, ouço V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito brevemente, apenas para cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela eleição como Presidente desta Comissão. Eu também estou como titular nesta Comissão, não é de hoje que nós ouvimos que o grande problema do Brasil é a infraestrutura, a falta de investimento crônica nessa área, a falta de ter um ambiente econômico regulatório que gere mais segurança jurídica. Quanto a isso, eu não estou falando deste Governo em particular, estou falando que esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema aqui histórico. Acho que esta Comissão tem um papel relevante de poder apresentar projetos que possam contribuir de alguma forma para melhoria nesse setor.

Em particular, lá no meu estado, no Estado do Paraná, nós temos gargalos logísticos, sejam em portos, sejam em estradas ou sejam em outras áreas, que são muito significativos.

Parabenizo-o, a Comissão está em boas mãos. E fico feliz, honrado de poder participar dos trabalhos dela juntamente com V. Exa. e com nossos queridos pares aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Sergio Moro, agradeço a V. Exa. pela presença, pelo prestígio e por estar também membro desta Comissão. Tenho certeza de que vai dar grandes contribuições aos trabalhos desta Comissão de Infraestrutura com sua experiência, sua visão, a visão que V. Exa. tem vai nos ajudar muito aqui, vou contar muito com sua colaboração nesse grande desafio.

Indago se há mais algum Senador que queira... Senador Wellington, V. Exa. está chegando e nós já estamos na parte final, mas eu não vou cometer a indelicadeza de encerrar sem abrir a palavra aqui a todos os colegas que vieram.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Nobre companheiro Marcos Rogério, eu trago aqui a felicitação em nome do nosso partido, como Líder do Bloco Vanguarda também.

O Senador Izalci acaba de chegar, a Senadora Leila, o meu xará ali está também, o Weverton. Como ele é muito famoso, o pessoal acha que quando fala Weverton está falando Wellington, então eu pego a fama.

Eu quero aqui, Presidente, primeiro, também na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, um trabalho que a gente tem junto com o IBL (Instituto Brasil Logística), junto com a CNT (Confederação Nacional do Transporte)... E todos sabem aqui da importância que representa a Confederação Nacional do Transporte no estudo, principalmente, da logística e das rodovias brasileiras. Eles fazem um levantamento há mais de 20 anos que tem contribuído muito com o Brasil.

E, claro, neste momento aqui da sua posse, dos desafios que é enfrentar a situação que estamos vivendo hoje nas nossas estradas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem mesmo eu entreguei um pedido de medida provisória para o Ministro Renan Filho e também para a Casa Civil, porque hoje nós estamos tendo um problema seriíssimo na questão das pontes e dos viadutos brasileiros. São mais de 700 em condições precárias e ruins. O que aconteceu em Estreito e lá no Tocantins pode acontecer em qualquer estrada brasileira e praticamente isolar uma estrada. Esse estudo já está todo pronto, levantado pelos técnicos, e eu gostaria inclusive, na próxima sessão... Eu vou encaminhar à Comissão, porque seria talvez importante um trabalho nosso conjunto, porque é no Brasil inteiro, Senador Izalci, em todo o Brasil. Infelizmente no Brasil, quanto à manutenção das estradas, a maioria não inclui as pontes. E aí não tem manutenção das pontes, portanto ela vai se desgastando, o amortecedor que tem entre a laje e o pilar não é trocado e aquilo vai se desgastando muito.

Bom, esses e outros assuntos, claro, nós teremos muito que trabalhar neste ano aqui, principalmente porque nós aumentamos a produção no Brasil, a produtividade, principalmente da produção agropecuária, minérios também, e ainda temos um transporte calcado muito fortemente nas nossas rodovias. Mas felizmente também, sob a sua liderança aqui, de outros Parlamentares desta Comissão, aprovamos o novo marco regulatório, que foi muito importante também, estamos melhorando esse investimento na infraestrutura.

Inclusive, eu quero aqui também, Presidente, me colocar como seu parceiro não só de partido, mas principalmente desta Comissão, para que a gente possa então marcar com o Ministro Renan Filho, porque o papel nosso é ajudar. Então queremos ajudar para que a gente melhore esse perfil hoje da questão da nossa logística, porque o custo Brasil, infelizmente, hoje é muito alto ainda.

Desejo a V. Exa. muito sucesso. Competência não lhe falta, juventude, força e tudo mais para estar aqui à frente desses desafios. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Wellington Fagundes, Senador, meu colega de partido, do Partido Liberal. Com a sua experiência à frente dessa frente parlamentar, que é tão importante para a logística brasileira, tenho certeza de que V. Exa. vai contribuir muito com este tema, e já demonstra isso com a fala que traz aqui. A gente tem um desafio grande, entre tantos outros. Neste ano vamos ter um desafio talvez até maior em face da produção que nós estamos com a expectativa de ter no Brasil e do estrangulamento que já dá sinais de que vai acontecer com a nossa frota de transportes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um problema agora que é um problema que, embora seja uma situação de mercado, mas é preciso discutir isso aqui, e esse é um dos campos de atuação da Comissão de Infraestrutura, que é a questão do petróleo. Nós tivemos agora, recentemente, um aumento de em torno de R$0,20 do litro do diesel. No momento em que você está discutindo, debatendo preço de alimentos no Brasil – e discutir o preço do alimento e dizer: "o alimento está caro, tem que baixar". Parece que é muito simples, muito fácil –, quando você começa a fazer a análise das variáveis de composição de custo – do insumo que é utilizado para o cultivo, do mecanismo de produção, do custo para colheita, armazenamento, transporte –, só com esse impacto de R$0,20 no litro do diesel para o setor de transportes dá para se ter uma ideia do impacto que isso tem no preço final dos produtos que vão para a prateleira do supermercado.

Então, assim, o desafio desta Comissão é um desafio que vai muito além do aspecto formal da discussão dos temas legislativos. Discutir o Brasil real é olhar para aquilo que impacta a vida das pessoas, do alimento que chega à mesa das pessoas. O desafio nosso realmente vai ser um desafio grande, e nessa missão eu quero contar com a colaboração de todos os Senadores. O foco aqui, sobretudo, será em quem paga a conta. O foco será no consumidor.

Senador Izalci Lucas, V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia deixar de passar aqui para desejar muito sucesso nessa empreitada. Os desafios são enormes. É muito comum você dizer no Brasil que nós somos muito bons da porteira para dentro, mas, da porteira para fora, a coisa é muito difícil; falta de transporte, falta de infraestrutura. Nós temos aí milhares de obras paralisadas também. Acho que a gente resolve parcialmente isso hoje no projeto que nós vamos votar com relação à questão dos restos a pagar, porque tem muita obra parada por isso. Eu vejo também na educação, muitas creches, muitas UBSs paralisadas no Brasil todo.

Então, o desafio é imenso, mas também o nosso grupo aqui é forte e determinado. No que puder contar comigo, estamos juntos aí. Está bom? Sucesso aí para você.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está bem.

Senador Chico Rodrigues.

Eu agradeço, Senador Izalci Lucas, as suas palavras e tenho certeza de que vai estar aqui ao lado para ajudar a tocar essas pautas, que são importantes para o país. Com a sua experiência de Senador do nosso Distrito Federal, está aqui na Casa, mas conhece os desafios do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, V. Exa., que hoje também é parte do nosso PL, vai estar ao nosso lado aqui para ajudar a tocar essas pautas.

Senador Chico, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Meu caro colega Senador Marcos Rogério e, oxalá, futuro Governador de Rondônia – torcemos! –, V. Exa. à frente desta Comissão na verdade vai ser um divisor de águas também, porque V. Exa. tem uma dedicação enorme em relação às grandes questões nacionais, e a infraestrutura, obviamente, está no âmago de todas as discussões nacionais. Os problemas que existem hoje não são problemas para se criticar, e sim para serem resolvidos.

O Brasil é um país de dimensões continentais, então nós entendemos que toda essa malha, principalmente vamos falar da malha rodoviária, porque a transversalidade institucional dessas ações é muito ampla na área rodoviária, ferroviária, aquaviária, enfim... E tudo está exatamente sob o acompanhamento, comando e controle de V. Exa. ao conduzir esta Comissão nos grandes debates nacionais. E isso é muito importante porque nós vemos que os colegas, Senadores e Senadoras, nos seus estados, têm realmente grandes desafios, como tem o nosso país nessa questão de infraestrutura.

Portanto, tenho certeza de que V. Exa. vai se haver muito bem à frente da Comissão, tenho certeza de que a Comissão irá produzir bastante para sugerir ao Governo determinados avanços, determinadas conquistas. E isso é fundamental, porque nós entendemos que nessa formalidade, nessa institucionalidade dessas políticas públicas, nós poderemos efetiva e definitivamente desenvolver um grande trabalho.

E, lógico, com relação à interação dos estados amazônicos – e aí não fica de fora o meu estado, o Estado de Roraima –, as questões rodoviárias, inclusive de ligações nacionais e internacionais. Nós temos ali, pela localização geopolítica e geoestratégica do estado, estradas importantíssimas, como a ligação do nosso estado à República Cooperativa da Guiana, a Georgetown, que é um grande corredor de exportação. As obras estão em execução. Precisamos, na verdade, da participação efetiva da Comissão de Infraestrutura.

Nós temos, do outro lado, as obras de construção, manutenção e instalação, para acompanhamento e controle, com a República Bolivariana da Venezuela. Portanto, como V. Exa. está percebendo, só o nosso Estado de Roraima, lá no setentrião brasileiro, já tem desafios enormes, se contarmos que o estado tem mil quilômetros de área no sentido longitudinal, de estradas, através de linhas rodoviárias, ligando Manaus à fronteira com a Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, são muitas questões que vão ser discutidas. E tenho certeza de que, pelo seu equilíbrio, pelo seu preparo e, acima de tudo, pelo seu compromisso com o Brasil, nós haveremos de realmente ver um grande desempenho aqui na CI.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, que é diligente. Eu digo, assim, que a tropa é a imagem do chefe. E o Presidente Davi Alcolumbre está fazendo questão de, pessoalmente, ir a todas as Comissões acompanhar a instalação, para que ele possa, sob o seu comando, ter o controle, exatamente, dessas Comissões que representam o conjunto do que produz, na verdade, o Senado da República.

Portanto, parabéns ao Presidente Davi pela sua diligência, acima de tudo, pelo seu compromisso com esta causa que todos nós abraçamos, que foi exatamente a sua Presidência, por em V. Exa. confiarmos. Então, parabéns aí pelo novo cargo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues. Esta Comissão vai contar muito também com a experiência e com a colaboração de V. Exa. junto aos nossos trabalhos. Parabéns pelo trabalho de V. Exa.

Eu estou duplamente honrado, não é? Eu não sei se teve outra Comissão, viu, Otto? Eu não sei se teve outra Comissão a que o Presidente Davi foi duas vezes hoje. (*Risos.*)

Eu estou duplamente honrado, embora...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A segunda vez é pela Leila, não é por V. Exa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu sabia que tinha um motivo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele já foi duas vezes Presidente da CI?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele veio duas vezes aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele já veio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas V. Exa.... Eu quero primeiro cumprimentar V. Exa. pela Presidência da CCJ, e antes que V. Exa... Duas vezes. Sob a Presidência do Marcos Rogério, ele já veio duas vezes na CI.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Prestígio de V. Exa. com o Presidente Davi. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só foi uma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E passou lotado! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero cumprimentar o Senador Otto, o novo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Comissão de maior importância do Senado Federal de que V. Exa. tem a missão de estar à frente. Então, desejo sucesso a V. Exa. E conte com este Senador, que, embora esteja presidindo aqui, também é membro lá da CCJ, para a discussão e votação dos temas que são importantes para o país. Muito sucesso a V. Exa.!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu que agradeço, Senador.

Quero parabenizá-lo. Esta é uma Comissão muito importante e será bem presidida por V. Exa.

Eu estou membro titular e estarei aqui para debater os temas que são necessários para o nosso país, sobretudo nessa questão da infraestrutura, em que há uma deficiência ainda muito grande de logística para o país. Esta Comissão vai ser bem presidida por V. Exa. Parabéns!

O Davi prestigiou realmente V. Exa. mais do que a mim, porque, lá na CCJ, ele passou lotado. Eu quase não o vi, e aqui ele já veio duas vezes. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas aí é uma amizade antiga, embora ele confidencie aqui que, da segunda vez, foi por Leila. Então eu estou tranquilo, porque eu sou um amigo que não tenho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Você tem lugar cativo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu tenho lugar cativo, não tenho, Leila?

Mas, obrigado. Eu quero agradecer de maneira muito sincera a presença de cada um dos Senadores e Senadoras aqui, e a presença do Presidente Davi, que me honra muito. É um amigo querido e é um Presidente que realmente consegue, com a sua habilidade, com o seu jeito simples, mas ao mesmo tempo muito honesto e cativante, unir o Senado Federal. Eu acho que, especialmente neste momento desafiador para o Brasil, com tudo o que está acontecendo, o que V. Exa. conseguiu fazer e está fazendo neste momento eu acho que é um ganho realmente muito importante para o país. Eu acho que o tempo vai demonstrar a importância de tudo isso que está sendo feito agora para o país e para as instituições que nós temos neste país, começando por este Senado Federal.

Agradeço...

Senador Cid, V. Exa. quer fazer uso da palavra?

Nós temos que encerrar aqui. Vai ser aqui a próxima eleição?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Não. Quero dar a minha rápida contribuição para o início da próxima reunião, a de Esporte, parabenizando-o pela Presidência da Comissão de Infraestrutura. Esta é uma Comissão muito importante. V. Exa. terá certamente um grande desafio em presidi-la. O Brasil precisa muito de um planejamento da sua infraestrutura, e esta Comissão do Senado, creio, pode dar uma grande contribuição sob a liderança de V. Exa.

Parabéns e boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Agradecendo a presença de todos e cumprimentando aqui os representantes das associações do setor de infraestrutura, representantes dos ministérios que aqui estão, representantes das agências que aqui estão e a Secretaria da Mesa da Comissão, fazendo este registro de agradecimento, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 02ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Sérgio Petecão, Dr. Hiran, Zenaide Maia, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4495, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir liberdade de preços nos serviços de praticagem prestados em regime de livre iniciativa econômica e livre concorrência." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2688, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3433, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 600, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Pedro Inacio Wiegert” o trecho da rodovia BR-163 compreendido entre o município de Guarantã do Norte e a divisa do estado do Mato Grosso com o estado do Pará." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 113, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para debater questões técnicas atinentes a repactuação da concessão da rodovia BR-163 no Mato Grosso do Sul, administrada pela MSVia, controlada pelo grupo CCR, com objetivo de conferir transparência a respeito das razões técnicas, bem como a necessidade de esclarecimento sobre pontos como estudo de viabilidade técnica e financeira, estudo de impacto pelo descumprimento das exigências impostas pelo contrato no período anterior e o estabelecimento de prazos e metas para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha-se a BR-163 totalmente duplicada." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 114, de 2024** que: "Requer audiência pública para promover a prestação de contas e de esclarecimentos por parte do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o aumento na tarifa de energia elétrica do Estado do Amapá proposto pela Aneel, previsto para entrar em vigor em 13 de dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 115, de 2024** que: "Requer que sejam convidados a comparecer perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura a fim de prestar informações sobre a política tarifária de energia praticada desde a privatização da CEA - Companhia de Energia do Amapá e o reajuste tarifário anual de 2024 da Equatorial Energia, os senhores Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, e Augusto Dantas Borges, Diretor Executivo da Equatorial Energia - Amapá." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 1, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a segurança das "obras de arte especiais" (OAE) das rodovias federais sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), classificadas como em estado ruim ou crítico, bem como sobre as medidas necessárias para o aprimoramento dos mecanismos de gestão da segurança dessas OAE no território nacional." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 2, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com o objetivo de debater o plano de trabalho do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 3, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a “mobilidade aérea avançada: Aeronaves de Propulsão Elétrica e Decolagem e Pouso Vertical (eVTOL) – a era dos carros voadores”." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 4, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado dos Transportes, Renan Filho, com o objetivo de debater o plano de trabalho do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2025** que: "Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o Processo Licitatório de Concessão da Rodovia BR-364." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 6, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a concessão da BR-364 em Rondônia." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 7, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, a fim de que sejam prestadas informações sobre a modificação do enquadramento jurídico da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrança de tarifas de armazenagem, remoção e Capatazia sobre cargas importadas e as destinadas a exportação em trânsito de Joinville, restringindo o acesso do transporte de cargas para o Município, pelos concessionários AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S/A e CONCESSIONÁRIA INTERNACIONAL DE GUARULHOS S/A. Além dos indícios de descumprimento do contrato de concessão, a mudança ocorreu de forma unilateral, à revelia da ANAC e sem objeção do Ministério de Portos e Aeroportos. Propõe a participação de um representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e de um representante do Ministério de Portos e Aeroportos." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 8, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública para ouvir os motivos que ensejaram a suspensão dos voos da Voepass pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Confúcio Moura, Sérgio Moro, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Omar Aziz, Jayme Campos, Marcelo Castro e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, agradecendo a presença aqui dos eminentes Senadores e Senadoras, das assessorias Parlamentares que aqui estão também. Todos são muito bem-vindos aos trabalhos desta Comissão no dia de hoje.

Nós temos uma pauta com alguns requerimentos. Nós temos quórum de 11 e, para deliberar, nós dependemos de pelo menos mais um, que deve estar daqui a pouco, está a caminho.

Então eu vou iniciar anunciando os itens da pauta. A gente adianta com a leitura dos requerimentos e tudo e, quando a gente tiver o número regimental, fazemos a votação em bloco. Eu indago se há divergência. (*Pausa.*)

Não havendo, fica assim acordado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, peço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin, pela ordem V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É sobre o Requerimento nº 7. Nós temos aqui na sua relação do que vai ler até o de nº 6. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu apresentei um requerimento que vem a ser o Requerimento nº 7. Ele converge, de certa forma, com o requerimento do Senador Confúcio Moura, que é o Requerimento nº 2, item 9 da pauta, que versa sobre a situação da Anac e do Ministério de Portos e Aeroportos. De forma que eu pediria que só incluísse, extrapauta, o meu requerimento, que...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Apensado?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é apensado. É um requerimento independente dele, mas converge.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas tem pertinência temática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Converge tematicamente, mas não é a mesma coisa. Ele pede a apresentação de um plano de trabalho; eu peço para tratar de uma situação quase que emergencial. Então o meu pedido é que o senhor inclua, extrapauta, o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin, hoje nós estamos na 2ª Reunião, Ordinária, da CI, e eu vou fazer o seguinte... O Senador Sergio Moro também tem um apelo em relação a um pedido extrapauta. Para as próximas reuniões, nós vamos organizar essa questão dos requerimentos, mas eu indago se há divergência com relação ao pedido apresentado pelo Senador Esperidião Amin. Se não houver divergência, eu determino à Secretaria que inclua na ordem do dia o Requerimento nº 7, de 2025, do eminente Senador Esperidião Amin, para que nós possamos deliberar conjuntamente com os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Moro, V. Exa.

Na sequência, eu ouço o Senador Nelsinho, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Ele tem reunião prevista para hoje e ele quer fazer um apelo a esta Comissão.

Pois não...

Senador Confúcio, me perdoe.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é mais para expressar o meu contentamento pela sua indicação, pelo seu partido, para a Presidência da CI.

V. Exa. já passou por aqui, tem experiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É um orgulho muito grande para nós todos tê-lo à frente dessa importantíssima Comissão, a Comissão de Infraestrutura, que tem um papel fantástico nas grandes necessidades de infraestrutura do nosso país e para o nosso desenvolvimento. V. Exa. está preparado para assumir, e nós estamos aqui, juntos, para colaborar com a sua administração, com a sua Presidência à frente da Comissão.

Muito obrigado por antecipar a inclusão dos requerimentos no início da pauta, devido a compromissos fora também, bem rapidinho, que eu tenho que atender. Eu fico muito agradecido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Confúcio Moura, que foi o Presidente desta Comissão nos últimos dois anos, conduzindo aqui pautas importantes para o nosso país, especialmente no campo da infraestrutura. Esse é um dos gargalos que a gente tem que enfrentar dia a dia, um desafio enorme, e nós vamos poder, nesse tempo que estaremos aqui juntos, conjuntamente, dar encaminhamento às principais matérias que tramitam por esta Comissão. Agradeço a V. Exa. a consideração.

Senador Moro, V. Exa. quer pedir inclusão de pauta também? É porque o dele já vou partir para a leitura.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu não faria isso normalmente, mas fui surpreendido hoje de manhã com a notícia que a Anac suspendeu os voos daquela companhia Voepass.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vi.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É um caso que afeta particularmente lá o meu estado, porque o avião que caiu, em que morreram, infelizmente, 62 pessoas, embora ele tenha caído em Vinhedo, era um avião que partia de Cascavel...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... cidade do oeste paranaense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o pedido que fiz, com uma certa urgência, pedindo vênia a V. Exa., para inclusão em pauta hoje, é para que nós possamos fazer uma audiência pública para ouvir o Diretor da Anac e os técnicos responsáveis sobre esse caso.

Aqui não estou, propriamente, questionando a Anac pela decisão, mas nós temos que nos informar, entender não só a suspensão, mas se não poderia ter sido feita antes, porque foi detectado que a companhia, pelo menos segundo a decisão da Anac, não tem, no momento, condições de oferecer segurança aos seus passageiros – e essa decisão veio somente após morrerem 62 pessoas. Então, eu creio que esta Comissão de Infraestrutura tem o dever, a necessidade de se debruçar sobre o tema.

Eu pedi para o meu pessoal incluir o requerimento para que nós possamos fazer esta audiência pública, se possível, na próxima semana, até dada a relevância do tema e a novidade do tema, porque todos nós hoje fomos surpreendidos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Sergio Moro, eu agradeço a V. Exa. pela intervenção.

Eu, de fato, hoje, pela manhã, tomei conhecimento dessa informação, li a reportagem e entendo, compreendo o pleito de V. Exa. e o senso de urgência que ele tem. Nós estamos dentro de um planejamento aqui, organizando a vinda dos diretores das agências a esta Comissão, para prestação de contas das suas atividades, do seu papel no encaminhamento das pautas nesse setor regulatório.

Eu vou pedir... Não há nenhum prejuízo, o requerimento já foi apresentado, já foi encaminhado. Se o requerimento estiver já processado, a gente faz a votação dele dentro desse mesmo espírito de acordo.

Eu indago se há divergência com relação ao pedido de inclusão. (*Pausa.*)

Não havendo divergência, fica incluído em pauta também, mas eu estou dentro dessa lógica de convidar os diretores das agências, de trazê-los aqui. De repente, a gente já faz como primeira agência a ser ouvida na CI, já a Agência de Aviação Civil, que também atende o apelo do Senador Esperidião Amin. Eu acho que há uma convergência aqui em relação aos pedidos apresentados.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Fica incluído o pleito de V. Exa.

Senador Presidente Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por colocar em pauta o Requerimento 113, de 2024.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões técnicas atinentes à repactuação da concessão da Rodovia BR-163 no Estado do Mato Grosso do Sul, administrada pela MSVia, controlada pelo grupo CCR, com objetivo de conferir transparência a respeito das razões técnicas, bem como a necessidade de termos esclarecidos pontos como estudo de viabilidade técnica e financeira, estudo de impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo descumprimento das exigências impostas pelo contrato no período anterior e o estabelecimento de prazos e metas para que tenhamos a BR-163 totalmente duplicada.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Infraestrutura;
- representante do Tribunal de Contas da União;
- representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- representante da Polícia Rodoviária Federal;
- representante da CCR MSVia; e
- representante, também, da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – importante a presença deles em função de essa rodovia cortar vários municípios.

Era esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelsinho Trad. Está feita a leitura do requerimento.

Eu vou pedir apenas a compreensão do Plenário para fazer o anúncio de todos os requerimentos que nós temos de forma preferencial e, se não houver divergência, a gente faz a votação em globo dos requerimentos e, na sequência, a gente passa a apregoar os itens da pauta relativos aos projetos de lei.

Portanto, o primeiro requerimento é justamente esse requerimento apresentado pelo Senador Nelsinho Trad.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 113, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater questões técnicas atinentes a repactuação da concessão da rodovia BR-163 no Mato Grosso do Sul, administrada pela MSVia, controlada pelo grupo CCR, com objetivo de conferir transparência a respeito das razões técnicas, bem como a necessidade de esclarecimento sobre pontos como estudo de viabilidade técnica e financeira, estudo de impacto pelo descumprimento das exigências impostas pelo contrato no período anterior e o estabelecimento de prazos e metas para que tenha-se a BR-163 totalmente duplicada.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Na sequência... (*Pausa.*)

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 114, DE 2024
- Não terminativo -

Requer audiência pública para promover a prestação de contas e de esclarecimentos por parte do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o aumento na tarifa de energia elétrica do Estado do Amapá proposto pela Aneel, previsto para entrar em vigor em 13 de dezembro de 2024.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP).

Ele não está presente, mas o requerimento foi devidamente apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Tenho certeza de que o Senador Lucas Barreto o subscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador Lucas Barreto, aqui representando o Estado do Amapá, também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Como amigo de infância.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, são dois requerimentos, um dele e um meu, que é o próximo. O meu é o mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, nós vamos fazer a votação de forma conjunta. Já passo, então, a apregoar também o item 7, requerimento que trata de assunto similar.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 115, DE 2024
- Não terminativo -

Requer que sejam convidados a comparecer perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura a fim de prestar informações sobre a política tarifária de energia praticada desde a privatização da CEA - Companhia de Energia do Amapá e o reajuste tarifário anual de 2024 da Equatorial Energia, os senhores Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, e Augusto Dantas Borges, Diretor Executivo da Equatorial Energia - Amapá.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP).

A autoria desse requerimento é do eminente Senador Lucas Barreto, que aqui está.

Se V. Exa. quiser encaminhar a matéria, já o faz agora e, na sequência, a gente faz a votação em conjunto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Isso, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para encaminhar.) – Eu quero pedir o apoio dos nobres colegas, porque houve uma privatização da companhia de eletricidade e, apesar de o estado produzir quatro vezes o que consome de energia, nós injetamos mil megawatts no Linhão de Tucuruí, nós pagamos a energia mais cara. Então nós queremos saber deles o porquê dessa política tarifária lá no Amapá, em que até o Governo Federal já entrou com medida provisória para compensar lá para que nós... E tem uma CPI também protocolada, não é? Que infelizmente o Presidente Pacheco, o Senado, não deu notícia e que agora, com o Presidente Davi, se Deus quiser, vai andar para que nós possamos trazer e esclarecer a população do Amapá sobre tudo isso que está acontecendo na energia do Amapá.

Obrigado, Sr. Presidente, e sucesso nesta nova missão de presidir tão importante Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto. Fica então anunciado o requerimento de V. Exa. para posterior deliberação.

E também o item 8.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 1, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a segurança das "obras de arte especiais" (OAE) das rodovias federais sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), classificadas como em estado ruim ou crítico, bem como sobre as medidas necessárias para o aprimoramento dos mecanismos de gestão da segurança dessas OAE no território nacional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Propõe a presença das seguintes autoridades e convidados:

- representante do Ministério dos Transportes;
- representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- representante do Ministério Público Federal;
- representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- representante da Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes;
- representante da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias; e
- representante da Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura.

Esse requerimento é de autoria do Senador Wellington Fagundes. Ele não está presente aqui, mas o requerimento foi devidamente processado e está apto à votação. Faremos a deliberação na sequência.

Item 9.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com o objetivo de debater o plano de trabalho do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Esse requerimento é de autoria do Senador Confúcio Moura, a quem concedo a palavra para encaminhar também a votação.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, são temas importantes a serem debatidos. Logicamente, nestes próximos dois anos, o Ministro deverá ter um plano de orientação e explicação sobre a política de portos e aeroportos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interessa muito ao Estado de Rondônia. Nós somos um estado que realmente toda a produção de grãos, dentro do Estado de Mato Grosso e do próprio estado, sai ali por nossos portos, e é fundamental que nós tenhamos conhecimento sobre os planos de investimentos e sobre as ações desse ministério. Esse é o motivo justificado para esse convite ao Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A Secretaria da Comissão informa, inclusive, que o próprio ministério, sabendo do requerimento, já fez contato com esta Comissão se colocando à disposição para aqui comparecer e dar todos os esclarecimentos necessários com relação aos temas aqui tratados. Parece que ele tem apenas uma viagem programada nos próximos dias, mas aí a Comissão depois vai fazer o ajuste com relação à agenda e nós faremos essa audiência o quanto antes.

O item 10 também é de autoria do Senador Confúcio Moura.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "mobilidade aérea avançada: Aeronaves de Propulsão Elétrica e Decolagem e Pouso Vertical (eVTOL) – a era dos carros voadores".

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Propõe a presença dos seguintes convidados: representante do Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo); representante da Anac (Agência Nacional de Aviação); Sr. Francisco Gomes Neto, Presidente da Embraer; representante do Ministério de Portos e Aeroportos.

Como eu já anunciei, o requerimento também é de autoria do Senador Confúcio Moura, que tem a palavra para encaminhar.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse é um assunto de que nós estamos sabendo mais pela imprensa. Há produção já pela China dos chamados carros voadores, e nós estamos no mundo das dúvidas. Na realidade, nós não temos nenhum projeto nacional nesse sentido, mas, com certeza, após o avanço tecnológico e a produção industrial, o Brasil, lógico, terá e importará esses veículos. Então é fundamental que a gente discuta até para satisfazer a nossa própria ignorância. Eu sou um grande leigo, um grande ignorante e preciso realmente de informações sobre isso e sobre as sugestões para o futuro para nós nos precavermos desse admirável mundo novo que a tecnologia nos oferece.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O item 11 também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero fazer uma brevíssima colocação homenageando o Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu apresentei o projeto de lei que versa sobre isso no dia 28 de fevereiro. É o PL 743, de 2025, um projeto que regula, que tem a pretensão. Então eu acho que nós podemos incorporar à reunião essa circunstância. E peço permissão para indicar depois um nome de consultor para participar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu ainda não voei nesse não tripulado. Não sei se o senhor pretende ser piloto de prova ou passageiro de prova. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu prefiro deixar passar esse tempo, essa janela experimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tive brevê de planador, que é uma coisa emocionante também.

Mas é só para acrescentar ao requerimento do Senador Confúcio Moura...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a existência de um projeto de lei já protocolado, que eu acho que pelo menos é uma referência para esse debate, e a minha licença, a sua autorização para indicar uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que também me prestou consultoria nisso aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Fica consignada então a pretensão do Senador Amin de fazer a indicação, incorporando-a aqui ao rol apresentado pelo Senador Confúcio Moura.

Também o item 11 é do Senador Confúcio.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado dos Transportes, Renan Filho, com o objetivo de debater o plano de trabalho do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

O Senador Confúcio Moura tem a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para encaminhar.) – É importante que o Ministro dos Transportes venha aqui, porque eu tenho certeza de que todos os Senadores têm questionamento dos seus estados sobre a política rodoviária, ferroviária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroviária e outras tantas de competência do Ministro. E, como o Renan Filho é muito solícito, muito pronto, ele de maneira nenhuma irá protelar, ele aceitará muito bem vir aqui, a esta Comissão, para prestar contas e justificar os seus planos para os próximos dois anos.

Era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Na semana atrasada, eu recebi um telefonema do Ministro, se colocando inclusive à disposição para vir a esta Comissão, trazer aqui a sua participação e os esclarecimentos que se julgarem necessários, responder aos Senadores, enfim. Então, já teve da parte do próprio Ministro a sinalização de disponibilidade. Posteriormente, vamos fazer o ajuste em relação às datas, mas traremos aqui o Ministro para uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura.

Item 12, requerimento de autoria do Senador Jaime Bagattoli.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 5, DE 2025

- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o Processo Licitatório de Concessão da Rodovia BR-364.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Como já anunciado, esse requerimento é de autoria do Senador Jaime Bagattoli, a quem concedo a palavra, neste momento, para o seu encaminhamento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente, Senador Marcos Rogério.

Eu quero deixar aqui um esclarecimento a todos que estão nos acompanhando neste momento, com todo o respeito ao Senador Confúcio Moura, que presidiu esta Comissão de Infraestrutura, mas essa situação da licitação da privatização da BR-364 foi muito infeliz.

Eu preciso dizer a vocês que, no início, era para fazer no mínimo a duplicação de 500km. Chegou-se ao final com 107km, 110km de duplicação, em torno de 200km de terceira faixa.

O que a população... Como falou aqui o Senador Lucas Barreto sobre a situação da energia elétrica lá no Estado do Amapá, eu quero dizer para vocês que o Norte já vem sofrendo muito. A BR-364 é a única rodovia asfaltada do Brasil – é a única – que interliga o noroeste do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, ligando à 319, e temos aquela calamidade dentro da BR-319.

Eu preciso dizer aqui que nós precisamos fazer algo para suspender essa licitação da BR-364, nós precisamos fazer algo para suspender.

Eu preciso dizer para vocês que é impossível – é impossível! – você ter uma BR privatizada com o valor do óleo diesel que nós temos hoje. Um caminhão vai gastar com pedágio 40% do que ele gasta com óleo diesel. Num país desse que nós falamos, onde subiu muito o preço dos alimentos, principalmente da cesta básica, e aí nós temos diversos gargalos, e agora viemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a privatização da BR-364, uma única rodovia que corta os estados do Norte, pavimentada. Não que eu seja contra fazer melhoria na rodovia, mas nós temos que ver qual a forma como aquela população... quem vai arcar com esses custos.

E, para finalizar, eu quero dizer ao Presidente, Senador Marcos Rogério, você, que assumiu essa Presidência da Infraestrutura, desta Comissão, nós precisamos chamar o Renan Filho, nós precisamos fazer uma reunião urgente com o Renan Filho, com o Ministro dos Transportes, para que nós possamos reverter essa situação.

E, para finalizar, Senador Jayme Campos, eu quero dizer para vocês: além de ter privatizado a BR-364, existe uma situação para privatizar o Rio Madeira também, e os custos vão ficar em torno de mais de 60% do que já custa a rodovia. Isso significa: querem realmente inviabilizar a Região Norte do país como uma região produtora. E vai inviabilizar também os custos do noroeste do Mato Grosso, que é Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo, Brasnorte, porque toda essa ligação dessa malha rodoviária da BR-364, todo o escoamento de soja do noroeste do Mato Grosso é feito via Rodovia BR-364, no sentido Porto Velho, pela Hidrovia do Rio Madeira.

De mais a mais, nós precisamos ver qual será a nossa situação junto ao Renan Filho, junto ao Ministério dos Transportes, para resolver essa situação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Esse assunto é muito sensível para o Estado de Rondônia. A fala de V. Exa. vai justamente na direção daquilo que é a preocupação da nossa gente, a situação que aconteceu lá no Estado de Rondônia e, na sequência, do Mato Grosso, porque a região de Vilhena, por exemplo, não ficou dentro desse primeiro pacote da concessão. A previsão é de que ela entre justamente no trecho que vai ter leilão, incluindo a parte ali do Mato Grosso, chegando até o Município de Vilhena, lá na divisa com Chupinguaia.

Enfim, portanto, vamos fazer a deliberação desse requerimento na sequência.

O próximo item, o Requerimento nº 13...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Omar Aziz, pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Apesar de não fazer parte desta Comissão, mas depois...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. é muito bem-vindo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu vejo o Senador de Rondônia, o Senador Confúcio, do estado de V. Exa...

Primeiro, quero parabenizá-lo pela Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Espero que, sob sua Presidência, nós possamos tratar sobre a Amazônia, tanto na questão logística como de infraestrutura.

Veja só, Sr. Presidente, é inadmissível que a gente não consiga andar e ter uma resposta da área ambiental do Governo atual sobre a BR-319. Nós não tivemos essa resposta antes, em outros governos também não tivemos, e hoje também a gente não tem essa resposta.

A Amazônia está cheia de minérios raros. Vejam só, nós temos três ativos brasileiros que mantêm a economia do Brasil.

Tudo é consequência destes três ativos que nós temos no Brasil hoje: é o agronegócio, em que a Amazônia é proibida de fazer qualquer coisa, nós não temos o direito de produzir, porque nós temos que manter a floresta em pé, ela vale muito mais para a gente em pé do que deitada; é a questão de mineração, porque nós sabemos muito bem o que tem de minério no Pará, no Amazonas; e é a questão de petróleo e gás, porque ali, do lado do Amapá, os Estados Unidos, as empresas americanas estão retirando o petróleo a torto e a direito – e vão conseguir retirar o petróleo da nossa região, porque isso aí é um veio só, ele não é dividido: quando você não tira, alguém vai lá, suga esse petróleo e leva para outros países outras riquezas.

Eu espero, Sr. Presidente, que a gente possa, aqui nesta Comissão – e eu tenho certeza de que isso é quase unanimidade –, colocar claramente para a população que o Brasil, os brasileiros, os índios, os caboclos, os nativos não podem pagar uma conta para os outros países se desenvolverem e a gente ficar parado no tempo!

Olhem, eu vi um absurdo em Mato Grosso, anteontem – não sei onde foi, se foi no Jornal Nacional –: a quantidade de equipamentos apreendidos e a produção queimada... Vejam bem: se tem alguma coisa errada, senta-se, discute-se; senta-se à mesa. A gente não consegue se sentar à mesa com a equipe ambiental do Governo Lula. Não dá para se sentar! E não dá para esperar a boa vontade do Ibama, do Ministério. Eu não quero aqui... Não estou falando de pessoas, eu estou falando da política, de uma política que só serve a outros países, não serve ao Brasil! Não serve aos brasileiros nem às riquezas que o Brasil tem.

Eu ouço ainda pessoas querendo que o Brasil tenha intervenção de outro país – veja bem, Senador Amin –, querendo que os americanos intervenham no país. Se eles fizerem uma intervenção hoje, não será por causa de nós, brasileiros, mas por causa das riquezas que nós temos aqui, riquezas que nós não exploramos! Dá para explorá-las sustentavelmente, e tenho certeza de que V. Exa., como Presidente desta Comissão, vai poder encaminhar isto de uma forma bastante transparente: nós queremos explorar sustentavelmente.

Vou dar um exemplo para V. Exa.: quem conhece o Amazonas sabe que, no meio da floresta, tem o Urucu, no Município de Coari. Há 40 anos se explora petróleo e gás ali, e nunca houve nenhum incidente que causasse um mal ambiental. Nós temos tecnologia para isso, Sr. Presidente, e temos riqueza: gás, petróleo na Amazônia, minérios de alto valor, de que o Brasil precisa, de que o mundo precisa e que poderiam estar sendo comercializados de uma forma sustentável, sem prejudicar a Amazônia, mas é impossível você melhorar a qualidade de vida do caboclo, do indígena, dos povos tradicionais sem a exploração sustentável dessas riquezas que nós temos. Nós não queremos derrubar a Amazônia – pelo contrário, queremos preservá-la! –, mas Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas não podem pagar uma conta para os outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados brasileiros e para outros países tirarem proveito dessa conta que nós estamos pagando – e estamos pagando essa conta há muito tempo! Nós temos crédito, nós não temos débito; a Amazônia tem crédito, o mundo deve à Amazônia. Se não houve ainda grandes consequências climáticas é porque os caboclos, os indígenas, os nativos, os povos tradicionais têm mantido essa floresta em pé.

Eu espero sinceramente que, com V. Exa., que tem um pensamento muito parecido com o meu em relação à exploração sustentável da Amazônia, nós possamos ter um debate de alto nível aqui, sem a questão ideológica, longe da questão ideológica: é uma questão técnica, e dá para mostrar claramente que é possível ao Amapá melhorar a qualidade de vida dele com a exploração de petróleo a 550km da Foz do Amazonas – 550km!

Qual foi o acidente que o Brasil, desde quando explora petróleo em águas profundas, teve aqui? Qual foi o acidente ambiental? Nenhum! Porque nós temos alta tecnologia, nós somos PhD nesse tipo de exploração, e, na Amazônia, é do mesmo jeito, lá no Município de Coari, onde se explora petróleo e gás. E agora virou uma moda, Senador Marcelo Castro! Inclusive, tem aqui um PDL para derrubar um decreto que eles fizeram agora, aleatoriamente, sem consultar ninguém, e torna a terra, que não pode ser explorada do dia para a noite, e faz os investimentos que têm.

Tem um PDL aqui para ser discutido. Eu espero que o Presidente Davi Alcolumbre coloque esse PDL em votação no Plenário, e tenho certeza de que os Senadores irão votar quase por unanimidade esse PDL.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Omar Aziz, agradeço a V. Exa. pela intervenção, muito oportuna e pertinente. Esse assunto da 319 é um assunto muito sensível para todos nós. É vergonhoso! Você tem uma região tão importante como a região do Amazonas, não só a cidade, mas também as cidades que estão ao longo da 319, e você ter uma região estrangulada, sem conexão terrestre: ou o acesso é aéreo, ou é por embarcação. E aí, vez ou outra, o rio não tem condições de navegabilidade e fica toda uma comunidade isolada, sem condições de ir e vir, conforme garante, assegura a Constituição Federal.

São entraves ambientais que, a meu ver – e aí, concordo com V. Exa. –, estão mais conectados a questões ideológicas do que com o aspecto da sustentabilidade. O Estado brasileiro é muito ineficiente! Ele é muito bom para legislar, criar embargos e embaraços, mas não é efetivo na fiscalização. E, em razão de ser inefetivo na fiscalização, ele pretere o desenvolvimento sob o argumento de que, se o desenvolvimento passar ali, o Estado não consegue controlar os efeitos colaterais. O que é algo absurdo porque a sustentabilidade pressupõe aspectos importantes da viabilidade. A sustentabilidade tem que ser econômica, social e ambiental, e não apenas o aspecto ambiental.

Veja o que está acontecendo com o mundo hoje: a América, os Estados Unidos, com o novo Governo, já estão voltando atrás em vários acordos que foram assinados em relação a essa pauta; a Europa está fazendo a mesma coisa; e o Brasil precisa discutir esse assunto. Eu acho que nós somos vanguardistas aqui nessa questão da sustentabilidade; nós temos um compromisso com essa agenda. Agora, isso não pode ser feito por razões ideológicas! Isso tem que ser feito dentro de um prisma de sustentabilidade, alicerçado em dados técnicos, e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garanta viabilidade não apenas sob a ótica ambiental, mas ela tem quer ser sustentável do ponto de vista social e econômico, porque, senão, não para de pé.

Esse assunto nós vamos discutir aqui, como vamos discutir também um outro assunto, que não é pauta da Comissão hoje, mas nós vamos ter que discutir. Nós temos uma matriz energética riquíssima no Brasil, um potencial riquíssimo no Brasil, mas que começa a viver um ambiente de estrangulamento em razão da sua infraestrutura. Nós estamos hoje começando a experimentar um ambiente onde setores começam a ser prejudicados porque você não tem como despachar uma energia de uma fonte que é limpa, sustentável, porque a infraestrutura não é adequada. Enquanto isso, em outros momentos, nós temos escassez de energia, em razão dos períodos climáticos do Brasil. Então, nós temos muitos desafios pela frente.

Eu queria agradecer aqui aos Senadores que sugerem temas que são temas importantes para o debate, como esse da 319, como a questão da foz lá do Estado do Amapá. E concordando com o Omar aqui mais uma vez, quer dizer, você não tem uma parede de contenção daquilo que pertence ao Brasil. Se tem alguém explorando do lado de lá, a riqueza que está indo para lá não é apenas aquela pertencente ao outro país, é também a que pertence ao povo brasileiro, à população não só do Amapá, mas ao povo brasileiro. E aí, em razão de uma agenda conservadora ambiental, permite-se que explorem do lado de lá, e quem está do lado de lá explorando, faz discurso querendo enquadrar o Brasil. Essa é a lógica que nós estamos vivendo hoje. O discurso é muito bonito quando é para o outro cumprir a finalidade que ele estabelece dentro de uma regra comercial, mas na prática é a nossa gente que está sendo sacrificada com relação ao potencial mineral que nós temos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço... Senador, Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Se V. Exa. me permite, é um minutinho só.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador pelo Mato Grosso, nosso amigo Jayme Campos, e, na sequência, o Lucas Barreto. Aí eu vou encaminhar os últimos requerimentos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente Marcos Rogério, primeiro eu quero cumprimentá-lo pela assunção ao cargo de Presidente da Comissão de Infraestrutura, e com certeza V. Exa. vai fazer um belo trabalho aqui nesta Comissão; e demais colegas Senadores e Senadoras.

Aqui já está, com certeza, um debate muito salutar. As opiniões diversas, mas todas elas com certeza meritórias e com muito conteúdo.

Quando se fala da relação que os Estados Unidos estão fazendo, que é já lá detrás, não é de hoje, isso é secular já, é a questão da Amazônia brasileira. Eu pude acompanhar, há uns dias atrás, que o novo Presidente da República, o Trump, já declarou que os Estados Unidos estão saindo daquele Acordo de Paris, que em 2026 estão fora. Olha gente, se nós brasileiros não reagirmos, Senador Sergio Moro, ficará muito difícil para trabalhar.

Senador Laércio, dois partidos políticos ingressaram no Supremo Tribunal Federal, nesses últimos dias, dizendo o seguinte, que na medida em que houver eventualmente um alerta por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois instrumentos que nós temos no Brasil, que são o Deter e o Prodes, já não existe quase nada a indicar que os estados estão liberando para os municípios, para os produtores rurais. De imediato, as terras serão interditadas. É cancelado o seu CAR e você não pode vender nada da sua fazenda, você não pode contrair nenhum financiamento, enfim, é a verdadeira tragédia que vai acontecer, e espero que possamos... Com certeza, que os nossos Ministros do Supremo Tribunal Federal tenham o mínimo de consciência e não deem liminarmente e muito menos no mérito uma ação dessa proposta do pessoal de outro partido.

Todos aqui tínhamos razão. O Senador Omar Aziz dizendo da BR-319... Eu fui, lá atrás, Relator, sendo o primeiro mandato meu. Existia, na conta do Dnit, R$72 milhões para que pudessem pavimentar esse trecho lá dessa rodovia tão importante que eu posso considerar de integração nacional. Passaram 20 anos, até hoje essa obra não foi realizada. É o Governo brasileiro jogando contra a sociedade brasileira. Isso é uma coisa quase surreal que está acontecendo neste país aqui.

Aí vem aqui a discussão da BR-364, que corta ao longo praticamente do Brasil todo, como disse o Senador Jaime Bagattoli. Agora estão fazendo o quê? Privatizando os primeiros 700 quilômetros do território de Rondônia.

Com esses valores que vão ser praticados, literalmente estaremos quebrando o setor produtivo do Estado de Rondônia, por conseguinte o do Mato Grosso também, porque nós, como na região noroeste ali, como toda a nossa produção, seja de Campos de Júlio, Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, os caminhoneiros todos saem pela 364. Isso inviabiliza – isso inviabiliza.

Então esta Comissão tem que chamar aqui, com certeza, não só o Dnit, mas tem que chamar a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), que é a maior responsável pelo fato de que nós não podemos permitir que os preços que estão hoje desenhados nessa privatização sejam cobrados, esses valores que são quase humanamente impagáveis, o caminhoneiro não tem estrutura para isso, por conseguinte vai subir na ponta. Por quê? Alguém vai ter que pagar essa conta.

Agora, nós aqui temos a obrigação de discutir. É o caso aqui que o Senador Lucas Barreto está dizendo em relação à exploração de petróleo lá, não é isso? E outros assuntos inerentes com certeza. Há a questão não só de infraestrutura rodoviária, ferroviária, aquaviária, é um conjunto de ações que nós temos que montar aqui para que possamos, com certeza, ter um país com mais oportunidades, sobretudo, para buscarmos um ponto de equilíbrio.

Caso contrário, Senador Marcos, é muito ruim como está ficando. Tem dia que eu fico pensando, fico decepcionado ao ver o que está acontecendo neste país contra nós aqui. Poucos dias atrás, V. Exa. está acompanhando aí, V. Exa. conhece bem a questão da moratória da soja, uma imposição de algumas *traders*. Isso é um absurdo. Você vai dizer: "Eu vou comprar de fulano, de sicrano e de beltrano porque esse aqui desmatou 100ha, 20ha", diante do fato de que era permitido lá atrás e agora não mais. E esses dados não são reais. Esses dados estão fora, com certeza, de qualquer legalidade, na medida em que o Prodes e o Deter, eu confesso para V. Exa., eles não têm capacidade, falam que têm, mas não têm.

Só mais um dado, para encerrar a minha participação: muitas áreas, no Mato Grosso, eu imagino que também haja lá em Rondônia, o cidadão, por falta de poder aquisitivo, o produtor, o pequeno, o grande ou o médio, ele deixou de fazer o quê? A manutenção, a limpeza dessa sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedade, por falta de capacidade financeira. E essa área, até certo ponto, se regenerou em tese, mas essa área já havia sido desmatada dentro da lei e da ordem. Ele, por falta de capital, essa área se regenerou até certo ponto e, se ele for fazer uma limpeza de pasto, ele já é enquadrado como se fosse desmatamento, dependendo naturalmente da essência dessa madeira, ele é enquadrado como se fosse desmatamento. E não é verdade. E chega lá a conta para pagar, caro. Tem cidadão que não aguenta pagar, tem que vender a propriedade, porque as multas que são aplicadas sem nenhuma racionalidade são maiores do que o valor da propriedade, então nós temos que rever.

Claro, esse é um assunto que tem que ser debatido em uma das Comissões. De qualquer forma, eu estou só fazendo essa manifestação aqui, que eu tenho visto algumas coisas acontecerem e eu não posso me calar aqui como Senador da República em defesa, sobretudo do meu querido Estado de Mato Grosso, particularmente quando você fala em moratória de soja, você fala da questão do... Agora, se abastar uma clareirazinha lá, vai lá e já suspende o CAR, prejudicando e penalizando, com certeza, o cidadão que está ali, muitas vezes, à mercê de uma política pública descente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, V. Exa., Senador Jayme Campos. Esse é um assunto sensível para todo o Brasil, mas especialmente para a Região Norte, nessa questão da moratória, que pressiona ainda mais o preço dos alimentos. Fala-se tanto em alta no preço dos alimentos, está aí um exemplo daquilo que faz pressionar o preço dos alimentos ainda mais. É um tema que a gente vai debater aqui também.

Senador Lucas, V. Exa. me pediu a palavra, e eu a asseguro a V. Exa. Na sequência, eu vou encaminhar o item 13, que é um requerimento para concluir e passarmos à votação. V. Exa. quer falar agora ou na sequência?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – O senhor decide.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, deixe-me fazer... Os outros... Ficaram o 7 e o 8, os extrapautas. (*Pausa.*)

Eu vou apregoar o item 13...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Coloque em votação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e já colocar em votação os itens, os requerimentos que foram todos lidos e encaminhados.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a concessão da BR-364 em Rondônia.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propõe a participação dos seguintes convidados: Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabricio de Oliveira Galvão; Diretor Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio.

Este requerimento é de minha autoria e também passa a englobar aqui o conjunto dos requerimentos. É um assunto de que o Senador Jaime Bagattoli já fez aqui o encaminhamento com muita propriedade, sensível para toda a nossa região. Eu acho que uma audiência pública vai nos dar a oportunidade de debater este assunto, seja no aspecto de discutir a própria concessão em si, seja nos aspectos que estão dentro da proposta que foi anunciada. O fato é que esse é um tema que está preocupando muito todos os segmentos do Estado de Rondônia em razão do custo que vai representar para o usuário daquela via. Eu, particularmente, sou a favor do modelo de concessão, mas um modelo que seja razoável, racional. Não dá para você aceitar uma proposta que implique um preço alto dos pedágios com volume de obras pequeno. Lá tem pedágio muito caro e poucas obras. Então, vamos trazer esse debate a esta Comissão.

Em votação, conforme anunciado inicialmente...

Senador Sergio Moro

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – O requerimento que eu apresentei não vai entrar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vai, vai. Ele já está aqui. Vou apregoar já com a inclusão.

Votação em bloco dos requerimentos. Faremos a votação em bloco dos requerimentos apresentados, que são os itens 5 a 13 de nossa pauta, além dos Requerimentos, extrapauta, nºs 7 e 8, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Sergio Moro.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, mas eu quero falar!

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É o item...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quer fazer o encaminhamento...?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, é o Requerimento 8. Perdão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou falar sobre o 14.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perdoe-me. A falha foi minha. Eu imaginei que V. Exa. já tinha feito o encaminhamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) –

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 7, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, a fim de que sejam prestadas informações sobre a modificação do enquadramento jurídico da cobrança de tarifas de armazenagem, remoção e Capatazia sobre cargas importadas e as destinadas a exportação em trânsito de Joinville, restringindo o acesso do transporte de cargas para o Município, pelos concessionários AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S/A e CONCESSIONÁRIA INTERNACIONAL DE GUARULHOS S/A. Além dos indícios de descumprimento do contrato de concessão, a mudança ocorreu de forma unilateral, à revelia da ANAC e sem objeção do Ministério de Portos e Aeroportos.

Propõe a participação de um representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e de um representante do Ministério de Portos e Aeroportos.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Então, V. Exa. tem a palavra para encaminhar o item...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... 7. E, na sequência, Sergio Moro com o item 8. Aí faremos a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É o item 15.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas para esclarecer, o extrapauta não entra... O critério é outro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, sim, está aqui na...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele ficou como item 8. (*Pausa.*)

Requerimento 8.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque eu tenho uma sugestão para fazer a propósito do que o Senador Moro mencionou e requereu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Em síntese, em apertadíssima síntese...

Eu quero reiterar aqui meus cumprimentos a V. Exa. Tenho certeza de que o senhor dará a esta Comissão um encaminhamento de assuntos de maneira objetiva, seguindo essa prioridade que nós percebemos aqui na reunião. O represamento que nós tivemos de fevereiro até aqui resultou nessa profusão de temas pendentes. Essa que é a verdade.

Então, do que se trata? Eu quero que os senhores saibam o tamanho da barbaridade que foi praticada contra o interesse da maior cidade do meu estado, Joinville, no seu terminal de cargas. Joinville é uma cidade industrializada, a região nordeste de Santa Catarina é o nosso grande polo metalmecânico, siderúrgico, metalúrgico. E o terminal de cargas para importação e exportação sofreu o seguinte ataque em outubro do ano passado: unilateralmente, os administradores de Guarulhos e Viracopos aplicaram algo que constaria do contrato de concessão de 2011 – olha bem –, 14 anos depois, contrariando a resolução do antigo DAC de 2001. Isso representou o quê? Na prática, para encurtar a conversa, uma elevação de custos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para importação e exportação de Joinville de 624% na capatazia e no alfandegamento. E, se o período for mais do que 24 horas, passa a ter um surpreendente acréscimo de custo operacional de 3.405%. Repito, uma empresa privada que opera o Aeroporto de Guarulhos – não sei quem é, não quero saber – determinou, e isso passou a valer, unilateralmente. Isso fere o princípio básico, que V. Exa. conhece, da razoabilidade. Qualquer serviço público que seja reajustado acima do índice inflacionário tem que ter uma explicação. E, desde outubro, nós estamos vivendo esse fato consumado.

Quero dizer que fui muito bem recebido pelo Ministro Silvio Costa no último dia 24 de fevereiro. A Receita Federal expressou a sua posição: o que interessa para a Receita Federal é exportar e importar, não é se o agente é A ou se o agente é B. E nós estamos aguardando uma providência. A meu sentir, essa providência é da Anac. Ela é a reguladora. Ela não pode permitir que unilateralmente um operador do sistema imponha ao conjunto um absurdo desse, um achaque desse.

Então, o meu pedido: não posso convocar a Anac, mas posso convidá-la – até porque nós, daqui a pouco, estaremos aprovando nomes para a Anac, não é verdade? Então, isso não é regulação. O agente de trânsito que deixa acontecer isso vai ter que explicar. Eu não quero fazer acusação, mas vai ter que explicar. E conclamo as autoridades políticas, na pessoa do Ministro e do ministério, da Secretaria Nacional de Aviação Civil, para que tenham representantes aqui. Portanto, eu quero um representante do ministério e um representante da Anac para nos explicar, se é que é possível explicar, uma imposição de custo da ordem de 3 mil por cento de um dia para outro, inviabilizando, portanto, uma operação de importância para o país, importação e exportação de produtos com valor agregado.

Esse é o sentido do pedido. E como o Senador Moro pede a presença de alguém da Anac e V. Ex. deu corretamente prioridade ao apelo dele, eu peço apenas que os dois assuntos sejam colocados na mesma audiência, além de outros. Com isso eu me considero satisfeito e grato pela oportunidade, por V. Exa. ter aceitado o meu requerimento e justifico o porquê da minha insistência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Ex., Senador Esperidião Amin. O requerimento de V. Ex. fica, portanto, incluído devidamente na pauta, dado o senso também de urgência da matéria. Faremos essa audiência conjuntamente, com os dois temas que foram aqui anunciados.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2025

Requer a realização de audiência pública para ouvir os motivos que ensejaram a suspensão dos voos da Voepass pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Senador Moro, quer fazer o encaminhamento da matéria ou podemos votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já foi feita a fala inicial.

Então, uma vez anunciados os itens, eu os submeto à votação pelo Plenário da Comissão.

Aqueles Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... quando V. Ex. marcar então a audiência da Anac, nos dê a oportunidade de nos mobilizarmos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, finalmente, eu fiquei devendo, no requerimento do Senador Confúcio Moura sobre mobilidade aérea avançada, indicar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Um nome.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Trata-se do Sr. Cláudio... Exatamente. No de número 10. Trata-se do Sr. Cláudio Lessa, da empresa Vertical Connect. E o Projeto de Lei é o de número 743, de 2025.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

Fica feito o registro e já o nome é devidamente indicado para compor a audiência pública.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, a título de esclarecimento, é só para reiterar que não é um questionamento da decisão de suspensão. É para nós nos informarmos sobre os motivos de suspensão e por que não foi suspenso antes. É só para deixar claro aqui que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... em nenhum momento, eu estou questionando a decisão da Anac no sentido de suspender no momento, mas, sim, o que causa preocupação é o fato de ter sido suspenso após um grave acidente aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E tanto tempo depois, não é?

Agradeço a V. Exa. e fica feito o registro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Marcelo Castro, pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... nós temos alguns itens aqui na pauta. Eu observo que o item 4, do qual eu sou Relator, é o único terminativo. Como eu estou observando que o nosso quórum está baixando, eu sugeriria a V. Exa., se os pares estiverem de acordo, que a gente pudesse fazer uma inversão de pauta e colocar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação partirmos para o item 4, para a gente aproveitar o quórum. Se todos estiverem de acordo, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Marcelo Castro, da minha parte, não há objeção. Se os demais Senadores também não tiverem objeção, eu posso fazer assim: na verdade, nós temos quatro itens na pauta e dois os Relatores solicitaram a esta Presidência que fossem retirados da Ordem do Dia de hoje porque não estão presentes. Eles querem estar presentes quando da leitura para a apreciação, que são justamente os itens dois e três, de que eu já, desde logo – obrigado, Senador Amin –, defiro o adiamento, passando a ser incluídos novamente na sessão da próxima semana a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 2688, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)
Relatoria: Senador Fernando Farias
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. Em 10/12/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.
2. A matéria será apreciada pela CAE.
3. Votação simbólica.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 3433, DE 2024
- Não terminativo -

Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)
Relatoria: Senador Fernando Farias
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1- A matéria será apreciada pela CMA e pela CAE.
2- Votação simbólica.)

O item solicitado pelo Senador Marcelo Castro é o item 4. Na sequência, eu vou ao item 1, que é do Senador Lucas Barreto.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 600, DE 2024
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina "Rodovia Pedro Inacio Wiegert" o trecho da rodovia BR-163 compreendido entre o município de Guarantã do Norte e a divisa do estado do Mato Grosso com o estado do Pará.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Eu concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa proposição, de autoria do nobre Senador Wellington Fagundes, denomina esse trecho da rodovia BR-163 de Rodovia Pedro Satélite. O seu nome é Pedro Inacio Wiegert.

Ele foi Vice-Prefeito de Guarantã do Norte, foi Prefeito, foi Deputado Estadual por oito legislaturas e faleceu recentemente. Quer dizer, tem uma longa ficha de serviços prestados ao Mato Grosso, sobretudo ao norte do Mato Grosso, e recentemente falecido. Então é muito oportuna essa solicitação do nobre colega Wellington Fagundes.

Eu faria aqui a observação de que essa BR-163, que corta grande parte do país, já foi denominada inicialmente, em 1975, de Rodovia Filinto Müller, saindo de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, até Santarém, no Pará. Depois, já em 2009, ela foi denominada, a partir de Cuiabá até Santarém, de Rodovia Jonas Pinheiro, que foi Senador do Mato Grosso, foi Deputado Federal, grande líder do setor rural. E agora a proposição do Senador Wellington Fagundes trata apenas um pequeno trecho dessa rodovia, que iria de Guarantã do Norte à divisa com Mato Grosso. Então, a BR toda continuaria se chamando Filinto Müller; de Cuiabá a Santarém, Jonas Pinheiro; e, nesse trecho de Guarantã do Norte à divisa com Pará, de Pedro Satélite.

Então, a emenda que eu apresento é porque o nome sai Pedro Inacio Wiegert e, como ele era sempre chamado mesmo e conhecido como Pedro Satélite, seria para ficar o nome Rodovia Pedro Satélite, o que é um pedido também do Senador Wellington Fagundes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, é para encaminhar também a matéria, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar o Senador Wellington, que é o autor, e o Relator, Senador Marcelo Castro.

V. Exa. foi muito claro. Essa rodovia foi denominada Senador Filinto Müller no seu primeiro instante. Após isso – V. Exa. conheceu muito bem o Senador Jonas, foi Deputado Federal –, ele foi homenageado com a denominação de Rodovia Senador Jonas Pinheiro, do Trevo do Lagarto, ao longo da BR-163, até o extremo norte do nosso estado, sobretudo até Santarém.

O que eu estou entendendo do projeto é que nós vamos fracionar um trecho de Guarantã até a divisa do Pará, levando o nome do grande amigo pessoal Deputado Pedro Satélite.

É uma homenagem justa, na medida em que ele foi com certeza um dos bandeirantes que chegou àquela vasta região do nosso estado, contribuindo sobremaneira ao processo de desenvolvimento econômico e social, tendo em vista que ele tinha uma empresa de transporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, ônibus de transporte de passageiros. Naquela época, quando ele chegou, era muito difícil fazer transporte de passageiros naquela região ali, sem asfalto, sem pontes. Era uma verdadeira tragédia que ele vivia, em todos os anos, ali, na época das águas.

Agora, nesse caso, particularmente, se deixou muito bem claro: continua Rodovia Filinto Müller, BR Filinto Müller; e, de lá para cá, no trecho Cuiabá até determinado ponto, Senador Jonas Pinheiro; e, apenas de Guarantã do Norte, Deputado Pedro Satélite.

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, é homenagem justa. Se tem pessoas que merecem ser homenageadas, é o ilustre Deputado por alguns mandatos, Vereador, acho que foi Vice-Prefeito também, etc.

É isso aí. Bom projeto, e merece com certeza ser homenageado com esse trecho de Guarantã do Norte até a divisa com o Estado do Pará.

Pode ter certeza de que V. Exa. está relatando uma matéria de um homem que contribuiu sobremaneira com o desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso. Tem o meu apoio, me solidarizo e já quero anunciar aqui "sim", favoravelmente à relatoria do Senador Marcelo Castro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos.

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 600, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu indago ao Plenário: como nós temos apenas mais um item e ele será de votação simbólica, eu antecipo a leitura do relatório, com o Senador Lucas Barreto, do item 1, Projeto de Lei 4.495, de 2019, não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4495, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir liberdade de preços nos serviços de praticagem prestados em regime de livre iniciativa econômica e livre concorrência.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria do Senador Lucas Barreto, a quem eu asseguro a palavra para a leitura do relatório.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de iniciar o relatório, o senhor me permite um minuto também para falar sobre o que foi falado aqui nesta reunião? (*Pausa.*)

Quanto à energia elétrica, só para se ter ideia, Presidente, o MPF entrou com uma ação de danos morais em favor do povo do Amapá de R$70 bilhões, para que se tenha noção do tamanho do dano que sofreu o povo do Amapá.

Quanto à questão do petróleo, as ONGs e a USP estavam fazendo reuniões para criar uma reserva marinha, Senador Marcelo Castro, que vai lá do limite do Amapá com a Guiana Francesa até o Piauí. Seria uma reserva de 35 milhões de quilômetros quadrados, onde seria proibido até pescar, só para se ter ideia do nível da pressão que o Brasil está sofrendo para não se explorar petróleo na costa do Amapá.

Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque é a mesma plataforma continental que vai até a Venezuela. Se a Venezuela tem 25% do petróleo do mundo e da Guiana nós não sabemos o tamanho da reserva... Para se ter uma ideia, o PIB da Guiana, no ano passado, aumentou 48 vezes e, em valores, foram US$40 bilhões. E, no Amapá, nós sabemos que a reserva é trilionária, é o que eles chamam de grande prêmio. Só para se ter uma ideia, estima-se que tenha 1 trilhão de metros cúbicos de gás.

E quem vai financiar a transição energética no país, no Brasil? É o petróleo e o gás. E o gás tem uma vantagem: é energia limpa. Nós temos o Linhão de Tucuruí lá no Amapá, em que nós podemos injetar essa energia produzida a partir do gás.

Então, Sr. Presidente, existe um paradoxo ambiental, para finalizar: é que, quanto mais preservado o estado, mais pobre é o seu povo, que é o caso do Amapá. Então nós não abrimos mão. Há um compromisso do Senador Davi também com muitos Senadores desta Casa para que nós tenhamos a exploração de petróleo e gás na costa do Amapá.

A 540km da foz do Amazonas, a 50km de onde já estão explorando, tem 17 poços já explorando na Guiana Inglesa. E detalhe, Senador Marcelo, esses poços já produzem e vão produzir no final do ano 70% do petróleo que o Brasil produz. Então é um absurdo que só o Amapá não possa explorar.

E um detalhe é o que está se fazendo no Amapá. A Petrobras já está lá fazendo toda aquela retaguarda de proteção para o caso de um vazamento. E é a melhor coisa para o país, porque, se acontecer um vazamento na Guiana, quem vai proteger? Que garantia nós temos? Nós teríamos a garantia da Petrobras.

Então nós não abrimos mão, certo? Nós não queremos... O estado mais preservado do mundo é o Amapá, não queremos derrubar uma árvore, imagine uma folha, nem uma folha, mas nós queremos, sim, desenvolver o Amapá a partir da exploração do petróleo e gás do Amapá.

E agora, Sr. Presidente, o nosso relatório.

Chega para análise desta Comissão o PL nº 4.495, de 2019, do Senador Styvenson Valentim, que “altera a Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para conferir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade de preços nos serviços de praticagem prestados em regime de livre iniciativa econômica e livre concorrência".

O projeto é composto por três artigos, sendo que o primeiro e o segundo alteram a Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário), para (art. 1º) determinar que a autoridade marítima somente possa fixar o preço do serviço de praticagem "se a prestação do serviço ocorrer em regime de monopólio", e para determinar que "o serviço de praticagem submete-se aos princípios da liberdade de iniciativa econômica e da livre concorrência e poderá, assim, adotar o regime de preços de livre mercado, sem interferência estatal". Por fim, o terceiro artigo do projeto determina a vigência imediata da lei que vier a decorrer de sua aprovação.

Na justificação, o autor informa que o projeto visa a modernizar o controle do tráfego marítimo.

Análise.

A análise aqui realizada será bastante sucinta em função da edição da Lei nº 14.813, de 15 de janeiro de 2024, a qual tem como ementa: "altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)". De fato, esta lei trata dos mesmos assuntos do PL aqui analisado, embora divirjam quanto à orientação a ser dada à praticagem no Brasil.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Senado, tacitamente, já tenha se manifestado contrariamente ao PL nº 4.495, de 2019, uma vez que aprovou, em dezembro de 2023, o PL nº 757, de 2022, o qual, por sua vez, resultou na mencionada Lei nº 14.813, de 2024. Em face disso, entendemos que o projeto analisado deva ser declarado prejudicado, à luz do que determina o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.495, de 2019.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Lucas Barreto.

O relatório...

A matéria está na fase agora de discussão.

Indago se há algum Senador que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão, mas eu vou fazer o sobrestamento da votação dessa matéria, porque nós ainda estamos em processo de votação nominal no item anterior. Então, na sequência a essa votação, nós faremos a votação simbólica do item 1, lido pelo Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

Nós ainda precisamos de mais quatro votos – aliás, agora três votos –, mais três votos para concluir a votação desse item, do PL 600. (*Pausa.*)

Já temos 12 votos no Projeto de Lei nº 600. Portanto, nós já atingimos o quórum regimental para votação da matéria em caráter terminativo.

Indago se ainda há Senadores que queiram votar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo, declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Onze votos SIM; nenhum voto contrário.

Portanto, a matéria está aprovada. Aprovado o projeto de lei, com emenda.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Na sequência, passamos à deliberação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria fazer um comentário rápido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. é o autor da matéria; tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – O Senador Jayme Campos já abordou bastante o que representou o Pedro Satélite para o Estado de Mato Grosso. Ele foi um precursor lá do transporte de passageiros e, na verdade, o transporte de passageiros naquela época fazia de tudo: carregava porco, galinha, carregava a fartura do produtor rural para as cidades... Então, ele fazia o trabalho social e também promoveu o desenvolvimento de toda a região; acredito que, inclusive, em Rondônia também, essa companhia dele, a Satélite, esteve também trabalhando lá. Uma pessoa que foi... Inclusive, ele foi Deputado Estadual, tivemos muitas parcerias, mas o mais importante de tudo é que é uma figura extremamente querida, visionária e, por isso, a homenagem nossa denominando o nome dele para o trecho de Peixoto a Guarantã. Ele era chamado, inclusive, de o 163... o 161, na verdade, que é a nossa estrada lá, que é a principal estrada troncal que liga o sul do Brasil, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia...

Então, por isso, eu quero agradecer aqui a todos que votaram nesse projeto. É extremamente justo e, claro, vamos fazer no momento oportuno ainda, depois de aprovado... Inclusive, eu quero já pedir aqui a possibilidade de a gente ter lá uma sessão, como Comissão Externa, para homenagear essa figura que realmente foi muito importante para o meu estado e para a região como um todo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, e o cumprimento pela iniciativa de fazer essa justa homenagem. Tanto é verdade que V. Exa. apresentou o nome, e o Relator fez aqui todas as referências em relação a ele, secundado pelo Senador Jayme Campos também, em um reconhecimento coletivo. Parabéns a V. Exa. pela iniciativa!

Portanto, concluída a votação do item terminativo, passamos agora à deliberação do item 1, do Projeto de Lei 4.495, de 2019. Este é não terminativo, portanto, votação simbólica. Submeto à apreciação a matéria.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Portanto... (*Pausa.*)

Essa matéria vai ainda para a Comissão de Assuntos Sociais, não é? (*Pausa.*)

Então, na sequência, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para as providências cabíveis.

Eu indago se há algum Senador que queira acrescentar alguma observação, porque, se não houver... Dos outros dois itens que nós tínhamos na pauta, os itens 2 e 3, os Senadores Relatores solicitaram o adiamento. Então, já foi deferido. Nós não temos mais itens a serem apreciados.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário à dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos, Sergio Moro e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2688, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3433, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4207, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina “Anel Viário Dr. Neife Abrahão” o anel viário localizado na BR-158/262, no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul."" **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 10, de 2025** que: "Requer o aditamento ao REQ 07/2025 - CI, para incluir entre os convidados da audiência pública os senhores GILBERTO DE SOUZA LEAL JUNIOR, Secretário de Governo de Joinville, e DIEGO MACHADO, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 11, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a contradição na execução dos procedimentos de Fiscalização do Tempo de Direção e Descanso do Motorista Profissional e suas respectivas sanções, previstas na "Lei dos Caminhoneiros" (Lei 13.103/2015), com a precariedade da infraestrutura de pontos de repouso e descanso nas rodovias do País." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 12, de 2025** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025-CI sejam incluídos entre os convidados os senhores Edison Rígoli, Presidente do Conselho Regional de Engenharia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Agronomia de Rondônia (CREA-RO), e Thiago Bras Rocha, Consultor da APROSOJA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 7/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 8/2025 - CI, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Requer a realização de audiência pública para prestar esclarecimentos sobre a alteração unilateral na cobrança de tarifas de armazenagem, remoção e capatazia sobre cargas importadas e exportadas, realizada por concessionárias aeroportuárias, sem anuência da Anac e do Ministério de Portos e Aeroportos, e para discutir a suspensão dos voos da Voepass pela Anac. **Participantes:** Roberto José Silveira Honorato, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; Bruno Diniz Del Bel, Superintendente de Padrões Operacionais da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; Renan Essucy Gomes Brandão, Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; Daniel Ramos Longo, Diretor do Departamento de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias, da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos - SAC/MPOR; Gilberto de Souza Leal Junior, Secretário de Governo de Joinvile; e Diego Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinvile. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Fernando Farias, Sergio Moro, Rogério Carvalho, Fernando Dueire e Astronauta Marcos Pontes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Muito bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de março de 2025.

Desde logo agradecendo a presença das Sras. e Srs. Senadores da República, bem como das assessorias parlamentares, dos representantes que aqui estão, a sessão de hoje tem dois momentos: no primeiro momento, nós vamos ter a parte deliberativa, com pautas que foram devidamente publicadas; e, na sequência, uma sessão de audiência pública.

Antes, há alguns comunicados, que são de praxe nesta Comissão.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Aviso 965/2024, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria para avaliar a implantação do Programa de Extensão de Vida da Usina Angra, buscando conhecer as atividades e ações empreendidas no programa, tendo em vista tanto sua relevância e materialidade quanto a possibilidade de que seja reaplicado, no médio prazo, na Usina Angra 2, e examinar a gestão dos recursos do Fundo de Descomissionamento das Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2, dada a correlação do fundo com o fim da vida útil dessas usinas;

– Aviso 978/2024, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de levantamento com objetivo de identificar as ações adotadas ou planejadas pelos órgãos responsáveis para dotar as vias navegáveis de infraestrutura necessária para serem aproveitadas como hidrovias, bem como de avaliar o arcabouço normativo para exploração das hidrovias interiores e identificar medidas para aumentar o uso do transporte de navegação interior na matriz de transporte brasileira;

– Aviso 984/2024, do Tribunal de Contas da União, que trata do terceiro acompanhamento para avaliar o cenário das obras paralisadas no país (ano-base 2024), financiadas com recursos da União;

– Aviso 1009/2024, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de analisar as políticas públicas para a transição da matriz energética brasileira;

– Aviso 121/2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de auditoria constante do Fiscobras-2016, que teve como objeto as obras da nova subida da Serra de Petrópolis/RJ, pertencentes à Rodovia BR-040, entre Juiz de Fora/MG e Rio de Janeiro/RJ, trecho concedido à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer);

– Aviso 185/2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15/10/2021, com a finalidade institucional de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal.

– Aviso 202/2025, do Tribunal de Contas da União, que comunica que o Requerimento 5/2025, da CI, foi recebido e autuado como Processo TC 004.289/2025-0 e será tratado com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devida urgência e tramitação preferencial, consoante o disposto no art. 5º, I, da Resolução do TCU nº 215/2008.

Lembro que o referido requerimento, de autoria do Senador Jaime Bagattoli, foi aprovado em 11/03/2025 e solicitava que o TCU realizasse inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o processo licitatório da concessão da Rodovia 364.

– Ofício 17.162/2024 da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, que comunica a aprovação, naquela Casa Legislativa, de voto de aplauso dirigido ao Senador Fernando Dueire, pela premiação outorgada pela MasterCana - Norte & Nordeste 2024, na categoria "Liderança Política Senado", pelos relevantes serviços prestados à cadeia sucroenergética na região.

– Ofício 4/2025, da Comissão de Aprovados Dnit 2024, que solicita que a Comissão interceda junto ao Dnit e demais autoridades para que a convocação dos aprovados no concurso público de 2024 seja realizada com urgência.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, estarão disponíveis para consulta na página da Comissão, pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados.

Antes de passar à próxima fase da reunião, eu queria dar conhecimento à Comissão de Infraestrutura, em face de tudo que vem acontecendo desde o ano passado com relação à questão das emendas parlamentares – sejam elas emendas individuais, de bancada, emendas de Comissão –, de que algumas providências estão sendo adotadas, justamente em razão das tratativas que foram feitas, dos acordos que foram estabelecidos. Dessa forma, eu quero dar conhecimento à Comissão de alguns procedimentos também no âmbito da Comissão de Infraestrutura.

Procedimentos para o apoio de emendas RP 8 do Orçamento de 2024.

Como é de conhecimento de V. Exas., o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, em conjunto com o Poder Executivo, elaboraram um plano de trabalho juntado aos autos da ADPF 854 e homologado pelo Supremo Tribunal Federal, com decisão referendada no dia 6 de março de 2025.

As demandas referentes às emendas de Comissão no ano 2024, para terem sua execução continuada, deverão observar o art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025, cujo projeto foi aprovado, em sessão conjunta, no dia 13 de março próximo passado.

Conforme determinação do referido artigo, as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Congresso Nacional deverão ratificar as indicações para a execução das respectivas emendas à Lei Orçamentária de 2024, devendo ser utilizado o modelo e a base de empenho disponibilizados pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional.

Para tanto, disponibilizamos no portal da Comissão e encaminharemos por *e-mail* aos membros da CI uma planilha com a listagem das Emendas RP 8 no Orçamento de 2024, de nossa Comissão, para que até o dia 24...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De 2024, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De 2024, porque é remanescente, e aí, nos termos do acordo feito e da resolução, têm que ser referendados para que cumpra a finalidade. Caso contrário, ocorrerá anulação.

Portanto, o prazo será fixado até o dia 27 de março, conforme determinação do STF, para que as Emendas RP 8, de 2024, sejam aprovadas em reunião da Comissão.

Solicita-se que os Parlamentares que desejarem apoiar as emendas listadas formalizem seu apoio por meio de ofício no Sistema Legis, encaminhando seus dados até o dia 20 de março, quinta-feira próxima, para que tenhamos tempo hábil para deliberar acerca das emendas em nossa próxima reunião.

Na verdade, aqui... Dê-me a planilha aqui.

Na verdade, no caso da Comissão de Infraestrutura, já foram encaminhadas. Aqui tem apenas duas emendas com valores relativamente baixos. Tem um saldo aqui de R$6,278 milhões. Esse é o saldo da Comissão. E são duas rubricas que já estão definidas. Então, é apenas referendar realmente. Uma é para Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda., e a outra é para a Fundação Getulio Vargas. São as duas emendas que estão no sistema e que carecem, portanto, desse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Rio?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Rio, Rio, isso. São essas duas. Mas, de qualquer maneira, obedecendo ao que foi estabelecido, nós daremos publicidade e faremos um encaminhamento conforme estabelecido no acordo e na resolução aprovada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, isso... O senhor está dizendo que aquelas indicações que foram feitas estão valendo, não é? Do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Do ano passado. Não vou fazer alteração, vou manter como está. Para a frente, a gente vê como fica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas aquilo que já foi estabelecido sem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... sem expectativa de modificação.

Como já anunciado, a presente reunião está dividida em duas partes, deliberativa e audiência pública interativa.

Na primeira parte, a presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Item 1.

Projeto de lei...

Os requerimentos... Eu começaria pelos requerimentos, para a gente até... Porque tem alguns que já estarão na audiência do dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não houver objeção, eu faria a votação dos requerimentos de forma conjunta, porque até tem alguns requerimentos que dizem respeito à audiência do dia de hoje: itens 4, 5, 6... São esses três aqui.

1ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 10, DE 2025
- Não terminativo -

Requer o aditamento ao REQ 07/2025 - CI, para incluir entre os convidados da audiência pública os senhores GILBERTO DE SOUZA LEAL JUNIOR, Secretário de Governo de Joinville, e DIEGO MACHADO, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

1ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 11, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a contradição na execução dos procedimentos de Fiscalização do Tempo de Direção e Descanso do Motorista Profissional e suas respectivas sanções, previstas na "Lei dos Caminhoneiros" (Lei 13.103/2015), com a precariedade da infraestrutura de pontos de repouso e descanso nas rodovias do País.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Ele propõe a presença dos seguintes convidados:

- Deputado Federal Hugo Leal;
- representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- representante da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA);
- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT);
- representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF);
- representante do Ministério do Trabalho;
- representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit);
- representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Portanto, são os convidados aqui sugeridos pelo autor do requerimento, Senador Esperidião Amin, a quem asseguro a palavra, neste momento, para fazer o encaminhamento desses dois requerimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Primeiro, acho que é autoexplicável, Presidente, o Requerimento nº 4.

Estão aqui presentes os representantes do Prefeito de Joinville, que gostaria de estar aqui, e o Presidente da Câmara, para trazer um breve depoimento – eu já lhes pedi – sobre o impacto que tem ocorrido em Joinville com uma alteração que nós vamos procurar consertar, retificar aqui hoje. Eu pedi isso em favor de Joinville. Eu acho que é mais do que justo que eles tenham, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dividam um espaço, dez minutos, cinco minutos para cada um, para explicar o que está acontecendo.

Quanto ao segundo, é um tema muito mais polêmico. O prezado amigo votou junto comigo, lá na Câmara, a Lei dos Caminhoneiros, que estabeleceu, em nome da busca pela segurança, etapas, jornadas de trabalho comparadas em pontos de parada e descanso dos motoristas.

Uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal, na minha opinião, é absolutamente correta do ponto de vista legal: estabelece descanso de até 11 horas ininterruptas. Ora, os pontos de parada e descanso de motorista não foram construídos! Eu dou um exemplo: Santa Catarina conseguiu um, inaugurado no dia 18 de abril do ano passado, que eu tinha solicitado dez anos antes – o primeiro ponto, o único ponto de parada e descanso de motorista em rodovia federal no meu estado, foi inaugurado há menos de um ano, depois de dez anos de pedido. Então há uma absoluta controvérsia, uma contrariedade entre o real e o legal. A decisão do Supremo está certa do ponto de vista legal, e a aspiração dos trabalhadores de terem direito ao descanso necessário e previsto em lei também está certa. Só que a realidade é outra.

Então este debate terá como propósito, quem sabe, estabelecer um tema de ajustamento de conduta que permita a subsistência de uma atividade. No Brasil, 80% do que nós transportamos é por caminhão. Então algo que seja razoável como transição para o cumprimento desses dispositivos legais relacionados aos pontos de parada e descanso de motorista... Essa é a razão do requerimento. E eu tenho certeza de que todos os estados do Brasil estão sendo afetados com as multas que estão sendo aplicadas sem remédio possível.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin, eu cumprimento V. Exa. pela iniciativa, especialmente desse requerimento do item 5, que trata da questão do repouso. Eu conheço essa situação, e assiste razão V. Exa.

Esse é um problema nacional, não é um problema apenas do Estado de Santa Catarina. Nós estamos enfrentando essa mesma situação lá no Estado de Rondônia, e eu já vinha tratando desse assunto com a ANTT – tive uma reunião no meu gabinete com seu Presidente – e pedi uma audiência com o Diretor, salvo engano, do Denatran, que é quem está com essa matéria em mão. Ele estava até, me parece, de férias ou outra coisa e ficou de me dar um retorno na sequência.

Eu até observei que parece que o representante do órgão de trânsito federal não estaria aqui. Se V. Exa. me permite, eu sugeriria também a presença dele. Depois eu vou só verificar com o gabinete com quem é que eu estou tratando lá, para encaminhar justamente a pessoa que é responsável.

E daí veja V. Exa., nas tratativas que fiz com a ANTT, do regulamento da lei que nós aprovamos no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado e depois seguindo à sanção, o próprio órgão regulador coloca que, para se dar cumprimento à lei, era necessário que toda a infraestrutura fosse oferecida.

Ocorre que quem está lá na ponta atuando, que é a Polícia Rodoviária Federal, fazendo o acompanhamento de quem está na rodovia, pega uma norma que é estabelecida pelo Contran e simplesmente aplica sanção para aqueles que não conseguem cumprir a regra. E não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguem... Não vou dizer que é o caso de todos e de todas as regiões. Eu não conheço a realidade de cada uma das regiões, mas falo por um estado que eu conheço, que é o meu estado. E V. Exa. conhece a realidade que está aqui a defender. Multas estão sendo aplicadas sem que a infraestrutura necessária para o descanso, para o repouso seja oferecida.

Então acho que esse é um tema que realmente a Comissão precisa enfrentar, trazer aqui todos os atores envolvidos nesse tema para a gente encontrar uma solução: ou o sobrestamento da aplicação da regra até que se ofereça a infraestrutura necessária ou uma adequação da norma, enfim. Mas é necessário que haja realmente a discussão desse tema e cumprimento V. Exa. pela iniciativa. Faço apenas esse adendo aqui em relação à sugestão de um nome do Departamento de Trânsito Nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O último requerimento, esse de minha autoria, requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a contratação na execução dos procedimentos de... (*Pausa.*)

Não, esse aqui é o mesmo, estou confundindo.

É aditamento também.

1ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 12, DE 2025
- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025-CI sejam incluídos entre os convidados os senhores Edison Rígoli, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia (CREA-RO), e Thiago Bras Rocha, Consultor da APROSOJA.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Eu estou fazendo um aditamento no requerimento que nós aprovamos também, na semana passada, sobre a concessão da rodovia federal lá do Estado de Rondônia.

Apresentados os requerimentos, submeto à votação.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Item 1.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 2688, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar a renda de 1 (um) concurso por ano da loteria de prognósticos numéricos ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Fernando Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. Em 10/12/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Em 18/03/2025 o Senador Fernando Farias apresentou novo relatório à matéria.

4. Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Peço para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Conforme o inciso II do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre assuntos correlatos à infraestrutura.

Como alega o autor da proposição em sua justificação, a infraestrutura das cidades precisa de adequações para se tornar resiliente a eventos climáticos extremos que tendem a ocorrer de modo cada vez mais frequente. Considerando que o objetivo da proposição é aumentar a resiliência da infraestrutura urbana, o PL 2.688, de 2024, está dentro das competências regimentais da CI.

Quanto à constitucionalidade, não verificamos óbices, pois a Constituição Federal estabelece que é competência da União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, inciso XX), gênero dentro do qual a loteria de prognósticos numéricos é espécie. Como o Congresso Nacional pode legislar sobre matérias de competência da União, não há vício de iniciativa. Ademais, a proposição não viola as cláusulas pétreas, tampouco é matéria reservada à lei complementar, sendo adequada a edição de projeto de lei ordinária.

A proposição inova o ordenamento jurídico, atentando-se ao requisito da juridicidade. Quanto à técnica legislativa, respeitou-se integralmente a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Durante o processo legislativo não houve violações ao Regimento Interno do Senado, logo, por respeitar o processo regimental de leis ordinárias, o pré-requisito regimental foi cumprido.

Como caberá à CAE a decisão terminativa, deixaremos a avaliação econômica da medida para a última Comissão, tendo em vista sua competência para essa apreciação.

Por isso, neste relatório focalizaremos o mérito do PL nº 2.688, de 2024, para a infraestrutura urbana, tendo em vista as mudanças climáticas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram criados pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030. No caso em tela, o ODS 11 fixa o objetivo de "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis". Para cumprir esse objetivo, são estabelecidas diversas metas, dentre as quais, gostaríamos de destacar duas.

A primeira é a Meta 11.5 que dispõe a necessidade de "até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade".

A segunda que destacamos é a Meta 11.b, fixada pelo Brasil, que determina a necessidade de "até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres, de acordo com o Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030".

O autor do PL nº 2.688, de 2024, sensível às trágicas inundações que afligiram o Rio Grande do Sul em 2024, lembra que:

> Dezenas de pessoas perderam suas vidas, enquanto centenas de milhares tiveram que sair de suas casas às pressas, sem nenhuma garantia ou previsão de quando poderão retornar. Por sua vez, enquanto os prejuízos bilionários são calculados, ainda que a infraestrutura das cidades inundadas seja reconstruída, não há garantia de que tragédias semelhantes não voltarão a ocorrer.
> Pelo contrário, considerando os relatórios nacionais e internacionais sobre mudanças climáticas e suas consequências, há probabilidade crescente de que o planeta Terra enfrente eventos climáticos intensos, tanto pela seca extrema como pelas inundações e enchentes.

Ou seja, o autor reconhece que a tragédia do Rio Grande do Sul não foi um caso esporádico, mas sim um evento climático extremo que tende a se repetir periodicamente à medida que se agravam as mudanças climáticas. Nesse sentido, a infraestrutura urbana tem que se tornar resiliente às novas condições climáticas, com um foco na proteção da vida humana, especialmente da população carente, que é a que mais sofre com os eventos extremos.

Destinar os recursos de um concurso da loteria de prognósticos numéricos é meritório ao aumentar os recursos disponíveis a obras e ações que promovam a resiliência climática das cidades brasileiras. Contudo, reconhecemos que não é uma fonte estável de recursos, mas apenas temporária, dada a calamidade recente e a urgência na adaptação da infraestrutura das cidades brasileiras.

Por isso, fixamos o prazo de quatro anos para a alocação de um concurso da loteria, de modo que as ações prioritárias sejam tomadas e que o poder público tenha tempo hábil para estabelecer fontes perenes de financiamento ao Funcap, como a receita proveniente de multas por crimes e infrações ambientais, incluídas pela Lei nº 14.691, de 2023, no rol de recursos previstos no art. 9º da Lei nº 12.983, de 2014.

Ademais, não basta que sejam feitas quaisquer ações com o pretenso objetivo de garantir o enfrentamento aos eventos climáticos extremos. É preciso que sejam estabelecidos critérios qualitativos para essas ações. Por isso, também oferecemos uma emenda ao PL nº 2.688, de 2024, para acrescentar novo art. 3º, renumerando o subsequente. Este novo art. 3º, a ser incluído pela emenda que ora propomos, altera o art. 8º da Lei nº 12.340, de 2010, de modo a incluir, dentre as competências do Funcap, o apoio a medidas que promovam a resiliência das cidades e agrupamentos urbanos aos eventos climáticos extremos, conforme as boas práticas nacionais e internacionais. Por conseguinte, torna-se necessário ajustar a ementa e o art. 1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No sistema de monitoramento do risco climático “Adapta Brasil”, lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é evidente que o risco não incide apenas sobre a infraestrutura das zonas urbanas, havendo risco de alagamento, deslizamento de terras e outros associados às mudanças climáticas em cidades pequenas e em agrupamentos humanos situados na zona rural dos municípios. Nesse sentido, consideramos pertinente alterar a ementa da proposição, o art. 1º e o art. 3º, para incluir os agrupamentos humanos situados em zonas rurais, de modo a não haver ambiguidades e uma exclusão indevida desse contingente.

Para que os agentes econômicos tenham tempo para se adaptarem à nova norma, também sugerimos *vacatio legis* de sessenta dias ao invés de vigência imediata.

Voto, Presidente.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade e, quanto ao mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.688, de 2024, com as seguintes emendas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pela leitura do relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Sergio Moro, V. Exa. tem a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero aqui elogiar o autor do projeto, Senador Fernando Farias, e, igualmente, o Relator, Fernando Dueire, pelo trabalho realizado, porque a gente tem visto essas calamidades, esses desastres climáticos se repetindo, e, não obstante, o Brasil sempre é pego desprevenido. Tivemos essa catástrofe lá no Rio Grande do Sul, embora, claro, seja muito difícil prever a escala desse tipo de acontecimento, mas vira, depois, um deus nos acuda.

Então, ter recursos disponíveis previamente num fundo de calamidade para atender todo o país... Isso pode acontecer em qualquer estado, seja lá em Pernambuco, seja lá em Alagoas, seja lá no Paraná, seja lá no Maranhão. Então, é algo extremamente feliz.

Eu tenho só uma preocupação, e tive a oportunidade de conversar sobre essa preocupação com o autor e com o Relator do projeto, que é deixar claro – e foi-me dito que não era a intenção do projeto, que não é a intenção do projeto –, que a destinação de renda proveniente da loteria de prognósticos para esse fundo de calamidade não prejudica as destinações já previstas em lei para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para o Funpen. É porque a gente está vendo hoje uma situação de absoluta calamidade na segurança pública com a escalada do crime no Brasil, não só do crime violento, mas também da criminalidade organizada. O Funpen e o Fundo Nacional de Segurança Pública recebem percentuais do produto de arrecadação das loterias. Não, jamais foi a intenção, como foi dito pelo autor e pelo Relator. Na compreensão deles, o projeto não afeta essas verbas, mas só para...

Até para que não haja essa interpretação equivocada, até por parte da opinião pública, mas também por parte dos aplicadores da lei, eu estaria sugerindo aqui a inclusão, se o Relator concordar e também o autor do projeto, de um dispositivo no §3º do art. 16-A do projeto, basicamente dizendo o seguinte: o disposto nesse artigo não prejudicará os percentuais dos produtos de arrecadação destinados ao FNSP e ao Funpen. Seria a minha sugestão, apenas para deixar claro algo que já se tem por implícito dentro do projeto. E reiterando aqui, apesar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa observação pontual, que o projeto é absolutamente meritório e absolutamente oportuna, também, a apresentação pelo autor, e o relatório apresentado. Então, fica essa sugestão para ser acolhida, ou não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., nobre Senador Sergio Moro.

Eu indago o Relator se está à vontade já para se manifestar sobre esse ponto ou se quer aguardar a discussão.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Não, concordamos. Não era a intenção, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu faria uma pergunta, aqui, ao Relator e ao eminente Senador Sergio Moro – e o autor está aqui presente também. Do montante de recursos derivados dessa fonte, pelo visto tem o Fundo de Segurança Pública, agora tem o de calamidade. Tem outros fundos que são também atendidos com recursos derivados dessa fonte ou não? Tem. E por que eu estou fazendo essa pergunta aqui? Porque se houver a fixação da ressalva específica em relação ao Fundo de Segurança Pública, eu tenho a compreensão – e talvez um comando genérico seja mais seguro – de que o alcance da proposta de determinar repasse de percentual para essa finalidade não tem o condão de afastar aqueles já previstos.

Agora, quando eu coloco uma excludente ou uma ressalva especificamente em relação a um dos fundos, Senador Amin, me parece que, se está-se ressalvando apenas um dos fundos, o intérprete pode ter a esperteza de dizer o seguinte: "Não, o legislador quis ressalvar aqui apenas o Fundo de Segurança Pública". Por isso é que eu estou perguntando: tem outros que são alcançados por recursos derivados dessa fonte? Se tem, aí eu concordaria com a tese – concordaria não, eu daria apenas um pitaco, uma sugestão –, com a sugestão do Senador Sergio Moro, mas ressalvando os demais fundos, porque, no específico, a mim me parece fragilizar os demais.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Perfeito. Eu não esperaria de V. Exa. uma intervenção mais certeira.

Nós, na verdade, quando estudamos esse projeto... E esse projeto tem um mérito muito grande, nós temos assistido de norte a sul do país a problemas de toda a natureza de ordem climática e nós precisamos tornar mais robustos os recursos para socorrê-los. Nós conversamos com o Governo. E essa conversa foi que apenas um concurso seria destinado para isso. E, claro, não adiantaria fazer uma coisa que pudesse beneficiar e trazer um apoio direto àqueles que, por infortúnio, estariam sofrendo problemas climáticos ou desastres naturais de toda natureza descobrindo outros. Então, na verdade, o entendimento é de preservação, ficando o recurso restante para o Funcap. Então a posição genérica, eu acho que, se o Relator me permitir, cabe perfeitamente, sem precisar efetivamente nominar os fundos.

O Senador Sergio Moro, acho que com muita propriedade... Isso é o Senado. Isso aqui são visões diferentes que permitem que nós tenhamos a condição de chegar a um produto final bem-feito. Então, eu acredito que a contribuição do Senador Sergio Moro foi muito boa ao relatório do Senador Fernando Farias, e a sua é definitiva porque, na verdade, ressalva todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A minha preocupação... Eu concordo com a preocupação do Senador Sergio Moro. E, dada até a dimensão do tema que ele traz, a questão da segurança pública e esse fundo são importantes, mas a minha preocupação é que, se você tem outras destinações e você ressalva apenas um, isso, me parece, fragiliza as demais. Mas, caso queira constar nominalmente a questão da segurança pública, mas fazer constar também esse ponto e os demais já previstos, ressalvados... É apenas nesse aspecto, é mais por uma cautela, por um cuidado do que por qualquer outra razão.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Poderia ser, então, uma sugestão: "O disposto neste artigo não prejudicará os percentuais do produto de arrecadação destinados aos fundos legalmente constituídos, legalmente previstos".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ou, se quiser deixar claro: "... ao FNSP, ao Funpen e aos demais fundos legalmente previstos". Aí fica entregue ao...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que, na redação final...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Vamos colocar genérico?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se está acordada em relação ao objetivo, a redação final, a cargo do Relator, com o acatamento da sugestão feita pelo Senador Sergio Moro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – No direito administrativo, vale o que está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – No direito administrativo, só vale aquilo que está expressamente escrito. Se é um projeto de lei que está dizendo que é um concurso para uma determinada finalidade, é só isso que vale; o resto é letra morta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nos tempos atuais, é bom escrever com um pouco mais de cuidado. A gente está... (*Risos.*)

Mas eu cumprimento o autor.

A matéria continua em discussão.

Indago se há algum outro Senador que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não!

O Relator fez o acordo...

Relator! Senador, o senhor está reforçando que está acatada a sugestão? (*Pausa.*)

O.k.

Em votação a matéria. A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, só uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não!

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sempre é tempo de cumprimentar V. Exa. e dizer que me sinto muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado!

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... estando aqui na Comissão de Infraestrutura, comandada, liderada e presidida por V. Exa. Rondônia nos deu um presente, um presente não só a esta Comissão, ao Senado e ao país, ao trazê-lo para cá. O senhor é um Senador equilibrado, justo, com forte conteúdo, e, como não pude fazê-lo nas sessões anteriores, eu não gostaria de deixar esse registro passar sem que o fosse.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Portanto, muito obrigado a V. Exa., e seguimos então para o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. as palavras e a consideração.

Portanto, o projeto está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as emendas acatadas pelo Relator.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 2... É o mesmo ou não?

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 3433, DE 2024
- Não terminativo -

Regula a securitização de ativos ambientais, destinada à conversão de créditos ambientais em recursos monetários.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1- Em 14/03/2025 o Senador Jaime Bagattoli apresentou a emenda nº 1.

2- A matéria será apreciada pela CMA e pela CAE.

3- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço permissão para ir direto às análises.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não!

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes" e "outros assuntos correlatos".

A proposição em análise está diretamente vinculada à infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável, uma vez que regula mecanismos financeiros voltados ao financiamento de projetos de conservação ambiental e inovação tecnológica no setor de infraestrutura. Portanto, encontra-se dentro da competência desta Comissão.

Nesse mesmo sentido, a matéria está em conformidade com o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa da União para legislar sobre energia. Tal competência abrange o planejamento e a regulação de atividades relacionadas à produção, transporte, distribuição e uso de energia, incluindo mecanismos de mercado que incentivem práticas sustentáveis, como os tratados na proposição em análise.

Ademais, o art. 225 da Constituição Federal assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. A proposta contribui para o cumprimento desse mandato constitucional ao criar instrumentos financeiros que fomentam a conservação ambiental e promovem o uso sustentável dos recursos naturais.

Outrossim, o PL atende aos princípios constitucionais da ordem econômica previstos no art. 170 da Constituição Federal, que incluem a defesa do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável como fundamentos da livre iniciativa e da função social da propriedade.

No mérito, o projeto representa um avanço significativo ao alinhar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental. A operacionalização da securitização de ativos ambientais demonstra viabilidade financeira e adequação à legislação vigente, promovendo transparência e segurança jurídica para investidores e beneficiários.

Além disso, o modelo proposto fortalece a economia verde, canalizando recursos para iniciativas que mitigam os impactos das mudanças climáticas e preservam a biodiversidade, contribuindo para a redução de desigualdades regionais ao financiar projetos que promovem o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica em diversas áreas, incluindo energia renovável e manejo sustentável de recursos naturais.

A fim de aprimorar o modelo proposto, propomos a inclusão de três emendas.

A primeira emenda proposta estabelece estruturas simplificadas para emissão de títulos lastreados em ativos ambientais, reduzindo burocracias e custos operacionais. Entre as simplificações, destacam-se a dispensa da publicação de prospectos completos, a possibilidade de se utilizar plataformas digitais para registro e negociação e a supervisão simplificada por agente fiduciário independente. Tais medidas facilitam o ingresso de empresas menores no mercado, promovendo a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

A segunda emenda apresentada...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... traz um mecanismo inovador de proteção ao investidor, prevendo a criação de fundos garantidores para mitigar riscos financeiros associados à volatilidade do mercado de Certificados de Recebíveis Ambientais. Esses fundos assegurariam um retorno mínimo para os investidores, proporcionando maior segurança e atratividade para investidores individuais, especialmente os de pequeno porte. Essa iniciativa é essencial para estimular a participação de novos investidores no mercado, fomentando a liquidez e a expansão do setor.

A terceira emenda prevê a aplicação subsidiária da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, a fim de assegurar a completude normativa do regime jurídico específico para ativos ambientais, garantindo segurança jurídica em casos omissos. Essa abordagem preserva a autonomia do novo regime, atendendo as particularidades dos ativos ambientais, como créditos de carbono e serviços ecossistêmicos, que demandam regulação diferenciada. Ademais, permite a harmonização com normas gerais já consolidadas, sem comprometer a especificidade e a inovação necessárias para fomentar projetos sustentáveis e atrair investimentos ao setor ambiental.

O conjunto dessas emendas representa um equilíbrio entre simplificação regulatória e proteção ao mercado. Ao mesmo tempo em que reduz barreiras de entrada para pequenas e médias empresas, garantindo sua competitividade, as propostas também asseguram a estabilidade e a confiança necessárias para o crescimento do mercado de títulos ambientais, dentro de um ambiente de segurança jurídica. Dessa forma, contribuem para um ambiente de negócios mais inclusivo e sustentável, alinhado às metas ambientais e econômicas do país.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 3.433, de 2024, com as seguintes emendas...

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu queria ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Ainda que haja total concordância com o mérito, vou pedir vista para que a gente possa fazer alguns ajustes em termos de nomenclatura para que, no máximo em duas sessões, a gente possa trazer de volta e aprovar por unanimidade, se assim for a vontade da Comissão.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Senador Rogério, eu acredito que a gente já chega um pouco atrasado com relação a esse tipo de prática, que cria o marco legal. Mas V. Exa., sempre com equilíbrio e tentando buscar consensos, coloca – o que, inclusive, é regimental – com a delicadeza e a elegância de sempre essa sua ponderação, de forma que eu apenas pediria para que nós pudéssemos realmente estabelecer... o senhor falou em duas semanas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Duas sessões.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Duas sessões para que o Senador Fernando Farias, que fez um relatório brilhante – está de parabéns pelo relatório que fez, inclusive agregando e melhorando o projeto que eu apresentei –, possa fazer a sua apresentação.

Concorda, Senador Fernando Farias?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concordado, Presidente.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Então, Presidente, eu acho que aqui fica o compromisso de que nas próximas duas sessões, na segunda sessão, nós voltamos com o assunto, certamente ajustado, para que a votação ocorra, o projeto seja aprovado na CI e possa seguir para a CMA e depois para a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a compreensão de V. Exa.

O pedido de vista é regimental; portanto, concedo vista coletiva da matéria e, dentro do que foi inclusive já anunciado, a matéria retornará à pauta para posterior deliberação.

O item 3 é um projeto de autoria da Senadora Tereza Cristina, com relatoria feita por mim.

Eu queria solicitar ao Senador Esperidião Amin que pudesse presidir neste momento, para que eu possa fazer leitura do relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, na certeza de que S. Exa., como Relator, vai otimizar o tempo, concedo-lhe a palavra para relatar este projeto, pedindo-lhe para caprichar na pronúncia do homenageado... no nome do homenageado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já criou uma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sobrenome árabe, hein. (*Risos.*)

1ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 4207, DE 2024
- Terminativo -

Denomina "Anel Viário Dr. Neife Abrahão" o anel viário localizado na BR-158/262, no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul."

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Votação nominal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Esperidião Amin. Essa matéria que vem à Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviço de Infraestrutura do Senado Federal trata do Projeto de Lei 4.207, de 2024, da Senadora Tereza Cristina, que denomina Anel Viário Dr. Neife Abrão...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Abrahão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Abrahão, o anel viário localizado na BR-158/262, no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

Portanto, passo direto à análise da matéria, dizendo que compete a esta Comissão, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Foi confiada à CI a competência para decidir terminativamente sobre o projeto de lei em questão nos termos dos incisos I dos arts. 49 e 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a este colegiado pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

O projeto sob análise não apresenta óbices relativos à sua constitucionalidade, juridicidade ou adequação ao regimento da Casa. Revela-se, em particular, consoante aos critérios estabelecidos na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite atribuir, mediante lei especial, designação supletiva aos terminais, obras de arte ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Apresenta-se, igualmente, de acordo com as determinações da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, a proposição merece prosperar.

Neife Abrahão, nascido no município de Três Lagoas, no dia 21 de agosto de 1929, realizou intenso e inspirador trabalho em prol da comunidade mato-grossense.

Sua trajetória foi marcada por sua atuação como médico dos ferroviários e na exploração da atividade pecuária, função para a qual se dedicou por mais de 50 anos, em propriedade rural bastante próxima do anel viário objeto da presente proposição legislativa.

Abrahão é reconhecido como a grande figura de destaque da região, seja na área da medicina, exercendo a missão de médico de família, seja na atividade econômica, como importante pecuarista gerador de emprego e renda.

A homenagem que esta Casa presta ao batizar o anel viário de Três Lagoas com o seu nome será um tributo às suas valiosas contribuições ao estado e uma forma de criar uma lembrança permanente de seu trabalho em prol do povo de Mato Grosso.

Dessa forma, revela-se justo e meritório o reconhecimento veiculado na presente proposição.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.217, de 2024, com homenagens à Senadora Tereza Cristina pela iniciativa de homenagear um grande brasileiro que deu grandes contribuições ao Estado do Mato Grosso e ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Submeto o Projeto de Lei 4.207, de autoria da nossa querida Líder da minha bancada, da Bancada do Progressista, Senadora Tereza Cristina, e muito bem relatado pelo nosso Presidente, Senador Marcos Rogério, coloco em votação.

A votação será nominal, por isso, os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se houver Senadores em outras Comissões, como por exemplo a Comissão de Educação, a Comissão do Meio Ambiente e outras que têm reunião agora pela manhã, eu sugiro que a Secretaria diligencie no sentido de obtermos o quórum o mais rapidamente possível.

Aproveito para reiterar os cumprimentos tanto ao Relator quanto à minha querida amiga e Líder, Senadora Tereza Cristina. (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos estava aqui há pouco.

Chegou há pouco aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estamos aqui aguardando que se consiga o quórum.

Consulto a nossa Senadora Tereza Cristina se ela quer fazer alguma observação complementar, uma vez que o projeto é de sua autoria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Bom, eu quero agradecer e dizer da importância do nome para essa rotatória, Anel Viário Dr. Neife Abrahão, que possibilitou o entroncamento das estradas em Três Lagoas que passaram pela sua propriedade.

Então, nada mais do que uma justa homenagem a um homem que teve sua vida e seu trabalho dedicados ao meu Estado Mato Grosso do Sul, e seus filhos lá ainda vivem.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O mais da biografia do Dr. Neife Abrahão, o Senador Marcos Rogério se desincumbiu muito bem para enaltecer o seu papel comunitário e como médico, o que coroa o projeto apresentado por V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Agradeço ao Relator ter relatado tão bem o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Jayme Campos, estamos todos na torcida aqui pelo seu voto.

V. Exa. conseguiu aperfeiçoar o número 11. É muito difícil isso. (*Risos.*)

Veja bem: a Senadora Tereza Cristina foi a número 11, que é o número perfeito.

O senhor é o melhor reserva dessa seleção: é o número 12.

Solicito à Secretaria que faça a apuração dos votos.

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Onze, como disse a todos, é o número perfeito.

Onze votos SIM.

Não pude votar.

Então, está aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Marcos Rogério e a iniciativa da Senadora Tereza Cristina.

Congratulo-me com a comunidade e devolvo, sem nenhum ônus e sem nenhum prejuízo, a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Amin.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uma indagação ao senhor.

Aqui, está sendo concluído o trabalho de hoje em relação aos projetos que estão sendo encaminhados.

Agora, vai ter uma audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Uma audiência pública.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Uma audiência pública com o pessoal da Anac e do Ministério dos Portos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. é muito bem-vindo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Com certeza. Vou votar em outra Comissão e já voltarei para fazer algumas indagações.

Com certeza, esta audiência será muito importante para dirimir o que está acontecendo no transporte aéreo brasileiro.

Parece-me que esta audiência tem relação com o acidente que aconteceu com a antiga Passaredo. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Passaredo.

É isso. Exatamente.

Obrigado, Senador Jayme Campos.

Vamos passar à segunda parte da nossa reunião, que trata da audiência pública, com os convidados que já se encontram nesta sala de reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta parte destina-se à realização da audiência pública com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a alteração unilateral na cobrança de tarifas de armazenagem, remoção e capatazia sobre cargas importadas e exportadas realizadas por concessionárias aeroportuárias sem anuência da Anac e do Ministério dos Portos e Aeroportos e para discutir a suspensão dos voos da Voepass pela Anac, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2025, de autoria do Senador Esperidião Amin, e ao Requerimento nº 8, de 2025, de autoria do Senador Sergio Moro.

Convido, para tomar lugar à mesa, o seguinte convidado: Daniel Ramos Longo, Diretor do Departamento de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias, da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

Convido Roberto José Silveira Honorato, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Convido Bruno Diniz Del Bel, Superintendente de Padrões Operacionais da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Convido Renan Essucy Gomes Brandão, Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Convido Gilberto de Souza Leal Junior, Secretário de Governo de Joinville. Muito bem-vindo.

Convido Diego Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra... Como nós estamos com um número um pouco maior, eu faria aqui uma exposição dos que estão na mesa, depois os demais terão oportunidade de se manifestar nos questionamentos e tal. Pela Anac, falaria o Diretor-Geral, no tempo de dez minutos, e, pelo ministério, o representante do ministério, pelo prazo também de dez minutos. E aí nós temos os representantes lá de Joinville, os quais eu indago se, nesse primeiro momento, querem fazer uso da palavra livre ou só depois na parte de interação.

E aí, se o Senador Amin e o Senador Sergio Moro me permitem... Nós temos dois requerimentos que estão orientando os trabalhos desta audiência pública no dia de hoje. Um diz respeito, mais especificamente, à questão da decisão mais recente da Agência Nacional de Aviação Civil que tratou da suspensão da Voepass. Eu, na semana passada, tive oportunidade de receber o Presidente da agência e já me adiantei até em relação a alguns aspectos desse assunto. Acho que é um assunto importante e, em face do requerimento do Ministro Sergio Moro, nós chamamos esta audiência pública.

Até para que não haja aqui a perda da objetividade em relação às tratativas que serão feitas, porque são temas um pouco diferentes, nesse primeiro momento, Ministro Sergio Moro, a gente focaria mais com relação aos temas de V. Exa., e aí, caso queira inclusive ocupar a Presidência para fazer os questionamentos, eu cedo a Presidência a V. Exa. para fazer o encaminhamento em relação à agência de aviação. Eu continuarei na sessão participando, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por ser um assunto que V. Exa. trouxe a esta Comissão, eu faria dessa maneira. E, na sequência, a gente faria, no segundo momento, o tema que diz respeito a Santa Catarina e o tema da logística trazido aqui pelo Senador Esperidião Amin.

Mas, nesse primeiro momento, eu abro a palavra aos nossos convidados para fazerem uso da palavra pelo prazo regimental de dez minutos, ouvindo o Dr. Roberto José Silveira...

Vou começar com o doutor... faz as honras da Casa...

Seria o Daniel, mas o Daniel está... Como ele vem pelo Executivo, vou deixar para depois.

Roberto José Silveira, fique à vontade para tratar do assunto.

Esse primeiro assunto será em relação à questão da agência, mas, na primeira fala, se quiser fazer, essa fala é livre, e, depois, tem os questionamentos.

Ou prefere falar ao final? (*Pausa.*)

O.k.

Então, vamos focar, vamos fazer dessa forma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só como sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o Diretor-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ou se o representante da SAC (Secretaria Nacional de Aviação Civil) pudesse, acho que eles otimizariam o tempo abordando primeiro o assunto...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da Voepass e, no caso do ministério, inclusive, porque vai se retirar, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, ele vai permanecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poderia abordar os dois assuntos.

Facilitaria, acho, tanto para o Senador Sergio Moro quanto para mim, se acharem que é possível. Caso contrário, vamos nos ater ao assunto da Voepass, porque eu considero que essa permuta é cabível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

Então, o encaminhamento é no sentido de a gente dividir em duas etapas para a gente não misturar os assuntos.

Então, com a palavra, o Diretor-Geral da Agência de Aviação Civil, o Dr. Roberto Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os demais Senadores em nome dos Exmos. Senadores Sr. Esperidião Amin e Sr. Sergio Moro, que fizeram um pedido para que a gente pudesse vir aqui falar sobre esses dois assuntos tão importantes.

Vamos começar aqui sobre a questão da Voepass.

Então, na semana passada, na segunda-feira, a Anac tomou a decisão pela suspensão das operações da Voepass.

O sistema regulatório da aviação civil é bastante complexo, diz-se que a regulação da aviação civil é das mais rigorosas e mais complexas de todas as atividades industriais que a gente possa pensar.

Existe uma lógica de se efetuar a certificação, a regulamentação e a certificação, e a fiscalização baseada em risco, de uma maneira crescente – onde há mais risco, maior o esforço de toda a agência para que todas as funções aconteçam da maneira apropriada.

É importante também citar que, na aviação, os sistemas buscam sempre várias barreiras para que se impeça o acontecimento de acidentes.

Só dando um exemplo bem genérico, a falha de um sistema da aeronave pode ter como mitigação um procedimento que o piloto vai discorrer. Muitas vezes esse procedimento deve ser um item de memória, o piloto deve conhecê-lo e executá-lo imediatamente sem precisar olhar em nenhum outro documento. O contrário também pode acontecer, uma falha que eventualmente o piloto possa incorrer, o sistema da aeronave pode fazer indicações ou pode tomar mitigações para que um grande acidente não aconteça.

Ao longo das décadas houve uma evolução dos sistemas regulatórios. Naturalmente, no início da indústria, toda a lógica em cima de controle daquele equipamento, daquela peça que estava sendo produzida ou daquele momento, daquele voo, se as condições estavam somente ali perfeitas. Com o tempo a regulação começou a adotar sistemas de gestão que são essenciais. Não são tão recentes, eu diria coisa de 15 anos talvez – se a gente olhar a aviação em perspectiva, não é tanto tempo, mas existem alguns sistemas. Esses sistemas são processos, são procedimentos, são controles que a empresa deve desempenhar.

Não estou me referindo aqui a sistemas de tecnologia de informação, a *software*, muito embora esse sistema de gestão possa lançar mão deles para poder desempenhar seu melhor benefício.

Em especial, eu queria destacar dois sistemas. Um sistema conhecido amplamente no setor como SGSO é o Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional; outro sistema, conhecido como Sasc, é um sistema de controle que visa a aeronavegabilidade. Esses dois sistemas têm alguns pilares que são bastante similares. Eles visam, procuram que a empresa, no seu dia a dia, através do seu pessoal próprio, consiga identificar deficiências e propor ou compor soluções para essas deficiências e também, depois, monitorá-las.

Isso é muito importante eu destacar aqui porque é uma evolução muito grande em relação a uma organização simples que desempenha uma atividade de indústria simples. Como todos sabem, o dia a dia de uma empresa, de uma linha aérea, envolve segurança, e não é viável que o regulador ou que alguma outra fonte externa possa estar ali acompanhando todo aquele dia a dia. Isso é algo que não é viável. Então, estes sistemas vêm trazer uma maturidade para que se possa confiar que os sistemas da empresa vão identificar falhas e propor soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como todos sabem, ocorreu um acidente em agosto do ano passado e, após o acidente, a organização... Isto é um clássico também da aviação. Sobre uma empresa aérea, quando acontece um acidente, ocorre uma pressão muito grande, natural, daquele furacão que se faz em torno da empresa e de todos os seus funcionários. Além da tragédia em si, dos passageiros que eventualmente faleceram naquela catástrofe, também funcionários da empresa podem ter ido a óbito naquele evento. Então, são colegas, são companheiros ali que, eventualmente, pouco tempo antes do acidente, tiveram contato com os funcionários da empresa. É um momento de atenção para todos, para a empresa e também para o órgão regulador.

Após o acontecimento do acidente, a fiscalização da agência cobre todas as linhas aéreas. Como eu disse, a fiscalização segue um parâmetro de complexidade das operações ou da criticidade, baseada em risco. Então, como é de se esperar, as linhas aéreas, que são os entes que transportam o maior número de passageiros, são as entidades que têm maior presença da agência naturalmente, no dia a dia, naquela fiscalização que acontece programada e às vezes inopinada, recorrentemente, mas, após o acidente, nós decidimos realizar uma operação assistida.

O que é essa operação assistida? É uma presença maior dos servidores da Anac no dia a dia da empresa por um período determinado. Aí, realmente, os servidores fazem uma espécie de auditoria, mas acompanham a operação, acompanham a organização da empresa, acompanham todas as aeronaves, acompanham alguns voos, muitas vezes a rota do dia inteiro. Parte de uma cidade, vai e recebe a aeronave na outra cidade, e assim segue.

O objetivo principal dessa operação foi de acompanhar o pós-acidente, como eu falei. Dessa operação assistida, algumas não conformidades foram identificadas e corrigidas durante a própria auditoria. Nós propusemos também algumas medidas cautelares.

A gente propôs que a empresa tivesse um tempo maior de solo para que, na eventualidade de uma manutenção, pudesse ser tratada. A empresa voluntariamente ofereceu como solução para isso a disponibilização de duas aeronaves reserva, ou seja, se uma aeronave tivesse alguma questão que precisasse ser investigada durante uma parada do dia, poderia ser usada uma aeronave reserva e se teria mais tempo para identificar ou para pesquisar as panes. Também a Anac propôs a redução de rotas – obviamente perdeu uma aeronave no acidente – e também a troca de algumas pessoas em sua organização. Essa regulação, acho que é importante falar, identifica cargos na instituição que precisam ser apresentados para a Anac, que são as principais pessoas em termos de responsabilidade, além de todos os requisitos técnicos que devem ser implementados. Então, algumas pessoas nós recomendamos que fossem trocadas. Isso aconteceu então em setembro e o resultado foi em agosto. Essas medidas cautelares foram propostas em outubro.

E aí, naquela época, já era prevista uma segunda rodada dessa operação assistida. Durante outubro e fevereiro, nós continuamos o acompanhamento da empresa, e, em fevereiro, mais uma vez, foi realizada a operação assistida com essa maior presença dos nossos servidores lá na empresa. E o que constatamos, nessa segunda operação, foi uma degradação dos sistemas de gestão de segurança, que eu citei mais no início da minha fala – uma degradação em relação àquela operação assistida em outubro –, e também algumas das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas cautelares que tinham sido colocadas nós não identificamos que estavam sendo atendidas.

Então, por conta principalmente dessas duas questões, obviamente, se há uma degradação do sistema de gestão da segurança operacional, há também uma quebra de confiança da Anac no sistema de gestão da empresa. Aquele sistema que a gente espera que fique lá como um cão, um *watchdog*, olhando o tempo todo ali a operação da empresa, identificando deficiências. Então, por esse motivo, por uma condição sistêmica – nós somos perguntados com relação a isso –, havia um ponto específico da operação de uma aeronave, de um equipamento técnico, de um procedimento ou de um piloto?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Estou encaminhando para finalizar. Obrigado.

Não, não existia um ponto principal. Se houvesse um defeito na aeronave, a aeronave seria suspensa, como foi feito diversas vezes e é feito com os diversos operadores na aviação civil, quando se encontra essa situação. Se um piloto, por exemplo, não está com o treinamento adequado, a Anac pode suspendê-lo. Isso é o dia a dia. Mas a medida de suspensão de todos os voos da empresa ocorreu por uma visão de que o sistema da empresa não mais refletia segurança ou confiança dos servidores da Anac.

Bem, eu acho que...

A gente sabe da questão econômica da empresa e acho que é importante citar, não é? De fato, após o acontecimento do acidente, a empresa, em termos da própria operação, foi sendo reduzida naturalmente, não é? Só para exemplificar isso que acabei de dizer, antes do acidente, a empresa tinha em média 1,8 mil voos por mês, e foram reduzidos a 1,1 mil, em fevereiro agora, não é? Estava em 1,1 mil na média, mas, em fevereiro, a empresa estava efetuando 969 voos. Houve uma redução, em termos de aeroportos também atendidos, de 33 para 16. Então, estava acontecendo uma diminuição da própria atuação da empresa. Também foi tornada pública a retomada de algumas aeronaves, inclusive da capacidade ali de duas aeronaves que estavam sendo usadas como aeronaves reservas. Também foi a público que a empresa está em processo de recuperação judicial.

No entanto, já adiantando alguma pergunta nesse sentido, não há um diagnóstico de que a situação econômica estava afetando as operações. A operação da Voepass até o dia da suspensão, na operação individual, estava com as aeronaves com os seus certificados de aeronavegabilidade válidos e com pilotos com licenças válidas também. O nosso contexto foi um contexto de sistema, de sistema de gestão de segurança no qual, como eu disse, houve uma degradação.

Eu também queria falar que não existe uma relação direta com o acidente. O acidente está em investigação, o relatório de investigação do acidente é condição *sine qua non* para que a gente associe ou entenda como é que as coisas estão relacionadas. Como todos sabem, a investigação do acidente é desenvolvida pelo centro nacional de prevenção de acidentes, o Cenipa. Normalmente ela acontece em torno de um ano após o acidente e vários fatores vão ser identificados. O acidente na aviação nunca é por um único fator. Por conta de todo esse modelo regulatório que nós temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – ... normalmente têm-se vários fatores que, em um momento ali, se alinham para que aconteça o acidente.

Também é importante falar que não é uma punição por conta do acidente, ele é um reflexo de uma supervisão que aconteceu após o acidente.

Queria falar também que existem alguns processos sancionadores em andamento para a empresa. Eventualmente outros podem ser abertos, a depender do que se encontrar agora.

Outro aspecto importante, já correndo aqui para finalizar: a nossa medida de suspensão cautelar não vem com um prazo para que seja removida. O que ela traz são medidas que a empresa deve tomar para que os seus sistemas sejam retomados e, uma vez que a empresa comprove, a suspensão cautelar pode ser suspensa, pode ser retirada.

Bem, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço as explanações.

Só para colocar uma questão aqui de problematização, que creio que é nisso que nós, Senadores, estamos especificamente interessados: houve esse acidente, morreram essas 62 pessoas, e algumas revelações da época e mesmo revelações posteriores apontam, sinalizam para uma certa precariedade das operações da Voepass, que resultaram inclusive na suspensão agora feita pela Anac. Mas a grande questão é que... A grande pergunta que se quer fazer é se esses elementos de degradação já não estavam anteriores a essa precariedade – e a ocorrência do acidente sugere que sim – e por que a Anac, a fiscalização da Anac, não detectou esses fatores anteriormente a esse acontecimento. É claro que sabemos que a fiscalização de uma agência regulatória está longe de ser perfeita, porque não existe uma onisciência, mas a grande indagação é esta: será que esses elementos não estavam antes presentes? E por que a suspensão foi feita só agora?

É claro que ninguém quer que uma companhia tenha suspensão das suas atividades, é ruim para a aviação, é ruim para os passageiros, mas a preocupação fundamental é a segurança da aviação, não pode a companhia voar naquelas condições. E isso tem sido, inclusive, objeto de várias matérias jornalísticas, já apontando até afirmações, como foi na última semana, de funcionários da Voepass de uma situação precária anteriormente.

Então, o que eu pediria para os próximos diretores a serem ouvidos, e talvez numa complementação depois de V. Sa., é que esses aspectos específicos fossem apontados. A própria questão da degradação do sistema de gestão de segurança, que foi mencionada, foi vista só agora, depois do acidente, se já não tinha essa degradação anterior ou se foi algo que surgiu, e o que significa exatamente essa degradação superveniente, ou se foi uma percepção da Anac superveniente sobre esses mesmos problemas. O interesse também desta Comissão é que esses tipos de situação não ocorram novamente e que esses problemas possam ser identificados no momento anterior à ocorrência dos acidentes. Então, se fosse possível, pediria para os diretores abordarem especificamente essas questões, que é o que nós queremos, esse esclarecimento.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – O.k., perfeito, Senador.

Bem, a empresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu vou conceder cinco minutos para complementação.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Está o.k.

A empresa estava sob vigilância da Anac mesmo antes do acidente e não havia naquele momento um diagnóstico como o que a gente obteve agora em fevereiro. Em setembro e outubro, com a operação assistida, a primeira rodada, também não chegamos ao diagnóstico de que o sistema de gestão dela estava com deficiências que justificassem uma suspensão. A degradação que eu disse é em relação a outubro; de outubro para cá houve uma degradação.

O que exatamente é esperado desse sistema? A capacidade de a empresa encontrar deficiências em sua operação e tomar as medidas necessárias. Então, na auditoria, os servidores envolvidos no dia a dia da empresa identificaram deficiências que a empresa deveria ter localizado, colocaram, obviamente foi tratado ali no momento, mas era esperado que tivesse sido feito antes que a Anac identificasse. Esse é o ponto. Na intensiva que foi feita em setembro e outubro do ano passado, essa condição não existia.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vamos seguir a ordem então.

Tem aqui o Sr. Roberto, que mencionou. Tem alguma ordem de preferência o pessoal da Anac para a exposição? O senhor que reportou mais, quer complementar? Então vou passar.. Tem dez minutos então, doutor.

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL (Para expor.) – O.k., Senador, obrigado.

Só para complementar a resposta do Diretor Honorato, acho que o ponto principal é este: a gente tem estabelecido na agência um processo de vigilância continuada, que é baseado em desempenho e em risco, e a gente já roda esse processo há bastante tempo. É um processo aplicado internacionalmente também, a gente participa de diversos fóruns internacionais de discussão de boas práticas, e os nossos processos estão bastante alinhados com as agências reguladoras, e as autoridades de aviação civil ao redor do mundo, que são as nossas referências, também aplicam. E nesse processo a gente está em constante supervisão desses operadores aéreos. Então, assim, todos os dias, em todos os momentos, a gente tem pilotos da agência nas cabines dos aviões, a gente tem engenheiros mecânicos no solo, acompanhando a operação, identificando se todos os processos de controle, como o Diretor Honorato colocou, estão sendo bem executados; e, no caso de haver alguma discrepância, algum registro que esteja ausente, algum procedimento que não tenha sido feito, nós tomamos as ações imediatamente durante essas operações. Então, a gente vem aplicando isso, já há bastante tempo, em todas as empresas, incluindo na Voepass.

A gente tem um processo também de gerenciamento do nosso recurso. A gente aplica os recursos onde a gente enxerga que existem maiores oportunidades de melhoria de a gente agregar na segurança do voo. E é comum, durante essas nossas fiscalizações, que sejam encontradas discrepâncias, e a gente informa para a empresa, discute com a empresa, eles propõem um plano de ação corretiva e a gente acompanha a execução desse plano de ação corretiva. E o que a gente espera é que a empresa seja capaz de aplicar ação corretiva e demonstrar a efetividade desses planos. Como? Com a correção daquela não conformidade e o ajuste dos processos internos e dos controles para que aquilo não volte a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso específico da Voepass, a gente vem acompanhando com bastante atenção aquelas denúncias que apareceram na época do acidente. A gente já as tinha recebido e já tinha apurado 100% delas, e a empresa estava sendo capaz de demonstrar que ela identificava e corrigia os problemas. Por mais que até tivessem alguns problemas que vinham mais a público, ela estava sendo capaz de corrigir esses problemas. O principal ponto, após o acidente, que levou a gente a detectar essa degradação no sistema foi que a empresa não mais estava sendo capaz de demonstrar a execução desses planos de ação corretiva e a identificação dos problemas, que são as bases, os elementos do sistema de gerenciamento da segurança operacional do sistema de análise e supervisão continuada, que estão mais relacionados à manutenção da navegabilidade das aeronaves.

Então, por esse motivo é que, agora em fevereiro, a gente identificou que a empresa, não tendo mais, mesmo após todas as mitigações, o plano de ação corretiva que a gente acertou lá em outubro, não estava sendo capaz de demonstrar essa efetividade dos planos de ação.

E um ponto que eu queria ressaltar também é que, nessa suspensão – a gente suspendeu as operações da empresa por completo –, não tinha um ponto específico, como uma aeronave que estava com alguma manutenção mais problemática, porque, se a gente tivesse identificado isso, a gente teria agido pontualmente naquela aeronave, cancelado o voo, enfim. A nossa regulação para empresas de transporte aéreo regular, como a Voepass, é extremamente alta, o padrão é extremamente alto – de qualidade, de segurança operacional. E quando a gente vê que esses pilares não estão sendo cumpridos, a gente toma ações como esta da suspensão do COA, para que a empresa possa se concentrar na resolução desses problemas e voltar a demonstrar para a gente que tem essa capacidade de fazer essa supervisão e a correção dos problemas.

Acho que era isso que eu gostaria de complementar.

E eu continuo à disposição para eventuais perguntas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem aqui, é o Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – V. Exa. me permite uma pequena intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Democraticamente?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Eu não sei se os senhores da Anac aqui assistiram – foi ontem, se não me falha a memória –, em um canal de televisão, a um funcionário da Voepass fazendo uma declaração, dizendo que, já há algum tempo, uma aeronave estava sendo "canibalizada", ou seja, estavam tirando peça daquela aeronave lá e colocando para repor naturalmente onde estava com o defeito nessa aeronave que estava fazendo os voos.

Eu imagino que a Anac já tinha conhecimento disso aí. Era um ou eram dois aviões. Inclusive, um estava coberto com uma lona branca. Os senhores tiveram oportunidade, quem fez a fiscalização, de ver. Estavam "canibalizando" aquele avião, tirando peça e repondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho, com todo o respeito, Presidente, que houve uma falha da Anac.

V. Sas., com certeza, através da fiscalização, estavam já fazendo vigia monitorada à medida que estavam "canibalizando", para não comprar peça, tirando lá e colocando aqui. Não são todas as peças, muitas vezes, em um avião que está parado, que podem ser aproveitadas, até porque muitas peças têm uma vida. Dependendo da aeronave, é vida, tempo. Não adianta, porque você tem que trocar a peça. Não adianta você querer recauchutá-la ou coisa parecida.

Nesse caso, há denúncia de um dos mecânicos. Até ele se emocionou, chorou. Ele já sabia que a tragédia ia acontecer quando você tira a peça velha daqui e coloca no avião lá.

Eu faço essa observação.

Nós estamos aqui, claro, ouvindo os senhores, com as providências que serão tomadas, que estão sendo tomadas. Eu acho que é louvável a atitude de vocês.

Lamentavelmente, o senhor me disse, há pouca hora, que, até hoje, o Cenipa, que está fazendo a vistoria, que está fazendo a investigação, melhor dizendo, não apurou nada. Foi por livre e competente atribuição de V. Sas. a suspensão, em boa hora. Essa empresa está falida, literalmente, Sergio.

Eu vejo, lá no Mato Grosso, alguns táxis aéreos amarrados até com um arame. O que pode acontecer? Tragédia.

Era só essa observação a fazer, até porque me tocaram profundamente, ontem, as palavras daquele mecânico lá, que, emocionado, chorou, dizendo "olha, já estava mais ou menos previsto o que ia acontecer". Infelizmente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só antes de responder... Ele responde ou permite que faça um questionamento adicional o Senador Esperidião Amin?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Toda essa questão dessa degradação, a percepção que tem a opinião pública é de que ela precedeu a queda e não foi detectada.

Até uma pergunta, se me permite também agregar, ao Diretor Substituto da Anac é se a Anac está fazendo também uma revisão dos procedimentos dela, se ela não tem também a percepção de que, apesar das boas intenções, tem também que aprimorar o seu sistema de fiscalização.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, é nesse sentido que eu quero trazer aqui uma contribuição.

Não sou juiz, nem quero me arvorar a tal condição, mas pelo que o Senador Jayme Campos fez, por trazer aqui, me permite fazer uma complementação.

Há uma matéria publicada há dez minutos, no *G1*, sobre a sequência de multas aplicadas pela Anac à empresa: 2014, R$45,8 mil; 2016, R$224 mil; 2019, R$694 mil; 2020, R$740 mil; 2021, R$769 mil. Total: R$4,4 milhões de multa. Eu não sei o que significam essas multas, mas sei que a empresa pagou apenas 2,4% das multas.

Então, além de pedir uma explicação sobre isto, eu sugiro que, daqui para frente, haja transparência. Ou seja, que a... Não sei se a Anac publica dizendo: "Olha, nós multamos a empresa X". Eu, como usuário... Ou seja, a publicização da multa e da natureza da multa. Quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhece um pouquinho de voo pode ser uma questão de gestão, de direito do consumidor e pode ser uma questão técnica, porque aí a coisa fica mais comprometedora, digamos assim. Mas vai ao encontro do que o nosso querido Senador Jayme Campos aqui aventou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou passar a presença, rapidamente, aqui, para o Senador Jayme Campos. Tenho que ir a uma Comissão e já volto.

Mas uma questão que seria interessante saber é quais são as causas, realmente, dessas multas e se têm a ver também com a degradação do sistema de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por favor, José. O José Silveira tem direito à resposta sobre as indagações feitas pelo ilustre Senador Amin.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Muito obrigado.

Deixe-me começar pela manifestação do Senador Esperidião Amin. Anotada a sugestão para que a gente publicize as multas. É importante eu dizer aqui o seguinte: as multas da Anac são administrativas. Quando a Anac emite uma multa, lavra um auto de infração que depois chega a culminar numa multa, não é por isso que a condição de voo de risco está existente. Quando há uma condição de risco existente, a Anac para a aeronave, para o piloto, para a empresa, se for o caso. A multa é porque houve um deslize da empresa, ela não cumpriu algum requisito que, por regulamento, é demandado que ela cumpra. Então, acho que esse é o cenário de multas. É comum a Anac emitir multas quando encontra uma situação de deslize. Mesmo que ela tenha acontecido no passado – já foi solucionada –, ao tomar conhecimento, a Anac tem, por dever, que abrir um processo para apurar aquela situação que estava acontecendo.

Eu queria falar também sobre a questão da "canibalização". O termo canibalização nesse contexto pode ter diferentes conotações, acho que é importante eu citar. E a própria matéria que saiu no domingo diz que, em algumas situações, é possível que aconteça a utilização de peças. Uma das razões pela qual eu falei que o sistema de regulação da aviação é extremamente complexo e se torna bastante pesado é porque existe o controle no nível do componente. Os componentes são controlados por números, que especificam qual é a peça, e por números de série, muitos deles. Muitos componentes são marcados como componentes que precisam de um acompanhamento sobre o tempo de uso, o tempo de vida limite, e devem ser trocados, muitas vezes, pelo tempo de uso, mesmo que estejam em boa condição. Então, há uma regulação bastante pesada em cima disso.

A utilização de peças usadas em uma aeronave que vai operar é possível quando está bem registrada, ou seja, quando se sabe de onde aquela peça veio, qual é o histórico dela, quantas horas ela já foi operada, quando se sabe que ela não tem nenhuma tarefa de manutenção demandada, enfim, sabe-se o histórico daquele componente.

Também, o operador tem os registros de que aquele componente atinge, alcança as características que ele precisa ter, ou seja, a peça tem que, sabidamente, ser uma peça boa e tem que ser registrada. Quando uma peça sai de uma aeronave para ir para outra, é registrado na documentação da aeronave de onde ela foi retirada e que ela foi retirada; na aeronave que a recebeu, que ela foi recebida; e, quando ela volta, também o mesmo controle é feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Anac tinha conhecimento de aeronaves que estavam em Check C, que é uma das manutenções mais complexas que a aeronave tem, e é comum que, quando a aeronave está parada – normalmente é por um tempo grande de manutenção –, a empresa utilize a peça que está numa aeronave que está em Check C. Então, era sabido isso, e dentro desse controle... Obviamente, a gente vai apurar aquela denúncia que surgiu agora no fim de semana, mas, dentro desse critério que eu falei para vocês, o termo "canibalização" não seria uma irregularidade – eu nem usaria "canibalização", eu diria que está sendo pegada uma peça de uma aeronave, uma peça boa de uma aeronave, para ser usada com todo o registro e com a rastreabilidade que é necessária.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vamos prosseguir aqui.

Vou dar a palavra aqui para o Dr. Renan Gomes Brandão, também, porque ele não fez uso da palavra. Já fez?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – Para esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, isso você já falou.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – É para o outro assunto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não...

O SR. RENAN ESSUCY GOMES BRANDÃO (*Fora do microfone*.) – É o assunto de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Esse é outro assunto, então.

Da Anac, quem está aqui?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – Da Anac, eu e...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E o superintendente.

O SR. RENAN ESSUCY GOMES BRANDÃO (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só vocês dois? Aos demais, depois, é o Senador Amin quem vai fazer as indagações, não é isso?

Então, vamos prosseguir.

V. Exa. quer fazer alguma indagação?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, bom dia. Bom dia a todos, um abraço. Bom dia a todos os membros da Anac conosco.

Eu queria só colocar alguns pontos, não é bem uma pergunta. Pelo fato de ter ficado no sistema de segurança de voo por praticamente 30 anos, trabalhando com investigação e prevenção de acidentes, certamente a gente acompanha, por causa disso, durante as investigações, basicamente todos os procedimentos que são feitos, seja pela aviação militar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja pela aviação civil, e como são feitos esses procedimentos. Eu só quero colocar alguns pontos importantes de se lembrar e que já foram citados, inclusive, aqui, pela Anac.

Em aviação, o trabalho é feito completamente apoiado por normas e regulamentos, então, nada que a Anac faz, ou nada que a Força Aérea faz, dentro da sua manutenção ou operação dos aviões, é feito aleatoriamente ou por suposição, tudo é feito com base nos regulamentos. Cada um dos *steps*, cada um dos passos que a Anac faz é baseado nisso, no *approach* com as empresas ou com os aeroportos ou com qualquer tipo de entidade que faça parte do sistema. Dentro desse contexto... Ou seja, não existe margem, mesmo, aí no caso, de trocar, de usar peças de outras aeronaves; tudo isso aí é rastreado, é feito de acordo com o regulamento. Então, não tem dúvida com relação a isso.

O que acontece, muitas vezes, é a capacidade de pessoal para acompanhar o que acontece – depois me confirma ou desconfirma isso –, para acompanhar o trabalho em todas essas empresas, e mesmo em hangares de manutenção da aviação civil, que são milhares pelo Brasil afora; para acompanhar como isso está sendo feito; se isso está sendo feito; se os registros estão de acordo... Muitas vezes, os erros acontecem dentro da própria manutenção; é o registro que não é feito; é a peça que não é registrada, que saiu de um lugar e foi para outro, é a própria operação que algumas vezes é feita de forma irregular e não é reportada.

Então, eu imagino que esse trabalho de campo – vamos dizer assim – seja a parte com a qual a Anac tenha o maior problema, que é como acompanhar tudo isso acontecendo pelo Brasil afora.

Nós temos aqui também a Frente da Aviação Civil, e eu acho que, logicamente, a gente quer que a operação seja feita com a maior segurança possível – o ideal seria acidente zero; a gente sabe que é um ideal inalcançável, vamos dizer assim; não tem como chegar a isso, infelizmente, como demonstrado pela história –, com o aumento de tecnologias e metodologias, tanto para manutenção dos equipamentos quanto para acompanhamento disso. Agora, com a inteligência artificial e outras tecnologias, eu acredito que isso vai melhorar gradualmente.

É importante esse trabalho que a Anac faz. As multas também são importantes no contexto de seguir e acompanhar o que está sendo feito na empresa em nível administrativo. Muitas vezes a empresa não obedece aos requisitos que deveriam ser obedecidos para que aquilo fosse cumprido, para que algum tipo de procedimento fosse cumprido, e eu acho que isso é necessário e, sem dúvida nenhuma, olhar com cuidado – estou olhando para o Presidente aqui –, os procedimentos, os regulamentos e as normas.

A Anac tem um *compliance* com várias outras, nos Estados Unidos, na Europa, etc., porque, se não fosse assim, a gente não teria capacidade de voar com aviões de fora aqui. Então, isso é feito.

E, sobre os encontros internacionais que existem, é bom a gente levar esses casos para lá, para que a gente possa trabalhar nisso em nível global, porque muitas vezes esses aviões, peças, componentes, etc. são certamente de outros países. Então, é um trabalho a ser feito.

Quando a gente fala de segurança de voo, não é um inquérito para culpar alguém, é um inquérito – vamos dizer assim –, uma investigação, para achar fatores contribuintes para que aquilo não aconteça mais. Eu vejo desse ponto de vista aqui e a gente tem que trabalhar nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido; não é culpar A ou B, mas descobrir quais são os fatores contribuintes, para que a gente melhore a segurança de voo no Brasil e a operacionalidade das nossas empresas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcos Pontes, e convido o ilustre Senador Marcos Rogério para assumir, tendo em vista que tenho um compromisso na outra Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, com a palavra o Presidente da Anac.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pelo comentário.

Antes de entrar no objeto de sua fala, um aspecto me veio à mente aqui agora, com relação à questão da pergunta anterior, sobre o uso de peças. É importante dizer que todas aquelas aeronaves são aeronaves em *leasing*, ou seja, o dono é uma empresa que aluga aeronaves para operadores ao redor do mundo e, obviamente, acompanha a sua vida operacional, inclusive essas questões de tirar a peça daqui e colocar ali ele acompanha também.

Então, é só um controle a mais que existe aí e que não é regulatório, mas que contribui também para o todo.

Com relação à fiscalização, obviamente eu posso lhe garantir e garantir aos demais Srs. Senadores aqui que a Anac usa as melhores práticas em nível internacional, se comparado com outras autoridades.

A Anac tem muitas interações com outras autoridades, inclusive acordos que visam à supervisão de organizações de manutenção de linhas aéreas e um diálogo muito amplo com as principais autoridades do mundo.

A expansão da atuação da Anac, que é algo também de nosso interesse, a meu ver, depende praticamente do aumento do quadro de servidores.

A Anac tem atualmente um déficit em relação àquilo que foi escrito em sua lei de formação, um déficit em torno de 400 servidores, que, ao longo desse tempo, não foram... E também temos uma questão de orçamento que reduziu bastante nos últimos dez anos, nós temos 34% do orçamento que recebemos em 2014. Se atualizarmos o valor de 2014, há valor presente somente pela inflação. Muitas das nossas despesas são vinculadas ao dólar, por conta de contratos, etc. Então, é uma situação do menor patamar de orçamento que nós já tivemos e, com certeza, ampliar a fiscalização é algo que nós gostaríamos muito de fazer, mas o quadro precisaria ter um maior corpo.

Com relação... Eu acho que eu cobri. Muito obrigado pelo comentário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

Eu, antes de passar à próxima fase da audiência pública, farei apenas um questionamento, na verdade, com uma ponderação, Presidente – agradeço muito a sua presença aqui e dos demais superintendentes da agência –: é óbvio que a preocupação de todos nós, a preocupação primeira aqui é a preocupação com a segurança. Ninguém questiona medidas que são adotadas visando à segurança. Eu acho que o quesito segurança é o item mais importante em qualquer discussão dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fala de V. Sa., quando inicia a exposição aqui, é de que a empresa não foi suspensa, neste momento, em razão de segurança operacional de voo. V. Sa. aponta uma série de situações que deixaram de ser cumpridas, orientações, recomendações que não foram cumpridas, e isso fez com que a agência, então, determinasse a suspensão da Voepass. E nós estamos vivendo, no Brasil – e a minha pergunta é nesse sentido – hoje, quase que um monopólio do sistema de aviação nacional. Nós temos três companhias que, quando você apura efetivamente o modo de operação das companhias, você vê que não tem três companhias independentes operando no Brasil, você tem companhias que se comunicam, que interagem e que têm parcerias, inclusive, econômicas e há, inclusive, movimentos de fusão que tornam esse ambiente ainda mais monopolizado. E aí nós temos uma companhia que, neste momento, é retirada da operação.

Repito, do ponto de vista da segurança, é absolutamente prioritário esse tema; agora, do ponto de vista do interesse do usuário, como ficaram aquelas malhas que eram operadas pela Voepass? Como é que está sendo suprido esse atendimento ao usuário? E, olhando na perspectiva do futuro, como é que a agência vê esse ambiente que nós temos no Brasil que, cada vez mais, é um ambiente sem concorrência, sem disputa, com linhas mal supridas, com rotas mal supridas, com pouca oferta, com preços altíssimos das passagens aéreas no Brasil e o usuário sendo sacrificado?

Então, eu estou associando as duas coisas aqui, para que V. Sa. possa dar uma perspectiva do que aconteceu na prática com relação a essa suspensão, a esses passageiros que tinham passagens compradas, e ao que nós podemos esperar para o futuro em relação à diversificação de oferta, que implicará em qualidade do serviço e menor preço?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – O.k., muito obrigado.

Em primeiro lugar, desculpe se fiz soar de forma errada, mas o Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional e o Sasc, esses sistemas de gestão, que são um dos fatores que nos levaram à decisão pela suspensão, eles se relacionam, sim, pela operação... com a segurança de voo. No entanto, não havia uma questão de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Risco operacional.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Risco operacional, é, de segurança de voo, enfim, era isso mesmo. Mas, assim, a gente não tinha uma questão de risco pontual que levasse à suspensão, não era esse o caso; é uma questão sistêmica o que eu quis colocar.

Enfim, segurança: sendo mais contundente, a segurança é inegociável e, com certeza, uma vez... A gente sabe da questão de carência do setor aéreo, de empresas para competir e todos os outros pontos que o senhor colocou, no entanto, havendo uma questão de segurança operacional, realmente a Anac deveria atuar, e de fato ela atuou da maneira como deveria, com a suspensão das operações.

A decisão pela suspensão ocorreu no próprio dia, na segunda-feira, então a nossa medida foi tempestiva. Nós rapidamente estabelecemos uma mesa para fazer essa transição e identificamos que, ao final do dia, teríamos o melhor momento para comunicar essa suspensão, assim que houvesse o pouso da última aeronave daquele dia. Isso é importante porque esse tipo de notícia, se ela alcança durante a operação, pode impactar inclusive na *performance* dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pilotos que estão em operação e de todas as pessoas envolvidas ali. Então, foi dessa forma como a gente fez.

Ato contínuo, nós entramos em contato com a empresa Latam. A Latam foi a empresa que comercializou quase a totalidade dos bilhetes vendidos ou prometidos para transporte pela Voepass, de agora até outubro. Após outubro, ela não tinha muito mais...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, em resumo, não houve prejuízo ao passageiro, é isso que você está dizendo?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Algum prejuízo, sim, mas eu acredito que minimizado, porque a Latam é a responsável frente à Anac, conforme sua legislação, Resolução 400, por honrar todos aqueles compromissos, então isso foi feito. Obviamente, o primeiro e o segundo voo foram um pouco mais impactados, mas ainda assim houve ali cinco horas para que se pudesse tentar entrar em contato com o número máximo de passageiros.

Enfim, estamos acompanhando também como está sendo feito, foram 30 mil bilhetes, 15 mil em março – 15 mil bilhetes em março. De maneira geral, a gente viu publicamente alguns passageiros demonstrando o impacto negativo que isso teve, mas também não tivemos uma situação um pouco mais complexa de aeroporto, etc. Nesse aspecto, eu acho que a medida fluiu bem, dentro do possível.

Passando para a questão mais ampla do setor, obviamente é uma busca constante da agência por ter mais empresas operando aqui no Brasil. Vários avanços regulatórios em nível legal, em nível regulatório, em nível de procedimentos da agência para melhorar os tempos de resposta da agência foram efetuados, e sempre estamos identificando ações que podem ser tomadas para atrair novos investidores – empresas brasileiras que venham a se apresentar, a postular uma certificação e entrar em operação, mas também empresas estrangeiras que pudessem vir aqui para o Brasil e desenvolver...

Enfim, uma série de medidas já foram discutidas, e é um ponto em que eu acho que o diálogo aqui com a Casa é bastante relevante, acho que a Casa tem bastante propriedade para demonstrar a vontade, o interesse, a seriedade do Brasil em receber novas empresas.

Bem, eu acho que seriam esses os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. pelas respostas.

Eu vou assegurar a palavra agora ao Senador Sergio Moro para fazer os seus questionamentos, mas, enquanto isso, eu vou convidar o Senador Amin para vir à mesa para, na sequência, depois das intervenções do Ministro Sergio Moro, já conduzir a segunda parte da audiência, que vai ser em relação a essa questão de Joinville.

Senador Sergio Moro, V. Exa. tem a palavra com toda liberdade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço, mais uma vez, Senador Marcos Rogério.

Eu recebi umas contribuições de perguntas do Deputado Federal Nelson Padovani, que é lá de Cascavel. Ele presidiu uma Comissão externa para acompanhar e encaminhou algumas sugestões. E são questões bastante pertinentes. Eu vou tomar a liberdade aqui de repeti-las.

Essa reportagem que teve, no último domingo, no Fantástico, de um ferro-velho de aviões, no qual aeronaves eram desmontadas, canibalizadas, a indagação que é feita é se essa situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era conhecida pela Anac, se essa situação foi informada pela Voepass à Anac e se esse tipo de procedimento é conforme ou não conforme às regras, inclusive de segurança, da própria Anac.

Há uma pergunta aqui ainda: se a Anac entende que houve algum ocultamento dessa situação pela Voepass em relação à Anac, ou seja, a Anac sabia disso, não sabia? Se não sabia, não deveria ter sido informada pela própria Voepass? Qual é a avaliação da Anac sobre essa denúncia que, pelo menos para os leigos que não entendem de aviação, parece extremamente grave?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – O.k.

Enfim, sabemos da notícia que foi colocada, iremos apurar os detalhes, mas as aeronaves são aeronaves de *leasing*, eram de conhecimento da Anac, a Anac estava acompanhando todas essas aeronaves desde antes do próprio acidente.

Dentro do que é previsto em regulamento, utilizar peças de outras aeronaves é viável, como eu expliquei. Obviamente vai ser apurado. Se houver alguma falha de registro, enfim, alguma discrepância regulatória ali, a empresa vai ser responsabilizada por isso.

Não sei se o Bruno gostaria de...

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL (Para expor.) – Para complementar, Senador, se V. Exa. me permitir, só quero trazer algumas informações também adicionais.

A gente vinha, como o Diretor Honorato colocou, acompanhando essas aeronaves. A informação que a empresa mantinha com a gente é de que essas aeronaves estavam em Check C, que é uma ação de manutenção mais longa. E, às vezes, fica ali meses a aeronave fazendo esse tipo de manutenção. E, ao longo de outubro até fevereiro, a gente foi acompanhando. Tinha uma aeronave que era para sair do Check C, acabou não saindo, e a gente foi acompanhando. Em janeiro, teve a questão de duas aeronaves que o arrendador pediu de volta, pediu a retomada. Essas aeronaves já estavam mais degradadas.

O que aconteceu foi que, em fevereiro, sabendo dessas novas informações, a questão do *lessor* e fazendo o acompanhamento, a gente foi na base da empresa em Ribeirão Preto, apurou todas essas aeronaves e chegou à conclusão de que algumas aeronaves que para a gente estavam em situação normal, em Check C, não estavam voando, não estavam operando, estavam numa condição mais degradada, sem equipamento, sem condição de voo, o que não era normal para aquela situação do Check C. Então a gente tomou medidas cautelares sobre essas aeronaves também. Eu não estou com o número de cabeça aqui, mas se eu não me engano, foi em quatro aeronaves que a gente deu baixa no nosso sistema. Elas não estão mais em condição normal, elas estão em condição de exigência, porque para que a empresa volte a operar essas aeronaves, eles vão ter que, além de finalizar, obviamente, as tarefas de manutenção do Check C, vão ter que demonstrar que essa aeronave está de volta às condições aeronavegáveis.

Teve também uma informação divulgada na reportagem do último domingo sobre uma lona que cobriu as aeronaves. A gente não chegou a ver isso *in loco*, durante as nossas fiscalizações. Quando a gente foi lá, em fevereiro, não tinha mais a lona que foi mostrada ali nas reportagens, as aeronaves realmente estavam ali no hangar ou ao lado do hangar, afastado. E a gente fez a inspeção, a gente inspecionou essas aeronaves também e tomou as providências que a gente achou necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das condições que a gente passou para a empresa para que ela volte a operar é justamente explicar melhor qual é a situação dessas aeronaves, o que foi que aconteceu. Mas eu também queria reforçar que a utilização de peças de uma aeronave para outra não é necessariamente um problema. Se for feito direitinho, com toda a rastreabilidade, com toda a documentação, isso é permitido. É uma prática da indústria, em casos excepcionais, em que a peça não chega. A gente está passando, na indústria da aviação civil, por um período, após a pandemia, de escassez na cadeia produtiva, então existe falta de peças, falta de motores, falta de aeronaves completas. Então, as empresas muitas vezes buscam esse tipo de solução, mas, de novo, precisa de um processo de controle e de rastreabilidade dessas peças, para saber que a peça foi tirada de uma aeronave, foi colocada em outra e ela estava funcionando, estava em condição aeronavegável também para poder operar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas aí que surge essa questão. E havia, nesse caso, esse processo? Esse fato foi comunicado ou era de conhecimento da Anac? Ou foi algo feito absolutamente à revelia? E havia rastreabilidade e certificação dessas peças retiradas e colocadas em outra aeronave?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Isso a gente... Não necessariamente eles precisavam informar a gente dessa prática, o que acontece é que quando a gente vai na empresa, é feita uma auditoria nos registros também. Então, a nossa preocupação maior é saber se as aeronaves que estão em operação, se aqueles equipamentos que estão nessas aeronaves estão aeronavegáveis e têm rastreabilidade. E aí não necessariamente se ele foi comprado novo, se veio de outra aeronave, enfim. Mas a nossa preocupação maior é nas aeronaves que estão em operação. E o que a gente não tinha informação é de que essas aeronaves não voltariam do Check C. A gente viu isso lá em fevereiro e tomou as providências necessárias.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas, então, em relação às aeronaves em operação, a Anac tinha essa informação de rastreabilidade e certificação das peças de segurança? Ou foi isso também que levou à suspensão da operação da Voepass?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – As aeronaves em operação estavam, até o momento da operação, em condição aeronavegável, o que significa que esses registros foram adequadamente apresentados para a gente. Tanto que no momento da suspensão, a gente paralisou os voos comerciais com passageiros, mas as aeronaves puderam decolar de onde elas estavam e retornar à base da empresa, em Ribeirão Preto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma outra informação, se me permite, Presidente.

Até pelas próprias matérias jornalísticas, sinalizam que se forem relatos verazes, que os funcionários, os próprios funcionários da Voepass já sabiam da precariedade das operações da empresa mesmo antes do acidente. Pelo menos até há uma gravação que foi divulgada na imprensa por essa mesma matéria do Fantástico, que é bem chocante, ele afirmando que sabia até o voo, a aeronave que iria ter o acidente. Adivinhou ali.

Claro que ele não está aqui, e não foi colhido esse depoimento num processo. A indagação é: esse funcionário vai ser procurado pela Anac? Vai-se buscar identificá-lo para colher, fazer uma investigação mais profunda? E a outra indagação é se algum funcionário, algum gestor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum funcionário, teria feito alguma comunicação à Anac, prévia ao acidente, a respeito dessa precariedade. Se positivo, se isso foi apurado, se não foi apurado; e, se negativo, se tem alguma ideia da Anac de rever os seus canais de comunicação para eventualmente estimular esse tipo de comunicação para que não seja surpreendida novamente.

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Sim, a gente tem um canal de comunicação em que a gente recebe... Tem o canal oficial do Fale com a Anac, que fica hospedado dentro do gov.br, e a gente tem lá um canal de recebimento de denúncias, em que, inclusive, tem todo o tratamento feito pela nossa Ouvidoria para garantir o anonimato, descaracterizar aquela informação para que não seja possível se chegar a quem está denunciando. E todas as denúncias, todas as informações que a gente recebeu, que chegaram para a gente, a gente apurou. Muitas delas foram confirmadas, a denúncia foi confirmada, e aí nesse caso a gente pediu para a empresa agir. Por exemplo, a gente teve bastante divulgada, ali, na época do acidente, uma questão com uma das portas, em que havia uma fresta e estava dando problema de pressurização. Aquilo a gente já tinha recebido, a gente já tinha tratado, pedido para a empresa fazer as ações de manutenção necessárias e corrigir aquele problema.

Então, a gente, sim, recebe muitas dessas informações; todas aquelas que a gente recebe a gente apura; algumas delas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – ... a gente não consegue apurar por falta de informação, mas todas as que vêm com informação suficiente a gente apura, e a gente toma as medidas que são necessárias, seja pedir uma correção, dependendo da criticidade, ou às vezes até, como eu falei, a gente pode interromper a operação daquela aeronave específica, ou, enfim, de algum funcionário, de alguma coisa nessa linha.

Então, nesse sentido, é isto: a gente recebe, sim; temos um canal oficial, que funciona bem; e, ao longo das nossas auditorias também, às vezes a gente está ali conversando com o mecânico, com o piloto, muitas vezes eles passam alguma informação para a gente, a gente registra no nosso relatório e faz as apurações posteriores também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas havia alguma informação concreta, específica sobre a Voepass, dessa precariedade? Ou esse fato só veio à tona agora pela matéria jornalística? Mas algum relato anterior ao acidente?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – A gente tinha denúncias, sim, anteriores ao acidente e, de novo, a gente sempre tratou aqueles fatos que a gente recebeu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – O que havia era: apareciam os problemas, a gente tratava, questionava a empresa, e a empresa respondia, consertava, corrigia. Então, até aquele momento, a gente não identificava essa degradação dos pilares da garantia da segurança operacional, que são justamente aqueles processos, aqueles controles que são estabelecidos, são certificados por nós para identificar eventualmente algum perigo, algum risco, tratar adequadamente e consertar os problemas. Então, naquele momento, a gente tratou pontualmente cada uma das denúncias e a gente não identificou, não tinha um diagnóstico de que essa gestão da segurança da empresa estava prejudicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E esse material poderia ser disponibilizado para esta Comissão?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Esse material...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Essas denúncias anteriores, essa avaliação, o histórico?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Sim. Caso seja solicitado, a gente disponibiliza, sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E, só contando com a compreensão do Presidente da Comissão, eu teria uma última indagação, que diz respeito às vítimas lá dos... às 62 vítimas. Esse é um tema sensível lá, especialmente no Paraná, porque o avião partiu de uma cidade do...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente. Pode seguir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... oeste, de Cascavel, embora tenha caído em São Paulo.

Em relação à Instrução de Aviação Civil 200-1001, acerca do programa de assistência a familiares de vítimas de acidentes aéreos, qual seria a avaliação da Anac em relação ao cumprimento dessa instrução por parte da Voepass, tanto no pós-acidente como no momento atual? Se a Anac vem acompanhando o que a Voepass tem feito em relação às vítimas e familiares das vítimas lá do acidente de agosto.

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Sim.

Senador, obrigado pela pergunta.

Logo após o acidente, nós temos... a Anac exige que as empresas tenham um plano de contingência, um plano de emergência, um plano de acompanhamento das vítimas, dos familiares das vítimas.

A notícia que temos é que essa nossa regulação é uma das melhores que existe no mundo. Ela é bem abrangente e as linhas aéreas brasileiras são auditadas em relação a isso também, a ter todo esse plano de reação quando existe um acidente.

Acontecendo o acidente, a Anac estava *in loco* com a empresa, acompanhando todo o aparato que foi feito ali para que os familiares fossem recebidos e fossem acolhidos também naquele momento tão difícil.

E esse acompanhamento tem acontecido. Teremos uma reunião, inclusive, da Diretoria Colegiada da Anac com os familiares das vítimas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quanto às indenizações devidas aos familiares das vítimas, principalmente, há um acompanhamento pela Anac se isso está sendo realizado, se está sendo bem gerido pela Voepass? Qual é a responsabilidade da Anac em relação a essa temática?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – É acompanhado... não teria um *status* agora para lhe passar, mas é acompanhado, sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só pediria que fossem encaminhadas pela Anac essas informações para esta Comissão.

Na audiência pública, a gente pode fazer um requerimento formal, mas se encaminhar...

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fica deferido.

Agora, eu só solicito a V. Exa., Senador Moro – cumprimentando-o pela iniciativa; realmente é um assunto que, por envolver a vida humana, tem prioridade, e eu fiz questão de, por isso, inclusive, alternar a nossa pauta –, eu queria só que V. Exa. alinhasse isso, e tenho uma sugestão: eu não sei se o documento e a fundamentação da determinação de suspensão estão totalmente publicados.

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que ele seja encaminhado para cá também, porque o documento da suspensão das atividades contém uma fundamentação.

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A mais atualizada possível, certo?

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Hum-hum. É um documento...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, que seja incluída na relação que V. Exa. vai preparar – e já fica previamente aprovada – a relação dos documentos que são solicitados.

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Na própria segunda-feira, a Anac encaminhou para a empresa a notificação de suspensão das operações, entrou em contato tempestivamente para avisar. Obviamente, acompanhamos durante a madrugada, e esse documento tem a justificativa, tem as ações resolutivas. Podemos compartilhar com os senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO DINIZ DEL BEL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está certo?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, nós vamos, então, dar por concluída esta etapa da nossa audiência. Se alguém quiser se retirar, desde que eu permita. (*Risos.*) Alguns não poderão se ausentar.

Queria dar sequência, então, cumprimentando mais uma vez o Senador Sergio Moro pela absoluta adequação deste assunto, que, por envolver vida humana, eu fiz questão de priorizar também no uso do nosso tempo.

Então, o passo seguinte é o atendimento do requerimento anterior, que é o requerimento de nossa autoria, para cujo desenvolvimento eu contarei com a presença daqueles que puderem permanecer, a começar pelo Diretor-Presidente da Anac e pelo representante do ministério.

O SR. DANIEL RAMOS LONGO (*Fora do microfone*.) – E o Superintendente de Regulação Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas lá é o Superintendente de Regulação Econômica também da Anac...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – Da Anac. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e aquele lá também é da Anac. Então, temos três representantes da Anac e um representante do ministério, na pessoa do Dr. Daniel Ramos Longo, que é o Diretor do Departamento – aí eu vou ter que ler – de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

Eu quero registrar também as presenças do Secretário de Governo de Joinville, que aqui representa o Prefeito Adriano, Gilberto de Souza Leal Júnior, e do nosso ilustre Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, O Vereador Diego Machado, que nos alegram muito com suas presenças. Eu, quando lhes conceder...

Eu queria que a secretaria, por favor, colocasse mais uma cadeira em que os senhores revezarão quando usarem da palavra.

É só chegar um pouquinho para cá, e ele coloca mais uma cadeira aí. (*Pausa.*)

Não, a rampa só os imprudentes andam nela.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – O Superintendente Bruno não teria participação...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, como o senhor já encerrou a sua participação, eu convido, inicialmente, o Presidente da Câmara, que vai falar primeiro, e, depois, o secretário, mas eu queria fazer um breve relato para contextualizar o assunto.

Nós saímos de uma questão que envolve o nosso coração, a nossa emoção: 62 pessoas perderam a vida.

Então, eu convido, inicialmente... Temos duas cadeiras? Então, eu convido o Presidente da Câmara e o representante da Prefeitura de Joinville.

Contextualizando: de 2012 a 2024 – corrijam-me se eu estiver errado –, o terminal de cargas do Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola operou satisfatoriamente, sem nenhum incidente que comprometesse nem a operação, nem a transparência e a legalidade das operações, como acontece em muitos aeroportos do Brasil; ou seja, uma coisa bem joinvilense aconteceu ali.

O terminal de cargas favorece a quem? Favorece a uma região que é o polo metal, mecânico, metalúrgico, siderúrgico, se quisermos falar, mais importante de Santa Catarina e, pelo menos, o segundo mais importante do Brasil, cargas com valor agregado, com adição de tecnologia.

Em outubro, repentina e discricionariamente, é tomada uma decisão por gestores dos aeroportos – me corrija se eu estiver errado – de Guarulhos e de Viracopos que significou praticamente, com essa decisão, o encerramento das atividades, posto que o gravame, ou seja, o custo das operações foi majorado em 624% nas operações de dia – de um dia – e em 3.040% se ultrapassadas as primeiras 24 horas, algo que fere, entre outras coisas, começando do maior, o princípio da modicidade, ou seja, da moderação, que integra decisões do Supremo Tribunal Federal historicamente, salvaguardando o poder competitivo, o poder de pagamento, a capacidade de pagamento do indivíduo ou da pessoa jurídica ou do interesse na ocorrência de uma transação, abreviando as forças políticas de Joinville – Prefeito, Prefeitura, associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresarial, Câmara de Vereadores, que recebe as primeiras pedras e, portanto, fica com a vidraça exposta mais proximamente do povo.

Enfim, o clima de inconformismo foi progredindo: a Senadora Ivete da Silveira; vários outros Parlamentares; o Presidente da Federação das Indústrias; esses que eu já mencionei; o Vereador e Presidente da Câmara, Diego Machado; o Secretário Gilberto, aqui representando o Prefeito. Enfim, de lá para cá, várias *démarches* foram feitas. E, na semana passada, felizmente, foi tomada uma decisão sensata: quase quatro meses depois da interrupção, foi sustada aquela decisão malsinada e aberto para nós um prazo de 60 dias para uma solução duradoura. É sobre isso que nós pretendemos mencionar, mas, para que não fique perdido no tempo e no espaço, há a necessidade de que o Município de Joinville diga aqui por que não se conformou.

Eu proponho por isso que o Vereador Diego Machado e o Secretário Gilberto – a critério de vocês, quem fala primeiro: o Vereador Diego ou Secretário Gilberto –, com toda a representatividade legítima que têm, ocupem, no menor espaço de tempo possível, a cadeira não dos acusadores, mas dos defensores de um interesse legítimo de Joinville, da sua população e da região.

Com a palavra o Vereador Diego Machado.

Eu vou ser mais complacente com o senhor do que o senhor é com os seus pares lá na Câmara de Vereadores, mas o senhor tem, em princípio, cinco minutos para a sua fala.

O SR. DIEGO MACHADO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos os convidados, aos representantes da Anac e também do ministério, ao Secretário Gilberto, representando o Prefeito Adriano, a todos que nos acompanham e aos Senadores que nos prestigiaram até este momento.

Gostaria, Senador, primeiro, de cumprimentar V. Exa., que hoje é, sim, a nossa maior liderança política aqui em Brasília, representa tão bem o Estado de Santa Catarina, a cidade de Joinville, à qual nós estamos nos apegando nos últimos meses para intermediar a solução definitiva dessa situação que está afetando diretamente toda a economia da cidade de Joinville.

Então, também gostaria aqui de cumprimentar o Lysson, que é representante da empresa que hoje está operando lá esse terminal de cargas do Aeroporto de Joinville, a qual está sendo prejudicada em relação a essas últimas medidas.

Não vou fazer aqui uma defesa técnica em relação a esse assunto, porque esse assunto já foi amplamente debatido anteriormente e foi muito bem defendido tecnicamente e de forma muito cirúrgica pelo Senador Amin em todas as reuniões prévias que nós tivemos até esta Comissão. Na Receita Federal, em Curitiba, na Anac, no ministério, em inúmeras reuniões que nós tivemos inclusive com a Acij, que é a associação industrial da cidade de Joinville, junto com o Governo municipal, a empresa aqui representada também fez as suas defesas técnicas em relação a esse assunto, inclusive defesas essas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MACHADO – ... que estão pendentes de um retorno e de uma deliberação da Receita Federal, através de um recurso que está aqui em Brasília.

Mas eu quero aqui apenas falar um pouquinho da cidade de Joinville e da importância de olhar para a economia da cidade de Joinville, para a cidade de Joinville, quando se tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão tão complexa como essa nas mãos, o efeito que isso pode provocar para o Estado de Santa Catarina.

O nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, Senador, sempre Senador, na época, ainda era Prefeito da cidade de Joinville, Senador Amin – o senhor vai se recordar –, sempre usava um termo: que Joinville, apesar de ser a maior cidade do estado, sempre foi considerada a quinta roda da carroça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MACHADO – Sempre a última cidade a ser consultada no estado ou no Sul, quando se trata desse tipo de situação.

E aí o nosso pedido e o nosso apelo, como cidade de Joinville, como representante das forças políticas daquela cidade, é que – antes de qualquer decisão que qualquer órgão estadual ou federal venha a tomar em relação à cidade de Joinville – se levem em consideração não apenas as informações técnicas que estão em relatórios que são apresentados, mas que seja levada principalmente em consideração a importância da cidade de Joinville para a economia do Sul do Brasil. Nós não estamos falando de qualquer cidade, nós não estamos falando – com todo o respeito a qualquer cidade do interior – de qualquer cidade do interior: nós estamos falando da terceira maior economia do Sul do Brasil. E, muitas vezes, Joinville é prejudicada pela falta do entendimento e de sensibilidade do que significa a economia de Joinville para o Sul do Brasil.

E aí eu venho fazer este primeiro apelo em nome da cidade de Joinville: que, daqui para frente, qualquer decisão que venha a ser tomada e que afete a cidade de Joinville seja discutida com a cidade de Joinville; que se levem em consideração algumas informações que nós temos. E é em cima disso que eu faço a minha fala, de uma forma bem breve, para iniciar este debate.

Joinville é uma cidade de 700 mil habitantes; é a maior economia do Sul... aliás, a maior economia de Santa Catarina; é a terceira maior economia do Sul. O nosso PIB, o último PIB registrado do Estado de Santa Catarina, apontou 505 bilhões de PIB. Joinville contribuiu com 54 bilhões. Nós estamos falando que é mais de 10% da economia do Estado de Santa Catarina. Para terem uma ideia – e o Senador Amin conhece muito bem –, uma única rua na cidade de Joinville, que se chama Rua Dona Francisca, que é uma rua de acesso ao Aeroporto de Joinville, corresponde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MACHADO – ... a 4% do PIB do estado – uma única rua, onde está instituído o Perini Park.

Então, nós temos ali, próximos a Joinville, os Portos de Itapoá, de São Francisco do Sul, de Navegantes, de Guaratuba e de Itajaí.

E essa decisão das concessionárias de Viracopos e Guarulhos mudando o entendimento sobre a tabela de taxação da remoção dessas cargas para a cidade de Joinville pode – se não fosse revertido, neste primeiro momento, de forma preliminar, com uma ajuda extremamente importante e fundamental do Senador Amin, por 60 dias, como foi revertido... Caso não fosse revertido, em 12 meses, isso poderia representar uma falta de arrecadação de 130 milhões em impostos pela cidade de Joinville. Esse é o tamanho do problema econômico que Joinville terá, caso essa decisão não seja revertida de forma definitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conseguimos, sim, um alento, durante 60 dias. As concessionárias de Viracopos e de Guarulhos vão aplicar a taxação, ou a tabela que vinha sendo aplicada anteriormente, considerando Joinville como uma zona primária. E a mudança dessa tabela é justamente por isso, pelo entendimento das concessionárias de que o aeroporto de Joinville não é zona primária, é zona secundária.

Então, nós precisamos resolver de fato, senhores, esse problema na raiz. Nós temos uma série de alternativas para resolver isso. Para a gente ter uma ideia, com relação a números, da noite para o dia, sem aviso prévio, essa tabela de taxas de remoção de mercadorias, de Guarulhos para Joinville, sofreu um reajuste que varia de 6 mil a 13 mil por cento – de 6 mil a 13 mil por cento! –, da noite para o dia, sem aviso prévio.

O que aconteceu? As nossas empresas, e aqui eu vou citar o nome de algumas que estão consolidadas na cidade de Joinville, algumas que nasceram, inclusive, na cidade de Joinville, e que precisam utilizar esses trabalhos – a Schulz, a Tupy, a Nidec, a Tigre, a Krona, a Döhler, a Docol, a Lepper e tantas outras empresas da cidade de Joinville –, o que elas fazem? Hoje elas transferem essas mercadorias não para outro local, ou pagam a taxação aplicada ao aeroporto de Joinville, mas transferem para Navegantes.

E nós sabemos, Senador Amin, o senhor bem sabe, o quanto que a BR-101 hoje está colapsada. Nós não temos mais uma infraestrutura viária da BR-101 para que essas empresas busquem, através do sistema rodoviário, essas mercadorias, no nosso porto de Navegantes e tragam até Joinville.

Então, nós já temos uma BR-101 saturada, colapsada, e uma decisão como essa prejudica ainda mais aquela situação da BR-101, sem falar do prejuízo econômico para a cidade de Joinville.

Então, venho aqui, Senador, apenas para reiterar, de uma forma breve, a importância de revertermos essa situação.

Isso são apenas algumas informações, alguns dados, da importância que esse terminal tem para a cidade de Joinville.

E nós sabemos que o que resolveria de fato essa situação seria um pedido, um recurso – e a empresa já fundamentou, já fez um recurso à Receita Federal aqui de Brasília pedindo a reversão dessa tabela de taxação.

Isso foi feito através aqui de uma medida administrativa, muito bem fundamentada – tenho certeza de que os senhores já têm acesso a esse documento –, e o deferimento desse pedido, atendendo a todas as alegações em relação a considerar o terminal de cargas e não todo o aeroporto, mas o terminal de cargas de Joinville, como zona primária, resolveria este problema definitivamente. E não ficaríamos nessa angústia de que, daqui a 60 dias, talvez, voltaríamos à estaca zero, como estávamos em novembro.

Nós estamos há meses tratando disso com grandes movimentações políticas e empresariais na cidade de Joinville.

E, Senador, volto a agradecer.

O Secretário Gilberto vai trazer alguns dados mais técnicos em relação a essa questão do terminal de cargas de Joinville. Volto a agradecer este momento extremamente importante que a maior cidade do estado está tendo no Senado Federal para defender os interesses da cidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Joinville. Eu volto a solicitar não só à Anac, não só ao Ministério, mas a todos os órgãos federais: quando se tratar da cidade de Joinville, lembrem o que significa Joinville para o cenário nacional; lembrem-se da cidade de Joinville com a importância econômica que ela tem para o Sul do Brasil e para o Brasil. Que Joinville seja mais respeitada, que a cidade de Joinville seja consultada em decisões que são tomadas aqui e no Governo do estado e que impactam muito, e diretamente, a vida do joinvilense e, principalmente, a economia da cidade de Joinville. Grandes empresas podem deixar de operar em Joinville por conta de uma decisão como essa.

Então, Senador, nesse primeiro momento, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu cumprimento o Vereador Diego Machado pelas suas palavras, e fazendo coro a elas, sem prejudicar o seu conteúdo, eu vou repetir aqui um pensamento do Padre Antônio Vieira que cabe bem à sua fala: "Não [...] [venho] pedir pedindo, senão protestando [...], pois [...] [este é o direito e o dever de] quem não pede favor, [...] [pede] justiça".

Concedo a palavra ao Secretário Gilberto de Souza Leal Junior, registrando, antes, a presença da minha querida amiga Patricia Peck, autora de um livro que era uma novidade, mas agora já está na nona edição, sobre direito digital no Brasil. A sétima edição é a melhor de todas, porque tem o meu prefácio. (*Risos.*)

Com a palavra, o Secretário Gilberto.

O SR. GILBERTO DE SOUZA LEAL JUNIOR (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Amin. Muito obrigado pela oportunidade de a cidade de Joinville estar aqui presente e de falar um pouco do que está acontecendo com relação ao nosso terminal de cargas. Muito obrigado, mesmo, pelo espaço que o senhor tem aberto para a gente aqui.

Agradeço a presença também dos representantes da Anac e do Ministério de Portos e Aeroportos. Agradeço a presença também do Lysson, representante da concessionária lá de Joinville. Agradeço aos demais presentes aqui.

Estou junto com o Presidente da Câmara aqui. Estou representando neste ato o Prefeito Adriano Silva, para que pudéssemos vir a Brasília buscar uma solução para esse grave problema que vem acontecendo na cidade de Joinville.

Em outubro do ano passado, fomos surpreendidos – e essa é a palavra, Senador, fomos surpreendidos – com a decisão dos operadores dos portos Viracopos e Guarulhos, que, da noite para o dia, alteraram a definição do aeroporto de Joinville. Alguém resolveu revisitar o cadastro do Siscomex e verificou que lá estava contendo que a nossa zona é secundária. Há 12 anos – 12 anos! – vem se praticando a tabela nove, que é de zona primária; da noite para o dia, algum burocrata foi lá, resolveu olhar no sistema e viu: "Opa! Tem um erro aqui", Senador. Desse dia em diante, a prefeitura começou a ser indagada por vários empresários, que estavam indignados, realmente, com a alteração. Essa alteração fere de morte tudo que nós viemos trabalhando dentro da cidade nesses últimos quatro anos.

Dentro do nosso Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal, um dos eixos é a logística. Nós estamos trabalhando nisso, estamos fazendo expansões urbanas pela cidade para atrair mais e mais empresas e gerar mais e mais empregos dentro da cidade de Joinville. Porém, no meio do caminho, somos surpreendidos, sem aviso prévio, sem nenhuma comunicação, com essa alteração. Os nossos empresários, por óbvio, têm que arrumar uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que solução arrumaram? Vamos desembaraçar nossas cargas em Navegantes, vamos desembaraçar nossas cargas em Florianópolis.

Ora, nossa BR-101, é público e notório, está colapsada. Uma viagem de Joinville a Navegantes, que são 80km apenas de distância, está levando duas horas. Uma viagem de Joinville a Florianópolis, que são 180km, que fazíamos em duas horas e meia, estamos fazendo em três horas e meia, quatro horas, e, agora no verão, inclusive, cinco horas para chegar a Florianópolis.

Como é que nós vamos botar centenas, e centenas, e centenas de caminhões dentro da BR-101 já colapsada? Não podemos.

Temos que arrumar uma solução. E caminho existe. Caminho existe.

Para se ter uma ideia de grandeza – e o Vereador Diego já abordou aqui –, se isso não ocorrer, Joinville vai ter um prejuízo de R$10 milhões por mês a menos de impostos no nosso caixa. Em 12 meses vamos ter R$130 milhões a menos.

Ora, os municípios já estão trabalhando praticamente no vermelho. Todas as verbas que vêm para a gente são verbas carimbadas. Daqueles 2% que sobram para investimento, ainda vamos perder R$130 milhões.

Então, é muito grave o que está acontecendo na cidade de Joinville.

E o maior prejudicado nisso tudo é a cidade de Joinville, porque, para o estado não muda absolutamente nada. Se eu despachar, desembaraçar em Navegantes ou desembaraçar em Florianópolis, dá no mesmo. Mas, para Joinville, sim; para Joinville, afeta. Além de prejudicar todo o *trade* logístico, o *trade* de transporte da cidade, prejudica sobremaneira nossas finanças. Por isso que estamos aqui, Senador, pedindo o apoio do senhor.

O senhor vem nos apoiando desde outubro. É importante que venhamos aqui na Comissão falar para que os membros da Anac e os membros do ministério também entendam as nossas dores.

É a dor do joinvilense que está aqui hoje falando.

Nós precisamos resolver, e temos a solução para resolver.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO DE SOUZA LEAL JUNIOR – Para resolver, nós temos o recurso administrativo que a empresa já fez na Receita Federal do Brasil – e aí eu peço, Senador, já falamos em gabinete, mas peço que tenhamos também uma audiência aqui na Receita Federal, para que possamos externar para eles as consequências dessa decisão.

Então, gostaríamos de requisitar esta audiência, porque o recurso administrativo que a empresa apresentou, elucida a questão. O nosso terminal de cargas é *sui generis*, porque ele é alfandegado. O nosso terminal de cargas é alfandegado. Talvez o único do Brasil que seja alfandegado e não seja internacional.

O nosso terminal de passageiros, sim, esse não é alfandegado. Esse é zona secundária. Mas o nosso terminal de carga de Joinville é alfandegado. E o regulamento aduaneiro é claro no seu art. 3º, inciso I. O inciso I, Senador, elenca o que vêm a ser as zonas primárias. Ele dá itens às zonas primárias. E lá dentro, na alínea "b", ele é claro: área terrestre nos aeroportos alfandegados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso aeroporto é alfandegado. Portanto, é para ser aplicada a Tabela 9, de zona primária. E não à Tabela 7 e 8, que trazem esses valores absurdos aqui, de 624%, em 24 horas, para remoção da carga; 6.500% em dois dias; e, para remoção de três a cinco dias, pasmem, 13.000%.

Então, isso tudo foi o impacto que aconteceu a partir de outubro. Por isso que estamos aqui, pedindo apoio de vocês, para a cidade de Joinville. A cidade de Joinville precisa ser respeitada. A cidade de Joinville não pode e não deve estar sofrendo com tudo isso.

Nós completamos neste mês 174 anos de existência, de muito trabalho, de muito empreendedorismo, de muita luta, e vamos continuar assim.

Portanto, Senador, mais uma vez, obrigado pelo espaço. Eu prezo que todos nós consigamos encontrar uma melhor solução para a cidade, estamos abertos para isso. A internacionalização do aeroporto é uma solução também – a gente sabe disso –, mas a médio e a longo prazo.

Nós vamos trabalhar para que isso ocorra, a Prefeitura está de braços abertos para receber a concessionária. Nós inclusive já marcamos uma reunião no gabinete do Prefeito para o dia 4 de abril com a concessionária, tratando também da internacionalização do aeroporto, não só para carga, mas também já pensando nos passageiros, evoluindo um pouco mais.

Mas precisamos resolver neste momento. Neste momento, nós precisamos resolver o nosso problema com relação às cargas, depois vamos trabalhar também com os passageiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço as palavras do Dr. Gilberto de Souza Leal Junior, que, se fosse tribuno, só não superaria o trabalho da sua mãe, como grande Vereadora que foi na Câmara de Vereadores de Joinville. Portanto, eu estou bem estribado aqui de dois Legisladores e Parlamentares.

Antes de passar a palavra ao nosso Diretor-Presidente da Anac e de agradecer a sua presença, quero dizer que o senhor não é obrigado a participar de convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito, de Comissão Parlamentar Permanente; a obrigação regimental e constitucional é do Executivo. A agência reguladora está, portanto, aqui homenageando esta Comissão de Infraestrutura, o que eu agradeço.

Só queria dar a seguinte informação e ser retificado caso ela não seja exata: o Secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, desde semana passada, está solicitando uma audiência na Receita Federal ao Secretário Robinson Sakiyama Barreirinhas. Ela chegou a ser ensaiada, ou previamente marcada para ontem, mas o Secretário está sendo requisitado intensamente em função de um projeto de lei que o Governo está por encaminhar ao Congresso, que versa sobre a isenção de Imposto de Renda para quem recebe menos de R$5 mil. É por isso que ainda não foi marcada.

Mas eu quero reiterar aqui o pedido da audiência e gostaria que tanto o Dr. Daniel, quanto o Roberto Honorato, quanto o Renan Brandão nos ajudem para que isso seja agendado e para que, se for possível, se consiga solução através do recurso que foi interposto; caso contrário, que consigamos outra solução, perene, nesse intervalo de 60 dias, que interpreta, na minha opinião, um provérbio popular: "Enquanto o pau sobe e desce, o lombo descansa". Nós estamos nesse momento. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, já bateu, agora levantou, mas vem de novo. É o que o nosso povo usa: "Enquanto o pau sobe e desce, o lombo descansa". Nós estamos apenas no intervalo entre uma pancada e outra. Ajudem-nos para a gente evitar a próxima.

Eu concedo a palavra ao Diretor-Presidente da Anac, Roberto José Silveira Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Exmo. Senador, obrigado pelas palavras.

Na verdade, é um prazer estar aqui discutindo esse tema bastante peculiar e complexo, eu diria. É algo... A gente está falando aqui de contratos de concessão que já foram pactuados há bastante tempo, e um efeito aí – eu estava falando com o Senador aqui – é um dominó em que a primeira peça caiu, foi destacada em um local, e em outro local foi ter um efeito negativo, um efeito negativo que a gente reconhece e tem trabalhado para que seja minimizado, na linha do que o Sr. Secretário Gilberto e o Vereador Diego também colocaram, de a gente buscar uma solução definitiva, né? Eu acho que isso é importante. Os 60 dias de suspensão da cobrança é algo temporário; obviamente a gente tem que buscar uma solução definitiva.

Eu acho que a gente pode agregar aqui para a discussão, se me permite, Senador, vou pedir ao Renan para nos explanar do ponto de vista do contrato e da lógica que foi estabelecida ao longo desses anos, porque – como ele vai explicar, mas já adiantando aqui o final da conversa – a medida que foi adotada é lícita diante dos contratos de concessão, acho que é de conhecimento de todos vocês, mas é nas consequências que a gente está tentando atuar para que sejam minimizadas.

Se o senhor me permite, poderia... (*Pausa.*)

O SR. RENAN ESSUCY GOMES BRANDÃO (Para expor.) – Exmo. Senador Esperidião Amin, Secretário municipal, Presidente da Câmara, bom dia. Bom dia a todos os presentes. Eu vou tentar ser breve e trazer alguns elementos para compor aqui essa explicação.

Só um breve contexto: a Anac é responsável pela gestão de 19 contratos de concessão de um programa muito bem-sucedido, que permitiu levar a infraestrutura aeroportuária a muitos aeroportos no país, começando em 2011, ao longo de sete rodadas e mais uma de relicitiação.

Esses contratos de Viracopos e Guarulhos são parte da segunda rodada de contratos, que foram assinados lá em 2012. Geralmente, esses contratos são válidos por cerca de 30 anos, a maioria deles por 30 anos, e a Anac, então, gere esses contratos de forma a assegurar segurança jurídica e regulatória, então a manutenção das regras postas, ainda que essas regras evoluam ao longo das rodadas.

Naquele contexto da segunda rodada, os contratos eram bastante prescritivos em termos de tarifas que poderiam ser cobradas e estabelecia, no seu Anexo 4, um conjunto de tarifas teto que podem ser cobradas pelas concessionárias; e eles são concebidos seguindo a lei de concessões, um rito próprio do estabelecimento de uma nova concessão, seguindo orientações da política pública, e um rito que leva a participação social, audiências públicas, um rito de escrutínio pelo Tribunal de Contas da União. À época, foi estabelecida essa diferenciação como uma orientação da política pública, que distinguia tarifas teto para cargas em trânsito para recintos alfandegados de zona primária e de zona secundária, com essa distinção que é bastante grande nas tarifas aplicáveis, dado um contexto à época da política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a concessionária não precisa da anuência ou de comunicação para cobrar as tarifas teto, ela já está previamente autorizada a fazê-lo. Dessa forma, é plenamente lícito que as concessionárias apliquem esses tetos tarifários.

Inicialmente, a Anac foi comunicada desse ajuste, que é súbito, ele causa um estresse, um choque inicial bastante grande, incômodo, situação que torna a Anac bastante sensível à situação. Dada essa sensibilidade, a gente foi procurar entender, perguntou inicialmente aos aeroportos o motivo pelo ajuste das tarifas aplicadas e foi informado, então, que os recintos alfandegários de destino dessas cargas em trânsito, efetivamente, eram recintos de zona secundária – o que permitia a aplicação da Tabela 10, que aplica tarifas majoradas – e trariam esse impacto para o aeroporto. Na sequência, a Anac questionou a Receita sobre a classificação e, de fato, teve a confirmação.

Então, do ponto de vista contratual e da segurança desse ambiente regulatório e jurídico, o contrato está sendo respeitado e essa alteração é lícita; no entanto, causa esses transtornos, esse choque, a que a Anac é sensível e com cuja solução está comprometida. Acho que essa é a mensagem importante aqui. Estamos empenhados em entender que essa perda de receita, que essa perda de movimentação e atividade econômica súbita também, de alguma forma, é um valor tutelado pela Anac.

Enquanto superintendência de regulação econômica, a gente pretende também, de alguma forma, garantir estabilidade regulatória e econômica para o tecido econômico dessas regiões. Então, qualquer choque que cause algum transtorno e imprevisibilidade torna a Anac sensível ao tema, de forma que a gente pretende analisar quais medidas são passíveis e não desrespeitem o contrato.

Diante desse contexto, parece-nos bastante razoável que esse reenquadramento do aeroporto como uma zona secundária primária que permita a aplicação da tabela de zona primária, que eram aqueles valores anteriormente aplicados, possa ser uma solução viável e apoiada pela Anac nesses termos que, de alguma forma, a gente vai engajar uma solução e tentar apoiar para que, por aí, a gente tanto respeite o contrato quanto a estabilidade econômica para o Município de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes de passar a palavra para o representante do ministério, já que nós estamos falando em regulação, eu tenho três comentários a fazer, hoje com um pouco mais de moderação. A modicidade vale para mim também.

Número um: vai fazer 55 anos que eu sou formado em Direito. A minha inscrição na OAB de Santa Catarina é 1.909. Não é a data do meu nascimento, não. (*Risos.*)

Mas eu me formei em 1970, então, eu quero trazer aqui duas assertivas do latim ainda. Vou cortar o meu latim. Tudo isso que o Dr. Brandão falou se resume em *pacta sunt servanda*, ou seja, contratos têm que ser cumpridos. Mas esse não é o único aforismo, tem um outro que conserta isso, é bem cumprido – contratos de execução – e termina dizendo *rebus sic stantibus*, ou seja, se da execução de um contrato de prestação permanente ou de longo prazo resultar uma condição leonina, ou seja, que estradule a modicidade, isso não pode vigorar, e essa é a decisão constante do nosso Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é um jogo de números. "Está bom, não é, então, eu vou passar a cobrar 600% a mais!". Isso não vale nem para a lei! Conheço vários casos de municípios que elevaram o imposto predial e territorial, seja por valorização da planta de valores ou de valor venal, resultando num reajuste, por exemplo, de 100%, e isso foi abortado, porque o que interessa é o efeito, *rebus sic stantibus*. Não vale. Não é porque está escrito há 11 anos, 12 anos, 20 anos, que eu tenho o direito. Não é bem assim.

Então, como se trata de uma regulação, e daqui a pouco nós teremos aqui sabatinas, levem isso. A regulação existe para impedir absurdos. Vou apresentar, no dia em que houver a sabatina, uma formação rochosa lá de Florianópolis chamada Pedra do Equilíbrio. Tem que haver equilíbrio. Se não, eu arrebento com a atividade econômica.

E o segundo ponto que eu quero trazer – isso está na minha mesa de trabalho –, e é uma advertência que eu compartilho com todos os que tomam decisão, está no livro *As Sandálias do Pescador*, p. 182:

> Nenhum homem permanece imutável após a experiência do poder. Muitos são pervertidos ao ponto da tirania. Outros, pela corrupção da lisonja e da autoindulgência. Muito poucos são os que atingem a sabedoria pela têmpera da sua compreensão [das consequências dos seus atos].

É um negócio muito complicado. Este livro é um livro profético, porque é de um sujeito chamado Kirill, e não Karol, que virou Papa. E não era polonês, era ucraniano. O livro foi escrito em 1970, e o fato Karol Wojtyla só aconteceu em 1978. Era um livro profético. Quem fez isso aqui para mim e me deu de presente foi o Senador Tasso Jereissati, porque eu usei isso durante a discussão da reforma da previdência para evitar uma consequência que afetaria danosamente os mineiros de subsolo de Santa Catarina. Ele concordou e achou a solução.

Então, claro que a regulação tem que equilibrar a atividade econômica. Se não, não há segurança jurídica. Mas isso que aconteceu é absoluta insegurança jurídica. O sujeito vai lá e diz "olha, o contrato me dá o direito", e taca-lhe o pau. E depois?

Só para terminar, terceiro ponto. Você não sabe o que é a BR-101. Vocês não sabem. É o maior problema rodoviário do Brasil. É o angu do caroço da pedra.

No caso de Joinville, olhem bem, as marginais, as vias marginais são órfãs. Elas não são da responsabilidade do Dnit, não são da concessionária e não são da ANTT. Mas como? O Dnit não vai botar dinheiro lá porque a rodovia está concedida. O município não pode mexer porque é área federal. Então, nós vamos deixar o contrato assim? Não tem lógica. Isso é para melhorar o serviço. E por isso é que existe uma demanda. Falar em BR-101 hoje, em Santa Catarina, é falar em palavrão. Imagine eu aumentar a carga a ser transportada de Joinville para Itajaí ou para Florianópolis? Isso é um castigo, isso faz parte das consequências. "Ah, mas eu não sabia disso". Pois é.

Então, o apelo que o Diego fez, eu complemento com isso, as consequências. A agência reguladora, não é só esse caso nem só a Anac, tem que apreciar as consequências, as consequências do seu ato ou do seu... "Não, eu não tenho que interferir nisso, isso não é comigo". Tem que ser, porque os efeitos decorrem da minha ação ou da minha inação, ao menos da minha tentativa de exercer o poder moderador, que é o poder da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo isso aqui, sem ser uma crítica pessoal, como uma recomendação, como um conselho até que eu dou. Eu já estive em encrencas. Só na ANTT, foi a minha única ação civil pública, eu ingressei por causa do contorno viário da Grande Florianópolis. "Ah, mas não está no contrato". O contrato é malfeito, especialmente os contratos de concessão da primeira geração são completamente deficientes. Então, nós temos que ter esse bom senso, que é o que eu rogo que os senhores considerem. Se quiserem ter direito de resposta, eu concedo.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Só um breve comentário.

Em primeiro lugar, concordo com tudo que o senhor falou. E a regulação é o nosso dia a dia, a nossa missão é regulação, né? A gente está falando aqui de regulação de aeroportos, mas exercitamos os mesmos mecanismos em diversas outras áreas, inclusive nas áreas de segurança. Enfim, transparência, previsão do que vai acontecer com aquela regulação, entender se aquela regulação vai alcançar o objetivo que foi pensado no início e depois rever se aquele objetivo foi alcançado e ajustar o que for necessário. Esse é o nosso dia a dia.

Então, Senador, eu queria colocar o nosso compromisso com a solução, eu acho que eu demonstro a nossa abertura em discutir e em concretizar os princípios que o senhor trouxe aqui como preocupação para a agência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado. Agradeço e concedo a palavra ao Sr. Daniel, pedindo que ele nos informe também sobre essa audiência e sobre o caminho de alternativas que nós temos para uma solução perene.

O SR. DANIEL RAMOS LONGO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador. Cumprimento aqui os representantes de Joinville, Secretário Gilberto, Presidente Diego, colegas da Anac. Cumprimento todos os presentes.

Acho que a vantagem de ser o último a falar é que sobra muito pouca coisa para ser dita.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas também o direito de resposta é o mais longo.

O SR. DANIEL RAMOS LONGO – Verdade.

Eu estava planejando uma explicação aqui sobre a estrutura tarifária do contrato. Acho que o Secretário Gilberto foi preciso e didático na exposição dele, então vou pular essa parte. Queria também fazer uma exposição sobre a importância que o ministério dá à preservação da segurança jurídica e da estabilidade regulatória dos contratos de concessão. Então, para resumir o discurso, vou simplesmente sublinhar aquilo que já foi dito pelo Renan e pelo Diretor-Presidente Roberto Honorato.

Eu acho que numa perspectiva um pouco prospectiva, olhando para o que nós entendemos como solução definitiva para o problema, nós concordamos integralmente com aquilo que foi dito pelo Secretário Gilberto no sentido de que uma solução definitiva passa pela aceitação, por parte da Receita Federal, do recurso que foi protocolado pela operadora do terminal de cargas, o que converteria o terminal de cargas do aeroporto de Joinville de zona secundária para zona primária ou, alternativamente, para a internacionalização do aeroporto, o que, de acordo com os regulamentos da Receita Federal e as normas aduaneiras, prática administrativa da Receita Federal, permitiria que o aeroporto ou terminal de cargas fosse tratado como zona primária e, de acordo com o regramento vigente nos contratos de concessão de Viracopos e Guarulhos, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoveria uma tarifação mais condizente e alinhada com aquilo que foi praticado entre 2012 e outubro de 2024.

Portanto, a suspensão que foi referida pelo Senador, é importante dizer, se deu a partir de gestões feitas pelo ministério e pela Secretaria Nacional de Aviação Civil junto às concessionárias. As concessionárias foram sensíveis ao tema e se voluntariaram para suspender essa tarifação majorada por 60 dias, até que nós encontremos uma solução, e o que nós estamos fazendo agora é explorando estes dois caminhos: o caminho mais objetivo, mais pragmático, que é uma compreensão da Receita Federal quanto à excepcionalidade do caso de Joinville, frente a outros portos secos que são qualificados como zona primária, de acordo com as normas aduaneiras, ou, caso isso não seja possível, de maneira permanente, que essa decisão, por parte da Receita, não seja concedida provisoriamente até que nós consigamos viabilizar a solução mais permanente que é, efetivamente, a internacionalização do aeroporto de Joinville.

Portanto, a mensagem que eu trago aqui, Senador, é a mensagem de que o assunto está na pauta da Secretaria Nacional de Aviação Civil, é prioritário para a Secretaria Nacional de Aviação Civil e, assim como nós conseguimos, depois de muita insistência do senhor, muita assertividade do senhor nas gestões junto ao ministério – sempre com muita elegância e muita educação, devo dizer e cumprimentá-lo por isso –, essa suspensão temporária, o que resolve e ameniza provisoriamente o problema, eu estou confiante de que a gente vai conseguir uma solução definitiva, ainda que no médio e longo prazo.

Seria essa a mensagem que eu traria aqui para esta Comissão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria só que o senhor deixasse registrado que tem essa solicitação da audiência com a Receita Federal. O primeiro estágio é esse. Se o Dr. Barreirinhas der despacho favorável, a questão do terminal de cargas fica resolvida.

O SR. DANIEL RAMOS LONGO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se ele não puder dar, será uma surpresa para mim, porque no diálogo que eu tive com ele, ele sempre defendeu o seguinte: quanto mais agentes operadores nós tivermos, melhor, porque você não fica fazendo esse passeio de cargas, que, às vezes, é de 50km, mas pode ser maior. Quanto mais operadores eficazes, eficientes, houver, melhor para o país e para a Receita Federal.

O SR. DANIEL RAMOS LONGO – Concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por isso, essa audiência.

Num segundo momento, a internacionalização do aeroporto é uma questão com que a concessionária tem que contribuir. E aí, tanto a Prefeitura está tomando medidas, quanto a própria Secretaria e a agência reguladora.

Eu vou aqui cometer uma indiscrição. É notícia pública, por isso que eu não estou quebrando o sigilo: que a concessionária pretende alienar, vender as 17 concessões que ela tem no país e as outras três que ela tem na América Latina. Logo, ela não tem uma disposição efetiva de otimizar o que ela... O que preocupa, não é? Eu quero convidar aquele casal para meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

padrinhos de casamento, mas eles estão se separando. É normal, mas não é oportuno. Então eu não posso deixar de dizer isso.

E fica aqui assinalado o seguinte: os blocos, a preocupação de Santa Catarina são os blocos. A licitação foi feita por blocos. A transferência para um outro vai ser feita respeitado o bloco ou vai ser feita individualmente? É uma questão para discussão oportuna.

Neste momento, eu só lhe pediria isto: que a audiência com o Secretário da Receita Federal fosse uma iniciativa da secretaria... do ministério, com a participação da Anac. E se eu puder participar, eu irei.

Assim como quero ocupar o microfone só para agradecer tanto ao Dr. Daniel, quanto ao Secretário Tomé Franca, que realmente se empenhou na busca dessa solução, e ao Ministro, que me recebeu um dia em que ele estava voltando de viagem e mostrou muita atenção, de forma que eu não tenho nenhuma queixa pessoal a fazer.

O meu assunto é o tema e a questão Joinville e região, que foram afetadas dessa forma.

Mas eu lhe concedo a palavra, por favor, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL RAMOS LONGO – Pois não, Senador. Eu acabei me esquecendo de mencionar esse ponto. Um pouco para obter essa sensibilidade da Receita Federal junto ao requerimento administrativo que foi apresentado pela operadora do terminal de cargas, nós solicitamos uma audiência. O Secretário Nacional de Aviação Civil solicitou uma audiência com o Secretário da Receita Federal. Essa audiência era para ter acontecido ontem, e nós estávamos nos planejando para chegar aqui à Comissão e trazer já notícias melhores do que aquelas que estamos trazendo agora.

Mas o fato é que, como eu disse, o assunto é prioritário. Por uma questão de agenda, que o senhor bem colocou, em função da conjuntura que a Receita Federal está vivendo neste momento, com um projeto de lei que é prioritário para o Governo Federal, essa agenda não pode acontecer, mas ela deve acontecer ainda esta semana ou, no mais tardar, na semana que vem. Então nós já deveremos ter, nesse momento, uma primeira sinalização da Receita Federal quanto à deliberação da Receita sobre o requerimento administrativo.

E, em paralelo, a gente segue nas tratativas com a concessionária sobre o pleito de internacionalização. A concessionária concluiu um estudo, uma análise de custo-benefício para aferir os investimentos que teria que fazer para adequar o aeroporto àquilo que prescrevem os órgãos de fronteira e comparar com as receitas que abriu mão de ter por meio da operadora do Teca por não receber mais essas cargas oriundas de Viracopos e Guarulhos.

Um estudo indica que é vantajosa a internacionalização do aeroporto. Isso agora está rodando na governança da empresa para que possa haver uma decisão empresarial sobre seguir adiante ou não com essa internacionalização.

A gente acompanha esse trabalho, que é um trabalho interno da empresa, da CCR, da concessionária, operadora do aeroporto de Joinville, e naquilo que for possível para a União, para o Governo Federal ou para o Ministério de Portos e Aeroportos apoiar eventualmente, por meio de alguma diretriz de política pública, nós assim o faremos para encontrarmos uma solução definitiva para essa questão que tanto aflige a população de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero satisfatória a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui, deixar um agradecimento público ao Senador Marcos Rogério, que me permitiu presidir este momento. Procurei agir como Presidente, apesar de ser autor do requerimento e diretamente interessado.

Agradeço à Secretaria, ao Thales, que confirma... O seu Thales é com TH? (*Pausa.*)

... completamente a figura do filósofo, prestou toda a assessoria aqui. Thales, que se apresenta como filósofo grego, mas é turco. O Thales é de Mileto e Mileto é na Turquia. Não é assim? (*Pausa.*)

Então, considero satisfatório o nosso resultado alcançado. Estamos vivendo neste momento de folga, não é?

O SR. DANIEL RAMOS LONGO (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O chicote levantou, mas não podemos perder tempo.

Então, eu quero agradecer ao Ministro, ao Secretário de Aviação Civil, a você, ao Dr. Daniel Ramos Longo, cumprimentar e agradecer também à Anac, que, eu repito, espontaneamente comparece na condição de convidada.

Quero dizer que eu acho que todos vocês...

Como é que está escrita a missão da Anac? O que diz na tabuleta?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – Segurança da Aviação Civil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Segurança da Aviação Civil.

Isso significa respeito ao consumidor e, acima de tudo, respeito à economia e, acima de tudo, de tudo, à vida.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desejo sucesso!

Eu sou um usuário frequente de aviões e por isso preciso acreditar em vocês.

Antes de encerrar, eu quero pedir a aprovação...

Antes de encerrarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, o que pode ser feito, temos quórum absoluto, e já ponho em votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, mas havendo muito para tratar no futuro, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Fernando Farias, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Beto Faro, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Dra. Eudócia, Nelsinho Trad, Weverton, Eduardo Braga, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Eduardo Girão e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Angelo Coronel, Jorge Seif e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Instalada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para o biênio 2025/2026, com a eleição da Senadora Professora Dorinha Seabra para Presidente e do Senador Jorge Seif para Vice-Presidente. **Homenagem Póstuma**: Durante a reunião, foi lida nota de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Benedito de Lira, ex-Senador e Presidente da Comissão no biênio 2011-2012. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de fevereiro de 2025.

O Sr. Benedito de Lira, que foi Presidente da CDR no biênio 2011-2012, faleceu agora, em 14 de janeiro de 2025.

"Benedito de Lira [aqui é um texto feito pela assessoria], como era carinhosamente conhecido, Biu de Lira, nascido na cidade de Junqueiro, Alagoas, Biu foi um líder que carregou consigo as raízes e as necessidades do Nordeste, transformando-as em bandeira de luta em sua trajetória política.

Durante sua Presidência da CDR, destacou-se por impulsionar projetos estratégicos de infraestrutura, como a revitalização de rodovias e a modernização de portos, além de defender políticas públicas voltadas para o turismo sustentável, reconhecendo seu potencial como vetor de desenvolvimento econômico e social. Benedito de Lira não apenas presidiu a CDR com excelência, mas também plantou sementes de progresso que hoje colhemos".

Essa é a homenagem que nós fazemos a esse grande brasileiro que nos deixou recentemente.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente, e, se estiver confirmado, do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2025-2026, nos termos do disposto no art. 88, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senadora Professora Dorinha Seabra e, para Vice-Presidente, o Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos proceder à eleição por aclamação, tendo em vista a chapa única.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – De acordo, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Todos estando de acordo e não havendo objeção, submeto a chapa Dorinha Seabra/Jorge Seif, essa dupla forte, à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Então, por aclamação, foram eleitos a Senadora Dorinha Seabra e o Senador Jorge Seif.

Eu fui o último Presidente aqui da CDR. Passamos dois anos. Fizemos um trabalho muito intenso com o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração, o Ministério do Turismo. Levantamos vários temas aqui importantes para o Brasil, para a integração regional, para esses modais de transportes. E hoje tenho o prazer de estar presidindo aqui a sessão, por ser o mais idoso da Comissão, e um prazer maior de passar a Presidência para as mãos da Senadora Professora Dorinha. Fomos colegas Deputados Federais, somos colegas Senadores, sei da sua competência, do seu espírito público, do seu desejo de trabalhar e ajudar o nosso país. Então, acredito que a Comissão não poderia estar em melhores mãos do que nas da Senadora Dorinha.

Sendo assim, eu a convido, como Presidente eleita, para vir presidir aqui a Comissão. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero inicialmente agradecer ao meu Líder, que está aqui, Senador Efraim, pela indicação; e ao Presidente Davi também, do União Brasil. Quero agradecer a compreensão. Hoje todas as Comissões foram instaladas pela manhã, e eu, em virtude de um compromisso inadiável no estado, tive que ir ao Tocantins hoje e retornar para este momento de eleição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Presidente, que cumpriu essa tarefa por dois anos de maneira brilhante, competente. Todos nós conhecemos a história política e de trabalho do Senador Marcelo Castro.

Quero também parabenizar a equipe da Comissão. Vamos continuar esse trabalho que vocês já realizaram e com um compromisso tão importante para nós do Brasil.

Agradeço a presença da Senadora Augusta Brito, que, como mulher, está fazendo questão de apoiar e também é membro desta Comissão.

E quero, ao mesmo tempo, dizer que eu poderia estar em outras Comissões, e logicamente o partido pensou, inclusive, na educação, que é uma pauta com que eu sempre lidei. Mas, por outro lado, foram três mandatos de Deputada Federal e este agora como Senadora. E, depois que nós chegamos ao espaço legislativo, a nossa tarefa vai além das bandeiras que nós assumimos inicialmente a partir da nossa história de trabalho e vida. Continuo atuando na educação, vou ser membro da Comissão de Educação, mas muitas questões foram assumidas ao longo do meu mandato, ligadas à saúde, à segurança pública e, logicamente, ao desenvolvimento do nosso país. E um dos maiores desafios que eu enxergo é a redução das desigualdades, a busca do equilíbrio de um país tão diverso, tão extenso como o Brasil.

Eu sou do Estado do Tocantins, um estado da Região Norte tão perto aqui de Brasília e tão diferente ao mesmo tempo. Como foi colocado aqui de maneira muito correta e brilhante pelo Senador Marcelo Castro, esta Comissão tem o potencial de trabalhar de maneira articulada na construção de políticas públicas que levem ao desenvolvimento regional.

O nosso Brasil é enorme, é diverso, é rico, mas também é desigual. Temos a previsão dos fundos constitucionais, que podem e devem fazer muito pelo país. Nós vamos trabalhar articulados com todos os ministérios, com os colegas Senadores e Senadoras.

Eu me coloco à disposição. Sempre que precisar vou correr e pedir socorro ao Marcelo, nosso Senador, colega que assume, de maneira competente, a Comissão de Saúde e a CAS, e, ao mesmo tempo, ao Líder Efraim e a todos que estarão comigo aqui nesta Comissão.

A nossa tarefa é buscar enxergar o Brasil do jeito que ele é, com a sua desigualdade, com as suas diferenças, mas, ao mesmo tempo, com os potenciais que nós temos. Então, muito obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Líder, mais uma vez, pela confiança e pela responsabilidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – De uma forma rápida.

Eu fiz questão de participar desta Comissão, primeiro, porque eu sei do potencial da Presidente que assume aqui, sei da vontade que ela tem, realmente, de mostrar que não é só da educação, que um Parlamentar, como bem ela mesma que falou, quando está na vida pública, quando tem um mandato no Legislativo, não tem uma pauta individual, é sempre do coletivo e abraça todas as pautas que são interessantes e importantes para o desenvolvimento do país.

Então fiz questão de estar aqui, sei do seu potencial. Quero estar ajudando e contribuindo no comando da Presidência para que a gente possa fazer um ótimo trabalho nesta Comissão.

Quero aqui, também, ressaltar o trabalho do Senador Marcelo Castro, que passou por aqui tão bem.

Então eu sei que... Aliás, eu tenho a certeza de que o mandato dessa Senadora – que não é só Professora; é uma grande Senadora, é uma mulher na política – vai mostrar, realmente, que esta Comissão vai continuar, sim, os seus trabalhos da melhor forma.

Também já cumprimento aqui todos que fazem parte, que estão à frente da Comissão, que estarão também ao nosso lado, porque vou fazer parte dela.

Boa sorte, sucesso. Muitos trabalhos virão, tenho certeza de que você gosta muito de trabalhar. Eu também. E nós todos aqui que estamos no Senado, na verdade, gostamos muito de trabalhar e de trabalhar efetivamente para melhorar a vida de todos no nosso país. Parabéns e sucesso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Senadora Dorinha, Presidente Senadora Dorinha, para o União Brasil, em primeiro lugar, é uma grande alegria, é uma grande honra fazer essa indicação do seu nome, por mérito.

Quem a conhece... Poucos aqui, talvez, tenham o tempo de convívio que eu tenho com a Senadora Dorinha. Nós fomos Deputados juntos por três mandatos – não é, Dorinha? –, no seu caso. Eu fui por quatro, depois a Dorinha chegou. Então, na mesma bancada fomos Democratas, União Brasil. Nós nos elegemos Senadores juntos, com campanhas ousadas, de uma vaga. Tivemos coragem de fazer essa travessia do tapete verde para o tapete azul, que não é fácil.

E hoje, Dorinha, a Comissão de Desenvolvimento Regional ganha uma Presidente que, com certeza, trará muito para contribuir com esta Comissão. Como a Augusta falou e você mesma trouxe na sua fala, quando se fala em Dorinha, a primeira imagem que vem à mente é a educação. É a Professora, foi Secretária, é referência do Congresso Nacional, Câmara e Senado. Quando se trata de debater a educação, Dorinha é sempre uma voz a ser escutada. Mas a Dorinha é uma Senadora completa. Ela é completa tanto de conteúdo, muito além da educação – nos demais temas, tem uma profundidade enorme –, como também é completa dentro da sua atitude. Dorinha é sempre uma Senadora parceira, é uma voz ponderada, é correta, é leal, é íntegra. Vários desafios já tratamos juntos nas bancadas, seja da Câmara, seja do Senado.

Então, Dorinha, tenho certeza de que o Tocantins se orgulha da representação que tem na sua pessoa aqui no Senado Federal. Não sei se continuará a tê-la aqui no Senado em 2027 ou se poderá ser no Governo do Tocantins. O futuro a Deus pertence, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Gostou, não é, Marcelo? (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Gostei. Na torcida.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Estamos na torcida.

Mas isso é uma travessia que será feita, e eu acredito que a Dorinha aqui terá essa capacidade de demonstrar o conhecimento, a técnica, a profundidade que ela detém sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes temas, essa sensibilidade da mulher, quando ela fala, no discurso dela, sobre a desigualdade que infelizmente ainda assola um país com as dimensões continentais que tem o Brasil. E Dorinha vem do Tocantins, como Marcelo está ali no Piauí, eu estou na Paraíba, onde essa desigualdade é muito latente no dia a dia, nas ruas das pequenas, das médias, das grandes cidades. Então essa sensibilidade da mulher, da profissional Professora e da excepcional Parlamentar que ela é contribuirá muito.

O União Brasil tem total, absoluta e irrestrita confiança na sua condução à frente desta Comissão.

Marcelo, que termina o seu trabalho – uma excelente coincidência, o universo conspira –, você, como ex-Presidente, mas sendo o mais antigo, teve a honra de passar à Dorinha essa missão. Então, parabéns também pela sua condução. A gente que é nordestino sabe da sua raça, do seu conhecimento também. E foi muito bom para a CDR tê-lo à frente.

Então, boa sorte, Dorinha, é o que eu tenho a desejar, porque competência eu sei que você tem de sobra. Parabéns. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

Eu agradeço tanto as palavras da Senadora Augusta Brito, do Senador Marcelo Castro, do Senador, meu Líder, Efraim Filho e agradeço a presença de todos.

E, ao mesmo tempo, lembro que, aqui nesta Comissão, nós teremos essa tarefa de dialogar sobre o Brasil, sobre os processos de integração e como a gente pode, através do nosso mandato, tornar este país bom para todo mundo, e não para alguns. Um país e uma tarefa... Eu tenho certeza de que todos que estão aqui, de alguma forma, buscam enfrentar e garantir isso.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a condução das atividades da Comissão. **Resultado:** 1. Fixação de Horário para Reuniões Extraordinárias: Estabelecimento das reuniões extraordinárias às terças-feiras, às 9h30; 2. Prazo para Devolução de Matérias por Parte dos Relatores: Estabelecimento de um prazo de dois meses para a devolução de matérias referentes às novas designações. Em relação as matérias já sob a relatoria do parlamentar, será concedida mais uma semana para o protocolo do seu relatório; 3. Audiências dos Ministros na CDR: Os gabinetes poderão sugerir temas de interesse para a realização de audiências com ministros, visando enriquecer os debates na comissão. 4. Designação de Relatores na Comissão: Circular a todos os gabinetes com a relação de matérias disponíveis para relatoria, a fim de facilitar a designação de relatores; 5. Prazo para apresentação de sugestões de políticas públicas a serem avaliadas em 2025: Conforme o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o prazo para envio de sugestões de políticas públicas a serem avaliadas no próximo ano encerra-se em 31 de março de 2025. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 22, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1070/2024, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do FNO, do FNE e do FCO." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PSB/CE). **Resultado:** Subscrito pelas Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convite ao Ministro de Estado do Turismo, Sr. Celso Sabino, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convite ao Ministro de Estado das Cidades, Sr. Jader Barbalho Filho, para discutir políticas do ministério e sua relação com as políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 4, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Renan Filho, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Nassar Tebet, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 6, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado dos Portos e Aeroportos, Sr. Silvio Costa Filho, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sr. Wellington Dias, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Sr. Marcelo Freixo, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Subscrito pela Senadora Augusta Brito, o Requerimento foi lido e aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/11

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da... que se realiza em 11 de março de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um minuto. (*Pausa.*)

A presente reunião está dividida em duas partes: reunião de trabalho e reunião deliberativa.

O horário de reunião: nós vamos permanecer às terças-feiras, às 9h30 da manhã. Solicitamos a participação dos nossos colegas Senadores e Senadoras.

Informamos ainda que, quanto à organização dos trabalhos legislativos, nós vamos encaminhar para todos os gabinetes a relação dos projetos que aguardam a designação dos Relatores, esclarecendo que as solicitações de relatoria recebidas terão caráter colaborativo, não vinculadas à obrigatoriedade de atendimento, uma vez que, inclusive, vários colegas podem solicitar o mesmo projeto ou até já ter um número de relatorias, porque nós vamos tentar equilibrar também a distribuição das relatorias.

O prazo de devolução das matérias por parte dos Relatores.

Em conformidade com o disposto no art. 118 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece prazos para emissão de pareceres pelas Comissões, combinado com o art. 120, comunicamos que, visando atender e assegurar a eficiência e a agilidade do processo legislativo, esta Presidência adotará o prazo de dois meses para a conclusão das relatorias. O prazo, na verdade, é de 15 dias; estou dando um prazo de dois meses, para maior celeridade e para colaborar, logicamente, com o andamento dos trabalhos.

Destacamos que o cumprimento desse prazo é essencial para assegurar a adequada análise e elaboração dos relatórios das matérias em tramitação, contribuindo para o alcance das competências previstas no art. 87, especialmente no que se refere à organização e à condução dos trabalhos, incluindo a designação de novos Relatores, sem prejuízo das...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom dia!

... sem prejuízo das demais determinações.

O convite... Eu gostaria também de destacar que nós fizemos um levantamento, que foi enviado para todos os gabinetes cujos Senadores e Senadoras têm projetos, PLs e matérias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativas sob sua responsabilidade – alguns já por muitos meses... Então foi dado um prazo, e nós vamos designar outros Relatores.

Acredito que o prazo foi comunicado formalmente a todos os gabinetes, e, a partir da próxima semana, quanto aos projetos não entregues, se houver algum problema específico de algum tema que aguarda alguma audiência ou encaminhamento, peço que o gabinete do Senador ou Senadora faça contato com a Comissão, porque, para aqueles que estão com o prazo já bastante comprometido, nós vamos redistribuir em virtude da celeridade, e adotaremos, daqui para a frente, esse prazo de dois meses – obviamente com o necessário bom senso, a partir de alguma ação, audiência pública ou processo em andamento. Mas o prazo da entrega dos relatórios nós estamos estabelecendo como dois meses, que é um prazo bem além do prazo regimental.

Em conformidade com o disposto no art. 93 do Regimento Interno, que faculta às Comissões solicitar informações e realizar audiências públicas com autoridades públicas para instrução das matérias em exame ou para discussão de temas relevantes, comunicamos que serão convidados os seguintes ministros de Estado para participarem de audiências na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Ministro do Turismo, Ministro das Cidades, Ministro do Planejamento, Ministro dos Transportes, Ministro dos Portos e Aeroportos, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Solicitamos que, caso V. Exas. tenham sugestão de algum tema específico para qualquer um desses ministérios, possam apresentar as sugestões o mais breve possível, para que nós possamos enviá-las à equipe do ministério antes da vinda do ministro. Lógico, também vamos votar os requerimentos e, se houver alguma sugestão de algum outro ministro ou ministra, nós acolheremos.

Nós temos também como prazo definido 31 de março, conforme o Regimento Interno, art. 96-B, §1º, para as sugestões de políticas públicas que deverão ser avaliadas em 2025. Faço também esse lembrete aos Senadores e Senadoras que tiverem interesse de apresentar a sugestão de políticas e programas públicos dentro da nossa área de atuação – as Comissões Permanentes têm a competência de selecioná-las em suas respectivas áreas, de acordo com o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

90, inciso IX, e art. 96-B. A escolha da política pública será formalizada por meio de aprovação do requerimento.

Durante o processo de avaliação, as Comissões poderão solicitar informações, documentos ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas da União, às entidades da sociedade civil, nos termos do art. 50 da Constituição Federal. O plano de trabalho a ser oferecido pelo Relator incluirá ações como requisição de dados, análise orçamentária, contato com atores relevantes, realização de audiências públicas e/ou consultas à sociedade por meio do e-Cidadania.

A segunda parte da reunião é destinada à deliberação dos requerimentos apresentados a esta Comissão.

Primeiro requerimento.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1070/2024, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do FNO, do FNE e do FCO.

Autoria: Senador Cid Gomes (PSB/CE) e outros

Observações:

1. Caso aprovado o requerimento, fica sobrestado o PL 1070/2024 até a realização de audiência pública.

2. O Senador Cid Gomes é o relator da matéria.

Eu vou subscrever essa autoria, uma vez que o autor não está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 1.070, de 2024, fica sobrestado até a realização dessa audiência pública.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Presidenta, eu queria pedir também para subscrever não só o item 1, mas todos os requerimentos de audiência pública de autoria de V. Exa. e já parabenizá-la por começar trazendo aqui essa pauta muito importante, trazendo todos os ministros e ministérios, para que a gente possa discutir construções de políticas públicas. Eu gostaria também de subscrever todos os requerimentos de autoria de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A votação é do requerimento do Senador Cid Gomes. Eu não sei se a Senadora, como o subscreveu, gostaria de defendê-lo.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, é só realmente reafirmar a importância de ter esta audiência pública para que seja discutido esse PL, visto que ele está falando de vários fundos. Então, a gente tem realmente que saber do que trata esse PL, o que é que vai mudar na construção ou na formação ou no andamento desses fundos de desenvolvimento – cada um com suas regiões.

Então, eu só queria também subscrevê-lo para que a gente possa debater na audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Eu sou autora desse PL e acho importante o enfrentamento em relação aos fundos constitucionais, para que eles sejam mais bem compreendidos e mais bem utilizados para os temas que foram criados. Então, nós vamos dar celeridade à realização dessa audiência pública. (*Pausa.*)

A sugestão apresentada pelo Senador – e também se houver alguma sugestão de inclusão... – é: representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; representante do Banco do Nordeste do Brasil; representante do Banco da Amazônia; representante do Banco do Brasil; representante da Superintendência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); e representante da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Então, estão aqui elencados os principais atores. Caso haja alguma contribuição, também é só enviar para a Comissão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Jorge Seif que assumisse a Presidência para que eu possa defender os meus requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bom dia, Senadora. Bom dia, Srs. Senadores e Senadoras.

Quero primeiramente parabenizar a Senadora Dorinha pela Presidência da CDR.

Estou muito honrado em ser o Vice-Presidente desta Comissão que é tão importante para o nosso Brasil, para a minha Santa Catarina.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura dos Requerimentos nºs 1 a 8, 2025, da CDR, itens 2 a 9 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convite ao Ministro de Estado do Turismo, Sr. Celso Sabino, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convite ao Ministro de Estado das Cidades, Sr. Jader Barbalho Filho, para discutir políticas do ministério e sua relação com as políticas de desenvolvimento regional e turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Renan Filho, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Nassar Tebet, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado dos Portos e Aeroportos, Sr. Silvio Costa Filho, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Sr. Wellington Dias, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

2ª PARTE

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Sr. Marcelo Freixo, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – O Requerimento nº 1, de 2025, requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de convidar o Ministro de Estado do Turismo, o Sr. Celso Sabino, para discutir as políticas públicas de desenvolvimento regional e turismo.

O Requerimento nº 2 requer à Comissão de Desenvolvimento Regional, de acordo com o seu Regimento e nos termos da Constituição Federal, a vinda do Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, o Sr. Waldez Góes, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

O Requerimento nº 3 requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a vinda do Ministro, o convite ao Ministro de Estado das Cidades, o Sr. Jader Barbalho Filho, para discutir políticas do Ministério e sua relação com as políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Item nº 5, o Requerimento nº 4, de 2025, requer, de acordo com o art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de convidar o Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Renan Filho, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Requerimento nº 5, item 6 da pauta, requer, nos termos já citados, de amparo na Constituição Federal e no Senado, o convite à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a Simone Nassar Tebet, para discutir as políticas de desenvolvimento regional e turismo.

O Requerimento nº 6, com o objetivo de convidar o Ministro de Estado dos Portos e Aeroportos, o Sr. Silvio Costa Filho, para discutir as políticas de desenvolvimento regional e turismo.

O Requerimento nº 7 requer, nos termos já listados, com amparo na Constituição e no Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Sr. Wellington Dias, para discutir as políticas de desenvolvimento regional.

O Requerimento nº 8, faz o convite ao Presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), o Sr. Marcelo Freixo, para discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo.

Sr. Presidente, como a nossa Comissão trata da integração e do desenvolvimento regional, então, ela tem uma amplitude significativa. Esses são os ministros ou presidentes a que, inicialmente, nós estamos fazendo o convite. O Ministro Celso Sabino já confirmou a vinda; ele quer ser o primeiro ministro a estar aqui conosco, a participar da reunião. Os ministérios já foram comunicados; tão logo os requerimentos sejam aprovados formalmente, a Comissão fará o convite, sem nenhum tipo de prejuízo de algum convite a uma outra entidade ou órgão, de acordo com os temas do desenvolvimento regional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Dorinha, quero parabenizar a senhora pelos requerimentos e dizer para a senhora que o trabalho desta Comissão é muito amplo, realmente tem relação com vários desses ministérios e até com alguns outros, mas eu acho que estes aqui são os básicos. Inclusive o meu Estado de Santa Catarina tem muitas demandas com vários desses ministros, e aqui eu acho que é o espaço perfeito e ideal para discutirmos questões não só do Brasil quanto também regionais, de cada estado, com cada um de nós defendendo o seu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos fazer uma votação desses requerimentos da Senadora Professora Dorinha em bloco.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente, só para reiterar, parabenizando também a nossa Presidente pelas iniciativas, a importância, realmente, de se discutir, trazer todos esses ministros aqui para que a gente compreenda melhor essas políticas no que compete à nossa Comissão, especialmente no desenvolvimento regional, mas eu queria reforçar que eu estou pedindo a subscrição, se a autora... Para poder também reforçar ainda mais a importância da presença deles aqui nesta Comissão.

Parabenizo tanto a Presidente como o Vice, que aqui está, porque estão atuando e tenho certeza de que a Comissão trará bons resultados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora Augusta.

A votação será simbólica.

Em votação os Requerimentos 1 a 8, de 2025, da CDR, itens 2 a 9 da pauta, de autoria da Senadora Professora Dorinha, Presidente da nossa Comissão.

Os Senadores e Senadoras que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Devolvo a Presidência à Senadora Professora Dorinha Seabra.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Por favor, Senador, pode... Eu agradeço a presença.

Quero colocar para a Senadora Augusta Brito que é um prazer, como autora e, lógico, como Presidente, a subscrição e destacar que a Comissão... A tarefa nossa, se nós olharmos do ponto de vista de funcionalidade, outros ministros deverão ser convidados, por todo o papel importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da discussão de uma política ampla no Brasil em relação à integração. Por que não trazer aqui o ministério que trata da pesca e aquicultura, o Ministério da Agricultura, de igual forma?

Nesse projeto, de que, inclusive, eu sou autora, e o Senador Cid Gomes é Relator, eu trato da questão de armazenagem. Hoje, há um grande problema que nós enfrentamos em relação à armazenagem e selagem de alimentos. Há a necessidade de mudar o modelo, e hoje o Brasil tem problemas em relação a essa armazenagem. Os fundos constitucionais podem financiar isso, nós temos uma ideia e nesse projeto a gente sugere mecanismos de facilitar o financiamento para pequenos produtores, inclusive, com um... Não é esse o termo, mas é como se fosse um consórcio de várias pequenas propriedades.

De igual forma, como não tratar de um ministério tão parceiro nosso como o Ministério da Educação? Quais são os mecanismos com que a educação pode e deve atuar, nesse sentido de redução de desigualdade, de ação integrada entre os municípios, os estados e o papel da União.

Então, ao apresentar esses requerimentos, eles serão iniciais para um processo de debate, sem nenhum prejuízo de outras sugestões de ministros que podem vir aqui apresentar as políticas públicas, os programas em desenvolvimento.

Eu quero agradecer a presença de todos e, antes de finalizarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 19/02/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar esta Comissão, eu gostaria só de fazer um apelo em relação às relatorias. Não deixa de ser desagradável ter que tirar a relatoria de um colega Senador ou Senadora. Então, esse não é o objetivo. Eu peço só essa agilidade em relação também às sugestões para assumir as relatorias dos projetos que estão aqui no Senado.

Agradeço a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Augusta Brito e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Audiência Pública interativa com o Ministro de Estado do Turismo, Celso Sabino, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2025-CDR, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, com o objetivo de discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo. **Participante:** Sr. Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Irajá, Styvenson Valentim, Alan Rick, Jorge Seif, Efraim Filho, a Deputada Antônia Lúcia, o Deputado Fausto Santos Júnior e o Secretário Nacional de Infraestrutura Carlos Henrique Menezes Sobral. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 18 de março de 2025, o aniversário do Senador Efraim, nosso Líder. (*Palmas.*) Gostaria de ler inicialmente um informe para todos os membros da Comissão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Ofício Circular 25, de 2025, da CDR, trata da ratificação das emendas RP 8 do Orçamento de 2024 e procedimentos para o apoiamento.

Sras. e Srs. Senadores, como é de conhecimento, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, em conjunto com o Poder Executivo, elaboraram um plano de trabalho referente ao rito das emendas parlamentares ao Orçamento, anexado aos autos da ADPF 854 e homologado pelo Supremo Tribunal Federal, com decisão referendada no dia 06/03/2025.

Conforme o art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025, aprovada em sessão conjunta dia 13/03/2025:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 3º As comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional deverão ratificar as indicações para execução das respectivas emendas à Lei Orçamentária de 2024, devendo ser utilizado para tanto o modelo e a base de empenho disponibilizados pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional [conforme planilha em anexo].

O prazo para manifestação de apoio às emendas será até o dia 20, quinta-feira, às 18h – dia 20, quinta-feira, às 18h.

A manifestação se dará por meio de ofício dirigido a esta Presidência, enumerando as emendas a serem apoiadas pelo Parlamentar, assinado no sistema Sedol.

A reunião para ratificação ocorrerá na próxima terça-feira, dia 25/03, às 9h30.

Em caso de manifestação de apoio por bancadas partidárias, a validação dependerá da apresentação das atas aprovadas nas respectivas reuniões.

O apoiamento às emendas é permitido a todos os Senadores e Senadoras, membros ou não membros da CDR.

Emendas sem apoiamento serão canceladas.

É permitido mais de um apoiador por emenda.

A Comissão de Desenvolvimento Regional possui mais de 400 empenhos a serem ratificados, razão pela qual solicitamos atenção a V. Exa. para o cumprimento do prazo estabelecido.

Coloco a Secretaria da Comissão à disposição, caso haja dúvidas, lembrando que o prazo ficou para a próxima quinta-feira, nesta semana, dia 20.

Gostaria de comunicar e reforçar que, conforme informado na reunião anterior e enviado por meio circular aos gabinetes das Sras. e dos Srs. Senadores membros, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes e ritos para o funcionamento da CDR.

O horário das reuniões será sempre às terças-feiras, às 9h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi estabelecido o prazo de dois meses para a devolução das matérias referentes às novas designações.

Em relação às matérias já sob relatoria do Parlamentar, foi concedida mais uma semana para o protocolo do seu relatório, com encerramento do prazo na próxima sexta-feira, dia 21 de março, às 18h. Eu reitero que as matérias que não tiverem seus relatórios entregues serão redistribuídas.

Os gabinetes poderão sugerir temas de interesse para a realização das audiências com os ministros, visando enriquecer o debate na Comissão. Solicitamos a V. Exas. que, caso tenham sugestões de temas, questões a serem abordadas nessas audiências, encaminhem-nas com a maior brevidade possível.

Foi enviada ainda uma circular a todos os gabinetes com relação às matérias disponíveis para a relatoria, para que sejam designados os Relatores. A manifestação de interesse não significa que será distribuído.

Conforme o Regimento Interno, o prazo de envio para sugestões de políticas públicas a serem avaliadas no próximo ano encerra-se no dia 31 de março.

Por fim, gostaria de informar que, além da audiência pública de hoje, temos outras três datas já confirmadas.

Dia 1º/04/2025, audiência pública para instruir o Projeto de Lei 10.070, de minha autoria, que trata do Programa de Armazenagem Rural no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento FNO, FNE e FCO, em atendimento ao requerimento do Senador Cid Gomes, Requerimento nº 22.

Dia 08/04, audiência pública para instruir o Projeto de Lei 775, que versa sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar, em atendimento aos Requerimentos nº 16 e nº 19, de 2024, de autoria dos Senadores Flávio Bolsonaro e Augusta Brito.

Dia 29/04, audiência pública com a presença do Ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Exmo. Ministro Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo, com o objetivo de discutir políticas de desenvolvimento regional e turismo, em atenção ao Requerimento nº 1, de minha autoria. Somando-se ao requerimento aprovado para a realização da audiência pública, registro que o Ministro gentilmente nos enviou, no dia 10/03, o Ofício nº 66, colocando-se previamente à disposição da Comissão para vir apresentar ações, projetos e programas do Ministério do Turismo.

Convido o Ministro Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo, para tomar lugar à mesa, ao tempo que agradeço sua gentileza e atenção de previamente se dispor a vir a esta Comissão. (*Palmas.*)

Antes de iniciarmos, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação pelo Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo estará disponível no portal assim que as apresentações forem disponibilizadas pelo expositor.

Na exposição inicial, o convidado tem o uso da palavra por 30 minutos, e logo em seguida abriremos para contribuição dos Senadores.

Já agradeço a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Seif, do Senador Líder Efraim Filho, do Senador Irajá, do Deputado Fausto Santos Jr. e da Deputada Fernanda Pessoa. O Fausto é do União Brasil, do Amazonas, e a Fernanda é do União Brasil, do Ceará.

Comentários que já foram enviados, Ministro.

Vagner, de São Paulo: "[...] o turismo depende da mobilidade pública com valores justos ao cidadão para que seja fomentado".

Jefferson, da Bahia: "[...] O turismo no Brasil é um grande suporte de empregos para a população nordestina e deve ser valorizado com projetos e investimentos".

Felipe, de São Paulo: "[...] a solicitação de visto para entrada no país [...] [deverá impactar] a vinda de turistas? [...]".

Werônica, de Pernambuco: "Como o Plano Nacional de Turismo 2024-2027 integra sustentabilidade e inclusão no desenvolvimento regional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marco, de Minas Gerais: "A legislação ambiental que impossibilita [a exploração de] áreas como APPs para ecoturismo sustentável não poderia ser mudada [...]?".

Rodrigo, do Distrito Federal: "Como integrar inovação tecnológica com capacitação para atrair *startups* de turismo?".

Durante a sessão, outras perguntas poderão ser enviadas.

Disponibilizo para o Ministro.

Com a palavra o Sr. Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo, a quem desejamos boas-vindas.

Muito obrigada.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Agradeço também pela presença ao Senador Irajá, ao Senador Efraim e ao Senador Jorge Seif, que estão presencialmente, aqui, hoje, nesta sessão, e também aos Senadores que nos acompanham através do sistema remoto desta Casa nesta sessão que a Presidente Dorinha decidiu fazer de forma híbrida. Agradeço à CDR do Senado pela oportunidade, mais uma vez, de estar aqui para falar dessa atividade econômica tão importante no nosso país hoje, um dia especial para todos nós que somos amigos do Senador Efraim, que comemora mais um ano de vida, inacreditavelmente, segundo ele, só 46 anos de idade.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. *Fora do microfone*.) – Há controvérsias.

O SR. CELSO SABINO – Há controvérsias.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Dizem que com cara de 42.

O SR. CELSO SABINO – Dizem que com cara de 36.

Quero lhe desejar, Senador, mais uma vez, feliz aniversário. Que Deus o continue abençoando e protegendo e que V. Exa. continue trabalhando da forma como trabalha pelo Brasil e pelo Estado da Paraíba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. CELSO SABINO – Eu preparei uma apresentação.

Eu vou de forma bem rápida, até porque eu estou aqui também para ouvir as sugestões e as críticas da CDR. Assim como nós fizemos durante o ano passado, esta Casa Legislativa foi ativa participante das decisões e das ações do Ministério do Turismo, durante o ano de 2024, e nós vamos seguir essa toada durante o ano de 2025.

Então, aqui é uma recente pesquisa que nós fizemos, agora em janeiro, o Governo brasileiro, o Ministério do Turismo, que nos dá um norte de algumas tendências e perspectivas do mercado do turismo nacional. Essa pesquisa foi divulgada, está no *site* do Ministério do Turismo e foi amplamente divulgada por diversos meios de comunicação. Essa apresentação está disponível a todos os Senadores membros da CDR, mas há quatro números que eu destaquei como importantes e escrevi aqui: 84% da população brasileira – essa pesquisa ouviu mais de 4 mil pessoas presencialmente em todos os estados do Brasil – consideram o setor importante para a geração de emprego; 43% dos brasileiros afirmam que o turismo nacional cresceu nos últimos dois anos; 51% acreditam que o Brasil tem muito potencial para a exploração do turismo como atividade econômica; e 33% consideram que combate à pobreza e à desigualdade social é a política pública com maior capacidade de impactar positivamente a atividade turística no Brasil. E assim tem sido feito, e assim tem acontecido, como vocês vão ver nas próximas lâminas.

A atividade turística está aquecida no Brasil.

Turistas internacionais.

Quero saudar os nossos Senadores.

Turistas internacionais.

Nós tivemos, já no ano de 2023, uma retomada da atividade pós-pandemia. Então nós já, em 2023, alcançamos aquele nível pré-pandemia na casa dos 6 milhões de turistas internacionais, fechando o ano com 5,9 milhões de turistas internacionais. No ano de 2024, nós tivemos um recorde histórico no número de turistas internacionais que entraram no nosso país, desde quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a polícia... Esses dados, Senadores e Senadora Dorinha, são dados da Polícia Federal, que registra, durante o procedimento de imigração no nosso país, todos os passaportes, todos os estrangeiros que entram no Brasil. E esse registro, que começou a ser feito em 1970, nunca chegou na casa dos 6,76 milhões de turistas estrangeiros, como chegou no ano de 2024. Considerando, nesse número, a inesperada e indesejada catástrofe que aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul – muitos turistas argentinos entram no Brasil por aquele estado –, nós temos uma estimativa de que, se não fosse essa tragédia indesejada por todos nós, nós teríamos atingido mais 230 ou 220 mil turistas e teríamos atingido a marca de 7 milhões, finalmente, no nosso país.

É importante destacar que, quanto ao avanço que nós tivemos no turismo internacional no ano de 2024, muitos podem dizer: "Bom, no ano de 2025, talvez seja difícil continuar com essa toada, continuar com esse crescimento", mas o que nos mostrou o mês de janeiro e o mês de fevereiro foi exatamente o contrário, que a perspectiva da atividade econômica do turismo tende a crescer ainda mais no ano de 2025. No mês de janeiro e no mês de fevereiro, com os dados consolidados, nós tivemos um aumento de 57% de turistas internacionais comparados com o ano de 2024 – janeiro e fevereiro. Então, só janeiro e fevereiro de 2025 registraram mais de 2,8 milhões de turistas. Essa perspectiva nos dá a clareza pelo número de que, neste ano, com certa tranquilidade, finalmente o Brasil vai ultrapassar essa linha dos 7 milhões de turistas internacionais registrados em um ano. Se nós pegarmos agora os últimos 12 meses – de fevereiro de 2024 até fevereiro de 2025, os últimos 12 meses –, nós já temos mais de 7 milhões de turistas que entraram no Brasil nos últimos 12 meses.

Mas mais, Senador Jorge Seif, importante do que o número nominal na tela da Polícia Federal, dizendo que o Brasil recebeu um número recorde de turistas, é o gasto recorde de turistas no Brasil no ano de 2024. No ano de 2024, esses turistas que entraram no Brasil gastaram a cifra recorde de R$42 bilhões aqui no nosso país, segundo dados da Receita Federal, gerando emprego, gerando renda em todas as regiões do Brasil. De Roraima, do Amapá até Santa Catarina, até o Rio Grande do Sul, todas tiveram crescimento no número de visitantes estrangeiros e no gasto de estrangeiros. Então essa cifra de R$42 bilhões gastos em 2024 é um número também nunca antes alcançado. Gastos de estrangeiros em 2024: US$7,341 bilhões, que vão ser os R$42 bilhões que eu mencionei há pouco. E podem dizer assim: "Já foi muito bom em 2024; talvez, em 2025, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se repita". E janeiro já nos mostrou aí: foi o melhor janeiro da história em gastos de estrangeiros no nosso Brasil, com US$805 milhões – só em janeiro.

Faturamento e empregos no Brasil.

Aqui tem uma comparação do ano de 2023 com o ano de 2024, o crescimento que houve, segundo dados da Fecomércio e dados do IBGE. A geração de emprego nos últimos dois anos: somado janeiro de 2023 até dezembro de 2024, os últimos dois anos, no setor do turismo, nós tivemos a geração de novos 405 mil empregos – 405 mil novos empregos –, segundo dados do Caged e do Ministério do Trabalho. Esse marco na geração de emprego no período também é um recorde histórico. Nunca se gerou tanto emprego no setor do turismo num período de tempo como nós geramos nesses últimos dois anos.

O faturamento do setor, segundo a Fecomércio e o IBGE, no ano de 2024, R$207 bilhões, também é uma marca histórica.

O setor aéreo.

O setor aéreo mostra, segundo aquela pesquisa que eu mostrei no início e está à disposição de todos os Senadores, que apenas 29%, Senador Irajá, dos brasileiros que viajam utilizam o modal aéreo da aviação civil – só 29% usam o modal aéreo. Então, o restante vai de carro, *van*, carro alugado, ônibus, navio, trem, barco, enfim.

No setor aéreo, nós tivemos um crescimento, desde o ano de 2022 até agora, e mais de 20 milhões de passagens foram voadas em um ano. No ano de 2022, foram 97 milhões de passagens voadas; no ano de 2023, foram 112 milhões de passagens voadas; e, no ano de 2024, foram 118 milhões de passagens voadas, um recorde da nossa aviação civil brasileira. Segundo dados das agências que controlam a aviação civil mundial, a aviação civil doméstica brasileira, Senador Alan Rick, passou a ser o quarto maior mercado de aviação civil doméstico do planeta. Então isso mostra o quanto o turismo está desenvolvendo também esse segmento importante da nossa economia.

Na atração de investimentos, outro número recorde foi o registro de captação de investimentos estrangeiros para o setor do turismo. O que isso significa? Significa capital espanhol, capital norte-americano, capital francês e capital português sendo gastos no Brasil para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a construção de hotéis, para a ampliação de pousadas, para a construção de companhias transportadoras, de parques aquáticos e de parques temáticos. No ano de 2024, nós registramos a cifra de US$360 milhões que foram investidos por empresas estrangeiras no Brasil para o setor do turismo.

Em relação ainda à questão dos investimentos estrangeiros, destaco a implantação de um guia. Nós criamos um guia de investimento para o turismo no Brasil. Com a parceria do CAF, Senador, e da ONU Turismo, nós criamos um guia em vários idiomas e o estamos distribuindo em diversos países para que os investidores espanhóis, japoneses, chineses saibam como, onde é mais seguro e de que forma podem investir no nosso país. Esse guia de investimento está disponível de forma *online* e na versão impressa e é dinâmico. Surgindo novos projetos aptos a receberem recursos de capitais estrangeiros, nós vamos incluí-los no guia. Lá todos que queiram incluir seus projetos privados... Se eu tenho um projeto para a construção no Tocantins de um parque temático, etc. e quero atrair capital estrangeiro para vir ser o sócio nosso aqui nesse projeto, posso cadastrá-lo nesse guia, que já está surtindo efeito, como todos podem ver.

Inclusive, na semana passada, pela 11ª vez, o Brasil participou da Mipim, que é a maior feira de captação de investimentos estrangeiros para o mercado imobiliário e para o turismo do mundo, que aconteceu em Cannes, na França. Lá nós estávamos representados com vários projetos nacionais, com várias entidades, inclusive a CNC, a Fecomércio, a associação que reúne os corretores de imóveis do Brasil. Isso tem surtido os efeitos, como nós falamos há pouco.

Melhoria da imagem do Brasil. Cresceu muito a entrada de argentinos e de espanhóis no Brasil no ano de 2024 e no início deste ano. Tudo é feito na direção dos investimentos e da estratégia que o Governo brasileiro tem adotado para melhorar sua imagem para atrair turistas internacionais.

Todos sabem que o principal emissor para o Brasil é a Argentina, dada sua proximidade com o nosso país, o tamanho da nossa fronteira; e no ano passado, no mês de setembro, nós conseguimos, com muito esforço e articulação, que a principal feira de turismo da Argentina, a FIT de Buenos Aires, homenageasse o Brasil no evento. Ali nós tivemos a oportunidade de decorar a região de Buenos Aires com as cores do Brasil, com os principais atrativos nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora em janeiro, dias 22, 23 e 24 de janeiro, em Madri, na Espanha, na Fitur, que é a feira que abre o calendário das feiras de turismo no mundo, a feira mais importante de turismo da Espanha, que completou 45 anos este ano, pela primeira vez, Deputado Keniston Braga, o Brasil foi o país homenageado nessa feira, resultado de uma ampla articulação, um trabalho desde o começo do ano passado que nós começamos a fazer, e o Brasil... Pôde ser o Brasil homenageado na Fitur, pela primeira vez na história. Nós conseguimos, em Madri, nos ônibus, nas paradas de ônibus, nas placas que ficam nas esquinas, em *outdoors* na cidade, no aeroporto, colocar todos os nossos atrativos turísticos, das praias de Santa Catarina aos Lençóis Maranhenses, ao Parintins, no Amazonas. Nós conseguimos enfeitar a cidade de Madri com os atrativos nacionais, fizemos bonito na feira, lá na Fitur, e o resultado já está aí aparecendo.

É o melhor país para o ecoturismo, reconhecido pela revista *Forbes* mundial, entre 50 nações, passando ali o México e a Austrália, que sempre ficavam ali na nossa frente; melhor país para o turismo de aventura, segundo o portal U.S. News & World Report, que é um importante periódico de turismo mundial; terceiro no *ranking* do Fórum Econômico Mundial em atrativos naturais, atrás só da Austrália e do México; segundo destino mais desejado do mundo para vida selvagem e natureza, segundo a Wanderlust Reader Travel Awards; com 14 destinos premiados pela Green Destinations; com 38 praias e 11 marinas certificadas com a Bandeira Azul.

Ações implantadas nesta gestão – com a ajuda da CDR e do Senado Federal, quero destacar, viu, Senador Alan? –: Plano Nacional de Turismo, e aqui quero fazer menção exatamente ao Senador Alan Rick, que foi atuante, participativo, defensor de o querosene de aviação possuir preço diferenciado na região da Amazônia Legal. Todos nós sabemos que o combustível de aviação é um fator agravante para o valor do tíquete das passagens aéreas, e eu acho que no mundo todo, um dos lugares mais caros que tem é na região da Amazônia Legal. O fato de o Senador... O Senado como um todo, a CDR por unanimidade, o Plenário do Senado Federal aprovou essa emenda e aprovou o Plano Nacional de Turismo e a Lei Geral do Turismo. Foi, sem dúvida nenhuma... E também a Câmara Federal aprovou por unanimidade essa lei, e, destaco aqui, com voto do PL ao PT, todos os Parlamentares da Câmara aprovaram por unanimidade essa lei, que trouxe uma série de modernização para o setor.

Metas já superadas em 2024. Lá em 2023, em agosto, outubro de 2023, nós entregamos aqui ao Congresso Nacional e à Presidência da República um Plano Nacional do Turismo, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definimos ali, após uma construção do Conselho Nacional de Turismo, que nós também reativamos, metas, aonde queremos chegar, ações que precisávamos fazer, tarefas e até atividades que precisaremos fazer, não só o poder público federal, mas o poder público estadual, o poder público municipal, membros da sociedade civil, entidades representativas.

E metas que foram alcançadas no ano de 2024, com muito sucesso: 541 municípios inscritos no Mapa do Turismo Brasileiro, a meta era 332; 6,7 milhões de turistas internacionais, a meta era 6,4 milhões; US$7,3 bilhões em gastos de turistas estrangeiros, a meta era US$6,9 bilhões; outro, acabou que antecipei aqui, foi a sanção da Lei Geral do Turismo, que foi a lei de que estava falando há pouco; a adoção do *tax free*.

Eu tenho o dever de reconhecer o valor da contribuição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na aprovação dessa pauta legislativa em 2024. O Congresso Nacional não faltou com o setor do turismo brasileiro. Todas as pautas que vieram para estas duas Casas tiveram a atenção dos Senadores, a atenção dos Deputados. Todos os assuntos trazidos aqui foram discutidos, melhorados, incrementados, mas foram aprovados e hoje já são realidade no nosso país. Eu pessoalmente participei aqui no dia dessas votações, inclusive na Câmara, tirando dúvidas de alguns Deputados e algumas bancadas, para que essa lei pudesse ser aprovada por unanimidade.

Além da Lei Geral do Turismo, o *tax free*. Além do *tax free*, a aprovação, em tempo recorde, do acordo que a República Federativa do Brasil celebrou com a ONU Turismo, para que nós tivéssemos, pela primeira vez na história, um escritório descentralizado da ONU Turismo para tratar das Américas e do Caribe, e esse escritório está sendo implantado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Enfim, na inclusão do turismo na participação da receita do recurso arrecadado com as *bets*.

Então, em todos os assuntos, este Congresso foi muito atencioso e carinhoso. E fruto desse trabalho, claro, além de todo o esforço da equipe do Governo do Presidente Lula, de todos os ministros, de toda a dedicação dos técnicos do Ministério do Turismo, dos secretários regionais de turismo, dos secretários municipais, do *trade*. Mas o resultado desses números precisa ser creditado também à participação do Congresso Nacional brasileiro, que aprovou as medidas necessárias para o avanço e para a modernização do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Visibilidade internacional. Implantação do escritório da ONU Turismo no Rio de Janeiro; Presidência do Conselho Executivo da ONU Turismo. Em 50 anos da ONU Turismo, pela primeira vez, o Brasil preside o Conselho Executivo dessa instituição. Eu tive a honra e o privilégio, Senador Jorge Seif, de ter sido eleito, em Cartagena, em novembro passado, numa decisão apertada, por um voto, mas vencemos, e o Brasil preside hoje o Conselho Executivo da ONU Turismo.

G20 do Turismo. Nós conseguimos a participação não de 20 países, mas de 44 ministros do Turismo ou representantes dos Ministérios do Turismo de 44 países aqui no Brasil para discutir as ações do turismo mundial.

Guia de Investimentos: parceria com a ONU e com o CAF – já mencionei.

E, neste ano, o Brasil preside o grupo Brics, e nós vamos também aqui, na cidade de Brasília, ter importantes reuniões desse setor. Pretendemos, assim como fizemos no G20, entregar a nossa proposta para esses ministros do Turismo, para esses chefes de Estado, ao fim da reunião dos Brics deste ano, para que o turismo possa efetivamente ser indutor do desenvolvimento econômico solidário, sustentável e responsável no mundo.

Incentivo ao turismo interno. Dentro do programa Conheça o Brasil, muitos dos senhores devem, dentro de um avião ou outro, já ter ouvido esse programa do Ministério do Turismo falando sobre o Conheça o Brasil, convidando os passageiros a adquirirem passagens com antecedência, a fim de terem tarifas mais baratas. Além desses *speechs* nas aeronaves, nas articulações com as companhias aéreas, que têm sido muito parceiras desse programa Conheça o Brasil Voando, nós abrimos inúmeras rotas domésticas dentro do Brasil e também rotas internacionais; fizemos várias ações promocionais, plotando aeronaves com atrativos turísticos nacionais.

Neste Carnaval, nós tivemos uma marca até então nunca registrada: segundo dados da Confederação Nacional do Comércio, foram 53 milhões de pessoas que fizeram turismo nesse período de Carnaval, nessa semana de Carnaval, com uma movimentação de R$12 bilhões. Então tem quem goste, tem quem não gosta, tem quem fique em casa, tem quem vá para a Sapucaí, tem quem vá para Salvador, tem quem vá para Recife. O fato é: o Carnaval é uma das nossas festas de maior rentabilidade para a atividade econômica do turismo durante o ano. Repito, o Carnaval neste ano movimentou um número recorde segundo a Confederação Nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comércio. Todos os dados, Senadores, que nós estamos entregando aqui ou são da Polícia Federal, ou do IBGE, ou da Receita Federal, ou de instituições como, por exemplo, a Confederação Nacional do Comércio. Foram 53 milhões de brasileiros; R$12 bilhões de movimentação na economia; 32 mil empregos temporários no período do Carnaval; 6,62 milhões de passageiros em aeroportos e rodovias.

Conheça o Brasil Realiza, um outro programa que foi lançado para impulsionar e estimular o turismo no Brasil, em parceria com o Banco do Brasil e também com a Caixa Econômica, em que os correntistas desses bancos podem adquirir pacotes de viagem de até R$20 mil, parcelados em até 60 vezes, com taxa de 1,7%. Então, isso estimulou e tem estimulado a aquisição de pacotes aéreos e viagens no turismo doméstico dentro do Brasil.

Conheça o Brasil Cívico visa trazer estudantes universitários e também professores, como primeiro passo, para a nossa capital federal, a fim de conhecer os emblemas da nossa República, os símbolos da nossa democracia, os símbolos do Estado brasileiro, a Catedral de Brasília, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Itamaraty, vários outros prédios, e fazer com que esses estudantes... Isso foi baseado numa experiência que a equipe técnica do Ministério do Turismo extraiu de Washington, nos Estados Unidos e que tem funcionado muito bem naquele país.

Incentivo ao turismo interno. Retomada do Salão Nacional do Turismo, que foi uma política que foi descontinuada cerca de sete, oito anos atrás. Retomamos já em 2023 aqui em Brasília, no Estádio Mané Garrincha, trazendo todos os estados brasileiros e os principais atrativos. A gente tem a feira da Abav, a gente tem a feira dos hotéis, a gente tem vários eventos privados no Brasil, mas o Salão Nacional do Turismo vem a ser uma oportunidade que o poder público oferta para os estados e para as prefeituras levarem para grandes centros consumidores os seus atrativos turísticos, a fim de atrair turistas para visitar os seus estados e as suas cidades. Em 2023, fizemos aqui em Brasília, em dezembro; em 2024, fizemos no Rio de Janeiro, na capital do estado; e agora, em 2025, vamos fazer em agosto, na cidade de São Paulo, no Anhembi, que é um dos maiores ou, melhor, que é o maior mercado consumidor do Brasil.

Primeira edição do Feirão Nacional do Turismo: fizemos no ano de 2024, criamos esta política, é o chamado Black Friday do turismo brasileiro. Então, nós criamos uma semana, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante um final de semana, com a participação de todas as companhias aéreas, das principais operadoras de turismo do Brasil e das principais agências de viagem do Brasil, nós fizemos ali uma espécie de Black Friday do turismo brasileiro chamado Feirão Nacional do Turismo. Além da realização *online*, muitos estados fizeram também a realização presencial, levando os seus atrativos regionais e estaduais para que os consumidores ali da capital dos estados tivessem acesso. Surtiu muito efeito, inclusive o Tocantins fez um feirão muito organizado; na Bahia, nós tivemos também um feirão; em Alagoas, também tivemos um feirão muito organizado, que produziu muitos efeitos.

Ficha Nacional de Registro de Hóspede Digital, totalmente digital: informações transmitidas de forma segura e precisa, oferecendo experiência mais agradável para os hóspedes. Estamos implementando avanço nesse sistema para que os hóspedes possam, antes de ingressar no hotel, já fazer o seu *check-in*, e antes de sair do hotel já fazer o seu *checkout*. E essas informações ficarão disponíveis não só para o Ministério do Turismo, mas também ali para a Polícia Federal, para a Justiça, na Central de Mandados, enfim.

É importante falar desta nossa parceria com a ABIH, que é a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, que já nos proporcionou no mês passado a assinatura de um acordo, Senadora Dorinha – V. Exa., que é defensora da educação, e o foi na Câmara dos Deputados, e o é no Senado Federal, e vai ser lembrada ao longo de toda a sua história pela sua defesa da educação –, para que os professores tenham desconto de 15% em hospedagem nos hotéis. Já está em vigor através desse convênio celebrado – o Governo Federal, através do Ministério do Turismo, com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

E no dia de hoje, às 15h, Senadora Dorinha – nossa convidada de honra –, nós vamos estar celebrando junto com a Bancada Feminina da Câmara e do Senado a assinatura de um convênio similar para que as mulheres que estiverem viajando sozinhas também tenham esse desconto de 15%. É uma forma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Vai ter muito o quê, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Vai ter muito... Vou viajar só, agora, hein? (*Risos.*)

O SR. CELSO SABINO – Financiamento via Fundo Geral do Turismo. Nosso Fungetur avançou muito em todo o Brasil, nós levamos ações.

E aqui o Secretário Carlos Henrique – cadê o Carlos Henrique? Quero saudar o nosso Secretário Nacional de Infraestrutura, que tem levado o Fungetur a todos os estados. Nós estamos fazendo apresentação ao *trading* nas capitais de todos os estados, mostrando como funciona, estimulando micro e pequenos empresários na atividade econômica.

Como é que funciona o Fungetur? É um fundo do Ministério do Turismo. Nós fazemos convênio com operadoras de crédito regionais, e essas operadoras de crédito regionais fazem com que esse recurso chegue aos micro e pequenos empreendedores, até R$15 milhões, com taxas que vão em torno de 8% ao ano, total, em situações em que a carência vai até cinco anos e o prazo de pagamento vai até 12 anos. Então é um recurso acessível, barato e muito eficaz. Nós já liberamos R$1 bilhão; R$814 milhões já foram contratados.

Então nós tivemos um salto muito grande no ano. Em comparação com o ano anterior, por exemplo, nós tínhamos uns 800 e foram contratados 400. Então aqui, de 1 bilhão, nós já contratamos mais de 800. Mostra também a eficácia, que esse recurso está chegando na ponta para ampliação de pousadas, bares, hotéis, para pequenos empreendedores que querem trocar sua cozinha, sua louça, enfim, para bares, hotéis, restaurantes, transportadores turísticos...

Formalização via Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos). Nós tivemos um crescimento altíssimo do número de cadastros no Cadastur. Isso mostra, primeiro, a formalização da atividade. Muitos empreendedores que não tinham essa formalização passaram a ter. E nós fomos em praticamente todos os estados levar o Cadastur e apresentar aos empreendedores o que o Cadastur pode trazer de vantagem para a sua atividade. Os empreendedores do turismo aderiram e começaram a se cadastrar. E nós tivemos um registro recorde aí de mais 171 mil, alta de 14%. A região que mais avançou, Senador Alan Rick, foi a Região Norte – Senador Alan Rick, Senadora Dorinha, Senador Irajá –, porque o Tocantins também – o Senador... V. Exa. de costas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Do Rio Grande do Norte.

O SR. CELSO SABINO – ... do Rio Grande do Norte – o Tocantins também é Norte, viu? Foi 44%, na região em que mais cresceu o número de cadastros no Cadastur.

Infraestrutura e qualificação: 431 obras concluídas, investimento de R$680 milhões. Boa parte dessas obras é fruto de emendas parlamentares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados – mas obras aqui só que já foram concluídas, 431 obras –; qualificação de 5.716 profissionais por meio de diferentes formas de qualificação (Qualifica Turismo, Sesc/Senac, instituições federais de ensino), todas em parceria com o Ministério do Turismo; criamos a política nacional da Escola Nacional de Turismo, seguindo o exemplo de casos bem-sucedidos em Macau, em Portugal, na Espanha. O Brasil também adotou agora a política da Escola Nacional de Turismo, uma escola que vai formar, inicialmente, técnicos profissionalizantes com ensinos profissionalizantes. Mas nosso projeto é que, num momento futuro próximo, essa escola também forme em grau de graduação, e, no futuro médio, que tenha também cursos de extensão. Já existe isso em outros países, nós estamos copiando o mesmíssimo modelo.

A primeira escola foi criada já na cidade de Belém, em virtude dos preparativos para a realização da COP 30; a segunda nós vamos abrir na cidade do Rio de Janeiro; e a terceira já está prevista na cidade de Fortaleza. Mas o nosso projeto é ter em todas as capitais do Brasil uma Escola Nacional do Turismo. Nós vamos fazer, com este Congresso Nacional, com este Senado Federal, com que o turismo seja a locomotiva para o desenvolvimento econômico do nosso país e com que o turismo seja a nova matriz econômica do nosso país, assim como outros Estados-nação já estão fazendo.

Agenda climática e inclusão. Plano Clima de Adaptação do Turismo, turismo responsável e lei... Plano Clima de Adaptação do Turismo: consulta pública, principal objetivo é preparar os destinos turísticos para os impactos das mudanças climáticas – dentre isso, nós temos a resiliência política. Depois dos acontecidos no Rio Grande do Sul, nós, junto com o Ministro do Turismo da Jamaica e a ONU Turismo, vamos implantar no Brasil também um escritório para o turismo resiliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Turismo responsável: projeto pioneiro de visitação em três comunidades indígenas: Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Lei Geral do Turismo: produtores rurais que oferecem serviços turísticos foram reconhecidos como prestadores de serviços turísticos. Aí se inclui o produtor de uva que faz vinho, o criador de vaca que faz queijo, o plantador de mandioca que faz farinha, o plantador do nosso ouro negro, também conhecido como açaí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Diálogo com o Congresso.

Realizadas mais de 500 audiências com Parlamentares de todos os partidos: PT, PL, Republicanos, PDT, PRD, PV, Novo, União, Podemos, PP, Avante, PSDB, PSD, PSB, MDB, PCdoB, Rede e Solidariedade.

Os Senadores aqui que já têm cadastro lá no RH do Ministério do Turismo sabem o quanto é essa vida lá nos dias de terça, quarta e quinta, mas a gente se esforça com todo carinho e atenção, porque sabemos... E, desde o começo desta audiência, nós estamos dizendo que, se temos algum número positivo no turismo, é resultado da parceria que nós temos aqui com o Congresso Nacional.

Possibilidades no Legislativo. Criação de *resorts* integrados. Essa atividade é pública. Já há posição deste Ministro do Turismo Nacional em relação ao projeto que foi aprovado na Câmara e tramita hoje no Senado Federal, respeitando todas as posições contrárias, todas as vênias, todas as emendas, mas é importante destacar que essa atividade está funcionando em praticamente todos os países do mundo. No mundo democrático, em todos os países em que a democracia funciona, essa atividade tem ajudado a gerar emprego, tem ajudado a distribuir renda de forma democrática nesses países.

Aprovação da aviação comercial civil de cabotagem por empresas aéreas estrangeiras na Amazônia Legal, um projeto também importantíssimo que está aqui no Senado Federal...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Já foi aprovado aqui, Ministro, está na Câmara agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO SABINO – Já foi aprovado no Senado, já está na Câmara.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Inclusive é nosso também.

O SR. CELSO SABINO – Inclusive é do Senador Alan Rick. É um projeto que vai permitir, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, com que companhias estrangeiras que voem para o Brasil possam empreender voos dentro da Amazônia Legal sem ter que respeitar o princípio da reciprocidade, ofertando à empresa brasileira voar dentro do seu país também.

Essa política de céus abertos, poucos países podem adotar, em virtude da proteção da indústria local e dos empregos nacionais. Mas considerando a alta demanda e a pouca oferta nessa região, nós entendemos que esse projeto é viável e sugerimos a aprovação pelo Congresso Nacional.

Medidas provisórias. Responsabilidade solidária das agências de turismo, redução do Imposto de Renda para remessas ao exterior de agências de viagens, redução do Imposto de Renda sobre *leasing* de aeronaves.

Reforma tributária. Cenário promissor para 2025. Lei de incentivo ao turismo, nos moldes da Lei Rouanet. Essa é uma proposta que nós estamos construindo para apresentar ao Congresso Nacional, para que empreendimentos, ações que visam divulgar aqueles locais que precisam ser divulgados no Brasil, que visam realizar eventos em locais que precisam da realização desses eventos, ou construir um determinado aparelho naqueles lugares que precisam que esse aparelho seja construído, possam ter também uma lei de incentivo, assim como outras atividades têm lei de incentivo. Essa é uma proposta, Senadora.

Regulamentação da profissão do turismólogo, uma antiga demanda da categoria que se encontra tramitando aqui no Congresso Nacional.

Fungetur. Nova possibilidade de transferência fundo a fundo. Nós colocamos na Lei Geral do Turismo, estamos aguardando a aprovação da LOA, para que, incluído na LOA, um Senador, um Deputado que queira enviar um recurso diretamente a uma secretaria de turismo municipal ou a uma secretaria de turismo estadual possa fazê-lo na modalidade fundo a fundo para custeio. O que acontece? Às vezes tem uma cidade que tem uma praia, que tem um centro de eventos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem uma área de convivência, e o Prefeito não tem dinheiro para pagar o médico; ele não vai manter a praça, ele não vai manter o centro de eventos. Então, esse recurso poderá ser... através de emendas, para que um Parlamentar possa contribuir para com aquela cidade, e que mantenha o centro de eventos, mantenha o acesso a uma praia, mantenha um centro de atendimento ao turista, enfim.

Experiência do Brasil originário. A parceria com a ONU Mulheres para a construção do Guia da Turista. Proteção ao público feminino. Nós estamos elaborando, junto com a ONU Mulheres, um Guia da Turista, justamente por acontecerem, em vários lugares do mundo, situações em que as mulheres não se sentem seguras, porque realmente ocorreram episódios de violência. Esse guia vai permitir que elas tenham informações, acessem mais segurança.

Experiência do Brasil originário. Qualificação da rota turística em assentamentos, parcerias com o MST. Existem muitas pessoas que querem conhecer um assentamento do MST, que querem saber como essas pessoas vivem, simpatizantes do movimento, de outros países, do Peru, da Bolívia, do Chile, da China. Então, nós estamos também fomentando esse turismo rural dentro desse tipo de assentamento de ocupações.

Planos de *marketing* nacional e internacional do Brasil. Reforço dos atrativos. Cenário promissor para 2025. Segundo a Escola Nacional de Turismo, já mencionei, programas de mobilidade, conectividade, turismo, segurança e comodidade, para facilitar o acesso ao turismo. Vou passar a ler mais rápido, para dar a oportunidade aos Senadores de perguntar, e informando que essa apresentação toda está disponível para cada um.

Plano de adaptação climática para o turismo: já mencionei.

Plano de qualificação nacional para jovens: está descrito no material.

Cardápio de atração de investimentos e de emendas parlamentares: por favor, os assessores copiem esse QR *code* para que os seus Senadores mandem emenda para o Ministério do Turismo, o Ministério que mais executou o orçamento proporcional no ano de 2024 – pelo menos nos RP8 lá fomos o que mais executou. E vamos, no ano 2025, atender as demandas do povo, representado na Câmara, e dos estados, representados no Senado, e fazer as obras e os serviços que vocês nos enviarem as emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. Essa é a nossa apresentação. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Ministro, você está com um concorrente fraco na agenda, que é o Presidente Sarney, no Plenário do Senado Federal. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Ministro Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (*Fora do microfone.*) – Eu que agradeço a cada um que está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero registrar a presença do Deputado Keniston Braga, do MDB, do Pará.

Agradeço ao Ministro Celso Sabino e o parabenizo pelo trabalho e pela diversidade de iniciativas de apoio ao turismo.

Eu tenho alguns Senadores inscritos, Ministro, e tem também, foi uma... nós enviamos para os secretários estaduais de turismo e eles também mandaram perguntas e sugestões.

Então, eu vou dar prioridade para os Senadores presentes e, sendo possível, eu repasso; senão, V. Exa. leva as questões e contribuições.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Professora Dorinha, Senadora do nosso União Brasil, Senador Jorge Seif. Cumprimento o Ministro do Turismo Celso Sabino e o parabenizo por ser o primeiro brasileiro em 50 anos a presidir o Conselho Executivo do Turismo da ONU, fato extremamente relevante. E não foi uma escolha de qualquer maneira, foi em votação, e, como V. Exa. se referiu, uma votação bastante apertada.

O senhor apresentou aqui uma série de ações que levantam e estimulam o turismo brasileiro e, obviamente, eu quero citar aqui ações para a nossa região da Amazônia Legal. V. Exa. sabe do esforço que fizemos, juntos inclusive, quantas reuniões tivemos, junto também com o Ministro de Portos e Aeroportos Silvio Costa Filho, para que pudéssemos aprovar, na nova Lei Geral do Turismo, o subsídio do QAV, do querosene de aviação, nos voos na região da Amazônia Legal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez que nós carecemos de mais rotas aéreas e também o preço é elevado. Para se ter ideia, o custo do querosene de aviação na nossa região, Senador Jorge Seif, é exatamente 60% do preço da passagem. Então, nós temos que buscar soluções que garantam maior atratividade e os investimentos das empresas aéreas para oferecer voos em melhores horários para o cidadão da Amazônia Legal.

O Ministro foi fundamental nisso. Aprovamos em setembro, a lei foi sancionada. Agora estamos numa fase muito importante, Ministro, que é a fase da regulamentação. Peço o seu apoio, junto com a sua qualificada equipe, e do Ministério de Portos e Aeroportos. Nosso gabinete está à disposição para que nós possamos, urgentemente, apresentar o texto da regulamentação e iniciarmos esse procedimento do subsídio do Fnac, o Fundo Nacional de Aviação Civil, criado para isso, Senadora Dorinha, para fomentar, viabilizar e reduzir as desigualdades regionais efetivamente na área da aviação civil.

Portanto, peço esse apoio ao Ministro, à sua equipe, para que possamos, juntamente com o Ministério de Portos e Aeroportos, regulamentarmos o mais rápido possível esse artigo importante, fruto de emenda nossa à nova Lei Geral do Turismo.

V. Exa. se referiu também à cabotagem, tema que nós debatemos. Já provamos aqui no Senado a permissão desta oitava liberdade do ar, para que empresas aéreas estrangeiras possam realizar uma perna doméstica no Brasil enquanto realizam o trecho internacional, justamente na mesma região onde há carência de voos. Para se ter ideia, no nosso estado, há dois, três anos, nós só tínhamos dois voos de madrugada. Depois de muita luta, muita ação, muita efetividade, nós conseguimos trazer de volta a Azul Linhas Aéreas, traduzir para o cidadão acriano o desejo de trazermos também os voos diurnos, e isso aconteceu tanto pela empresa Gol quanto pela Latam. Isso é fundamental para que a gente garanta mais qualidade para o cidadão da Amazônia, notadamente eu falo aqui do Estado Acre.

Ministro, mais um ponto que eu gostaria de tratar com V. Exa.: acompanhei aqui os dados acerca do volume de turistas atraídos para o Brasil, um crescimento importante, e na nossa região é possível fazermos um trabalho conjunto, o Ministério do Turismo do Brasil com o Ministério do Turismo do Peru, por exemplo, para que possamos criar uma rota Cusco-Machu Picchu-Amazônia, uma vez que nós temos o turismo ecológico, o turismo de aventura, o etnoturismo, a visitação às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas aldeias indígenas. Se nós atrairmos aquele 1,6 milhão de turistas por ano que visitam, por exemplo, Machu Picchu, nós estamos falando de 16 mil turistas indo à Amazônia. E o Acre tem seu potencial, tem os rios maravilhosos do Juruá, temos as nossas tribos indígenas que fazem festivais extraordinários, temos a possibilidade de nos interligar ao Peru. Em apenas um dia de viagem você sai de Rio Branco e chega à cidade de Cusco pela Estrada do Pacífico.

Então, existe uma série de oportunidades para que fomentemos o turismo na nossa região. Peço esse apoio ao Ministro, convido-o a estar no Acre para reunir o *trade* turístico do estado, a gente debater essas alternativas, seria muito importante a sua visita. Eu quero convidá-lo para tomar um tacacá acriano. Eu sei que a V. Ex. gosta do tacacá do Pará, mas o acriano, V. Ex. vai saborear, tem realmente um sabor diferenciado, além do nosso açaí, da castanha e outras iguarias que o senhor e sua equipe experimentarão lá no Acre.

Terminando a minha fala, para dar oportunidade aos demais colegas, gostaria também que, nessa sua ida ao estado, V. Ex. possa anunciar a instalação de uma das escolas nacionais do turismo na nossa região. Uma das maiores demandas que nós temos é qualificar a mão de obra, qualificar todos os participantes do *trade* turístico, desde... olha, o turismo é do picolezeiro, do pipoqueiro, do motorista, do pessoal do hotel, do restaurante. Lá nas praias da Paraíba, a terra do nosso aniversariante do dia, Senador Efraim Filho, tem uns bugueiros, como no Ceará, no Rio Grande do Norte, em todo o Nordeste brasileiro. E nós precisamos qualificar cada vez mais a nossa mão de obra.

Convido V. Ex. a estar no Acre, conversar com o nosso *trade* e iniciar esse processo de instalação dessa escola no nosso estado. E vamos juntos atrair esses turistas do Peru, vamos criar uma parceria com eles para atrair esses turistas que vão a Machu Picchu e vamos regulamentar a nossa lei do QAV, que está na nova Lei Geral Turismo.

Muito obrigado, eram essas as minhas colocações. Parabenizo V. Ex. mais uma vez pelo grande e brilhante trabalho realizado à frente do nosso ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Alan Rick, que gastou as perguntas de todo mundo, hein?

Passo, em seguida, para o Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Para interpelar.) – Minha saudação à Senadora Professora Dorinha, Presidente da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; ao Senador Jorge Seif, Vice-Presidente da nossa CDR; meus cumprimentos ao amigo, colega Efraim, pelo seu aniversário – 46º ano já de vida; que Deus o proteja e tenha longa vida! –; e de uma maneira muito especial, meus cumprimentos ao amigo, competente Deputado Federal e Ministro do nosso turismo, Celso Sabino.

Ministro, eu acho que contra números e fatos não há argumentos. Essa apresentação que V. Exa. fez, muito interessante por sinal, demonstra, ao longo do período em que V. Exa. está conduzindo o nosso Ministério do Turismo, todo o avanço, toda a evolução e todo um trabalho extraordinário que está sendo realizado junto ao ministério. Eu queria aqui, de público, reconhecer o seu trabalho, a sua dedicação e da sua competente equipe e o que você vem fazendo com o turismo brasileiro.

Na minha modesta opinião, o nosso país, que já tem tradicionalmente uma vocação, que é a produção de alimentos – e isso é reconhecido no mundo inteiro –, além da produção de energia renovável, energia limpa – o Brasil tem já, na sua matriz energética, 49% de energia renovável e, na sua matriz elétrica, já 86% de energia também renovável –, tem uma indústria adormecida chamada turismo. Essa talvez seja a maior vocação do país ainda adormecida – e eu digo "ainda", porque eu tenho esperança de que, nos próximos anos, nós iremos fazer uma grande transformação no turismo brasileiro, mas ainda não conseguimos identificar e reconhecer esse potencial na geração de emprego, renda e de impostos que a cadeia do turismo brasileiro tem.

Nós temos belezas singulares no mundo: temos as praias do Nordeste; temos a nossa Amazônia, que é um grande ativo; temos o Pantanal; temos o Cerrado, o bioma Cerrado; a Mata Atlântica; o Pampa; as belezas naturais; o meu Jalapão, o nosso Jalapão, no Estado do Tocantins, entre outras belezas que são indiscutivelmente singulares no mundo. No entanto, ainda estamos patinando. E digo patinando porque, depois da saída dessa fase triste da pandemia do coronavírus, o turismo vem se restabelecendo como uma atividade econômica e plena. Graças, inclusive, ao seu trabalho, ao seu empenho, nós já conseguimos recuperar esse tempo perdido, durante a fase crítica que vivemos da pandemia, em que um dos setores mais prejudicados do nosso país foi indiscutivelmente o turismo brasileiro – os hotéis, as pousadas, os restaurantes, os nossos profissionais liberais e autônomos que sempre atuaram dentro dessa cadeia –, que, agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sob sua liderança, nós conseguimos restabelecer e vem, enorme e fortemente, se recuperando; esses números demonstram e comprovam isso.

O que eu queria, meu Ministro, ouvir de V. Exa. – e aí uma consulta que lhe faço – é a sua opinião em relação a um tema que julgo da maior importância e que está sendo debatido neste momento no Senado Federal, que é a autorização dos jogos responsáveis no Brasil. É um tema que, acredito, na minha modesta opinião, será um grande impulso no turismo brasileiro, a exemplo do que aconteceu em todo o mundo.

Países da OCDE, com exceção da Islândia, já aprovaram o jogo responsável. No G20, as 20 maiores economias, o Brasil é a nona economia mundial, apenas o Brasil e a Indonésia ainda não fizeram a legalização e regulamentação dos jogos responsáveis. Aqui, na própria América do Sul, nós somos 13 países, salvo engano, e apenas o Brasil e a Bolívia ainda não a fizeram, ou seja, nós estamos ficando para trás numa grande oportunidade. Todos os outros países promissores, todos os outros países emergentes e as grandes potências econômicas já entenderam e provaram com números que a legalização dos jogos responsáveis pelo menos dobrou o fluxo de turistas em um universo de cinco anos nesses países.

Essa matéria, que está sendo amplamente discutida, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados há três anos e que vem sendo por 33 anos debatida aqui no Congresso Nacional, nós temos a oportunidade neste semestre de discuti-la no Plenário do Senado Federal, votá-la e – espero – aprová-la, entregando ao Brasil um novo ambiente de negócio regulamentado, depurado pelo poder público, fiscalizado, assegurando que as empresas que cometam algum tipo de crime sejam punidas com todo o rigor da lei, e que nós possamos arrecadar os impostos. Acho que esta é uma grande oportunidade que o jogo responsável traz ao Brasil: tirar da mão do crime organizado o jogo, que hoje é dominado, infelizmente, e trazê-lo à luz da lei, porque nós sabemos que uma terra sem lei é uma terra sem dono. E esse é um campo, hoje, infelizmente, dominado pelo crime organizado. Nós não podemos mais tolerar, aceitar que isso é normal; muito pelo contrário, nós precisamos enfrentar esse tema e regulamentar com todo o critério, com toda a responsabilidade, para que isso seja um grande impulso ao turismo brasileiro, a exemplo do que aconteceu em todo o mundo. Não é possível que esteja o mundo todo errado e só nós, no Brasil, certos em não fazermos esse enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu considero, Ministro, com toda humildade, que talvez esse tema seja a cereja do bolo dentro dos programas que hoje o ministério está entregando ao Brasil e vem ampliando.

Eu acho que isso trará ao Brasil um grande divisor de águas no turismo nacional.

Portanto, eu, de público, peço o seu apoio e gostaria de ouvir de V. Exa. a sua opinião a respeito desse importante e estratégico tema da economia brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Irajá.

Passo a palavra, em seguida, para o Líder do União Brasil, Senador Efraim Filho...

O SR. CELSO SABINO (*Fora do microfone.*) – O aniversariante.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O aniversariante.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – É bom para pedir presente ao Ministro hoje, não é? (*Risos.*)

Não tem melhor. Apesar de ele já ter feito o presente pessoal, hoje eu vou pedir o institucional.

Ministro, primeiro, eu quero agradecê-lo pelo gesto de estar nesta Comissão, iniciando praticamente as sessões, o prestígio à nossa Presidente, Senadora Dorinha, ao União Brasil, seu partido, e eu como Líder... Existem gestos que valem mais do que palavras. E a gente que faz a boa política sabe reconhecer gestos como esse. Então, em nome do União Brasil, em nome da nossa bancada aqui, o Senador Alan Rick, o Senador Jayme, que já passou por aqui, a Senadora Dorinha, o Presidente Davi, que está em Plenário, mas registrou o abraço – fui lá cumprimentá-lo e o Presidente Sarney, disse que estava aqui com você, e ele pediu para que transmitisse o abraço dele –, além do Senador Marcio Bittar e do Senador Sergio Moro, que compõem essa bancada...

Quem sabe, em 2027, você também não venha por aqui, por esse tapete azul? Se o povo do Pará souber fazer a melhor escolha para o Senado, tenho certeza de que uma das duas vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem tudo para ter o seu nome, mas isso é um trabalho que, com certeza, o povo do Pará está observando e saberá tomar as mais sábias decisões da sua parte pela frente. Saiba que a Bancada do União Brasil... Enquanto tem uns que querem voltar ao estado de origem como Governadores – é o caso da Dorinha, do Alan, entre outros –, tem outros que podem vir aqui e fazer essa substituição na missão.

O SR. CELSO SABINO (*Fora do microfone*.) – Paraíba também.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Paraíba.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Paraíba.

Até música, o Alan Rick já... O primeiro *jingle*, 26, o Alan já entregou hoje, de aniversário. Depois, eu coloco na rede social aí para vocês conhecerem.

Ministro, indo ao tema da nossa audiência, primeiro quero lhe dizer o seguinte: todos os dados que você colocou aqui demonstram algo. A sua própria disponibilidade de vir aqui é porque você tem dados para prestar contas, e esta é a missão de quem é servidor público: prestar contas daquilo que se está fazendo, para retribuir a confiança que recebeu da população. Tenho certeza de que muitos desses dados que o turismo brasileiro apresenta, que muito nos confortam no sentido de entender que está com um viés de alta, ao mesmo tempo também sempre nos trazem questionamentos, e eu já conversei com vocês sobre isso.

Sei que também está no seu radar, porque, mesmo subindo – e isso é uma excelente notícia –, o Brasil ainda está aquém de outros países e de outras cidades, inclusive, que estão no mesmo patamar. Não estou querendo comparar o Brasil com Paris, com Itália, com Estados Unidos, não. Estou falando aqui em Chile, Argentina, outros países circunvizinhos. Estive agora, há pouco, no Marrocos, e lá você tem um número de turistas maior; a proximidade da Europa ajuda.

Você compreende esses desafios. Ter um gestor à frente do Ministério do Turismo nos deixa confortáveis em saber que, pelo que eu conheço de você, você é um homem de buscar soluções; você não está preocupado com o problema, você está preocupado com a solução. E esse aumento do número de turistas no Brasil tem muito a ver com a sua agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos vários dados que você colocou aí, um deles eu tenho certeza de que pode não ter chamado tanta atenção, até porque ele está de forma subliminarmente colocada, mas a sua capacidade de trabalho, de dedicação, de compromisso, de andar nas feiras internacionais, de conversar com os agentes políticos, de conversar com o setor privado, de participar dos eventos no Brasil, isso faz a diferença, e de também ser, dentro do Governo, alguém que tem dialogado dentro das premissas que são importantíssimas para que o turismo avance.

Não é só fazer propaganda que faz o turismo crescer, é preciso ter qualidade nos serviços prestados, é preciso ter segurança pública, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. *Fora do microfone*.) – Principalmente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Hoje, o nosso maior calo, o nosso calcanhar de Aquiles é quem quiser vir para o Brasil não se sentir assustado, amedrontado ou atraído por outro país que ofereça uma segurança maior.

Então, a gente tem que ter outras missões que caminhem lado a lado. Elas não são incompatíveis, elas caminham lado a lado com a gestão turística, com a gestão do turismo. E eu sei que esse seu olhar coletivo, esse seu olhar plural, de alguém que não tem um olhar ali só para o turista, mas para toda uma infraestrutura que se faz necessária, para que esse turismo se sinta à vontade, ajuda nesse momento.

Falávamos da segurança pública. Tem outro drama: o licenciamento ambiental. A gente precisa desburocratizar, simplificar procedimentos, porque empreendimentos de muita gente que quer investir no Brasil se encontram, às vezes, travados por regras burocráticas que impedem que essa infraestrutura, que para determinados locais é essencial, possa se estabelecer.

A gente fez uma visita – eu lhe agradeço o gesto – há pouco, uma das primeiras visitas suas deste ano foi à nossa querida Paraíba. Dentro da Paraíba, visitamos um patrimônio histórico, cultural e turístico do nosso estado, da nossa região do Brasil, que é o Hotel Tambaú. Alan, o que eu escutei de pessoas que são da geração do meu pai, por exemplo, dizendo que, lá nos anos 80, fez a sua lua de mel no Hotel Tambaú, visitou com os filhos... É um hotel que não vai existir outro igual, porque o licenciamento ambiental hoje não faz mais Hotel Tambaú, não – ali com a água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batendo na janela, dentro ali da praia. E aquilo ali hoje está abandonado dentro da massa falida do que foi a Varig, do que foi a Rede Tropical de Hotéis. E a gente precisa recuperar... O Ministro teve uma presença simbólica lá, fizemos um café da manhã, foi o ato mais simbólico depois de cinco anos de hotel fechado, com a repercussão de mídia nacional sobre a visita do Ministro do Turismo.

Então eu fiz esse aparte para demonstrar a sensibilidade que o Ministro tem de ir além daquela coisa do gabinete, dentro do ar-condicionado – com paletó e gravata nem sempre, a gente já viu várias fotos dele em que ele está no turismo ali, bem à vontade, bem dinâmico, andando. Celso, então, mais do que falar sobre política de turismo, eu gostaria aqui de chamar atenção para a dinâmica que você, enquanto Ministro, tem implementado de forma diferenciada à frente dessa pasta. Você mesmo é testemunha, recebeu o Ministério do Turismo com um dos menores orçamentos, mas sua capacidade de diálogo, de conhecer o Parlamento, fez com que isso fosse – através da crença que os Parlamentares tiveram no ministério – catapultado, como um dos ministérios que estavam fora daquele radar do que eu chamo de receptores de recursos e de emendas. Muita gente olhava para a Saúde, para a Educação, para o Ministério das Cidades, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, e Turismo era sempre um patinho feio ali, que de vez em quando recebia alguma coisa. E a sua agenda, a sua presença à frente ao ministério o coloca em um patamar absolutamente diferenciado.

O Styvenson, aqui do lado, me perguntava – e eu vou pedir licença a ele aqui, mas eu sei que tenho o aval dele –: "Rapaz, com tanta coisa boa que o ministério está fazendo, nesse OGU aqui ele está recebendo quanto a mais?". E a gente sabe que é sempre um sacrifício, é uma luta permanente, é um dia a dia para que a gente possa ter o turismo como uma vocação econômica, um arranjo produtivo que dialoga com a vocação do Brasil. O Brasil tem vocação para o agro, que é o motor da economia do país; tem vocação para o turismo, então vamos investir naquilo para que tem vocação. Às vezes, a gente quer que o Brasil avance em outras áreas, enquanto tem algo muito óbvio debaixo do nosso nariz e a gente não encontra nenhuma política de financiamento, de investimento direcionada com projetos de curto prazo, médio prazo, longo prazo. E eu tenho certeza de que isso está no seu radar.

Nesse pouco tempo... Você vai completar ainda dois anos à frente do ministério, você entrou num momento um pouco subsequente ao início do Governo, então você ainda fará dois anos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente da pasta, mas já é possível perceber uma clara diferença. Então espero que o próprio Governo esteja ciente desse momento e que continue lhe dando confiança e crença para dar continuidade a esse belo trabalho.

É a minha palavra, meu amigo, meu Ministro. Meu reconhecimento, minha admiração e minha confiança na sua condução à frente das políticas públicas de turismo deste país com dimensões continentais, tão lindo, tão bonito, mas que precisa ser melhor vendido, precisa ser melhor exposto, e eu tenho certeza de que sua equipe está pronta para isso.

Quero saudar toda a sua equipe de secretários que está aqui conosco, são vários os que compõem a sua equipe, desde o paraibano, como ali o nosso Gabriel, que é um patrimônio do Distrito Federal, mas tem raiz lá na nossa Paraíba. Então, na pessoa dele, saúdo a toda a equipe. O Carlos Henrique está aqui atrás, a Cris... São pessoas que, junto com você, têm construído um belo trabalho.

E me desculpe um pouco me estender, mas usei também o tempo de Líder, viu, Presidente? Obrigado pela tolerância. Não é sempre que a gente tem alegria de poder contar com o Ministro Celso Sabino aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Efraim.

Quero cumprimentar também a Deputada Antônia Lúcia, do Republicanos, do Acre, que está aqui conosco.

Nós tínhamos combinado de fazer três intervenções e a rodada... Depois eu tenho a inscrição do Senador Styvenson e do Senador Jorge Seif. Aos secretários de turismo eu vou mencionar só os pontos. E aí o Ministro, oportunamente, na sua fala, aborda os pontos possíveis.

Ministro, para as suas considerações.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Senadora, com a sua permissão, vou fazer uma proposta. Eu estou tomando nota. Nós temos mais Senadores inscritos. Se a senhora assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejar, nós poderíamos ouvir o Senador Styvenson e o Senador Jorge, e depois eu falaria. Estou tomando nota de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu acho que sim.

Então, na sequência, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente Dorinha.

Jorge Seif, amigo, Senadores, Senadoras, Sr. Ministro, uma coisa ficou notória aqui com a apresentação do senhor. Primeiro, quero agradecer a sua presença. A gente sabe que o seu dia é bem corrido, a gente marca a agenda e quase não consegue. E, com o senhor vindo aqui ao Senado Federal para mostrar o que está sendo feito, fica claro que o senhor é eficiente. Está no lugar certo, porque fez com o que tem e fez bem feito. Imagine se o orçamento fosse um pouco maior, Sra. Presidente, para uma pauta tão importante.

Aqui eu pego um pouco da palavra do Senador Efraim, que é vizinho do meu estado, quando ele toca a insegurança, a infraestrutura, sabendo que, com o turismo, há essa movimentação de pessoas não só na capital e no litoral, mas também tem o turismo religioso, tem o turismo de aventura, tem vários turismos, como já foi dito aqui. E é desafiador o nosso desenvolvimento hoje para atrair mais pessoas. Claro, cada estado está querendo fazer o seu papel, e a gente sabe a importância do ministério do senhor. O ministério do senhor acho que ficou notório, pelo menos no meu estado, com certas parcerias e financiamentos, com os eventos artísticos, levando *shows*, financiando normalmente as festas nos interiores, que levam as pessoas da capital, mudam o fluxo do nosso turismo.

Eu queria perguntar, porque o senhor mostrou as metas – e é bom de metas o senhor, bom de bater metas e ultrapassá-las –, quais são as metas para 2025, 2026, enquanto o senhor permanecer? Porque quanto maiores as metas que o senhor for colocando, mais a gente vai, com expectativa, melhorando, para que o nosso país gere mais empregos.

E uma pergunta para o senhor: além dessas metas, por que o turismo ainda é visto como o malfeitor do meio ambiente? Eu digo isso porque o meu estado fez um processo de engorda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora – a Praia de Ponta Negra já não tinha mais espaço, Senador Efraim, para as pessoas caminharem – e, como todo processo de engorda que tem em qualquer lugar, tem as consequências. Mas aí existe um grupo de pessoas que ainda teima em não querer explorar o turismo de forma racional e sustentável. Isso ainda é um grande impedimento. O Senador Efraim aqui falou sobre os órgãos ambientais, que parece que, em cada estado, colocam as suas dificuldades para o desenvolvimento do turismo, impõem as suas dificuldades para o desenvolvimento do turismo, impõe as suas dificuldades em detrimento de quê? Da proteção do meio ambiente? Da geração de emprego? Muitas vezes é só política, muitas vezes é só oposição a quem está no Governo ou a quem está fazendo aquela obra, Senador Efraim.

Então, o desafio que nós temos hoje é se Ministério do Turismo se comunica bem com os outros ministérios, para que a gente possa dar solução para a segurança pública, para a infraestrutura, para o meio ambiente também, para que a gente não fique conversando sozinho.

Quero fazer outra pergunta... Eu percebi aqui, Senador Efraim, porque a gente faz reunião de bancada, e, normalmente, na reunião de bancada, a gente se lembra sempre da saúde, da infraestrutura, e quase nunca se lembra do ministério do senhor, para que a gente possa destinar recursos. E agora a gente sabe o quão importante é, com a apresentação do senhor.

A gente só ouve falar que o turismo está aumentando, está sendo fomentado... Muitas vezes, como estava dizendo para o Senador Efraim, a divulgação de muitos pontos turísticos do nosso país é feita por aquele *influencer* que faz lá a troca – não é? –, faz o jabá. Ele vai lá, pega um hotel, troca ali a hospedagem por uma postagem; a gente vai lá, vê e quer ir também, quer seguir aquilo. Então, parece que a forma de divulgação, Ministro, que a gente está encontrando hoje, pode ser esta também: esse financiamento para esses *influencers*, que conhecem, que têm tempo, que vivem disso e vivem para isso, mostrarem as belezas de cada local mais longínquo do Brasil.

Eu estive agora na Amazônia – o Senador Alan Rick saiu – num hotel espetacular, mas que pouca gente conhece.

O SR. CELSO SABINO (*Fora do microfone.*) – Qual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – O Juma, dentro da mata, em um canto quase inacessível. É lindo o hotel, que poucos brasileiros conhecem, feito nas palafitas dentro da floresta. Então, é uma coisa bacana. E eu o conheci através de *influencers*. Eu olhei e disse: "Caramba, isso é no país?". Eu achava que era na Indonésia, que era em outro canto, mas não, é no país.

A gente encontra mares cristalinos muito melhores que os do Caribe, San Andrés, que estão lá no Nordeste, mas a gente não consegue ter esse poder de divulgação. E, quando divulga – não é, Senador? –, as pessoas têm certo receio de ir, porque não está seguro, às vezes não tem um acesso ou às vezes até não encontram hospedagem, pois as pessoas não podem investir em *resorts* – não existe liberação ambiental para isso.

Então, essas são as perguntas hoje sobre o desafio para o turismo não só para o Rio Grande do Norte, Paraíba, como para todos os estados, saber o que o senhor tem em mente para o futuro. E coloque, se for possível, sempre que a gente tiver reunião de bancada, um assessor para mostrar justamente esse cardápio, já que o senhor tem um orçamento tão minguado, para que a gente possa destinar recursos das nossas emendas para uma área vital como é para o meu estado, que é o turismo que gera emprego.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Styvenson Valentim.

Passo para o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Querido Ministro Celso Sabino, quero agradecer a honra de estar aqui hoje com o senhor na nossa Casa, o Senado Federal.

O senhor sabe que eu sou um grande crítico deste Governo. A maioria dos seus colegas ministros não merece a minha consideração e nem o meu respeito, mas o senhor é uma das poucas exceções, primeiro, pelo seu atendimento a cada um de nós; segundo, pelos números que o senhor apresentou e que nos mostram que, independentemente do Governo, quando se tem pessoas técnicas e competentes, a pasta anda, apesar de seus desafios aí de orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas perguntas que eu vou fazer para o senhor não são especificamente de resolução da sua caneta, mas são de ministérios que são transversais à questão do turismo. Eu, inclusive, vi ontem uma entrevista na CNN do seu colega Ministro dos Portos, que inclusive terá aqui uma audiência conosco, assim como o senhor, que está sendo a primeira pessoa do Executivo a nos dar essa honra e esse privilégio de perguntar. E o Ministro comentou sobre passagens aéreas, etc. Então, minha primeira pergunta para o senhor é a seguinte: diante do custo de passagens aéreas, que, apesar dos números maravilhosos que o senhor apresentou, teve aumento, etc., nós sabemos que um dos principais impeditivos da classe média, da classe média baixa de viajarem seria o custo das passagens, como foi colocado aqui por um colega Senador, que é, às vezes, 70% do custo da viagem. Então, o que o Ministério do Turismo pode nos oferecer, por exemplo, em questão de novas companhias aéreas? Não sei se o senhor se lembra de quando o Presidente Bolsonaro iniciou diálogos com outras empresas internacionais, e, logo em seguida, veio a pandemia, que foi um impeditivo.

E também quero perguntar para o senhor sobre voos regionais. Para o senhor ter ideia, Sr. Ministro, o Estado de Santa Catarina tem 21 aeroportos, todos funcionais, e alguns conseguem receber aeronaves de grande porte e outros de pequeno porte. No entanto, como hoje o setor está muito dependente, é praticamente um oligopólio entre Latam, Gol e Azul, eles não têm o mínimo interesse em ampliar para aeroportos regionais, aeroportos de pequeno porte, porque está tudo na mão deles e eles acabam se beneficiando, por não terem vários concorrentes, de não se darem ao luxo de abrirem novos trajetos, novos destinos para pequenos aeroportos, o que faz muita falta para nós no Estado de Santa Catarina e tenho certeza de que para diversos outros estados.

Também, Sr. Ministro, o senhor sabe que a questão do Perse foi uma batalha muito grande de nós Senadores – Senador Efraim, Senadora Dorinha, Senador Alan Rick –, todos nós lutamos muito pelo Perse. Existe uma estimativa em alguns estudos que o próprio pessoal do *trade* turístico apresenta de que, depois de praticamente dois anos de pandemia, o setor de eventos demoraria aproximadamente dez anos para se recuperar economicamente do endividamento, do parcelamento, das rupturas econômicas que ele teve durante a pandemia. E mais uma vez esse desgoverno fala em cancelar o Perse, especialmente o Sr. Ministro da Economia, que quer, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda forma, extinguir o Perse. Eu queria saber se existem algumas ações, uma vez que o Governo Federal extinga realmente o Perse, dentro do Ministério do Turismo para ajudar o *trade* turístico a não definhar, a não quebrar.

E uma pergunta não menos importante que já foi abordada por outros colegas – eu só vou fazer um reforço... O senhor sabe que o maior impeditivo de o turista estrangeiro em acessar o nosso país é a questão da segurança pública. Nós vimos que esse desgoverno entrou numa crise de segurança pública com recorde de assassinatos... Um Presidente que fala que pode roubar celular para comprar cervejinha é um cara que está comprometido com o crime organizado e não, logicamente, com o cidadão de bem, que são no caso eu, o senhor e tantas outras pessoas que estão aqui. Então, eu queria, apesar de ser uma questão diretamente ligada ao Ministério de Segurança Pública, saber qual é o tipo de ação que o ministério do senhor pode fazer para proporcionar segurança para o turista estrangeiro?

Por último, Sr. Ministro, nós temos aqui amanhã pautado, no Plenário do Senado, o PDL 206, que tenta sustar um decreto absurdo, ignorante e totalmente ideológico desse desgoverno, que estabelece a volta do visto de turismo para norte-americanos, canadenses e australianos. Olha que absurdo! Sr. Ministro, provavelmente o senhor tem esses números, porque são... E falo também em nome da Ana Carla Lopes, que eu já conhecia, que é uma grande Secretária Executiva, uma pessoa maravilhosa e que abrilhanta a gestão do senhor. Em 2018, quando se exigia vistos para esse público – americanos, canadenses e australianos –, nós recebíamos aproximadamente 205 mil turistas. Depois que o Presidente Bolsonaro extinguiu a exigibilidade desses vistos para esse público, um público classe AAA – todos nós sabemos que são a nata do mundo: americano, canadense e australiano –, esses turistas passaram para, recorde histórico, 736 mil turistas, que, além da sua presença, além de suas redes sociais, além de divulgar para amigos, colegas, etc., ainda trazem muito recurso, como o senhor já falou, vêm aqui para gastar dinheiro. Eles não fazem turismo na praia de farofa; eles vão, compram camarão, compram cerveja, compram Coca-Cola, enfim, eles movimentam porque é um turista diferenciado, é um turista com muitos recursos.

E o pior disso, Sr. Ministro: a medida do Governo Federal cobra para sermos visitados. Olha que absurdo! Que Governo incompetente e irracional! Cobra R$500 de visto para o cara vir trazer dinheiro, emprego e oportunidade para o nosso Brasil. Eu tenho certeza de que o senhor é contra isso, e, logicamente, respeitaremos a ética. Mas quero dizer para o senhor que amanhã nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos um PDL dentro do Senado Federal e vamos tentar derrubar essa medida absurda, porque essa desculpa esfarrapada e incompetente de princípio de reciprocidade não olha para a economia e não olha para a potencialidade de se trazer um público classe AAA.

Então, eu quero pedir, Sr. Ministro, se o senhor não puder apoiar, por motivos óbvios, pelo menos que a bancada do seu partido, nossos colegas Senadores, Senador Efraim, que nós amanhã votemos para derrubar esse absurdo. Nós não estamos falando de ideologia, nós não estamos falando de esquerda e direita, de Trump, de Kamala Harris, nós estamos falando de 200 mil turistas para 700 mil turistas. Ampliou! Nós estamos fazendo o seguinte: "Turista, eu não quero você aqui, cara. Eu não quero americano, canadense, australiano. Fiquem aí, vão para a França, vão para o Caribe, vão para o México". Porque o Brasil, além de exigir o seu visto, burocracia, demora, vai à embaixada, aquela confusão de que, infelizmente, o Brasil gosta, vai falar: "E, para você pisar em solo brasileiro, eu quero R$500". Um absurdo!

E aí eu vejo o atual Ministro da Embratur, que eu não vou nem adjetivar, porque não merece... Nós vemos um cara desse justificando, depois de números aqui que nós apresentamos: "Ai, reciprocidade...". Um completo anencéfalo.

Então, Sr. Ministro, quero agradecer demais a sua presença nesta Comissão, quero agradecer ao senhor e parabenizá-lo e a sua equipe pelos números que o senhor nos apresenta e quero lhe pedir apoio para a redução de custos de passagens, novas companhias aéreas, voos regionais, Perse ou medida equivalente, semelhante para o setor de *trade* turismo.

Por último, se o senhor não puder apoiar, que o senhor pelo menos busque apoio de outros como o senhor, um Parlamentar como eu, para que essa medida absurda amanhã caia aqui no Senado Federal.

Agradeço, com todo o meu respeito e consideração pelo grande homem público e grande Ministro de Turismo que o senhor é.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada Antônia Lúcia gostaria de falar.

Eu queria, Ministro, dentro de sua abordagem, se fosse possível falar um pouco mais, mesmo que não seja possível tratar aqui, mas acho que todos nós concordamos com o fato de que um dos maiores desafios nossos para o turismo se refere à capacitação, qualificação e à questão dos modais de deslocamento e logística. Eu não vou repetir a questão do... Já tivemos até oportunidade de conversar, mas realmente os valores das passagens aéreas estão absurdos – não é? – absurdos! O meu estado é vizinho aqui, Tocantins, e, às vezes, uma passagem para Brasília fica "x" e se eu comprar para o Rio de Janeiro ou para Belo Horizonte, descendo em Brasília, a passagem fica mais barata, sendo que eu faria um trecho muito maior. Tem todas as explicações, há lógica, mas eu gostaria de colocar que esse é um impeditivo e é um redutor num país com a nossa dimensão continental.

Ao mesmo tempo, há essa questão da Escola Nacional de Turismo. Como é a gestão? Como ela funciona? É possível acelerar a implantação, por exemplo, no meu estado, se eu colocar um recurso para essa implantação, porque nós temos o Jalapão, temos a Ilha do Bananal, temos cachoeiras maravilhosas, temos grandes oportunidades de rota do turismo. As praias de água doce do meu estado... Desculpem os colegas, mas a praia de Araguacema é colocada como o melhor destino turístico de água doce.

Então, é possível? Como fazer para que nós Parlamentares... Eu, em particular, acho extremamente importante e não tenho nada contra, mas gostaria de colocar recurso para eventos, para festas, porque isso também faz parte do conjunto, mas eu gostaria muito de apoiar, porque enxergo como um grande potencial de geração de trabalho, de renda, de fortalecimento na questão das mulheres, que é uma pauta pela qual luto muito. V. Exa. falou sobre ações que estão sendo desenvolvidas... Então, é possível colocar dinheiro para a Escola Nacional de Turismo? Ela vai ter essa amplitude? Quem vai gerir a Escola Nacional de Turismo no âmbito do estado? É uma universidade, é um instituto federal, é a secretaria estadual? Ela vai ter estrutura própria para essa gestão? Como ela funciona?

Houve perguntas em relação ao Cadastur, principalmente em relação aos agricultores rurais, aos produtores rurais e agricultores familiares. Isso é uma pergunta do Secretário do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há várias perguntas sobre se tem planos para ações conjuntas, como o Feirão Nacional do Turismo, que parabenizam – inclusive, eu cito o meu estado –, e o Salão Nacional. Existe um pensamento em relação ao desenvolvimento regional, ou seja, feiras e apoios locais para as diferentes regiões?

A autonomia... Eles sugerem também – um secretário – a criação de um modelo de governança compartilhada que envolva estados e municípios na definição de políticas de turismo. Isso está apresentado pela Secretária do Maranhão. Outra contribuição dela é sobre a infraestrutura, que coincide com a abordagem da maioria, com a criação de uma política nacional de financiamento do turismo, e sobre a possibilidade de uma legislação que pudesse dar conta dessa abordagem.

Roraima tem várias perguntas – é um Secretário. Ele fala sobre as estratégias de fomento ao turismo...

Tem muitas perguntas que eu imagino que o ministério pode retornar. Então, eu vou, em virtude do próprio tempo do Ministro, entregar as questões que foram enviadas pelos secretários e secretárias de turismo. Muitos abordam a questão da capacitação, da qualificação, do acesso ao recurso e, ao mesmo tempo, do necessário fortalecimento da logística, dos diferentes modais que podem garantir... Nós temos muitos países em que o deslocamento interno através do sistema ferroviário faz diferença, barateia, dá segurança. E há, sobre a certificação do Selo Verde, sugestões em relação a incentivar empresas turísticas a buscar o Selo Verde. Peço desculpas aos secretários, porque não vai ser possível o Ministro abordar todas as questões, mas nós vamos passar para a equipe do ministério.

Passo para a Deputada Antônia Lúcia e peço que seja muito breve, em virtude do nosso tempo e do tempo do Ministro.

A SRA. ANTÔNIA LÚCIA (REPUBLICANOS - AC. Para expor.) – Certamente.

Sra. Presidente da CDR, Senadora Professora Dorinha, de quem tive oportunidade de ser colega na Câmara Federal, caros amigos Senadores que compõem esta Comissão, eu quero saudá-los aqui na pessoa do Senador Efraim e também quero cumprimentar o Deputado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado do Amazonas Adail Filho, que se faz presente aqui também nesta Comissão, estendendo os cumprimentos aos demais Senadores na pessoa da nossa querida Presidente.

Quero cumprimentar e enaltecer o desprendimento de V. Exa., Ministro do Turismo, Dr. Celso Sabino, por se disponibilizar a atender um pedido desta douta Casa, através da liderança da nossa Professora Dorinha e dos demais colegas desta Comissão, parabenizando-os.

Ministro, eu quero relatar, se o senhor me permite, algo muito importante. Enquanto o Brasil, como foi colocado aqui – tem essa perspectiva anotada nos *Anais* – tinha apenas 200 mil turistas no país... Eu quero ressaltar que o Ministério do Turismo foi fundado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. No Brasil, não existia esta pasta do Ministério do Turismo. Eu acompanhei a fundação do Ministério do Turismo através daquele grande e magnífico Ministro que foi o Walfrido dos Mares Guia, e tive a oportunidade, Senadora Dorinha, Presidente desta Comissão, de estar como Chefe da Assessoria Parlamentar daquela casa, daquele ministério e pude ver o crescimento da ideia do Ministério do Turismo, que se dá na organização da sociedade civil organizada. Até então, existia turista dentro do nosso país, mas a sociedade civil organizada não estava preparada para receber uma grande pasta, magnífica, como é o Ministério do Turismo.

Hoje, falando de tudo isso, quando nós estamos questionando ter mais de 7 milhões de turistas, um número muito elevado de turistas no país de várias nacionalidades, que estão sofrendo esse percalço, tudo isso é devido ao crescimento da população e a esse crescimento da sociedade civil desorganizada. Posso citar aqui exemplo de um país como a Argentina, Buenos Aires. O que levou Buenos Aires, a capital da Argentina, a ter um grande destaque em turismo? A sociedade civil se organizou em associações, em cooperativas, em consórcios e criou um diferencial muito grande entre a capital e o entorno do país, que não conseguiu se organizar.

No nosso Brasil, quando se fala de turismo, nós temos que ter, primeiramente, segurança pública, que organizar, preparar nas escolas primárias, secundárias e levar para as universidades esses temas, para que a sociedade se prepare para ser realmente transmissora desse grande vínculo, dessa riqueza que tem o nosso país.

Aqui nós temos a Amazônia, que é uma veia muito grande do turismo no nosso país. Nós temos lá o antigo Hotel Tropical, que sofreu uma decadência muito grande, e outros meios de diversão e turismo também que, por falta de segurança...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, falando em segurança aqui e em aviação – como V. Exa., Presidente, falou dos nossos voos caríssimos –, o nosso Ministro Silvio Costa, desta pasta, está debruçado, junto com a Embratur. A Embratur não é um ministério, é uma Presidência de um órgão. Com o Republicanos, que eu represento, nós estamos trabalhando juntos nessa causa. E a ordem que recebemos é desenvolver capacidade para que as empresas cumpram com suas obrigações através de fiscalização, o que não existia. Nós temos vários aviões que foram...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Para concluir.

A SRA. ANTÔNIA LÚCIA (Bloco/REPUBLICANOS - AC) – ... devastadores de vidas no nosso país.

Eu vim aqui hoje para parabenizar o nosso Ministro Celso Sabino, que continua com essa pauta que foi fundada neste país através do Presidente Lula e me sinto muito honrada em pronunciar o nome dele, porque o Brasil já existia antes do Presidente Lula, e nunca ninguém neste país falou de turismo.

Então, para o Brasil e para V. Exa., que foi escolhido para tocar esta grande pasta, que gera emprego e renda para esta nação, parabéns!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Antônia Lúcia.

E passo a palavra, para encerrar e fazer uma breve comunicação, ao Deputado Fausto, do Amazonas.

O SR. FAUSTO SANTOS JR. (Bloco/UNIÃO - AM. Para expor.) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha.

Quero, aqui, agradecer ao nosso Ministro Celso Sabino; parabenizar, pela data do seu aniversário, o nosso Senador Efraim; cumprimentar a Deputada Antônia Lúcia, esposa do nosso querido Deputado Silas Câmara, lá do nosso estado, nosso amigo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Celso, quero parabenizá-lo pelo seu trabalho à frente do Ministério do Turismo, que tem sido reconhecido, inclusive, internacionalmente, com a sua presença na Presidência do Conselho da ONU Turismo. É muito importante essa representatividade para o Brasil, e, certamente, isso demonstra e credencia cada vez mais o seu trabalho à frente do ministério, para que a gente possa avançar com mais investimentos e com mais espaço no orçamento e para que a gente possa desenvolver essa atividade econômica tão importante para o nosso país.

Quero dizer que V. Exa., como Ministro da Amazônia, dá importância, como foi colocado aqui na demonstração dos números do turismo no nosso país, à relevância que o Brasil tem em relação ao turismo ambiental, ao ecoturismo, ao turismo de aventura, todas as atividades turísticas; e a gente enxerga que a Amazônia é um dos seus principais expoentes e faz com que o Brasil assuma essas colocações.

E quero dizer das dificuldades que nós enfrentamos lá no Amazonas, um estado no qual nós recebemos mais turistas estrangeiros, Senador Jorge Seif, do que turistas nacionais. Isso demonstra que nós precisamos abrir o turismo doméstico para o Amazonas, e o alto custo das passagens tem sido um impeditivo para isso.

Outro impeditivo muito importante para o Estado do Amazonas e para o Estado de Roraima é a intrafegabilidade da BR-319. Nós sabemos que, a partir do momento em que nós tivermos a via rodoviária para que o turista das classes mais baixas possa ter acesso, através do carro, através dos ônibus, para o Amazonas e para Roraima... E também nós temos uma quantidade impressionante, Ministro Celso, de pessoas que vivem no Amazonas e que nunca conheceram nenhum outro estado, por conta do alto preço das passagens aéreas. Essas pessoas têm, sim, o direito de passear. De forma lamentável, a Ministra Marina Silva disse que nós não vamos fazer uma estrada só para as pessoas passearem de carro. Ela disse isso dentro do meu estado, Senador Jorge Seif. Passear também gera emprego, gera renda.

Nós estamos vendo aqui todo o potencial que o turismo tem de geração de emprego para o nosso país, de geração de renda, no momento em que nós precisamos, sim, desenvolver a nossa economia, e o turismo é, sem dúvida, um dos principais potenciais para que a gente possa desenvolver a nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos descartar a possibilidade e o direito não somente de ir e vir, da escoação da nossa produção, seja da nossa indústria, seja do setor primário, mas também o direito de as pessoas passearem, porque, quando a pessoa passeia, ela está praticando turismo e está gerando emprego e renda no nosso estado.

Então, fica aqui mais esse apelo, porque, através da pavimentação da BR-319, nós também promoveremos o turismo no nosso estado.

Eu tenho certeza de que essa é uma determinação do próprio Presidente Lula, que já declarou publicamente e prometeu para o nosso estado que a BR será asfaltada. Então, fica aqui, mais uma vez, esse reforço, esse apelo para essa pauta.

Nós sabemos da boa vontade do Ministro Renan Filho também, que já fez, inclusive, várias audiências públicas nesse sentido. Nós não podemos ter uma Ministra do Meio Ambiente que seja superior à vontade do Presidente da República, à vontade do Ministério dos Transportes, à vontade de todo o Governo Federal, para que a gente possa integrar, Senadora Dorinha, dois estados da Federação ao restante do país pela via rodoviária.

Fica aqui esse apelo e, desde já, mais uma vez, quero agradecer todo o apoio do Ministro Celso Sabino para o Festival de Parintins. Quero agradecer, desde já, a presença do nosso Ministro, este ano ainda, lá no Município de Novo Airão, que tem sido um grande expoente do ecoturismo no nosso estado; e todo o carinho e todo o empenho do Ministro Celso Sabino para com o Estado do Amazonas.

Parabéns, Ministro! Conte sempre com a gente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Deputado Fausto.

Passo a palavra ao nosso Ministro Celso Sabino, para suas considerações que achar coerente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Um pequeno aparte... Pela ordem, antes do Ministro, Dorinha, só para me somar à sua fala num tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que chama a atenção porque não é a primeira vez que se escuta isso. Hoje mesmo tem gente vindo a Brasília para o meu aniversário, mas tirou passagem para outras cidades, por conta exatamente dessa questão da escala: tirou passagem para Campo Grande, tirou passagem para Goiânia, porque era mais barato ir para outra cidade via Brasília do que o simples trecho, a simples perna para vir para cá.

Segundo informações que eu recebi, não sei se é o aniversário que estava fazendo a malha aérea aumentar, mas... (*Risos.*)

O SR. CELSO SABINO – Pode ser, Senador.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... estava, para ir e para voltar a João Pessoa... Quem queria ir e voltar esta semana, eu sei que é de última hora, eu sei que é curto, eu sei que não se planeja, isso é uma outra história, mas estava R$7 mil ida e volta.

Eu não acredito... Eu não vi esse patamar ainda, mas me disseram algo nesse sentido. Então...

O SR. CELSO SABINO – Nós não podemos subestimar a vontade do povo paraibano em vir participar de seu aniversário.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É, só pode ter sido, mas, à parte disso, Ministro, mesmo com toda essa questão de planejamento – e por aí vai –, essa questão que a Senadora Dorinha falou de a escala estar mais barata do que o destino final é algo que tem que ser pensado. Eu não estou fazendo nenhum prejulgamento aqui; é entender qual é essa lógica de mercado para procurar corrigir essas distorções que existem.

Quero dizer, Ministro, que conte comigo, aqui na Liderança do União Brasil, para qualquer encaminhamento. Você tem a sorte de ter, na sua Comissão, na CDR, a presença da Presidente Dorinha, que também será um canal importantíssimo para todas as demandas que possam surgir.

Quero parabenizar a Professora Dorinha, ela que é essa mulher extraordinária. Todo mundo achava que ela iria escolher a Comissão de Educação para presidir, que a escolha era dela, e ela disse: não, na educação eu já sou referência, já tenho um trabalho reconhecido por todos nós do Parlamento. Sabemos que, quando se fala em educação – não é isso, Seif? –, aqui no Senado, a palavra da Dorinha é decisiva na hora de muitos votarem, inclusive na nossa bancada, que sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pede à Dorinha a orientação nesse tema da educação. Ela acertadamente, do meu ponto de vista, fez a escolha pela CDR, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que são outras *expertises* que ela possui, e que vão contribuir muito para o trabalho desta Comissão e do Senado Federal.

Então, parabéns, Dorinha, pelo... Já o tinha dito na sua assunção à Presidência, mas hoje, na frente do Ministro, faço questão de referenciar, mais uma vez, a alegria desta Comissão em ter essa mulher extraordinária à frente, na condução dela.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Efraim.

Ministro.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – A Senadora Dorinha era conhecida como a Deputada da educação. Aqui, ela vai ser a Senadora da educação e do turismo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Boa, boa.

O SR. CELSO SABINO – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade e me colocar sempre à disposição do Senado Federal, sempre à disposição da CDR. No início desta legislatura... desta sessão legislativa de 2025, logo nos primeiros dias de fevereiro, nós tivemos o respeitoso oferecimento, por parte deste Ministro, de vir participar desta sessão, aguardando apenas a instalação efetivamente da Comissão; e a nossa Presidente, a Senadora Dorinha, imediatamente aprovou aqui um requerimento para que nós pudéssemos estar aqui hoje.

Faço referência a cada Senador que participou desta sessão, *online* ou presencialmente, aos Deputados que nos prestigiaram aqui com suas presenças, com suas participações.

Em resposta ao Senador Alan Rick, quero dizer que o Governo do Presidente Lula, através da Ministra Simone Tebet, desenvolve o projeto Rotas de Integração Sul-Americana, que visa não só a novas rotas aéreas, mas também a novas rotas terrestres, fluviais e até mesmo ferroviárias, para aproximar essa região da América do Sul, que foi por muito tempo esquecida em relação às rotas de integração. E quero dizer que, diante disso, o Ministério do Turismo, em parceria com várias companhias aéreas, dentro do programa Conheça o Brasil: Voando, já anunciou esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana uma nova rota entre Bogotá e Manaus, que já está inclusive com passagens sendo vendidas.

Quero dizer ao Senador Alan Rick que agora, nos dias 3 e 4 de abril, nós estaremos no Acre, visitando – digo à Deputada Antônia também –, nós vamos estar no Acre, na cidade de Cruzeiro do Sul, na capital do estado, Rio Branco, e vamos estar com uma série de agendas lá com a bancada do Estado do Acre, Deputados e Senadores, o *trade* local, o Governador, os Prefeitos, nos dias 3 e 4.

O Senador Irajá nos questionou sobre o nosso posicionamento em relação ao projeto dos *resorts* integrados. Como disse em nossa apresentação, e já é público, o nosso entendimento é de que o mundo todo, o mundo democrático, já possui essa atividade regulamentada. São raros os países, onde há um rígido regime ditatorial movido por religiões muito extremistas, em que esse tipo de atividade econômica não é permitido. E quero dizer que, da forma como foi construído o projeto na Câmara dos Deputados, nós não vamos aprovar aqui o "liberou geral", não. Nós não vamos aprovar no Congresso... Caso o Congresso Nacional aprove esse projeto, nós não vamos abrir as portas do inferno ou das tentações relacionadas aos jogos para os jovens, para as pessoas que possuem alguma comorbidade relacionada a essa atividade. Ao contrário, nós vamos ter mais rigor do que há hoje. Hoje existe muita prática de jogos e apostas com fins pecuniários, que funcionam à margem da legalidade, por crime organizado, e nós queremos é exatamente colocar ordem na casa. A maioria dos estados vai poder ter um empreendimento – um –, alguns dois, e pouquíssimos vão ter três; acho que só São Paulo talvez vai poder ter três, dadas a população e a dimensão territorial. Esse é o projeto que veio da Câmara para o Senado.

Então, há um rigor na quantidade de *resorts* integrados que vão poder ser implantados em cada estado, há um rigor na espécie do hotel. Não pode chegar lá um hotelzinho que já está pronto, ou um hotel de 100 quartos, vai ter que ser construído um hotel ao custo de bilhão de reais, vai ter que gerar muito emprego nessa construção, um hotel enorme, com centro de convenção, com hotel, com área cultural, com área de entretenimento e um espaço pequeno para o cassino, com controle rigoroso de entrada – foto, biometria, identidade; se for uma pessoa que recebe programa social, não vai poder entrar; se for uma pessoa que é viciada em jogo, não vai poder entrar –, um rígido controle. Então, esse é o projeto que está aqui para que os Senadores discutam e deliberem sobre ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, com o Senador Irajá e a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos dias 31 de março e 1º de abril, nós vamos estar no nosso querido vizinho e amado Estado do Tocantins, visitando o Jalapão, visitando a capital Palmas, fazendo a mesma reunião. O Carlos Henrique vai estar levando o Fungetur; a nossa Secretária aqui vai estar levando o Cadastur; a nossa Secretária Executiva Ana Carla vai estar levando as ações todas que o ministério pode oferecer para os empreendedores da iniciativa privada e também para o setor público.

Ao nosso Senador Styvenson Valentim quero agradecer pelas palavras e informar que, nos dias 10 e 11 de abril, este Ministro e a sua comitiva do Ministério do Turismo estarão no Estado do Rio Grande do Norte, realizando também ações, levando o Governo Federal e o Ministério do Turismo na ponta, dentro do Ministério do Turismo Itinerante.

Ao Senador Efraim quero agradecer muito pelas suas palavras, pela sua amizade e mais uma vez parabenizar pelo seu aniversário. Quero destacar, Senador, que, segundo a Organização das Nações Unidas para o Turismo, o turista em média viaja num raio de 500km de onde ele reside. Então, nós vemos países na Europa que são vizinhos a grandes mercados consumidores e com PIB *per capita* altíssimo, se comparado com o PIB *per capita* dos nossos vizinhos aqui na América do Sul. Nós vemos Estados-nação como o México, que recebe 40, 50 milhões de turistas no mundo, mas o México tem uma fronteira gigante com qual país? Com o maior mercado consumidor do planeta. A Tailândia é muito visitada, mas ela está entre 1,2 bilhão de habitantes da China e 1,4 bilhão de habitantes da Índia, então não tem como.

Mas o fato é: o nosso principal cliente do turismo é o público brasileiro, é o brasileiro que viaja aqui dentro. E isso, notoriamente, deu um salto. A pessoa mais crítica talvez das ações deste Governo ou do turismo brasileiro precisa reconhecer que os hotéis estão lotados, que os aeroportos estão entupidos de gente, que o brasileiro está viajando. A rodoviária do Tietê, no final do ano passado, superou todas as marcas históricas de viagem. Então, o fato é notório.

A nossa pesquisa mostrou que 29% dos brasileiros só viajam no modal aéreo. E, se nós temos 118 milhões de pessoas viajando no modal aéreo, uma conta de padeiro já nos dá que nós tivemos mais de 350 milhões, quase 400 milhões de viagens no Brasil, no ano passado. Isso é um salto. E melhor do que o brasileiro viajando dentro do Brasil é o *ticket* médio. A nossa pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos informou que, na temporada passada, o *ticket* médio foi de R$1,8 mil e, para essa temporada, saltou para R$2,5 mil, ou seja, está viajando mais e está gastando mais.

Isso é ação do Ministério do Turismo único e exclusivamente? Com certeza não.

Eu preciso aqui ter a humildade de reconhecer o empenho de todos que fazem o Ministério do Turismo, mas sobretudo o resultado prático das ações do Governo Federal na redução da pobreza no Brasil, na diminuição das classes sociais no nosso país, programas como Minha Casa, Minha Vida, como Pé-de-Meia, como Bolsa Família e como tantos outros, porque, como a gente fala lá no Pará, Senadora Dorinha, ninguém viaja sem dinheiro. A gente fala assim: ninguém viaja liso. "Ninguém viaja liso" quer dizer que ninguém viaja... Então, se a gente tem mais brasileiros viajando e gastando mais, é porque as coisas efetivamente estão funcionando.

Quero falar a alguns Senadores. O Senador Efraim falou da questão do licenciamento ambiental, e outros Senadores abordaram também a questão do meio ambiente. Quero dizer que nós não podemos ir "nem muito tanto ao mar, nem muito tanto à terra". O que a gente tem feito é buscar um diálogo e uma interligação. V. Exa. é testemunha das ações que nós temos feito para liberar os Lençóis Maranhenses, para que pessoas possam fazer trilha, possam praticar o turismo dentro daquele patrimônio natural de forma sustentável, responsável e também solidária, porque o principal bônus do turismo é a questão da solidariedade que ele pode proporcionar. E estamos avançando, fizemos um acordo com o ICMBio, depois de muito diálogo, um amplo debate, contratamos uma consultoria de uma universidade federal para que nós tenhamos essas rotas aprovadas pelo ICMBio, e, logo, logo, esse parque nacional vai poder estar recebendo veículos de outra natureza e outras rotas podendo ser exploradas.

E também a Câmara aprovou recentemente – e já deve estar aqui no Senado – um projeto de lei que permite que um percentual dos parques nacionais possa ser utilizado para visitação turística.

O Senador Styvenson também mencionou a questão do turismo religioso. É sem dúvida um grande viés do país. Muita gente fala assim... Eu vejo algumas pessoas aqui do setor do turismo, no meio aqui do ambiente parlamentar, mas vocês, alguns aqui, com certeza já ouviram o seguinte: "A Torre Eiffel recebe 7 milhões de visitantes, e o Brasil não recebe 7 milhões". Vocês já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem ter ouvido isso aí alguma vez. Mas vamos comparar o alho com o alho, não com o bugalho. Sabem quantos visitantes recebe a igreja de Aparecida, em São Paulo, por ano?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não faço ideia.

O SR. CELSO SABINO – São 10 milhões.

Então o fato é que na Torre Eiffel não vai só turista estrangeiro, vai também o francês, vai aquele vizinho ali de Paris, então... E a igreja de Aparecida, só a igreja, não é nem a cidade toda, recebe 10 milhões de visitantes por ano.

Então o turismo religioso tem sido um forte indutor do turismo no nosso país. Nós temos aqui em Goiás a cidade de Trindade, com uma grande procissão; nós temos o Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém; nós temos ali Crato, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri, ali ao sul do Estado do Ceará, onde Crato é Nossa Senhora de Aparecida, uma grande imagem; em Santana do Cariri está sendo montada agora a Menina Benigna; e, em Juazeiro do Norte, o Padre Cícero. Essas três cidades têm recebido turistas de todo o Nordeste, de todo o Brasil, e tem um estacionamento gigantesco em cada um atrativo desses, com um sem-número de ônibus diários. Então é o turismo religioso movimentando o turismo brasileiro.

E nos questionou também, nos perguntou sobre as metas... Nós temos metas para todas as ações do turismo, eu não recordo aqui de todas – eu tenho isso no meu escritório, sobre a minha mesa –, mas eu vou destacar aqui uma das mais importantes, por exemplo, que é o número de turistas estrangeiros. A nossa previsão é chegarmos até o ano de... Nós temos metas para 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, e a nossa meta é chegarmos ao fim de 2027 com 8,7 milhões de turistas estrangeiros viajando no nosso Brasil. Essa foi a meta aprovada pelo Conselho Nacional do Turismo, pelo nosso conselhão. Eu fui voto vencido, Senadora, porque a minha proposta era colocar a meta de 10 milhões de turistas para 2027, mas fui voto vencido. E a pessoa que apontou essa meta de 8,7, que foi a vitoriosa, hoje já chegou para mim e já falou assim: "Olha, eu sou obrigado a reconhecer que você tinha razão, porque, com o resultado que nós já atingimos aqui em janeiro e fevereiro, muito possivelmente este ano a gente já chegue nos 8". Então, essas são as nossas principais metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jorge Seif começou falando da questão das passagens aéreas. E, Senador, realmente a gente ouve muito essa informação de que as passagens aéreas subiram muito, mas eu tenho um dado aqui, que foi divulgado recentemente – acho que foi pelo IBGE –, que diz que, no mês de fevereiro, as passagens aéreas regrediram 20%. Foi o item não alimentício que mais baixou de preço, reduziu 20%. E, no acumulado dos últimos 12 meses, as passagens aéreas reduziram 9%. O fato é: o combustível realmente representa, na média nacional, 40% do custo do bilhete aéreo. A gente tem um excesso de regulação muito grande na aviação civil nacional, diferentemente de outros mercados no Brasil, e a gente acaba sendo um mercado não tão atrativo para novas companhias em virtude de que um investidor pode abrir uma companhia aérea no Caribe com uma regulação bem inferior, uma quantidade de legislação consumerista... Não tem nem juizado especial do consumidor lá. Então, aqui nós temos o título de ser o país que tem mais de 90% de todas as demandas contra as companhias aéreas do mundo. "Ah, mas é só no Brasil que não funciona." Discordo. Peguei um voo... Quando eu falei que estava indo lá para Cannes, para o Mipim, peguei um voo da TAP de Lisboa para Nice, para ir para Cannes, e até o avião era um Embraer, um brasileiro Embraer, e nós ficamos parados todos dentro do avião, embarcados, com a porta fechada, por mais de uma hora – por mais de uma hora! – e o avião não se mexia. Depois de uma hora, o piloto pediu desculpa, disse que o problema era da torre, que não tinha autorizado, aquela coisa, aí taxiou e decolou. Sabe quantas pessoas reclamaram dentro do avião? Enquanto, aqui no Brasil, se estivesse há 20 minutos com a porta fechada e não tivesse se mexido... Vocês já devem ter testemunhado situações assim. O fato é que nós precisamos entender que essa atividade movimenta o mundo todo, gera muito emprego e está crescendo no Brasil e em todo o mundo, e nós precisamos ter um pouco mais de...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Paciência?

O SR. CELSO SABINO – Não digo paciência, eu digo talvez ufania. Nós precisamos reconhecer que às vezes a gente precisa entrar no Reino Unido e nós temos que ficar duas horas em pé na fila para passar na imigração, e ninguém reclama de nada. E às vezes essa mesma pessoa que está lá há duas horas, quando está voltando para o Brasil, quando fica 15 minutos na fila da segurança, já começa a reclamar.

Então, o Brasil não é... Eu até discordo um pouco quando falam algumas pessoas: "Ah, o Brasil está cheio de problema". Eu acho que o nosso país é um país tão maravilhoso. Eu vejo assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a segurança pública? Beleza. No Estado da Paraíba, onde temos o nosso Senador Efraim, nós temos cidades com indicadores de segurança pública de cidades europeias.

Nós temos hotéis e pousadas em São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, Senador Styvenson, ou em Maragogi, em Alagoas, do Senador Renan e outros, e você chega a um aeroporto *top*, organizado, pega uma estrada toda asfaltada, chega à pousada ou ao hotel de luxo, com todo conforto e segurança, você deixa sua carteira com dinheiro, seu celular em cima da mesa, vai à praia, volta e ninguém mexe. Aí existe um episódio de violência... É claro, nós não estamos aqui querendo colocar uma peneira para cobrir o sol, dizer que não há violência no Brasil – há –, mas nós não podemos dizer que o Brasil é o país mais inseguro do planeta, porque não é.

Uma vez teve um jogador de futebol americano – no ano passado, em setembro, teve um jogo de futebol americano em São Paulo, não sei se vocês se recordam, em que veio acho que é do Philadelphia Eagles, eu acho que é da Filadélfia – que chegou e disse assim na rede social: "Não vou sair do hotel porque eu estou sabendo que aqui São Paulo é um lugar muito inseguro, eu não quero ser roubado, assassinado nem nada". Aí o *The New York Times* – o senhor já viu isso, Senador? – fez uma matéria sobre essa postagem do jogador americano. Engraçado, porque na cidade dele, eu acho que era a Filadélfia, a criminalidade era seis vezes maior do que em São Paulo, o número de homicídios por 100 mil habitantes era seis vezes maior do que era em São Paulo – o *The New York Times* falando. Você vê o Zico, foi lá a Paris para as Olimpíadas... o relógio, o material dele todinho, não sei quantos mil... Já pensou se tivesse sido no Rio de Janeiro? Aquele Lucas Lucco, lá na capital da Holanda, em Amsterdã, quebraram o carro e roubaram tudo. Já pensaram se tivesse sido em São Paulo isso aí? O escândalo que ia ser? A quantidade de episódios que acontecem em cidades turísticas aí no mundo: em Barcelona, em Madri, que é uma das grandes cidades, em Paris, que são grandes cidades.

Então nós não podemos – nós, brasileiros – contribuir com *fake news* de que o Brasil é o país mais inseguro do mundo. O Brasil não é; o Brasil é bonito, o Brasil tem um povo agradável, o Brasil tem um povo hospitaleiro e o Brasil está de portas abertas para receber os brasileiros e os estrangeiros que vierem para cá, com grandes atrativos turísticos e com preços confortáveis para o turista vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estávamos falando de passagem aérea. O que a gente tem hoje no mercado aéreo brasileiro é um cálculo de preço de passagens – na outra vez, eu estive aqui e falei sobre esse assunto. O gráfico é como se fosse essa curvatura aqui que meu braço está fazendo, onde aqui é o dia da viagem e aqui a distância – um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses aqui. Quando você compra passagem na véspera ou na semana da viagem, você paga esse preço porque já tem poucos assentos disponíveis. E aí tem uma máxima da economia que diz: oferta e procura, quem bota o preço é oferta e a procura. Tem pouco assento disponível, aí o preço fica bem aqui. Se você comprar bem aqui, com três meses, quatro meses, cinco meses de antecedência, você vai pagar um preço mais barato. O que acontece? Esses que estão pagando aqui estão financiando o custo da aeronave que vai voar para esses que estão comprando aqui mais cedo, esse é o fato. E, segundo a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), cerca de 95% dos assentos nas aeronaves são vendidos por menos de R$500.

Então, é um número percentualmente muito menor que compra passagem acima de R$1,5 mil – eu imagino que quase todos que estão nessa sala, porque quem compra passagem na véspera são os grandes gestores das grandes empresas, que são convocados para uma reunião em cima da hora.

Então, olhe, por exemplo, eu consultei aqui. Brasília a Santa Catarina: se comprar com três ou quatro meses de antecedência, daqui para Florianópolis dá R$492; Brasília a Tocantins**:** se comprar com três ou quatro meses de antecedência, dá R$330; para o Amazonas, R$674.

Aí eu ouvi aqui que o meu amigo, o meu Deputado falou assim: "O pessoal do Amazonas quer fazer trio". Então vá para Santarém, para Alter do Chão, que está R$256 a passagem Manaus-Santarém, voo direto. Mas, se quiser ir para a minha João Pessoa também, conhecer o Areia Vermelha, está R$659 a passagem Manaus-João Pessoa. Tem que fazer escala ou em Fortaleza ou em Brasília, mas é assim, é o preço. João Pessoa a Brasília, Senador, está R$543, se comprar com antecedência.

E aí, como o Carlos Henrique diz, estou falando aqui com... Já saímos da audiência, estamos conversando entre amigos aqui, pode ser, Presidente? O Carlos Henrique diz o seguinte "O meu pai todo ano faz aniversário no mesmo dia. Não muda de um ano para o outro", não é isso, Carlos Henrique? Onde é o aniversário do seu pai?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL (*Fora do microfone*.) – Em Salvador.

O SR. CELSO SABINO – Em Salvador.

Que dia, desculpa?

O SR. CARLOS HENRIQUE MENEZES SOBRAL (*Fora do microfone*.) – Dez de dezembro.

O SR. CELSO SABINO – Como é que você faz para visitar seu pai no dia do aniversário dele?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CELSO SABINO – No dia dos pais já compra... Então é isso.

E eu quero aqui aproveitar a oportunidade de falar a todo povo da Paraíba que, no ano que vem, no dia 18 de março, já organize sua passagem para estar aqui para comemorar junto com a gente o seu aniversário e o do Senador Efraim.

Mas eu quero aqui... Escola Nacional do Turismo, Senadora Dorinha. Nós temos emenda disponível para receber para a criação da Escola Nacional do Turismo. A gestão é do Ministério do Turismo, mas em parceria com alguma entidade local.

Senador, obrigado pelas suas críticas, sugestões. Como diz o meu chefe, o Presidente Lula, "nós não viemos aqui só para receber elogio e só para receber afago, estamos aqui para receber também...".

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu só te elogiei, homem.

O SR. CELSO SABINO – Obrigado, obrigado.

Mas eu faço parte de um Governo que está fazendo grandes entregas para o Brasil, e o resultado do turismo que nós temos reflete também as ações desse Governo de que nós fazemos parte.

Mas, Senadora, a gestão da Escola do Turismo é descentralizada, pertence ao Ministério do Turismo – o diretor-geral, que vai ser lá do Tocantins, é vinculado ao Ministério do Turismo – e em parceria com alguma entidade local lá de Belém, em parceria com o Instituto Federal do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Antônia Lúcia, muito obrigado. Ressalto que V. Exa. foi uma das primeiras assessoras do Ministro Walfrido Mares Guia na criação, em 2003, pelo Presidente Lula, do Ministério do Turismo.

Deputado Fausto, obrigado pela prestigiosa presença de V. Exa. Vamos estar mais um ano consecutivo apoiando o Festival do Parintins. O Ministério do Turismo, já desde 2023, começou uma grande ação de apoio a eventos em todo o Brasil: do Parintins, no Amazonas; ao Festuris, no Rio Grande do Sul; passando pelo São João de praticamente todas as principais cidades do Nordeste, a nossa Campina Grande – não é isso, Senador? –, a nossa Bananeiras, a nossa João Pessoa, Patos e tantas outras cidades do Estado da Paraíba; no Tocantins; no próprio Amazonas.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Está na agenda conhecer o Vale dos Dinossauros. Da próxima vez, nós vamos lá.

O SR. CELSO SABINO – Vale dos Dinossauros, na cidade de Sousa.

Então, a gente tem feito... E vamos estar mais uma vez, este ano, lá no Parintins.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós agradecemos a presença do Ministro Celso Sabino, da sua equipe que está aqui presente, parabenizamos pelo trabalho, e, logicamente, haverá outras oportunidades para debater sobre o turismo.

Nós vamos continuar tratando desse tema, uma vez que é a tarefa desta Comissão. E acho que, embora o Ministro tenha dito que o Efraim faz aniversário todo dia 18 de março, nós não vivemos só do aniversário e das datas marcadas.

O SR. CELSO SABINO (*Fora do microfone*.) – É por isso que ele só compra passagem em cima da hora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A gente precisa trabalhar, para organizar, para que o país possa ter... Porque não tem explicação uma aeronave estar sempre lotada e eles estarem sempre em crise. Então, a gente precisa enfrentar essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de finalizarmos os trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 11/03.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada, Ministro.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Lucas Barreto, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Eduardo Gomes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência informa que: concedeu, de 18 a 21 de março, prazo para que os Senadores apresentassem o apoiamento às indicações relativas à execução das emendas e aos respectivos empenhos vinculados à Lei Orçamentária de 2024, conforme o disposto no art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025; a abertura do prazo para apresentação dos apoiamentos foi divulgada mediante comunicado lido na 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão, realizada em 18 de março, bem como enviada, via e-mail, para todos os Senadores e Senadoras, e suas assessorias; tendo sido, ainda, publicada na página da Comissão com orientações. Além dos prazos inicialmente estabelecidos, ressalta-se que a Presidência da Comissão decidiu admitir a entrega de manifestações de apoio até o início desta reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Ratificações à Lei Orçamentária de 2024**. **Finalidade:** Ratificações das indicações para execução das emendas e respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2025, aprovada em sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 13.03.2025. Registra-se que a Comissão recebeu manifestações de apoio que contemplam 425 indicações dentre as 427 da relação pendente de ratificação recebida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN. Dessa forma, 2 (duas) indicações não tiveram o apoio necessário. **Resultado:** Aprovada a ratificação de 425 indicações para a execução das emendas à Lei Orçamentária de 2024; permanecendo 2 (duas) indicações sem ratificação pela Comissão. Apoiaram as indicações ratificadas as Lideranças do PSD, PDT, UNIÃO BRASIL, PODEMOS e REPUBLICAMOS; bem como os senadores Alan Rick, Alessandro Vieira, Carlos Portinho, Cid Gomes, Ciro Nogueira, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Fernando Dueire, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Giordano, Hamilton Mourão, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Jader Barbalho, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira, Luis Carlos Heinze, Magno Malta, Marcelo Castro, Marcos Rogério, Mecias de Jesus, Omar Aziz, Paulo Paim, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Rogério Carvalho, Rogério Marinho, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo e Wilder Morais, conforme planilha em anexo. Restam sem indicações para a execução: Número da Emenda: 202466110004, Ano da Emenda: 2024, Órgão-Código: 53000, Órgão-Nome: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, UO: 53101, NE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

53002000001202405003 80, Objeto: CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE VIAS (ESTRADAS VICINAIS) OBRAS MUNICIPAIS DESTINADAS AO ESCOAMENTO PRODUTIVO., UF: PE, Favorecido: Município de Moreilândia, CNPJ: 11361227000189, Valor Empenhado: R$ 477.500,00; e Número da Emenda: 202466110004, Ano da Emenda: 2024, Órgão-Código: 53000, Órgão-Nome: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, UO: 53101, NE: 530023000012024NE00268, Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE-CE, UF: CE, Favorecido: Município de Tabuleiro do Norte, CNPJ: 07891682000119, Valor Empenhado: R$ 4.775.000,00. A planilha contendo as indicações, assim como as atas das reuniões das lideranças e a presente Ata, serão encaminhados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Aprova-se a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/25

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza em 25 de março.

Como é do conhecimento de V. Exas., o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, em conjunto com o Poder Executivo, elaboraram um plano de trabalho referente ao rito das emendas parlamentares que está anexado aqui aos autos da ADPF 854, homologado pelo Supremo Tribunal Federal, com decisão referendada em 6 de março de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a Comissão de Desenvolvimento Regional concedeu, na semana passada, de 18 a 21 de março, prazo para que as Sras. e os Srs. Senadores apresentassem o apoiamento às indicações relativas à execução das emendas e aos respectivos empenhos vinculados à Lei Orçamentária de 2024, conforme o disposto no art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025.

Gostaria de enfatizar que a abertura do prazo para apresentação dos apoiamentos foi amplamente divulgada mediante comunicado na última reunião, assim como enviada, via *e-mail*, para todos os Senadores e Senadoras e suas assessorias. Foi divulgada ainda na página da CDR com prazos e orientações.

Enfatizo ainda que a abertura do prazo para apresentação de apoiamentos às emendas perante a Comissão também foi divulgada na última reunião.

Registro que a Comissão recebeu as manifestações de apoio que contemplam 425 emendas dentre as 427 da relação pendente de ratificação pela CDR.

Desse total, duas emendas permaneceram sem o apoio necessário e, como estabelecido, serão canceladas. (*Pausa.*)

Está cancelada a emenda para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para construção e pavimentação de vias e estradas vicinais, obras municipais destinadas ao escoamento produtivo – Município de Moreilândia, Pernambuco.

Também no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, pavimentação de vias da zona rural do Município de Tabuleiro do Norte, Ceará.

Ambas estão canceladas.

Não havendo objeção do Plenário, coloco em votação a aprovação e a ratificação de 425 emendas e dos respectivos empenhos, conforme consta na planilha já publicada e que será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) juntamente com a ata da presente reunião e as atas das Lideranças que formalizaram o apoio às emendas.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata na presente reunião, em atendimento à Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Destaco que realizaremos reunião deliberativa da CDR após... Ah, não. Isso já foi feito, porque nós invertemos.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a 4ª Reunião da Comissão.

(Iniciada às 16 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25958.55436-68

CONGRESSO NACIONAL

Liderança do PSD

OFÍCIO Nº 008/2025 - GSOAZIZ

Brasília, 12 de março de 2025

A Excelentíssima Senhora Senadora
Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Assunto: Resposta ao ofício circular Nº 0025/2025/CDR.

Senhora Senadora,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a ata da reunião do PSD onde foram ratificadas as indicações das propostas com empenho, em atendimento aos termos do artigo 3º, da Resolução nº 01/2025-CN.

Sequenciais: 2, 8, 11 ao 66, 68, 69, 71 ao 86, 91, 95, 96, 102, 110, 145, 152, 163, 169, 192, 210, 217, 220, 228, 223, 231 ao 279, 282, 290, 291, 294, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 314, 315, 316, 317, 318, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 354, 369, 374 e 386.

Atenciosamente,

Senador **OMAR AZIZ**

Líder do PSD

Assinado eletronicamente, por Sen. Omar Aziz e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5080474826

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25958.55436-68

CONGRESSO NACIONAL

Liderança do PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA de 2024

LEI nº 14.822/2024

ATA DE REUNIÃO DO PSD

A Bancada do PSD, sob a coordenação do Senador Omar Aziz, Líder da Bancada, considerando a necessidade de ratificação dos empenhos de programações oriundas de emendas de comissão, nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 01/2025, resolveu se manifestar pelo apoiamento dos empenhos das programações, conforme lista em anexo.

Manifestaram-se pelo apoiamento aos empenhos os membros da bancada signatários da presente ata.

Senador **OMAR AZIZ**

Líder do PSD

Assinado eletronicamente, por Sen. Omar Aziz e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5080474826

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25958.55436-68

NÚMERO SEQUENCIAL	CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
1				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005902	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02175/2024	PA	MUNICÍPIO DE RIO MARIA	04144176000178	1.241.500,00
2	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005934	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02276/2024	BA	CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO	11175942000109	1.654.220,81
3				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005938	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02269/2024	PA	MUNICIPIO DE CURUA	01612339000153	477.500,00
4				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005956	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02399/2024	PA	MUNICIPIO DE PLACAS	01611958000155	1.185.165,12
5				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005957	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02269/2024	PA	MUNICIPIO DE SANTAREM	01612339000170	4.719.665,13
6				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005958	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02025/2024	RS	MUNICIPIO DE MUCUM	88524712000155	399.189,00
7				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005959	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02203/2024	RS	MUNICIPIO DE NEOPOLIS	13111929000138	1.432.500,00
8	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005960	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02271/2024	BA	MUNICIPIO DE AMELIA RODRIGUES	13607218000128	955.000,00
9				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE005975	CONFORME DESPACHO SIHS (SEI Nº 39972322), EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02402/2	PI	MUNICIPIO DE RUFI	01612339000160	1.910.000,00
10				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139141930001202NE001955	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02013/2024	-	INSTITUTO TERRA E TRABALHO	03441632000170	3.815.699,00
11	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005973	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	DIMI - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS LTDA	29211016000306	556.247,82
12	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005972	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAMORE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	19614638000101	360.000,00
13	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005974	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17744881000125	1.240.000,00
14	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005974	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	GO	CIBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA	11258764000150	115.287,77
15	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005975	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	RS	VALENCE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	07825341000169	315.000,00
16	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005976	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	174.000,00
17	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005977	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	1.295.000,00
18	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005991	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	GO	CIBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA	11258764000150	115.497,67
19	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005992	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	174.000,00
20	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005994	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	178.684,52
21	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005998	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	366.000,00
22	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE005999	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	SUIPARA CAMINHOES E MAQUINAS LTDA	14132730000170	3.128.565,20
23	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006000	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	LAVER TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	04625232000170	2.181.000,00
24	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006001	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	NORTE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	14707364000110	1.554.000,00
25	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006002	EMPENHO PARA ATENDER REGISTRO DE PRECOS 90010/2024 ,ATA DE REGISTRO DE PRECOS	MG	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17744881000125	4.151.676,20
26	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006003	EMPENHO PARA ATENDER REGISTRO DE PRECOS 90010/2024 ,ATA DE REGISTRO DE PRECOS	SP	MAMORE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	19614638000101	1.440.000,00
27	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006004	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	3.765.000,00
28	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006005	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	1.245.000,00
29	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006006	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	1.520.000,00
30	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006007	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	2.851.633,20
31	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006008	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	1.808.000,00
32	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006009	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	923.000,00
33	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006010	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	923.000,00
34	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006011	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	DIMI - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS LTDA	29211016000306	1.902.278,16
35	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006012	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	696.000,00
36	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006013	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	1.218.000,00
37	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006014	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	522.000,00
38	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006015	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	522.000,00
39	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006016	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	MDS COMERCIO DE MADEIRAS E PECAS PARA MAQUINAS LTDA	82253194000172	1.960.000,00
40	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006017	EMPENHO PARA ATENDER O CONTRATO Nº 13/2024 (AQUISICAO, INSTALACAO, ATIVACAO, SUB	MG	TRIBUDORA CUMINS MINAS LTDA	09256302000160	1.271.271,00
41	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006018	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	1.480.000,00
42	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006019	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	2.851.633,20
43	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006020	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	DIMI - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS LTDA	29211016000306	1.777.458,00
44	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006021	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	DIMI - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS LTDA	29211016000306	729.661,80
45	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006022	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	GO	CIBMAQ COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINAS LTDA	11258764000150	1.154.676,79
46	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006023	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	4.801.519,95
47	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006024	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	MDS COMERCIO DE MADEIRAS E PECAS PARA MAQUINAS LTDA	82253194000172	320.000,00
48	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006025	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	TRIBUDORA CUMINS MINAS LTDA	09256302000160	1.500.000,00
49	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006026	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	1.665.000,00
50	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006027	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	DIMI - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS LTDA	29211016000306	958.968,84
51	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006028	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	797.996,00
52	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006029	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	1.835.592,80
53	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006031	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17744881000125	2.905.000,00
54	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006032	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MASON EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA	56557176000435	2.345.000,00
55	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006033	EMPENHO PARA ATENDER O CONTRATO Nº 72/2024 (AQUISICAO, INSTALACAO, ATIVACAO, SUB	MG	LAVER TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	04625232000170	2.181.000,00
56	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006034	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	1.665.000,00
57	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006035	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	3.765.000,00
58	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006036	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	13.481.000,00
59	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006037	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	14.741.000,00
60	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006038	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17744881000125	1.953.767,80
61	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006039	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	31.361.072,64
62	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006040	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	11.797.994,80
63	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006042	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	2.585.972,00
64	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	50	139000000000202NE006043	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	256.492,80
65	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006209	ATENDER DESPESA COM AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS EM PROVE	SP	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS SA	03097077000372	2.560.000,00
66	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE001954	RPA DA GESTÃO E MONITORAMENTO EM SERVIÇOS E	DF	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	33683111000107	599.000,00
67	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE001955	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02352/2024	TO	MUNICIPIO DE CRISTALANDIA	01607156000162	1.432.500,00
68	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE001997	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02145/2024	TO	MUNICIPIO DE PONTA PORA	01341457000169	1.911.000,00
69	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE001993	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 02238/2024	TO	MUNICIPIO DE AXIXA DO TOCANTINS	00708372000195	1.472.580,00
70				20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	40	139141930001202NE001994	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 3861/2024 - EMPENHO EM FAVOR DAPROPOSTA Nº 02319/2	PI	MUNICIPIO DE SENADOR JOSE PORFIRIO	05541111000140	1.709.450,00
71	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006931	EMPENHO PARA ATENDER O CONTRATO Nº 72/2024 (AQUISICAO, INSTALACAO, ATIVACAO, SUB	MG	LAVER TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	04625232000170	1.184.000,00
72	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006917	EMPENHO PARA ATENDER REGISTRO DE PRECOS 90010/2024 ,ATA DE REGISTRO DE PRECOS	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	1.554.000,00
73	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006922	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	2.140.350,00
74	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006923	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	MAQUIMPLO SOLUCOES AGRICOLAS LTDA	03097077000372	1.850.000,00
75	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006971	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	60.954.800,00
76	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006975	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	COMAQ TRATORES E MAQUINAS LTDA	47075363000150	113.497,67
77	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006980	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	DIMI - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MAQUINAS LTDA	29211016000306	3.706.573,10
78	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006981	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	MG	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	16.165.000,00
79	3794	Omar Aziz	Líder PSD	20246510001	2024	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	22101	20ZV	4	90	139000000000202NE006985	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECANI	SP	MAQUIMPLO S

SF/25958.55436-68

243		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000800	EMPENHO PARA ATENDER REGISTRO DE PREÇOS 900102/2024 , ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000136	4.686.000,00
244		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000830	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR CAMPO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	09580023000863	230.415,00
245		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000839	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR CAMPO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	09580023000863	2.554.585,00
246		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000860	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA	23521683000153	8.356.000,00
247		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000861	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000131	1.285.000,00
248		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000862	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	COMAZI TRATORES E MAQUINAS LTDA	47057363000150	180.000,00
249		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000863	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR CAMPO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	09580023000323	4.654.508,80
250		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000864	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	672.800,00
251		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000865	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17446881000559	383.480,00
252		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000866	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	4.471.987,00
253		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000867	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000212	313.000,00
254		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000868	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000136	340.000,00
255		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000869	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	353.999,00
256		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000876	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	8.599.980,00
257		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000880	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	MASTER EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA	46057134000405	1.260.000,00
258		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000882	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17446881000397	2.157.617,77
259		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000938	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	COMAZI TRATORES E MAQUINAS LTDA	47057363000150	173.241,00
260		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000891	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	372.999,00
261		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000896	EMPENHO PARA ATENDER REGISTRO DE PREÇOS 900102/2024 , ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	DIMA DISTRIBUIDORA MACIONAL DE MAQUINAS LTDA	23611516000269	343.533,61
262		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000898	EMPENHO PARA ATENDER REGISTRO DE PREÇOS 900102/2024 , ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	8.655.500,00
263		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000899	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	3.399.500,00
264		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000909	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	560.000,00
265		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000910	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17446881000559	369.659,94
266		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000916	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000131	640.000,00
267		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000917	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000131	442.000,00
268		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000918	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	622.500,00
269		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000919	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	343.999,00
270		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000920	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	195.872.379,68
271		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000921	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA	19808784000131	1.740.000,00
272		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000937	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	COMAZI TRATORES E MAQUINAS LTDA	47057363000150	1.200.000,00
273		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000941	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	560.000,00
274		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000942	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA	17446881000559	369.659,94
275		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000947	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	2.719.120,00
276		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000948	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	666.160,00
277		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000959	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	2.719.120,00
278		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000993	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	5.039.672,00
279		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	2025/	4	90	1.2000000000.2024ND000998	EMPENHO PARA CONTRATACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS E DE CONSTRUCAO PARA MECAN	KOMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	14707364000110	2.268.240,00
280				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	30	3.0002300900.2024ND000331	PAVIMENTACAO ASFALTICA NA ZONA RURAL DO ESTADO DO PIAUI - 2º ETAPA	PI	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUI	06638751000199	8.581.181,20
281				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	30	3.0002300900.2024ND000332	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE TERESINA - PI	PI	DEPARTAMENTO DE INTEGRACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	06638751000199	15.000.000,00
282		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	30	3.0002300900.2024ND000343	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS EM MINAS GERAIS	MG	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PA	18715581000163	19.100.000,00
283				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	30	3.0002300900.2024ND000344	P.T.ITAPA PAVIMENTACAO ASFALTICA NA RODOVIA ESTADUAL PI-391, DESTINADA AO ESCO	PI	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUI	06638751000199	97.300.000,00
284				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000286	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS RURAIS NO MUNICIPIO DE MAJOR SALES-RN	RN	MUNICIPIO DE MAJOR SALES	01612383000111	573.000,00
285				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000287	PAVIMENTACAO E DAS VIAS RURAIS NO MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE	MA	MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE	01612383000111	1.432.500,00
286				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000288	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS/RN	RN	MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS	08088254000115	691.650,00
287				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000289	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE PARNAMIRIM	RN	MUNICIPIO DE PARNAMIRIM	08140454000116	573.000,00
288				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000290	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	RN	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	01611630000160	1.500.000,00
289				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000292	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE PERTO/MA	MA	MUNICIPIO DE PERTO/MA	01612537000173	3.828.000,00
290		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000296	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE SEMI-PEIXE	MG	MUNICIPIO DE SEMI-PEIXE	01625169000170	688.500,00
291		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000297	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	PI	MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO	01612573000123	1.039.680,00
292				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000298	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	SE	MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS	0391104300/0169	573.000,00
293				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000299	PAVIMENTACAO DE ESTRADA VICINAL ZONA RURAL NO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN	RN	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO	01614493000168	573.000,00
294		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000300	OBRAS DE PAVIMENTACAO RURAL	MG	MUNICIPIO DE CAJURI	18123456000170	1.432.500,00
295		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000301	CONSTRUCAO DE CENTO NO MUNICIPIO DE SACRAMENTO.	MG	MUNICIPIO DE SACRAMENTO	01614575000148	955.000,00
296		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000302	PAVIMENTACAO EM ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE SERCITA	19243518000184	573.000,00
297				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000303	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE HERVALIA/RS.	RS	MUNICIPIO DE HERVAL	89360637000138	412.000,00
298				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000306	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE BURITIRANA -MA.	MA	MUNICIPIO DE BURITIRANA	01601303000122	1.432.500,00
299		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000309	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE SENHORA DOS REMEDIOS	19244733000122	955.000,00
300		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000310	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE ARAPONGA	19132167000177	573.000,00
301		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000311	PAVIMENTACAO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICIPIO DE CANAA / MG	MG	MUNICIPIO DE CANAA	19127126000103	1.432.500,00
302		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000312	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DO SANT MIGUEL DO ANTA	18133926000110	764.000,00
303		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000313	IMPLANTACAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM ESTRADA RURAL DO MUNICIPIO	MG	MUNICIPIO DE BOM JESUS DA PENHA	01612573000107	955.000,00
304		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000314	PAVIMENTACAO DE ESTRADA VICINAL	MG	MUNICIPIO DE COQUEIRAL	19239624000121	955.000,00
305		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000315	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS RURAIS	MG	MUNICIPIO DE LIMA DUARTE	18338182000158	955.000,00
306		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000316	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE PEDRO TEIXEIRA	18338226000151	955.000,00
307		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000317	PAVIMENTACAO DE ESTRADA VICINAL	MG	MUNICIPIO DE CARMO DO PARANAIBA	18502226000103	2.387.500,00
308		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000318	PAVIMENTACAO EM ESTRADA VICINAL NO MUNICIPIO DE CALDAS	MG	MUNICIPIO DE CALDAS	18625129000155	955.000,00
309				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000320	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE SAO FELIX DO PIAUI - PI	PI	MUNICIPIO DE SAO FELIX DO PIAUI	06504548000160	382.000,00
310				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000321	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE BOQUEIRAO/PB	PB	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO	08372473000179	668.500,00
311				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000322	PAVIMENTACAO E PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE PEDRA LAVRADA	PB	MUNICIPIO DE PEDRA LAVRADA	08374649000133	764.000,00
312				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000323	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOS INDIOS/PB.	PB	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DOS INDIOS	08923997000163	955.000,00
313				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000324	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE OURO BRANCO/AL	AL	MUNICIPIO DE OURO BRANCO	12258141000168	1.910.000,00
314		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000325	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE RESENDE COSTA	17749912000163	955.000,00
315		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000326	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE DESTERRO DO MELO-MG DESTINA	MG	MUNICIPIO DE DESTERRO DO MELO	19244913000153	955.000,00
316		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000327	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE ALAGOA	19188346000191	1.432.500,00
317		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000328	PAVIMENTACAO DE ESTRADA VICINAL	MG	MUNICIPIO DE NOVA RESENDE	19187574000110	955.000,00
318		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000329	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	MG	MUNICIPIO DE CONCEICAO DA APARECIDA	18043265000162	955.000,00
319				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000330	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE VILA PAVAO/ES.	ES	MUNICIPIO DE VILA PAVAO	36356534000107	1.910.000,00
320				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000331	PAVIMENTACAO E ESTRADAS MOLHADA NO MUNICIPIO DE RIACHAO DO BACAMARTE - PB	PB	MUNICIPIO DE RIACHAO DO BACAMARTE	08923997000107	955.000,00
321				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000334	CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE BREJO DO CRUZ -	PB	MUNICIPIO DE BREJO DO CRUZ	08372145000110	668.500,00
322				20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000335	CONSTRUCAO/PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE TEIXEIRA - PB	PB	MUNICIPIO DE TEIXEIRA	08923997000123	668.500,00
323		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000336	PAVIMENTACAO EM ESTRADAS RURAIS	MG	MUNICIPIO DE GRAPARIA DO NORTE	19888585000107	955.000,00
324		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO	53101	000X	4	40	3.0002300900.2024ND000337	IMPLANTACAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM ESTRADAS RURAIS, NO MUNICIPIO DE	MG	MUNICIPIO DE SANTA JULIANA	19148789000139	1.720.000,00
325		3794 Omar Aziz	Líder PSD	20346011000 4	2024	35000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIO

SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Ata PSD. CDR

Assinam eletronicamente o documento SF259585543668, em ordem cronológica:

1. Sen. Omar Aziz
2. Sen. Jussara Lima
3. Sen. Irajá
4. Sen. Vanderlan Cardoso
5. Sen. Angelo Coronel
6. Sen. Eliziane Gama
7. Sen. Otto Alencar
8. Sen. Lucas Barreto
9. Sen. Zenaide Maia
10. Sen. Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25240.92002-61

SENADO FEDERAL

Liderança do PSD

OFÍCIO Nº 010/2025 - GSOAZIZ

Brasília, 21 de março de 2025

A Excelentíssima Senhora Senadora
Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Assunto: Resposta ao ofício circular Nº 0025/2025/CDR – adendo a ata.

Senhora Senadora,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a ata da reunião do PSD onde foram ratificadas as indicações das propostas com empenho, em atendimento aos termos do artigo 3º, da Resolução nº 01/2025-CN, a qual solicito o anexo da subscrição do Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, tendo em vista a reabertura do prazo.

Sequenciais: 2, 8, 11 ao 66, 68, 69, 71 ao 86, 91, 95, 96, 102, 110, 145, 152, 163, 169, 192, 210, 217, 220, 228, 223, 231 ao 279, 282, 290, 291, 294, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 314, 315, 316, 317, 318, 323, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 354, 369, 374 e 386.

Senador **OMAR AZIZ**
Líder do PSD

Assinado eletronicamente, por Sen. Omar Aziz e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1701134803

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25240.92002-61

SENADO FEDERAL

Liderança do PSD

LEI ORÇAMENTÁRIA de 2024

LEI nº 14.822/2024

ATA DE REUNIÃO DO PSD

A Bancada do PSD, sob a coordenação do Senador Omar Aziz, Líder da Bancada, considerando a necessidade de ratificação dos empenhos de programações oriundas de emendas de comissão, nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 01/2025, resolveu se manifestar pelo apoiamento dos empenhos das programações, conforme lista em anexo.

Manifestaram-se pelo apoiamento aos empenhos os membros da bancada signatários da presente ata.

Senador **OMAR AZIZ**

Líder do PSD

Assinado eletronicamente, por Sen. Omar Aziz e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1701134803

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Resposta ao ofício circular Nº 0025/2025/CDR – adendo a ata.

Assinam eletronicamente o documento SF252409200261, em ordem cronológica:

1. Sen. Omar Aziz
2. Sen. Rodrigo Pacheco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25599.77451-00

CONGRESSO NACIONAL

LEI ORÇAMENTÁRIA de 2024
LEI nº 14.822/2024

ATA DE REUNIÃO DO PDT

A Bancada do PDT, sob a coordenação do Senador Weverton, Líder da Bancada, considerando a necessidade de ratificação dos empenhos de programações oriundas de emendas de comissão, nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 01/2025, resolveu se manifestar pelo apoiamento dos empenhos das programações, conforme planilha anexa.

Manifestaram-se pelo apoiamento aos empenhos os membros da bancada signatários da presente ata.

Senador **WEVERTON**

Líder do PDT

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8420416543

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25599.77451-00

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE486161	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4458 DE 19062024 PROPOSTA 36000618285202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE DE FERRER	11700183000174	1.001.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487058	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618883202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRIZIDELA DO VALE	11424417000106	2.024.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487059	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621276202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTAMIRA DO MARANHAO	97521808000156	1.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487060	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618925202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEDRAL	12097487000151	1.010.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487061	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618861202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE BACELAR	11310542000187	1.020.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487062	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618547202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11400133000171	4.001.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487063	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618506202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNTUM	10476850000114	1.101.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487065	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621283202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATOES	12671254000110	4.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487066	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000620468202400	MA	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - FUNDO MUNIC	11417081000146	2.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487067	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621617202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR EUGENIO BARROS	13931425000166	1.005.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487068	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618952202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11825568000168	500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487069	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621137202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM LUGAR	13879837000102	1.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487070	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619003202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10767573000107	1.477.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487071	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619497202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARREIRINHAS	11513081000140	1.050.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487072	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619067202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11415540000152	900.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487073	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619533202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892620000124	1.912.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487075	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619668202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GODOFREDO VIANA-MA	13936145000140	504.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487076	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618466202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11241578000156	1.006.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487078	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621687202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRIZIDELA DO VALE	11424417000106	1.501.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487079	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618463202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRANO DO MARANHAO	14173958000199	510.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487080	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618942202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO FORTUNA	11771395000142	969.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487081	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619344202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNTUM	10476850000114	1.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487082	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621122202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO FREIRE	97535309000118	4.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487083	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618583202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE GRANDE	11423116000150	1.060.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487086	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618654202400	MA	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - FUNDO MUNIC	11417081000146	1.466.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491788	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4581 DE 28062024 PROPOSTA 36000624334202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	14016482000182	600.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491789	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4581 DE 28062024 PROPOSTA 36000624157202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11241578000156	400.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491998	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4597 DE 01072024 PROPOSTA 36000625788202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATA ROMA	11990341000178	58.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE491524	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623319202400 CNES 6064647	MA	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000151	3.300.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE491525	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623309202400 CNES 6064647	MA	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000151	4.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE491526	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623315202400 CNES 6064647	MA	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000151	4.500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE512211	EMPENHO DA PROPOSTA 36000631479202400 DA PT 6119 DE 17122024 EMENDA 60060003 ATENDENDO A SOLICITACAO DOS PARLAMENTARES 3898 2737 3020 3037 3042 2778 3963 3091 3991 3997 2712 4018 2442 4410 2762 2714 E 1407	DF	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000157	10.584.787,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE486775	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4506 DE 21062024 PROPOSTA 36000621089202400 CNES 6363024	MA	MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00939023000166	7.985.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488358	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000620094202400 CNES 5916232	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10767573000107	1.305.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488359	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000620466202400 CNES 2462036	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11415540000152	400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8420416543

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25599.77451-00

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488361	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619184202400 CNES 6190529	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGO DA PEDRA - MA	97550981000182	2.392.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488362	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619246202400 CNES 2462540	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10452044000106	762.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488363	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619349202400 CNES 6372961	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNTUM	10476850000114	3.001.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488364	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619351202400 CNES 6372961	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNTUM	10476850000114	3.500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488365	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000621040202400 CNES 6761356	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAJATUBA	12607392000130	1.270.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488367	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619392202400 CNES 6593011	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11410879000166	640.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488368	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619506202400 CNES 6650538	MA	MUNICIPIO DE BALSAS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11236050000199	2.461.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488369	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000621221202400 CNES 6533264	MA	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11354569000171	2.301.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488371	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619758202400 CNES 5492777	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	09239491000100	14.207.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491527	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623620202400 CNES 6770584	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-TURILANDIA-MA	13937584000178	58.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491528	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623257202400 CNES 6631231	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA INES	12684909000195	2.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE493580	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4763 DE 04072024 PROPOSTA 36000624776202400 CNES 5492777	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	09239491000100	1.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494343	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4805 DE 04072024 PROPOSTA 36000631078202400 CNES 6604803	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL DO NORTE	10584052000106	498.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	20ZV	4	50	130141000012024NE001105	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 022135/2024	-	INSTITUTO TERRA E TRABALHO	00441932000170	3.818.090,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	20ZV	4	90	130069000012024NE000209	ATENDER DESPESA COM AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS EM PROVEITO DESTA SFA-MA, ORIUNDO DE EMENDA PARLAMENTAR Nº 202460110001, PARA ATENDER INDICACAO DA SOLICITANTE ANA PAULA LOBATO - 4283	-	MAQCAMPO SOLUCOES AGRICOLAS S/A	00970771000373	2.960.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488347	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619277202400 CNES 7942443	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRO DO ROSA	12109949000103	129.493,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488349	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000620525202400 CNES 7493908	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE DE FERRER	11700183000174	221.890,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488350	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619570202400 CNES 7309007	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DE RIBAMAR	12281734000175	2.972.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488352	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619409202400 CNES 6593178	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11340821000193	623.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488356	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000620616202400 CNES 6805752	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRADOR	12250370000166	930.867,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494329	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4804 DE 04072024 PROPOSTA 36000619726202400 CNES 6631231	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA INES	12684909000195	12.500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487087	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618401202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DE RIBAMAR	12281734000175	8.530.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487088	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618383202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDO	13956238000137	1.600.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487089	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000620554202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLHO DAGUA DAS CUNHAS	13970763000107	1.301.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487091	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619494202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11465089000188	500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487092	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618996202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE PRESIDENTE MEDICI	11706509000170	500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487093	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619471202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO MA	11331341000166	1.005.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487094	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618372202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAGALHAES ALMEIDA	11250882000160	2.000.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487095	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619062202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11379508000169	3.010.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487096	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618730202400	MA	SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITORO	12253549000177	900.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487098	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619693202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11463523000190	800.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487099	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619410202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11340821000193	3.655.726,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487100	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618841202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO RAMOS	11244671000114	2.361.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487101	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618477202400	MA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRO DO ROSA	12109949000103	1.219.024,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE488310	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000620962202400 CNES 6963447	DF	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000157	5.970.250,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE488357	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000621372202400 CNES 6064647	MA	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000151	40.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8420416543

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25599.77451-00

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE512210	EMPENHO DA PROPOSTA 36000631481202400 DA PT 6119 DE 17122024 EMENDA 60110002 ATENDENDO A SOLICITACAO 005 PARLAMENTARES 3898 2737 3020 3037 3042 2778 3963 3091 3991 3997 2712 4018 2442 4410 2762 2714 E 1407	DF	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000157	4.415.213,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110003	2024	54000	MINISTERIO DO TURISMO	54101	10V0	4	40	540007000012024NE000534	EMPENHO REFERENTE A PROPOSTA Nº 023057/2024, PAULINO NEVES/MA, OBJETO: URBANIZACAO DA ORLA DO RIO NOVO NO MUNICIPIO DE PAULINO NEVES/MA. ORDENACAO NO OFICIO Nº 877/2024/DIETU/GSNINFRA. PROCESSO SEI Nº 72031.005634/2024-88.	MA	MUNICIPIO DE PAULINO NEVES	01562914000109	1.672.892,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	20ZV	4	40	130141000012024NE001064	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 021860/2024	MA	MUNICIPIO DE TUNTUM	06138911000166	7.640.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000287	PAVIMENTACAO EM VIAS RURAIS NO MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE/MA	MA	MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE	06018568000116	1.432.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000290	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA/MA.	MA	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	01611836000195	1.500.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000295	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE PERITORO-MA	MA	MUNICIPIO DE PERITORO	01612537000175	3.629.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000308	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE BURITIRANA -MA.	MA	MUNICIPIO DE BURITIRANA	01601303000122	1.432.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000240	AQUISICAO DE PA CARREGADEIRA PARA O MUNICIPIO DE ANAJATUBA/MA.	MA	MUNICIPIO DE ANAJATUBA	06002372000133	477.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000247	PAVIMENTACAO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE SAO ROBERTO - MA	MA	MUNICIPIO DE SAO ROBERTO	01612348000100	4.775.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000262	AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICIPIO DE MIRADOR - MA.	MA	MUNICIPIO DE MIRADOR	06140818000196	668.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000265	AQUISICAO DE MAQUINA PARA O MUNICIPIO DE MILAGRES DO MARANHAO - MA.	MA	MUNICIPIO DE MILAGRES DO MARANHAO	01612319000130	477.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000274	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA APOIO A INFRAESTRUTURA PRODUTIVA	MA	MUNICIPIO DE BARAO DE GRAJAU	06477822000144	477.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000275	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE FERNANDO FALCAO/MA.	MA	MUNICIPIO DE FERNANDO FALCAO	01612667000108	4.775.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000276	AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA O MUNICIPIO DE SAO BENTO/MA	MA	MUNICIPIO DE SAO BENTO	06214258000177	1.432.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	80	530023000012024NE000305	FORTALECER OS INSTRUMENTOS DE GOVERNANCA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL VOLTADOS A INCLUSAO ECONOMICA SOCIO PRODUTIVA, TECNOLOGICA E, AMBIENTALMENTE SUSTENTAVEL. RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELA DEDUCAO DO PERCENTUAL DE 4,5% DO VALOR DE REPASSE DOS CONVENIOS EMPENHADOS NO EXERCICIO CORRENTE. EM CONFORMIDADE COM A AUTORIZACAO PUBLICADA NA PORTARIA Nº 1.801 DE 22/05/2024 E LEI 14.791 DE 29/12/2023. DESPACHO CGOF SDR SEI Nº 5534757	-	INST INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA A AGRICULTURA	00640110000118	15.048.923,38
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000298	ATENDER DESPESAS COM O PAGAMENTO DE TARIFAS NO AMBITO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 03/2023 , EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DA (SEI 5203779). PROCESSO: 59000.009973/2024-32	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	464.445,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000300	ATENDER DESPESAS COM O PAGAMENTO DE TARIFAS, NO AMBITO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 03/2023, EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DA (SEI N. 5201467) , PROCESSO: 59000.009905/2024-73	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	220.531,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000305	ATENDER DESPESAS COM O PAGAMENTO DE TARIFAS NO AMBITO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 03/2023 (CPS PADRAO), EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DA (SEI N. 5214350).	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	8.818,71
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000306	ATENDER DESPESAS COM O PAGAMENTO DE TARIFAS NO AMBITO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 03/2023 (CPS PADRAO), EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DA (SEI N. 5214350) .	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	558.000,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000312	ATENDER DESPESAS COM O PAGAMENTO DE TARIFAS NO AMBITO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 03/2023 (CPS PADRAO), EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DA (SEI 5222019).	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	649.440,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000314	ATENDER DESPESAS COM O PAGAMENTO DE TARIFAS NO AMBITO DO CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 03/2023 (CPS PADRAO, EM ATENDIMENTO AO DESPACHO DA (SEI Nº 5229158). PROCESSO: 59000.010641/2024-09	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	626.940,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000439	ATENDER DESPESAS NO AMBITO DO CPS Nº 03/2023, CONFORME DESPACHO DA SEI Nº 5232581. DESPESAS COM TARIFAS DE CONTRATOS DE REPASSE EMPENHADOS NA DATA DE 29/07/2024	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	265.500,00
4084	WEVERTON	LÍDER DO PDT	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	90	530001000012024NE000441	ATENDER DESPESAS NO AMBITO DO CPS Nº 03/2023, CONFORME DESPACHO DA SEI Nº 5208716. DESPESAS COM TARIFAS DE CONTRATOS DE REPASSE EMPENHADOS NA DATA DE 17/07/2024	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	580.500,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8420416543

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25599.77451-00

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4084	**WEVERTON**	LÍDER DO PDT	**202460110004**	2024	**53000**	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	**53101**	00SX	**4**	90	**530001000012024NE000442**	ATENDER DESPESAS NO AMBITO DO CPS Nº 03/2023, CONFORME DESPACHO DA SEI Nº 5222033. DESPESAS COM TARIFAS DE CONTRATOS DE REPASSE EMPENHADOS NA DATA DE 24/07/2024	-	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00360305000104	1.019.621,69
Total Geral																**255.995.451,78**

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8420416543

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Número de Verificação: **8420416543**

Resultado da verificação: Documento Autêntico

Documento: **ATA DE REUNIÃO DO PDT - CAS** baixar original

Signatários:

Nome	Compromisso	Tipo Autenticação	Assinatura Digital (.p7s)
Sen. Weverton	Autoria	App (SF/CD)	
Sen. Ana Paula Lobato	Autoria	App (SF/CD)	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25812.37678-60

CONGRESSO NACIONAL

LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024 – LEI nº 14.822/2024

ATA DA REUNIÃO DO UNIÃO BRASIL, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025.

Aos dezenove dias do mês de março do ano de 2025, às 15 horas, reuniu-se a Bancada de Senadores do União Brasil, sob a coordenação do Senador Efraim Filho, líder do partido, para fazer indicações à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) referentes às emendas apresentadas à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do inciso I do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Em seguida, cada membro da Bancada se manifestou sobre as sugestões e demandas recebidas e com os votos de cinco Senadores, a Bancada deliberou e aprovou as indicações à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), conforme planilha anexa.

Senador Efraim Filho
Líder do União Brasil

Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7787460047

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Indicações à CDR referentes às emendas apresentadas à Lei Orçamentária de 2024

Assinam eletronicamente o documento SF258123767860, em ordem cronológica:

1. Sen. Efraim Filho
2. Sen. Alan Rick
3. Sen. Professora Dorinha Seabra
4. Sen. Jayme Campos
5. Sen. Davi Alcolumbre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do União Brasil

NÚMERO SEQUENCIAL (Planilha CDR)	NÚMERO DA EMENDA	NE	VALOR EMPENHADO
67	202460110002	130141000012024NE001085	1.432.500,00
88	202460110003	540007000012024NE000518	1.912.356,00
93	202460110003	540007000012024NE000523	3.253.352,00
107	202460110003	540007000012024NE000669	2.726.532,00
116	202460110003	540005000012024NE000562	87.644,00
117	202460110003	540005000012024NE000563	17.345,00
118	202460110003	540005000012024NE000564	39.981,00
119	202460110003	540005000012024NE000565	75.001,00
120	202460110003	540005000012024NE000566	87.644,00
121	202460110003	540005000012024NE000567	32.659,00
122	202460110003	540005000012024NE000568	56.089,00
123	202460110003	540005000012024NE000569	235.006,00
124	202460110003	540005000012024NE000570	36.320,00
125	202460110003	540005000012024NE000571	146.648,00
126	202460110003	540005000012024NE000572	846.265,00
127	202460110003	540005000012024NE000578	17.237,00
128	202460110003	540005000012024NE000579	77.108,00
129	202460110003	540005000012024NE000580	150.863,00
130	202460110003	540005000012024NE000581	39.981,01
131	202460110003	540005000012024NE000582	87.644,00
132	202460110003	540005000012024NE000584	15.795,00
133	202460110003	540005000012024NE000744	21.997,00
134	202460110003	540005000012024NE000745	15.795,00
135	202460110003	540005000012024NE000755	18.896,00
136	202460110003	540005000012024NE000758	97.759,00
137	202460110003	540005000012024NE000763	87.644,00
138	202460110003	540005000012024NE000776	50.964,00
139	202460110003	540005000012024NE000777	18.896,00
140	202460110003	540005000012024NE000778	123.468,00
141	202460110003	540005000012024NE000779	47.303,00
142	202460110003	540005000012024NE000787	18.896,00
143	202460110003	540005000012024NE000788	32.136,00
144	202460110003	540005000012024NE000789	17.345,00
375	202460110004	530023000012024NE000213	4.775.000,00
Valor total indicado			**16.700.069,01**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25485.26337-53

CONGRESSO NACIONAL

LEI ORÇAMENTÁRIA de 2024
LEI nº 14.822/2024

ATA DE REUNIÃO DO PODEMOS

A Bancada do PODEMOS, sob a coordenação do Senador Carlos Viana, Líder da Bancada, considerando a necessidade de ratificação dos empenhos de programações oriundas de emendas de comissão, nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 01/2025, resolveu se manifestar pelo apoiamento dos empenhos das programações, conforme planilha anexa.

Manifestaram-se pelo apoiamento aos empenhos os membros da bancada signatários da presente ata.

Senador **CARLOS VIANA**

Líder do PODEMOS

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2679956254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25485.26337-53

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491021	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4549 DE 26062024 PROPOSTA 36000623888202400	ES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIANA	14587933000131	3.360.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491026	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4549 DE 26062024 PROPOSTA 36000623805202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11740219000143	533.978,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491027	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4549 DE 26062024 PROPOSTA 36000623773202400	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	15337701000198	1.051.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491455	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4591 DE 28062024 PROPOSTA 36000625183202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO MANTENINHA	12373674000110	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491457	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4591 DE 28062024 PROPOSTA 36000625181202400	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00282872000190	1.000.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491929	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623072202400EMENDA 60060003	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHAL	07918201000111	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491934	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623110202400EMENDA 60060003	PA	TERRA ALTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13866338000172	1.160.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491940	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623189202400EMENDA 60060003	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PARA	11850438000185	700.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491949	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623082202400 - EMENDA 60060003	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COSTA RICA-MS	13996218000190	700.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491951	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623413202400 - EMENDA 60060003	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	10474017000134	1.461.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491955	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623337202400 -EMENDA 60060003	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09555110000194	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491957	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623047202400 -EMENDA 60060003	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	11180067000171	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE491973	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4547 DE 26/06/2024 - PROPOSTA 36000623622202400 - EMENDA 60060003	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FREI INOCENCIO	11966243000103	340.022,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE492018	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4597 DE 01072024 PROPOSTA 36000625287202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBUQUIRA	11721277000120	472.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE492207	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4654 DE 01072024 PROPOSTA 36000626337202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERIQUITO	19180511000160	1.180.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE493279	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4715 DE 03072024 PROPOSTA 36000628496202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATHIAS LOBATO	14731032000171	334.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE494174	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4800 DE 04072024 PROPOSTA 36000631106202400	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPIRACA	21013754000156	1.000.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE494175	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4800 DE 04072024 PROPOSTA 36000631156202400	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COITE DO NOIA	11407477000102	209.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE494176	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4800 DE 04072024 PROPOSTA 36000631138202400	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07792137000175	2.151.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE494311	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4800 DE 04072024 PROPOSTA 36000631140202400	RN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11303093000140	3.360.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491515	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623079202400 CNES 6388450	ES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PANCAS	11125915000140	1.710.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491571	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623334202400 CNES 6396984	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11486972000154	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491572	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000624650202400 CNES 6506178	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00390877000136	1.041.997,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491577	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623699202400 CNES 6590993	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATEUS LEME	03704943000193	1.000.003,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491581	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623568202400 CNES 3538656	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11436319000180	783.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491583	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000624260202400 CNES 6546412	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERA FELIZ	14482595000173	93.239,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491585	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623071202400 CNES 6576117	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12280005000102	700.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491586	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623236202400 CNES 9023127	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11948192000189	759.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491587	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623093202400 CNES 6746632	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHAL	07918201000111	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491588	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623569202400 CNES 6049915	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE DO RIO	12051023000104	290.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491589	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623055202400 CNES 9531548	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	11180067000171	832.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491590	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623311202400 CNES 5697069	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11851575000134	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491591	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623331202400 CNES 7183038	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA DO ARAGUAIA	12652705000172	279.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491592	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623190202400 CNES 6731813	PA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PARA	11850438000185	700.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE492287	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4661 DE 01072024 PROPOSTA 36000626157202400 CNES 6544835	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11776849000178	518.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494348	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4805 DE 04072024 PROPOSTA 36000630228202400 CNES 2118513	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14716711000171	500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2679956254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25485.26337-53

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494388	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4809 DE 04072024 PROPOSTA 36000631147202400_CNES 6322433	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07792137000175	1.600.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494389	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4809 DE 04072024 PROPOSTA 36000631193202400_CNES 2786346	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPIRACA	21013754000156	629.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494390	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4809 DE 04072024 PROPOSTA 36000631146202400_CNES 2007037	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07792137000175	2.000.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494391	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4809 DE 04072024 PROPOSTA 36000631143202400_CNES 2003341	AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07792137000175	331.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE494456	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4809 DE 04072024 PROPOSTA 36000631142202400_CNES 6559689	RN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11303093000140	4.560.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110002	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	20ZV	4	40	130141000012024NE001309	CONFORME DESPACHO 1668 (SEI Nº 39631861), EMPENHO EM FAVOR DAPROPOSTA Nº 023198/2024, EMENDA 202460110002, PARA ATENDER INDICACAODO SOLICITANTE ZEQUINHA MARINHO - 4182.	PA	MUNICIPIO DE SENADOR JOSE PORFIRIO	05421110000140	1.709.450,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487979	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4492 DE 21062024 PROPOSTA 36000619493202400	RN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA	11500433000122	500.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE492109	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4642 DE 01072024 PROPOSTA 36000625332202400_CNES 6590047	MS	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000177	7.109.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE492348	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4683 DE 02072024 PROPOSTA 36000627106202400_CNES 6565301	ES	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000140	2.850.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110003	2024	54000	MINISTERIO DO TURISMO	54101	10V0	4	40	540007000012024NE000672	PROPOSTA 022953/2024, INDICACAO DOS LIDERES PARTIDARIOS DO SENADO FEDERAL (EDUARDO BRAGA - 2909, OMAR AZIZ - 3794, BETO FARO - 4266, JORGE KAJURU - 9206, EFRAIM FILHO - 4270, CARLOS PORTINHO - 4210, RODRIGO CUNHA - 4178, PLINIO VALERIO - 4137, ANA PAULA LOBATO - 4283, TEREZA CRISTINA - 4279, MECIAS JESUS - 4093). OFICIO Nº 220/2024 DO SENADO FEDERAL, PARECER Nº 16/2024/SAECO/SAI/CC/PR E DECISAO JUDICIAL NA ADPF 854 DO STF.	AL	MUNICIPIO DE MARAGOGI	12248522000196	2.142.241,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000286	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS RURAIS NO MUNICIPIO DE MAJOR SALES-RN	RN	MUNICIPIO DE MAJOR SALES	01612383000111	573.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000288	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS/RN.	RN	MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS	08088254000115	601.650,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000289	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE MUNICIPIO DE PARANA/RN.	RN	MUNICIPIO DE PARANA	08148454000116	573.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000298	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VACINAIS.	RN	MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS	08110439000189	573.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000299	PAVIMENTACAO EM ZONA RURAL NO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN	RN	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO	08144800000198	573.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000389	PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE RAFAEL FERNANDES-RN	RN	MUNICIPIO DE RAFAEL FERNANDES	08357675000102	573.000,00
4087	CARLOS VIANA	LÍDER DO PODEMOS	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530020000012024NE000390	PAVIMENTACAO EM AREA RURAL DO MUNICIPIO DE CANGUARETAMA/RN.	RN	MUNICIPIO DE CANGUARETAMA	08365017000154	573.000,00
Total Geral																59.188.580,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2679956254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF254852633753, em ordem cronológica:

1. Sen. Carlos Viana
2. Sen. Zequinha Marinho
3. Sen. Soraya Thronicke

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25001.21745-82

CONGRESSO NACIONAL

LEI ORÇAMENTÁRIA de 2024

LEI no 14.822/2024

ATA DE REUNIÃO DO REPUBLICANOS

A Bancada do REPUBLICANOS, sob a coordenação do Senador Mecias de Jesus, Líder da Bancada, considerando a necessidade de ratificação dos empenhos de programações oriundas de emendas de comissão, nos termos do artigo 3o, da Resolução no 01/2025, resolveu se manifestar pelo apoiamento dos empenhos das programações, conforme planilha anexa.

Manifestaram-se pelo apoiamento aos empenhos os membros da bancada signatários da presente ata.

Senador MECIAS DE JESUS

Líder do REPUBLICANOS

Senadora DAMARES ALVES

Recebido
25/03/25

Senador HAMILTON MOURÃO

Senador CLEITINHO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487285	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000621113202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRUTA DE LEITE	14585883000153	300.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487308	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000620975202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11346711000139	126.536,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487330	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000619828202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01155430000145	2.500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487333	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000620217202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19344044000167	400.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487428	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4485 DE 21062024 PROPOSTA 36000619038202400	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11094183000178	300.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487431	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4485 DE 21062024 PROPOSTA 36000618923202400	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERAFINA CORREA	11726967000171	250.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487432	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4485 DE 21062024 PROPOSTA 36000619091202400	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11940346000196	500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487435	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4485 DE 21062024 PROPOSTA 36000620289202400	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELDORADO DO SUL	10401625000119	900.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487437	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4485 DE 21062024 PROPOSTA 36000618905202400	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIBA	12391928000123	500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE490808	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4524 DE 25062024 PROPOSTA 36000621885202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11346878000108	500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE492540	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4688 DE 02072024 PROPOSTA 36000627317202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VERDELANDIA	13210353000168	300.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE488311	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000620960202400 CNES 6963447	DF	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000157	4.500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	31	257001000012024NE491505	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623465202400 CNES 6963447	DF	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000157	17.079.750,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE487393	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4495 DE 21062024 PROPOSTA 36000619558202400 CNES 6361803	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	11413650000185	3.500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491573	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623377202400 CNES 3121259	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14819606000168	300.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491574	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623445202400 CNES 6558240	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA FORMOSA	11333479000102	2.200.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE492106	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4642 DE 01072024 PROPOSTA 36000625505202400 CNES 2118270	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO	12136070000150	1.000.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460060003	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE492107	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4642 DE 01072024 PROPOSTA 36000625454202400 CNES 6572928	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARMO DO PARANAIBA - MG	11926064000134	200.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	22000	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	22101	20ZV	4	40	130141000012024NE001058	EMPENHO EM FAVOR DA PROPOSTA Nº 022257/2024	RS	MUNICIPIO DE MUCUM	88224712000135	399.190,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE486782	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4501 DE 21062024 PROPOSTA 36000619036202400 CNES 2221322	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000190	100.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488422	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619674202400 CNES 2776022	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13940171000142	100.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488432	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619108202400 CNES 9650105	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000190	150.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE488433	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4494 DE 21062024 PROPOSTA 36000619662202400 CNES 3963934	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13940171000142	100.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491401	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4586 DE 28062024 PROPOSTA 36000624970202400 CNES 3729559	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11358235000176	1.000.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491568	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623301202400 CNES 6214223	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17490085000136	300.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE491570	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4588 DE 28062024 PROPOSTA 36000623944202400 CNES 2108690	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SACRAMENTO	10547985000123	300.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE492373	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4683 DE 02072024 PROPOSTA 36000627732202400 CNES 6876277	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428122000108	500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE492499	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4693 DE 02072024 PROPOSTA 36000627897202400 CNES 6530435	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000190	750.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110001	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E90	3	41	257001000012024NE492597	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4698 DE 02072024 PROPOSTA 36000626820202400 CNES 5526507	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11350366000107	500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487342	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000618549202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PMLP	13539516000150	500.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE487350	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4481 DE 21062024 PROPOSTA 36000620619202400	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LASSANCE	11338725000100	450.000,00
4093	MECIAS DE JESUS	LÍDER DO REPUBLICANOS	202460110002	2024	36000	MINISTERIO DA SAUDE	36901	2E89	3	41	257001000012024NE490612	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4522 DE 25062024 PROPOSTA 36000622074202400	RS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11776182000103	500.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4093	**MECIAS DE JESUS**	LÍDER DO REPUBLICANOS	**202460110002**	2024	**36000**	MINISTERIO DA SAUDE	**36901**	2E89	**3**	41	**257001000012024NE490613**	EMPENHO PARA ATENDER A PORTARIA 4522 DE 25062024 PROPOSTA 3600622570202400	**RS**	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11425702000133	250.000,00
4093	**MECIAS DE JESUS**	LÍDER DO REPUBLICANOS	**202460110002**	2024	**36000**	MINISTERIO DA SAUDE	**36901**	2E89	**3**	41	**257001000012024NE512373**	EMPENHO DA PROPOSTA 3600063190620240 0 DA PT 6160 DE 18122024 EMENDA 60110002 ATENDENDO A SOLICITACAO DOS PARLAMENTARES 3898 2737 3020 3037 3042 2778 3963 3091 3991 3997 2712 4018 2442 4410 2762 2714 E 1407	**MG**	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11331925000131	150.000,00
4093	**MECIAS DE JESUS**	LÍDER DO REPUBLICANOS	**202460110004**	2024	**53000**	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	**53101**	00SX	**4**	40	**530020000012024NE000358**	PAVIMENTACAO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICIPIO DE ARROIO DO MEIO, RS	**RS**	MUNICIPIO DE ARROIO DO MEIO	87297271000139	2.101.000,00
Total Geral																**43.506.476,00**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro, Rogério Carvalho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Lucas Barreto, Weverton, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Registra-se que houve uma alteração na sequência da 4ª e da 5ª reuniões, sendo que a 4ª reunião foi realocada para as quinze horas e trinta minutos deste mesmo dia, conforme determinação da presidência da Comissão. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5372, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir os municípios paraenses ainda não atendidos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação que apresenta. **Resultado:** O relatório foi lido, ficando a deliberação adiada. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3903, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever o apoio público ao desenvolvimento do turismo cívico e a utilização das respectivas atividades na complementação da carga horária letiva da educação básica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2141, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para facultar às instituições de educação superior a adoção de critérios geográficos na seleção de estudantes." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pelo reconhecimento da prejudicialidade do PL nº 2117, de 2023, e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3113, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda apresentada. **Resultado:** Vista concedida a pedido do Senador Rogerio Marinho. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3490, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Exclui a área do Alto Corcovado dos limites do Parque Nacional da Tijuca." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 9, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos do PL nº 3.490/2024, que propõe a desafetação do Alto Corcovado do Parque Nacional da Tijuca." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 10, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater impactos e alternativas à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com Substituição Tributária (ICMS-ST) na venda de produtos a bordo (Buy on Board - BOB) em voos domésticos." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião da Comissão, ocorrida em dezessete de março do ano corrente, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/25

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza no dia 25 de março. Lembro que a 4ª reunião será específica para tratar do Orçamento. Então, nós vamos tratar da pauta, e depois faremos a reunião tratando das emendas ao Orçamento.

Comunico que foi apresentado à Comissão pedido de apoio da Vereadora Vânia Aparecida Vieira Couto ao Projeto de Lei nº 2.730, de 2024, que cria a Rota Turística Caminho do Integrante Italiano em Minas Gerais. A Vereadora solicita a designação de um Relator para o projeto, que visa a destacar a imigração italiana em cidades do sul de Minas Gerais.

Esta Presidência aproveita para destacar que encaminhou aos gabinetes de V. Exas. uma circular contendo todos os projetos que aguardam a designação de Relator para manifestação de interesse por parte dos nossos membros. Na verdade, eu até já fiz uma distribuição.

Informamos, ainda, que recebemos convite para o Festival das Cataratas, organizado pela De Angeli Eventos e Empreendimentos, em Foz do Iguaçu, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2025.

Considerado como um dos principais eventos de negócio no setor do turismo, reunindo profissionais, empresas e autoridades do Brasil e do exterior, o festival oferece um espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privilegiado para a formação de parcerias, expansão de redes e contatos para a promoção de produtos e serviços.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1. (*Pausa.*)

O item 1 é de Relatoria do Senador Beto Faro, que não está aqui presente, está na Casa.

Eu vou seguir para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, – Estatuto da Cidade, para assegurar o acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal;

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/08/2024, 03/09/2024,12/11/2024, 26/11/2024 e 10/12/2024

3. Em 18/11/2024, foi apresentado novo relatório;

4. Em 26/11/2024, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Uma vez que o relatório não foi lido, consulto o Senador Marcos Pontes para fazer uso da palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, bom dia a todos.

Se me permite, eu vou direto à análise do relatório.

Os incisos do Regimento Interno do Senado Federal estabelecem que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre as matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos municípios, a políticas relativas ao turismo e outros assuntos correlatos. O PL nº 2, de 2021, ao alterar o Estatuto da Cidade para assegurar o acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para visitação pública, é, portanto, objeto de análise desta Comissão.

De acordo com a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Ainda, conforme o texto constitucional, compete a esses entes federativos legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico.

O PL nº 2, de 2021, diz respeito à competência constitucional da União para legislar sobre direito urbanístico e para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, não havendo reserva de iniciativa em favor de outro Poder. Desse modo, não há ressalvas a fazer quanto à constitucionalidade da proposição em análise.

Não há, portanto, ressalvas a fazer quanto à juridicidade do PL nº 2, de 2021, que efetivamente inova o ordenamento jurídico do país.

Quanto ao mérito, entendemos ser uma iniciativa oportuna, uma vez que o acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública é um direito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão que deve ser garantido pela legislação. O contato com esses sítios estimula a conscientização e a educação ambiental. Além disso, ao disciplinar sua visitação, a proposição contribui para a geração de emprego e renda no entorno desses lugares.

Já houve, inclusive, iniciativas nesse sentido. Por exemplo, o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2017, que disciplina o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos, chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados e na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, mas foi arquivado no final da legislatura.

O PL nº 2, de 2021, transfere a tarefa de regulamentar o acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica e interesses para a visitação pública para a política urbana. Essa opção nos parece mais adequada, em face da diversidade e da multiplicidade de situações cuja previsão em lei federal seria praticamente impossível. Entretanto, entendemos ser oportuna a remoção da palavra "livre" do novo inciso a ser inserido no art. 2 da Lei 10.257, de 2001, porque acreditamos que essa expressão relativizaria o direito de propriedade.

Com relação à técnica legislativa, embora o PL nº 2, de 2021, observe o disposto na Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, é preciso corrigir a numeração dos incisos acrescidos aos arts. 2º e 42-B, da Lei nº 10.257, de 2001, em virtude das alterações ocorridas após a apresentação do projeto.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2021, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CDR

Dê-se nova redação ao inciso a ser inserido no *caput* do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 2, de 2021, renumerando-o como inciso XXI.

"Art. 2º.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XXI – acesso a montanhas, paredes rochosas, praias, rios, cachoeiras, cavernas e outros sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública." (NR)

EMENDA Nº – CDR

Renumere-se o inciso VIII a ser inserido no *caput* do art. 42-B da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 2, de 2021, como inciso IX.

Essa é a leitura do relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Relator, como é uma matéria nominal e nós temos um quórum baixo, eu queria que nós deixássemos em aberto a discussão ou aguardássemos até o final da reunião, para ver se nós temos condição de proceder à votação.

É um tema que já esteve em pauta por muito tempo, mas nós precisamos ter o voto, senão nós vamos ter prejuízo em relação ao texto.

Então eu vou prosseguir com a pauta...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir, se possível, uma inversão de pauta – para seguir na sequência aqui, o item 7 e o item 8 –, porque o item 7 é com relação ao Cristo Redentor; o item 8 é um requerimento para uma audiência pública, é relativo ao mesmo fato. E eu tenho um requerimento para colocar mais duas pessoas na audiência pública.

Então, se fosse possível passar para frente, aí a gente poderia seguir com a pauta. Porque eu acredito que, o requerimento sendo aprovado, vai ter uma audiência pública e não dará para votar hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Senador Rogério veio aqui retirar o requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ele retirou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k. Então, mantém.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Senador Rogério Carvalho retirou, entendendo que, se tiver alguma discussão ou audiência, pode ser feita na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mas ele veio comunicar essa gentileza para prosseguir a pauta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então tem que se retirar também o requerimento para colocar mais duas pessoas na audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vamos proceder.

Mas eu posso passar o item 7 para...

Não sei se o Senador Chico é Relator de alguma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não? (*Pausa.*)

Os próximos itens da pauta seriam inclusive de minha relatoria. Eu vou passar a Presidência.

Mas eu passo para a leitura do item 7, votamos e aí passo a Presidência para...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise do item 7 da... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim. Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3490, DE 2024

- Não terminativo -

Exclui a área do Alto Corcovado dos limites do Parque Nacional da Tijuca.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 26/11/2024, foi concedida vista à Senadora Augusta Brito;

2. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 10/12/2024.

3. Caso aprovado o requerimento, item 8 da pauta, o projeto fica sobrestado até a realização de audiência pública.

Autoria dos Senadores Carlos Portinho, Flávio Bolsonaro e Romário.

E, sendo aprovado o requerimento, o item 8, que, na verdade, já foi retirado... da audiência pública.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo à análise, nos termos dos incisos VII e VIII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre políticas relativas ao turismo e outros assuntos correlatos.

Considerando que a apreciação terminativa da matéria caberá à Comissão de Meio Ambiente, que verificará os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, cabe a esta Comissão apenas a análise do mérito.

A alteração dos limites do Parque Nacional da Tijuca, proposta pelo PL 3.490, de 2024, objetiva devolver à Arquidiocese do Rio de Janeiro, hoje representada pela Mitra Arquiepiscopal, o domínio pleno da área do Alto Corcovado, que abriga o complexo do Cristo Redentor.

Primeiramente, é importante destacar que a área objeto do projeto – composta pela estátua, pelo santuário localizado em sua base e pela respectiva infraestrutura de acesso – representa menos de 0,02% da área total do parque e não engloba florestas, obviamente, ou vegetação nativa, não comprometendo, portanto, a finalidade da unidade de conservação sob a gestão do ICMBio.

Trata-se de área de uso turístico e religioso, de grande valor cultural e simbólico não apenas para a cidade do Rio de Janeiro, mas para todo o país. E, apesar de o direito de gerenciar o Santuário Cristo Redentor ter sido concedido pela União à Arquidiocese do Rio de Janeiro na década de 1930, o acesso à estátua bem como a administração do platô onde ela se localiza, são realizados pela autarquia federal.

Hoje, a igreja precisa da autorização do ICMBio para as decisões mais cotidianas relativas à administração do santuário, como a celebração de missas, casamentos, batizados e ações culturais. Segundo informado pela própria arquidiocese, religiosos do Rio de Janeiro, juntamente com fiéis e convidados que participam das cerimônias, têm tido dificuldades de acesso ao santuário, sendo muitas vezes barrados por funcionários do parque.

Além disso, são inúmeros os relatos, inclusive na imprensa, de falta de manutenção e modernização das estruturas do monumento, que é um dos pontos turísticos mais importantes do país. O Cristo Redentor é considerado uma das sete maravilhas do mundo moderno e recebe cerca de 3 milhões de visitantes todos os anos, oriundos de todos os lugares do mundo. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entanto, apesar da enorme receita gerada por esse grande contingente de turistas, o local possui equipamentos de apoio obsoletos e degradados. As escadas rolantes que dão acesso ao platô, por exemplo, ficaram inoperantes por três meses em 2019. O espaço destinado à circulação dos visitantes também não possui a acessibilidade adequada para pessoas com deficiência e ficou por três anos sem banheiros. Não há opções de alimentação para o público e, até o ano passado, não havia sequer água disponível no local. Apesar dos esforços da igreja para melhorar as condições do espaço, essa função tem sido dificultada pela relativização da sua autoridade na gestão do santuário.

Por todo o exposto, consideramos a iniciativa necessária e oportuna, tanto para o cumprimento do princípio inviolável do livre exercício de cultos religiosos, garantido pela Constituição Federal, quanto para proporcionar melhorias na infraestrutura turística e nas condições de uso e visitação do próprio Cristo Redentor, símbolo nacional e um dos maiores cartões postais do país.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 3.490, de 2024. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e o parecer desta Comissão vai à Comissão de Meio Ambiente. (*Pausa.*)

Eu peço ao Senador Marcos... Tem que sair?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então eu queria pedir ao Senador Chico Rodrigues que pudesse só assumir a Presidência para eu fazer a leitura do item 3. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3903, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever o apoio público ao desenvolvimento do turismo cívico e a utilização das respectivas atividades na complementação da carga horária letiva da educação básica.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura - CE, em decisão terminativa.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

De início, salientamos que, sob a perspectiva econômica, a promoção do turismo cívico já é objeto do Programa Conheça o Brasil: Cívico, do Ministério do Turismo, lançado em novembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2023. A iniciativa é uma parceria dos Ministérios do Turismo e da Educação com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal para o desenvolvimento de roteiros e experiências envolvendo monumentos ícones da democracia do Brasil.

Conforme noticiado, o programa tem como público-alvo estudantes, professores e pesquisadores de todo o país e, de acordo com o Ministro do Turismo, Celso Sabino, "é um projeto-piloto, que vai funcionar em outras regiões do Brasil onde houver também um contrafluxo do movimento turístico".

Dessa forma, a inclusão do incentivo e da difusão do turismo cívico em articulação com os estabelecimentos de ensino como objetivo do PNT tem o condão de facilitar o desenvolvimento de iniciativas similares...

Gente, a mesa está conversando muito. (*Pausa.*)

Dessa forma, essa inclusão... No âmbito da legislação educacional, o cômputo das atividades relacionadas ao turismo cívico como complementação da carga horária também mostra concordância com a norma vigente. A LDB determina que os currículos da educação básica tenham base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, com fundamento nas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Os respectivos conteúdos curriculares observarão como uma de suas diretrizes a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e aos deveres dos cidadãos, ao respeito ao bem comum e à ordem democrática – art. 27.

Nesse sentido, a proposição corretamente determina que iniciativas de turismo cívico para estudantes devem figurar no projeto pedagógico da escola e, ao mesmo tempo, devem ser ofertadas por uma instituição idônea. Pela leitura combinada dos dispositivos reproduzidos no PL 3.903, de 2020, verifica-se que resta preservada a autonomia da instituição de ensino na elaboração do seu currículo escolar.

Finalmente, considerando que a proposição não cria a obrigação de as instituições de ensino implementarem atividades relacionadas ao turismo cívico, é razoável que a sua aprovação não signifique interferência indevida no planejamento definido pelo Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.903, de 2020, uma vez que não resulta em impacto orçamentário-financeiro.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, é favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2141, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para facultar às instituições de educação superior a adoção de critérios geográficos na seleção de estudantes.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura - CE, em decisão terminativa.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – O PL 2.141, de 2021, ao facultar às instituições de educação superior a adoção de critérios de origem geográfica nos processos seletivos para o acesso a seus cursos como ação compensatória direcionada ao desenvolvimento regional, é, portanto, objeto de análise desta Comissão.

De fato, a criação do Sisu pelo MEC aumentou a mobilidade interestadual no acesso à educação superior. Apenas como ilustração, pode-se apontar o levantamento feito pelo Ministério da Educação com dados do Sisu de 2013, que indicou que, no primeiro processo seletivo do ano, 13% dos classificados pelo sistema, ou mais de 15 mil estudantes, iriam estudar em universidades públicas de estados diferentes daqueles de sua origem. No caso dos cursos de Medicina, que figuram entre os mais disputados, quase metade dos aprovados eram migrantes.

A forma de seleção pelo Sisu traz diversas vantagens, pois faculta aos candidatos mais bem colocados a escolha de cursos em instituições públicas de educação superior de todo o país, sem que seja preciso recorrer à onerosa e impraticável tentativa de prestar exames em várias instituições. Contudo, conforme já se afirmava no parecer preliminar apresentado nesta Comissão, a tendência é que uma parcela significativa dos recém-formados retorne a seus estados de origem. Isso tem levado algumas universidades a adotarem medidas afirmativas de cunho regional, particularmente mediante a concessão de bônus a estudantes do respectivo estado ou de municípios mais próximos do *campus* pleiteado. Essa é uma medida que, se adequadamente aplicada, pode conciliar os benefícios trazidos pelo Sisu com diretrizes de desenvolvimento regional fundamentadas na fixação de profissionais mais qualificados nas regiões que investiram em sua formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 2.141, de 2021, explicita essa possibilidade e traz, portanto, segurança jurídica para as instituições de educação superior que desejem adotar critérios de origem geográfica em seus processos seletivos como ação direcionada ao desenvolvimento regional.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Vou fazer a inversão de pauta.

O próximo projeto seria o Projeto de Lei nº 2117, de 2023, de autoria do Senador Cid Gomes. Para conhecimento de todos, é um projeto que visa incluir a Bacia Hidrográfica do Rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Havendo a inversão de pauta, eu passo ao item 6, que tem como Relatora a Senadora Professora Dorinha Seabra.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3113, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Arborização Urbana, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana, e dá outras providências.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com a emenda apresentada.

Observações:

1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O projeto de lei visa estabelecer um marco legal para a implementação de políticas públicas voltadas à arborização urbana em todo o Brasil. O Senador Efraim Filho apresenta um argumento convincente sobre a importância da vegetação urbana tanto do ponto de vista ecológico quanto do ponto de vista socioeconômico.

A urbanização acelerada tem causado diversos problemas ambientais, como enchentes, poluição e formação de ilhas de calor. A introdução e a manutenção de árvores em áreas urbanas podem atenuar também esses problemas. As árvores não só melhoram a qualidade do ar, mas também ajudam na gestão das águas pluviais, reduzem a poluição sonora e contribuem para a regulação climática.

Do ponto de vista social, a vegetação urbana pode ter um impacto significativo na redução da criminalidade e da violência doméstica, além de promover o bem-estar, a concentração e a produtividade. As árvores também protegem a fauna urbana, proporcionando abrigo, alimento, rotas migratórias para diversas espécies.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economicamente, a presença de árvores em áreas urbanas pode trazer uma série de benefícios, entre eles, a valorização das propriedades, a redução do consumo de energia elétrica nas edificações, a diminuição do custo de manutenção do asfalto e a possibilidade de atrair mais investimentos.

Apesar de todos esses benefícios conhecidos, a presença de árvores nas cidades brasileiras ainda é insuficiente, devido a lacunas nas políticas públicas e conflitos entre as legislações urbanas e ambientais. Portanto, a criação de um marco legal para a arborização urbana é crucial para o desenvolvimento sustentável das nossas cidades.

A proposição estabelece diretrizes e instrumentos para proteger e promover a arborização urbana e incentiva a profissionalização da arboricultura e o aumento do volume de recursos destinados à gestão da vegetação urbana. Essas medidas, em conjunto, podem levar a uma melhora significativa na qualidade de vida das cidades brasileiras.

Consideramos, entretanto, inadequado o emprego do direito penal como instrumento de implementação da lei. Eventuais comportamentos nocivos poderão ser coibidos por sanções administrativas que venham a ser estabelecidas pelos municípios. Nesse sentido, apresentamos uma emenda destinada a suprimir os arts. 40, 41 e 43 do projeto, que introduzem novos tipos penais e alterações na Lei de Crimes Ambientais.

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.113, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDR

Suprimam-se os arts. 40, 41 e 43 do Projeto de Lei nº 3.113, de 2023.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Após a deliberação na Comissão de Desenvolvimento Regional, a matéria será apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo posteriormente à Comissão de Meio Ambiente.

Concedo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não está em discussão, Sr. Presidente? Em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Em discussão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Ah, o.k. Quero discutir.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Exa. e quero saudar aqui a nossa Relatora, a Senadora Dorinha.

Quanto ao projeto, eu tive a oportunidade de me debruçar sobre ele ontem, Senadora. Esta semana é uma semana um pouco menos ativa aqui no Parlamento, e este é um projeto extremamente meritório, porque trata de um assunto que é caro a todos nós, que é a questão da arborização, da melhoria das condições climáticas das cidades, da área urbana de todo o território nacional.

Entretanto, Senadora, eu tenho uma preocupação – e aí eu vou pedir a V. Exa. a vênia para pedir vista do projeto e conversar com a senhora – pela questão da obrigatoriedade deste plano com cidades acima de 20 mil habitantes, até pela paridade com o que aconteceu com a questão dos resíduos sólidos nas cidades brasileiras. Então, nós tivemos aqui uma intenção extremamente meritória na época também – e continua meritória, é importante – de obrigarmos os municípios a fazerem os seus planos de manejo, a estabelecerem consórcio. Aqui está me acompanhando o Prefeito Ricardo, de Pureza, que é uma cidade extremamente importante do nosso estado e que tem um olheiro – e por isso lá é chamado de Pureza –, uma água cristalina maravilhosa lá, que é um atrativo turístico da cidade. E a preocupação é que os municípios, infelizmente, passados quase 20 anos, ou 15 anos, se não estou enganado, dessa obrigatoriedade, não tiveram as condições técnicas, a condição necessária para fazer frente a essa necessidade – considero, sim, que é uma necessidade. Então, a minha preocupação é com a obrigatoriedade, Senadora, porque isso, inclusive, determina que esses municípios terão dificuldades de alocar recursos para projetos nessa direção. A gente terminaria dando um *input* negativo nesses municípios se eles não cumprirem este projeto de manejo florestal urbano. E a minha preocupação... Eu queria conversar com a senhora com mais calma – por isso, eu pediria vênia para pedir vista – para ver se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue, mantendo o projeto, estimular os municípios a fazerem essa ação sem necessariamente penalizá-los caso eles não consigam, não porque eles não queiram fazer, mas porque pode ser que eles não tenham, diante de tantas obrigatoriedades, as condições necessárias para se debruçar sobre o assunto como ele merece.

Alinhando-me com V. Exa. e com o Senador Efraim, eu vou pedir vista e pedir, inclusive, uma audiência com a senhora para ver se a gente consegue chegar a um bom termo aí nesse artigo em especial.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A Senadora já fez a leitura, houve a manifestação do Senador Rogerio Marinho. Então, vista concedida até a próxima semana.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Estou à disposição para conversar. Eu acho que, obviamente, assim como... Eu penso que a gente precisa realmente fazer uma indução e talvez, inclusive, pensar em política pública de apoio, porque nenhum município em sã consciência deixa de fazer se tiver apoio e condição. Estou à disposição, lógico.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Continuando a sessão da CDR, indago ao Plenário se podemos incluir um requerimento, extrapauta, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Todos de acordo.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 10, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater impactos e alternativas à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com Substituição Tributária (ICMS-ST) na venda de produtos a bordo (Buy on Board - BOB) em voos domésticos.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, autora do requerimento.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, uma audiência pública com o objetivo de debater impactos e alternativas à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com Substituição Tributária (ICMSST) na venda de produtos a bordo (*buy on board*) em voos domésticos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil); representante do Ministério do Turismo; representante da Secretaria de Aviação Civil; representante das secretarias estaduais de fazenda; representante do conselho com os secretários de fazenda dos estados (Confaz); representante das companhias aéreas interessadas na venda de produtos a bordo.

A venda de produtos a bordo em voos domésticos representa uma demanda relevante do setor aéreo nacional. A implementação do sistema de vendas a bordo tem o potencial de reduzir os custos do fornecimento gratuito de alimentação e de outros produtos.

Existem algumas companhias que têm realizado a venda de alimentos e de outros produtos a bordo. Então, nós queremos discutir esse tema, Sr. Presidente, para tratar de possíveis deliberações acerca desse tema, através da solicitação feita por companhias e outras entidades.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A votação será simbólica.

Em votação o requerimento da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Presidente de fato, a Senadora Professora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – O item 8 é o Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 9, que requeria audiência pública para discutir o impacto do Projeto nº 3.490, de 2024. Esse item está prejudicado, porque foi retirado pelo seu autor, o Senador Rogério Carvalho.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos do PL nº 3.490/2024, que propõe a desafetação do Alto Corcovado do Parque Nacional da Tijuca.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Observações:

1. Caso aprovado o requerimento, fica sobrestado o PL 3490/2024 até a realização de audiência pública.)

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 17/03/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião... Quanto à reunião da deliberação das emendas, a reunião não foi concluída ainda – foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluída uma, mas... Apesar de ter lido e de ter sido enviada uma correspondência para todos os Senadores, muitos Senadores ainda não enviaram a sua confirmação de emendas, e nós temos mais de 70 emendas em aberto. O prazo foi encerrado na sexta-feira, e nós vamos realizar ainda hoje uma reunião extraordinária sem...

Qual é o horário? (*Pausa.*)

Às 15h30.

Aquelas emendas que não tiverem o seu apoiamento confirmado pelos Líderes serão canceladas.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, a 5ª Reunião

E a 4ª Reunião fica convocada para as 15h30.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Ivete da Silveira e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Alessandro Vieira, Eduardo Girão, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Teresa Leitão, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Laércio Oliveira e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eleição da Mesa da Comissão para o biênio 2025/2026. Resultado: Instalada a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eleito, por aclamação, o Senador Zequinha Marinho Presidente da Comissão para o biênio 2025/2026. Observação: houve alteração da composição durante a Reunião de instalação e eleição do Presidente da CRA. Usam da palavra as Senadoras Ivete da Silveira e Tereza Cristina e os Senadores Luiz Carlos Heinze, Efraim Filho, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Flávio Arns e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os presentes, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à eleição da Mesa Diretora para o biênio 2025-2026.

Até o momento foi recebida a seguinte indicação: para a Presidência, Senador Zequinha Marinho.

Indago dos Srs. Senadores se há outras chapas a serem indicadas. (*Pausa.*)

Inexistindo outras chapas, consulto o Plenário se, havendo acordo, podemos proceder à eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovado o Senador Zequinha. (*Palmas.*)

Declaro eleito Presidente, por aclamação, o Senador Zequinha Marinho.

A deliberação da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal.

Convido o Senador eleito para ocupar o seu lugar à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Bom dia a todos. Obrigado pela presença.

Quero cumprimentar a todos os colegas Senadores, cumprimentar os assessores, cumprimentar a imprensa, agradecer à Senadora Ivete e invocar aqui a bênção de Deus.

Minha querida Senadora Tereza, a senhora vai ser a nossa professora aqui para nos ajudar, juntamente com todos os colegas, na condução desse trabalho.

Vou fazer rapidamente um pequeno pronunciamento, que tenta dizer um pouco daquilo que pensamos com relação a esta Comissão e do compromisso que temos com o trabalho que faz parte das suas atribuições.

Para mim é bastante significativo e oportuno a Presidência desta Comissão ter sido confiada a mim, um Parlamentar lá da Amazônia – como muitos aqui –, do Estado do Pará, futura sede da COP 30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano, o Brasil se torna o centro de todas as atenções mundiais em relação às mudanças climáticas e aos desafios para superar este problema.

Sentado aqui, nesta cadeira de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, terei a oportunidade de contribuir com o estímulo e o fortalecimento das medidas que apontam para uma produção sustentável, algo que já é feito aqui neste país e que pode avançar ainda mais.

O mundo precisa conhecer não apenas a força do nosso agro, que garante ao Brasil a posição de um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas também deve conhecer e reconhecer os avanços que os nossos produtores rurais têm feito para alcançar bases produtivas mais sustentáveis.

Além do seu papel fundamental para garantir a sustentabilidade da produção, o agro brasileiro tem uma importância basilar para a nossa economia.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, o PIB do agronegócio deve crescer em 2025, mas os cenários externos e internos, política fiscal, câmbio, inflação, taxa Selic são desafiadores para os produtores rurais do nosso país. A CNA avaliou que o avanço do PIB, que pode chegar a 5% em 2025, será impulsionado pelo aumento da produção primária agrícola, com destaque para os grãos, e pelo crescimento da agroindústria e insumos, da mesma forma para a exportação.

Neste ano, o valor bruto da produção está estimado em R$1,34 trilhão, o que representa um leve aumento de 0,3 em relação ao ano anterior. O resultado é puxado pela receita agrícola de R$886,55 bilhões, mesmo com redução projetada de 2,5%. Já a receita pecuária deve crescer 6,2%, atingindo R$453,3 bilhões.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, a estimativa para a safra de grãos 2024-2025 é de um recorde de 322,53 milhões de toneladas, alta de 8,2% ou 24,6 milhões de toneladas em relação à safra 2023-2024. A projeção reflete uma pequena elevação na área plantada de mais ou menos 1,9% e a recuperação produtiva média.

Para ajudar nesse cenário, vamos caminhar com todos os projetos que estão na pauta da Comissão. São 75 projetos que tratam basicamente de regularização fundiária, um programa que tem que avançar no Brasil. Não dá para passar a vida toda falando disso sem tomar medidas para que a regularização fundiária aconteça efetivamente, principalmente na Região Norte.

A agricultura familiar é um sucesso do meio do Brasil até o sul, mas para o norte ainda é muito carente, não é, minha Senadora? Muito difícil. O meu estado precisa avançar muito, mas muito mesmo, e nós vamos trabalhar para que isso aconteça.

Crédito rural nem sempre suficiente e às vezes burocrático também, o que impede o acesso de muita gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Licenciamento ambiental, que está parado aqui na CMA e que precisa andar. Temos que modernizar, temos que agilizar, porque certamente ele mexe com a economia do país, não só do agro, mas de todos os setores produtivos.

E recomposição de áreas rurais degradadas. A gente tem que ter a responsabilidade de usar muito bem a terra, até para não avançar sobre desmatamento. À medida que a gente aprende a reutilizar a terra, revitalizar essa terra, ocupar todas essas áreas que estão aí já se degradando, em grande parte da pastagem, a gente produz mais, dá mais alimento e sustenta o avanço do... Digo melhor: impede o avanço do desmatamento.

Falando em recomposição, apresentei nesta semana o Projeto de Lei nº 514, de 2025, que dispõe sobre a conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuários e florestais sustentáveis. A proposta altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. A ideia é incluir no rol das diretrizes dessa política o estímulo à conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuários e florestais sustentáveis. O projeto também altera o art. 48 desta lei, a fim de estabelecer que o crédito rural tenha condições favoráveis para projetos de conversão. O Brasil possui aproximadamente 177 milhões de hectares de pastagens cultivadas, dos quais cerca de 109,7 milhões de hectares, ou seja, 60% disso, apresentam algum nível de degradação. Dessas áreas degradadas, aproximadamente 28 milhões de hectares possuem um alto potencial para a implantação de culturas agrícolas, o que poderia resultar em um aumento de 35% na área total plantada em grãos em relação à safra 2022-2023.

A implementação de sistemas integrados, tais como a integração lavoura-pecuária-floresta, apresenta-se como uma estratégia eficaz para a recuperação de pastagens degradadas. Esses sistemas promovem a diversificação da produção, melhoram a eficiência no uso de recursos naturais e contribuem para a sustentabilidade ambiental. Além disso, a adoção de práticas como o plantio direto, a rotação de culturas e o manejo adequado do pasto são fundamentais para garantir o sucesso na conversão dessas áreas. Estudos apresentam que a recuperação de pastagens degradadas pode exigir investimentos, investimentos significativos, entretanto, os benefícios ambientais e econômicos resultantes disso justificam os custos.

A conversão de pastagens degradadas também representa uma oportunidade econômica significativa para o país. Estados como o meu Estado do Pará, o Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais concentram as maiores áreas com potencial para conversão, totalizando milhões de hectares. A utilização dessas áreas para o cultivo de grãos e outras culturas para uma pecuária mais intensiva e sustentável pode aumentar a produção agropecuária nacional sem a necessidade de novos desmatamentos, contribuindo para a segurança alimentar e para o fortalecimento da economia. Além disso, a recuperação dessas áreas pode gerar emprego, promover o desenvolvimento regional e posicionar o Brasil como líder em práticas agrícolas sustentáveis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Estão pedindo a palavra pela ordem. É o Tchê? Por favor, Tchê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, a nossa professora. Gostei da prioridade.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Muito obrigada, meu querido amigo, Senador Zequinha Marinho, mas você que é meu professor. Essa conversa de que eu sou professora, foi você que já me deu muita aula aqui no Senado Federal.

Quero cumprimentar, de maneira muito especial também, o nosso Senador, querido amigo Alan Rick e o Efraim.

Alan Rick, primeiro, quero falar da sua passagem por esta Comissão, como a de outros que passaram por aqui. Parabéns! Eu tive a oportunidade de tê-lo como Presidente desta Comissão. Vi o esforço e como você fez com que os projetos tramitassem aqui de maneira rápida, célere, que não ficassem parados, que fossem votados. Eu acho que isso fez com que esta Comissão voltasse a ser muito produtiva. Então, parabéns pelo seu trabalho extraordinário à frente desta Comissão.

Eu tenho certeza de que, com o Senador Zequinha Marinho, vai acontecer da mesma maneira. Eu estou vendo aqui o Vanderlan, que fez isso lá na CAE, que também foi uma Comissão de produtividade altíssima. É disto que nós precisamos: debater e colocar para votar os projetos que chegam às Comissões.

Zequinha, este ano, esta Comissão vai ter um papel importantíssimo. Você falou, na sua fala, no seu discurso, sobre a COP 30, que vai acontecer no seu estado. A COP 30, que está sendo chamada de COP da floresta, não pode ser a COP do desmatamento. Ela tem que ser a COP que trate a agricultura brasileira como uma agricultura tropical sustentável.

A nossa agricultura é a mais sustentável do mundo. Pode ter alguém que chegue perto, mas não tem como a nossa. E eu não estou falando isso por falar, não, para ser ufanista, para dizer que nós somos..., mas porque, há 50 anos, nós transformamos essa nossa agricultura, que não existia, fomos para um caminho de agricultura sustentável, de uma agricultura tropical, com tecnologias próprias do Brasil.

Então, este ano, esta Comissão vai ter um trabalho... Além dos projetos que aqui estão para serem votados, como o de licenciamento ambiental, que é da minha relatoria – e eu quero dizer que ele está pronto para votar.... Não é por conta desta Comissão. O Presidente Alan Rick me chamou várias vezes. O problema é que nós temos dois Relatores em Comissões diferentes. E se nós não nos acertarmos, não convergirmos na grande maioria dos pontos, será uma dificuldade votar dois relatórios completamente diferentes no Plenário no mesmo dia. Então, é essa a nossa dificuldade, nas nós estamos caminhando com o Senador Confúcio para que... Hoje nós já dirimimos muitas divergências – e nem é divergência, mas ponto de entendimento. Nós precisamos de uma lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moderna, de uma lei ágil, mas que proteja o meio ambiente, e o Brasil é campeão também na proteção. O Brasil é campeão não só na agricultura, mas também na proteção do meio ambiente.

Então, esse projeto está pronto. Assim que... Eu já pedi ao Senador Davi que a gente sente para achar o caminho para poder votá-lo o mais rapidamente, porque realmente é um projeto que tem emperrado as licenças não só da agricultura, mas, muito mais, de cidades, da infraestrutura, enfim, projetos que não estão só na agricultura. Aliás, o capítulo da agricultura nesse projeto é muito pequeno.

Bom, o outro ponto em que você tocou são terras degradadas. No Brasil – você falou aí dos muitos estados que as têm –, já vem fazendo muito o Projeto ABC, mas nós precisamos de recursos. E você também tocou num ponto importantíssimo, o crédito, que é outra preocupação que esta Comissão precisa começar a debater, Senador Heinze, pois com os juros altos a subvenção fica muito grande, porque a agricultura não aguenta ter juros de mais de 8% para os grandes, os pequenos precisam ter 2%, 1%. Enfim, quanto menor mais apropriado para as nossas atividades, porque nós temos uma indústria a céu aberto e não temos seguro rural, que é um outro projeto que nós precisamos também votar, aprovar e resolver, o seguro, que não vai ser resolvido de uma vez por todas, mas nós precisamos criar a cultura do seguro, todo mundo fazer seguro, porque senão daqui a pouco nós não teremos mais nenhum tipo de seguro neste Brasil, porque o Proagro já teve um corte no ano passado, então, até aqueles que tinham seguro obrigatório hoje tiveram uma diminuição do seguro rural dos pequenos produtores rurais.

Então, eu não vou aqui me alongar, todo mundo aqui, tenho certeza, quer fazer uma fala, mas quero parabenizá-lo e dizer que estou à sua disposição para trabalharmos os temas importantes. E eu estou trabalhando um projeto de sua autoria que está na CMA (Comissão de Meio Ambiente), que é o projeto da reciprocidade, em que você é o autor e eu sou a Relatora. Um projeto em que você, lá atrás, parecia que estava adivinhando o que iria acontecer no mundo e nós estamos vendo aí, nos últimos 30 dias, o comércio internacional. Começamos a trabalhar esse projeto por causa das retaliações ou das salvaguardas que os nossos produtos precisavam por conta das barreiras sanitárias, ambientais e comerciais que a Europa coloca sobre os nossos produtos e agora nós temos aí os Estados Unidos também tratando desse assunto. Então, é um projeto atualíssimo, nós precisamos debatê-lo, fazer com que seja votado na CMA, que ande rapidamente pelas Comissões e que vá para Plenário para que a gente possa fazer a proteção do comércio externo dos nossos produtos.

Então, era isso, sucesso, sucesso, sucesso e muito trabalho nesta Comissão neste ano!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Temos aqui já o Senador Efraim, depois o Senador Vanderlan. (*Pausa.*)

Bagattoli...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma fala bem rápida, uma breve saudação, até como convidado seu e da Tereza para integrar também a frente parlamentar do agro, a nossa FPA, da qual já era membro desde a Câmara dos Deputados, mas aqui no Senado, hoje, a gente inicia com a reunião da diretoria, então, já fazendo esse registro. Vamos estar aqui na CRA prontos e preparados para somar com o Bagattoli, com o Heinze, com o Arns e com todos aqueles que têm no agro um verdadeiro motor da economia brasileira.

Uma última palavra dirigida ao Alan Rick, que é da nossa bancada e representou o União Brasil na Presidência desta Comissão no ano anterior, no biênio anterior. Alan, existem testemunhos que valem mais do que imagens, e as palavras que nós ouvimos aqui são testemunhos do belo trabalho que você fez, dedicado, comprometido, trouxe pautas importantíssimas, foi capaz de superar verdadeiros desafios, pautas polêmicas, que você, com muita habilidade, serenidade e equilíbrio na condução da Comissão, conseguiu trazer a sua aprovação, o que foi muito importante para a agenda do agro no Brasil. Parabéns, Alan, pelo trabalho!

Zequinha, boa sorte...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... sucesso nessa missão. Só lhe desejo boa sorte, porque conhecimento você tem de sobra.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigadão.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ligou aqui ou não ligou? Ligou.

Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Eu quero iniciar, (*Fora do microfone.*) Presidente eleito, Zequinha, com os meus cumprimentos. Cumprimento aqui o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quero agradecer, Senador, pela condução de V. Exa. à frente desta Comissão. Conduziu-nos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem, eu como membro... Com certeza, está deixando um legado de trabalho, de participação, de valorização de todos os membros desta Comissão.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Amigo Efraim, meus cumprimentos a V. Exa.. A gente sempre tem que frisar isso e falar, Senador Jaime, que o Senador Efraim foi e vai ser reconhecido. Embora alguns levem a questão da reforma tributária como uma coisa ruim, que bom que foi aprovada – graças à sua condução à frente do grupo de trabalho na CAE.

Então, como ex-Presidente, quero aqui, de público, falar o quanto V. Exa. foi importante como coordenador daquele grupo, de que fez parte também o Senador Zequinha, que hoje é Presidente da CRA.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pequeno aparte: ser coordenador do grupo de trabalho que teve à frente a Presidência de V. Exa. facilitou muito o meu trabalho.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Efraim.

Quero cumprimentar V. Exa., Senador Zequinha, por esta Presidência, os meus pares aqui presentes, os Senadores.

Senador Zequinha, esta Comissão pode ter certeza de que é uma das Comissões mais importantes aqui do Senado Federal, porque a agricultura neste país – nós falamos de boca cheia – é o que carrega essa economia, o que gera emprego, o que gera renda, e, no momento agora em que V. Exa. assume esta Presidência, passa por dificuldades.

A Senadora Tereza foi muito feliz na fala dela, quando disse da questão dos juros, que estão muito altos no nosso país, para toda a agricultura, para o comércio, para a indústria, para a área de serviço. Está humanamente impossível hoje um cidadão, uma cidadã que tem a sua empresa, o seu negócio, buscar recursos para gerar mais emprego e renda.

V. Exa. é conhecedor desta matéria a fundo – até eu considero que nós começamos a discussão –, que é a reforma agrária. Há uma imagem sobre a reforma agrária, sobre os nossos assentamentos que houve na década de 70, 80, principalmente na região que V. Exa. representa, o nosso Estado do Pará; mas, à época, o Governo incentivou... Nós temos que falar isto direto – e eu tenho certeza de que intensificar essa fala e essa discussão, através de audiências públicas –: foi incentivada pelo Governo a ocupação da Amazônia legal, começando por Barra do Garças, em Mato Grosso, e se estendendo até o Estado do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia. Incentivava! E mais: as pessoas que foram para lá, de toda parte do Brasil, acreditaram que era coisa séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente está vendo hoje, Senador Zequinha, principalmente ali no sul do Pará, é que o incentivo que houve... As pessoas na região hoje estão tendo suas casas queimadas, sendo expulsas, não tendo para onde ir, porque acreditaram... São pessoas que estão lá há mais de 50 anos. E V. Exa. as defende e conhece muito bem. Então, nós temos que voltar mais essa discussão para a reforma agrária.

E eu falo isso com conhecimento também. Como V. Exa. sabe, minha família foi para o norte do país, para Roraima, através da reforma agrária, para um assentamento do Incra. Lá, quando o Governo incentivou, depois se tornou o quê? Uma reserva indígena, Senador, uma reserva indígena onde não tinha índio. Mas se tornou uma reserva indígena, e foram expulsos.

Isso tem que ser debatido, discutido, buscando ali as responsabilidades. Se tiver que tirar as pessoas que foram incentivadas pelo Governo à época, porque foram incentivadas, será o Governo. Quem sucede um governo arca com a responsabilidade também de todas as ações que o Governo anterior fez ou que os Governos anteriores fizeram, Senador.

Eu fico muito feliz com a Presidência de V. Exa.

Faço parte desta Comissão. Dê serviço para nós. Todos os membros aqui querem serviço. Nós não queremos só ficar aqui como membros figurativos.

Então, me sinto muito tranquilo, conhecendo V. Exa. já há algum tempo e sabendo da capacidade e do conhecimento que V. Exa. tem com relação à agricultura, à reforma agrária. Em tudo relacionado à nossa agricultura familiar, ao pequeno produtor, ao médio produtor, ao grande produtor, o senhor é um conciliador.

Parabéns. Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador.

A palavra, neste momento, está com o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Parabenizo você, Zequinha Marinho, por esta missão que você vai ter, nestes próximos dois anos, à frente da Comissão da Agricultura (CRA).

Quero parabenizar também o excelente trabalho que o Alan Rick fez à frente da CRA. Eu era Vice, mas o Vice só assumiria se ele renunciasse. Mas não renunciou e ficou lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Brincadeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para vocês que a CRA vai estar em boas mãos nesta missão que você vai ter nos próximos dois anos.

Cumprimento também V. Exa., Senador Efraim, que está à mesa e que é um grande defensor da nossa agricultura e pecuária no Brasil.

Presidente, nós temos grandes desafios pela frente nesta Comissão e na CCJ. Nós temos o problema de invasões de terra, essa situação do marco temporal. Isso cria uma insegurança muito grande no campo. É algo em que nós precisamos dar um basta e fazer uma pacificação no campo. Nós não podemos continuar com essa situação sobre essas demarcações de reservas indígenas. Temos que ter respeito, sim, aos nossos indígenas. E cabe a nós, Presidente, dar dignidade aos nossos indígenas. Nós temos que lhes dar dignidade.

Nós votamos agora há pouco aquela situação do crédito de carbono. Do crédito de carbono, o meu sonho é que, aproximadamente desses 120 milhões de hectares que os nossos indígenas têm, se eles recebessem... É muito pouco, muito pouco, Presidente. São cinco sacos de soja sobre 60 milhões de hectares, só de 50% da área deles. Eu tenho os cálculos feitos para 800 mil indígenas, o que daria um salário de aproximadamente R$4 mil por mês – que isso caísse na conta deles. Primeiramente, quem tem que receber o crédito de carbono neste Brasil são os indígenas. Eles são os maiores preservadores. Não precisa aumentar a reserva indígena, mas tem que dar dignidade ao que eles fazem dentro da preservação. É uma missão nossa.

Não adianta nós só falarmos que somos o maior produtor de carne bovina, o maior exportador de carne bovina, o maior produtor do mundo de soja, o maior produtor do mundo de café, o maior produtor do mundo de açúcar, se nós não temos mais tranquilidade no campo. E outra coisa: nós temos que pensar no nosso pequeno produtor rural, na agricultura familiar, e nessas milhares... Não são milhares, já tem milhões. Eu acho que já tem mais de 1 milhão de pessoas, de pequenos proprietários, e nós precisamos trabalhar firmemente nessa regularização fundiária. Nós temos que avançar nessa regularização fundiária, dar prioridade a todos, mas, principalmente, aos que têm até quatro módulos.

Outra coisa: o licenciamento ambiental, isso tem que avançar. Presidente, não pode continuar, da forma como nós temos hoje, essa questão do licenciamento ambiental. Nós temos que seguir em frente.

Nós temos um grande problema hoje – igual a Senadora Tereza Cristina falou – que é a questão dos juros. Com essa taxa Selic chegando a 15%, como é que vai haver subsídio com essa taxa de juros? Como que vai fazer para compatibilizar essa situação? E nós temos que pensar na produção.

Quando eu vejo, Senador Heinze, o Governo hoje preocupado com o preço dos alimentos, e querendo dar tanta penalidade para o setor produtivo... Olha o que está acontecendo, principalmente com o pequeno produtor: ele tem uma mão de obra manual, igual nós temos a situação da laranja, em São Paulo; da uva, no Rio Grande do Sul; da cebola, em Santa Catarina; da maçã, em Santa Catarina; no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale do São Francisco, onde tem uva, tem manga, tudo o que vem da fruticultura. Nós temos um problema de mão de obra seriíssimo.

Nós temos que passar também para regulamentar essa situação do emprego safrista. Eu tenho lá... Sou Relator desse projeto lá do emprego safrista. Então, nós temos um grande desafio.

Uma missão nessa frente aí que você assumiu hoje, na CRA, como Presidente... Eu quero que você tenha palavras lá na COP, para você falar lá na COP. O mundo tem que nos respeitar, tem que respeitar o nosso Código Florestal – o nosso Código Florestal. Não é digno terem criado a moratória da soja, a moratória do boi.

Para quem tem, hoje, Presidente... Quem desmatou depois de 2008... Aquele cidadão, até 2008, tinha a área dele averbada em 50% na Amazônia. Ele teve que averbar 80% – o Alan Rick sabe disso – no Acre e em todos os estados da Amazônia. Aí o que aconteceu? Ele abriu só os 20% e agora não pode nem exportar carne e não pode exportar soja. Aonde nós vamos chegar?

Então, eu quero que você, lá na COP, nos represente. Se alguns Senadores puderem estar lá também. Eu digo a vocês: nós precisamos resolver essa situação, e o mundo tem que entender que nós temos o melhor Código Florestal do planeta.

De mais a mais, desejo sucesso a você, que Deus o ilumine e que você possa fazer... Tenho certeza de que, com a nossa ajuda aqui, nós vamos fazer um excelente trabalho pelos próximos dois anos.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador. Obrigado mesmo. Vamos precisar muito da sua ajuda também.

Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discursar.) – Presidente Zequinha, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por assumir uma Comissão pela qual me dediquei. Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, referendando as palavras do Senador Bagattoli, da Senadora Tereza e dos demais que estiveram conosco, é uma das mais importantes deste Senado e deste país.

Quero cumprimentar os servidores desta Casa. Vocês foram essenciais para que nós pudéssemos ter uma produtividade tão grande: mais de 70 proposições, 39 matérias aprovadas, audiências públicas, comparecimento de autoridades, do Incra, para debater a reforma agrária, do Mapa, entre outras. Recebemos a visita de uma comitiva da Finlândia, que saiu muito impactada, Senadores, com a capacidade do agro brasileiro.

Aproveito para cumprimentar os nossos Senadores presentes, o Senador Bagattoli, e meu querido Vice-Presidente, que atuou de forma propositiva, de uma maneira extremamente dedicada ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema do agro, não só como Vice-Presidente, mas propondo matérias, apresentando relatórios, ajudando o agro brasileiro.

Meu querido Senador Luis Carlos Heinze, imperador do Rio Grande do Sul, proponente de um projeto extremamente importante para a região vitivinícola não só da Serra Gaúcha, mas que vai abranger o segmento do vinho em todo o Brasil, o seu projeto, o qual eu tive a honra de ser Relator, reclassifica o vinho como alimento natural, resguarda a nossa indústria local, garante que os nossos empregos sejam protegidos e nos coloca em pé de igualdade com os demais países que assim o classificam, diante também dos acordos de cooperação Brasil, Mercosul e União Europeia.

Senador Flávio Arns, um professor neste Senado, um Senador que está presente nesta Comissão.

Senador, V. Exa. certamente nos ajudará muito. É uma honra poder contar com o senhor, assim como já nos tem ajudado durante a nossa Presidência.

Quero cumprimentar todos os amigos, assessores e participantes dos diversos institutos, desde a nossa FPA, do Pensar Agro, dos diversos segmentos, das associações de produtores que representam o agro brasileiro no contexto que foi muito bem colocado aqui, amigo Zequinha, de um agro sustentável, altamente produtivo e que obedece às regras ambientais mais severas do planeta. Nenhum agro tem uma fiscalização, uma exigência tão grande quanto o agro brasileiro, sem os pesados subsídios que recebem, por exemplo, os produtores na Europa.

Quero citar rapidamente alguns dos projetos que nós aprovamos nesta Comissão, citando o marco temporal, que aqui foi bastante debatido. Criamos a proposta de uma audiência pública e, na sequência, votamos, foi o primeiro tema votado aqui para garantir uma segurança jurídica no campo brasileiro. Votamos e aprovamos, a matéria virou lei, e hoje nós temos uma série de debates acerca desse tema, arguições ao Supremo, mas eu digo mais uma vez, o Congresso brasileiro é soberano para versar sobre esses temas e deve ser respeitado.

Quero citar, por exemplo, a modernização da agricultura familiar. Virou lei o projeto do Deputado Gaguim, do Tocantins, do nosso União, relatado por nós, Zequinha. Hoje é a Lei 14.828, que prevê a modernização e o desenvolvimento tecnológico sustentável dentro da Política Nacional da Agricultura Familiar, que garante que os nossos pequenos agricultores familiares terão acesso a instrumentos modernos para incrementar a sua produção.

Debatemos e aprovamos aqui o PL do Profert, do Senador Laércio Oliveira, relatado pela Senadora Tereza Cristina, um programa de desenvolvimento da nossa indústria de fertilizantes, devido ao enorme debate sobre as dificuldades acarretadas ao nosso setor de fertilizantes, aos produtores brasileiros, com a guerra da Rússia com a Ucrânia, que tanto problema causou à produção e à aquisição de fertilizantes no Brasil. Aprovamos essa matéria que agora está na Câmara dos Deputados para ser votada.

A desoneração do PIS-Pasep e Cofins para suínos e aves, projeto da Senadora Tereza Cristina, relatado por nós e que está agora na CAE do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A calamidade em municípios que passaram por secas severas ou cheias, enchentes. O PL 397, de 2024, aprovado no Senado, aprovado na Câmara, e, Senador Flávio, eu diria até, inexplicavelmente, vetado integralmente pelo Governo. Um projeto que não fala de anistia de dívidas, mas de um prazo maior para aquele produtor, Zequinha, no Pará, que foi afetado por algum evento climático, que perdeu a sua safra, como os nossos produtores do Rio Grande do Sul que perderam tudo – tudo! –, não só suas safras, mas perderam equipamentos, perderam suas casas, perderam vidas humanas. Como um produtor desse vai pagar suas dívidas se não tiver uma prorrogação de prazo? Os produtores do Acre que perderam suas lavouras devido às cheias, os produtores de Roraima, devido à seca, e no Brasil inteiro.

É inexplicável o Governo vetar integralmente uma matéria que, repito, não prevê isenção, não prevê anistia, prevê uma renegociação, mais prazo para os afetados pagarem as suas dívidas.

E aqui nós entramos no tema do crédito rural. Os nossos bancos de fomento, Senador Zequinha, nosso Presidente... Esse é um tema... Vamos chamar aqui, convidar os presidentes dos bancos de fomento para falarmos sobre crédito rural. Os bancos, Senador Flávio e Senador Heinze, querem emprestar dinheiro para custeio, que você tem que pagar com um ano, mas para um investimento, Bagattoli, em que você tem carência, em que você tem mais tempo para pagar e poder investir na sua lavoura, comprar equipamento, fazer os investimentos para aumentar a sua produção... Há uma enorme dificuldade de liberação de recursos para investimento.

Os bancos de fomento precisam entender que o Brasil passa por uma série de eventos climáticos gravíssimos, um momento difícil no agro, recursos do Plano Safra... E aquilo que nós temos disponível, ainda ter dificuldade para acessar, principalmente aqueles... Eu já vi exigências, por exemplo, engraçadas até: um produtor rural do meu estado produz café, tudo certinho, a área dele toda legalizada, sem nenhum passivo ambiental, tudo bonitinho. Ele entrou com um projeto para captar R$500 mil de investimento para aumentar a sua produção, e o banco, veio com uma série de empecilhos inexplicáveis – porque não havia nenhuma inviabilidade para o produtor. Eu já vi, por exemplo, justificativas como "falta de experiência creditícia com o banco". Pelo amor de Deus! Imaginem aquele pequeno produtor que vai pegar o crédito pela primeira vez. Como é que ele vai ter experiência creditícia?

Então, são essas coisas.

O licenciamento ambiental, do qual nós entregamos a relatoria para a Senadora Tereza, a regularização fundiária, que também está com a relatoria do Senador Marcos Rogério, são temas tão importantes para o Brasil.

Quero parar por aqui. São muitos os pontos, os temas, os projetos aprovados. Fico muito feliz, porque a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foi extremamente produtiva, extremamente proativa – e, graças a essa equipe, Zequinha, que você herda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar cada um dos servidores, cada um deles, cada um desses servidores extraordinários que você terá à sua disposição. É uma equipe que merece o nosso aplauso e o nosso reconhecimento. A vocês, amigos, meus parabéns, muito obrigado. Vocês tornaram a minha vida muito mais fácil.

Obrigado a todos.

Sucesso, Zequinha. E conte comigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Você será sempre Presidente aqui com a gente.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos continuar a luta.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Estarei aqui contigo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Brasil precisa da gente.

Senador Luis Carlos Heinze com a palavra, o Tchê.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Presidente, inicialmente parabéns pela sua condução à Presidência desta Comissão. O senhor vai ter um desafio: é superar o trabalho do Alan Rick. É difícil, pelo trabalho que ele realizou.

Então, parabéns também, Alan Rick. Já foi. Empate já é vitória nesse caso. (*Risos.*)

Parabéns então pelo trabalho que o Alan Rick fez, com toda a... Bagattoli era seu Vice. Nós participamos também, na medida do possível.

Agora, o Senador Arns faz também um outro costado conosco, nos ajudando. É do Paraná, um estado muito produtivo e produtor.

Mas, Presidente, primeiro, um assunto aqui.

No Rio Grande do Sul, que é um estado onde a agricultura para a gente começou, nós temos ali, de 2020... Queria chamar a atenção da Ministra Tereza – eu a levei ao Rio Grande do Sul, na Região das Missões, seca em 2020. Apenas para os colegas que estão nos acompanhando e quem está nos assistindo pela TV Senado: em cinco anos, quatro secas, uma enchente e, na safra de inverno de trigo, duas safras frustradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Alan Rick falou das prorrogações. Não tem como jogar isso para o ano que vem, isso já vem sendo rolado há cinco anos.

Antônio da Luz, que é um economista da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, fez um dado... Com as perdas dos agricultores, comércio, cooperativa, indústria, prefeituras, o estado, Senador Flávio Arns, perdeu mais de R$1 trilhão. O estado perdeu, as prefeituras perderam; agora, quem mais perdeu, Bagattoli, foram os produtores rurais.

Aqui eu tenho um trabalho da Fetag, que é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, dos pequenos produtores. É a demanda para apoiamento de um projeto de minha autoria, que se chama securitização. Temos que tratar desse assunto. É fundamental, neste momento, que nós possamos resolver com um prazo adequado. Nós o fizemos lá em 2000. Eu era Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara naquele instante. Começamos com Turra, Ministro em 1999, e terminamos com Pratini, Ministro em 2000, no Governo Fernando Henrique Cardoso, há 25 anos. Neste ano, há a última parcela da securitização do nosso plano, em 2025, realizada em 2020. Senador Flávio, cooperativas do Paraná foram salvas, várias me agradecem até hoje pelo Recoop, de 15 anos de prazo. Para o Pesa, para os grandes produtores, Bagattoli, 20 anos de prazo, e, para os pequenos e médios, 25 anos de prazo. E os 25 terminam em 2025. As negociações que foram realizadas...

O Brasil – Alan Rick falou em dívida –, em 2001, colheu em torno de 89 milhões de toneladas de grãos. Quando o Presidente Lula assumiu, em 2003, foram quase 130 milhões. Subiu quase 50% em dois anos. E o que houve com isso? Um produtor... Vamos simular uma corrida: se você está fazendo uma corrida e leva 120kg nas costas, qual é o rendimento dessa sua corrida? Nada! Você caminha, em passos; se tirar o saco das costas, sai correndo. Assim foi a agricultura brasileira, que deu esse respaldo, e hoje nós superamos 300 milhões de toneladas. Nunca houve crescimento assim, de 50%, em um ou dois anos, e cresceu naquele momento graças à securitização.

Então, nós estamos voltando a esse assunto agora. Pequenos, médios e grandes não têm condições de suportar as prorrogações realizadas em cinco anos e estas perdas tremendas: seca, enchente e também a safra de inverno de trigo.

Aqui está a Adriana. Não sei se está falando ainda, Adriana?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ela está em uma conferência, eu já estou olhando-a há um tempo. A Adriana nos ajudou – quero agradecê-la, Adriana – num projeto importante sobre este assunto, com o Cláudio, lá do meu gabinete. Nós apresentamos um projeto... E aqui tem um colega meu, um xará lá do Goiás, que veio tratar deste tema: irrigação, açudes para irrigação. Nós o aprovamos no Senado, na Comissão e depois no Senado, e agora está dormindo na Câmara. Vamos cobrar do atual Presidente, para que possamos impactar, resolver e votar esta matéria: armazenagem de água. Sobra água no inverno ou na estação das chuvas de verão e falta água no verão. E aqui o nosso projeto resolve esse assunto. Então, esse é um ponto importante que nós queremos também resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu o cumprimento. Em vários temas que foram tocados aqui, nós vamos estar juntos. É importante.

E também um recado para a COP. A vossa região, Alan Rick, que quer substituir o Cameli, lá no Acre, candidato a Governador... Ele começou e você tem condições de dar continuidade, você tem o aval. Todos os dias, senta-se do meu lado no Plenário o Bagattoli e me mostra os números expressivos da agricultura que tem no Estado de Rondônia. No Acre é a mesma coisa, no Pará é a mesma coisa. Senador Flávio, agricultores saíram da zona sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, hoje, e ajudaram a colonizar o Brasil. Vá lá no Acre e tem desses produtores; vá ao Pará, tem; vá a Rondônia, tem. O Bagattoli mesmo é de Santa Catarina. Esse nosso povo colonizou o Brasil, e esses agricultores estão em todos os cantos.

Nós temos a melhor agricultura do mundo – a Tereza falou e eu vou repetir. E, nessa questão ambiental, o mundo tem que nos pagar. O Bagattoli fez um cálculo aqui: o que nós temos na floresta, na Região Amazônica – não na floresta, em toda a Região Amazônica –, ninguém tem no mundo. E não só na Amazônia. Peguemos o Sul, Senador Flávio Arns: a região protegida é de 20%, o que nós temos protegido no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina e no Paraná, da mesma forma. Nenhum país do mundo, V. Exa. já falou em algum pronunciamento seu... O pessoal hoje fala em reserva legal na Europa de 3%, 4%, e não querem. Naturalmente, o meu estado já tem 20% protegido. No Paraná, deve ser a mesma coisa, e, em Santa Catarina, deve ser a mesma coisa. E na Amazônia? São 80% protegidos. Pelo amor de Deus! Quem pode falar de nós? Ninguém. E essa COP vai ser um palco para nós mostrarmos isso.

O que nós temos no Código Florestal brasileiro? Quando nós aprovamos a lei... Eu comecei, em 2001, a trabalhar com esse tema – em 2001. Aprovamos com a Presidente Dilma em 2012, 2013. E eu dizia às ONGs europeias e americanas que nos criticaram aqui no Brasil: "Eu quero que vocês façam, na Europa, em qualquer país, ou nos Estados Unidos, ou na Ásia, a lei que nós temos no Brasil". Eles não têm essa lei, Bagattoli, e nós temos no Brasil e a respeitamos. Eu quero que eles façam essa lei, Alan Rick. Não fazem! Nenhum país quis adotar a nossa lei. Haja vista que V. Exa. fala que, dos 4% de reserva legal, nós temos 80% na Amazônia – 80% na Amazônia. Então, esse é um tema importante para nós debatermos agora lá na nossa COP, que vai ser no vosso estado.

Um abraço. Parabéns! E estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador. Obrigado mesmo. Vamos precisar muito da sua participação aqui.

Senador Prof. Flávio Arns, por gentileza.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu agradeço, Senador Zequinha Marinho.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, o ex-Presidente, grande Senador, amigo também, Alan Rick, o Jaime Bagattoli – sentamo-nos perto no Plenário, volta e meia conversamos também –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando o bastão agora, depois de um trabalho intenso também, para a nova gestão, do Zequinha Marinho.

Eu estava escutando atentamente as manifestações de todas as pessoas, e não vou repetir também, mas eu quero dizer que a gente sempre tem que pensar que a agricultura, o agro, de uma maneira geral – o pequeno, o grande, o médio –, vem sustentando o Brasil desde o Plano Real. Se a gente olhar para a balança comercial, o superávit, a pesquisa, a inovação, tudo isso acontece no agro nosso. Quer dizer, não há dúvida.

E as sugestões dadas realmente constituem a pauta principal desta Comissão: securitização, crédito, seguro, regularização fundiária, crédito de carbono.

Achei muito interessante a sugestão dada pelo Bagattoli em termos do crédito de carbono. São coisas que têm que ser estudadas para buscar a pacificação na área, segurança, tranquilidade. E não é só pela questão econômica. É pela questão social também.

Se olharmos os grandes desafios dos povos indígenas – o que já foi colocado pelo Jaime Bagattoli –, é isso que está acontecendo: como construir soluções, caminhos.

A agricultura familiar no Paraná, no Sul, muito presente, constitui a segurança de trabalho, de emprego, de renda.

A Ocepar, no Paraná, a Organização das Cooperativas do Paraná, faz todo um trabalho com dezenas de milhares de pessoas nessa área.

A regularização fundiária é um desafio em todos os municípios lá no Sul. Imagine lá no Norte, no Nordeste... No Sul, no Paraná, quanta pendência na regularização fundiária.

Eu, inclusive, penso que, estando à frente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática neste período de dois anos... E queremos ter um estreitamento grande daquela Comissão, também, Zequinha Marinho, com a Comissão de Agricultura e Mudanças Climáticas, por exemplo. Isso está sendo debatido lá. Ontem eu já fiz reunião com o Inpe e com a Academia Brasileira de Educação, para ver como essa transversalidade – que tem que atingir, aqui, a agricultura, a educação, a saúde, o trabalho, a assistência... Então, é um trabalho conjunto.

A gente pensa que os desafios são grandes – há caminhos, há soluções –, mas a gente tem que buscar, assim como a Tereza Cristina colocou antes, aparar as arestas, ir conversando, dialogando, como ela colocou, para buscar a convergência.

Então, eu quero me colocar à disposição, desejar sucesso. Todos que se manifestaram falaram nesse sentido.

Para o Paraná, é importante, essencial, que esta Comissão seja muito efetiva, como sempre, e, para o Brasil, é a solução. Por isso tem que haver um entendimento, lógico, entre a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, mas também, essencialmente, com aquilo que gera emprego no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo e na cidade. O emprego na cidade depende do sucesso do campo; não há dúvida nesse sentido.

Parabéns, Senador. Sentamos próximos no Plenário, estamos juntos em outras Comissões, e vamos em frente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Senador Flávio. A gente precisa muito do seu empenho aqui, do seu conhecimento, da sua experiência para a construção desse diálogo entre as outras Comissões afins, para que a gente possa potencializar o trabalho aqui.

Só para esclarecimento aos presentes, já está exposto aqui o nosso mural eletrônico, mas eu gostaria de ler aqui a relação dos Senadores que farão parte desta Comissão como titulares e suplentes, indicados pelos seus respectivos blocos.

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, Podemos e União Brasil): Senador Jader Barbalho, titular; Senadora Ivete da Silveira, Senador Alan Rick e nós. Como suplentes: Fernando Farias, Giordano, Jayme Campos e Soraya Thronicke.

Bloco Parlamentar Resistência Democrática: Senador Flávio Arns, Senadora Margareth Buzetti, Senador Vanderlan Cardoso e Senador Sérgio Petecão são os titulares desse bloco. Os suplentes: Senador Chico Rodrigues, Senadora Eliziane Gama, Senador Angelo Coronel e Senadora Jussara Lima.

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL e Partido Novo): os titulares são Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério. Suplentes: Senador Wilder Morais, Senador Rogerio Marinho. E o outro cargo está vago, dependendo ainda de indicação.

Pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT e PT). Senador Beto Faro, Senador Paulo Paim, Senador Weverton Rocha, do Maranhão. Os suplentes: tem duas vagas ainda esperando a indicação; e mais a Senadora Leila Barros.

Pelo Bloco Parlamentar Aliança (PP e Republicanos): Senadores titulares, Luis Carlos Heinze, Senador Mecias de Jesus. Suplentes: Senadora Tereza Cristina e Senador Hamilton Mourão.

Então, são esses os membros titulares e suplentes indicados pelos seus respectivos blocos.

Como os senhores estão vendo, nós não temos ainda um Vice-Presidente. Estamos aguardando esses blocos negociarem, para que se possa estabelecer e ter aqui nosso companheiro que será, ou companheira, que será nosso Vice-Presidente.

Eu quero aqui agradecer ao Podemos, meu partido. Os Líderes Rodrigo Cunha, que já renunciou, e agora tem uma Senadora no seu lugar, mas muito obrigado ao Rodrigo.

Muito obrigado ao Carlos Viana, que é o Líder atual do partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer à equipe da CRA pela disposição.

E convidar o Pedro, convidar o Cláudio, convidar todo mundo aí, para a gente continuar juntos, trabalhando, não podemos parar, nós temos que avançar. Depois, mais tarde um pouco, devemos ter uma reunião entre nós, para ver como é que a gente, já na próxima semana ou na outra, avança um pouco mais com nossos trabalhos aqui.

Com relação à questão COP 30, a gente vai se unir ao Ministério da Agricultura, o Mapa, que já nos chamou lá para aquela reunião, para acertar a pauta.

Quero convidar o nosso Ministro Fávaro para passar aqui, falar das perspectivas do seu Ministério.

Quero convidar também o Ministro Paulo Teixeira, do lado da agricultura familiar, do pequeno produtor, para também vir aqui um dia desses trazer as suas perspectivas e receber da Comissão todo o apoio que quiser para que a gente possa avançar, e assim sucessivamente.

Quero dizer que a CRA vai estar irmanada à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Nomearam-me este ano para representar aqui na Comissão de Orçamento, então, vamos lutar muito por essa questão do Plano Safra e outros assuntos relacionados ao tema.

Quero convidar todo mundo para, em nossas sessões ordinárias pela frente, estarmos presentes aqui, fazendo a cobertura, apoiando os Senadores, tudo aquilo que for para que esta Comissão avance e responda a expectativa do povo brasileiro e dos Parlamentares desta Casa.

Então, não havendo mais nada a tratar neste momento, quero aqui... (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores pela presença constante aqui.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 00 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e doze minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Efraim Filho, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Weverton, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val, Izalci Lucas, Eduardo Girão e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3591, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 383, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para prever a aplicabilidade das disposições referentes à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência ao produtor rural, às associações, às fundações e às cooperativas, excetuadas as de crédito, que exerçam atividade econômica, independente de inscrição ou natureza empresária." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3784, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda." Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2488, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Castanha do Brasil ao Município de Sena Madureira, no Estado do Acre." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 1348, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3206, de 2024 - Terminativo - que: "Confere ao município de Jaguaribe, no estado do Ceará, o título de Capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Queijo Coalho." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 1, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os programas prioritários e diretrizes de sua pasta para os próximos anos ." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 2, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André de Paula, Ministro da Aquicultura e Pesca, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 3, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 4, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Sonia Guajajara, Ministra de Estado do Ministério dos Povos Indígenas, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre possíveis irregularidades no protocolo de intenções firmado entre o MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS e a empresa AMBIPAR, sem prévia autorização do Congresso Nacional, sem prévio procedimento licitatório, sem consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas e sem prévia apresentação e aprovação de plano de trabalho." Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Resultado: Aprovado o Requerimento, convertido em convite. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 5, de 2025 que: "Requer informações ao Senhor Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central, sobre os níveis de inadimplência das operações de crédito rural em todo o território nacional." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 6, de 2025 que: "Requer informações ao Senhor Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central, sobre as operações de crédito rural que foram bloqueadas ou negadas em razão de desacordos com as seguintes resoluções: Resolução BCB nº 140, de 2021; Resolução CMN nº 5.081, de 2023; e Resolução CMN nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 7, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação da pasta que comanda acerca da aplicação da Lei nº 14.701/2023, bem como sobre a participação do Ministério no âmbito da Comissão Especial de Conciliação instaurada na ADC nº 87/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado o Requerimento, convertido em convite. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 8, de 2025 que: "Requeiro, nos termos regimentais do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 14 de março do corrente ano, sexta feira, a partir das 14 horas, durante a Expodireto Cotrijal 2025 - um dos maiores eventos do agronegócio na América Latina, realizada no município de Não Me Toque, estado do Rio Grande do Sul" Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 10, de 2025 que: "Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, informações detalhadas sobre as 46 áreas inscritas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os senadores: Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Alan Rick, a Senadora Tereza Cristina e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência registra os cumprimentos da Associação de Terminais Portuários Privados e da Associação Brasileira de Reciclagem Animal pela nossa eleição para o biênio 2025-2026 aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à deliberação de três projetos não terminativos, três projetos terminativos e seis requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 383, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para prever a aplicabilidade das disposições referentes à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência ao produtor rural, às associações, às fundações e às cooperativas, excetuadas as de crédito, que exerçam atividade econômica, independente de inscrição ou natureza empresária.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Votação simbólica.

-> CAE (NT) > CCJ (T)

Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório que ele elaborou.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3784, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda.

Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CMA (NT) > CAE (T)

Senador Alan Rick, União Brasil, do Acre.

Retirado de pauta, também a pedido do Relator, para reexame desse relatório.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1348, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 03.07.2024, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer favorável ao Projeto, com rejeição da Emenda nº 1.

- Em 10.03.2025, a Senadora Tereza Cristina apresentou a Emenda nº 2.

- Votação nominal.

Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório. (*Pausa.*)

Antes de a gente começar verdadeiramente a pauta, quero cumprimentar a todos e agradecer a cada um pela presença. Já temos aqui os Senadores Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli e a Senadora Profa. Tereza Cristina. (*Risos.*)

No aguardo dos demais, a gente vai começando o trabalho agora, que vai necessitar exatamente da participação de todos.

Item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3206, DE 2024

- Terminativo -

Confere ao Município de Jaguaribe, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Queijo Coalho.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

-Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Vai ter que ser o parmesão.

Gostaria de cumprimentar aqui o Presidente, o nosso Presidente da CRA, Zequinha Marinho; a Senadora Tereza, o Senador Mourão, e dizer, Senador, que, para nomear como Terra do Queijo, tem que ter muito queijo, senão não dá para nomear como Terra do Queijo.

Com a sua permissão, vou direto à análise, Presidente.

Nos termos do art. 104-B, incisos III, IV e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA apreciar matérias que versem acerca de agricultura, pecuária e abastecimento; agricultura familiar e segurança alimentar; e outros assuntos correlatos, respectivamente.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CRA, cabe a esta Comissão apreciar também os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto em análise.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional, especialmente no que tange à técnica legislativa, não havendo qualquer óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que concerne ao mérito, reiteramos nossa posição favorável ao projeto, enaltecendo a notável singularidade de Jaguaribe, que se encontra situado no âmago da Caatinga cearense. O município se destaca como um autêntico celeiro de tradições e sabores, notoriamente reconhecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela excelência na produção do queijo coalho, ícone da rica e diversificada cultura gastronômica nordestina.

O queijo coalho, cuja versatilidade e paladar galante o tornaram um verdadeiro patrimônio imaterial, transcende as barreiras regionais e conquista adeptos em distintos rincões do Brasil e do exterior. É, inegavelmente, uma iguaria que tem a capacidade de evocar memórias e experiências, tornando-se uma parte intrínseca do cotidiano e das festividades que permeiam a cultura jaguaribana.

Ademais, a relevância do queijo coalho na formação da identidade cultural do povo jaguaribano é impossível de ser subestimada. Figura-se como elemento essencial nas festividades locais e se torna protagonista em eventos que celebram a gastronomia regional, engajando a comunidade e instigando a valorização dos costumes ancestrais. As feiras e festivais dedicados a essa iguaria reforçam laços comunitários e apresentam-se como plataforma para a disseminação do conhecimento sobre modos de produção que mesclam técnicas tradicionais com inovações contemporâneas.

A produção do queijo coalho em Jaguaribe transcende, assim, o simples ato de fabricação de um produto alimentar; configura-se como importante atividade econômica que garante o sustento de inúmeras famílias, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da economia local. O queijo coalho é, portanto, uma força propulsora que fomenta o desenvolvimento econômico e, em consequência, a dignidade da vida de seus produtores.

No contexto atual, em que há crescente valorização da cultura alimentar e urgente necessidade de se promover práticas de desenvolvimento sustentável, faz-se imperativo reconhecer oficialmente Jaguaribe como a Capital Nacional do Queijo Coalho. A outorga desse prestigioso título celebraria as tradições locais e consolidadas, e atuaria como um importante incentivo à preservação das técnicas artesanais de produção, que são fundamentais para a perpetuação do saber tradicional.

Tal reconhecimento, além de honroso, promoveria uma maior visibilidade para a produção local, instigando um fluxo turístico que potencializaria a economia regional. A valorização do queijo coalho poderia também propiciar parcerias entre o setor público e privado, ao incentivar o comércio local, e, consequentemente, ao promover o desenvolvimento equilibrado, socialmente inclusivo e ecologicamente sustentável.

Portanto, a concessão do título de Capital Nacional do Queijo Coalho ao Município de Jaguaribe é uma justa e necessária homenagem, que glorifica o papel da produção artesanal na vida dos cidadãos e que representa um passo fundamental para a preservação da cultura e das tradições que nos conectam à nossa identidade nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.206, de 2024.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, pela leitura do relatório, pelo trabalho.

Quero, neste momento, cumprimentar o Senador Alan Rick, que acaba de chegar, Senadora Margareth, de igual forma, o Tchê, Luis Carlos Heinze, e o Prof. Flávio Arns, Senador do Paraná. Muito obrigado pela presença de todos os senhores.

Bem, lido o relatório, a matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar o Senador Jaime Bagattoli pelo relatório, o Eduardo Girão, por apresentar o PL, mas nós devíamos ter um procedimento aqui, se os colegas concordarem, quer dizer, Capital Nacional do Queijo Coalho, deveria ter o queijo coalho aqui também, para a gente ver se merece o título de capital nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Concordamos plenamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque, no outro dia, havia um projeto de minha autoria, Antonina, Capital Nacional da Bala de Banana, inclusive tem indicação geográfica, e o pessoal disse "só votamos a favor se trouxer a bala de banana". Tivemos que trazer uma carga extra de bala de banana. Então, queijo coalho, aliás, podia ser um procedimento, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Perdão por ter pautado antes, porque deveria colocar isso para valer, tinha uns representantes da cidade aqui para trazer.

Alguém mais deseja tecer algum comentário sobre o relatório?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Quero parabenizar o Senador Girão, mas dizer que, em Santa Catarina, como eu sou catarinense, lá tem muitas cidades que também produzem queijo. Então, lá tem uma cidade chamada Rio do Oeste, em que é feita a festa do queijo também. Então, é muito importante que essa situação da gastronomia e das pessoas – quem produz queijo geralmente vem da agricultura familiar, do pequeno produtor –, e nós temos grandes produções de queijo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo, em Minas Gerais nem se fala, de tanto queijo que tem no Estado de Minas Gerais.

Gostaria de dizer para o Senador Eduardo Girão que ele está de parabéns e dizer para o povo de Jaguaribe que, com esse título, Deus os abençoe e que eles promovam ainda muito mais o negócio lá e que isso venha a contemplar muito, principalmente, o nosso pequeno produtor rural, que já vem tão sofrido há tantos anos. Parabéns ao nosso Senador Eduardo Girão!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Quero parabenizar aqui o Senador Girão pela iniciativa da indicação da cidade de Jaguaribe como a Capital Nacional do Queijo Coalho e fazer uma sugestão. Quando eu, Ministra da Agricultura, estive na Europa discutindo o Acordo Mercosul-União Europeia, qual foi um dos grandes debates que nós tivemos? A denominação e a identificação geográfica de vários produtos. Não sei o número exato, mas eu me lembro de que os europeus tinham mais de 400 denominações e identificações geográficas de produtos, como o queijo *brie*, a champanhe, o queijo *roquefort*, enfim, e nós vamos ter que parar de usar alguns desses nomes por conta dessas denominações, porque isso fica para o país, é uma marca que fica registrada e é do país. Então, a gente deve começar a incentivar também as denominações geográficas e a identificação, porque aí você levanta toda a cultura, tudo o que foi feito para chegar naquele queijo, a receita original, enfim, você agrega, você monetiza o produto. Além de ser a capital, ainda você consegue monetizar esses vários produtos, porque a gente tem, aqui no Brasil, coisas espetaculares e a gente não usa muito esse mecanismo de valorização da marca dos nossos produtos nacionais brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Boa observação, Senadora. Parabéns!

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Parabéns ao Senador Girão e também ao nosso Relator, pela matéria do queijo coalho. Nós, com a fala da Senadora Tereza, que nos ajudou e o Senador Flávio Arns também, na questão da erva-mate, com relação ao imposto, estamos fazendo, Tereza, a identificação de origem, em uma região do Rio Grande do Sul, a identificação geográfica da erva-mate, na linha que a Tereza está falando. Já está bem avançado em alguns municípios que produzem erva-mate no Rio Grande do Sul, para poderem ter a identificação de origem.

Inclusive, Tereza, já temos um chá oriundo da erva-mate. Senador Flávio Arns, lembro que o senhor falou do seu pai, que tomava chimarrão de manhã cedo, não começava o dia sem tomar chimarrão. Lá já tem um chá, a partir da erva-mate, que já está sendo exportado para a Europa hoje. Um produto que foi originado lá em Ilópolis, a erva-mate ximango está na linha do que a Tereza está falando. Para nós, é extremamente importante, pela diversidade que o Brasil tem hoje de vários produtos que nós estamos falando aqui.

Obrigado e um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O caminho é por aí.

Alguém mais? (*Pausa.*)

Se não, encerrada a discussão.

Eu quero colocar o projeto em votação.

Solicito aqui que se prepare a votação para que se possa iniciar.

Quem vota com o Relator vota "sim"; quem vota contra naturalmente vai votar "não".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu queria lembrar aos Senadores que marcaram presença e que não estão aqui no plenário que remotamente é possível votar.

Os assessores que puderem colaborar nesse sentido, por favor, liguem para os seus Senadores para que eles possam votar, se posicionando aqui. (*Pausa.*)

Alguém pode ligar para a Senadora Soraya Thronicke? (*Pausa.*)

Ela está na Casa Civil parece... Não, na Secretaria de Relações Institucionais. Pediu para que, quando fôssemos votar, a avisasse, que ela participaria remotamente. (*Pausa.*)

Três, seis, sete.

Está faltando um daqui votar? Quem está faltando? (*Pausa.*)

Senador Mourão, não foi computado o seu voto?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não, o meu voto foi derrubado pela Tereza Cristina. (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – É um voto pesado, Mourão, o voto da minha Ministra!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já temos sete votos, faltam dois. (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, só uma sugestão, enquanto os dois votos aparecem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Que a gente possa ir vendo os requerimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ótimo, vamos trabalhar. (*Pausa.*)

Senador Flávio, nós vamos aproveitar o quórum, enquanto aparece mais um voto, e vamos apreciar, de forma terminativa, o Projeto de Lei nº 2.488, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2488, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Castanha do Brasil ao Município de Sena Madureira, no Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

-Votação nominal.

Essa castanha do Brasil, não é a castanha do Pará, não, rapaz?

Autoria: Deputado Federal Gerlen Diniz, do PP, do Acre.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para proferir a leitura do seu relatório, por gentileza.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Com toda vênia ao Estado do Pará, que V. Exa. representa com tanta envergadura, a castanha do Brasil, a castanha do Pará, a castanha do Acre, da Amazônia, é um produto extraordinário que representa muito bem o Brasil em qualquer feira mundial, em qualquer espaço onde os produtos brasileiros são comercializados ou são expostos.

E a cidade de Sena Madureira do Acre tem uma história muito bonita, não só ela, mas diversas outras cidades acreanas que, ao longo dos vários ciclos de produção da borracha... Todos conhecem a história da Revolução Acreana, de um estado que lutou para ser brasileiro, de um povo que pegou em armas, nordestinos valorosos, cearenses principalmente, muitos deles. Meu avô, por exemplo, o Sr. Romildo de Holanda Moraes, foi soldado da borracha nos anos 40, quando saiu do Ceará para servir o Governo brasileiro no esforço da Segunda Guerra Mundial, nesse segundo grande ciclo. E muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros nordestinos, muitos outros irmãos indígenas, irmãos de outras localidades foram ao Acre em busca do El Dorado da Amazônia, em busca da prosperidade tão sonhada.

Então, a extração da castanha nativa, da nossa castanha do Brasil, também castanha do Pará, castanha do Amazonas, de Rondônia, de Roraima, do Pará, de todos os estados da Amazônia é bastante elogiada neste relatório, e a cidade de Sena Madureira tem uma importância muito grande lá no Acre.

Vou direto à análise, Sr. Presidente, se V. Exa. assim aquiescer.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CRA competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito – lembro que esta matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto. O reconhecimento de Sena Madureira como a Capital Nacional da Castanha do Brasil transcende o simbolismo do título, representando uma poderosa ferramenta para alavancar o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico e social da região. A produção da castanha é responsável por grande parte do segmento de extrativismo vegetal não madeireiro no Brasil. Elevar a cidade de Sena Madureira ao *status* de capital nacional consolida sua posição de destaque e fortalece a identidade local, incentivando novos investimentos, valorizando o trabalho dos extrativistas e projetando o município no cenário nacional e internacional. Tal reconhecimento tende a estimular uma cadeia de valor que beneficia diretamente comunidades rurais, promovendo justiça social e sustentabilidade.

Além disso, o título reforça a importância da preservação ambiental atrelada ao manejo sustentável da castanha, elemento essencial para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação. Reservas extrativistas, como a de Cazumbá-Iracema – onde eu estive algumas vezes, viu, minha Ministra Tereza Cristina? –, com um povo muito querido, um povo que extrai a castanha, um povo que também planta, planta seu milho, cria seu gado, cria aves e leva o sustento, leva comida para as feiras de Sena Madureira, através do Rio Caeté, um dos rios importantes da Bacia do Purus, na região de Sena Madureira, pertinho dos Municípios de Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus etc...

Por fim, o impacto cultural e econômico do título vai além das fronteiras do Acre, pois reafirma a importância da castanha-do-brasil como símbolo da identidade amazônica e do protagonismo brasileiro no mercado internacional. Ao destacar Sena Madureira como referência na produção de castanhas, o Congresso Nacional, a um só tempo, enaltece um produto que integra o imaginário do Brasil profundo, impulsiona o desenvolvimento regional e fortalece o compromisso do país com a valorização de suas riquezas naturais. Trata-se de uma medida que resgata o orgulho de quem vive do extrativismo e convida o restante da nação a conhecer e respeitar o trabalho dessas comunidades.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Castanha do Brasil ao querido, amado Município de Sena Madureira, no Estado do Acre, cuja história retoma os tempos áureos da exploração da borracha, o ouro negro do Brasil, ali no século XVIII, ao final do século XIX e até início do século XX. A castanha-do-brasil, que é a castanha-do-pará, é um ouro brasileiro, e reconhecer a participação do Município de Sena Madureira é uma medida justa para aquela população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.488, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Alan Rick. Parabéns pelo trabalho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segure só um pouquinho, para a gente terminar aqui o item de nº 6, PL nº 3.206, de 2024, relatado pelo Senador Jaime Bagattoli.

Não havendo mais quem queira votar, nós já tivemos 12 votos, eu quero encerrar a votação neste momento.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem,11 votos SIM; NÃO, nenhum.

Abstenção também nenhuma.

Mais o Presidente, 12.

Parabéns, Jaime! Está aprovado o Projeto de Lei nº 3.206, de 2024, que dá o título de Capital Nacional do Queijo Coalho à cidade de Jaguaribe, no Estado do Ceará.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Ficou faltando só o queijo coalho... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Faltou só o queijo, o resto nós já fizemos. Muito bem....

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Girão disse que vai trazer. Na próxima reunião que nós tivermos aqui da Comissão, ele vai trazer.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, vamos retornar agora ao item 4, terminativo: Projeto de Lei n° 2.488, de relatoria do Senador Alan Rick, feito neste momento.

Lido o relatório, eu quero colocar a matéria em discussão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Meu General...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Oh, Senador Hamilton Mourão...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Prometo trazer a castanha na próxima...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, eu não vou cobrar a castanha do Alan Rick. Eu queria cumprimentar o Alan Rick principalmente pela vibração dele em falar da história do estado que ele representa.

Parabéns, Alan!

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, General.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Mas sempre lembro que o líder da Revolução Acreana foi um gaúcho, Plácido de Castro, nascido em São Gabriel, que estudou no mesmo colégio militar em que eu estudei e, à frente de 30 mil brasileiros, enfrentou 100 mil bolivianos e venceu.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Esse é um registro histórico, meu General Mourão, da maior relevância. O herói da Revolução Acreana, um gaúcho de São Gabriel, José Plácido de Castro, que, liderando aqueles bravos soldados, venceu o Exército boliviano.

Na última batalha, a Batalha de 6 de agosto, em Puerto Ordaz, com seus homens, derrotou definitivamente a maior intendência boliviana, sem disparar um tiro, apenas com o conhecimento da guerrilha e aproveitando-se daquele momento histórico também para os bolivianos que ali celebravam a independência das Américas do jugo europeu.

Naquela madrugada, Plácido de Castro e aqueles bravos soldados invadiram a Intendência boliviana e dominaram todos aqueles soldados com um número muito inferior, apenas explorando ali a embriaguez dos soldados bolivianos, que estavam celebrando ali a independência do povo boliviano também do jugo europeu.

E, obviamente, a data daquela batalha, a Batalha de 6 de agosto, tornou-se também a data em que é celebrada a independência, a Revolução Acreana, nome inclusive que se dá a um bairro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantíssimo da cidade de Rio Branco, o Bairro Seis de agosto, a quem eu mando um grande abraço.

Parabéns aos gaúchos, nossos heróis da Revolução, com os cearenses, os índios e o povo da Amazônia!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bom, hoje é dia de muita informação aqui.

Alguém mais que queira discutir o projeto de lei relatado pelo Senador Alan Rick? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Jaime Bagattoli, por favor.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero parabenizar aqui o Senador Alan Rick pela relatoria desse projeto e dizer para você, Senador, que a maioria dos estados do Norte lá têm castanha. Rondônia tem, o Acre tem, o Amazonas tem, o Pará tem. No Pará é que não tem, não? O Pará é pequenininho, quase não tem castanha no Pará. (*Risos.*)

Então, quero dizer que todos os estados do Norte têm.

Eu quero dizer para você, Senador, que tem uma propriedade nossa lá em que foram deixadas, tem umas 20 castanheiras que ficaram dentro das roças de soja, no município chamado Cabixi, e hoje elas têm que ficar lá, as castanheiras estão lá. Entendeu? E é impressionante. A castanha no norte, para quem não conhece, tem lugares... Eu considero duas árvores de mais importância que nós temos no Brasil: no sul do Brasil, o pinheiro araucária, que também tem o fruto, que é o pinhão; e, na nossa Região Norte, a castanheira, que nós temos a castanha, o fruto é a castanha. E são duas árvores muito idênticas, são árvores muito grossas e altas, e hoje já estão em fase... Por exemplo, não se pode mais explorar nem a castanha nem o pinheiro araucária.

Parabéns pela cidade de Sena Madureira!

Obrigado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Não estou querendo atrapalhar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, não. Fique à vontade.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... mas, depois dessa aula de história aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, o negócio hoje está bom, inaugurando aqui...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Está boa a coisa hoje, aqui, aula de história.

Mas tem que terminar com os gaúchos e dizer que fizeram a revolução do Acre, mantiveram o Acre para o Brasil, mas, além disso, fizeram a revolução agrícola, abrindo novas fronteiras no Brasil todo. Aonde você vai, se tem agricultura, tem gaúcho, com certeza, sim, senhor. Então, era só para... (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Viu, Senadora? Dizem que o maior perigo era que eles não queriam deixar o gaúcho ir para a lua, porque, se o gaúcho descobrisse que lá tinha água, ia levar a soja para lá também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Dias 22 e 23, agora – está pertinho –, eu estarei numa região que se chama Região Bragantina, um negócio muito voltado para o peixe e para a agricultura familiar pequena, mas adivinha onde vai ser a grande reunião do domingo?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, será na Casa do Gaúcho Chimarrão, que é o apelido dele. Já chegaram lá, já estão plantando e estão arrebentando com tudo. Nós vamos fazer uma grande reunião de todos os gaúchos: gaúcho de Bragança, gaúcho de Augusto Corrêa, gaúcho de Viseu e de outros municípios ali perto. Mas eles são incríveis realmente, vão entrando assim e, quando você dá fé, já estão lá trabalhando muito, produzindo muito e ajudando a gente ter uma outra cultura, que é a cultura da produção do grão.

Muito bem!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Zequinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá, Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Não só os produtores gaúchos, mas aí também, Tereza, agora, na Expodireto Cotrijal, no domingo à noite, estava lá o Roberto Rodrigues, que foi homenageado. Também outro homenageado foi o Luís Fernando Cirne Lima, Mourão. Cirne Lima e também Paulinelli, na sequência, fizeram a revolução agrícola; esses dois Ministros criaram e intensificaram a Embrapa. Hoje, se tem agricultura tropical no Brasil, deve-se a essas duas pessoas, a esses dois Ministros e a tantos outros que lhes ajudaram.

Valeu, tchê!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, tchê, parabéns! Muito obrigado.

Solicito que se prepare a votação para que a gente possa iniciar.

Vamos lá, vamos lá!

Quem vota com o Relator, por favor, vote "sim".

Vamos lá!

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Enquanto os senhores estão votando, eu gostaria de trazer uma informação aqui.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3591, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CMA (NT) > CAE (T))

Relatoria: Senador Chico Rodrigues, do PSB, de Roraima.

Está sendo retirado de pauta, a pedido do Relator, para trazer mais informações complementares ao projeto, ouviu, tchê?

Vamos embora votar.

Quero aqui fazer um apelo aos colegas que não estão na sala, aqui no plenário, para que, por favor, possam votar remotamente.

Assessores, por gentileza, façam contato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente, aproveitando o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Tem um requerimento meu extrapauta – se a gente pudesse votar – sobre um evento que acontecerá em uma reunião da Comissão de Agricultura do Senado Federal, na próxima sexta-feira, da Expodireto Cotrijal, tradicional, para que se faça essa reunião. O Senador Mourão está conosco aqui e é parceiro também de um projeto em que nós queremos fazer uma grande discussão sobre a questão da securitização dos produtores rurais.

É um debate com a presença da Farsul (Federação da Agricultura), da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), da Aprosoja, cujo Presidente é o Ireneu Orth, o meu suplente, da Fecoagro – das cooperativas –, da Associação das Cerealistas, da mesma forma do Movimento SOS Agro e da Associação dos Produtores e Empresários. Todo mundo junto, unido, para que nós possamos debater, com o Ministério da Agricultura, também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e da mesma forma vai estar lá o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Agricultura, para fazermos esse debate sobre um tema importante que nós estamos sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico com inveja, Bagattoli. O Bagattoli se senta ao meu lado e começa a falar assim: "Plantei tantos hectares de soja, colhi tantos sacos de soja por hectare", e a gente fica babando, porque não consegue ter essa produção no Rio Grande do Sul. Temos em anos normais, mas nós tivemos agora, Bagattoli, infelizmente, nos últimos cinco anos, quatro estiagens e também a enchente do ano passado. Esse é um problema que se arrasta.

A Ministra Tereza, ainda quando Ministra, no seu mandato, esteve conosco na Região das Missões, e ali nós já sofríamos esses problemas.

Então, o que a gente quer é fazer essa discussão e depois pedir o apoiamento dos colegas Senadores e Senadoras, para nos ajudar na aprovação do projeto, e o Senador Mourão quer ser o Relator dessa matéria – com muito mérito também –, para que nós possamos trazer essa solução para os produtores rurais do Rio Grande do Sul.

Então, a securitização com 20 anos de prazo, uma taxa diferenciada para o pequeno, para o médio e para o grande produtor e uma carência de três anos.

O que aconteceu nestes últimos cinco anos foi que as contas estão sendo jogadas sempre para o ano seguinte; e hoje se tem um volume de dívidas em que o produtor não consegue honrar o compromisso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Bom, vamos embora aguardar só mais um minutinho, mas já temos quórum para, se quisermos, encerrarmos a votação.

Contagem regressiva de cinco, quatro, três, dois, um.

Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Oito SIM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Projeto de Lei nº 2.488, de 2023, de autoria do Deputado Federal Gerlen Diniz, relatoria do Senador Alan Rick.

Muito obrigado.

Meus parabéns, meu Senador!

Sena Madureira é a Capital Nacional da Castanha-do-Pará. Do Pará, não, do Brasil.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Castanha-do-brasil, castanha-do-pará, de Rondônia, do Amazonas, de toda a Região Norte do Brasil, a castanha que tanto abrilhanta e identifica o Brasil no cenário mundial.

Quero aqui parabenizar o Deputado Gerlen Diniz, que, hoje, meu querido Senador Zequinha, é o Prefeito de Sena Madureira.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Olha!

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O homem é bom. Apresentou o projeto, se elegeu Prefeito e vai celebrar a aprovação da matéria com o apoio dos nossos Senadores.

Quero agradecer os meus pares presentes nesta sessão e dizer que o Município de Sena Madureira está muito feliz com esse reconhecimento. Fortalecerá a produção de castanha, fortalecerá a extração, a indústria, o comércio e, obviamente, a economia daquele município, além de nos dar uma identificação gloriosa como a Capital Nacional da Castanha-do-Brasil.

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sugestão a V. Exa. para levar ao amigo Prefeito lá, Prefeito Gerlen.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Meu Presidente, convidarei o Prefeito para, na sanção, trazer também uma bela saca de castanha para distribuir aqui, na CRA.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, a sugestão é para lá, a saca nós aceitamos aqui.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pronto, fechou!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A sugestão é a seguinte: uma praça com uma enorme, um pé, uma árvore da castanha...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Vamos fazer, eu vou botar emenda para a gente fazer lá...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A praça da castanheira.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... a praça da castanha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Da castanha-do-brasil.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Fechou!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Queridos, requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, DE 2025

Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 14 de março do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante a Expodireto Cotrijal 2025 - um dos maiores eventos do agronegócio na América Latina -, realizada no município de Não Me Toque, estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Eu já li, já vi esse município. Achei interessante aqui. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam em aprovar o requerimento do nosso querido Senador tchê Luis Carlos Heinze permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Heinze!

Itens 7, 8 e 9 da nossa pauta. Requerimentos da CRA nºs 01, 02 e 03, de comparecimento de Ministros de Estado para apresentarem os programas prioritários e diretrizes das respectivas pastas para os próximos anos.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os programas prioritários e diretrizes de sua pasta para os próximos anos .

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Observações:

- Votação simbólica.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André de Paula, Ministro da Aquicultura e Pesca, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Observações:

- Votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Observações:

- Votação simbólica.

Iniciativa dos requerimentos: esta Presidência.

Votação simbólica.

Se não houver objeção do Plenário, proponho a votação em bloco, ou em globo, dos Requerimentos 1, da CRA, a 3, da CRA, desta Presidência, os três requerimentos que nós acabamos de citar aqui.

É importante que a gente escute esses três Ministros, para que a gente possa ver o que eles enxergam pela frente, nestes próximos dois anos, e de que forma a Comissão aqui pode ou poderá somar com eles, colocando também nossa Comissão à disposição, para contribuir naquilo que estiver dentro do nosso alcance, do papel da instituição. Eu acho que é muito importante.

Dessa forma, submeto à apreciação de V. Exas.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os três requerimentos.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Sonia Guajajara, Ministra de Estado do Ministério dos Povos Indígenas, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre possíveis irregularidades no protocolo de intenções firmado entre o MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS e a empresa AMBIPAR, sem prévia autorização do Congresso Nacional, sem prévio procedimento licitatório, sem consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas e sem prévia apresentação e aprovação de plano de trabalho.

Autoria: Senador Rogerio Marinho e Senador Alan Rick

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao coautor deste requerimento, Senador Alan Rick, para que faça a defesa do conteúdo.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, chegou ao nosso conhecimento o requerimento do Líder do PL, da oposição, nosso querido Senador Rogerio Marinho, o requerimento de convocação da Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para prestar esclarecimentos a respeito desse protocolo de intenções firmado entre o ministério que representa e a empresa Ambipar.

Após um diálogo entre o próprio Senador e a equipe de Governo, foi estabelecido o pedido de convite para que a Ministra compareça, para, obviamente, ouvir os Senadores e prestar seus esclarecimentos – o que é de interesse de todo o Brasil –, a respeito de tema tão importante.

O protocolo de intenções firmado entre o ministério e a empresa Ambipar, conforme amplamente divulgado pela imprensa nacional, uma parceria que visa supostamente implementar atividades em territórios indígenas, com foco na sustentabilidade e preservação ambiental, apresenta possíveis irregularidades que merecem atenção do Congresso Nacional e demais órgãos de controle.

Inicialmente, destaca-se a ausência de transparência e de procedimento licitatório para a escolha da empresa Ambipar. A Constituição Federal, em seu art. 175, e a Lei nº 14.133/2021 estabelecem a necessidade de licitação para contratos que envolvam gestão de recursos públicos, exploração de bens públicos ou prestação de serviços em áreas sob domínio do Estado. No entanto, conforme admitido pela própria representante da Ambipar em entrevista à CNN Brasil, não houve chamamento público nem qualquer outro critério competitivo para a seleção da empresa, o que pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

configurar tratamento privilegiado e afronta aos princípios da isonomia e impessoalidade na administração pública.

Outro ponto de extrema preocupação é a ausência de autorização prévia do Congresso Nacional para a exploração econômica de terras indígenas, conforme determina o art. 49, inciso XVI, da Constituição Federal. O protocolo de intenções, segundo divulgado pela imprensa, abrangeria uma área de aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados, equivalente a 14% do território brasileiro, o que demandaria aprovação legislativa prévia. Além disso, caso a parceria envolva concessão de terras públicas acima de 2,5 mil hectares, haveria necessidade de autorização específica, conforme o inciso XVII do mesmo artigo. A não observância desses requisitos pode tornar a parceria inconstitucional e sujeitar os envolvidos a responsabilizações.

Ademais, a ausência de um plano de trabalho detalhado, cronograma, fontes de financiamento e metas claras evidencia a falta de planejamento e o possível desrespeito à Lei nº 13.019/2014, que regula as parcerias da administração pública com entes privados.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação desta convocação, transformada em convite, para que a Ministra Sonia Guajajara compareça a esta Casa e preste os devidos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parabéns, Senador. É muito pertinente e oportuno o requerimento. Muito bem.

Continua em discussão.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Rogerio Marinho e também o Senador Alan Rick. Nós nos somamos a esse requerimento extremamente importante. Nós não precisamos, no Brasil, que uma Ambipar, ou com quem quer que seja, venha fazer o que estão fazendo aqui, sem uma licitação.

Nós temos exemplos... O Senador Bagattoli hoje está no coração de Rondônia; V. Exa., no Pará; o Alan Rick, no Acre. Os parecis, por exemplo: hoje, a agricultura que eles estão fazendo, em parcerias no Estado do Mato Grosso, é um exemplo.

Nós temos outras questões que os índios fazem no Rio Grande Sul e que também são exemplos. Não precisam de alguém que venha, seja licitado ou sem licitação, fazer agora esse acompanhamento. São outras intenções que se tem aqui – a gente sabe quais as intenções –, que têm que ser esclarecidas e debatidas aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou estar presente nesse dia, porque é extremamente importante para os milhões de hectares de terras indígenas. E nem todos... Mais da metade dos povos indígenas não têm interesse em que alguém se meta no negócio deles. Outros têm; o.k., façam o que bem entenderem, mas em mais da metade dessa área indígena, Senador Alan Rick, o pessoal não quer que se metam no negócio deles. Eles já estão muito bem, obrigado. Não é a posição da grande parte das reservas indígenas que nós temos hoje no Brasil.

Portanto, nós somos favoráveis ao requerimento e vamos estar aqui para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Complementando aqui o que o Senador Carlos Heinze falou agora há pouco dos indígenas lá de Campo Novo dos Parecis. Lá em Cacoal, Senador, nós temos os indígenas que produzem café. Lá é o café clonal robusta amazônico. Hoje, inclusive, nós, em Rondônia... Primeiro se pegava a muda de café do Espírito Santo e ia para Rondônia. Hoje, os de Rondônia estão indo para o Espírito Santo, muitos levando muda de café. Quero deixar bem claro aqui, nesta Comissão, que os indígenas em Cacoal, além da produção... Eles produzem o café de melhor qualidade. Eles recebem um prêmio... É praticamente quase que o dobro do preço do café convencional. E o café já está a um preço que... Não precisamos falar em preço de café.

Então, nós temos que respeitar os nossos indígenas. Eles estiveram lá e eu já estive lá na produção deles. O problema, Ministra Tereza, Senadora – que é do seu conhecimento, muito mais do que do meu –, é que eles não podem nem receber: eles não podem receber uma emenda parlamentar, não podem ter uma... Eles querem fazer um sistema de irrigação que a maioria dos produtores lá tem, para ter alta produtividade, e nada eles podem porque estão na reserva.

Nós precisamos mudar isso, é de competência do Congresso Nacional. É da nossa competência, é da competência do Executivo, é da competência do Judiciário nós ajudarmos os nossos indígenas. E aprovamos, há pouco, o crédito de carbono. Não foi aprovado o crédito de carbono também? Nós temos, como foi falado aqui... São mais de 14% do território nacional, são quase 120 milhões de hectares que nós temos hoje homologados e sacramentados. Não precisa mais aumentar reservas indígenas. Agora, os nossos indígenas, como são os maiores preservadores, têm que ter o direito, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de receber o crédito de carbono. E eles vão ter dignidade de vida, eu tenho certeza. Eu levantei um projeto e, se nós conseguirmos avançar dentro daquilo que eu estou imaginando, cada indígena nosso vai receber, no mínimo, um salário. Considerando que nós tivéssemos 800 mil indígenas, seriam em torno de R$4 mil, por mês, só de crédito de carbono. E não há nada mais justo do que os nossos indígenas receberem por aquilo que estão preservando. Para quem não entende muito, são 120 milhões, aproximadamente 120 milhões de hectares. Se essas reservas estivessem em um único lugar seriam, praticamente, mil quilômetros por 1,2 mil. E os nossos indígenas têm que ter, sim, dignidade de vida.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador.

Só uma sugestão para o Senador Alan: há algum tempo, o Ministério Público fazia guerra quando se falava que os indígenas produziam alguma coisa para comercializar. Eu ouvi falar de soja presa em Santa Catarina, de tanta barbaridade. Como é que o Ministério Público assiste, de camarote, à contratação de uma empresa dessa que vem explorar praticamente todas as terras indígenas brasileiras, que são 14% do território nacional, e ninguém ouve falar nada? Que negócio é esse?

Se opinião fosse legal, se fosse boa, eu botaria também o Ministério Público para sentar aqui e explicar por que não tomam, como já tomaram, por iniciativa... Sabem? E aí? O negócio vem lá de fora, faz-se um contrato de qualquer jeito... É assim a vida? Não é... Para uns, é diferente; para outros, é normal? Paciência, não é?

Senhores, alguém mais quer discutir o requerimento? Tudo bem? (*Pausa.*)

A Sra. Senadora e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento do Senador Alan Rick e do Senador Rogerio Marinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais alguma coisa aí? (*Pausa.*)

Foi aprovado o Requerimento nº 4-CRA, transformando a convocação em convite. Mais ameno o negócio.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer informações ao Senhor Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central, sobre os níveis de inadimplência das operações de crédito rural em todo o território nacional.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Observações:

- Votação simbólica.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer informações ao Senhor Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central, sobre as operações de crédito rural que foram bloqueadas ou negadas em razão de desacordos com as seguintes resoluções: Resolução BCB nº 140, de 2021; Resolução CMN nº 5.081, de 2023; e Resolução CMN nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Observações:

- Votação simbólica.

A iniciativa dos requerimentos é desta Presidência, e a votação é simbólica.

Deixem-me colocar para os senhores: há uma preocupação lá na Frente Parlamentar da Agropecuária com a questão do endividamento e do que se fazer com os produtores rurais que estão em dificuldades extremas com relação a isso. E não temos outra fonte senão solicitar ao Banco Central essas informações, a fim de que a gente possa conhecê-las de perto e tentar, junto ao Governo Federal, ao Ministério da Agricultura e, enfim, ao Ministério da Fazenda, defender esses produtores, que estão fadados à falência em função dessas dívidas já vencidas ou vincendo, para que se possa fazer algo por eles. Essa é a razão da nossa solicitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não houver objeção do Plenário, proponho a votação em bloco dos Requerimentos nº 5 e nº 6 desta Presidência. (*Pausa.*)

Consulto os senhores, aqueles que concordam e votam "sim" permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, ou melhor, aprovados, são dois requerimentos.

Tem mais alguma coisa? (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem concedida ao Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Além dessa situação, eu protocolei o PL 205, de 2025, sobre a restrição do crédito rural, que vai resolver todos esses problemas que nós temos hoje aí sobre o CAR, a unidade de conservação, as terras indígenas e os embargos que nós temos sobre essa situação, porque nós temos que resolver a situação dessa restrição de crédito.

Hoje, ainda conversei, Presidente, com diversas instituições financeiras, do Banco do Brasil, dos bancos cooperativos. O grande problema que nós estamos tendo hoje, principalmente para o pequeno produtor rural, pequeno, médio, e o grande também, é nessa questão dos embargos. Às vezes, o produtor lá tem uma área de cem hectares e ele tem só dez hectares de embargo. Então, ele está restrito, ele não está podendo ter acesso ao crédito.

E isso foi aprovado pelo Bacen. O Bacen concordou, em dezembro do ano passado, que só ficaria a parte em que havia o embargo, e não a totalidade da propriedade; mas, infelizmente, essa situação não se resolveu. Então, eu já... Nós estamos com esse PL 205, de 2025, para nós resolvermos essa situação aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Vamos avançando.

Item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação da pasta que comanda acerca da aplicação da Lei nº 14.701/2023, bem como sobre a participação do Ministério no âmbito da Comissão Especial de Conciliação instaurada na ADC nº 87/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao autor, para encaminhamento do seu requerimento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente. Depois eu vou fazer um comentário, só vou ler aqui esse requerimento, e depois eu farei um comentário.

Este requerimento tem como intuito a convocação do Exmo. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, para comparecer a esta Comissão de Agricultura e Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a finalidade de que haja explicação sobre a aplicação da Lei nº 14.701, de 2023, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como da participação da pasta no âmbito da Comissão Especial de Conciliação instaurada na ADC nº 87 do Distrito Federal em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Vários atos administrativos têm sido proferidos, já na vigência da Lei nº 14.701, de 2023, que aparentam destoar das previsões da legislação em vigor. Acrescente-se a isso o fato de que o Ministério da Justiça e Segurança Pública é órgão do Estado brasileiro submetido aos rigores das normas em vigor, entre as quais está a Lei nº 14.701, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, considerando que a mencionada legislação é de aplicação inquestionável aos órgãos do Poder Executivo, tem-se a necessidade de que se explique, por exemplo, as portarias que foram publicadas de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.

No mesmo sentido, mostra-se imprescindível que haja manifestação do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a sua participação na Comissão Especial de Conciliação em trâmite no Supremo Tribunal Federal, visto que é obrigação deste órgão cumprir e respeitar as leis em vigor.

Destaca-se, por fim, a competência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária diante de sua obrigação regimental de analisar proposições que digam respeito à política fundiária, que está diretamente atrelada ao direito de propriedade que assegura a produção agropecuária do país.

Diante de todo o exposto, requer-se a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento muito perigoso neste país. Nós precisamos resolver essa situação de demarcação de reserva indígena. Foi criada esta comissão lá no Supremo Tribunal Federal para que houvesse esse diálogo, e por isso a gente está chamando o Ministro da Justiça, o Ricardo Lewandowski, para que ele nos explique o que está acontecendo com essa situação.

E nós precisamos entender. O próprio Presidente Lula está aflito, porque nós temos alto preço de alimentos, nós estamos com uma insegurança jurídica muito grande no campo, e esta Casa – tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado – votou pelo marco temporal. Achamos que essa situação já estava resolvida, e nós precisamos resolver. Até porque eu falei há pouco que nós temos em torno de 800 mil indígenas hoje no Brasil com aproximadamente 15%, pouco mais de 14% do território nacional, e nós precisamos resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um parêntese, Senador: são 800 mil... mais ou menos 900 mil indígenas, mas só 500 moram na zona rural; o resto já estão todos nos vilarejos e cidades.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas quando eu falo daquela situação dos R$4 mil por indígena, naquela situação que eu falei do crédito de carbono, eu considerei 800 mil indígenas, eu não considerei os 600, nem 500; considerei 800 mil indígenas. Isso é para se pagar muito pouco... é para se pagar um valor justo, adequado para os dois lados por essa preservação.

Nós precisamos, Presidente, acabar com isso. Temos que sentar e tentar um diálogo. E para nós causarmos... nós temos que tirar essa insegurança jurídica que temos no campo hoje. Da forma como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está, se isso proceder, nós temos um grande perigo de sair de 14%, 15% do território nacional para próximo de 30% do território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Verdade.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E isso vai causar um conflito no campo entre todos nós, entre o povo brasileiro e nossos indígenas, e não é isso que nós queremos, nós queremos a pacificação dos dois lados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador, só para complementar alguma informação, a convocação foi convertida em convite ou permanece como convocação?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu estava também conversando com o Senador Jaime Bagattoli e quero dizer para ele que concordo com todos os argumentos da urgência, da necessidade, do clima de insegurança, do diálogo que tem que acontecer, da construção de caminhos. Eu acho que isso é um assunto urgente, necessário, e a presença do Ministro aqui é essencial.

Porém, eu fiz o apelo para ele também no sentido de não ser convocação, de ser convite. Obviamente, os Ministros, de uma maneira geral, vêm em função do convite, e têm que vir, porque, afinal, têm que discutir, negociar, ver, explicar, atender sugestões. E o Senado sempre tem a prerrogativa, eventualmente – mas certamente não acontece com o Ministro Ricardo Lewandowski, que eu acho que até já veio em outras ocasiões aqui também –, de que haja a convocação.

Então o apelo foi no sentido...

Parece que o Senador Jaime concorda com isso também.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu até conversei também com a Senadora Tereza, que acabou de sair daqui agora, porque tinha outro compromisso. Nós concordamos em fazer o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero pedir a você, Presidente, que seja marcado urgente. Esse convite tem que ser marcado o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Essa audiência pública, né?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, porque nós precisamos resolver, definitivamente, essa situação, e uma explicação do Ministro da Justiça é muito importante para nós, para chegarmos num denominador final.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na verdade, Sr. Presidente, não é uma audiência pública, é a presença do Ministro aqui, na Comissão, para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Para dar esclarecimentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É que, quando vem um Ministro, vem só um Ministro.

Mas concordo também com a urgência e a necessidade. A situação no Paraná também é dramática nesse sentido...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – No Rio Grande do Sul também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e no Rio Grande do Sul. Então, vamos dizer, a presença é urgente. Como convite, não é? Mas é urgente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, então o requerimento de comparecimento...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para finalizar, Presidente.

Inclusive o marco temporal, já mencionei diversas vezes, que foi votado no Supremo Tribunal... Onde eu nasci, lá em Santa Catarina. Em dois municípios hoje: José Boiteux e Vitor Meireles. Nesse Município de Vitor Meireles foi onde o Supremo votou o marco temporal para servir de parâmetro para o Brasil inteiro. E aquelas famílias lá... Quanto às escrituras públicas daquilo lá, para quem queira entender, 80% das escrituras são centenárias, com mais de 100 anos. Estão tirando 860 famílias do campo, todas do pequeno produtor e todas têm menos de 50ha de propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive lá agora, no final do ano, no início do ano, vendo a produção de uva, do fumo – que é o tabaco –, que eles plantam lá; é a agricultura de sobrevivência do nosso pequeno produtor rural. Aonde nós chegamos? Se aquelas terras, lá em Santa Catarina, se aquela situação do marco temporal lá valer com escritura – porque a maioria das escrituras tem mais de 60 anos, e 70%, 80% são escrituras centenárias, com mais de 100 anos –, se os produtores perderem a propriedade, causará uma insegurança jurídica inexplicável neste país.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 7, da CRA, convertido em convite.

Requerimento extrapauta: requer que sejam prestadas pelo Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações detalhadas sobre as 46 áreas inscritas no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef).

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações detalhadas sobre as 46 áreas inscritas no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef).

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, DE 2025

Requeremos, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, informações detalhadas sobre as 46 áreas inscritas no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses termos, requisita-se nome da gleba e do município. Isso tudo aqui no Estado do Pará.

Acaraí, Parte 1, Município de Porto de Mós. Para vocês terem noção, 92% de Porto de Mós já são reservas. Se você criar, nos 8% que faltam, uma reserva indígena, aí o negócio fica difícil. Quer dizer, 100% das terras do município, todos, engessados por reservas.

Água Limpa, Município de Medicilândia; Amanayé, Município de Goianésia do Pará; Aquiri, Município de Marabá; Ararandeua, Goianésia do Pará; Ararandeua, Parte A, Goianésia do Pará; Arraia, Itaituba; Bacabal, Altamira; Buritirana, Marabá e Itupiranga; Cachoeirinha, Municípios de Altamira e de Vitória do Xingu; Carajás, Parte 1, Município de Itupiranga; Carapanã, Partes A, B, C, D e E, Município de Tucumã, que é pequeno – não sei se vai sobrar alguma coisa para o pessoal –; Gleba Caripé, Município de Tucuruí; Chicrim, Município de Canaã dos Carajás – ali é violento, porque há a Vale e todo mundo; lá não tem um lugar para botar índio, mas tem que comprar essas terras e entregar para os índios –; Chicrim A, novamente; Água Azul do Norte; Damião, Trairão e Itaituba; Engenho, no Município de Anapú; Geladinho Praia Alta, no Município de Nova Ipixuna do Pará, Marabá e Jacundá.

A distância de Marabá, que fica aqui na beira do Rio Tocantins, até Jacundá são 110km. Você calcule o tamanho de uma terra indígena onde não tem índio, só fazendas, mas, está aí. Conflito que nós vamos ter.

Gleba Tuerê, Portel; Inajá, Santa Maria das Barreiras; indefinida aqui, Municípios de Pacajá e de Baião; Ituna, Altamira e Senador José Porfírio; Ituqui, Municípios de Santarém e de Prainha; Antiga Concessão Belterra, Santarém; Jacundá, 2ª Parte, Município de Rondon do Pará; Lagoa Grande da França, Município de Santarém; Las Casas, Município de Floresta do Araguaia; Mãe Maria, Municípios de Marabá e de Nova Ipixuna; Mamiá, Município de Óbidos, no Baixo Amazonas.

Misteriosa, Município de São Félix do Xingu; Mojuí dos Campos A, Município de Santarém; Novo Horizonte, Brasil Novo; Pacoval, Prainha, Santarém e Uruará; Pakisamba, Município de Altamira e Vitória do Xingu; Pau Darco, Município de Pau D'arco; Pium, Município de Água Azul do Norte; Primavera, Município de São Félix do Xingu; Santa Cruz, Município de Itaituba; Gleba São João I, Município de São João do Araguaia; Gleba Serena, Município de São Félix do Xingu; Serena, Sussuapara e Pedra Cumprida, Município de Santa Maria das Barreiras; Seringa A, Município de Água Azul do Norte; Seringa B, Ourilândia do Norte; Sororozinho I, II e III, Município de São Geraldo; e Xiri, Município de Oriximiná.

Nós estamos solicitando o detalhamento, Senador Hamilton, da localização dessas terras que estão sendo requeridas. Por quê? Porque não existe índio, são terras produtivas, é cheio de gente lá, de produtores rurais, grandes, pequenos, com assentamento do Incra, essa confusão toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você quer transformar isso em terra indígena... Quem foi atingido ou impactado por isso? Quem foi afetado por isso? A gente precisa mapear dentro do município. Tem município que tem três reservas – são três requerimentos, não é? E a gente tenta isso, já temos tentado desde o ano passado, com a Funai, e a Funai não entrega. Então, o pai da Funai é o Ministério da Justiça, e o Ministro desse ministério é o Ministro Lewandowski, de novo aqui. É para que a gente possa saber.

As associações de produtores, os sindicatos de produtores, tanto de produtores como de trabalhadores rurais, precisam se posicionar, as prefeituras municipais, as câmaras municipais, as lideranças, a OAB, todo mundo, porque pelo jeito de transformar tudo isso em reserva indígena, se ao menos tivesse índio... Porque os índios lá somos nós mesmos, não é? Todo mundo lá tem um pé na senzala, outro na oca e outro na Europa, não é? Todo mundo bem mestiço.

Então, eu não sei para onde a gente vai com essa loucura, correto? Daí a necessidade de a gente poder aprovar esse requerimento de pedido de informação, para que a gente possa ver de que forma a gente vai trabalhar para alertar esses produtores, suas lideranças, suas entidades de associação ou sindicato, para irem para o enfrentamento, porque senão vão perder suas terras e eu não sei onde nós vamos botar tanta gente que será desalojada por essa relação de terras indígenas propostas aqui neste momento.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, eu só tenho uma dúvida, Sr. Presidente.

Concordo inteiramente com o conteúdo do requerimento, mas será que a Funai não estaria no Ministério dos Povos Indígenas agora?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós já temos tentado com essa turma o tempo todo, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu sei, mas é porque V. Exa. falou que era do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, a Funai é vinculada ao Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é ao Ministério dos Povos Indígenas?

Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficou no Ministério da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Juridicamente, o Ministério dos Povos Indígenas não tem nenhuma condição de tocar isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, porque, em vez de ser do Ricardo...

É porque foi mandado um pedido de explicação e não foi respondido, pelo que eu entendi, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Foi. Exatamente.

Nós solicitamos já tanto da Funai quanto da Ministra Guajajara explicações para ver se eles mostram para a gente, porque você tem que ir para cima, relacionar esse povo que está sendo impactado...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Ministra já foi convidada para vir... Também acho que vai interessar a ela...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Uma parte disso, pelo menos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E, depois, também para o Ministro da Justiça, porque isso causa o que foi dito antes: a intranquilidade, a insegurança, o mal-estar, o desânimo de tanta população no campo. Então, pode ser para os dois, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu acolho a sugestão de V. Exa. e determino que não só o Ministro da Justiça, mas também a dos povos originários nos remetam essas informações. (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Zequinha, ela está vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A Funai?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Teve uma discussão quando veio a MP de reorganização do Governo, e quase que se tirou a Funai do Ministério dos Povos Indígenas, mas, no final das contas, acabou...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Continuou lá? Foi?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ela continua no Ministério dos Povos Indígenas, está vinculada a ele.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem. De acordo aqui com a informação...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porém, ao mesmo tempo, está relacionado a outro requerimento da segurança, que é do Ministério da Justiça também, porque o requerimento anterior de autoria dos Senadores Rogerio Marinho e Alan Rick foi no sentido de o Ministério da Justiça observar o clima de segurança que tem que ser construído. Então, nesse sentido... E o Ministério da Justiça faz parte da negociação, como foi dito no STF – acho que o dos Povos Indígenas deve fazer parte também, suponho, não sei também... Enfim, os dois.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem. Vamos refazer aqui a redação... (*Pausa.*)

Apenas mudando a redação, em vez de se ler Ministério da Justiça e Ministro Lewandowski, leia-se: Ministério dos Povos Indígenas ou povos originários – um negócio assim – e Ministra Sonia Guajajara. Mando proceder aqui à retificação para que a gente possa encaminhar.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Queridos, é só para uma questão de apontamentos futuros. A nossa agenda do dia 18/3, uma terça-feira, será o comparecimento da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara. Foi o Requerimento nº 4, que aqui foi aprovado. Vai acontecer numa terça-feira, dia 18, às 14h – aqui não tem o horário, mas às 14h. Na quarta-feira, nós temos o comparecimento daqueles ministros que virão para cá para falar do seu plano de trabalho para os dois próximos anos: o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro; e o Ministro da Pesca e Aquicultura, André Filho. No dia 26, quarta-feira, lá na outra semana, será o comparecimento do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, que vai também falar das suas ações frente ao ministério para os dois próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras, aos assessores, à imprensa, a todo mundo que compareceu e prestigiou esta reunião.

A reunião está encerrada.

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e oito minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Beto Faro, Weverton, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2314, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Linguiça Tradicional Campeira ao Município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Tereza Cristina (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado por unanimidade. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Afonso Motta (PDT/RS), Autor do Projeto; ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 11, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA)." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Luis Carlos Heinze, Jaime Bagattoli, a Senadora Tereza Cristina e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da...

Repetindo.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência registra cumprimentos do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) pela nossa eleição para o biênio 2025-2026.

A presente reunião está destinada a deliberar:

1. Projeto terminativo; e
2. Requerimento, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 2314, DE 2023
- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Linguiça Tradicional Campeira ao Município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Tereza Cristina
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: *Votação nominal.*

Autoria do Deputado Federal Afonso Motta, do PDT do Rio Grande do Sul, Relatoria do Senador Weverton Rocha e, Relatora *ad hoc,* a nossa professora, querida Ministra Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra, para proferir o relatório e o voto.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Zequinha Marinho.

Eu vou pedir para ir diretamente à análise e ao voto dessa importante matéria que hoje vamos relatar.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CRA competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 23, VIII, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância do projeto.

Município brasileiro localizado na região sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, nos campos do Bioma Pampa e do Aquífero Guarani, Alegrete tem no culto aos costumes rio-grandenses um de seus principais expoentes, evidenciando uma identidade regional muito valorizada.

O município também tem sido reconhecido pela gastronomia campeira e, em especial, pela produção artesanal da linguiça tradicional *in natura*, hoje denominada popularmente de linguiça campeira. Muito apreciada na região da Campanha e da Fronteira do Rio Grande do Sul, a linguiça tradicional campeira passou a ser encontrada em todos os açougues como item obrigatório de um bom churrasco.

É relevante sublinhar que, em 2020, Alegrete foi reconhecida pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em votação unânime, como a Capital Estadual da Linguiça Tradicional Campeira.

O reconhecimento nacional, a seu turno, tem o potencial de conferir ainda maior dinamismo à atividade das pequenas agroindústrias que se dedicam à produção de linguiça de qualidade no município, além de representar importante incentivo para o desenvolvimento e agregação de valor à produção municipal.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Linguiça Tradicional Campeira ao Município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

O voto

Conforme argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.314, de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Tereza.

Eu quero registrar aqui a presença ilustre do Deputado Afonso Motta, autor do presente projeto de lei.

A Relatora deu um voto favorável, em um trabalho muito bem-feito, mas a gente ainda não viu essa linguiça: se é frita... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Ou assada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é!

Tudo indica que o projeto vai ser aprovado.

Nós vamos abrir para a discussão, mas fica pendente o sabor desse negócio aqui.

A turma aqui da Comissão pode arrumar um jeito de fritar um pouco.

Próxima reunião...

Brincadeira a parte, agora considero lido o relatório e o voto.

A matéria está em discussão.

Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Afonso Motta pela autoria do projeto, porque eu sou cidadão alegretense – viu, Tereza? –, lá da minha escola, Colégio Agrícola de Alegrete, em que eu estudei com muito orgulho, e o Afonso é nativo do Alegrete. Então, já somos conterrâneos alegretenses.

Agora, vou dizer, Afonso, ele queria que o Weverton relatasse a matéria, porque é do partido dele, mas, muito melhor ficar com a Tereza do que o Weverton, viu? A relatoria da nossa Ministra da Agricultura, que é muito querida lá no Alegrete.

Quero parabenizar ao Afonso e parabenizar o Alegrete. Essa aqui é a tradicional, da carne alegretense. E lá, Tereza, além da carne de gado, também tem a carne de ovelha, e essa linguiça campeira também tem carne de ovelha, também tem de carne de ovelha, além do porco que é misturado, que não é produzido lá, mas é importante.

Então, quero parabenizar o Afonso e parabenizar o Alegrete, terra da nossa grande cooperativa, do meu colega do Colégio Agrícola, o Laranja. Era o apelido, Laranja, que é o Ramos, que é o Presidente da grande Cooperativa Caal. Até temos um grande banco, Tereza, que é o Banco Sicredi. O Zeca é o Presidente do Banco Sicredi.

Quero parabenizar o Zeca e toda a equipe do Sicredi.

Também o arroz é muito forte lá, meus colegas arrozeiros, o pessoal da soja que está entrando forte agora... É uma terra da agricultura e da pecuária, e hoje, Tereza, o maior município em extensão do Rio Grande do Sul, é o Alegrete, não é?

E o pessoal não me pergunte onde fica o Alegrete.

E tem uma música também que é o canto, é o Canto Alegretense. Não sei se o Afonso sabe cantar? Se ele quiser fazer uma dupla?

Quer fazer uma dupla, Afonso?

Mas vamos deixar essa música para o dia em que aprovarmos no Plenário.

Quero parabenizar, então, o Afonso e parabenizar o Alegrete, pela merecida e justa homenagem dos produtores rurais e também das indústrias rurais que temos lá no Alegrete, que fabricam essa linguiça campeira.

Parabéns então ao Alegrete.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Quero parabenizar o Deputado Afonso Motta, meu querido amigo. Estivemos juntos na Câmara e tivemos a oportunidade de participar na Frente Parlamentar da Agricultura também.

Parabéns pela iniciativa de tornar o Alegrete a capital da linguiça campeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o Senador Zequinha Marinho tem razão. Aqui a gente só vai aprovar agora novos produtos quando vier para a gente experimentar antes, para saber se é bom mesmo, degustar...

Quero dizer que, com certeza, essa linguiça, tradicional daquela região, traz muita prosperidade, principalmente para os pequenos que devem produzir naquela região.

No meu estado, temos a linguiça de Maracaju, que é famosa também, que é uma linguiça dessa região. E, também, Maracaju já é a capital da linguiça no Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, parabéns Afonso.

E obrigado pelo Weverton, o Senador Weverton, que me passou a responsabilidade da relatoria *ad hoc*.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Solicito que se prepare a votação.

Eu já votei, já preparei aqui, estamos com o processo aberto.

Quem vota com a Relatora, vai votar "sim", está certo? Nós estamos com muita gente remotamente.

Eu convido todos os colegas que estão participando à distância que possam votar. Peço aqui ao pessoal da Secretaria, assessores, que façam contato com nossos Senadores para que possam entrar virtualmente colocando seu voto, por gentileza.

Nós vamos deixar a votação correndo aí, devagar, já estamos com três...

O item 2 está por aí, Pedro? (*Pausa.*)

Ah, está bem, não chegou ainda, né?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Enquanto não...

Nós fizemos aquela audiência pública na última sexta-feira, Tereza, em que nós aprovamos requerimento aqui, na Comissão de Agricultura do Senado Federal, lá na Expodireto Cotrijal. Junto conosco, também se somou a Comissão de Agricultura da Câmara, Afonso, que participou do evento também lá; a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa; e a Comissão de Economia da Assembleia Legislativa.

O tema é extremamente importante. Lá estava presente o Vice-Governador do estado; a minha presença também, a do Senador Mourão; vários Deputados Federais presentes, Deputado Pedro Westphalen, inclusive, que era o autor do projeto que eu apresentei no Senado e ele apresentou na Câmara; vários Deputados Estaduais presentes também; e todas as entidades de classe, Tereza, da pequena, da média e da grande propriedade. Então, unidade das entidades de classe, do Governo de estado, da Câmara Federal, do Senado Federal e também da Assembleia é importante para nós encontrarmos solução para esse problema que se arrasta já há uns cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Antonio da Luz, Tereza, fez também – competente economista da Farsul – a numerologia das perdas que teve hoje o Rio Grande do Sul. Dentro da porteira, é em torno de R$150 bilhões, os produtores perderam. O que o estado perdeu, as prefeituras perderam, o comércio, a indústria e o serviço está em quase R$600 bilhões, um número impressionante. Temos que encontrar uma solução.

A gente vai pedir apoio dos Parlamentares não só desta Comissão, que é a Comissão Temática do assunto... Inclusive, amanhã, nós teremos aquele debate com o Ministério da Agricultura e também com o do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Paulo Teixeira e o Ministro Carlos Fávaro vão estar aqui, então nós já combinamos de fazer algumas colocações a esse respeito no debate da Comissão da Agricultura amanhã sobre esse tema. É importante, o pessoal foi à Expodireto, que a Tereza conhece, participou lá da Expodireto Cotrijal, um dos maiores eventos do agro gaúcho e brasileiro, e lá foi palco dessa importante reunião da Comissão da Agricultura desta Casa, que comandou o processo; e nós precisamos de uma solução para essa problemática dos produtores gaúchos, que sofrem, e a seca continuada...

E aí, Tereza, que já foste Ministra, temos que achar uma forma de ter um programa de irrigação.

Falando em Alegrete, Afonso, uma das questões importantes é que Alegrete tem água de rio, tem lá o Ibirapuitã, tem o Camaquã...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... o Ibicuí – quer dizer, há muitas barragens –, mas também é muito importante, Tereza – nós já o olhamos quando tu eras Ministra –, o Aquífero Guarani. A água lá está a menos de 100m, tem água de subsolo, quer dizer, é extremamente barato você fazer água lá em Alegrete e em toda aquela região que tem muita área para plantar arroz, muita área para plantar soja especificamente, mas que precisa da irrigação.

Além das águas de barragens – a água do aquífero já está funcionando e bem, muitos produtores já estão fazendo –, há a questão do equipamento de irrigação. Se buscarmos uma alternativa para fazer equipamentos mais baratos, com custo mais barato, redução dos impostos e também uma taxa de juros adequada, seguramente, com as perdas que o Antônio mostrou ali, nós podemos, vamos dizer assim, fazer esse investimento e ele se paga para fazer a irrigação, porque água nós temos.

Acho que eu falei para ti um tempo atrás, Tereza, que eu fiz, numa região lá das Missões, no noroeste, e apresentei ali, Deputado Afonso, 23 municípios. Rogério Porto, que é um competente geólogo e economista e foi por três vezes Secretário de Estado, e três professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul fizeram já, com o meu acompanhamento, um levantamento de 65 municípios. Apresentamos agora lá 23, que têm 1.715 açudes de 5 a 25 hectares, que irrigam 105 mil hectares. Então é importante porque ali é a solução para uma região que sofre muito com a estiagem. Então, água nós temos.

É o estado hoje... Quando a gente olha a água no Brasil, a gente enxerga o Amazonas, que realmente tem o maior volume de água, e o segundo é o Mato Grosso, mas, se pegarmos hoje o Rio Grande do Sul, proporcionalmente ao tamanho do estado, nós temos mais água que o Mato Grosso e sofremos com essa estiagem horrível, né? Então, saídas nós temos, temos que achar programas que possam ajudar os produtores a fazer a irrigação da pequena, da média e da grande propriedade.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Heinze.

Bom, nós já alcançamos quórum, né? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro esta votação e solicito que a Secretaria jogue na tela aqui o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Oito votantes: 8 SIM, mais o Presidente, 9.

Parabéns, Senadora!

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parabéns, Deputado Afonso!

O projeto está aprovado.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Zequinha, você me dá um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Fique à vontade, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – O Senador Heinze falou aqui sobre irrigação, sobre água de subsolo, sobre aquíferos. Eu tive a oportunidade, na semana passada, Senador Heinze, de ir a Luís Eduardo Magalhães e conversar lá com muitos produtores rurais. Na época em que eu estive no ministério, eu tomei conhecimento de um importante programa que os produtores rurais lá daquela região fizeram sobre o aquífero cujo nome agora está me fugindo aqui. É o aquífero que sai do Tocantins, lá na região de vocês, e vai até à Bahia e é um grande aquífero também. Eles fizeram um estudo com a Universidade de Nebraska, levantando a quantidade de água que o aquífero tinha e o que era necessário de recarga, para não deixar esse aquífero sem a recarga necessária para os rios, porque ali as águas correm para o São Francisco, e para que isso não afetasse o volume de água dos rios ali da região. É um programa que já tem, se não me engano, dez anos, oito anos, e eles agora voltaram lá no Nebraska e fizeram. Então, hoje, lá eles não precisam nem de licença ambiental, porque eles se tecnificaram tanto através desse estudo, que, então, você voa ali naquela região, e são só as bolas ali de pivôs. É claro que a região de vocês é diferente, são propriedades menores. Lá são grandes propriedades, tudo plano, então tem pivô até de 300ha. Mas é agricultura moderna sustentável, usando a água, mas também devolvendo essa água para recarga desses aquíferos, que são tão importantes e que é uma riqueza extrema para o nosso país.

Os Estados Unidos hoje têm pouca água, a Índia tem pouquíssima água, a China tem pouca água. Aliás, acabamos de ouvir isso agora numa fala numa palestra muito interessante em que eu e o Senador Bagattoli estivemos. Então, solução existe. Agora, nós precisamos ter vontade política, recursos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essas regiões possam ter aí um sofrimento menor, e seguro rural – não é? –, que é tão importante para toda a agricultura.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Antes de a gente passar ao item 2, quero facultar a palavra ao Deputado Afonso Motta. V. Exa. gostaria de se manifestar?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) – Agradeço, Presidente Marinho, a deferência especial pela oportunidade do exame e da aprovação dessa matéria.

Como foi muito bem colocado aqui pelo cidadão alegretense Senador Luis Carlos Heinze e com o brilhante parecer que a nossa Ministra Senadora Tereza Cristina nos deu o privilégio de acolher e relatar, Alegrete tem um papel estratégico na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Eu estou no meu quarto mandato como Deputado Federal, sucedi o Deputado – hoje Senador – Luis Carlos Heinze, que teve tantos mandatos ou mais do que eu, também representando aquela região de grandes extensões e de uma atividade agropastoril muito intensa. E nós temos um processo de latinidade, ou seja, nós temos um sentimento muito forte, porque saíram dali grandes lideranças que ajudaram a constituir a nação brasileira. Getúlio Vargas saiu dali, Oswaldo Aranha saiu dali – Oswaldo Aranha, que hoje tem um neto que está como embaixador coordenando a COP 30, veja bem a referência. Por isso, a aprovação de uma matéria como essa pode parecer assim um pouco singela, mas ela tem muito significado social, político e econômico, exatamente pelas nossas dificuldades.

Para se ter uma ideia, Presidente, agora circularam lá pela nossa principal rodovia, a BR-290, saindo da Argentina e do Uruguai, 2 milhões de argentinos, que entraram no Brasil, na direção de Santa Catarina, no centro do país e alguns ficaram no Grande do Sul. E nós, eu e o Senador, entre tantos outros Parlamentares, temos lutado muito junto ao Governo Federal porque há muitos anos vem sendo constituída a duplicação da rodovia BR-290, mas ela é muito precarizada, as coisas não acontecem. E tudo isso está num contexto de uma região do país estratégica, que tem uma ligação... Agora, nós todos estamos debatendo o Mercosul, que, para nós, tem um significado muito grande. E a gente tem desafios e dificuldades, Presidente. Por isso, esse fato é muito significativo, muito relevante. Agradeço ao Senado da República.

Já tive a manifestação de parte do conjunto dos colaboradores aqui da Comissão de que vai ocorrer um encaminhamento hoje ainda para o Plenário, porque esse evento da linguiça tradicional campeira, que é um grande festival, vai ocorrer nos dias 4, 5 e 6 de abril, e eu e o Senador Luis Carlos Heinze queremos estar lá, entregando à população esse título tão importante.

Então, meus sinceros agradecimentos, minha grande admiração pelo Senado da República e muito obrigado mesmo por todo o esforço que foi feito para que essa aprovação acontecesse hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Deputado. Interessante.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá. Um pouquinho de silêncio para a gente dar continuidade.

Item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Observações:

- Seleção da Política Pública, em vigor no Poder Executivo, a ser avaliada em 2025 pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na área de sua competência, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

- Votação simbólica.

A iniciativa do requerimento é do Senador Jaime Bagattoli.

Concedo a palavra ao autor para encaminhar.

Por gentileza, meu caro Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente. Cumprimento V. Exa.

Quero dizer da importância desse requerimento para nós aqui na CRA.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária, instituída por um conjunto de normas constitucionais, leis e decretos, com foco nas etapas de implantação, desenvolvimento e consolidação de assentamentos, dispostos pelos arts. 184, 186 e 188 da Constituição Federal, pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária) e Leis nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e 13.465, de 11 de julho de 2017 (regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal).

Solicito, ainda, que a avaliação verifique eventual impacto negativo do Decreto nº 11.637, de 16 de agosto de 2023, do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024 (que instituiu o Programa Terra da Gente) e da Portaria Conjunta MDA/MF nº 1, de 3 de janeiro de 2025 (que autoriza a transferência de terras de empresas públicas para o Incra, sem a necessidade de registro fiscal) sobre a Política Nacional de Reforma Agrária, no exercício de 2025.

Justificação.

A Política Nacional de Reforma Agrária tem como objetivo a distribuição de terras, a promoção da justiça social no campo e a ampliação da produtividade agrícola por meio da fixação das famílias assentadas.

A política se estrutura nas seguintes etapas: primeiro, implantação de assentamentos, obtenção do imóvel rural, seleção das famílias e criação de assentamento; segundo, desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assentamentos, emissão do título provisório, Contrato de Concessão de Uso (CCU), aplicação de créditos para desenvolver o programa, investimentos em infraestrutura e assistência técnica; terceiro, consolidação de assentamentos, georreferenciamento da parcela de assentado, emissão do título definitivo, passagem da área de domínio público para o particular e inserção das famílias nas políticas de agricultura familiar. No entanto, auditorias recentes de órgãos de controle apontam para falhas severas na implementação e na consolidação de assentamentos rurais, além de indícios de irregularidades da distinção de recursos públicos.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 438, de 2021, revelou a existência de mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária, abrangendo 17 milhões de hectares, o que demonstra uma grave falta de planejamento e acompanhamento por parte do Governo Federal. Além disso, 580 mil beneficiários apresentam indícios de irregularidades, sendo que um perceptual significativo é composto por funcionários públicos e empresários, desviando o propósito social do programa. Relatório da Controladoria-Geral da União aponta que, dos 9.501 assentamentos, criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade extrema, sem acesso adequado à infraestrutura, assistência técnica e titulação definitiva das terras.

Mesmo com essa precariedade, o Governo Federal tem priorizado a expansão de novos assentamentos, em detrimento da melhoria de condições dos assentamentos já existentes. Além disso, os dados orçamentários revelam um descaso financeiro com a consolidação da política. Em 2024, foram empenhados apenas 34,3 milhões, o que equivale a menos de R$37,80 por família assentada, um valor irrisório para garantir condições dignas e sustentáveis. Em contrapartida, o Governo Federal anunciou a destinação de R$450 milhões para a aquisição de novas terras, evidenciando uma priorização política em detrimento de efetividade da política existente.

Um exemplo claro dessa priorização de distribuição de terras em detrimento da consolidação dos assentamentos existentes é o Decreto 11.995, de 2024, que estabelece 17 modalidades de aquisição de terras, ignorando as etapas posteriores da reforma agrária, como o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos. Essa norma se relaciona diretamente ao Decreto 11.637/2023, que alterou a pontuação para a seleção de beneficiários da reforma agrária, aumentando de 5 para 20 pontos a pontuação de pessoas acampadas, em desacordo com recomendações do TCU. Tal medida favorece movimentos invasores em detrimento de outros postulantes, ferindo o princípio da impessoalidade do art. 37 da Constituição.

Outro ponto de preocupação é o art. 24 do Decreto 11.995/2024, que permite que a adjudicação de imóveis para reforma agrária ocorra sem a devida contabilização orçamentária no Siafi, contrariando regras de transparência fiscal e contábil. Isso foi possível devido a uma mudança de entendimento da Advocacia-Geral da União, permitindo a incorporação de imóveis de grandes devedores sem a necessidade de empenho e transferência financeira, aumentando a insegurança jurídica no campo.

Ainda, a Portaria Conjunta MDA/MF nº 1/2025, regulamentando a compensação de obrigações de empresas estatais na aquisição de imóveis rurais, apresenta riscos de subvalorização das áreas adquiridas pelo Incra/MDA, favorecendo negociações desvantajosas para o interesse público. Além disso, a norma permite que os imóveis sejam adquiridos antes mesmo de se identificar a demanda social, o que pode gerar conflitos fundiários e insegurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, a falta de governança informacional no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária agrava a situação, pois as bases de dados dos assentamentos são incompletas, desatualizadas e imprecisas, dificultando a tomada de decisões e o planejamento de investimentos essenciais.

Portanto, faz-se necessária uma avaliação criteriosa da Política Nacional de Reforma Agrária para verificar o impacto da alocação de recursos, a efetividade dos programas de consolidação e a necessidade de ajustes na política pública, assegurando o uso responsável do orçamento e a verdadeira função social da reforma agrária.

Diante do exposto, entendo que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal pode contribuir com as políticas públicas para o Programa Nacional da Reforma Agrária, avaliando se estão de acordo com seus objetivos: melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. A partir de um diagnóstico, a CRA poderá oferecer recomendações e propostas ao Poder Executivo, de modo que a Programa Nacional da Reforma Agrária passe a dar prioridade ao desenvolvimento e à consolidação dos agricultores já assentados, de forma a dar vida digna a essas famílias.

Sr. Presidente, acho desnecessário o Governo agora dispor, neste momento, de mais R$450 milhões, porque está vendo o que está acontecendo acho que é em Minas Gerais, agora, com a situação daquele assentamento lá. Não havia necessidade de fazer nenhuma compra de terra, nenhuma aquisição de terra, neste momento.

Só para vocês terem uma ideia do tanto de assentamento e da dificuldade que se tem para fazer os assentamentos que já estão locados pelo Incra, se vocês pegarem, de 2000 a 2002, só foram entregues 21.804 títulos definitivos; de 2003 a 2006, 4.251; de 2007 a 2010, sete mil quinhentos e pouco; de 2011 a 2014, 33.349; de 2015 a 2016, 14.427; de 2017 a 2018, 33.251; de 2019 a 2021, 84.291; e, de 2023 a 2024, apenas 15 mil títulos definitivos. Sr. Presidente, se você considerar, de 2019 a 2022, entre definitivos e títulos provisórios, foram 452 mil títulos entregues.

Então, o que está faltando para nós, no Brasil, o que está faltando para o Incra, o que está faltando no MDA, o que nós precisamos é regularizar esses assentamentos que já estão em andamento.

Quando se fala de 1975, é verdade. Você sabe, você é do Estado do Pará, eu sou de Rondônia. Rondônia era um território. A maior reforma agrária deste país, no território de Rondônia, foi feita entre 1975 e 1985. Não existe 10% de problema de documentação de terra entre 1975 e 1985. Os problemas que tem é porque quem licitou ou quem recebeu a propriedade não cumpriu com as regras que tinham do Incra.

Agora, o que está faltando hoje é vontade do Governo Federal. E nós temos que esquecer essa história de quem está no Governo, se quem está lá é Governo do centro, da direita, da esquerda. Nós precisamos dar andamento a esses assentamentos. Nós temos que dar andamento aos assentamentos já existentes.

É isso que nós precisamos fazer e precisamos agir, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza, o trabalho de V. Exa. vai nos ajudar muito aqui, porque nós estamos já elaborando um requerimento de pedido de informação, para fazermos um balanço geral no Brasil da reforma agrária feita pelo Governo, que não é pequena. O Brasil fez a maior reforma agrária do mundo. Lamentavelmente, cumpriu umas duas etapas e abandonou as outras etapas. E a gente quer convencer o Governo – e aí digo que V. Exa. acerta muito neste momento – de que precisa retomar isso. Em vez de ficar aumentando novos projetos de assentamento para abandonar no meio da estrada, vamos regularizar o que já foi feito, organizar.

Nós temos projetos de assentamento, Senador Jaime Bagattoli, no sul do Pará, que têm mais de 40 anos, que não têm mais características nenhuma de projeto de assentamento. Estão lá as pessoas morando, trabalhando, produzindo precariamente; mas não se tem mais o princípio da política pública "reforma agrária" em vigor. Acho que um projeto de assentamento com mais de 15 anos não tem razão para não se emancipar, já cumpriu a finalidade social. Agora, emancipa-se e libera as pessoas, regulariza lá a situação documental, enfim... E a pessoa vai tocar a vida com as próprias pernas.

Então, parabéns pela iniciativa.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Nós temos 15 presentes aqui. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 11/2025, da CRA.

E eu quero aproveitar aqui para designar o Senador Jaime Bagattoli para ser o Relator da avaliação da política pública da reforma agrária no Brasil, que nós faremos aqui pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária neste ano de 2025.

Eu acho que ninguém melhor do que V. Exa., que tem todo o interesse no tema, para relatar isso, porque vai dar muito serviço.

Amanhã, certamente, nós teremos aqui a presença do Ministro Paulo Teixeira, do MDA, que é o homem encarregado do Governo para tratar esse setor... (*Pausa.*)

Ah, é na outra quarta; amanhã é o Fávaro, da Agricultura, e o da Pesca. Desculpem aí. Então, amanhã é o Ministro Fávaro e o Ministro da Pesca; e na outra quarta é que nós teremos o Ministro Paulo Teixeira aqui conosco, falando do futuro do seu ministério com relação ao tema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores e senhoras que aqui estiveram presentes para dar cobertura e fazer esse trabalho funcionar.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e quarenta e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Romário, Jorge Seif, Teresa Leitão, Irajá, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência registra a presença do ex-Senador Antero Paes de Barros. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Comparecimento do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência o Senhor Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos. Participante: Carlos Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Comparecimento do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, atendendo ao requerimento REQ 2/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência o Senhor André Carlos Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos. Participante: André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Jaime Bagattoli, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Sergio Petecão, a Senadora Tereza Cristina, e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

De início, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Nós temos 13 Senadores presentes.

Por isso, Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de Ministros de Estado tematicamente relacionados em nossa Comissão para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas pastas para os próximos anos – os próximos dois anos, os anos de 2025 e 2026 –, atendendo os Requerimentos da CRA nºs 2 e 3, deste ano.

Primeira parte: Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento.

Eu quero convidar para tomar assento à mesa S. Exa. o Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência adotará o seguinte procedimento: S. Exa. o Sr. Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abrimos a fase de interpelação aos senhores inscritos. A palavra dos Srs. Senadores será concedida conforme a ordem de lista de inscrição; o Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para o Sr. Ministro.

Com a palavra, portanto, e com muita alegria de tê-lo aqui...

Ministro, nós resolvemos começar este mandato aqui, à frente da CRA, ouvindo as pessoas que tratam da política agrícola do Brasil. E V. Exa. foi o primeiro a ser lembrado de tudo isso. Então, queremos aqui o ouvir sobre o que o senhor pensa para esses próximos dois anos, o que o Governo tem encaminhado, em que a Comissão de Agricultura do Senado Federal pode contribuir, agilizar, apressar. Estamos à disposição.

Eu já registro a presença de um bom mato-grossense também, o Wellington Fagundes; do outro, um gaúcho, Hamilton Mourão, nosso Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, seria possível fazer apenas uma saudação ao Ministro aqui antes de ele falar?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É possível. Só um instantinho, por favor. Deixe-me ver aqui...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, chegou outro mato-grossense aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Chegou! Mato Grosso em peso aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É o nosso Senador dono do Mato Grosso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jayme Campos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Jayme Campos e o ex-Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem-vindo. Bem-vindos a todos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Portanto, Mato Grosso em peso.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom, chegou aqui também o Senador Jayme Campos.

Como mato-grossense, quero aqui registrar a importância desta audiência pública. Porque, Presidente Zequinha, Mato Grosso e o Pará são dependentes um do outro, né? A ligação principal de Mato Grosso para o escoamento da nossa produção se dá pela 158 e também pela 163. Então, eu quero aqui registrar: Mato Grosso é o estado hoje que é o maior produtor das *commodities* agropecuárias, e temos ainda problemas na infraestrutura, no escoamento.

Ontem eu estava em Santos, Ministro, e lá uma das discussões é exatamente essa questão da infraestrutura, mas também da armazenagem, que é um problema não só do setor agropecuário, não; é de todos os setores. Por exemplo, nós ouvimos lá um técnico dizer que, no Brasil, infelizmente, nós temos uma reserva de óleo diesel apenas para um dia, Senador Jayme Campos, enquanto os Estados Unidos têm uma reserva de óleo diesel para um ano. Então, nós não temos, digamos, armazenagem. E isso é histórico, não é uma coisa de se resolver ou dizer que é de hoje. Não, você não faz um programa de armazenagem de uma hora para outra.

Então, eu sei que o Ministro vai falar sobre todas as áreas, mas eu gostaria, Ministro, inclusive, de que fosse abordada essa questão da armazenagem, porque, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, a armazenagem é um tema com o qual eu sei que todos nós temos uma preocupação e que sei que está como foco também do seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Fagundes.

Com a palavra S. Exa. o Sr. Ministro Carlos Fávaro, por 30 minutos e quanto mais for preciso, para trazer suas exposições, as metas do ministério, as estratégias, enfim, aquilo que a gente tem pela frente para esses próximos dois anos.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Zequinha Marinho. Quero agradecer pelo convite e dizer que é um momento muito especial estar retornando a esta Casa, em especial a esta Comissão.

Quero parabenizá-lo pela assunção ao cargo. Tenho certeza de que fará um brilhante trabalho, pelo conhecimento que tem da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento todos os colegas Senadores – não temos nenhuma Senadora aqui presente, mas é uma honra estar aqui com todos vocês.

Vou procurar tentar ser o mais breve possível, mas vou fazer um relato de algumas ações que consideramos relevantes para o ano de 2025 e 2026, sempre procurando, neste relato, também alguma conexão com ações importantes que já foram efetivadas nos dois anos passados, 2024 e 2023. E procurarei fazê-lo sem gastar os 30 minutos, para que a gente possa, então, ampliar o debate, ouvir sugestões desta Comissão, que certamente tem muito a contribuir e nos ajudar nas políticas públicas para a agropecuária brasileira.

A primeira das ações que estão estruturadas já para 2025 e 2026, Senador Zequinha, é a reestruturação do Inmet. É fato que as mudanças climáticas chegaram para ficar – e está aqui o Senador Luis Carlos Heinze, que está constantemente lutando lá no Rio Grande do Sul por causa de intempéries climáticas. Quando não é seca, é enchente; quando não é enchente, é seca. E isso afeta os nossos produtores.

E uma das importantes ações é a modernização do Inmet, para que o Inmet sirva de ferramenta não só para previsão meteorológica, mas também para as políticas públicas, como de seguro rural, como de concessão de crédito, de zoneamento – isso é fundamental.

Só para se ter uma noção, o Inmet ainda tinha 174 estações meteorológicas analógicas, em que precisavam – dentro de cinco regionais para administrar, com corpo técnico e área meio para gestão de contratos – administrar os profissionais e terceirizados que iriam todos os dias, duas vezes por dia, coletar os dados de uma estação meteorológica analógica. Vejam se tem cabimento isso nesta época da era digital.

Então, com recursos, primeiramente, da emergência do Rio Grande do Sul e também das Bacias do São Francisco, Parnaíba e Furnas, no fundo da Eletrobras, nós reestruturamos e estamos num processo de reestruturação do Inmet para, primeiro, desligar essas 174 estações analógicas e modernizar as estações meteorológicas digitais, que são na ordem de 700 estações, mas essas aquisições foram do ano de 2014. Vejam que já se passaram mais de dez anos. Imaginem como era o nosso celular, mesmo o tecnológico, de 2014 e o de hoje. Para se ter uma noção, ela comunicava-se com o meteorologista só no sentido estação-meteorologista. E não podia – e hoje é muito fácil isso – o meteorologista também se comunicar com a estação. Por exemplo – para explicar por que se precisa disso –, se ela está programada para enviar duas vezes por dia os dados meteorológicos dela para o meteorologista, aí vem uma previsão de alguma tempestade e ele quer calibrar melhor, inclusive para o alerta à população, basta ele pegar imediatamente daqui para lá os dados da estação meteorológica naquele momento que consegue melhorar a previsão.

Então, nessas 700 estações meteorológicas será dado o *upgrade* tecnológico, vão ficar todas no mesmo padrão. Haverá a aquisição de 230 novas estações na primeira fase, além de 98 que já foram adquiridas para o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul já tinha estações digitais, nelas será feito um *upgrade* e serão levadas para outros estados. O Rio Grande do Sul será o primeiro estado da Federação – por óbvio, é o que mais está sofrendo com intempéries climáticas – a ter toda a cobertura do seu território com radares meteorológicos. E haverá uma segunda fase de aquisição de mais 230 estações. Então, o Brasil vai passar de mais de mil estações meteorológicas. Haverá a implantação de um novo sistema computacional de alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenho, supercomputadores e inteligência artificial, para ajudar os atuais e os novos contratados, que são 80 servidores em 2025, sendo 40 novos meteorologistas. Além disso, as cinco regionais foram desativadas e incorporadas, mas não com o intuito de diminuir: agora elas estarão dentro das superintendências do Ministério da Agricultura, nos 27 estados brasileiros.

Com relação a uma ação importante de 2025, um tema fundamental é a COP 30. Quanto a este tema nós temos que ter uma visão muito clara da oportunidade e do risco.

Nós já nos reunimos com os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, com as entidades que são mantenedoras da frente parlamentar, o IPA, estamos aqui nesta Comissão. Criamos um programa para que na Embrapa Amazônia Oriental, que fica com a sua sede a 1,6 mil metros da Blue Zone, que é a área principal da COP em Belém, seja também instalado o que nós estamos chamando de "agrizone", uma zona de toda a agropecuária brasileira que seja considerada não um evento paralelo – e sobre isso nós já fizemos as tratativas tanto com o Governo do Estado do Pará, como também com o Presidente da COP –, mas para que seja uma parte integrada, inclusive com locomoção – os mesmos crachás e as mesmas bilheterias de reconhecimento, o acesso –, para que a agropecuária brasileira se apresente com várias instituições dentro da Embrapa, com a ciência, a tecnologia, todos os arranjos produtivos e a forma com que se produz alimentos e energias renováveis neste país.

Nós temos muito a apresentar para o mundo. Eu acho que temos que tratar isso como uma grande oportunidade. Por exemplo, a Plataforma Agro Brasil + Sustentável, a rastreabilidade bovina, o Programa de recuperação de Pastagens Degradadas, um direcionamento do Brasil para a não necessidade de novos desmatamentos e, mesmo assim, continuar crescendo na ordem em que estamos hoje, de 1,5 milhão a 2 milhões de hectares sendo incorporados aos arranjos produtivos.

São ações extremamente relevantes, como todos os outros arranjos de tudo aquilo que podemos demonstrar para o mundo. Mas, vírgula, é fundamental também para que a gente mantenha a soberania nacional dentro dessa COP, que não venham de fora apontar o dedo para a agropecuária brasileira como vilã, que não o é. Isso é um compromisso que faço com esta Comissão, e lhes convido para estarmos juntos, mostrando tudo aquilo que temos de bom e como fazemos essa agropecuária, mas não se admitindo e não deixando que ninguém venha de fora apontar o dedo para esse setor tão importante da economia brasileira.

Cito isso no exemplo do caso da multinacional Carrefour, em que houve uma completa união brasileira em termos de um tema: se não querem comprar produtos brasileiros, que não comprem, mas falar mal não será admitido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Difamar produtos... Sem precedente.

Outras ações – já passando, então, para dentro do Ministério da Agricultura – são ações de modernização que estamos implementando. Por conta da Secretaria de Defesa Agropecuária, que é, com toda certeza, um coração do Ministério da Agricultura, nós estamos implementando o SDA Digital.

Veja se tem cabimento, Zequinha e caros colegas, com esse tamanho de produção brasileira, o líder mundial na exportação de tantos produtos – e aqui não quero nem perder tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para narrar quais são –, até 2024, ainda ter a emissão de certificados completamente analógica, no papel, no carimbo, causando transtorno, burocracia, perda de tempo e atrapalho aos empresários brasileiros. Veja que, em abril de 2024, o primeiro dos certificados eletrônicos a ser lançado foi o do grupo das proteínas animais, de que o Brasil é um grande exportador. De lá para cá, portanto, desde exatamente um ano atrás, nós já emitimos 95 mil certificados eletrônicos, com toda a retirada da burocracia. E, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Vice-Presidente, Geraldo Alckmin, também tiramos as taxas que cobravam sobre os empresários na emissão desse certificado.

O certificado eletrônico fitossanitário, o e-Phyto, esse no caso para grãos e frutas, da mesma forma, é completamente analógico no Brasil. Só para se ter noção, dois países do mundo tinham esse certificado somente no papel: Brasil e Venezuela. Chegou ao ponto em que – e aqui estava o Senador Wellington Fagundes falando dos portos – uma empresa carregava um navio de soja, de milho ou de farelo de soja, botava ele para navegar com destino, por exemplo, a Roterdã, na Holanda, e ela vai comercializando aquela carga de soja, seja do que for. Mas se ela muitas vezes não comercializava o total da carga e, na última semana de viagem, fazia a última comercialização, tinha-se que emitir um certificado de papel aqui no Brasil e mandar para lá fisicamente. Muitas vezes pagava *demurrage* aguardando chegar o papel para descarregar o navio. Veja que absurdo, Jayme. Hoje, é completamente modernizado, já estamos com 3,5 mil certificados eletrônicos. O mais avançado é para as frutas, e aqui fiquem à vontade para se certificarem com os produtores de frutas brasileiros – a Abrafrutas e todos os exportadores – de como isso simplificou e está dando rapidez.

O SDA Digital vai ser uma realidade completa no ano de 2025, como, por exemplo, o SIF simplificado, completamente eletrônico. Para um cidadão que deseja abrir um pequeno abatedouro, uma fábrica de embutidos ou um pequeno laticínio, vai ser completamente digital. Dependendo do risco gerado pela atividade, em poucos minutos ele vai ter o número do seu SIF já gerado. Ao que precisar de análise técnica digital, a equipe do Mapa vai dar a celeridade para esse assunto, facilitando a abertura.

O lançamento do SIF Digital será amanhã, 20 de março, às 14h, lá no Ministério da Agricultura. Estão todos convidados. Ele vai integrar as bases de dados dos governos estaduais também, para facilitar e diminuir o retrabalho dos nossos servidores.

A nova lei dos pesticidas, que foi um avanço, sem dúvida nenhuma, aprovado por este Congresso Nacional, merece agora então, da nossa parte, a modernização do sistema. Está sendo construído já, então, também um Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica para a modernização de novos pesticidas, de novas moléculas, para sair daquele pingue-pongue protocolar, um processo que demorava anos para acontecer. Será lançado no próximo mês, em maio de 2025, e o sistema será usado pelos três órgãos registradores: Mapa, Anvisa e Ibama. Trará centralização das solicitações em um único sistema, automação e celeridade na análise de dados, redução da burocracia e aumento da eficiência administrativa. Ele também e todos os outros estarão integrados em uma plataforma chamada SDA Digital.

Outro destaque também da defesa agropecuária é o Plano Nacional de Identificação de Bovinos e Búfalos. É uma mensagem importante, que vamos levar inclusive à COP, para mostrar ao mundo que a procedência da pecuária brasileira é o rastreamento bovino e bubalino. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande avanço, que vai ser implementado... está sendo implementado com o sistema que está sendo construído em parceria com os estados brasileiros, com as defesas agropecuárias dos estados, com as plantas frigoríficas, o Governo Federal, os governos dos estados e os produtores rurais.

A ampliação do sistema Sisbi também – está aqui a Judi, que coordena o processo – é uma oportunidade, Senador Jayme Campos, porque o Sisbi dá a equivalência do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) para aqueles pequenos produtores que produzem queijo, embutidos, um animal de criação que é abatido, feita a inspeção, e que só podem vender dentro do município. Isso é um absurdo. Então, o Sisbi tinha, de 2006, quando foi criado, até 2023, pouco mais de 300 municípios aderidos ao programa. Hoje nós já estamos com 950 sendo implementados, e a meta é 2,5 mil municípios com Sisbi até 2026, dando a capacidade de um pequeno produtor ter seu produto comercializado em qualquer lugar do território nacional com o atestado de certificado sanitário.

O reconhecimento, pela Organização Mundial de Saúde Animal, em Paris, do Brasil livre de febre aftosa sem vacinação será um marco histórico esperado há mais de 50 anos. Aqui todos merecem aplausos: os governos de estados, as secretarias de defesa, os nossos pecuaristas, o Congresso Nacional. A expectativa, já confirmada tecnicamente, pela Organização Mundial de Saúde Animal, é de que o Brasil cumpriu todos os requisitos. A assembleia será no dia 25 de maio próximo, a entrega do certificado será no dia 29 de maio. E nós vamos fazer um ato brasileiro com os Parlamentares, a frente parlamentar, os Governadores, a indústria da carne, as entidades dos criadores, que estarão juntos em Paris, no dia 6 de junho, recebendo o certificado, fazendo o churrasco brasileiro e mostrando a qualidade da carne.

Isso vai nos permitir acessar mercados mais exigentes e mais remuneradores; por exemplo, essa é uma exigência para abrirmos o mercado de carne bovina para o Japão, que remunera muito bem, algo em torno de US$8 mil por tonelada de carne. Só para o senhor ter noção, a gente vende para a China por em torno de US$5 mil a tonelada. Olha que oportunidade a partir desse certificado que o Brasil vai receber.

Outra ação importante, que já foi resolvida em 98%, é o saneamento do episódio de Newcastle no Rio Grande do Sul: 98% dos países que compram carne de frango brasileira já deram o caso por solucionado e voltaram a comprar carne de frango do Rio Grande do Sul.

A portaria do chuveirinho, que é a possibilidade de lavagem de carcaça de frango, o que é permitido... O Senador Jayme Campos, que também já foi dono de frigorífico, sabe que isso é uma prática normal para o frigorífico de bovinos, e sem muita lógica era proibido no Brasil dar um banho na carcaça de frango antes das desossas e da divisão dessa carcaça para a embalagem. O que significava isso, Zequinha? Uma média de condenação da ordem de 8% das carcaças produzidas. Depois de você ter o ovo, o pintinho, levar para a granja, recriar, buscar, abater, na hora de fazer a desossa e a divisão desse animal, se colasse uma pena na carcaça, graxaria, era condenado. Nós conseguimos superar isso, é uma meta histórica, isso deve reduzir a condenação de carcaça para a ordem de em torno de 2%, que é a média mundial. O mundo todo usa essa tecnologia simples e barata. A gente deu um grande passo importante para o setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto de regulamentação da lei de autocontrole: tão importante e foi feito por esta Casa, garantindo mais agilidade e capacidade de crescimento do setor. Serão 17 regulamentações, já tem sete constituídos, dois lançados de ração de animal e produtos de origem animal, que são os mais difíceis, e, agora, em fase final, há o rito administrativo para que o empresário tenha um rito mais rápido, mais célere na apuração de infrações e multas. E os demais estão todos com implementação para o ano de 2025 – serão mais sete atos lançados em 2025.

Enfrentamento de emergências sanitárias.

Prioridade do novo programa de prevenção e controle da mosca da carambola para os municípios do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima – que vão receber um certificado de propriedade e poder comercializar em todo o território nacional, algo que há 17 anos era esperado por esses estados e foi lançado na semana passada –, bem como para a monilíase do cacaueiro para Acre, Amazonas e Pará, e vassoura-de-bruxa para o Amapá e Pará.

Fortalecimento da promoção comercial e cooperativismo.

Nesses dois anos, fruto da busca de uma boa relação diplomática e também da qualidade sanitária, técnica, de preços competitivos e da competência dos nossos produtores, Zequinha, nós abrimos 344 novos mercados para os produtos da agropecuária brasileira, um recorde absoluto. Nunca, em dois anos, se abriram tantos mercados e de forma diversificada! Não se trata só de abrir mercado para carne bovina, suína, ave, soja, milho, não; é, por exemplo, para gergelim, frutas, tudo aquilo que se produz no campo brasileiro hoje está aberto e ganhando oportunidades no mundo. O Brasil se tornou definitivamente o supermercado do mundo. A segurança de ter onde buscar o alimento para qualquer país amigo do mundo é saber que pode vir buscar no Brasil, graças à nossa competência, não tenha dúvida disso.

Só para se ter uma noção do que está acontecendo hoje, nos Estados Unidos, estão dizimando os plantéis comerciais de aves por conta de gripe aviária, e o Brasil é um dos dois países do mundo que não têm gripe aviária em seu plantel comercial. Por isso estamos quase com 40% das exportações de frango do mundo. É assim que nós vamos, com competência, ganhando os mercados e gerando oportunidades aqui dentro.

Destaques para gergelim, uva, sorgo para a China, carne bovina para o México, suína para a República Dominicana, México, miúdos de frango para o Vietnã, algodão para o Egito, que é o melhor algodão do mundo. O Brasil ganhou a equivalência e hoje é o campeão mundial na exportação de algodão também. Para o Egito também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Algodão egípcio brasileiro. (*Risos.*)

Um destaque também para a habilitação de plantas frigoríficas para a China. São aproximadamente, se eu não me engano, 43 com mais 4, 47 ou 48 novas plantas frigoríficas habilitadas para a China, o que gera oportunidade, emprego e renda aqui dentro do Brasil. Isso deve aumentar, porque nós estamos com uma nova lista lá na faixa de 44 plantas que já cumpriram o regramento brasileiro e podem ser habilitadas, ainda mais nesse momento de guerra comercial dos Estados Unidos com o mundo. Na última segunda-feira – eles têm um modelo de habilitação por *prelist* –, essa *prelist* de bovinos não foi renovada. Portanto, na segunda-feira passada, 400 plantas frigoríficas norte-americanas foram desabilitadas de vender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a China. Por óbvio, isso migra certamente, e para o Brasil é uma grande oportunidade. Nós devemos ter, neste ano, pelo menos mais algumas dezenas de plantas habilitadas, gerando oportunidade aos nossos pecuaristas e aos nossos produtores.

Tivemos a ampliação da rede de adidos de 29 para 40 postos, e programas importantes que nós implementamos com esses adidos. Nós temos hoje – deixe-me achar onde que está aqui – o AgroInsight, acho que o Rua pode até mostrar para nós. Todos esses adidos – são 40 – vão fazer, todos os meses, aquele relatoriozinho, mês a mês, e estará disponível de forma eletrônica para todo cidadão brasileiro, para se olhar o que está acontecendo de oportunidades comerciais. O adido está lá, ele vai fazer um relatório para proteínas animais e proteínas vegetais: quem que é o comprador; o que estão demandando; o que está faltando. Isso gera oportunidade aqui dentro para nós. Demos uma nova missão aos adidos.

E também há o segundo passo: em função de todas essas aberturas de mercados, nós percebemos que muitos setores não sabiam que tinham oportunidade de exportar determinados produtos para algum país do mundo. O mercado foi aberto e não ficamos nem sabendo. Então nós criamos o passaporte para exportação, em que o Mapa criou um setor – a equipe do Secretário Rua – que vai ensinar empresas e associações a cumprir os requisitos para passar a exportar, caso queiram, o produto do mercado que foi aberto.

A diversificação da pauta foi tamanha que, mesmo com a diminuição, em 2024, da exportação de soja brasileira, em função da diminuição da safra, a diversificação dos produtos da agropecuária foi da ordem de 7% a mais, de tantos produtos que o Brasil passou a exportar nesses dois últimos anos. Estão aqui o Passaporte Agro, sobre o qual eu disse, e o AgroInsight também. Serão 76 relatórios mensais, o que vai chegar por ano a em algo em torno de mil relatórios de todas as áreas, em vários países do mundo, para que os nossos empresários, os nossos produtores possam ficar atentos às oportunidades comerciais.

Nós também participamos em parcerias com a Apex em 13 realizações de feiras internacionais e mais 3, já fizemos 3 este ano e tem mais 3, portanto, 16 feiras internacionais levando os produtos brasileiros, além de um *pool* de *trade*, coisa que também não existia. As *trades* brasileiras praticamente se aperfeiçoaram em vender grãos, carnes e um pouco de fruta. Como o leque foi muito mais amplo, nós estamos trabalhando com as *trades* para que elas vejam as oportunidades e busquem, nas cooperativas, nas associações e direto com produtores, oportunidades de comprar esses produtos e vender, ampliando a nossa relação comercial. Nesses dois últimos anos, foram 80 missões internacionais do Ministério da Agricultura.

A Embrapa é outro capítulo à parte muito importante. Nós temos um grande orgulho, bem como todo brasileiro, desta empresa agropecuária, que nos tirou 52 anos atrás de importadores de alimentos para sermos esse grande produtor, exportador de alimentos e energias renováveis. Mas a Embrapa que nos trouxe até aqui certamente não será a Embrapa que vai nos levar aos próximos 50 anos. O modelo de governança precisa e deve e está sendo modernizado.

Está aqui Carlos Augustin, que é Presidente do conselho, que pegou a missão, junto com a Silvia, com o conselho deliberativo da entidade. A partir de um trabalho feito nos primeiros seis meses do Governo, com o que chamamos de um grupo de trabalho de notáveis – Silvio Crestana, Roberto Rodrigues, Guedes Pinto, Pedro Camargo Neto e a Profa. Ana Celia, que é da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade Federal de Rio de Janeiro, uma economista muito bem-conceituada –, criaram, então, um banco de ações para que nós pudéssemos implementar e modernizar a Embrapa.

Vejam que a Embrapa tem um orçamento anual, entre folha de pagamento e custeio do dia a dia, lâmpada, limpeza, cafezinho, segurança, carros, veículos, de R$5 bilhões por ano. Ela recebe, com 43 unidades, 2,2 mil doutores, 7 mil pesquisadores, algo em torno de R$30 milhões, R$40 milhões em *royalties*. Alguma coisa está errada! Ela produz e dá isso de graça, sem nenhuma previsão de receber um pouco dessa propriedade intelectual para continuar avançando nas tecnologias.

Por isso, nós criamos o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que permite um recurso à parte do Orçamento Geral da União, que fica como um estímulo aos pesquisadores. Ele desenvolve a pesquisa, recebe isso da iniciativa privada, e esse dinheiro fica direto na Embrapa para retroalimentar o sistema.

O fortalecimento de relações com o setor público... Em 2023, graças à PEC da transição, o orçamento da Embrapa foi melhor, e ela começou grandes melhorias. Ela também fez parte do PAC com R$983 milhões para os próximos quatro anos. Tem duas unidades sendo terminadas que serão inauguradas: a Alimentos e Territórios em Alagoas e a Cocais do Maranhão, além de algumas... Há as UMIPIs (Unidades Mistas de Pesquisa e Inovação), de pesquisa agropecuária. Por exemplo, nós acabamos de lançar, junto com outras entidades que podem ajudar a manter, uma na Baixada Cuiabana, em Mato Grosso, e uma no Vale do Ibiapaba, no Estado do Ceará. Isso é um conjunto de ações sem onerar a Embrapa, que pode usar todo o conhecimento técnico das diversas áreas, levando à disseminação de tecnologias.

Para este ano, no Orçamento da PLOA que está sendo votado nesta Casa, eram previstos R$157 milhões, adicionamos, no acordo com a Casa Civil, mais R$168 milhões, o que dará um orçamento, então, discricionário para pesquisa da ordem de R$325 milhões.

Além disso, há uma grata surpresa, em que a gente já vinha trabalhando: a CNA anunciou que vai fazer parceria para que a iniciativa privada possa também começar a colocar recursos e financiar especificamente pesquisa. Lógico, não tem que pagar custeio, não tem que pagar manutenção, mas financiar pesquisa, usando a capacidade da Embrapa de aprimorar o sistema de pesquisa brasileiro.

O Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas acho que é uma grande revolução. O Brasil tem, dos 168 milhões de hectares em pastagens, 30 milhões ou 40 milhões de hectares de boa tecnologia, suplementação de fertilizantes e calcários, com grande capacidade estática. Tem alguns biomas sensíveis, como o Pantanal e o Pampa gaúcho, mas tem lá 90 milhões de hectares em estágio de degradação. E ao investirmos na recuperação... E, por isso, criamos um programa para recuperar 40 milhões de hectares, inserir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – ... de forma mais efetiva o sistema produtivo. Já tem R$14 bilhões emprestados aos produtores nos dois Planos Safra, com juros de 7% ao ano, dois anos de carência e dez anos para pagar, para amortizar, o que já gerou algo em torno de 3 milhões a 4 milhões de hectares incorporados ao sistema produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em vias de ser lançada a primeira linha em leilão para os bancos no âmbito do programa Eco Invest do Tesouro Nacional, com R$8 bilhões nessa modalidade, e um outro acordo com a Jica japonesa na expectativa, que está sendo construído, de US$1 bilhão, o que daria, então, algo em torno de R$5,6 bilhões para esse programa.

Na política agrícola, aí é um ponto importante, a modernização de seguro rural é uma meta para 2025 e 2026, o que só será possível com uma grande parceria deste Parlamento, Senador Jayme. Liguei ontem convidando. Nós teremos, nos dias 8 a 10 de abril de 2025, aqui em Brasília, um congresso internacional de desenvolvimento do seguro agropecuário, onde estarão os bancos, as seguradoras, as resseguradoras, as entidades representativas de classe, os Parlamentares, o Governo, discutindo novas tecnologias para que a cobertura do seguro se torne uma realidade efetiva para os nossos produtores rurais. Seguro paramétrico, ampliação de áreas seguradas no Brasil, estimular a contratação de seguro, e com financiamento, com recursos controlados, serão assuntos que devem ser debatidos para que a gente possa juntos encontrar uma solução para essa que ainda é uma carência estrutural da nossa agropecuária.

Com relação ao atual Plano Safra, Zequinha, nós temos aqui, então, um Plano Safra recorde, da ordem de R$535,63 bilhões, sendo R$400,6 bilhões do Plano Safra mais R$135 bilhões de LCA que também financiamos, R$535,63. E há uma constatação já de que há uma *performance* mais acanhada em algumas áreas da execução desse Plano Safra.

O Pronamp, que é para médios produtores, vem com uma *performance* muito satisfatória: um crescimento de 12%. Sai de 1,420 milhão de contratos em 2024/2025 para 1,622 milhão. E houve um acréscimo de 12% também, consequentemente, na renda. Mas para os demais produtores, os médios e grandes produtores, há uma diminuição da *performance* na ordem de 19%. Isso nos deixou um pouco atentos. O que estava acontecendo? Qual é o movimento? O movimento é este daqui: há uma migração – uma migração. Era mais ou menos metade do Plano Safra, crédito com custeio rural, metade dos recursos através de CPR, e houve uma migração neste ano, com o crédito rural performando menos e a CPR performando muito mais. Fruto disso – nós conversamos com os bancos – é o temor da onda de recuperações judiciais. A CPR é um instrumento que é blindado na recuperação judicial, não entra na recuperação judicial. Então, o mercado financeiro prefere, em vez de utilizar o crédito rural, oferecer aos produtores a CPR, o que é uma pena, porque ela é mais cara que o crédito subsidiado. Eu acho que é um assunto que a gente tem que tratar com muita atenção. Nós agimos com o Conselho Nacional de Justiça para que ele possa orientar os magistrados de piso que a recuperação judicial é um instrumento legal, mas tem que ter critérios muito técnicos, porque senão ela vai continuar prejudicando a imensa maioria do crédito dos produtores brasileiros.

Nós estamos também... Já para finalizar, meu tempo já esgotou, quero falar rapidamente de programas que atendem as necessidades de produtores, prefeituras, estados, em parceria com o Congresso Nacional. Nós temos, por exemplo, lá no Ministério da Agricultura, o Promaq, que é o Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – ... com a aquisição de máquinas e equipamentos, 15 tipos de implementos de equipamentos: são tratores agrícolas, retroescavadeiras, compactadores, pás-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carregadeiras, motoniveladores, escavadeiras hidráulicas, caminhões-pipa, caminhões-plataforma, caminhões-caçamba. Nós temos duas atas formalizadas no Ministério da Agricultura nesse período, uma de R$3,2 bilhões e outra de R$2,2 bilhões, algo em torno de R$5,5 bilhões em equipamentos, com uma economia na aquisição da ordem de 30%.

Só para citar um exemplo, a bancada do Rio Grande do Sul destinou, em 2024, R$43,51 milhões para a aquisição de 106 equipamentos. Foram adquiridos e doados para prefeituras e entidades 152 máquinas e equipamentos em tempo recorde, o que mostra a vantagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Neste período, 2023 e 2024, 1.588 equipamentos já foram entregues neste programa. Em 2025, há a expectativa muito grande de que, com a alocação de recursos de emendas parlamentares deste Parlamento, a gente possa ampliar a distribuição desses equipamentos para todo o Brasil.

O Proner é o Programa Nacional de Estradas Rurais, que tem o objetivo de ajudar o transporte da safra, o transporte de alunos, tudo aquilo que afeta o homem do campo, com a troca de pontes de madeira, que são cada vez menos sustentáveis, reestruturação dessas vicinais. As ações relacionadas a estradas no Ministério da Agricultura, em 2023 e 2024, foram da ordem de 7.119km, em 441 instrumentos realizados, com o valor de R$458,8 milhões. Com a implementação do Proner, a expectativa é que a gente passe desses 7 mil quilômetros – que é a média anual que está acontecendo – para 10 mil quilômetros de rodovias vicinais sendo recuperadas, em parceria com o Congresso Nacional e os municípios brasileiros.

E, por último, então, quero só dizer que a gente está muito atento às medidas de impacto à inflação de alimentos, mas com muita responsabilidade. Alguns chegam a dizer: "Olha, mas as medidas que o Governo propôs de tirar tarifa de alguns produtos...". É óbvio que, se o Brasil é o grande exportador, terá dificuldade de importar alguns produtos, mas alguma coisa certamente haverá. Por exemplo, o óleo de palma, que é um óleo muito competitivo e usado na indústria alimentícia brasileira, tinha uma cota de isenção de imposto, de tarifa de 65 mil toneladas, que foi consumida nos dois primeiros meses deste ano. A importação de 150 mil toneladas vai dar a garantia de que, até que a safra brasileira de soja seja completamente colhida e comece o andamento do processamento, os produtos e a indústria brasileira sejam alimentados com um óleo um pouco mais barato, garante a continuidade do Programa Nacional de Biodiesel, enfim, trazendo mais tranquilidade à indústria alimentícia. E tenho certeza de que, com a colaboração das indústrias, da agroindústria e também dos governos estaduais na busca e retirada do ICMS, nós vamos superar, com a chegada da supersafra que está em curso, preços mais competitivos e vantajosos para a população brasileira.

Enfim, era esse um resumo da nossa programação. Eu tenho aqui QR *codes* dos programas – são sete programas disponíveis hoje para que os Parlamentares possam atender suas bases eleitorais – e QR *codes* também que mostram os equipamentos e máquinas disponíveis com os preços que demonstram ser de 30% a 35% mais baratos para o mesmo destino.

São essas as considerações e fico à disposição de todos os colegas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro, muito mesmo.

Quero apresentar a equipe, a comitiva do Ministro, que são Secretários, Diretores: Cleber Soares, Secretário-Executivo Adjunto... Cadê o Cleber? (*Pausa.*)

Obrigado, Cleber, pela presença. João Marinho – parente ali, né? –, Secretário Adjunto da SDI. Judi Maria – está ali a Judi –, que é Diretora de Suporte e Normas. Luis Rua – já sei quem é ali, muito obrigado –, que é Secretário da SRCI. O Carlos Augustin é o mais famoso de todo mundo aqui, é conhecido. (*Risos.*) Bem-vindo mais uma vez.

Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola – cadê o Guilherme? (*Pausa.*)

Está ali, o Guilherme já é conhecido também.

Quero apresentar com muito prazer o ex-Senador – bem-vindo de volta à sua Casa aqui – Antero Paes de Barros, do Mato Grosso, não é? (*Pausa.*)

Maravilha!

Bom, registrando mais uma vez a presença dos colegas aqui: Senador Hamilton Mourão; Senador Luis Carlos Heinze, o Tchê; Senador Jaime Bagattoli; Senador Alan Rick, lá do fundão da Amazônia – não é? –; Senador Jayme Campos.

Bom, cadê a lista de inscritos? Tem alguma aqui? (*Pausa.*)

Ministro, nossos colegas gostariam de fazer algumas colocações, comentários.

O SR. CARLOS FÁVARO (*Fora do microfone*.) – Vai ser um a um ou vamos por bloco?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos ver se a gente faz por bloco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos de dois em dois. Aqui tem quatro. De repente, pode aparecer mais algum. Vamos primeiro para...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, vamos lá.

Luis Carlos Heinze. Cadê o Heinze? Está aqui. E, logo depois, vamos... É o Jayme Campos – né? – que se inscreveu aqui? (*Pausa.*)

Está bom.

Vamos lá, Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero saudar o nosso colega Carlos Fávaro, Senador desta Casa, e cumprimentá-lo pela manifestação. Ele já conhece o assunto que eu vou tratar, já conversamos sobre esse tema.

Agora chega a Senadora e Ministra Tereza também.

Bem, está conosco aqui também, além do Senador Mourão, o Prefeito Dionei Lewandowski, de uma das regiões bastante atingidas, que é a das Missões, no Rio Grande do Sul, com relação a estiagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, Sr. Ministro, colegas Parlamentares e também os assessores do Ministro, nós tivemos, sexta-feira, um megaevento na Expodireto – lá estavam, Senador Mourão, o Vice-Governador, quer dizer, o Governador em exercício do Rio Grande do Sul; três secretários de estado; estava lá a bancada federal, acho que tinha 7 ou 8 Deputados Federais, eu e o Senador Mourão presentes também; havia uns 12 Deputados Estaduais; inúmeros Prefeitos também presentes; Vereadores do Rio Grande do Sul; e a unidade das entidades de classe, do pequeno, do médio e do grande agricultor, todo mundo presente e clamando pelas posições que nós estamos sofrendo nesses últimos cinco anos.

Ministro Fávaro, Antonio da Luz, um competente economista da Farsul, mostrou que no valor bruto da produção esperado, sem contar ainda 2025, nós tivemos uma perda de R$100 bilhões – os produtores perderam em 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e faltando ainda a safra de 2025.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – A perda, se nós pegarmos... Isso aqui é o produtor que perdeu. Se pegarmos também o comércio, a indústria, o serviço, as prefeituras, o estado perdeu, o PIB do estado perdeu... Esse número, Senador Bagattoli, V. Exa. que é produtor e também conhece números e dados, foi de R$319 bilhões, sem contar 2025. Esse número não permite que os produtores consigam honrar os seus compromissos.

O Teti é gaúcho, conhece dívidas como eu conheço, já conversamos bastante, temos vários momentos, e já se tentou resolver no ano passado. Essas contas têm sido prorrogadas anualmente – para o ano que vem, para o fim do contrato... Mas agora chegou a um ponto que não se consegue pagar mais dessa forma. O volume é imenso, e só aqui esse número já é estarrecedor.

O PIB do estado está, desde 2013, parado, sem crescer. Enquanto o Brasil cresce uma média de 2,5% ao ano, o Rio Grande do Sul está estacionado, e tudo em função da agricultura, da pecuária, da produção que se está perdendo com isso.

Qual é a ideia, Senador Fávaro – Ministro? É nós fazermos uma negociação diferente. Nós não conseguimos montar essa conta e por isso a proposta de securitização, um projeto que nós já apresentamos nesta Casa. O Senador Mourão está trabalhando para ser o Relator dessa matéria, para ficarmos em casa nessa discussão e arrumarmos uma forma de negociar. Esse é o primeiro ponto com relação às dívidas.

Eu já tinha encaminhado a V. Exa. – e precisamos de uma definição –, Secretário Guilherme Campos e o próprio Teti, junto com o Ministro – as prorrogações dos débitos que estão vencendo a partir de março. Temos que ter uma posição a esse respeito porque vencem as contas. Como a produção é bem diminuída este ano, eles ficam com o problema de poder pagar esses compromissos.

Então, aqui a primeira solicitação é uma rolagem por uns cinco ou seis meses, enquanto nós fazemos a negociação para que possamos também desenvolver o projeto, Senador Zequinha Marinho, aqui nesta Casa. Então, é o projeto que está tramitando e também a questão da negociação que a gente quer fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fizemos uma solicitação em nome de todas essas autoridades que estiveram presentes na sexta-feira, lá em Não-Me-Toque, de uma audiência com V. Exa., para a vinda do Governo do estado, das entidades de classe, Deputados Federais e Estaduais, Senadores e também os Prefeitos e Vereadores presentes. Seria com V. Exa., com o Ministro Paulo Teixeira e também com o Ministro Haddad. Essa já é uma solicitação que a gente está pedindo para nós começarmos a nos sentar à mesa e começarmos a fazer a discussão. Para nós é fundamental esse processo.

Conversamos também sobre a questão das, além das negociações... O Teti fala que o produtor gaúcho está emburrecendo, viu, Teti? Tem um problema com relação à correção do solo, porque precisamos de um programa robusto para poder fazer isso. As cooperativas, as cerealistas, a Emater já estão fazendo um trabalho para poder orientar os produtores, para iniciar esse processo, que precisamos fazer, mas tem custo. Eu conversei – viu, Teti? – com vários colegas meus do Mato Grosso, de Goiás que plantam aqui para cima. Eles concordam que tem que ser feito isso, mas o problema nosso, o pior, é: não chove.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Posso botar ouro na terra que não vai resolver o assunto. Enquanto, em Goiás, chove mais; em Mato Grosso, chuva, Senadora Tereza, com exceção de uma região do Mato Grosso Sul, chove menos. Fico aqui babando – viu, Carlos Fávaro? – quando meu colega aqui de bancada senta do meu lado e começa a mostrar as contas do que ele colhe hoje em Rondônia. Não chega nem aos pés do que nós colhemos no Rio Grande do Sul. Claro que cada vez, Bagattoli, fica pior a situação dos nossos produtores. Então, por isso precisamos da negociação. A correção do solo é fundamental, um programa para fazermos isso.

Tinha falado a V. Exa., Ministro Fávaro, com relação à irrigação. Eu já fiz um levantamento... Eu, não; professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também o competente economista e geólogo Rogério Porto, que foi três vezes secretário de estado e é uma memória na questão das águas do Rio Grande do Sul. Temos hoje, em 65 municípios levantados, 9.780 açudes. Na terra do Prefeito Lewandowski, que está aqui, tem 500 açudes para serem feitos. Seguramente isso irriga mais de 1 milhão de hectares. Então, também é um programa que nós temos que desenhar: como fazer irrigação.

Então, saídas nós temos, e não é apenas a renegociação das dívidas. Nós podemos ajustar a posição dos produtores e fazer o estado andar para frente de novo e ter um PIB crescente. O estado está perdendo, as prefeituras estão perdendo... Agora, quem mais perde é o produtor rural. E logicamente também o consumidor, na outra ponta, está perdendo, porque, se o produtor não colhe, o preço para o consumidor também aumenta.

Então, isso aqui, para nós, é um problema do Rio Grande do Sul. Pode ter alguma região parecida, mas nenhum estado da Federação tem o problema que nós estamos enfrentando no Rio Grande do Sul.

Por isso, neste momento, Senador Zequinha, o desabafo que nós já fizemos na semana passada estamos fazendo de novo agora aqui, para podermos ajustar essa posição e buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma solução para os produtores gaúchos – pequenos, médios e grandes produtores –, que precisam de uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Então, o volume é expressivo e precisamos... Já tenho o número do Banco Central – o Filgueiras me passou ontem. Já tenho o número dos valores bancários. As contas nos bancos é um volume que nós temos de custeio e de investimentos vencíveis em 2025 – eu já tenho esse valor –, mas também tem contas com cooperativas que financiaram, cerealistas, revenda de insumos e indústrias que financiaram os produtores. Seguramente, esse é outro tanto do que está sendo financiado, no caso, pelo sistema financeiro.

Então, esse é o quadro. Nós vamos fazer o nosso empenho aqui nesta Casa e precisamos da sua ajuda.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Heinze.

Vamos, rapidamente, ao Senador Jayme Campos, só lembrando que nós temos uma outra audiência pública com o Ministro da Pesca depois das 3h, então, se tivermos como condensar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, ilustre e eminente Ministro de Estado da Agricultura, Senador Carlos Fávaro, senhores colegas, Senadores e Senadoras, saúdo aqui o ilustre, eminente e eterno Senador de Mato Grosso, Antero Paes de Barros, que nos honra com sua amável presença aqui. Com certeza, também prestou relevantes serviços ao nosso país através da sua capacidade aqui, quando Senador da República, deixou marcas indeléveis aqui nesta Casa.

Senhores assessores, secretários do ministério, saúdo a todos na figura do Teti, como é mais conhecido, não é Teti? Saúdo aos demais convidados.

Serei breve, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu quero saudar aqui o Fávaro e cumprimentá-lo pelos avanços que há no Ministério da Agricultura.

V. Exa. discorreu aqui sobre os avanços, os novos mercados, a rapidez e velocidade com que se deram naturalmente as liberações de alvarás, licenças etc. Isso é muito bom para o Brasil. Eu tenho dito aqui que, infelizmente, o que atrapalha o povo brasileiro é o próprio Governo brasileiro em muitas situações. V. Exa. sabe que isso é recorrente, principalmente naquelas questões ambientais de pavimentação asfáltica das rodovias brasileiras. Todas as situações realmente trazem sério prejuízo para o bom andamento dos trabalhos que o Governo possa proporcionar em favor da população.

Entretanto, Sr. Presidente, para ser bem rápido aqui, eu vou falar rapidamente, Ministro Carlos Fávaro. Nós tivemos ontem a outra aprovação, na Comissão de Meio Ambiente, da lei da reciprocidade, que é de autoria do Senador Zequinha Marinho e Relatoria da Senadora Tereza, que é o PL 2.088. Queria só indagar a opinião do senhor em relação à lei da reciprocidade econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero falar também aqui, Sr. Ministro, que eu sou Relator do Projeto de Lei º 2.951, de 2024, de autoria da Senadora Tereza Cristina, que aperfeiçoa os marcos legais relacionados ao Seguro Rural no Brasil, de forma a torná-lo barato e acessível. O projeto já tramitou nesta Comissão, se não me falha a memória, e já está na CCJ.

Vivemos tempos desafiadores, Sr. Ministro, para o produtor rural. Os prejuízos provocados por mudanças climáticas vêm crescendo na última década e o Brasil perdeu, se não me falha a memória, diante das informações, 290 bilhões de sua produção agrícola e pecuária entre 2013 e 2022, por causa de secas severas e, com certeza, muitas vezes, pelos excessos de chuva. Eu quero indagar a V. Exa... A baixa adesão dos produtores rurais brasileiros ao Seguro Rural é um problema ainda não equacionado no Brasil. Enquanto em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, mais de 70% da área plantada é segurada, no Brasil, aproximadamente 10% de áreas apenas têm cobertura por algum tipo de seguro. Quais os principais desafios brasileiros para o aumento da cobertura do Seguro Rural? Como enfrentá-los? Como V. Exa. enxerga esse projeto 2.951, de 2024? Digo isso porque V. Exa. até fez uma pequena observação dessa possibilidade de termos aqui um debate bem amplo, com a participação de seguradoras, membros do Governo Federal. Nós achamos um caminho, na medida em que esse projeto já está em curso. Entretanto, podemos, com certeza, abrir essa possibilidade para aperfeiçoarmos esse projeto de que eu sou Relator, da Senadora Tereza.

Crédito rural. A Lei nº 4.829, de 5 de dezembro de 1965, conhecida como Lei do Crédito Rural, talvez seja a principal e mais importante norma envolvendo a política de financiamento agrícola. Essa lei quase não foi alterada nos seus quase 60 anos de existência, o que ensejou a publicação de diversas outras leis, estabelecendo um mecanismo de financiamento da atividade agropecuária. A lei dá ao Conselho Monetário, do qual fazem parte apenas os Ministros da Fazenda, do Planejamento e o Presidente do Banco Central, a responsabilidade de disciplinar o crédito rural do país, estabelecer com exclusividade as normas operativas quanto à avaliação da origem e dotações de recursos. V. Exa. considera esta lei rural ainda atual ou necessitaria de revisão para, por exemplo, entre outras alterações, dar ao Ministério da Agricultura e Pecuária e também, com certeza, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar as competências e planejamento da destinação de um recurso do Plano Safra?

Concluindo aqui, Sr. Presidente, também gostaria apenas de fazer aqui uma pergunta ao Ministro Carlos Fávaro.

Como é possível aprimorar as estratégias de assistência técnica e de extensão rural com o crédito rural, sobretudo para os estados com grande desenvolvimento agrícola – particularmente, é o caso do Mato Grosso –, mas que apresentam déficit da concessão do referido crédito, e para os pequenos produtores, como os de Mato Grosso, os quais, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 15,91% afirmaram receber algum tipo de crédito rural? Essa é a minha indagação para ser bem breve.

É óbvio e evidente que eu gostaria de falar muito mais, mas o Presidente já deu um sinal amarelo e, depois, um vermelho.

Fico muito grato e, com certeza, espero que esta audiência aqui seja das melhores possíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador.

Ministro, primeiro bloco.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Muito obrigado pelas intervenções.

Vou voltar aqui, então, à primeira inquirição do Senador, colega mato-grossense, Wellington Fagundes, da relevância do programa do PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns). É fato que, se a gente tem uma safra recorde sucedendo outra safra recorde, é óbvio que a gente tem que ter espaço para guardar essa safra. Nós reativamos o PCA no Plano Safra, com o destino, neste programa 2024-2025, da ordem de R$2,6 bilhões, com armazéns até 6 mil toneladas, portanto, 100 mil sacas; armazéns para médios produtores com juros de 7% ao ano, dois anos de carência, dez anos para amortizar, e com juros de 8,5% ao ano para os demais tamanhos de armazéns.

A surpresa que tive, o Senador Wellington Fagundes não está aqui, é que uma semana atrás ou duas semanas atrás, Tereza, o Banco do Brasil perguntou se a gente poderia liberar o remanejamento de R$500 milhões da linha destinada para a construção de armazéns para outros programas, porque da esteira não tinha pleito, não tinha pedido de produtores. Não sei se é um momento de retração de produtores, de cautela, mas é fato e legítimo que há uma carência do crescimento de armazenagem no Brasil. Então, a gente precisa entender se precisa de aperfeiçoamento o modelo, para que possa se tornar mais atrativo aos produtores, porque, quando tem recursos disponíveis e o banco pede para remanejar para outras linhas porque não tem tomadores, alguma coisa está errada dentro da ciência que temos de que é necessário este programa tão importante. E assim, o Secretário Guilherme Campos já está em contato com o Banco do Brasil, que foi o banco que pediu o remanejamento desses recursos, para entender por que não está tendo demanda da construção desses armazéns.

Com relação ao pleito do Senador Luis Carlos Heinze, nós já vínhamos conversando sobre isso – e agradeço a sua intervenção e a dedicação, como também a do Senador Vice-Presidente Hamilton Mourão. Esse é um problema recorrente no Rio Grande do Sul, que se arrasta há alguns anos e que precisa, sim, de uma solução estruturada. Nós já oficiamos o Banco Central, o Tesouro Nacional e a Febraban para que possam nos quantificar qual é o tamanho do problema, quanto tem vencido, a vencer, inadimplente, para que a gente possa, então, buscar uma solução. Isto já está sensibilizado dentro do Governo: a necessidade de a gente criar uma alternativa para esse estado importante, que vem sofrendo muito.

Fontes de recursos para isso eu acho que é possível, de novo, acessarmos... Aqui estou fazendo só um exercício, viu, gente? Acho que não depende só do Ministro da Agricultura, já respondendo a uma parte das perguntas do nosso caro Senador Jayme Campos com relação à lei de crédito rural. Já dizia o nosso colega Ministro Antonio Cabrera que o problema da Fazenda se resolve na Fazenda. Por incrível pareça, a gente apita pouco na escolha do destino, e é isso que precisa ser modernizado. Quem sabe a necessidade dos agricultores é o Ministério da Agricultura. Lógico que tem que ter a participação do Ministério da Fazenda, mas não ter a participação do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca é deixar de fora quem vive e convive com o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que isso já está, Heinze, sensibilizado. O Ministro Haddad já sabe do problema, já pediu para a equipe técnica, ao Gilson Bittencourt, para, paralelo à quantificação do problema, que a gente possa então já buscar fontes de recursos para um programa que se faz muito necessário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Eu acho que é muito importante o condicionamento de medidas que mitigam os problemas gerados no Rio Grande do Sul. É fato que precisa ser utilizado um programa que talvez já esteja aí, o programa de recuperação. A gente fala de pastagens degradadas, e é de áreas degradadas. Com os incêndios desproporcionais do ano de 2024, por exemplo, produtores de cana de açúcar em São Paulo acessaram os recursos de recuperação de áreas com juros de 7% ao ano, dois anos de carência e dez anos para amortizar, como também em outros estados brasileiros. Os produtores gaúchos podem e devem, deve ser uma condicionante. É óbvio que isso pode estar amarrado também à falta de crédito, à inadimplência. Como ele vai acessar um novo crédito para recuperar? Tem que ser estruturado tudo isso dentro desse novo programa para que a gente possa também investir em irrigação, ampliar e destinar de forma mais atrativa para trazer estabilidade. Não adianta fazer uma securitização, continuar sofrendo intempéries climáticas e não produzir. Vai pagar de que jeito? Então, é implementar também e, paralelo a isso, mais tecnologia, recuperação de solo, irrigação, para que esses produtores passem a cumprir de volta o seu papel fundamental para o Brasil.

Nós estamos abertos à solicitação da agenda, para quando quiserem. Eu saio só com o Presidente no próximo sábado para o Japão e o Vietnã. Chegando, estamos abertos.

Já vou pedir ao Guilherme para que solicite então ao Ministério da Fazenda uma prorrogação das dívidas que vencerão a partir de março, como foi feito no ano passado, no período das enchentes. Uma prorrogação, se possível, por seis meses. Naquela vez, acho que foram três meses para a construção do programa e foram sucessivamente sendo prorrogados até que os destinos daquele momento fossem executados.

E lembrar, viu, Heinze, com relação a cooperativas e cerealistas que, no programa emergencial, por conta da enchente, eles acessaram R$5,7 bilhões. Eu acho que foi uma boa ação, que reestruturou com certeza parte das dívidas dos produtores com as cooperativas. Isso é realista, mas vamos quantificar.

Eu fico também pensando, Tereza, Ministra – que já sabe, conduziu esta casa tão bem, o Ministério da Agricultura –, como se poderia ter um programa de securitização de dívidas privadas? Eu acho que o acesso que foi feito às cooperativas já dá um bom encaminhamento, mas estamos abertos ao debate.

Eu acho que são essas as posições, então, neste momento com relação ao endividamento do Rio Grande do Sul. Vamos fazer essa agenda o mais rápido possível e também as ações de prorrogação dos vencimentos.

Ao questionamento da lei de reciprocidade, feito pelo Senador Jayme Campos, sou completamente favorável. Acho que, como diz o ditado popular: "pau que dá em Chico também dá em Francisco". Veja que os Estados Unidos, depois que o Governo do Presidente Lula voltou a tarifa para a importação de etanol – se não me engano, para 18% ou 19% – estão reclamando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gritando, só sabem pedir para zerar alíquota, mas não pensam em zerar a alíquota para nós exportarmos açúcar, que chega à ordem de 90%. Se eles toparem zerar a alíquota para o açúcar, nós zeramos a etanol também, zeramos a da carne, zeramos tudo. A lei de reciprocidade é o melhor caminho para acabar com essa retórica que hoje está reinando no mundo. Parabéns pela iniciativa e vai contar com o meu completo apoio, quer seja como Ministro como membro também Senador desta Casa.

Quanto ao PL 2.951 do seguro rural, eu acho que aqui nós estamos no maior problema que existe na agropecuária brasileira. Essa excelência em produzir tecnologia, inovação, capacidade de homens e mulheres se superarem, com dificuldades logísticas de portos, rodovias, ferrovias, falta isso, são problemas do bem que a gente vai correndo atrás e levando tecnologia e soluções, mas o seguro rural ficou para trás, Tereza, você sabe disso, do desafio. Então nós temos que... E é possível, eu acredito muito que a gente vai encontrar uma saída para essa que é a maior de todas as carências do arranjo produtivo brasileiro.

Veja, o Teti e os Parlamentares, a Tereza, a frente parlamentar viajaram para os Estados Unidos, o Guilherme Campos foi entender por que nos Estados Unidos não tem crédito rural. Lá a subvenção é para o seguro; aqui é para os juros, para o crédito, e é importante, e muito pouco para o seguro. Mas, veja, a gente pode criar, então, um modelo brasileiro, não precisamos copiar nada de ninguém. Mas e a subvenção? Hoje a subvenção ao Plano Safra brasileiro hoje é da ordem de R$16,3 bilhões; a subvenção ao Proagro foi da ordem, no ano passado, de R$7 bilhões – já foi de R$10 bilhões; e o do seguro rural de R$1 bilhão. Nós estamos falando que o Governo comparece com aproximadamente R$30 bilhões de subvenção para uma safra brasileira. Encontrar uma forma, através desse projeto de lei, junto com as seguradoras, resseguradoras, confederação nacional da agricultura, os Parlamentares, o Governo, para que o combo seja, com a modernização, com a parametrização do seguro, com a obrigatoriedade para aqueles que acessam o crédito rural... Para quem não quer acessar não tem problema; não é venda casada. Mas se você... Lá nos Estados Unidos não tem crédito rural, mas tem seguro; aqui tem crédito rural. Você quer os juros baratos? Mas tem que fazer o seguro, tem que contratar.

Eu já vejo algumas empresas especializadas que dizem que o valor da apólice pode ser reduzido de 0,9% a 1,3%, muito mais barato. E aí passa a ser atrativo. Quem não vai fazer seguro se a apólice for mais barata e ampliar o volume de cobertura? Até quem tem menos incidências, como é o caso de Rondônia – não é, Jayme? –, que tem muito menos risco na produção, mas, se for um seguro atrativo, vai fazer também, porque ele vai se compensar no juro do crédito rural, vai se compensar de outra forma.

Então, Senador Jayme Campos e todos os colegas, teremos esse congresso internacional nos dias 7 e 8 de abril... É isso, 7 e 8, Guilherme? (*Pausa.*)

De 7 a 10? Ah, está certo, no dia 7 é só a recepção, é de 8 a 10. É fundamental. Estarão lá seguradoras, resseguradoras, bancos, produtores, Parlamentares, para fazer um amplo debate e tirarmos um encaminhamento definitivo no sentido de qual rumo teremos que dar para essa que, sem sombra de dúvida, é a principal carência dos produtores rurais.

Com relação à Lei do Crédito Rural, já me manifestei. Como disse Antônio Cabrera, os problemas da fazenda só se resolvem lá na fazenda, porque é onde fica o cofre e tem que ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação... Acho que esta Casa pode trabalhar a modernização dessa lei, como tantas outras já foram modernizadas.

E a assistência técnica, Senador Jayme, é fundamental. Tem algumas ações já implementadas pelo Governo, e vou aqui, talvez, antecipar o nome. Se não me engano, acho que é Raimundo, uma plataforma que vai estar disponível no celular de todos os produtores brasileiros, em especial no dos pequenos produtores, em que ele vai falar o problema que está acontecendo na sua propriedade, por exemplo, uma doença, aos moldes do que a gente via há alguns anos no Globo Rural, quando se mandava uma cartinha para o programa, que a encaminhava para o especialista da Embrapa, e eles liam no domingo, mas agora vai ser digital. Ele fala, e, baseado no banco de dados da Embrapa, com inteligência artificial, a resposta vem imediatamente para ele, uma solução técnica direcionada aos produtores, coisa simples, mas que já vai ser lançado agora nos próximos dias.

Além disso, eu acho que a gente tem no Sistema S – e podemos incrementar – um grande parceiro, que tem bastante recurso. Temos que ver como podemos sincronizar isso para que a gente possa levar, sim, tecnologia, principalmente a pequenos produtores.

Eu acho que é isso.

Respondidos, então, os primeiros questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro.

Só registrando a presença, primeiro, a passagem do Senador Sérgio Petecão e do Senador Izalci Lucas, que já tiveram de se retirar, e a presença dos Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso.

Agora, com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli; depois, Alan Rick.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Zequinha, eu vou usar do privilégio de ser mulher, porque acho que sou a única Senadora aqui... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso, pode...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... e vou pedir para fazer a pergunta porque estou lá...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nenhum dos dois aqui vai se opor. Eu falo por eles.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Eu não poderia deixar de vir aqui dar um abraço no Ministro Fávaro, que está junto nesta audiência. Então, eu vou pedir a gentileza dos cavalheiros.

Ministro, eu sei dos seus desafios. O Plano Safra, quando termina um, a gente já começa a pensar no outro. Eu sei das dificuldades que o Ministério da Agricultura tem para chegar a um Plano Safra que a agricultura ache que é bom. Sempre a gente gostaria de ter mais, mas a gente sabe dos problemas do Tesouro e que nem sempre, com toda boa vontade, é possível alcançar aquilo que a gente pleiteia. O Ministério da Agricultura sempre quer um pouco mais, e eu tenho certeza de que acontece isso com o senhor e com a sua equipe aqui, que eu quero aproveitar para cumprimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu queria deixar aqui uma pergunta pontual. O Senador Jayme falou sobre o seguro rural. Nós temos aqui – é da minha autoria, ele é o Relator – e várias reuniões estão acontecendo, inclusive com a sua equipe, para que a gente ache um modelo brasileiro para o seguro rural, porque, nos Estados Unidos, não tem. O Tesouro lá é obrigado a bancar; se tiver uma catástrofe, Tesouro é obrigado a pôr o dinheiro no fundo de catástrofe deles. Não interessa se tem orçamento ou se não tem orçamento – põe o dinheiro. Então, é muito diferente da nossa realidade, mas a verdade é que eles estão aí há muitos anos, acho que dos anos 70 – não é Teti? – para cá, fazendo o seguro rural. Então, eles foram se aperfeiçoando e tem seguro para muitas coisas. Dentro do seguro rural não é só o seguro: tem o seguro de renda, que é o mais acessado; tem o seguro para bancar os financiamentos, que é quase que como obrigatório, é um "obrigatório" entre aspas, mas o banco só dá o dinheiro, aquele dinheiro carimbado por uma política pública, porque eles não têm Plano Safra, mas é obrigatório fazer o seguro rural.

Então, nós precisamos perseguir. Eu sei, não é fácil, desde o Roberto Rodrigues, que ele está tentando, passou depois de muito tempo por mim, agora por você, mas nós, eu acho que nós estamos para achar esse caminho.

Mas eu queria pedir uma coisa pontual, este ano: no Orçamento que nós vamos votar agora, esta semana, nós precisávamos ter um pouco mais de recursos. Então, nós estamos trabalhando; estou aqui pedindo para que a gente possa tentar pelo menos 2 bilhões, porque 10% do que se tem na agricultura, os 6 bilhões – nós precisávamos de 6 bilhões –, se a gente colocar 2 bilhões, eu acho que já dá uma sinalização para as seguradoras, para o mercado de que nós queremos seguro rural. E nós temos que pensar realmente nesse seguro rural.

Quando ele é colocado através do financiamento equalizado, com juros equalizados, de repente nós teríamos que ter mesmo essa vinculação dessa obrigatoriedade para criar uma cultura. Eu sei que os produtores rurais não querem isso, mas eu acho que, depois que isso for posto – no primeiro momento, tem essa reação –, eu tenho certeza de que nós vamos diminuir a taxa de juros e nós vamos conseguir diminuir as hipotecas, porque nós precisamos dar menos garantia se você tiver. Isso é um acordo feito a várias mãos: com o sistema financeiro, com os produtores, enfim, com as associações e com o Governo, com o Executivo, mas eu acho que é o caminho e que, no final, nós vamos chegar lá.

Conversava com o Bagattoli ontem sobre esse assunto, e o Bagattoli que colhe, que tem chuva, que colhe 80 sacos por hectare, eu tomo a bênção dele todo dia aqui, e ele também tem essa mesma visão. E, se diminuir o custo do seguro, é claro que o produtor vai ter outras vantagens e ele vai acabar... Às vezes é o medo do desconhecido que faz, que traz essas coisas.

Então, eu acho que a gente vai precisar falar muito sobre esse assunto, mas o Senador Jayme Campos está fazendo um grande trabalho na relatoria, e eu queria deixar este ponto: ver se a gente consegue colocar 2 bilhões na rubrica do seguro rural, que eu acho que será um gol para o próximo Plano Safra. E eu quero pedir licença.

O SR. CARLOS FÁVARO – Posso responder antes a sua pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode, pode.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Claro, e eu vou esperar a sua resposta porque depois eu preciso ir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Ministro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Senadora Ministra Tereza, por quem eu tenho uma grande admiração, e conhece os problemas. Acho que faltou exatamente esse ponto, Tereza, na resposta ao Senador Heinze.

Como falávamos que precisamos ampliar... Não basta só renegociar as dívidas do Rio Grande do Sul, como tem que ampliar o crédito para fazer todas as recuperações lá. E aí eu tinha isso na memória, acabei não fazendo a anotação, mas agora você me trouxe à memória isto: a forma de voltar a ter crédito é ter seguro, porque, quando está assegurado, com um seguro de renda mais eficiente, que seja atrativo, não só para cobrir a dívida, não só para cobrir o custo, mas para cobrir a renda do produtor, vai dar capacidade de endividamento de novo. Se ele está assegurado na renda, ele aguenta pagar a parcela da dívida. Então, é fundamental, Tereza, é fundamental.

É óbvio, como disse aqui de novo, não depende do Ministro da Agricultura ter R$2 bilhões, mas toda articulação e toda determinação... E há uma consciência total no Governo de que precisa ter essa modernização. E a disposição de fazer a equalização... Eu quero só lembrá-los para aqueles talvez que não tenham a consciência que, para fazer este Plano Safra de R$400 bilhões mais os R$77 bilhões, arredondando, da agricultura familiar, e mais os R$135 bilhões, das LCAs, a equalização precisava ser acrescida de R$3,6 bilhões. Isso veio demorando com a dificuldade do Tesouro... Inclusive, uma semana ou duas semanas antes do anúncio do Plano Safra, o Governo fez um contingenciamento de R$18 bilhões, por conta de ficar ajustado dentro do arcabouço fiscal, mas foi determinação do Presidente Lula que se liberassem os R$3,6 bilhões para fazer este Plano Safra.

Então, a gente num esforço coletivo... E agora, no momento da votação do PLOA, que coloca esses R$2 bilhões, eu vou me empenhar, sem a garantia do sucesso também... A senhora já passou por isso nos quatro anos em que esteve dentro do ministério. A gente tem que se empenhar, porque o seguro, sem sombra de dúvida... Não é só uma questão do seguro, mas também entendo que é a questão do crédito: a área segurada é crédito facilitado aos produtores. E a gente deve se empenhar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Muito obrigado, Ministro. Obrigado, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Ministro.

Agora, eu vou pedir licença.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está bem.

Vamos fazer um bloco maior e mais rapidinho, porque nós já entramos na audiência seguinte: Jaime Bagattoli, Alan Rick e Vanderlan Cardoso.

Vamos lá.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Vou ser bem breve.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da CRA, Zequinha Marinho, e o nosso Ministro da Agricultura, Senador e Ministro Carlos Fávaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para você, Ministro, que... Quem conhece o que é a mola mestre num caminhão? É a mola principal que tem lá no feixe de molas de um caminhão. E, na economia do Brasil, é a agricultura. O senhor é a mola mestre da economia hoje dos ministérios, com respeito a todos os ministérios, mas o senhor é a peça principal hoje que nós temos, que representa praticamente um terço do PIB brasileiro.

O que a Senadora Tereza falou aqui é de suma importância: a situação do seguro rural. O seguro rural só vai dar certo se todos participarem, se todos que pegarem recurso público, com dinheiro público, tiverem acesso. Agora, é claro, tem que ser feita uma análise em todas as regiões. É lógico que para uma área que tem um histórico de 15 anos, 20 anos sem problema o seguro vai ser um pouco menor. Agora, se todos participarem, Senador Jayme Campos, esse custo vai diminuir e muito. Para quem pega recursos com dinheiro público, tem que haver, sim, o seguro.

Nós temos diversas coisas para ver, Ministro.

Sobre essa situação da COP 30. Eu acho que tem que haver um empenho maior da FPA, do Ministério da Agricultura. Nós precisamos nos expor mais, porque não adianta nós falarmos que somos o celeiro do mundo e não participarmos... Somos um país que tem praticamente 35% da sua vegetação intacta desde o descobrimento. Nós temos o problema da moratória da soja, nós temos o problema do marco temporal, que nós precisamos realmente resolver. Quando o senhor fala da rastreabilidade da questão do gado, acho de suma importância, mas nós temos um grande entrave nisso, que é regularização fundiária, principalmente em parte da Região Centro-Oeste e parte da Região Norte. Então, nós temos que resolver.

Sobre o problema dos embargos, eu nem vou falar aqui, porque nós temos n problemas de áreas embargadas. Nós temos um grande problema – até protocolei o PL 205, de 2025 – para resolver definitivamente. Você sabe que o Bacen publicou ano passado que produtor que tiver a sua área embargada... Se ele tiver 100ha, por causa de 10ha, ele não consegue mais ter acesso a crédito. É mais uma das coisas que nós precisamos resolver.

Nós somos um país fantástico. Nós temos os cinco módulos de transporte do mundo; não temos como reinventar a roda. O mais barato é o marítimo, mas temos hidroviário, ferroviário, rodoviário e aeroviário. Nós temos os cinco. E nós temos 8 mil quilômetros... Até, por transporte marítimo, nós poderíamos atender, pois temos quase 8 mil quilômetros de costeira marítima. Então, temos uma situação favorável.

E nós temos aquela situação, lá no Amazonas, da jazida de Autazes. Nós precisamos de um empenho do Ministério da Agricultura naquela jazida. É uma jazida de potássio. No Brasil, hoje, nós importamos mais de 95% já de potássio. Nós precisamos resolver essa situação. Temos uma jazida que pode distribuir praticamente para o Brasil inteiro através de transporte hidroviário e, depois, por transporte marítimo. Então, nós precisamos resolver esses gargalos dessas situações.

Agora, outra coisa, Ministro: você tem condição de ajudar, dentro do Ministério, a mostrar para o Supremo Tribunal Federal aquela situação da Ferrogrão. Meu Deus, afeta lá a reserva em 0,054%...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos, é quase insignificante. Meu Deus! Nós temos um gargalo e vocês estão vendo: caminhão esparramado para tudo que é lado, posto de gasolina com caminhão. Nós temos um gargalo. Nós não temos situação de logística no Brasil.

Para terminar, eu quero falar sobre a situação do preço dos alimentos. Olhem o que está acontecendo com o milho: falta de armazém. Como V. Exa. falou, o problema é armazém. Quando o Ministro fala que as pessoas não estão tendo interesse, não é que não estão tendo interesse, é que não estão dando viabilidade. O produtor está com medo de financiar. Muitas vezes, até está devendo. Ele está com medo de financiar. Então, esse é um dos grandes gargalos. O que aconteceu com o milho? Vocês estão vendo. O milho está a R$90,00 para os que são de São Paulo. O que está acontecendo? O produtor vendeu por R$45, R$50, exportou esse milho todo. E nós temos...

Estou com um pessoal, uns economistas, estudando, para a gente entrar com um projeto no Governo Federal. O Governo Federal tem que entrar quando, na bolsa de valores, está lá o milho a R$50, R$55. O Governo não precisa armazenar nada. O Governo vai lá e compra na bolsa 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões de toneladas, Jayme Campos. O preço está lá a R$55, R$56, até R$60. O Governo não precisa ganhar dinheiro. Se o preço subiu, explodiu para cima, o Governo vai ganhar o dinheiro da bolsa e tem como subsidiar, principalmente a pequena indústria, aquele pequeno produtor que cria o frango ou o suíno. Enfim, nós precisamos arrumar argumentos para ajudar o nosso setor produtivo.

E, quanto ao financiamento, eu acho só o seguinte: no custeio de safra, depois que o agricultor pagou a parcela que venceu lá em abril ou maio, ou junho, que fosse – maio ou junho –, se ele quitou a parcela, esse crédito já tinha que estar automático, principalmente para aquele que faz o seguro rural. Se nós fizermos isso, a inadimplência vai ser desse tamanhinho; quase não vai existir inadimplência. Agora, nós temos que criar mecanismos para resolvermos essas situações.

E eu queria fazer uma pergunta só para o Sr. Ministro: você acha que essas medidas de importação que foram feitas para importar alimentos... Na minha concepção, não vai mudar em nada. Mas o que você acha também sobre a minha pergunta da Ferrogrão? E, sobre essa importação dos alimentos, você acha que vai ter condição de diminuir os custos dos alimentos no consumo final?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Muito boa tarde, Ministro Carlos Fávaro.

Boa tarde, Presidente Zequinha, meu glorioso Presidente Vanderlan, demais Senadores e amigos que nos acompanham.

Ministro, eu ouvi atentamente sua fala sobre a Embrapa. No ano passado, enquanto eu presidia esta Comissão de Agricultura, nós aprovamos, com apoio dos colegas que aqui estão, uma emenda de Comissão para a Embrapa, no valor de R$400 milhões, haja vista exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que o senhor disse: o orçamento da Embrapa hoje para pesquisa é minúsculo, recebe muito pouco de *royalties* e precisa, obviamente, reforçar sua estrutura orçamentária...

Vou permitir que a senhora conclua a fala para o senhor poder ouvir minha pergunta.

Pronto.

Como eu ia dizendo, a Embrapa necessita de recursos para que possa fazer as pesquisas agropecuárias necessárias ao desenvolvimento do nosso agro. Como o senhor bem disse, o Brasil chegou até aqui com a Embrapa daquele tamanho, mas é preciso modernizar, reformular e investir na nossa Embrapa. Eu venho lhe pedir, neste momento, apoio, junto ao nosso Relator do Orçamento, junto ao Governo Federal, para que pelo menos parte dessa emenda de Comissão possa ser devidamente alocada à nossa Embrapa, em todo o Brasil, para apoiar a pesquisa agropecuária, tão importante, realizada pela nossa Embrapa.

A minha primeira questão é essa, pedindo o seu apoio, o apoio do Governo Federal, do Ministério da Agricultura à emenda de Comissão da CRA junto ao Orçamento da União.

Segundo questionamento, Ministro. Em novembro do ano passado, uma missão chilena esteve no Acre para avaliar os frigoríficos locais e habilitar o Estado do Acre para a exportação de carne suína, bovina etc. para o Chile. Lembro muito bem que, quando nós pleiteávamos a habilitação para o Peru, a Senadora Tereza Cristina era, então, Ministra da Agricultura e Pecuária e nos ajudou muito nesse trâmite.

Eu venho pedir seu apoio. Em que pé está, neste momento, o processo de habilitação para exportação do Acre, dos produtos suínos e bovinos, na habilitação para o estado inteiro, as plantas do estado? Obviamente, peço o apoio do nosso Ministério da Agricultura para esse pleito, que é fundamental para a maior capacidade de produção dos nossos frigoríficos e geração de emprego e renda no Acre.

Um fato interessante aconteceu durante a visita da missão chilena. Justamente, Senador Zequinha, foi a ausência de fiscais agropecuários na região de fronteira. Nós corremos ali, numa ação conjunta dos frigoríficos, dos Parlamentares que defendem ali, na minha pessoa, e os amigos do Sindicarnes, enfim, para colocar um fiscal que estava em outra área ali, para nós não sermos surpreendidos com aquela situação de não ter fiscais agropecuários na área de fronteira, o que é muito grave.

Lembro-me de ter solicitado ao senhor, por diversas vezes, esse apoio. Inclusive me comprometi, Senador Vanderlan, a alocar emendas de minha autoria para reestruturar a nossa alfândega, a nossa área de fiscalização de fronteira com o Peru, uma vez que nós temos ali a saída dos caminhões frigoríficos das nossas agroindústrias de suíno e bovino para exportar para o Peru. Refiro-me novamente àquela grande atuação da Ministra Tereza em favor dos frigoríficos acrianos.

E questiono-lhe mais uma vez, Ministro... Nós precisamos desses profissionais.

O Estado do Acre propôs uma cooperação: os fiscais estaduais trabalharam junto com os fiscais federais. Nós sabemos que há toda uma mobilização do sindicato, dos fiscais agropecuários federais, contrários a isso. Mas na falta de fiscais, nós não podemos perder, por exemplo, a possibilidade de ter a habilitação do nosso estado para exportar para um país que é hoje um comprador importantíssimo para nós, que seria o Chile, por conta da ausência de fiscais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agropecuários. Eu venho pedir novamente a V. Exa. que nos ajude com fiscais agropecuários para o Acre.

E finalmente, Ministro, quero dizer da importância de nós termos esse comércio na região de fronteira. Hoje nós temos uma grande produção de suínos, de bovinos, produtos com alto valor agregado, produtos embalados com alto valor agregado. E venho pedir seu apoio. Inclusive me coloquei à disposição para alocar emendas de minha autoria, para que nós possamos construir toda a infraestrutura necessária, mas sem a participação do ministério, dos fiscais, do corpo de profissionais adequados, nós não avançaremos. Venho, mais uma vez, pedir seu apoio a isso.

E, sendo bem sucinto, essas foram as minhas ponderações, Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Alan Rick.

E agora a palavra é com o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Zequinha. Parabéns por esta audiência pública enriquecedora para todos nós, Senadoras e Senadores. Parabéns pela iniciativa.

Ministro Fávaro, meus cumprimentos, colega Senador e Ministro.

Senadores, todos aqui presentes, meus colegas.

Ministro Fávaro, eu tenho acompanhado o trabalho de V. Exa. ali um pouco mais de perto, e eu tenho visto o quanto o senhor tem se dedicado, não tem se furtado a atender não somente a bancada de Senadores, os Senadores, mas também nossos Deputados Federais.

Agora, Ministro, eu tive uma discussão, na época da pandemia, e quando nós vimos aqui, em todos os nossos produtos, naquela época – já que o mundo estava, Jaime, buscando alimento pelo nosso país –, as exportações acelerando. E eu, acompanhando os estoques, como estavam, alertei que nós iríamos ficar sem produtos, principalmente arroz, que se exportou muito, óleo e milho. Pouco tempo depois, nós vimos o óleo bater mais de R$10 uma lata, o milho disparou, e ficamos praticamente sem nada, tivemos que buscar produtos fora, numa época em que não tinha – não tinha.

Eu questionei muito, na época – e agora também já tivemos conversa sobre isto –, os estoques reguladores. Nós precisamos voltar a ter os nossos estoques reguladores, Jaime, para esses momentos de dificuldade. Veja bem, com a ajuda do Ministro Fávaro e do Ministro Alexandre, nós fizemos um trabalho de que eu participei, e fechamos um acordo de aumentar novamente a mistura do óleo no diesel, no biocombustível do futuro. Era o que o setor pedia, porque era uma superprodução de soja.

Nós tivemos, na pandemia, soja a R$180 – acho que bateu até mais do que isso. A soja agora está a R$100, porque há uma máfia violenta segurando os preços do produtor. Está a R$100, e tem estado em que está até menos do que isso. Mas, pasmem: um litro de óleo, Ministro, está chegando quase ao preço da época da pandemia, quase R$10. O milho já disparou.

Então, nós tínhamos uma época... Não precisamos buscar isso em outros países, deu certo aqui. O Senador Jaime falou, corretamente: "Espera, com um estoquezinho regulador, se faltou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Governo entra". Se o preço está muito baixo, ajuda-se o produtor, comprando; e, para os momentos difíceis, nós vamos ter esse estoque regulador através da nossa Conab. Isso foi desfeito no nosso país.

O que nós estamos vendo agora... Inclusive, Ministro: eu já pedi uma reunião com o pessoal da Abiove, da Aprobio. Nós ajudamos a aprovar essa mistura, a aumentar a mistura, Jaime, porque era uma preocupação nossa também: se aumentasse, iria faltar no país?

O Ministro Carlos Fávaro, com o Alexandre, nós fizemos reunião no gabinete dele, junto com representantes do setor, Jaime, e fechamos o acordo ali. Ele levou para o Presidente Lula e o Presidente aceitou e bateu o martelo, saindo dos atuais 14% – por cento ao ano – até chegar a 20%, e, a partir de 2028 – se eu não me engano – ou 2030, a 25%. É isso? Você me corrija se eu estiver errado.

Mas o que a gente está vendo com o setor? Por isso eu pedi uma audiência com eles, Ministro. Nós temos autoridade para falar sobre isso, porque eles fizeram o compromisso. Por que hoje o óleo, Senador Heinze, está batendo quase R$10? Na época subiu muito. Não tinha sódio, justificou-se; hoje não tem justificativa. E como vai ficar aquele acordo que nós fizemos de aumentar essa mistura? Já que está aumentando tanto o preço do óleo, se aumentar essa mistura, Ministro, vai ficar pior ainda.

Então, com tanto esforço que V. Exa. teve, reuniu-se com esse pessoal – foram quase dois anos até nós termos aquela reunião definitiva em que o Presidente Lula bateu o martelo, no acordo. Nós precisamos rever isso, mas a minha preocupação, Ministro, enquanto nós não tivermos um estoque regulador, no nosso país, é a de que nós vamos sempre estar passando por isso. O Governo quer exportar, quer vender, Heinze, mas e aqui?

Nós chegamos a um momento, Senadores, em que as esmagadoras de soja do país tiveram que parar porque não tinha soja para esmagar, era mais interessante as *trading* exportarem. Exportam porque tem um *plus* para o produtor; então, todo mundo só queria exportar. Então, nós temos que encarar isso de frente, Fávaro, encarar esse problema de frente.

Eu já pedi uma reunião com eles. Nós queremos uma explicação. Qualquer Senador que quiser participar está convidado. É para eles explicarem por que que o óleo está chegando nesse ponto. Isso daí é que está gerando a maior inflação hoje, Fávaro, no preço dos alimentos. O óleo, o milho, são a base do nosso alimento; o arroz é a base do alimento, o que está gerando, está pressionando, a inflação. E não adianta, às vezes, tirar a tarifa de fora: o mundo não tem para vender para nós. Podem zerar, podem fazer o que for, até dar bônus.

Esse é o meu pensamento, Fávaro. Foi um esforço do Governo – parabéns! –, mas o que se tirou... Cito o caso – já estou terminando, Fávaro – do óleo de palma. O óleo de palma produzimos muito pouco e ainda era uma cota de importação. Aumentaram essa cota, mas não foi suficiente, zerou-se. Talvez, daqueles itens, o óleo de palma é o que vai ser mais viável, porque nós não temos produção para atender a demanda do nosso país.

Então, Fávaro, parabéns pelo seu esforço. Todas as vezes que nós o procuramos para resolver o problema dos frigoríficos, em Goiás, em muitos dos frigoríficos... Essas viagens que você fez não foram viagens de passeio, trouxeram resultados para o nosso país, e eu quero parabenizá-lo por isso, amigo. O seu esforço, o seu trabalho têm sido compensadores.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

Ministro...

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Muito obrigado.

Mais uma vez, colegas Senadores; vou tentar ser objetivo.

O Senador Jaime Bagattoli fez uma bela contextualização de vários assuntos. Vou tentar, então, resumir os pontos principais.

Com relação ao seguro rural, já falamos, esse grande evento é fundamental – e a gente vai junto, viu Senador Jayme Campos, Ministra Tereza, todos os Parlamentares –, gera modernização. Eu acho que é uma grande oportunidade, vai melhorar o crédito.

Sobre a COP 30. Nós estamos fazendo, como já disse aqui, na minha explanação inicial, do espaço da Embrapa, em Belém, a terra do agro brasileiro, o espaço do agro brasileiro, para mostrarmos as boas práticas, mas com o compromisso deste Ministro e deste Ministério de que teremos um risco no chão separando. Com todo mundo que quiser discutir boas práticas nós estaremos juntos, apresentar, com qualquer pessoa e com qualquer entidade mundial. Quem quiser vir falar mal vai encontrar uma parede, porque nós vamos defender com unhas e dentes os nossos produtores.

Com relação à moratória da soja, é algo discrepante, é algo fora, desproporcional, que fere até a soberania nacional. Eu apoiei publicamente a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso de tirar benefícios fiscais das empresas que aderissem à moratória da soja, porque ela transcende o Código Florestal.

Senador Chico, é um prazer revê-lo, querido amigo!

E tem uma decisão que deve sair nos próximos dias no Supremo Tribunal Federal, a cargo do Ministro Flávio Dino.

Eu, pessoalmente, estive na semana passada com ele. Pedi um horário para despachar, para falar desse tema. Estou confiante de que a medida... Se ele entende que a legislação mato-grossense da Assembleia Legislativa não é constitucional – procurei demonstrar que também não é constitucional a moratória da soja –, ele deve agir na sua decisão. E eu estou confiante de que ele vai o fazer nesse sentido.

Com relação ao marco temporal, eu não preciso discorrer sobre o tema. Eu deixei o Ministério da Agricultura temporariamente, vim para esta Casa e votei a favor do marco temporal. Aí já diz tudo o que penso sobre o assunto.

A regularização fundiária é um problema histórico neste país, difícil de ser resolvido, mas que tem que ser encarado de frente. Passam governos e ninguém dá conta desse assunto, mas acho que, de novo, o Seguro Rural contempla também. Se não tem a terra para dar em garantia, tendo o seguro, vai modernizar o crédito rural dos produtores.

Sobre a Ferrogrão, acho que é um esforço de todos. Eu posso e devo fazer, sim, como sugestão, uma audiência com o Ministro Relator do tema, para que a gente possa mostrar a importância dessa ferrovia, que não traz impacto ambiental. Ao contrário, ela minimiza os impactos, ela vai tirar milhares de caminhões.

Eu tenho uma propriedade da minha família no Estado de Mato Grosso, à frente da BR-163, depois da Serra do Cachimbo, antes de entrar no Estado do Pará, ali no Vale do XV,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zequinha, nós já falamos sobre isso; a gente está lá. A sede deve dar uns 2km do asfalto. O asfalto passa na cabeceira da propriedade. É a noite inteira, 24 horas, que, quando para e há silêncio e não tem máquina trabalhando, se escutam os caminhões passando lá, queimando combustível, trazendo riscos, motoristas, pneu, acidentes... E uma ferrovia poderia dar competitividade. Sou um pleno defensor dessa importante obra.

Sobre Autazes, cloreto de potássio de Autazes, acho que o grande papel que precisava ter era o destravamento da licença ambiental; já aconteceu. E eu vejo que esse projeto agora precisa de *funding* – precisa de *funding*. A gente deve encaminhar ao BNDES para que seja um grande financiador desta obra, porque ela tem que sair dessa estrutura, dessa empresa, para que possa prover os brasileiros de cloreto de potássio.

A questão do Bacen, do Banco Central, com relação às áreas embargadas, Jaime, quero trazer a informação: desde janeiro, isso já foi superado. O Ministério da Agricultura agiu nessa resolução. Quero, se você puder, que me fale da questão... Saiu uma nova regulamentação.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, os bancos não... Eu falei ontem. Nem os bancos cooperativos, que são mais acessíveis... O Banco do Brasil... o Basa, nem se fala! Esses não dão acesso mesmo. Até os bancos cooperativos, que são mais acessíveis aos cooperados, não estão liberando. Falaram ontem ainda a respeito. Só se saiu.

O SR. CARLOS FÁVARO – Então, nós temos que fazer uma... Cadê o Guilherme? (*Pausa.*)

O Guilherme está ali.

Nós temos que fazer uma notificação do Tesouro Nacional para os bancos, para a Febraban, porque a regulamentação foi alterada em janeiro, ficando restrito à área embargada, de não poder financiar a área embargada. É óbvio, nós não podemos compactuar que se financie área embargada. Não! Mas o restante da área não está mais restrito. A regulamentação foi alterada em janeiro deste ano.

Então, vamos notificar a Febraban para que ela tome ciência sobre a implementação disso, que é um absurdo e que está, inclusive, fora do que o Código Florestal determina.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ministro, só um adendozinho, contribuindo com o ilustre Senador Jaime: está se esquecendo do CAR, também...

O SR. CARLOS FÁVARO – É, está aqui anotado o do CAR. (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... que é maior do que se pensa; é outro pepino nosso do Mato Grosso, e deve ser de Rondônia também.

O SR. CARLOS FÁVARO – Senador Jayme, eu vou lhe dizer com muita tranquilidade: teve um período da minha vida em que fui Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, e é o Secretário de Meio Ambiente que lida com o CAR. Não se trata de o Cadastro Ambiental Rural estar no ministério A, B ou C para que ele possa ser destravado. Ele já esteve no Ministério da Agricultura, com a Ministra Tereza Cristina; já esteve no Ministério de Meio Ambiente; hoje, está no Ministério da Gestão. E aqui eu vou falar em alto e bom som, para que fique registrado: o problema do Cadastro Ambiental Rural é o sistema inoperante, ineficiente, que foi construído com viés de pulverização de informação e não com o que deveria, o que está previsto no Código Florestal, que é a regularização ambiental das propriedades. Ele pulverizou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o sistema com informações, muitas delas não fidedignas, o que dá uma sobreposição, em alguns estados brasileiros, da ordem de 93%, o que impossibilita a análise do CAR e nunca vai cumprir sua finalidade.

Nós temos que rever a legislação. Já disse à Ministra Esther que o sistema não vai funcionar; precisa ser reconstruído. Tem que se encarar de frente esse problema. O Cadastro Ambiental Rural, no Brasil, não vai cumprir sua finalidade enquanto não for mudado o sistema que está aí operante. Eu tenho essa posição muito clara com relação a isso.

Acho que passei por todos os temas, e aí vou falar um pouco de preços de alimentos e contratos de opção, que também contempla as falas do Senador Alan Rick e do Senador Vanderlan Cardoso.

Ah, está aqui. Estou me perdendo com as minhas folhas aqui e estava atrasando o tempo.

Bom, com relação à Embrapa, Senador Alan, é muito importante a sua dedicação, e eu reconheço isso. O PLOA, que estava nesta Casa, que está aqui no Congresso Nacional, tinha uma previsão de R$157 milhões, em um acordo que fizemos na Casa Civil com o Tesouro, com o Ministro Haddad, o Ministro Rui Costa, a Presidente Silvia. Já veio o ofício para o nosso querido Angelo Coronel, o Relator do Orçamento deste ano, para uma suplementação de mais R$168 milhões. O que teremos então? Além do custeio da folha de pagamento dos empregados da Embrapa, que chega à ordem de R$5 bilhões por ano, o recurso para pesquisa, neste ano, está previsto, ao se votar nesta Casa, para R$325 milhões, trazendo de volta a capacidade da Embrapa de fazer pesquisa agropecuária.

A boa notícia é que a CNA prontamente topou o desafio: o Dr. João já disponibilizou pelo menos R$100 milhões por ano para que os recursos do Sistema S possam ser investidos exclusivamente em pesquisa. É óbvio que seja assim, porque não tem que ser desviado recurso para o custeio e a manutenção, mas sim para a pesquisa – que vai, então, a partir deste ano, ter esse acréscimo importante.

A habilitação de novas plantas frigoríficas é uma grande oportunidade; tenho me dedicado muito a isso. Foram 80 missões internacionais em dois anos e três meses – 80 missões internacionais! –, com resultado, graças a Deus, magnífico: 344 novos mercados abertos, recorde na habilitação de plantas. Não basta só o desejo do Ministério da Agricultura, os empresários precisam adequar as suas plantas. Não se trata de habilitação para o Estado do Acre, é planta a planta: se cumprir os requisitos, depois é atendido pela contraparte necessária. Mas entendo que, neste momento, por exemplo, quando a China desabilita 400 plantas bovinas norte-americanas, o grande lugar do mundo que pode ser contemplado é o Brasil.

A gente vai aproveitar essa oportunidade com toda certeza – e já estamos de olho nisso, nos dedicando. Prova disso é que viajo no próximo sábado com o Presidente Lula ao Japão na busca de avançarmos mais um degrau na habilitação, na abertura do mercado de carne bovina para o Japão, que remunera muito bem; e na certeza de que estamos a um passo também da abertura do mercado para o Vietnã. Soma-se a isso, Coreia do Sul e Turquia. Há um potencial de incremento de 30% da demanda da exportação brasileira, só com esses quatro países.

Com relação aos agentes, os fiscais do Ministério da Agricultura, de fato é um problema histórico. Há 12 anos não tinha concurso no Ministério da Agricultura para os Affas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que o Estado do Acre tem um fiscal, um único fiscal, preso pelo coração, o cupido o flechou. Ele foi lá numa missão temporária, num remanejamento, o cupido o flechou, ele casou com uma acreana e por isso que ele está lá, um único fiscal, é por isso.

Quero dizer que a solução está muito próxima. Com a votação do Orçamento, nós vamos poder chamar o concurso com 440 novos fiscais, todas as regiões de fronteira, em especial o Acre, pela abertura de mercado e a linha transoceânica com o Peru, que vai dar novas oportunidades para o Brasil, como também Rondônia. Essas fronteiras serão mais bem equipadas; e também com corpo técnico, com fiscais, Vigiagro fortalecido.

Quero lembrar que temos a prorrogativa, dentro do Ministério, de adicionar 25%, um aditivo de contratação de fiscais, por conta de decisão ministerial; e um decreto presidencial que pode também acrescer esse concurso em mais 50%.

Portanto, nesses dois anos a gente terá o quadro técnico fortalecido, além da regulamentação, superação das questões internas, que não me deixaram utilizar fiscais cedidos por Prefeitura e Estado para fazer o serviço. Eu estou fazendo esse enfrentamento com a nossa equipe e tenho certeza de que teremos sucesso.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – E nós temos um prazo, Ministro, por gentileza...

O SR. CARLOS FÁVARO – Votar o orçamento. Votar o Orçamento, e pode chamar o concurso, 440 serão chamados de imediato. Já está aprovado, já tem a escala, tudo. Votou o Orçamento, tem orçamento para poder chamar, senão a gente está descasado.

Quero agradecer às intervenções do meu querido amigo, o Senador Vanderlan Cardoso; dizer que, quando a gente direciona o Plano Safra, a gente colhe os resultados. Veja que, no ano passado, a crise de abastecimento era arroz. O Plano Safra priorizou a produção de arroz, nós estamos na iminência de uma supersafra de arroz, prevista pela Conab de 12,3 milhões de toneladas, vai ter um excedente de 1,7 milhão de toneladas, e o Governo já está agindo.

É exatamente isso que você relatou, Vanderlan. A Conab, nos últimos anos, no Governo passado, deixou de cumprir o seu papel de estoques reguladores. E aqui eu preciso fazer esta defesa: o estoque regulador que você disse é fundamental, não dá para deixar para a livre iniciativa, o mercado só regular a produção de alimentos, que é tão estratégica de soberania nacional.

Eu posso dar um exemplo aqui nesta Casa, saindo de produção de alimentos, mas lembrar como é importante a presença do Estado.

Nós votamos aqui, num momento de excepcionalidade, o Pronamp, para que o fundo garantidor pudesse atender àqueles empresários que tiveram seus estabelecimentos fechados por conta da pandemia. E a vida inteira, por exemplo, se fosse um restaurante, a vida inteira ele cumpriu seus compromissos, pagou em dia seus tributos, seus fornecedores, pagou em dia o salário dos seus colaboradores. E, do dia para a noite, teve seu estabelecimento fechado; as receitas foram embora. Ele corre lá no banco, como um cliente sempre de um *rating* especial, e pede: "Querido amigo gerente, preciso de um capital de giro". O gerente olha para ele e fala: "Eu não sei nem quando vai acabar essa pandemia, não sei quando ele vai reabrir, se vai estar vivo, se não vai morrer".

Zero de crédito para ele!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só deu crédito quem tinha o Pronampe, o fundo garantidor, a presença do Estado. O Estado tem que se fazer presente, a livre iniciativa só não controla. Não adianta dizer isso, o livre mercado não controla.

E aí eu faço essa analogia com os estoques reguladores. Nós já voltamos... acontece que não está na velocidade que o Governo quer, e aqui está o próprio exemplo do arroz, no ano passado, quando nós tentamos comprar um pouco de estoque e não deu certo, porque, simplesmente, em tempo de escassez, se o Governo tenta ser um comprador de estoque, porque é um grande *player* a mais comprando, puxa os preços ainda mais para cima. Então, tem que saber a hora certa.

Mas já tivemos um bom exemplo: em 2023, compramos milho no Centro-Oeste a R$39, R$38, R$40, e depois, quando os preços bateram R$90, no mesmo ano de 2023, no Nordeste brasileiro, o Governo foi lá e vendeu a R$65. Não teve prejuízo, carregou só o estoque e o frete e forneceu aos produtores, garantindo estabilidade.

Este ano nós temos um estoque, a previsão... já conseguimos em contrato de opção – um pouco de arroz foi tomado em contrato de opção por produtores – que esse contrato de opção tenha a execução para o mês de agosto de 2025.

Hoje, recebi um pedido do Presidente da Conab, Edegar Pretto, para que a gente possa... a Secretaria de Política Agrícola está oficiando à Conab para que possa antecipar essa opção aos produtores, que estão colhendo arroz agora e o preço já é atrativo à opção que o Governo lançou, com 20% acima do custo de produção, é atrativo para ele hoje. Então, que ele possa exercer imediatamente e esse estoque vai para os estoques reguladores do Governo para atender em momentos de escassez.

Quanto à opção das importações, zerar a tarifa dos alimentos, também respondo esse questionamento do Senador Alan Rick e do Jaime também, se as medidas surtirão efeitos.

Olha, são um leque de ações que retiraram tarifas, talvez nem todas vão surtir efeito. Talvez alguns esperassem que o Governo fizesse pirotecnia, que fosse fazer alguma cota barrando exportação, para depois falarem assim: "Olha, um Governo intervencionista!"

Em que mundo nós estamos vivendo, não é? Temos um Governo liberal nos Estados Unidos que fica fazendo taxação, e um Governo progressista no Brasil que toma medidas ortodoxas, simples, na certeza de que se nem todas cumprirem esse efeito, algumas vão surtir efeito, sim, como é o óleo de palma, essencial para a indústria de alimentos, como o Senador Vanderlan relatou. A cota de 65 mil toneladas era muito pequena, hoje essa cota, agora, foi acrescentada a 150 mil toneladas. Isso vai tirar pressão sobre o óleo de soja para a indústria de alimentos aqui no Brasil e, com a chegada da safra brasileira, que é recorde, inclusive na safra de soja, os preços devem ceder e ter estabilidade.

Mas o Governo continua com a caneta na sua mão. Se precisar, amplia a cota de novo, sem pirotecnia, sem medidas excepcionais, mas podendo fazer, sim, a participação do Governo para que os alimentos cheguem de forma eficiente na mesa dos produtores brasileiros.

Eu acho que isso responde.

Ah, tem mais um assunto: nós, nesse Orçamento também, o remanejamento que teve para a Embrapa de R$168 milhões... veio um ofício da Casa Civil para o Relator, Angelo Coronel, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$300 milhões exatamente para contrato de opções e fortalecimento... tendo a oportunidade, a Conab vai fazer estoques reguladores.

Eu acho que não deixei nenhum assunto para trás.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO – Dos biocombustíveis, sem sombra de dúvida, sou um grande defensor. Ele cumpre um outro papel importante na produção de alimentos. Se a gente aumentou o esmagamento de forma significativa no Brasil para contemplar o óleo para a produção de biodiesel, teve oferta abundante de farelo, que se torna ração para aves, suínos, bovinos, e isso também nos ajudou a controlar. Mas – mas – a indústria tem que saber que, para esse programa ser sustentável, não pode concorrer com alimento. O Governo volta a investir em B15, B16, B20, B25, se não concorrerem com alimentos; se não, não terá acréscimo mais nesse programa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Ministro, só uma questão.

Eu falava aqui com o Alan Rick sobre as questões fiscais e a questão da autorregulação – faltava a do autocontrole e a da regulamentação.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Eu passei por esse assunto. Eu posso olhar aqui. Nós já estamos...

São dois temas que já foram regulamentados e publicados. Tem sete em regulamentação, depois da votação da lei, e mais oito para implementar. Nesses sete está também a questão dos fiscais, que está sendo regulamentada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bom.

Só para cumprimentá-lo, o Senador Chico Rodrigues, que chegou agora.

Estamos encerrando.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Presidente Zequinha Marinho, quero agradecer a V. Exa. a oportunidade. Eu estava na CPI dos bingos agora. É por isso que, na verdade, retardei.

Quero cumprimentar o colega e amigo Senador Vanderlan Cardoso e obviamente o Ministro Carlos Fávaro, nosso colega Senador, que tem tido uma bela representação aqui desta Casa na equipe de Governo do Presidente Lula, sendo, inclusive, uma das figuras de destaque que mais tem produzido e ajudado o Governo, na verdade, a dar visibilidade à política nacional, especificamente na área da agricultura e da pecuária, se havendo de uma forma excepcional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Rapidamente, Presidente, eu gostaria só de fazer um pequeno comentário aqui e gostaria da resposta do Ministro, para que nós pudéssemos esclarecer temas que não sei se já foram discutidos antes, mas que são fundamentais também.

O primeiro é que, este ano, será realizada a Conferência das Partes em Belém, a COP 30. Nesse contexto, quais são as estratégias para o Plano ABC? Quais são as estratégias para o Plano ABC+? E quais práticas agrícolas o plano fomentará, destinando recursos? Exatamente são as práticas para o Plano ABC+.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda: desde a apresentação do Plano Nacional de Fertilizantes 2050, o tema tem sido muito discutido no Congresso Nacional. Quais iniciativas e estratégias o Ministério da Agricultura e Pecuária pretende adotar nos próximos anos, a fim de dinamizar e fomentar a produção nacional de fertilizantes?

E a última: como o Ministério tem atuado para promover a inovação e a transformação digital do campo, especialmente entre os pequenos e médios produtores? E quais os resultados esperados a curto prazo? Até porque os últimos que têm acesso à alta tecnologia são exatamente os pequenos produtores rurais, numa área a que nos dedicamos com muito zelo, com muito cuidado e com muita participação.

Então, são as três questões, nobre Ministro e Colega Carlos Fávaro, que eu gostaria de fazer a V. Exa., ao tempo em que, para não fazer mais nenhuma interferência, quero parabenizá-lo pela segunda, terceira, quarta vez pelo desempenho que tem, na verdade, honrando, inclusive, a classe dos agrônomos do Brasil.

O SR. CARLOS FÁVARO (Para expor.) – Muito obrigado, querido amigo Senador Chico Rodrigues. Obrigado pela sua intervenção.

Chico, ontem, eu ainda estava no Estado do Pará e falava com o Secretário de Agricultura e defesa agropecuária que já há uma decisão interna no Governo de fortalecimento – é um pedido do Presidente Lula – do Pronampe.

Senador Flávio Arns, no Plano Safra, diante de uma Selic tão alta como está hoje, a gente tem que fazer a escolha das prioridades da equalização.

A prioridade, sem sombra de dúvida, será o Pronampe, médios produtores. Vamos buscar dar um tratamento ao Pronampe muito parecido ao que é dado aos produtores da agricultura familiar, da pequena propriedade, do Pronaf, com juros bastante estimulados, mas também com o direcionamento dessas linhas de crédito para o médio produtor.

Imaginem um produtor de 100 hectares ter um estímulo e, em vez de plantar soja, com juros bastante atrativos, plantar arroz, feijão.

Que os médios produtores da Amazônia brasileira possam ser estimulados a investir em cacau.

É lógico que tem a implementação de novas culturas, mas, ontem, relatos técnicos da Embrapa mostram que um simples custeio para poda, adubação e calcário eleva a produtividade de uma arrouba por hectare para 30 arroubas por hectare. Um simples custeio! E cacau, que está remunerando tanto, que saiu de US$2,5 mil a tonelada, bateu US$12 mil a tonelada de cacau e, hoje, está em torno de US$7,5 mil.

Então, que se remunere esse médio produtor, esse pequeno produtor para que ele invista no cacau, no café, hoje, a mesma coisa.

Será direcionado, sim.

É um compromisso que faço aqui com o querido amigo para que o Plano Safra 2025/2026 tenha um olhar muito especial ao ABC+.

O Plano Nacional de Fertilizantes está caminhando a passos largos, com inauguração de várias plantas de fertilizantes, inclusive, com a retomada por parte da Petrobras dos nitrogenados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à internet no campo, tem um programa financiado pelo BNDES, com o Ministério das Comunicações, que está financiando, com apoio do Mapa, localidades rurais por todo o território brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem.

O Senador Petecão quer só dar um abraço no Ministro aqui, rapidinho.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Zequinha.

Agradeço ao Ministro Carlos Fávaro, parceiro, meu colega de partido.

Sobre alguns questionamentos que foram feitos aqui por alguns colegas, inclusive questionamentos feitos pelo Senador Alan Rick, nós já tínhamos discutido lá no Ministério esse problema que nos afeta lá na região, região de fronteira, e o Ministro já tinha assumido o compromisso desse concurso que, com certeza, vai resolver nosso problema.

É um problema sério, que não começou agora, que já vem se arrastando há muitos anos, muitos anos.

Com a inauguração do Porto de Chancay aumenta-se a expectativa de aumentar muito mais o fluxo ali na região.

Então, Ministro, obrigado pela sua vinda à nossa Comissão.

Parabenizo o nosso Presidente Zequinha pela condução dos trabalhos.

Mais uma vez, nos colocamos à disposição para que nós possamos, se Deus quiser, cada vez mais, fortalecer o nosso ministério, que tem feito um trabalho muito grande em prol do nosso país.

Obrigado, Ministro.

O SR. CARLOS FÁVARO – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Quero só fazer uma ressalva. Desde o primeiro dia que assumi o Ministério da Agricultura, o Senador Sérgio Petecão cobra essa implementação de mais fiscais agropecuários no Estado do Acre. Estamos muito próximos da solução, Petecão.

Muito obrigado pela sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ministro, nós todos aqui queremos agradecer pela sua vinda, pela sua disposição e por tanta coisa que foi esclarecida aqui, apontando para o futuro, tudo aquilo que a gente precisava ouvir.

Conte com esta Comissão para aquilo que o senhor achar importante, a fim de que a gente possa se somar e ver o agro brasileiro crescendo e se fortalecendo ainda mais.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS FÁVARO – Muito obrigado, nosso nobre Senador, Presidente desta Comissão, Zequinha Marinho. Obrigado pela oportunidade. Quero dizer que ninguém faz nada sozinho. Certamente, esta Comissão, este Congresso, este Senado Federal, tem muito a contribuir para que a gente continue levando mais oportunidades aos homens e mulheres que trabalham com a terra. Conto muito com todos vocês, seja em todas as medidas que falamos aqui... O Congresso Nacional tem um papel fundamental, aprovando o Orçamento, principalmente, e legislações que nos modernizam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer que vou ter a oportunidade de conhecer a senhora mãe do nosso Governador Tarcísio de Freitas, que está aqui na antessala.

Muito obrigado a todos. E desejo uma boa audiência...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A audiência não terminou. Vai entrar agora o Ministro André de Paula, que vai trazer suas perspectivas de futuro com relação à aquicultura e a pesca no Brasil. (*Pausa.*)

Teremos agora, a segunda parte da nossa audiência pública.

Convidamos, para tomar assento à mesa, S. Exa. o Sr. André Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Adotaremos o mesmo procedimento regimental da primeira parte. (*Pausa.*)

Rondônia e Roraima. Rondônia é a rainha da piscicultura.

Estou fazendo um tanque, lá em casa, com que eu vou concorrer com vocês, criar uns 200 tambaquis.

Opa, Ministro! (*Pausa.*)

Muito bem, senhores!

Conosco já o Ministro da Pesca e Aquicultura do Brasil, Dr. André de Paula.

Com a palavra S. Exa., o Ministro André de Paula, por 30 minutos, para a sua exposição sobre as perspectivas de futuro, o trabalho de V. Exa.

Aqui estamos na Comissão de Agricultura para ser parceiros. Por isso, gostaríamos muito de ouvi-lo.

Muito obrigado por ter vindo.

A palavra está com V. Exa.

Espere só um pouquinho, Chico. Deixe o homem falar primeiro um pouquinho. Está bom? Rapidinho.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Eu não sei se... Já, já está funcionando.

Minhas primeiras palavras são para cumprimentar os Srs. Senadores e Senadoras presentes e agradecer o convite que me foi formulado pelo Presidente desta Comissão, Senador Zequinha Marinho. Esse convite nos dá a oportunidade e o privilégio de fazer uma breve exposição sobre as ações que nós estamos tocando lá no ministério.

Eu vou dividir esta exposição. Vou fazer algumas considerações, nos primeiros 20 minutos, e, na sequência, eu vou pedir aos quatro secretários nacionais que enfatizem um desses pontos nas suas áreas que eles julgam que é o programa que tenha uma maior importância. Eles, claro, têm um volume de informações melhor. Então, eu vou tentar fazer isso da forma mais breve possível para, na sequência, possibilitar perguntas.

Eu acho que estou fazendo alguma coisa errada aqui. Ajudem-me. (*Pausa.*)

Bom, este é um breve organograma do ministério.

Acho que é bom só enfatizar, a título de situar o nosso ministério na economia nacional – todos os senhores sabem, mas é bom repetir –, que 12% da água doce do planeta estão no nosso país, 53% dos recursos hídricos da América do Sul estão no nosso país. Nós temos aproximadamente 8.500km de litoral, uma diversidade de espécies e ecossistemas marinhos e de água doce admiráveis e uma diversidade socioprodutiva e cultural das comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesqueiras tradicionais. Acho que isso tudo evidencia a importância desse setor na nossa economia.

O PIB da pesca e aquicultura hoje é próximo de R$25 bilhões, sendo que 1,4 milhões de toneladas de pescado são produzidas por ano no nosso país, gerando cerca de R$468 milhões em exportações. Somos o quarto maior produtor mundial de tilápia. Há 1,6 milhão de pescadores artesanais envolvidos na atividade, 30,2 mil aquicultores, 3,8 mil pescadores industriais, 40 mil empregos diretos na indústria do pescado, 820 empresas pesqueiras no país, e 10,5kg é o consumo do pescado *per capita*, lembrando que nessa questão há um forte componente cultural, porque no Amazonas isso se aproxima quase dos 40kg, enquanto no Rio Grande do Sul isso chega a 5kg ou 6kg per capita. Então, a gente percebe que há um componente cultural nesses números.

Os principais avanços que eu queria destacar... Nós chegamos no Ministério – o Ministério foi recriado – e, nesse primeiro momento, conseguimos reinstalar o nosso pessoal em novas instalações. Conseguimos, ao final do ano passado, suprir uma das principais demandas que nós tínhamos, fizemos um processo de seleção simplificado que nos permitiu trazer 265 novos servidores, e muitos desses servidores vão trabalhar na ponta, nas nossas superintendências estaduais. Muitas delas, em alguns casos, funcionavam apenas com um superintendente e no máximo mais um funcionário; então, isso é uma coisa que chega em boa hora e que nos dá condição de ampliar os nossos principais programas.

Eu destaco três programas em áreas distintas: o Programa Povos da Pesca Artesanal, que é um programa que visa a resgatar um déficit histórico que nós temos com a pesca artesanal, com as comunidades tradicionais da pesca; o ProAqui, que é um programa com 15 linhas de ação que fortalecem a aquicultura; e o Propesc, que chega para, pela primeira vez, dar a possibilidade de ter a nossa frota regularizada. Aliás, em relação a isso, merece destaque que, quando uma embarcação nossa era regularizada, ela tinha um período, a exemplo do que ocorre na carteira de motorista de cinco anos, nós conseguimos agora dilatar isso para dez anos. Esse programa – vamos ter algumas informações adicionais – vai nos permitir fazer com que todas as embarcações do país possam estar legais. Uma embarcação legalizada é uma embarcação, por exemplo, que pode fazer face ao programa de subsídio do óleo diesel, que é muito importante, porque o óleo diesel é um componente relevante no custo da nossa produção.

Sobre a isonomia do preço da ração e da aquicultura, com suínos e aves, eu me lembro que, na primeira vez que eu vim a esta Comissão, eu cheguei a mencionar que, quando nós chegamos no Ministério, na área da aquicultura, a demanda mais importante que era feita – que me surpreendeu inclusive –, era exatamente, não era nem pedido de isenção fiscal, era pedido de isonomia no tratamento tributário com suínos e com aves. Graças a uma ação conjunta e sobretudo ao Congresso Nacional e esta Casa em especial, no âmbito da reforma tributária nós conseguimos assegurar essa isonomia, e eu não tenho dúvida nenhuma de que, como a ração é um componente que chega a ser responsável por 70% a 75% do custo da cadeia de produção, essa é uma conquista que é muito celebrada e que só foi possível, eu repito, pela ação e pela parceria aqui do Congresso Nacional.

Aqui eu acho que vale também destacar uma coisa que era muito reclamada e que também, graças ao Congresso Nacional, nós conseguimos fazer, colocar o pescado na cesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica. Parece uma coisa simples, mas era uma coisa muito demandada e que nós conseguimos, no primeiro ano, assegurar com a parceria e com o apoio dos senhores.

Retomada do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

O nosso conselho, o Conap, vinha sem funcionar desde 2015. Ele é a maior instância de assessoramento do Ministro da Pesca e Aquicultura no que diz respeito à elaboração das políticas públicas. Nele está sentada uma maioria de representantes da sociedade civil, sejam de pescadores, sejam representantes da indústria da pesca, sejam representantes da aquicultura. E esse conselho, que voltou a funcionar no ano passado, fará, na semana que vem, a sua oitava reunião e tem cumprido um papel muito importante no sentido de discutir, de sinalizar, de nos auxiliar na elaboração dessas políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ministro André...

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... só uma dúvida que eu tive aqui. O senhor disse que o pescado está incluído na cesta básica. Na reforma tributária, também foi incluído?

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Não, salvo melhor juízo, e me socorra: foi na reforma tributária?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Na reforma tributária, também. Então, foi...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Ministro.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – A reforma tributária foi uma grande oportunidade para que a gente pudesse celerizar isso. Os Parlamentares já eram sensíveis a essa causa, mas, quando ela vem sozinha, Senador, às vezes, ela demanda um maior tempo. No âmbito da reforma tributária, essa coisa se acelerou.

Recadastramento de pescadores e pescadoras.

É sempre muito importante ter o real retrato dos pescadores legais que nós temos, porque é a partir desse recadastramento que o pescador faz face aos seus direitos, sejam eles previdenciários, sejam eles em relação a seguro-defeso... Todos os seus direitos decorrem da sua situação de legalidade.

Nós tínhamos, num primeiro momento, algo em torno de 220 mil processos, solicitações que estavam represadas. Fizemos uma força-tarefa, zeramos esse processo, hoje voltamos a ter, em função da pequena equipe, um novo volume expressivo de requerimentos, mas nós estamos agora anunciando, em função desses funcionários, desses servidores que o ministério ganhou, uma força-tarefa interna que vai nos permitir resolver em definitivo essa questão.

Resgate da pesquisa da estatística pesqueira e aquícola.

Eu sei que os senhores concordam comigo que é impossível discutir e tocar qualquer política pública se você não tem clareza dos números, se você não conhece com profundidade a estatística do setor. Então, essa é e segue sendo uma grande prioridade, a melhoria dos sistemas de registro, controle e monitoramento, a modernização desse sistema, a facilitação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso dele aos nossos pescadores, a ampliação de contratos de sessão de águas da União, algo que também sempre foi muito demandado, uma ação que não é apenas nossa, mas uma ação que envolve também, por exemplo, a Marinha, o DPU, o SPU... Então, desburocratizar, celerizar essas solicitações tem sido uma prioridade, e os números que vão ser apontados aqui comprovam que nós temos tido sucesso nesse mister.

E a construção do primeiro Plano Nacional da Pesca Artesanal. Essa é a primeira oportunidade em que o pescador tem sido chamado a discutir um programa de ação para os próximos dez anos no ministério que diz respeito a ele mesmo. Nós teremos oito plenárias regionais. Sete já foram realizadas, falta a de Santa Catarina, que deve ocorrer dentro de mais alguns dias, e em agosto nós encerramos com a plenária nacional, em que você terá, finalmente, um Plano Nacional da Pesca Artesanal construído de forma participativa, dando a todos que estiveram ao nosso lado e que participaram dessas plenárias o direito de discutir questões que dizem respeito ao seu dia a dia.

Não sei se eu estou errado aqui, estou apanhando aqui...

Bom, eu queria pedir ao Prof. Cristiano, daí mesmo, Cristiano, se você pudesse dar ênfase nesses dois pontos aí da secretaria. O Prof. Cristiano Ramalho é o nosso Secretário Nacional de Pesca Artesanal.

O SR. CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO (Para expor.) – Quero dizer que é uma honra voltar a esta Casa.

Cumprimento o Senador Cardoso, que está conduzindo, com a qualidade habitual, esta reunião, o nosso Ministro André de Paula.

A gente veio aqui para colaborar com a boa exposição feita pelo nosso Ministro, que elencou aspectos importantes do contexto da pesca e da aquicultura no país e também de alguns avanços e conquistas que conseguimos edificar ao longo desses dois últimos anos.

Dentro desse cenário apresentado pelo Ministro, eu gostaria de conferir ênfase, na condição de Secretário Nacional de Pesca Artesanal, e dar destaque a algumas ações que compõem um programa que é central para gente. Esse programa é o articulador dessas ações, uma espécie de guarda-chuva, dá um sentido político e, principalmente, de gestão às ações desenvolvidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Eu me refiro ao Programa Povos da Pesca Artesanal, que é o primeiro programa da história da República brasileira voltado exclusivamente para as comunidades pesqueiras deste país. Isso não quer dizer que não existissem antes ações importantes, fundamentais, mas o programa busca agregar um conjunto transversal de iniciativas, envolvendo outros ministérios, governos estaduais e municipais e contando também com a participação social. Então, acima de tudo, ele é uma ação de referência para a gente no que diz respeito a conduzir as políticas públicas no âmbito dessa secretaria. Este programa, pelas características que eu mencionei anteriormente, nós vamos exemplificar em quatro ações – ele tem mais do que isso – importantes de trazer aqui para as Senadoras e os Senadores desta Casa.

A primeira delas o Ministro, de forma didática, já externou. Nós acreditamos que, assim como o programa, é fundamental, como diz o Presidente Lula, colocar o pobre no orçamento, mas, mais do que isso, que ele possa ser um artífice, um construtor das políticas públicas. É por isso que nós estamos já na fase de conclusão das plenárias nacionais do Plano Nacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesca Artesanal, que é construído de forma participativa, e esses encaminhamentos são feitos não só pelo ministério, mas em parceria pelo Fórum Nacional da Pesca Artesanal, que reúne cerca de 20 entidades ligadas ao setor, que planejaram conosco e estão construindo conosco essa ação. A ideia é, a partir desse plano nacional, a gente incorporar políticas voltadas para mulheres da pesca, para juventude, questões relativas à emergência climática, extensão, que vão, portanto, orientar a ação do Estado brasileiro, 2não como política de governo, mas como política de Estado, para os próximos dez anos.

Além dessa ação importante, é fundamental também apontar outra que vai ao encontro de um desejo histórico das comunidades pesqueiras, que é a preservação e a continuidade do modo de vida. Esse é um ofício secular que se renova ao longo do tempo, mas era necessário que o Estado brasileiro apontasse e, mais do que isso, construísse iniciativas de apoio para a juventude.

Então, a gente tem outra ação chamada Jovem Cientista da Pesca Artesanal, que é uma bolsa conferida a jovens de comunidades pesqueiras artesanais do Brasil ligados ao ensino médio da rede pública, para que, além de estudar temas que valorizem a realidade da pesca artesanal, eles possam também evitar a evasão escolar. Então, você faz um casamento do conhecimento tradicional, dessa tradição dessas famílias, com o conhecimento científico, de forma a permitir um diálogo rico entre essas duas formas de saberes que são valorizadas a partir dessa iniciativa.

Além desse, um outro tema também fundamental, uma pedra de toque para isso, é pensar na construção da pesca artesanal e pensar também nas condições de melhoria de renda, para que as pessoas possam continuar nas suas comunidades, desenvolver ações produtivas, com base na pesca sustentável. Então, a gente tem uma ação chamada Fortalecimento Produtivo dos Territórios Pesqueiros, que também se dá através de iniciativas do próprio ministério, mas em parceria com estados e municípios. Essa ação, assim como a anterior, tem chegado a vários estados do Brasil. E é importante também ressaltar que a gente retoma, com este Governo, o papel indutor do Estado brasileiro, não só no planejamento, mas também na construção de políticas públicas com capacidade de promover a melhoria das condições de vida dessa população.

E, por fim, no elenco de alguns exemplos que a gente pode apontar, está a retomada da extensão pesqueira no Brasil. Ela sofreu alguns percalços e agora, no Governo Lula, ela é retomada com força, com parcerias com 15 universidades no país, para a gente construir essa ação da extensão pesqueira. E é fundamental colocar que essas ações de extensão pesqueira se dão a partir também do envolvimento das comunidades locais, do que elas querem e desejam também para as suas condições de vida e da valorização dos territórios pesqueiros, que é um direito que a gente reconhece dessas comunidades, porque a partir da sua localidade, dos seus territórios é que a gente produz, acima de tudo, melhorias das suas condições de vida, das suas condições de existência. A gente vai, daqui a pouco, neste primeiro semestre, lançar o edital de apoio para fortalecer essas iniciativas dos territórios pesqueiros artesanais do Brasil.

E, por fim, aí estão as ações do Programa Povos da Pesca Artesanal em diversas localidades no Brasil. Como eu colocava anteriormente, ela é uma iniciativa que envolve uma construção que envolve os pescadores e pescadoras artesanais das diversas regiões do país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, acima de tudo, ela aponta uma dimensão plural que o papel do Estado deve ter de entender que a pesca artesanal envolve temas de saúde, extensão, defesa do território, cultura, juventude, mulheres, combate ao racismo ambiental, emergências climáticas.

Então, com esses elementos que dá para perceber no mapa é que estão chegando as nossas ações a partir do Programa Povos da Pesca Artesanal, que é, portanto, liderado pelo nosso Ministro André de Paula e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, quero agradecer, mais uma vez, a esta Casa, agradecer ao Senador Cardoso a sua condução. E, portanto, a gente fica aberto aqui, enquanto Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, para fazer o bom debate.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – A Secretaria de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, que é representada pelo Secretário Expedito Netto, que está na feira nos Estados Unidos, em Boston, está aqui representada por Sandra Silvestre, que é a nossa Diretora e vai fazer também uma pontuação aqui.

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (Para expor.) – Olá, boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Cardoso.

Eu vou falar rapidamente sobre as principais ações que estão sendo executadas pela Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva.

O ordenamento pesqueiro hoje está bastante focado ali na Rede Pesca Brasil, sendo que o principal instrumento da Rede Pesca Brasil são os comitês permanentes de gestão, que são espaços onde há discussão sobre as regras de pesca entre o Governo e o setor pesqueiro. Então, a nossa função é coordenar essas reuniões e efetivar os encaminhamentos que saem dessas reuniões. São dez comitês permanentes de gestão, e a gente coordena todos eles – a gente, Ministério da Pesca.

Em relação à abertura e ampliação do mercado interno e externo, o Ministério da Pesca está ativamente nessa missão. E, para a gente abrir alguns mercados e ampliar o mercado externo, há necessidade de que o nosso pescado continue com uma qualidade ótima, aquela mesma qualidade com que é retirado do mar. Então, quando ele chega às nossas embarcações, as embarcações têm que estar com condições sanitárias excelentes para que ele continue com essa qualidade. Então, a gente tem o Programa Higiênico-Sanitário, que foca justamente isso, ou seja, manter a qualidade do pescado para a gente ampliar o mercado externo, trazer um pescado de qualidade também para o mercado interno e tentar ampliar o mercado interno, incentivando o consumo do pescado.

Outra ação é a desburocratização do Programa do Óleo de Diesel. Como bem disse o nosso Ministro, é um peso muito grande na atividade pesqueira, e a gente está fazendo a revisão dos atos infralegais para verificar como a gente pode deixar mais acessível esse programa para mais embarcações pesqueiras nacionais.

Próximo, por favor.

A gente está para lançar agora, no primeiro semestre de 2025, o 1º Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva. Ele tem o objetivo de promover a pesca amadora e esportiva de forma sustentável em todo o território nacional. Esse plano tem quatro programas e vai desde coleta de dados, divulgação, programas de educação ambiental... Então, até o final do primeiro semestre, a gente vai fazer essa publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi lançada, no ano passado, a Plataforma Nacional da Indústria do Pescado (PNPI), que traz agilidade na análise dos processos, principalmente em relação à emissão de um certificado para exportar o pescado brasileiro. Antes a gente levava até 30 dias para poder fazer a emissão desse certificado, e hoje a gente consegue em até 20 minutos fazer a emissão desse certificado. E outro grande ganho é um outro módulo que tem dentro dessa plataforma, que é o módulo higiênico-sanitário. Para a gente emitir um certificado higiênico-sanitário, antes a gente levava de três a quatro meses, e hoje em até uma semana em média a gente já consegue fazer essa certificação. Então, essa plataforma é um grande ganho, está desburocratizando o nosso sistema e está dando agilidade.

Obrigada a todos.

Era isso que eu tinha para apresentar.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Secretaria Nacional de Aquicultura, Secretária Tereza Nelma.

A SRA. TEREZA NELMA DA SILVA PORTO VIANA SOARES (Para expor.) – Boa tarde, Srs. Senadores: Senador Zequinha, Presidente desta Comissão; como também o Senador Vanderlan Cardoso, Presidente eventual desta Comissão; e Srs. Senadores aqui presentes.

Nós da Secretaria Nacional de Aquicultura, quando iniciamos, há dois anos, ampliamos as cessões de águas da União, porque a nossa secretaria é formada por dois departamentos: o Departamento de Águas da União e o Departamento de Desenvolvimento e Inovação. Para isso, nós criamos um Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura.

Como o Sr. Ministro já falou, já mencionou, nós temos 15 ações prioritárias, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), como também alinhadas ao Guia Mundial da Aquicultura Sustentável, da FAO.

Próximo.

No Departamento de Aquicultura em Águas da União, nós ampliamos. Em dois anos, nós chegamos a superar nossos contratos, com 412 contratos de cessões de águas da União, nos últimos dois anos, com potencial produtivo de mais de 217 mil toneladas de pescado, gerando mais de 15 mil empregos, diretos e indiretos. A meta para nós agora, em 2025, é mais 238 novos contratos.

Nós, neste ano, tivemos um resgate muito importante, que foi a liberação da capacidade de suporte. Então nós liberamos 95 mil toneladas em reservatórios do Nordeste e Sudeste, gerando assim 5,9 mil novos empregos. Esses reservatórios estavam sem capacidade para novos projetos há mais de dez anos.

Para isso, com a compreensão, o apoio e o entusiasmo do nosso Ministro André de Paula, nós fomos buscar parcerias. Nós dizíamos que nós precisávamos desenvolver a aquicultura não mais como atividade econômica, e, sim, como uma política pública. Então nós fomos buscar apoios com os outros ministérios e fizemos um acordo de cooperação técnica muito importante, Srs. Senadores, que é o acordo de cooperação técnica com o Ministério de Minas e Energia, porque nós temos algumas dificuldades com as concessionárias, para eles entenderem que a água não é só para gerar energia: ela pode ser usada também para outras situações. E aí nós assinamos esse ACT também lá no MME, para nós discutirmos energias renováveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro fato muito importante, uma grande conquista para o Ministério da Pesca e Aquicultura, foi o acordo de cooperação técnica com Itaipu. Itaipu quer desenvolver um grande projeto nos seus lagos, com peixe tilápia.

E aí nós vamos passar agora para o Departamento de Desenvolvimento e Inovação.

Os senhores sabem que nós precisamos ter a regularização dos produtores, para que eles tenham acesso a crédito. E aí fomos buscar mais parceiros, como? Com os órgãos ambientais. Nós fomos buscar com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a CNA, o Senar, o Sebrae, o Incra e outros, porque nossos produtores têm muita dificuldade na regularização fundiária e na regularização da licença ambiental.

E nós começamos a discutir a questão da informação, da comunicação e da qualificação da aquicultura no nosso país. Então nós instituímos uma ação muito importante, que é a qualificação e a valorização dos recursos humanos da aquicultura. E daí, Srs. Senadores, nós concebemos um projeto muito importante de educação à distância, que se chama curso de Multiplicadores Aquícolas, pelo qual nós já recebemos até um prêmio em nível internacional. Este curso é uma parceria com a Universidade de Brasília, com a do Rio Grande do Norte e com a FAO, mas nós sabemos que, num país tão grande como o nosso, um país continental, nem todos têm acesso à educação à distância.

Nós fomos, junto com o Ministro, buscar o MEC (Ministério da Educação) e, para a nossa felicidade, porque nós somos muito entusiasmados, nós elaboramos outra ação, que são cursos presenciais, com o Pronatec. E, senhores, acreditem: houve uma pesquisa entre os institutos federais do nosso país e há uma demanda de 22 mil vagas – de jovens, de pessoas querendo ter conhecimento sobre a aquicultura. Hoje está disponibilizada, Srs. Senadores, em todos os estados, em todos os municípios que têm o instituto federal, a realização do curso presencial Pronatec, gratuito. Isso numa parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Fomos além: nós fizemos um edital, convidamos as universidades, os institutos federais e fizemos um investimento – não tão grande, mas um investimento necessário – para a reestruturação dos laboratórios dessas universidades, porque, sem a universidade, sem o saber, sem a pesquisa, não é fácil desenvolver a aquicultura no nosso país.

Nós temos outro programa muito interessante e importante para nós: a residência aquícola, que é uma parceria com o Mapa, no passado, e com o MDA. E, hoje, eu quero dizer para os senhores que antes ele não tinha essa identidade de aquicultura; hoje é programa de residência aquícola em vários estados onde nós abrimos um edital e as universidades e institutos federais se inscrevem.

E nós fizemos um grande feito, que é um outro grande carro-chefe – assim nós o consideramos – no Ministério da Pesca e Aquicultura, que é Assistência Técnica e Extensão Aquícola. Nós fomos buscar o Senar, o Senar abraçou, acreditou, e, hoje, senhores, em todos os estados, os senhores podem procurar o Senar, que lá tem uma cota para aquele município ou para aquela capital que tenha desenvolvido aquicultura – pequenos, médios e grandes –, para ter sua assistência técnica por dois anos e gratuita.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA NELMA DA SILVA PORTO VIANA SOARES – Por último, quero apresentar para os senhores que na aquicultura do nosso país, hoje, nós temos um crescimento e conseguimos firmar 78 instrumentos, como os senhores veem aí.

E aqui nós trouxemos, ao lado, o mapa do Brasil, para os senhores verem que a aquicultura está em todas as regiões e estados do nosso país.

É isto que nós queremos, uma aquicultura forte. Nós acreditamos que a aquicultura é uma grande ferramenta de combate à fome e que também pode alavancar a economia do nosso país.

Muito obrigada, e estamos à disposição.

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Por gentileza, me ajudem aqui.

Elielma, da Sermop (Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa).

A SRA. ELIELMA RIBEIRO BORCEM (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

É um prazer enorme estar aqui nesta Casa falando das nossas temáticas. Cumprimento a mesa, cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

A nossa secretaria é de registro, monitoramento e pesquisa. É uma secretaria voltada para a geração de dados. Como bem disse o nosso Ministro, a gente não consegue gerenciar uma atividade econômica sem ter informações. Então, o nosso foco é nisso.

A gente traz três grandes ações que são estruturantes e que estão sendo trabalhadas para entregar nos próximos dois anos, serem finalizadas nos próximos dois anos.

A primeira delas é em relação à regularização do nosso público-alvo, tanto os pescadores quanto os aquicultores. Todo aquele pescador e aquicultor que exerce a atividade de forma comercial precisa estar licenciado junto ao Ministério da Pesca. E é esse o foco que a gente dá hoje para esse público, para saber quantos somos, onde estamos, como é que a gente gerencia todo o restante da cadeia produtiva. Então, a gente foca em dois itens, um é a automatização desse processo de registro. A gente está num momento de finalizar tanto o módulo de pescador profissional quanto o módulo de licenciamento do aquicultor. Esse cadastro é o RGP, como a gente chama, que é a identidade tanto do pescador quanto do aquicultor.

E aí passamos um pouquinho mais para a outra entrega importante: é a execução Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca (Propesc), já colocado na fala do Ministro como uma grande conquista nossa. Então, se a gente pretende regularizar esse público, a gente também vai ter que regularizar os meios, os instrumentos de trabalho dele. É esse o foco do programa. A gente o implementou em 2023 e trouxe uma reparação histórica de quase dez anos em relação à questão do licenciamento dessas embarcações de pesca. A gente tem embarcações que não são renovadas há quase dez anos e isso nos traz uma insegurança. A partir do momento em que a gente regulariza, em que a gente atualiza esse nosso cadastro, ele traz uma segurança jurídica para que o pescador possa exercer a sua atividade. A gente tem a previsão de regularizar 28 mil embarcações. A gente tem um cronograma por estado. Então, o programa vai funcionar a partir de uma vistoria, *in loco*, dessas embarcações. A gente tem agentes vistoriadores tanto públicos quanto privados para fazer esse processo nos estados. Isso traz um grande avanço para a gente em relação ao combate à pesca ilegal, contribui também para a rastreabilidade desse pescado. E o mais importante de tudo: possibilita o acesso às políticas públicas. Como a gente já disse, com a nossa base regularizada, a gente tem um acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imediato aos programas do próprio ministério, tanto ao Programa de Subvenção ao Óleo Diesel quanto ao acesso a créditos, no âmbito das várias linhas que existem.

Pode passar.

O terceiro, muito estruturante, é a retomada da estatística pesqueira nacional. A gente tem uma lacuna gigante de dados. Desde 2011 não são gerados, não são oficializados, não são divulgados os dados oficiais pelo órgão gestor da pesca. Então, a gente teve um trabalho intenso, nesses dois anos de gestão, em relação a essa reconstrução. Não que não existam dados em relação à pesca, eles existem, mas estavam dispersos, estavam difusos nas variadas fontes ao longo do país. Então, a gente fez um trabalho desde os municípios até a esfera nacional nessa compilação, em parceria com as várias instituições. Onde tinha dado de pesca, a gente buscou compilar e consolidar isso.

E aí a nossa entrega vai ser a publicação de um boletim da pesca marinha, com a produção histórica de 1950 a 2022. A segunda a gente foca num boletim voltado para a pesca e aquicultura, com a produção de 2023 e 2024. E aí esse recorte já é com a metodologia nova que a gente conseguiu construir e, a partir daí, vai seguir adiante. A gente vai ter dados perenes e espero que para sempre, em relação ao nosso setor. E a terceira é justamente a entrega do Sistema Nacional de Estatística Pesqueira. Então, se eu tenho tudo isso consolidado em um único banco, vai facilitar todos os acessos, todas as discussões, vai embasar todas as discussões que é preciso ter em relação à atividade pesca e aquicultura em nível nacional. Essas são as três entregas que eu queria trazer.

E aqui é só para a gente visualizar o quanto isso já está avançado ao longo da costa. Hoje, a gente tem implementada, nos 15 estados costeiros, a estatística pesqueira nacional. A gente está em fase de finalização dos termos de parceria somente com o Pará e o Amapá, mas, nos 15 estados costeiros, a gente já tem um programa de coleta de dados implementado e um pouquinho ali nos dois estados na parte continental.

Era isso.

Obrigada!

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Por fim, eu queria fazer aqui aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras um convite.

No último recadastramento de pescadores que nós fizemos no país, eu, particularmente, me surpreendi, porque eu não tinha ideia de que 49% do número de pescadores no Brasil já são pescadoras, e a gente procurou dar visibilidade a esse trabalho importante, a esse protagonismo que as mulheres cumprem no nosso setor. No ano passado, nós tivemos a alegria, inclusive, de contar com a presença do Presidente da República e da Primeira-Dama num momento em que nós, pela primeira vez – e faremos agora a segunda edição –, premiamos mulheres cuja trajetória é exemplo e fonte de inspiração para outras mulheres nos diversos setores da pesca e da aquicultura.

Então, agora, no dia 25, quarta-feira da semana que vem, nós vamos estar, pela segunda vez, conferindo esse reconhecimento às mulheres que atuam na nossa pesca e aquicultura. Eu tomei a liberdade de colocar, como último eslaide, esse convite que eu queria fazer aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero encerrar essa primeira parte da intervenção, primeiro agradecendo a paciência. Procurei ser o mais breve possível, porque houve um avançar da hora, mas quero também, ao agradecer, me colocar à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ministro, obrigado! Parabéns pela sua explanação aqui.

Quero cumprimentar o Edipo Araujo, Secretário-Executivo; o Cristiano Ramalho, Secretário de Pesca Artesanal; a Tereza Nelma, Secretária de Aquicultura; o Lázaro Medeiros, Secretário-Executivo Adjunto; a Elielma Borcem, Diretora de Registro e Monitoramento da Pesca; e a Sandra Silvestre, Secretária de Pesca Industrial, substituta.

Pessoal muito competente, viu, Ministro? Parabéns pela sua equipe. Não poderia ser diferente, exigente como o senhor é. (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Eu até quero lhe agradecer, porque eu ia cometer uma indelicadeza involuntária ao não mencionar a presença do nosso Secretário-Executivo, que cumpre, no ministério, um papel muito importante. Eu sei que o senhor sabe que a minha origem vem da política.

Eu tive o privilégio, ao longo de seis mandatos, de representar os pernambucanos na outra Casa do Congresso Nacional e fui chamado a vencer esse desafio. E não poderia enfrentar esse desafio tão importante para a nossa economia, para o nosso país, sem ter ao meu lado aquilo que me faltava, que era o lastro técnico que me assegura essa equipe, que são profissionais que já têm uma carreira dentro do ministério. O Edipo Araujo é nosso Secretário-Executivo, e eu quero agradecer a presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Ministro.

Quero cumprimentar e dar as boas-vindas aqui a esta Comissão ao Deputado Albuquerque – seja bem-vindo! –, lá do nosso querido Estado de Roraima, não é, Albuquerque?

Nosso Senador Jorge Seif foi Secretário de Pesca, fez uma atuação brilhante – viu, Jorge? –; inclusive, Ministro, a emenda... Se eu não me engano, foi a...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – A dos parques aquíferos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É, a dos parques aquíferos e terras da União. Essa emenda foi minha.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Águas da União.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Águas da União!

O interessante é que os primeiros... Foi em 2019, com a Emenda nº 100, foi de uma MP – não é isso, Seif? –, e isso foi trabalhado junto com ele. Eu procurei entender. Nos primeiros dois anos... Depois ele me passou o relatório do aumento que teve em produtividade em águas da União. Então, parabéns pelo seu trabalho à frente disso. Hoje, é nosso Senador da República.

Mas aqui, Ministro, eu quero dizer a V. Exa. que muitos não entenderam ainda, Senador Jaime, Senadores Heinze, Chico e Petecão, a importância que é a desse ministério. Isso é um canhão para se trabalhar, tanto é que a importância que tem se dado a esse ministério... Até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo posso dizer que está havendo falha nossa aqui, Ministro, pelo orçamento que vai para um ministério que é tão pequeno e pode atender, chegar, ampliar as ações em todo o nosso país.

As conquistas... Eu observei muito bem quando V. Exa. falava ali das conquistas que já teve nesse período, e eu as venho acompanhando desde 2019, quando Seif era Secretário e nos aproximamos. Eu gosto muito, eu sou um pescador esportivo. Agora mesmo eu estava lá no estado do Chico, Roraima, em pesca esportiva.

Um dos primeiros, Petecão, trabalhos que nós fizemos aqui, com o apoio de V. Exa. e de nossos Senadores, foi trazer para Goiás a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Por quê? Porque ela trabalha muito com os arranjos produtivos locais, mas principalmente com pesca, peixe, mel, frutas. E eu, quando Prefeito, Chico, tive a oportunidade de colocar ali um programa para a produção de peixe, para os pequenos produtores; tanques. Isso mudou a realidade ali daquele pessoal, que muitas das vezes vivia tirando no leitinho, sem condição nenhuma. Melhorou.

Eu estava olhando – acho que foi hoje, Ministro – uma matéria, e já está vindo aí, Jaime, que cria peixe também, a tilápia com uma produtividade muito maior, desenvolvida com pesquisa, desenvolvimento, não é isso? Estava olhando hoje, eu não lembro qual era o órgão que estava informando isso e comparando a tradicional com essa que foi desenvolvida. Tilápia. A tilápia... No meu Estado de Goiás, que é um grande produtor de tilápia e está crescendo muito, Ministro, falta peixe, tem muito cliente. Olhe só o que nós temos aí para trabalhar.

Então, eu quero, já que estão aqui os Senadores presentes, ver o que a gente pode, Petecão, Chico, Jaime, Seif, fazer ainda. O Relator do orçamento inclusive é do nosso partido, Angelo Coronel... Ver o que a gente pode fazer, se está em tempo ainda de colocar um pouco mais de recursos.

Um ministério tão importante como esse, que muitos acham que não, "é pesca"... Não, gente, isso aqui atende e melhora a vida de milhares e milhares de pessoas. Os números estão aí, são esses os números. E ampliou, naquela época, e vem ampliando por esse trabalho que se iniciou. Ainda era uma secretaria, hoje é um ministério.

Pode, em um ministério com essa dimensão, com todas essas ações, nós termos um orçamento aí para este ano, se eu não me engano, de duzentos e poucos milhões?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah, é?

Então, quero me colocar aqui, Ministro, à disposição – creio que o Petecão também, todos os Senadores estão aqui –, para a gente trabalhar em cima disso, para ver o que a gente pode fazer.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, pelo seu trabalho.

Ministro André, para quem não conhece, é uma pessoa desse jeito aqui, é acessível, é amigo, tudo que precisa é na hora, e sempre com esse sorriso. Nunca o reclamando de alguma coisa, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu que perguntei para ele quanto que era o orçamento. Vocês não o viram em hora nenhuma reclamar de orçamento aqui, não. Eu que perguntei: "Quanto que é o orçamento para este ano, Ministro?". Viu, Presidente Zequinha? Aí, quando ele disse, eu falei: "Não é possível".

Então, o senhor sabe, Senador, a importância que tem hoje esse ministério, com todas as ampliações que teve, com as conquistas que V. Exa. teve quando Secretário, e agora com o André.

Nós temos que ampliar. Não se faz nada, não se faz pesquisa, não se faz ciência sem recursos – não se faz. Então, duzentos e poucos milhões de orçamento é muito pouco.

Nós precisamos, André, desse serviço para nós, o que nós temos que fazer. E não se acanhe, não, André. Pode chegar para nós e dizer: "Olha, eu preciso de ajuda". Nós temos que resolver isso aí, entendeu? Zequinha, Sr. Presidente, o senhor já resolveu o assunto, eu vou ter que sair agora, viu, Ministro?

O SR. ANDRÉ DE PAULA – Permita-me só, Presidente Vanderlan, primeiro lhe dizer que V. Exa. falou música para os meus ouvidos.

Todos os programas que a gente tem tocado poderiam ser muito amplificados, se nós tivéssemos esse suporte de um acréscimo no nosso orçamento, que, de fato, é muito pequeno. Eu acho que é porque eu venho de Pernambuco, e em Pernambuco a gente tem um adágio que diz que cabrito bom não berra.

Então, eu procuro compreender as situações, mas é claro que eu fico muito otimista quando eu encontro, em uma das Comissões mais importantes do Senado, essa sensibilidade.

Eu lembro que o Senador Seif até presidia a mesa, na primeira vez que eu vim aqui, Seif, quando o Senador Esperidião Amin até disse: "Eu vou propor uma emenda de Comissão". E até ele foi específico para aquilo que Elielma falou aqui. Ele disse: "Nós precisamos avançar na questão da estatística, porque ela é central". Pesquisa e estatística são centrais para tudo que a gente vier a fazer depois.

Então, eu queria lhe agradecer muito pelas suas palavras, Presidente, e dizer que, de fato, nós vamos trabalhar com qualquer que seja o orçamento – essa é a nossa responsabilidade –, mas é claro que, se essa sensibilidade acontece...

E, veja, eu me lembro de que, em um determinado momento, quando nós tivemos o ministério recriado, eu tive uma reunião com Fávaro, que era o gestor do condomínio. Naquele primeiro momento, dois ministérios se acoplavam ao Ministério da Agricultura, o MDR e o MPA.

E aí, num determinado momento, de forma democrática, Fávaro foi entre mim e Paulo Teixeira eleger qual dos dois teria acesso a uma área que já estava pronta e tal. E aí ele disse: "Paulo, você quer?". E Paulo disse: "Eu quero, mas quero ouvir o André". Eu disse: "Eu quero. Agora, eu tenho uma vantagem sobre Paulo, é que o único desta reunião que sairá 100% feliz se conseguir a área sou eu".

Então, eu quero dizer a vocês que o seguinte: um ministério que tem um orçamento, que tem dificuldade em chegar a R$250 milhões... Eu tenho feito um trabalho incansável junto aos nossos Parlamentares, fizemos cartilha de emendas parlamentares nos dois anos, tento procurar sensibilizar... Mas o que eu quero dizer a vocês não é muita coisa: qualquer que seja o gesto feito com o ministério será de grande valia, Senador Vanderlan. Então, receba o meu agradecimento que se estende aos Senadores aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar a presença do Senador Jorge Seif, que esteve na cadeira que eu ocupo hoje. Não quero nunca aqui cometer a heresia de dizer que V. Exa. é Senador apenas por isso, mas aquela posição evidenciou as virtudes que o senhor tem e o trabalho bonito que o senhor fez lá na secretaria, que lhe credenciaram a ocupar uma função tão importante quanto representar os catarinenses nesta Casa.

Então, eu quero fazer esse reconhecimento e essa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Ministro.

Presidente, assuma, por favor.

Eu vou pedir licença aos Senadores. A gente vai ter alguns compromissos ali, mas eu creio que dá para voltar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

Obrigado, Presidente.

Senhores, o Presidente Davi começou a Ordem do Dia. Então, temos que dar uma fechada aqui nas coisas, porque senão a polícia chega para mandar parar. (*Risos.*) Vamos lá.

Rapidamente, o Senador Chico Rodrigues, Ministro, tem uma palavrinha, assim daquelas a mil por hora.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar mais uma vez o nosso Zequinha Marinho, o nosso Presidente da CRA, e dizer que V. Exa. tem dado dinamismo, nesses poucos dias desse período legislativo, a esta Comissão tão importante e tão estratégica, como disse o Senador Vanderlan.

Quero cumprimentar o Ministro André de Paula, meu conterrâneo e amigo; ele e seu pai, que foi colega meu também aqui, lá na época de Napoleão Bonaparte, 1990, no primeiro mandato de Deputado Federal na Câmara.

Quero dizer que, na verdade, o Ministério da Pesca é um ministério estratégico, importante. A gente sabe o valor do peixe como alimento para a humanidade desde tempos remotos. Sabemos que é um ministério que tem um orçamento tão pequeno, e a dimensão do orçamento não representa praticamente nada dessa demanda reprimida por recursos para operacionalizar tantos programas que nós vimos aqui hoje apresentados por V. Exa.

Inclusive, quero parabenizar também toda a sua equipe, que, de uma forma coesa, obedecendo à transversalidade institucional, fala e desenvolve um programa... Para que ele possa dar um *output*, possa dar um grande salto, precisa apenas de mais recurso, porque a equipe está tecnicamente preparada para desempenhar um trabalho muito mais amplo para o nosso país.

A gente sabe da importância, Ministro André, da aquicultura artesanal, sabemos das limitações orçamentárias, sabemos do pouco volume de recursos que, inclusive, através de emendas parlamentares, são colocados. Acho que o ministério...

E vamos sugerir, a partir de agora, na gestão aqui do Presidente Zequinha na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que se possa intensificar mais a presença do Ministério da Pesca, porque a aquicultura é fundamental. Todos os estados do Brasil tem rio, riacho, igarapé, lago, o diabo que seja de água, e tem nem que seja piaba. Aquele mais carente que precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pesca. Ele vai lá com a rede, com o anzol, com o que quer que seja. A gente tem grandes empresas. Quem conhece tudo de pesca é o nosso Ministro, o nosso Senador Jorge Seif, que bem desempenhou, como disse V. Exa. – e parabéns pela humildade de reconhecer o desempenho dele –, à frente da Secretaria da Pesca, à época com *status* de ministério.

Mas veja: nós vamos falar do Brasil, mais especificamente da Amazônia. Nós temos quase 2,5 mil quilômetros de rios e de igarapés no Estado de Roraima, especificamente. A pesca artesanal, como todos sabem, ali é praticamente uma prática de vida da população, meio até de sobrevivência. E, apesar de eu não estar ainda nesse alinhamento com o Ministério da Pesca, eu já tenho ajudado bastante lá no nosso estado o setor da piscicultura, seja em regime de confinamento com alguns programas, como Deputado Federal, de construção de poços, construção de tanques, etc., etc. E agora, mais recentemente, alocando recursos para atender aos pescadores artesanais.

Eu devo estar entregando agora, no mês de abril, 285 barcos de alumínio de 6m, com motor de rabeta, para atender a aquicultura artesanal, a pesca artesanal, exatamente por isto: porque é um pedido, é um chamamento do pescador: "Senador, nós precisamos de barco". Aí você vai lá e ele tem uma canoa de madeira, que às vezes afunda com ele...

O SR. ANDRÉ DE PAULA – E me empreste 85? (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Você não quer nada.

Eu me comprometi lá com duas federações, as colônias de pescadores, e quero fechar este ano com 500 barcos; 285 já estão garantidos, já estão em Boa Vista, já foram adquiridos pela Secretaria de Agricultura do estado. Então, acho que é mais importante dar o anzol, dar o barco, do que você dar o peixe para eles. E aí eles já estão se unindo – nós estamos orientando – em quatro, cinco, seis pescadores que moram na mesma região, na mesma localidade. Como eu disse, nós temos dois mil e tantos quilômetros de rios e igarapés, onde é desenvolvida a atividade.

Eu queria elogiar também os pescadores de Roraima, porque, na época do defeso, você não vê quase nenhum incidente. Eles obedecem de forma absolutamente rigorosa aquele período do defeso.

E aí o que nós queríamos... A doutora falou, eu não sabia, que o Pronatec, através do instituto federal, já está aí em plena operação. Estivemos, ontem, na posse da nova reitora, no nosso estado, com a presença do Ministro da Educação.

E isso nos folga muito, porque nos estimula a colocar mais recursos também agora, inclusive com as emendas especiais. Tenho certeza, Ministro, de que isso vai ajudar bastante.

Eu tinha cinco perguntas para fazer aqui, só que a equipe é tão competente que, com cada um falando, ele respondeu a tudo na apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já respondeu a tudo.

Maravilha.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, quero agradecer ao Ministro André de Paula e dizer a V. Exa. que é necessário, sim, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se faça uma grande frente aqui para fortalecer, com o próprio Senador Angelo Coronel, que é de uma sensibilidade fantástica.

Eu, individualmente e de forma coletiva, até com a coordenação do Presidente, vou pedir a ele, que não fechou o relatório ainda, que veja se tem condições de alocar mais recursos para o Ministério da Pesca, para vocês ampliarem essas metas em que vocês estão trabalhando.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Chico Rodrigues.

Agora, Senador Sérgio Petecão.

Todo mundo bem pertinho aqui, um de Roraima, outro do Acre, logo ali.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Ministro André, primeiramente, quero lhe agradecer pela sua gentileza de estar aqui, atendendo ao convite desta Comissão, falando um pouco do Ministério da Pesca, esse ministério tão importante, principalmente para nós lá no Acre, para a nossa região.

Eu também me sinto contemplado, até porque o senhor inovou com essa participação da sua equipe. Eu nunca tinha visto. Aqui nós nunca tivemos isso. Eu tinha diversas perguntas, mas já me sinto contemplado aqui, até por conta do adiantado da hora.

Falando um pouquinho do nosso PL, há um projeto que nós temos, o 1.851. A Tereza tem acompanhado isso aí. A gente quer aperfeiçoar a Lei 11.959, que está em vigor. O meu amigo Zequinha ficou até meio magoado com a gente, porque o nosso projeto trata de simplificar o licenciamento ambiental, que hoje é uma burocracia. O Zequinha queria acabar com esse negócio de licenciamento ambiental, mas eu acho que a gente tem que avançar, e o objetivo desse projeto é que nós possamos avançar.

Com o nosso outro projeto, que é o 4.972, de 2024, nós queremos ampliar. Hoje a maioria dos pescadores do litoral, onde há embarcações grandes, gozam do benefício do subsídio do óleo diesel. Lá na nossa região, nós não temos grandes embarcações. Nós temos o motor rabeta, um motor pequeno.

Quando o Chico falou aqui que deu 280 barcos, não deu nada. Eu já dei mais de 800 barcos com rabeta, porque nosso foco lá é nisso, porque isso ajuda muito. Vocês não entendem o que significa isso para aquele município isolado. Lá, eu chamo de Hilux. Quando se dá um barquinho desse, é como se você estivesse dando uma Hilux para o cara, porque lá ele só chega através do barco. Não existe transporte mais importante do que esses barcos de rabeta.

Eu queria mais uma vez só me colocar à disposição, Tereza e toda a equipe aí, para que a gente possa, se Deus quiser, trabalhar nesses dois projetos.

Quanto ao orçamento, André, eu compartilho do pensamento dos colegas. Eu acho que nós temos que fazer uma frente para que possamos fortalecer esse ministério que para nós, na Amazônia... No Nordeste também, mas na Amazônia é questão de sobrevivência, é questão de...

Lembro que, lá atrás, eu fazia algumas críticas a esse auxílio defeso, porque a gente via algumas irregularidades, mas a maioria não pode pagar por algumas situações. Hoje chego a alguns municípios – agora nós estamos no defeso – e vejo que a economia daquele município é o defeso, é o dinheiro que circula no município e que, com certeza, ajuda para que muita gente não passe fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu sentimento é de gratidão. Quero desejar sucesso para vocês. Sei do seu compromisso, sei da vontade que você tem de melhorar, de fortalecer cada vez mais o Ministério da Pesca – você e sua equipe.

Parabéns a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

A terra... Rondônia, não é? A terra da piscicultura. Vamos lá.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar, mais uma vez aqui, o Zequinha Marinho, Presidente da Comissão, aqui da CRA, e o Ministro André de Paula, Ministro da Pesca.

Quero dizer para V. Exa., Senador, que eu não entendo só de boi, não, eu conheço um pouquinho da pesca. Nem só de boi, de soja, de logística, enfim...

Quero dizer, primeiramente, para vocês, que estou num estado que é o maior produtor de peixe de espécie nativa, de tambaqui. Segundo os dados que eu vi uns tempos atrás, nós tínhamos em torno, em Rondônia, de quase 12 mil hectares de lâmina d'água, que seriam 10km por 12km, 10 mil metros por 12 mil metros, se fosse num único lugar. Então, é uma produção grande.

Mas é igual eu vi aqui a Secretária, que está ali agora... É Tereza Nelma, não é?

A SRA. TEREZA NELMA (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Zequinha Marinho, pensei que eram só os pequenos produtores que mexiam com agricultura, com pecuária... Mas até na pesca temos o problema de regularização fundiária. Temos todos esse problema e batemos nessa tecla da regularização fundiária. Ajude, ajude-nos, vamos convencer a Ministra do Meio Ambiente, a Marina Silva, porque passou da hora, do momento. Vamos dar uma prioridade para esses pequenos produtores, vamos documentar essas pessoas. Está na hora. Isso está passando do limite. Nós temos mais de 500 mil pessoas, 500 mil famílias. Não são novos assentamentos, temos que regulamentar os que já estão aí.

Uma outra coisa eu ia pedir ao senhor, Ministro. Lá nós temos três usinas grandes: a usina de Santo Antônio, a de Jirau e a de Samuel. Em especificação, na usina de Santo Antônio e na de Jirau, infelizmente, por um projeto mal feito de infraestrutura, não foram feitas as reclusas. Então, hoje está igual, a mesma situação de Itaipu, tem um custo altíssimo hoje se quiser voltar atrás e fazer. Tem condição? Tem, mas como não temos isso hoje, por que não...

Não sei se o Ministério da Pesca tem algum estudo nessas represas? Acho que isso aí é domínio da União, não é? Os lagos são domínio da União. Qual o estudo que poderia ser feito nesses lagos aí para se pegar, Secretária Tereza, esses pequenos produtores e incentivá-los dentro de um sistema cooperativista? Não é para o médio e para o grande, não; é para o pequeno, para esse pequeno. Incentivá-los, pois eles já têm a lâmina d'água pronta, só vai ter o custo de produção, mas eles têm que criar um sistema de cooperativismo Eu não sei como seria fazer um estudo sobre isso. São três lagos enormes que nós temos lá, que têm condições de fazer isso e atender, principalmente, o pequeno produtor, que é o que nós precisamos atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pesca artesanal nós já temos hoje nos Rios Guaporé e no Mamoré. Nós temos aí, só o Guaporé, para quem não conhece, praticamente 500km quase. Entre o Guaporé e o Mamoré, dão praticamente 500km de costeira com a Bolívia. Então, ali tem muita pesca artesanal e tem também a pesca esportiva. Para isso tem que haver um incentivo maior, porque é uma questão de turismo para nós; na Amazônia, é uma questão de turismo. Não é só Rondônia; é Rondônia, é o Mato Grosso, é o Pará; no Tocantins, tem também. Então, nós temos a região, a Bacia Amazônica, as águas dos nove estados da Federação, 60% do território nacional e água em abundância. Então, precisamos desfrutar disso.

Sei que o peixe é outro concorrente de proteína, mas não tem problema, não, tem que ter peixes, tem que ter aves, tem que ter suínos, tem que ter carne bovina. Nós sabemos que precisamos ter, sim, a concorrência para que se diminua o custo e nós chegarmos com o valor dos alimentos mais barato na mesa do produtor, mas nós temos que sempre ter consciência do seguinte: o pequeno produtor precisa ter renda em tudo que ele produz, ele precisa ter uma renda, senão ele também não tem condição de sobrevivência.

Para terminar aí as minhas palavras, quero dizer para vocês que Rondônia hoje produz em torno de quase 60 mil toneladas, que é o que tem de pesca.

Uma das coisas que eu estava esquecendo é que nós precisamos incentivar, não só em Rondônia, mas em outros estados também, que tenham os frigoríficos, porque não adianta nós termos a produção, e eles não terem, Senador Zequinha Marinho, para quem vender o que produzem. Então, como o Município de Ariquemes é o maior produtor, lá tem um frigorífico chamado Zaltana Pescados, ele é o maior. Eu conheço todos: os diretores, os proprietários. Eles são grandes produtores também, têm uma grande produção deles próprios, mas eles compram também dos pequenos produtores. Então, nós precisamos, porque não adianta... Quando você levar, é a mesma coisa que você produzir, você ter uma região lá. Rondônia tem 1,6 milhão de pessoas e tem entre 16 milhões e 17 milhões de cabeças de gado. Então, nós temos dez cabeças de gado para uma pessoa. Agora, como vai ter uma região dessa e não ter um frigorífico? Não resolve nada. Por isso, é muito importante que a gente tenha o frigorífico também na região.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime.

A palavra com o nosso querido jovem Senador, o homem da pesca no Brasil também, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Zequinha.

Sr. Ministro, obrigado pela presença do senhor. Fico muito feliz pelo senhor voltar aqui com a sua equipe para tratarmos de pesca.

Estou em uma situação até muito delicada, Zequinha, porque o André de Paula é um querido amigo, fizemos amizade aí nesses dois últimos anos, mas eu confesso para o senhor que eu estou bravo, muito bravo, com várias questões que estão acontecendo na pesca do Brasil. Aqui não é uma questão do Jorge Seif contra o André de Paula, por isso eu já estou me desculpando, porque realmente eu represento um estado que é produtor de pescados, o estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o maior produtor de tainha do Brasil, que tem a indústria de sardinha, que são temas para mim cruciais para a economia do meu estado.

O que ocorre, Senador Zequinha? Lá atrás, em 2018, quando eu fui convidado para ser Secretário Nacional de Aquicultura e Pesca, eu impus algo para o Presidente Bolsonaro, a única coisa que eu impus. Falei: "Olhe, não pode haver compartilhamento de gestão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Pesca, com a Secretaria de Pesca", porque meu pai me ensinou algo: cachorro de dois donos morre de fome. É isso, e hoje o que nós vemos?

O senhor imagina como Pedro pescava, lá há 2 mil anos, na Bíblia sagrada, sabe como ele pescava? Pesca de arrasto de praia. Eles pegavam redes, tinham pequenos barcos, iam para o mar ali pertinho, na costa, ali pertinho, 100m, 200m, esticavam redes, ou jogavam redes, pescavam e traziam. A pesca é uma das profissões mais antigas do mundo, mais corajosas, mais dificultosas, porque, diferente de qualquer outra atividade, Ministro André de Paula, o pescador pesca hoje, não sabe se pesca amanhã. O senhor sabe disso. Nesses dois anos em que o senhor está no ministério, tenho certeza de que o senhor já conhecia a atividade e agora com mais profundidade.

Esse desgoverno – não estou falando do Ministro –, estou falando do atual Governo, desgoverno mentiroso e sem palavra... Combinei com os Senadores aqui na Casa que não haveria o compartilhamento com a Ministra ideológica, a serviço de ONGs, Marina Silva! Eu já sabia o que ia acontecer, e é o que aconteceu. O Ministério do Meio Ambiente, pelo *glamour*, aquecimento global, está acabando o bicho e a baleia está morrendo e o iglu está derretendo e não sei o quê, essa conversa toda... A gente tem, sim, que ter preocupação com o meio ambiente, mas existe uma indústria por trás disso, e eu estudo isso com profundidade, está acabando o peixe do mundo! Infelizmente, não tem uma estatística confiável, não se tem!

Só para o senhor ter ideia, tem um peixe que eu pescava no Uruguai chamado... Até me faltou o nome da porcaria do bicho... Cherne-poveiro! Existe a Portaria 445, que é uma prisão preventiva. O peixe entra ali, esperam cinco anos para ele se recuperar e depois ele é solto, depois devolvem o direito do pescador. O cherne-poveiro está há 20 anos na 445 e não liberam. O bicho não se recuperou, não tem estatística ou tem viés ideológico no Ministério do Meio Ambiente? Não precisa me responder porque eu sei a resposta.

A tainha, no meu estado, Lei 15.922, de 6 de dezembro de 2012, é pesca artesanal integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural. É o pescador, Ministro André, que vive na beira da praia há 200 anos – ele e a família dele. Aí, na época da tainha, que é o Natal para o pescador, ele estica sua redinha, pega seu barquinho... Artesanal. Não tem como destruir a natureza com pesca artesanal. Se dissessem: "Ah, Seif, e os teus barcos lá, com aquelas redes gigantescas?". Bom, aí você tem que tomar cuidado mesmo, porque vem tudo. Não estou depondo contra a pesca industrial, porque hoje tem limite, tem tamanho de rede, tem fiscalização. Mas é uma pesca que é inofensiva, e o Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ministério da Pesca, me faz cota para pescador artesanal. Para mim, é o fim da picada, Ministro André, é um absurdo sem tamanho.

E não paro por aí. Tem um seriado da Rede Globo chamado Vale a Pena Ver de Novo. Não tem? Todo mundo aqui conhece, os mais velhos, os mais novos. Eu não sou tão velho assim, apesar de ser feio. Vale a Pena Ver de Novo... Lá atrás, em 2010, 2014, tiveram a brilhante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ideia, a ideia intergalática, escalafobética, de zerar o imposto de importação da sardinha. Sabe o que aconteceu, Senador Zequinha? E está falando aqui quem a vida inteira, desde os 12 anos de idade, trabalha na beira do cais – desde os 12. Eu tinha 1m de altura por 2m de largura, pesava quase 200kg e estava lá trabalhando com meu pai, era fofucho. Fizeram isto: zeraram a taxa de importação da sardinha, destruíram a indústria nacional, a indústria que responde por 75% do peixe industrializado no Brasil, que é a da sardinha, a da sardinha enlatada e do atum enlatado. O desgoverno de plantão teve a brilhante ideia, já que o Ministro Haddad é um incompetente, faz fuga de capital, a empresa vai embora, inflação na estratosfera, juros na estratosfera, dólar na estratosfera, um irresponsável, que só vive gastando, o desgoverno, que gasta mais do que arrecada, pegou agora a sardinha para Cristo. Agora, a culpa da inflação dos alimentos é da sardinha. Zera o imposto de importação, quebra a indústria nacional e traz o produto acabado lá de fora.

Ministro André, pelo amor de Deus! Eu lhe faço um apelo, como catarinense, como brasileiro e como profundo conhecedor do setor pesqueiro: ajude-me a suspender... Hoje tem um PDL. Falei agora com o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da nossa Casa. Fiz um PDL para suspender essa medida absurda. Vai quebrar de novo o setor de sardinha no Brasil, com 30 mil funcionários nas indústrias, e não é em Santa Catarina, não. "Ah, Senador bairrista!" Bom, eu preciso ser bairrista aqui dentro. Mas não é ser bairrista. Tem indústria no Rio Grande do Sul, tem indústria no Rio de Janeiro, tem indústria no Ceará, tem indústria em Santa Catarina... Vai quebrar. Sabe o que aconteceu lá no passado, Zequinha? O que acontece? As indústrias... Não dá para comparar o custo operacional brasileiro, o custo financeiro de um funcionário, de um pescador brasileiro, de CLT, de carteira assinada, e ainda o passivo, o custo ambiental que as indústrias e as empresas brasileiras precisam pagar, porque o Brasil é o bonzão do ambiente no mundo.

Então, na Ásia, o que eles fazem? Como era no passado? As indústrias falam: "Quanto custa para fazer essa lata de sardinha aqui no Brasil?". Sei lá, R$5, estou chutando. Se eu montar a indústria na Ásia, pegar o peixe lá, que é mais barato, enlatar e trazer para o Brasil, custa R$2,50, fecha a indústria no Brasil! Já aconteceu.

Olhe, meu pai me ensinou outra coisa, tem três tipos de homem, três: o inteligente aprende com o erro dos outros; o ordinário, normal, comum, aprende com seus próprios erros; e o burro, idiota, inconsequente, não aprende nunca. É um Governo, Ministro, com todo respeito e carinho que eu tenho com o senhor – o senhor tem a maior boa vontade comigo, sempre me atendeu muito bem, o senhor e sua equipe –, é um desgoverno que só está fazendo besteira, infelizmente.

Tocar na tainha foi um absurdo, um absurdo. Vai atrás dos grandes se quer acabar com a pesca industrial da tainha, porque os barcos pescam muito, já foi feito isso no passado. Penalizar pescador artesanal de beira de praia, que covardia! E vem me dizer que é preocupado com o pobre? O pescador é rico? Que absurdo! Que viés ideológico do inferno que não respeita os pescadores tradicionais do Estado de Santa Catarina e de lugar nenhum! Vem falar que está preocupado com o pescador? Conversa! Mentira! Vem falar que está preocupado com a indústria? Vai o Vice-Presidente falar: "Queremos reindustrializar o Brasil". Conto da carochinha, vai destruir a indústria de sardinha no Brasil, a indústria mais moderna, que mais investe, com 30 mil funcionários diretos, quase 50 mil pescadores que pescam sardinha no Brasil! A minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indignação não é contra o André de Paula, não, registre-se! É contra as políticas desse Governo incompetente, mentiroso, incapaz! Então, Ministro, essas são minhas maiores indignações.

O serviço público eu aprendi com um cara que eu não sei se o senhor conhece, mas deveria conhecer, chamado Felipe Matias. Quando eu fui Secretário da Pesca, ele era consultor de aquicultura meu, cara sensacional. Se não me engano, ele é de Pernambuco, ou do Ceará, não me lembro. E ele me ensinou algo, eu estava recém-chegado no serviço público, ele falou: "Seif, serviço público é uma corrida de bastão". O senhor sabe como funciona a corrida de bastão? Eu pego o bastão, corro 1km, o André de Paula vai pegar, passa, passa para ele, André vai, aí lá na frente outro cara... Então cada um evolui um pouco, tem que ser assim. Não tem que ter ciumeira, fiz o que eu podia.

O senhor está com R$250 milhões de orçamento? Eu trabalhei com R$19 milhões durante quatro anos, comi o pão que o diabo amassou, mas tinha uma equipe que eu formei, alguns servidores, outros que nós trouxemos, que bom que fazem parte da sua equipe, porque são pessoas excelentes e que estão trabalhando, que bom que tem R$250 milhões. Tomara que o senhor tenha R$1 bilhão, mas eu trabalhei com R$19 milhões.

Então peço sua ajuda na tainha, peço sua ajuda na sardinha. Acabei de fazer um pronunciamento lá, nada contra o senhor, nada, contra o desgoverno de plantão que quer culpar a sardinha agora pelos problemas econômicos, pelo pobre não estar comendo sardinha em lata.

E, para concluir, me perdoe, Senador Zequinha, porque é uma área muito cara para mim, cara, caríssima para mim, para o meu estado, para a economia do meu estado. Queria saber como anda a privatização ou parceria público-privada dos terminais pesqueiros públicos que consumiam boa parte dos R$19 milhões que eu tinha para pagar aluguel, custos, com eles parados. Se o senhor não tiver a resposta aqui, mande-me depois.

Como está o combate à fraude do seguro-defeso, que diferentemente do que o Senador Petecão... E respeito o Senador Petecão, é meu amigo, inclusive é meu vizinho de cima. Quando ele faz festa na casa dele, incomoda-me no meu apartamento. Ele falou que era contra o seguro-defeso, mas que mata a fome de muita gente. Só que continuamos com, segundo a CGU – só se a CGU estiver contando história –, 70% de vazamento; a cada dez pescadores que recebem o defeso, sete não sabem diferenciar um camarão de uma baleia, porque são pescadores *fake news*. Como está o combate, que eu iniciei lá atrás e consegui economizar quase R$1 bilhão por ano? Eu quero que o senhor me supere em 20 vezes, 50 vezes, porque é uma corrida de bastão. E como está a questão da privatização dos terminais pesqueiros públicos?

Quero agradecer imensamente e quero declarar o meu carinho e o meu respeito ao senhor. Sei que o senhor faz o que é possível, mas eu peço que o senhor faça mais.

Quando eu licenciei a tainha lá atrás, eu sofri dois processos de improbidade. O Senador Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores, me fala sempre: "Seif, para ocupar cargo público, tem que ter coragem". Eu enfrentei duas vezes o Ministério Público, ganhei as duas vezes, porque eu licenciei a tainha. Então, eu peço para o senhor que não seja subserviente dessa funcionária de ONG que está no Ministério do Meio Ambiente e nem tenha medo de processo, porque a verdade sempre vence. Eu venci com medida, com sistema, com o Sistainha, com cota, cuidando para que os grandes não pescassem demais, cuidando para que os pequenos pudessem sobreviver. Eu venci os dois processos em que o Ministério Público Federal agiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra mim, ganhei os dois, porque eu mostrei que tem que respeitar os três pilares: econômico, social e ambiental. Quando você prova isso, a verdade está com você. Você vai vencer.

Então, vá com coragem para cima desse povo. "Ah, não tem pesquisa. Proíba." Não, vá para cima, licencie, mostre medida de ordenamento, de controle, que ninguém vai pegar o senhor, não. E, se forem atrás do senhor, convoque-me, que eu vou para cima também. Não tenho medo. Tenho medo de ser chamado de covarde, de omisso, de irresponsável, de cansado, aí eu tenho medo. Agora, medo de enfrentamento com esse Ministério Público aparelhado que tem aí, junto com esse Ministério do Meio Ambiente, que não vale um centavo, com isso eu não me acovardo, não.

Obrigado, Senador Zequinha. Perdoe-me pela extensão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Seif.

Meu Ministro, gratidão ao senhor pela presença. É claro que aqui é a Casa dos pensamentos diversos. Para as suas considerações, já finalizando em função do tempo e do Plenário que está em andamento.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (Para expor.) – Presidente, primeiro reitero aqui o meu agradecimento.

Menciono a presença do Deputado Albuquerque, que tem sido um parceiro muito importante lá nessa luta no nosso dia a dia.

Agradeço pelas intervenções que aqui foram feitas, primeiro pelo Senador Chico Rodrigues. Eu sou testemunha desse esforço que ele faz com emendas parlamentares. Um abraço, Seif. Eu já tive, inclusive, a oportunidade de estar em um evento em que o Senador Chico estava entregando muitas das ações tão importantes para o nosso pescador artesanal como fruto do seu trabalho. Então, ele tem sido também um parceiro e eu quero deixar aqui o meu abraço a ele.

O Senador Petecão contará com o nosso apoio, do ponto de vista da assessoria, para os projetos importantes que ele apresenta nesta Casa, que ele discute nesta Casa. A gente sabe do papel central que cumpre o Poder Legislativo, nos ajudam muito projetos que sejam discutidos, debatidos, que sejam fruto da percepção que os Parlamentares têm da necessidade da população. Então ele terá o nosso apoio, para que possamos elaborar projetos competentes.

Senador Jaime, eu quero agradecer a intervenção, agradecer os questionamentos e dizer ao Senador Jaime que, em relação àquela intervenção que o senhor fez a respeito de Santo Antônio e Jirau, eu destaco como muito importante aquilo que a Secretária Teresa Nelma colocou aqui, já por essa percepção da importância de áreas como essa, que podem ser exploradas pela nossa piscicultura, pela nossa aquicultura. Nós estamos num processo de ter um ACT hoje com o Ministério de Minas e Energia, nos aproximarmos, para que possamos fazer dessas áreas, como disse a Secretária, não apenas áreas em que o Brasil ganhe, porque ali há geração de energia, mas também porque ali há geração daquilo que combate, de forma direta, aquilo que é a prioridade do nosso Governo, que é o combate à fome: geração de alimentos, geração de proteínas. Então eu vi com muito carinho e muita atenção o destaque que o senhor deu à pesca esportiva. Eu, como o senhor, concordo que hoje é algo que precisa ser incrementado. A Secretária Sandra disse aqui do nosso programa nacional, que está sendo feito, discutido. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais frequente, são demandadas ações nesse campo. Então quero acentuar essa importância do que o senhor destacou, a dos frigoríficos. Então guardo para mim como uma contribuição importante, que reforça as convicções que eu tenho.

E por fim, em relação a tudo que foi colocado aqui pelo Senador Seif, eu quero primeiro dizer que são dois momentos que a gente separa, de forma muito distinta: o aspecto pessoal, o respeito que eu me obrigo a ter com as pessoas, ainda que elas, com os Parlamentares, com os homens públicos, ainda que eles, como é o caso do Senador Seif, tenham uma compreensão e uma visão de mundo completamente distinta da que eu defendo, mas eu me forjei no Parlamento, eu fui Vereador, eu fui Deputado Estadual, eu fui Deputado Federal e eu sempre me obriguei a ouvir, ainda com maior respeito, quem pensa de forma diferente do que eu penso, mesmo os meus companheiros, porque eu aprendo muito mais, eu fortaleço muito mais as convicções que eu tenho quando eu ouço alguém que pensa de forma distinta da minha.

Obviamente nós temos dois mundos diferentes, que estão falando a um só tempo. Obviamente eu gostaria que fosse registrada em ata a minha frontal discordância das adjetivações, das colocações aqui que foram feitas pelo Senador, que tem esse direito, ele está aqui para defender aquilo em que ele acredita, eu respeito, mas eu divirjo frontalmente. E apesar dessa divergência, nós conseguimos ter, e ele próprio repetiu aqui, um convívio muito respeitoso, que o faz olhar para mim e se sentir constrangido quando ele diz do meu Governo o que ele disse aqui. Meu Governo, um Governo de que eu tenho orgulho de participar, um Governo que eu defendo de forma intransigente, um Governo que eu ajudei a eleger. Mas assim, eu tenho muito respeito pelo direito sagrado que ele tem de defender aquilo em que ele acredita, porque eu gosto também que as pessoas respeitem quando eu defendo aquilo em que eu acredito. Então eu queria separar o aspecto pessoal, que segue me ligando fraternamente ao Senador Seif, daquilo que ele defende, do qual eu discordo inteiramente, integralmente.

E que bom ver que quando ele coloca, na defesa, a sua preocupação, e aliás essa é uma preocupação de todo o Estado de Santa Catarina, eu confesso ao senhor, Senador Zequinha Marinho, que uma coisa que me surpreendeu, neste mesmo período do ano, no primeiro ano em que eu estava lá no Ministério da Pesca e Aquicultura, eu recebi de uma Deputada Federal, acho que salvo engano, enfim, mas de uma Deputada Federal que, naquele momento, era coordenadora da bancada de Santa Catarina – eu gosto muito de repetir isso –, uma solicitação de audiência para discutir a questão da tainha, que é uma questão, como foi dito aqui pelo Senador Seif, cultural, que é uma coisa que está atavicamente ligada ao catarinense.

Eu fui solicitado a receber a bancada de Santa Catarina. Senador Zequinha, eu tomei um susto, eu tive que fazer lá embaixo, no auditório. Os três Senadores estavam presentes; dois terços da bancada federal estavam presentes; empresários, presidentes de associação e sindicato presentes; secretários de estado. Isso dá conta da importância que essa atividade tem para o Estado de Santa Catarina e também da natural paixão que isso demanda.

Agora, que bom, Senador Zequinha, que muitas das discordâncias dele se dão porque eu me obrigo a respeitar o corpo técnico do ministério, que ele defendeu tanto aqui, até porque muitos dos companheiros que participaram do GT, que discutiram essa questão, que asseguraram que todo mundo que está envolvido participasse dessas discussões, muitos deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam na equipe do Senador Seif, exatamente porque eram técnicos que doaram a sua história inteira, a sua vida inteira à pesca.

Eu, quando cheguei lá, apesar de discordar frontalmente das posições que são colocadas aqui, por Seif, me obriguei a ter respeito pela qualidade técnica dos homens e mulheres que servem àquele ministério e não me arrependo de ter feito isso. Isso me dá o conforto de dizer que eu tenho muita convicção de que as decisões que foram tomadas em relação à tainha, diferentemente do que pensa o Senador Seif, tem uma coisa que nos une. Ele diz que está preservando a tainha, e eu reconheço a importância da tainha, cultural inclusive, e estou convencido, porque os meus técnicos têm 100% de certeza de que as medidas que nós adotamos ajudam a preservar a tainha, a não fazer com que nos próximos anos a gente precise dar uma quota zero para a pesca da tainha pela pesca artesanal. É uma coisa impensável você imaginar Santa Catarina sem que os pescadores artesanais possam pescar a sua tainha.

Então, Senador Zequinha, se eu fui muito enfático, o senhor me desculpe, mas eu espero ter respondido a todas as intervenções aqui e quero encerrar como comecei, Senador, dizendo da importância que a Comissão que o senhor preside tem para o nosso trabalho, tanto do ponto de vista do apoio que foi sinalizado para emendas quanto do ponto de vista da contribuição relevante que cada Senador que tem assento nesta Comissão nos dá – quando critica, quando faz observações, quando aponta correções que podem ser feitas –, porque é isso, Senador, que faz com que a gente erre menos e a gente procure acertar mais.

Muito obrigado ao senhor pela oportunidade, e eu quero me colocar sempre à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro.

O objetivo aqui é ouvi-lo com relação às perspectivas, ao que está acontecendo e ao que o senhor vai fazer. Eu vi um ministério muito organizado.

Quero falar com a Secretária Nacional de Pesca Artesanal – o secretário – depois.

Bom, a Comissão está aqui à sua disposição. Para aquilo que o senhor achar que a gente pode contribuir, ajudar tecnicamente, politicamente, agilizando alguma coisa, algum projeto ou para iniciativas em que o senhor entenda que possa precisar do Parlamento, aqui é esse lugar.

Seja muito bem-vindo sempre, tanto o senhor quanto toda a equipe, para que a gente possa, de mãos dadas, correr atrás.

A gente não pode é se dar por vencido ou achar que tudo é difícil, que não é possível fazer. É possível, sim, desde que a dosagem da boa vontade seja bem maior.

Quero agradecer a todos da equipe; agradecer aos nossos amigos; à imprensa; aos colegas que tiveram que ir embora, ao Deputado Albuquerque, do Republicanos de Roraima, não é isso?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Saudações. Correto?

Lá tem cavalo selvagem ainda.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu quero montar num. (*Risos.*)

Deus abençoe a todos.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 13 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.063033/2025-07

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (5ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (7ª REUNIÃO), EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Romário, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Laércio Oliveira, Lucas Barreto, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Damares Alves, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Sergio Moro, Esperidião Amin e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Comparecimento da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, atendendo aos requerimentos REQ 4/2025 - CRA, de autoria Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), e REQ 25/2025 - CDH, de autoria Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência a Senhora Sonia Guajajara, Ministra de Estado dos Povos Indígenas, para prestar informações sobre: possíveis irregularidades no protocolo de intenções firmado entre o Ministério dos Povos Indígenas e a empresa Ambipar sem prévia autorização do Congresso Nacional, sem prévio procedimento licitatório, sem consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas e sem prévia apresentação e aprovação de plano de trabalho. Participante: Sonia Guajajara, Ministra de Estado dos Povos Indígenas. A Presidência registra a presença do Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, e do Secretário Nacional de Direitos Territoriais Indígenas, Marcos Kaingang, do Ministério dos Povos Indígenas. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Rogério Marinho, Beto Faro, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Dr. Hiran, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze e a Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/26

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aprovada.

Nós temos um quórum de 17 Senadores presentes, aqui ou fora.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler a partir deste momento.

A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas:

- Ofício n° 2.734, de 2025, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com atualização sobre a tramitação de representação desta Comissão aprovada no ano passado, nos termos do Requerimento n° 30, de 2024, da CRA, de iniciativa do Senador Marcos Rogério, que requisita a instauração de inquérito administrativo a fim de apurar possível infração à ordem econômica e possíveis práticas anticoncorrenciais no contexto do acordo comercial denominado Moratória da Soja. Nossa representação do Senado foi incorporada ao inquérito já em curso, decorrente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Ambos passam a tramitar conjuntamente, e ainda não há nenhuma conclusão ou decisão sobre o tema;

- Ofício n° 20, de 2025, do Deputado Estadual do Pará Rogério Barra, com solicitação de investigação sobre a apreensão e abate de gado em operação da Força Nacional na região do Chapadão, entre os Municípios de Uruará e Santarém, no Estado do Pará.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

A presente reunião conjunta destina-se ao comparecimento de S. Exa. a Sra. Sonia Guajajara, Ministra de Estado dos Povos Indígenas, a fim de prestar informações sobre possíveis irregularidades no protocolo de intenções firmado entre o Ministério dos Povos Indígenas e a empresa Ambipar sem prévia autorização do Congresso Nacional, sem prévio procedimento licitatório, sem consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas e sem prévia apresentação e aprovação de plano de trabalho, em atendimento ao Requerimento n° 4, de 2025, da CRA, de iniciativa do Senador Rogerio Marinho, e ao Requerimento n° 25, de 2025, da CDH, de iniciativa do Senador Plínio Valério.

Já está aqui à mesa a nossa Ministra Sonia Guajajara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adotaremos os seguintes procedimentos para o andamento da reunião.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência adotará o seguinte procedimento: S. Exa. a Sra. Ministra terá 30 minutos para fazer sua exposição; e, em seguida, abriremos a fase de interpelação aos Senadores inscritos. A palavra, portanto, aos Srs. Senadores será concedida conforme a ordem em lista de inscrição. O Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para a Sra. Ministra.

Com a palavra, portanto, a partir deste momento, a Sra. Ministra, por 30 minutos.

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – Olá, boa tarde!

Quero cumprimentar aqui o Senador Zequinha Marinho, Presidente desta Comissão, cumprimentar também os Senadores, a Senadora Augusta aqui presente e todas e todos os convidados.

Quero cumprimentar aqui também o Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Dr. Eloy Terena, e o Secretario Nacional de Direitos Territoriais Indígenas, Marcos Kaingang, do Ministério dos Povos Indígenas também.

Quero começar cumprimentando ainda os Senadores Rogerio Marinho e Plínio Valério, que foram os autores dos requerimentos que me trouxeram hoje aqui a esta reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Direitos Humanos do Senado Federal. Também quero já citar aqui a Senadora Damares, que ainda não se encontra à mesa, mas que também foi autora do requerimento para que eu pudesse comparecer à Comissão de Direitos Humanos. E aqui estamos agora com os dois requerimentos atendidos conjuntamente.

Aproveito para cumprimentar todos os demais ainda não citados e estendo os meus cumprimentos aos demais Parlamentares, como já falei, e também às mídias digitais e a todos aqueles que acompanham de forma virtual esta sessão.

Ressalto a importância deste espaço, Senador, que propicia o diálogo republicano entre os Poderes e fortalece o exercício da democracia. É fundamental destacar que momentos como este somente se concretizam numa sociedade que resguarda e respeita os princípios do Estado democrático de direito. Desse modo, enquanto Ministra de Estado dos Povos Indígenas do Brasil, venho a esta Casa cumprir o meu dever institucional e democrático de prestar contas aos Srs. e às Sras. Parlamentares bem como a toda a sociedade brasileira sobre um protocolo de intenções e um contrato firmado entre o Ministério dos Povos Indígenas e a empresa Ambipar, mas também aqui vamos tratar sobre a atuação do Ministério dos Povos Indígenas, conforme foi solicitado no requerimento da Comissão de Direitos Humanos.

Como sabemos, alguns veículos de comunicação, sem a devida apuração, publicaram algumas notícias de forma equivocada relacionadas às tratativas entre o MPI e a referida empresa. Nesta reunião, teremos a oportunidade de apresentar a verdade dos fatos e elucidar eventuais dúvidas e questionamentos dos Srs. e Sras. Senadoras.

Não me cabe aqui julgar aqueles que, por diferentes razões, acabam reproduzindo informações imprecisas, seja nas redes sociais, seja em seus círculos de convivência. No entanto, é fundamental reforçar a importância do compromisso com a verdade e com o debate qualificado, sobretudo em temas que impactam diretamente a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previamente, quero ressaltar o compromisso do Governo Federal e do Ministério dos Povos Indígenas com a transparência nas ações e nas parcerias firmadas com os diferentes setores da sociedade, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito internacional.

Creio também que se faz necessário explicar o que é um protocolo de intenções para que, pedagogicamente, possamos auxiliar a todos que nos acompanham no entendimento dos fatos. O protocolo de intenções se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não existir a possibilidade de transferência de recursos entre os partícipes. Dessa forma, trata-se de um documento sucinto que não necessariamente exige um plano de trabalho ou um projeto específico prévio para lhe dar causa, sendo visto como um consenso inicial entre seus partícipes de natureza meramente política, com a ausência de obrigações jurídicas, haja vista que um protocolo de intenções, por si só, não acarreta obrigações legais ou financeiras para as partes. Sua finalidade nada mais é do que sinalizar um desejo conjunto de cooperar em temas de interesse comum sem compromisso legal.

É preciso que todos que nos acompanham nesta audiência e, sobretudo, neste momento saibam que o protocolo de intenções não prevê ação em nenhum território indígena específico, não cria obrigações, não estabelece ações imediatas e não autoriza qualquer intervenção. A celebração de parcerias institucionais segue todo o rito legal previsto nas normas internas e internacionais. Portanto, a afirmação de que a empresa terá acesso às terras indígenas não condiz com a realidade. O protocolo não concede qualquer tipo de autorização de entrada ou exploração, sendo juridicamente impossível que um protocolo de intenções tenha esse efeito. Qualquer atuação em terras indígenas depende do consentimento prévio das comunidades envolvidas, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Ressalto que uma das máximas seguidas por mim e por todos os servidores e servidoras do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai é o respeito absoluto à vontade das comunidades indígenas. Todas as ações do Governo Federal que foram ou serão realizadas nos territórios indígenas passam pelo processo de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas que vivem nesses territórios.

Outro questionamento supõe uma irregularidade ocasionada pela ausência de plano de trabalho, cronograma, fonte de financiamento e definição de metas. O questionamento é infundado tendo em vista que, diante da natureza do protocolo de intenções, não é obrigatória a apresentação de plano de trabalho previamente, sendo a sua necessidade verificada a cada caso específico.

Baseando-se numa notícia falsa propagada pelas redes sociais e por alguns veículos de comunicação, circulou a informação de que supostamente as ações previstas no protocolo de intenções abrangeriam uma área de aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados, o que equivaleria a 14% do território nacional, o que exigiria a aprovação do Congresso Nacional. Isso não é verdade. O protocolo não prevê ações automáticas ou obrigatórias, tampouco delimita um percentual de área geográfica específica para a realização das ações.

Com relação à suposição de irregularidades no contrato firmado entre a MPI e a empresa em questão, cabe informar: em 15 de março de 2024, o Ministério dos Povos Indígenas firmou o contrato com a referida empresa, com a finalidade de viabilizar a distribuição de cestas básicas e alimentos na Terra Indígena Yanomami, no Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa foi selecionada através de processo adequado e atendendo a todo o ritmo legal de contratações da administração pública. Além disso, cabe dizer que o serviço foi prestado pelo pela empresa e que o contrato já se encerrou.

É importante ressaltar que o processo foi realizado por dispensa eletrônica, em que há oportunidade de participação de qualquer empresa do ramo, assim como disputa de lances pelos licitantes. Da mesma maneira, antes da assinatura do contrato, o TCU analisou o processo e se manifestou pelo prosseguimento. No curso da execução do contrato, a CGU também promoveu a auditoria, em que atestou a sua regularidade.

Diante disso, afirmo, de maneira categórica, que as alegações contidas nos requerimentos, indicando possíveis irregularidades, não condizem com a realidade dos fatos. Em pouco mais de dois anos de existência, o MPI tem avançado na elaboração de ações voltadas ao bem viver e à manutenção dos direitos constitucionais dos povos indígenas do Brasil.

Peço licença para elencar aqui alguns dos principais avanços alcançados pelo MPI desde a sua criação: criamos o Comitê Gestor da Pngati, que é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas; a reinstalação do CNPI, que é o Conselho Nacional de Política Indigenista; projetos para a construção de protocolos de consulta, expandindo para indígenas que vivem em outros biomas, como Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Cerrado e Pantanal; a reestruturação da carreira da Funai, porque fortalecer a Funai é também fortalecer os direitos dos povos indígenas; o concurso para a Funai e também o aumento do orçamento; a elaboração e execução de plano de gestão territorial e ambiental em vários biomas; o fortalecimento das línguas indígenas; o Comitê de Desintrusão e de Ações de Desintrusão; o Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção dos Povos Indígenas, entre outras que vamos apresentar logo em seguida a este início.

Tenho consciência que ainda temos muito a avançar, mas temos que reconhecer as conquistas e vitórias no caminho percorrido até aqui. Ao chegar ao ministério, me deparei com a política indigenista totalmente desestruturada. Sabia que a missão seria árdua, mas eu também sabia que esse ministério tinha que dar certo. Para um ministério recém-criado dar certo, algumas coisas são necessárias, porém outras são essenciais: o compromisso ético, a transparência e o planejamento estratégico.

Reafirmo aqui o meu compromisso com as boas práticas na gestão pública e a busca do bem viver para todos os povos indígenas do nosso país. Além de um compromisso pessoal, esse também é o compromisso do Governo Federal e do Ministério dos Povos Indígenas no que tange à observação da legislação vigente e das orientações contidas nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Para tanto, precisamos da ajuda de toda a sociedade brasileira.

Conto com o apoio e a colaboração dos Srs. e Sras. Senadoras para a efetivação de uma política indigenista que seja fruto de um projeto político de Estado, e não apenas de um Governo em específico. Só assim será possível consolidar a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora para todos os povos indígenas do nosso país.

Sigamos aldeando o Estado como uma das estratégias adotadas pelo movimento indígena para ocupar os espaços políticos, sobretudo no Congresso Nacional. Seguimos reflorestando as mentes, nesses e em outros espaços do Estado brasileiro, e os corações daqueles e daquelas que ainda insistem em desrespeitar os direitos constitucionais dos povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu termino esta manifestação primeira, Senador, e queria pedir-lhe licença para que o nosso Secretário-Executivo, Dr. Eloy Terena, pudesse fazer uma apresentação em eslaides das principais ações realizadas pelo Ministério dos Povos Indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por favor.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Muito obrigada.

O SR. ELOY TERENA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero, inicialmente, em nome da Ministra Sonia Guajajara, cumprimentar a S. Exa., Senador Zequinha Marinho, Presidente desta Comissão, estender também os cumprimentos ao Senador Rogerio Marinho, que está presente aqui, e cumprimentar também toda a assessoria do Senado Federal, os integrantes do Ministério dos Povos Indígenas também, que estão presentes, os secretários, na pessoa do Secretário Marcos Kaingang.

Senador, reitero, mais uma vez, o nosso compromisso com o Poder Legislativo, de sempre, quando formos instados no nosso compromisso de estarmos aqui, prestarmos todas as informações necessárias, mas não só isso, de ter também, no Poder Legislativo, no Senado Federal, a compreensão de a gente enfrentar juntos todos esses desafios que são impostos aos povos indígenas do Brasil. Esse é um compromisso não só do Ministério dos Povos Indígenas, mas nós acreditamos que tem que ser um compromisso do Estado brasileiro, aqui representado por todos os seus Poderes.

Então, é com essa deferência que a Ministra veio aqui e trouxe, inclusive, todos os secretários e os diretores do Ministério dos Povos Indígenas, que estão aqui justamente para prestar essa deferência ao Poder Legislativo, ao Senado da República, e para prestar todas as informações que forem necessárias.

Nós vamos apresentar um eslaide bem rápido, no sentido também de aproveitar esse marco de dois anos da nossa gestão. Nós estamos entrando aqui no terceiro ano da nossa gestão à frente do Ministério dos Povos Indígenas, de um ministério que foi criado, inédito. Em mais de 500 anos, nunca tivemos um ministério. Então, foi preciso estruturá-lo do zero, desde equipes, espaços, instituir os programas, os projetos e até mesmo recuperar esse diálogo com os povos indígenas, para que os nossos parentes até entendessem qual é a função do ministério. Então, a nossa presença, no âmbito da administração pública, é muito pedagógica nesse sentido.

Neste terceiro ano, inclusive a ordem da Ministra é entregar tudo aquilo que foi planejado, tudo aquilo que foi construído.

Este é um ano de entregas, e é por isso que nós vamos aproveitar esta nossa presença aqui e prestar contas também do que foi feito e do que pode ser feito; e, do que pode ser feito, nós queremos, ao final, também sair daqui com um compromisso do Poder Legislativo, para que a gente possa continuar construindo coisas, e coisas também com o Senado Federal.

Então, um dos itens fundamentais aqui da nossa apresentação... Embora sejam muitos temas, vai ser bem rápida a apresentação. Ela está dividida em demarcação territorial, proteção territorial, garantia de direitos, alguns acordos históricos que nós fizemos aqui e que marcam a gestão da Ministra Sonia Guajajara, gestão ambiental e territorial, respostas a eventos climáticos, regularização territorial, fortalecimento da participação indígena, planos de gestão territorial e protocolos de consulta. Nós vamos passar muito rapidamente sobre esses temas que nós aventamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da demarcação territorial, é muito importante a gente entender que já existe, no âmbito da administração pública brasileira, um regime demarcatório desde 1996, com o Decreto 1.775, que ainda está em vigor e, inclusive, sendo atualizado, justamente até para se curvar à decisão tomada por esta Casa de aprimoramento dos procedimentos, com a aprovação de alguns expedientes normativos. Mas nós queremos informar que, neste terceiro ano de gestão, já estamos indo para 11 territórios que foram declarados pelo Ministério da Justiça, 13 terras que foram homologadas pelo Presidente da República e a retomada de 37 grupos de identificação e delimitação. Esses são os procedimentos que hoje não passam mais pelo Ministério dos Povos Indígenas. Eles começam na Funai e vão para o Ministério da Justiça, até mesmo por conta de uma decisão tomada no âmbito do Poder Legislativo, que aprovou uma mudança na estrutura da administração pública; e hoje as demarcações de terras indígenas só passam pelo ministério, mas não têm nenhuma análise de mérito. Elas começam na Funai e a Ministra encaminha para o Ministério da Justiça, porque é lá que está hoje a demarcação das terras indígenas.

Quanto à questão da proteção territorial, é importante vocês saberem que nós criamos um inédito Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas. Esse comitê foi instituído por nós, é composto por 22 ministérios e órgãos e nós o criamos para atender à decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou, no âmbito da ADPF 709, a desintrusão desses territórios. Então, nós estamos com operações em Yanomami, mas já fizemos a desintrusão do Alto Rio Guamá, Vale do Javari, Karipuna, Munduruku, Apyterewa, Trincheira/Bacajá e Araribóia, muitas dessas terras, inclusive, no Estado do Pará. E é importante que o Legislativo também tenha o acompanhamento dessas ações.

Garantia de direitos. Nós apresentamos aqui o número de cestas distribuídas tanto no âmbito desse contrato que esteve em vigor lá na Terra Indígena Yanomami, mas também distribuição de outras cestas básicas em outras terras indígenas. Foram 404 comunidades atendidas.

E a gente fez questão de colocar aqui a questão das emendas parlamentares. Como é um ministério inédito, a gente tem tentado atrair muito a parceria dos Parlamentares, para a gente fazer também com que políticas cheguem diretamente aos territórios indígenas. Então, nós tivemos, em 2024, que foi o nosso primeiro ano, a destinação de R$18 milhões, e agora, em 2025, a sinalização de mais R$25 milhões, e nós queremos continuar fortalecendo essa parceria. Já vou até fazer aqui uma propaganda, porque nós temos um alto índice de execução. De todos os Parlamentares que colocam suas emendas lá no Ministério, a gente faz questão de fazer essas ações chegarem diretamente às comunidades indígenas.

Garantia de direitos. Aqui, os dados do Minha Casa, Minha Vida Rural. São mais de 4,9 mil unidades habitacionais autorizadas para 34 terras indígenas, isso aqui vai atingir diretamente as comunidades indígenas.

Quero citar também aqui algumas parcerias que nós já temos: Ministério do Trabalho e Emprego, Conselho Nacional do Ministério Público, Caixa Econômica Federal, tem também ali algumas universidades, o próprio Conselho Nacional de Justiça.

Quero chamar a atenção para dois acordos históricos que nós acabamos de fazer. Nós vimos também que faltou muita compreensão, a partir das notícias que nós vimos sendo noticiadas. Primeiro, um acordo histórico que garantiu a resolução de um conflito que se arrastava há 40 anos lá no Mato Grosso do Sul. Eu sou do Estado do Mato Grosso do Sul, mesmo estado, inclusive, da Senadora Tereza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristina. A gente pegou esse caso que estava no Supremo Tribunal Federal há 40 anos já, parado, judicializado no Supremo há 20 anos, e nós resolvemos num formato diferente. Ali, pela primeira vez na história, foi autorizado, por exemplo, a gente fazer o pagamento, a indenização de terra nua, que é um modelo de regularização de terra indígena que nós nunca havíamos feito. Isso foi feito em nome de um acordo judicial no Supremo e resolvemos a questão lá de uma terra indígena que há muito tempo estava judicializada, com alto índice de conflitos, inclusive mortes de lideranças indígenas, e nós conseguimos resolver. O outro é o acordo emergencial entre a União, com recursos da Itaipu, para resolver a questão dos indígenas guarani lá do Paraná. Nós sabemos que tem também uma demanda histórica lá e nós conseguimos viabilizar recursos para a compra de terra, porque, nesse modelo hoje que nós temos de demarcação de terras indígenas, temos muitos entraves, muitos questionamentos, e é preciso a gente buscar outras fórmulas jurídicas para poder dar essa paz no campo para as comunidades indígenas.

Quero citar aqui alguns projetos que nós estamos já executando: o Programa Teko Porã, que é voltado especificamente para os guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, que têm uma situação emergencial que nós precisamos enfrentar; o Programa Mosarambihára também, que é um programa para apoiar a gestão territorial, a produção nas comunidades indígenas; o programa Ywy Ipuranguete, que é um programa com recursos do Fundo Global da Biodiversidade, um fundo que foi lançado inclusive na COP de 2021 e agora nós conseguimos acessar esse recurso, são recursos que vão chegar direto às comunidades indígenas; e o projeto vinculado ao Focem, que é um projeto que conseguimos emplacar no Fundo Mercosul para viabilizar o acesso à água potável das comunidades indígenas que estão localizadas na região de fronteira. Isso aí vai beneficiar comunidades que estão localizadas no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; a toda essa região de fronteira nós vamos levar esses projetos de acesso à água potável.

Aqui também os números de respostas a eventos climáticos, o número de atendimento de famílias e o número de operações de combate a incêndios que nós fazemos em cooperação com outros órgãos e ministérios.

Aqui os números de regularização fundiária, conclusão de desintrusão. É importante dizer que as operações de desintrusões só estão acontecendo nas terras que estão vinculadas à ADPF 709, porque tem uma ordem do Supremo Tribunal Federal que fez essa determinação. São terras já consolidadas, são terras que estão homologadas, demarcadas há muito tempo, e não há nenhum tipo de questionamento judicial sobre essas terras.

Agora o que nós estamos trabalhando é o fortalecimento da participação indígena na COP 30. Um dos lemas, inclusive da Ministra, é que nós queremos fazer a maior, mas também a melhor participação indígena. Então nós estamos primando muito pela qualidade dos debates, pela qualificação para os debates, e nós queremos fazer essa preparatória para os indígenas que forem participar, para que eles possam chegar à COP entendendo o que é a COP, preparados para os debates. Nós lançamos um programa chamado Kuntari Katu, que, desde o ano passado, já está fazendo essa formação de jovens lideranças indígenas para atuar no âmbito do que nós chamamos de governança global. Então, esse é um compromisso do Ministério dos Povos Indígenas.

Planos de gestão territorial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma aposta de uma política que já existe há muito tempo e que nós retomamos. O plano de gestão territorial contempla não só a cosmovisão dessas comunidades em relação aos seus territórios, mas também a gente está buscando a recuperação desses territórios, a produção nessas comunidades indígenas – mas produção a partir da sua cultura, a partir da sua cosmovisão, a partir da sua autodeterminação. Então, esse é um programa bastante importante em que a gente, vira e mexe, vive também pedindo apoio para que esses projetos consigam ter estrutura dentro das comunidades indígenas.

Por fim, o fortalecimento dos protocolos de consulta.

Nós entendemos que os protocolos de consulta são um importante instrumento, uma arma, inclusive, dessas comunidades, para que elas se sintam protegidas e para que sejam consultadas todas as vezes em que o Governo – não só o Governo, mas também qualquer ente – quiser fazer algum tipo de ato nessas terras indígenas. É para que elas tenham minimamente uma consulta e um consentimento. Então, nós entendemos que os protocolos são um investimento que nós precisamos fazer para que essas comunidades tenham os seus próprios protocolos de consulta.

Nós estamos com esse projeto rodando já, para apoiar 20 protocolos de consulta, e estamos frisando notadamente também áreas fora da Amazônia brasileira, povos indígenas que estão no Cerrado, no Pantanal, na Caatinga, em outros biomas nos quais, tradicionalmente, essas comunidades têm dificuldade de acessar programas e projetos governamentais e intergovernamentais. Esse é um projeto que nós estamos apoiando e que já está em execução.

Enfim, de forma muito rápida, dentro do tempo que nos resta, gostaria, mais uma vez, de agradecer, nos colocar à disposição e devolver a palavra à Ministra Sonia Guajajara.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Bom, muito obrigada ao Dr. Eloy Terena, Secretário-Executivo do ministério; muito obrigada ao Senador Zequinha por conceder a palavra.

Quero aproveitar para saudar os demais Senadores que aqui chegaram, Senador Mourão, Senador Chico Rodrigues, Senador Rogerio Marinho, Senador Beto Faro. A Senadora Damares, que estava, se ausentou novamente, mas entendo, porque hoje está um dia...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Agitado.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Agitado. Exatamente.

Mas quero reforçar aqui a posição que falei no início, de que o Ministério dos Povos Indígenas está sempre aberto a vir aqui, a este Senado, à Câmara. Já vim aqui outra vez, numa sessão presidida pelo Senador Chico Rodrigues, no ano passado, e estamos à disposição, porque nós acreditamos que isso faz parte dessa relação entre os Poderes , o Executivo com o Legislativo, e nós aproveitamos sempre esses momentos para prestar também conta e também as ações que a gente vem realizando nesse inédito ministério, que já é histórico.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministra.

Eu registro a presença do Senador Beto Faro, do Senador Chico Rodrigues e do Senador Hamilton Mourão, que acabaram de chegar.

Eu concedo a palavra neste momento ao autor do requerimento, Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Boa tarde, Ministra. Obrigado pela presença.

Srs. Secretários, Sr. Presidente Zequinha Marinho, meu primo rico, Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham, nós, Ministra, dentro do dever e da função primordial do Parlamento, fazemos um trabalho de acompanhar, de fiscalizar e de nos preocuparmos com a correta aplicação dos recursos públicos, bem como com a liturgia, que naturalmente deve envolver os atos que são do Estado brasileiro.

Ficamos preocupados, quando lemos na imprensa, a notícia de que haveria sido celebrado o acordo em Davos, em 24 de janeiro de 2025, entre o ministério de V. Sa. e a empresa Ambipar, através de um protocolo de intenções. Como eu tenho uma preocupação muito forte em não ser leviano, eu solicitei acesso ao documento que foi publicizado antes de me posicionar, publicizado pelo ministério de V. Exa., publicizado pela própria empresa.

Se a senhora me permitir, até há uma afirmação aqui da Sra. Soraya Pires, *head* de Carbon Solutions da Ambipar – meu inglês é péssimo, como a senhora já constatou. Abro aspas:

> As atividades serão iniciadas imediatamente, antes mesmo da finalização do plano de trabalho, que ainda se encontra em elaboração. Além disso, o protocolo não prevê até o momento o cronograma detalhado, fontes de financiamento ou metas claras.

Mas o que ficou claro para quem lia tanto a vontade da empresa, manifesta nas suas declarações à imprensa, como o ufanismo do próprio ministério, que celebrava também um acordo histórico que estava sendo feito com uma empresa, uma das mais importantes do mundo na área de meio ambiente, era que o ministério havia contratado uma empresa sem os protocolos devidos, sem a anuência do Parlamento, sem o devido processo legal e com objetivos pouco claros, muitos deles colocados sob uma fumaça de propaganda.

Embora esse documento tenha sido celebrado e publicizado pelo ministério de V. Exa., volto a repetir, pela empresa, qual não foi nossa surpresa quando recebemos a informação, através de um pedido oficial de uma LAI, da Lei de Acesso à Informação, de que o documento inexistia, que não tinha um documento. É *fake news*? Porque a palavra está em voga. Quer dizer que o Governo, através do ministério de V. Exa., e a empresa, uma empresa que está em 40 países, que faturou R$8 bilhões, ano passado, que tem capital aberto na bolsa, essa empresa e o Ministério de V. Exa. foram levianos em fazerem esta afirmação, no afã de conseguirem ou granjearem alguma publicidade?

Então, a primeira pergunta que eu faço a V. Sa. é se, diante desses apontamentos, de forma muito respeitosa, o Governo propagou uma informação inverídica para autopromoção? Ou apenas violou a Lei de Acesso à Informação ao omitir o teor desse protocolo e nos negar o teor do protocolo que declara que inexiste, apesar de ter sido tão publicizado?

É a primeira pergunta que faço a V. Sa.

O que foi dito na imprensa, pelas duas entidades, é que nós teríamos a possibilidade de nos debruçarmos sobre 14% do território nacional, que é aproximadamente o tamanho das reservas indígenas legais que existem no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma convenção, e qualquer medida que afete os povos indígenas deve ser precedida de consultas apropriadas, realizadas de boa-fé e com o objetivo de obter o consentimento das populações indígenas que habitam esse extenso território brasileiro.

A falta de documentação comprova essas consultas, e pode caracterizar inclusive o descumprimento das normas internacionais e nacionais, o que compromete, é evidente, a transparência e a legalidade do processo. Então...

No dia 27 de janeiro, a crítica da Rádio Yandê, também divulgada pelo *Poder360*, denunciou a falta de transparência e o desrespeito aos direitos indígenas na parceria entre o Ministério de V. Sa. e a Ambipar, em especial o descumprimento da Convenção 169 da OIT.

Dentro dessas ponderações que faço, eu pergunto à senhora: o Governo realizou essas consultas prévias, antes de publicizar esse documento, que em tese existe – existir não existe mais –, e as comunidades indígenas foram formadas? E, caso não tenham realizado as consultas, qual é a justificativa para essa omissão, o que viola, evidente, um requisito legal e convencional? E como é que o Governo pretende evitar que essa falha afete a autonomia, a autodeterminação e os direitos das comunidades indígenas? E, principalmente, se o Governo, doravante, caso inexista o documento, será menos leviano, tomará mais cuidado, quando divulgar ações desse porte e com essa complexidade, que afetam seguramente todas as comunidades indígenas brasileiras, em um país com as dimensões do Brasil; sobretudo, teoricamente feitas, e certamente feitas, aliás, sem anuência, sem o conhecimento e sem a discussão por parte do Parlamento brasileiro – que representa o conjunto da sociedade?

Foi noticiado também que a empresa, a Ambipar, recebeu três multas do Ibama, que totalizam R$22 milhões, por falta do cumprimento de condicionantes ambientais e monitoramento de fauna marinha no contrato estabelecido com a Petrobras. Há pareceres técnicos que questionam a capacidade da empresa, que não cumpriu a implementação do programa de monitoramento das praias para o qual foi contratado. São questões comuns, eu não estou nem entrando aqui no mérito se a empresa é, ou não é, capaz de fazer o trabalho para que ela, eventualmente, tenha sido contratada.

Mas como se justifica a escolha dessa empresa para se anunciar este termo de ajuste de convênio? Existem outras empresas no Brasil que têm a mesma *expertise*? Por que a preferência pela Ambipar? Quais foram os critérios que foram utilizados e, principalmente, qual é a justificativa legal para se direcionar esse trabalho especificamente para essa empresa? Essa é a terceira pergunta.

É uma empresa que já firmou contratos com o Ministério de V. Sa. de R$185.917.505, com dispensa de licitação, o que foi descrito também como parceria pela Sra. Soraya Pires, que é executiva da Ambipar. Nos dois primeiros anos do Governo Lula, os contratos de órgãos federais com a Ambipar já totalizam R$564 milhões. Alguns desses contratos com o mesmo objeto de contratação feito pelo Ministério de V. Sa. foram firmados por meio de pregão, como é o caso do pregão da Funai que trata de locação de aeronave de asa fixa e de asa rotativa para apoiar atividades de logística e distribuição de alimentos. Por que só a Ambipar? Porque a dispensa de licitação? Por que essa predileção por uma única empresa? Não existe nenhuma outra empresa no Brasil que tenha essa *expertise*?

Talvez um processo licitatório nos permitisse, além de uma transparência maior nessa atividade, a possibilidade de uma economia para o poder público. Essa é a quarta pergunta.

Nós temos, Sra. Ministra, hoje um problema no Brasil que descambou para um processo litigioso que já se arrasta há alguns anos, que é a questão da demarcação das terras indígenas. O Brasil hoje tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

14,1% do seu território destinado a terras indígenas, são 119,8 milhões de hectares. Fica claro que nós temos reservas indígenas de grande porte no país, são 119 milhões de hectares. Quando o Governo Federal deixará de priorizar novas demarcações e começará de fato a cuidar dos indígenas que já vivem em terras homologadas, enfrentando sérios problemas de saúde, educação e pobreza?

Aliás, o Sr. Eloy Terena, que está aqui presente, participou de vários fóruns internacionais na época em que o Presidente era o Presidente Bolsonaro, denunciando inclusive genocídio, maus-tratos, mas – pasmem – como se explica que, após a chegada do Governo do amor de V. Exa. aumentou o número de mortes entre os ianomâmis, vítimas de doenças endêmicas? Eu diria, assim, até de uma forma mais preocupante, o fato de que, se nós podemos colocar esse carimbo no Governo anterior, o que vamos dizer do Governo que V. Exa. representa, se aumentou o número de mortes de indígenas? É genocida, é irresponsável, é leviano, é incompetente ou foi apenas político na posição que exerceu quando estava na oposição?

Sra. Ministra, eu me dirigi a V. Exa., V. Exa., claro, vai ter o direito de falar. Por favor, não se preocupe, não, porque aqui é bem democrático o processo.

Nós estamos aqui com um problema – eu escutei o Sr. Marco falar – a respeito do estímulo que está sendo dado a atividades produtivas de indígenas para que eles possam desenvolver atividades que permitam a sua sobrevivência e a sua dignidade, mas há um contrassenso, Ministra. As comunidades indígenas, como os parecis, os nambiquaras, os manokis, vem praticando agricultura sustentável há quase duas décadas no Mato Grosso, gerando renda, autonomia e empregos, inclusive 95% da mão de obra é formada por indígenas, em apenas 2% do território de reservas de que eles dispõem.

No entanto, a Funai e o Ibama, através da Instrução Normativa conjunta nº 3.000, de 2023, do Governo de V. Exa., revogou a Instrução Normativa anterior, de 2018, do Governo Bolsonaro, que permitiu o licenciamento ambiental para atividades desenvolvidas pelos próprios indígenas de suas terras. Isso me parece um contrassenso lógico. Isso limitou o acesso às linhas de financiamento rural, além de deixá-las expostas às sanções ambientais do Ibama. É deliberado? O Governo deliberadamente impede a sustentabilidade das comunidades indígenas? Impede que elas tenham crescimento, desenvolvimento? Quando é que o Governo vai parar de prorrogar a sua responsabilidade de normatizar o licenciamento? A senhora acha razoável que, em nome da visão ideológica, o próprio Ministério dos Povos Indígenas contribua para inviabilizar o progresso econômico de indígenas que decidiram produzir e prosperar em suas terras?

Aí vem outra questão de caráter ideológico que me chama a atenção, que é a Lei 11.460, de 2007, que proíbe o uso de sementes transgênicas em terras indígenas, mesmo quando os próprios indígenas manifestam desejo de utilizá-las para reduzir os custos, aumentarem a sua produtividade e terem sustentabilidade ambiental. Criamos um paradoxo: por um lado, os produtores indígenas não podem utilizar transgênicos em questões ambientais, por outro lado, são obrigados a usar mais defensivos para a plantação das lavouras; e consequentemente terem suas lavouras ameaçadas por falta de competitividade. A senhora não considera que essa lei ultrapassada e paternalista viola a autonomia dos povos indígenas, impedindo-os de decidir qual o próprio modelo de produção? Eles têm que ser monitorados, tutelados, impelidos pela visão ideológica do Governo de ocasião?

E ainda, ao revogar ao normativa que permitiu licenciamento ambiental para atividades produtivas realizadas por indígenas em suas próprias terras, desde 2023, o Governo retirou dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comunidades o direito de decidir como desejam se desenvolver. Existe claramente um entendimento ideológico por parte deste Governo. Aí é uma afirmação que faço, eminente Ministra, de como o indígena deve se portar para ser considerado um bom indígena: é viver de coleta, caça e pesca, enquanto protege a floresta? A economia indígena não pode ser tratada de forma uniforme, permitindo apenas aos indígenas viverem de suas atividades tradicionais. Basta perguntar aos índios que moram nas aldeias o que é que eles querem. Deve ser facultado ao indígena manter as suas liberalidades tradicionais ao produzirem comercialmente na necessidade de mercado. É o que acontece em Mato Grosso com soja, milho, algodão. O Governo obrigar os indígenas a manterem apenas as suas atividades tradicionais os coloca na marginalidade e na necessidade de sobrevivência, dependendo do assistencialismo social do estado. Ministra, a senhora não considera que essa política, ao restringir deliberadamente as alternativas econômicas dos povos indígenas, impõe um modelo de assistencialismo coercitivo, obrigatório, no qual o indígena é forçado a depender do Governo, mesmo contra a sua vontade?

Aqui tem alguma coisa a mais sobre a questão dos óbitos dos ianomâmis, que houve um aumento, mas para o mais sério, para o mais grave, eu chamo a atenção de V. Sa. A gente fala tanto de transparência, que é tão importante, houve uma imposição de sigilo sobre os dados quando houve o crescimento do número de mortes entre os ianomâmis. Nós temos agora dificuldade de acessar os dados. O que o Governo está escondendo? De um lado me parece que o Governo subestimou o problema e não teve a capacidade de equacioná-lo e resolvê-lo. E, quando ele deparou com o tamanho da crise, preferiu se esconder? No mais, Sra. Ministra, esta é uma oportunidade que nós estamos tendo de conversar com a V. Sa. Eu quero, inclusive, elogiar o fato de a senhora estar aqui. É importante ter coragem para se posicionar, para defender em que se acredita. Eu acho que este é o momento em que nós vamos ter a oportunidade de ouvir a senhora, os seus secretários, a respeito dos temas que eu levantei aqui, e os demais o farão também.

Porque, tenha certeza, Ministra Sonia, todos nós que estamos aqui, podemos ter visões diferentes do país, mas nós queremos – eu não tenho dúvida – a mesma coisa: nós queremos que o país cresça, nós queremos que haja justiça social, nós queremos desenvolvimento sustentável. E eu acredito, de verdade, que as práticas, as ações empreendidas pelo ministério de V. Sa. têm um viés ideológico que se contrapõem a esses parâmetros, a essas referências que eu acabei de defender. E acredito, também, que a senhora veja de uma forma diferente da minha. Essa é a beleza da democracia. A gente vai poder aqui conversar um pouco a respeito das nossas diferenças com civilidade.

Então, parabéns à senhora pela presença. Eu espero pelas respostas que a senhora nos dará.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só um instante, vamos fazer um acordo.

A senhora responderia logo ao Senador Rogerio Marinho e depois faríamos blocos com os demais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – São quantos? Bloco de três? Então vamos lá. Anotou tudo aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, deixe-me fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Como eu fui o propositor e, eu imagino... Eu já estive no lugar de V. Exa. – V. Sa., desculpe –, como ministro, em bancadas, respondendo a Parlamentares. Pelo número de perguntas que eu fiz à Ministra, eu tenho certeza de que ela vai ficar mais confortável para responder. Se os outros fizerem três ou quatro perguntas, faz-se um bloco. Senão ela pode até perder o...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O fio da meada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... o fio da meada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu concordo contido.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – Só uma questão, Sr. Presidente, Senador Marinho. Eu tenho uma outra...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agenda.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Saí de uma Comissão, vim para cá. Nós estamos votando um projeto que, inclusive, trata de questões que nós estamos debatendo aqui. Eu tenho uma outra agenda, eu acho que eu sou o segundo, depois dele acho que sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Depois da Damares, depois é o Beto. É o terceiro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – A Damares não está.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A Damares não está.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Então, eu sou o próximo. Aí, se eu pudesse falar, eu faria duas e ...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só colaborando com o colega, Rogerio.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Se o senhor pudesse me ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos ouvir o Beto, depois a gente faz os blocos. Vamos lá, Beto, por favor. Senador Beto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – São seis inscritos.

Vamos lá. Senador Beto, por favor.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para interpelar.) – Primeiro, quero parabenizar o Senador Marinho por ter solicitado esta audiência e trazido a Ministra Sonia junto com todos os secretários aqui. A iniciativa desta Comissão é importante para a gente poder debater, esclarecer as dúvidas, os pontos e até ser informado daquilo que efetivamente está sendo feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, como o orador que me antecedeu, quero elogiar e parabenizar o Ministério por estar aqui e por sempre ter sido muito disposto a vir ao Parlamento, tanto aqui no Senado como na Câmara. Eu já tenho visto você também, em vários momentos, na Câmara de Deputados, fazendo debates, participando e dialogando, nunca se recusando.

Diferença nós temos. Inclusive a posição do Senador Marinho não é a mesma minha com relação a esse tema. Então, no Parlamento aqui, não é só uma posição política que nós temos, ou uma posição ideológica, como quer que seja, dessa relação.

Primeiro, assim, o ministério passou, nós passamos, um momento difícil com relação a esse tema da questão indígena. Muito difícil! Nós tivemos, nesses dois anos aqui... Primeiro, que é o nascimento de um novo ministério, então, é organizar o orçamento, organizar a equipe, fazer a estrutura... Nós tivemos ministérios que tinham terminado no Governo anterior e voltaram, mas, de certa forma, já se tinha a ideia de como funcionava. Aqui nós estamos iniciando, então é um desafio para todos nós brasileiros, um desafio para o Governo, a constituição desse Ministério; e tenho uma avaliação positiva.

Segundo, nós passamos aqui pela votação do marco temporal, que foi duro, que foi um debate duro, e ainda existe o debate, mas um tema... E acho que o ministério se comportou como deveria ter se comportado nesse debate.

Nós tivemos aqui um período, logo ao assumir este Governo, todas aquelas imagens, as ações que saíram, a partir da área ianomâmi, que percorreram não só o Brasil, mas o mundo. Então, sair de uma crise daquela, administrar uma crise daquela não é simples e o ministério foi extremamente importante.

Nós tivemos aqui uma CPI das ONGs, de que eu participei também. Era das ONGs, mas, no final, afunilava muito para a questão indígena, para as ONGs que tinham relação com a questão indígena e com a aplicação dos recursos nas áreas indígenas.

Inclusive na CTFC agora, estou saindo de lá, tem um dos projetos oriundos daquela Comissão, fruto do trabalho que foi feito naquela Comissão, onde se faz uma nova, se dá uma nova roupagem para a aplicação dos recursos, através das ONGs, nos territórios indígenas como em outros territórios: ribeirinhos, quilombolas, enfim...

Acho que o projeto vai sair de lá aprovado, mas vem para outras Comissões do nosso Parlamento aqui, da nossa Casa.

Acho que o projeto burocratiza demais, trata ONG grande como ONG pequena, como se fosse tudo o mesmo, todo mundo tivesse as mesmas condições. Muda alguma coisa do ponto de vista até da nossa constituição, essa questão da quarentena – se você está numa ONG não pode vir para o Governo, ou do Governo ir para a ONG... Hoje são seis meses de quarentena, e o projeto estabelece dois anos, e muda, inclusive, muita coisa.

Não acho que o projeto é a melhor saída da forma como está estabelecido. Nós vamos aprofundar esse debate aqui na Casa. E o ministério passou por várias... O ministério, a Funai, os órgãos aqui passaram por várias investigações deste Parlamento sobre a aplicação de recursos, por ONGs, a forma como era repassado, a contratação... Nós passamos por vários... E, sinceramente, eu não vi nenhuma coisa que pudesse fugir do padrão, que fosse uma coisa grave. Muitas vezes, o procedimento mesmo precisava ser aperfeiçoado, e nós estamos aperfeiçoando, mas não vi nenhuma grande coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei a resposta que o ministério vai dar ao Senador Marinho com relação a essa questão específica, mas espero que tenha uma posição clara para poder deixar, mais uma vez, clara a transparência e a honestidade com que o ministério tem conduzido as políticas para essa questão.

Acho que nós passamos por uma série de problemas, por uma conjuntura difícil, para tratar dessa questão. Eu sou desses que acha que nós temos que cuidar e ter cuidado com essa questão das comunidades indígenas.

Eu nunca trabalhei com emenda, por exemplo, num ministério, mas eu levei emenda ao estado, ao Governo do estado e trabalhei com a secretaria de estado que cuida das questões indígenas, diretamente. Eu quero, inclusive, que, a partir daqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – ... vocês possam nos passar – eu vou concluir, Senador Zequinha – os mecanismos, quais são os programas, para a gente poder atuar, porque acho que é uma boa oportunidade de a gente atuar diretamente via ministério. Não o fiz até hoje, até porque não detinha essas informações.

Então, quero ressaltar isso e dizer que a disposição com que o ministério está aqui dialogando e debatendo demonstra aquela história de que quem não deve não teme. Então, venha, exponha; podemos ter posições diferentes, mas nos respeitamos. E eu sei da postura do nosso Líder da Oposição ao nosso Governo, o Senador Marinho, que tem sido uma pessoa que fala com dureza, mas que também tem nos respeitado muito – com quem eu tenho tido uma relação boa nesse sentido.

Acho que esta reunião aqui é importante para a gente esclarecer. Parabéns, mais uma vez, Senador Zequinha, pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Beto.

Com a palavra a Ministra Sonia.

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – Muito obrigada aos Senadores, Senador Rogerio Marinho, Senador Beto Faro, que aqui se manifestaram. E lamento até que o Senador não pudesse estar no início da minha manifestação, quando boa parte das perguntas que o senhor trouxe – e, agora, novamente – eu pude apresentar na minha manifestação inicial. Já sabendo das perguntas, que já foram apresentadas a nós também, no ministério, por escrito, me antecipei aqui no início, mas enfim...

Acho que é importante frisar em relação, primeiro, ao acordo, que é ao que você se refere, ao protocolo de intenções do Ministério dos Povos Indígenas com a Ambipar. O que aconteceu ali na assinatura foi um ato político do Ministério dos Povos Indígenas com a empresa – de um protocolo de intenções. E, quando você assina um protocolo de intenções, quer dizer que há ali um interesse, a vontade de realizar ações em parceria, e os planos de ações, o plano de trabalho e todos os procedimentos legais que precisam ser adotados vêm posteriormente.

Então, por esse motivo, eu lhe respondo que a consulta livre, prévia e informada não foi realizada, até porque não foi definido ainda em qual território essas ações seriam realizadas. O protocolo foi de uma forma muito geral, apresentando, entre as duas partes, o interesse de se fazerem essas ações conjuntas. E o plano de trabalho, com certeza, seria elaborado, que é o que nós estamos inclusive fazendo ainda, elaborando esse plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre os protocolos de consulta, o Ministério dos Povos Indígenas, neste momento, está com uma iniciativa de elaborar protocolos de consulta em 20 territórios indígenas que já estavam previamente também definidos, o que não quer dizer que sejam esses territórios que serão atendidos por essa parceria.

Então, a gente firmou ali a assinatura de um ato político, mas a assinatura formal entre as partes realmente ainda não aconteceu, até porque nós tivemos que adotar todos os procedimentos ali de consulta jurídica dentro do próprio Ministério dos Povos Indígenas. Fizemos ali já a nossa posição de como seria e encaminhamos para a empresa, que também estava fazendo a sua tramitação, para que a gente pudesse posteriormente vir ou não a assinar o acordo.

Então, só para reafirmar isso aqui: foi um protocolo de intenções. E, também, devido a tudo isso que aconteceu posteriormente, devido a uma primeira *fake news...* E eu afirmo que foi uma *fake news*, Senador, porque a notícia que saiu dizendo que o Ministério dos Povos Indígenas estava entregando 14% do território nacional a uma iniciativa privada é, sim, uma *fake news*, porque a gestão dos territórios indígenas não cabe exatamente a um Governo Federal ou a uma empresa privada. Ela acontece quando os povos indígenas apresentam, sim, um interesse e aí se faz todo esse processo de consulta, de diálogo, para que se possa firmar qualquer contrato a ser estabelecido dentro dos territórios indígenas.

Então, esse acordo não existe até o momento, não foi formalizado, e com todo esse burburinho que se gerou, a gente também preferiu ter mais maturidade, discutir melhor e pensar se assinaria posteriormente ou não. Então, o fato, para poder já esclarecer, é isso.

Em relação ao acordo, aliás, ao contrato anterior, é bom que se saiba que foram duas iniciativas.

No ano passado, o Ministério dos Povos Indígenas firmou um contrato com a Ambipar, FlyOne, que era em relação às horas voo, que é uma coisa. Foi, sim, um acordo de 185 milhões que aconteceu no âmbito da emergência ianomâmi.

Todo mundo sabe, todo mundo viu a situação em que se encontrava ali o povo ianomâmi, então, o Presidente Lula decretou ali uma emergência e, dentro da emergência, nós firmamos um acordo emergencial. Por ser um acordo emergencial, a ser utilizado com crédito extraordinário, houve a dispensa de licitação. Não foi o MPI que decretou a dispensa de licitação. Houve a dispensa de licitação, mas o contrato também foi firmado por uma outra medida, que é também utilizada pela administração pública, o pregão eletrônico.

Quando selecionada essa empresa, olhando a questão econômica, porque foi a empresa que de fato apresentou o menor preço, então, se firmou ali. E a segunda colocada entrou com uma ação no TCU questionando o porquê daquela empresa. Então, o TCU é que cuidou ali de todos os procedimentos formais para poder responder.

Na minha manifestação inicial eu também falei isso, que tanto o TCU quanto a CGU, que fez uma auditoria inicial prévia, orientaram pela regularidade do contrato e a continuidade. Então, esse contrato com o MPI se encerrou, porque foi emergencial e também temporário, porque quem assumiria o contrato estruturante seria a Funai. Então, terminando o contrato com o MPI, a Funai já ali, simultaneamente, estava preparando todo esse contrato estruturante. Terminando o nosso, a Funai assumiria o contrato – que é como está fazendo agora – para a entrega das cestas básicas, para a entrega de insumos dentro do território ianomâmi. Então, foi nesse caso que houve essa parceria do MPI com a Ambipar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como foi um trabalho que deu certo, ali a parceria deu certo, foram realizadas a contento todas as ações que ali foram firmadas no âmbito do contrato, nós entendemos por bem que se poderia firmar uma outra parceria. Então, houve um diálogo com a empresa, e algumas ações ali foram discutidas e apresentadas com essas intenções para que a gente pudesse chegar aos territórios indígenas nos seguintes pontos: fortalecer as brigadas de combate a incêndio, a restauração de áreas degradadas, a destinação de resíduos sólidos e a continuidade da entrega de materiais, de alimentos onde houvesse essa necessidade. Então, houve ali esses itens que a gente apresentou como uma intenção de se realizar um trabalho. Isso foi discutido a partir daquilo que já foi feito e que teve um resultado a contento, e nós entendemos que se poderia continuar com essa parceria. E, mais uma vez frisando, como me manifestei inicialmente, nesse protocolo de intenções não houve ou ainda não há o repasse de recursos financeiros por nenhuma das partes.

Bom, ali, no contrato inicial, vale dizer que eram as empresas Rima e a Ambipar Flyone que estavam na concorrência. Então, mesmo com a dispensa de licitação, houve ali a concorrência entre outras empresas para que se pudesse escolher uma, e a metodologia utilizada naquele momento foi a do menor preço. E agora, novamente, com o contrato estruturante da Funai, estava ali a concorrência entre a Ambipar e a Voare. E mais uma vez a Ambipar, que apresentou o menor preço, foi quem ganhou essa licitação.

Então, só para reafirmar, não houve da nossa parte nenhum interesse particular para que se pudesse realizar aquele contrato, nem naquele momento, nem agora, neste momento, em que se pensou em continuar algumas ações.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Ministra, rapidamente... A senhora afirma que houve uma *fake news*. Quero só dizer a V. Exa. que isso foi publicado por todos os grandes veículos de comunicação do Brasil e até do mundo. Então, seria importante até que o ministério, a bem da verdade, verificasse qual foi a origem e, eventualmente, buscasse reparação, porque isso gerou um dano à imagem do ministério muito forte.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Mas eu posso lhe dizer, Senador, que...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Porque, como foi dito aqui...

A SRA. SONIA GUAJAJARA – ... foram tantos os veículos que realmente reproduziram, e alguns deles manifestaram depois já a reparação. Como o *site* do MPI fez ali já a sua justificativa, a Secom, a *CNN*, no dia 27/01/2025, trouxe ali já uma resposta; a *Campo Grande News*, em 27/01/2025; *Aos Fatos*, em 28/01/2025; a *Folha de S.Paulo*, em 31/01/2025; o *Estadão*, em 31/01/2025; o *G1* (globo.com), em 6 de fevereiro de 2025; e o *Poder360*, em 6 de fevereiro de 2025. Então, todos esses veículos de comunicação já apresentaram aí uma reparação por terem reproduzido matérias que não condiziam com fatos reais.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Só como sugestão a V. Exa., essas matérias foram reproduzidas muito em função da própria maneira como foram divulgadas pelo ministério. Inclusive, houve uma declaração do Secretário Eloy Terena – abro aspas –: "O Ministério dos Povos Indígenas reforça que essa parceria é uma importante ferramenta para consolidar políticas públicas culturalmente adequadas voltadas à sustentabilidade e à proteção dos direitos dos povos originários, garantindo que os benefícios dessas ações cheguem de forma efetiva às comunidades". Então se está falando de uma questão factual, não está se falando de um sonho, está se falando de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação concreta. E ele responde, inclusive, a uma afirmação feita pelo Sr. Rafael Tello, que é o Vice-Presidente de Sustentabilidade da Ambipar.

É evidente, Ministra, que nós não queremos aqui o pior. A coisa não aconteceu, parece-me. Houve um factoide e aí, aparentemente, o ministério influiu nesse processo. O fato de ele não ter sido concretizado é importante, mas, doravante, o ministério precisa ter um pouco mais de cuidado antes de se alavancar publicamente com situações como essa, em que havia a necessidade de consultar o Legislativo e de tomar determinadas situações para evitar que a gente chegasse ao ponto em que nós estamos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem, Senador? Podemos? Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu entendi também.

Vamos avançando...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu perguntei... eu fiz outras perguntas, eu acho que ela anotou.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, sim, vamos lá, Ministra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sobre a questão dos ianomâmis, por que as informações não estão disponibilizadas; por que houve um aumento de mortes; se o Governo anterior era chamado de genocida, como é que este Governo se caracteriza. Perguntei alguma coisa também sobre a questão da gestão dos povos indígenas em função das proibições que estão sendo dadas para os licenciamentos de novas atividades agrícolas nos respectivos territórios, se isso não era uma espécie de tutela coercitiva para evitar o desenvolvimento dessas regiões. Eu fiz outras perguntas. Eu acho que ela notou todas.

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Hã-hã.

Bom, em relação aos dados que você fala do povo ianomâmi, só para esclarecer que, no início da crise, quando a gente entrou com o decreto emergencial, houve ali uma sala de situação por meio do COE, onde se publicava, todos os dias, todos os dados. À medida que foi passando o tempo e a gente foi melhorando o atendimento, foi havendo uma periodicidade maior. Hoje se publicam os dados semestralmente, porque é um território extenso, como todo mundo sabe e conhece bem. Antes de publicar, é importante a checagem desses dados; é importante que se façam todas as conferências antes de se publicizar e se arrecadem as informações que vêm diretamente dos postos das unidades básicas de saúde.

Então, até que se chegue ao Dsei, ao Polo Base no Dsei e à Sesai, a Sesai vai fazer toda a checagem antes de colocar no sistema. Assim se estabeleceu ali, conforme a posição da Sesai, do Ministério da Saúde, de que haveria agora um maior período para que se pudesse fazer essa publicidade. Então não é nenhuma intenção de esconder dados, mas de se ter os dados reais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Em que período vão ser publicizados esses dados, já que a senhora mudou a metodologia?

A SRA. SONIA GUAJAJARA – Então, a posição da Sesai, do Ministério da Saúde, é que seja semestralmente; a partir de agora esses dados são publicados semestralmente. E aí, Senador, também, quero só poder aqui reafirmar que nós estamos falando de temas que estão distribuídos entre o Ministério dos Povos Indígenas e a Sesai, que é do Ministério da Saúde e também da Funai, pela qual a gente responde aqui. Então, é importante essa consolidação de todos os dados, para que a gente os possa ter aqui de forma muito precisa, mas, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, a gente faz esse acompanhamento e, embora não seja preciso no dia a dia, a gente tem essa articulação direta com esses órgãos. Eu acho que a própria Sesai, o Ministério da Saúde pode lhe dar uma maior precisão de quando será definida essa periodicidade. Mas o fato é isto: é importante que se tenha essa checagem para que possam ser publicados dados verídicos.

Em relação ao aumento de mortalidade ou ao aumento de contaminação de malária, eu acho que é importante também dizer que houve, agora, um maior registro. Houve um aumento: eram 690 profissionais de saúde quando a gente assumiu; hoje, a gente conta com quase 2 mil profissionais atendendo dentro do território diretamente. Foram reformadas ou construídas 25 unidades básicas de saúde, uma das quais a gente inaugurou no sábado passado, levando também energia solar e conectividade para facilitar, inclusive, esse repasse dos dados.

Então, houve um aumento dessa coleta de materiais e também dos registros, e aí não dá para se dizer somente que houve um aumento, porque, mesmo com o aumento da checagem, nós temos dados atuais que comprovam queda tanto da desnutrição quanto da malária, que são os dados que saíram agora, mais recentemente. A gente pode passar para você isso de forma escrita.

Bom, em relação à gestão, ao que você falou: eu acho que é bom falar, gente, que nós somos 305 povos indígenas no Brasil; somos 305 povos, são 274 línguas indígenas faladas. Nós temos no Brasil o registro de uma média de 120 grupos de povos que ainda vivem em isolamento voluntário, que são os chamados povos isolados, e todos os isolados têm uma forma de vida. O que cabe a nós é trabalhar pela proteção do território na área onde eles residem, onde se constata a sua presença ou mesmo a sua presença por vestígios. Então, cabe a nós, enquanto Estado brasileiro, zelar pela proteção do território, para que eles possam continuar com o seu modo de vida.

Os demais 305 povos têm suas formas distintas de plantar, de produzir, de gerar renda, e nós não impusemos nada a nenhum povo: a gente prima exatamente pelo diálogo, pela consulta livre e previamente informada, para que eles possam, sim, dizer o que eles querem produzir. Agora, é importante, também, que toda essa produção seja orientada pelo uso coletivo e pelo usufruto exclusivo, conforme prevê a Constituição Federal.

A demarcação das terras indígenas existe até hoje porque a Constituição determinou que era importante garantir aos povos indígenas os seus territórios, para que pudessem, ali, ter a possibilidade de sua reprodução física e cultural, conforme a realidade de cada povo. Então, a gente faz o diálogo, tanto que esses protocolos que a gente está realizando, com parcerias firmadas, inclusive, com o Ministério da Agricultura, para a gente levar as aldeias produtivas para dentro dos territórios, isso é um sinal de que a gente não tem essa visão tutelar. Nós não temos essa visão tutelar. A nossa visão e a nossa forma de atuar é de acordo com o diálogo e com o interesse e a decisão dos próprios indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é claro que tem os parecis, tem os manokis, tem os nambiquaras do Mato Grosso, como o senhor citou aqui, mas não se pode utilizar apenas uma forma para ser padrão para todo o Brasil; é importante que vocês possam conhecer também outros modelos de produção e outras formas de gestão que são praticados pelos povos indígenas.

E a gente também pode se comprometer a trazer aqui também, inclusive, outros indígenas que possam falar da gestão no seu território, tanto da questão da proteção, quanto da questão da gestão e produção que eles fazem de forma também autônoma.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Ministra, só uma observação e eu vou parar por aqui.

Na verdade, eu não estou reclamando da maneira como os povos indígenas, em outras localidades, são tratados; a minha observação foi outra. É que, na hora em que há a revogação das instruções normativas anteriores, você restringe a maneira como aquela produção está se dando naquela área.

Quem pode mais pode menos. Eu acredito na diversidade, então, se um determinado povo indígena quer preservar valores tradicionais, ótimo: o país e a estrutura do Estado estão aí para garantir que isso aconteça. Agora, na hora em que o Governo deliberadamente retira instrumentos e ferramentas que permitem a obtenção de crédito, condições de algumas ações que eram feitas anteriormente, isso restringe quem está fazendo de uma determinada forma e impõe uma espécie de roupagem comum para todo mundo. Até a diversidade de que V. Sa. fala aí termina sendo desrespeitada: você tem 305 povos indígenas diferentes; certamente, tem 305 formas diferentes de se encarar a maneira como se vive, como se trabalha, até culturalmente.

Era apenas isso.

Obrigado pelos esclarecimentos de V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Vamos avançar?

No bloco agora, o Senador Chico Rodrigues. Em seguida, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São 653 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – São 653 vezes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São 653 vezes...

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Caro Presidente, Senador Zequinha Marinho, colegas, Senadores e Senadoras, esse é um tema recorrente em que, obviamente, precisa sempre haver esclarecimento, e a Ministra, com toda a sua equipe, sempre está disponível para fazer esses esclarecimentos. E, como nós recebemos, de uma forma sistêmica, consultas, indagações, etc., apenas aqui queremos, fortalecendo convicções pessoais também, apresentar para que todo o país tenha o conhecimento exatamente desse fato que criou alguma reação em cadeia na imprensa, e a imprensa tem o poder de, em tempo real, apresentar uma verdade ou uma não verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, a gente viu, pelas primeiras respostas que V. Exa. deu às perguntas formuladas pelo Senador que me antecedeu, que houve um equívoco na formulação da notícia, e acredito que isso já serviu para esclarecimento.

O Governo encaminhou, acredito que para todos os Parlamentares, através da Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos do Governo Federal, o que é o protocolo de intenções, o que o protocolo não faz, os benefícios esperados, etc. Então, eu gostaria de me ater apenas a algumas perguntas, Sra. Ministra, que são recorrentes, como já disse, de vários segmentos.

Como o protocolo de intenções vai garantir a proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos povos indígenas, evitando-se o uso indevido ou posterior exploração comercial sem o devido consentimento e compensação às comunidades indígenas?

A segunda questão é: como será realizada a fiscalização do cumprimento dos termos de um protocolo que venha a ser firmado pelo Governo durante sua execução, para devida salvaguarda dos direitos dos povos indígenas, considerando a extensão territorial envolvida?

A terceira pergunta. O protocolo de intenções firmado não foi disponibilizado ainda publicamente, ao que me referi. Isso fomenta uma propagação de possíveis distorções, como já me referi anteriormente. O que justifica a ausência desse teor do documento, que poderia ser, de uma forma sintética, apresentado para o Parlamento, que é a caixa de ressonância da sociedade, e serve até de esclarecimento também?

Por fim, Ministra Sonia, o Ministério dos Povos Indígenas garantiu – é uma pergunta – a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas potencialmente afetadas por esse protocolo? Se sim, como o processo foi conduzido e quais e quantos povos indígenas foram consultados?

Essa é uma questão que eu acho que fica bem clara com a sua apresentação, porque nós vamos ter convicção do que efetivamente está acontecendo e desse plano que ora está sendo levado pela escolha da Ambipar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... que obviamente acredito que tenha as intenções melhores possíveis. No entanto, nós precisamos, de forma clara, aberta, livre, como uma janela sem vidros, ter o conhecimento.

Então, são essas as perguntas que eu deixo aqui para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Quero saudar a Sra. Ministra Sonia Guajajara, seus colaboradores, e dizer que eu considero esta reunião muito importante, porque ela permite o contraditório e permite, quem sabe, conseguir solução ou pelo menos avaliar soluções.

Eu não posso iniciar as minhas indagações sem dizer aqui claramente que eu tenho um histórico de cooperação com as nações indígenas, com os povos indígenas de Santa Catarina, especialmente.

Eu me dirigi há pouco ao Marcos e pensei que ele fosse caingangue de Santa Catarina, mas ele é caingangue do Rio Grande do Sul.

A nossa história com os caingangues de Santa Catarina eu acho que é exemplar – até nos erros. Por quê? Porque nós construímos lá, em Ipuaçu, para orgulho meu, e inauguramos no ano 2000, o ano dos 500 anos, a maior escola indígena de ensino médio do Brasil à época, com internet, com 22 salas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aula, um ginásio de esportes em forma de tatu e um espaço cultural em forma de cágado. Fizemos financiamento para plantio de milho e feijão na base do troca-troca, do escambo, e a comunidade indígena pagou. Fizemos um empréstimo no Banco do Brasil com o estado de fiador. Isso tudo depois de uma crise que tinha havido. Construímos escola para os guaranis – inclusive a escola da controvérsia do Morro dos Cavalos é da minha época – e escola para os xoclengues. E a maior bênção nessa matéria que eu tive foi em 2023, quando uma servidora do seu ministério, Ministra, me disse: "Eu estudei naquela escola que o senhor inaugurou, Laklãnõ".

Então, eu não sou estranho à causa. E acho que posso, por isso, fazer duas observações.

A primeira é que me atribuíram – pessoas que falam em nome da comunidade indígena – má intenção a respeito de dois decretos que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou no dia 4 de dezembro de 2024, homologando duas terras indígenas, uma em Abelardo Luz, onde eu tenho uma história longa também, inclusive com ocupações de terra, invasões, que foram bem mediadas, e onde hoje a comunidade, então ocupante, vive momentos de prosperidade graças à produção agrícola, especialmente de leite. Então, eu tenho uma história nesses dois setores. Foi decretada uma homologação de terra indígena, Ministra, num momento em que o Ministro Gilmar Mendes – e eu tive a oportunidade de já dizer isto para ele...

O Ministro Gilmar Mendes criou, em agosto passado, uma comissão de altíssimo nível para buscar uma solução para a questão do marco temporal. Hoje, está sendo realizada uma reunião, ou estava prevista a realização de uma reunião, sob a liderança do Ministro Gilmar Mendes. Eu acho que ele fez bem. Nós, muitas vezes, criticamos decisões do Supremo, democraticamente, mas ele fez bem. É preciso que haja cooperação, compreensão e debate, não chamando o outro de mal-intencionado, mas chamando de "a outra parte" ou "de quem tem uma visão diferente da minha".

Pois bem, esta de Abelardo Luz já foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, e a outra remanesce. E eu tenho, sim, um projeto de decreto legislativo contestando isso na forma da Constituição, porque, primeiro, foi durante um período de negociação, em que nós aqui suspendemos qualquer deliberação. Não sei se o Chico Rodrigues se lembra disto: em outubro do ano passado, e eu posso lhe fornecer a transcrição, o então Presidente da CCJ suspendeu a deliberação sobre marco temporal até que termine essa tentativa de mediação do Ministro Gilmar Mendes, que não terminou ainda, tanto é que hoje tem uma reunião. Se vai haver a reunião, eu não sei, mas a Comissão ainda está em vigência. E a do Morro dos Cavalos sugere essa divergência. Por que divergência? Por duas razões.

A lei do marco temporal está em vigor. Se ela vai ser contestada judicialmente, se vai ser derrubada, uma coisa eu garanto: ninguém vai derrubar o artigo, por inconstitucional, que exige e não faculta, como facultava a lei de 1996, a audiência das comunidades, dos municípios e dos estados, porque isso faz parte do direito brasileiro.

Na demarcação de terras de marinha, se a SPU não se dirigir ao ocupante, a demarcação não vale. O direito de propriedade existe. Se eu tenho a propriedade ou a posse, não é um ato unilateral, feito com base num laudo antropológico, cujo mérito eu não quero discutir, que decide que eu não sou proprietário. Isso não é Estado de direito.

Então, estes dois decretos de 4 de dezembro, 12.289 e 12.290, respectivamente, foram feitos em afronta ao Supremo, na sua condição de mediador, e em afronta à lei que está em vigor, que exige que a demarcação seja concluída depois de ouvida a comunidade, ouvidos os entes federados que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcançados por ela. Nós somos uma Federação e temos um Estado de direito, em que a lei em vigor não pode ser ignorada.

Então, eu queria, não sob a forma de controvérsia, dizer, no sentido de colaborar: vamos evitar esse tipo de confronto, que é desnecessário. Se couber o reconhecimento, ao fim e ao cabo, há um processo de desintrusão que sempre é conflituoso. É um momento de tensão. Pode acontecer um incidente. Vamos evitar isso.

Portanto, não é em nome de condenar ou dizer que estão errados, não. Em nome do direito é que eu sugiro cautela enquanto durar essa tentativa de mediação. Depois, cada um vai apresentar a sua tese na forma de direito. Nós vamos legislar. Ganha a maioria. No caso de uma emenda constitucional, a maioria é qualificada.

Da decisão judicial, se desagrada um lado ou outro, cabe recurso, mas temos que marchar dentro do Estado de direito, e não criando antipatias, animosidades, conflitos desnecessários.

É a ponderação que eu faço, e invoco o meu direito, como cidadão, como filho de imigrantes que eu sou e como alguém que, quando tem possibilidade, tem sido parceiro da comunidade indígena, até pelo respeito humano e pelo respeito histórico. É isso que eu gostaria de ponderar, Ministra, como um brasileiro que quer ajudar, que reconhece a necessidade de melhorar as condições de vida.

Para concluir, eu participei da audiência pública em novembro de 1991, lá na terra dos dois, do Senador Hiran e do Chico Rodrigues, em Roraima, na Assembleia Legislativa de Roraima. O Presidente da Assembleia era o Airton Cascavel, que era Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa, e foi um Ministro, Senador do meu partido, meu patrono de formatura em Direito, Jarbas Passarinho, que liderou a criação da Reserva Yanomami. E eu fiquei do lado de vocês, fiquei do lado dos meus irmãos indígenas. Agora, vejo que a situação de vida deles não melhorou. E a Reserva Indígena Yanomami tem, em síntese, para terminar, a superfície do meu estado, isso no Brasil, fora o território da reserva Indígena na Venezuela. No meu país ela tem o tamanho de Santa Catarina, cerca de 95 mil quilômetros quadrados.

Então, não há nenhuma animosidade; pelo contrário, há o desejo de pacificação, e é nesse sentido que eu uso da palavra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ministra, para as suas considerações, vamos lá, ao Senador Chico e ao Senador Esperidião.

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – Ao Senador Chico eu reitero até as informações que já foram prestadas aqui, quando respondi ao Senador Rogerio Marinho, em relação ao protocolo, em relação ao processo de consulta, a que você se referiu – quais terras serão beneficiadas, quais povos serão atingidos. E aí eu reafirmo o que eu já falei em relação ao cuidado com o processo de consulta, que será feito quando for determinado qual território e quais povos serão atendidos por essa parceria, que até o momento ainda não está definida.

Então, quando a gente citou ali também... Aliás, quando o senhor citou ali o percentual dos territórios, dizendo que não foi informado, então, a matéria de que nós já falamos também aqui, que foi uma matéria com *fake news,* dizendo que o Ministério dos Povos Indígenas estava entregando 14% do território nacional para a iniciativa privada, é uma inverdade, porque a gente não está entregando nenhum território e nenhuma ação direta à iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando a gente afirma ali que 14% do território nacional hoje é terra indígena, nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, temos essa atuação nacional, e em qualquer que seja a ação que nós formos fazer é importante que alcance todos os povos indígenas. Então, quando a gente se refere a essa totalidade é com essa intenção também de que todos os povos tenham atendimento igualitário, tenham ali a política pública, que chegue de forma satisfatória e adequada. Nós não temos uma área geográfica definida por este protocolo. Na medida em que isso for definido e que se construa o plano de trabalho, todos esses procedimentos legais serão feitos nos territórios a receberem qualquer que seja a iniciativa.

Só para poder voltar a esclarecer isso, sobre o que você falou de como o MPI vai garantir a consulta livre, prévia e informada, quantos povos serão atingidos e como vai ser realizada toda essa definição, é isso: mediante uma vontade, um desejo e esse diálogo com os próprios povos.

O ministério não impõe, muito menos entrega esses territórios à iniciativa privada, até porque isso é totalmente fora do regramento legal da nossa Constituição e do que a gente tem hoje de legislação brasileira.

Bom, ao Presidente... Hum, já Presidente Amin, não é? Ao Senador Amin, eu gostaria muito... Eu gostaria muito, Senador, que, assim, tanto o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara, quanto toda a sociedade brasileira pudessem um dia entender esse passivo que existe do Estado brasileiro com os povos indígenas. Nós temos um passivo muito grande ainda de áreas a serem regularizadas. E, quando o Presidente Lula assinou esses dois decretos, não foi uma forma de afrontar – o senhor pode ter certeza disso –, foi um desejo nosso, do MPI, do Governo, de a gente resolver uma situação histórica de vulnerabilidade em que se encontra aquele povo.

Vocês hão de convir comigo que há uma situação de vulnerabilidade muito grande, de invasões, de exploração ilegal, que deixa o povo numa situação de muita insegurança, à mercê de conflitos, à mercê de assassinatos, como tem acontecido muito agora, no sul do Brasil. Nós estamos acompanhando até um aumento de conflitos que é decorrente, inclusive, dessa discussão e dessa tentativa agora de a gente poder avançar com a regularização fundiária.

Então, esses dois territórios que foram assinados antecedem ao debate do marco temporal. Esse cuidado também a gente teve ali quando avançou com esses processos demarcatórios, quando, ainda na transição, em 2022, nós tivemos todo o cuidado de elencar quais os territórios indígenas já tinham processos avançados e estariam aptos a terem os processos demarcatórios concluídos.

Naquele momento, foram identificados 14 processos demarcatórios, e nós, com todo o cuidado, já estamos no início do terceiro ano, não concluímos ainda esses 14. Exatamente, porque a gente está olhando um a um. E fomos tomando esses cuidados para não estarmos batendo, confrontando, com a Lei 14.701.

Então, tanto a Terra Indígena Morro dos Cavalos, do povo guarani mbya, em Santa Catarina, quanto a Toldo Imbu, do povo kaingang, também lá, antecedem a esse debate do marco temporal. Portanto, foi ali um processo legal. E a gente tem ainda um processo pendente daqueles 14 que a gente elencou. Na nossa apresentação, a gente colocou ali 13 áreas demarcadas.

Então, nós temos esse passivo ainda do Estado brasileiro, quando a Constituição garante que é dever da União regularizar os territórios indígenas. Eu acho que há de haver uma compreensão maior do Estado brasileiro de que há essa necessidade, de que nós temos que encontrar um jeito, um pacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

federativo, interfederativo, para que a gente possa resolver essa situação dos territórios indígenas no Brasil. Nós temos passivos em todas as regiões.

E aí sempre é trazida a questão de que há mesmo territórios demarcados, tem processo de invasão. Então, nós estamos trabalhando também duramente para que a gente possa acabar com esses processos de invasão, que são de exploração ilegal nesses territórios.

Então, é importante compreender que povos indígenas têm um jeito diferente, têm um modo de vida diferente, pensam conforme a sua cultura, a sua identidade, e isso é muito incompreendido ainda pelo Estado brasileiro. Eu digo isso porque hoje estou ocupando esse lugar, um cargo estratégico dentro do Estado, no Poder Executivo, e a gente vê o quanto que ainda é incompreendida a questão indígena no Brasil.

A gente não defende a demarcação de terras indígenas para fazer uma disputa ou para afrontar ou para ser contra quem quer que seja, não é uma luta contra o setor produtivo; pelo contrário, a gente quer, sim, que o Brasil siga produzindo de forma legal e que aumente sempre a sua produção. O que nós estamos falando aqui é de um direito constitucional também dos povos indígenas que está sendo negado historicamente. E a gente precisa, juntos, encontrar uma solução para a gente avançar com esses processos demarcatórios.

Nós estamos participando da Câmara de Conciliação, sim, no Supremo Tribunal Federal, e temos contribuído bastante. A gente está lá discutindo e apresentando formas, porque nós queremos resolver a situação. E resolver a situação não quer dizer que nós estamos nos colocando contra o outro, mas a gente precisa, de fato, falar, orientar com todos os lados que o direito territorial dos povos indígenas é constitucional e precisa ser cumprido também.

Não é possível mais a gente permitir, Senador, indígenas à beira da estrada, indígenas que estão entre o asfalto e a cerca das grandes monoculturas, sem que tenham uma condição de vida, sem que tenham também a sua terra para produzir. Então, nós estamos falando aqui de respeitar os modos de vida, mas a gente precisa também entender que os povos indígenas precisam do seu território livre e protegido, para que possam, inclusive, ter a sua produção, conforme eles definirem.

Então, acho que a gente precisa realmente avançar com essa pauta e, a partir da compreensão dos três Poderes e da União, é que vai ser possível a gente cessar de vez com esses conflitos e com essa violência no nosso país contra os povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Esperidião, tem alguma réplica?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Redarguir e também complementar.

Primeiro, eu me esqueci de dizer – e fiquei devendo, especialmente ao Marcos – que quem projetou essa escola magnífica, especialmente para a época, com 22 salas de aula em forma de oca, ginásio de esportes em forma de tatu, com telha francesa importada e espaço cultural em forma de cágado, foi um índio, que eu não conheci, chamado Biré, do Estado do Pará, ou seja, o desenho é indígena. Não sei se ele remanesce, se está ali, se você conhece.

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone.*) – Está lá na região.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está lá onde?

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone.*) – No sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está para o sul, então; ao contrário de você, que está vindo para o norte, ele está indo para o sul.

Então, eu queria só deixar isso registrado porque eu não posso negar o direito autoral de quem fez esse projeto, que me orgulha apenas como construtor.

Finalmente, Ministra, eu quero deixar registrado aqui como uma controvérsia jurídica. Agora, nós temos que falar de direito.

Veja bem, a Lei 1.775, que norteou os laudos antropológicos e a forma de demarcação, foi revogada. Ela facultava que se ouvissem as comunidades, os municípios e os estados. Na lei de 2023, que pode ser discutida e deve ser discutida por quem não concorda, ninguém vai pedir para ser considerado inconstitucional o artigo que determina – e não faculta – a consulta às comunidades afetadas. No caso específico... Só quero deixar aqui como a vida nos oferece paisagens diferentes. Hoje de manhã, eu fui ao Iphan. O Iphan está tombando as freguesias luso-brasileiras do litoral catarinense. Sabe qual é a primeira? O mais antigo distrito luso-brasileiro do Brasil? A Enseada de Brito. Sabem onde é que fica? No sopé do Morro dos Cavalos. Quer dizer, o mesmo Governo acolheu hoje – eu participei da sessão do Conselho –, deliberou, que aquela e mais três outras comunidades são consideradas um patrimônio histórico do Brasil porque as pessoas moram lá há 300 anos. Há 300 anos. É o mais antigo distrito do Estado de Santa Catarina. Nós vamos fazer a desintrusão deles para depois saber se é bom ou ruim? Isso não é pacificação. Repito: a assinatura desse decreto e, do outro lado, o de Abelardo Luz, já foram sustados pelo Supremo. É uma provocação ao Supremo. "Eu não queria", mas provocou. Se existe uma Comissão e a senhora reconhece que ela é útil, é necessária, é uma tentativa, eu acho que o Ministro Gilmar Mendes mostrou espírito público e experiência com isso. Vamos ver se conseguimos.

Esse ínterim me faz lembrar alguma coisa que está acontecendo lá no Oriente Médio e na Ucrânia, quer dizer, enquanto a gente faz acordo fica bombardeando o outro, usando as armas que nós temos. A homologação dessa demarcação é um ato precipitado. Deveria ser suspenso até o final da mediação. Não deu mediação, vamos continuar disputando, cada qual, dentro do Estado de direito, defendendo a sua tese. Agora, enquanto eu paro aqui – eu o Congresso – o Executivo avança? Opa! E está participando. O representante do Senado é o Senador Jaques Wagner, meu amigo e Líder do Governo. Enquanto nós dialogamos, procuramos um acordo. Temos razão ou não temos razão? Vamos discutir dentro do Estado de direito. Eu apresento um fato consumado! Isso não é diálogo. E dizer que o processo estava pronto... Se não foi assinado, não existe. Só existe, no campo do direito, o que está firmado e publicado. Antes do decreto presidencial, o que existem são estudos, cada qual de acordo com a legislação vigente. Portanto, assinar, em 2024, um texto baseado numa lei revogada nesse particular – revogada em 2023 – é ilegal e, portanto, inconstitucional.

É a ponderação que eu faço. E pode crer, Ministra, eu sei. Acho que todos nós temos passivos no Brasil, a escravidão, a questão indígena, mas nós não vamos resolver isso na base do confronto. E não vai ser bom para o Brasil, que já está tão polarizado quanto nós sabemos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bom, Senador.

Eu quero dizer que já são 16h08min. A Ordem do Dia está...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... quase começando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... entrando em campo.

Eu vou fazer um blocão agora, começando pelo Senador Hiran, depois Senador Jorge Seif, depois Senador Jaime Bagattoli, e por último Senadora Damares Alves. Por favor, vamos correr contra o tempo, senão o Presidente manda a gente parar. Então, antes que ele mande, a gente acelera.

Por favor, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Boa tarde, Senador Zequinha. Boa tarde, Ministra Sonia, seus assessores Eloy e Marcos Kaingang. Boa tarde aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras e todos que nos assistem, assessores.

Ministra, a senhora falava de *fake news* e, logo no início do Governo, a senhora foi chamada aqui numa Comissão porque a senhora colocou que em Roraima os políticos – nós políticos – estávamos envolvidos com garimpo ilegal. Agora a senhora sentiu o que é a dor de uma *fake news*. Eu nunca me envolvi com garimpo ilegal na minha vida, nem esse aqui, nem o Mecias. A senhora veio aqui, inclusive se retratou e disse que realmente foi mal entendida, mas aquilo teve um efeito extremamente negativo na nossa maior, acho que a nossa maior riqueza, o nosso maior tesouro é a nossa reputação, que eu acho que nós devemos respeitar.

Dito isso, eu queria colocar para a senhora, eu não sei se a senhora sabe quanto é que custa aquela Casa de Governo que foi inaugurada lá no nosso estado, a senhora sabe quanto custa por ano? A senhora tem noção?

Pois é, senhoras e senhores, em 2023, o Governo brasileiro foi à Roraima com nove Ministros e inaugurou a Casa de Governo. Senador Zequinha, essa Casa de Governo, Senadora Damares, custa R$1 bilhão por ano, R$1 bilhão por ano. O nosso orçamento do estado todo, para cuidar inclusive dos indígenas fora da área ianomâmi, é quase R$9 bilhões, para cuidar de todo mundo.

Infelizmente, com tudo isso que se gastou, os índices epidemiológicos, Senador Jorge Seif, são absolutamente piores do que quando nós fizemos aqui uma Comissão Externa para analisar a situação dos ianomâmi ao final de 2000, início de 2023.

Uma cesta básica custa mais ou menos R$640. Eu duvido que alguém saiba aqui quanto é que custa uma cesta básica na área ianomâmi. Vou explicar por quê. Se ela for de avião e for entregue numa pista... Nós temos 37 polos bases dentro da reserva. Eu conheço bem porque, Ministra, quem instalou o primeiro Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, que foi um projeto-piloto para ser espalhado pelo país, foi a minha gestão frente à Funasa, quando a Funasa tinha essa atribuição de cuidar dos povos indígenas.

Bom, se essas cestas básicas forem por via aérea, monomotor, é mais barato. Se ela for para um polo base e dali for para uma maloca onde não haja pista, Senador Seif, aí vai de helicóptero, e o preço triplica, porque a hora de voo de helicóptero é muito mais cara do que a hora de voo de avião.

Aliás, por falar de hora de voo de avião, uma coisa que me chamou a atenção é que essa Ambipar era uma empresa de gestão de resíduos. Daí a pouco, ela comprou a Flyone e fez um contrato emergencial com o Governo do Brasil de R$185 milhões para a hora de voo, mas, antes de ela fazer... Ela comprou uma empresa que se chama Flyone e aí ela certamente tinha informação privilegiada de que teria um grande contrato – ninguém vai fazer uma compra dessa para não ter expectativa de fazer um grande negócio –, e se fez um contrato emergencial. Desse contrato emergencial, depois de um ano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

execução, ainda não foram executados 43% dele. Quer dizer, não era emergencial, não era tão emergencial assim.

Eu fico pensando, Ministra, nós temos, como o Senador Amin falou, 9,4 milhões de hectares de extensão da nossa Reserva Yanomami. Eu voei há pouco tempo lá em cima, e nós temos algumas áreas, principalmente ao longo do Rio Mucajaí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Couto de Magalhães, do Rio Catrimani, nas margens desse rio, onde houve um garimpo ilegal, nós temos áreas assoreadas ali. Mas eu digo aqui, com absoluta certeza, que esse mundo isolado, essa selva isolada, riquíssima, 90% dela ou mais está absolutamente preservada.

Eu não consigo entender por que a gente gasta tanto dinheiro com hora de voo; isso, para mim, é uma prova clara de que a gestão... A gente tem mil pessoas trabalhando no Distrito Sanitário Especial Yanomami, os índices epidemiológicos de saúde são piores do que antes e a gente gasta essa fortuna em hora de voo? Por quê? Porque esse modelo de atenção à saúde é absolutamente ineficaz, porque o que mais se gasta é com remoção, só se faz remoção.

A atenção primária na Reserva Yanomami é absolutamente risível, é ineficaz, e não é de agora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É de muitos, muitos anos, porque presença garimpeira, Ministra, nós temos na Reserva Yanomami há mais de 80 anos, e vai ter sempre. Por quê? Porque ali é um solo absolutamente rico em cassiterita, em minerais estratégicos, nióbio, vanádio, ouro. Essa retirada de garimpeiros é sazonal. Se tira, daqui a pouco volta; se tira de novo, daqui a pouco volta, porque a gente não consegue vigiar um Portugal com 19 mil pessoas lá dentro. Imagine, Senador Zequinha, é um Portugal, uma mata fechada, com 19 mil pessoas lá dentro. Primeiro, a gente não consegue dar atenção; e, depois, a gente não consegue vigiar. É impossível vigiar um território tão grande e tão rico.

Então, eu queria dizer a V. Ex. que, certamente, nós vamos... Eu estava presidindo a Comissão de Fiscalização e Controle aqui do Senado e eu vou apresentar um...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... requerimento para que a gente possa analisar esses dados. Eu tenho muita dificuldade de entender como nós gastamos tanto dinheiro, mais de 10% do orçamento do estado só na área Yanomami e os resultados são tão ruins. Agora mesmo, a Senadora Damares está fazendo... Aliás, dei uma sugestão a ela, no dia da sua posse, de que nós pudéssemos fazer uma visita à área Yanomami para a senhora ver a realidade, para ver como é que toda a estratégia de atenção é feita. Infelizmente, a meu juízo, Ministra, com todo o respeito que lhe tenho – e amizade, inclusive –, aquele modelo está absolutamente falido. Nós precisamos sentar e discutir como é que nós vamos fazer para melhorar a vida daqueles brasileiros que estão lá, porque o dinheiro não está indo para os indígenas, o dinheiro está indo para uma série de outras instituições, mas os principais beneficiários desse recurso não estão sendo contemplados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a senhora já deve ter visitado a Reserva Yanomami. Dificilmente a senhora vai conhecer a Reserva Yanomami toda porque, até eu que fiquei à frente da Funasa, durante nove anos, não consegui ir a todos os polos base, porque aquilo é um mundo. E vai um desafio para V. Exa.: que nós possamos realmente otimizar esses recursos e utilizar esse recurso com transparência, porque o que está faltando na execução desses recursos aqui é absoluta transparência.

Infelizmente, eu fui Relator daquela Comissão Externa, Senador Seif, quando se tentou imputar ao Governo do Presidente Bolsonaro o genocídio dos indígenas. Agora, infelizmente, os dados são absolutamente piores. No meu relatório, eu me neguei a consignar aquilo que se colocava aqui, essa narrativa que se colocava aqui. Coloquei que, realmente, há uma dificuldade, pelo próprio fenótipo dos indígenas, pelas suas próprias características – são frágeis, são suscetíveis a doenças infectocontagiosas. Esse contato, que já existe há mais de 80 anos, sempre trará situações de vulnerabilidade àquela etnia.

Então, esse é o nosso desafio, Ministra, é que nós possamos, realmente, utilizar melhor esses recursos com mais transparência e que eles cheguem realmente nas comunidades indígenas do meu estado, que sofrem tanto com falta de assistência, apesar desse 1 bilhão que se gasta naquela Casa de Governo, que, até hoje, não sei para que serve, lá no nosso estado.

Muito obrigado pela sua presença e muito obrigado, Senador Zequinha, pela deferência de me conceder a palavra por tempo até um pouco mais alargado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado.

Senador Seif. Vamos correr.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Ministra, muito boa tarde para a senhora, para os secretários que a acompanham. Obrigado pela visita da senhora aqui no nosso Senado Federal e pela sua disponibilidade e paciência de ouvir tantas perguntas, às vezes algumas até repetidas, mas isso mostra o respeito ao Parlamento. Eu já estive na posição da senhora, como Ministro de Estado, e é muito bacana quando nós nos respeitamos, quando um Poder respeita o outro.

A senhora vai se surpreender com o que eu vou falar agora. Na verdade, apesar de ser um Senador de oposição, eu discordo de todos os meus colegas da oposição: eu queria que essa notícia da Ambipar fosse absolutamente verdade e que o Ministério dos Povos Indígenas tivesse, finalmente, conseguido dar utilidade econômica e social e ajudar os povos indígenas do nosso Brasil!

Eu conheço alguma coisa de terra indígena no Brasil, por visitas que fiz quando Ministro de Estado, por visitas que eu fiz a Roraima, por visitas que eu fiz ao Pará... Mas é pouca coisa. Nunca foi minha área, mas, como sempre tinha alguma coisa ligada à pesca – a gente tinha projetos, inclusive, de piscicultura com povos indígenas –, eu conhecia um pouquinho. Provavelmente a senhora conhece mil vezes mais do que eu, até pela sua origem.

Mas, Ministra, deixe-me falar uma coisa para a senhora: eu conheço também terras indígenas nos Estados Unidos da América, especificamente no estado de Nevada. Sabe quantos índios lá morrem de fome, desnutrição, malária? Nada disso; zero! Sabe por quê? Porque deram destino comercial e dignidade aos povos indígenas dos Estados Unidos da América!

Lá, em vez de se procriarem ONGs, institutos e não sei o quê – e daqui a pouco eu quero ler um texto para a senhora, porque eu participei da CPI das ONGs e tenho certeza de que isso interessa mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes mais à senhora e aos seus secretários do que a qualquer um dentro desta sala, porque é o seu povo, é o seu sangue, é a sua alma –, eles fazem parques, arrendam, fazem indústrias, fazem cassinos, fazem hotéis... Eu sou contra cassino, mas hotéis para diversão, para destino turístico, para descer rio de caiaque e se pendurar em árvore... São destinos, hoje; é ecoturismo.

Então, só para a senhora ter ideia: lá nos Estados Unidos da América, diferentemente dessa narrativa sem-vergonha, mentirosa e falida da República Federativa do Brasil, os indígenas – os verdadeiros, não é essa cambada de ongueiro que vive no pescoço do indígena, matando indígena e sugando, vivendo acima de narrativas – arrendam terras para agricultura – eu não sei quantos quilos ou toneladas os povos indígenas do meu Brasil produzem, mas é muito pouco; muito pouco –, mineração, pecuária e energia, inclusive para empresas privadas. Eles firmam, Sra. Ministra, parcerias comerciais com empresas, criam empresas tribais (*tribal enterprises*) – olhe que chique a palavra – e projetos autônomos de desenvolvimento; podem ter fazenda de gado, plantação de grãos, exploração de petróleo e gás, usinas eólicas e até *resorts* e cassinos, como eu já disse anteriormente.

Sabe qual é a grande diferença nos Estados Unidos, Sra. Ministra, com que eu fico maravilhado e, ao mesmo tempo, o Senador Zequinha indignado? Lá, o Estado americano, o Governo americano não trata o indígena igual a um bicho, igual a um aborígine, igual a uma selvagem, não – igual se faz aqui –, ou infantilizando, tratando o indígena como se fosse um idiota, um despreparado ou incompetente. Nossos indígenas querem prosperar e são escravizados por ONGs, inclusive por outras ministras de estado, que é assessora, tem ONG, secretário-executivo... Uma confusão dos infernos, dentro do Governo Federal. Quem não sabe, procura no Google, porque o Google é hoje o pai dos burros, inclusive o meu.

As terras não são transformadas em áreas improdutivas sob tutela eterna. Ministra, permita-me divergir da senhora. Os povos indígenas querem mais terra para quê? Para quê? Se já não se produz nada, para meter mais gente... ONG roubando terra nossa e matando nossos indígenas, dando migalhas e ganhando bilhões de ONGs internacionais, empresas internacionais e do Governo brasileiro para não fazer nada, para não plantar um arroz, um feijão, para não criar um *resort*, uma cabeça de boi? É isso? Querem mais terra para isso? Para morrer mais gente, igual lá no território Yanomami?

Não estou acusando a senhora; eu tenho certeza de que a senhora ama os povos indígenas como ninguém nesta sala, porque é seu sangue, de novo, sua alma, sua origem. Então, naturalmente, a senhora os ama e tem uma paixão pela causa.

Tenho certeza de que a senhora não quer que morra um indígena a mais, nem no Governo Lula, nem no Governo Bolsonaro, nem no governo de quem quer seja, mas a gente precisa desmontar as narrativas de que o indígena no Brasil é o escravo do Estado. Ele é feito, ele é uma narrativa para ONGs internacionais, e vou provar – e vou provar.

Então, que os Estados Unidos, os povos indígenas americanos, sejam uma inspiração para a nossa Ministra Sonia Guajajara, Ministra de Estado do Ministério dos Povos Indígenas, porque lá deu certo: lá, indígena não morre de fome, não morre de malária, de mosquito carregando... De dengue, de febre amarela, nada disso.

Vamos ao segundo texto.

E eu quero aqui fazer... Ministra, apesar de ser de oposição – e nós não estamos falando de questões políticas aqui –, eu acho que a senhora, como Ministra de Estado do atual Governo, tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitar o que os oposicionistas trabalham e mostram para melhorar a vida dos indígenas; afinal de contas, se eu não me engano, se eu não estou enganado, Zequinha, é a primeira vez que o Brasil tem um Ministério dos Povos Indígenas. Antes era uma miscelânea, uma "mistureba", agora não. Nós temos uma Ministra em que rola sangue indígena, apesar de que eu e ela não temos diferença nenhuma, somos brasileiros; acima de indígena, migrante, nativo, negro, amarelo, bugre, árabe, alemão, somos brasileiros. Não tem diferença entre mim e ninguém aqui dentro. Somos brasileiros e ponto.

Mas, Ministra, veja, eu participei da CPI das ONGs e quero aqui... Brasil, que está me assistindo, pessoal da Amazônia, do Estado do Amazonas e do Estado do Acre: vocês têm dois Senadores de alto valor e alto quilate, corajosos como poucos nesta República, que se chamam Marcio Bittar e Plínio Valério. Esses homens, Brasil, estão sofrendo a maior perseguição do Ministério Público e da esquerda brasileira. Sabe por quê? Por causa de João 8:32: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará."

Sabe o que eles descobriram?

O senhor participou – participei de várias sessões com o senhor – e ouvimos indígenas. Não é indígena de olho azul, de Nike no pé e de iPhone na mão, não – e falando inglês não, hein? – como eu já vi aqui na Esplanada, e quase que tive uma síncope de gargalhada.

Diz o seguinte, Ministra, a CPI das ONGs – e é uma preciosidade na mão da senhora, para a senhora melhorar a vida dos nossos indígenas – revelou o que, há anos, se sussurra nas aldeias, mas nunca se teve coragem de trazer à luz, ONGs milionárias que se alimentam da miséria dos nossos povos indígenas; que recebem bilhões, Zequinha Marinho, e entregam migalhas.

Não sou eu que estou falando não. Se esse relatório está mentiroso, feche o Senado Federal, porque tinha 30, 40 Senadores lá dentro olhando, ou não é?

Estamos falando, Sra. Ministra, de entidades como o Instituto Socioambiental, Ipam, Imazon... A Imazon, só para a senhora saber, a senhora sabe quem é a Secretária Executiva, Conselheira da tal da Imazon? Não vamos falar, a senhora sabe. A tal da FAS... ONGs que arrecadam, Ministra, fortunas vindas do exterior, muitas vezes com interesses ocultos – ocultos não sei para quem, para mim não é – e gastam mais de 80% do dinheiro com salários, consultorias e viagens internacionais.

E os indígenas continuam, Ministro – ó, estou profetizando –, continuam, Zequinha Marinho, sem água potável, sem escola, sem energia e sem dignidade.

A própria CPI nossa, aqui do Senado, foi às aldeias, Zequinha, e ouviu indígenas que jamais foram consultados pelas ONGs que falam em nome deles. E a verdade é cruel, Sra. Ministra, essas ONGs viraram donas do território brasileiro – com o aval de um desgoverno que se ajoelha para interesses estrangeiros, um Governo que impõe demarcação de terras por laudos sigilosos... Expulsam agricultores, destroem pontes usadas por crianças e apontam fuzis contra mães de família, como foi documentado na Resex Chico Mendes, no Acre.

Isso tudo, Sra. Ministra, indígenas como os da etnia... Não, essa parte eu vou pular. Também foi denunciada a prática de cooptar lideranças indígenas com favores, silenciar opositores com chantagens e perseguir quem ousa discordar da cartilha das ONGs. Isso é perverso e criminoso.

Já estou terminando, Zequinha. Não corta meu microfone.

E onde está a Funai, Sra. Ministra? Cúmplice, omissa e capturada por interesses ideológicos. Onde está o Estado brasileiro? Entregue! A Amazônia virou terra sem soberania, infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Ministra dos Povos Indígenas pode honrar ainda mais esse cargo. Comece por ouvir os próprios indígenas, comece lendo o relatório da nossa CPI que eu vou mandar para a senhora – eu vou mandar. Defesa da floresta e dos que vivem lá na ponta. E ouça os que foram esquecidos por ONGs e abandonados pelo seu Governo. Não existe, Sra. Ministra, liberdade sem soberania e não existe soberania com o Brasil ajoelhado para ONGs que mamam dólares estrangeiros e escravizam nosso povo em nome da preservação.

Obrigado pela presença da senhora, e conte comigo para colaborar com o seu Ministério e com nossos povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Seif.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente da CRA aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos correr.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos correr.

Senador Zequinha Marinho, quero cumprimentar a Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, o Eloy, o Marcos.

Quero, com poucas palavras, dizer para você, Ministra: o Brasil hoje tem 118,5 milhões de hectares de terras de áreas indígenas homologadas e sacramentadas. Quando se falou em 9,5 milhões dos ianomâmis, lá em Roraima, só isso, só aquela única reserva representa 8%. Se essas reservas indígenas estivessem num único local, seriam praticamente 1,2 mil quilômetros por mil dentro de um território igual ao território brasileiro. Então, é uma área grande, são 14% do território nacional.

O que eu quero muito... Eu conheço os indígenas. Estou em Rondônia há 50 anos. Conheço aquela reserva lá dos Cinta Larga, aquela reserva lá em Espigão D'Oeste. É a reserva indígena que dizem ter a maior jazida de diamante do mundo. E há sempre aquele conflitos.

Meu grande sonho, Ministra, é que isso pudesse ser explorado pelos indígenas ou/e que alguém o explorasse, e eles recebessem um *royalty*, para terem dignidade de vida. Os nossos indígenas têm que ter dignidade de vida.

Outra coisa: esta Casa aprovou – o Senado, a Câmara Federal –, nós aprovamos o crédito de carbono. Meu maior sonho... Eu tenho os cálculos feitos: sobre essa área de quase 120 milhões de hectares, se fizessem de 50% dessa área, considerando 800 mil indígenas – e não sei... não tem 800 mil indígenas vivendo nas aldeias –, cada indígena... Eu mostro o cálculo para V. Exa., Ministra, de que cada indígena receberia R$4 mil por mês – por mês! Teriam dignidade de vida. Isso é um sonho nosso.

Não há necessidade de aumentar reservas indígenas, porque são em torno de 0,5% os nossos indígenas, os nossos irmãos indígenas. Porque, se nós queremos demarcar mais áreas indígenas, não tem onde pegar a retroescavadeira e fazer buraco no chão, porque os indígenas estiveram aqui no Brasil; eram 100%, 500 anos atrás, dos indígenas. Então, nós temos duas alternativas neste Brasil: nós temos que ver se os nossos povos, onde há os descendentes de europeu, dos asiáticos, dos africanos, aceitam o restante do povo brasileiro lá, porque isto seria o correto, entregar o Brasil 100% para os indígenas, porque há 500 anos era deles, era seu, porque você tem o sangue. Como disse o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jorge Seif, nada melhor do que uma pessoa igual a você para conhecer as grandes dificuldades dos nossos povos indígenas.

Então, eu só queria fazer uma pergunta para a senhora; tenho umas duas perguntas para a senhora.

Os nossos indígenas de Cacoal, lá em Rondônia, têm a melhor qualidade de café – do café clonal, café robusta amazônico –, e vocês sabem disso. Por que não os apoiar? Por que não deixar que nós Parlamentares possamos ajudá-los a aumentar sua produção? Eles têm o melhor café e estão ganhando os melhores prêmios em Rondônia. São os nossos indígenas da Aldeia Lapetanha.

Nós temos os nossos povos, os parecis, que estão produzindo soja. Eles querem produzir com dignidade, querem ter a legalidade para vender, para exportar, para vender para as *trades*. Nós temos que arrumar esse mecanismo para os nossos povos indígenas.

Eu quero ver qual é o seu pensamento sobre isso, o pensamento do ministério sobre essa situação e quero dizer para você que nós queremos, sim, que os nossos indígenas tenham dignidade.

Você já pensou, nesse crédito de carbono, cada indígena recebendo R$4 mil? Porque o meu sonho não é dar dinheiro para as ONGs, não. As ONGs não precisam de dinheiro, não. Quem precisa é o indígena. E nós precisamos contemplar 100% e nós vamos contemplar 100% das famílias indígenas que moram, que residem nas aldeias. Esse é o sonho!

Mas eu quero deixar que há uma grande preocupação no Brasil com essa continuação. Inclusive, a gente está querendo... Foi feito um convite, inclusive, até ao Ministro da Justiça, para que ele também dê a sua opinião, faça a sua declaração sobre essa situação de demarcação sobre novas reservas indígenas, porque não é disso que nós precisamos. Nós precisamos é dar dignidade aos nossos povos indígenas, é isso que nós precisamos.

Então, eu queria muito, Ministra, que a senhora levasse isso em consideração. Eu gostaria muito de ir ao seu ministério para levar essas ideias que nós temos, para nós darmos dignidade aos nossos povos indígenas, dentro dos 14%. Eu tenho certeza de que, se nós tivermos ferramenta, nós teremos algo para ajudar e para mostrar que os nossos povos indígenas podem ter dignidade de vida.

É injusto o que está acontecendo hoje! Nós vemos os nossos indígenas morrerem por falta de saúde, por não terem uma atenção à saúde, por não terem dignidade de vida, sabendo que eles têm a maior riqueza e eles não têm o direito de explorar a sua riqueza e não têm o direito à dignidade em suas aldeias, onde eles vivem.

Obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Senadora, a senhora disse que quer ficar por último. Posso colocar o Heinze? (*Pausa.*)

Não, ela quer ser a última.

Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Senador Zequinha, prazer.

Sonia, prazer estar conosco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tu és gaúcho, tchê? (*Pausa.*)

É um prazer estar com vocês aqui.

Uma das colocações... Eu recebi, na semana passada, Sonia, índios parecis. Participam conosco e vieram pedir ajuda.

Damares, preste atenção.

Eles plantam uma área extensa, uma grande área, tem uma cooperativa lá no Mato Grosso. São independentes. E o sonho deles é que os filhos vão fazer faculdade de Direito, Medicina, qualquer coisa, para evoluir, e eles fazem isso.

O que nos pediram na semana passada, Zequinha? Que eu ajudasse, junto ao Banco do Brasil, para poder tirar financiamento.

Marcos, na sua região, lá atrás, no tempo da Dilma, nós ajudávamos a fazer o arrendamento das terras, que às vezes era proibido, que o índio pudesse arrendar as terras, fazer parceria com os produtores ou até plantar. Ajudamos lá atrás no Rio Grande do Sul.

E, nesse caso dos parecis, numa extensa área, eles não podem tomar crédito rural porque não são donos da terra. Temos que arrumar esse assunto para eles, com juros baratos, eles podem ter juros baratos. E, quando vão vender a soja, Damares e General Mourão, eles não conseguem vender diretamente no mercado, têm que achar um atravessador. Como eles não têm a origem da soja – é da terra deles, mas não são proprietários, falta... Então, Sonia, nós temos que ajudar nessa legislação para dar possibilidade a quem quiser fazer o que os parecis estão fazendo hoje, vivendo com dignidade, plantando, colhendo, com máquinas próprias, máquinas modernas, com agricultura da mais moderna que tem, para que eles possam ter isso.

O Bagattoli falava aqui dos cintas-largas. Eu estive lá, é a maior reserva de diamante do mundo, e hoje, infelizmente, meia dúzia de pessoas se servem daquilo, ganham dinheiro – porque eles não ganham praticamente nada – roubando, roubando diamante – o Mourão conhece, já serviu na Amazônia – que é do Brasil.

Nós tivemos lá uma Prefeita da cidade, e ela colocava... Entram e saem com aviões em pistas dentro das reservas. Meia dúzia... E o pessoal das tribos não consegue levar nada. Alguém pega e rouba diamante do Brasil, quer dizer, o Brasil não ganha, Rondônia não ganha, o município não ganha, os índios também não, só meia dúzia de aproveitadores.

Então, há a questão mineral, de mineração, por exemplo, que é importante, essas reservas que nós temos; há a questão da agricultura, que é o caso dos parecis. E vocês têm que ir lá, Marcos, no Rio Grande do Sul – vou falar apenas em Nonoai –, se há possibilidade de podermos fazer, pois isso dá dignidade para os povos indígenas.

E o que também dói na gente, Sonia, é a questão que foi falada aqui, e ontem foi citada também, com relação a fertilizantes. Dentro das reservas não pode ser explorado. Tem fosfato, tem potássio, e nós importamos praticamente 100% do potássio que nós consumimos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me, Senador, me intrometer aqui?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós compramos potássio de tribo indígena do Canadá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – De lá pode.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Boa parte que chega aqui vem de tribos indígenas, de terras indígenas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Canadenses.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Canadenses.

Era só isso.

Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Isso, Sonia, nós queremos ajudar os índios, que eles tenham liberdade.

Mais ou menos a metade quer ter independência; outra metade não quer ter independência, fica ligada às ONGs, enfim, não tem interesse nisso, mas são brasileiros.

E também o Bagattoli faz uma outra colocação: a venda de carbono. Hoje, a agricultura brasileira, as terras indígenas com florestas, como nós estamos hoje na Região Amazônica, isso é fundamental. Ninguém paga para nós o que aquilo vale.

Então, o indígena, o Marcos, o Eloy e a Sonia... Eu sou de origem alemã, mas todos nós somos brasileiros, certo? Então, nesse sentido, é importante nós cobrarmos dessas ONGs.

Eu estive lá na Raposa Serra do Sol, em Roraima, e depois fui lá no cinta-larga também. Uma Prefeita da cidade de Uiramutã, índia, disse um dia, quando eu fui lá, com o Micheletto, em 2004, 2005: "Fora essas ONGs estrangeiras que estão só nos explorando". Ela, índia, dizia isso, entendeu?

E queria o quê? Liberdade. Os índios de lá nos pediam isso, Zequinha: "O que nós queremos? Não ser explorados por ONGs – que nos exploram – e não deixam que nós possamos usar o fosfato, o potássio, que são reservas minerais brasileiras". Se a terra Indígena paga um *royalty*, paga o arrendamento, não tem problema nenhum; quem é o dono da terra, recebe. Como vocês fazem lá, Marcos: arrenda a terra para um branco, que paga 10 sacos de soja, 20, sei lá, paga um valor e vocês recebem isso normalmente, entendeu?

Então, Sonia, o que a gente quer é ajudar, certo?

Na questão mineral, nós temos que acertar isso, Zequinha. É na sua região, do Bagattoli aqui também, do Norte. E a questão da agricultura, para que os pareci possam ter dignidade, o que eles querem é dignidade: vender sem atravessador, ter cooperativas sem atravessador e plantar a soja que eles quiserem – plantar, vender e tirar financiamento, como qualquer produtor tira financiamento hoje.

Essa é uma questão, Sonia, em que nós podemos ajudar. Viu, Marcos? Nós do Rio Grande do Sul, ou aqui de Pareci, no Mato Grosso ou em qualquer estado da Federação. Plantar o que eles fazem. O café... O Bagattoli fala que a região dele tem café, que o melhor café do Brasil é de uma tribo indígena, que planta na terra dele.

Isso tudo nós podemos legalizar e organizar para que eles possam ter dignidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Heinze.

Até que enfim, não é, Senadora? Chegou a sua hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Ministra, esta é uma audiência pública em conjunto – acho que a senhora, quando recebeu o convite, deve ter sido comunicada – da Comissão de Agricultura e da Comissão de Direitos Humanos, e eu estou presidindo a Comissão de Direitos Humanos. Inclusive, o requerimento na Comissão – o autor não veio aqui hoje – era de convocação, e eu conversei muito com o autor para a gente fazer o convite, por quê, Ministra? Queira ou não queira, eu e a senhora vamos ter que nos dar muito bem daqui para frente, e eu a respeito, porque a sua casa é a Comissão de Direitos Humanos, e eu quero muito que a senhora dê certo – falei isso na primeira vez em que a senhora veio a esta Casa.

Eu sonhei com este ministério. Sonhei muito com esse ministério. Eu acho que podem não concordar comigo, não gostar de mim, mas não se tira de mim o amor aos povos e tudo o que já fiz pelos povos.

A senhora percebe que, toda vez que se fala de indígena, os colegas olham para mim e é isto o que acontece na Casa: "É a Damares, é a Damares", e eu fico muito contente que esta minha identidade está firmada. Os colegas reconhecem que o meu amor pelos povos é de verdade e eu quero o melhor para os povos. E eu quero muito que esse ministério dê certo.

Está muito confusa a política indígena neste Governo, por quê, Ministra? A senhora tem uma atribuição, mas, de parte das perguntas daqui, a responsabilidade é do Ministro da Saúde: o Sesai está lá, não está com a senhora, e, às vezes, cobram coisas da senhora, mas tinha que estar o Ministro da Saúde sentado aqui.

Tem coisa também que não é nem da senhora, nem do Ministro da Saúde, porque parte da Funai está no Ministério da Justiça. Então, nós temos que convocar, de vez em quando, os outros dois Ministros também para sentar e falar da questão indígena. Está muito confuso. E aí fica esse jogo... E o próprio Congresso, às vezes, se confunde nas atribuições, mas eu farei o meu papel como Presidente da Comissão de, o máximo possível, a gente distensionar os problemas aqui.

A senhora observou na fala dos colegas que todos querem ajudar. Mesmo que vocês não concordem, Ministra, que a gente questione o isolamento, a política do isolamento... É porque a gente percebeu que não deu certo. Não está dando certo. Está na hora de a gente repensar.

Eu fico perguntando: será que, se uma criança ianomâmi soubesse, de verdade, que tem o direito de não viver com o pé cheio de bicho-de-pé – eu já tive acesso a criança ianomâmi com 180 bichos-de-pé –, será que, se ela soubesse que tem o direito de não viver com bicho-de-pé, ela escolheria, de fato, viver como nômade ali, o tempo todo? Será que uma liderança tão pequena pode decidir que é assim que a criança indígena ianomâmi tem que viver?

E eu já vi umas pessoas dizerem o seguinte: "Não fale de bicho-de-pé, porque isso é cultura". Não é, bicho-de-pé não é cultura. Então, assim, nós estamos... O mundo mudou, as relações mudaram e, talvez, seja a hora de a gente começar a pensar sobre a política de isolamento.

E por que falo isso, Ministra? Preciso de mais três minutos, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2011, eu trabalhava com um Parlamentar que se preocupava muito com a questão indígena, e eu elaborava os requerimentos de informação para ele. Eu recebo a informação de que tinha mais desnutrição de criança indígena no Vale do Javari do que o Sudão. Nós éramos os campeões mundiais de desnutrição em 2011. Aquilo me deixava inquieta – inquieta. Aí, eu pego a matéria de fevereiro de 2024, Vale do Javari. "MPF apura altos índices de mortes evitáveis e desnutrição em crianças no Vale do Javari". Aí, eu pego fevereiro de 2025: "Vale do Javari acumula mortes de crianças indígenas, falta de água e farmácia que parece galinheiro". Quer dizer, Ministra, está dando certo essa política nossa no Brasil? Em 2011, éramos os campeões mundiais de desnutrição no Vale do Javari. Agora, em 2024, continuamos; em 2025, continuamos. Será que não está na hora de a gente rever algumas coisas, a política do isolamento? Tem um monte de antropólogos que, hoje, vão começar a tuitar contra a Senadora Damares, mas eu quero fazer essa discussão de verdade – de verdade.

E aí, Ministra, por isso que eu fiquei por último, porque eu quero mesmo que a nossa Comissão de Direitos Humanos seja parceira do seu ministério.

E a nossa Comissão, Ministra, aprovou um requerimento. Nós vamos em diligência à área ianomâmi, nós vamos. E a gente não vai lá para fazer críticas, a gente não vai lá para tensionar, nós vamos para tentar entender de que forma o Parlamento pode ajudar mais na questão ianomâmi. Alguns vão dizer que a gente não vai conseguir entrar. E aí, Ministra, eu estive com a Presidente da Funai, já comuniquei a ela o requerimento, a senhora está sendo comunicada também, e isso tem que acabar. Nós precisamos entrar na área.

O Rei da Noruega entrou na área. Eu, como Ministra de Direitos Humanos, a mim nunca foi permitido entrar na área ianomâmi, nunca; e eu tentei. Mas toda vez que eu tentava entrar lá e eu não tinha responsabilidade sobre a política indígena, a senhora sabe, a senhora está no cargo agora, a senhora sabe o que é atribuição de ministério, a resposta que vinha: "As ONGs que estão lá dizem que é para a senhora não ir, porque a senhora poderia tensionar". De que forma eu iria tensionar visitando crianças ianomâmi? Não consegui entrar como Ministra. Há quatro meses, eu estive com o Governador de Roraima, o Governador do estado, e ele me disse que nunca conseguiu entrar na área ianomâmi.

A nossa Comissão aprovou, por unanimidade, um requerimento, e a Comissão vai, Ministra. E mesmo que digam assim: "Mas as lideranças indígenas locais não querem vocês". As lideranças indígenas locais queriam a Globo naquele dia para fazer aquelas imagens? Ainda bem que foi uma repórter extremamente humana, carregando as crianças no colo; e aquela repórter entrou.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado vai querer entrar com a senhora lá, para ajudá-la, porque a gente tem algumas percepções de que a gente pode... Se o problema é orçamento – todo mundo reclamou que o orçamento está alto –, de repente a gente vai chegar à conclusão de que tem que ter mais dinheiro na Casa de Governo. Nós vamos para ajudá-la.

Então, quando eu vi aquelas matérias lá de uma ONG que fazia mochila com um cano de água para o ianomâmi carregar a mochila agora nas costas – já carrega o bebê e iria ter que carregar a mochila... Aquela ONG que faz mochila entrou na área.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado quer ir, Ministra, e nós estamos comunicando à senhora que queremos ir, porque nós queremos entender...

Estou acabando, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra Nísia e a Fundação Oswaldo Cruz também afirmaram que a malária era culpa do garimpo ilegal. Aí o MPI fala que houve 94% de redução do garimpo na área. Esperem aí, se o MPI fala que reduziu 94% do garimpo, a malária era culpa do garimpo e agora a malária explodiu, nós queremos entender esses dados – queremos realmente entender.

E aí, Ministra, a única pergunta que lhe faço agora é... Nós tivemos um caso brutal de uma jovem indígena da etnia baré que foi brutalmente estuprada, morta e estuprada depois de morta também por indígena ianomâmi, só que pelos ianomâmis lá do Amazonas. O Senador até falou aqui: "Por que a gente não fala do ianomâmi do Amazonas também?". Eu precisava saber, Ministra, como esse caso – é a única pergunta que lhe faço, porque eu fiz um requerimento de informação e acho que a resposta não veio – foi tratado, com relação a essa indígena baré?

E a outra pergunta que faço, Ministra, é: a gente tem aqui um número enorme de mortes por conflito, mesmo não tendo mais garimpo, e a gente tem notícias de que são conflitos entre os ianomâmis. Como a Casa de Governo está cuidando dos conflitos entre os clãs? Inclusive, se não quiser responder, deixando para a diligência, a gente pode conversar durante a diligência sobre essa questão da morte por conflito. Cai 94% o número de garimpeiros e está tendo morte por conflitos na área. Nós queremos entender.

E por último, Ministra, estar ministra tem protocolos, tem rito no cargo, e a gente tem que observar o rito. É difícil, para nós que somos ativistas, sair da posição de ativista para ser gestora, mas observe o rito. A situação da Ambipar foi uma situação lamentável. A forma como foi anunciada, a forma como... E eu fiquei muito angustiada com isso, porque eu quero muito que esse ministério dê certo. Observar os protocolos. Era um protocolo de intenção. A forma como foi divulgada... A imprensa depois se retratou, mas a forma como veio lá de dentro para cá também gerou dúvida.

E, quando eu falo de observar o rito – infelizmente, Ministra, pois eu não queria que fosse neste momento –, eu sou autora de um pedido de *impeachment* da senhora e a senhora sabe disso, por falta de resposta a requerimento de informação. Então, estar nesse cargo... A vida dos indígenas depende de vocês, e esse ministério precisa dar certo. Observem o rito. Eu fui obrigada a entrar com o pedido de *impeachment*, porque o rito não foi observado, mas a gente vai trabalhar em parceria agora, como Presidente da Comissão.

Eu vou trazer a pauta indígena como prioridade naquela Comissão, para ajudar o ministério, ajudar a Sesai, ajudar a parte da Funai que ficou no Ministério da Justiça, mas tem respostas que a gente precisa trazer logo: o que era o Vale do Javari ontem, e o que ele é hoje? É a política de isolamento? O que está acontecendo em área ianomâmi? Saem os garimpeiros, e a malária cresce – está crescendo de forma absurda.

Então, Ministra, estaremos lá em diligência – estamos lhe comunicando, já comunicamos à Funai –, e eu espero que a Comissão traga nessa diligência propostas para o Parlamento, inclusive, para a gente poder ajudar a superar esse problema que, infelizmente, eu vou ter que ficar repetindo: é de dezenas, centenas de anos. Mas eu vou me acostumar, eu vou me conformar que o caso ianomâmi é um caso crônico? Se é crônico, vamos encontrar uma solução para isso.

Não dá! A senhora vai sair, quando deixar de ser Ministra – daqui a dois anos, a senhora deixa de ser Ministra, porque os conservadores vão voltar para o poder –, e vai ter uma outra Ministra no seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar, ou um outro Ministro, que vai dizer "é crônico". Eu que falei: "é crônico". Chega de a gente falar, Ministra, que aquilo é crônico! Vamos unir forças e encontrar resposta para os povos ianomâmis.

Eu só tinha essas duas perguntas e esse comunicado.

Presidente, obrigada. A Comissão de Direitos Humanos agradece a forma como o senhor conduziu esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Ministra, vamos lá? Faça aí um resumo e faça suas considerações finais também, por favor.

A SRA. SONIA GUAJAJARA (Para expor.) – Bom, gente, eu quero aqui agradecer as manifestações que foram feitas nesse último bloco, agora de forma maior, em mais pessoas.

O Senador Dr. Hiran, que foi o primeiro a falar desse último bloco, se retirou, mas eu queria esclarecer algo em relação ao que ele disse sobre o valor da Casa de Governo. Ele citou R$1,2 bilhão, que é o que custa a Casa de Governo. Eu quero esclarecer que a Casa de Governo conta apenas com quatro servidores públicos, e o espaço utilizado é um espaço da Funasa, portanto um espaço público, e não há gastos, despesas com esse espaço. O valor de R$1,2 bilhão foi o valor do crédito extraordinário na totalidade, que envolveu 22 ministérios e órgãos de Governo, para cada um desses fazer a sua atuação ali conforme a atribuição de cada um. Isso envolve o Ministério do Trabalho, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MDA, a Anac; enfim, são 22 no total os órgãos que receberam esse valor, que foi distribuído conforme as suas atribuições.

E aí eu digo isso para não ficar aqui, uma vez afirmado, que esse é o custo da Casa de Governo, Senador, porque não é isso.

Bom, o Senador Jorge também não está mais aqui, então não preciso falar para ele.

O Senador Jaime fala da questão dos 118 milhões de hectares no Brasil, mas 18 milhões, no caso, que somam 8% do território indígena no território ianomâmi. E aí, gente, eu compreendo muito essa preocupação que todo mundo traz em relação a ajudar os indígenas, mas todo mundo o traz por esse viés da exploração dos territórios indígenas, não é? Todos aqui manifestam essa vontade, esse interesse de que essa seja a solução para tirar os indígenas dessa situação de falta de política pública.

Então, acho que o Estado brasileiro precisa achar uma forma de garantir a proteção desses povos, desses territórios e levar a política pública para dentro desses territórios. Eu acho que não dá para a gente só pensar na exploração, Senador, principalmente pensando em uma conjuntura global que nós vivemos hoje, que é a crise climática.

E nós temos, inclusive, um estudo que foi publicado também recentemente que afirma ali, com dados precisos, que 80% das lavouras do agronegócio dependem da chuva gerada dentro dos territórios indígenas, ou seja, dependem dessa floresta em pé, da floresta protegida, que é protegida realmente à custa, muitas vezes, da vida dos povos indígenas – isso é fato.

Então, a gente precisa ter esse equilíbrio de pensar nessas áreas também que precisam, hoje, estar protegidas e estar preservadas, tanto por uma questão mesmo da manutenção da vida dos povos indígenas, da valorização da sua identidade cultural, como também pensando na proteção do meio ambiente para todas as pessoas, para todos os brasileiros e até para o mundo.

Então, eu acho que é muito importante a gente começar a pensar também na importância dos povos indígenas e dos seus territórios para esse equilíbrio – o equilíbrio climático, o equilíbrio dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistemas alimentares, da produção. Não dá para a gente só pensar nas terras indígenas como áreas improdutivas.

Eu já fiz essa fala aqui – estou me lembrando aqui, agora, e recapitulando –, acho que neste mesmo espaço, há alguns anos, mas a realidade não mudou; pelo contrário, só piorou.

Então, eu acho que a gente – nós, enquanto Estado brasileiro, hoje, me colocando também neste lugar, líderes e governantes do mundo – não está conseguindo encontrar essas tecnologias e as formas para a gente evitar essa crise climática. E a gente se coloca também hoje nesse lugar. Eu acho que é importante pensar como, de fato, proteger os povos indígenas, protegendo também esses territórios, para o bem viver dos povos indígenas e para o bem da humanidade.

E eu digo isso, não isentando desse apoio para a produção dos povos indígenas. Acho que isso precisa ser feito com cuidado, mas também de uma forma adequada. E, para isso, eu até trago aqui uma portaria que foi assinada pela Funai até, autorizando os parecis a acessarem o crédito nos bancos, como aqui também foi colocado por um dos Senadores.

Então, nós não estamos nessa política da tutela ou da imposição. De forma alguma! A gente tem buscado esse diálogo, de forma permanente, com os povos e buscado também esse acesso para esses povos, conforme são as suas necessidades, Senador. Então, a gente não está proibindo que os indígenas produzam ou que possam acessar os créditos; pelo contrário, nós estamos trabalhando para isso, para que os indígenas que queiram produzir e precisam do fomento, que precisam do crédito, possam ter, igualmente, esse acesso nas instituições que tenham essa atribuição.

Bom, aí você falou do café.

Nós apoiamos e, inclusive, estamos discutindo com o povo suruí, lá em Rondônia, na Terra Indígena Sete de Setembro, que é essa aldeia que produz o café, para que eles possam fazer agora uma parceria e o café deles ser vendido na COP 30. Nós estamos buscando uma forma de valorizar, sim, essa produção e, assim, apoiar outras produções que existem. Agora, é claro, eu digo que isso é feito de uma forma cuidadosa, para que os indígenas também não sejam vítimas de contratos abusivos, seja por empresa, seja por quem quer que seja, que acabam se dando bem às custas deles, que acabam tirando o lucro em cima das costas da produção dos indígenas. Então, isso realmente é acompanhado pela Funai e por nós, agora, para que isso não aconteça.

Quando se fala também da questão das novas demarcações, é importante dizer que a necessidade das demarcações de terra indígena no Brasil está espalhada em todas as regiões. Não está ali num lugar só essa demanda.

Nós temos um número maior de áreas indígenas já demarcadas, processos concluídos na Amazônia, que decorreram, inclusive, mesmo de uma articulação grande, internacional, na década de 90, com a ECO 92. Foram parcerias importantes que avançaram na Amazônia. Mas, mesmo assim, ainda tem áreas ali a serem regularizadas, e nós temos um passivo muito grande nas demais regiões. Os indígenas não vão querer nunca se deslocar de um estado para outro que tem uma terra maior ou que já tem uma área regularizada.

Então, nós temos áreas pendentes, passivos do Estado brasileiro, nas cinco regiões do país, e a gente precisa avançar com isso. A gente precisa avançar, porque essa é a forma mais adequada, legal e ideal, para a gente cessar esses conflitos que existem hoje decorrentes dessa disputa fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que é muito importante que a gente avance, sim, com esse debate, mas reconhecendo que o espaço geográfico está distribuído, com a presença indígena, em todas as regiões, em todos os biomas brasileiros.

Bom, o Senador Heinze falou também do crédito. Já saiu e é isso. E aí, Senadora Damares, ainda no início, eu mencionei que aqui nós estamos numa audiência conjunta em que se juntou a Comissão de Agricultura à Comissão de Direitos Humanos. Eu fiz referência à senhora, sim, algumas vezes até, também por esse requerimento que aprovou a minha vinda aqui. E aí quero dizer que nós estamos acompanhando toda a ação no território ianomâmi, sempre com muito cuidado e agora com muita presença.

Nós estamos hoje com áreas às quais não estavam tendo acesso nenhum – nenhum – de equipes de saúde. A gente conseguiu hoje já... E eu digo a gente, porque eu me sinto parte também, embora não seja uma atribuição do Ministério dos Povos Indígenas, mas porque a gente trabalha de forma conjunta e sempre muito dialogada.

Então, nós hoje conseguimos já fazer com que as equipes cheguem a todas as regiões, a todas as áreas, atendendo as mais de 400 aldeias que tem dentro do território indígena ianomâmi. Como todos sabem, é uma área de difícil acesso, de grande extensão, difícil de se chegar e de se contabilizar.

E eu queria até também corrigir o número que foi colocado pelo Senador Hiran, que falou que lá são 19 mil indígenas ianomâmis. Então, no censo de 2010, contavam-se 30 mil indígenas ianomâmis. Nesse último censo, que saiu no início de 2023, contabilizaram-se 27 mil. Então, nós ficamos também nos perguntando e buscando... São 27 mil, então 3 mil indígenas ianomâmis, o que aconteceu com eles? O censo hoje traz esse número de 27 mil indígenas ianomâmis, e tinha uma presença constatada de 20 mil garimpeiros ali dentro. Estava quase igual. E aí, quando hoje a gente afirma que, nas ações de desintrusão dos garimpeiros ilegais ali dentro, está contando 94% e inclusive já se confirmou que não tem mais nenhum alerta de garimpo dentro do território, mas as consequências ficam e ficam por muitos anos. Hoje nós temos ali muitas crateras abertas, nós temos ali muitos desses buracos provocados pelo garimpo, com água parada que fica ali proliferando os mosquitos de malária, de dengue e tantos outros. Nós estamos olhando para isso também, como é que a gente vai minimizar essa proliferação dos mosquitos, porque isso vai perdurar ainda por muito tempo, as consequências ficam por muitos anos, elas não acabam com a saída dessas pessoas lá de dentro.

Então, não é justificando aqui os casos de malária, mas também quero dizer que hoje há uma coleta maior desses materiais para constatação ou não de malária dentro do território, e isso justifica inclusive esse aumento. Então, os números hoje dizer que foram aumentados não quer dizer que seja o aumento da epidemia da malária, porque hoje há uma maior notificação ali dentro.

É claro, o nosso desejo é trabalhar para que zere a contaminação por malária, que zerem as mortes por desnutrição, que zere toda essa situação que ainda existe, então, a gente está trabalhando seriamente todos os dias para isso. O diferencial é que agora nós estamos acompanhando. As equipes de saúde estão lá dentro, o Ministério dos Povos Indígenas está acompanhando, a Funai está acompanhando.

No paralelo, a entrega das cestas básicas, o que também foi colocado aqui, inclusive falando dos valores, no paralelo a entrega das cestas básicas, porque foi necessário entregar cestas básicas, a gente fez o cronograma de um período em que era necessária a entrega das cestas para as pessoas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

morrerem de fome ali, porque já estavam com muita subnutrição, mas a gente precisava entregar as cestas de forma emergencial para que a gente pudesse minimizar. Mas, em um cronograma ali e no paralelo, foram entregues também ferramentas, materiais, sementes, para que eles pudessem produzir e reproduzir seus próprios alimentos, que estavam ali realmente devastados pela presença do garimpo. Eu digo do garimpo, porque não é só também o garimpeiro, tem toda uma cadeia que envolve, que fica ali dentro.

Então, fizemos todo esse trabalho e continuamos fazendo, que é propiciar as condições para que eles voltem a produzir, para que eles possam ter a segurança alimentar e os alimentos, conforme a sua própria cultura e o seu hábito alimentar ali dentro.

Então, gente, é um trabalho muito desafiante, necessário, e a gente traz aqui o ianomâmi, a gente sabe que tem a situação do Vale do Javari, que também tem uma situação ali muito complexa, é a área onde tem a maior presença de povos isolados do mundo.

Aí quando se fala de povos isolados, Senadora Damares, é importante a gente diferenciar de que isolamento nós estamos falando. Tem o povo isolado que é o povo que está lá, que nunca foi contactado pela sociedade brasileira e nega o contato e o convívio, até mesmo com os indígenas que estão no mesmo território. Então, é uma decisão deles de estar ali. Não é uma política de isolamento adotada por nós, é uma decisão deles de viverem daquela forma, sem contato com a sociedade.

E aí tem a política de isolamento com que a gente precisa acabar, que é essa da dificuldade de acesso, porque às vezes você não chega com os insumos, com os benefícios, porque não tem o acesso garantido a eles. Então, acho que é muito importante diferenciar estas duas formas: os indígenas que são considerados povos isolados, que estão lá sem nenhum contato, e esses que vivem isolados pela dificuldade mesmo de acesso e dificuldade de contato, que não é por uma decisão deles, mas, realmente, por uma dificuldade de estrutura e de política do próprio Estado.

E aí, gente, por fim, eu quero agradecer aqui a todos, a todas, Senadores, Senadoras que vieram a esta audiência. Considero importante e válida essa permanência do diálogo. Acho que a gente só vai conseguir realmente encontrar uma saída valorizando esse Estado democrático, os três Poderes e essa possibilidade do diálogo entre nós, para que a gente possa melhorar a vida não só dos povos indígenas, mas de todo o povo brasileiro.

E concluo, Senador, dizendo que, para que a gente possa, Senadora, ter uma política pública ali condizente e suficiente, eu acho que é muito importante também a destinação das emendas, não para substituir, mas para complementar as ações do nosso ministério. É muito difícil a gente conseguir, aqui, no Senado, na Câmara, convencer os Parlamentares a destinar emenda para ações no Ministério dos Povos Indígenas para os povos indígenas. Então, eu acho que também uma forma como vocês podem contribuir bastante é destinando emenda para o MPI, falando também com seus colegas que possam apoiar. Nós temos a nossa cartilha de ações para emendas. A gente apresentou no ano passado, aqui, a gente volta agora a atualizar e a apresentar de novo. Eu acho que é muito importante esse complemento orçamentário para que a gente possa ampliar cada vez mais as nossas ações e manter essa presença do Estado dentro dos territórios indígenas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Ministra, se V. Exa. puder me receber lá num momento desses, eu quero lhe mostrar a situação do crédito de carbono, 50% só da área dos 120 milhões de hectares, cento e dezoito milhões e pouco, e o quanto que isso iria gerar de receita. Eu tenho certeza de que, no Parlamento, nós vamos dar prioridade para que os primeiros a receber o crédito de carbono sejam os nossos irmãos, os nossos povos indígenas, que são os primeiros que têm que receber. Isso vai ser uma receita líquida, vai ser uma receita que vai beneficiar 100% dos povos, das pessoas que vivem hoje nas aldeias, que vivem nas reservas. Então, é isso que eu quero. Nós precisamos ajudar, e nada mais de direito do que quem receba sejam os indígenas, porque vocês estão preservando praticamente 100% das reservas hoje, que são já terras homologadas indígenas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu quero, neste momento, agradecer à Ministra, agradecer aos Secretários Eloy e Marcos e dizer que o Parlamento é assim. Aqui é a Casa do debate, da compreensão, do entendimento. Aqui, nós temos alguns problemas para os quais, certamente, a gente vai convidar a senhora para estar aqui com sua equipe. Um deles é o devido processo legal com relação à criação de terras indígenas. Onde está o problema que nos chega aqui toda hora?

Inclusive recebi recentemente uma comitiva do Município de Senador José Porfírio. O limite da terra indígena era no Rio Itatá, depois o Incra foi lá e botou um pouco mais para cima e pegou um monte de produtores que estão lá há muito tempo, muito antes, porque lá é uma terra do estado. O Governo Federal quer fazer uma terra indígena.

E aí o que ocorre? Eu não sei quem está usando o Ibama, mas tudo indica que eles vão dizer que é o seu ministério que está usando o Ibama para ir lá e mandar o pessoal sair.

Todo mundo sabe que, no processo legal de formação de terra indígena, a desintrusão vai ocorrer no tempo certo. Tem que identificar o produtor, tem que avaliar o que ele tem, o que ele fez ali, o que ele plantou, etc. E ainda tem um outro agravante, o Ibama está determinando que corte o cacau, eles vivem lá de produção de cacau, para cortar o cacau todinho. O cara que plantou o cacau agora é obrigado a cortar.

Para a senhora ter uma noção, eu posso até lhe dar de presente uma dessas notificações do Ibama. A letra é pequenininha, ruinzinha, mas está aqui. O Ibama disse que está indo lá, Ministra, porque é terra federal. Lá é terra estadual, é ainda uma terra que está em fase de requerimento, ela só vai passar para a Funai depois que for homologada, que ajeitar no cartório, essa coisa toda.

Então, como é que está acontecendo isso? É um negócio assim constrangedor, um povo pobre, numa luta danada, o que tem é naquele pedacinho de terra, o que planta ali. Como é que o Ibama vai lá?

Aqui nesse negócio está escrito que você tem 120 dias, mais ou menos, para ir embora, cortar o cacau e ir embora. Como é que é isso? Nós precisamos entender isso.

Então, logo, logo, a gente vai pedir à senhora, convidando-a, para nos explicar isso. Não dá para contemplar isso!

Outra coisa que se reclama muito por aqui, eu não sei quem manda, mas a senhora está no ministério e, naturalmente, tem esse encaminhamento, sabe quem é. Entra um requerimento de terra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena e logo que se capta o requerimento, se recebe o requerimento, lança-se isso no sistema de terras do Governo Federal, no Sigef. Como é que eu vou lançar uma terra no Sigef se essa terra ainda é do estado? Ainda é de alguém que tem que ter todo um processo para poder comprar aquela terra ou desapropriar aquela terra para virar... Ela não pode ir para o Sigef, é ilegal isso!

Então, a gente está debatendo e certamente vamos precisar da sua ajuda mais uma vez para esclarecer tudo isso para que a gente evite injustiças daqui para frente com relação a isso.

Não é proibido criar terra indígena, de jeito nenhum, desde que se observe o devido processo legal para que isso ocorra, mas é numa próxima oportunidade.

Obrigado à senhora mais uma vez, aos secretários e a todos os senhores que aqui estiveram conosco, aos nossos Senadores, foi uma mega-audiência, muito tempo, mas todo mundo continua aqui.

Um abraço a todo mundo e boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e um minuto do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e Alessandro Vieira, e os Senadores Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Augusta Brito, Zenaide Maia, Eduardo Girão e Alessandro Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cleitinho, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia e Izalci Lucas. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães e Astronauta Marcos Pontes, conforme Requerimentos nº 20 e 25, de 2025–CDIR, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião destinada à instalação dos trabalhos e eleição de presidente e vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025/2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. O Senador Chico Rodrigues comunica o recebimento do Ofício nº 24, de 2025, subscrito pelo Senador Cid Gomes, Líder do Partido Socialista Brasileiro, que indica o Senador Flávio Arns para a Presidência da Comissão. Com anuência do Plenário, a presidência proclama eleito, por aclamação, o Senador Flávio Arns (PSB/PR), Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025/2026. Com a presença do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, o Presidente, Senador Flávio Arns, e o Senador Chico Rodrigues fazem uso da palavra na presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Pauta.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025-2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9834081818

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há sobre a mesa Ofício nº 24, de 2025, subscrito pelo Senador Cid Gomes, Líder do Partido Socialista Brasileiro, que indica o Senador Flávio Arns para a Presidência da Comissão.

Consulto o Plenário se podemos proceder à eleição do Senador Flávio Arns por aclamação. (*Pausa.*)

Com a anuência das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, proclamo eleito, por aclamação, o Senador Flávio Arns Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. (*Palmas.*)

A decisão da Comissão será comunicada à Presidência do Senado Federal.

Convido o Senador Flávio Arns para ocupar a Presidência da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Chico Rodrigues, companheiro de bancada também, do PSB, agradeço também ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática pela aclamação para o cargo de Presidente e agradeço também a toda a infraestrutura, todas as pessoas que estão presentes, pela presença e pelo trabalho.

Gostaria só de ler um pequeno texto, se o Chico Rodrigues também concordar.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela confiança depositada em nosso trabalho para a Presidência desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Acredito sempre que a união é a força motriz das nossas grandes realizações. Por isso, conto com cada membro deste Colegiado para conduzirmos essa missão de forma conjunta, em diálogo com a sociedade civil, permanente, em favor de políticas públicas que impulsionem, com segurança, o avanço científico e tecnológico do nosso país.

A ciência e a tecnologia estão intrinsecamente ligadas à evolução da sociedade, moldando como vivemos e nos relacionamos no mundo. Podemos percebê-las em nosso dia a dia, estão presentes tanto nos medicamentos e vacinas que salvam vidas quanto nos dispositivos conectados à internet que nos aproximam. Na medida em que a ciência avança com fundamentos técnicos e pesquisas, a tecnologia leva adiante a função de desenvolver técnicas e ferramentas para esse conhecimento. Portanto, esta Comissão é responsável por dois grandes pilares que promovem transformações em diversas áreas e devem ter como objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população.

Destaco que a educação e a saúde, assim como o compromisso com as pessoas mais vulneráveis, como aquelas com deficiência e com doenças raras, sempre estiveram no centro de nosso trabalho. Portanto, nossa trajetória aqui na CCT não poderá ser diferente. Nossos esforços estarão também voltados para promover iniciativas e debates que usem a tecnologia a favor dessas causas. Entre as prioridades, destacamos o potencial dos avanços tecnológicos para aprimorar o Sistema Único de Saúde, especialmente no diagnóstico e tratamento de doenças raras e no fornecimento de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência.

A ciência e a tecnologia também têm um papel fundamental na construção de uma educação mais inclusiva e preparada para os desafios do futuro. Para isso é essencial garantir, no curto prazo, que todas as escolas públicas do país tenham acesso à internet de alta velocidade. Além disso, também sabemos da importância de recursos de fomento e a criação e a expansão de laboratórios de inovação tecnológica em escolas e institutos federais, universidades, estimulando a formação de cientistas e tecnólogos desde cedo. Também é preciso olhar para a educação midiática, promovendo iniciativas que ajudem toda a sociedade a lidar, de forma crítica e segura, com o ambiente digital. E nesse cenário de conectividade crescente, a proteção de crianças e adolescentes no ambiente da internet deve ser fortalecida por meio de medidas que garantam um espaço digital mais seguro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9834081818

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro tema que terá nossa atenção – e esse planejamento será feito em conjunto com todos os membros da Comissão – é a inteligência artificial, que vem transformando diversos setores, como a agricultura, a indústria, o setor de serviços, bem como a saúde e a educação. Um exemplo recente são os modelos de inteligência artificial capazes de prever estruturas de proteínas, possibilitando a criação de medicamentos mais baratos. No entanto, também estamos diante dos desafios quanto ao mau uso dessa tecnologia. Por isso, queremos fomentar debates para elaborar legislações que mitiguem os riscos e garantam que a inteligência artificial seja utilizada de forma ética e responsável, sempre priorizando o bem-estar da população.

Diante do exposto, é fundamental garantir recursos adequados para as áreas de ciência e tecnologia, inovação e informática, o financiamento desta área. Nesse sentido, já solicitamos estudo sobre a questão orçamentária, a fim de avaliar as necessidades e buscar soluções para fortalecer o financiamento de pesquisas e infraestrutura tecnológica. Com certeza, esse também é um assunto que iremos tratar com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, a quem iremos convidar para apresentar o trabalho feito até o momento, bem como as ações do ministério planejadas para este ano.

Por fim, é essencial que a CCT atue de maneira integrada, fazendo a interface entre diferentes áreas estratégicas para o desenvolvimento do nosso país, a transversalidade. Queremos trabalhar iniciativas que envolvam a educação, a saúde, o meio ambiente, a agricultura, a habitação e outras áreas, utilizando a ciência e a tecnologia como ferramentas para promover e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras. Todos, Senadores, Senadoras e comunidade, estejamos certos de que os próximos dois anos serão de muita dedicação e trabalho. Eu até diria: mãos à obra e vamos em frente!

Eu quero destacar para todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado: quero também convidar toda a sociedade organizada relacionada à ciência e tecnologia para participar ativamente dos trabalhos desta Comissão. Já discutimos ontem com a Academia Brasileira de Educação, assim como com a representação do instituto nacional de pesquisas na educação; e também vamos discutir com universidades, institutos, todas as entidades da sociedade.

Quero cumprimentar de uma maneira muito particular o nosso Presidente e dar-lhe um abraço também. (*Pausa.*)

Agradeço também a presença e as palavras do nosso Presidente Davi Alcolumbre.

Só para ressaltar, para concluir a ideia, queremos fazer um trabalho muito articulado, obviamente, com os Senadores e Senadoras, com os membros da Comissão, com a assessoria, com a Consultoria do Senado, com todo o ambiente interno, mas, da mesma forma, com o ambiente externo. Quero ver aqui a representação da Marinha. Inclusive, aqui estava falando sobre o Proantar, porque temos uma relação muito antiga com o Proantar, inclusive levando para a base nacional a representação escoteira do Brasil já uns 15 anos atrás, 20 anos atrás. Então, é com todos os setores da sociedade.

É construímos juntos, olharmos o financiamento, o acompanhamento permanente, o debate, a convergência, para fazermos desta Comissão, sempre, sempre, uma Comissão muito importante, porque o Brasil depende de ciência, tecnologia, inovação e informática, desde a educação infantil. É preparar a geração, inclusive, para os desafios do futuro, olhando o presente também com perspectivas para o futuro.

Que bom que estamos aqui. Agradeço muito.

Agradeço também ao nosso colega Chico Rodrigues, que é membro desta Comissão, e passo a palavra a V. Exa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9834081818

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Quero cumprimentar V. Exa., Senador Flávio Arns, por assumir a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Esta é uma Comissão de alcance amplo, geral e irrestrito, porque, obviamente, está na vida humana em todos os segmentos.

Tenho certeza de que a transversalidade institucional desta Comissão tem realmente pontos de conexão com todas as áreas do conhecimento humano. E, obviamente, tenho certeza de que V. Exa., que é um educador, que conhece, que na verdade tem esse sentimento da importância que esta Comissão representa para o país, irá conduzir a bom termo esta Comissão, oferecendo o melhor do Senado Federal para as políticas públicas nacionais.

Portanto, boa sorte, bons trabalhos aí nesta Comissão. Eu, como membro também titular desta Comissão, quero estar sempre à disposição de V. Exa. para auxiliar naquilo que é mais caro para esta Comissão, que é levar proposições que possam ajudar o nosso país no grande salto para o desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, agradeço ao Senador Chico Rodrigues, agradeço também novamente a todas as pessoas presentes, à assessoria da Comissão, à Consultoria Legislativa, aos meios de comunicação do Senado, que são essenciais para aproximar o Senado da população, do debate, dos anseios da população.

Agradecendo a todos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9834081818

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Beto Faro, Augusta Brito, Jaques Wagner, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Laércio Oliveira, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Teresa Leitão, Weverton, Paulo Paim, Zenaide Maia e Eduardo Girão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Plínio Valério, Eliziane Gama, Cid Gomes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Eleitos o Senador Fabiano Contarato como Presidente e a Senadora Leila Barros como Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente para o biênio 2025-2026. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de fevereiro de 2025.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição para o cargo de Presidente para o biênio 2025-2026.

Até o momento, há o registro do Senador Fabiano Contarato para Presidente.

Não tendo sido registrados outros candidatos ao cargo, consulto os membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta que coloca em votação, por aclamação, o nome do Senador Fabiano Contarato para Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, declaro eleito e convido a tomar o seu assento à mesa o Presidente, nosso querido, maravilhoso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato. Feliz demais por você retornar a esta Presidência, amigo!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Presidente, antes de eu tomar assento, eu queria fazer um convite a V. Exa. V. Exa. sabe do meu carinho, admiração e respeito que tenho, e peço a compreensão de todos os membros titulares e suplentes desta Comissão. Quero convidá-la para ser a Vice-Presidente desta Comissão, tendo em vista o trabalho que V. Exa. tem desenvolvido aqui, à frente, e o comprometimento com a pauta ambiental, que, para mim, é de fundamental importância. Eu me sentiria lisonjeado estar ao seu lado, como Vice-Presidente desta Comissão.

Faço este convite à V. Exa. e peço o apoiamento dos colegas Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você sabe que um pedido seu, um convite seu, não é um convite; é uma ordem, é uma convocação. Então, é óbvio que será um prazer estar ao seu lado neste novo biênio, amigo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nesse sentido, eu coloco o nome da Senadora Leila do Vôlei em votação para ser Vice desta Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Leila é a Vice-Presidente desta Comissão. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, Senadores, membros desta Comissão de Meio Ambiente, colaboradores desta Casa, cidadãs, cidadãos que nos acompanham, eu quero aqui estender, mais uma vez, meu carinho e agradecimento a todo o corpo técnico, a todos os serventuários que estão aqui, aos comissionados, aos efetivos... Airton, muito obrigado pelo trabalho, pois sempre está aqui dando força, independentemente dos Presidentes que por aqui passam. Agradeço a todo o corpo técnico que está aqui, aos conselheiros.

Quero fazer um registro especial do meu carinho também para os funcionários terceirizados, o que eu sempre gosto de fazer, tendo esse olhar mais humanizador para eles. Eu acho que o que falta, efetivamente, é que esta Casa valorize um pouco mais os servidores terceirizados, porque, se há uma coisa por que eu não perco a capacidade de me indignar, é por aquele que mais precisa. Esta Casa também é uma Casa que discrimina de acordo com o cargo, de acordo com o *status*, com o poder econômico... Eu acho que isso não pode... E isso tinha que ser uma bandeira de todos nós. Por isso, eu sempre faço questão de fazer um registro com relação aos terceirizados. E não se sintam ofendidos os comissionados nem os efetivos, mas é que nós sonhamos que esse tratamento com dignidade para todo trabalhador alcance aquela servidora que está ali ou aquele servidor que está lá, que sempre tem nos atendido aqui com bastante simplicidade, com humildade e com integridade, o que para mim é fenomenal. Muito obrigado pela existência de vocês. E contem com o meu compromisso naquilo que eu puder fazer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação com o Presidente desta Casa para valorizar cada vez mais os servidores terceirizados. Faço questão de fazer esse registro.

É com renovado compromisso e profundo senso de responsabilidade que iniciamos os trabalhos desta Comissão neste novo biênio. Acreditamos no poder da união e da ação conjunta para construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

A agenda ambiental que se apresenta impõe desafios sem precedentes em face da crescente emergência climática. No último ano, a ciência nos alertou: ultrapassamos o limite crítico de 1,5ºC de aumento na temperatura média global, meta que nos comprometemos a respeitar ao assinarmos o Acordo de Paris. Sentimos na pele as consequências evidentes e devastadoras. Estiagens prolongadas, enchentes avassaladoras, tempestades implacáveis e ondas de calor extremo ameaçam a economia, desestabilizam a educação, sobrecarregam a saúde e comprometem a produção de alimentos impactando dolorosamente a todos nós.

Diante desse cenário, é imperativo aprimorarmos nosso ordenamento ambiental, fortalecermos os órgãos de fiscalização... Tem três elementos que para mim são de fundamental importância para você mitigar o dano ao meio ambiente: fiscalização intensa, educação ambiental e legislação mais rigorosa, efetivamente, para punir quem atenta contra a lei de proteção ambiental. É imperativo fortalecermos os órgãos de fiscalização e ampliamos os investimentos em soluções sustentáveis que respeitem a natureza e promova o bem-estar social.

Precisamos avançar com determinação rumo a acordos mais ambiciosos, visando reduzir drasticamente as emissões e proteger as populações mais vulneráveis que clamam por justiça climática.

Neste biênio, teremos desafios imensos, mas também uma oportunidade histórica: a COP 30, que será realizada em Belém, no coração da Amazônia. Esse evento colocará o Brasil no centro das negociações climáticas globais, consolidando o nosso papel na construção de um futuro sustentável, em que a vida e a natureza prosperem em harmonia.

Manifesto os meus sinceros votos de sabedoria e saúde ao Presidente da COP 30, Ministro André Corrêa do Lago, e reafirmo que a Comissão está totalmente comprometida em contribuir para a que a conferência seja um marco indelével na luta global contra mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os números nos assustam, revelam a urgência de agirmos. Em comparação a 2023, assistimos a um crescimento alarmante de 79% na área queimada em nosso país, o que equivale a mais de 13 milhões de hectares devastados. Desse total, três em cada quatro hectares destruídos pelo fogo eram de vegetação nativa, principalmente formações florestais que abrigam nossa rica biodiversidade.

Entre as áreas de uso agropecuário, as pastagens foram as mais atingidas, representando um duro golpe para a economia e o meio ambiente.

O Rio Grande do Sul enfrentou uma das piores enchentes da sua história, com perdas humanas e materiais incalculáveis, expondo a fragilidade de nossas estruturas diante de eventos climáticos extremos.

Nesse contexto de emergência climática, os que mais sofrem são os que mais necessitam de amparo. A vulnerabilidade diante das injustiças climáticas que penalizam os mais pobres e marginalizados aumenta com a diminuição da renda familiar.

A crise climática impõe um duro golpe à segurança alimentar. A irregularidade das chuvas, as secas severas e o aumento de pragas inviabilizam o planejamento agrícola, elevando o custo da produção de alimentos, e mais: mais uma vez, as famílias mais pobres sofrem primeiro e com maior intensidade, enfrentando a fome e a insegurança alimentar.

O impacto na saúde pública é alarmante. Exige medidas urgentes.

Chuvas intensas e temperaturas elevadas criam um ambiente propício para a proliferação de doenças tropicais, transmitidas por vetores que sobrecarregam o sistema de saúde. O calor extremo e a fumaça tóxica das queimadas agravam as doenças respiratórias.

A crise climática é, portanto, uma questão premente de saúde pública, que exige soluções integradas e eficazes.

Em 2024, o Brasil recebeu um alerta contundente: a combinação perversa de seca e fogo devastou nossos biomas, com consequências trágicas para a biodiversidade e as comunidades locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um levantamento recente revelou um número estarrecedor: mais de 30 milhões de hectares foram consumidos pelas chamas, uma área que ultrapassa a extensão da Itália, um patrimônio natural e cultural inestimável que se perdeu.

Diante desse cenário, as ações de mitigação, adaptação urgente de cidades e campos e a restauração de ecossistemas e a promoção de justiça climática precisam ocupar o centro de nossos debates e ações.

A União desempenha um papel crucial, mas essa responsabilidade deve ser compartilhada por todos os atores da sociedade. É fundamental que cada esfera assuma a sua parte, garantindo a implementação de políticas eficazes, o fortalecimento da fiscalização e financiamento adequado para enfrentar os desafios que se avizinham.

É crucial ainda que essas razões sejam realidades sem perdermos de vista nossa responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento do país e a construção de um futuro próspero para todos os brasileiros e brasileiras.

Devemos utilizar nossos recursos naturais e riquezas com responsabilidade e sustentabilidade, com o firme compromisso de gerar emprego e melhorar a vida do povo brasileiro.

A recente questão envolvendo a exploração de petróleo na marguem equatorial surge como um tema essencial na estratégia energética do país, e precisamos abordá-lo com a devida ponderação e responsabilidade, analisando as oportunidades econômicas e os potenciais impactos ambientais, sem abrir mão da independência dos órgãos ambientais.

Esses parâmetros irão nos guiar em temas e projetos que tramitam nesta Comissão. A moderação e o diálogo aberto são cruciais e construtivos, pois os extremismos raramente produzem bons resultados, e todos almejamos viver em ambientes sustentáveis e desenvolvidos, prósperos, hoje e no futuro.

Em meio a esses desafios e incertezas, esta Comissão assume uma responsabilidade inadiável. Precisamos garantir que nossa legislação esteja à altura dos desafios, promovendo um marco regulatório moderno e eficaz. Isso significa revisar normas ultrapassadas, fortalecer os mecanismos de proteção ambiental que assegurem a resiliência climática no país. Nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro pode ser deixado para trás na transição rumo a um futuro sustentável, em que a justiça social e a preservação ambiental caminhem juntos.

Que possamos honrar essa nobre missão com coragem, determinação e um profundo senso de responsabilidade para com as futuras gerações.

Muito obrigado e quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que confiam no nosso nome para presidir esta tão importante Comissão. (*Palmas.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra a Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar todos que estão neste plenário, em especial o nosso Presidente Fabiano Contarato e a nossa Vice-Presidenta Leila do Vôlei.

Eu não sou desta Comissão, eu vim para esperar a próxima, que é a Comissão de Educação, mas, já que estou aqui, gostaria também de externar meus parabéns pela eleição de vocês dois, sobretudo pela qualidade dessa dupla. Eu fui da Comissão de Meio Ambiente no biênio passado – eu acho que eu era suplente, não era, Leila?...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... presidida pela Senadora Leila do Vôlei. E tenho certeza, Senador Fabiano, de que, neste ano, no ano que a gente está discutindo a COP, já desde o ano passado, com todos esses desafios que o mundo enfrenta – da transição ecológica, do aquecimento global, que há tanto tempo se fala e hoje a gente sente na pele, assim como os animais, como os rios, como as árvores, toda a vegetação –, ter vocês dois encaminhando e coordenando esta Comissão é um alívio muito importante para cada um, para cada uma de nós.

Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estarei acompanhando, porque acho que tem muita coisa de meio ambiente que dialoga com educação, para a gente fazer um trabalho bem bonito aqui nesta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão, ao passo que também quero parabenizar V. Exa., que em breve será aclamada Presidente da Comissão de Educação, que é tão importante no nosso país. E, quando a senhora fala na educação, nós temos um departamento de educação ambiental, que tem que ter uma efetividade maior. Então esse trabalho será feito em conjunto.

Com a palavra a Senadora Augusta Brito. Muito obrigado por sua presença.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Senadoras.

Quero aqui parabenizar a eleição e também parabenizar o trabalho dessa grande Senadora Leila, que vinha conduzindo esta Comissão, de que eu não era membro e agora vou ser. Fico muito feliz em entender que nesta Comissão nós estamos aí com pessoas realmente à frente dela – e não só elas, mas os membros também, os Senadores e as Senadoras, que participam com muita responsabilidade –, entendendo que é uma Comissão muito importante em vários pontos, especialmente no que foi lido, foi dito aqui pelo nosso Presidente hoje desta Comissão e pela nossa Senadora Teresa aqui também.

E quero dizer que eu estou aqui com muita vontade de ajudar, de contribuir, de participar, de poder realmente fazer a diferença dentro da Comissão. Estou feliz. Hoje é dia de comemorar essa eleição, essa aclamação aí dos dois: o nosso Presidente Contarato e a nossa Vice-Presidente Leila. Como membro, eu quero também contribuir muito com o trabalho que vocês conduzirão nesta Comissão.

Muito obrigada por também me aceitarem – não é? – e, com certeza, incluírem aqui os nossos trabalhos junto ao de vocês.

Obrigada. Boa sorte, bom trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Eu que agradeço.

Eu me sinto um privilegiado aqui, cercado por três mulheres maravilhosas, Parlamentares brilhantes, aguerridas e que muito dignificam a classe da política, da boa política das mulheres.

Antes de encerrarmos os trabalhos, comunico que a Secretaria encaminhará aos gabinetes dos membros da CMA *e-mail* com convite aos assessores para integrar o grupo de comunicação pelo WhatsApp.

Comunico ainda que os membros que estavam na CMA no ano passado e foram indicados para o Colegiado novamente terão as relatorias mantidas. Aquelas matérias ainda não designadas serão distribuídas nos próximos dias.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Beto Faro, Leila Barros, Augusta Brito, Jaques Wagner, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Plínio Valério, Damares Alves, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 59, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater sobre as restrições e perspectivas de ganhos para o Brasil nas esferas econômica, comercial, ambiental, e outras, decorrentes do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia (UE), anunciado em 6 de dezembro de 2024, conjunta da CRA e CMA, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Acrescido representante da Confederação Nacional do Comércio entre os convidados. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 60, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 61, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 7 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 300 (trezentos) dias, acompanhar os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF) e Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Beto Faro. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 1, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metas e prioridades do Ministério do Meio Ambiente para o ano de 2025." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a segurança hídrica no contexto das mudanças climáticas e da gestão sustentável dos recursos hídricos, em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22 de março de 2025, com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 11 de março de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso 966, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2.502, protocolado pelo Plenário daquela corte, que trata de auditoria para avaliar a implantação do Programa de Extensão de Vida da Usina Angra, buscando conhecer as atividades e ações empreendidas, tendo em vista tanto sua relevância e materialidade quanto a possibilidade de que seja reaplicado, no médio prazo, na usina Angra 2, e examinar a gestão dos recursos do Fundo de Descomissionamento das Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2, dada a correlação do fundo com o fim da vida útil dessas usinas.

- Moção de Apoio 15/2025, da Câmara Municipal de Valinhos, que apresenta apoio a projetos favoráveis ao endurecimento das penas para crimes contra fauna silvestre.

- Mensagem eletrônica da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico sobre o Dia Mundial da Água, dia 22 de março, que apresenta o contexto histórico da data, instituída pela ONU, em 1992, e a relevância do tema diante das mudanças climáticas e seus impactos sobre os recursos hídricos no Brasil, propondo audiência pública na semana do Dia Mundial da Água para debater o tema, e envia o estudo da ANA sobre o impacto das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica do país.

- Aviso 118, do TCU, que encaminha cópia do Acórdão 273, que trata de auditoria relativa às obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, pertencentes à rodovia BR-040, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, trecho concedido à empresa Concer, em razão de as obras apresentarem impacto ambiental.

Os documentos, nos termos da Instituição Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada 19 de fevereiro de 2005.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senhoras e senhores membros desta Comissão de Meio... (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – O primeiro item, Sr. Presidente, da nossa pauta é um requerimento em que peço para ser realizada uma reunião de audiência pública nesta Comissão – e estou apresentando o mesmo requerimento à Comissão de Reforma Agrária –, para que a gente possa fazer conjuntamente um debate sobre esse acordo entre o Mercosul e a União Europeia, todas as suas restrições e as suas perspectivas na área econômica, ambiental, social e outras. E, ao mesmo tempo, no requerimento que registrei, solicito que se acrescente a Confederação do Comércio como uma das entidades para poder fazer o debate.

Então, falando isso, peço a aprovação desse requerimento para que a gente possa, no espaço mais breve possível, fazer esse debate tão importante para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Então, como já foi anunciado, o item 1 é o Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 59, de autoria do Senador Beto Faro.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 59, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as restrições e perspectivas de ganhos para o Brasil nas esferas econômica, comercial, ambiental, e outras, decorrentes do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia (UE), anunciado em 6 de dezembro de 2024, conjunta da CRA e CMA, com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento apresentado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Eu só queria... Quanto ao requerimento do item 3, da Senadora Leila – eu não sei como vai ser o procedimento –, eu estou pedindo para subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, eu concedo a palavra ao Senador Beto Faro, que subscreve o item 3.

Anuncio o item 3, Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 61, de autoria da Senadora Leila Barros, agora subscrito pelo Senador Beto Faro.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 61, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 7 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 300 (trezentos) dias, acompanhar os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Concedo a palavra ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para encaminhar.) – Nós estamos muito próximos da realização da COP 30, que vai ser realizada em Belém, onde o Governo Federal e os organismos todos estão se preparando não só do ponto de vista do local, para receber as várias delegações do mundo, para debater essa questão tão importante para a sociedade, que são as mudanças climáticas, como também de uma série de políticas que estão sendo já adotadas – como resultado disso, a diminuição do desmate no Brasil. Então, é um momento extremamente importante para o debate dessas questões climáticas no mundo, mas é muito importante para o Brasil, que recepciona, que dialoga e que volta a protagonizar essa questão no planeta.

Eu subscrevo aqui o requerimento da Senadora Leila para que a gente tenha uma Subcomissão para acompanhamento desse debate. O Senado precisa estar acompanhando, debatendo. Nós estamos, na nossa avaliação, no fórum adequado, que é a Comissão de Meio Ambiente, que tem um papel a desempenhar com relação a isso, na análise e na elaboração dos vários projetos.

Eu solicito, então, que o Plenário desta Comissão aprove essa Subcomissão, e, de acordo com a proporcionalidade, depois a gente faz a composição da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu agradeço, Senador Beto Faro, pela deferência e pela sensibilidade em subscrever esse tão importante requerimento do item 3.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item 4, um requerimento de minha autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 1, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as metas e prioridades do Ministério do Meio Ambiente para o ano de 2025.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Incluo na pauta o item 5, extrapauta, um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 2, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a segurança hídrica no contexto das mudanças climáticas e da gestão sustentável dos recursos hídricos, em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22 de março de 2025, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: Sra. Veronica Sánchez, Presidente da ANA; Sra. Ana Paula Fioreze, responsável pelo estudo Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil; Sr. João Ricardo Raiser, Presidente do Comitê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH), sem prejuízo de eventuais outros convidados que porventura possam ser inseridos.

Esse requerimento também é de minha autoria.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item 2 da pauta, que é o Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 60, de autoria da minha querida Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Leila Barros, a quem concedo a palavra.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 60, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF).

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para encaminhar.) – Bom dia, Senador Fabiano, Presidente desta Comissão. Vamos iniciar nossos trabalhos? Já estava com saudade! Eu falei que talvez não seja o sentimento da maioria, mas de nós dois aqui, de tocar o barco aqui nesta Comissão.

Então, vou para a leitura do Requerimento nº 2, que requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Temporária, composta de sete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 300 dias, acompanhar os preparativos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É o item 2? Mas eu posso fazer a inversão, então? Eu já comecei a ler...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então vai.

Já aprovou esse?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah! Inclusive, eu gostaria de sugerir... Não tem problema não, ele subscreveu comigo, né? Eu dei, e ele me pediu para subscrever, não tem problema. Já que ele se antecipou, está ótimo.

Só para sugerir que, nesse trabalho, até porque o Senador Beto é representante do estado, ele fosse o Relator, caso ele concorde, dessa Subcomissão. Então, a minha sugestão, caso o Senador concorde e o Sr. Presidente, é para que o Senador Beto Faro seja o Relator.

Então vamos para o item 2 agora, perdão.

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

Bom, na minha justificação, Sr. Presidente, o Cerrado é reconhecido como a savana tropical mais biodiversa do planeta e é um dos biomas mais estratégicos do Brasil, ocupando cerca de 22% do território nacional e abrangendo regiões de significativa importância econômica, ambiental e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse bioma desempenha papel fundamental na manutenção de recursos hídricos, sendo considerado a caixa d'água do Brasil, pois abriga as nascentes de importantes bacias hidrográficas, como as dos rios Tocantins, São Francisco, Araguaia e Paraná.

O bioma Cerrado enfrenta grandes ameaças, devido à expansão desordenada da fronteira agrícola, ao desmatamento, às queimadas e às mudanças climáticas. Dados recentes apontam que mais de 50% de sua vegetação nativa já foi suprimida – é estarrecedor esse número –, comprometendo não apenas a biodiversidade, mas também a qualidade de vida das populações que dependem de seus recursos naturais, incluindo comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares.

A criação de uma Subcomissão Permanente para acompanhamento do bioma Cerrado, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal, visa a suprir a necessidade de um espaço dedicado e contínuo para debater, monitorar e propor ações em defesa desse bioma tão crucial.

A Subcomissão terá como objetivos principais: acompanhar a tramitação de proposições legislativas que impactem direta ou indiretamente o Cerrado; promover a fiscalização de políticas públicas e ações governamentais relacionadas à preservação e à recuperação do bioma; fomentar o diálogo com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e comunidades locais; ampliar o debate sobre a importância do Cerrado para o Brasil e o mundo; e incentivar políticas e práticas que conciliem a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, priorizando as tecnologias sustentáveis e a valorização dos modos de vida das populações que dependem do bioma.

Ao criar essa Subcomissão, o Senado Federal reafirma seu compromisso com a preservação do patrimônio natural brasileiro e com o cumprimento das metas estabelecidas no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Acordo de Paris e da Convenção sobre Diversidade Biológica. A iniciativa é também uma resposta à crescente demanda social por ações concretas que assegurem a sustentabilidade ambiental e protejam o futuro das próximas gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a Subcomissão se apresenta como uma ferramenta indispensável para a promoção de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais do Cerrado, contribuindo para o equilíbrio ambiental, a segurança hídrica e alimentar e o fortalecimento da economia verde.

Diante do exposto, solicito o apoio de todos os pares para a aprovação deste requerimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, já agradecendo à minha equipe aqui pela justificativa, que está excelente.

Eu acho que eu não preciso mais me estender no porquê de ser importante a criação dessa Subcomissão Permanente para tratar do bioma Cerrado. Nós estamos vendo que mais de 50% deste bioma já foram absolutamente suprimidos. Então, nós temos uma obrigação, como membros desta Comissão, pela sua importância, por ele ser tão importante, inclusive para as questões hídricas do nosso país... Nós estamos enfrentando grandes adversidades, grandes eventos extremos, e também há a ação do homem muito em cima do Cerrado. Eu solicito o apoio de todos os membros da Comissão para a criação dessa Subcomissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – É para dizer que para mim é muito bom... Eu fiz questão de participar desta Comissão, desta vez como titular, porque eu a considero de extrema importância.

E, primeiro, é para concordar com a Senadora Leila no que ela está propondo e também para já explicar um pouco para o meu Presidente que, devido ao fato de a gente estar em muitas Comissões, tem hora em que não vamos estar presentes aqui, mas sempre à disposição, sempre à disposição, como foi com a Leila – ligou, a gente vem para cá, corre, sai da outra e vem. Está bom, Presidente? Conte com este seu amigo Senador.

E eu apoio a proposta da Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Senhoras e senhores, eu queria fazer algumas considerações antes de encerrar esta reunião.

Eu não poderia deixar de me manifestar sobre o recente dia 8 de março, que foi o Dia da Mulher. Eu acho que esta Casa tem que sistematicamente falar daquilo que está expresso no art. 5º, I, da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988, que diz... Vejam: desde o dia 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal do nosso país diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Agora, será que efetivamente nós vivemos numa sociedade brasileira em que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações? Por isso, é importante a gente falar – e eu, como Presidente desta Comissão, não poderia deixar de fazê-lo – da importância disso e dar efetividade a isso. E nós, Senadores, temos um papel responsável sobre isso.

Eu falo com bastante orgulho, porque, nesta Comissão, por exemplo, historicamente... A Senadora Leila fez história já aqui nesta Comissão, ela foi a primeira mulher a presidir esta Comissão de Meio Ambiente. Isso é motivo de orgulho, mas as mulheres têm que ocupar todos esses espaços.

Eu não posso perder a capacidade de indignação, Senadora Leila, eu não posso! Eu estive numa assembleia legislativa num estado: 24 Deputados, todos homens. Isso tem que me dizer alguma coisa, porque, se não me disser nada, tem algo errado é comigo. Eu não posso perder a capacidade de indignação quando eu vejo que mulheres, ainda aqui nesta Casa, são silenciadas. Quantos homens aqui... Nós participamos da CPI da covid, vários Senadores homens se exaltavam e nenhum foi chamado de descontrolado, mas uma Senadora mulher foi. Aquilo foi um comportamento sexista. Homens e mulheres são iguais em direitos de obrigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O antigo Código Civil, no art. 6º, falava que a mulher era relativamente incapaz, ela só poderia atuar com autorização do marido. Eu estou falando num passado agora, recente! Então, eu não podia deixar de falar que, nesse Dia da Mulher, compete a nós, Senadoras e Senadores, lutarmos para que efetivamente essa determinação constitucional seja uma realidade. Olha, eu me lembro, num passado agora, recente, com a Constituição Federal, de que as mulheres obtiveram o direito à licença-maternidade. Todo mundo comemorou, mas o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher, ou exigir atestado de esterilidade ou negativo de estado gestacional. E a premissa é constitucional: "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Então, aquela exigência daquela empresa era moralmente reprovável, mas era lícita. Apenas em 1996, veio uma lei federal falando: "Constitui crime exigir atestado de esterilidade ou negativo do estado gestacional".

Veja que o processo legislativo caminha a passos lentos. E, infelizmente – este já é o nosso sexto ano aqui, Senadora Leila –, eu vejo que esta Casa, sistematicamente, faz discurso para fora, mas, na hora de incluir, na hora de cumprir a determinação, com um dos fundamentos que determina a República Federativa do Brasil que é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação, infelizmente, esta Casa é majoritariamente composta por homens brancos, ricos e engravatados. E, infelizmente, nós queríamos que entrasse por essa porta representante maior das mulheres, da população quilombola, da população LGBTQIA+, da população negra, dos pobres, porque falar que o Congresso Nacional representa a população, eu, infelizmente, não tenho a coragem de proferir essa palavra, porque esta Casa, muitas vezes, está direcionada para atender interesse de castas, de camadas, silenciando as mulheres, num país que mais mata mulher, num país que é recordista em feminicídio, num país que tem violência doméstica e familiar, num país que não dá possibilidade de trabalho, num país em que se fala em meritocracia. Meritocracia para quem, se as mulheres, ao almejarem um cargo de gerência, a linha de saída não sai da mesma saída, porque elas têm que tomar conta de casa, elas têm que ir para casa, elas têm uma terceira jornada? Mas isso ninguém reconhece!

Olhem, e eu passei – e me desculpem o desabafo; isso não é da boca pra fora, não! – a verificar isso muito mais forte, Senadora Leila, quando eu me tornei pai do Gabriel. Quando eu tinha que levar o Gabriel num pediatra, era toda uma logística para fazê-lo. E, às vezes, a gente, dentro de casa, não reconhece o que efetivamente uma mulher faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual é este Brasil que a gente almeja? E, quando eu falo nisto – talvez seja por causa do Dia Internacional da Mulher que eu esteja falando sobre todos estes aspectos –, quando a mulher pôde efetivamente votar; quando a mulher se desvinculou, deixou de ser relativamente incapaz; quando a mulher obteve a licença-maternidade, mas era crime, porque eles a negavam, não contratavam ou, quando contratavam, exigiam atestado, o famigerado atestado; quando as mulheres começaram a efetivamente ocupar os espaços de poder, o que tem a ver com a Comissão de Meio Ambiente? É porque também tem um recorte aqui. Quando você tem qualquer ataque à pauta ambiental, quem mais sofre, ou as primeiras a sofrerem, eu não tenho dúvida, são as mulheres também, porque elas estão ali no manejo, na proteção, na distribuição de sementes, no manejo de água. Em todas as populações ribeirinhas, elas que mantêm tudo isso.

Então, eu não poderia deixar de fazer esse agradecimento e esse pedido – ouso falar, como homem – de desculpas às mulheres, porque nós homens temos que parar de ter um discurso e um comportamento e efetivamente dar vida, vez e voz a esta determinação constitucional expressa no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao senhor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... vou concordar plenamente com tudo que o senhor falou e dizer também que o campo de luta das mulheres – quero aproveitar a Leila, que está aqui agora...

Leila, o Ministério da Saúde baixou o rastreamento do câncer de colo e de mama das mulheres, estabelecendo-o aos 50 anos. Eu apresentei um projeto de lei estabelecendo-o em 40 anos, porque especialistas, estudos dizem que 25% das mulheres que morrem de câncer de mama estão com 40 anos. Eu vou pedir a ajuda da Bancada Feminina, porque a gente precisa pedir regime de urgência nisso, a gente precisa estar nesse campo. O Ministério da Saúde determinou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. É um absurdo. Isso é condenar, Leila, é condenar, Presidente Contarato, à morte 73 mil mulheres. Elas vão morrer de câncer de mama porque o Ministério da Saúde vai rastrear só a partir de 50 anos, e os estudos comprovam que 25% das que morrem, o que dá 73 mil mulheres... Elas estão condenadas a morrer se nós não corrigirmos isso aqui, do Ministério da Saúde. Portanto, Leila, eu estou pedindo que você subscreva, que as mulheres... Até que passe por vocês, a gente precisa fazer isso.

Eu estou vindo agora, cheguei de madrugada, porque ontem nós inauguramos, lá no FCecon, o hospital de câncer, o Centro Avançado de Prevenção ao Câncer do Colo do Útero. No meu estado, ainda morrem, Leila, 23 mulheres por mês. Era um sonho da Dra. Mônica Bandeira esse centro, era um sonho do diretor, e a gente colaborou para isso.

Então, nós estamos, Contarato, no mesmo campo, com assuntos meio distintos, mas na luta.

Quero lembrar também que este Parlamentar, que tem uma mulher, que tem quatro filhas, que tem seis netas, cuida também disso e está preocupado com essa área.

A gente tem uma lei, Contarato, Jaques, que ainda não foi implementada – já tentei no Ministério da Educação –, que é uma lei já sancionada em 2021 e que coloca na grade transversal do ensino brasileiro o tema violência contra mulher. Só falta implementar. Eu venho cobrando, Contarato, desde 2021. Está aprovada, é uma lei de nossa autoria.

Portanto, eu devo dizer que, enquanto as mulheres não ocupam o seu lugar aqui – devem e têm que ocupar –, nós vamos ter que fazer e preencher um pouco esse vazio. Está bom? Estamos juntos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra à Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Primeiro, quero agradecer a sensibilidade. Muitas vezes, a gente, enquanto mulher, fica um pouco... Digamos, o dia a dia é um pouco frustrante, porque parece que nós mulheres falamos só para nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmas. É muito desafiador. Claro, nós temos aqui dois, três exemplos de homens que eu tenho certeza de que acompanham e veem com muita sensibilidade a pauta feminina, mas, mais do que celebrar, como você falou, o Dia da Mulher, no dia 8 de março, ou o Mês da Mulher, em que se trata de muitas temáticas envolvendo a mulher, eu quero falar de um ponto muito crucial neste debate, que é a questão do feminicídio, da banalização da vida das mulheres no nosso país. Só para você ter uma ideia, nesses últimos quatro, cinco anos, nós tivemos um aumento – pasmem! – de 110% de número de feminicídio em todo o nosso país – assim, 110%. Nós estamos falando de mulheres e de meninas que foram simplesmente assassinadas – e, na maioria das vezes, pelos seus companheiros, pelos ex-companheiros, por um parente – pela simples condição de serem mulheres, por esses algozes não saberem escutar um não.

Nós falamos muito aqui de autonomia das mulheres, que as mulheres precisam ser empoderadas, que as mulheres têm que correr atrás dos seus espaços, mas, quando a mulher se impõe e diz não para essa sociedade, a resposta que vem é justamente desta forma: agressão física, agressão psicológica, agressão patrimonial e feminicídio. É lamentável que, no século XXI, a gente ainda esteja dentro desta Casa...

E olha: não é falta de trabalho da Bancada Feminina, porque antes... Eu estou Líder da bancada hoje; me antecederam outras três grandes Senadoras – Simone Tebet, Eliziane Gama e Daniella Ribeiro. Nos seis anos em que eu estou, nós estamos tratando anualmente de penas, dessa rede de proteção às mulheres, tratamos de orçamento para o Fundo Nacional de Segurança Pública, que trata das ações de combate à violência à mulher, e nós não estamos avançando na diminuição, muito pelo contrário.

Então, fica aqui uma reflexão não só às mulheres, à pauta da mulher, mas a uma sociedade, e eu vou te dizer claramente: os homens desta sociedade, da nossa sociedade estão doentes. Eles não estão aceitando – não estão aceitando – as mulheres buscarem a sua independência, a sua autonomia, as mulheres dizerem não, as mulheres, enfim, falarem sobre seus corpos, comandarem os seus corpos, comandarem o que elas querem ser na vida. Enfim, é estarrecedor estar, hoje, aqui, iniciando os nossos trabalhos legislativos e olhar as estatísticas.

Então, eu peço, encarecidamente, não só à bancada, não só às Parlamentares, que a sociedade, de um modo geral, faça uma reflexão comportamental. Nós estamos passando... E é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais do que ações, é uma questão educacional. Nós precisamos rever grade curricular, nós estamos precisando revisitar, no ambiente escolar, as questões de direitos e deveres de homens e mulheres.

Como o senhor falou, o brasileiro, a grande maioria, não entende, não sabe o que está na nossa Constituição. Mas, se nós implementarmos na grade curricular das escolas, talvez nós tenhamos avanços, não na nossa geração, mas eu me preocupo com o meu filho, que tem 14 anos, eu me preocupo com as futuras gerações dos homens que virão e, principalmente, das mulheres, que estão por enfrentar mercados de trabalho, enfim, constituir família, que estão chegando aí, que estão amadurecendo, e é importante que os seus direitos sejam, de fato, respeitados e valorizados não só nesta Casa, mas na sociedade.

Eu quero agradecer aí as falas de todos, e fica esse meu desabafo. Hoje eu vou para o Plenário. Eu preciso falar, eu preciso verbalizar a minha angústia, e eu sei que esta minha angústia não é só da Senadora Leila ou da bancada no Senado ou na Câmara, é uma angústia de todas as mulheres do país, porque, enquanto eu estou aqui fazendo esse belo discurso, com o Senador Fabiano e o Senador Plínio, mulheres estão sendo assassinadas, mulheres estão sendo subjugadas, estão sendo ameaçadas, estão sendo violentadas, e nós temos que reagir.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora Leila.

Mais uma vez, parabéns a todas as mulheres.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Beto Faro, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2088, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de março de 2025.

Comunicados.

Comunico a abertura de prazo para apresentação, para membros da CMA, de sugestões à Comissão nos termos do art. 96-B, via requerimento, de proposta de avaliação de políticas públicas para este ano 2025. Faremos a escolha na reunião deliberativa prevista para 1º de abril, em atenção aos dispositivos regimentais.

Comunico ainda que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Aviso 191 - GP/TCU, que encaminha cópia do Acordão 426, de 2025, relativo ao projeto sob relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, sobre atividade de fiscalização e estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, autarquia federal criada com a finalidade de monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos da Política Nuclear Brasileira e diretrizes do Governo Federal.

– Mensagem eletrônica que encaminha convite a esta Comissão de Meio Ambiente para acompanhar a audiência pública judicial designada nos autos de ação civil pública da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, com o intuito de debater providências para garantir mobilidade, segurança e acessibilidade a pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência na travessia do Eixo Rodoviário e dos Eixos L e W de Brasília, conhecidos como Eixão e Eixinhos, respectivamente. O convite a esta e às demais Comissões da Câmara e do Senado decorre do fato de ser o Distrito Federal uma unidade federativa impactada pela presença dos órgãos da União e em razão dos impactos de eventuais obras e ações de adequação sobre meio ambiente, ordenamento territorial e tombamento da capital do país. O convite será encaminhado a todos os membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ofício 1.259, da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que informa a aprovação de Moção de Apoio ao Projeto de Lei 1.874 em reunião do Fórum Nacional de Economia Circular, instituído pela Portaria 309, de 13 de setembro de 2024, e criado pelo Decreto 12.082, de 2024. A aprovação do referido projeto de lei é apontada pelo Fórum como significativamente relevante para a competitividade da indústria, a geração de empregos verdes e a descarbonização da economia no Brasil. O PL 1.874 foi proposto por esta Comissão de Meio Ambiente no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum da Geração Ecológica. Encaminharemos o documento à CAE, onde a matéria se encontra, para inclusão no processado para conhecimento e análise do Colegiado.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de março de 2025.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Anuncio o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2088, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 22/05/2024 e 04/12/2024, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, para a leitura do seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senador Contarato, Presidente desta Comissão de Meio Ambiente.

Caros colegas aqui presentes, Senador Jaime Bagattoli, Senador Zequinha Marinho, vou ler aqui o parecer, o relatório do Projeto 2.088, de 2023, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

Presidente, eu peço para passar a leitura para a análise do projeto.

Penso ser importante registrar, de início e muito brevemente, o contexto internacional em que se insere o projeto em causa. Ele responde, em larga medida, pela iniciativa do autor, bem como ajuda a compreender os motivos que levaram à sua apresentação.

Dessa forma, observo que o sistema de comércio multilateral, supervisionado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995, está praticamente paralisado. Após passar por período virtuoso, que englobou os 30 anos desde a queda do Muro de Berlim, a entidade experimenta a suspensão das atividades do órgão de apelação do seu sistema de solução de controvérsias, em especial desde o ano de 2020. Esse contexto afasta a possibilidade de um terceiro isento apreciar recursos em disputas comerciais e determinar sanções contra eventuais transgressores das normas internacionais aplicáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quadro descrito tem estimulado a adoção de medidas coercitivas e punitivas para estabelecer barreiras comerciais a outros países. Nesse sentido, a União Europeia tem sido fértil em impor a seus parceiros comerciais a adesão de suas metas ambientais (a chamada lei antidesmatamento da União Europeia). Essa forma de proceder, no entanto, está fortemente apoiada em um protecionismo disfarçado. O bloco europeu aproveita-se da paralisia do mecanismo de solução de controvérsias da OMC para compelir o cumprimento de seus padrões ambientais a determinados países do mundo. Não se trata de uma verdadeira lei antidesmatamento, mas, antes, de um regramento que impõe uma série de obrigações para a comprovação da origem de um produto, o que torna muito oneroso exportar à União Europeia.

No ponto, destaco que a agenda ambiental merece tratamento sério e respeitoso por todos. E mais: comércio e meio ambiente não são excludentes. Em realidade, eles devem cada vez mais se apoiar mutuamente. Entretanto, não se pode tolerar protecionismo camuflado contrário às regras do comércio internacional. O risco de medidas protecionistas se espalharem pelo mundo sob a pauta da sustentabilidade é assunto que preocupa os brasileiros, sobretudo diante do atual panorama do comércio internacional. E essa preocupação é tanto mais elevada quanto mais nos damos conta de que produtos brasileiros do agronegócio estão entre as principais vítimas dessa prática.

Diante da impossibilidade de se recorrer, no momento atual, ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC e à vista da real possibilidade de aplicação unilateral de barreiras comerciais a produtos do nosso agronegócio, o Senador Zequinha Marinho propôs o projeto em análise. Como visto, o PL em questão objetiva, em derradeiro exame, adotar procedimento análogo, à maneira de reciprocidade de tratamento, aos países e blocos econômicos que queiram impor padrões ambientais fixados unilateralmente e que escondem verdadeiras barreiras comerciais.

Acontece que, como ficou evidenciado nas audiências realizadas, o projeto, tal como elaborado, apresenta alguns desafios. Nesse sentido, a proposição busca, de tal ou qual forma, aplicar tratamento semelhante ao recebido. Sendo assim, ela afronta, por igual, as regras do sistema de comércio internacional geridas pela OMC. Esse contexto acarretaria imenso desconforto para nosso país. Essa organização é a pedra angular do sistema de comércio multilateral baseado em regras e em relação ao qual o Brasil tem tido uma participação e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento exemplares. Ademais, o emprego da reciprocidade de tratamento no âmbito comercial deve ser considerado caso a caso e sempre com muita cautela. Do contrário, ele poderia levar a uma espiral retaliatória recíproca com possíveis efeitos para outros setores produtivos.

Outro aspecto a ponderar é o fato de que a situação que o projeto busca responder está mais no âmbito da política de defesa comercial do que propriamente na esfera ambiental. Muito embora o pano de fundo alegado seja o meio ambiente, a normativa do bloco afigura-se como verdadeiro obstáculo ao comércio multilateral. Nesse sentido, ela se apresenta para qualquer observador honesto como verdadeiro protecionismo disfarçado. Cuida-se de barreira comercial, e, dessa forma, merece ser enfrentada. Desse jeito, a PNMC não é o lugar mais adequado para tratar do assunto. O tema está, assim, mais próximo das atribuições dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e das Relações Exteriores (MRE).

Para além disso, devemos considerar o fato de que o Brasil acreditou e acredita no sistema da OMC para resolver dificuldades no âmbito do comércio multilateral. Dele se beneficiou e se beneficia, exportando produtos agropecuários para o mundo todo. Ocorre que a organização se encontra paralisada no seu sistema de solução de controvérsias e que existe um vácuo legislativo no nosso ordenamento jurídico para enfrentar situações como as descritas.

Isso posto, e considerando que nossa legislação não conta com norma destinada a tratar de barreiras comerciais a bens e produtos brasileiros, bem como as observações e sugestões feitas nas audiências públicas realizadas para instruir a matéria, solicitei, nas conversas mantidas com o Itamaraty, que fosse delineado mecanismo normativo pautado pela clareza da reação, elaborado de maneira a adotar mecanismo crível de combate à barreira comercial, concebido tendo em vista as atribuições tanto do MDIC quanto do MRE e formulado de maneira compassada de modo a deixar aberto espaço para negociação, tendo em vista que o objetivo não é punir o parceiro comercial, mas resolver o problema da melhor forma possível, garantindo o acesso dos produtos brasileiros no exterior.

Ante o exposto, apresento emenda à proposição sob forma de substitutivo. A emenda é composta por 12 artigos.

O art. 1º estabelece critérios para a suspensão, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intelectual em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional de bens e produtos brasileiros.

O dispositivo seguinte estabelece a aplicação da lei nas hipóteses de adoção, por país ou bloco econômico, de ações, políticas ou práticas que: interfiram nas escolhas soberanas do Brasil; violem ou sejam inconsistentes com acordos comerciais de que o Brasil seja parte; configurem medidas unilaterais com base em requisitos ambientais mais onerosos do que os padrões de proteção adotados em nosso país. Na sequência, o parágrafo único do art. 2º indica os critérios legais a serem observados para a caracterização do item.

Já o art. 3º faculta ao Conselho Estratégico da Camex (CEC) a adoção de contramedidas na forma que especifica. O dispositivo estabelece ainda a possibilidade de aplicação de contramedidas em diferentes esferas (restrição às importações de bens e serviços; suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual). Dessa forma, a possibilidade de retaliação cruzada torna crível a contramedida eventualmente aplicada. O artigo em causa tem, por igual, o cuidado de estabelecer que as contramedidas devem ser proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações política ou práticas previstas (§2º). O texto prescreve também que a adoção de contramedidas deve buscar minimizar o impacto sobre a atividade econômica, bem como evitar ônus e custos administrativos desproporcionais.

Adiante, o art. 4º versa sobre consultas diplomáticas, que devem ser coordenadas pelo MRE tendo em mira mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas de que se ocupa a lei em questão.

Na sequência, o art. 5º estabelece que as etapas para implementação do previsto nos arts. 2º e 3º serão fixados em regulamento que preveja consultas públicas, manifestação das partes interessadas, prazos para análise do pleito específico, bem assim sugestão de contramedidas.

O art. 6º contempla a possibilidade de adoção provisória de contramedida pelo CEC.

O art. 7º prescreve que a Camex estabelecerá os mecanismos de monitoramento periódico dos efeitos das contramedidas e da evolução das negociações diplomáticas, visando mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas de que trata a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 8º autoriza o CEC a alterar ou suspender as contramedidas tendo em consideração o monitoramento e as negociações previstas no artigo anterior.

Adiante, o art. 9º altera a Lei nº 14.195, de 26 de agosto, para acrescentar ao seu art. 10 o §1º-A.

O art. 10 da emenda, por sua vez, modifica a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, para acrescentar ao art. 2º o §5º-A.

Já o art. 11 muda a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para acrescentar ao art. 33 o §4º-A.

Referidas modificações objetivam adequar legislações específicas para eventual retaliação por meio de "licenças de importação", "Cide-remessas" e "alíquota da Condecine".

O art. 12 contempla a cláusula de vigência.

Por fim, enalteço a meritória iniciativa do Senador Zequinha Marinho, que proporcionou com sua iniciativa o debate do assunto no âmbito do Senado Federal.

Voto.

Diante das considerações anteriormente apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.088, de 2023, de manifesta utilidade para a defesa dos interesses comerciais do país, na forma do seguinte substitutivo:

> [...]
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) e em coordenação com o setor privado, em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.
> Art. 2º Esta Lei aplica-se na hipótese de adoção, por país ou bloco econômico, de ações, políticas ou práticas que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – interfiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil, procurando impedir ou obter a cessação, modificação ou adoção de um ato específico ou de práticas no Brasil, por meio da aplicação ou da ameaça de aplicação unilateral de medidas comerciais, financeiras ou de investimentos;

II – violem ou sejam inconsistentes com as disposições de acordos comerciais, ou, de outra forma, neguem, anulem ou prejudiquem benefícios ao Brasil sob qualquer acordo comercial;

III – configurem medidas unilaterais com base em requisitos ambientais que sejam mais onerosos do que os parâmetros, normas e padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil.

Parágrafo único. Para a caracterização do disposto no art. 2º, III, serão considerados:

I – as respectivas capacidades do país ou do bloco econômico, nos termos do Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017;

II – os seguintes parâmetros, normas e padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil:

a) a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro);

b) as metas estabelecidas na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudança Climática;

c) as metas estabelecidas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente;

d) os compromissos nacionalmente determinados no âmbito do Acordo de Paris;

e) os atributos específicos do sistema produtivo brasileiro, tais como a elevada taxa de energia renovável nas matrizes elétrica e energética, ou ainda particularidades e diferenciais ambientais brasileiros; e

f) outros requisitos ambientais aplicáveis.

Art. 3º O Conselho Estratégico da Camex (CEC) está autorizado a adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual e de outras obrigações previstas em qualquer acordo comercial do País, nos termos desta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º As contramedidas previstas no *caput* podem incluir, de forma isolada ou cumulativamente:

I – a imposição de direito de natureza comercial incidente sobre importações de bens ou de serviços do país ou bloco econômico avaliado;

II – a suspensão de concessões ou de outras obrigações do País relativas a direitos de propriedade intelectual, nos termos dos arts. 2º a 8º da Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010;

III – outras medidas de suspensão de concessões ou de outras obrigações do País em quaisquer acordos comerciais de que o Brasil faça parte.

§2º As contramedidas previstas no *caput* deverão ser, na medida do possível, proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações, políticas ou práticas, previstas no art. 2º.

§3º Sem prejuízo do disposto no §2º, a adoção das contramedidas previstas no *caput* deverá buscar minimizar seu impacto sobre a atividade econômica e evitar ônus e custos administrativos desproporcionais.

Art. 4º Consultas diplomáticas, coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores, serão realizadas com vistas a mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas de que trata esta Lei.

Art. 5º As etapas para a implementação do disposto nos arts. 2º e 3º serão estabelecidas em regulamento, que deverá prever, entre outros:

I – a realização de consultas públicas para a manifestação das partes interessadas;

II – a determinação de prazos para análise do pleito específico; e

III – a sugestão de contramedidas.

Art. 6º Em casos excepcionais, fica o CEC autorizado a adotar contramedida provisória, válida ao longo da realização das etapas de que trata o art. 5º desta Lei.

Art. 7º A Camex estabelecerá mecanismos para monitorar periodicamente os efeitos das contramedidas adotadas com fundamento nesta Lei e a evolução das negociações diplomáticas com vistas a mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas de que trata esta Lei.

Art. 8º O CEC está autorizado a alterar ou suspender as contramedidas previstas no art. 3º, levando em consideração o monitoramento e as negociações de que trata o art. 7º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 9º Não se aplica o disposto no §1º do art. 10 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, na hipótese excepcional em que a proposta de edição ou de alteração de ato normativo preveja a imposição de licenças ou de autorizações como requisito para importações e decorra de decisão do Conselho Estratégico da Camex fundamentada nesta lei.

Art. 10 A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil poderá adotar alíquota distinta da que trata o §4º do art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, em razão de decisão do Conselho Estratégico da Camex fundamentada nesta Lei.

Art. 11 A alíquota de que trata o §2º do art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, poderá ser alterada em razão de decisão do Conselho Estratégico da Camex fundamentada nesta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Quero, neste momento, parabenizar a proposição do autor, Senador Zequinha, ao passo que também saúdo o brilhante relatório da Senadora Tereza Cristina.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Na verdade, é um projeto de lei que não deveria estar sendo discutido, porque as nações são soberanas, e eu não posso invadir a nação do vizinho para impor meus pontos de vista, minhas exigências. Acho que o bom senso seria os países respeitarem a legislação dos outros e, enfim, tocarem o barco. Mas a questão comercial fala mais alto e, à medida que um país entra com muita força na economia do outro, com produtos competitivos em termos de preço e qualidade, lá vem a confusão. E aí procura-se jeito, de um jeito ou de outro, de segurar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

avanço. Todo mundo sabe que o Brasil tem sido bem-sucedido: de importador de alimentos, há não muito tempo, para um grande exportador. E jamais, lá fora, querem admitir nossa sustentabilidade.

Eu queria, Presidente, só ponderar para os colegas, lembrar... É igual a chover no molhado, mas não vai mal; todo mundo já sabe disso, mas quero só repetir. Nós temos o Código Florestal mais rígido, mais duro do mundo. Ninguém tem isso. Para o senhor ter uma noção, a média da área de pousio – aqui se aqui chama reserva legal, lá fora se chama pousio –, principalmente na Europa, da área de descanso, é 4%. A nossa menor aqui, dependendo do bioma, o campo, é 20%. A nossa segunda é 35% da área. E a última, na Amazônia florestal, floresta densa, é 80%, o que inviabiliza qualquer tipo de atividade: você compra mil hectares, usa 200. Só se a tecnologia realmente for muito, muito boa, para você poder produzir e sustentar os 80% que estão ali reservados.

Então, é muito interessante a gente levar isso em conta, porque, lá fora, pouco tempo atrás, a Comissão Europeia recomendou, por exemplo, que a França e outros países deveriam aumentar esse percentual de área legal, de reserva legal, de 4% para 7%. No dia seguinte, ninguém andava na França, nem nos vizinhos ali, porque os agricultores encheram as estradas de tratores atravessados no asfalto, para impedir, dizendo "nós não damos conta disso".

Então, se o debate é quem desmata mais ou quem desmata menos, a pergunta é: quem reserva 20% desmata mais ou desmata menos do que quem reserva 4%?

Segundo, quem reserva 35% da sua área preserva mais ou preserva menos do que quem reserva 4% até chegar aos 80%? Quer dizer, a pergunta é inócua, porque quem reserva 4% desmata 96%; quem reserva 20% desmata só 80%; quem reserva 35% desmata só 65%; quem preserva 80% desmata 20%. Então, sinceramente, eu não vejo por que essa turma quer que a gente...

Nós entendemos que há crime. Aqui e acolá, as terras públicas são lamentavelmente usadas porque, meu Senador Líder Jaques Wagner, terra tem que ter CPF ou CNPJ; senão, a turma vai para cima, comete todos os tipos de absurdo e depois cai fora. Ninguém assume a paternidade do mal ou do crime. Então a gente precisa organizar a questão da regularização fundiária deste país e fazê-la ser respeitada, porque, senão, é enxugar gelo a vida toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse era um ponto, Presidente, que eu queria colocar.

O segundo ponto, para constatar a nossa sustentabilidade, é: qual é o país da Europa que tem mais de 10% de vegetação original na cobertura do seu território? Nenhum. O Brasil tem 66%. Quer dizer, além de a nossa reserva legal ser exorbitante em relação à deles, a cobertura de vegetação original é incomparável. Eles não chegam a 10%, a gente chega a 66%. De reservas públicas florestais – não estou falando de reserva de deserto, como nos Estados Unidos e em outros –, só das públicas, nós temos um pouquinho mais de 30% de Governo Federal, governos estaduais e até governos municipais. Lá eles não têm e nunca terão isso. E por que nós é que temos que parar de produzir porque não estamos fazendo a coisa certa?

Dentro disso vem a questão da reserva indígena. V. Exa., que está aqui todo dia discutindo isso, sabe que 14,1% do território brasileiro está destinado, homologado aos nossos indígenas. Morando na zona rural, nós temos, segundo o IBGE, em torno de 500 mil índios. Sabe quanto é que dá 14,1% num território do tamanho do Brasil? Dá 1,2 milhão de quilômetros quadrados. É muita terra. Graças a Deus, nossos índios estão muito bem aldeados. Caberia dez vezes mais o número de índios que temos, mas é ótimo. Então esse item aí também eles não têm. Pergunte lá se ainda existe algum índio por lá e o que eles têm de áreas reservadas pelo Governo para eles. Não tem.

Vamos para outro item que também é muito importante na questão ambiental. Nós temos quase 90% da nossa matriz energética limpa. Certo? Limpa, enquanto muita gente na Europa está queimando carvão mineral para produzir energia, Senadora Tereza. Lamentavelmente, a Alemanha até abandonou a agenda porque estava comprometendo a economia. Perderam, nos últimos três anos, 35% da produção industrial e aí tiveram que retomar, porque senão o país ia para o "pau" na sua economia. E hoje se devasta a floresta porque tem carvão mineral debaixo. Você engole vilas... Por exemplo, com uma família muito conhecida que é unanimidade na Alemanha, que é a família Schumacher, do grande corredor que lamentavelmente está naquela situação, onde eles moravam virou mineração de carvão, foi embora. Por quê? Em nome da sobrevivência econômica do país. Não é o nosso caso aqui – não é o nosso caso. Nós temos quase 90% de matriz limpa. Por que nós estamos pecando que temos que nos submeter a tanto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, para concluir, quando se trata do tal passivo ambiental de CO_2 no espaço, o gás de efeito estufa e tal, quem é que encabeça a produção desse passivo? A China, com mais de 30%. E cadê a China no debate ambiental? Em segundo, depois da China, os Estados Unidos, porque, claro, foram quem se industrializou mais cedo, quem desenvolveu mais cedo a sua indústria. Cadê os Estados Unidos no debate, na agenda? Também não temos. Mas nós é que somos os grandes vilões? – pelo amor de Deus!

Tem um ditado popular lá no interior em que eu nasci, que eu não posso repetir aqui, mas é muito engraçado isto: "um faz e o outro leva a fama", não é? Paciência com isso.

China, Estados Unidos, União Europeia – que é a santa, correto? –, depois a Índia, e aí você desce o dedo na lista, e na lista cadê o Brasil, cadê o Brasil? Não dá 2% do nosso passivo, né? Nossa indústria é muito pequena, um país muito vasto, enfim...

Então, meu Presidente, eu queria realmente que esse negócio fosse sério. O senhor se lembra que na COP lá de Paris, que é muito lembrada, o Acordo de Paris, foi combinado que os ricos, os países ricos, destinassem recursos para ir mudando a matriz produtiva dos países, para diminuir a emissão do gás que tem efeito estufa. Nós vamos fazer a COP 30 – que, por incrível que pareça, será no Pará –, e cadê o dinheiro? Passaram-se 15 COPs e esse dinheiro nunca apareceu, né? Nunca apareceu. É claro que, se aparecesse esse dinheiro para o Brasil, a gente com certeza, de forma estratégica, se o Governo abrir para discussão, o povo da Amazônia tem condição de discutir e de sugerir medidas boas. A Amazônia é riquíssima em produtos, em ativos, em princípios ativos para a questão farmacológica, para a indústria do fármaco. Não resta dúvida, mas isso depende de muito investimento em pesquisa. Depois da pesquisa, a gente também depende de tecnologia, pois como é que eu vou extrair o remédio? Como é que eu vou extrair o cosmético? Como é que eu vou extrair a perfumaria?

Tudo isso é muito rico, mas, como eu já disse, depende do investimento na pesquisa e na tecnologia, para eu poder ter alguma coisa em mão e passar ao mercado para preparar isso, comercializar e dar retorno, principalmente. Eu não estou falando aqui daqueles que têm condições de produzir, mas daqueles que moram na floresta. Não dá para viver catando semente na floresta, porque a renda que isso traz já experimentamos; não dá para a sobrevivência de duas, três pessoas, quanto mais de uma família numerosa como é a família do interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha reflexão sobre isso era para dizer que o projeto relatado tão bem pela nossa Senadora Tereza Cristina, da nossa autoria, é para contribuir para que nosso país tenha uma carta na manga na hora de sentar-se à mesa da negociação com relação à questão climática. E a gente sentar como país e não como uma colônia só para dizer "amém", "sim, senhor" – "amém", "sim, senhor". A gente precisa dizer: "Aqui, no meu país, a gente, todo dia, trabalha para fortalecer a sustentabilidade". E não podemos aceitar uma invasão gratuita desse tipo de imposição. Todo mundo sabe que essa camisa é ambiental, mas que o produto é comercial. Não tem ninguém criança aqui ou ingênuo, porque coisa que deveria estar sendo discutida na OMC e tal, não, está sendo discutida aqui, sob o manto da questão ambiental. E, se fosse verdade, a gente não teria as decepções que a gente tem na Amazônia de ONGs que se dizem ambientalistas, financiadas por eles lá para atuar aqui, e que, lamentavelmente, na hora em que se toma uma medida para ajudar o meio ambiente, são contra ela.

Sabe, meu Líder, eu me decepcionei com o ISA (Instituto Socioambiental) – é bom dar nome a esse boi, correto? O ISA gastou R$11 milhões para trabalhar contra as audiências públicas da Ferrogrão, uma ferrovia que liga Sinop, no Mato Grosso, a Miritituba, no Pará, Município de Itaituba. A redução, pelo relatório do Ministro Alexandre de Moraes, está lá, quando ele fez uma defesa, porque ajuizaram – a briga é de tudo quanto é lado, vai embarrar na Justiça. A economia de emissão de CO_2 da rodovia para a ferrovia, naquela situação lá, é de 77%. E como é que eu sou uma ONG ambientalista e sou contra isso? Ah! Eu estou ficando idoso, meio careca – né? –, feio, e assim por diante, menos otário, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, por gentileza, eu só pediria que o senhor pudesse concluir o raciocínio...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já estou concluindo. Estou só fazendo o arremate.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Depois a gente poderia caminhar para a votação, por gentileza.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só gostaria de dizer aos senhores todos que nós queremos ajudar o Governo com uma legislação em que ele possa dizer: "Olha, nós somos assim! Nós precisamos discutir também com o que é que você vai colaborar". A questão ambiental não interessa só para o Brasil, interessa para o mundo, e o Brasil precisa também se interessar pela questão ambiental mundo afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra a Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Primeiro é a Senadora Margareth.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Eu queria só pedir, se possível, que se pusesse em votação...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A votação será simbólica, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Ah, então está bom!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E ela será nominal na CAE.

Com a palavra, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Só quero parabenizar o Zequinha Marinho pela proposição e a Senadora Tereza Cristina pelo relatório. Exigir reciprocidade e respeito aos nossos produtores não é retaliação, é justiça. Nós já estamos na terceira guerra mundial, e essa guerra é comercial. É isso que existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá em 2023, quando a União Europeia aprovou a lei que proíbe a importação de produtos vindos de áreas de desmatamento, afetando diretamente o nosso agronegócio, que é a tal moratória da soja e afetou muito o Mato Grosso, nós nos posicionamos, nós protestamos, mas faltava ferramenta legal.

E é isso que você está fazendo, Tereza Cristina, dando uma ferramenta legal para que a gente possa realmente responder na mesma moeda àquilo por que sempre fomos atacados: fomos atacados por defender o espaço de investimentos e empregos aqui no Brasil.

Está certo o Zequinha Marinho quando fala que nós realmente temos uma matriz limpa, e a nós é apontado o dedo de quem desmatou tudo, de quem tirou tudo. E agora querem ditar a regra aqui para nós. Isso a gente não pode aceitar.

Então, parabéns, Tereza; parabéns, Zequinha. Eu sou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora Margareth.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Presidente, Senador Fabiano Contarato, que é Presidente desta CMA; quero cumprimentar aqui o Senador Zequinha Marinho por esse PL de suma importância para os produtores brasileiros e para os nossos exportadores.

Com essa bela relatoria da nossa Senadora Tereza Cristina, quero dizer para você o que o Zequinha Marinho já citou, falou quase tudo sobre essa situação nossa do Brasil: não existe país nenhum que tenha a sua vegetação intacta de praticamente 65%, entre reservas indígenas... Só o nosso produtor rural brasileiro preserva mais de 30% do território nacional. Então, o que a OMC (Organização Mundial do Comércio) está fazendo não é sobre a questão ambiental, de dizer que, a partir de 2020, não aceita mais desmatamento. Nós temos o nosso Código Florestal, nós temos o Código Florestal mais rígido do planeta, nós só queremos que obedeçam ao nosso Código Florestal. Nós já mudamos, nós alteramos de 50% para 80% de preservação na Amazônia. Agora, não podemos admitir que nem com os 20%... Daqui a pouco ninguém vai comprar, que é o caso da moratória da soja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igual o nosso Senador Zequinha Marinho falou: quem tem uma fonte de energia mais limpa do planeta do que a nossa? Energia solar, energia eólica, energia hidráulica. Ontem até eu estava assistindo a uma matéria, desculpa, a uma reportagem, dizendo que a Usina Hidrelétrica de Itaipu, quando chega às 5h da tarde, entre as 17h e as 19h, que é quando a energia solar vai perdendo capacidade de geração e entra a hidráulica, entra funcionando com maior capacidade, tendo os reservatórios de água. Olha, nós temos... O melhor país do mundo é o Brasil.

Agora, Presidente desta Comissão, é uma coisa independente, vamos esquecer essa questão de sigla partidária, de centro, de direita, de esquerda, quem está lá: nós temos que pensar neste momento no Brasil, no nosso país, nesses 203 milhões de pessoas que nós temos aqui, nesses agricultores que estão sendo sacrificados pelo país afora, principalmente os pequenos produtores – e olha a nossa competência de produtividade.

A Senadora Tereza está aqui com um projeto. Há tempo, nós batalhamos para fazer um seguro rural, para nós termos mais garantia, para ter um juro talvez mais barato para acesso, para ter garantia aos pagamentos, aos bancos, porque nós sofremos um fator climático, ora seca, ora muita chuva, entendeu? Então, nós somos... Da porteira para dentro, nós somos... Não tem quem ganhe de nós. Agora, nós não podemos ser retaliados tanto, da forma como isso é feito pelos países lá fora.

E, para terminar, quanto a isso que o Senador Zequinha Marinho falou, eu peço ao Supremo Tribunal Federal rever rapidamente essa história, essa questão da ferrovia, da Ferrogrão. É um absurdo. Nós vamos diminuir a poluição nossa, porque você veja bem: uma ferrovia, uma locomotiva, dois motores de locomotiva levam o equivalente a praticamente 180, 200 caminhões.

Então, nós precisamos ver o Brasil à frente, nós precisamos... O nosso país é produtivo e o nosso país é eficiente na produção, desde a produção primária.

Obrigado, Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Rapidinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra a Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – É muito rápido, só lembrando que nós estamos falando, tratando também aqui na Comissão de Meio Ambiente de pauta econômica, que é a questão da proteção da nossa produção, e a gente sempre tratou isso de forma muito responsável aqui, entendendo também que é importante, quando nós falamos aqui – e vejo muitos de nós enchendo a boca para falar – da nossa matriz limpa, do percentual da vegetação nativa, que ainda é relevante, saber que isso se deve muito justamente à legislação que temos, que é robusta, que é responsável. E nós temos um compromisso dentro desta Comissão de mantê-la intacta, revendo-a, claro, revendo-a sempre, mas entendendo que, se a economia, a nossa economia na produção de grãos é relevante, se hoje nós ainda temos algumas dificuldades na questão do desmatamento, que é um ponto que para nós é um grande desafio, a pauta ambiental tem que ser tratada dentro desta Comissão com muita responsabilidade.

Eu só gostaria de reforçar isto: a gente fala de economia, nós falamos muito, enchemos a boca e nos enchemos de orgulho para contra-argumentar em muitos dos nossos debates, mas entendendo que tudo isso só acontece graças a essa legislação existente, com a responsabilidade com que este Congresso Nacional sempre tratou a questão ambiental.

É isso, Sr. Presidente, parabenizando a nossa Relatora, Senadora Tereza. A Senadora Tereza, sempre com muito bom senso, muito técnica, muito preparada, tem uma absoluta tranquilidade. Quando nós temos algumas pautas aqui que são polêmicas, que vêm – né, Senadora? – e inflam os dois lados, a Senadora Tereza, sempre com seu bom senso e com seu lado feminino também, traz equilíbrio a esse debate.

Então, parabéns à Senadora e ao Senador Zequinha pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A matéria...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Encerrada a discussão...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu pedi para V. Exa. Só um minutinho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – O Presidente está acelerado. Ele quer votar a matéria para dar menos trabalho.

Presidente Fabiano, colegas Senadores e Senadoras, a minha manifestação apenas é para cumprimentar aqui o Senador Zequinha Marinho, como também a Ministra, a Senadora Tereza Cristina. Belo projeto e bela relatoria!

Feito isso... Praticamente são *experts* no assunto o Bagattoli, a Tereza, o Zequinha, a Leila e a própria Margareth, mas eu não posso deixar de manifestar que a maneira que eles colocaram aqui retrata a verdade da situação brasileira.

Eu tive a primazia, Senador Fabiano, de ser membro titular quando fomos elaborar o Código Florestal brasileiro. Foi um código construído por várias mãos e certamente um dos melhores códigos florestais do mundo. Não existe igual ao nosso aqui. Mas, lamentavelmente, o que dá para se perceber é que isso virou não só uma guerra comercial, pela competitividade que nós, com certeza, fazemos em relação a outros países... Aqui, Zequinha citou os Estados Unidos, os países da Europa, Alemanha, etc.

O Brasil é um país abençoado por Deus. Temos terras férteis, subsolo rico e, sobretudo, bom clima, que nos permite fazer essa produção agrícola hoje de forma sustentável. Ninguém é irresponsável, muito menos o produtor rural brasileiro. É óbvio e evidente que nós sofremos com algumas situações.

Quando se fala aqui de desmatamento, nós temos dois órgãos aqui no Brasil que se chamam Prodes e Deter, que são vinculados ao Inpe, que faz essa fiscalização, baseado, naturalmente, nas ferramentas que ele tem lá – sei lá quais são, como dizer para ti? –, e tem condenado, muitas vezes, a área, ou seja, inventa o desmatamento.

No Brasil, ao longo da sua história, sobretudo nos últimos anos, houve, até certo ponto, o empobrecimento daqueles pequenos produtores rurais, o médio e o pequeno, que, muitas vezes, não têm capacidade para manter a limpeza da sua propriedade, dos seus pastos, vamos chamar assim. E, quando ele vai fazer a limpeza, quando ele consegue um financiamento e vai limpar, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão ponderando o que se chama desmatamento. E não é, a bem da verdade, desmatamento. O produtor rural brasileiro tem procurado, naturalmente, tudo o que existe de possibilidade de ferramentas para ele manter essa produção de forma sustentável.

Agora, tem uns fatores climáticos que têm acontecido, os incêndios. V. Exa. sabe muito bem que foi falado aí que foi intencional. Tem as pessoas do mal. No Estado de São Paulo, o senhor viu quantas pessoas foram presas, que estavam incendiando os canaviais lá? Veja o tempo, por exemplo, em Mato Grosso. Você acha que o produtor rural quer queimar a sua propriedade? De maneira alguma. Se ele trabalha na pecuária, ele não quer que queime o seu pasto; caso contrário, vai faltar alimentação para o seu rebanho lá. O senhor acha que um produtor rural quer que queime quando está colhendo o seu milho? O senhor já viu como que faz a colheita do milho, Senador Fabiano? Vou levar V. Exa. para conhecer. Na época da seca – já é seca em fim de julho, início de agosto –, anda a colhedeira colhendo milho com um pipa de lado. Muitas vezes uma faiscazinha daquilo lá se transforma num fogo que é quase impossível você combater. Então tem que ver as dificuldades que existem. E quando não há nada mais, tem os cidadãos que muitas vezes agem de forma irresponsável: basta jogar uma bituca de cigarro na beira da estrada, que isso aí vai para dentro da propriedade e incendeia. O governo não tem capacidade para combater ou o produtor rural não tem condição de combater, e isso gera com certeza toda essa movimentação.

Agora, nós não podemos aceitar as imposições que estão nos fazendo. Acabamos de assistir agora ao Presidente americano, que foi lá e taxou tudo aquilo que eles estão importando. Mas taxou para matar, nós perdemos toda a nossa competitividade. Não é possível o que eles estão fazendo com os países. Lamentavelmente, eles estão vendo só o lado econômico.

Porque, se o senhor for a Portugal ver, Zequinha, lá não tem mais uma árvore do... para derrubar. Eles plantam até dentro do córrego, dentro do rio, eles plantam lá. E perguntam: "O que é APP, que você tem lá no seu país?". Eles não sabem nem o que é APP, vamos ser honestos.

Mas aqui há uma diferenciação muito grande, Senador. Tratam o cidadão que produz, que faz, que leva a boia para a mesa do brasileiro – e temos a porção da exportação, para melhorar nossa balança comercial, para gerar mais emprego – como bandido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter noção, eu fui a Califórnia, no Texas, numa exposição lá em Houston. Lá o produtor rural, Senador Fabiano, é tratado de tal maneira que até a placa do automóvel dele é diferenciada da do cidadão comum. Sabe por quê? Quando o policial vai cercá-lo numa rodovia e vê a placa do carro dele, sabe que é gente trabalhadora: "Esse é um homem que trabalha, é um homem que está no campo produzindo". O tratamento já é diferenciado. Aqui não, aqui é na base da porrada, e agora estão ainda dando mais.

É verdade, vamos ser honestos! É na pancada. Nós temos que reagir! Nós temos que ter nossa soberania respeitada! Não podemos admitir essa possibilidade.

E a lei da reciprocidade, feita pelo Senador Zequinha... Eu quero cumprimentá-lo. E nós temos que votar essa matéria urgentemente, não só aqui: vai lá para a CCJ, para o Plenário e depois acaba.

Obrigado, Senador.

Eu tinha que fazer essa manifestação, porque eu me sinto, muitas vezes, indignado...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu vou encerrar a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Com a palavra o Senador Beto Faro; a Senadora Tereza Cristina em seguida.

Porque eu tenho uma audiência pública, a diretoria toda da ANA está aqui. Estamos aguardando só em relação a isso. Como a matéria já está consensuada...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Pode tocar, Presidente. Pode tocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senadora Tereza Cristina.

Pode falar, Senadora, por gentileza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E me desculpa, mas...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero agradecer aqui a todos que colaboraram com esse projeto, de iniciativa do Senador Zequinha Marinho, um projeto que começou sob o olhar realmente do aspecto ambiental, porque há muito tempo a gente vem aí sofrendo retaliações, apesar de o Brasil ter um Código Florestal...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Se não for o melhor do mundo, é um dos melhores do mundo. Quero dizer que ele é robusto, mas sobretudo que ele foi votado, foi discutido amplamente, e foi uma decisão dos brasileiros, deste Congresso, votar esse Código Florestal. Portanto, nós precisamos persegui-lo e fazer com que ele permaneça ainda por muito tempo, por ser uma grande política de regularização ambiental.

Então, posto isso, esse projeto não pôde ficar só no âmbito ambiental. Nós o expandimos também, até porque a gente tem vivido grandes mudanças no mundo, depois da pandemia, e os países estão olhando mais para dentro, estão se fechando mais. Hoje, nós temos uma guerra comercial posta no mundo. E o Brasil precisa de mecanismos para se defender.

Então esse projeto foi feito a várias mãos. Eu acho muito engraçado porque, de vez em quando, comentam: "Ah, mas o autor e a Relatora são de oposição ao Governo, e o Governo está a favor do projeto?". Sim, porque o fizemos a quatro mãos, é um projeto para o Brasil, não é um projeto de oposição ou de situação; é um projeto que traz uma segurança para o Brasil poder defender os seus produtores, sejam eles rurais, industriais, enfim, de alta tecnologia... O Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisava de um mecanismo que pudesse ter salvaguardas para os seus produtores em geral, e esse projeto trouxe isso.

Houve muitas discussões com vários segmentos sobre a propriedade intelectual, mas eu quero dizer que ele foi um projeto... E aí eu quero agradecer muito não só ao Itamaraty, mas ao Mdic, ao Fernando Pimentel, nosso Embaixador, que esteve conosco por várias horas de discussão, para que a lei fosse equilibrada – não é uma retaliação. A retaliação só acontecerá se houver motivos, se forem medidas desproporcionais de qualquer país do mundo, da Europa, dos Estados Unidos, da China, da Arábia Saudita, seja lá de quem for. É uma proteção para os produtos brasileiros, é uma proteção para a nossa soberania.

Então esse projeto vai nesse caminho, e nós tivemos muito cuidado para que ele não fosse um projeto que imediatamente retaliasse o país que viesse com uma medida. Não, há mesas de diálogos, várias escalas de discussões e negociações. Agora, se a racionalidade, se o razoável não prevalecer, aí sim nós temos mecanismos fortes para poder defender o nosso país.

Era isso, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

Eu queria aqui fazer um registro, Senadora Tereza Cristina, da minha admiração e respeito por V. Exa. A cada momento que eu participo de qualquer projeto de lei, em debate, em discussão, em qualquer Comissão aqui, a minha admiração e o respeito por V. Exa. só aumentam. Eu presenciei e participei ativamente – a senhora sabe disso – da aprovação do PL dos defensivos agrícolas. Conseguimos conquistar um grande avanço, e a participação de V. Exa. foi fundamental. Hoje, mais uma vez, a senhora demonstra essa serenidade, esse equilíbrio emocional, essa sobriedade na condução dessa relatoria tão importante. V. Exa., na semana passada, me abordou, e eu imediatamente falei para V. Exa.: "Vai ser o único item da pauta, mas vai entrar na semana que vem". Eu mantive contato também com o Senador Renan e falei: "Essa matéria vai ser aprovada, vai passar pela CAE em votação nominal. Por gentileza, vamos pautar isso o mais rápido possível", porque é um projeto de Estado, independentemente de ser do partido A, B ou C.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero também deixar mais uma vez claro, porque, às vezes, as pessoas têm um rótulo; às vezes, no Parlamento, a gente é rotulado como de um lado ou de outro, porque é radical para um lado, radical para o outro. Quem me conhece, efetivamente, sabe que, se chegar para mim e falar... Eu sempre pergunto: "Qual é o ponto ruim do projeto?". E, em cima dele, a gente debate e constrói aquilo que seja palatável, que seja possível de ser aprovado. Eu não me prendo nem a um lado, nem ao outro, desde que haja... Porque, na minha concepção, é perfeitamente possível você caminhar de mãos dadas preservando o meio ambiente, mas alavancando a economia, gerando emprego e renda, dando condições para que o agricultor, para que a agropecuária seja a mola propulsora deste país e continue tendo um protagonismo tão importante para o Estado brasileiro.

Parabéns a V. Exa., parabéns ao autor!

E eu só queria encerrar esta sessão... O Senador Nelsinho Trad pediu a palavra.

Por gentileza, eu só pediria que fosse breve, porque eu tenho uma audiência pública, e os convidados todos estão aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Se quiser, eu assumo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Transfiro a Presidência para a minha querida Senadora Leila.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Antes, porém, para saudar o Senador Fabiano Contarato, que, de uma maneira ímpar... Uma mulher peculiar presidiu os trabalhos até agora, e quero dizer que não poderia cair em melhores mãos esta Comissão. Conte com o nosso apoio.

E quero registrar aqui o equilíbrio inerente desta Casa – que é conhecida como a Casa do equilíbrio, a Casa Alta do Congresso brasileiro –, do relatório da Senadora Tereza Cristina. Eu não esperava diferente, por sempre acreditar na sua capacidade, na sua competência.

Acabo – por isso que eu cheguei um pouco atrasado – de ter uma audiência com o encarregado de negócios da embaixada americana, que está respondendo pelo cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, e foi uma conversa muito propositiva nessa linha, de entendimento, de diálogo, de procurar compreender as questões brasileiras, principalmente no que tange às questões tarifárias. E já saímos dali para organizar uma comissão de Senadores brasileiros para poder ir até os Estados Unidos se encontrar com os Senadores que correspondem a essa mesma linha de pensamento, para que a gente possa superar esses problemas que estão ocorrendo, no mundo globalizado, sobre as questões tarifárias.

Então, parabéns, Senadora Tereza, conte com o nosso apoio!

Obrigado pela paciência, Senadora Leila, que preside de maneira ímpar também o final desses trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Imagina, Senador Nelsinho. É importantíssima a sua fala, até como Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores. Então, muito obrigada pela sua participação aqui, pela sua fala.

Bom, nós vamos dar encerramento a esta primeira parte da sessão da nossa Comissão.

Agradeço a todos os que estiveram conosco nesta primeira parte deliberativa. Vamos para a segunda parte na sequência. É apenas uma organização aqui, para a TV Senado e a nossa Comissão.

Já vamos tratar, na sequência, da audiência pública do Dia Mundial da Água, para debater a segurança hídrica no contexto das mudanças climáticas e da gestão sustentável dos recursos hídricos, em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22 de março de 2025.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Beto Faro, Jaques Wagner, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eliziane Gama, Cid Gomes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2025 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Debater a segurança hídrica no contexto das mudanças climáticas e da gestão sustentável dos recursos hídricos, em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22 de março. **Participantes:** Sra. Veronica Sánchez, Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Sra. Ana Paula Fioreze, Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos da ANA e responsável pelo estudo de Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil; e Sr. João Ricardo Raiser, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 18 de março de 2025.

Queridos colegas desta Comissão de Meio Ambiente, convidadas e convidados desta mesa e todas as pessoas que nos acompanham, é com imensa alegria que me sento novamente nesta cadeira da Presidência da Comissão, claro, representando o nosso querido Presidente, o Senador Fabiano Contarato.

A agenda ambiental tem estado no centro dos debates e das nossas preocupações, e não poderia ser diferente. Repeti, ao longo de dois anos, quando estive à frente desta Presidência, e terei de dizer novamente: estamos vivendo um cenário crítico de emergência climática, que já impacta diretamente nossas vidas, nossa economia e nosso bem-estar.

No último domingo, dia 16 de março, comemoramos o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. Eu não poderia, portanto, iniciar minha fala sem trazer a gravidade do momento em que vivemos. Esse cenário de emergência climática muito tem a ver com o tema da nossa audiência pública de hoje, que tratará da segurança hídrica no contexto das mudanças climáticas e da gestão sustentável dos recursos hídricos. Esta audiência se dá em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado no próximo dia 22 de março, sábado.

Portanto, caros amigos e amigas, é preciso compreender que não haverá segurança hídrica se não nos atentarmos à mudança que ocorre no clima global e local, assim como à degradação e ao desmatamento que impactam diretamente nossos mananciais.

Nos últimos anos, tivemos experiências que nos trouxeram enorme tristeza, enchentes, deslizamentos, secas históricas em rios de grandes dimensões, ocorrência de clima árido pela primeira vez em nosso país e tantos outros efeitos que poderíamos citar. Cada um desses eventos nos lembra de que a crise hídrica não é um problema do futuro, mas já é do presente.

O Brasil possui a maior reserva de água doce do planeta, o que representa cerca de 12% da reserva mundial. Uma dádiva como essa nos faz pensar que talvez, de fato, Deus seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. Mas de nada adianta termos essa riqueza se não soubermos protegê-la e utilizá-la de forma justa e, principalmente, equilibrada.

Esta audiência pública, assim como o Dia Mundial da Água, nos serve de alerta para que tomemos consciência da importância desse bem essencial não só para a vida humana, mas para toda a vida em nosso planeta. Que nos sirva de alerta para que possamos compreender que todo cidadão e toda cidadã devem-se manter atentos e vigilantes sobre a qualidade, a disponibilidade e a gestão da água em nossos territórios.

Todo setor produtivo, seja da cidade, ou do campo, tem a responsabilidade de garantir que esse bem ainda esteja disponível para as próximas gerações que estão por vir. Que o poder público fortaleça políticas e, principalmente, mecanismos de governança hídrica, garantindo que a água seja um direito de todo o povo brasileiro. Que possamos cuidar das nossas nascentes, que possamos recuperar a vegetação das margens de nossos rios e que façamos o uso racional não só da água, mas de todos os recursos naturais que, de maneira tão abençoada, possuímos em nosso país.

Uma ótima audiência pública para todos nós.

Muito obrigada.

Bom, eu já vou chamar, para compor a nossa mesa, os nossos seguintes convidados: Sra. Veronica Sánchez, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) (*Palmas.*) ; Sra. Ana Paula Fioreze, Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos da ANA e responsável pelo estudo Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil (*Palmas.*) ; Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (*Palmas.*) ; Sr. João Ricardo Raiser, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (*Palmas.*).

Vamos respirar que vai dar tudo certo.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Quero agradecer a participação de todos os nossos expositores e a todos os que nos acompanham.

Também quero cumprimentar a Ana Carolina Nascimento de Castro, Diretora da ANA, pela presença (*Palmas.*) ; Sr. Marco José Melo Neves, Diretor interino, seja muito bem-vindo (*Palmas.*) ; Nazareno Marques de Araújo, Diretor interino da ANA, seja muito bem-vindo (*Palmas.*).

Sejam todos muito bem-vindos!

Vou passar a palavra para a Sra. Veronica Sánchez, que é a Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Seja muito bem-vinda, Dra. Veronica!

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Senadora Leila, de agradecer não só pela sua liderança aqui presidindo esta sessão, mas pela liderança à frente da CMA nos últimos anos, pelo seu apoio à agenda da gestão de recursos hídricos no Brasil e o apoio que a senhora tem dado à Agência Nacional de Águas, em específico em todas as nossas demandas aqui junto ao Senado Federal. Então gostaria de lhe agradecer pessoalmente.

Estamos aqui a diretoria completa da ANA. Como a senhora pode ver, nós temos atualmente, na composição da agência, três diretores interinos, que são os superintendentes da agência: Diretor Marcelo, Diretor Marco Neves e Diretor Nazareno, que estão aqui presentes, além de mim e da Diretora Ana Carolina, porque estamos exatamente aguardando as sabatinas dos novos diretores indicados aqui ao Senado Federal, para que possam vir a compor a diretoria da agência para o seu mandato subsequente. Estamos também aqui com a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superintendente, Senadora Leila, que é a nossa especialista na questão das mudanças climáticas e nos efeitos das mudanças climáticas na disponibilidade hídrica do Brasil.

Nesse sentido, Senadora, nós trouxemos aqui, para a audiência, com o objetivo até de compartilhar com a senhora e com todos os membros, um pouco do contexto da ANA não só nas nossas atribuições e competências, que já são de conhecimento de todos, mas um pouco da importância não só do monitoramento hidrológico, mas de como essas informações são essenciais para todas as atividades econômicas e sociais do Brasil e como as mudanças do clima afetam a disponibilidade hídrica e todas as atividades produtivas do Brasil e como é que a Agência Nacional de Águas tem tomado iniciativas e ações com o objetivo de mitigar esses impactos e promover o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos no Brasil, com o apoio de todos os entes federados.

Então aqui a gente vai exemplificar alguns dos programas que a agência tem, em apoio à gestão dos recursos hídricos do Brasil em nível estadual, em nível de comitês de bacia hidrográfica. Também o nosso representante do Comitê do Paranaíba está aqui presente, que é um dos nossos membros do Singreh (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos).

Então, se a senhora me permite, Senadora, a gente vai fazer uma breve apresentação da ANA em conjunto aqui. (*Pausa.*)

Senadora, eu gostaria de destacar também que, além dos nossos diretores, temos alguns superintendentes da agência que estão presentes aqui: o nosso Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica, o Wesley; o Henrique, da Superintendência de Planos, Programas e Projetos; a Renata, nossa Superintendente de Apoio ao Singreh; e outras pessoas da nossa equipe aqui presentes também.

Senadora, a gente vai fazer, então, uma abordagem mais específica a respeito da rede hidrometeorológica, que é de responsabilidade do Diretor Marcelo, sobre mudanças do clima e de como as capacidades operacionais da ANA são afetadas com o contexto atual, que a gente gostaria de compartilhar com a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em termos de competências legais, como a senhora já conhece bem, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico foi criada há 25 anos. Neste ano, Senadora, nós comemoramos os 25 anos da agência – em dezembro deste ano. Então, neste ano, nós lançamos a Jornada dos 25 Anos da ANA, com um conjunto de iniciativas que, inclusive, serão disponibilizadas e compartilhadas com o público agora, no dia 20, numa sessão que faremos lá na agência, em comemoração do Dia Mundial da Água.

Nos nossos grandes macro-objetivos, Senadora, como a senhora conhece, obviamente, a nossa missão é garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico, por meio da edição de normas de referência.

Em termos de grandes objetivos estratégicos, temos a gestão de eventos críticos, a gestão da segurança de barragens por meio do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens e a capacitação dos agentes de segurança de barragens dos estados.

No que se refere aos recursos hídricos, temos a obrigatoriedade de assegurar a disponibilidade de água em padrões de quantidade e qualidade adequados para todos os usos e, no que se refere ao saneamento básico, temos a missão de editar as normas de referência para a regulação do setor de saneamento básico, com o objetivo de aprimorar a prestação desses serviços no Brasil.

Aqui, rapidamente, as nossas grandes atribuições: fazer as normas de referência para o setor de saneamento básico e segurança de barragens; fazer o cadastro e a classificação de barragens no país... Hoje nós temos mais de 26 mil barragens cadastradas no nosso sistema, Senadora, de vários portes, desde barragens construídas com recursos da União, por meio do Dnocs, da Codevasf, até barragens pequenas em propriedades privadas, e cada uma delas é classificada pelo dano potencial associado e o risco que ela pode apresentar para a população ou para as propriedades que estão a jusante da barragem. Então temos todo esse sistema que congrega essas informações sobre barragens.

Sobre a regulação de serviços, nós fazemos a regulação do serviço de adução de água bruta. O principal projeto que nós regulamos nesse caso é o Projeto de Integração do Rio São Francisco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano, Senadora, nós temos um marco importante, após 20 anos de lançado o Projeto de Integração do Rio São Francisco, a obra da transposição do São Francisco, nós tivemos a oportunidade de assinar, entre a União e os quatro estados beneficiados, o contrato de prestação de serviços da União para esses estados, em que a União presta o serviço de levar água do Rio São Francisco para esses quatro estados. Então esse contrato foi assinado e o projeto entrou em operação comercial. Isso quer dizer que, a partir de agora, do mês de abril, Senadora, os estados da Federação que recebem as águas do Pisf passam a pagar a tarifa pelo uso dessa água, objeto dessa transposição do São Francisco, conforme acordado no contrato.

Além disso, no que se refere à regulação dos usos de recursos hídricos, nós autorizamos, por meio das outorgas do uso de recursos hídricos, o uso das águas para diversas atividades. Então, para geração de energia, para indústria, para mineração, para agricultura...

No que se refere ao monitoramento e operação de reservatórios, nós monitoramos, por meio de um sistema chamado SAR, que é o Sistema de Acompanhamento de Reservatórios, qual é o nível de todos os reservatórios essenciais ou críticos do Brasil, que são monitorados pelas nossas estações hidrometeorológicas em conjunto, em grande parte com o setor elétrico, com o Operador Nacional do Sistema, para a gente verificar como é que esses reservatórios estão operando, como isso implica em termos de disponibilidade de água para gerar energia e como isso afeta a tarifa de energia para o consumidor.

Enfim, temos todo esse monitoramento para garantir também os usos múltiplos. E, no que se refere à Política Nacional de Recursos Hídricos, temos toda uma ação, Senadora, que é compartilhada e feita em conjunto com todos os membros do Singreh – os estados federados, os comitês de bacias hidrográficas interestaduais e os estaduais –, com objetivo de fortalecer o sistema, garantir a participação de todos os agentes envolvidos na gestão dos recursos hídricos, seja um usuário, seja o poder público, e fortalecer todos os entes do Singreh, por meio de um conjunto de ações de capacitação que são desenvolvidas pela nossa agência. Chegamos a capacitar mais ou menos 35 mil pessoas por ano na gestão de recursos hídricos do Brasil.

Dando continuidade aqui, então, se a Senadora me permite, eu vou passar a palavra para o nosso Diretor Marcelo Medeiros para falar sobre a rede hidrometeorológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia a todos, Senadora e presentes.

Eu tenho que pedir desculpas de antemão porque eu trabalho há 28 anos no setor de recursos hídricos, e a maior parte desse tempo é com monitoramento hidrológico e desastres; então, quando a gente fala do que a gente gosta, a gente pode exagerar um pouco e perder a noção do tempo.

Por que a gente monitora? Monitorar é a gente tentar responder uma pergunta que é muito complicada do ponto de vista de engenharia, que é onde tem e quando tem água.

A água tem uma distribuição espacial complexa, não ocorre o tempo todo. No país, a gente tem até sorte, porque só no extremo Sul, ali no Rio Grande do Sul, que a gente não tem uma estação seca e chuvosa muito bem definida, mas no resto a gente tem; então, a gente consegue acertar um pouco melhor isso, mas é muito difícil acertar o quanto vai ter ao longo do tempo, mesmo com essa divisão mais certa. A gente tenta fazer isso do ponto de vista da engenharia, dentro do que a gente chama de ciclo hidrológico, que é essa ocorrência da água na terra, quando chove, escorre para o rio, vai para a água subterrânea, evapora, tem lugar que tem neve – até geada conta às vezes, porque é relevante. A gente tenta medir essas fases e chegar, no final, a uma conta que a gente consiga traduzir nisso, onde tem e quando tem. Então, esse é o objetivo central.

Só que isso também não pode ser de vez em quando; tem que ser permanente, porque varia, e mesmo não só dentro do ano, com a chuva e a seca, mas varia de ano para ano. Isso se torna muito mais complicado agora, depois que a gente faz uma coisa – e eu vou repetir isso ao longo do tempo dessa apresentação –: a gente mudou demais as bacias hidrográficas, a gente interveio demais. A gente passa também por um outro problema, que é a própria mudança do clima; isso também traz uma outra grande mudança e isso nos impõe, cada vez mais, não só garantir a continuidade, mas ampliar a presença no território.

A gente tem um outro desafio que é próprio do Brasil: a gente ocupa metade do continente. Tem município brasileiro que é do tamanho de país europeu, e, por conta desse tamanho absurdo, a gente tem uma mudança climática muito grande no nosso próprio território. A gente vai de um frio absurdo para nós, no extremo Sul, passa por essa média, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito secura aqui, em Brasília, você tem uma seca muito grande e falta de chuva no Nordeste e você tem muita chuva e muito calor no Norte. Então, isso não só se traduz nessa desigualdade absurda de chuva: tem lugar no Nordeste que chove cerca de 400 milímetros por ano, mas tem lugar no Amazonas que chove 4 mil. Então, essa desigualdade também é terrível. Isso cria biomas diferentes.

Você considera ainda por cima a geologia, que também é mais perversa. A gente tem mais de 60% de semiárido brasileiro em cima de uma crosta geológica, que é uma rocha pura que não acumula água. Então, você tem vários fatores da própria terra que já complicam essa situação de saber onde tem e quanto tem, e a gente tem um outro problema brasileiro que não é só do Brasil – outros países da América do Sul também têm isso –: a gente começou a ocupação do território pela costa e a gente mais ou menos se mantém na costa.

Aquele último mapa é isto: é a densidade populacional nessas grandes cidades, nas metrópoles. Você vê que tem pouquíssima metrópole fora da costa, e quanto mais gente no mesmo território, você passa a ter maior necessidade de produção de alimento, de saneamento e você tem um risco, que tem aumentado muito, que é a exposição de mais gente ao mesmo desastre causado pela água, ou seca, ou inundação, ou deslizamento, ou enxurrada. Não importa, você tem mais gente; então, eu preciso de muito mais informação do que eu precisava antes.

Isso piora, porque a gente sai da década de 50 com a metade do Brasil ainda morando no campo, e você chega, no último censo, com 85% da população morando na cidade. Isso é uma tendência de não retorno.

Tudo bem, Senadora? (*Fora do microfone.*)

E onde que eu uso o dado hidrológico? Em tudo. A roupa que você está usando, se tem origem vegetal, foi plantada. Não existe irrigação sem dado de chuva, ou dado de rio, ou de água subterrânea para captação. Toda a atividade econômica depende de disponibilidade de água. O telhado do prédio em que você mora foi calculado com a quantidade de chuva que a gente fornece. Então, é qualquer uso, ou seja, para entregar um serviço público, ou para entregar alimento e água na sua casa, ou a atividade econômica depende diretamente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilidade de dado hidrológico. É por isso que a gente existe no Brasil todo e há um bom tempo.

Como serviço público federal, a gente se deu uma data de início, em 1920, quando o Brasil decidiu que energia elétrica por hidroeletricidade vai ser a fonte maior e constante, ao longo do tempo. Então, a gente começou em 1920 o serviço oficial no Governo Federal de monitoramento hidrológico. E a gente foi expandindo isso ao longo do tempo e também passando por algumas transformações de governo.

Eu comecei no serviço quando a gente ainda estava na *edge* do setor elétrico, a gente ficava dentro do Ministério de Minas e Energia. A gente sai do antigo Dnaee, vai para Aneel e depois, em 2000, quando se cria a ANA, a gente sai da Aneel e vem para a ANA. A maior parte de nós, que trabalhamos com monitoramento, a gente veio do setor elétrico para a ANA.

Isso também impôs uma necessidade, uma mudança interessante do serviço, que é: a gente se preocupava muito com quantidade e onde existia essa água, principalmente porque tinha que identificar o potencial hidrelétrico. Na década de 80, a gente tem uma mudança, porque a gente começa a trabalhar também com desastres. Então, você começa a ter um número muito grande de estações no Brasil, de pontos de monitoramento, que passaram a transmitir dados.

Eu comecei em Belo Horizonte, em 1997, eu tinha um *modem* na minha sala, que é desses primeiros equipamentos, ele funcionava. O *modem* da minha sala pesava 150kg, e o do ponto de monitoramento mais 150kg, mas ele tinha que funcionar, porque ele era proteção para um monte de cidades na Bacia do Rio Doce e em outras bacias também.

Na década de 90, o setor elétrico ainda se arvorou, a gente ainda, era a gente que dava as concessões de água, e a gente passa também a se preocupar com a qualidade da água. Na década de 2000, isso aumenta, hoje na ANA a gente tem uma preocupação maior com a qualidade da água. Depois eu vou haver uma mudança interessante de serviço por causa disso.

Eu falei que a gente começou em 1920 como serviço público federal, mas a gente tem pontos de monitoramento na nossa rede que são de 1850, que funcionam até hoje. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um em Belo Horizonte, que mede chuva desde 1855; tem um em Fortaleza, que mete desde 1849; e você tem estações mais antigas do Inmet, que são ainda da época do Primeiro Império.

Como a gente é muito longevo, a gente tem a tradição de guardar o dado, guarda muito bem, a gente tem uma boa fama, ainda bem, no próprio continente. A gente recebe não só os nossos próprios dados, mas de terceiros também, não só do setor público, mas privado. Então, a gente sabe, isso é o mapa que está mais à esquerda. A gente tem ciência de que existem mais de 23 mil pontos de monitoramento, que a gente chama de estação hidrológica, dentro do território nacional.

Ali no meio tem um mapa que está escrito RHN-ANA, que são, desses 23 mil, cerca de 5 mil estações que a ANA mantém. Nós mantemos não só em termos financeiros, nós custeamos toda a operação disso, a gente faz isso em parceria com o Serviço Geológico do Brasil, com os estados e com contratação de empresas terceirizadas do setor privado, e a gente também fornece equipamento e capacitação, além de fazer a supervisão da qualidade do dado e guardar isso no sistema aberto, o que eu vou falar um pouquinho depois.

Mais à direita, como a gente é uma agência reguladora, a gente impôs, para toda hidrelétrica que está debaixo da gente e acima de um certo porte no Brasil, que ela tem que monitorar e mandar dado também. Então, você tem mais 2,2 mil pontos que mandam dado em tempo real dessas estações do setor elétrico, custeado por eles. É uma condicionante de outorga, não só nossa, mas da Agência Nacional de Energia Elétrica.

E ali onde está o Qualiágua, a gente tem um programa muito interessante com os estados, em que a gente queria que os estados criassem equipes de monitoramento e mantivessem o serviço para a qualidade da água. O estado tem uma necessidade premente maior do que a nossa porque ele está ali, gerindo diretamente o território – é o nosso contrário. Então, ele precisava ter. A gente repassa recursos para que os estados mantenham equipes de monitoramento.

Do nosso lado, hoje, nós somos, além da ANA, somando com os terceirizados do serviço geológico, 450 técnicos especializados em monitoramento. É uma carreira específica. A gente tem um ramo da ciência só para monitoramento hidrológico, que se chama hidrologia operacional. No campo, a gente tem mais de 3,2 mil observadores hidrológicos que cuidam das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estações e fazem anotações de chuvas e dos rios. Nós somos, hoje, 120 equipes rodando simultaneamente – tem 120 equipes no campo, hoje, rodando –, e, ao longo do ano, a gente percorre cerca de 1,6 milhão de quilômetros de carro, de avião, de barco, de avião de pequeno porte e de helicóptero. A gente chega lá embaixo, no Sul, até a Cabeça do Cachorro, lá em cima, que tem uma estação nossa.

E a gente faz isso de várias maneiras. A gente tem vários equipamentos para medir a chuva, para medir o nível do rio, para medir a vazão do rio, a qualidade do rio, o tanto de sedimento que aquele rio transporta, que pode depositar em um reservatório e causar a perda de vida útil dele. Então, a gente faz várias medições ao longo do tempo.

E um carro nosso, como aquele ali em cima... A gente tem uma frota de quase 150 veículos adaptados para carregar não só aquele barquinho, mas equipamento, e a gente carrega hoje, num carro, mais de 600kg de equipamento, porque são várias situações: temos desde um riozinho muito pequenininho no Nordeste, até o Amazonas, de 250 mil metros cúbicos por segundo, na média histórica.

O nosso dado, na ANA, tem uma função absurdamente importante; a ANA é totalmente dependente do dado hidrológico: não existe Agência Nacional de Água, nem órgãos gestores estaduais, sem dado hidrológico.

A gente continuamente refaz aquele mapa que está à esquerda, que simboliza um balanço hídrico do Brasil, nacional. A gente não consegue outorgar sem saber o tanto de água que tem, sem saber se a água já foi alocada ou não e o quanto vai ter no futuro. Então, a gente faz essas projeções continuamente – isso a partir do dado que a gente mesmo coleta e que recebe dos estados.

A gente acompanha desastres, não só desastres como o do Rio Grande do Sul, do qual infelizmente tem uma foto ali – a gente trabalhou muito nisso –, em que a gente faz a consolidação de dados para os Governos e também mobiliza não só equipamentos, mas equipes para fazer medições emergenciais, como também a gente tem um processo de longo prazo em que a gente atua como monitor de seca, em que, junto com todos os estados do Brasil e mais de 60 instituições regionais, a gente faz, mês a mês, o acompanhamento da seca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no território nacional. E agora a gente está o expandindo para toda a América do Sul por cooperação bilateral com os países.

A gente também, em cima do dado hidrológico, faz algo que a Veronica mencionou, que é: a gente controla todas as hidrelétricas, todos os açudes do Nordeste ou outros reservatórios que sejam de porte, que causam interferência no recurso hídrico e que sejam importantes não só para aquilo o que foram construídos, como geração elétrica, mas para os usuários do entorno, ou usuários que não estão no entorno, mas dependem daquela hidrelétrica, como o pessoal de Pirapora, que mora a 200km de Três Marias, mas depende da usina de Três Marias para se proteger na seca e na cheia. Então, a gente cria regras de reservatório e as acompanha o tempo todo usando o monitoramento hidrológico.

Eu podia falar um monte de coisa aqui, desde o telhado da casa até muito mais ações que a gente tem na ANA, mas eu iria tomar o tempo de todo mundo. (*Risos.*) Então, eu estou terminando.

Eu vou falar sobre a política de dados. Desde a década de 50, nós temos uma política de dados aberta e totalmente acessível: todo dado que a gente produz ou recebe de terceiro é publicado imediatamente. Então, a gente tem vários canais para que pessoas possam pegar o nosso dado. Não tem autenticação, não tem que escrever, não tem que pagar; é entrar no *site* e baixar tudo que a gente tem: não só o dado convencional, mas também o dado que é necessário para a defesa civil da cidade, do município, do estado ou nacional, para poder acompanhar o desastre. Então, a gente também tem um portal específico para pegar o dado em tempo real e até aplicativo para o celular. Eu lembro que, quando a gente lançou o aplicativo para o celular, uns quatro anos atrás; durante um mês a gente foi o aplicativo mais baixado na loja da Apple e do Android. Isso foi muito legal!

O perfil da pessoa que busca dado tem mudado muito – muito. Eu sou engenheiro especializado; o meu diploma diz que eu sou Engenheiro Civil Especialista em Engenharia de Recursos Hídricos. A maior parte do público até 20 anos atrás era gente como eu, que precisa de dados para fazer uma ponte, para fazer o telhado da sua casa ou para dar uma outorga. Nos últimos 20 anos, isso mudou para o cidadão comum. A gente tem cada vez mais... Isso passou pela defesa civil municipal – que precisa de mais estrutura do que a nacional, mas eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começaram a coletar mais dados para entender como usar aquilo para prevenir –, mas até a pessoa que mora numa cidade e sabe que tem uma estação antes ou depois da cidade dela, ou que tem outras, acompanha todas usando o celular ou o *site* para ver se a cidade dela vai inundar, se o bairro dela vai inundar. Então, você tem uma apropriação pela sociedade do nosso serviço. Isso nos deixa muito mais orgulhosos.

No fim, a gente tem que atingir quem precisa do dado. Eu não preciso de um intermediário como eu para explicar para a minha mãe qual é o problema de morar em Governador Valadares na inundação.

E a gente também faz o acompanhamento de reservatórios. Como a Veronica disse: a gente necessita controlar estoque, necessita controlar regras de operação para que o reservatório não atrapalhe os outros usuários; e também tratamos o reservatório como um estoque de água, em que a gente tem que ter uma prioridade do uso múltiplo, não só do fim para o qual ele foi construído.

E quais são os nossos desafios?

Começam com a mudança do clima hoje, que se impõe como uma... Você tem um agente que, junto com essa transformação da bacia, mudou o que a gente chama de médias históricas, porque tudo o que eu falei – todo cálculo, toda engenharia, toda projeção de demanda, estimativa de perda de água – sempre foi baseado no comportamento passado. É por isso que, quanto maior o tempo de monitoramento de uma estação, mais importante ela é, porque ela vai ter passado pelos extremos, como a gente fala, e vai produzir médias mais reais.

Só que a mudança do clima alterou completamente as médias. A gente já não tem mais a certeza que a gente tinha quando ia construir uma ponte. Então, eu preciso cada vez mais de mais monitoramento. E mais monitoramento é mais ponto de monitoramento no território. Isso envolve, no final, mais gente e mais recurso.

A gente tem uma preocupação constante com o que a gente chama de representatividade, porque não adianta eu criar um ponto de monitoramento; ele tem que representar o que é a bacia, o que é o comportamento hidrológico da bacia. O dado tem que ter qualidade, tem que representar o fenômeno que ele está ali observando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Principalmente por causa de desastres e de outras situações em que a decisão tem que ser rápida, baseada em dado confiável, cada vez mais, a gente tem automatizado a rede, pondo pontos com transmissão em tempo real. Só em rio, na ANA, a gente tem quase 2 mil estações que medem nível do rio, vazão e chuva ao mesmo tempo. Desses, hoje, 600 são automáticas, e isso é insuficiente. A gente tem que aumentar o número de estações. E isso é uma demanda que representa não só uma melhor capacidade técnica do técnico que vai a campo – porque é um equipamento muito mais complexo e que precisa de muito mais manutenção também –, como eu preciso de cada vez mais orçamento, porque esses equipamentos encarecem ao longo do tempo; eles ainda são importados. Eu mostrei os equipamentos. Hoje a gente anda *pari passu* com o que a gente chama de países de primeiro mundo no monitoramento hidrológico.

E, por fim, orçamento e pessoal. De 2010 até por volta de 2017, na ANA, a gente tinha como se fosse uma grande segurança orçamentária. Então, a gente conseguia planejar e expandir a rede o tempo todo. Nos últimos cinco anos, o nosso orçamento tem decaído absurdamente. Ele decai, inclusive, numa proporção inversa à própria inflação. Então, ele cai não só porque vem sendo diminuído, mas também porque não alcança mais a perda que é imposta pela inflação. Então, é como se ele caísse mais.

Hoje, eu não tenho um orçamento para fazer... Eu consigo fazer 60% do que me programei para fazer este ano. Então, como gestor da rede, eu tenho um dilema cruel que não consigo resolver. Eu preciso da lei orçamentária e do contingenciamento, já que a gente não era contingenciado e passou a ser contingenciado. Eu tenho que lembrar o tempo todo que o recurso da ANA advém da cobrança pelo uso da água. A gente não recebe outro recurso da União. É um orçamento, é uma rubrica exclusiva que representa o pagamento pelo uso da água, que é previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos do setor elétrico.

Esse recurso vinha 100% para a ANA e, nos últimos três anos, a gente passou a ser contingenciado de uma maneira que a gente... Isso é ilegal. A gente não poderia ser, porque a cobrança é preço público. Preço público é uma modalidade em que você paga algo para um governo e recebe uma contraprestação econômica. Nós somos a prestação econômica, a contraprestação econômica. O nosso serviço é isso. Então, a gente está perdendo e não deveria estar perdendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como gestor da rede, eu tenho um dilema absurdo que enfrento há mais de dez anos, para falar a verdade. Não sei se reduzo os serviços de manutenção e perco qualidade, ou se eu reduzo o número de pontos de monitoramento e perco representatividade e também qualidade. A gente enfrenta um dilema muito terrível.

Isso também passa pela perda de pessoal. Quase metade dos cargos da ANA estão vagos, e a gente não consegue preencher porque a gente não tem autorização para concurso. Isso também tem diminuído muito a nossa capacidade de supervisão e de controle de qualidade. Então, a gente passa por um momento muito difícil no monitoramento hoje.

Com isso, eu encerro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu quero agradecer, nesse primeiro momento... Só pedindo desculpas, o Senador Omar entrou aqui com a indicada ao STM, mas quero agradecer a participação da nossa Diretora-Presidente da ANA, Veronica Sánchez, e ao Marcelo Medeiros, até pelo desabafo. Eu estou aqui há mais ou menos... Pois é, eu estou aqui há seis anos no Senado e, nos últimos dois anos, a Diretora Veronica, a Diretora-Presidente, vem aos gabinetes para tratar dessa questão do orçamento, o que é muito sério.

Inclusive, eu gostaria de fazer uma pergunta com relação aos cargos da ANA, rapidamente, Marcelo. Vocês estão tratando no MGI sobre essa questão desses cargos?

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (*Fora do microfone*.) – Frequentemente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Cinquenta por cento.

Existe alguma mesa já instalada para este debate, Presidente?

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ (Para expor.) – Sim, Senadora, desde 2020 a agência vem solicitando para o MGI autorização para realização do concurso.

Com as atribuições do marco legal do saneamento, em 2020, havia um acordo de que a agência receberia pelo menos 50 técnicos para essa nova atribuição legal que foi dada. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2023, em dezembro, o MGI autorizou o concurso para 40 vagas. Nós conseguimos realizar o concurso em 2024, e 37 servidores novos tomaram posse no dia 19 de dezembro do ano passado, sendo que três deles também passaram em outro concurso, então, provavelmente deixarão a agência.

Então, temos 34 novos servidores que já estão atuando na agência e são muito bem-vindos. Acho que estamos todos muito felizes com a vinda deles, mas eles, apesar de serem uma força de trabalho impressionante que vem ajudar muito, nós ainda temos 106 vagas abertas. O nosso quadro de servidores, como o Marcelo falou, ainda assim tem um déficit gigante para as atribuições e para o tamanho das responsabilidades que nós temos.

Então, nós solicitamos para o MGI, no âmbito ainda dessa autorização do concurso, que nos permitisse chamar 25% a mais, ou seja, seriam mais dez pessoas desse concurso já autorizado, pelo menos para que fossem mais dez, mas ainda não tivemos essa autorização e, ainda assim, continuamos com esse déficit de 106. Então, realmente, para a gente, é uma situação bastante crítica em termos de pessoal e, olhando para o futuro, considerando que temos mais ou menos 60 pessoas que podem se aposentar nos próximos cinco anos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu já ia perguntar a questão dos que estão saindo.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ – Exatamente.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS – Os números são muito pequenos, Senadores. Os números que nos afetam, para a União como um todo, são muito pequenos. O Orçamento da União é coisa de 1 trilhão; a gente está reclamando de um orçamento da agência que chega a R$250 milhões. E a gente está falando de 40 técnicos, de 40 cargos permanentes. A gente não está...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, e que são fundamentais para a agência.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS – Mas os números são muito pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certo. E a questão orçamentária, rapidamente – eu peço desculpas aos outros dois expositores –; na questão orçamentária, um pequeno detalhe, um detalhamento?

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ – Se me permite, Senadora, eu vou passar, e depois volto para a apresentação da Ana Fioreze, porque aqui na frente a gente trouxe exatamente um pouquinho do panorama que trata exatamente do nosso orçamento na agência e que mostra como esse conjunto de iniciativas que a agência tem pode ser afetado, ou seja, exatamente as capacidades operacionais da agência em função dos cortes orçamentários.

Então, retornando aqui, em termos de servidores, quando a gente se compara com outras agências federais, Senadora, nós somos uma das menores agências. Em termos de quantitativo ali, aquelas três – a ANS, Aneel e ANP –, que têm mais ou menos o mesmo porte, vamos dizer assim, da agência, têm mais ou menos 700 servidores; nós temos apenas 395 autorizados, sendo que hoje nós temos apenas 289 servidores. Então, a gente realmente tem um déficit grande de servidores. E, quando comparada com as outras agências nacionais que têm uma atuação, vamos dizer assim, de abrangência e relevância similar à ANA, nós somos muito pequenos; nós só perdemos para a Ancine, que realmente é uma agência que, vamos dizer assim, tem uma atuação muito focalizada e não tem essa necessidade de estar em campo atuando em todos os pontos do Brasil.

E, quando a gente vai para o orçamento, Senadora, esse gráfico é muito significativo, porque a gente vê que, de 2019 até agora, em 2025, no PLOA, que está aqui para ser analisado no Congresso Nacional, o nosso orçamento diminuiu 32%. E, só do ano passado para cá, ou seja, de 2024 para 2025, em termos de referencial monetário, ou seja, do que estava previsto no PLOA, reduziu em 19%, ou seja, quase 20% só no referencial monetário, sem considerar possíveis cortes e contingenciamentos que podem ocorrer depois da aprovação do orçamento em 2025.

Então, como o Diretor Marcelo colocou, a gente está muito preocupado em como esses cortes orçamentários que vêm acontecendo ao longo desses últimos cinco anos afetam a nossa capacidade operacional de manter a rede, de manter a qualidade dos serviços que são prestados, de atender a necessidade e a demanda da sociedade de ter melhores dados, dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais tempestivos, sistemas mais ágeis e que respondam mais rapidamente ao cidadão e às demandas por informações. Essa é a nossa obrigação – prestar informações, dados, prestar os nossos serviços de forma rápida –, mas para isso nós precisamos de TI, precisamos de sistemas, precisamos de pontos de monitoramento, precisamos de equipamentos adequados para atender essa demanda, e o nosso orçamento só vem diminuindo. Então, por mais aperto que a gente tenha feito na agência, isso de fato compromete a nossa capacidade de executar as nossas atividades e é um estrangulamento que em algum momento implica uma não operação.

Então, eu agradeço a sua sensibilidade, Senadora, e a da Comissão de Meio Ambiente do Senado, porque de fato é uma situação muito crítica e, como disse o Diretor Marcelo, afeta todas as atividades econômicas, sociais, tudo no Brasil. Tudo depende dos dados hidrológicos, que são a base das informações para que a gente possa atuar.

Então, realmente, se a senhora e a Comissão puderem sensibilizar, inclusive, o Relator do Orçamento para que a gente possa ter um pouco da recomposição do orçamento que a gente já solicitou – temos emendas apresentadas ao Deputado Angelo Coronel para recompor um pouco do orçamento...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É Senador. E vocês já estiveram com ele?

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ – Já estivemos...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos conversar.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ – Eu sei que as demandas são muito grandes, mas quando a gente pensa em Brasil, em continuidade e nos recursos hídricos como essenciais para toda a atividade econômica, isso é essencial.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pela explanação e pelos esclarecimentos dos dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora para a nossa terceira expositora, a Sra. Ana Paula Fioreze, que é Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos da ANA e responsável pelo Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil do nosso país.

Seja muito bem-vinda, Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA FIOREZE (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigada, Senadora, obrigada pela oportunidade.

Eu só queria dar uma palavrinha antes, porque eu vou tentar fazer uma ligação, assim, de tudo o que a Dra. Veronica e o Dr. Marcelo já falaram, do tamanho do nosso desafio e do que ele vira quando a gente coloca a camada de impacto de mudança do clima, ainda, em cima disso.

Pessoalmente, é a primeira vez que venho falar sobre isso no Senado, mas quero dizer que eu tenho sido chamada de uma maneira assustadoramente frequente para falar disso.

Quando o Dr. Marcelo falou sobre o aumento do acesso de pessoas comuns, do aumento do interesse de pessoas comuns nos dados hidrológicos, nas informações sobre recursos hídricos, isso está ligado à ocorrência de desastres, está ligado a secas mais intensas e mais severas, mais frequentes, está ligado à precipitação intensa e à percepção das pessoas de que elas estão em risco, de que a segurança hídrica está em risco. E é uma verdade que é exacerbada, aumentada, pela questão da mudança do clima.

Então, a gente começa aqui com uma parte mais didática do que é a mudança do clima. A mudança global do clima não é a variabilidade climática que o Marcelo mostrou. Naturalmente, nós temos variabilidade climática: nós temos anos que são mais secos, temos anos que são mais chuvosos. Às vezes, a gente tem três anos em sequência de seca e depois a gente tem um ano com bastante chuva. A gente vai navegando ali ao redor dos mesmos parâmetros, da mesma média, a gente sabe mais ou menos o que esperar. Não mais. Com o impacto da mudança do clima – e é sobre isso que a gente vai falar –, esses padrões, esses parâmetros, mudam. Isso significa que a gente tem que se preparar, às vezes, para o inimaginável, que é mais ou menos o que aconteceu, no ano passado, no Rio Grande do Sul, que já tinha acontecido no ano anterior e, antes e depois, com as secas no Pantanal, com as secas na Região Norte. Então, é desse tipo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fenômeno que a gente está falando. São ferramentas que a gente ainda não possui. Principalmente, é lidar com incertezas, que é uma coisa muito difícil de fazer. A gente não é habituado a tomar decisão em um cenário em que ainda há incertezas. Isso demanda muita inovação e, principalmente, demanda que a gente entenda a realidade o tempo todo.

Antes de eu entrar – só vou voltar aqui um pouquinho – no estudo mais recente que a gente fez, por que a gente fala de água e mudança do clima sempre? Tem um relatório da ONU, do IPCC, bastante antigo, que fala que a água é o meio pelo qual primeiro e mais fortemente – eu já decorei – as pessoas irão sentir os impactos da mudança do clima. E é, é o que vem acontecendo conosco. É por meio de seca, é por meio de enchentes, é por meio de falta de água para as suas atividades produtivas, é por meio de falta de água para o abastecimento público, é por meio de doenças de veiculação hídrica, que aumentam também. Então, é por essas maneiras que a população mais sente os impactos da mudança do clima. Então, a água é um veículo para isso tudo, porque a água é transversal a todas as atividades humanas e a todas as pessoas no planeta inteiro.

E aí, onde a mudança do clima impacta? No ciclo hidrológico. Lá, numa das primeiras figuras – acho que foi o Marcelo que mostrou o ciclo hidrológico –, o aumento da temperatura impacta principalmente no aumento da evapotranspiração.

Então, você tem, diante disso: maior temperatura, maior evaporação, maior ocorrência de secas. Você também tem um volume maior de água acumulada na atmosfera. Então, você tem condições para que as precipitações, para que as chuvas, quando ocorrerem, tenham volumes maiores. E isso se reflete nas vazões, isso se reflete na distribuição de água não só no espaço, mas também no tempo. O que a gente vê é um deslocamento. Então, os picos de cheia são mais acentuados e eles estão em períodos mais curtos. Então, a gente tem precipitações mais intensas e períodos de seca mais prolongados.

Eu tenho sido chamada muito para conversar em vários eventos depois que a gente publicou esse documento, esse relatório – foi no início de 2024 a publicação dele. Foi um trabalho que levou dois anos para ser feito. Ele pegou todos os modelos mais recentes do IPCC. Nós escolhemos quatro cenários de aumento de temperatura. O mais otimista – seria a meta –, que era 1,5 grau de aumento da temperatura, está sendo superado, e o mais pessimista era de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4,5 graus de aumento da temperatura. Obviamente, quanto mais aumentar a temperatura, maiores serão os impactos e mais rápidos também.

Então, nós rodamos todo esse pacote de modelos para esses quatro cenários e rodamos isso para pegar temperatura, evapotranspiração e aí colocamos em modelos que transformam as chuvas, transformam esses parâmetros climáticos em vazão e rodamos isso para 462.803 trechos de rio no Brasil inteiro, e é isso que a gente disponibilizou. Então, é a primeira vez que se faz um estudo para o território inteiro com esse nível de detalhe. Então, são informações que podem ajudar o gestor mais local. Então, são informações que chegam mais na ponta.

Isso também foi feito para três horizontes temporais diferentes. Então, a gente tem 2015 a 2040, 2041 a 2070 e 2071 a 2100. Então, a gente tem coisas que estão na porta. Essa era uma dificuldade que a gente tinha lá, 15 anos atrás, ao tratar de impactos de mudança do clima, que era tudo dizendo: "Em 2100 tal coisa vai acontecer". Não é em 2100; é agora, é daqui a cinco anos, é daqui a dez anos, e leva tempo para a gente ter infraestrutura, para a gente ter sistemas, para a gente ter dados e para a gente ter governança suficiente para responder a isso.

Aqui a gente tem uma parte dos resultados. De maneira geral, a gente tem uma redução de disponibilidade hídrica. Aqui a gente está falando de vazão média. Vazão média é o quê? É a quantidade média de água ao longo do ano que se espera em uma determinada região. Isso é principalmente a água disponível para os usos da água. Depois a gente tem outro estudo sobre máximas e mínimas. Mas quando a gente fala de vazão média, o que a gente pode destacar aqui é que, de maneira geral, o país inteiro vai sofrer redução da disponibilidade hídrica. Isso varia ali em torno de 5%, 10%, 20%; em alguns cenários mais críticos e com maior horizonte temporal, a gente está falando de mais de 40% de redução de vazão, inclusive em regiões que já sofrem com algum nível de estresse hídrico.

Lugares onde os modelos concordam muito... São muitos modelos, que são produzidos por diferentes entidades. Sempre há uma incerteza quando você vai rodar um modelo, mas, quando você tem 70% de todos os modelos produzidos apontando para, na Região Nordeste – que já é o nosso Semiárido, é a região onde a gente tem maior estresse em relação a disponibilidade e uso –, uma redução importante de disponibilidade hídrica, todas as sirenes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vermelhas, todas as luzes vermelhas estão apitando para que a gente faça a gestão da água ali de maneira diferente.

No Nordeste, no geral, você tem aumento da aridez e redução da disponibilidade hídrica.

A Região Sul é a única onde você não tem generalizada a redução de disponibilidade hídrica; pelo contrário, tem um aumento discreto de até 5% da disponibilidade hídrica, mas isso é à custa de eventos de grande precipitação. Além disso, mesmo na Bacia do Uruguai, por exemplo, os modelos apontam que você vai ter uma redução significativa de disponibilidade hídrica com períodos secos maiores.

Na Região Sudeste, também há um aumento esperado de eventos extremos e, na Região Centro-Oeste, um aumento de evaporação muito grande. Isso, além de diminuir a disponibilidade hídrica, aumenta a demanda, especialmente por irrigação. Ali também é uma região muito importante para a geração hidrelétrica, então a gente aposta na geração hidrelétrica como fonte de energia limpa, mas a gente tem que estar atento para quanto dessa água ainda estará disponível daqui a 20, 30, 40 anos.

Na Região Norte, também há um aumento generalizado de secas que afeta a navegação, afeta as comunidades ribeirinhas, etc.

Aqui, quando a gente passa para os extremos, a gente está falando de precipitação e vazão máximas. Então, mesmo nas regiões... Isso é muito mais evidente na Região Sul do país, mas, mesmo nas outras regiões, você vê que as chuvas extremas, principalmente aquelas mais raras, que retornam a cada 50 anos, devem ficar mais intensas. Então, a chuva que hoje a gente espera que seja muito rara e muito extrema vai ser muito mais frequente, e a chuva extrema e muito rara vai ser muito maior do que o que a gente vê hoje.

Aqui, o índice de aridez. Eu já comentei que ele é uma questão generalizada no Centro-Oeste do país. Há também um aumento grande das regiões áridas, mas principalmente no Nordeste.

Aí, eu só queria passar para uma outra... Deixe-me ver se tem... Aqui está. Era este evento aqui que eu queria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o cenário que a gente tem? Você tem ali no meio, em cima, o que é o Índice de Segurança Hídrica atual no Brasil. O Brasil já tem várias lacunas de adaptação ao que existe hoje. Nem todo mundo tem acesso garantido à água o tempo todo – e não estou falando só de abastecimento, estou falando das atividades produtivas. Muitas comunidades são expostas a eventos extremos de maneira recorrente, mesmo se a gente não considerar a mudança climática. Então, a gente já vive uma ausência de toda a infraestrutura, de toda a governança, de todas as ferramentas para lidar com a variabilidade climática no Brasil.

Você tem que somar a isso o que está aqui mais à esquerda, que são os impactos da mudança do clima de que eu falei antes. E aí você vai ter outro cenário, mais para a frente, que é um cenário de Índice de Segurança Hídrica piorado em todo o Brasil. E o que a gente precisa fazer para a gente não ficar só na questão do desastre iminente batendo à nossa porta? O que a gente tem que fazer é partir para gestão adaptativa, para medidas de adaptação que sejam efetivas nesse cenário.

Quando a gente fala de gestão adaptativa, primeiro a gente está falando que não existe uma solução mágica que vai resolver tudo. Não é só infraestrutura, não é só sistema de alerta, não são só ferramentas de gestão e de melhoria da governança, não são só regras de operação de reservatórios. É um pacote de diferentes soluções que demandam o envolvimento lá de cima até a ponta.

A gente tem que começar com monitoramento forte, eficiente e continuado. A gente tem que ter bons modelos climáticos, bons modelos hidrológicos, excelentes sistemas de alerta, para que, quando esses desastres acontecerem de novo, porque eles vão acontecer, eles não custem a vida de ninguém. A gente não pode admitir 183 pessoas mortas em um evento de duas semanas no Rio Grande do Sul. Isso é uma coisa que a gente não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA PAULA FIOREZE – Isso. A gente tem que se preparar para que isso não aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que fazer toda essa cadeia, a gente tem que ter infraestrutura no meio do caminho, para ajudar a combater, a conviver com esses extremos maiores, sejam eles de seca, sejam eles de inundação. E a gente precisa de uma governança preparada para isso.

O sistema de gestão de recursos hídricos que a gente pensou lá no passado, que era para tratar da média, do mundo normal, do que a gente já sabia que existia, não vai conseguir responder a isso tudo. A gente tem que ser mais ágil, a gente tem que conseguir conviver com a incerteza. Isso significa que a gente precisa de soluções flexíveis e de uma avaliação constante do que está acontecendo e do que pode acontecer no curto e no médio prazo. Para isso, a gente precisa de uma boa rede de monitoramento, a gente precisa de bons modelos e a gente precisa de educação e sensibilização, principalmente para o gestor local, porque é ele que vai ter que dar conta da maior parte dos problemas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Muito bom.

A SRA. ANA PAULA FIOREZE (*Fora do microfone*.) – Muito bom não é. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Você acendeu o alerta vermelho.

Pena que nós não temos aqui os colegas, mas vale até uma reflexão interna na Casa sobre projetos de lei que tratem dessa questão, desse tal pacote que ajude a fazer toda essa – digamos – necessidade das ações que estão sendo passadas aqui pela Dra. Ana Paula.

Muito obrigada, viu? Você vai vir com certeza mais vezes aqui. Inclusive, nós vamos repensar a questão deste mês de março, de fazermos uma sessão temática no Plenário, para tratarmos dessa questão hídrica. Muito boa a sugestão aqui da Casa, do Senador Fabiano.

Obrigada, Dra. Ana Paula.

Eu vou passar a palavra, agora, para o João Ricardo Raiser, que é o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Agora acertei.

O SR. JOÃO RICARDO RAISER – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Seja bem-vindo, João.

O SR. JOÃO RICARDO RAISER (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila.

Quero agradecer o convite em nome do Comitê do Paranaíba e dos comitês de bacia hidrográfica do Brasil de estar aqui, que a gente possa estar aqui conversando um pouco e colocando um pouco do posicionamento, do que é feito no Brasil, do que nos cabe, desse processo como um todo.

Talvez a minha apresentação, os meus posicionamentos não sejam tão técnicos quanto os feitos pela Dra. Veronica, pelo Marcelo e pela Ana Fioreze, mas é porque o objetivo também é apresentar um pouco mais da visão dos comitês de bacia, que é um dos componentes mais políticos desse processo.

Eu só queria registrar, Senadora, que eu sou filho de produtores rurais do interior do Paraná. Meu pai era um homem simples, sonhador, bastante inteligente e dedicado aos seus sonhos. Na década de 70, ele implantou um projeto de fertirrigação de gotejamento de nozes-pecã numa área de mais de dez alqueires. Isso não é fácil de fazer hoje, ele fez na década de 70. Eu digo isso porque, olhando para a história da minha família, como olhando para a história de muitas famílias brasileiras, a gente percebe que a água sempre está próxima de todos os processos, de todas as atividades. No caso da minha família, foi a agricultura, foi a irrigação, foi a piscicultura e até uma pequena turbina que tinha na chácara do meu avô, que dava energia para as atividades.

Há 23 anos, eu assumi um cargo de Gestor Governamental em Goiás, na estrutura da atual Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento. E a primeira frase que eu ouvi do meu chefe, à época, foi que ele queria um geólogo ou engenheiro de minas, porque o foco era implementar outorga de águas subterrâneas. Mas ele virou também, de forma mais um pouco complacente, vendo o nosso susto e falou: "Mas vamos ver o que a gente faz com essa turma que está aí". E é por isso que, olhando para trás, eu não conseguia imaginar que 23 anos depois a água se transformaria numa paixão para mim, como o Marcelo disse também, já há 28 anos trabalhando nesse setor, como vários colegas aqui da ANA também e do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, a ponto de um amigo brincar que eu sou monotemático, eu só falo de água e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles têm medo até de perguntar se vai chover numa conversa de final de tarde. E por isso também que, há 23 anos, era para mim muito difícil ou praticamente impossível imaginar que eu estaria hoje numa audiência no Senado da República, debatendo com a Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas sobre segurança hídrica, gestão sustentável da água, em comemoração ao Dia Mundial da Água, aos 27 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos, aos 25 anos da Agência Nacional de Águas.

Também era difícil imaginar que a colega que entrou comigo na área responsável pela gestão de recursos hídricos lá em Goiás, que ouviu a mesma frase, tivesse hoje num cargo importante na Agência Nacional de Águas, sendo superintendente da área de mudanças do clima. Eu e Ana Paula ouvimos essa frase do superintendente à época, 20 anos atrás.

Também não dava para imaginar que eu estaria, depois de 23 anos, a dois mandatos como Presidente do Comitê do Paranaíba, um dos dez comitês interestaduais no território no qual nós estamos inseridos agora, Brasília está dentro da Bacia do Paranaíba. Se fosse um estado, seria o quinto estado em relação ao PIB no Brasil.

Por isso que estar aqui, neste momento, para mim é tão caro e chega inclusive a ser emocionante, porque, nesses 23 anos que para mim representam quase que a totalidade da minha vida profissional, eu não consegui encontrar uma atividade que se desenvolva sem água como matéria-prima ou parte do processo produtivo. Talvez as minhas palavras sejam no sentido de tentar simplificar um pouco as questões técnicas que foram apontadas pela estrutura da ANA, de forma muito competente, mas também de dizer que, neste posicionamento, em razão desses 23 anos de atuação – ou dos 28 do Marcelo e de todos os colegas aqui –, para nós é muito difícil conceber que a gestão de águas no Brasil não seja tratada com maior atenção, com maior prioridade, com maior priorização desses processos, porque nós temos a percepção e o entendimento, de acordo com os dados que são levantados, de que, quando nós não priorizamos essa política pública, nós colocamos em risco o futuro do próprio país. A gestão de águas e a nossa capacidade, como dito pela Ana Paula, de gerir de forma adequada um recurso que dá suporte a praticamente tudo que nós fazemos... A água é sempre lembrada como a questão do abastecimento – há a frase "água é vida" –, mas a água é a perspectiva do uso múltiplo da água da agricultura, da pecuária, da irrigação, da indústria, do transporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroviário, da geração de energia, da pesca, do turismo, do lazer e também indissociável em relação às questões ambientais de uma forma geral.

Falhas na segurança hídrica e na capacidade de atuação desse sistema podem causar impactos, não apenas um desconforto, em nós que conhecemos, e defendemos, e lutamos, e trabalhamos nesse sistema, mas elas devem funcionar também, como dito pela Ana Paula, para acender um alerta quanto à segurança nacional. Escassez de água, poluição dos rios, a má gestão desse recurso levam a conflitos, instabilidades sociais, impactos econômicos que afetam diretamente a segurança do país.

Está-se discutindo agora o aumento de inflação. Parte desse impacto relacionado ao aumento da inflação tem um grande componente, que é a produção de alimentos. E grande parte da produção de alimentos do Brasil e da nossa capacidade de atender ao mundo, mas também atender ao nosso próprio país com alimentos, está relacionada à água na perspectiva dos impactos do que chove, mas está relacionada também à gestão de águas na perspectiva do recurso hídrico que é utilizado para irrigação.

Então, isso tudo precisa entrar nesse alerta e na importância de que nós priorizemos esse setor, ainda mais, como dito também pela Ana Paula Fioreze – a gente sempre brinca dizendo ANA ou Ana Paula Fioreze, tem que usar o sobrenome –, porque esses impactos das mudanças no clima vão mostrar sua face mais perversa na água, seja nas cheias, seja nos excessos, seja nas suas faltas. Como dito, vão modificar realidades, alterar a disponibilidade do recurso, retirar a previsibilidade de decisões, colocando em risco a população, também as cadeias produtivas e tudo que depende da água. Não é preciso ser especialista para entender esses sinais. Basta a gente olhar nos noticiários de hoje, de ontem ou desse fim de semana, pelo menos, falando de uma redução, de perdas em torno de 20% na safra de grãos do Rio Grande do Sul em razões de secas e também dos impactos sofridos lá no Rio Grande do Sul. E lembro, trazendo para nós, aqui, no Paranaíba, que, quando eu me mudei para Goiás, foi no ano de 1990, nós ainda não estávamos acostumados com o clima daqui, teve um período em que choveu quase 45 dias seguidos. E há quanto tempo que nós não vemos aí uma semana de chuvas, daquela chuva calma, tranquila, que alimenta o solo e vai sair ao longo do tempo nos mananciais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso que, ao comemorar esses 27 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos e também relembrar os 25 anos da ANA, é preciso lembrar que o Brasil é um país continental, com diferentes realidades, com desafios também diferenciados, e também se impõem à gestão das águas esses desafios.

Então é perceber e reconhecer que nós temos grandes avanços, mas que a gestão da água entende e se adapta a todo o nosso território.

Queria pedir para colocar a apresentação porque, a partir de agora, eu acho que já entro em alguns tópicos mais específicos que eu gostaria de registrar na imagem. (*Pausa.*)

É outra apresentação, é a do Comitê do Paranaíba, não a da ANA. (*Pausa.*)

Enquanto o pessoal arruma... É importante nós reconhecermos, Senadora, que nós temos hoje um sistema que é realmente nacional de gestão; ele não é federal, ele não é nada nesse sentido, ele é um sistema nacional.

Eu gosto sempre de frisar também que, por essa importância da gestão das águas, o Singreh (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos) é um dos poucos sistemas que teve a sua criação efetivamente determinada pela Constituição de 1988.

Alguns sistemas tiveram a sua base, as suas linhas gerais trazidas na Constituição de 1988, mas um dos poucos que teve a sua determinação efetiva de criação foi o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. Ela reorganizou o SUS, reorganizou a questão da segurança pública, mas determinou a criação de um sistema nacional para a gestão de águas, e esse sistema nacional é composto de seus sistemas estaduais.

Nós temos hoje as 27 unidades da Federação com sistemas estaduais implementados, 27 conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos implementados também. As 27 unidades da Federação possuem órgãos gestores exclusivos para gestão de recursos hídricos, alguns compartilhados principalmente com a área ambiental, que é uma área com a qual a questão da gestão da água e dos recursos hídricos tem uma relação muito forte e especial, mas não se pode confundir essa relação de integração e articulação com subordinação também: a gestão de recursos hídricos é uma política pública paralela à gestão ambiental, não subordinada necessariamente a ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 252 comitês instalados no Brasil em funcionamento; desses, dez comitês são interestaduais, de bacias interestaduais. Essas bacias interestaduais representam aproximadamente 28% do território nacional coberto por esses comitês de bacia hidrográfica interestaduais. Há mais de 60 milhões de pessoas inseridas nessas bacias, mais de 2,9 mil municípios inseridos nessas bacias interestaduais.

É interessante perceber também que esses comitês estão localizados, como disse o Marcelo na perspectiva da população, nas regiões onde nós temos maior demanda por uso de água, porque uma das questões, ou uma das grandes atribuições da gestão de águas, é justamente esta, organizar os usos, e onde nós temos os usos é geralmente onde estão as pessoas, as atividades, etc. Então, a água é essencial para as atividades humanas e econômicas. Ela está presente como matéria-prima e parte do processo produtivo.

A criação do Singreh é outra atribuição ou princípio para a gestão de águas. A questão da integração das políticas públicas é uma atribuição que está marcada de uma forma muito sensível na gestão das águas, como também o fortalecimento dos comitês de bacia, os setores usuários, como eu citei, as mudanças no clima, o aumento das variações e como esse processo vai nos afetar e a importância desse aprimoramento e da evolução desse sistema que está consolidado e apresenta resultados à sociedade, mas precisa de um fôlego e de capacidade para que ele consiga continuar atendendo as demandas e enfrentar os desafios que se põem à gestão de águas no Brasil.

Então cinco instrumentos... Perdão, como eu disse, dos 200 comitês instalados, somente os comitês de bacia hidrográfica interestaduais que têm a cobrança implementada têm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO RICARDO RAISER – ... uma arrecadação e aplicação de recursos da ordem de R$140 milhões anuais. E a gente vai mostrar um pouco em que está sendo aplicado esse recurso, um pouco mais à frente. Nós temos aí os cinco instrumentos de gestão também implantados, em funcionamento, de acordo e atendendo as necessidades de cada uma das regiões do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, essa é a realidade ou a nossa área de atuação dos comitês de bacia hidrográfica interestaduais: Doce, Grande, Paraíba do Sul, Paranaíba, Paranapanema, Parnaíba, Piracicaba-Capivari-Jundiaí, Piancó e Piranhas-Açú, São Francisco e Verde Grande. Então esses são os comitês interestaduais instalados no Brasil.

Pensando um pouco na nossa área de atuação, tentando evidenciar um pouco a atuação e como esses comitês têm trabalhado, Senadora, eu fiz um resumo, para tentar agrupar as nossas ações em cinco ou seis grandes linhas: planejamento e integração dos múltiplos usos, dos interesses das diversas políticas públicas – nós temos aí sete dos dez comitês já com planos de bacia, cada comitê com a sua realidade, enfrentando e apresentando soluções para essas questões, como o sistema de suporte à decisão do PCJ –; projetos de integração e redes de universidades de pesquisa lá do Paranapanema; manual operativo do Plano de Recursos Hídricos do Grande, que foi desenvolvido em articulação com a Agência Nacional de Águas; ações de recuperação da bacia, visando conservação de água e solo, revegetação, redução de sedimentos; apoio a programas produtores de água, visando sempre, como colocado pela Dra. Veronica, uma das atribuições da gestão das águas, que é garantir segurança hídrica, água em quantidade e qualidade para os múltiplos usos. Então temos programas como o Mananciais do Ceivap, projetos de programas ou políticas de proteção de mananciais do PCJ, programas de recuperação hidroambiental do São Francisco, apoio aos programas produtores de água da Comitê do Paranaíba.

Nossa Bacia do Paranaíba tem uma característica interessante. Se eu não me engano, dos sete ou oito programas que são incentivados pela Agência Nacional de Águas, os programas produtores de água, três deles estão dentro da Bacia do Paranaíba: o Pipiripau, que abastece aqui a região de Planaltina de Goiás; o Programa do Descoberto, que abastece, em grande parte, o Distrito Federal; e também o Programa Produtor de Águas do João Leite. Então são ações que o comitê, que a sociedade, através do comitê, tem investido, para que a gente consiga atender aos múltiplos usos e ajudar a construir a segurança hídrica no Brasil.

Ações de uso racional da água. O Serviço de Assessoramento ao Irrigante é um projeto do Paranaíba, um laboratório móvel de irrigação. Então não é somente a perspectiva de fiscalização, regulação, mas sim também o incentivo ao uso racional. Ações relacionadas à capacitação dos irrigantes também, para a indução do uso racional, cada vez utilizar melhor o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso disponível; redução de poluição; apoio à universalização do saneamento de uma forma geral; redução de poluição difusa, degradação dos mananciais; projetos de saneamento rural desenvolvidos pelo CBH Paranaíba e também pelo São Francisco, como exemplos, mas diversos outros comitês têm ações; construção de ETEs; expansão de redes, diversos comitês investindo também nesses processos; redução de poluição rural; ações relacionadas a resíduos sólidos nas áreas urbanas.

Não é nossa atribuição tratar da poluição difusa, de uma forma geral, mas como é uma questão que afeta os mananciais, afeta a qualidade dos rios, é também atribuição, então, da gestão de águas se articular, em certa medida, incentivar ou auxiliar para que essas políticas públicas se desenvolvam.

Mediação de conflitos e atuação em bacias críticas. O Comitê do Paranaíba foi pioneiro no Brasil na definição do uso prioritário para irrigação na Bacia do Alto São Marcos, uma área que é tida, na gestão de águas, como o maior conflito por uso de água no Brasil, uma área que pode chegar a mais de 200 mil hectares irrigados com restrições, que causam um prejuízo, pelo não desenvolvimento da agricultura irrigada, de números que nos assustam e fazem pensar se a gente está realmente errando no cálculo, porque partem de cifras de R$400 milhões, 500 milhões a R$5 bilhões por ano, em razão dos produtos que são produzidos ali. Em razão de um conflito entre geração de energia e irrigação, essa área ficou com restrições ao seu desenvolvimento, e, graças à atuação do Comitê do Paranaíba e também dos órgãos gestores envolvidos – a Semarh de Goiás; a Agência Nacional de Águas; o Igam, de Minas Gerais e a Adasa, aqui no Distrito Federal – isso está sendo solucionado, com a participação dos ministérios envolvidos também.

Então, para concluir, caminhando para a conclusão, Senadora, essas são ações que estão relacionadas ao funcionamento do sistema, mas esse sistema precisa de atenção. Ele precisa, como foi dito, e reforçado. E nós agradecemos muito a atenção com que a senhora tem tratado e auxiliado a Agência Nacional de Águas e, por meio da ANA, todo o sistema nacional. Nós precisamos reorganizar e garantir para esse sistema os recursos e as condições para que ele funcione.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até fiz uma brincadeira, com neologismos. Nós sofremos durante algum tempo com restrições, contingenciamentos, e agora nós temos uma expressão chamada bloqueio, mas o que interessa é o resultado, porque o recurso não está sendo destinado para a área. E essa é uma grande preocupação, porque o funcionamento desses componentes, dessas engrenagens complexas que foram construídas e vêm se desenvolvendo depende desses recursos para que a gente consiga atingir esses objetivos. Monitorar o clima, os mananciais, é fundamental para esse processo, mas é fundamental para que a gente possa tomar boas decisões. E todo esse sistema está em risco em razão desses contingenciamentos e da falta de prioridade que se dá à gestão de águas no Brasil.

Se nós observarmos diversos outros países, é possível perceber que a questão da água, na perspectiva de um recurso, tem uma atenção muito maior, pelo impacto que ela traz. Isso talvez seja, para nós, um problema gerado pelo número que a senhora inclusive citou no início da sua fala: 12% das águas doces disponíveis no mundo estão no Brasil, e se a gente somar as águas subterrâneas e o que vem de fora dá quase 18%. E aí nós ficamos com a impressão de que nós não precisamos nos preocupar com esse recurso. Então essa questão precisa ser revista, para que a gente consiga monitorar, ter capacidade de decisão.

E também há uma outra questão que eu gostaria de divulgar, que é o incentivo e o apoio aos sistemas estaduais. O Sistema Nacional de Gerenciamento – de novo eu gostaria de frisar – é nacional, e é assim que ele está definido na Constituição. E a atuação dos técnicos da ANA acontece *pari passu* com os órgãos gestores em cada um dos estados. Então cada um dos estados têm também as suas estruturas e elas precisam desse apoio.

A agência tem programas importantes que estão em risco em razão desses contingenciamentos ou bloqueios de recursos, que estão prejudicando o funcionamento, a gestão e a nossa capacidade de garantir água em quantidade e qualidade para os múltiplos usos.

E, por fim, uma última questão – cabendo-me também aí a representação dos comitês de bacia –, o Senado, o Congresso, têm um papel fundamental nesse processo. Nós temos avanços importantes na gestão de águas que precisam ser trazidos, mas há também algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupações, no caso de um enfraquecimento do sistema nacional de gestão de recursos hídricos.

Algumas políticas públicas precisam ser trabalhadas de uma forma muito séria, no Brasil, até para que a gente consiga enfrentar os impactos dessas mudanças. Como? Um desses exemplos é uma política de infraestrutura hídrica para o Brasil. É fundamental que, no Brasil, a gente tenha uma política, um processo para tratar dessa questão. Mas isso não pode ser colocado ou não pode ser tratado às custas do enfraquecimento do sistema nacional de gestão de recursos hídricos.

Essa é uma percepção dos comitês de bacia na medida em que a proposta que está no PL 4.546 trata da retirada de atribuições dos comitês de bacia e, em parte, dos instrumentos de gestão, em que os planos deixam de ser obrigatórios e passam a ser... Deixam de ter uma capacidade de efetivamente determinar as ações e passam a ser consultivos. Da mesma forma, os comitês de bacia perdem a sua determinação, também, de colegiados consultivos, normativos e deliberativos. Eles passariam a ser somente consultivos. Isso os enfraquece.

Uma outra questão: eu gostaria só de complementar os destaques que a Ana Paula Fioreze fez sobre a importância de todo esse sistema, de todo esse arranjo. Só para complementar, quero falar da importância da articulação e da integração das políticas públicas dos diversos atores dentro desse processo.

Para encerrar, o país precisa de uma gestão hídrica forte, participativa, eficiente e devidamente financiada para assegurar a segurança hídrica aos usos atuais e futuros do processo, sempre destacando que é muito difícil para nós interferirmos nos impactos das mudanças climáticas, tanto é que se fala muito mais em adaptação, mitigação e enfrentamento. Essa mitigação, o enfrentamento e a adaptação virão através da gestão e da nossa capacidade de atuação. E esse tem sido um dos elos mais fracos que estão dentro desse processo.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a sua explanação, Dr. João Ricardo Raiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, pela fala aqui dos nossos expositores, acendemos um alerta vermelho no país com relação à questão hídrica e ao enfraquecimento da nossa agência, da nossa ANA (Agência Nacional de Águas) e de toda uma estrutura que é... Nós estamos falando de um recurso que é essencial para a nossa sobrevivência, de um recurso que é finito e precisamos, realmente, fazer um debate mais sério dentro da Casa a respeito de infraestrutura, de orçamento, enfim, de todos os agentes envolvidos, dos atores envolvidos na questão hídrica do nosso país.

Eu quero demais agradecer. Estou impressionada também com a participação dos nossos internautas no e-Cidadania. Já passamos de 200 participações. Isso é difícil num horário desse, passando das 10h aqui nas Comissões.

Eu tenho algumas perguntas, a nossa assessoria separou algumas perguntas, que já passaram para os nossos expositores. O que nós vamos fazer? Porque já está adianta a hora, eu vou dar três minutos de explanação final para cada um, de fala final. E, se vocês puderem encaixar na fala de vocês algumas das respostas para os nossos internautas, eu super agradeço.

Vou citar aqui as perguntas para que todos possam estar inteirados da participação.

Werônica, de Pernambuco: "Quais avanços científicos permitem maior eficiência na recarga artificial de aquíferos e conservação de nascentes?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Diante das mudanças climáticas, como garantir a segurança hídrica e a gestão sustentável da água para preservar esse recurso essencial?".

Crystal, do Rio de Janeiro: "Como o Brasil pode ampliar o reúso de água urbana, como já ocorre no Chile [...]?".

Gabriel, do Tocantins: "Quais as ações da Agência Nacional de Águas para o fortalecimento e expansão territorial do monitoramento hídrico e fiscalização da gestão dos comitês de bacias?".

Crystal, do Rio de Janeiro, novamente: "Quais as dificuldades de implementação de políticas de incentivo a adoção de sistemas de captação de água da chuva em larga escala no país?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristiane, de São Paulo: "Como podemos melhorar a capilaridade das informações e a fiscalização de ações implementadas para a segurança hídrica no Brasil?".

Keitany, de Minas Gerais: "A água é um item essencial para a nossa sobrevivência. Quais ações vocês pretendem colocar em prática em prol desse bem tão precioso?".

Comentários.

Carlos, do Ceará: "Nunca foram tão importantes medidas impactantes de reaproveitamento das águas e campanhas para evitar desperdício."

Ana, do Rio de Janeiro: "É preciso fiscalização eficaz dos rios utilizados para o abastecimento da população, evitando o despejo de materiais orgânicos e químicos".

Estela, de São Paulo: "Quais são as principais fontes de financiamento para projetos de proteção de mananciais em regiões inóspitas?".

Francisco, de Pernambuco: "Como os diferentes setores (agrícola, industrial, urbano) podem equilibrar suas demandas por água sem comprometer os recursos naturais?".

Lazlo, do Espírito Santo: "O arcabouço legal atual garante proteção, mas é preciso fortalecimento das ações, dos órgão de fiscalização e ampliar obras estruturantes".

Já foi citado aqui pelos nossos expositores.

Tem uma pergunta aqui que eu achei muito interessante: "Considerando o cenário de emergência climática, com a intensificação de eventos extremos, como secas e inundações em diversas regiões do Brasil, quais ações devem ser adotadas para garantir a segurança hídrica no nosso país e quais setores da administração pública, da iniciativa privada e da sociedade civil têm responsabilidade nesse processo e como devem colaborar para enfrentar esses desafios?".

Enfim, encerrando esta audiência pública, eu vou passar a palavra para a Veronica Sánchez, nossa Diretora-Presidente da ANA, para sua exposição final, suas considerações finais e também, se puder incluir alguma resposta, Sra. Veronica, eu agradeço.

Com a palavra!

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ (Para expor.) – Obrigada, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, acho que, como a senhora pôde ver, e todos aqui na Comissão de Meio Ambiente, é uma comemoração em celebração ao Dia Mundial da Água, que celebramos agora, no dia 22 de março. Nós temos muito do que nos orgulhar nesses 20 anos em que a Agência Nacional de Águas existe e desde a Lei de Águas, a lei que criou o arcabouço normativo brasileiro de gestão de recursos hídricos.

Esses 25 anos de existência da ANA e do arcabouço normativo existente permitiram que se construísse esse sistema robusto, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com todos os atores que estão presentes, os membros dos comitês de bacias hidrográficas, os sistemas de gestão de recursos hídricos em nível estadual, que foram fortalecidos muito em função da necessidade que cada estado da Federação viu em ter um sistema profissional e diligente de gestão de recursos hídricos em nível local, ou seja, em nível estadual, e também com o apoio da ANA.

Nós temos muito do que nos orgulhar hoje. É um sistema forte, robusto, com pessoas altamente qualificadas, capacitadas por meio de iniciativas nossas, nossas com a Capes, nossas com o Ministério do Meio Ambiente, com várias universidades – mais de 27 universidades do país participam do nosso sistema de capacitação para formar esses gestores em recursos hídricos do país. Então, nós temos hoje um sistema muito forte, robusto, com pessoas altamente qualificadas, especializadas, que inclusive demonstram essa alta participação por meio do e-Cidadania aqui na audiência pública.

Acho que a nossa mensagem, Senadora, para esta reunião da Comissão, esta audiência, é mostrar que esse sistema, que nós construímos com tanto custo e com tanto zelo por todos esses atores, pode estar em risco neste momento. Com os cortes orçamentários, a disponibilidade de pessoas, de gente qualificada e formada para atuar na gestão dos recursos hídricos no Brasil, hoje e olhando para o futuro, pode estar comprometida.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ – Essa é uma preocupação que nós temos na agência, e isso se reflete nas nossas equipes, se reflete nas equipes dos estados, se reflete nas equipes dos comitês de bacia hidrográfica, se reflete em todas as instâncias da Federação e em todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema; é uma preocupação nossa que estamos trazendo aqui para a senhora e para toda a Comissão.

Além disso, quando a gente olha todas as mudanças que a Ana Fioreze trouxe, decorrentes das mudanças do clima, e os seus efeitos para a sociedade brasileira, em todos os aspectos... Porque não é uma coisa pontual. Quando a gente fala, por exemplo, que teve um apagão no setor elétrico, ele é localizado; às vezes, se espalha pelo sistema, mas ele é corrigido rapidamente. Teve um derramamento de óleo na bacia, no mar, no ponto tal: ele é localizado, você toma as ações e remedia. Quando a gente fala de gestão de recursos hídricos, Senadora, quando a gente fala de um desastre da magnitude do Rio Grande do Sul, quando a gente fala da seca, da pior seca no Pantanal, da pior seca no Norte do país e nos rios amazônicos – e a gente não consegue imaginar aqueles rios, com aquele volume de água, secos –, como aconteceu em 2024, a gente vê que o país inteiro está sendo afetado de formas diferentes e será mais afetado, de forma mais frequente, mais recorrente e com maior intensidade nos próximos anos.

Se nós estamos colocando em risco o sistema que nós construímos e que está posto hoje, imaginem a nossa capacidade de lidar de forma consistente e forte, ou seja, robusta, com as mudanças que a gente vislumbra no futuro – e é um futuro próximo, ou seja, um futuro para este ano, para 2025 e para os próximos anos que se avizinham.

Quando a Ana Fioreze traz esse pacote, às vezes é até um pouco difícil de explicar, Senadora, porque são iniciativas que dependem de todos. E, até respondendo um pouco à pergunta que a senhora colocou, quais são as iniciativas que a gente precisa fortalecer?

Uma parte é a infraestrutura. Quais são as infraestruturas que nos permitem ser mais resilientes? Em alguns lugares, são as de aumento da capacidade de reservação de água. Precisamos de mais reservatórios para garantir que haja água disponível para os usos nos períodos mais secos. Às vezes, são obras para reduzir os impactos de enchentes em áreas que são recorrentemente alagadas em várias cidades, como Baixada Santista, Vale do Itajaí, Baixada Fluminense. Todos os anos, temos cheias recorrentes que alagam essas áreas, derrubam casas, as pessoas morrem, e a gente já sabe disso. Essas áreas estão mapeadas, são mais ou menos 1,4 mil municípios que são mais sujeitos a inundações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso já está mapeado, então precisamos de infraestruturas, precisamos do que a gente chama de infraestrutura verde: soluções baseadas na natureza que permitam que várias áreas, sejam elas urbanas, sejam elas rurais, sejam mais capazes de absorver chuvas mais intensas e mais frequentes e evitar que isso impacte o território, impacte... Ou seja, que a terra não seja lavada, vamos dizer assim, que o solo não seja lavado, que as propriedades não sejam derrubadas e que as pessoas não percam as vidas e o seu patrimônio.

Precisamos do que a gente chama também de infraestrutura azul, um conjunto de medidas que permitem que a gente faça uma gestão inteligente das águas, que a gente aproveite a água da chuva, que a gente use soluções como reúso de água – que também está colocado em algumas das perguntas –, porque a gente tem o lema que cada gota conta, cada gota de água, em lugares de escassez hídrica, como a região do São Marcos, que o João Ricardo comentou aqui, conta para a produção agrícola, conta para a geração de energia. Então, a gente tem que ter esse cuidado porque cada gota de água em cada bacia hidrográfica crítica conta, e a gente precisa cuidar desse recurso escasso.

Então, Senadora, eu acho que a nossa fala é muito no sentido de que o sistema que foi construído com muito esforço e muito esmero do país ao longo desses 25 anos está em risco hoje, e, se a gente tem a consciência, as informações que estão dadas de que precisamos nos preparar para a realidade que está colocada hoje, com o exemplo catastrófico do Rio Grande do Sul no ano passado e, para os próximos anos, a gente precisa pensar num sistema eficiente que envolve infraestrutura, envolve defesa civil, envolve fortalecimento dos membros do sistema, ou seja, os membros nacionais, como a Agência Nacional de Águas, a Defesa Civil nacional, os sistemas estaduais, os comitês de bacias estaduais.

Então, é um conjunto de atores, uma cadeia de atores que precisam estar articulados – e esse é o papel da ANA, a gente faz essa articulação com todos esses atores – e com ações concretas e consistentes que permitam que a gente se adapte melhor a esses impactos.

Então, essa é a nossa mensagem, Senadora. Agradeço muito a sua atenção, a sua dedicação a essa pauta e a sua receptividade para esse tema e por a senhora dar voz a toda a nossa preocupação e trazer isso para o Senado Federal, porque é o olhar de futuro do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente depende da água para a produção de *commodities*, depende da água para a produção industrial, depende da água para a produção de alimentos. A gente se preocupa... Por exemplo, agora, a área do Rio Grande do Sul que está sendo afetada pela seca é a maior área de produção de arroz. Arroz é componente da cesta básica do brasileiro, e isso impacta a inflação diretamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E nós já estamos sentindo.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ – Nós já estamos sentindo, toda a população está sentindo, todo mundo está sentindo o bolso apertado pelo preço dos alimentos que só vem subindo. Então, tudo isso é impactado pela ausência de água, por uma gestão não ótima dos recursos hídricos.

Então, agradeço muito a sua sensibilidade em nos dar esse espaço aqui no Senado Federal, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Veronica, que é uma grande parceira. A Dra. Veronica peregrina aqui por este Congresso, pelo menos por uns dois anos, muito firme, lutando por recursos e infraestrutura para a ANA. Então, conte conosco nesse *front*.

Vou passar a palavra agora para o Dr. Marcelo Jorge Medeiros, que é o Diretor Interino da ANA.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (Para expor.) – Obrigado.

Eu vou voltar ao tema do monitoramento...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Um mineiro apaixonado! (*Risos.*)

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS – Muito! Tão apaixonado que eu casei com uma capixaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou voltar para o tema do monitoramento, porque é o tema de que eu mais cuido na ANA também, e tem algumas perguntas. Uma delas começa falando sobre o fortalecimento e a expansão territorial do monitoramento.

O monitoramento hidrológico não é uma ação individual, nós trabalhamos com o coletivo. Então, nós fazemos parcerias na ANA com todos os estados, nós temos uma parceria com os serviços hidrológicos do Brasil e nós fazemos também algumas ações para manter essa parceria com outros países. Por quê? Vamos lembrar: na Amazônia está águas abaixo e, no Sul do país, a gente está águas acima. E, para eu entender como toda a bacia funciona, para eu ter toda essa noção de oferta de água, eu preciso compreender o regime de água em toda a bacia. Então, a gente não funciona no individual, é no coletivo.

Há algumas ações muito pequenas que favorecem o coletivo no âmbito nacional. Nós temos tomado, por exemplo, uma que parece muito simples, mas que teve um efeito absurdo nos últimos cinco anos: os estados não conseguem comprar facilmente um equipamento que é importado e que depende de uma caracterização técnica na licitação, que não é fácil. A gente tem um laboratório na ANA, em que, todo ano, testa um monte de equipamento de fabricantes do mundo inteiro e escolhe o melhor equipamento para nós – isso serve para o estado. Então, em vez de fazer compra direta, a gente passou a fazer ata de registro público de preço. Então, nos últimos cinco anos, os estados adquiriram mais de R$30 milhões em compras, sem a necessidade de fazer uma licitação. E havia vários estados que não gastavam, porque não conseguiam licitar. Essa é uma medida simples, mas que tem um efeito grande.

A gente tem um programa muito interessante de parceria com os estados que se chama Qualiágua, em que a gente dá uma premiação financeira para o estado que monitora a qualidade da água e que produz análise em cima disso. O interessante não é o prêmio, o interessante é que, a partir do incentivo que tem junto com o prêmio – capacitação, orientação e mesmo cessão de equipamento técnico especializado – a gente conseguiu montar equipes nos estados que permanecem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS – Mesmo hoje, com essa falta de orçamento, eu não consigo fazer o prêmio, mas a atividade está lá no estado. Então, a permanência disso criou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade essencial que não existia no estado. São programas assim que têm um custo muito baixo. Por exemplo, no caso do Qualiágua, a gente chegou a ter 3 mil estações no território inteiro do Brasil, e, no máximo, hoje a gente gastaria R$15 milhões por ano. E são centenas de pessoas no estado produzindo dados e interpretando.

A questão de interpretar também é um problema sério, que tem a ver com outra pergunta que é a da capilaridade da informação: na maior parte dos casos, a pessoa não usa o dado ou porque não sabe que existe ou não dá um uso para aquilo na vida dela. Então, ela precisa de capacitação.

Como a Veronica falou, a gente tem um *site* da ANA para capacitação, para EaD. Dentro desse *site*, a gente tem pequenos cursos de uma hora, de duas horas, de uma semana, do que é dado hidrológico e para que serve na sua vida. Depois dessas ofertas de cursos, a gente tem notado que tem aumentado o número de pedidos de dados na agência. Então, a gente tem que abrir mais possibilidades disso. A capacitação muda as pessoas. Educação liberta? Liberta, ainda mais nesse caso. No ano passado, a gente capacitou 40 mil pessoas em curso de EaD. O custo de capacitação de uma pessoa em EaD é o mesmo de capacitar 40 mil. Então a gente tem que aumentar a oferta de curso, principalmente de noções básicas, para a sociedade. Então isso interfere na capilaridade.

E, sobre monitoramento e fiscalização do uso da água, o monitoramento, a princípio, dá a oferta de água. É aquela pergunta principal: onde? Quando tem? Qual é a qualidade?

A gente tem avançado também, nos últimos anos, na questão de monitoramento da demanda. A gente tem obrigado grandes usuários que causam um uso significativo do recurso hídrico na sua região a implantar automonitoramento, e a gente recebe por transmissão. É um dado automático, e a gente consegue fazer um balanço hídrico muito melhor e, no final, eu tenho a oferta, eu tenho demanda e consigo caracterizar o balanço hídrico, que é o que sobra. Com o que sobra, a gente faz uma das coisas que é uma das soluções mais nobres da ANA que é a locação de água.

As pessoas veem a gente como um cartório que emite outorga. A outorga é feita depois do balanço hídrico, que é absolutamente técnico. É preciso um engenheiro como eu, especializado para fazer, mas a oferta de água tem que ser negociada na bacia. As negociações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não nascem só do desejo do usuário; elas passam principalmente pelo plano de bacia que o comitê tem.

O comitê só existe porque você engajou pessoas na bacia. As pessoas se organizaram, se mobilizaram e criaram um plano de bacia, e o comitê segue as regras, que ele mesmo se impôs no plano, entre elas, uma questão que é muito importante: as regras de uso da água e as que dizem como eles vão gastar, investir o recurso da cobrança de que o João falou.

Então, plano é importante, é uma medida da maturidade do comitê. Isso leva a um ponto final, que é uma outra pergunta: como a gente fiscaliza os comitês? A gente não necessariamente fiscaliza o comitê. No comitê, se criou uma regra, que é o plano, aí ele passa para um outro estágio de maturidade, que é a cobrança pelo uso da água na bacia. Isso gera a receita necessária para executar o plano e para o comitê se manter.

Então, se eu tenho a regra e o recurso, a ANA fiscaliza a parte desse recurso que passa por nós, porque, para arrecadar esse recurso, se precisa do agente público. No caso das bacias federais, a ANA é o agente público que arrecada. Esse troço entra na ANA e sai no mesmo dia, e a gente não fica com nada disso, e o comitê usa de acordo com o seu plano, que é um instrumento muito democrático e participativo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Marcelo, pelos esclarecimentos bem didáticos.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Ana Paula Fioreze, que é a Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos da ANA e responsável pelo estudo de impacto da mudança climática nos recursos hídricos do Brasil.

A SRA. ANA PAULA FIOREZE (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Primeiro, é só para dizer que as perguntas, de maneira geral, trazem mais ou menos o espírito do que a gente discutiu aqui. A gente está falando de desafios muito grandes; a gente precisa de uma nova perspectiva para isso e a gente precisa, principalmente, de soluções múltiplas e flexíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente avançou muito, nesses 25 anos, na gestão integrada dos recursos hídricos, que é um princípio legal, na gestão participativa dos recursos hídricos, que também é um princípio legal e agora a gente tem que avançar muito fortemente na gestão adaptativa dos recursos hídricos, que é estarmos preparados para conviver com um mundo mais inóspito, assim, no que diz respeito à disponibilidade hídrica e ao clima. E aí isso demanda atuação em diferentes níveis e integração tanto vertical quanto transversal. A gente está falando de União, estados, municípios, setor privado, todos engajados dentro do mesmo objetivo, e a gente está falando de integração entre as diferentes políticas: a política de recursos hídricos com a política ambiental, com a política energética, com a política de agricultura, porque todas elas têm duas questões em comum, na verdade, que são o clima e a água. E isso pode ser, inclusive, uma oportunidade de, finalmente, a gente conseguir fazer integração e caminhar todo mundo no mesmo sentido.

Então, vou só reforçar algumas questões que foram levantadas.

Uma é a questão da capacitação, que é muito importante e tem que ser voltada a diferentes níveis. A gente tem visto muito a necessidade de capacitar melhor os municípios para que possam acessar fundos, para que tenham bons projetos e para que possam, de fato, implementar as ações ali.

Outra coisa que a gente tem percebido muito é a necessidade de troca de experiências bem-sucedidas para a gente avançar para a implementação, de fato.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA FIOREZE – E a gente está elaborando agora uma trilha de capacitação sobre mudança climática para diferentes públicos, para que também isso possa ser absorvido na gestão dos recursos hídricos. Então, é essa a questão da capacitação.

A gente vai continuar produzindo estudos, a gente vai continuar avançando em um papel que a gente tem que é ligar o que a academia e a ciência produzem – que, às vezes é meio árido; às vezes, é meio complicado; às vezes, tem seus objetivos específicos – a políticas públicas efetivamente implementadas. O que a gente quer é que, de fato, a gente tenha uma realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais segura, do ponto de vista dos recursos hídricos. E quero reforçar de novo a questão da necessidade de ciência fortalecida, mas de um monitoramento fortalecido.

Vou só aproveitar, antes de encerrar, para lhe entregar, Senadora, uma carta que nós, com mais de 60 instituições, fizemos no ano passado, alertando para essa questão da necessidade do monitoramento climático e do monitoramento hidrológico no Brasil.

A gente publicou essa carta no ano passado; ela veio de várias conversas dentro do setor, e é uma maneira também de diferentes signatários expressarem sua preocupação com o futuro do conhecimento desse bem, que é essencial para o desenvolvimento do país.

Agradeço e estou à disposição para as próximas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sou eu que agradeço, Dra. Ana Paula.

Inclusive, já estou aqui falando com ela: "Olhe, nós vamos fazer um debate"; e acho que vale muito a gente fazer também a manifestação em Plenário de todo esse alerta que vocês estão fazendo aqui, que é muito sério. E quero agradecer por esse trabalho aqui.

Acabei de perguntar para a Dra. Veronica se essa superintendência sempre existiu ou não – ela é nova. Eu falei: "Ah, que bom, né?". Ao mesmo tempo em que a gente tem inúmeras dificuldades, a gente vê a agência e todos os envolvidos buscando alternativas para trazer respostas para a sociedade, e até nós mesmos subsidiarmos o nosso trabalho aqui.

Então, eu quero agradecer e parabenizar a iniciativa da Ana, a respeito da criação dessa superintendência, fundamental nesse trabalho diário da agência, e dessa parceria conosco, aqui, dentro do Congresso Nacional.

Vou passar a palavra agora para o Sr. João Ricardo Raiser, que é o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

O SR. JOÃO RICARDO RAISER (Para expor.) – Senadora, queria agradecer a atenção da senhora e de toda a Comissão, de todos que nos acompanharam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às perguntas que foram apresentadas, é interessante perceber que todos, em certa medida, apontam a questão de segurança hídrica ou a preocupação com água, em quantidade e qualidade. Essa é a nossa preocupação e essa é a grande atribuição desse sistema, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Então, de forma geral, uma resposta para todas essas perguntas seria implementar e efetivamente fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento. É ali que estão as respostas e é ali que vão ser construídos os caminhos para o enfrentamento a todos esses problemas de quantidade, qualidade, poluição, recuperação das condições da bacia, atendimento aos usos múltiplos, fiscalização, planejamento, integração de políticas públicas, isso tudo para que a gente consiga ter água para tudo que a gente faz, de forma segura e tranquila. E aí há a importância da capacitação, do envolvimento da sociedade e dos usuários.

E quero colocar, então, para finalizar, Senadora, os comitês de bacia do Brasil. Eu estou aqui representando o Comitê do Paranaíba, mas a gente tem uma articulação forte com os outros dez comitês de bacias hidrográficas interestaduais.

Também é possível mobilizar o Fórum Nacional de Comitês de Bacias. Existem também outros componentes que eu gostaria de citar: o Fórum Nacional de Órgãos Gestores de recursos hídricos, que também tem um papel importante, porque representa os órgãos gestores estaduais, a base também desse sistema como um todo.

E, fundamentalmente, quero agradecer, por fim, em meu nome, em nome dos comitês e em nome também dos servidores da Semad, enquanto servidor da Semad de Goiás, e dos órgãos gestores estaduais, o espaço, a abertura, para que a gente traga ao Brasil a percepção ou a importância desse sistema, para que as pessoas percebam que a nossa grande capacidade de atuação é através da gestão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO RICARDO RAISER – São muito importantes os resultados desses projetos como um todo, mas eles só vão acontecer através da articulação, da integração e da nossa capacidade de nos juntarmos e tomarmos boas decisões. Se esse sistema não for fortalecido, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse sistema não for estruturado, os prejuízos vão ser muito severos ao Brasil, de uma forma geral.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos.

É uma pena que esteja se encerrando aqui a nossa audiência pública, porque realmente foi muito rica, muito esclarecedora.

Quero agradecer aos nossos expositores e a todos que participaram conosco através do Portal e-Cidadania e também a todos que estão presentes, os membros da diretoria aqui da ANA.

Quero agradecer aos nossos servidores – mais uma vez, toda terça-feira, estamos juntos aqui – e aos membros desta Comissão.

Vamos continuar debatendo. Demos luz a um tema que é fundamental, mas eu acho que não se encerra por aqui o debate. Temos que aproveitar que, no dia 22 de março, é o mês em que se celebra o Dia Mundial da Água, mas, mais do que isso, é uma obrigação desta Comissão tratar de forma muito séria esse tema.

Então, nada mais havendo a tratar, já desejo boa terça para todos e agradeço a presença de todos, declarando encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e boa terça.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Sergio Moro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Paulo Paim, Augusta Brito e Laércio Oliveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Segurança Pública e eleição de Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2025-2026. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleito, para o cargo de Presidente, o Senador Flávio Bolsonaro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Objetivo e diretriz da reunião.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do Presidente para o biênio 2025-2026.

Foram registradas até o momento as seguintes indicações: para Presidente, o Senador Flávio Bolsonaro.

Não tendo sido registrados outros candidatos ao cargo, consulto os membros se podemos realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Coloco em votação, por aclamação, o nome do Senador Flávio Bolsonaro para Presidente desta Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleito o Senador Flávio Bolsonaro.

Senador Flávio, passo a Presidência a V. Exa. para que cumpra a missão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hamilton Mourão, Senador Sergio Moro, a todos os que estão aqui também com a presença confirmada no nosso painel agradeço a eleição por aclamação.

Eu pretendo aqui fazer um trabalho focado nos anseios da nossa população, que vem sofrendo muito com a insegurança pública. Eu acho que esse é um problema de todos os estados. E, sem dúvida alguma, uma coisa que não vai faltar na minha Presidência aqui é nós enfrentarmos, discutirmos e votarmos projetos, por mais polêmicos que eles possam ser.

Eu tenho uma vida pública muito próxima da segurança pública desde o meu primeiro mandato como Deputado Estadual no Rio de Janeiro, quando fui eleito, em 2002, portanto, quando eu tinha alguns quilos a menos, sem cabelos brancos, era solteiro, não tinha filhos. Já tinha uma atuação muito forte em defesa, em especial, dos profissionais da segurança pública. E como sempre tive uma atuação voltada para esse público, eu sou muito entusiasta do assunto, conheço um pouco – acho que muito menos do que Moro e do que Mourão, que estão aqui presentes –, e o que eu posso falar é que, em especial nos últimos anos, nas diversas oportunidades que tive de conversar com quem entende de segurança pública de verdade na ponta da linha, que são os nossos policiais, principalmente, todos são unânimes em dizer que a violência virou uma epidemia.

O meu Estado do Rio de Janeiro é uma grande cobaia, nos dias de hoje, de um projeto de intervenção jurídica de um Ministro do Supremo na segurança pública por intermédio daquela chamada ADPF 635, que simplesmente dificultou demais o trabalho dos nossos policiais, e a consequência óbvia foi o fortalecimento do crime organizado. Recebi de vários desses profissionais da segurança pública do Rio, em especial, muitas ideias, muitas propostas, especialmente o mapeamento de onde estão os principais gargalos na legislação, para que nós possamos dar ainda mais segurança jurídica para que os magistrados, Senador Moro, possam tomar suas decisões de forma muito mais amparada, muito mais seguros, de maneira a impedir essa porta giratória que hoje virou o sistema penitenciário, as audiências de custódia. E isso vai se fazer, sem dúvida alguma, combatendo essas brechas na legislação. Portanto, vamos pautar, vamos discutir aqui com muita transparência e tranquilidade essas propostas, de maneira a deixar essas pessoas, que são aqueles criminosos mais violentos, muito mais tempo presos. Essa é a ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo que eu dou foi um projeto que nós apresentamos em conjunto aqui, os membros da Comissão de Segurança Pública, ainda no final do ano passado, em que nós, entre outras coisas, estamos sugerindo que o crime de porte ilegal de fuzil seja considerado crime autônomo, porque hoje um traficante de drogas, por exemplo, que usa um fuzil, o que virou uma coisa nada rara no Rio de Janeiro, para manter o seu domínio territorial, quando é condenado, a pena desse porte ilegal de fuzil é praticamente absorvida pela do crime de tráfico de drogas, portanto uma punição muito mais leve do que deveria, do que seria a correta.

Esse projeto de lei específico traz esse crime autônomo de porte de fuzil. Nesse exemplo que eu dei, esses marginais responderão pelo crime de tráfico de drogas mais pelo crime do porte ilegal de fuzil com uma pena bastante alta.

Então, eu tenho a convicção aqui da relevância desta Comissão. Eu acho que todos nós sabemos da grande responsabilidade que todos nós teremos, ao longo desses próximos dois anos, de apreciar esses projetos e dar à sociedade a resposta que ela espera: que nós endureçamos a lei penal, porque o crime realmente se descontrolou de uma forma nunca antes vista em todo o nosso Brasil.

Então, eu quero agradecer de coração a todos vocês que me deram esse voto de confiança. E com relação aos trabalhos no dia a dia, só quero já, de antemão, pedir que as assessorias sugiram aqui os pedidos de relatorias de projetos ao Waldir. Eu, na medida do possível, vou fazer a distribuição mais justa que encontrar e vou dar prioridade aos projetos, sem dúvida alguma, que tratem de endurecimento da legislação penal com base no que eu tenho recebido de propostas dos profissionais de segurança pública de todo o Brasil.

Então, quero abrir a palavra para quem quiser, se alguém quiser fazer uso da palavra, senão eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente, primeiro, parabenizo V. Exa. pela eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que compartilho do seu entendimento, em geral, em relação à calamidade, hoje, da segurança pública, muito decorrente da falta de políticas públicas do Governo Federal e muito decorrente também de uma visão equivocada por parte não só do mundo político, mas também do mundo jurídico de que o direito penal seria uma espécie de mal em si, quando, na verdade, está aí para proteger o cidadão. Isso significa que precisamos ter certeza e rigor na punição de criminosos, além de mecanismos de prevenção.

Acredito que V. Exa. será muito bem-sucedido na condução dos trabalhos desta Comissão. E nos colocamos, os membros aqui e eu, inclusive, à disposição para poder ajudar nessa missão.

Eu vejo hoje o crescimento do crime organizado como um fenômeno visível no país e, em alguns estados, numa situação mais alarmante, como infelizmente é o caso do estado de V. Exa., mas isso também tem acontecido em outros locais. No Paraná, nesta semana mesmo, surgiram episódios de incêndio de ônibus, ataques à propriedade privada que, embora estejam sendo ainda elucidados, têm até características similares às de ataques provenientes do crime organizado.

Então, o Brasil hoje clama por uma mudança radical na política de segurança pública, especialmente em um momento em que os brasileiros estão órfãos de política de segurança vinda desse Governo Federal, que tem uma visão absolutamente equivocada.

Então, teremos aí um ano ou dois de muito trabalho e muita dedicação. E contem... V. Exa. pode contar comigo nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Moro. Conto, sim, muito, com V. Exa. aqui nesta Comissão.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Serei breve. Eu acho que já foi dito o que é importante (*Fora do microfone.*) como princípio, como atitude que devemos tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi no exercício do cargo Executivo que nós temos que ter lado. E o lado de hoje... O nosso lado está perdendo e está perdendo de goleada. E o que é pior: com ataques a um sistema que já é frágil, ou fragilizado, com ataques fragilizadores.

Eu acho que temos aqui pessoas com conhecimento jurídico, experiência para ajudá-lo a conduzir bem o barco nesses dois anos. E eu quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Conto muito também com o apoio de V. Exa. aqui.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu só queria colocar o meu nome à disposição para a Vice-Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Moro, ontem, inclusive, na reunião de Líderes, com o próprio Presidente Davi, ficou acordado que hoje seriam apenas as eleições de Presidente, mas a composição e os acordos políticos que foram feitos passam pela indicação do União Brasil, do seu bloco, do seu nome à Vice-Presidência aqui da Comissão de Segurança Pública. Então, acho que, se não tiver nenhuma outra orientação política ou algum acordo diferente, na próxima sessão, nós já poderíamos fazer a eleição, com o nome de V. Exa. indicado à Vice-Presidência da Comissão de Segurança Pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tudo bem. Aguardemos, então.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Moro.

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho, Humberto Costa e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição de Vice-Presidente para o biênio 2025-2026. **Resultado:** Eleito Vice-Presidente o Senador Sergio Moro. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5365, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de domínio de cidades e de intimidação violenta; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 610, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para tipificar o "novo cangaço" como ato de terrorismo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao PL 5365/2020, na forma do substitutivo que apresenta, pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 e 2-CDD e contrário ao PL 610/2022. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PL 5365/2020 e à Emenda nº 3-CSP, na forma da Emenda nº 4-CSP (Substitutivo), pela prejudicialidade das Emendas nºs 1-CDD e 2-CDD, e contrário ao PL 610/2022. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5550, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3605, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e após pedido de alteração do projeto de lei pelo Senador Fabiano Contarato, a matéria é retirada de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5664, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de exemplar do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil nas recepções dos prédios dos órgãos de segurança pública previstos no caput do art. 144 da Constituição Federal e nos estabelecimentos prisionais estaduais e federais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1001, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o tipo penal de homicídio qualificado praticado por membro de organização criminosa." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP, 2-CSP e 3-CSP. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) mantidos entre a Policia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECOS." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a alteração de "convocação" para "convite". **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a ADPF 635 e seus reflexos na sociedade brasileira." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a alteração de convite do "Senhor André de Seixas, Coordenador da CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais)" para "Representante da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e catorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Bem-vinda, Senadora Margareth Buzetti – minha ídola! –, com a presença do Senador Sergio Moro aqui ao meu lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de fevereiro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e segue a ser publicada no *Diário do Senado Federal*.

Bom, esta sessão nós vamos fazer em duas partes: a eleição de Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 2025-2026; em seguida, daremos início à deliberação dos itens constantes da pauta.

Até o momento, temos registrado para o cargo de Vice-Presidente apenas o Senador Sergio Moro.

Dessa forma, consulto os membros se podemos realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a proposta, coloco em votação por aclamação o nome do Sr. Sergio Moro para Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleito como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública o Senador Sergio Moro.

Parabéns, Senador!

Quer fazer uma palavra aí? Pode fazer uso da palavra, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Rapidamente, aqui, Senador Flávio, acho que esta Comissão vai ter um trabalho especial durante esta legislatura, esses próximos dois anos, haja vista a situação de calamidade que se encontra em decorrência da escalada da criminalidade, tanto violenta como também do crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado. A própria Senadora Magareth Buzetti tem projetos importantes, inclusive nessa área, e eu quero contribuir com afinco aqui com a gestão de V. Exa. desta Comissão.

Eu só pediria aqui a vênia de V. Exa., porque está tendo uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura que eu mesmo requeri, sobre um assunto importante lá para o Estado do Paraná. Então eu vou pedir a vênia só para me ausentar durante a sessão, mas aqui serei presença constante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado. (*Fora do microfone.*)

Antes de passarmos à pauta, eu queria só combinar aqui um... fazer um pedido, na verdade, a todos os membros.

Bem-vindo, Senador Styvenson.

Nós temos mais de 190 projetos ao todo aqui, na Comissão de Segurança, e, pelo levantamento que nós fizemos, alguns poucos estão com o relatório pronto para a gente fazer apreciação aqui em Plenário. Desses mais de 190 projetos, 57 estão com relatoria, sendo que 50 desses já estão com o Relator há bastante tempo, mais do que os oito dias úteis que o Relator teria para deliberar, e muito além também dos 15 dias úteis que a Comissão teria para apreciar esse relatório. Eu queria pedir a todos os Senadores que estão com relatorias de projetos aqui na Comissão que até a próxima reunião nossa, na próxima terça-feira, façam a entrega desses relatórios, os seus pareceres, para que a gente possa organizar melhor a nossa pauta e os nossos trabalhos, para fazer a distribuição dos projetos, estabelecer as prioridades.

Enfim, faço esse apelo aos Senadores que estão com relatórios, para que possam encaminhar aqui à assessoria da nossa Comissão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Tem um requerimento meu de audiência pública do Lewandowski. Se a gente puder colocar antes de eu sair, inverter...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só fazer uma inversão então da pauta, para a gente votar primeiro aqui o pedido de... os pedidos, na verdade, vou aproveitar para fazer todos os de audiências públicas.

Tem um requerimento aqui do Senador Sergio Moro, o de nº 2, de 2025.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) mantidos entre a Policia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECOS.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR).

V. Exa. quer fazer uso da palavra para falar do pedido?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Muito rapidamente, agradeço a inversão da pauta.

O requerimento é para nós ouvirmos o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, porque todos nós sabemos o relevante trabalho que faz a Polícia Rodoviária Federal em apoio a polícias dos estados, à Polícia Federal em realização de diligências. Isso é algo que vem há muito tempo, já ocorria durante o Governo do ex-Presidente Michel Temer, aconteceu durante o Governo do ex-Presidente Bolsonaro. Ocorreu, foi até questionado no STF e foi, no entanto, permitido. E recentemente houve uma decisão de retirada da Polícia Rodoviária Federal desses convênios e dessas funções de apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo específico é ouvir o Ministro sobre as motivações dessa medida e, do outro lado, também aproveitar, já que a Comissão de Segurança lida com esse tema, eventualmente indagar sobre outras questões, desde que seja acordado com o Ministro.

Foi sinalizado pelo gabinete do Ministro uma disposição de comparecer por convite, então podemos substituir a convocação por convite. E até me adiantando, Presidente, há uma sugestão de ser dia 9 de abril, quarta, pela manhã. Ele pede que não seja na terça por questões, sei lá, de agenda do ministério, mas que seja feita numa quarta-feira. Se houver essa viabilidade de uma extraordinária, já ficaria a sugestão. Podemos sair com a definição da data e encaminhar para o ministério.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está ótimo.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Senador Flávio, inicialmente quero parabenizar a Presidência de V. Exa. nesta tão importante Comissão.

Quero me colocar também à disposição dos meus colegas e agradecer ao Senador Sergio Moro pela sensibilidade de transformar essa convocação num convite, na certeza de que o Ministro tem total disponibilidade de estar aqui, e faço votos de que isso seja aprovado nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Fabiano.

Coloco em votação o Requerimento nº 2, de 2025, de autoria do Senador Sergio Moro, para convidar o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que já organize a reunião para o dia 9, pela manhã, para que possamos realizar essa audiência pública.

Eu já vou fazer, então, a votação dos outros requerimentos que temos aqui.

Tem o Requerimento nº 1, de autoria do Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Ele tem que estar presente.

Então, tem outro meu aqui, que é mais impactando o Rio de Janeiro, especialmente.

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a ADPF 635 e seus reflexos na sociedade brasileira.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ),

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – O Supremo retoma na próxima semana o julgamento dessa ação, e lá no Rio de Janeiro nós estamos sofrendo demais com os efeitos dela. Gostaria de trazer aqui os profissionais da segurança pública. Eu queria colocar esse requerimento em votação e contar com a ajuda de todos os meus pares aqui.

Tem que fazer a leitura dos nomes? Cadê o requerimento, está aqui? (*Pausa.*)

Para a audiência pública: Secretário de Segurança Pública do Rio; um representante do Logística Brasil, porque isso tem um impacto grande também na logística no Rio de Janeiro, na infraestrutura; um representante da Polícia Civil; um representante do Sindicato de Cargas do Rio de Janeiro; um representante da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é apenas a segurança pública, há impactos disso também na economia do nosso estado; e também o Secretário de Estado de Polícia Militar.

Então, coloco em votação o requerimento de audiência pública.

Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de minha autoria.

O outro não dá para votar porque não está presente o autor.

Eu queria pedir para a minha ídola, a Senadora Margareth, assumir aqui a Presidência, para eu fazer a leitura do primeiro projeto que está na pauta, que é de minha autoria. Não é nada me aproveitando da qualidade de Presidente, é porque tem realmente poucos projetos prontos na pauta da Comissão, com relatoria pronta, para que possamos discutir aqui.

Por favor, Senadora Margareth Buzetti. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Projeto de Lei nº 610, de 2022.

2ª PARTE

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 5365, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de domínio de cidades e de intimidação violenta; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para tipificar o "novo cangaço" como ato de terrorismo.

Autoria: Senador Carlos Viana (MDB/MG)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao PL 5365/2020, na forma do substitutivo que apresenta, pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 e 2-CDD e contrário ao PL 610/2022.

Observações:

1. Em 6/3/2024, as matérias foram apreciadas pela Comissão de Defesa da Democracia, com parecer favorável ao PL 5365/2020, com as Emendas nºs 1 e 2-CDD, e contrário ao PL 610/2022;

2. As matérias seguirão posteriormente à CCJ.

Em 18/03/2025, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Com a palavra o nobre Relator, Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Então, passo direto aqui à leitura da análise do relatório do Projeto de Lei 5.365, de 2020, de autoria do Deputado Sanderson.

No mérito, entendemos que há urgência na tipificação desse tipo de conduta, que afronta o aparelho policial estatal e coloca em grande risco a segurança pública. Embora representem atos criminosos que podem ser enquadrados em tipos penais atualmente existentes em nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação penal, entendemos que eles possuem individualidades, caraterísticas e gravidades específicas que realçam a necessidade de criação de um novel tipo penal.

Por sua vez, entendemos que as condutas em questão não podem ser equiparadas ao crime de terrorismo, nos termos do Projeto de Lei 610, de 2022, uma vez que este delito, conforme bem ressaltado pelo relatório proferido na CDD, possui elementos subjetivos específicos exigidos pelo *caput* do art. 2º da Lei 13.260, de 2016 – lei que define os atos de terrorismo –, que são as "razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião".

Não obstante essas considerações, entendemos que o PL 5.365, de 2020, merece ser aperfeiçoado, motivo pelo qual apresentamos substitutivo ao final.

A nosso ver, os crimes de "domínio de cidades" e "intimidação violenta", previstos no PL, apresentam tipos penais bastante abertos e que se assemelham, podendo levar o operador do direito a erro, ao tipificar a conduta no caso concreto.

Por exemplo, em qual crime tipificar a conduta do agente que explode bens públicos ou privados, de forma a bloquear uma via de tráfego e impedir a atuação da polícia, com o objetivo de praticar um crime? Essa é uma prática que ocorre com alguma frequência em rodovias no Rio de Janeiro e que poderia, com a alteração proposta pelo PL no Código Penal, ser tipificada tanto no crime de "domínio de cidades" quanto também no crime de "intimidação violenta".

Sendo assim, por meio do substitutivo que apresentamos abaixo, alteraremos o Código Penal com o objetivo de tipificar unicamente o crime de "domínio de cidades com intimidação violenta". Com isso, reuniremos em um único tipo penal as condutas previstas nos crimes de "domínio de cidades" e "intimidação violenta", previstas na redação original do PL 5.365, de 2020, evitando, dessa forma, que os operadores do direito divirjam na subsunção de condutas aos tipos penais citados.

Ademais, por meio do substitutivo, faremos ainda as seguintes alterações: i) inserção do tipo penal no Título IX da Parte Especial do Código Penal – Dos Crimes contra a Paz Pública –, que é a topologia correta, uma vez que ele não constitui crime contra o patrimônio; ii) previsão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na descrição do tipo penal, de que o elemento finalístico do crime é o de instituir ou manter o domínio ilegal de uma localidade; iii) disposição de que a aplicação da pena para o crime de domínio de cidades com intimidação violenta será sem prejuízo da cominação da pena correspondente ao outro crime eventualmente praticado no mesmo contexto; e iv) estabelecimento de hipótese de crime qualificado, com pena de reclusão de 16 a 24 anos, sem prejuízo da aplicação da pena correspondente a outro crime cometido, se da violência resultar lesão corporal grave de agente de segurança pública.

Com essas alterações, acreditamos que estamos tipificando de forma mais ampla e objetiva o crime de domínio de cidades com intimidação violenta, com o intuito de coibir essa grave conduta que afronta o aparelho policial estatal e coloca em risco a segurança pública.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 610, de 2022, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.365, de 2020, na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da CDD.

E aqui, já fazendo análise da emenda que acabou de ser apresentada pelo Senador Fabiano Contarato, eu estou aprovando a emenda dele também, porque obviamente o intuito de um projeto desses não é impedir manifestações políticas ou de movimentos sociais, de forma alguma. Isso aqui é uma coisa que é realmente para combater tráfico e milícia, que estão ali estipulando um domínio em alguma localidade com armas de guerra, para que eles respondam com uma pena realmente grave, além daquelas de outros crimes que eles possam cometer.

Então acho que isso aqui é um importante passo para a gente manter por mais tempo presas essas pessoas mais perigosas.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Senador Flávio Bolsonaro.

A matéria está em discussão.

Senador Fabiano Contarato, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Senador Flávio, eu quero parabenizar V. Exa. pelo relatório. Acho que isso é um passo importantíssimo – eu fui Relator dessa matéria em outra Comissão. E agradeço também a sensibilidade, por estar resguardando, para não ter qualquer dúvida de que... houvesse uma repressão a movimentos de luta por melhorias de condições na educação e assim sucessivamente, o que será legítimo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Policiais.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É, perfeito, policiais, enfim, todos.

Então, agradeço a V. Exa. e o parabenizo. Eu acho que é um passo importantíssimo. Parabéns, mais uma vez, pela relatoria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Para discutir, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, Relator, parabéns pelo relatório e pela forma como o apresenta.

Eu acho que está na hora de a gente realmente mandar mensagens bem duras para o crime. Eu vou dizer que aqui, no inciso, quando o senhor traz: "impedir ou dificultar a circulação de pessoas, o exercício de atividades públicas ou laborais"...

Senador, eu fui impedida de entrar numa comunidade enquanto Ministra de Estado. É impressionante. E imagine eu ter que dizer isto lá fora – imagine a vergonha! –, dizer num fórum internacional que uma Ministra de Estado não pôde entrar numa comunidade. Por quê? É uma comunidade em que tem um número muito grande de crianças com doenças raras. O Prefeito dessa capital... Eu não vou, por uma questão de ética, citar o nome, e por uma questão de segurança também, né? Olha a que ponto a gente chega! Ele entregou o programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitação popular e o fez de uma forma, muito bem-intencionado, que 10% das moradias eram destinadas a mães de crianças com doenças raras, mães solo ou com deficiência.

E de repente o número de crianças que estavam com doenças raras naquela comunidade e deficiência era muito grande, e a gente estava tendo alguns problemas porque elas ficaram isoladas. A comunidade, as casas populares, o conjunto habitacional era muito longe. E eu precisava ir para que isso não se repetisse, Senadora Margareth, para não parecer que a gente estava segregando, colocando crianças com deficiência muito longe. E eu fui para entender essa dinâmica e eu só queria ver as crianças. O crime disse que eu só entraria, só poderia circular na comunidade se eu negociasse com o chefe do crime. Eu ia tão somente ver crianças com deficiência. Impediram uma Ministra que queria fazer a garantia de direitos de crianças de circular numa comunidade.

As pessoas que me proibiram de entrar naquela comunidade, de acordo com o substitutivo que o senhor traz aqui, estariam, sim, agora, respondendo por uma pena maior.

Parabéns! Parabéns!

E a gente tem que parar também, Senador, de romantizar o crime. Não tem nenhum romantismo em torno do crime organizado.

Eu me lembro que quando eu começava a falar sobre proteção de criança, eu ouvia até alguns pares dizerem: "Ah, mas, no crime organizado, eles são severos quando alguém pega uma criança ou quando alguém pega uma mulher". Mentira! Criança está sendo usada como moeda de troca no tráfico. Mentira! Eles estão degolando mulheres. Eles estão torturando jovens. Nós tivemos jovens torturadas tão somente porque fizeram um sinal com a mão. Lá no teu estado, Margareth, a menina era candidata a Vereadora no meu partido, minha candidata, ela e a irmã numa festa fizeram um gesto... Inclusive uma delas, Senador Flávio, fez o gesto do "*I love you*" da linguagem de sinais, da Libras. Agora quando a gente vai para qualquer evento, eu e Michelle, somos chamadas à atenção: cuidado com os gestos. Não podemos fazer "*I love you*" no Brasil por causa do crime organizado, que tortura mulher, arranca orelhas de mulher, corta a mão de mulher, estupra mulher, degola mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o seu substitutivo hoje, eu acho que ele vem num bom momento de a gente mandar um recado: não queremos diálogo cabuloso com o crime e nós vamos dar um basta no Brasil.

Parabéns!

Parabéns ao Senador Contarato também, que já relatou essa matéria, também trouxe aperfeiçoamentos. Parabéns!

E eu acredito, Senador, que é dessa forma.

E eu estou vendo na mesa dois guerreiros, dois guerreiros que não se curvam diante do crime.

Também aqui o meu colega Petecão, que conduziu esta Comissão de uma forma extraordinária, e o Senador Contarato, que sempre esteve lá na ponta, enfrentando o crime no dia a dia.

Parabéns pelo relatório!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.365, de 2020, à Emenda nº 3, da Comissão de Segurança Pública, na forma da Emenda nº 4, da Comissão, substitutivo; pela prejudicialidade das Emendas nºs 1-CDD e 2-CDD; e contrário ao PL 610 de 2022.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Margareth.

Bem-vindo, meu Presidente, Senador Sérgio Petecão.

A pedido do Relator, o Senador Hamilton Mourão, eu estou retirando de pauta os itens 2 e 4.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5550, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2775, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 2/5/2023, foi lido o relatório e adiada a votação.

2. Em 4/6/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

3. Em 3/9/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

4. A matéria seguirá posteriormente à CE, em decisão terminativa.)

Portanto, passamos ao item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3605, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Relator, Senador Sérgio Petecão, para leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto aqui à análise.

O projeto, o senhor já chamou atenção, é um projeto que nós entendemos que é da maior importância. O objetivo do projeto é aumentar a segurança dos nossos motoristas, principalmente o pessoal que está no dia a dia, na rua aí, batalhando. Então eu vou direto à análise.

Não vislumbramos, no PL, vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade, nem óbices de natureza regimental.

A matéria está abrangida na competência legislativa privativa da União, admitida a iniciativa por parte de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna. Do nosso ponto de vista, parece evidente mesmo que os motoristas de transporte de pessoas – como já foi dito pelo senhor e por mim – colocam-se em posição de vulnerabilidade, em razão da necessidade de admitir como passageiros, nos veículos que conduzem, pessoas desconhecidas. Nessas circunstâncias, tornam-se vítimas preferenciais de furto, roubo, extorsão e até homicídio.

Diante dessa realidade, consideramos conveniente e oportuno promover o endurecimento da resposta penal na forma como propõe o PL.

Observamos, todavia, que o texto da proposição alude genericamente aos motoristas, sem a devida restrição àqueles que, em razão do seu ofício, admitem como passageiros pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecidas. Nos termos do PL, até mesmo os crimes praticados contra motoristas de transporte de cargas, que não precisam – chamo atenção, não precisam – nem devem admitir passageiros, recairiam na maior severidade da resposta penal.

Ora, se o argumento é justamente o da vulnerabilidade, é necessário que se descreva a circunstância que a caracteriza, qual seja, a de o crime ter, como agente, o passageiro e, como vítima, o motorista que o admitiu, no exercício da sua atividade laboral.

Então, para promover o necessário ajuste no texto da proposição, apresentamos emenda no voto a seguir.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto nº 3.605, de 2021, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CSP
> Dê-se nova redação ao inciso IX do §2º do art. 121, ao inciso V do §4º do art. 155, ao inciso VIII do §2º do art. 157, ao inciso III do §1º do art. 158 e ao inciso IV do §1º do art. 159, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, como propostos pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:
> "Art. 121
> .....
> .....
> §2º.....
> .....
> IX - contra motorista de transporte público ou privado de passageiros, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão:
> ....." (NR)
> "Art. 155.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§4º.....

.....

V - contra motorista de transporte público ou privado de passageiros, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

....." (NR)

"Art. 157.....

.....

§2º .....

.....

VIII – se a vítima é motorista de transporte público ou privado de passageiros, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, e o crime é praticado durante o seu expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

....." (NR)

"Art. 158.....

.....

§1º.....

.....

III – contra motorista de transporte público ou privado de passageiros, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

....." (NR)

"Art.

159.....

.....

§1º.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV - se a vítima é motorista de transporte público ou privado de passageiros, ou de atendimento por meio de aplicativo de internet, e o crime é cometido durante o seu expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

....." (NR)

É isso, Presidente, lido o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato, para discutir.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar tanto o proponente como a relatoria.

E eu queria fazer um apelo aqui, Senador, o senhor vai entender o que eu vou falar aqui, e o Senadora Damares, e o Senador Petecão. Existe... Eu tinha pedido para a minha equipe para apresentar uma emenda, só que eles apresentaram a emenda de um projeto equivocado, e eu estou fazendo isso agora, oralmente, e o senhor vai entender o que eu estou falando. Hoje, no §5º do art. 155, que é sobre a subtração de veículo automotor, o que ele faz? Ele fala assim: "A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado [...]".

Isso foi um grande erro do legislador. Por quê? Porque, quando ele fala "que venha a ser transportado", ele exige a entrada em outro estado. O que a gente tem que melhorar aqui é que basta a finalidade de ele entrar em outro estado ou exterior. Então, por exemplo, se um veículo automotor é furtado aqui em Brasília, com o objetivo de ir para Goiás, não teria a qualificadora hoje, do jeito que está, porque ele tem uma locução na gramática da Língua Portuguesa que exige a entrada. Então, a minha redação seria: "A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos e multa, se a subtração for de veículo automotor, com o fim de entrar em outro estado ou exterior", porque dentro do direito penal vigora a premissa do *in dubio pro reo*. E a lei penal não pode ter letra morta. Então, se aquele motorista foi flagrado furtando um carro aqui, levando para Goiás, mas ainda está em Brasília, no Distrito Federal, ele não vai ter qualificadora. Essa era uma grande discussão que eu fazia, inclusive com os meus alunos, falando: "Olha, isso foi um grande erro do legislador". Em todos os tipos penais... No sequestro, é sequestrar com o fim de... Todos têm essa locução no sentido de bastar a finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que seria oportuno aproveitar essa minha emenda, que eu estou fazendo agora oralmente, para o que está lá no §5º: "A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos e multa [...]," passar a ser: "A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa, se a subtração for de veículo automotor".

Outro problema que aqui é grave. Quem mexe com a criminalidade, Senadora Damares, não pega o veículo inteiro aqui e leva para Goiás, ele desmancha aqui. Então, vinham os juristas e falavam: "Não, o meu cliente não foi flagrado levando o carro para Goiás, ele foi flagrado com as peças do carro, ele desmanchou o carro". Era outro problema na lei. Então, a minha redação é: "A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa, se a subtração for de veículo automotor montado, desmontado, remontado, peças, artefatos, acessórios, com o fim de entrar para outro estado ou para o exterior". Aí nós teríamos uma repressão mais como acontece, porque na criminalidade – eu vou falar como delegado – eles riam desse §5º, porque falavam: "Tudo bem, eu desmancho o carro, e aí peça não é veículo automotor".

E outra coisa, a lei fala que precisa da entrada, que venha haver entrada em outro estado ou exterior. E agora, botando que basta a finalidade, mesmo ele sendo flagrado aqui, provando-se que ele tinha o liame subjetivo, que almejava levar o carro para Goiás, incidirá a qualificadora do §5º.

Eu faço um apelo tanto ao Relator e aos colegas de que acatem essa emenda que eu estou fazendo verbalmente aqui, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou só fazer a seguinte sugestão... Eu particularmente sou favorável à emenda. Vamos fazer o seguinte: vamos suspender a discussão desse projeto, passar para o próximo, para dar tempo de haver a formalização, e o Relator saber se acata ou não esta emenda, ainda nesta reunião, para a gente não perder mais uma sessão com esse projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me o transtorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, é pertinente o questionamento aqui do colega, então a sua proposta eu acho que é a melhor. Vamos avançar e aí, em seguida, a gente faz a correção devida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

Então vamos passar ao próximo item, item 6.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1001, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o tipo penal de homicídio qualificado praticado por membro de organização criminosa.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Margareth Buzetti, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente, Senador Flávio Bolsonaro.

Eu peço licença para ir direto à análise.

Não vislumbramos, no projeto, vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade nem óbices de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está abrangida na competência legislativa privativa da União, admitida a iniciativa por parte de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso (Constituição Federal, arts. 22, I, e 61, *caput*).

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna.

A nosso ver, a criação de uma qualificadora própria para homicídios cometidos por membros de organizações criminosas cumpre um importante papel simbólico e pragmático. A crescente violência associada às facções e ao crime organizado, sobretudo nos grandes centros urbanos e nas fronteiras brasileiras, tem levado a um aumento significativo nos índices de homicídios qualificados. O impacto desses crimes é profundo não apenas em termos de números absolutos, mas também pela brutalidade e a insegurança que geram na sociedade.

A inclusão de uma qualificadora específica para o homicídio cometido por membros de organizações criminosas reafirma o posicionamento e a ênfase do legislador no combate ao crime organizado.

Com relação à pena proposta, observamos que essa pode ser considerada desproporcional em comparação com os outros tipos qualificados do homicídio. Consideramos mais adequado estabelecer a pena privativa de liberdade no mesmo patamar estabelecido para o feminicídio, previsto no art. 121-A do Código Penal, que é de 20 anos a 40 anos de reclusão.

Aliás, deve-se ter em conta que, no caso de homicídio praticado por membro de organização criminosa, o agente também estará sujeito à pena do art. 2º da Lei nº 12.850, de 2013 (Lei de Organizações Criminosas), que prevê reclusão de três anos a oito anos para quem promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa. Essa pena aplica-se em concurso material, sendo somada à pena do homicídio qualificado, o que, por si só, já impõe uma sanção considerável ao condenado. Não bastasse, o art. 75 do Código Penal estabelece que o tempo máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade é de 40 anos.

No mais, cabe registar que a alteração legislativa ora analisada demanda alteração na Lei de Crimes Hediondos, para prever expressamente o novo tipo qualificado, o que, por sua vez, reclama ajuste na ementa do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, consideramos desnecessária a inclusão do *nomen juris* "homicídio qualificado", até porque o §2º do art. 121 do Código Penal estabelece outras hipóteses qualificadoras do homicídio.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.001, de 2024, com as seguintes emendas:

EMENDA nº - CSP

Dê-se a seguinte redação ao § 2º-C do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1001, de 2024:

"§ 2º-C. Se o homicídio for praticado por membro de organização criminosa, milícia privada ou grupo de extermínio, sob qualquer pretexto, em prol do respectivo grupo:

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarente) anos, e multa."

EMENDA nº -CSP

Insira-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei nº 1001, de 2024, renumerando-se os subsequentes:

"Art. 2º O inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos, passa a viger com a seguinte redação:

....."

Aí nós adequamos na ementa a pena. Além de adequar a pena, propõe incluir a qualificadora na Lei de Crimes Hediondos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns pelo relatório, Senadora.

Em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu só queria fazer uma pequena reflexão, sem tomar o tempo.

Eu acho positivo a gente fazer esse aumento de pena nesses crimes contra o patrimônio, receptação, furto, enfim, todos os crimes contra o patrimônio, mas eu acho que passou da hora, Senador Flávio. Eu vou dar um exemplo simples aqui, Petecão. Em crimes, por exemplo, de corrupção ativa, peculato, corrupção passiva, a pena sabem qual é? Dois anos a doze anos. Por que o legislador botou dois anos? Porque ele praticou um engodo com a população brasileira. Porque, com dois anos de pena mínima, você tem, se ele for condenado, o *sursis*, que é a suspensão condicional do processo. Outra coisa: com a pena de dois anos, ele tem o acordo de não persecução penal.

Agora, olhem como é contraproducente e contraditório. A gente aumenta a pena de um furto, que é de um ano a quatro anos, cujo objeto jurídico é o patrimônio, é coisa alheia: "Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa" – está lá no 155 –, mas, se você pega um peculato, é furto em que você tem uma violação do múnus público, que é um crime praticado por servidor público, em que você está matando uma diversidade de pessoas, a gente tem a pena mínima de dois anos. Para quê? Para justamente beneficiar aquelas pessoas que mais matam a população brasileira. Sempre que eu tenho a oportunidade, eu falo assim: "Meu Deus, por que a gente também não altera?".

Eu queria ter aproveitado a oportunidade desse projeto anterior e ter falado o seguinte: "Vamos alterar a pena mínima de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato. Onde está 'dois anos a 12 anos' passa a ser 'seis anos a 12 anos'", porque aí não tem suspensão condicional da pena, porque aí não tem acordo de não persecução penal.

Agora, é fácil, não é? A gente vem aqui e aumenta a pena do furto. Não que eu seja contrário, pelo contrário, mas a gente tem que dar tratamento igual àqueles crimes que maior nocividade ocasiona. Quando você tem um crime praticado por servidor público ou um crime contra a administração pública, como é o caso de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concussão, você está ofendendo não só o patrimônio, o Erário, mas você está ofendendo a moralidade do múnus público e do ser servidor público.

Então, eu acho que a gente tinha que aproveitar estes momentos. Aumentou a pena do furto? Vamos lá aumentar a pena mínima do peculato. Dois anos a 12 anos? Vamos botar de seis anos a 12 anos! Aí eu quero ver acordo de não persecução penal. Não vai ter, porque a pena tem que ser de quatro anos. Aí eu quero ver suspensão condicional da pena, que é o *sursis*, em que a pena mínima tem que ser de dois anos. Não.

Agora, a gente tem que ter consciência de que a corrupção mata. A corrupção mata porque pessoas não têm acesso à saúde. A corrupção mata porque as pessoas não têm acesso à educação.

Então, eu só faço essa reflexão porque acho que esta seria uma oportunidade de a gente fazer isso. Inclusive, eu apresentei uma emenda nesse sentido, de alterar a pena mínima nesses crimes contra a administração pública, especialmente os que tenham pena de 2 a 12 anos.

Perdoem-me, e quero parabenizar V. Exa. pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato, só para relembrar V. Exa., porque essa discussão V. Exa. sempre traz, não só para esta Comissão – só para reiterar –, nós já aprovamos um projeto de lei nesse sentido. O Senado já aprovou em Plenário e está na Câmara o Projeto 1.038, de 2024, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso. "CCJ aprova pena maior para desvio de recurso na saúde, educação e seguridade."

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas só para projetos específicos. (*Fora do microfone.*)

Essa preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para não parecer para quem está nos assistindo que a gente está fazendo vista grossa para esse tipo de projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, eu sei. O objetivo não é esse, não, Senador Flávio. É porque essa alteração que nós aprovamos aqui foi só destinada para aquele desvio de verba pública para programas sociais, e eu estou clamando é para essa ser a forma genérica dos crimes contra a admissão pública.

Você pega o art. 312, que é o crime de peculato: a pena é de 2 a 12; vamos botar de 6 a 12! Isso não está lá no projeto. Você pega o crime de corrupção ativa, de corrupção passiva, que é de 2 a 12; vamos botar de 6 a 12! Aí nós não vamos ter nenhum gestor público, nenhum político, nenhum servidor que vai ficar acobertado pelo manto – não pela sensação, mas pela certeza – da impunidade. Porque é fácil você condenar uma pessoa por furto de cabo de energia a 8, 10, 12 anos. Disso as cadeias são lotadas.

E – me perdoem –, mais uma vez, não estou sendo permissivo: 80% da população carcerária é de pretos e pardos. Agora, qual é o percentual de políticos que estão presos, cumprindo pena por corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão? O momento é esse. Porque aí, se você tem uma influência, o juiz vai e condena à pena mínima. Qual é a pena mínima? De 2 a 12. Eu nunca vi, como Professor de Direito Penal, um tipo penal que tivesse um espaço de tempo, entre a pena mínima e a pena máxima, de dez anos. Por que ele fez isso? Má-fé, para beneficiar aquela pessoa que pratica corrupção, que pratica desvio de verba pública.

Então, sempre que eu tiver oportunidade... Quanto ao que foi aprovado, o senhor está coberto a razão, mas não foi de forma genérica, como eu almejo, como a emenda que apresentei, que é alterar o art. 312 – peculato, concussão, corrupção ativa e corrupção passiva. Aí, sim, nós daremos um passo para dar tratamento a todos, porque todos somos iguais perante a lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Assim que chegar esse projeto de lei à Comissão de Segurança, eu me comprometo a pautá-lo aqui, e vamos ter essa discussão.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro, eu queria cumprimentar V. Exa. pela condução dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhos desta Comissão de Segurança Pública; saudar a Senadora Margareth Buzetti pelo relatório e o Senador Marcos do Val pela iniciativa dessa proposta.

Eu acho que o Brasil reclama por medidas concretas de enfrentamento à criminalidade, e isso passa pelo Legislativo, em legislar de forma muito assertiva, de forma muito firme, dando respostas à criminalidade, que só aumenta.

E é bem verdade que ultimamente nós temos uma inversão no Brasil: o crime organizado absolutamente organizado, estruturado, com ações sistêmicas; e o Governo, o poder público desorganizado, desorganizado no plano federal, desorganizado no plano estadual e – por que não acrescentar também? – no plano municipal. Você não tem um sistema integrado hoje de informações para a política de segurança pública no Brasil. Cada estado tem a sua política; cada região, o seu protocolo, o seu modelo. Você não tem um sistema uniformizado. O crime organizado sai na frente. E hoje você tem Comando Vermelho, você tem PCC da vida com ações verticalizadas, organizado; e o estado, alheio.

Então, quando eu vejo propostas dessa natureza, eu as vejo como um sinal, como um esforço de resposta à sociedade brasileira, que clama por mais segurança pública.

Agora, eu ouvi aqui o Senador Contarato e concordo com o que ele diz em relação a essa disparidade das penas, à desproporcionalidade das penas e à falta de um sistema que crie um modelo que tenha uma sincronia, que não tenha essa desproporção. Ocorre que nós temos proposta de reforma de Código Penal tramitando no Parlamento, e alguém pega a relatoria, senta em cima...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Desde 2012.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... desde 2012 – e não entrega relatório; não dá nem a oportunidade de o conjunto dos Senadores debater a matéria.

Então, quando a gente tem uma matéria como essa, é natural que um ou outro venha com crítica pontual, mas que sejamos capazes de enfrentar o tema na sua dimensão maior.

Tem proposta de reforma do Código Penal, do Código de Processo Penal? Tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se não me engano, é um projeto do Senador José Sarney.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está com quem a relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu não sei. Com quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não sei!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Senador Contarato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não sei com quem está. Agora, tem que se dar oportunidade para a Comissão de Segurança Pública debater o assunto, a CCJ debater o assunto, porque, senão, se você ficar no recorte aqui, falando de um particular, "não, porque é ruim, porque 'isso', porque 'aquilo'", fica uma retórica que não combina com a prática. Então, a gente precisa discutir.

E eu concordo com ele: nós precisamos discutir um novo Código Penal, um novo Código de Processo Penal, com penas que sejam proporcionais, razoáveis. Você tem no Brasil hoje um crime contra um animal... Se alguém agredir um animal, se alguém matar um animal, a pena dele é mais dura do que a pena contra alguém que comete um crime de homicídio qualificado. Que maluquice é essa?

Agora, por que nós não conseguimos ainda enfrentar essa matéria e resolver? Porque, em matérias que tratam de reforma de código de processo ou em matéria penal, a gente não consegue fazer a reforma. E aqui eu estou fazendo uma crítica ao Parlamento. Nós precisamos ter a capacidade de colocar o assunto na pauta. "Ah, mas eu não concordo com isso, não concordo com aquilo". Você não vai concordar com tudo nunca, como eu também não vou. Agora, na multidão dos conselhos, na pluralidade das ideias, vamos tirar algo que seja no mínimo coerente. Porque a crítica dele é correta: você pega uma situação que tem uma pena desproporcional e dá ao juiz, num extremo, a possibilidade de aplicar algo que é inócuo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro, quando o legislador criou o modelo lá atrás, a ideia era dar ao juiz a possibilidade, diante do caso concreto, da primazia do fato, olhando para as circunstâncias, olhando para os antecedentes, olhando para a reprovabilidade do fato, de poder estabelecer a dosimetria, mas o que nós temos hoje é uma distorção – a palavra correta é esta, distorção –: um crime de maior impacto com uma pena menor; mas um crime de menor impacto, porque alguém ideologicamente está apaixonado por aquilo, tem uma pena absurda. Agora, quando nós vamos conseguir resolver isso? Quando a gente tiver a capacidade de colocar o assunto em pauta numa reforma estruturante da nossa norma, tanto processual quanto material.

E nesse ponto aqui particular...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, eu só vou fazer aqui uma colocação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... para corrigir – por gentileza, com todo o respeito a V. Exa. –: eu não estou com a relatoria do Código Penal. Queria muito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não sei. Eu não disse.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu estou desde 2023 pedindo essa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não foi falado o nome de V. Exa., não. Eu perguntei quem era, porque não sei com quem está.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sim, mas eu estou falando porque estou pedindo essa relatoria – porque tenho total interesse e adesão a esse tema – desde 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está aqui na CSP?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou na CCJ?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que essa matéria está na CCJ.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas está desde 2023 aguardando Relator. Acho que passou da hora de fazer essa reflexão de uma forma muito mais genérica.

Obrigado, e perdão pelo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor, com toda a liberdade.

Agora, Presidente, eu finalizo a minha fala aqui.

Eu estou trazendo esse assunto aqui porque a gente precisa enfrentar os fatos na dimensão de cada fato. Agora, nesse ponto particular aqui, apenas... Eu vou votar a favor do relatório da Senadora Margareth, mas, quando a gente trata de matéria penal, a gente fica entre aquilo que é o sentimento do cidadão e aquilo que, do ponto de vista da melhor técnica, é o melhor caminho.

Nós estamos diante de uma situação em que vamos colocar uma qualificadora num ambiente em que você torna o crime de natureza especial, é isso? Porque nós temos as três classificações clássicas: os crimes comuns, que são praticados por qualquer pessoa; os crimes chamados crimes especiais, que também estão definidos no Código Penal, porque pressupõem uma particular qualificação, ou combinação, ou condição pessoal do agente; e os crimes próprios. Aqui não se está dando a classificação de crime especial, embora me pareça que o desenho que está sendo instituído conduza a isso. Porque, em outro sentido, no caso de quem pertence a organização criminosa, bando e tal, você já tem as causas de aumento de pena. Então, é apenas uma observação aqui do ponto de vista da construção da norma penal: me parece que a gente está fazendo aqui o deslocamento do crime que está no campo dos crimes comuns para os crimes especiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no objetivo final, que é aumentar a pena para o criminoso que faz parte de organizações criminosas, eu estou absolutamente a favor. Acho que é uma resposta que o Estado precisa dar. Por isso, cumprimento V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, quero apenas lhe comunicar, como a nossa assessoria aqui da Comissão nos informou, que o colega Contarato teria que apresentar uma emenda. Como a assessoria dele não preparou a emenda, ele pediu que a gente tivesse paciência até a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, está retirado de pauta o item...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é o item? É o item...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 3. Vai voltar na próxima semana.

Obrigado, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Presidente Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu acho que o Senador Marcos Rogério conseguiu resumir todos os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentimentos na fala dele agora. Nós precisamos pegar tudo o que está acontecendo nesta Casa tramitando e trazer para a reforma do Código Penal.

O Projeto de Lei 236, de 2012, foi escrito por um grupo de juristas, foi entregue ao Presidente Sarney em julho de 2012, mas o texto era tão ruim, tão ridículo, que nós achávamos que o Presidente Sarney, na hora em que recepcionasse, mandaria para a Consultoria do Senado o anteprojeto, para se trazer um texto melhorado para um projeto.

Eu não sei que orientação ele recebeu, porque ele recebe o anteprojeto e no outro dia de manhã o transforma em um projeto de lei. Senador, o texto é tão ruim que lá nesse texto estava se relativizando a pedofilia. Dizia, nesse texto – o Marcos Rogério se lembra bem disto –, diminuir a idade da relação, a idade do consentimento, de 14 para 12 anos. Eu lembro que eu era apenas ativista, eu vim para este Senado, mas a gente fez tanto barulho... Marcos Rogério lembra que a gente andou pelo Brasil discutindo isso. Tinha artigos lá, por exemplo, Senador, assim: se lesão corporal, bater numa pessoa, machucar, seis meses de detenção; se bater num animal, seis anos de cadeia. Aí o Magno Malta brincava: "Se o cachorro do teu vizinho te morder, bata no vizinho, mas não bata no animal". O texto era ridículo, ridículo! – em 2012.

Mas havia uma pressão para se aprovar até o final – eu preciso dizer isto, eu tenho que resgatar esta história – de dezembro de 2012 aquele texto monstro. Sabe por quê, Zenaide e Margareth? Por que aprovar até o final de dezembro de 2012? Olha que lindo: em 2013 ia ter Copa das Confederações no Brasil, então: "Vamos diminuir a idade da relação sexual para 12 anos". Em 2014 a gente ia ter Copa do Mundo, para turistas do mundo inteiro virem para cá em nome de Copa do Mundo e pegarem crianças a partir de 12 anos, porque o Código Penal ia liberar.

Foi com a nossa pressão dos defensores da infância que o projeto deu uma parada. Ainda bem que o Presidente Sarney entendeu e deu uma parada. Aí Anastasia foi nomeado Relator. O texto era tão ruim que o Senador Anastasia se recusou a apresentar um voto. Ele fez um ofício com todas as contribuições para o texto, mas sem ser voto. Parou. Na legislatura passada, o Senador Contarato foi, sim, nomeado Relator, ele ficou um ano com ele, mas estava em final de legislatura e acredito que por isso é que ele não apresentou. E, em janeiro de 2023 – aliás, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fevereiro –, eu pedi desarquivamento do projeto, que está desarquivado. E desde 2023 não foi nomeado Relator.

Senador Flávio Bolsonaro, eu acho que estava precisando da coragem. E eu tenho na mesa três guerreiros agora: o senhor, o Marcos e a Margareth. A Margareth já entrou para a história como o terror dos estupradores. (*Risos.*)

Ela já entrou para a história. Então, se a gente pudesse...

Senador Marcos Rogério, eu não sei se a criação de uma Comissão Especial ou uma de Subcomissão Especial dentro da CCJ tão somente para a gente ressuscitar a reforma do Código Penal com a participação dos membros desta Comissão... E, claro, passando lá, eu creio que passa por aqui também.

Então fica aí o desafio. O Brasil está esperando essa resposta. O Código Penal brasileiro precisa ser reformado. Ele é de 1940, Margareth. Não dá mais! Ou esse time corajoso que está aqui... Eu sei que Margareth não vai recuar, nem o Marcos Rogério, nem o Flávio. Vamos embora. Eu acho que nós quatro aqui podemos fazer um barulho. E eu sei que os outros vêm tudo atrás, e até o Contarato, porque ele está querendo a relatoria de novo, de volta. Então, "bora", gente! Vamos embora fazer essa reforma!

Fica aí, e o seu relatório está perfeito, Margareth. Parabéns! Mais uma vez o terror dos bandidos dando um *show* no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E tem muitos outros projetos tão bons quanto da Senadora Margareth que a gente vai pautar aqui.

Eu quero só fazer um breve comentário, Senadora Damares.

Parece que esse projeto teria sido distribuído para a relatoria do Senador Rodrigo Pacheco, na CCJ – eu não sei, vamos checar –, mas eu fico feliz de ver que a composição da Comissão de Segurança Pública, a exemplo do que já era antes também, está muito consciente do papel de endurecimento de legislação penal, e vários projetos estão parados nesta Comissão com esse argumento, aguardando o andamento da reforma do Código Penal como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que eu já aprendi e eu não vou fazer isso aqui durante a minha Presidência. Eu vou botar para andar todos os projetos, e aí lá na frente, quando houver, se houver, a reforma atualiza, se for o caso, os projetos que nós aprovamos aqui.

Só hoje nós aprovamos a criação do tipo penal de domínio de cidades com intimidação violenta, só hoje nós aprovamos o projeto de lei que está prevendo uma punição mais severa para aquelas pessoas que tentam, por exemplo, roubar uber ou assaltar um trabalhador de transporte coletivo, público ou privado, e agora nós estamos votando a qualificadora para aumentar a pena de um homicida, de um assassino, que integre uma organização criminosa.

Então, eu acho que o ritmo que eu pretendo dar, se houver a colaboração dos Senadores que estão com projetos sob sua relatoria... É por isso que eu faço o apelo, mais uma vez, para quem está com projeto para relatar, para que entregue até a próxima terça-feira, para a gente dar essa dinâmica em todas as nossas sessões aqui na Comissão de Segurança. (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação simbólica o relatório da Senadora Margareth Buzetti.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro projeto que tínhamos em pauta é do Senador Alessandro Vieira, né?

Ele pediu para retirar de pauta também? (*Pausa.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Senador, posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Senadora Margareth, com a palavra. Desculpe.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Senador Marcos Rogério, no Brasil a gente se acostumou a fazer o que é possível, não o que é necessário, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu acho que, na prática, o que nós estamos dando para esses assassinos hoje é a pena máxima do Código Penal brasileiro – eles entram no rol de crimes hediondos.

Em 2019, o então Presidente Jair Bolsonaro sancionou o pacote anticrime do então Ministro Sergio Moro, aumentando o tempo máximo de prisão para 40 anos. A primeira lei que se adaptou a essa nova realidade foi a minha, que criou o pacote antifeminicídio. Agora, queremos a pena máxima para esse assassino que vai para a rua cumprir ordem de facção ou milícia.

Não existe no Brasil isso de que aumentar pena resolve; existe uma máxima no Brasil de que aumentar pena não resolve. Não resolve para quem? Para quem não resolve?

Quando a gente fala de prender um matador pela facção, a prioridade não é saber se ele vai se ressocializar ou não; a gente quer um pistoleiro a menos na rua. Isso não é punitivismo, é responsabilidade; é responsabilidade com quem se levanta cedo, com quem trabalha, com quem cria filhos e vive cercado por bandido, principalmente bandido de facção, que é um crime empreendedor no país.

"Ah, mas os presídios estão lotados." Perguntem para a mãe de uma criança que morreu por bala perdida o que ela acha desse argumento, uma mãe que tinha planejado o futuro do seu filho e da sua filha e teve que agora enterrar o amor da sua vida.

Na mesma rua em que a criança joga bola, bandido disputa o território com um fuzil. Essa é a realidade do Brasil. A gente não vai dar pena máxima para esse cara? Esses assassinos de facções que matam por dinheiro são os mesmos que trocam tiros com a polícia no meio da rua. Em situações lamentáveis, quem morre é a criança, é o inocente. Se a polícia é recebida a tiros por um bandido, vai responder atirando. Não dá para esperar que o policial responda a uma bala de fuzil com uma bala 7Belo. Então, esse cara precisa, sim, receber a pena máxima.

Eu iria além para defender a pena no país: eu defenderia a pena de morte e defenderia a prisão perpétua, hoje proibidas pela Constituição, mas em algum momento nós vamos ter que discutir isso aqui, senhores. A Constituição foi escrita para um Brasil que nem sabia direito o que era uma facção criminosa, tinha duas, no máximo; hoje estão listadas mais de 90, espalhadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armadas, mandando matar. E a lei? Parada no tempo, em 1940. Nós temos que honrar nossos salários, senhores, e mudar isso.

Entre projetos que tenho aqui nesta Comissão, tem um que casa perfeitamente com o do Senador Marcos do Val, que estamos votando hoje: é o PL 839, que aumenta o tempo para um faccionado, líder ou membro de facção, para que ele não consiga progredir antes de cumprir 50% da pena, para um membro, e 75%, para um líder de facção, para tentar uma liberdade condicional.

Eu fico pensando assim: quem está nos ouvindo em casa, Senadora Damares, vai dizer: "Isso aí não adianta, porque essa discussão aí não vai resolver nada, porque ele vai chamar o menor e o menor não responde pelos seus crimes". A facção contrata, sim, os menores, mas neste projeto eu mudo a condição do menor: de três para seis anos ser a apreensão dele. Então, ele fica fora de circulação; quando ele sai, a facção já está desarmada, não está de braços abertos esperando por ele. Está com o Senador Contarato, que em breve deve apresentar o relatório.

Então, eu parabenizo o Senador Marcos do Val. Contem comigo para corrigir as nossas leis, porque é necessário, porque é muito triste a gente parecer boba no país por ser honesta, por fazer tudo dentro da lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senadora Margareth, é por isso que eu sou seu fã.

Pessoal, do outro projeto que estava em pauta, o Senador Relator não está presente, o Alessandro Vieira, então vamos passá-lo para a próxima reunião nossa.

(É o seguinte o item adiado:

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5664, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Torna obrigatória a disponibilização de exemplar do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil nas recepções dos prédios dos órgãos de segurança pública previstos no caput do art. 144 da Constituição Federal e nos estabelecimentos prisionais estaduais e federais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá ao Plenário.)

Só dois avisos... Três avisos, na verdade. (*Pausa.*)

Sobre o item 6 aqui, o projeto relatado pela Senadora Margareth, faltou declarar o resultado certinho.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.001, de 2024, e às Emendas nºs 1, 2 e 3, da CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Bom, é só para dar três avisos rápidos. O primeiro é um convite que chegou para nós do Ministério da Justiça e que eu acredito que seja para todos os integrantes da Comissão de Segurança: o Ministro de Estado da Defesa, José Múcio, convida para a cerimônia de abertura da 15ª edição da LAAD Defense & Security, que será realizada às 10h do dia 1º de abril de 2025, no Pavilhão 5 do Riocentro, Rio de Janeiro. Isto aqui é aquela feira de defesa e armamentos a ser realizada no Rio de Janeiro.

E comunico que, na próxima terça-feira, em função dos requerimentos aqui aprovados, já vai ser a nossa audiência pública para tratar da ADPF 635, às 14h; e a outra audiência, solicitada pelo Senador Moro, no dia 9 de abril, quarta-feira, às 10h30, com a presença do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Confirmou a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Um abraço a todos, e vão com Deus.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Carlos Portinho e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Zenaide Maia, Cid Gomes, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Augusta Brito, Weverton e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Sérgio Petecão, Romário, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Esporte e eleição de Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Instalada a Comissão de Esporte e eleita a Senadora Leila Barros para o cargo de Presidente no biênio 2025-2026. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 1ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de fevereiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição para o cargo de Presidente para o biênio 2025-2026.

Foi registrada até o momento a indicação da Senadora Leila Barros para Presidente.

Tendo em vista a existência de apenas uma única indicação ao cargo de Presidente, consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Havendo acordo de todos, coloco em votação, por aclamação, a indicação do nome da Senadora Leila Barros para Presidente desta Comissão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleita, por aclamação, a Senadora Leila Barros Presidente da Comissão de Esporte para o biênio 2025-2026.

Convido-a a tomar seu lugar, agora definitivo, à mesa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, primeiramente, eu cumprimento aqui todos que estão presentes; os meus colegas Senadores; em especial, o Presidente da Casa, Senador Davi Alcolumbre; e o Líder do meu partido, o Senador Weverton. Ambos confiaram a mim, junto com a Senadora Ana Paula, que é da nossa bancada, Senador Weverton, a grande missão de presidir a Comissão de Esporte.

Eu gostaria de fazer uma breve fala do que eu pretendo na Comissão de Esporte. Eu já estou há seis anos aqui no Senado, anos de muito aprendizado, de um processo de maturação muito importante que eu devo muito, muito mesmo, a todos os meus colegas, por todos os desafios que foram impostos a mim dentro da Casa, como Procuradora da Mulher, como primeira mulher Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado e Líder da Bancada Feminina e, agora, numa pasta, numa Comissão em que me sinto – bom, todos vocês sabem da minha trajetória – absolutamente confortável e com muito sangue nos olhos para fazer um trabalho muito profícuo em prol do desenvolvimento do esporte não só para o alto rendimento, para os atletas, para todo o sistema do alto rendimento, mas, acima de tudo, Sr. Presidente Davi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre e caros Líderes, com a oportunidade de tratarmos nesta Casa da atividade física, do lazer, que são políticas públicas que deveriam ser prioridade e fundamentais em qualquer debate sobre governança, sobre um país mais saudável, um país mais feliz, enfim, para oportunizar o esporte – oportunizar o esporte – de uma forma muito clara, fazendo um debate aqui muito sério.

Vejam a coincidência: hoje é dia 19 de fevereiro, Dia do Esportista. Olha que simbólico nós estarmos comemorando uma data tão importante, que é o Dia do Esportista!

Digam aqui: quem pratica atividade física levante a mão. (*Pausa.*)

Que bom! É bom saber que, nesta Casa, nós temos muitos servidores...

E o nosso Presidente?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Qual era a pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Quem pratica atividade física aqui que está presente?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Vou começar agora, por determinação da Presidente Leila. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu ia perguntar para você, Efraim. Chico Rodrigues também está aqui, o Senador Chico.

Olha, é fundamental nós fazermos esse debate e trazermos para esta Comissão justamente a oportunidade a todos, desde a criança ao idoso, a política do esporte para o dia a dia das pessoas, das cidadãs e dos cidadãos no Brasil.

Todos focam na Leila, Leila do Vôlei, medalhista olímpica, atleta olímpica, mas eu sei muito bem que o esporte vai muito além de formar atletas; ele forma cidadãos. Através do esporte, qualquer jovem vai ser salvo do assédio da violência, da droga. Você pode olhar: onde tem uma área carente, sempre tem um professor, sempre tem uma organização social fazendo o trabalho a que muitas vezes o Estado não chega. É ali, naquele lugar, que muitas vezes aquele professor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carente tira do próprio bolso condições para que aquele jovem carente tenha no esporte a sua rotina diária.

O esporte, gente, disciplina – eu sou uma pessoa disciplinada e sei disso –, o esporte sociabiliza, o esporte educa, o esporte gera emprego, o esporte, acima de tudo, forma pessoas saudáveis e pessoas preparadas para todo tipo de desafio na vida, porque no esporte a gente aprende que ganhar e perder faz parte da vida; no esporte a gente mais perde do que ganha. O esporte ensina a lidar com frustrações, o esporte ensina que, mesmo não amando, eu preciso respeitar, ensina as pessoas a se respeitarem. Podemos estar no mesmo time, como aqui: eu não preciso concordar com todos, mas eu preciso respeitá-los. Esse é o maior legado que eu tenho na minha vida e trago para a política: o respeito.

E sei que, tratando de política, junto com a educação e com outras pautas fundamentais dentro desta Casa, com a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Assuntos Sociais, nós vamos, sim, tratar o esporte e colocá-lo no patamar em que, de fato, deveria estar em termos de prioridade de todos nós nesta Casa e na sociedade brasileira. É essa Leila do Vôlei que vai tratar, dentro desta Comissão, o esporte como deve ser tratado, como uma ferramenta importantíssima de formação e de construção de cidadania para as cidadãs e os cidadãos no Brasil.

Muito obrigada pela oportunidade, Davi, Weverton e todos vocês. (*Palmas.*)

E vamos trabalhar, porque eu gosto de trabalhar.

Quer falar alguma coisa, Davi?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Eu vou fazer exercícios a partir de hoje. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou contratar um *personal* para você, mas obrigada, viu, Davi? Davi, muito obrigada.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Davi está pensando que só o Mounjaro resolve. Tem que ser o Mounjaro, mas também se acostumar com um exerciciozinho... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu já ia... Vocês viram que está todo mundo bem aqui, não é? (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente, você sabe que tem muitos triatletas aqui na Casa, não é? Levantamento de copo, arremesso de cuspe e lançamento de ponta de cigarro. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós vamos mudar isso, hein?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O Presidente tem precedência.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem uma academia lá no Amapá chamada Mente e Corpo. Eu a faço todo dia: a minha mente vai para a academia e o meu corpo fica em casa. (*Risos.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – A referência do Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu estou rindo, mas é preocupante isso, viu? Vamos lá.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – A referência do Presidente aí é uma frase latina que diz assim: *mens sana in corpore sano*. E realmente, Presidente, isso é fundamental: mente sã em corpo são. Você cuidar só de uma coisa não está bem; tem que cuidar das duas coisas: tem que cuidar do corpo, e cuidar do corpo é a prática de atividades físicas.

Eu sou adverso e questiono muitas vezes pessoas que gastam dinheiro com academia. Eu digo para elas: rapaz, em vez de ficar gastando dinheiro com a academia, vamos fazer alguma atividade, atividade tipo levantar saco de arroz, ajudar, limpar, limpar carro... Você está fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade física, está produzindo alguma coisa e está economizando dinheiro. Então, *anima sana in corpore sano*, Presidente!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Senador Cid, Líder Cid.

Por favor, Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Senadora Leila, primeiro, quero parabenizá-la e fazer aqui o cumprimento em nome da Bancada do PDT, do nosso Bloco Pelo Brasil, que é o bloco que foi formado no dia de ontem, com PT e PDT, que eu também estou liderando.

Eu quero lhe dizer que é orgulho nosso saber que temos a nossa indicação nesta Comissão estratégica, importante... Muitas das vezes, não se dá valor a esta palavra "esporte", mas, como você bem falou, ele forma cidadãos, ele ajuda, sem dúvida nenhuma, na disciplina e também na formação aí de grandes homens, grandes mulheres. E nós temos vários exemplos disso, como é o caso de V. Exa. Eu tenho certeza de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... V. Exa. fará um grande trabalho à frente desta Comissão.

Parece um discurso cansativo quando a gente fala que é importante se investir, sim, na educação e no desporto educacional. Eles juntos, nós estaríamos aí... O Brizola, 40 anos lá atrás, já falava da importância da escola de tempo integral, fazendo esse trabalho de investimento na mente, no corpo, na formação de pessoas. Há uma frase que eu, desde cedo, ouvi muito, quando ainda era criança, e que hoje é mais presente do que nunca: é mais fácil você educar uma criança do que transformar um homem.

E hoje eu tenho a oportunidade de, quando posso, entrar ali na Comissão de Segurança Pública, por exemplo, e muitos daqueles temas ali que hoje estão à tona no país, de forma até desesperadora, quando a sociedade tenta perguntar qual vai ser a melhor solução para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar esse problema estruturante da segurança pública no país... É claro que a resposta é tão óbvia, mas ainda vai demorar, porque são respostas que não vêm de dois em dois anos para a questão eleitoral. Fazer uma escola boa, de qualidade, com laboratório, com acesso inclusivo, permanente, em tempo integral, não vai dar voto daqui a dois anos, nem na reeleição da gente e, então, infelizmente, ainda não vai estar na prioridade do Orçamento e muito menos na pauta de muitos que estão aqui. Muitas das vezes, é mais rápido e dá o efeito mais prático quando fala lá a palavra curtinha: bandido bom, bandido morto. São palavras rasas que muitas das vezes entram ali na mente ou no coração desesperado ou desesperador do cidadão que está lá do outro lado querendo uma resposta; como, muitas das vezes, ele não tem, então, ele vai para a resposta mais rápida, mais pragmática, porque justamente nós Estado brasileiro – e aí é independente de quem seja ou esteja por ocasião no Governo – não conseguimos responder e dar resposta, que é a construção, de verdade, do que é justo. O que é justo? É você fazer com que as pessoas tenham oportunidade, você não está pedindo para dar nada mais para ninguém, mas é a mesma oportunidade.

Eu vou dar um exemplo para encerrar, porque eu sei que o restante dos colegas também quer cumprimentá-la: a reunião com o Fundeb... O Presidente Davi... É até bom ele ouvir, assim como o Presidente Efraim, que vai fazer parte da Comissão de Orçamento este ano.

Na reunião com o Fundeb, com a Presidente Fernanda, que é lá do Ceará, excelente gestora – ela foi ao Maranhão, agora, lançar o FNDE Chegando Junto – uma das sugestões que nós levamos a ela, e os técnicos não sabiam, é que, com o dinheiro do Fundeb, Senador Acir, você não pode comprar fardamento escolar com ele. Você não pode comprar fardamento escolar com o dinheiro do Fundeb. Ou seja: tem três estados no Brasil que estão comprando – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mais um – por conta dos TCEs, tribunais de contas locais, que deram sustentação aos gestores para fazer a compra.

Você imagine só uma criança pobre. Muitas vezes sobra dinheiro no caixa da escola, e uma criança pobre, lá na periferia, a prefeitura podendo comprar a farda, a farda para ela chegar igual ao seu coleguinha, para poder estudar e ter essa dignidade, muitos deles chegam com roupa rasgada, com chinelo quebrado e tudo, e podendo estar lá, comprando o par de sapatos dele, a calça, a camisa, e podendo estudar de forma digna, a gente, às vezes, deixa passar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despercebido, porque não sabe ou não tratou de assuntos que parecem ser simples, mas, para uma mãe, lá na ponta, ver o seu filho bem fardadinho, comendo, na escola, isso é tudo, é futuro.

Então, nós precisamos, sim, parar para olhar esses detalhes e ajudar o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só para complementar o que o senhor falou a respeito da educação: "Ah, a escola não é só um ambiente de aprendizagem; é um ambiente de sociabilizar".

Assim... No contraturno, o ideal – era o sonho do Brizola na escola integral – era ofertar o esporte, a cultura, as oficinas de arte, de teatro, enfim, de música, ensino tecnológico. E aí a gente ainda continua patinando numa ideia de anos, que até hoje a gente não debate da forma séria. Digo isso porque eu sou mãe e eu dou a melhor qualidade para o meu filho, eu dou todas as oportunidades, mas aquela mãe que está na base quer uma educação decente, quer uma escola que oferte o esporte e a cultura como deveriam ser e como todos nós esperamos.

Então...

Por favor, Senadora Augusta...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Senadora Leila.

Minha fala é muito mais para fazer um registro aqui, parabenizando e dizendo que eu tenho o maior orgulho de ter essa grande Senadora aqui, que me inspira – eu cheguei agora, você já tem um pouquinho mais de tempo aqui –, e quero testemunhar que, em todas as funções que foram determinadas dentro do Senado, desde a Procuradoria, agora na Liderança da Bancada Feminina, na Comissão, presidindo a Comissão de Meio Ambiente, eu percebo que você leva muito a sério e que dá realmente o máximo que pode dar, não somente do que é obrigatório, não só do que está prescrito no papel e na lei, mas sempre faz um algo a mais.

Esse algo a mais é o que realmente lhe dá o destaque, que não é seu, e que você quer, para conseguir, realmente e verdadeiramente, fazer diferença na vida das pessoas, e eu fico muito feliz e tenho uma certeza muito grande de que esta Comissão do Esporte vai brilhar, não tirando nenhum mérito de quem passou, mas vai brilhar como nunca brilhou, pela seriedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que você trata, pela responsabilidade, pelo conhecimento. E quero lhe dizer que, para além de Leila do Vôlei – o vôlei é muito pequeno para resumi-la ou para defini-la – que, neste momento é uma grande Senadora, que faz diferença não só no vôlei, mas em muitas outras ações, em muitos outros esportes, enfim...

Então, eu tenho muito orgulho e muita confiança.

Eu olhei, e não estou nesta Comissão, mas, como tem vaga ainda na suplência, vou ver se consigo ainda me botar, para contribuir junto com a Presidência.

Boa sorte e sucesso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Minha cara Presidente Leila Barros, pegando aqui o gancho, Leila do Vôlei, Leila do meio ambiente, Leila do carbono e Leila de tantas outras iniciativas que ela defendeu nesta Casa, que honra e orgulha o voto do cidadão do Distrito Federal, que a elegeu, mas honra a todo o Brasil.

Nós, que durante muito tempo éramos torcedores, éramos fãs da Leila ídolo, hoje a gente compartilha as responsabilidades aqui, na Comissão de Esporte, de trabalhar temas, como foi dito aqui, não quero repetir, mas que dialogam com a vida real do nosso Brasil. O jovem que está no esporte está longe da violência, está longe das drogas, que são dramas do dia a dia, e só a educação tradicional, da cadeira, no quadro com o pó de giz já não resolve o problema. Então, você tem que pensar nessa forma de uma educação ampliada, na qual o esporte, a arte, a cultura fazem parte da qualificação e da preparação do jovem para a vida, não do estudante apenas, mas do cidadão.

Então, eu tenho certeza de que esta Comissão, apesar de ser pequenina no seu número de membros... Fiz questão de estar presente. Augusta, se não tiver vaga lá no bloco, no meu tem. Então, quem quer contribuir é muito bem-vindo para que a gente possa fazer aqui um excelente trabalho, Leila. Conte Conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Efraim, Augusta, Weverton, pela fala e pelo apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso aí, é uma Comissão pequena, mas não importa o tamanho; o que importa é a vontade e a predisposição a fazer o trabalho. E isso não me falta, graças a Deus.

Senador Chiquinho.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar a Presidente Leila Barros, Leila do esporte, Leila do Vôlei, como foi dito aqui pelo ilustre Senador Efraim. Quero dizer que V. Exa., que vem ocupando cargos de destaque nas Comissões e assumindo posições de vanguarda em muitos debates aqui, neste Senado da República, de temas, inclusive recorrentes para a sociedade brasileira, está hoje à frente desta Comissão, que agora é devida exatamente pelo que você representa para o esporte brasileiro. Ninguém melhor que V. Exa. para ser indicada para presidir esta Comissão. Tem sensibilidade, tem tato e, acima de tudo, tem compromisso. Isso aí, na verdade, vai fazer a diferença.

Tenho certeza de que, pelo seu estilo inquieto, pelo seu estilo agregador também, V. Exa. vai fazer com que todos os segmentos ligados ao esporte possam ser irrigados pela sua decisão intelectual da importância que o esporte representa para o Brasil em todas as suas dimensões, seja da criança, da escola, até os esportes, sim, de alto rendimento. Então, essa é uma função para aqueles que entendem, que estão talhados para isso.

Obviamente que, às vezes, aqui, acolá, nós, no convívio do cotidiano dos colegas, dos partidos, somos limitados a determinados saltos, mas isso faz parte da vida. O tempo do homem não é o tempo de Deus. E isso se repete na história silenciosa de cada um. Talvez eu esteja falando de forma metafórica aqui, mas os dias vão, na verdade, mostrar a que eu me refiro.

Portanto, quero dizer a V. Exa. que tem o nosso apoio. Eu estou como membro titular da Comissão. Na verdade, o meu estado, a Amazônia, o Brasil de modo geral, mas aquilo que está no nosso sangue, na nossa veia, que são os eleitores que nós representamos, no caso, no nosso estado... Eu quero, através das suas ações, poder levar grandes benefícios para atender aqueles milhares de jovens que precisam de políticas públicas que possam lhes dar uma esperança para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, parabéns, Senadora Leila, e conte com o nosso humilde trabalho aqui nesta Comissão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chiquinho.

Inclusive, o Senador Chiquinho já se apresenta como Vice para esta Comissão. A eleição, segundo a SGM, pela orientação que foi feita ontem no Colegiado de Líderes, será na próxima semana. Então, já tem a indicação do senhor; apenas, pró-forma, na próxima reunião nós faremos a sua eleição, só seguindo as orientações que foram feitas pela Presidência na reunião do Colegiado de Líderes, Senador Chiquinho.

Eu gostaria de forma também muito especial agradecer à nossa mesa aqui da Comissão, na figura do nosso secretário Flávio. Vamos trabalhar muito, estou muito empolgada.

Quero agradecer também o trabalho do Senador Romário, que foi o último Presidente desta Comissão, fez um belíssimo trabalho, foi o primeiro Presidente, o primeiro a comandar esta Comissão, e deixa – eu não gosto muito desta palavra "legado", não – um trabalho consolidado, fez um bom trabalho.

E nós vamos seguir aqui em frente. Como eu falei, desafios são dados, eles são abraçados e vamos trabalhar. Conto muito com vocês, assim como com os terceirizados aqui desta Comissão.

Bom, vamos finalizar, não é, meu povo? (*Risos.*)

Comunico que os membros que estavam na Comissão de Esporte no ano passado e foram indicados para compor novamente este Colegiado terão as relatorias mantidas e aquelas matérias que ainda não estão designadas serão distribuídas nos próximos dias.

Quero agradecer mais uma vez a participação de todos, nos vemos na próxima semana.

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa quarta para todos. Bom dia.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Romário, Eduardo Girão, Carlos Portinho, Wellington Fagundes e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Weverton, Eliziane Gama, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição de Vice-Presidente para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Eleito o Senador Chico Rodrigues para o cargo de Vice-Presidente no biênio 2025-2026. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2985, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3405, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3958, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Carlos de Oliveira, conhecido como João do Pulo, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3742, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4439, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para incluir entre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as realizações, o planejamento e os desafios do Ministério do Esporte na sua gestão." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2985/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda" e o PL 3405/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva"." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2985/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda" e o PL 3405/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva"." **Autoria:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/12

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de março de 2025.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes e todos que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, é com satisfação que abro a 2ª Reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal, a primeira após a minha eleição. Hoje reafirmo o compromisso desta Casa com o fortalecimento do esporte nacional e, sobretudo, com a construção de um ambiente mais justo, igualitário e inclusivo dentro e fora das competições.

No último sábado, celebramos o Dia Internacional da Mulher, uma data de reflexão sobre as conquistas e desafios das mulheres em diversas áreas, incluindo o esporte. Como ex-atleta e medalhista olímpica, sei bem das barreiras que as mulheres enfrentam para ocupar seus espaços e alcançar o reconhecimento que merecem. Quando jovem, inspirei-me em grandes mulheres do esporte, verdadeiras pioneiras que, com coragem e determinação, abriram caminho para que tantas outras pudessem sonhar e realizar seus objetivos. Atletas como Maria Lenk, Maria Esther Bueno, Aída dos Santos, Isabel Salgado, Ana Moser, Jaqueline Silva, Sandra Pires, Dandara, Paula Pequeno, Ricarda Lima, Formiga, Marta, Grazielle Nascimento, Hortência, Paula, Cláudia Magalhães, Luísa Parente, Daiane dos Santos, Rebeca Andrade, Ketleyn Quadros e Joanna Maranhão, entre tantas outras, mostraram que o talento e a dedicação podem vencer...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Leila Barros. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Verdade, Romário.

Elas mostraram que o talento e a dedicação podem vencer qualquer obstáculo.

No entanto, sabemos que a luta pela equidade de gênero no esporte ainda está longe de ser vencida. A participação das mulheres em cargos de decisão e gestão no setor esportivo continua desproporcionalmente baixa. Federações e confederações esportivas, essas precisam refletir a diversidade do nosso país, garantindo que as mulheres tenham voz ativa e poder real de decisão. Não se trata apenas de representatividade, mas de justiça e eficiência na gestão esportiva.

Nesse sentido, a Lei Geral do Esporte tem um papel fundamental. Além de regulamentar o setor, ela é uma ferramenta poderosa de combate ao racismo, à misoginia e a todas as formas de preconceito que ainda insistem em assombrar as competições.

O recente caso de racismo sofrido pelos jogadores Luighi, e Figueiredo, do Palmeiras, durante a Libertadores Sub-20, no Paraguai, é um triste lembrete de que ainda há muito a ser feito. Atitudes discriminatórias não podem ser toleradas sob nenhuma circunstância e entidades esportivas precisam agir com firmeza para coibir essas práticas.

Diante disso, apresentei ao Plenário um requerimento de voto de repúdio aos atos racistas ocorridos no Paraguai e enviei ofícios à CBF, à Conmebol e à FIFA exigindo punições mais severas para os casos dessa natureza.

O esporte tem o poder de transformar a vida e de unir pessoas, mas para que isso ocorra de forma plena, precisamos garantir que ele seja um espaço seguro e respeitoso para todos.

Nesse sentido, faço um apelo para que esta Comissão siga trabalhando incansavelmente para assegurar que o esporte brasileiro seja sinônimo de igualdade, respeito e oportunidade a todos. Que possa fortalecer políticas públicas que incentivem a participação feminina, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combatam o racismo e todas as formas de discriminação e que garantam que o esporte continue sendo um motor de inclusão e desenvolvimento para toda a nossa sociedade.

Bom, agora vamos para a pauta.

Obrigada a todos pela presença, em especial ao Senador Romário e ao Senador Chico Rodrigues aqui conosco.

Bom, comunico que, em atenção aos arts. 99 e 90-B do Regimento Interno do Senado Federal, está aberto o prazo para apresentação de sugestões de políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão. A escolha da política pública será realizada até o último dia deste mês de março, por meio da aprovação de requerimento.

Comunico ainda que esta Comissão de Esporte recebeu o Ofício 208, de 2025, do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol sobre as providências adotadas pela CBF no caso de racismo envolvendo os atletas do Palmeiras. O referido documento já foi encaminhado aos membros desta Comissão.

E antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes – bom dia, Senador! –: a primeira é a eleição do nosso Vice-Presidente desta Comissão e a segunda parte será deliberativa.

A primeira parte desta reunião destina-se à eleição para o cargo de Vice-Presidente desta Comissão de Esporte para o biênio 2025-2026.

Foi registrada, até o momento, a indicação do Senador Chico Rodrigues, do PSB, para Vice-Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a existência de apenas uma única indicação ao cargo de Vice-Presidente, consulto às Sras. e aos Srs. Senadores sobre a possibilidade de realizarmos essa eleição por aclamação.

Aqueles que concordam com a nossa sugestão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Havendo acordo entre todos, eu coloco em votação, por aclamação, a indicação do Sr. Senador, pelo PSB, Chico Rodrigues, para Vice-Presidente desta Comissão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então declaro eleito, por aclamação, o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente da Comissão de Esporte para o biênio 2025-2026.

E o convido, Senador, para tomar o seu lugar à mesa.

Por favor, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Vou passar a palavra aqui para o nosso Vice-Presidente Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero inicialmente agradecer a Deus por mais uma conquista na minha vida política de 32 anos e de nove mandatos. E aqui tendo a anuência dos colegas, eu tenho o prazer de me ombrear com essa figura expressiva da vida esportiva brasileira, a Senadora Leila Barros, que, ao lado do Senador Romário, fez história no esporte brasileiro. E quero dizer que é muito interessante, Senador Romário: V. Exa. propôs a criação desta Comissão de Esporte e a presidiu, ocupou a primeira Presidência da Comissão de Esporte aqui no Senado da República, desempenhando-a, de forma muito vigorosa e, inclusive, potencializando as ações desta Comissão.

Hoje, obviamente, fica aqui apenas o meu agradecimento. Quero dizer, Presidente Leila, que conte comigo na condução de todos os trabalhos desta importante Comissão, até porque é uma Comissão que, de uma forma transversal, traz para o Senado da República, Senador Portinho, uma visibilidade gigantesca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos vivido alguns momentos inoportunos em relação à questão principalmente do esporte, da discriminação racial, e, pelo que nós conhecemos do Senador Romário, que não precisa de explicações... Sempre que eu falo sobre o seu nome... Na época do Senador Romário, essa questão de racismo praticamente não existia e hoje está se potencializando cada vez mais nos campos de todo o planeta, não apenas aqui na questão do Brasil. E o Senador Romário é muito direto; isso é uma coisa tão absurda, que o próprio atleta não deveria dar atenção a isso.

Talvez a expressão, pela competência e pelo que ele representa para um time, para um estado ou, principalmente, para um país e, porque não dizer, no caso do Vini, para o mundo... Praticamente, a reação intempestiva do torcedor é apenas de forma pontual, mas nós a condenamos, obviamente, e deve ser reprovada, totalmente reprovada. Mas vamos em frente, Presidente.

Tenho certeza de que V. Exa., que já ocupou tantos pódios também, vai chegar a conduzir a bom termo esta Comissão e vai dar visibilidade, mesmo, a ela, até porque o esporte é um fator de integração social fortíssimo.

Então, muito obrigado aos colegas, mais uma vez, que a mim confiam esta Vice-Presidência ao lado da Senadora Leila Barros.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico.

Só reforçando aqui a fala do Senador Chico, primeiro, como eu e Romário somos do esporte coletivo, a gente sabe do poder, da força de um grupo, e eu acho que nós temos pautas aqui, dentro desta Comissão, em que a gente precisa avançar, e nós vamos avançar. E eu conto muito com o trabalho e o empenho de todos vocês.

Eu estou aqui há seis anos no Senado, já encarei alguns desafios como a Comissão de Meio Ambiente, Liderança da Bancada Feminina, enfim. Nesta Comissão existe uma expectativa maior porque a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente, não é, Romário? Portinho também, Girão, que de alguma forma estão ali, sempre estiveram envolvidos no setor, no meio esportivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou absolutamente confortável e preparada para os desafios aqui dentro desta Comissão e conto com o apoio de todos.

Bom, vamos para a pauta deliberativa agora, com a eleição do nosso Vice-Presidente, o Senador Chico Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2985, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura ou para manifestação a respeito do projeto.

Pois não, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senadora Leila, meus colegas desta Comissão de Esporte, importantíssima para o nosso país, como disse o Senador Chico Rodrigues, a matéria é transversal e há muitas outras, e essa proposta, que é o PL 2.985, de 2023, é um grande exemplo dessa transversalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele converge ambas as propostas, e também o PL 3.405, de 2023, que é o segundo da pauta, de que eu não tinha conhecimento, confesso, quando relatei o projeto do Senador Styvenson. E conversando com o Senador Girão, eu acho que o melhor encaminhamento – que é o motivo do meu Requerimento nº 3, de 2025, registrando que também há o Requerimento nº 2, de 2025, de igual sentido do Senador Kajuru – é para que a gente possa fazer uma audiência pública.

Todos sabem que, na condução dos meus projetos, eu procuro sempre franquear a discussão. Ela enriquece o nosso texto, o nosso debate, e eu não tenho dúvida alguma. Esse é um tema muito sensível, muito sensível, porque, por mais que haja repercussão econômica – e não é pequena –, para o fomento do esporte em geral, especialmente do futebol, por outro lado, há uma preocupação muito grande com a massificação, essa massiva publicidade, que inclusive atinge – e eu quero deixar clara a lógica inclusive do meu relatório – um público que não é o público-alvo.

Quando a gente, na lei das *bets,* colocou a biometria facial, houve uma concordância com o setor, justamente porque o jovem e a criança não são o público-alvo das apostas, só que eles vêm sendo, por essa propaganda, na minha opinião, predatória, massiva e que coloca em risco, inclusive para aquelas casas de aposta, a própria atividade, porque não faltam aqui, como o Senador Girão, o Senador Rogerio Marinho também se manifestou e muitos outros, pessoas dizendo que do jeito que está é melhor parar tudo.

E a gente já viu o que aconteceu com os bingos, porque, por falta de uma regulamentação mais rígida, virou um ambiente muito negativo, que estimulou a ludopatia, o vício no jogo, que estimulou a lavagem de dinheiro, a contravenção – o que antes era contravenção continuou sendo, mesmo com a legalização –, porque há muito dinheiro por fora, muito dinheiro em espécie.

Então, a gente já viu, lá na CPI da manipulação do futebol, o dano ao esporte. Na minha opinião, tenho dito que o esporte não é um jogo de azar, embora reconheço – e muito converso com o Senador Girão – que o esporte escolheu as apostas, e eu não posso fazer nada além do que me manifestar no sentido de regulamentar, como também o fez o relatório do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petecão no projeto de idêntico texto ou propósito – Projeto 3.405, de 2023 –, de autoria do Senador Girão. Então, a gente precisa debater.

O Governo Federal ficou de regular. Ele deu um ano grátis para as *bets* – um ano grátis, Girão –, sem imposto, sem nada. E, ao mesmo tempo, a regulação não se mostrou efetiva. Por quê? Porque nas redes sociais o jovem é bombardeado com propaganda de *bets*. Há um problema nas escolas hoje por conta disso. E repito: eu sei que das *bets* esses também não são seu público-alvo. O vício, como outros são tratados, com a publicidade em horários específicos – quero me referir à bebida alcoólica, quero me referir ao cigarro –, porque também causam dependência. E isso já está absolutamente superado, sem nenhum trauma maior.

Então, a gente não pode ter o tabu de discutir essas propostas e de buscar com o setor, inclusive, para o bem dele – se ele quer sobreviver, é para o bem dele –, a regulamentação de uma forma em que a publicidade não seja predatória como se está vendo. Você assiste a uma partida de futebol... É tão predatório que o *naming rights* no Campeonato Carioca, que tem uma casa de aposta, concorre com 17 outras placas de publicidade, no campo, de outras casas de aposta. Nem a exclusividade pelo que o cara pagou, que são os *naming rights*, é garantida. E aí você vê um atleta dando entrevista num *backdrop* que tem 37 casas de aposta, de um campeonato que tem *naming rights* para uma. Você vê campeonatos de jovens, Girão, de Sub-18, Sub-20, Sub-15, em jogo, em aposta. Não são esses jovens público-alvo, repito.

Então, para que todos entendam, a lógica da proposição, tanto do Senador Styvenson quanto do Senador Girão e do meu relatório, que eu quis antecipar, é que a gente possa ter um debate sadio numa audiência pública que traga os clubes, que traga as confederações esportivas, que traga as casas de aposta e que traga as emissoras de TV, de rádio e as redes sociais para a gente discutir, Senador Petecão, o que no seu relatório você também limita, restringe, e que a gente possa construir inclusive com o setor.

Senadora Leila, os dois requerimentos – o do Senador Kajuru, que me antecede, e o meu – têm o mesmo propósito, e eu peço que a gente saia daqui já tendo marcado a data da audiência pública para abril, se possível, para que dê tempo de comunicar a todos os atores envolvidos, e que a gente possa construir a muitas mãos um texto que preserve a liberdade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado, com o que me preocupo também, mas que preserve a publicidade e o público-alvo dessa publicidade.

Então, eu queria que V. Exa., se possível, colocasse em votação esses requerimentos para retirar de pauta, com a anuência do Senador Girão, que deve se manifestar – já conversei com ele, e com o Senador Petecão conversei rápido aqui –, o Projeto 2.985, de 2023, e o Projeto 3.405, de 2023, fazendo uma audiência pública conjunta desses projetos e redistribuindo a relatoria, que eu vou aqui tirar no par ou ímpar com o Senador Petecão, mas tenho certeza de que todos nós da Comissão vamos contribuir para aperfeiçoar uma regulamentação que atenda tanto ao setor quanto ao interesse público.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Antes de passar a palavra para o Senador Girão, eu vou passar para o Relator do item 2 para ver se nós conseguimos contemporizar a situação aqui e dar os encaminhamentos.

Então vou passar a palavra aqui para o Senador Sérgio Petecão.

Por favor, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Quero primeiramente parabenizar a nossa querida Senadora Leila por mais esse desafio, à frente desta Comissão. Com certeza estaremos muito bem servidos sob a gestão da Leila. É uma amiga que eu ganhei aqui em Brasília, sou fã, então sou suspeito para falar qualquer coisa.

Ontem eu tive o prazer de receber o pessoal da Abert – acho que deve estar até aqui. Ainda estão aqui, né? Eu recebi o pessoal da Abert lá no meu gabinete. Fizemos uma conversa franca, aberta, sincera. Antes de receber o pessoal da Abert – eu acho que este sentimento aqui é o do Girão, é o sentimento do Styvenson –, o tanto de demandas de mãe, de pais, de igreja, de pessoas... Porque hoje dificilmente você não tem um membro da família que não esteja sofrendo por conta desses jogos, ou *bets*, ou o tal do tigrinho, que acaba com tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ainda bem que esta Comissão tem a exata dimensão do problema, porque o que não podemos fazer é dizer que está tudo bem: "Não, está tudo certo". Não, não está tudo certo. Nós temos um problema, e eu disse ao pessoal da Abert que o caminho de uma audiência pública é de fundamental importância, porque, quando presidi a Comissão de Segurança no período passado, esse foi um instrumento que nos ajudou muito. Porque o Girão tem a posição dele, o Romário tem a posição dele, mas se nós ouvirmos a todos, a todas as instituições aqui já citadas... No caso aqui, quem me procurou foi a Abert, mas vamos chamar a CBF – porque se chamar o Flamengo, o Fluminense vai ficar com raiva. Apesar de que nós vamos ganhar hoje, mas... (*Risos.*)

Então chama a CBF, que gerencia tudo isso, chama todas as instituições do meio, para que nós possamos... Viu, Portinho? Eu da minha parte não tenho nenhum problema. Eu conversei com o Senador Girão. Eu acho que nós temos uma nova versão do Girão agora, porque ele não fez nem confusão, ele disse: "Não, tá...". Uma versão mais moderna, porque na Comissão de Segurança ele deu problema, mas aqui ele de pronto disse: "Não, Petecão, se você não tiver nenhum problema, da minha parte não tem nenhum problema". Eu acho que o Portinho é uma pessoa altamente preparada, com certeza pode nos ajudar e ajudar muito nesse debate.

Agora, temos que ter a consciência de que nós temos um problema gravíssimo, esse negócio é muito sério, esse negócio de jogos, com crianças envolvidas. Por mais que tenham sido feitas as regulamentações, eu penso que não surtiu muito efeito. Nós temos que ver, aprimorar, para que nós possamos de uma vez por todas resolver esse problema. Eu estava assistindo – eu gosto de futebol – aos jogos, e essas bets aí fazem... O estádio hoje é dominado por eles, é de fora a fora, não tem mais outra propaganda. Então nesse negócio tem muita gente ganhando dinheiro com isso. E para esses caras estarem ganhando dinheiro, muita gente está dando dinheiro para eles. Então o que me preocupa é que famílias possam estar tirando da sua mesa, do seu alimento, dinheiro para estar dando para bacana aí ficar rico; é isso que me preocupa.

Obrigado, Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão e Senador Romário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Obrigado, minha querida Presidente, minha irmã, Senadora Leila. Boa sorte na sua jornada. Eu vejo que o bastão foi passado de um grande Parlamentar, conhecedor do esporte e de outras pautas, especialmente com a sensibilidade que ele tem, que é o Senador Romário, com as causas sociais, para você, Leila, que também tem demonstrado muita garra, muita determinação, muita empatia e vem do esporte. Então, esta Comissão está muito bem entregue para você.

Quero cumprimentar também o Senador Chico Rodrigues, Vice-Presidente, agora, eleito aqui desta Comissão. E eu me sinto muito honrado em estar com vocês aqui, aprendendo diariamente.

Peço desculpas, em algum momento, Senador Petecão, se eu fui um pouco mais firme com relação a algumas pautas, porque é o seguinte: o que eu vejo? E eu sei que é o sentimento de todos os senhores. Nós estamos com uma grande missão aqui no Senado. Nós somos privilegiados. Imaginem: 81 de 210 milhões? É isso? Duzentos e?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Cinquenta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Duzentos e cinquenta? Já atingimos? Oitenta e um. Olha a bênção que é, a responsabilidade que nós temos aqui numa Casa revisora da República.

Quando a gente vem do esporte – eu tive a oportunidade de, desde a infância, amar o futebol, saía de casa, pegava carona para assistir a jogo e fui Presidente de um clube depois, que é o Fortaleza –, quando você tem contato com as pessoas, Senador Portinho, e vê o esfacelamento, o esgarçamento social que está acontecendo por causa do vício em apostas esportivas, não tem como você não se indignar, não tem como você não tentar lutar pela justiça.

Então, eu acho que está muito bem entregue. Foi passado para o nosso querido Senador Petecão, pelo Romário, esse projeto na época, fez um grande relatório. O Senador Portinho vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do esporte também, tem muito conhecimento de causa; está bem entregue também para ele. Aí eu não sei se é par ou ímpar, como é que vai ser feito, mas está bem entregue.

Eu só queria era colocar o seguinte: que nós temos o dever, Senador Leila, de, no limite das nossas forças, proteger as pessoas vulneráveis. E o estrago não é pequeno, minha irmã. Eu sou abordado quase que diariamente por pessoas que perderam tudo, que chegaram ao limite. E eu trouxe aqui – já trouxe aqui – pessoas que tentaram até o suicídio. E está acontecendo isso a três por quatro. Agora, enquanto a gente está aqui, está acontecendo por causa do desespero, porque ali é uma coisa feita para a pessoa entrar e não sair mais, porque vai na paixão, vai no coração, vai no time.

Então, eu acho uma irresponsabilidade sem tamanho. E eu fui Presidente – eu fui Presidente –, eu botei dinheiro no clube. E não precisava de patrocínio. A gente foi conseguindo em construtora, foi conseguindo o apoiamento de empresas, e depois está aí. "Ah, não, mas, se tirar as *bets* das camisas de futebol, acaba o time". Que conversa é essa, rapaz? Que conversa é essa? Nunca precisamos disso – nunca precisamos disso. É como foi dado o exemplo aqui, de cerveja, de cigarro: isso não pode, proibido. Temos que proibir. Eu vou lutar por isso aqui, para a gente proibir.

A Inglaterra viu o estrago que aconteceu, proibiu. Dois mil e vinte e cinco não é o ano em que nós estamos? Não pode mais ter propaganda de casa *bet* em camisa de time, que é o manto do time, porque aquilo é uma mensagem que se passa, subliminar.

Então, nós vamos fazer um trabalho com muita responsabilidade. Eu confio muito nesses dois Senadores e acredito que vai ser feito um trabalho com muita responsabilidade. E a gente vai ouvir a sociedade. Agora, não vamos ouvir somente CBF, somente associação dos clubes, somente as casas dos jogos. Vamos ouvir...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive, Senador Girão, eu quero que vocês façam as indicações, para que a gente tenha um equilíbrio neste debate. Além de clubes e instituições, eu quero que cada um indique, e nós vamos para o debate, o tempo que tiver que ser; nós vamos promover isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quem a gente tem que ouvir, Leila, para equilibrar? Os prejudicados disso tudo, as pessoas que... as associações de ludopatia, que são tipo Alcoólicos Anônimos, mas do pessoal viciado em jogo, da ludopatia. Então, nós temos que ouvir e temos que ter essa responsabilidade – e teremos aqui.

Eu peço só que a Presidente coloque como prioridade, porque enquanto não é deliberado isso, muita gente está... as famílias estão se devastando.

Muito obrigado. Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Girão.

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom dia.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia, Presidente Leila.

Minha fala aqui é simplesmente para desejar boa sorte nessa Comissão a você, minha amiga, e a V. Exa. também, Senador Chico Rodrigues. Quero dizer que, como estive aí ano passado, e foi a primeira vez desta Comissão aqui na Casa, eu quero me colocar totalmente à disposição para ajudar em tudo que for possível.

Em relação a esse tema, na verdade, pelos três Senadores aqui que me antecederam, o Senador Portinho, o Senador Petecão, o Senador Girão, já foi praticamente tudo colocado.

Eu ia ler aqui o requerimento do Senador Kajuru para essa audiência pública, mas já foi feito pelo Senador Portinho.

Eu tenho certeza de que, a partir dessa audiência pública, que é de grande importância e relevância para esse tema, a gente realmente poderá sair daqui, desta Comissão, com tudo esclarecido. E que o nosso Relator – que eu acredito que seja o Portinho, ou, pelo que eu estou vendo aqui, está entre o Portinho e o Petecão – tenha um entendimento 100% do que realmente é interessante e positivo para nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Parabéns e boa sorte.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata, Senador Romário.

Bom, primeiramente eu queria dizer aos dois Relatores que é fundamental que os dois funcionem e que, como são dois projetos que tratam do mesmo objeto, eu já fico até feliz, porque eu vivi isso na CMA, na Comissão de Meio Ambiente, então é fundamental que os dois, em todas as tomadas de decisão que nós tivermos no decorrer desse processo, é importante que vocês e suas equipes estejam alinhados. Então, isso já é um alívio para a Presidente da Comissão.

A outra coisa é dizer que, quando se fala que o esporte escolheu, eu quero deixar bem claro – eu fui atleta durante 25 anos – que alguns escolhem, outros é por questão de sobrevivência. Então a gente vai ter que ter um equilíbrio nesse debate, entendendo os danos. E eu sou mãe, sou mulher. Não vamos deixar de enfrentar esses danos, enfrentar essa realidade, mas também entendendo essa parceria do esporte com relação às apostas, porque eu sei que também não é questão de escolha muitas vezes, é uma questão de sobrevivência.

Quem foi atleta... Eu fui atleta, fui dirigente, mas do voleibol, que é outra coisa, Girão. Futebol é uma realidade, voleibol é outra realidade, atletismo é outra realidade. Enfim, são situações distintas, que, como eu, o Romário e você entendemos muito bem, vamos ter que esmiuçar e vamos nos aprofundar de fato para fazermos uma regulamentação, que nunca é justa. A gente sempre tenta, porque eu sei que o nosso trabalho aqui é cruel nesse sentido. A gente coloca o trem nos trilhos e muitas vezes no decorrer desse processo a gente começa a detectar situações que muitas vezes a gente poderia ter tratado antes, mas o que interessa é a gente colocar o trem nos trilhos e, se nós não estivermos aqui, outros farão. E é isso, mas nós precisamos entregar o melhor de nós para o país, para o esporte e para o tema. Está bom?

Eu vou fazer aqui a leitura dos itens extrapauta, porque foi uma tomada de decisão conjunta aqui desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 2, DE 2025

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2985/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda" e o PL 3405/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva".

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 3, DE 2025

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2985/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda" e o PL 3405/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva".

Autoria: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)

A autoria é dos Senadores Jorge Kajuru e Carlos Portinho, subscritos pelo Senador Sérgio Petecão, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os autores se desejam fazer o uso da palavra.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Vou só pedir que todos os Senadores, reforçando porque temos que ter todos os lados nessa discussão... Eu estava falando ali com o Senador Girão, encarregado de fazer principalmente a relação dos representantes da sociedade civil, das instituições, das associações, porque Girão já os trouxe aqui em outras oportunidades e ele tem um contato grande. Então o Girão fará essa relação, lógico sem prejuízo de alguém querer acrescentar outro. Que todos apresentem!

E quero fazer um pedido, Senadora Leila: que possa ser em abril e que talvez, pela quantidade de pessoas que precisam ser ouvidas – a gente tem o pessoal das *bets*, o pessoal das casas de apostas, dos clubes, das confederações –, a gente consiga fazer no Plenário, até pela importância do assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos trabalhar para isso, Senador. Eu conto com o apoio de vocês junto ao Presidente da Casa, para que a gente possa fazer no Plenário, mas, independentemente de conseguirmos ou não, vamos fazer aqui o tempo que tiver que fazer. Se nós tivermos que ficar aqui por cinco, seis horas ou fazer em duas ou três partes a audiência, nós vamos fazer.

E eu vou dar a urgência já pedindo – consulto aqui os colegas da mesa, a nossa assessoria – uma data para o mês de abril. Aí, eu coloco e depois comunico a vocês, já aguardando as indicações para que a gente possa trabalhar em cima da elaboração da audiência pública.

A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimentos aprovados.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senadora Leila, um outro tema que lhe é próprio, apenas para colocar no radar das nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativas: a OAB do Rio de Janeiro, pela sua Comissão de Esportes, por seu Presidente Pedro Trengrouse, me requereu que eu fizesse ao Presidente deste Senado o pedido de criação de uma comissão especial de juristas para tratar da Copa do Mundo Feminina, que acontece em 2027. Por V. Exa. representar muito bem todas as mulheres e todas as atletas, as esportistas, eu queria passar a V. Exa., para que possa encaminhar, reforçando meu pedido, ao Presidente Davi, para que se crie essa comissão de juristas, porque a Copa Feminina, embora seja só em 2027... É bom, porque tem tempo para que sejam debatidas questões ligadas ao esporte, ao esporte feminino, à participação das mulheres nas suas respectivas modalidades, à defesa da mulher, a uma legislação que possa vir dessa comissão de juristas para a defesa e o combate à violência no esporte contra as mulheres, entre outras diversas causas que eu sei que são suas também, de todos nós – que devem ser dos homens também, pois a dignidade da pessoa humana é uma causa de todos. Por isso, se V. Exa. puder reforçar junto ao Presidente Davi – e eu o farei também –, com a sua liderança, será ainda mais efetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Com certeza, Senador Portinho. Pode contar com o meu apoio.

Bom, eu vou para o item 4.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3742, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 11/12/2024.

Eu concedo a palavra agora ao Senador Eduardo Girão para leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria só fazer um pedido à senhora, se puder... Pequenos ajustes precisam ser feitos ainda dentro da construção. Eu queria pedir para adiar, se possível, para a próxima sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Girão. Então nós retiramos os itens 1, 2 e 4.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2985, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3405, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 10/04/2024.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3742, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre a inclusão de normas nos regulamentos das competições destinadas a resguardar a imagem e a dignidade dos atletas em casos de lesões ocorridas durante as partidas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 11/12/2024.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senadora Leila, sem querer tumultuar – é só porque eu tenho um compromisso –, do item 5, que é o projeto do Senador Jorge Kajuru, eu queria pedir vista. Não é que eu discorde, não, mas é para eu poder entender o quanto ele está amarrado...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Item 5?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Do item 5. Eu só queria pedir vista, deixar registrado, se V. Exa. permitir, porque eu tenho um compromisso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está bem. O Senador Jorge Kajuru está impossibilitado e ele pediu até para gente indicar um Relator *ad hoc*, mas eu vou deixar para a próxima...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E se for indicado o *ad hoc*... Ah, bom. Então, se for indicado o *ad hoc*, vou pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, não vou indicar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, então está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O.k., Senador.

Item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as realizações, o planejamento e os desafios do Ministério do Esporte na sua gestão.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A autoria é desta Presidente.

A votação será simbólica.

Em votação esse requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós vamos agendar junto com o Ministro e sua assessoria a vinda dele a esta Comissão. (*Pausa.*)

Bom, eu quero agradecer a presença de todos na nossa segunda reunião aqui, teremos outras e vamos debater com muita seriedade essa temática, Senador Girão. Você tem nosso compromisso aqui.

E nada mais havendo tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa semana a todos, boa quarta e até mais.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Sérgio Petecão, Romário, Eduardo Girão, Carlos Portinho, Wellington Fagundes e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Mara Gabrilli e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3958, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Carlos de Oliveira, conhecido como João do Pulo, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4842, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Carlos Portinho. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 4, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater estratégias de combate ao sedentarismo e prevenção da obesidade." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, a realização de audiência pública, a fim de debater sobre o progresso da regulamentação e a efetividade do controle e da fiscalização sobre as plataformas de jogos online; a arrecadação de impostos, fundamental para o financiamento de políticas públicas; o combate aos sites clandestinos; a fiscalização da publicidade, especialmente no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes; as ações de combate ao jogo compulsivo; e, por fim, as medidas adotadas para combater a manipulação de resultados em todas as modalidades esportivas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2025.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados presentes, assessoras e assessores, e todos os que acompanham esta reunião, é com satisfação que damos início a mais uma reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal.

Como sempre digo, o esporte, além de ter um caráter competitivo e de entretenimento, tem um papel fundamental na formação de valores como respeito, inclusão e igualdade. E é exatamente sobre esses valores que precisamos falar hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última segunda-feira, durante a cerimônia de sorteio da Copa Libertadores de 2025, o Presidente da Conmebol, Alejandro Domínguez, fez um pronunciamento em português tratando do racismo no futebol. Chegou a tratar explicitamente do caso do jogador do Palmeiras, o Luighi. Saudamos a iniciativa do Presidente em abordar o tema publicamente, pois reconhece o problema, e esse é um passo essencial. No entanto, lamentamos as ações anunciadas por entender que são demasiadamente tímidas e insuficientes. Dizer que apenas irão procurar autoridades dos países do continente para tratar do tema não é o bastante. O racismo exige ações concretas, punições rigorosas e um compromisso verdadeiro das entidades responsáveis pelo futebol sul-americano. Caso contrário, os episódios criminosos de racismo se repetirão nos mais variados estádios da nossa região, como vem ocorrendo.

Aliás, se havia alguma dúvida sobre o comprometimento da Conmebol com o combate a esta chaga, ela foi ampliada com a infeliz declaração do mesmo Presidente comparando a possibilidade da ausência de clubes brasileiros na competição a "Tarzan sem Chita". Essa fala não pode ser tratada como um simples deslize ou uma piada. O fato de tantas pessoas – e agora até o próprio Presidente da entidade máxima do futebol sul-americano – se sentirem confortáveis em associar brasileiros a macacos mostra o quão normalizado e estrutural é o racismo dentro do esporte. O que aconteceu não foi uma coincidência ou um erro isolado. É parte de um problema muito maior, e a Conmebol precisa ser cobrada de forma contundente.

A CBF, enquanto representante do futebol brasileiro, tem a responsabilidade de se posicionar fortemente sobre essa situação vergonhosa. Não basta manifestar repúdio nas redes sociais. É necessário exigir medidas concretas, demandar mudanças estruturais e cobrar ações eficazes, para que o racismo não continue sendo tratado com ironia ou desdém no nosso continente.

Mas, senhoras e senhores, nem só de indignação vive o esporte; temos também motivos para celebrar nesta Comissão, na reunião da Comissão de hoje.

Eu gostaria de parabenizar o jovem fenômeno do tênis brasileiro, o João Fonseca, que, com apenas 18 anos, conquistou mais um título e segue demonstrando um talento extraordinário, uma inspiração para os jovens atletas do nosso país e um sinal claro de que o esporte brasileiro precisa – e merece – de mais investimentos e de atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, já conhecemos os primeiros campeões estaduais de futebol do Brasil neste ano. Os campeonatos estaduais fazem parte da tradição do nosso futebol e são um grande termômetro para o desenvolvimento dos clubes, revelação de talentos e a paixão dos torcedores. Parabéns a todos os times que conquistaram seus títulos e ainda os que estão em disputa.

Por fim, eu reforço o compromisso desta Comissão em seguir debatendo, incentivando e defendendo o esporte nacional. O nosso espaço estará sempre aberto para todas as discussões necessárias para o fortalecimento do nosso esporte como ferramenta de inclusão, desenvolvimento e orgulho para o povo brasileiro.

Bom, mas uma vez só reforçando a triste fala do Sr. Alejandro, Presidente da Conmebol. Ontem foi apresentado voto de repúdio do Senador Carlos Portinho, o qual tem o nosso total apoio, e reforço mais uma vez um apelo à CBF, como a nossa entidade que comanda o futebol brasileiro, que nós não podemos ter tais comportamentos, seja de qualquer presidente, seja de qualquer dirigente a tratar com desdém, como foi falado aqui no nosso texto, essa chaga que é o racismo, que não é só no nosso continente. A gente viu o Vini Jr. sofrendo na Europa. Enfim, é uma chaga mundial.

Comunico que, segundo informações da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a CMO, não há previsão de execução das emendas desta Comissão de Esporte referentes ao ano de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, meu querido Vice-Presidente, nós vamos submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de março de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentadas à Comissão.

Então, nós vamos à pauta deliberativa, já passando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deseja falar alguma coisa?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Eu estava acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa. em relação ao comportamento pouco democrático, para não dizer irresponsável, do Presidente da Conmebol, o Alejandro, e já tive conhecimento, hoje quando cheguei, que houve uma manifestação explícita do Senador Carlos Portinho, não poderia ser diferente, pela competência, pelo conhecimento e, acima de tudo, pela necessidade exatamente de mandarmos um recado para o Presidente da Conmebol. E, da mesma forma, pela Comissão, eu já pedi para a assessoria preparar também um expediente no sentido de que nós pudéssemos pedir uma explicação diretamente ao Presidente da Conmebol.

Acredito que ela poderia ser até lá na frente apensada, enfim, mas realmente uma comparação absolutamente inoportuna, fora de contexto, discriminatória e racista também – por que não dizer, como V. Exa. tão bem expressou? E, olha, a moda já pegou no mundo todo em relação a essa questão do racismo no futebol. Nós vimos, como V. Exa. falou, a questão do Luighi, um craque, uma grande revelação agora, a questão do Vini Júnior, que, na verdade, estão infinitamente à frente do seu tempo como desportistas, que estão se revelando e que estão encantando o mundo.

Essa questão é tão pequena que, sinceramente, apesar de nós termos a iniciativa de apresentar o requerimento, eu diria que a cor da pele não pode ser, na verdade, talvez até por ciúme ou por inveja, um impedimento para que tanto torcedores quanto dirigentes, no padrão do nível da instituição que representa o Alejandro, deixem de tomar decisões drásticas para que possamos banir definitivamente esse tipo de atitude. Claro que é da natureza humana, claro que é difícil, é quase impossível você conter esses ímpetos, mas, na verdade, a lei, as normas, as punições estão aí para acontecerem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, aliando-me a V. Exa., Presidente Leila Barros, eu também quero demonstrar aqui a minha indignação – nossa, como representantes da população brasileira –, em nome de todo o povo brasileiro, mas, mais do que isso, é cobrar, sim, diretamente, através de expedientes aqui da nossa Comissão, uma explicação clara, transparente do Presidente da Conmebol, a entidade mais representativa do futebol na América do Sul.

Era isso que gostaria de pedir a V. Exa., e agradeço pela parcimônia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador.

Vou passar a palavra agora para o Senador Carlos Portinho. Bom dia!

Aproveito para cumprimentar o Senador Romário. Bom dia, Senador!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Meus queridos Senadores; Senador Leila, Presidente; Senador Chico; meu ídolo Romário, ontem a gente apresentou essa moção de repúdio. Eu consegui ainda fazer contato com o Romário, pude escrever o seu nome com autorização dele na nota e peço a você, Leila, se possível, ao Senador Chico que peçam para aditar os seus nomes. Houve uma adesão enorme de todo o Senado Federal nessa nota de repúdio.

E mais que isso, o Senador Aziz, por exemplo, foi um pouco mais além, sugere que seja declarado pessoa não grata o Presidente da Conmebol, e o Senador Flávio Arns, com razão, pede que a Advocacia do Senado encaminhe para a Advocacia-Geral da União para que tome as medidas penais cabíveis quanto ao Presidente da Conmebol.

Eu vi um pedido de desculpas, assim, protocolar dele, após, que não tem a dimensão do ato de racismo que ele causou. E isso é impressionante porque a FIFA, dentro das suas disposições, dos seus princípios, a própria FIFA promove campanhas para a igualdade no esporte. Então, o Sr. Alejandro Domínguez, quando faz uma fala racista – racista! –, está indo contra os princípios não só do esporte, mas do próprio órgão que está acima do órgão dele, que é a Conmebol. A FIFA está acima da Conmebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em razão disso, a gente pediu que a cópia dessa moção de repúdio seja traduzida ao inglês e enviada à FIFA, para que a FIFA tenha não só o conhecimento, mas adote, se for o caso, inclusive, o impedimento desse senhor, que não tem tamanho para presidir com a responsabilidade que tem a Conmebol.

É importante registrar isso, porque não é só um ato racista, ele é xenófobo. Ele não é só racista na questão da má comparação negro e chipanzé, que a gente vê em vários estádios lá na Europa já com o Vinicius Jr., mas ele é xenófobo, porque ele diminui o brasileiro. O brasileiro de qualquer cor... A gente é fruto de diversas raças, inclusive das próprias raças que colonizaram também os outros países da América do Sul. Então, quando ele diz que é como o Tarzan sem a Chita, ele quer dizer que a Conmebol é o Tarzan, é o homem másculo, branco, forte, o herói; e o brasileiro é a Chita, que veio do macaco, e o macaco é um ser inferior ao ser humano. Então, não é só racista, não; é xenófobo, é nojento o que esse cara falou. Acho que ele não tem mesmo palavras ou compreensão suficientes para poder se desculpar.

Por isso, eu acho que o encaminhamento dessa moção de repúdio à FIFA, porque está completamente... Se a FIFA achar que não aconteceu nada e não tomar medida nenhuma, realmente, olha, azar do futebol, como eu digo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É pior do que isso. Eu acho que como as entidades do futebol estão tratando essa questão do racismo – seja a FIFA, a CBF, a Conmebol – é algo estarrecedor, Portinho – estarrecedor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque você aplicar, ainda que seja uma competição Sub-20, uma multa por um ato de racismo, como foi muito grave... Escutei, em outro dia, ontem, o Presidente do Flamengo falando que é assim deplorável, mas talvez a compreensão dele de racismo seja diferente da nossa. Acho até que é, porque eles acham que se sentem uma raça superior mesmo. E é triste, porque a Alemanha nazista nasceu disso, vou deixar claro. E chega a ser xenófobo, não é só racista.

O fato que aconteceu com o Luighi, mesmo sendo uma competição, foi uma reiteração: já havia acontecido antes, com esse mesmo clube, no passado. Não foi a primeira vez que o Cerro Porteño fez isso contra um atleta, contra uma delegação brasileira. Então, eu acho que tem um agravante ali. Mesmo que seja... Ou pior: o agravante não só pela reiteração, mas porque era uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição de atletas em formação. É uma covardia o que foi feito com aquele atleta, e, pelo que se vê, estimulada pelo Presidente da Conmebol, seja porque a Conmebol aplica uma multa irrisória – US$50 mil para o Cerro Porteño não é nada –, seja porque não aplicou outras sanções, inclusive desportivas, como deveria – e eu falo como advogado de direito desportivo agora –, seja também porque ele acaba normalizando isso.

Então, Presidente Leila, eu acho importante a manifestação desta Comissão. E é muito lamentável. Espero também que a Advocacia... Eu peço que adite o nome de V. Exa. e que a Advocacia do Senado realmente encaminhe para a Advocacia-Geral da União, porque esse senhor deverá ter vergonha de pisar em solo brasileiro. Aliás, deveria ter vergonha de presidir uma instituição tão importante como a Conmebol.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Carlos.

Bom, depois dos desabafos aqui, das manifestações dos colegas, vamos para a nossa parte deliberativa.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3958, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de João Carlos de Oliveira, conhecido como João do Pulo, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 11/12/2024 e 12/03/2025.

Relatoria: Senador Jorge Kajuru.

O nosso querido Vice-Presidente aqui, Chico Rodrigues, será o nosso Relator *ad hoc*.

Eu concedo a palavra agora para o nosso querido Relator *ad hoc*, Senador Chico Rodrigues, para leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, Leila Baros; meu colega Portinho, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 3.958, de 2023, de autoria do Deputado Jonas Donizette, que inscreve o nome de João Carlos de Oliveira, conhecido como João do Pulo, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O relatório é conhecido. Vamos à análise.

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre assuntos correlatos à temática esportiva, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CEsp a competência para decidir sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput,* CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, alterada pelas Leis nº 13.229, de 28 de dezembro de 2015, e nº 13.433, de 12 de abril de 2017, disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. O brasileiro que se busca homenagear faleceu na capital paulista, em 29 de maio de 1999, aos 45 anos.

Registre-se, em adição, que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que tange ao mérito, é imperativo reconhecer a importância ímpar da projetada lei. João Carlos de Oliveira, aclamado como João do Pulo, tornou-se figura emblemática do esporte brasileiro, cuja trajetória transcende os limites da competição atlética. Nascido em 28 de maio de 1954, na cidade de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, superou recordes e conquistou um legado de resiliência e inspiração para as gerações futuras.

Desde seus primeiros anos de vida, João do Pulo enfrentou adversidades que moldaram seu caráter. Tendo perdido a mãe muito cedo, sua jornada teve início na humilde condição de lavador de carros, aos sete anos de idade. A incessante determinação levou-o a ingressar no Exército Brasileiro, ramo das Forças Armadas em que, ao longo de 14 anos, ascendeu à respeitável patente de sargento. Nesse cenário de disciplina, foi moldado para se tornar um dos maiores ícones do atletismo nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aos 19 anos, sob a orientação do renomado professor da Universidade de São Paulo Pedro Henrique de Toledo, João do Pulo conquistou o recorde mundial júnior de salto triplo no Campeonato Sul-Americano de Atletismo, ao saltar impressionantes 14,75m. A ascensão no atletismo continuou a deslumbrar o mundo durante os Jogos Pan-Americanos de 1975, realizados na Cidade do México, ao ser agraciado com a medalha de ouro no salto em distância com a marca de 8,19m. No mesmo evento, inscreveu seu nome na história ao estabelecer um novo recorde mundial no salto triplo, alcançando a grandiosa marca de 17,89m, uma façanha que eclipsou o recorde anterior, até então pertencente ao soviético Viktor Saneyev, por 45cm.

Amplamente considerado o favorito à medalha de ouro no salto triplo durante os Jogos Olímpicos de Montreal em 1976, João do Pulo enfrentou desafios em virtude de uma cirurgia recente, resultando em uma medalha de bronze com um salto de 16,90m. No entanto, sua grandeza como atleta resplandeceu nos Jogos Pan-Americanos subsequentes, tendo se consagrado bicampeão, tanto no salto triplo quanto no salto em distância, totalizando um tetracampeonato pan-americano, um feito que incluiu a vitória sobre o lendário Carl Lewis.

Contudo, a brilhante trajetória de João do Pulo encontrou um abrupto desfecho em 1981, quando um trágico acidente automobilístico resultou na amputação de sua perna direita, encerrando sua carreira esportiva. Apesar da reviravolta devastadora em sua vida, não se deixou abater. Com extraordinária determinação, dedicou-se aos estudos em educação física e ingressou na vida política, sendo eleito Deputado Estadual em São Paulo pelo Partido da Frente Liberal em 1986, e exerceu dois mandatos com notável empenho.

João do Pulo foi um incansável defensor do poder transformador do esporte, reconhecendo que este vai além da conquista de medalhas, servindo como uma ferramenta fundamental para a inclusão e a promoção da cidadania. Sua experiência e visão inspiraram jovens atletas a perseguirem seus sonhos, mesmo em face de adversidades.

Faleceu em 29 de maio de 1999, um dia após comemorar seu 45º aniversário, mas seu legado, como um dos maiores atletas da história do Brasil, perdura, reverberando na memória coletiva da nação. A proposta de inscrever seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria não se limita a celebrar o atleta que elevou a bandeira brasileira no cenário internacional, visto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também destaca o homem cujo exemplo de coragem e superação representa os valores mais nobres da nossa nação.

Assim, é com justiça e honra que se propõe a inclusão de João Carlos de Oliveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, reconhecendo a sua inegável contribuição para o esporte e para a identidade nacional, cuja resiliência e dedicação permanecerão infinitamente admiradas.

Portanto, Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação – já que se trata de um projeto terminativo – do Projeto de Lei nº 3.958, de 2023.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Preciso, emocionante e me resgata – para quem teve a oportunidade de ver o João do Pulo atuar – toda uma trajetória de força, de resiliência que ele, o João Carlos de Oliveira, teve na sua vida e demonstrou para cada um de nós brasileiros, principalmente para aqueles que são apaixonados por esporte.

Eu me lembro muito bem de toda a trajetória dele. Eu ainda era uma garota, uma adolescente, Senador Chico, quando o João do Pulo já trazia tantas alegrias, tanto reconhecimento e tantos títulos para o Brasil.

É justo, e, ao mesmo tempo, me sinto uma privilegiada de estar hoje como Presidente desta Comissão, inscrevendo merecidamente o João Carlos de Oliveira – o João do Pulo – no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. É um homem que, de fato, merece, por toda a trajetória.

E quero cumprimentar, de forma muito especial, o Presidente da Confederação de Atletismo do nosso país, o Wlamir – seja muito bem-vindo, Wlamir –, que hoje comanda a confederação e tem feito um brilhante trabalho à frente dessa confederação; e, tradicionalmente, no atletismo brasileiro, com o João do Pulo, com o Joaquim Cruz e tantos outros atletas, o André, o Claudinei, no 4x400m, a Maurren Maggi, a gente viveu tanta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o atletismo brasileiro sempre produziu grandes talentos, grandes heróis, e a gente está hoje reconhecendo o João do Pulo, merecidamente, e inscrevendo o seu nome, a sua trajetória e todo o seu legado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. É uma grande alegria.

Sinta-se abraçado, Wlamir, você e todos os nossos atletas representantes da modalidade do atletismo.

Bom, esta matéria está em discussão.

Desculpem o meu desabafo e a emoção.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 3.958, de 2023, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Relator *ad hoc*, Chico Rodrigues.

Os Senadores podem votar.

Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Os Senadores que votam com o Relator votam "sim", tá?

Acredito que os Srs. Senadores já podem votar.

Está aberto o painel.

Quero pedir ajuda aos colegas também, para que possamos consultar as assessorias e os Senadores da Comissão, para a votação. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agradecendo aos que votaram, está encerrada a votação.

Vamos fazer a verificação do painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – SIM, 5.

Nenhuma abstenção, zero.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns a todos aqui presentes nesta sessão de hoje!

Bom, eu vou fazer uma inversãozinha de pauta aqui até o Senador Chico voltar.

Vou para o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater estratégias de combate ao sedentarismo e prevenção da obesidade.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

O requerimento é de minha autoria, e a votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 5, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, a realização de audiência pública, a fim de debater sobre o progresso da regulamentação e a efetividade do controle e da fiscalização sobre as plataformas de jogos online; a arrecadação de impostos, fundamental para o financiamento de políticas públicas; o combate aos sites clandestinos; a fiscalização da publicidade, especialmente no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes; as ações de combate ao jogo compulsivo; e, por fim, as medidas adotadas para combater a manipulação de resultados em todas as modalidades esportivas.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O Senador não está aqui presente, então nós vamos para a votação.

A votação vai ser simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, agora nós vamos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Perdão, mas é aproveitando o ensejo do assunto.

A gente tem aqueles dois projetos que são, um da minha relatoria e outro da relatoria do Senador Petecão, sobre a publicidade nas apostas esportivas e a gente tem uma audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, enfim, não sei se vai saciar o Senador Girão, mas eu peço que ela anteceda essa aqui, porque a nossa é direcionada já para aqueles projetos.

Ontem, Senadora Leila, eu conversei com o Senador Petecão, e, se V. Exa. concordar, a ideia é que seja feita a audiência pública dos dois projetos em separado, mas depois eu assumiria a relatoria deles – e conversei com ele, pedi a relatoria, falei que faria a várias mãos, acho que esse é o interesse sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É uma característica sua. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Leila.

É para a gente poder andar com aquele projeto. Não sei se já tem a data concluída, marcada já, dessa audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A previsão é para o dia 9 de abril, Senador, tá? Nós temos, na semana anterior, o Ministro do Esporte, o Fufuca, e, na sequência, já na próxima semana, a audiência requerida por vocês.

E que bom que está tudo contemporizado e acordado entre os dois Relatores.

Eu vou passar para o item 2 da pauta aqui e vou passar a Presidência para o Senador Chico Rodrigues, para que eu possa fazer a leitura do relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4842, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Leitura e discussão.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Eu vou, primeiro, à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Esporte o Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

A proposição acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 14.448, de 2022. O novo dispositivo determina que eventos esportivos com estimativa de público superior a 10 (dez) mil espectadores deverão exibir ou veicular campanha publicitária destinada à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sequência, os parágrafos do art. 3º-A definem alguns detalhes da medida, tais como: a forma e os locais de exibição (nos telões ou sistemas de som das arenas esportivas e nas transmissões por meio de rádio, TV ou plataformas *online*); e a determinação de que as peças publicitárias observem peculiaridades culturais locais e regionais do seu âmbito de exibição, tendo como protagonistas ídolos masculinos e femininos dos esportes, das artes e da cultura nacional.

Na justificação, a autora alega persistência do cenário de violência contra a mulher no Brasil, além da necessidade de conscientização e educação da sociedade brasileira, a fim de contribuir com a mudança cultural para enfrentamento da violência contra a mulher.

A proposição foi distribuída para análise da CDH e da CEsp, à qual compete se manifestar terminativamente.

Foi apresentada apenas uma emenda, no âmbito da CDH, para suprimir o teor do §4º proposto ao art. 3º-A, por entender que o dispositivo apresenta minúcias que estariam mais bem acomodadas no âmbito de regulamentação da lei. O dispositivo suprimido estipulava a duração da peça publicitária, de modo que não fosse inferior a 15 nem superior a 30 segundos.

Análise.

A competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX, da Carta Magna. Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

No que se refere à constitucionalidade material, cumpre destacar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, fixado no Tema 917: "Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos".

Assim, o ônus que se impõe à União e aos demais entes federados da elaboração e da distribuição das peças publicitárias é respaldado pelo entendimento de que a iniciativa parlamentar motivada pela efetivação de direitos constitucionais deve ser considerada constitucional já que não versa sobre a estrutura administrativa necessária à sua execução nem cria atribuições aos órgãos dos entes federados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria apresenta também técnica legislativa adequada.

Quanto à juridicidade, observamos que a proposição, além de se alinhar perfeitamente com o objetivo declarado da Lei nº 14.448, de 2022, que é o de conscientizar e combater a violência contra a mulher, se harmoniza com a Lei Geral do Esporte. O art. 11 da Lei Geral do Esporte apresenta entre os objetivos do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) adotar as medidas necessárias para erradicar ou reduzir as manifestações antiesportivas, como a violência, o racismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação.

No mérito, reafirma-se que a matéria é relevante. Primeiramente, salienta-se o caráter proativo da proposição, haja vista a busca pela conscientização quanto ao gravíssimo problema social da violência contra a mulher. Reitera-se que a exigência de exibição ou veiculação de campanha publicitária com tal finalidade se aplica a eventos esportivos com grande número de pessoas (mais de 10 mil espectadores) e inclui os esportes mais populares do país, como jogos de futebol, basquete e vôlei, por exemplo.

Destaca-se o máximo impacto objetivado, por abranger sistemas de sonorização e de mídia disponíveis na arena, ainda no curso da partida ou da exibição esportiva, e a obrigação de exibição ou veiculação por parte das emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como as transmissões dos eventos via plataformas de *streaming*. Portanto, é dedutível o enorme potencial de eficácia das medidas preventivas a serem incluídas na lei.

Ademais, a projetada lei atribui à União e aos demais entes federados a responsabilidade pela criação e pela disponibilização das campanhas aos organizadores dos eventos, às emissoras e aos canais de transmissão. Complementarmente, buscamos aumentar o impacto e a aceitação da mensagem ao reconhecer a importância de incluir ídolos masculinos e femininos dos esportes, das artes e da cultura nacional nas peças publicitárias a serem veiculadas. Contudo, ressalta-se que as emissoras de abrangência nacional e os canais de transmissão apenas serão responsáveis pela exibição das peças publicitárias elaboradas e disponibilizadas pela União.

Por fim, quanto ao teor da emenda da CDH, mantém-se o entendimento de que as disposições sobre os tempos mínimo e máximo das peças publicitárias, haja vista o nível de detalhamento, seriam mais pertinentes à regulamentação da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Ante o exposto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria pedir vista, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Eu estava aguardando só ler o relatório, porque – e até antecipo a razão – você sabe que eu tenho uma grande preocupação também no combate à violência contra a mulher, mas este projeto me traz duas preocupações.

A primeira delas é que, dado o que a gente está vendo no esporte em relação ao racismo, a gente não pode deixar isso de fora, sinceramente, porque, inclusive, eu acho que este é o maior problema hoje no esporte: é o racismo. As mulheres estão tendo o seu espaço, as competições femininas são transmitidas, mas é sempre bom, porque o que você está buscando é combater a violência contra a mulher, e isso é uma conscientização que nos cabe como homens, acima de tudo.

A outra questão, e eu queria entender um pouquinho melhor, é essa questão da propaganda, porque começa com uma causa: "Não, então, vai tirar um pedaço, dar o tempo de TV ou de uma transmissão de rádio para essa causa". Daqui a pouco, vamos fazer também o câncer, aí pega mais 15 segundos e põe para o câncer, combate ao câncer; aí pega mais 15 segundos e põe para uma outra causa, e põe para uma outra causa. Daqui a pouco, a gente está, por mais meritória que seja a iniciativa...

Eu quero pensar exatamente se é possível a gente conseguir que essa manifestação aconteça para que se atinja o fim, o propósito, que é meritório, do projeto, mas, de alguma forma, que a gente garanta a liberdade das relações privadas. A gente vai falar do rádio ou da TV e vão dizer: "Não, é concessão". Está bom, essa é uma discussão, acho até que cabe, mas, quando a gente fala das plataformas, elas não são concessões, são uma atividade exclusivamente privada, e a gente está interferindo numa atividade privada. Será que a gente não consegue alcançar o mesmo propósito de uma outra maneira sem interferir na liberdade? Porque eu também gostaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito sempre que os ex-atletas, os ícones estivessem nas propagandas. É bacana, a gente sabe o quanto estimula, mas isso tem que ser compulsório?

Eu estou achando o projeto muito amarrado, muito detalhado. Com todo o respeito, eu acho que ele deveria ser uma coisa mais genérica, como inclusive está na Lei Geral do Esporte. Ele está sendo mais detalhado do que a própria Lei Geral do Esporte.

Então, eu realmente queria dar uma olhada, Leila. Não sou contra a matéria, você sabe disso, mas eu acho realmente que tem algumas questões sobre as quais a gente tem que se debruçar para poder atingir o máximo possível das causas que comprometem hoje a sociedade e estão presentes no esporte, mas, ao mesmo tempo, garantindo a liberdade para quem empreende, não amarrando tanto.

Estão detalhando até o tempo em que isso tem que ficar no ar. Daqui a pouco, é isto: 15 segundos para uma causa, 15 segundos para outra e 15 segundos para outra. Daqui a pouco, não tem mais transmissão, entendeu? A gente tem que tomar muito cuidado, porque a gente vai abrir um precedente, na minha opinião, complicado, sendo bem sincero.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só para concluir o voto, porque eu não li o voto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ah, não? Desculpa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, só para finalizar o voto.

Claro, já houve pedido de vista, e, é óbvio, Portinho, acho que isso é de praxe aqui, sempre temos essa boa convivência, e é tranquilo.

Ante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.842, de 2023, e da Emenda nº 1-CDH.

Então, o voto foi lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só para dizer, eu não acho que abra um precedente, porque, quando a gente trata de câncer, é uma forma genérica. Nós estamos tratando de dois temas em que eu concordo com você.

Um, o racismo, que atinge diretamente os atletas. Eles são muito a imagem do que sintetiza a sociedade brasileira, e o racismo está em um nível geral na sociedade. Então, eles estão diretamente sendo vítimas e sendo afetados. É meritório tratar isso dentro do ambiente esportivo, dentro de uma arena, dentro de uma quadra, enfim.

Violência contra a mulher: existem estatísticas. Nós não iniciamos esta conversa aqui de colocar em jogos de futebol por quê? É nos jogos de futebol que existe um alto índice de violência contra a mulher. Por quê? O cara vai lá, vai para a arena, enche a cara, torce pelo seu time, o time perde, e ele desconta a frustração não só na mulher, como também nos filhos, e, muitas vezes, mata a mulher na frente dos filhos. Existe uma estatística clara de que os jogos de futebol e outros – outros – espaços esportivos alimentam, também, as estatísticas de violência contra a mulher.

Então, quando a gente for tratar de outras pautas, seja do câncer e tudo, é óbvio que a gente vai ter que trazer números. Essa iniciativa de que nós estamos tratando aqui hoje é uma iniciativa para a qual existem números, através da... A gente tem o Fórum de Segurança Pública, e ali tem relatório falando dos índices de violência contra as mulheres em dias de jogos de futebol. Está absolutamente justificado para depois a gente tratar isso como perigoso e abrir esse leque. Eu acho que dá, inclusive, para a gente amarrar nesse sentido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permite aqui (*Fora do microfone.*)... o debate, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Você pega aí a própria Lei Geral do Esporte, acho que você leu, no art. 11, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, sim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ela fala de racismo...

Se você a tiver à mão... Desculpe-me, eu não estou com ela aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sexismo, racismo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Racismo, sexismo, diversidade de gênero...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso. Calma, que eu acho.

Tem, tem, sim; tem ali.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, ela leu...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tem, sim, é que eu não lembro... Calma, espere aí. (*Pausa.*)

Racismo, xenofobia, homofobia, sexismo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é, você vê... E não é exaustivo, é só exemplificativo o rol.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, só aí a própria Lei Geral do Esporte já traz quatro causas – importantes, todas elas. Daqui a pouco, vai vir um projeto de lei para 15 segundos para cada causa; aí a gente já tomou um minuto. Um minuto! Entende? Esta é a minha preocupação, Leila: a gente abrir esse leque... Eu falei do câncer, que é uma outra causa, mas eu vou pegar só o que diz a lei, expressamente: já são quatro causas.

Este aqui é um projeto sobre a mulher, sobre o combate à violência contra a mulher, e eu sou absolutamente aliado a essa causa; inclusive, eu sempre digo que isso é uma causa também dos homens, para a conscientização. Eu acho importante, mas, quando a gente amarra e obriga a destinar um tempo de TV para isso, daqui a pouco a gente tem que fazer também do racismo, mais 15 segundos; aí a gente tem que fazer outra do sexismo; e aí tem toda essa discussão de homofobia, mulheres trans no esporte – não vou entrar no mérito disso –, então, vamos fazer também da homofobia. Então, já tem um minuto que cada transmissão vai dispensar só com o que diz a Lei Geral do Esporte exemplificativamente, porque depois virão outras causas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito preocupado com isso, pela questão da liberdade de mercado. Eu acho que a gente tem que incentivar, mas eu queria dar uma olhada no projeto, ver se eu posso me convencer até sugerindo, talvez, alguma forma que estimule, mas não seja tão obrigatória assim, porque isso me preocupa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tranquilo, eu acho que é um direito.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, havendo um entendimento entre a Relatora Senadora Leila Barros e o Senador Carlos Portinho... Afinal de contas, aqui é a Casa do consenso, apesar de muitas vezes prevalecer o dissenso intelectual, e da compreensão mais ampla de cada um dos temas. Em função disso, eu concedo vista ao projeto para o nobre Senador Carlos Portinho.

Convido a Presidente para retornar ao seu lugar, que é, enfim, devido. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, só faltou o encerramento.

Eu quero agradecer a presença de todas e de todos os colegas que participaram conosco da Comissão; quero agradecer ao meu Vice-Presidente, Senador Chico Rodrigues, que tão brilhantemente me ajudou aqui, na condução; e quero agradecer a todos os que acompanharam hoje a nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta, que está só começando.

(*Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AA696888006A9E60.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.